



José Pina Delgado

**REGULANDO A GUERRA JUSTA E O
IMPERIALISMO CIVILIZATÓRIO**

**UM ESTUDO HISTÓRICO E JURÍDICO SOBRE OS
DESAFIOS COLOCADOS AO DIREITO
INTERNACIONAL E AO DIREITO CONSTITUCIONAL
PELAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS
(UNILATERAIS)**

Tese com vista à obtenção do grau de
Doutor em Direito na especialidade de
Direito Público

Fevereiro de 2016

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Declaro que o texto apresentado é de minha autoria exclusiva e que toda a utilização de contribuições e texto alheios está devidamente referenciada.

DEDICATÓRIA

Dedicado a Manuel Jesus do Nascimento Delgado, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Para conceber e executar um projeto necessariamente exigente foi necessário contar com conversas frequentes com o Professor Catedrático Jorge Bacelar Gouveia, especialista em Direito Público, a quem dirijo os meus agradecimentos por todo o apoio prestado na sua concretização. Da mesma área temática, é de justiça ressaltar o papel desempenhado pelo Professor Nuno Piçarra, que tudo fez para que pudesse submeter esta tese na Nova Direito e a quem devo várias das recomendações de forma, de textura e de apresentação da mesma. Os notáveis jushistoriadores Cristina Nogueira da Silva e Pedro Barbas Homem, que me concederam o privilégio de discutir a metodologia usada na tese e transmitiram sugestões importantes, que somente a insistência me impediram de seguir integralmente, deixam-me igualmente obrigado. Registo igualmente o incentivo e intermediação feitas pelos Professores Rui Moura Ramos e Vital Moreira da Universidade de Coimbra, e Dário Moura Vicente da Faculdade de Direito de Lisboa, para a apresentação de partes da tese, acesso a bibliotecas e contatos com docentes, bem como a chamada de atenção do Professor José Melo Alexandrino sobre a importância do princípio da solidariedade para todas as áreas do Direito Público.

Gostaria de lembrar, neste momento, alguns professores da Universidade Federal de Santa Catarina que acabaram por desempenhar um papel incontornável na redação desta tese pelo seu exemplo, pedagogia e discussões promovidos: Delamar Dutra, professor de Filosofia Moral, Política e Jurídica; António Carlos Wolkmer, professor de História do Direito, Odete Maria de Oliveira, professora de Teoria das Relações Internacionais, e Cecília Caballero Lois, Professora de Teoria do Direito, Teoria da Justiça e Teoria Constitucional. Também devida é referência ao Professor Luíz Otávio Pimentel, que tantos ensinamentos práticos me transmitiu. Colegas como Tatiana Prazeres, Guilherme Soares, Cláudio Ladeira, Quintino Castro, Letícia Albuquerque, Gabriela Hizume e todos os colegas das turmas de Direito das Relações Internacionais, Filosofia e Teoria do Direito e Direito, Estado e Sociedade da escola de Florianópolis.

A leitura das obras essenciais para a adequada compreensão e desenvolvimento do tema da tese só foi possível porque várias bibliotecas universitárias ou de instituições de investigação de referência me permitiram aceder ao seu rico acervo. Destarte, é essencial dirigir as minhas graças às Bibliotecas da Universidade Estadual de Maringá, da Universidade Estadual de Londrina, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Centro de Ciências Jurídicas da mesma instituição e da Faculdade de Direito da

Universidade de São Paulo, no Brasil; às do Arquivo Histórico de Cabo Verde, do Palácio do Governo e do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, da Praia; às bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e as do Instituto de Defesa Nacional, bem assim como a da Biblioteca Nacional e a da Biblioteca Nacional da Ajuda, a Biblioteca da Revista Jesuíta Brotéria, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do Instituto de Ciências Sociais, todas em Portugal; e, finalmente, à excecional Biblioteca do Palácio da Paz, na Haia, e a Biblioteca do Instituto Suíço de Direito Comparado em Lausana, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Las Palmas e o Arquivo da Casa de Colombo nas Ilhas Canárias.

Algumas das estadias de investigação que houve necessidade de efetuar para o desenvolvimento desta tese, dependeram da concessão de bolsas de diversas entidades, gestos que é importante ressaltar, particularmente em razão da necessidade de apoiar financeiramente projectos de investigação que, por vezes, dependem de avultados recursos para deslocações, particularmente quando não existem bibliotecas de referência próximas do local de residência do autor. Agradeço à Capes e ao Governo da República Federativa do Brasil, à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e à Fundação Calouste Gulbenkian pelas bolsas de investigação concedidas na biblioteca dessa instituição, à Academia de Direito Internacional de Haia pelo financiamento que me permitiu utilizar a biblioteca durante um mês, e à minha instituição, o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais pelo apoio permanente que, no quadro do programa de apoio à qualificação do pessoal docente, continuamente prestou às deslocações para estadias de investigação no exterior e aquisição de livros.

Do Instituto também gostaria de lembrar o papel de todos os colegas, ora pela divisão de tarefas administrativas, ora por discussões ocasionais ou palavras de incentivo, que tive o prazer de ir conhecendo e que arrolei cronologicamente: Jorge Carlos Fonseca, Mário Silva, Leão de Pina, Liriam Tiujo Delgado, Odair Varela, e alguns debates muito proveitosos com os alunos de Direito, das disciplinas de História das Instituições Jurídica e Políticas, Direito Internacional, Direitos Fundamentais e Filosofia do Direito, bem assim como do Curso de Relações Internacionais nas disciplinas de Direito da Segurança Internacional e Direito Internacional de Proteção da Pessoa Humana. De resto, devedor fico do papel que o Professor Alassana Valdez, Secretário Geral e docente do Instituto, que ao assumir, com grande dedicação e

eficácia, a parte administrativa e financeira da nossa Escola, libertou-me para continuar a par dos cuidados necessários com a parte académica, ter ainda capacidade para prosseguir com a elaboração desta tese. De realçar igualmente, que, a finalização da investigação não seria possível sem a sempre pronta substituição na presidência pela Professora Yara Miranda.

Tive a particular felicidade de apresentar partes desta tese no curso de verão num Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo de Direito (SPEED) da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no qual os Professores Nuno Piçarra (FDUNL) e Azeredo Lopes (UCP) se encarregaram de fazer valiosos comentários, no XX Curso de Verão do *Jus Gentium Conimbrigae* de 2008 e no Encontro Anual da *Juris Diversitas* (Associação Internacional de Direito Comparado) em 2013. A todos os que intervieram durante essas sessões e partilharam comigo as suas ideias em conversas informais nos corredores, os meus agradecimentos.

Não podia concluir esta parte de tributos e agradecimentos sem antes sublinhar o papel desempenhado por Deus, razão de ser de tudo, e pelos meus familiares nesta empreitada. O meu saudoso pai e grande amigo, Manuel Jesus do Nascimento Delgado, pela incansável, mas cândida, transmissão de uma filosofia de paixão desinteressada pelo saber, qualquer que ele seja, e pelo constante incentivo e crença nas potencialidades do filho, não havendo nada que pessoalmente me custe mais do que ter passado os últimos anos sem a sua presença física; à minha querida mãe, Nilda Anita Avelino de Pina Delgado, por todo o apoio, por vezes invisível, por vezes não-reconhecido, em todos os momentos, bastando intuir a possibilidade de ser útil; à minha irmã, Emiliania Nascimento Delgado, que para além do indefetível suporte para tudo, revelou nos momentos de maior tensão, quando tudo é motivo para suspender a redação da tese, capacidade para entender a desorganização da minha biblioteca pessoal e do amontoado de fotocópias de tal forma a sempre encontrar o que estava a procurar; também aos meus tios de Lisboa, em especial Fortunato Gomes de Pina, o meu Tio Funá, que, vezes sem conta, andou comigo por Lisboa, entre livrarias e alfarrabistas, para encontrar aquela obra que, de última hora, tinha que citar. É de justiça salientar o papel da Professora Liriam Tiujo Delgado, na leitura e correção das gralhas da tese, do Professor Carlos Carvalho, na revisão do abstract, e do técnico informático do ISCJS, Adilson Rosa, na formatação final do trabalho.

Por fim, mais do que tudo, e mais uma vez, à Liriam, apoio incondicional de todas as horas, a quem uma homenagem no momento da conclusão deste trabalho não

compensam as longas horas diárias dedicadas à tese e as constantes deslocações ao estrangeiro para a investigação tendente à elaboração da mesma, e aos meus filhos Martina, alegria e descontração de toda a família, cujo sorriso e estórias iluminam todo o ambiente e recuperam qualquer cansaço físico ou mental, e Tobias, muito esperado e acabado de chegar à nossa família para a aumentar e enchê-la de alegria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Arménio Amado
A-A – Afro-Ásia
AAAPSS – Annals of the American Academy of Political and Social Science,
AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
AAUP – Abo Academy University Press
AB – Archon Books
AbA – Abdul's Angels
ABAJ – American Bar Association Journal
ABC – American Book Company
AbC – Abril Cultural
ABNRJ – Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
ABraz – Almanack Braziliense
AC – Armand Colin
ACIA – Advisory Council on International Affairs
ACL – Acadêmia das Ciências de Lisboa
ACVSP – Actas da Câmara da Villa de S. Paulo
AD – American Diplomacy
ADI – Anuario de Derecho Internacional
ADP – A. Durand et Pedone
AdV – Archiv des Völkerrechts
AEA – Anuario de Estudios Atlánticos
AEAmeA – Anuário de Estudios Americanos
AeD – Analisi e Diritto. Ricerche di Giurisprudenza Analitica
AfB – Africana Bulletin
AFDI – Annuaire Français de Droit International
AFRI – Annuaire Français de Relations Internationales
AfYIL – African Yearbook of International Law
AGC – Agência Geral das Colónias
AGPS – Australian Government Publishing Service
AGU – Agência Geral do Ultramar
AHM – Arquivo Histórico de Moçambique
AHR – American Historical Review

AI – Apostolado da Imprensa
 AILJ – Australian International Law Journal
 AJ – América Jurídica
 AJCL – American Journal of Comparative Law
 AJCR – African Journal of Conflict Resolution
 AJIL – American Journal of International Law
 AJJ – American Journal of Jurisprudence
 AJSS – Asian Journal of Social Science
 AK – Alfred Knopf
 AkV – Akad. Verlag
 ALAM – Ant. Libr. de Andrade y Morales
 ALan – Allen Lane
 ALF – Amsterdam Law Forum
 Albion – Albion. A Quarterly Journal Concerned with British Studies
 AMDI – Anuário Mexicano de Derecho Internacional
 AMHD – Anuário Mexicano de História del Derecho
 AMP – Anaes do Museu Paulista
 AN – Arquivo Nacional
 Anos 90 – Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História
 ANovus – Angelus-Novus
 ANPUH – Associação Nacional de Professores Universitários de História
 AP – Asia Policy
 APD – Archives de Philosophie du Droit
 APH – Academia Portuguesa da História
 APic – Ascoli Piceno
 APL&PR – Asian-Pacific Law & Policy Review
 APSR – American Political Science Review
 AR – Assembleia da República
 ARIEL – Austrian Review of International and European Law
 ARou – Arthur Rousseau
 ARS – Academia Real de Ciencias
 AS – Análise Social
 ASIL Proceedings – American Society of International Law Proceedings
 ASR – African Security Review

AsEA – Asociación Española de Americanistas
Asian JIL – Asian Journal of International Law
AUILR – American University International Law Review
AS-XVI – Angola no Século XVI
AthP – Athlone Press
AUDSSOB – Annali- Università degli Studi Suor Orsola Benincasa
AUM – Anales de la Universidad de Murcia
AYIL – Australian Yearbook of International Law

BA – Banco de Angola
BAC – Biblioteca de Autores Cristianos
BFDUC – Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
BaS – Bell and Sons
BaltYIL – Baltic Yearbook of International Law
BB – Basic Books
BCI&CQ – Boston College International & Comparative Law Quarterly
BCV – Banco Central de Venezuela
BE – Biblioteca do Exército
BIBLB – Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira
BLR – Buffalo Law Review
B-M – Bobbs-Merril
BMJ – Boletim do Ministério da Justiça
BP – Banco de Portugal
BL – Bank Law
B-L – Berger-Levault
BN – Biblioteca Nacional
BOA – Boletim da Ordem dos Advogados
BPA – Biblioteca do Palácio da Ajuda,
BroadP – Broadview Press
BrookJIL – Brooklyn Journal of International Law
BSC – Brown, Shattuck and Co
BUILJ – Boston University International Law Journal
BWLJ – Berkeley's Women Law Journal
BYIL – British Year Book of International Law

BYUJPL – B.Y.U. Journal of Public Law

CAC – Cartas Ânuas da China

CaC – Cooperation and Conflict

CaH – Chapman and Hall

CaHist. – Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy

CAHS – Center for Advanced Holocaust Studies

CamdL – Campo das Letras

CarLR – Cardozo Law Review

CB – Civilização Brasileira

CCDES – Cadernos CEDES

CCEPM – Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo

CChM – Chez Ch. Métérie

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CCP – Centro Cultural Português/Portugais

CCPC – Centro de la Cultura Popular Canaria

CCR – Centre for Conflict Resolution

CD – Câmara dos Deputados

CdD – Cahiers du Droit

CdDip – Câmara de Deputados

CdL – Companhia das Letras

CdLeit. – Círculo dos Leitores

CdLiv – Círculo do Livro

CEA – Cadernos de Estudos Africanos

CEAUC – Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CECons – Centro de Estudios Constitucionales

CECVCMIDH – Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique,

CEH – Central European History

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico

CEHU – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos

CEIP – Carnegie Endowment for International Peace

CEL – Cadernos da Escola do Legislativo

CEMC – Centro de estudios mexicanos y centroamericanos

CEN – Companhia Editora Nacional

CEPC – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales

CEPCEP – UCP Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa

CEU – Centro de Estudos Ultramarinos

CF – Cadernos de Filosofia

CFA – Cadernos de Filosofia Alemã

CGC – Cabildo de Gran Canaria

CFC – Conselho Federal de Cultura

CFor – Constitutional Forum

CFR – Council on Foreign Relations

CG – Conjuntura Global

CGOA – Conselho Geral da Ordem dos Advogados

CH – Church History

CHAM – Centro de História do Além-Mar

CHEP – I Congresso de História da Expansão Portuguesa

CHFDUL – Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ChiJIL – Chicago Journal of International Law

CI – Contexto Internacional

CICR – Comité Internationale de la Croix-Rouge-International Committe of the Red Cross

CInst – Carnegie Institution

CJIL – Chinese Journal of International Law

CJIP – Chinese Journal of International Politics

CJOC – Canadian Journal of Orthodox Christianity

CJPS – Canadian Journal of Political Science

CJTL – Columbia Journal of Transnational Law

CKLR – Chicago-Kent Law Review

CL - Catholic Lawyer

CLAR – Colonial Latin America Review

CLB – Centro do Livro Brasileiro

CL&B – Carey, Lear & Blanchard

CLR – California Law Review

CLS – Centre on Law and Security
 CLUP – Centro de Linguística da Universidade do Porto
 CM – Commentary Magazine
 CMCent – Carnegie Moscow Center
 CML – Câmara Municipal de Lisboa
 CMLR – Common Market Law Review
 CMN – Chez les Marchandes de la Nouveautés
 CMS – Câmara Municipal de Santarém
 CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
 ColUP – Columbia University Press
 ConnJIL – Connecticut Journal of International Law
 ConnLR – Connecticut Law Review
 Cornell UP – Cornell University Press
 CorJIL – Cornell Journal of International Law
 CP – Carcanet Press
 CP-Cdhis – Caderno de Pesquisa do Cdhis
 CPdC – Chez Pierre du Coup
 CPHM – Comissão Portuguesa de História Militar
 C-RHTI – Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias
 CSQ – Cultural Survival Quarterly
 CRPH – Clio. Revista de Pesquisa Histórica
 CRRTPP – Centre for the Response to Radicalisation and Terrorism Policy Paper
 CRS – Center for Romanian Studies
 C&S – Collier & Son
 CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas
 CSIS – Center for Strategic and International Studies
 CSSH – Comparative Studies in Society and History
 CSt – C. Struik
 CSWP – Crisis States Working Papers
 CTF – Ciência e Técnica Fiscal
 CU – Central University
 CUP – Cambridge University Press
 CUAP – Catholic University of American Press
 CVCSMF – Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira

CWILJ – California Western International Law Journal
CWRJIL – Case Western Reserve Journal of International Law

DA – Dos Autores

DB – Domingos Barreira

Debatte – Debatte: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe

DG – De Gruyter

DCS-IFCH-UNICAMP – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e
Ciência Humanas da UNICAMP

D&H – Duncker & Humboldt

DHDP – Dicionário Histórico dos Descobrimentos Portugueses

DH-IFCH-UNICAMP – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UNICAMP

DH-UEM – Departamento de Historia da UEM

DH-UFGM – Departamento de História da UFGM

DIIA – Danish Institute of International Affairs

DIN – Departamento de Imprensa Nacional

DJIL&P – Denver Journal of International Law & Policy

DJAP – Dicionário Jurídico da Administração Pública

DJC&IL – Duke Journal of Comparative & International Law

DLJ – Denver Law Journal

DQ – D. Quixote

DORLC – Dumbarton Oaks Research Library and Collection

DRey – Del Rey

DUP – Duke University Press

E34 – Editora 34

E70 – Edições 70

EA – Estudos Avançados

E-A – Europa-América

EA.CVS – Espacio Aberto. Caderno Venezolano de Sociología

EAM – Editions Albin Michel

EAS – Europe-Asia Studies

EC – Editorial Católica

EcoHR – The Economic History Review
ECLR – European Constitutional Law Review
ECMar – Edições Culturais da Marinha
ECMex – El Colégio de México
ECM – El Colégio de Michoacán
ECrit – Editorial Crítica
ECS – Eighteenth-Century Studies
ECSL – El Colégio San Luís
EdC – Esfera do Caos
EdCah – Editions de Cahors
EdE – Edward Elgar
EdlF – Editions de la Frégate
EdinUP – Edinburgh University Press
EdL – Esfera dos Livros
EdLiv – Editores Livreiros
EdP – Educação e Pesquisa
EdO – Ediciones del Orto
EdS – Editions du Seuil
Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá
EDUFAL – Editora da Universidade Federal de Alagoas
EDUFMG – Editora da UFMG
EDUFRGS – Editora da UFRGS
EDUNB – Editora da Universidade de Brasília
EDUNESP – Editora UNESP
EDUNICAMP – Editora da Universidade de Campinas
EDUNIJUÍ – Editora da Unijuí
EDUCSP – Editora da Universidade Católica de São Paulo
EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração
EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo
EE – Editorial Estampa
EEN – Editora Educação Nacional
EFAR – European Foreign Affairs Review
EH – Estudos Históricos
EHH – Estudios Humanísticos. Historia

EHL – E. e H. Laemmert
 EHO – European History Online
 EHR – The English Historical Review
 E&IA – Ethics & International Affairs
 E-JAPSA – Ellipsis: Journal of the American Portuguese Studies Association
 EJC – Editorial Jurídica de Chile
 EJIDR – Emory Journal of International Dispute Resolution
 EJIL – European Journal of International Law
 EJIR – European Journal of International Relations
 EJPT – European Journal of Political Theory
 EJSS – European Journal of Social Sciences
 EL – El Lector
 EMRAY – Estonian Ministry of Foreign Affairs Yearbook
 EN – Editora Nacional
 ENP – Empresa Nacional de Publicidade
 EP – Estudios Políticos
 EPLTC – Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos
 EPop – Expressão Popular
 EPre – Editorial Presença
 ER – Editora Rio
 ES – European Security
 E&S – Eyre & Spottiswoode
 ESE – Editorial San Esteban
 ESI – Edizioni Scientifiche Italiane
 EUB – Editions de l’Université de Bruxelles
 EUN – Ediciones Universidad Navarra
 ET – Editora Toledo
 Ethic@ – Ethic@. Revista Internacional de Filosofia da Moral
 ETR – Edições Távola Redonda
 EUEAR – EU External Affairs Review
 EUP – English University Press
 EyC – Eymery & Corréard

 FA – Foreign Affairs

FAlves – Francisco Alves
 FAng – Franco Angeli
 FAPESP – Fundação do Amparo à Pesquisa de São Paulo
 F&A – França & Arménio
 FB – Freitas Bastos
 FBA – Fundación Biblioteca Ayacucho
 FC – Frank Cass
 FCA – Fundación Carlos de Amberes
 FCE – Fondo de Cultura Económica
 FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
 FCM – Fundação Cultural do Maranhão
 FCRB – Fundação Casa Rui Barbosa
 FCT – Fundação Ciência e Tecnologia
 FDUComp. – Facultad de Derecho de la Universidad Complutense
 FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 FD-UNAM – Facultad de Derecho Universidad Nacional Autónoma de México
 FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
 FDUZ – Facultad de Derecho de la Universidad de Zaragoza
 FEAA – Fundação Eng. António de Almeida
 FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
 FeHD – Franco et Henrico Dalmazzo
 FFIA – Fletcher Forum of International Affairs
 FHA-Séc. XVII – Fontes para a História de Angola do Século XVII
 FHS – French Historical Studies
 FILJ – Fordham International Law Journal
 FJIL – Florida Journal of International Law
 FLPC – Finnish Lawyer’s Publishing Company
 FLR – Fordham Law Review
 FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
 FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 FMDS – Federal Ministry of Defence and Sports
 FoF – Facts on File
 FUSACGSC – Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College
 FUSL – Facultés Universitaires Saint-Louis

FYIL – Finnish Yearbook of International Law
FMAPFRE – Fundación MAPFRE
FMS – Fundação Mário Soares
FO – Fundação Oriente
FP – Free Press
FPal – Fio da Palavra
FPISP – Fundação Pró-Índio de São Paulo
FRHEC – Fênix. Revista de História e Estudos Culturais
FRoug – F. Rouge
FSV – Franz Steiner Verlag
FUNJAB – Fundação José Arthur Boiteux

GA – Giurisprudenza Analitica
GCDAF – The Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces
GCSP – Geneva Centre for Security Policy
GeB – Giard et Brière
GeP – Guerra e Paz
GeorgLJ – Georgetown Law Journal
GG – Global Governance
GGH – Gio. Gabriel Hertz
GI – Goethe Institut
GJIL – Goettingen Journal of International Law
GJI&CL – Georgia Journal of International & Comparative Law
GLJ – German Law Journal
GLR – Georgia Law Review
GP – Greenwood Press
GPH – Gian Publishing House
GPO – Government Printing Office
GRtP – Global Responsibility to Protect
GSC – Giornale di Storia Costituzionale
GTT – As Gavetas da Torre do Tombo
GUP – Georgetown University Press
GonzUP – Gonzaga University Press
GYIL – German Yearbook of International Law

HAHR – Hispanic American Historical Review
 HAIL – Hague Academy of International Law
 HAILCSR – Hague Academy of International Law Centre for Studies and Research
 HaT – History and Theory
 HB – Harcourt Brace and Co
 HC – História Constitucional
 HColl – HarperCollins
 HCont – História Contemporânea
 HCri – Historia Crítica
 HGC – Hilliard, Gray and Company
 HGCV – História Geral de Cabo Verde
 HGGA – História Geral das Guerras de Angola
 H&H – Hurd & Houghton
 HII – Haeredes Iacobi Iunctae
 HILJ – Harvard International Law Journal
 HJ – The Historical Journal
 HJL&PP – Harvard Journal of Law & Public Policy
 HJouv – Henri Jouve
 HJP – H. J. Paris
 HKLJ – Hong Kong Law Journal
 H&L – Helbing & Lichtenhahn
 HLR – Harvard Law Review
 HLSPLR – Harvard Law School Public Law Research
 HM – Humphrey Milford
 H&M – Holmes & Meyer
 HP–Hambleton Press
 HR – História Revista
 HriC – Human Rights in China
 HRLR – Human Rights Law Review
 HRQ – Human Rights Quarterly
 HS – Het Spinhuis
 HTR – Harvard Theological Review
 HUCP – Hebrew Union College Press

HUP – Harvard University Press

HvBP – Herausgegeben vom Bundespressdienst

H&W – Hill & Wang

HYIL – Hague Yearbook of International Law

HyS – Historia y Sociedad

IA – International Affairs

IAC – Instituto de Alta Cultura

IAcad – Imprensa Académica

IAR – International Affairs Review

IAUC – Instituto Alemão da Universidade de Coimbra

IB – Iutgeverij Balans

IBDP – Instituto Brasiliense de Direito Público

IBM – Imprimerie de Bourgogne et Martinet

IBNL – PT Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

IC – Ius Commune. Zeitschrift des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte

ICISS – International Commission on Intervention and State Sovereignty

ICJ – International Court of Justice

ICLP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

ICLQ – International and Comparative Law Quarterly

ICLR – International Criminal Law Review

ICON – International Journal of Constitutional Law

ICrasb Imprensa Crasbeckiana

ICS – Instituto de Ciências Sociais - Imprensa das Ciências Sociais

IDADC – Instituto do Açúcar e do Alcool

IDN – Instituto da Defesa Nacional

IDRC – International Development Research Centre

IDRSC – Imprensa de Dicho Real y Supremo Consejo

IdU – Imprensa da Universidade

IEA-USP – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

IEF-MH – Institutos de Estudios Fiscales/Ministerio de Hacienda

IFEL – Instituto Fernando el Católico

IFV – Instituto Francisco de Vitoria

IH – Institutum Historicum
 IHC-FCSH/UNL – Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências
 Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
 IHGSP – Instituto Histórico Geográfico de São Paulo
 IHLS – International Humanitarian Legal Studies
 II – Imprimerie Impériale
 IICK – Independent International Commission on Kosovo
 IIJ – Instituto de Investigaciones Jurídicas
 IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical
 IICLR – Indiana International & Comparative Law Review
 IIR – Imprimerie Imperiale et Royale
 IJAHS – The International Journal of African Historical Studies
 IJ – International Journal
 IJA – Institute of Jewish Affairs
 IJAC – International Journal of Arts and Commerce,
 IJIL – Indian Journal of International Law
 IJJAS – Imprensa de J.J. A. Silva
 IJHR – International Journal of Human Rights
 IJLC – Imprensa de José Luis Cosano
 IJLI – International Journal of Legal Information
 IJRL – International Journal of Refugee Law
 IL – International Lawyer
 ILib – Imprensa Liberal
 ILuc – Imprensa Lucas
 ILA – Imprensa Lemale Ainé
 IL-A – Instituto Luso-Árabe
 ILFDI – International Law Forum du Droit International
 ILaR – International Law and Relations
 IILLR – Illinois Law Review
 ILR – Iowa Law Review
 ILSA-JI&CL – ILSA Journal of International & Comparative Law
 ILT – International Legal Theory
 IM – Instituto Mora
 IMul – Il Mulino

IMT – International Military Tribunal
 IN – Imprensa Nacional
 INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda
 IndUP – Indiana University Press
 INEd – Imprimerie Nationale Editions
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
 INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica
 INL – Instituto Nacional do Livro
 INSP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
 INSS – Institute for National Strategic Studies
 IOLR – International Organizations Law Review
 IP – International Peacekeeping
 IPA – International Peace Academy
 IPG – International Politik und Gesellschaft
 IPiag – Instituto Piaget
 IPO – Instituto Português do Oriente
 IPort – Imprensa Portuguesa
 IR – International Relations
 IRRC – International Review of the Red Cross
 IS – International Studies
 ISpec – [The] International Spectator
 ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
 ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas & Sociais
 ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
 ISec. – International Security
 ISQ – International Studies Quarterly
 Isr. LR – Israel Law Review
 ISS – Institute of Security Studies
 ISYPJSWA – ISYP Journal on Science and World Affairs
 IT – Imprensa Trovão
 IUFPR – Imprensa da Universidade Federal do Paraná
 IUP – Illinois University Press
 IyV – Ideas y Valores. Revista Colombiana de Filosofía

JAH – Journal of African History
JAL – Journal of African Law
JAS – Journal of Area Studies
JB – John Bardlett
JByr – John Byrne & Co
JBL – Journal of Biblical Literature
JBLC – J.B. Lippincott Co
JC – James Carey
JCL – Junta de Castilla y León
JCS – Journal of Church and State
JCSL – Journal of Conflict and Security Law
JD – Journal of Democracy
JDI – Journal du Droit International
JDOT – Journal for the Study of the Old Testament
JdV – J.de Villeneuve e Co
JEH – Journal of Economic History
JEI – Journal of European Integration
JFPF – Japan Foreign Policy Forum
JG – Juan Gili
JHA – Journal of Humanitarian Assistance
JHI – Journal of the History of Ideas
JHIL – Journal of the History of International Law
JHUP – John Hopkins University Press
JIBL – Journal of International Business and Law
JICH – Journal of Imperial and Commonwealth History
JICJ – Journal of International Criminal Justice
JIH – Journal of Interdisciplinary History
JiL – Juristförläet i Lund
JIL&E – Journal of International Law & Economics
JIL&IR – Journal of International Law & International Relations
JIOR – Journal of the Indian Ocean Region
JIP – Journal of International Peacekeeping
JIPS – Journal of International Policy Solutions
JIU – Junta de Investigações do Ultramar

JK – José Konfino
JLAS – Journal of Latin American Studies
JLJ – Japanese Law Journal
JL&R – Journal of Law & Religion
JMAS – The Journal of Modern African Studies
JMCS-TQAE – J.M.C. Seabra & T. Q. Antunes Editores
JME – Journal of Military Ethics
JMH – The Journal of Modern History
JMILH – Journal of Military History
JO – José Olympio
JOUE – Jornal Oficial da União Europeia
JP – Journal of Politics
JPP – Journal of Political Philosophy
JQR – Jewish Quarterly Review
JR – The Journal of Religion
JRE – The Journal of Religious Ethics
JRod – J. Rodrigues
JRN – João Rodrigues Neves
JSM – José da Silva Mendonça
JSMS – Journal of Slavic Military Studies
JSS – Journal of Strategy Studies
JUFIL – Journal on the Use of Force and International Law
JusP – Jus Politicum
JZ – Jorge Zahar

KAS – Konrad Adenauer Stiftung
KJDA – Korean Journal of Defence Analysis
KJIA – Korean Journal of International Affairs
KL – Kluwer Law
KP – Kegan Paul
KRWE – Keesings Record of World Events
KS – Kant Studien
KVAB – Koninklijke Vlaamse Academie van België voor Wetenschappen en Kunsten

L&B – Little & Brown
 LBL – Les Belles Letres
 LC – Livraria Civilização
 LCH – Law, Culture, and the Humanities
 L&CP – Law & Contemporary Problems
 LdA – Livraria do Advogado
 LdP – Livros de Portugal
 LdU – Librairie de l’Université
 LEdM – Les Editions du Minuit
 LECH – Livraria e Editora Ciências Humanas
 LEHESS – L’Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales
 LF – Liberty Fund
 LFac – La Facultad
 LG – Longmans, Green and Co
 LGDJ – Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence
 LGF – Librairie Générale Française
 LGR – Law Guild Review
 LH – Livros Horizonte
 L’Har – L’Harmattan
 LHR – Legal History Review
 LI-XIX – Legislação Indigenista no Século XIX
 LJ – Lumen Juris
 LJAM – Librairie de Jurisprudence Ancienne et Moderne
 LJIL – Leiden Journal of International Law
 LK – Lakimiesliiton Kustanus
 LJL – Livraria de J. Leite
 LLAICLR – Loyola of Los Angeles International & Comparative Law Review
 LM – Librairie Morescq
 LMod – La Moderna
 LNTS – League of Nations Treaty Series
 LOLA – L’ordinaire latino-américain
 LP – Lusosofia Press
 LR – Lynne Rienner
 LSE – London School of Economics

LSUP – Louisiana State University Press
LUCILR – Loyola University Chicago International Law Review
LV – Lopez Vizcaino
L&W – Lawrence & Wishhart

MA – Memória Americana
MAA – Medieval Academy of America
MB – Monumenta Brasiliae
MC – Martin Claret
MdIC – Ministério de la Cultura
MelJIL – Melbourne Journal of International Law
MelUP – Melbourne University Press
MF – Martins Fontes
MG-H – McGraw-Hill
MH – Monumenta Henricina
MHSI – Monumenta Historica Societatis Iesu
Mich. LR – Michigan Law Review
MilA – Military Affairs
Millennium – Millenium. Journal of International Studies
MilLR – Military Law Review
Minn. JIL – Minnesota Journal of International Law
MITP – MIT Press
MJ – Ministério da Justiça
MJIL – Michigan Journal of International Law
ML – Max Limonad
M&L – Maisonneive & Larose
MLev – Michel Lévy
MM – MacMillan
MMA – Monumenta Missionaria Africana
MN – Martinus Nijhoff
Mneme – Mneme. Revista de Humanidades da UFRN
Mod. LR – Modern Law Review
MohrS – Mohr Siebeck
MoTH – Municipality of The Hague

MP – Marcial Pons
 MPYBIL – Max Planck Yearbook of International Law
 MR – Military Review
 MRiv – Marcel Rivière
 MS – Mundos Sociais
 MSCAS – Maryland Series in Contemporary Asian Studies
 MSILR – Michigan State International Law Review
 MUN – Mille et Une Nuits
 MUP – Manchester University Press

NAI – Nordiska Afrikainstitutet
 NAlex – Nova Alexandria
 NAR – National Archives of Rhodesia
 NB – Nordiska Bokhandeln
 NC – Nova Cultural
 NCJIL&CR – North Carolina Journal of International Law & Commercial Regulation
 NDUP – National Defence University Press
 NE – [Revista]Negócios Estrangeiros
 NE -CEPRAP – Novos Estudos CEBRAP
 NEd – Notícias Editorial
 NeD – Nação e Defesa
 NELR – New England Law Review
 NewP – New Press
 NF – Nova Fronteira
 NH – Natural History
 NILR – Netherlands International Law Review
 NIUP – Northern Illinois University Press
 NJIL – Nordic Journal of International Law
 NLF – Natural Law Forum
 NLR – Naval Law Review
 NP – Nationalities Papers: The Journal of Nationalism and Ethnicity
 NS – Nueva Sociedad
 NU – Northwestern University
 NULR – Northwestern University Law Review

NWIG – New West Indian Guide
NYIL – Netherlands Yearbook of International Law
NYJILP – New York Journal of International Law & Politics
NYLSJHR – New York Law School Journal of Human Rights
NYLSJI&CL – New York Law School Journal of International & Comparative Law
NYRB – New York Review of Books
NYT – New York Times
NYUP – New York University Press
NZPJejournal – New Zeland Postgraduate Law eJournal

OAPG – Oficina de Antonio Pedrozo Galram
OD – Open Democracy
OFBS – Oficina de Francisco Borges de Sousa
OG – Oficina Gráfica
OL – Orient Longmans
OMR – Oficina de Miguel Rodrigues
ONULR – Ohio Northern University Law Review
OPFLA – Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno
OS – Otto Schwartz
OSCEY – OSCE Yearbook
OSim – Organização Simões
OUP – Oxford University Press

PAQ – Public Affairs Quarterly
PB – Prime Books
PC – Política Común
PD (Hansard) – Parliamentary Debates (Hansard)
PdI – Porto de Ideias
PDR – Population and Development Review
Penélope – Penélope. Fazer e Desfazer a História
PE – Política Externa
PeT – Paz e Terra
PF – Pedro Ferreira
PFF-UCP – Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa

PGR – Procuradoria Geral da República
 PH – Projecto História
 P-H – Prentice-Hall
 P-HeS – Politeia: História e Sociedade
 PhiT – Philosophical Topics
 PI – Política Internacional
 PILR – Pace International Law Review
 PL – Public Law
 PP – Polity Press
 PM – Premier Máxima
 PMall – Pall Mall
 PMP – Publicaciones del Monasterio de Poyo
 P&P – Past & Present
 P&PA – Philosophy and Public Affairs
 PPC – Problems of Post-Communism
 POP – Pugwash Occasional Papers. Pugwash Studies on Intervention, Sovereign and International Security
 PQ – Philosophical Quarterly
 PR – Philosophical Review
 PREI – Peninsula. Revista de Estudios Ibéricos
 PRFECF – Pouvoirs. Revue Française d'Études Constitutionnelles et Politiques
 PRL&PJ – Pacific Rym Law & Policy Journal
 PrP – Progress Publishers
 PS – Political Studies
 PSP – Polish Scientific Publishers
 PSUP – Penn State University Press
 PT – Political Theory
 PyC – Pensamiento y Cultura
 PYIL – Polish Yearbook of International Law
 PUA – Presses Universitaires d'Afrique
 PUB – Presses Universitaires de Bordeaux
 PUC – Publicações Universidade Católica
 PUF – Presses Universitaire de France
 PULP – Pretoria University Law Press

PUP – Princeton University Press
PUR – Presses Universitaires de Rennes
PUS – Presses Universitaires du Septentrion
PUSP – Pubblicazioni dell’ Università degli Studi di Perugia
PUV – Publicaciones Universitat de Valencia

QJ – Quid Juris
QL – Quartier Latin
QLR – Quinnipac Law Review

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
RARIS – Ritsumeikan Annual Review of International Studies
RBDI – Revue Belge de Droit International
RBH – Revista Brasileira de História
RCHD – Initium. Revista Catalana de Historia del Dret
RC – Religious Compass
RCADI – Recueil des Cours de l’Académie de Droit International
RCEEL – Review of Central and East European Law
RD – Revista Debates
R-D – Relume-Dumará
RDCESUSC – Revista de Direito do CESUSC
RDCI – Revista de Direito Constitucional e Internacional
RDH – Revue de Droits d’Homme
RDHB – R. Dezeimeris et H. Barckhausen
RDI – Revue de Droit International
RDILC – Revue du Droit International et de la Législation Comparée
RdL – Rei dos Livros
RdN – Revista del Notariado
RDP – Revista de Direito Público
RDR – Rivista di Diritto Romano
R&E – Robinson & Evans
REDI – Revista Española de Derecho Internacional
REGN – Revista da Escola de Guerra Naval
REI – Revista de Estudos Internacionais

REHS – Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad

Rele.DI – Revista Electrónica de Direito Internacional

REP – Revista de Estudios Políticos

RFC – Revista Filosófica de Coimbra

RFL – Revista da Faculdade de Letras

RFDUL – Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

RFDUFMG – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

RFDUP – Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

RGDIP – Revue Générale de Droit International Public

RFLH – Revista da Faculdade de Letras. História

RH – Revista de História

RHC – Revista de Historia Canária

RHDFE – Revue Historique de Droit Français et Étranger

RHM – Revista de História Militar

RHMC – Revue d’Histoire Moderne & Contemporaine

RHouse – Ramdon House

RHR – Revista de História Regional

RHSM – Revista de História Social y de las Mentalidades

RIAA – Reports of International Arbitral Awards/Recueil des Sentences Arbitrales

RIEP – Revista Internacional de Estudios Políticos

RIHGB – Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro

RIHM – Revue Internationale d’Histoire Militaire

RIS – Review of International Studies

RivDI – Rivista di Diritto Internazionale

RJ – Ratio Juris

RJAADFLL – Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

RJBNS – Romanian Journal for Baltic and Nordic Studies

RJVPR – Revista Jurídica Virtual da Presidência da República

RJUPIDH – Revista Jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique,

R&L – Rowman & Littlefield

RLT – Roman Legal Tradition

RMD.DHF – Revista Mestrado em Direito. Direitos Humanos Fundamentais

RP – Res Publica
 RPDUE – Revista do Programa de Direito da União Europeia
 RQ – Renaissance Quarterly
 RRCP – Rumo. Revista de Cultura Portuguesa
 RUC – Revista da Universidade de Coimbra
 RUP – Rutgers University Press
 RUSP – Revista USP
 RT – Revista dos Tribunais
 RTemp – Revista Tempo
 RTIC – Revista Trimensal do Instituto do Ceará
 RVB – Ramanad Vidya Bhawan

 SAYIA – South Africa Yearbook of International Affairs
 S&A – Seabra & Antunes
 SAC - Scribner, Amstrong & Co
 SADCLJ – SADC Law Journal
 SAFE – Sergio Antonio Fabris Editor
 SARP – School of American Research Press
 SB – Stackpole Books
 SBL – Society of Biblical Literature
 SBS – Society of Biblical Studies
 SC – S. Chand
 SCJ – Sixteenth Century Journal
 SD – Security Dialogue
 S&D – Segurança & Defesa
 SdC – Sá da Costa
 SEBSS – Southeast European and Black Sea Studies
 SEC – Smith, Elder & Co.
 SF – Senado Federal
 S & HR – Security & Human Rights
 SI – Security Index: A Russian Journal on International Security
 SidUP – Sidney University Press
 SitR – Studies in the Renaissance
 SJ – Scientia Juridica. Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro

SJEAA – Stanford Journal of East Asian Affairs
 SJICL – Singapore Journal of International & Comparative Law
 SJIL – Stanford Journal of International Law
 SL – Sette Letras
 SLit – Sugestões Literárias
 SLJIL – Sri Lanka Journal of International Law
 SLR – Sidney Law Review
 SLS – Social and Legal Studies
 SLULJ – Saint Louis University Law Journal
 SMC – Secretaria Municipal de Cultura
 SMCo – Simpkin, Marshall e Co
 SMUP – Southern Methodist University Press
 S&N – Sijthoff & Noordhoff
 SNT – Serviço Nacional de Teatro
 Soundings – Soundings: An Interdisciplinary Journal
 SP – Shalem Press
 SS – Soviet Studies
 S&S – Steven & Sons
 S&Sch – Simon & Schuster
 Stability – Stability Journal: International Journal of Security and Development
 StMP – St. Martin Press
 Survival – Survival: Global Politics and Strategy
 SUNYP – State University of New York Press
 SUP – Stanford University Press
 SYIL – Singapore Yearbook of International Law
 SyrUP – Syracuse University Press

TA – The Americas
 TaH – Thames and Hudson
 TaS – Theory and Society
 TAT – Typografia A Tentadora
 TCLT – Typographia da Companhia da Lytho-Typographia
 TContas – Tribunal de Contas
 TdC – Tinta-da-China

TdE – Travessa dos Editores
 TdH – Tribuna da História
 TdP – Typographia da Parceria
 TEc – The Economist
 TeD – Temas e Debates
 TemA – Temas Americanistas
 TexSU – Texas State University
 Themis – Themis. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
 TI&CLJ – Temple International & Comparative Law Journal
 TJIL – Texas Journal of International Law
 TlB – Tirant lo Blanch
 TL&CP – Transnational Law & Contemporary Problems
 TLR – Texas Law Review
 TM – Typographia Maignense
 TMAP – T.M. Asser Press
 TN – Typographia Nacional
 TOb – The Observer
 TP – Typographia Piratininga
 TPub – Transnational Publishers
 Trames – Trames. A Journal of Humanities and Social Sciences
 TSO – The Stationary Office
 TSU – Tbilissi State University
 TU – Typographia Universal
 TUP – Temple University Press
 TVSN – Typographia da Viúva Sousa Neves
 TWH – The White House
 TWQ – Third World Quarterly

UA – Universidade dos Açores
 UAM – Universidad Autonoma de Madrid
 UB – University of Bristol
 UC – Universidade de Córdoba
 UCalP – University of California Press
 UC-FH – University of Cambridge, Faculty of History

UCILR – University of California Irvine Law Review
UCLR – University of Chicago Law Review
UCP – Universidade Católica Portuguesa
UChiP – University of Chicago Press
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFLR – University of Florida Law Review
UFP-PPGL – Universidade Federal da Paraíba- Programa de Pós-Graduação em Letras
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Universidade de Guadalajara
UH – Universidad de Huelva
UIA – Universidad Iberoamericana
UIP – University of Illinois Press
UKS – University of Kansas Press
ULLG – Université des Langues et Lettres de Grenoble
ULR – Utah Law Review
UM – Ugo Mursia
UMIALR – University of Miami Inter-American Law Review
UMP – University of Minnesota Press
UMichP – University of Michigan Press
UN – United Nations
UNCP – University of North Carolina Press
UNDP – University of Notre Dame Press
UNHR – United Nations Human Rights/Office of the High Commissioner
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNL – Universidade Nova de Lisboa
UNTS – United Nations Treaty Series
UNUP – United Nations University Press
UPFlo – University of Florida Press
UPIDH – Universidade Portucalense Infante D. Henrique
UPJIL – University of Pennsylvania Journal of International Law
UPLR – University of Pennsylvania Law Review
UPP – University of Pennsylvania Press
UPPac – University Press of the Pacific
UR – University of Rijeka

US – Universidad de Salamanca
USP – FFLCH Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
USout – University of Southampton
UTexP – University of Texas Press
UTFLR – University of Toronto Faculty Law Review
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
UTLR – University of Toronto Law Review
UTP – University of Toronto Press
UWP – University of Wales Press

VJTL – Vanderbilt Journal of Transnational Law
VandUP – Vanderbilt University Press
VeP – Vita e Pensiero
VG&EE – V. Giard & E. Brière
VH – Varia História
VJIL – Virginia Journal of International Law
VK – Vittorio Klostermann
VRF – Veritas. Revista de Filosofia
VS – Verlag für Sozialwissenschaften
VUP – Virginia University Press/University Press of Virginia
VUWLR – Victoria University of Wellington Law Review

WaN – Weidenfeld and Nicolson
WB – William Benning
WBCL – Waseda Bulletin of Comparative Law
WBE – William B. Eerdmans
WBS – William Blackstone and Sons
WiH – War in History
WitUP – Witwatersrand University Press
WILJ – Wisconsin International Law Journal
WLLR – Washington & Lee Law Review
WLR – Willamette Law Review
WayLR – Wayne Law Review

W&MR – William & Mary Quarterly

WP – Westview Press

WPol – World Politics

WQ – Washington Quarterly

WSH – Wildy, Simmons and Hill

WT – William Tait

WUIR – Washington University International Review

WUGSLR – Washington University Global Studies Law Review

WUP – Wisconsin University Press

WWICS – Woodrow Wilson International Center for Scholars

WWP – Woodrow Wilson Press

WWSPIA – Woodrow Wilson School for Public and International Affairs

YHR&DLJ – Yale Human Rights & Development Law Journal

YILC – Yearbook of the International Law Commission

YJIL – Yale Journal of International Law

YLJ – Yale Law Journal

YJWPR – Yale Journal of World Public Order

YUP – Yale University Press

ZAORV – Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht

ZB – Zone Books

ZMPIER – Rechtsgeschichte-Legal History. Zeitschrift des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte

ZNR – Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte

DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CARATERES

Declaro que esta tese ocupa um total de 672.473 carateres, incluindo espaços e notas.

RESUMO

Pretendia-se com esta tese fazer um estudo a respeito do estatuto jurídico das intervenções humanitárias unilaterais no atual Direito Internacional. E foi o que se tentou fazer a partir de uma perspectiva predominantemente jurídico-analítica, procurando-se encontrar nas normas internacionais e internas, orientações para responder a essa questão de base. No entanto, tal propósito revelou-se mais difícil do que o previsto, pois nem os textos convencionais que regulam o uso da força nas relações internacionais (nomeadamente a Carta das Nações Unidas e os regionais africano, europeu, e interamericano) são consistentes, quer internamente, quer entre si, como também não é possível encontrar respostas suficientemente satisfatórias, noutros regimes jurídicos e institutos internacionais (por exemplo, responsabilidade do Estado, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional Penal, responsabilidade de proteger) e institutos internos (textos constitucionais) e nem na prática costumeira juridicamente relevante dos Estados.

Atendendo a essa constatação, recorreu-se a uma perspectiva histórico-jurídica para tentar verificar o modo como os regimes jurídicos internos ou internacionais foram reagindo a situações em que a justificação para o uso da força esteve relacionada com valores fortemente arraigados numa determinada sociedade ou correspondeu a objetivos estratégicos centrais de um Estado. As respostas foram, na maioria dos casos, demonstrativas de uma invocação sistemática de elementos morais e civilizacionais em situações de superioridade militar e tecnológica redutora dos riscos de qualquer tipo de inversão em que o interveniente pudesse ser colocado no polo passivo de uma operação armada. Assim sendo, a evolução da utilização de argumentos humanitários sempre transportou consigo este lado obscuro e imperialista. Das vezes em que essa reversibilidade de papéis esteve presente, como após a Guerra dos Trinta Anos, tentou-se desenhar mecanismos multilaterais de contenção da intervenção por motivos que tivessem a ver com concepções morais particulares de cada Estado.

Tal posição foi sempre efémera. A verdade é que um Estado não consegue ser amputado dos seus elementos axiológico-morais constitutivos, portanto, mais cedo ou mais tarde, emergirá a tentação de exportar ou de concretizar os seus próprios valores a uma escala transnacional, o que cria um dos pressupostos mais importantes para a manutenção de um sistema baseado na não-intervenção: a sua aceitação incondicional. Atendendo a esta situação, que diz respeito particularmente ao Estado de Direito

Democrático – o protótipo da comunidade política organizada a partir de pilares morais, com as suas próprias contradições e tensões – partiu-se para a discussão de um terceiro ponto, mais filósofo-jurídico, o de saber se o Direito Internacional pode ter, em contexto de divergências culturais e morais fortes, bem como interesses estratégicos tão antagónicos, a veleidade de pretender regular de forma clara uma figura tão axiologicamente marcada, como é a das intervenções humanitárias. E parece que não. O atual estatuto das intervenções humanitárias unilaterais não deixa de ser uma resposta sistémica para evitar a rutura, mantendo-se num limbo jurídico, entre o lícito e o ilícito, o que permite que os Estados refratários continuem a poder censurá-las, ao passo que os que a defendem, continuem, desde que estejam presentes certas condições, a considerá-las legítimas. Tais conclusões não deixam de produzir efeitos na própria conceção que temos do Direito Internacional, mormente em relação à sua propalada completude, binariedade (lícito-ilícito) e capacidade atual de regular qualquer relação moralmente carregada entre os Estados e demais atores internacionais.

Palavras-chave: Direito Internacional; Direito Constitucional; História; Incerteza; Limites

ABSTRACT

With this thesis, I had in mind studying the international legal status of unilateral humanitarian intervention. That was what one tried to do by following a predominantly legal-analytical perspective aimed at finding in international and domestic norms elements to answer basic research questions. Notwithstanding, such objectives were more demanding than anticipated because, nor the conventional texts that regulated the use of force in international relations (namely the United Nations Charter and african, european and interamerican regional instruments) were fully consistent – both internally and among themselves –, nor it is possible to find satisfactory answers in other international legal regimes or institutes (for example, regarding State Responsibility, International Human Rights Law, International Criminal Law, responsibility to protect) and in the State practice relevant to Customary International Law.

Taking this conclusions into consideration, I opted for using a legal history perspective in order to identify the manner how internal and international legal regimes reacted to situation in which justification for using force was related to essential values of a specific society or corresponded to central strategic objectives of States. In the majority of cases, the answers were demonstrative of a pattern of systematic invocation of moral and civilizational in situations of military and technologic that reduce risks of being put in the passive side of an armed operation. Therefore, evolution of the use of humanitarian argumentation always had an obscure and imperialistic face. When reversibility of roles was present – namely after the Thirty Years War – the system tried to contain intervention for motives related to particular moral conceptions of each State.

Such positions were short-lived though. The true is that a State cannot be amputated of its constitutive moral elements, thus, sooner or later, the temptation of exporting ou enforce its own core values in a transnational scale emerges. Noting this situation, which is specially important for a Constitutional Democracy – the prototype of a political community based on moral pillars, with their own tensions and contradictions – I followed another path to discuss a more legal philosophical point, of knowing if International Law can, in a context of strong cultural and moral differences, as well as antagonic strategic interests, aim at regulating in a clear manner the morally marked figure of humanitarian intervention. The answer must be negative. The contemporary status of unilateral humanitarian intervention is, in spite of all, a systemic

reaction to prevent rupture, maintaining it in a legal grey area, between the legal and the illegal, which allows critical States to censor it, while equally opening the possibility that favourable States of legitimizing it, if certain conditions present. Such conclusions produces effects on the conception that one has of International Law, namely in relations to its celebrated completeness, binarity (lawful-unlawful) and its capacity to regulated relation with a strong moral connection between States and other international actors.

Keywords: International Law; Constitutional Law; History; Uncertainty; Limits

PRIMEIRA PARTE

ASPETOS INTRODUTÓRIOS – A CONTROVÉRSIA SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM DIREITO À INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA UNILATERAL NO SÉCULO XXI E A NECESSIDADE DE SE REFAZER O SEU PERCURSO NO DIREITO INTERNACIONAL E CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

INTRODUÇÃO GERAL

Depois de anos de bonança na última década do século XX, nos quais o internacionalista se preocupou preferencialmente com as normas de cooperação e de comércio exterior ou com o direito da integração regional e com a constituição de organizações internacionais, acontecimentos recentes mostraram a necessidade de se dar renovado olhar a um dos problemas mais antigos que confrontam o Direito Internacional: a guerra¹ (no sentido comum e político e não jurídico-internacional). Com efeito, os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, primeiro, impelindo os Estados Unidos a intervir no Afeganistão e, em seguida, a preocupar-se com o Iraque, deixaram em destaque as normas que regulam o uso da força no Direito Internacional². O caso mais recente da intervenção militar autorizada pelo Conselho de Segurança na Líbia e a não-concretizada operação militar contra as forças de Bashar Al-Assad na Síria são somente novas situações de guerra, geradoras de grave crise humanitária, a serem agregadas à vasta lista de conflitos militares ocorridos desde o advento da Carta das Nações Unidas, em 1945³.

Não se pense que são acontecimentos à margem do Direito. Apesar de os realistas insistirem na máxima latina *inter arma silent lege*⁴ o que se verifica é que, pelo contrário, os Estados, mesmo os mais poderosos, têm a necessidade de recorrer às normas vigentes para justificar a sua conduta, demonstrando que, mesmo em situações-

¹ Ver a discussão promovida por Yoram Dinstein, *War, Aggression and Self-Defence*, 3. ed. Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 3-15, 15.

² Sobre a matéria, Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, Oxford, Clarendon, 1963; Anthony Clark Arend & Robert J. Beck, *International Law and the Use of Force: Beyond the United Nations Charter Paradigm*, London, Routledge, 1993; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, Oxford, OUP, 2001; Yoram Dinstein, *War, Aggression and Self-Defence*, 3. ed. Cambridge, UK, CUP, 2000; Michael Byers, *War Law. International Law and Armed Conflict*, London, Atlantic, 2005, pp. 85-91.

³ Veja-se, por exemplo, Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, University Park, Penn, PSUP, 2009.

⁴ Ver Cícero, “Pro T. Annio Milo” in: *Selected Orations*, Translated into English with the Original Latin, from the Best Editions, in the Opposing Side, London, CGG, R&E, 1792, pp. 434-507 (“silent enim leges inter arma”), p. 442; do ponto de vista da literatura jurídica internacional, desenvolve-se argumentação aproximada no sentido de que o sistema de controlo do uso da força centrado na Carta das Nações Unidas “morreu” (cf. Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, New York, Palgrave, 2001, *passim*, e, de modo um pouco menos assertivo, Anthony Clark Arend, “International Law and the Preemptive Use of Military Force”, *The Washington Quarterly*, v. 26, n. 2, 2003, pp. 89-103 (mas para todos os efeitos com a mesma tese) (p. 101), e A. Mark Weisburd, “The War in Iraq and the Dilemma of Controlling the International Use of Force”, *TJIL*, v. 39, n. 4, 2004, pp. 521-560 (dizendo que está num estado terminal e sem capacidade evidente de recuperação”) (p. 560). Por fim, Mary Dudziak, *War Time. An Idea, its History, Its Consequences*, New York, OUP, 2012.

limite, como a guerra, o sistema jurídico ainda tem um papel importante a desempenhar⁵.

Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono proporcionaram argumentos para aqueles que desejam mudanças no sistema internacional de regulação do uso da força militar⁶. Alguns Estados e internacionalistas sustentam que as regras tradicionais não conseguem dar respostas eficazes às novas ameaças, principalmente provenientes de grupos não-estatais, com acesso às mais avançadas tecnologias e sem constrangimento nenhum em usá-las⁷. Além disso, a fragilização ou fracasso efetivo⁸ do Estado em algumas regiões, com o consequente surgimento da anarquia⁹, suscitam, *per se*, a revisão dos enfoques tradicionais do Direito Internacional, razão pela qual a regulação jurídica do uso da força recuperou hoje, talvez para a desgraça da humanidade, a importância que desde os primórdios desfrutou no Direito Internacional e que, na realidade, nunca chegou a perder¹⁰.

Uma das questões mais polêmicas que envolvem o uso da força no Direito Internacional é a das intervenções humanitárias. Nos últimos vinte e cinco anos, coincidindo com o fim da Guerra Fria, tem sido um problema recorrente, como nos

⁵ Em geral sobre esta questão, v. Michael Byers, *War Law. International Law and Armed Conflict*, p. 3 (sustentando que os Estados tentam sempre amparar os seus usos da força em bases jurídicas), e David Kennedy, *Of War and Law*, Princeton, PUP, 2006, pp. 24-25 (chamando a partilha de um vocabulário comum entre os Estados em matéria de licitude do uso da força) e, no contexto da discussão sobre a relevância do Direito Internacional depois da Guerra do Iraque, Jane Stromseth, “Law and Force after Iraq: A Transitional Moment”, *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 628-642 (falando de uma aceitação disseminada da Carta, não obstante as divergências de interpretação das suas disposições, e a sua capacidade para se adaptar a novos desafios), e Andreas Paulus, “The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?”, *MJIL*, v. 25, n. 3, 2004, pp. 691-733 (destacando literalmente que alguns apoiantes da Administração aparentemente adotaram a última posição [de acordo com a qual a Carta estava morta e portanto tudo seria permitido nessa matéria], mas que isso não constituía a posição oficial da Administração).

⁶ A respeito destes desafios, ver, entre outros, Nico Schrijver, “Challenges to the Prohibition to Use Force: Does the Straightjacket of Article 2(4) UN Charter Begin to Gall to Much?” in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, pp. 31-45, para quem está em curso um reequacionamento do uso da força nas relações internacionais), e, para uma posição de defesa do sistema, Michael Bothe, “Has Article 2 (4) Survived the Iraq War?” in: Michael Bothe; Mary Ellen O’Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 417-431.

⁷ A visão cristalizada na *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, TWH, 2002, pelo Presidente George W. Bush não mudou substancialmente neste quesito em particular nas versões mais recentes do mesmo documento estratégico (cf. *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, TWH, 2010, *passim*).

⁸ Entre outros, cf. Nii Lante Wallace-Bruce, “Of Collapsed, Dysnfunctional and Disoriented States: Challenges to International Law”, *NILR*, v. 47, n. 1, 2000, pp. 53-73, e Odair Barros Varela, “Intervenções externas humanitárias: legitimidade e limites. O caso dos Estados ‘frágeis’, ‘falhados’ ou ‘colapsados’”, *REI*, v. 2, n. 2, 2012, pp. 6-29.

⁹ Ver a este respeito, Francis Fukuyama, *State-Building: Governance and World Order in the 21st century*, Ithaca, Cornell UP, 2004.

¹⁰ A respeito da história da regulação da guerra, cf. Steffen Neff, *War and the Law of Nations. A General History*, Cambridge, UK, CUP, 2005.

casos em que não houve reações institucionais do Conselho de Segurança (como nos casos da Somália, Haiti, Bósnia, Líbia), seja em casos que não houve qualquer autorização desse órgão do sistema das Nações Unidas e aquelas foram empreendidas por organizações regionais, coligações de boa vontade ou Estados (nas situações da Libéria, Iraque, Serra Leoa, Kosovo, que se juntam aos que ocorreram nos anos setenta do século XX: Bangladesh, Cambodja, Uganda e Império Centro-Africano). Mesmo as situações de omissão da comunidade internacional, particularmente nos casos do Ruanda e da Síria, não deixaram de suscitar intenso debate e controvérsia internacional e interna. Todos esses casos condicionaram a agenda em termos de proteção de direitos humanos, por vezes contribuindo para o lançamento de operações militares, por vezes contendo tais empreendimentos, mesmo quando objetivamente necessários.

Trata-se, pois, de um problema relevante para a ordem internacional, mormente para a Ciência Política, a Ética e o Direito que se debruçam sobre a segurança. No âmbito jurídico em específico, é um domínio recoberto pelo Direito Internacional e pelo Direito (interno) da Segurança Internacional¹¹. Ramo que, nas suas atuais configurações, foi concebido no Pós-Guerra, e que, em virtude de condicionalismos políticos – entre os quais, o principal foi a Guerra Fria – nunca chegou a funcionar a contento¹². Criou, outrossim, uma indesejada, mas talvez inevitável, tensão entre a desejabilidade da conduta coletiva e a sua substituíbilidade pela ação individual¹³, entre a normatividade do sistema e a sua adaptabilidade a mutantes circunstâncias práticas¹⁴, entre os constrangimentos necessários para limitar os Estados mais poderosos e situações que moralmente demandam a sua ação, apelando ao seu sentido de justiça, mesmo que às expensas das normas internacionais.

Representativamente, no discurso de apresentação do seu relatório anual à Assembleia Geral, em 1999, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan,

¹¹ Para estas noções, cf Daniel Colard & Jean-François Guilhaudis (orgs.), *Le droit de la sécurité internationale*, Paris, Masson, 1986; Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional da Segurança*, Coimbra, Almedina, 2013, e Nigel White, *Advanced Introduction to International Conflict and Security Law*, Cheltenham, EdE, 2014; um resumo poder-se-ia encontrar em Jorge Bacelar Gouveia, ‘Direito Internacional da Segurança’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coord.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 154-157.

¹² Representando diversos momentos cf. Thomas Franck, “Who Killed Article 2(4)? Changing Norms Governing the Use of Force by States”, *AJIL*, v. 64, n. 5, 1970, pp. 809-837; Frederic Kirgis Jr, “The Security Council First Fifty Year’s”, *AJIL*, v. 89, n. 3, 1995, pp. 503-539.

¹³ *A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*, New York, UN, 2004, pp. 199-203, é um exemplo deste dilema.

¹⁴ Para uma constatação do paradoxo à luz dos desenvolvimentos mais recentes do uso da força, Carsten Stahn, “Between Law-breaking and Law-making: Syria, Humanitarian Intervention and ‘What the Law Ought to be’”, *JCSL*, v. 19, n. 1, 2014, pp. 25-48.

questionou a comunidade internacional, relembrando a sua omissão, particularmente dos órgãos principais das Nações Unidas, no caso do Ruanda, e também a polémica que envolveu os ataques da OTAN à Federação Jugoslava em 1999, nos seguintes termos: “se, naquelas horas e dias sombrios que levaram ao genocídio, uma coligação de Estados estivesse preparada para agir em defesa da população tutsi, mas o Conselho de Segurança tivesse recusado ou retardado a luz verde, será que essa coligação deveria desistir e permitir o terror?”¹⁵. A indagação feita por Annan corresponde à feliz síntese da contradição que envolve a questão das intervenções humanitárias unilaterais. Um dilema que é válido tanto para o académico quanto para a maioria dos Estados que estabeleceu e, na maior parte das vezes, é leal aos princípios que sustentam a Carta das Nações Unidas, que proíbem o uso e a ameaça do uso da força nas relações internacionais, e que consideram haver um dever de impedir o genocídio e massacres disseminados aos direitos humanos básicos. Por um lado, portanto, está-se perante a obrigação de se respeitar o sistema multilateral de segurança coletiva estabelecido em 1945, e que permite o uso público da força para proteger os direitos humanos, por outro, está-se confrontado com a não menos imperiosa necessidade de proteger indivíduos ameaçados de violações gravíssimas aos seus direitos humanos em casos nos quais o sistema de proteção não funciona ou é ineficaz¹⁶.

Algumas características desta discussão saltam imediatamente à vista. A primeira é que somente faz sentido o debate jurídico sobre a licitude das intervenções humanitárias unilaterais uma vez que se está perante um sistema internacional no qual o uso internacional da força é ilícito ou, no mínimo, sofre fortes limitações. Não teria, pois, lógica refletir sobre a legalidade das intervenções humanitárias unilaterais num cenário internacional no qual, por exemplo, as máximas realistas de Maquiavel sobre a guerra¹⁷, gozassem de algum estatuto fundacional, em jeito de *grundnorm* kelseniana¹⁸. Com tais premissas, qualquer modalidade de uso da força seria permitida, mesmo que tivesse a intenção ostensiva de prosseguir fins menos nobres e marcadamente imorais,

¹⁵ Teses reproduzidas em Kofi Annan, “Two concepts of sovereignty”, *The Economist*, 18 September 1999.

¹⁶ Yogesh K. Tyagi, “The Concept of Humanitarian Intervention Revisited”, *MJIL*, v. 16, n. 3, 1995, p. 884, reflete-o destacando a sua dependência de dois conceitos, o de direitos humanos, respeitável, e o de intervenção, problemático.

¹⁷ “*Justus est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est*” (“A guerra é justa para aqueles que ela se impõe pela necessidade e as armas são pias para aqueles que não tem outra esperança a não ser nelas”) (Niccoló Machiavelli, “Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio” in: *Opere Complete*, 8. ed., Milano, UM, 1983, l. III, cap. XII, p. 340).

¹⁸ Hans Kelsen, *Teoria Pura do Direito [Reine Rechtslehre]*, João Baptista Machado (trad.), São Paulo, MF, 1998, *passim*, cap. 1 (4).

como a aquisição de território ou a obtenção de escravos. Não é obviamente o caso porque a Carta das Nações Unidas proíbe o uso e a ameaça do uso da força. Apesar de poder ter a eficácia e alcance dessa normas, não terá propriamente a sua validade geral contestada. De outra parte, dedicar uma investigação à legalidade das intervenções humanitárias unilaterais se se estivesse perante um sistema internacional que inequivocamente as afastasse ou impedisse o surgimento de qualquer norma, não permitiria ultrapassar o critério da relevância académica. Observa-se que não é assim. As normas internacionais que regulam o uso da força nas relações internacionais não são claras e não poderiam sê-lo já que não existe norma tão límpida que dispense interpretação¹⁹. Dão, outrossim, margem a alguns conflitos hermenêuticos. Tanto o famoso artigo 2 (4) da Carta ou os seus artigos 52 e 53, que têm uma incidência direta sobre as intervenções humanitárias unilaterais, como o artigo 51, que regula a legítima defesa internacional, têm despertado interpretações muito diferentes por parte de Estados e de juristas. Ademais, o Direito Internacional ainda mantém características bastante próprias, e que permitem, a todo o tempo, e salvo algumas restrições, mudanças normativas por meio de violações a normas preexistentes e a formação de um novo costume²⁰. Como ultimamente ocorreram uma série de casos em que foi alegada uma eventual exceção à proibição do uso da força, desde que esta fosse usada com fins humanitários, a investigação sobre o seu impacto no Direito torna-se absolutamente necessária.

Se tal discussão há pouco tempo só suscitava interesse no seio de internacionalistas, os acontecimentos que envolveram a intenção não concretizada de operações militares contra a Síria baseadas num misto de punição pelo uso de armas químicas e intervenções humanitárias²¹, também começa a gerar, pelo menos alguma curiosidade, em relação ao papel que o Direito Constitucional pode desempenhar nessas matérias, fazendo com que passasse igualmente a ter alguma relevância nas discussões constitucionais mais recentes. Nesta medida, é um aspeto a ter em conta em todo este debate. No entanto, por motivos evidentes de preponderância, a sua dimensão será necessariamente ancilar ao Direito Internacional em razão de os sistemas constitucionais

¹⁹ Cf. H.L.A. Hart, *The Concept of Law*, 2.ed., Oxford, UK, Clarendon, 1994, cap. VII, e Andrei Marmor (ed.), *Law and Interpretation. Essays in Legal Philosophy*, Oxford, OUP, 1998.

²⁰ Antonio Cassese, “*Ex Iniuria Ius Oritur*. Are we Moving Towards International Legitimation of Forcible Humanitarian Countermeasures in the World Community?”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 23-30.

²¹ Ver Carsten Stahn, “Between Law-breaking and Law-making: Syria, Humanitarian Intervention and ‘What the Law Ought to be’”, p. 31, chamando a atenção para a novidade do tipo de intervenção que ocorreu no Afeganistão, Iraque e Síria.

em matéria de uso da força respondem tradicionalmente, a impulsos externos jurídico-internacionais²².

Não é a primeira vez que tento abordar o tema. Outrossim, no seio de um projeto mais amplo de investigação geral sobre a regulação do uso da força feito anos atrás já havia tido a oportunidade de tecer algumas considerações sobre a licitude das intervenções humanitárias²³. Em certo sentido, o presente trabalho acaba por ser uma continuação da principal conclusão na altura adotada. É uma tentativa de dar uma resposta mais consistente e trabalhada ao problema das intervenções humanitárias unilaterais, não só porque me ficou a sensação de alguma precariedade teórica, mas também em razão dessa tese não-publicada ter suscitado alguma reação localizada de outros investigadores, particularmente brasileiros, que sobre ela teceram algumas considerações, por vezes críticas²⁴. Conjugados esses dois elementos, considere, sem mudar substantivamente as grandes conclusões da dissertação, tentar formular os fundamentos e elementos desta tese em bases um pouco mais sólidas, ainda que, por motivos óbvios, passíveis de refutação e de negação no bom estilo popperiano²⁵.

Sem se tentar extrapolar os limites de uma tese desta natureza, há três partes que se distinguem de alguma forma, mas que integram o mesmo todo, todas imprescindíveis para a reflexão que se pretende fazer: uma parte mais dogmático-normativa, uma assumidamente histórica e uma conclusão estrutural-filosófica. Não obstante, de um ponto de vista dos propósitos da tese serem etapas fundamentais para se responder à questão que nos preocupa, enquanto documento informativo permite uma avaliação separada desses compartimentos pelo leitor.

A estrutura da tese tenta responder a esses desafios, comportando quatro partes, incluindo, pois, a primeira, preliminar, na qual se integra este capítulo introdutório geral (cap. 1), mas também uma apresentação sobre questão das intervenções humanitárias

²² Cf. José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional Através dos Tempos e a sua Influência sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: id., Odair Barros Varela & Suzano Costa (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 89-155.

²³ Id., *Regulamentação do uso da força no Direito Internacional e legalidade das intervenções humanitárias unilaterais*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, CCJ, UFSC, 2003.

²⁴ Cf. Renata Vargas do Amaral, “A questão da soberania frente à necessidade de proteção dos direitos humanos”, *RDCESUSC*, n. 1, 2006, pp. 109-139; André Vinicius Tschumi, *Princípio da Segurança Colectiva e a Manutenção da Paz Internacional*, Curitiba, Juruá, 2007, pp. 223-227; Anita Kons da Silveira, “A intervenção humanitária como forma de proteção dos direitos humanos”, *REDI*, v. 4, 2009, pp. 362-390; Paulo Emílio Borges de Macedo, “Análise da Legalidade da Intervenção do Iraque”, *REGN*, n. 13, 2007, pp. 6-31.

²⁵ Karl Popper, *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, Abingdon, Routledge & KP, 1963.

unilaterais no Direito Internacional da Segurança, confrontando o regime jurídico convencional (o universal e os regionais) aplicáveis (cap. 2), e a dimensão costumeira com o inevitável levantamento e tratamento dos casos relevantes em que a figura foi invocada para justificar empreendimentos bélicos (cap. 3). Para o capítulo 4 reservou-se a resposta de outras áreas do Direito Internacional que, atendendo à fragmentação que caracteriza a disciplina na atualidade, também podem incluir normas aplicáveis às intervenções humanitárias, bem assim como a evolução da regulação jurídico-constitucional nessa mesma matéria, seja numa perspetiva substantiva, seja processual (cap. 4). Ainda dentro desta parte tenta-se fazer o levantamento representativo do tratamento doutrinário que tem sido dado no mundo e no espaço lusófono, especialmente em Portugal, a esta temática (cap. 5) e, finalmente, definir a abordagem e metodologias resultantes da escolha da História do Direito, como recurso auxiliar para se tentar o entendimento do atual estatuto jurídico das intervenções humanitárias no Direito Internacional Contemporâneo (cap. 6).

Sendo certo que os propósitos de cada obra são diferentes e por isso legítimos sob este prisma, não deixa de ser importante justificar porque não nos limitamos a considerar, como a maior parte dos estudos históricos sobre as intervenções humanitárias, o seu início no século XIX²⁶ ou no período das guerras religiosas europeias²⁷. Uma das razões está relacionada à prossecução de um objetivo que, ressalvados os perigos e riscos, deve ultrapassar a limitação linguística do termo ‘intervenção de humanidade’ ou ‘humanitária’ para tentar encontrar situações que são estruturalmente similares, ainda que subordinadas a classificação ilocucionária diferente, nomeadamente de intervenção para proteger os oprimidos ou os inocentes. Não haveria qualquer base para não as incluir, uma vez que estruturalmente partilham elementos nucleares, apesar das mutações que foram sofrendo ao longo dos tempos e que não se discute²⁸. A outra é consideramos que tanto estas formas mais distantes, como as menos, usaram, formatando-as aos seus próprios contextos, conceitos, categorias e outros aportes teóricos ou históricos provenientes de períodos anteriores, sendo os casos das doutrinas da guerra santa e da guerra justa os mais representativos.

²⁶ Cf. Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, New York, AK, 2008, *passim*.

²⁷ Seguir Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista*, Madrid, UAM/Catarata, 2005, *passim*, e D. J. B. Trim, “Conclusion: Humanitarian Intervention in Historical Perspective” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 381-401.

²⁸ O estudo recente D. J. B. Trim, sublinha precisamente esta dinâmica do ponto de vista dos sujeitos, regras, espaços, natureza e características (Ibid., p. 387).

Por este motivo optou-se por iniciar a segunda parte deste estudo, com os desenvolvimentos ocorridos desde os primórdios até às grandes civilizações orientais (incluindo Israel), a Índia e a antiga China²⁹, que mostram o início da formação de ideias e práticas de oposição entre a luz e as trevas e a necessidade de levar a civilização e a ‘libertação’ pela força (cap. 7); a evolução ocorrida no período clássico vem a seguir, com o Direito das Cidades-Estado da antiga Grécia, o Direito Público Romano e as normas jurídicas-internacionais desenvolvidas. Prosseguiu por linhas mais pró-democráticas com a prática de Atenas, mas, paradoxalmente, o desenvolvimento de institutos do Direito Constitucional e Militar romano, nomeadamente o seu Direito de Guerra, revelou-se essencial para a evolução futura do instituto das intervenções humanitárias unilaterais (cap. 8); em seguida, o quarto, cobrirá o período medieval e as contribuições dadas pelo judaísmo, islamismo e, especialmente, pela teoria e práticas cristãs da guerra justa, bem como os ensaios feitos da sua aplicação aos infiéis do Leste da Europa (cap. 9)³⁰.

Na terceira parte do trabalho, transitamos para o espaço ultramarino, local onde parte do desenvolvimento relevante do instituto objeto deste estudo decorre³¹. Dividimo-la em três segmentos, com a primeira a ser dedicada à utilização de conceitos de guerra justa para a proteção dos inocentes, recurso que, a partir da teorização de Francisco de Vitória e de vários escolásticos espanhóis, foi utilizado como uma das bases de justificação para o domínio castelhano das Américas (cap. 10). A segunda foca a menos estudada experiência lusitana no espaço de expansão de África e da Ásia, onde

²⁹ A imputação de eurocentrismo que é feita à historiografia jusinternacional – por exemplo, Arnulf Becker Lorca, “Eurocentrism in the History of International Law”, *passim* – podia globalmente ser feita à escolha dos temas e espaços a recobrir. Todavia, se não se pode concluir que na maior parte dos grandes temas internacionais civilizações não-europeias não chegaram a dar contribuições valiosas e que em certa medida quase todas as guerras têm alguma ligação civilizacional, o desenvolvimento mais relevante do instituto das intervenções humanitárias associou-se ao período de predomínio europeu e o unilateralismo que dele resultou é também evidência disto. Foi o que também Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, Cambridge, UK, CUP, 2005, p. 3, acabou por dizer em relação à mesma questão, lembrando que, objetivamente, não tiveram grande influência no Direito Internacional Moderno.

³⁰ Não obstante ser de um período central na formação da prática e arquitetura teórica por motivos culturais e ideológicos, a época medieval corresponderá ao que podemos considerar, quiçá para apaziguar os críticos mais puristas, a uma pré-história das intervenções humanitárias, expressão emprestada da periodificação usada por Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2008, pp. 104-108.

³¹ Convém esclarecer que esta cisão entre desenvolvimentos ultramarinos e continentais europeus, que, temporalmente, não faria sentido, no caso do Direito Internacional, como tinha demonstrado Carl Schmitt, *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, 4. auf., Berlin, D&H, 1997 [1. ed.: 1950], caps. 2 e 3, são essenciais para se compreender as diferentes lógicas que presidiram ao desenvolvimento das normas nos dois espaços, precisamente porque o espírito de Vestefália não era destinado a ultrapassar as fronteiras do ‘velho continente’, mantendo-se, pois, em larga medida, a aplicação unilateral e seletiva das normas no espaço extra-europeu, de apropriação e conquista.

se testou, embora de forma inconsistente, a aplicação de conceitos de legitimação baseados ou em ideias de santificação de empreitadas evangelizadoras ou as mesmas teorias esposadas por Vitória, em particular nas chamadas guerras angolanas ou na tentativa falhada de invasão do Império Monomotapa, ficando-se, todavia, no plano das intenções, intervenções solicitadas pelos padres inacianos para submeter a Abissínia, Japão e China (cap. 11). O espaço brasileiro também será objeto de estudo desta parte, marcado por um olhar sobre acontecimentos ocorridos no quadro da expansão portuguesa e que terá como grande elemento de promoção as relações entre colonos, autoridades, jesuítas e índios, em particular envolvendo discussões sobre os cativos indígenas como decorrência da guerra justa (cap. 12).

Na última parte da dissertação voltaremos ao espaço europeu para refletir sobre o período histórico marcado pelas intervenções em favor dos oprimidos dos séculos XVI a XVIII e as intervenções humanitárias do século XIX e sua utilização na primeira metade do século XX³². Esta parte encontra-se subdividida, mais uma vez, em quatro capítulos, sendo o primeiro sobre a teoria e a prática das intervenções em favor dos oprimidos no quadro das guerras religiosas europeias, em que foram usadas sempre a partir de uma perspectiva unilateral e assimétrica de proteção dos ‘nossos’, dos companheiros de fé (cap. 13). Mesmo a perda de protagonismo do Direito Natural, com o surgimento de um espaço anti-intervencionista mais claro, acaba por não gerar o ocaso da teoria e da possibilidade de invocação de argumentos humanitários para se fazer a guerra, ainda que, concomitantemente à regulação internacional menos permissiva que se seguiu à Paz de Vestefália (1648), se tenha juntado limitações internas, num processo caracterizado pela reaproximação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional em matéria de uso da força (cap. 14). Por fim, nos capítulos históricos finais propõe-se apresentar o desenvolvimento de um tipo de ação que passou a ser chamado de intervenção humanitária nos Séculos XIX e XX, particularmente o seu apogeu inicial de mecanismo idóneo para a proteção de minorias vítimas de massacres (Grécia, Síria, Cuba) (cap. 15), até à situação confusa do Entre-Guerras em que, por um lado, foi invocada pelas potências do Eixo em vários empreendimentos militares e, por

³² Alguns estudos diretamente ligados às intervenções humanitárias (Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista, passim*) ou de desenvolvimento de institutos (Luke Glanville, *Sovereignty & the Responsibility to Protect. A New History*, Chicago, UChiP, 2014) ou movimentos correlatos (Michael Barnett, *Empire of Humanity. A History of Humanitarianism*, Ithaca, CornellUP, 2011), centram-se numa história contemporânea que prossegue até à atualidade, mas não será o objetivo deste trabalho pelos motivos já expostos e porque a primeira parte do trabalho já se confronta com o seu estado presente e com a sua evolução hodierna.

outro, ficou como mácula para os Aliados, que nada fizeram para pôr termo ao Holocausto, mesmo depois de terem conhecimento da sua ocorrência (cap. 16). Considerações finais fecham a tese (cap. 17).

Compete um comentário final para dizer que adotou-se uma perspectiva relativamente flexível em relação às traduções. Optou-se, por vezes, pela tradução forma livre dos textos, em particular das fontes primárias, nomeadamente as normativas, mas, noutras, quando se entendeu que a tradução faria perder a força do original, decidiu-se prescindir dela.

CAPÍTULO SEGUNDO

DÚVIDAS E INCERTEZAS SOBRE O ESTATUTO DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS UNILATERAIS NO DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA CONTEMPORÂNEO

Do objetivo de se identificar a posição do Direito Internacional Contemporâneo em relação às intervenções humanitárias unilaterais decorrem, como é natural, dificuldades, as quais se adensam, em particular, pelo facto de as diretrizes normativas serem tudo menos inequívocas no Direito Internacional Contemporâneo. Isto porque, primeiro, a Carta das Nações Unidas, o principal instrumento convencional de regulação do uso da força, abre a possibilidade de o sentido normativo da proibição do uso e de ameaça do uso da força não ser tão taxativo quanto poderia parecer à primeira vista; segundo, porque, no mesmo nível convencional têm-se desenvolvido sistemas regionais que explicitamente contemplam a possibilidade de intervenção humanitária e, nalguns casos, sem autorização do Conselho de Segurança; terceiro, porque têm ocorrido, com alguma consistência, diversos casos de invocação direta ou indireta de argumentos humanitários para justificar a utilização da força armada; quarto, porque os sistemas de controlo interno do uso internacional da força não são suficientemente claros sobre as intervenções humanitárias unilaterais, colocando, na melhor das hipóteses, face ao conflito de princípios, condições processuais de autorização; e quinto, porque do conflito moral subjacente é particularmente difícil de ser resolvido, seja do ponto de vista interno, seja do externo; finalmente, sexto, porque politicamente haverá casos em que não será possível deixar de usar as brechas do Direito Internacional para intervir. É disso que tratarão este e os capítulos seguintes.

2.1. A Carta das Nações Unidas e as duas leituras da licitude das intervenções humanitárias

A primeira dificuldade resulta da própria Carta das Nações Unidas aprovada em 1945 com o objetivo de evitar o “flagelo da guerra”¹. Assente nos princípios da segurança coletiva² e da proibição do uso e da ameaça do uso da força, explicitamente

¹ V. ‘Carta das Nações Unidas [26 de Junho de 1945], reproduzida em *DR [Portuguesa]*, I Série, n. 117, 22 de maio de 1991, pp. 2746-2784, Preâmbulo.

² A este respeito, cf. José Pina Delgado, Entrada ‘Segurança Colectiva’ in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp.

só admitiria o uso unilateral em casos de legítima defesa³ ou contra os Estados inimigos, uma norma atualmente revogada pelo desuso⁴. É também verdade que esses dispositivos foram sofrendo, nalguns casos mutações, em outros novas interpretações (regra geral, expansivas), que alteraram ou foram precisando o seu sentido através da prática, nomeadamente com alguma expansão do alcance do direito à legítima defesa para abarcar certas modalidades de antecipação⁵ ou a consolidação de prática de implementação das decisões do Conselho de Segurança ao abrigo do Capítulo VII através de coligações de boa vontade e dos que “podem e querem”⁶.

479-481, e, Entrada ‘Segurança Coletiva’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 396-399.

³ Ver José Pina Delgado, “Legítima Defesa” in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp. 287-289, e os trabalhos já clássicos de Derek Bowett, *Self-defence in International Law*, Manchester, MUP, 1958; Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, Oxford, Clarendon, 1963, pp. 251-308; Jean Combacau, “The Exception of Self-Defence in U.N. Practice” in: Antonio Cassese (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, Dordrecht, MN, 1986, pp. 9-38; Stanimir Alexandrov, *Self-defence Against the Use of Force in International Law*, The Hague, KL, 1996; Yoram Dinstein, *War, Aggression and Self-defence*, 3. ed., Cambridge, CUP, 2001, pp. 157-245; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, Oxford, OUP, 2001, pp. 84-143; Thomas Franck, *Recourse to Force. State Action Against Threats and Armed Attacks*, Cambridge, UK, CUP, 2002, pp. 45-108.

⁴ Lembremo-nos do artigo 53 (1) (“O Conselho de Segurança utilizará, quando for caso, tais acordos e organizações regionais para uma acção coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma acção coercitiva será, no entanto, levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com excepção das medidas contra um Estado inimigo, como está definido no n.º 2 deste artigo, que forem determinadas em consequência do artigo 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até ao momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir qualquer nova agressão por parte de tal Estado”), e o artigo 107 da ‘Carta das Nações Unidas [26 de junho de 1945]’, de acordo com o qual “Nada na presente Carta invalidará ou impedirá qualquer acção que, em relação a um estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a 2ª Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência da dita guerra pelos governos responsáveis por tal acção”) (citámos a partir do *DR*, pp. 2746-2784). Quem eram esses Estados inimigos referidos por esses dispositivos? O artigo 54 (2) tenta fixar um conceito ao estabelecer que “O termo ‘Estado inimigo’, usado no n.º 1 deste artigo, aplica-se a qualquer Estado que, durante a 2.ª Guerra Mundial, tenha sido inimigo de qualquer signatário da presente Carta”. Apesar de não se os identificar especificamente, não custa concluir-se, por exemplo com Victor-Yves Ghebali, “Article 107” in: Jean-Pierre Cot; Alain Pellet & Mathias Forteau (dir.), *La Charte des Nations Unies. Commentaire article par article*, 3. ed., Paris, Economica, 2005, p. 2182, que “dans le faits, la notion de ‘État ennemi’ s’applique aux trois grandes puissances de l’Axe (Allemagne, Italie et Japon), ainsi qu’aux satellites de l’Axe avec lesquels les Alliés signèrent des traités de paix en 1947 – soit la Bulgarie, la Finlande, la Hongrie et la Roumanie”; para o contexto, ver igualmente Gerry Simpson, *Great Powers and Outlaw States. Unequal Sovereigns in the International Legal Order*, Cambridge, UK, CUP, 2004, pp. 254-277.

⁵ Ver os nossos José Pina Delgado, “Legítima Defesa e Antecipação no Direito Internacional: Desenvolvimentos Recentes”, *RDPI*, a. 1, n. 2, 2009, pp. 133-171, e “Legítima Defesa”, pp. 287-289.

⁶ E.g., Danesh Sarooshi, *The United Nations and the Development of Collective Security. The Delegation by the UN Security Council of its Chapter VII Powers*, Oxford, OUP, 2000; Niels Blokker, “Is the Authorisation Authorised? Powers and Practice of the UN Security Council to Authorise the Use of Force by ‘Coalitions of the Able and Willing’”, *EJIL*, v. 11, n. 3, 2000, pp. 541-561.

2.1.1. As duas leituras sobre a proibição do uso e da ameaça do uso da força na Carta das Nações Unidas

A dúvida que surge relaciona-se com o sentido normativo a retirar-se do artigo 2 (4)⁷, um dos mais importantes do sistema estabelecido pela Carta⁸. Por um lado, uma interpretação no sentido de que decorre do dispositivo uma proibição total somente limitada pelo artigo 51 e pelo Capítulo VII da Carta, é uma possibilidade razoável de interpretação e provavelmente maioritária na atualidade⁹. Por outro lado, é possível uma interpretação um pouco mais flexível que tenta harmonizar a proibição geral com exceções decorrentes do segmento “contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas”. Do que decorre que somente os usos efetivos da força – já que a própria ameaça tem sido relativizada¹⁰ – contra a integridade (e não inviolabilidade)

⁷ “Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas” ‘Carta das Nações Unidas [26 de Junho de 1945]’, art. 2 (4)).

⁸ Por exemplo, sobre o artigo 2 (4) e a proibição do uso e da ameaça de uso da força, Thomas Franck, “Who Killed Article 2(4)? Changing Norms Governing the Use of Force by States”, *AJIL*, v. 64, n. 5, 1970, p. 809 e ss; W. Michael Reisman, “Coercion and Self-Determination: Construing Charter Article 2(4)”, *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, pp. 642-645; Edward Gordon, “Article 2 (4) in Historical Context”, *YJIL*, v. 10, n. 2 1985, pp. 271-278; T.O. Elias, “Scope and Meaning of Article 2 (4) of the United Nations Charter” in: Bin Cheng & Edward Duncan Brown (eds.), *Contemporary Problems of International Law: Essays in Honour of Georg Schwarzenberg on his Eightieth Birthday*, London, S&S, 1988, pp. 70-85; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, p. 24 e ss; Yoram Dinstein, *War, Aggression and Self-Defence*, pp. 80-83; Albrecht Randelzhofer, “Article 2 (4)” in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 112-135; Natalino Ronzitti, “The Current Status of Legal Principles Prohibiting the Use of Force and Legal Justifications of the Use of Force” in: Michael Bothe; Mary Ellen O’Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 91-110; Nico Schrijver, “Challenges to the Prohibition to Use Force: Does the Straightjacket of Article 2(4) UN Charter Begin to Gall to Much?” in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, pp. 31-45; Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, “Artigo 2 §§ 1 a 4)” in: Leonardo Nemer Brant (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, Belo Horizonte, CEDIN, 2008, pp. 55-95, esp. 81-95; Marcelo Böhlke, “A regulamentação internacional do uso da força armada” in: Sidney Guerra (coord.), *Tratado de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, FB, 2008, pp. 99-147; Jorge Bacelar Gouveia, ‘Proibição do Uso da Força no Direito Internacional Público’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 342-346.

⁹ Esta é a posição maioritária, seguida por autores que consideram as intervenções humanitárias ilegais e por aqueles que defendem a formação de uma norma de Direito Internacional Costumeiro, como pelos que recorrem à idéia de legitimação ‘ex post factum’. Vide, por exemplo: Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, pp. 338-342; Edward Gordon, “Article 2 (4) in Historical Context”, pp. 275-277; Ian Brownlie, “The Principle of Non-Use of Force in Contemporary International Law”; Rein Müllerson, “The Principle of Non-Threat and Non-Use of Force in the Modern World” in: W. E. Butler, *The Non-Use of Force in International Law*, Dordrecht, KL, 1989, pp. 17-27, 29-38; Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, Oxford, OUP, 2001, pp. 47-57; Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, New York, Palgrave, 2001, pp. 13-35.

¹⁰ No geral sobre esta questão, recomenda-se o estudo paradigmático de Romana Sadurska, “Threats of Force”, *AJIL*, v. 82, n. 2, 1988, pp. 239-268; Albrecht Randelzhofer, “Article 2 (4)”, pp. 124-125,

territorial¹¹ contra a independência política (usando-se o argumento da devolução do poder à sua fonte originária, o povo¹²) ou contra os princípios e objetivos das Nações Unidas, estaria a ser recoberta pela proibição¹³. Neste caso, sustenta-se que as intervenções humanitárias unilaterais, que afetam quaisquer dos bens jurídicos supramencionados, estariam fora do âmbito do artigo¹⁴.

Complementarmente, o discutido princípio da não-intervenção previsto pelo artigo 2(7)¹⁵, que tem sido invocado por alguns analistas como impeditivo das intervenções

Matthew Myers, "Deterrence and Threat of Force Ban: Does the UN Charter Prohibit Some Military Exercises?", *MILLR*, v. 162, 1999, pp. 132-170; Drazen Petrovic, "Threat of Force and Its Consequences: Recent Developments" in: Vesna Crnic-Grotic & Miomir Matulovic (eds.), *International Law and the Use of Force at the Turn of Centuries: Essays in Honour of V.D. Degan*, UR, 2005, pp. 123-149; e o recente Alfred Van Staden, "The Political and Legal Force of the Prohibition of Force: Assessing State Behaviour", *LJIL*, v. 21, n. 4, 2008, pp. 995-1003, especialmente 996-999; Nikolas Stürchler, *Threats of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2009; Francis Grimal, *Threats of Force. International Law and Strategy*, Abingdon, Routledge, 2013.

¹¹ Apesar de vários internacionalistas defenderem, com Oscar Schachter, "The Legality of Pro-Democratic Invasion", *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, p. 649, que a ideia de que uma guerra motivada pela defesa dos direitos humanos ou da democracia não afeta a integridade territorial depende de uma leitura orwelliana do termo, ou Farooq Hassan, "Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict 'Humanitarian Intervention' Reexamined", *WLR*, v. 17, 1981, p. 887, apontando para a inevitabilidade de haver ocupação temporária e de derrubada de um governo, o que, no seu entender, limita a soberania do Estados e os seus corolários territoriais e políticos, a verdade é que a leitura oposta, esposada por intérpretes como Francis Kofi Abiew, *Evolution of the Doctrine of Humanitarian Intervention*, Dordrecht, KL, 1999, pp. 94-95 ou Sharon Korman, *The Right of Conquest: the Acquisition of Territory by Force in International Law and Practice*, Oxford, OUP, 1996, pp. 199-229, ou especificamente, Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, pp. 162-166, também existe.

¹² Uma discussão clássica é encontrada em Albrecht Randelzhofer, "Article 2 (4)", pp. 123-124.

¹³ Por exemplo, as seguintes obras, de uma forma mais ou menos abrangente, desenvolveram esta interpretação. Cf. C.H. Waldock, "The Regulation of the Use of Force by Individual States in International Law", *RCADI*, t. 81, v. 2, 1952, pp. 502-503; Myres McDougal & W. Michael Reisman, "Humanitarian Intervention to Protect the Ibos" in: Richard Lilich (ed.), *Humanitarian Intervention and the United Nations*, Charlottesville, VUP, 1973, pp. 168-178; W. Michael Reisman, "Coercion and Self-Determination: Construing Charter Article 2(4)", pp. 642-645; Jordan Paust, "Entebbe and Self-Help: The Israeli Response to Terrorism", *FFIA*, v. 2, n. 1, 1978, pp. 89-91; Rosalyn Higgins, *Problems & Process. International Law and How we Use It*, Oxford, OUP, 1995, pp. 252-253; Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 146-174.

¹⁴ Tentamos, noutro escrito, discutir esta possibilidade (v. José Pina Delgado, "A Carta das Nações Unidas e a legalidade das intervenções humanitárias unilaterais", *DeC*, n. 16, 2002/3, pp. 59-89). Ver também as interpretações de Celeste Poltak, "Humanitarian Intervention: A Contemporary Interpretation of the Charter of the United Nations", *UTFLR*, v. 60, n. 2, 2002, pp. 1-38, e Petr Valek, "Is Unilateral Humanitarian Intervention Compatible with the UN Charter?", *MJIL*, v. 26, n. 4, 2005, pp. 1223-1255, com conclusão distinta.

¹⁵ No geral, cf. M. S. Rajan, *United Nations and Domestic Jurisdiction*, Bombay, OL, 1958; Alfred v. Verdross, "Le principe de la non intervention dans les affaires relevant de la compétence nationale d'un État et le Article 2 (7) de la Charte des Nations unies" in: *Mélanges Offerts a Charles Rousseau: la communauté internationale*, Paris, Pedone, 1974, pp. 267-276, e os comentários de Leland Goodrich & Edvard Hambro, *Charter of the United Nations. Commentary and Documents*, 3. ed., New York, ColUP, 1969, pp. 72-76 (interessante para se ver uma interpretação ainda não influenciada pela prática, mas só pelo próprio texto convencional); George Nolte, "Article 2 (7)" in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., pp. 147-171; Yoram Dinstein, "Sovereignty, the Security Council and the Use of Force" in: Michael Bothe; Mary Ellen O'Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, pp. 111-122.

humanitárias unilaterais¹⁶ é tudo menos claro nesta matéria. No entanto, o facto é que, à primeira vista, o artigo tem como destinatário a Organização das Nações Unidas e não os Estados Membros, haja em vista a sua previsão de que “nada na presente Carta deverá autorizar as Nações Unidas a intervir em questões que são essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado ou poderá obrigar os Estados membros a submeter tais questões a solução de acordo com a presente Carta(...)”¹⁷. Assim, do ponto de vista do citado instrumento, os efeitos de não-intervenção sobre os Estados Membros decorrem do artigo 2 (4) e não a rigor do artigo 2 (7)¹⁸. Não se cogita a aplicação desta obrigação convencional – o artigo 2 (7) – nas relações entre Estados individuais, similares às que acontecem no caso das intervenções humanitárias unilaterais¹⁹, apesar de a própria Assembléia-Geral ter estendido a sua aplicação para relações horizontais inter-estatais²⁰ e sem embargo da sua inquestionável presença no direito internacional geral.

E mesmo em relação às intervenções coletivas não se aplica, em razão da exceção prevista pelo próprio artigo, de acordo com o qual “este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do capítulo VII”²¹. Além do mais, como rapidamente se intuirá, na realidade, essa exceção é apenas a única explícita, pois, como o conceito de “assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna”, é inerentemente dinâmico²², permite um espaço abrangente de evolução, desde que isso decorra da interpretação dos próprios órgãos das Nações

André Vinicius Marini, “Artigo 2 § 7” in: Leonardo Nemer Brant (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, pp. 123-143.

¹⁶ Jianming Chen, “The Non-Intervention Principle and Humanitarian Intervention under International Law”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, p. 2; Leonardo Arquimino Carvalho, “O princípio da não-intervenção e a ingerência humanitária: considerações iniciais sobre a proteção internacional dos direitos humanos por intermédio de forças armadas” in: Danielle Annoni (org.), *Os novos conceitos do novo direito internacional. Cidadania, democracia e direitos humanos*, Rio de Janeiro, AJ, 2002, pp. 361-270.

¹⁷ ‘Carta das Nações Unidas [26 de Junho de 1945]’, art. 2 (7).

¹⁸ O comentário de George Nolte, “Article 2 (7)”, p. 151, não podia ser mais feliz neste sentido ao considerar que esse efeito pode ser derivado dos artigos 2 (4) e 2 (1) e do Direito Internacional Costumeiro.

¹⁹ Não nos parece muito exato o argumento de autores como V.S. Mani, “Humanitarian Intervention and International Law”, *IJIL*, v. 33, 1993, p. 5, de que isso ocorre porque o que é proibido para a organização também seria interdito aos Estados.

²⁰ *Declaração sobre os Princípios de Direitos Internacional, Relações Amigáveis e Cooperação entre Estados de Acordo com a Carta das Nações Unidas*, AG/R/2625 (XXV), 24/10/70; ver adicionalmente *infra*.

²¹ Para discussões, v. Renata Sonnenfeld, *Resolutions of the United Nations Security Council*, Dordrecht/Warszawa, MN/PSP, 1988, pp. 105-111; George Nolte, “Article 2 (7)”, pp. 168-169.

²² E.g., M. S. Rajan, *United Nations and Domestic Jurisdiction*, *passim*, que correctamente lembra que o conceito pode potencialmente cobrir qualquer matéria prevista na Carta das Nações Unidas (p. 87), e George Nolte, “Article 2 (7)”, pp. 150-151.

Unidas²³, num plano mais limitado e circunstanciado, e da sua aceitação pelos Estados, de modo mais abrangente. Depois da *human rights revolution*, do ponto de vista do Direito Internacional positivo, o que os Estados fazem internamente no tocante ao tratamento aos seus súditos é de interesse geral da humanidade²⁴, já não fazendo parte da jurisdição doméstica dos Estados²⁵. E isto não é um fenómeno novo, mas basicamente presente na ordem internacional quase desde o seu início²⁶. O aprofundamento crescente desta prática, particularmente com a reação internacional e institucional ao colonialismo, do racismo de Estado (*apartheid*), e dos desenvolvimentos relativos aos direitos humanos em geral nos anos noventa, essa evolução tem consolidado a noção de que foi retirado de vez do conceito de assuntos que dependem exclusivamente da jurisdição interna dos Estados.

Em sentido similar, o princípio da igualdade²⁷ que, por vezes, é invocado nestas situações, não é aplicável, pelo menos da forma como se pretende. Apesar de a assimetria e desigualdade das intervenções humanitárias unilaterais ser uma realidade²⁸, a questão a saber é se esta é uma condição jurídica ou meramente moral. Para além disso, deve-se considerar o que a prática demonstra, ou seja, que vários Estados menos poderosos intervieram, individualmente ou através de organizações regionais ou sub-

²³ Neste sentido tem razão George Nolte, “Article 2 (7)”, p. 151, ao entender que a interpretação do texto é fundamental para se identificar o significado jurídico do dispositivo e dos seus termos, mas também que as práticas institucionais tiveram algum impacto neste sentido, bem como em relação ao âmbito de sua aplicação.

²⁴ José Luís Jesus, “Intervention in the Domestic Affairs on Humanitarian Grounds and International Law” in: Volkmar Götze, Peter Selmer & Rudiger Wolfrum (Hrsg.), *Liber Amicorum Günther Jaenicke – Zum 85 Geburtstag*, Berlin, Springer, 1998, p. 150 e ss; Lori Fischer Damrosch, “Politics Across Borders: Non-Intervention and Non-Forcible Influence over Domestic Affairs”, *AJIL*, v. 83, n. 2, 1989, pp. 34-37; W.M. Reisman, “Sovereignty and Human Rights in Contemporary International Law”, *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990, p. 866 e ss; Francis Kofi Abiew, *Evolution of the Doctrine of Humanitarian Intervention*, pp. 95-99; André Vinicius Marini, “Artigo 2 § 7”, pp. 139-141.

²⁵ José Luís Jesus, “Intervention in the Domestic Affairs on Humanitarian Grounds and International Law”, p. 150, e ss; W.M. Reisman, “Sovereignty and Human Rights in Contemporary International Law”, p. 866 e ss.

²⁶ M. S. Rajan, *United Nations and Domestic Jurisdiction*, pp. 298-397, nota-o em obra publicada nos anos cinquenta do século passado.

²⁷ ‘Carta das Nações Unidas [26 de Junho de 1945]’, art. 2 (1), prevendo que “a organização se funda no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”. Para comentários e anotações, Leland Goodrich & Edvard Hambro, *Charter of the United Nations. Commentary and Documents*, pp. 64-66; Bardo Fassbender & Albert Bleckmann, “Article 2 (1)” in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2.ed., pp. 68-91; Paulo Emilio Vauthier Borges de Macedo, “Artigo 2 §§ 1 a 4”, pp. 59-68.

²⁸ W.M. Reisman, “Sovereignty and Human Rights in Contemporary International Law”, p. 9; Martti Koskeniemi, “‘The Lady Doth Protest to Much’. Kosovo, and the Turn to Ethics in International Law”, *Mod. LR*, v. 65, n. 2, 2002, p. 172; José A. Pastor Ridruejo, *Curso de Derecho Internacional Público y Organizaciones Internacionales*, 6. ed. Madrid, Tecnos, 1996, p. 654.

regionais (Tanzânia, países da África Ocidental), noutros países²⁹. Parece-nos, pois, que, em muitas situações inaplicável o princípio da igualdade.

2.1.2. As posições ambíguas dos órgãos das Nações Unidas ao longo dos tempos³⁰

Apesar de a segunda linha de argumentação depender de alguma interpretação extensiva do dispositivo, não se pode deixar de considerar que, pelo menos, introduz um elemento de dúvida sobre a existência eventual de uma única resposta correta³¹, sem que, no sistema, existam mecanismos hermenêuticos definitivos de resolução³² ou instituições políticas ou judiciárias, que pudessem fazer algum tipo de interpretação autêntica.

²⁹ Cf. cap. 3 deste trabalho.

³⁰ Para uma apresentação panorâmica deste assunto, Manuel de Almeida Ribeiro, *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, 1998; António José Fernandes, *Conflitos e Paz Mundial. A Importância da ONU*, Lisboa, QJ, 2011.

³¹ Cf. Ronald Dworkin, “Is There Really no Right Answer in Hard Cases?” in: *A Matter of Principle*, Oxford, OUP, 1985, pp. 119-145.

³² Não me parece que a utilização das orientações de interpretação previstas pela Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados de 1969 consiga, por si só, resolver problemas inerentes às limitações do próprio Direito e do preço que paga por utilizar a linguagem. Basta ver a redação do artigo 31 (1), que contém a orientação básica daquela, de acordo com o qual “1 — A treaty shall be interpreted in good faith in accordance with the ordinary meaning to be given to the terms of the treaty in their context and in the light of its object and purpose [Um tratado deve ser interpretado de boa fé, de acordo com o sentido comum a atribuir aos termos do tratado no seu contexto e à luz dos respetivos objecto e fim]” (“Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados [23 de maio de 1969]”, reproduzida em versão em inglês e em português no *DR*, I Série A, n. 181, 7 de agosto de 2003, pp. 4462-4703) para se poder concluir que razoavelmente poderia permitir vários significados racionais e razoáveis. Por todos, vide Arnold McNair, *Law of Treaties*, Oxford, Clarendon, 1961, pp. 341-489; Ian Sinclair, *The Vienna Convention on the Law of Treaties*, 2. ed., Manchester, MUP, 1984, pp. 114-158; Paul Reuter, *Introducción al derecho de los tratados*, trad. cast., México, D.F., FD-UNAM/FCE, 1999, pp. 117-121; Anthony Aust, *Modern Treaty Law and Practice*, Cambridge, UK, CUP, 2007, pp. 230-255, e especificamente Ludwig Ehrlich, “L’interpretation des traités”, *RCADI*, v. 24, n. 4, 1928, pp. 1-145; Charles de Vischer, *Problèmes d’interprétation judiciaire en droit international public*, Paris, Pedone, 1963; G. Berlia, “Contribution à l’interprétation des traités”, *RCADI*, v. 114, n. 1, 1965, pp. 283-333; Ioan Voicu, *De l’interprétation authentique des traités internationaux*, Paris, Pedone, 1968; Mustafa Kamil Yassen, “L’interprétation des traités dans la Convention de Vienne sur le Droit des Traités”, *RCADI*, v. 151, n. 3, 1976, pp. 1-114; Luís Barbosa Rodrigues, *Interpretação de Tratados (Elementos para uma Dogmática)*, Lisboa, AAFDL, 1990; Carlos Fernández de Casadevante Romaní, *La Interpretación de las Normas Internacionales*, Pamplona, Aranzadi, 1996; Robert Kolb, *Interprétation et création du Droit international Esquisse d’une herméneutique juridique moderne pour le droit international public moderne*, Bruxelles, Bruylant, 2006; Jean Marc Sorel & Valerie Boré Eveno, “Article 31 – Convention de 1969/1986” e Yves le Bouthillier, “Article 32 – Convention de 1969/1986” in: Olivier Corten & Pierre Klein (dir.), *Les Conventions de Vienne sur le Droit des Traités. Commentaire article par article*, Bruxelles, Bruylant, 2006, v. II, pp. 1289-1334, 1339-1371; Richard Gardner, *Treaty Interpretation*, Cambridge, UK, CUP, 2008; Mark Villiger, *Commentary on the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties*, Leiden, MN, 2009, pp. 413-453 (contém igualmente ampla bibliografia sobre a matéria); Malgosia Fitzmaurice, “Dynamic (Evolutive) Interpretation of Treaties, Part I”, *HYIL*, v. 21, 2008, pp. 101-153.

Os ambíguos pronunciamentos da Assembleia Geral³³, apesar de tendencialmente anti-intervencionistas, não podem ter o condão de solucionar definitivamente a questão, em razão do seu carácter não vinculativo³⁴. Essa característica pode ser observada na (s) *Declaração (ões) Sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Internos dos Estados e da Proteção de Sua Independência e Soberania* (1965³⁵ e 1981), com a sua proibição (quase) taxativa da intervenção³⁶, mas com a proclamação do dever de auxílio no combate à discriminação racial e ao colonialismo³⁷; na *Declaração sobre os*

³³ Para uma apresentação genérica à luz da Ciência Política, M.J. Paterson, *The UN General Assembly*, London, Routledge, 2006.

³⁴ Em particular sobre esta questão, ver os clássicos Obed Asamoah, *The Legal Significance of the Declarations of the General Assembly of the United Nations*, The Hague, MN, 1966, e Blaine Sloan, *United Nations Assembly Resolutions in Our Changing World*, Ardsley-on-Hudson, TPub, 1991, e os mais específicos Blaine Sloan, “The Binding Force of a ‘Recommendation’ of the General Assembly of the United Nations”, *BYIL*, v. 25, 1948, pp. 1-32; D. Johnson, “The Effect of Resolutions of the General Assembly of the United Nations”, *BYIL*, v. 32, 1955-1956, pp. 97-122; Christopher Joyner, “U.N. General Assembly Resolutions and International Law: Rethinking the Contemporary Dynamics of Norm-Creation”, *CWILJ*, v. 11, 1981, pp. 445-478; Kay Hailbronner & Eckart Klein, “Article 10” in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., pp. 267-274.

³⁵ Ver ‘Declaration on the Inadmissibility of Intervention in the Domestic Affairs of States and the Protection of Their Independence and Sovereignty’, AG/R/2131 (XX), 21/12/65, disponível em Dietrich Rauschnig, Katja Wiesbrock, Martin Lailach (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, Cambridge, UK, CUP, 1997, pp. 26-27.

³⁶ Cf. A ‘Declaration on the Inadmissibility of Intervention and Interference in the Internal Affairs of State’, AG/R/36/103, 9 December 1981, disponível em *Ibid.*, pp 27-28, sustentando que “No State or group of States has the right to intervene or interfere in any form or for any reason whatsoever in the internal and external affairs of other States [Nenhum Estado tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, qualquer que seja a razão, nos assuntos internos ou externos de outro Estado. Consequentemente, intervenções armadas e outras formas de interferência ou ameaças tentadas contra a personalidade do Estado ou contra os seus elementos políticos, económicos e culturais são condenadas]” (*Ibid.*, para.1) e estabelece “The duty of a State to refrain from the exploitation and the distortion of human rights issues as a means of interference in the internal affairs of States, of exerting pressure on other States or creating distrust and disorder within and among States or groups of States [O dever de um Estado restringir-se de exploração e distorção de questões de direitos humanos como meio para interferir nos assuntos internos dos Estados, de exercer pressão sobre outros Estados ou criar desconfiança e desordem dentro e entre Estados e grupos de Estados]” (*Ibid.*, para II (2) (1)).

³⁷ Neste prisma aponta-se que “Nothing in this Declaration shall prejudice in any manner the right to self-determination, freedom and independence of peoples under colonial domination, foreign occupation or racist regimes, and the right to seek and receive support in accordance with the purposes and principles of the Charter of the United Nations [Nada nesta Declaração prejudica de nenhuma forma o direito à autodeterminação, liberdade e independência dos povos sob dominação colonial, ocupação estrangeira ou regimes racistas, bem como o direito a receber apoio, nos termos dos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas]” (*Ibid.*, para. 4) e, por outro lado, menciona-se “The right and duty of States fully to support the right to self-determination, freedom and independence of peoples under colonial domination, foreign occupation or racist regimes, as well as the right of these peoples to wage both political and armed struggle to that end, in accordance with the purposes and principles of the Charter of the United Nations [o direito e dever dos Estados apoiarem o direito à autodeterminação, liberdade e independência dos povos sob dominação colonial, ocupação estrangeira ou regimes racistas, bem assim como o direito desses povos de recorrer à luta política e armada para esse fim, nos termos dos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas]” (*Ibid.*, para. 2 (III) (b)); “The right and duty of States to observe, promote and defend all human rights and fundamental freedoms within their own national territories and to work or the elimination of massive and flagrant violations of the rights of nations and peoples, and in particular, for the elimination of apartheid and all forms of racism and racial discrimination [o direito e o dever dos Estados de observar, promover e defender todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dentro do

Princípios de Direito Internacional Relativos a Relações Amigáveis e Cooperação entre Estados Conforme a Carta das Nações Unidas (1970), que interdita condutas contra a integridade e soberania dos Estados, todavia, com igual cláusula anti-colonial e anti-discriminação racial³⁸; e, principalmente, na *Definição de Agressão* (1974), em que, mau-grado as fórmulas claramente anti-intervencionistas, que, em concreto, não parecem deixar de abarcar também as humanitárias, mantém a ressalva destinada a permitir atos de ingerência no apoio a movimentos de libertação nacional³⁹. Por

seu próprio território nacional e de trabalhar para a eliminação de violações massivas e flagrantes dos direitos das nações e dos povos e, em particular, para a eliminação do *apartheid* e de todas as formas de racismo e de discriminação racial]" (Ibid., para. 2 (III) (c)).

³⁸ AG/R/2625 (XXV), 24/10/70 (disponível em <http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>, último acesso a 20 de fevereiro de 2015) e em Dietrich Rauschning, Katja Wiesbrock & Martin Lailach (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, pp. 3-6 (a sua interpretação do artigo 2 (4) não difere muito da letra da Carta e não sugere nenhuma linha hermenêutica permissiva ou restritiva. Mesmo assim, enfatiza amiúde os atos de ocupação militar e incorporação de território e, ainda que tenha incluído atos não dirigidos especificamente contra a integridade territorial e independência política de um Estado, como o auxílio a mercenários, terroristas e guerrilheiros e o apoio a beligerantes em guerras civis, não possui qualquer dispositivo que proíba especificamente a intervenção humanitária. O que se aproximaria desse objetivo é a ressalva que faz em relação ao dever de respeitar os direitos humanos e liberdades fundamentais e o direito de apoiar movimentos de libertação nacional, quando subscreve que "Nothing in the foregoing paragraphs shall be construed as authorizing or encouraging any action which would dismember or impair, totally or in part, the territorial integrity or political unity of sovereign and independent States [nada nos parágrafos precedentes deverá ser interpretado como autorizando ou encorajando qualquer ação que pudesse desmembrar ou prejudicar, no todo ou em parte, a integridade territorial e unidade política de Estados soberanos e independentes (...)]" (p. 124); sobre este assunto, existe um comentário fundamental do jurista brasileiro, Antônio Augusto Cançado Trindade, *Princípios do direito internacional contemporâneo*, Brasília, EDUNB, 1981.

³⁹ Aprovada pela AG/R/3314 (XXIX), 14/12/74, disponível em Dietrich Rauschning, Katja Wiesbrock & Martin Lailach (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, pp. 13-14, contém uma posição forte contra as intervenções humanitárias, através das diretrizes gerais anti-intervenção que adota, indo muito para além do texto da Carta das Nações Unidas. Fê-lo considerando que "Any of the following acts, regardless of a declaration of war, shall, subject to and in accordance with the provisions of article 2, qualify as an act of aggression: (a) The invasion or attack by the armed forces of a State of the territory of another State, or any military occupation, however temporary, resulting from such invasion or attack, or any annexation by the use of force of the territory of another State or part thereof [a invasão ou ataque por meio de forças armadas de um Estado ao território de um outro Estado, ou qualquer ocupação militar, ainda que temporária, resultado de tal invasão ou ataque, ou qualquer anexação através do uso da força do território de outro Estado ou partes deles]" (Ibid., art. 3a), ou dispondo que "No consideration of whatever nature, whether political, economic, military or otherwise, may serve as a justification for aggression [considerações de nenhuma natureza, seja ela política, económica, militar ou outra qualquer pode servir como justificação para a agressão]" (Ibid., art. 5 (1)), ainda que tenha isentado uma figura com algumas semelhanças com as intervenções humanitárias, ao sustentar que "Nothing in this Definition, and in particular article 3, could in any way prejudice the right to self-determination, freedom and independence, as derived from the Charter, of peoples forcibly deprived of that right and referred to in the Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Cooperation among States in accordance with the Charter of the United Nations, particularly peoples under colonial and racist regimes or other forms of alien domination: nor the right of these peoples to struggle to that end and to seek and receive support, in accordance with the principles of the Charter and in conformity with the above-mentioned Declaration [nada na presente definição, em particular o artigo 3, pode, de nenhuma forma, prejudicar o direito à autodeterminação, liberdade e independência, conforme derivado da Carta, de povos privados daquele direito (...) particularmente povos sob regimes racistas e colonialistas ou outra forma de dominação estrangeira]" (Ibid., art. 7). Para o contexto e comentários, Benjamin Ferencz, "Defining Aggression: Where it Stands and Where it's Going", *AJIL*, v. 66, n. 3, 1972, pp. 491-508, e Julius Stone, "Hopes and Loopholes in the 1974 Definition of Aggression", *AJIL*, v. 71, n. 2, 1977, pp. 224-246.

consequente, é uma tensão que tendencialmente sufraga o princípio da não-intervenção, porém com uma exceção: o auxílio, transformado em dever, nas situações de discriminação racial ou colonialismo.

Outras resoluções do período da Guerra Fria alinharam globalmente no mesmo diapasão, ou seja, por um lado, adotam uma postura globalmente anti-intervencionista, mas, por outro, sempre de forma muito pouco clara, mesmo ambígua e constantemente tentando acomodar o direito à autodeterminação e o combate a regimes racistas que acabava por debilitar os rigores da regra geral. Assim, em 1979 foi aprovada uma resolução contra a *Política de Hegemonismo nas Relações Internacionais*⁴⁰ e, já no fim do período, a *Declaração sobre o Reforço da Eficácia do Princípio da Restrição da Ameaça ou Uso da Força nas Relações Internacionais* (1987)⁴¹.

Mais recentemente, na *Declaração da Cimeira Mundial* de 2005⁴², reiterou-se a confiança no multilateralismo⁴³ e a supremacia da Carta em matéria de uso da força⁴⁴ e primazia no domínio da paz e segurança internacionais⁴⁵. Especificamente, o mesmo problema aflora, embora com outros elementos, ou seja, uma declaração de responsabilidade de proteção por parte do próprio Estado em relação aos seus cidadãos⁴⁶ e da Comunidade Internacional, no entanto, sempre de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, e como mecanismo de substituição de último recurso e

⁴⁰ 'Inadmissibility of the Policy of Hegemonism in International Relations', AG/34/103, 14 December 1979, disponível em Dietrich Rauschning, Katja Wiesbrock & Martin Lailach (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, pp. 6-7.

⁴¹ 'Declaration on the Enhancement of the Effectiveness of the Principle of Refraining from the Threat or Use of Force in International Relations', AG/42/22, 18 November 1987, disponível em Dietrich Rauschning, Katja Wiesbrock & Martin Lailach (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, pp. 7-9.

⁴² Ver o *2005 World Summit Outcome*, A/Res/60/1, Resolution adopted by the General Assembly, 24 October 2005, disponível em <http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf>, acesso a 21 de março de 2015, para 138.

⁴³ "We reiterate the importance of promoting and strengthening the multilateral process and of addressing international challenges and problems by strictly abiding by the Charter and the principles of international law, and further stress our commitment to multilateralism" (Ibid., para. 78).

⁴⁴ "We reaffirm that the relevant provisions of the Charter are sufficient to address the full range of threats to international peace and security. We further reaffirm the authority of the Security Council to mandate coercive action to maintain and restore international peace and security. We stress the importance of acting in accordance with the purposes and principles of the Charter" (Ibid., para. 79).

⁴⁵ "We also reaffirm that the Security Council has primary responsibility in the maintenance of international peace and security. We also note the role of the General Assembly relating to the maintenance of international peace and security in accordance with the relevant provisions of the Charter" (Ibid., para. 80).

⁴⁶ "Each individual State has the responsibility to protect its populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. This responsibility entails the prevention of such crimes, including their incitement, through appropriate and necessary means. We accept that responsibility and will act in accordance with it. The international community should, as appropriate, encourage and help States to exercise this responsibility and support the United Nations in establishing an early warning capability" (Ibid., para. 138).

eventualmente com o auxílio de entidades governamentais⁴⁷. A referência a essas partes do instrumento constitutivo das Nações Unidas indicaria que se estava a advogar a centralização do sistema no Conselho de Segurança, mas ambigualmente menciona-se a possibilidade de a Assembleia Geral também acompanhar as mesmas situações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade⁴⁸.

A este nível mais político, as posições do Secretário-Geral⁴⁹ em *Uma Agenda para a Paz*⁵⁰, mais focadas sobre as intervenções humanitárias coletivas, e no documento *Expandindo a Liberdade*⁵¹, também não permitiram clarificar muito mais a questão. Isto porque no último, o que releva para o assunto *sub judice*, o Secretário-Geral Kofi Annan, mais uma vez, tratou da questão das intervenções humanitárias em casos de genocídio e graves violações aos direitos humanos, mas, apesar de todo o apoio reservado ao conceito de responsabilidade de proteger, deixou em aberto a questão de se saber se em casos de bloqueio do Conselho de Segurança, portanto uma omissão de

⁴⁷ De acordo com Ibid., para.139: “The international community, through the United Nations, also has the responsibility to use appropriate diplomatic, humanitarian and other peaceful means, in accordance with Chapters VI and VIII of the Charter, to help to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. In this context, we are prepared to take collective action, in a timely and decisive manner, through the Security Council, in accordance with the Charter, including Chapter VII, on a case-by-case basis and in cooperation with relevant regional organizations as appropriate, should peaceful means be inadequate and national authorities are manifestly failing to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. (...) We also intend to commit ourselves, as necessary and appropriate, to helping States build capacity to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and to assisting those which are under stress before crises and conflicts break out”.

⁴⁸ “We stress the need for the General Assembly to continue consideration of the responsibility to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and its implications, bearing in mind the principles of the Charter and international law” (Ibid.)

⁴⁹ Seguir Ralph Zacklin, *The United Nations Secretariat and the Use of Force in a Unipolar World. Power v. Principle*, Cambridge, UK, CUP, 2010; Simon Chesterman (ed.), *Secretary or General? The UN Secretary General in World Politics*, Cambridge, UK, CUP, 2007, *passim*.

⁵⁰ Num período de maior otimismo em relação ao potencial das Nações Unidas, o foco do Relatório do Secretário-Geral Boutros-Ghali *An Agenda for Peace. Preventive Diplomacy, Peacekeeping and Peacemaking. Report of the Secretary-General Pursuant to the Statement Adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992*, A/47/277, de 17 de junho de 1992, disponível na página da rede oficial da Organização das Nações Unidas:

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277, acesso a 9 de junho de 2014), esteve mais relacionado a intervenções coletivas mandatadas pelo Conselho de Segurança e executadas pelas Nações Unidas (para. 42-44) e à cooperação com organizações regionais para partilhar ou aliviar o fardo da manutenção da paz e segurança internacionais (para. 60-64), chamando, ainda, a atenção para os perigos do unilateralismo e do isolacionismo (para. 80).

⁵¹ *In Larger Freedom. Towards Development, Security and Human Rights for All. Report of the Secretary-General*, A/59/2005, disponível na página da rede oficial da Organização das Nações Unidas: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/2005, acesso a 9 de junho de 2014); para comentários, Cesáreo Gutiérrez Espada, “El ‘uso de la fuerza’ en los Informes del Grupo de Alto Nivel (2004), del Secretario General (2005) y, a la postre, en el documento final de la cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno (Naciones Unidas, Nueva York, septiembre de 2005)”, *ADI*, v. XXI, 2005, pp. 13-49, e Romualdo Bermejo García & Eugenia López Jacoiste, “El uso de la fuerza a la luz de los conflictos recientes: análisis de los Informes del Grupo de Alto Nivel (2-XII-2004) y del Secretario General (21-III-2005)” in: Consuelo Ramón Chornet (ed.), *Uso de la fuerza y protección de los derechos humanos en el nuevo orden internacional*, Valencia, PUV/TIB, 2006, pp. 37-90.

intervenção resultante de formalismos, qual a resposta a dar-se a um grupo de Estados que decidisse pela intervenção. Todavia, sempre insistiu na ideia de que a “tarefa não é encontrar alternativas ao Conselho de Segurança” (para. 126), e sustentou que “acredito que devemos abraçar a responsabilidade para proteger e, quando necessário, devemos agir em relação a isto” (para. 135), criando um hiato entre a intenção veiculada de garantir eficácia à responsabilidade de proteger e a necessidade de preservar a posição do Conselho de Segurança no sistema.

Tão-pouco as decisões e pareceres do órgão judiciário do sistema, o Tribunal Internacional de Justiça⁵² – uma instituição que evidentemente tem as suas limitações em termos de jurisdição⁵³, considerando que não é um “supremo tribunal internacional”⁵⁴ –, e dos seus efeitos nos casos ou situações em que tem abordado questões relacionadas a uso da força e intervenção, permitem resolver o problema que nos aflige⁵⁵. No período da Guerra Fria, o Tribunal adotou, através de pronunciamentos,

⁵² Em geral sobre o Tribunal Internacional de Justiça, Shabtai Rosenne, *The International Court of Justice. An Essay in Political and Legal Theory*, Leiden, Sijthoff, 1957; George Elia, *The International Court of Justice*, Leiden, Sijthoff, 1971; Edward McWhinney, *The World Court and the Contemporary International Law-Making Process*, Alphen aan den Rijn, S&N, 1979; Hersch Lauterpacht, *The Development of International Law by the International Court*, London, Grotius, 1982; Gerald Fitzmaurice, *The Law and Procedure of the International Court of Justice*, Cambridge, Grotius, 1986, v. I e II; Lori F. Damrosch (ed.), *The International Court of Justice at a Crossroads*, Dobbs Ferry, TPub 1987; Nagendra Singh, *The Role and Record of the International Court of Justice*, Dordrecht, MN, 1989; Stephen Schwebel, *Justice in International Law. Selected Writings of Judge Stephen Schwebel*, Cambridge, UK, CUP, 1994, pp. 3-168; Robert Jennings, “The International Court of Justice After Fifty Years”, *AJIL*, v. 89, n. 3, 1995, pp. 493-505; Luigi Condorelli, “La Cour Internationale de Justice: 50 ans et (pour l’heure) pas un ride”, *EJIL*, v. 6, n. 3, 1995, pp. 388-400; Flávio Marcondes Velloso, *Tribunal Internacional de Justiça. Caminho para uma Nova Comunidade*, Lorena, Stilianos, 1999; Mohamed Sameh M. Amr, *The Role of the International Court of Justice as the Principal Judicial Orgam of the United Nations*, The Hague, KL, 2003; Shabtai Rosenne & Terry Gill (rev.), *Rosenne’s The World Court. What it is and how it works*, 6. ed., Leiden, MN, 2003; Gilbert Guillaume, *La Cour internationale de justice à l’aube du XXI Siècle, Le regard d’un juge*, Paris, Pedone, 2003; Andreas Zimmermann; Christian Tomuschat & Karin Oellers-Frahm (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, Oxford, OUP, 2006; em Portugal, Maria de Assunção do Vale Pereira, *As medidas provisórias na jurisprudência recente do Tribunal Internacional de Justiça*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998.

⁵³ Em especial, o artigo 36 do ‘Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça’ (também disponível no *DR*, I Série, n. 117, 22 de maio de 1991, pp. 2784-2790), dispõe “1. A competência do Tribunal abrange todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas em tratados e convenções em vigor; 2 - Os Estados partes do presente Estatuto poderão, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição do Tribunal em todas as controvérsias jurídicas que tenham por objecto”, e Christian Tomuschat, “Article 36” in: Andreas Zimmermann; Christian Tomuschat & Karin Oellers-Frahm (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, pp. 589-657, e Gary Scott & Craig Carr, “The ICJ and Compulsory Jurisdiction. The Case for Closing the Clause”, *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 87, n. 1, 1987, pp. 57-76, para comentários.

⁵⁴ Gilbert Guillaume, “La CIJ, Cour Supreme Mondiale?” in: Regis Chemain & Alain Pellet (dir.), *La Charte des Nations Unies, constitution mondiale?*, Paris, Pedone, 2006, pp. 189-193.

⁵⁵ No geral, veja-se Oscar Schachter, “Disputes Involving the Use of Force” in: Lori Fisler Damrosch (ed.), *The International Court of Justice at a Crossroads*, Dobbs Ferry, TPub, 1987, pp. 223-241, Richard

posições anti-intervencionistas, relevantes para a solução do imbróglio. No *Caso do Estreito de Corfú*, a Corte considerou que qualquer prerrogativa de intervenção ou de autotutela de direitos seria incompatível com o sistema internacional estabelecido depois da II Guerra Mundial, haja em vista a sua natureza desigualitária e tributária de uma perspetiva privatista de proteção de direitos⁵⁶. Por sua vez, no polémico *Caso sobre as Actividades Militares e Para-Militares no Território da Nicarágua*⁵⁷, o Tribunal, mais uma vez, não obstante estar a tratar de uma situação distinta das intervenções humanitárias unilaterais, terá, genericamente, recusado a ideia de os direitos humanos poderem ser protegidos através do recurso à força armada⁵⁸.

Bilder, “Judicial Procedures Relating to the Use of Force”, *VJIL*, v. 31, n. 2, 1991, pp. 249-279, e Pieter Kooijmans, “The Legality of the Use of Force in the Recent Case Law of the International Court of Justice” in: Sienho Yee & Jacques-Yvan Morin (eds.), *Multiculturalism and International Law*, The Hague, Brill, 2009, pp. 455-466.

⁵⁶ Em resposta a uma invocação de um direito de autotutela por parte da Grã-Bretanha, “The Court can only regard the alleged right of intervention as the manifestation of a policy of force, such as has, in the past, given rise to most serious abuses and such as cannot, whatever be the present defects in international organization, find a place in international law. Intervention is perhaps still less admissible in the particular form it would take here; for, from the nature of things, it would be reserved for the most powerful States, and might easily lead to perverting the administration of international justice itself [O Tribunal pode ver o alegado direito de intervenção como uma manifestação de uma política de força, que, tal como no passado, deu origem aos mais graves abusos e como tal não podendo, quaisquer que sejam os defeitos actuais da organização internacional, encontrar guarida no Direito Internacional. A intervenção é, provavelmente, ainda menos admissível na forma particular que se materializaria neste caso; porque, pela natureza das coisas, estaria reservada aos Estados mais poderosos e poderia facilmente perverter a própria administração da justiça internacional]” (p. 35) (“The Corfu Channel Case”, Merits, Judgment of April, 9th 1949 in: *ICJ Reports*, Leyden, Sythoff, 1949, pp. 4-169. Para comentários, cf. Quincy Wright, “The Corfu Channel Case”, *AJIL*, v. 43, n. 3, 1949, pp. 491-494.

⁵⁷ Por todos, Monroe Leigh, “Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua (Nicaragua v. the United States) ICJ Rep. 14”; Thomas Franck, “Some Observations on the ICJ’s Substantive and Procedural Innovations”; Fred Morrison, “Legal Issues in the Nicaragua Decision”, *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 81, n. 1, 1987, pp. 206-211, 77-183, 116-121, 160-166; Harry Almond Jr., “The *Military Activities Case*: New Perspectives on the International Court of Justice and Global Public Order”, *IL*, v. 21, 1987, pp. 195-209; James Crawford, “Military Activities Against Nicaragua Case (Nicaragua v. United States)” in: Rudolf Bernhardt & Peter MacAllister-Smith (eds.), *Encyclopedia of Public International Law*, Amsterdam, Elsevier, 1997, v. III, pp. 371-377.

⁵⁸ Através de mais uma *dicta*, na ocasião, o Tribunal manifestou-se no sentido de que “while the United States might form its own appraisal of the situation as to respect for human rights in Nicaragua, the use of force could not be the appropriate method to monitor or ensure such respect. With regard to the steps actually taken, the protection of human rights, a strictly humanitarian objective, cannot be compatible with the mining of ports, the destruction of oil installations, or again with the training. Arming and equipping of the *contras*. The Court concludes that the argument derived from the preservation of human rights in Nicaragua cannot afford a legal justification for the conduct of the United States, and cannot in any event be reconciled with the legal strategy of the respondent State, which is based on the right of collective self-defence [o uso da força pelos Estados Unidos não é o melhor método para assegurar ou garantir o respeito para tais direitos [os direitos humanos]. Com respeito aos passos realmente tomados, a proteção aos direitos humanos, um objetivo estritamente humanitário, não pode ser compatível com a minagem de portos, a destruição de instalações petrolíferas, ou ainda com o treinamento, armamento ou equipamento dos *contras*” e que “o argumento derivado da preservação dos direitos humanos na Nicarágua, não pode servir de fundamento jurídico para a conduta dos Estados Unidos” (para. 268) (“Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua”, Nicaragua v. United States of America, Merits, Judgment of 26 June 1986 in: *ICJ Reports*, The Hague, International Court of Justice, 1986, pp. 124-126), aplicada por muitos defensores (Nigel Rodley, “Human Rights and Humanitarian Intervention:

Depois da recente deriva intervencionista internacional ocorrida a partir dos anos noventa não se pode dizer que o Tribunal se tenha convertido. Passou simplesmente a transmitir uma posição menos taxativa nas oportunidades que teve, seja recorrendo a questões processuais para não decidir o *Caso da Legalidade do Uso da Força*⁵⁹, em que a Bélgica invocou um argumento humanitário⁶⁰, rejeitado naturalmente pela Federação

the Case Law of the World Court”, *ICLQ*, v. 38, n. 2, 1989, pp. 321-333 (sustentando a tese que a linguagem [do parágrafo 268] demonstrou claramente a posição do Tribunal em relação às intervenções humanitárias) (p. 332); Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, Oxford, OUP, 1999, p. 167 (que entende que a decisão pode ser interpretada no sentido de que situação nenhuma justifica uma intervenção à margem do Capítulo VII), e até detratores da decisão (Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 267-312, e em versão mais resumida, com os mesmos argumentos, no texto, “*Le Peuple c’est Moi! The World Court and Human Rights*”, *AJIL*, v. 81, n.1, 1987, pp. 173-183, e ainda Stephen Schwebel, “Human Rights in the World Court” in: *Justice in International Law. Selected Writings of Judge Stephen Schwebel*, Cambridge, UK, CUP, 1994, pp. 146-168). É, no entanto, discutível que fosse realmente um caso muito apropriado para a discussão das intervenções humanitárias unilaterais.

⁵⁹ “The Court unanimously, *finds* that it has no jurisdiction to entertain the claims made in the Application filed by Serbia and Montenegro on 29 April 1999” (para. 118) (‘Legality of Use of Force (Serbia and Montenegro v. Portugal)’ Preliminary Objections, Judgment of 15 December 2004, *I.C.J. Reports*, The Hague, International Court of Justice, 2004, pp. 1160-1207, sempre lembrando que “Finally, the Court would recall, as it has done in other cases and in the Order on the request for the indication of provisional measures in the present case, the fundamental distinction between the existence of the Court’s jurisdiction over a dispute, and the compatibility with international law of the particular acts which are the subject of the dispute. (...) Whether or not the Court finds that it has jurisdiction over a dispute, the parties “remain in all cases responsible for acts attributable to them that violate the rights of other States. When, however, as in the present case, the Court comes to the conclusion that it is without jurisdiction to entertain the claims made in the Application, it can make no finding, nor any observation whatever, on the question whether any such violation has been committed or any international responsibility incurred.” (para. 119). Em geral sobre o caso, cf. Philippe Weckel, “Cour internationale de Justice. Affaires Relatives à la liceité de l’emploi de la force (Yougoslavie c. Allemagne et autres), Ordonnances du 2 Juin 1999”, *RGDIP*, t. 103, n. 3, 1999, pp. 697-708, e Christine Gray, “Legality of Use of Force (Yugoslavia v. Belgium) (Yugoslavia v. Canada) (Yugoslavia v. France) (Yugoslavia v. Germany) (Yugoslavia v. Italy) (Yugoslavia v. Netherlands) (Yugoslavia v. Portugal) (Yugoslavia v. Spain) (Yugoslavia v. United Kingdom) (Yugoslavia v. United States of America): Provisional Measures”, *ICLQ*, v. 49, n. 3, 2000, pp. 730-736; em Portugal, é importante seguir Luís Serradas Tavares & Patrícia Galvão Teles, “Alice no País das Maravilhas ou Breve História de um Processo no Tribunal Internacional de Justiça: Sérvia e Montenegro c. Portugal e outros Membros da NATO sobre a ‘Legalidade do Uso da Força’”, *NE*, n. 8, 2005, pp. 31-40, que estiveram envolvidos no processo.

⁶⁰ “L’OTAN, le Royaume de Belgique en particulier, était tenu d’une véritable obligation d’intervenir pour prévenir une catastrophe humanitaire qui était en cours et qui avait été constatée par les résolutions du Conseil de sécurité pour sauvegarder quoi, mais pour sauvegarder des valeurs essentielles qui sont elles aussi érigées. Est-ce que le droit à la vie, l’intégrité physique de la personne, l’interdiction des tortures, est-ce que ce ne sont pas des normes érigées au rang de jus cogens ? Elles sont incontestablement érigées au rang de jus cogens, c’est si vrai que les instruments internationaux sur les droits de l’homme (convention européenne des droits de l’homme, les pactes qui ont été cités) constatent une clause de dérogation (pouvoir de suspendre en cas de guerre tous les droits de l’homme sauf le droit à la vie, le droit à l’intégrité de la personne), ce sont des droits absolus et on en déduit que ce sont des droits érigés au rang de jus cogens. Donc pour sauvegarder des valeurs fondamentales érigées en jus cogens, une catastrophe en cours constatée par l’organisation du Conseil de sécurité, l’OTAN intervient. Et cette intervention comporte une autre caractéristique importante, jamais l’OTAN n’a mis en question l’indépendance politique, l’intégrité territoriale de la République fédérale de Yougoslavie, jamais d’ailleurs toutes les résolutions du Conseil de sécurité, les décisions de l’OTAN, les communiqués de presse le rappellent. Donc ce n’est pas une intervention dirigée contre l’intégrité territoriale, l’indépendance pour l’ex-République de Yougoslavie, c’est une intervention pour sauver une population en péril, en détresse profonde. C’est la raison pour laquelle le Royaume de Belgique estime que c’est une intervention

da Jugoslávia/Sérvia-Montenegro⁶¹, ficando-se o Tribunal, na decisão anterior relativo ao pedido de aplicação de medidas cautelares feito pelos autores da ação⁶², por uma negação, também por motivos jurisdicionais.

O(s) *Caso(s) das Actividades Armadas no Território do Congo* pelas suas características e intervenientes poderia ter dado margem a uma discussão sobre as licitude das intervenções humanitárias unilaterais⁶³. O Ruanda interveio na República Democrática naquilo que veio a transformar-se numa guerra civil africana, na sequência do genocídio de 1994⁶⁴ para, dentre outros objetivos, pôr termos às bases das milícias *hutu* que tinham participado nos massacres. Todavia, mais uma vez, o caso acabou, também por problemas jurisdicionais⁶⁵, por naufragar em relação ao Ruanda⁶⁶, sem que

humanitaire armée qui est compatible avec l'article 2, paragraphe 4 de la Charte qui ne vise que les interventions dirigées contre l'intégrité territoriale et l'indépendance politique de l'Etat en cause. Et faut-il invoquer des précédents, l'intervention de l'Inde dans le Pakistan oriental, l'intervention de la Tanzanie en Ouganda, du Vietnam au Cambodge, les interventions des pays de l'Afrique de l'Ouest au Libéria d'abord et puis au Sierra Leone, sans doute il y a eu des hésitations dans la doctrine, dans certains membres de la communauté internationale, mais ces interventions n'ont pas été explicitement condamnées par les instances compétentes de l'ONU. Ces précédents joints, couplés avec des résolutions du Conseil de sécurité et le rejet du projet de résolution russe, le 26 mars, comme je l'ai évoqué, tentent et accréditent certainement l'idée que nous sommes là en présence d'une intervention tout a fait licite. Permettez-moi de rappeler ces trois caractéristiques de l'intervention qui ont été constatées par des instances internationales, en l'occurrence le Conseil de sécurité : il y avait une catastrophe humanitaire, le Conseil de sécurité l'a constaté, danger imminent, il s'agissait de cette situation qui constitue une menace contre la paix constatée par la résolution du Conseil de sécurité et que la puissance responsable de cet état de choses, il est clair dans les trois résolutions du Conseil de sécurité, c'est la République fédérale de Yougoslavie" ('Public sitting held on Monday 10 May 1999, at 3 p.m., at the Peace Palace (Weeramantry, Acting President, presiding), affaire relative à la Licéité de l'emploi de la force (Yougoslavie c. Belgique), Demande en indication de mesure conservatoire, *Verbatim Records*, disponível em <http://www.icj-cij.org/docket/files/105/4513.pdf>, acesso a 22 de março de 2015, pp. 15-17)).

⁶¹ Sustentou-se que "the attack on the territory of Yugoslavia involves a continuing breach of Article 2, paragraph 4, of the Charter. In my submission, the principle of Article 2, paragraph 4, stated in 1945 remains unqualified.(...) The subsequent practice of the member States of the United Nations has not produced a departure in general international law. Such a departure would, in principle, be a major aberration and would require consistent and substantial evidence. Such a change in customary law has not been asserted to exist, much less proved, by a single member State of NATO" (Public sitting held on Monday 10 May 1999, at 10 a.m., at the Peace Palace (Weeramantry, Acting President, presiding), 'Affaire Relative à la Licéité de l'emploi de la force (Yougoslavie c. Belgique)', Demande en indication de mesure conservatoire, *Verbatim Records*, disponível na homepage do Tribunal <http://www.icj-cij.org/docket/files/105/4473.pdf>, acesso a 22 de março de 2015, pp. 34-35).

⁶² 'Legality of Use of Force (Yugoslavia v. Portugal)', Provisional Measures, Order of 2 June 1999 in: *I.C.J. Reports*, The Hague, ICJ, 2004, pp. 656-673.

⁶³ Discussões específicas são feitas por Dan Hammer, "Allowing Genocide? An Analysis of *Armed Activities on the Territory of the Congo*, Jurisdictional Reservations, and the Legitimacy of the International Court of Justice", *Minn. JIL*, v. 16, 2007, pp. 495-523; Registry of the International Court of Justice, "Armed Activities on the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Uganda)", *HYIL*, v. 21, 2008, pp. 160-162.

⁶⁴ O contexto do conflito na República Democrática do Congo até podia permitir uma discussão sobre o problema em larga medida associado à questão humanitária do Ruanda (Cf., em especial, Gérard Prunier, *Africa's World War. Congo, The Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe*, Oxford, OUP, 2009).

⁶⁵ Assim, o 'Armed Activities on the Territory of the Congo (New Application: 2002) (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda), Jurisdiction and Admissibility, Judgment of 3 February 2006' in:

este sequer chegasse a invocar a existência de um direito à intervenção humanitária como excludente de ilicitude⁶⁷. Houve decisão do mérito em relação ao caso do Uganda⁶⁸, que não tinha materialmente a mínima relação com questões humanitárias, mas puramente com a dimensão estratégica e securitária, e por isto o Tribunal amparou os seus argumentos na existência de consentimento e no direito à legítima defesa⁶⁹.

O caso sobre a *Aplicação da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* entre a Geórgia e a Rússia, apesar de poder suscitar o tratamento da questão não foi invocada diretamente pela parte autora⁷⁰ nem fez parte da argumentação da Ré⁷¹. De resto, apesar de o Tribunal ter aplicado medidas cautelares⁷², não houve decisão sobre o mérito porque entendeu não ter jurisdição⁷³. Por fim, no *Parecer sobre a Declaração Unilateral de Independência do Kosovo* (2010)⁷⁴, o

I.C.J. Reports, The Hague, ICJ, 2006, pp. 6-54 (“The Court by fifteen votes to two, *finds* that it has no jurisdiction to entertain the Application filed by the Democratic Republic of the Congo on 28 May 2002” (para. 128)).

⁶⁶ Chester Brown, “Armed Activities in the Territory of the Congo (New Application: 2002) (*Democratic Republic of the Congo v. Rwanda*)”, Provisional Measures, Order of 1 July 2002”, *ICLQ*, v. 52, n. 3, 2003, pp. 782-787, John Tatulli, “Resolving Africa’s Longest Civil War: Updates on the Case Concerning Armed Activities in the Democratic Republic of Congo”, *NYLSJHR*, v. 19, n. 3, 2003, pp. 903-912, e Alexander Orakhelashvili, “Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of Congo v. Rwanda*)”, Jurisdiction and Admissibility, Judgment of 3 February 2006”, *ICLQ*, v. 55, n. 3, 2006, pp. 753-763.

⁶⁷ No seu memorial, o Ruanda limitou-se a invocar questões jurisdicionais (‘Case Concerning Armed Activities in the Territory of Congo (New Application of 2002) (*Democratic Republic of Congo v. Rwanda*)’, Memorial of Rwanda, January 2003, disponível em <http://www.icj-cij.org/docket/files/126/8280.pdf>, acesso a 22 de março de 2015, *passim*), embora rejeitasse a acusação de agressão feita pela República Democrática do Congo.

⁶⁸ Dino Kritsiotis, “Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of the Congo v. Uganda*): Provisional Measures”, *ICLQ*, v. 50, n. 3, 2001, pp. 662-670; Phoebe Okowa, “Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of Congo v. Uganda*)”, *ICLQ*, v. 55, n. 3, 2006, pp. 743-753; James Thuo Gathii, “Armed Activities in the Territory of Congo (*Democratic Republic of Congo v. Uganda*)”, *AJIL*, v. 101, n. 1, 2007, pp. 142-149; Andrew Mollel, “Judicial Settlement of Armed Conflict in International Law: Reflecting the 2005 International Court of Justice Decision in the Democratic Republic of Congo”, *NJIL*, v. 17, n. 4, 2007, pp. 417-432.

⁶⁹ ‘Case Concerning Armed Activities in the Territory of Congo (New Application of 2002) (*Democratic Republic of Congo v. Uganda*)’, Judgment of 19 September 2005 in: *I.C.J. Reports*, The Hague, ICJ, 2005, pp. 168-283, *passim*.

⁷⁰ ‘Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (*Georgia v. Russia*)’, Georgia Application Instituting Proceedings, Filled in the Registry on 12 August 2008, disponível em <http://www.icj-cij.org/docket/files/140/14657.pdf>, acesso a 22 de março de 2015.

⁷¹ *Ibid.*, Russia’s Preliminary Objections, 1 December 2009, disponível no sítio do Tribunal Internacional de Justiça <http://www.icj-cij.org/docket/files/140/16099.pdf>, acesso a 22 de março de 2015.

⁷² ‘Application of the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination (*Georgia v. Russian Federation*)’, Provisional Measures, Order of 15 October 2008 in: *I.C.J. Reports*, The Hague, International Court of Justice, 2008, pp. 353-399.

⁷³ ‘Application of the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (*Georgia v. Russian Federation*)’, Preliminary Objections, Judgment of 1 April 2011 in: *I.C.J. Reports*, The Hague, ICJ, 2011, pp. 70-141.

⁷⁴ Ver ‘Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo’, Advisory Opinion of 22 July 2010 in: *ICJ Reports*, The Hague, ICJ, 2010, p. 403 e ss, e uma seleção dos diversos comentários em Mahasen M Aljaghoub, “The International Court of Justice’s Advisory Opinion on Kosovo’s Declaration of Independence: Could it be the Court’s second non-

qual, sem especificamente se pronunciar sobre o pressuposto fáctico que, em última instância, propiciou a litigiosa proclamação, a intervenção da OTAN de 1999, discutiu a respeito os efeitos da Resolução 1244 sobre a licitude desses actos bélicos⁷⁵. Mas, mais uma vez, fê-lo de forma ambígua, e ainda que disso não decorresse forçosamente uma solução, deixou, sem qualquer resposta, a questão de se saber se as circunstâncias específicas do Kosovo – violações massivas aos direitos humanos e negação de autonomia – é que permitiam legitimar tais ações. Os juízes (Cançado Trindade⁷⁶ e

liquet?”, *EJSS*, v. 15, n. 1, 2010, pp. 86-92, ‘International Court of Justice Concludes that Kosovo’s Unilateral Declaration of Independence Did Not Violate International Law’, *HLR*, v. 124, n. 4, 2011, pp. 1098-1105; Volker Röben, “The ICJ Advisory Opinion on the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo: Rules or principles?”, *GJIL*, v. 2, n. 3, 2010, pp. 1063-1086, Elena Cirkovic, “An Analysis of the ICJ Advisory Opinion on Kosovo’s Unilateral Declaration of Independence”, *GLJ*, v. 11, n. 8, 2010, pp. 895-912; Emily Christie, “*Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in respect of Kosovo*, ICJ Advisory Opinion of 22 July 2010, General List No. 141”, *AILJ*, v. 17, 2010, pp. 205-212; Peter Hilpold, “The International Court of Justice’s Advisory Opinion on Kosovo: Perspectives of a Delicate Question”, *ARIEL*, v. 14, 2009, pp. 259-310; Peter Hilpold (ed.), *Kosovo and International Law. The ICJ Advisory Opinion of 22 July 2010*, Leiden, Brill, 2012, contém um conjunto de análises importantes.

⁷⁵ O Parecer sobre a Compatibilidade da Declaração de Independência do Kosovo com o Direito Internacional não foi solicitado pela Assembleia Geral para discutir se a intervenção de 1999 violara ou não o Direito Internacional, porém incidentalmente, em mais um parágrafo enigmático, a Corte pronunciou-se sobre a questão, dizendo que “Several participants have invoked resolutions of the Security Council condemning particular declarations of independence (...) The Court notes, however, that in all of those instances the Security Council was making a determination as regards the concrete situation existing at the time that those declarations of independence were made; the illegality attached to the declarations of independence thus stemmed not from the unilateral character of these declarations as such, but from the fact that they were, or would have been, connected with the unlawful use of force or other egregious violations of norms of general international law, in particular those of a peremptory character (*jus cogens*). In the context of Kosovo, the Security Council has never taken this position. The exceptional character of the resolutions enumerated above appears to the Court to confirm that no general prohibition against unilateral declarations of independence may be inferred from the practice of the Security Council” (Ibid., para. 81).

⁷⁶ O magistrado brasileiro ensaiou uma discussão a respeito da aplicação do princípio do *ex injuria non jus oritur*, para sustentar que a Resolução nº 1244 não convalidava as condutas ilícitas perpetradas por todas as partes no conflito, mas através de uma mistura entre o *jus ad bellum* e o *jus in bello*, considerava os bombardeamentos violações de ambos (para. 133). In the course of the advisory proceedings before the Court, a couple of participants invoked the principle *ex injuria jus non oritur*, each one referring to one of the successive wrongful acts, in the course of the decade 1989-1999, and up to Kosovo’s declaration of independence of 17 February 2008. None of them referred to the successive *injuria*e as a whole — including three unwarranted NATO bombings of Kosovo in 1999, outside the framework of the UN Charter, and also generating “casualties” among hundreds of innocent civilians. There occurred, in fact, *injuria*e committed everywhere in the region as a whole, coming from a variety of sources (State and non-State alike). 134. The principle *ex injuria jus non oritur* applies to all those grave breaches, to the atrocities perpetrated against the population, as well as to the unwarranted use of force in the bombings of Kosovo (likewise causing numerous innocent victims in the civilian population), outside the framework of the UN Charter. UN Security Council resolution 1244 (1999) cannot thus be read as endorsing wrongful acts of any origin or kind, nor as taking advantage of them. Quite on the contrary: Security Council resolution 1244 (1999) reinserted the handling of Kosovo’s humanitarian crisis within the framework of the UN Charter, in one of the great challenges to *the UN as a whole (not only its Security Council)* in our days. It can hardly be doubted that the Security Council, proceeding on the basis of Chapter VII of the United Nations Charter, by means of its resolution 1244 (1999), acted in a decisive way for the restoration and preservation of peace in Kosovo and the whole region” (‘Separate Opinion of Judge Cançado Trindade’ in: *ICJ Reports*, 2010, pp. 523-617).

Yusuf⁷⁷), que ainda tentaram, separadamente, discutir alguns aspetos que tangenciam o problema que tratamos também não clarificaram muito mais o seu entendimento sobre a *vexata quaestio*.

2.2. O estabelecimento de uma prerrogativa de intervenção humanitária unilateral no Direito Regional Africano e a possibilidade de intervenção nos sistemas europeu e americano

2.2.1. As duas interpretações ao artigo 53 (1): intervenção de entidades regionais com ou sem autorização (preliminar) do Conselho de Segurança

O problema adensa-se porque, apesar do que se consagra no artigo 53 (1) da própria Carta das Nações Unidas⁷⁸, face à evidência de que muitas organizações ou acordos regionais têm aprovado e implementado tratados que, em última instância, autorizam os seus órgãos a decidir e a executar intervenções nos Estados Membros por motivos explicitamente humanitários, sem obter qualquer autorização daquele órgão das Nações Unidas. É um problema cuja resolução coloca em confronto a letra do artigo 53

⁷⁷ Pronuncia-se, indiretamente, sobre a aceitação de um direito à secessão de minorias perseguidas e sem reconhecimento de graus de autonomia (“does not, however, mean that international law turns a blind eye to the plight of such groups, particularly in those cases where the State not only denies them the exercise of their internal right of self-determination (as described above), but also subjects them to discrimination, persecution and egregious violations of human rights or humanitarian law. Under such exceptional circumstances, the right of peoples to self-determination may support a claim to separate statehood provided it meets the conditions prescribed by international law, in a specific situation, taking into account the historical context” – (para. 11) e que havendo uma decisão do Conselho de Segurança em intervir um dos critérios seria preenchido (“decision by the Security Council to intervene could also be an additional criterion for assessing the exceptional circumstances which might confer legitimacy on demands for external self-determination by a people denied the exercise of its right to internal self-determination” (para. 16) (‘Separate Opinion of Judge Yusuf’ in: Ibid., pp. 618-626).

⁷⁸ À luz do artigo do artigo 53 (1), na sua versão portuguesa, “nenhuma acção coercitiva será, no entanto levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança”, e para comentários sobre o uso da força por organizações regionais Christoph Scheuer, “Regionalism v. Universalism”, *EJIL*, v. 6, n. 3, 1995, pp. 477-499; Zsuzsanna Deen-Raczmany, “A Redistribution of Authority Between the UN and the Regional Organisation in the Field of Peace and Security?”, *LJIL*, v. 13, n. 2, 2000, pp. 297-331; Erika de Wet, “The Relationship between the Security Council and Regional Organisation during Enforcement Action under Chapter VII of the United Nations Charter”, *NJIL*, v. 71, n. 1, 2002, pp. 1-37; George Ress & Jürgen Brömer, “Article 53” in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., pp. 862-863; Ademola Abass, *Regional Organisations and the Development of Collective Security. Beyond Chapter VIII of the UN Charter*, Oxford, Hart, 2004; José Luiz Singi Albuquerque, “Artigo 53” in: Leonardo Nemer Brant (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, pp. 813-830; Alena Douhan, *Regional Mechanisms of Collective Security. The New Face of Chapter VIII of the UN Security Charter?*, Paris, L’Har, 2013; um enquadramento político em português pode ser encontrado em Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping* doutras Organizações Internacionais, Coimbra, Almedina, 2007.

(1) no sentido de exigir uma autorização preliminar⁷⁹, a hierarquia estabelecida entre o artigo 103 da Carta⁸⁰, e as obrigações dos Estados decorrentes e outros tratados e com um eventual estatuto de norma de *jus cogens* do artigo 2 (4) da Carta⁸¹, de uma parte, e os tratados e práticas de organizações internacionais, da outra.

2.2.2. A consolidação de prerrogativas de intervenções humanitárias regionais no Direito Africano

Os desenvolvimentos radicais mais relevantes têm acontecido em África⁸², não só ao nível continental, mas também sub-regional, portanto nos diversos sistemas de segurança coletiva que, de forma sobreposta, existem no continente⁸³. Depois dos acontecimentos do Ruanda de 1994, da prolongada guerra civil da República

⁷⁹ Cf. George Ress & Jürgen Brömer, “Article 53”, p. 864, reclamam uma interpretação lógica do dispositivo no sentido de que deve considerar-se que o sistema de autorização preliminar seria o único a assegurar verdadeiro controlo por parte do Conselho de Segurança do preenchimento pelas organizações regionais das condições para o uso da força, portanto, de um ponto de vista lógico e teleológico, seria a única interpretação possível até porque entender o contrário seria encorajar atos ilícitos e contrários ao espírito da Carta por parte das mesmas”.

⁸⁰ Estabelece, em concreto, que “no caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta”. Para interpretações desse dispositivo, recomenda-se Leland Goodrich; Edvard Hambro & Anne Patricia Simmons, *Charter of the United Nations. Commentary and Documents*, pp. 614-617; Rudolf Bernhardt, “Article 103” in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, pp. 1292-1302; Alberto do Amaral Júnior, “Artigo 103” in: Leonardo Nemer Brant (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, pp. 1221-1228.

⁸¹ Não é questão que se limita ao uso da força por organizações regionais, pois pode muito bem ser uma realidade bilateral. Todavia, na atualidade, as probabilidades de se manifestarem no quadro regional são muito maiores. Daí a deslocação para este capítulo, não obstante pressupor a recuperação de uma discussão sobre o *jus cogens* e as normas que regulam o uso da força na Carta das Nações Unidas, designadamente com o artigo 2 (4) (No geral, v. Lauri Hannikainen, *Peremptory Norms (Jus Cogens) in International Law. Historical Development, Criteria, Present Status*, p. 348, e, igualmente, Rudolf Bernhardt, “Article 103”, p. 1297).

⁸² A este propósito, em específico cf. Jean Allain, “The True Challenge to the United Nations System on the Use of Force: The Failures of Kosovo and Iraq and the Emergence of the African Union”, *MPYBIL*, v. 8, 2004, pp. 237-289; Girmachew Alemu Aneme, *A Study of the African Union's Right of Intervention against Genocide, Crimes against Humanity and War Crimes*, Nijmegen, Wolf, 2011, pp. 77-78, e Abdulqawi Yusuf, “The Right of Forcible Intervention in Certain Conflicts” in: id. & Fatsah Ouguergouz (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, Leiden, MN, 2012, p. 335.

⁸³ Sobre as dinâmicas da segurança nessas áreas, seguir Yahia Zoubir & Louisa Dris-Aït-Hamadouché, *Global Security Watch – The Maghreb: Algeria, Libya, Morocco, and Tunisia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2013; Adekeye Adebajo & Ismail Rashid (eds.), *West Africa Security Challenges: Building Peace in a Troubled Region*, Boulder, LR, 2004; Roba Sharamo & Berouk Mesfin (eds.), *Regional Security in Post-Cold War Horn of Africa*, Pretoria, ISS, 2011; Gilbert Khadiagala (ed.), *Security Dynamics in Africa's Great Lakes Region*, Boulder, LR, 2006; Angela Meyer, *Peace and Security Cooperation in Central Africa: Developments, Challenges and Prospects*, Uppsala, NA, 2011; Gavin Cawthra; Andre du Pisani & Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg, WitUP, 2007; em Portugal, seguir Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Atividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais*, pp. 237-253. Um pequeno resumo e português pode ser encontrado em José Pina Delgado, “Direito Africano da Segurança” in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 116-119.

Democrática do Congo e dos casos da Serra Leoa e da Libéria⁸⁴, muitos líderes continentais ficaram com a percepção de que, primeiro, haveria que se mudar a filosofia anti-intervencionista e de compadrio corporativista entre Chefes de Estado africanos⁸⁵, e, segundo, que o Mundo, designadamente as instituições representativas da comunidade internacional como o Conselho de Segurança, e as potências individualmente considerados, tinham uma consideração não estratégica, nos limites do descaso racista, em relação as tragédias humanitárias no continente.

Isso vai determinar, no plano regional, a reestruturação do sistema de segurança regional enquadrado na própria transformação da Organização da Unidade Africana⁸⁶, que representava precisamente o anti-intervencionismo inter-africano, o qual só cedia nos casos que envolviam potências coloniais ou Estados segregacionistas⁸⁷, e que continha um mecanismo de solução e conflitos de base consensual⁸⁸, em União Africana⁸⁹. Esta instituição tem como pilares os princípios da segurança coletiva, da

⁸⁴ Não se pode esquecer o papel desempenhado pela questão do Ruanda e também da Libéria, Serra Leoa e República Democrática do Congo, no processo que levou às soluções mais intervencionista e autonomistas adotadas no continente e consagradas no *Acto Constitutivo* (ver, para desenvolvimentos, Jean Allain, “The True Challenge to the United Nations System on the Use of Force: The Failures of Kosovo and Iraq and the Emergence of the African Union”, p. 259 e ss).

⁸⁵ Por todos, v. Timothy Murithi, *The African Union*, Aldershot, Ashgate, 2005, p. 28, falando de uma cultura de não-intervenção entre os governantes africanos do período, associando a organização a um clube de chefes de Estado, com tendências corporativas, que agiam com intuítos autoprotetivos em relação às massas exploradas e aos setores discriminado da sociedade.

⁸⁶ A respeito desta organização regional, recomenda-se Michel-Cyr Djiena Wembou, *L'O.U.A. à l'aube du XXI Siècle: bilan, diagnostic et perspectives*, Paris, LGDJ, 1995, e, panoramicamente, Maurice Glélé-Ahanhanzo, *Introduction à l'organisation de l'unité africaine et aux organisations régionales africaines*, Paris, LGDJ, 1986, pp. 19-46; para a transição, por todos, ver Tiyajana Maluwa, “The Transition from the Organization of African Unity to the African Union” in: Abdulqawi Yusuf & Fatsah Ouguergouz (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, pp. 25-52.

⁸⁷ Por todos, seguir C.J.R. Dugard, “The Organization of African Unity and Colonialism: An Inquiry into the Plea of Self-Defence as a Justification for the Use of Force in the Eradication of Colonialism”, *ICLQ*, v. 16, n. 1, 1967, pp. 158-190, e, para o contexto geral dessas relações, com ângulos distintos, Audie Klotz, *Norms in International Relations: The Struggle Against Apartheid*, Ithaca, Cornell UP, 1995, cap. v, Roger Pfister, *Apartheid South Africa and African States. From Pariah to Middle Power, 1961-1994*, New York, Tauris, 2005, e, por fim, Robert Ross, *A Concise History of South Africa*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2008.

⁸⁸ Vide ‘Déclaration de la Conférence des Chefs d’État et de Gouvernement sur la création au sein de l’OUA d’un mécanisme pour la prévention, la gestion et le règlement des conflits’, 30 de junho de 1993, para. 13 (Reproduzida na íntegra por Michel-Cyr Djiena Wembou, *L'O.U.A. à l'aube du XXI Siècle: bilan, diagnostic et perspectives*, pp. 395-398 (Anexo II)); adicionalmente Michel-Cyr Djiena Wembou, “Le mécanisme de l’OUA pour la prevention, la gestion et le reglement de conflits”, *AfYIL*, v. 2, 1994, pp. 71-91, e, para uma avaliação, Monde Muyangwa & Margaret Vogt, *An Assessment of the OAU Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution, 1993-2000*, New York, IPA, 2000.

⁸⁹ Para desenvolvimentos genéricos, Timothy Murithi, *The African Union, passim*; Abdulqawi Yusuf & Fatsah Ouguergouz (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, *passim*, e John Akokpari; Angela Ndinga-Muvumba & Tim Murithi (eds.), *The African Union and its Institutions*, Auckland, South Africa, Fanele/ CCR, 2008.

solução pacífica de conflitos, da não-ingernência⁹⁰, e o seu ato constitutivo consagrada uma prerrogativa de intervenção humanitária em caso de “circunstâncias graves, nomeadamente de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra”, no agora famoso artigo 4 (h)⁹¹. O Protocolo que criou o Conselho de Paz e de Segurança da União Africana⁹², determina a existência dos pressupostos mencionados, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo⁹³ ou órgão ao qual delegar poderes⁹⁴ poderão decidir pela intervenção humanitária mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁹⁵. Não se menciona como condição de utilização a autorização do

⁹⁰ Muitos dos quais herdados da Carta da OUA e que, concomitantemente, são princípios gerais do Direito Internacional geral, como nota Stéphane Doumbé-Billé, “The African Union: Principles and Purposes”, p. 64 e ss.

⁹¹ Neste sentido, é de se concordar com David Francis, *Uniting Africa. Building Regional Peace and Security Systems*, Aldershot, Ashgate, 2006, p. 129, quando diz que é uma “alteração paradigmática”; a respeito da organização regional no concernente ao direito de intervenção, ver também Ben Kioko, “The right of intervention under the African Union’s Constitutive Act: From non-interference to non-intervention”, *IRRC*, n. 85, n. 852, 2003, pp. 807-825; Alain Didier Odinga, “L’Afrique et la question du droit d’intervention aux fins de protection de la personne humaine” in: Jean-Emmanuel Ponti (dir.), *L’ONU vu d’Afrique*, Paris, M&L/Afredit, 2005, pp. 271-293; Dan Kuwali, “The end of humanitarian intervention: Evaluation of the African Union’s right of intervention”, *AJCR*, v. 9, n. 1, 2009, pp. 41-61; Tim Murithi, “The African’s Union Transition from Non-Intervention to Non-Indifference: An *Ad Hoc* Approach to the Responsibility to Protect?”, *IPG*, h. 1, 2009, pp. 90-106; Girmachew Alemu Aneme, *A Study of the African Union’s Right of Intervention against Genocide, Crimes against Humanity and War Crimes, passim*; Abdulqawi Yusuf, “The Right of Forcible Intervention in Certain Conflicts”, pp. 335-353.

⁹² Vide ‘Protocolo sobre o Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana’, adoptado em Durban, 9 de julho de 2002, aprovado para ratificação pela Resolução nº 33/03, de 9 de dezembro, *DR*, Angola, nº 97, 9 de dezembro de 2003, pp. 2382-2394; para uma apresentação geral do Protocolo, Jeremy Levitt, “The Peace and Security Council of the African Union: The Known Unknowns”, *TL&CP*, v. 13, n. 1, 2003, pp. 109-138, e, mais recentemente, Sabelo Gumedze, *The Peace and Security Council of the African Union: Its Relationship with the United Nations, with the African Union and with Sub-Regional Mechanisms*, Abo, AAUP, 2011.

⁹³ Todas as disposições relevantes são convergentes nesta matéria, atribuindo esse poder ao órgão supremo da União, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (art. 6º). Assim, o artigo 4 (h) do Acto Constitutivo contempla o (“ (...) direito da União intervir num Estado Membro em conformidade com uma *decisão da Conferência* (...)”), o artigo 7 (f) do Protocolo de Segurança (“(...) O Conselho de Paz e Segurança deve (...) aprovar as modalidades de intervenção por parte da União num Estado Membro, após decisão da Conferência, em conformidade com o artigo 4º (j) do Acto Constitutivo”, a que se junta o poder geral de “receber, analisar e tomar decisões sobre relatórios e recomendações dos outros órgãos da União” (‘Acto Constitutivo, art. 9º (b)).

⁹⁴ Nos termos do seu artigo 9 (2), “a Conferência pode delegar quaisquer dos seus poderes e funções em qualquer órgão da União” (Ibid.).

⁹⁵ Ver também a discussão promovida por Jeremy Levitt, “The Peace and Security Council of the African Union: The Known Unknowns”, pp. 125-132; Jeremy Sarkin, “The Role of the United Nations, the African Union and Africa’s Sub-Regional Organisations in Dealing with Africa’s Human Rights Problems: Connecting Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect”, *JAL*, v. 53, n. 1, 2009, pp. 1-33; Jean Allain, “The True Challenge to the United Nations System on the Use of Force: The Failures of Kosovo and Iraq and the Emergence of the African Union”, pp. 284-287, Sabelo Gumedze, *The Peace and Security Council of the African Union: Its Relationship with the United Nations, with the African Union and with Sub-Regional Mechanisms*, pp. 104-143; Djacoba Liva Tehindrazanarivelo, “The African Union’s Relationship with the United Nations in the Maintenance of Peace and Security” in: Abd Al-Qawi Yusuf & Fatsah Ouguergouz (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, pp. 375-413, Júlio Jorge Urbina, “La regionalización del mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales: el papel de la Unión Africana” in: Wladimir

órgão⁹⁶, devendo-se seguir este procedimento em situações de urgência e/ou quando este órgão esteja bloqueado e manifeste a habitual relutância em agir no continente⁹⁷. O curioso é que o Conselho de Segurança não se tem oposto a essa eventual usurpação de poderes⁹⁸, o que também pode estar relacionado com o facto de a União Africana não ter tido condições militares e logísticas para fazer uso mais intenso deles⁹⁹, tentando associar por motivos logísticos, esse órgãos das Nações Unidas¹⁰⁰.

O mesmo processo ocorreu em diversas sub-regiões do continente africano, ainda que em intensidades diferentes, destacando-se a este propósito a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que cobre a parte oeste do

Brito; Jorge Pueyo Losa et al. (org.), *Conflitos Armados, Gestão Pós-Conflitual e Reconstrução/Conflictos Armados, Gestión Posconflicto y Reconstrucción*, Braga/Santiago de Compostela, SJ/Andavira, 2011, pp. 241-262, e, finalmente, David Francis, *Uniting Africa. Building Regional Peace and Security Systems*, p. 130 (indica eventuais incompatibilidades porque, segundo entende, a Carta não aceita as intervenções humanitárias).

⁹⁶ Kithure Kindiki, “The normative and institutional framework of the African Union relating to the protection of human rights and maintenance of international peace and security: a critical appraisal”, pp. 108-109, especula que a omissão tenha sido intencional. Os defensores da opção da União Africana seguem precisamente a ideia de que o artigo 53 (1) não determina que a autorização tenha que preceder a intervenção ou se seria admissível que fosse obtida *ex post factum* (v. Dan Kuwali, “The end of humanitarian intervention: Evaluation of the African Union’s right of intervention”, p. 46), ao passo que autores mais cautelosos defendem que os dispositivos regionais tenham que ser interpretados à luz das obrigações universais, mau-grado a sua omissão. É o caso de Sabelo Gumedze, *The Peace and Security Council of the African Union: Its Relationship with the United Nations, with the African Union and with Sub-Regional Mechanisms*, p. 143.

⁹⁷ A posição da União Africana foi externalizada nos comentários feitos ao processo de reforma das Nações Unidas, no qual se diz que “A União Africana concorda com o painel que a intervenção de organizações regionais deve ser empreendida com a aprovação do Conselho de Segurança; porém, em certas circunstâncias que requerem acção urgente, tal aprovação poderá ser concedida ‘depois do facto’”. Em tais casos, as Nações Unidas deverão assumir a responsabilidade de financiar tais operações” (“The Common African Position on the Proposed Reform of the United Nations: *The Ezulwini Consensus*”, Executive Council, 7th Extraordinary Session, Addis Ababa, 7-8 March 2005, B (i)). Apesar de ser uma posição mais conciliatória, continua a apontar para a possibilidade de a organização continental usar a força e somente depois pedir autorização ao Conselho de Segurança. Evidentemente, não se consegue depreender claramente uma *opinio juris* desse comentário, mas uma formulação mais política, relacionando os poderes do Conselho de Segurança à assumpção plena das suas responsabilidade de proteger e condicionando a sua intervenção na manutenção de paz e segurança regionais ao financiamento dessas operações, como se tivesse que pagar por tal ‘privilégio’. Como lembra Jean Allain, “The True Challenge to the United Nations System on the Use of Force: The Failures of Kosovo and Iraq and the Emergence of the African Union”, p. 284, o Conselho de Segurança é, *contra natura*, transformado em auxiliar do Conselho de Paz e de Segurança da União Africana.

⁹⁸ Talvez porque, como sustentou um intérprete, as causas eram populares, o Conselho de Segurança se manteve inerte

“as intervenções foram feitas para apoiar causas populares e foram levadas a cabo parcialmente porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas não tomou qualquer medida e era improvável que o fizesse no futuro” (Ben Kioko, “The right of intervention under the African Union’s Constitutive Act: From non-interference to non-intervention”, p. 821).

⁹⁹ Assim, quando Abdulqawi Yusuf, “The Right of Forcible Intervention in Certain Conflicts”, p. 348, duvida que seria aprovada uma intervenção totalmente à revelia do Conselho de Segurança, fá-lo essencialmente porque faltariam os pressupostos financeiros e logísticos à organização.

¹⁰⁰ Como lembra o levantamento das diversas interações tidas entre os dois sistemas nos últimos dez anos feito por Djacoba Liva Tehindrazanarivelo, “The African Union’s Relationship with the United Nations in the Maintenance of Peace and Security”, *passim*.

continente, que teve o primeiro sistema a reconhecer base convencional explícita para uma intervenção humanitária¹⁰¹. Antes mesmo dos desenvolvimentos continentais, a organização já havia intervindo em dois conflitos humanitários sem autorização preliminar do Conselho de Segurança – concretamente na Libéria e em Serra Leoa – e aprovou em 1999 um polémico¹⁰² *Protocolo Relativo ao Mecanismo de Prevenção, Administração, Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz e Segurança da Comunidade Económica dos Países da África Ocidental*¹⁰³ que contém vários dispositivos a prever intervenções nos Estados membros por motivos humanitários¹⁰⁴, nomeadamente “(...) [em] caso de conflito interno que ameace desencadear em desastre humano”¹⁰⁵ ou, também, “no caso de violações sérias e massiva aos direitos humanos e ao Estado de Direito”¹⁰⁶.

Mais a sul, tanto o sistema de integração regional centro-africano¹⁰⁷ – largamente inerte – como o mais ativo da África Austral, contém referências a prerrogativas de intervenção pelos mesmos motivos. O mecanismo de segurança da Comunidade

¹⁰¹ Com a mesma constatação, cf. Ademola Abass, “The New Collective Security Mechanism of ECOWAS: Innovations and Problems”, *JCSL*, v. 5, n. 2, 2000, p. 212, chamando a atenção para o pioneirismo comparado do Mecanismo, portanto totalmente desvinculado de uma delegação necessária de poderes pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

¹⁰² Ver José Pina Delgado, “A vinculação de Cabo Verde ao Mecanismo de Segurança da CEDEAO”, *DeC*, a. 9, n. 27, 2007/08, pp. 138-149, e, em versão divulgação, na revista *S&D*, n. 7, 2008, pp. 46-51.

¹⁰³ Em geral, cf. as apresentações de Ademola Abass, “The New Collective Security Mechanism of ECOWAS: Innovations and Problems”, pp. 211-229; Jeremy Sarkin, “The Role of the United Nations, the African Union and Africa’s Sub-Regional Organisations in Dealing with Africa’s Human Rights Problems: Connecting Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect”, pp. 25-27; John-Mark Iyi, “The Legal Framework for Subregional Humanitarian Intervention in Africa: A Comparative Analysis of ECOWAS and SADC”, *SADCLJ*, v. 2, n. 2, 2012, pp. 293-298, e, por fim o próprio *Protocole Relatif au Mécanisme de Prévention, de Gestion, de Règlement des Conflits, de Maintien de la Paix et de la Sécurité/Protocol Relating to the Mechanism for Conflict Prevention, Management, Resolution, Peace-Keeping and Security* [Lomé, 10 December 1999], Abuja, CEDEAO/ECOWAS, 1999, art. 1º (“There is hereby established within the Economic Community of West African States (ECOWAS), a mechanism for collective security and peace to be known as ‘Mechanism for Conflict Prevention, Management, Resolution, Peace-keeping and Security’”).

¹⁰⁴ John Kabia, *Humanitarian Intervention and Conflict Resolution in West Africa. From ECOMOG to ECOMIL*, Aldershot, Ashgate, 2009.

¹⁰⁵ *Protocole Relatif au Mécanisme de Prévention, de Gestion, de Règlement des Conflits, de Maintien de la Paix et de la Sécurité/Protocol Relating to the Mechanism for Conflict Prevention, Management, Resolution, Peace-Keeping and Security* [Lomé, 10 December 1999], art. 25 (c) (i).

¹⁰⁶ *Ibid.*, art. 25 (d).

¹⁰⁷ É uma comunidade económica sub-regional (‘Traité Instituant la Communauté Economique des Etats de l’Afrique Centrale [Libreville, 18 de outubro de 1983]’, Reproduzido no *Journal Officiel de la République du Zaïre*, Número Spécial, s.d.), que, neste momento, é constituída por Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo (inicialmente Zaire), República do Congo e São Tomé e Príncipe, tendo o Ruanda se retirado da organização recentemente, em 2007 (‘Le Rwanda se retire de la CEEAC’, *Panapress*, 6 de junho de 2007, disponível <http://www.panapress.com/Le-Rwanda-se-retire-de-la-CEEAC--13-647987-17-lang4-index.html>, acesso a 3 de março de 2014); para uma apresentação geral da comunidade, Côme Awoumou, “ECCAS or CEMAC: Which Regional Community for Central Africa?” in: Chrysantus Ayangafac (ed.), *Political Economy of Regionalisation in Central Africa*, Pretoria, ISS, 2008, pp. 109-149.

Económica dos Estados da África Central¹⁰⁸, pode ser utilizado em casos de “conflito interno que ameace transformar-se em catástrofe humanitária”¹⁰⁹, portando uma figura que abarca intervenções de caráter humanitário¹¹⁰. Por sua vez, o sistema de segurança da África Austral¹¹¹, materializado no *Protocolo Relativo a Política, Defesa e Cooperação em Matéria de Segurança* da Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul¹¹², prevê que “o órgão pode buscar resolver qualquer conflito intraestatal significativo dentro do território de um Estado-membro (...), incluindo: i) violência em grande escala entre setores da população ou entre o Estado e grupos de pessoas, incluindo genocídio, limpeza étnica e violações maciças aos direitos humanos”¹¹³, do mesmo modo, aceitando a possibilidade de intervenções humanitárias¹¹⁴.

¹⁰⁸ No essencial seguir Elie Mvite Meka, *Architecture de la sécurité et gouvernance démocratique dans la CEEAC*, Yaoundé, PUA, 2007, e Angela Meyer, *Peace and Security Cooperation in Central Africa. Developments, Challenges and Prospects*, Uppsalla, NAI, 2011.

¹⁰⁹ “La FOMAC est mise en oeuvre (...) en cas de conflit interne: i) qui menace de provoquer une catastrophe humanitaire; ii) constituant une sérieuse menace pour la paix et la sécurité dans la sous région;” (‘Protocol Relatif au Conseil de Paix et de Sécurité del’ Afrique Centrale [Malabo, 2000]’, disponível na página oficial do Gabão:

<http://stat-gabon.com/ceeac/PROTOCOLERELATIFAU CONSEILDEPAIXSECURITEAFRIQUE.pdf>), art. 25).

¹¹⁰ Vide Christine MacAulay & Tony Karbo, “Up to the Task? Assessing the ability of the Economic Community of Central African States (ECCAS) to protect human security in Central Africa” in: Chrysantus Ayangafac (ed.), *Political Economy of Regionalisation in Central Africa*, pp. 151-164, e Sadiki Koko, “Warning whom, for which response? Appraisal of the early warning and early response mechanism of the Economic Community of Central African States”, *ASR*, v. 22, n. 2, 2013, pp. 54-67.

¹¹¹ Para uma imagem geral do mecanismo, do contexto da sua criação e desafios de consolidação, Anne Hammerstad, “SADC and the African Union’s Evolving Security Architecture”, *SAYIA*, 2003/2004, pp. 237-242; Gina van Schalkwyk, “Challenges in the Creation of a Southern African Sub-regional Security Community”, *ISYPJSWA*, v.1, n. 1, 2005, pp. 33-43, e Elrena van der Spuy, “Transforming Safety and Security in Southern Africa: Some Trends and More Challenges” in: Gavin Cawthra (ed.), *African Security Governance. Emerging Issues*, Johannesburg, WitUP, 2009, pp. 37-56; para a sua evolução histórica, Abillah H. Omari and Paulino Macaringue, “Southern African Security in Historical Perspective” in: Gavin Cawthra; Andre du Pisani & Abillah Omari (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, pp. 45-60.

¹¹² Neste momento constituída por África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Swazilândia, Tânzania, Zâmbia e Zimbabwe. Ver ‘Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [Whindoeck, 14 de agosto de 1992]’ Reproduzido em Luís Barbosa & Sílvia Alves (orgs.), *Direito Internacional Público. Geral e Africano*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 895-909, explicitando os seus princípios da igual soberania de todos os Estados-membros; solidariedade, paz e segurança; direitos humanos, democracia e respeito pela lei; equidade, equilíbrio e benefício mútuo, resolução pacífica de diferendos (art. 4) e, dentre outros, o objetivo de promoção e defesa da paz e segurança (art. 5 (1) (c)).

¹¹³ ‘Protocolo Relativo a Política, Defesa e Cooperação em Matéria de Segurança da Comunidade Sul-Africana de Desenvolvimento [Blantyre, 14 de agosto de 2001], art. 11.2i. igualmente reproduzido em Luís Barbosa & Sílvia Alves (orgs.), *Direito Internacional Público. Geral e Africano*, pp. 911-920.

¹¹⁴ Para uma imagem geral do mecanismo de proteção dos direitos humanos através do uso da força pela entidade sub-regional, cf. Jeremy Sarkin, “The Role of the United Nations, the African Union and Africa’s Sub-Regional Organisations in Dealing with Africa’s Human Rights Problems: Connecting Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect”, pp. 28-29, e John-Mark Iyi, “The Legal Framework for Subregional Humanitarian Intervention in Africa: A Comparative Analysis of ECOWAS and SADC”, pp. 289-293.

Portanto, das cinco sub-regiões (África do Norte, África Ocidental; África Oriental; África Central e África Austral), que compõem o sistema africano, através de mecanismos próprios ou de brigadas¹¹⁵ e das diversas comunidades económicas regionais que possuem mecanismos de segurança, se é verdade que algumas têm mecanismos de segurança relativamente tradicionais (os casos da IGAO¹¹⁶, África Oriental¹¹⁷, Grandes Lagos¹¹⁸ e Magrebe¹¹⁹) três incluem a possibilidade de a

¹¹⁵ ‘Memorandum of Understanding in the Area of Peace and Security Between the African Union, the Regional Economic Communities and the Coordination Mechanisms of the Regional Standby Brigades of Eastern Africa and Northern Africa [January 2008]’, disponível em <http://www.peaceau.org/uploads/mou-au-rec-eng.pdf>, acesso a 22 de fevereiro de 2014.

¹¹⁶ O Acordo (‘Agreement Establishing the Inter-Governmental Authority on Development [January 1996]’, disponível em <http://www1.chr.up.ac.za/undp/subregional/docs/igad1.pdf>, acesso a 16 de Fevereiro de 2014; o mesmo documento pode ser encontrado em versão sintetizada em Solomon Ebobrah & Armand Tanoh (eds.), *African Sub-Regional Human Rights Documents*, Pretoria, PULP, 2010, pp. 305-308) que estabeleceu esta comunidade que associa Djibouti, Eritreia, Etiópia; Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda (sobre o IGAD, K Isaac Weldesellassie, “IGAD as an International Organization, Its Institutional Development and Shortcomings”, *JAL*, v. 55, n. 1, 2011, pp. 1-29), contém vários princípios relevantes para a matéria em apreço, nomeadamente o da igualdade soberana entre os Estados-Membros (art. 6 A, a)), da não-intervenção nos assuntos de domínio interno dos Estados (Id., b)); da solução pacífica de conflitos inter e intra-Estados através do diálogo (id., c)), manutenção da paz, segurança e estabilidade regionais (id., d)), bem ainda como o da divisão equitativa e recíproca dos benefícios resultantes da cooperação (id., e)) e do reconhecimento, promoção e proteção dos direitos humanos e dos povos (id., f)), e o *Protocolo sobre o Estabelecimento de um Mecanismos de Alerta e Resposta Precoce a Conflitos* (‘Protocol on the Establishment of a Conflict Warning and Response Mechanism for IGAD Member States [Khartoum, 9 de Janeiro de 2002]’, disponível na página da rede do Instituto de Estudos de Segurança – África, com sede em Pretória, África do Sul: http://www.issafrica.org/AF/RegOrg/unity_to_union/pdfs/igad/Protocol.pdf, acesso a 20 de fevereiro de 2014, e um extrato representativo em Solomon Ebobrah & Armand Tanoh (eds.), *African Sub-Regional Human Rights Documents*, pp. 309-314), são, essencialmente, consensuais. Para uma caracterização geral, Berouk Mesfin, “The Horn of Africa Security Complex” in: Roba Sharamo & Berouk Mesfin (eds.), *Regional Security in Post-Cold War Horn of Africa*, pp. 1-29; Sarah Healy, “Peacemaking in the Midst of War: An Assessment of IGAD’s Contribution to Regional Security in the Horn of Africa”, *CSWP*, n. 2, 2009; Cara Marie Wagner, “Reconsidering peace in the Horn of Africa. The impact of increased cooperation and the African Peace and Security Architecture”, *ASR*, v. 22, n. 2, 2013, pp. 39-53; Phillip Apuuli Kasaija, “Intergovernmental Authority on Development’s Conflict Early Warning and Response Mechanism”, *ASR* v. 22, n. 2, 2013, pp. 11-25.

¹¹⁷ A mesma filosofia preside a abordagem da Comunidade da África Oriental, que engloba vários Estados membros da Conferência (Burundi; Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda), que, neste momento, tem tentado desenvolver um sistema de segurança coletiva, a partir da aprovação de um Protocolo de Paz e Segurança (*East African Community Protocol on Peace and Security*, Dar es Salam, East African Community, 2013), aprovado em 2013, inclui referência aos objetivos de “(a) protect the people and safeguard the development of the Community against instability arising from the breakdown of law and order, intra-and inter-state conflicts and aggression; “(b) co-ordinate and co-operate in matters related to peace and security in the Community” e “(e) develop peacekeeping capacity and co-ordinate the participation of Partner States in international and regional peace support operations; (...)” (Ibid. art. 2º), pretende prevenir o genocídio (Ibid., art. 5º) , mas como remete para desenvolvimento a maior parte dessas questões ao prever a criação de um mecanismo de prevenção, gestão e resolução de conflitos (Ibid., art. 4º), sem as definir não fica ainda claro quais serão os poderes concretos da organização nessa matéria”.

¹¹⁸ A Conferência Internacional dos Países dos Grandes Lagos (Angola, Burundi, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República do Congo Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia), dispõe um mecanismo que dá atenção a graves violações aos direitos humanos, como seria natural, em razão dos fatídicos acontecimentos que ocorreram em vários países da região (Gérard Prunier, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, New York, ColUP, 1996; Peter Gourevitch, *We Wish to Inform You That Tomorrow We Will be Killed With Our Families: Stories from Rwanda*, New York,

organização empreender intervenções humanitárias e destas a única a estabelecer claramente a necessidade de autorização preliminar do Conselho de Segurança é a SADC, já que a CEDEAO e a CEEAC em nenhum momento limitam o seu poder de intervenção a tal habilitação, e mesmo assim a organização não tem sido muito rígida na obediência a esta condição como o exemplo da intervenção no Lesoto comprova¹²⁰.

2.2.3. Out of Africa: Entre a não-intervenção na Ásia, as ambiguidades americanas e a possibilidade de intervenção fora de área das organizações de segurança da Europa

Nos outros espaços geográficos, os desenvolvimentos têm tido tonalidades e intensidades diferentes, muito embora nada que se pareça com o que tem acontecido no continente africano. Na Ásia, como é sabido, a tradição de não-intervenção e a relativa fragilidade das organizações regionais, mesmo de segurança, sempre foi suficiente para impedir desenvolvimentos pró-intervencionistas de monta¹²¹. A configuração dos emergentes mecanismos de segurança associados às principais organizações regionais, como, nomeadamente a do sistema do sudeste asiático¹²², assente na ASEAN¹²³, do

Picador, 1998; Roméo Dallaire, *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*, New York, Avalon, 2004; Jean Hatzfeld, *Une saison de machettes*, Paris, EdS, 2005, René Lemarchand, *Burundi. Ethnic Conflict and Genocide*, New York, WWP, 1994, Gérard Prunier, *Africa's World War. Congo, The Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe*, *passim*, e Johan Pottier, "Everybody needs Good Neighbours: Understanding the Conflict (s) in Eastern Congo", *CEA*, n. 2, 2002, pp. 141-166), de meios, mas adota uma perspetiva mais criminal através do *Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos* (2006) e do *Protocolo para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, Crimes contra a Humanidade, Crimes de Guerra e todas as Formas de Discriminação* (2006) (Reproduzidos em Solomon Ebobrah & Armand Tanoh (eds.), *African Sub-Regional Human Rights Documents*, pp. 96-104;105-114).

¹¹⁹ Composta pela Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, muito embora, como se pode ver claramente, a preocupação não seja de criação de um sistema de segurança coletiva institucionalizado, mas de um pacto de defesa mútua e restrição de agressão direta ou indireta dos Estados Membros entre si. Assim, o artigo 14 ("Toute agression contre un des Etats Membres est considérée comme une agression à l'égard des autres Etats Membres") e especialmente o artigo 15 ("Les Etats Membres s'engagent à ne permettre, sur leurs territoires respectifs, aucune activité ni organisation portant atteinte à la sécurité, à l'intégrité territoriale ou au système politique de l'un quelconque d'entre eux. Ils s'engagent également à s'abstenir d'adhérer à tout Pacte ou Alliance militaire ou politique qui seraient dirigés contre l'indépendance politique ou l'unité territoriale des autres Etats Membres") do seu tratado constitutivo ("Traité instituant l'Union du Maghreb arabe [Marrakech le 17 février 1989]", *UNTS*, v. 1546, n. 26844, 1989, pp. 166-174).

¹²⁰ Ver Roger Southall, "SADC's Intervention into Lesotho: An Illegal Defence of Democracy" in: Oliver Furley & Roy May (eds.), *African Interventionist States*, Aldershot, Ashgate, 2001, pp. 153-171, especialmente 166-167.

¹²¹ Por todos, Robert Lancaster, "Intervening Interests: Humanitarian and Pro-Democratic Intervention in the Asia-Pacific", *AILJ*, v. 16, n. 1, 2009, pp. 103-131, e Bruce Pruitt-Hamm, "Humanitarian Intervention in Southeast Asia in the Post-Cold War World: Dilemmas in the Definition and Design of International Law", *PRL&PJ*, v. 3, n. 1, 1994, pp. 183-226.

¹²² Ron Huysken (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, Canberra, ANU E Press, 2009.

¹²³ Cf., para várias questões relevantes, Gillian Goh, "The 'ASEAN way': Non-Intervention and ASEAN's Role in Conflict Management", *SJEAA*, v. 3, n. 1, 2003, pp. 113-118; Simon Chesterman,

centro da Ásia¹²⁴, na Organização da Cooperação de Xangai¹²⁵, e do Médio Oriente e Magrebe¹²⁶ (Conselho da Cooperação do Golfo¹²⁷, Conferência Islâmica¹²⁸ e a Liga Árabe¹²⁹), mantêm-se num registo clássico. Destarte, mesmo que não houvesse clivagens consideráveis em termos de filosofia de direito e princípio da não-intervenção, seria praticamente impossível pensar-se no uso da força por qualquer uma delas para a proteção em casos de massacres nos Estados da Ásia Oriental. Acresce alguma relutância corporativa nos islâmico-árabes, ainda que se abra espaço para alguma intervenção em conflitos internacionais¹³⁰, para a solidariedade inter-islâmica¹³¹,

“Does ASEAN Exist? The Association of Southeast Asian National as an International Legal Person”, *SYIL*, v. 12, 2008, pp. 199-211; Zai Khun, “The ASEAN Power” in: Ron Huiskens (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, pp. 21-31; Hitoshi Nasu, “Revisiting the Principle of Non-Intervention: A Structural Principle of International Law or a Political Obstacle to Regional Security in Asia?”, *Asian JIL*, v. 3, n.1, 2013, pp. 25-50, e Linjun Wu, “East Asia and the Principle of Non-Intervention: Policies and Practices”, *MSCAS*, n. 5, 2000, pp. 1-39.

¹²⁴ Para um enquadramento geral, os artigos em James Sperling; Sean Kay & S. Victor Papacosma (eds.), *Limiting Institutions? The Challenge of Eurasian Security Governance*, Manchester, MUP, 2003, e Yuliya Nikitina, “Regional Security Cooperation in the Post-Soviet Space”, *Security Index*, v. 17, n. 4, 2011, pp. 47-53.

¹²⁵ É uma organização de cooperação no combate ao terrorismo, o narcotráfico e ameaças letais para os Estados como demonstram os seus principais instrumentos jurídicos, nomeadamente a sua Carta e em convenções de combate ao terrorismo, separatismo e extremismo (encontram-se reproduzidos em *Counter-Terrorism and Human Rights: The Impact of the Shanghai Cooperation Organization*, New York, HriC, 2011, pp. 127-175. Por todos, Mutlaq Al-Qahtani, “The Shanghai Cooperation Organization and the Law of International Organizations”, *CJIL*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 129-147; Ariel Pablo Sznajder, “China’s Shanghai Cooperation Organization Strategy”, *JIPS*, v. 5, 2006, pp. 93-102, e Pan Guang, “The SCO’s Success in Security Architecture” in: Ron Huiskens (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, pp. 33-43.

¹²⁶ Para o enquadramento, Tami Amanda Jacoby & Brent E. Sasley (eds.), *Redefining security in the Middle East* Manchester, MUP, 2002.

¹²⁷ Ver ‘Cooperation Council for the Arab States of the Gulf Charter [Abu Dhabi-UAE, 25 May 1981] disponível em R.K. Kamarazi (ed.), *The Gulf Cooperation Council. Record and Analysis*, Charlottesville, VUP, 1988, pp. 15-17, e, para comentários, A.K. Pasha, “The Gulf Cooperation Council: a regional approach to peace, security and development”, *JIOR*, v. 8, n. 1, 2012, pp. 90-98.

¹²⁸ Ver actual versão ‘Charter of Organisation of Islamic Conference [Dakar, 14 March 2008], disponível em <http://www.oic-oci.org/is11/english/Charter-en.pdf>, acesso a 24 de março de 2015, contendo cláusulas clássicas de solução pacífica de controvérsias e de cooperação em matéria de segurança.

¹²⁹ Cf. ‘The Charter of the Arab League [Cairo, 22 March 1945]’, disponível no sítio da rede http://arableague.weebly.com/uploads/7/6/9/3/7693018/the_charter_of_the_arab_league.pdf, acesso a 23 de março de 2015.

¹³⁰ Assim, *Ibid.*, “ARTICLE V. Any resort to force in order to resolve disputes between two or more member-states of the League is prohibited. If there should arise among them a difference which does not concern a state’s independence, sovereignty, or territorial integrity, and if the parties to the dispute have recourse to the Council for the settlement of this difference, the decision of the Council shall then be enforceable and obligatory. In such case, the states between whom the difference has arisen shall not participate in the deliberations and decisions of the Council. The Council shall mediate in all differences which threaten to lead to war between two member-states, or a member-state and a third state, with a view to bringing about their reconciliation. Decisions of arbitration and mediation shall be taken by majority vote. ARTICLE VI. In case of aggression or threat of aggression by one state against a member-state, the state which has been attacked or threatened with aggression may demand the immediate convocation of the Council. The Council shall by unanimous decision determine the measures necessary to repulse the aggression. If the aggressor is a member-state, his vote shall not be counted in determining unanimity. If, as a result of the attack, the government of the state attacked finds itself unable to communicate with the Council, the state’s representative in the Council shall request the convocation of

particularmente com a Palestina¹³² e práticas mais intervencionistas nos últimos anos, mormente no contexto da Primavera Árabe¹³³, e no quadro das disputas entre sunitas e xiitas pela hegemonia dentro desse espaço¹³⁴.

O sistema interamericano, por alguns denominado de Direito Internacional Americano¹³⁵ ou mais modestamente de sistema jurídico americano¹³⁶ ou de “regras específicas do Direito Internacional na América Latina”¹³⁷, tradicionalmente foi e continua a ser um dos mais restritivos no concernente ao direito de intervenção¹³⁸. A

the Council for the purpose indicated in the foregoing paragraph. In the event that this representative is unable to communicate with the Council, any member-state of the League shall have the right to request the convocation of the Council”.

¹³¹ Por exemplo, a ‘Charter of Organisation of Islamic Conference [Dakar, 14 March 2008], Preâmbulo, prevê como razão de ser da organização “to assist Muslim minorities and communities outside the Member States to preserve their dignity, cultural and religious identity”.

¹³² Assim, o mesmo instrumento constitutivo acima citado dispõe que está entre os seus princípios “To support the restoration of complete sovereignty and territorial integrity of any Member State under occupation, as a result of aggression, on the basis of international law and cooperation with the relevant international and regional organisations (Ibid., art. 2 (4)), e “To support and empower the Palestinian people to exercise their right to selfdetermination and establish their sovereign State with Al-Quds Al-Sharif as its capital, while safeguarding its historic and Islamic character as well as the Holy places therein” (Ibid., art. 2 (8)).

¹³³ Cf. Kristian Coates Ulrichsen, “Repositioning Saudi Arabia and the Gulf Cooperation Council States in the Changing Global Order” in: Wilhelm Hofmeister & Susanna Vogt (eds.), *G20: Perceptions and Perspectives for Global Governance*, Singapore, KAS, 2011, pp. 117-127.

¹³⁴ Mais concretamente, a recente intervenção de vários países do Golfo, liderados pela Arábia Saudita, no Iémen a pedido do Presidente reconhecido do país deus margem a discussões para a formação de uma força árabe (‘Arab leaders agree to form joint Arab force to address security challenges’, 29/03/2015, disponível em <http://www.wam.ae/en/news/arab/1395278615753.html>, acesso a 2 de abril de 2015).

¹³⁵ Ver do clássico defensor desta teoria e um dos principais internacionalistas latino-americanos (Liliana Obregón, “Noted for Dissent: The International Life of Alejandro Álvarez”, *LJIL*, v. 19, n. 4, 2006, pp. 983-1016), Alejandro Alvarez, “Latin America and International Law”, *AJIL*, v. 3, n. 2, 1909, pp. 269-353, e uma posição mais moderada em M. Yepes, “La contribution de l’Amérique latine au développement du droit international public et privé”, *RCADI*, v. 32, 1931, pp. 691-799; discussões críticas são feitas por Celso Albuquerque Mello, *Direito Internacional Americano. Estudo sobre a Contribuição de um Direito Regional para a Integração Económica*, Rio de Janeiro, Renovar, 1995 (o autor sustenta que “nunca houve propriamente um Direito Internacional Americano, mas apenas um Direito Internacional Latino-Americano extremamente incipiente”), e Cesáreo Gutierrez Espada, “Existe el Derecho Internacional Latino Americano?” in: Yolanda Chamarro Chopo (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, Zaragoza, IFEL, 2010, pp. 87-105, e uma reconstrução do debate em Arnulf Becker Lorca, “International Law in Latin America or Latin American International Law? Rise, Fall, and Retrieval of a Tradition of Legal Thinking and Political Imagination”, *HILJ*, v. 47, n. 1, 2006, pp. 283-305.

¹³⁶ César Gutierrez Espada, “Existe el Derecho Internacional Latino Americano?”, *passim*.

¹³⁷ Julio A. Barberis, “Les règles spécifiques du droit international en Amérique latine”, *RCADI*, v. 235, 1992, pp. 81-230.

¹³⁸ Para um estudo clássico, Ann van Wynen Thomas & A.J. Thomas Jr., *Non-Intervention. The Law and its Import in the Americas*, Dallas, SMUP, 1956, bem como as contribuições de José Cabañes, “Human Rights and Non-Intervention in the American System”, *Mich.LR*, v. 65, n. 6, 1967, pp. 1147-1182, e Tom Farer, “Intervention and Human Rights: The Latin America Context”, *CWILJ*, v. 12, 1982, pp. 503-507; Julio A. Barberis, “Les règles spécifiques du droit international en Amérique latine”, pp. 186-200, e J.M. Yepes, “La contribution de l’Amérique latine au développement du droit international public et privé”, pp. 745-748, que a denomina de espinha dorsal do Direito do Novo Mundo (p. 745), embora chamando a atenção para a diferença de tratamento entre a intervenção “individual”, sempre ilícita, e a coletiva, “aceitável nalgumas situações” (p. 748).

tradição é antiga, mas sempre foi ambígua do ponto de vista político. Remonta, paradoxalmente ou não, à Doutrina Monroe¹³⁹, mas consolidou-se com as más experiências da maioria dos Estados da América Latina com o intervencionismo dos Estados Unidos no seu “quintal” que se seguiu à teoria presidencial em finais do Século XIX, inícios do Século XX¹⁴⁰.

A construção moderna do sistema de segurança no hemisfério¹⁴¹ ainda não logrou atingir os desenvolvimentos dos dois continentes anteriormente analisados. Apesar de ter sido o mais evoluído por muito tempo, na atualidade apresenta tendência de retrocesso deste ponto de vista ou pelo menos de fragmentação, haja em vista os projetos que têm sido criados para se oporem às organizações pré-existentes¹⁴², tidas como pró-americanas e impeditivas das reformas contra-hegemónicas e populares preconizadas¹⁴³.

Nas Américas, houve tempos caracterizados por algum ativismo da Comunidade dos Estados das Caraíbas¹⁴⁴ e da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais¹⁴⁵, e,

¹³⁹ Ann van Wynen Thomas & A.J. Thomas Jr., *Non-Intervention. The Law and its Import in the Americas*, pp. 1-65, reconstroem o desenvolvimento do princípio da não-intervenção na região.

¹⁴⁰ Veja-se a propósito Tom Farer, “Intervention and Human Rights: The Latin America Context”, p. 503, e Ricardo Seitenfus, *Manual das Organizações Internacionais*, Porto Alegre, Lda, 1997, p. 183.

¹⁴¹ Seguir uma apresentação recente de Juan A. Moliner González, “Los mecanismos de cooperación para la paz y seguridad internacionales en Iberoamérica” in: Yolanda Chamarro Chopo (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, pp. 185-191, e, uma anterior em Andrew Hurrell, “Security in South America”, *IA*, v. 74, n. 3, 1998, pp. 529-546.

¹⁴² Para uma apresentação do estado dos diversos projetos de integração regionais nas Américas, Andrés Malamud, “Latin American Regionalism and EU Studies”, *JEI*, v. 32, n. 6, 2010, pp. 637-657; Nahuel Arenas-García, “21st Century Regionalism in South America: UNASUR and the Search for Development Alternatives”, *ESharp*, v. 18: Challenges of Development, 2012, pp. 64-85; Andrés Malamud & Gian Luca Gardini, “Has Regionalism Peaked? The Latin American Quagmire and its Lessons”, *ISpec*, v. 47, n. 1, 2012, pp. 116-33.

¹⁴³ Ver as entusiasmadas apresentações de Thomas Muhr, *Venezuela: Global counter-hegemony, geographies of regional development, and higher education for all*, PhD Dissertation, Bristol, UB, 2008, cap. VI (“Regionalising the Revolution: the ALBA); id., “Venezuela e Alba: regionalismo contra-hegemónico e ensino superior para todos”, *EdP*, v. 36, n. 2, 2010, pp. 611-627 (resumo da tese), e Moshen el Attar & Rosalie Miller, “Towards an Emancipatory International Law: The Bolivarian Reconstruction”, *TWQ*, v. 31, n. 3, 2010, pp. 347-363, e a discussão de Daniel Hellinger, “Tercermundismo y chavismo”, *EA.CVS*, v. 15, n. 1-2, 2006, pp. 323-342.

¹⁴⁴ O novo tratado de Segurança da Comunidade Caribenha permite certas ações que podem ser utilizados também em situações de crises nacionais e regionais, mormente humanitárias, nos Estados Membros (‘Treaty on Security Assistance among the CARICOM Member States [St. Kitts & Nevis, 6 July 2006]’, art. 3, disponível em http://www.caricom.org/jsp/secretariat/legal_instruments/treaty_security_assistance.pdf, acesso a 25 de março de 2015.

¹⁴⁵ Esta, apesar de alguma referência a matéria de segurança, defesa e cooperação policial, ao nível da coordenação e harmonização, não concede poderes a órgãos da organização poderes de intervenção (cf. ‘Revised Treaty of Basseterre Establishing the Organisation of Eastern Caribbean States Economic Union [S. Lucia, June 18, 2010], disponível em <http://www.oecs.org/publications/treaties-agreements/506-revised-treaty-of-basseterre-establishing-the-oecs-economic-union/file>, acesso a 25 de Março de 2015. Ver, para a versão originária, ‘Treaty Establishing the Organisation of Eastern Caribbean States

particularmente, da Organização dos Estados Americanos¹⁴⁶. Esta, na sua Carta, contém disposições de manutenção da paz e, no seu sistema geral, um mecanismo de segurança regional¹⁴⁷. Assenta em dois instrumentos jurídicos: o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca de 1947 (também chamado de Pacto do Rio)¹⁴⁸, um acordo de legítima defesa coletiva¹⁴⁹ moldado com base nos preceitos clássicos da proibição da agressão¹⁵⁰ e da solução pacífica de controvérsias entre os Estados Membros¹⁵¹, e a Carta da Organização dos Estados Americanos (Bogotá, 1948)¹⁵².

As orientações vertidas para o seu documento constitutivo da OEA são muito mais claras do que as da Carta das Nações Unidas no tocante aos princípios e regras que devem comandar o uso da força entre os seus Estados. Consubstanciam-se na condenação da guerra de agressão¹⁵³ e da solução pacífica de controvérsias¹⁵⁴, no

[Basserete, 18 June 1981]’, disponível no sítio oficial da organização regional http://www.caricom.org/jsp/secretariat/legal_instruments/treaty_establishing_oecs_1981.pdf, acesso a 28 de março de 2015.

¹⁴⁶ Isto, apesar de a OEA ter dispositivos que seriam lidos mais facilmente como impeditivos da intervenção (José Cabrañes, “Human Rights and Non-Intervention in the American System”, pp. 1147, 1156-1157) do que facilitadores da sua legitimação, consubstanciados na condenação da guerra de agressão e da solução pacífica de controvérsias, no quadro dos direitos e deveres dos Estados ao consagrar uma restrição de intervenção nos assuntos internos e de adoção de medidas coercivas de carácter económico e político, um dever de respeito pela inviolabilidade territorial de um Estado e, por fim, ao explicitar claramente uma regra sobre o uso da força a proibir a intervenção unilateral (v. adicionalmente Michael Akehurst, “Enforcement Action by Regional Agencies, with Special References to the Organization of American States”, *BYIL*, v. 42, 1967, pp. 175-228).

¹⁴⁷ Gilda Mayer Russomano, “O Pacto do Rio de Janeiro e sua Coordenação com a Carta das Nações Unidas” in: *Estudios de Derecho Internacional*, s.l., JK, 1965, pp. 59-71; Oliveira Litrentos, “Da Legítima Defesa Pan-Americana” in: *Estudios de Derecho Internacional Público*, Rio de Janeiro, ER, 1976, pp. 71-139.

¹⁴⁸ O texto está, por exemplo, reproduzido como ‘Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca [Rio de Janeiro, 1947]’ in: Celso A. Mello (comp.), *Direito Internacional Público. Tratados e convenções*, 5.ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1997, pp. 1199-1205. Apresentações críticas e contextualizações podem ser encontradas em Manuel R. Garcia-Mora, “The Law of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance”, *FLR*, v. 20, n. 1, 1951, pp. 1-22, e Ricardo Seidenfus, *Manual das Organizações Internacionais*, pp. 194-196.

¹⁴⁹ Assim, de acordo com o art. 3 (1) do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca [Rio de Janeiro, 1947]’, “As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado-parte será considerado como um ataque contra todos os Estados-partes e, em consequência, cada uma delas se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo artigo 51 da Carta das Nações Unidas”.

¹⁵⁰ De acordo com o seu art. 1º, “As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e obrigam-se, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições das Cartas da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas ou do presente Tratado” (Ibid.).

¹⁵¹ “(...) As Altas Partes Contratantes comprometem-se a resolver pacificamente as controvérsias entre si (...)” (Ibid., art. 2º).

¹⁵² Ver ‘Carta dos Estados Americanos [Bogotá, 1948, revista em Buenos Aires, 1967]’ in: Celso A. Mello (comp.), *Direito Internacional Público. Tratados e convenções*, pp. 1125-1162.

¹⁵³ Ibid., art. 2 (e) (“Os Estados Americanos reafirma os seguintes princípios: (...) Os Estados Americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não dá direitos”).

¹⁵⁴ “A agressão a um Estado Americano constitui uma agressão a todos os demais Estados Americanos” (Ibid., art. 3 (f)).

quadro dos direitos e deveres dos Estados, e consagram uma restrição de intervenção nos assuntos internos¹⁵⁵, a adoção de medidas coercivas de carácter económico e político¹⁵⁶, e consagra um dever de respeito pela inviolabilidade territorial de um Estado¹⁵⁷. Relativamente ao tema desta tese explicita claramente uma regra sobre o uso da força, de acordo com a qual “Os Estados Americanos se comprometem, em suas relações internacionais, a não recorrer ao uso da força, salvo em caso de legítima defesa, em conformidade com os tratados vigentes, ou em cumprimento dos mesmos tratados”¹⁵⁸.

Receosos em particular dos Estados Unidos¹⁵⁹, quando adotam uma postura geral anti-intervencionista¹⁶⁰, abarcam, pela formulação dos seus dispositivos, inclusivé as de carácter humanitário, até porque, por um lado, a única exceção ao uso da força que se consegue integrar ao sistema é efetivamente a legítima defesa, e, por outro lado, ao usar a expressão ‘inviolabilidade’, afastam a possibilidade de qualquer dubiedade de sentido e interpretação divergentes.

Pensar-se-ia que a questão, nestes termos, estaria fechada. No entanto, essas limitações não se aplicam às operações de paz e segurança¹⁶¹, o que significa que a OEA, enquanto, organização regional, pode usar a força dentro do seu espaço¹⁶². A possibilidade de intervenção é deslocada para a organização regional, proibindo-se, então, qualquer pretensão unilateralista, e, por outro lado, idealmente limitada para situações muito pontuais que impliquem em algum tipo de perturbação da paz e segurança que não seja exclusivamente interna. É restritiva, mas permite, presentes certas circunstâncias, que a força regional seja usada. A OEA, efetivamente, fez uso

¹⁵⁵ “As controvérsias de carácter internacional que surgirem entre dois Estados Americanos deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos” (Ibid., art. 3 (g)).

¹⁵⁶ “Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercivas de carácter económico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter vantagens de qualquer natureza” (Ibid., art.19).

¹⁵⁷ “O território de um Estado é inviolável; não pode ser objecto de ocupação militar nem de outras medidas de força tomadas por outro Estado, directa ou indirectamente, qualquer que seja o motivo, embora de maneira temporária. Não se reconhecerão as vantagens especiais obtidas pela força ou por qualquer outro meio de coação” (Ibid., art. 20).

¹⁵⁸ Ibid., art. 21.

¹⁵⁹ Vide Tom Farer, “Intervention and Human Rights: The Latin America Context”, p. 503, que lembra que muitas das cláusulas da Carta da OEA foram introduzidas como salvaguardas anti-intervencionistas em relação aos Estados Unidos (“The institutions of the inter-American system were devised not to legitimate but rather to contain American Power. Containment was their dominant purpose”).

¹⁶⁰ José Cabrañes, “Human Rights and Non-Intervention in the American System”, pp. 1156-1157.

¹⁶¹ A este respeito veja-se o trabalho clássico de Michael Akehurst, “Enforcement Action by Regional Agencies, with Special References to the Organization of American States”, pp. 175-228.

¹⁶² De acordo com a ‘Carta dos Estados Americanos [Bogotá, 1948, revista em Buenos Aires, 1967]’ artigo 22, “As medidas adoptadas para a manutenção da paz e segurança, de acordo com os tratados vigentes, não constituem violação aos princípios enunciados nos Artigos 18 a 20”.

dela enquanto os Estados Unidos conseguiram manter o domínio sobre a organização, mormente levando a polémicas intervenções regionais.

Porém, após o afastamento de alguns dos integrantes da região dos Estados Unidos, a utilização da organização regional continental para este tipo de operação regrediu, dando origem a uma situação confusa de ascensão de um novo ativismo já não pró-americano ou capitalista, mas ‘bolivariano’ assente institucionalmente na criação de novas organizações sub-regionais (a Aliança Boliariana para as Américas - ALBA¹⁶³) ou desenvolvimento de valências de segurança em outras já existentes (o Mercosul¹⁶⁴ e a UNASUL¹⁶⁵). Neste sentido, paradoxalmente a visão mais radicalmente anti-americana, liderada pela Venezuela, é tão intervencionista quanto a que resulta da política externa daquele país. Em clara mutação dos princípios da doutrina Monroe, se já não se aceita a intervenção dos Estados Unidos¹⁶⁶, por outro lado, adota-se a bolivariana pela qual se promove uma política externa¹⁶⁷ com alguma ingerência¹⁶⁸ – sem cunho humanitário central e não necessariamente militar – dos regimes progressistas, apoiada por países cooptados¹⁶⁹ ou que seguem a mesma linha ideológicas, quer nos assuntos internos de Estados reacionários, quer para proteger regimes de esquerda, como ocorreu recentemente nos casos das Honduras e do Paraguai¹⁷⁰. Apesar de países como o Brasil representarem uma linha mais moderada e formalmente comprometida com o princípio da não-ingerência, a sua posição nos casos

¹⁶³ No geral, Thomas Muhr, “TINA go Home! ALBA and the Re-Theorizing Resistance to Global Capitalism”, *CaHist*, v. 6, n. 2, 2010, pp. 27-54.

¹⁶⁴ O projeto de criação do mercado comum do sul começou, na realidade, com uma organização que pretendia ser uma mera zona de livre comércio e depois uma União Aduaneira, mas que, depois, expandiu-se para áreas extra-económicas como a cooperação judiciária, por exemplo (Especificamente, Raúl Cervini & Juarez Tavares, *Princípios da Cooperação Judicial Penal no Protocolo do Mercosul*, São Paulo, RT, 2000) e da segurança regional (no geral, Andrés Malamud, “Theories of Regional Integration and the Origins of Mercosur” in: Marcílio Toscano Franca Filho, Lucas Lixinski & María Belén Olmos Giupponi (eds), *The Law of MERCOSUR*. Oxford, Hart, 2010, pp. 9-27).

¹⁶⁵ Veja-se, por exemplo, João Carlos Amoroso Botelho, “La creación y la evolución de UNASUR”, *RD*, v. 2, n. 2, 2008, pp. 299-324.

¹⁶⁶ Como sumaria Tom Farer, “Intervention and Human Rights: The Latin America Context”, pp. 503-506, o mecanismo foi utilizado predominantemente para defender, no quadro da Guerra Fria, os regimes de direita, independentemente da sua performance em matéria de direitos humanos, do comunismo.

¹⁶⁷ Sobre a política externa da Venezuela, Javier Corrales, “Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela’s Soft Power”, *WQ*, v. 32, n. 4, 2010, pp. 97-114.

¹⁶⁸ Thomas Muhr, *Venezuela: Global counter-hegemony, geographies of regional development, and higher education for all*, pp. 222-224.

¹⁶⁹ Sean W. Burges, “Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil’s Lula and Venezuela’s Chávez”, *TWQ*, v. 28, n. 7, 2007, pp. 1343-1358.

¹⁷⁰ Veja-se sobre esta ingerência, não militar, José Augusto Guillon de Albuquerque, “O Intervencionismo na política externa brasileira”, *NS*, Número Especial: o Brasil na Região, 2009, pp. 66-78; *CEBRI Artigos*, a. 7, v. 4, Edição Especial: A Questão Jurídica da Suspensão do Paraguai do Mercosul, 2012; Guilherme Frizzera, “A suspensão do Paraguai no MERCOSUL: problema interno, solução externa”, *CG*, v. 2, n. 3, 2013, pp. 156-164.

anteriores foi de condenação dos processos de alteração de governo, ainda que não se tenha partido para qualquer intervenção militar.

É na Europa, no entanto, que tem ocorrido uma evolução que, em certo sentido, mais se aproxima da relatada em África. Das três organizações regionais envolvidas com a segurança na Europa¹⁷¹, a OSCE – cujas origens se encontra na Acta Final de Helsínquia de 1975¹⁷², que foi institucionalizada em 1994¹⁷³ – tem uma participação no quadro da solução de controvérsias, prevenção e gestão de conflitos e reabilitação pós-conflito¹⁷⁴, e denota um desenvolvimento claramente humanitário¹⁷⁵, mas falta-lhe poderes coercitivos para presenças militares, uma vez que o consentimento é exigido¹⁷⁶,

¹⁷¹ Para um panorama desta questão, António José Fernandes, “Organizações de Cooperação nos Domínios da Segurança e da defesa da Europa” in: João Mota Campos *et al.*, *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 697-772, e Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping* doutras *Organizações Internacionais*, pp. 253-291. Deixamos sem tratar as estruturas regionais do espaço pós-soviético ligadas à Comunidade de Estados Independentes (v. a respeito, Alena Douhan, *Regional Mechanisms of Collective Security. The New Face of Chapter VIII of the UN Security Charter?*, cap. v).

¹⁷² Ver ‘Conference in Security and Co-Operation in Europe Final Act [Helsinki, 1975]’, disponível na homepage <http://www.osce.org/mc/39501?download=true>, acesso a 19 de fevereiro de 2013, para o texto; cf. para um resumo histórico, Catherine Colard-Fabregoule, “La Charte de Sécurité Européene de l’OSCE. Les nouveaux aspects de la sécurité sur le continent”, *AFRI*, v. 4, 2003, pp. 148-160 e Marco Odello, “The Organization for Security and Co-operation in Europe and European Security Law” in: Martin Trybus & Nigel D. White (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 295-329, e para discussões sobre a sua arquitectura jurídica, id., “The Developing Legal Status for the Organization for Security and Co-operation in Europe”, *ADI*, n. 22, 2006, pp. 351-393; e Victor-Yves Ghebali, “L’Acte Final de la Conférence sur la Sécurité et la Coopération en Europe et les Nations Unies”, *AFDI*, v. 21, 1975, pp. 73-127, e Jean-François Prevost, “Observations sur la nature juridique de l’Acte final de la Conférence sur la sécurité et la coopération en Europe”, *AFDI*, v. 21, 1975, pp. 129-153, e Cristian Berger, “OSCE and International Law”, *IJLI*, v. 24, n. 1, 1996, pp. 36-47; para uma apresentação geral e comentários pormenorizados. Peter Schlotter, “The OSCE’s contribution to ‘democratic peace’. 30 years of the Helsinki Final Act”, *OSCEY*, v. 11, 2006, pp. 61-68, faz um balanço do seu funcionamento; em Portugal, Sofia Santos, ‘Organização para a Segurança e Cooperação na Europa’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 293-295.

¹⁷³ Seguir ‘Declaration of the Budapest Summit: Towards a Genuine Partnership in a New Era’, disponível em <http://www.osce.org/mc/39554?download=true>, acesso a 9 de agosto de 2014.

¹⁷⁴ De acordo com a Carta de Segurança de 1999, “We reaffirm the OSCE as a regional arrangement under Chapter VIII of the Charter of the United Nations and as a primary organization for the peaceful settlement of disputes within its region and as a key instrument for early warning, conflict prevention, crisis management and post-conflict rehabilitation. The OSCE is the inclusive and comprehensive organization for consultation, decision-making and cooperation in its region” Cf. ‘Charter for European Security [Istanbul, November 1999]’, disponível na página oficial da organização: <http://www.osce.org/mc/17502>, acesso a 17 de setembro de 2013, II (7)); para comentários, cf. Victor-Yves Gebhali, “The Contribution of the Istanbul Document 1999 to European Security and Co-operation”, *OSCEY*, v. 7, 2000, pp. 289-305, e Catherine Colard-Fabregoule “La Charte de Sécurité Européene de l’OSCE. Les nouveaux aspects de la sécurité sur le continent”, pp. 148-160.

¹⁷⁵ Em específico Merji Pentikäinen, “The Role of the Human Dimension of the OSCE in Conflict Prevention and Crisis Management” in: Michael Bothe; Natalino Ronzitti & Allan Rosas (eds.), *The OSCE in the maintenance of peace and security: conflict prevention, crisis management and peaceful settlement of disputes*, The Hague, KL, 1997, pp. 83-122; Rachel Brett, “Human Rights and OSCE”, *HRQ*, v. 18, n. 3, 1996, pp. 668-693, e, por fim, Gerd Oberleitner, “The Human Security and OSCE”, *S&HR*, v. 19, n. 1, 2008, pp. 64-72.

¹⁷⁶ Vide Victor-Yves Gebhali, “The Contribution of the Istanbul Document 1999 to European Security and Co-operation”, pp. 299-230.

e tão-pouco pode exercer os que tem à margem do Conselho de Segurança¹⁷⁷. A OTAN, criada pelo Tratado de Washington em 1949¹⁷⁸, tem a natureza de um organização de defesa mútua¹⁷⁹, sem poderes explícitos para empreender operações militares nos Estados membros fora do quadro de legítima defesa¹⁸⁰, nem de empreender operações ativas¹⁸¹, de intervenção. Não obstante, interveio já fora de área com autorização (Balcãs¹⁸²; Afeganistão¹⁸³; Líbia¹⁸⁴) e mesmo sem (Kosovo¹⁸⁵), operações estas realizadas já num contexto de redefinição do seu Conceito Estratégico de Segurança¹⁸⁶,

¹⁷⁷ Trata da questão Gerd Oberleitner, “OSCE and Human Security”, pp. 71-72, chamando, no entanto, a atenção para a grande resistência da organização em relação a qualquer associação com a doutrina das intervenções humanitárias unilaterais, com Marco Odello, “The Organization for Security and Co-operation in Europe and European Security Law”, p. 327, considerando que a organização não deve introduzir qualquer dimensão militar à sua atuação.

¹⁷⁸ Ver ‘Tratado do Atlântico Norte [Washington, 4 de abril de 1949]’, disponível em http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/NATO/Tratado_NATO.htm, acesso a 7 de fevereiro de 2013, e, para o contexto e apresentações gerais, A.L. Goodhart, “The North Atlantic Treaty of 1949”, *RCADI*, v. 79, 1951, pp. 183-236, e Gilles Rouby, “L’Organisation de l’Atlantique Nord: organization, fonctionnement et perspectives”, *AFRI*, v. 11, 2010, pp. 715-724; em Portugal, Sofia Santos, ‘Organização do Tratado do Atlântico Norte’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 295-298.

¹⁷⁹ De acordo com o mais célebre dispositivo do seu tratado constitutivo, de acordo com o qual “as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas” e “concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte” (‘Tratado do Atlântico Norte [Washington, 4 de abril de 1949]’, art. 5º).

¹⁸⁰ Como Hans Kelsen, “Is the North Atlantic Treaty a Regional Organization?”, *AJIL*, v. 45, n. 1, 1951, pp. 161-166, que sempre a considerou como uma organização internacional nos termos do Capítulo VIII, nada no Tratado de Washington impede a utilização da força contra os próprios membros da aliança, ao menos quando se trata de legítima defesa (p. 151).

¹⁸¹ Embora usando terminologia que atualmente não seria tão taxativa, A.L. Goodhart, “The North Atlantic Treaty of 1949”, p. 225, já dizia no seu comentário que “there is no provision in the Treaty which could be interpreted as constituting an agreement for aggressive action, either direct or indirect”.

¹⁸² Cf. Tarcisio Gazzini, “NATO Coercive Military Activities in the Yugoslav Crisis (1992-1999)”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 391-435, e o anterior Niccolò Figà-Talamanca, “NATO role in the Peace Agreement for Bosnia and Herzegovina”, *EJIL*, v. 7, n. 2, 1996, pp. 164-175.

¹⁸³ Ver esta discussão em Danesh Sarooshi, “The Security Council’s Authorization of Regional Arrangements to Use Force: The Case of NATO” in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 226-247, e Tarcisio Gazzini, “NATO Role in the Collective Security System”, *JCSL*, v. 8, n. 2, pp. 231-263.

¹⁸⁴ Cf. Geir Ulfstein & Hege Christiansen, “The Legality of the NATO Bombing in Libya”, *ICLQ*, v. 63, n. 1, 2013, pp. 159-171.

¹⁸⁵ Bruno Simma, “NATO, the UN and the Use of Force: Legal Aspects”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 1-22.

¹⁸⁶ *Concepção Estratégica da Aliança*, Aprovada pelos Chefes de Estado Participantes da Reunião do Conselho do Atlântico Norte, Washington, 23-24 de abril de 1999; NATO. *NATO Handbook 2001*, Brussels, NATO, 2001. cap. 2. A nova versão é, não obstante, muito mais contida neste quesito (*Active Engagement, Modern Defence. Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization. Adopted by Heads of State and Government at the NATO Summit in Lisbon, 19-20 November 2010*, Brussels, NATO, s.d.).

o que denota uma predisposição para, se necessário, agir fora do âmbito do Conselho de Segurança¹⁸⁷.

Se base convencional falta à OTAN, este não é o caso da União Europeia¹⁸⁸, última sucessora de um processo iniciado em Roma há mais de cinquenta anos¹⁸⁹, que tem, nos últimos anos, no quadro do desenvolvimento da sua política comum de defesa e segurança¹⁹⁰ e de mecanismos de segurança¹⁹¹, e da absorção das *Petersberg Tasks* aprovadas no âmbito da União da Europa Ocidental¹⁹², inserindo nos seus instrumentos constitutivos e estratégicos a possibilidade de a organização empreender intervenções militares (necessariamente fora de área) por motivos humanitários¹⁹³. Assim, consagra-se no atual artigo 42 a base jurídica necessária para este tipo de operação ao mencionar-se a possibilidade de a União utilizar, no exterior, os meios civis e militares afectos à sua política comum de defesa e segurança para “(...) assegurar a manutenção da paz, a

¹⁸⁷ Cf. Marten Zwanenburg, “NATO, its Members, and the Security Council” in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, pp. 189-211.

¹⁸⁸ Para a relação entre as duas organizações, Heike Krieger, “Common European Defence: Competition or Compatibility with NATO?”, e Fabien Terpan, “EU-NATO Relations: Consistency as a Strategic Consideration and a Legal Requirement” in: Martin Trybus & Nigel D. White (ed.), *European Security Law*, pp. 174-197, 270-294.

¹⁸⁹ Para o significado do Tratado de Roma e para a evolução da organização, ver, respetivamente, Marta Tavares de Almeida & Nuno Piçarra (orgs.), *50 Anos [de] Tratado de Roma [1957-2007]*, Lisboa, FDUNL/Âncora, 2008, e Nuno Valério, *História da União Europeia*, Lisboa, Presença, 2010.

¹⁹⁰ Ver Jochen Rehrls & Hans-Bernhard Weissert (eds.), *Handbook on CSDP. The Common Defence and Security Policy of the European Union*, Vienna, FMDS, 2010, pp. 12-13, para os antecedentes, Adrian Treacher, “From Civilian Power to Military Actor: The EU’s Resistable Transformation”, *EFAR*, v. 9, n. 1, 2004, pp. 49-66; Frédéric Chatillon, “The EU as a Security Regime”, *EFAR*, v. 10, n. 4, 2005, pp. 517-533, Martin Trybus, “The Vision of the European Defence Community and a Common Defence for the European Union” e “On the Common Security and Defence Policy of the EU Constitutional Treaty” in: Martin Trybus & Nigel D. White (ed.), *European Security Law*, pp. 13-42, 43-58, e Emma Stewart, “Capabilities and Coherence? The Evolution of European Union Conflict Prevention”, *EFAR*, v. 13, n. 2, 2008, pp. 229-253, para uma síntese dessa evolução; em Portugal, Francisco Pereira Coutinho, ‘Política Comum de Segurança e Defesa’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 330-333.

¹⁹¹ Aspectos diferentes do mecanismo são discutidos em Michael Merlingen & Rasa Ostrauskaitė, “ESDP Police Missions: Meaning, Context and Operational Challenges”, *EFAR*, v. 19, n. 2, 2005, pp. 215-235; Nicolas Tsagourias, “EU Peacekeeping Operations: Legal and Theoretical Issues” in: Martin Trybus & Nigel D. White (ed.), *European Security Law*, pp. 102-133; Maike Kuhn, “The System of EU Crisis Management – From Bringing Peace to Establishing Democracy”, *MPYUNL*, v. 13, 2009, pp. 247-266; e em Aurel Sari, “Status of Forces and Status of Mission Agreements under ESDP: The EUs Evolving Practice”, *EJIL*, v. 19, n. 1, 2008, pp. 67-100, e Frederik Naert, “Legal Aspects of EU Military Operations”, *JIP*, v. 15, n. 1-2, 2011, pp. 218-242.

¹⁹² ‘Petersberg Declaration [19 de junho de 1992], Western European Union, Council of Ministers, Parte II, para. 4 (fez menção à possibilidade de usar forças regionais para “missões humanitárias e de resgate”, de “manutenção da paz” e de combate em “gestão de crises, incluindo imposição da paz”). Ver Fabrizio Pagani, “A New Gear in CFSP Machinery: Integration of the Petersberg Tasks in the Treaty on European Union”, *EJIL*, v. 9, n. 4, 1998, pp. 737-749, e Sebastien Graf von Kielmansegg, “The Meaning of Petersberg: Some Consideration on the Legal Scope of ESDP Operations”, *CMLR*, v. 44, n. 3, 2007, pp. 629-648.

¹⁹³ Sobre esta questão específica, Paul Kubicek & Dana Parke, “European Union and Humanitarian Intervention. Bosnia, Darfur and Beyond”, *EUEAR*, 2011, pp. 60-70.

prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional(...)"¹⁹⁴, podendo a elas recorrer para, segundo o artigo 43, "(...) missões humanitárias e de evacuação, (...), as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo dos conflitos"¹⁹⁵. E, apesar de algumas referências destinadas a harmonizar o sistema com a Carta das Nações Unidas, como lembrança de que os meios mencionados só devem ser empregues de acordo com os princípios das Nações Unidas (art. 42, TUE), as referências à obediência da Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional (art. 21 (1), TUE), a opção pela promoção de soluções multilaterais no âmbito das Nações Unidas (art. 21 (1), TUE) e ao arrolar o objetivo de preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional em conformidade com os princípios das Nações Unidas (art. 21 (2)), restam dúvidas se, em última instância, não havendo uma autorização ou sendo urgente uma operação, não se acabaria por avançar sem a obter¹⁹⁶. Não se pode esquecer que, a outro nível, já houve alguma tensão entre normas da União Europeia e decisões do Conselho de Segurança em questões de aplicação de sanções económicas¹⁹⁷. Junta-se a esse acontecimento,

¹⁹⁴ Ver 'Tratado da União Europeia [versão consolidada]', *JOUE*, C 326, 26 de outubro de 2012, p. 38.

¹⁹⁵ Ibid., p. 39, e Emma Stewart, "Capabilities and Coherence? The Evolution of European Union Conflict Prevention", pp. 229-253, para comentários sobre a função de prevenção de conflitos (apresentando-a como um parente pobre do sistema), e Esther Barbé & Benjamin Kienzle, "Security Provider or Security Consumer? The European Union and Conflict Management", *EFAR*, v. 12, n. 4, 2007, pp. 517-536, para a gestão de conflitos. A lógica do sistema é apresentada pelo texto de Sebastien Graf von Kielmansegg, "The Meaning of Petersberg: Some Consideration on the Legal Scope of ESDP Operations", p. 631, para quem as listas aparecem por ordem de intensidade militar, com as tarefas humanitárias no fundo e o combate no topo e significam coisas diferentes: as tarefas de manutenção da paz e de combate referem-se à gestão de crises e à pacificação de conflitos violentos e as humanitárias e de resgate à proteção de indivíduos.

¹⁹⁶ Mesmo no documento estratégico da União, *Uma Europa Segura num Mundo Melhor. Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, p. 9, em que se reconhece a primazia do Conselho de Segurança, não se deixa de, pelo menos implicitamente, apor uma condição ao usar as expressões como 'efectiva' ou 'eficaz' ("queremos que as organizações, regimes e tratados internacionais respondam eficazmente às ameaças à paz e segurança internacionais, pelo que devemos estar prontos para actuar quando as suas regras forem violadas"), embora, mais uma vez, a ambiguidade venha ao de cima, como lembra bem Inger Österdahl, "The Use of Force: Sweden, the Jus ad Bellum and the European Security and Defence Policy", *NJIL*, v. 79, n. 1, 2010, pp. 141-188, "The way the Security Strategy is drafted does not exclude unilateral EU action, but it does not seem likely judging from the Strategy that this would be anything that the EU would be aiming at" (p. 172). Nicolas Tsagourias, "EU Peacekeeping Operations: Legal and Theoretical Issues", p. 130, sugere que, em determinados casos, não havendo concertação possível, a União avance, mesmo sem o aval do Conselho de Segurança. Todavia, outros importantes intérpretes das normas aplicáveis têm menos certeza (Frederik Naert, "ESDP in Practice: Increasingly Varied and Ambitious EU Security and Defence Operations" in: Martin Trybus & Nigel D. White (ed.), *European Security Law*, pp. 61-101), ou claramente advogam a subordinação do sistema europeu à autoridade do Conselho de Segurança (Nigel White, "The EU as a Regional Security Actor within the International Legal Order" in: Ibid., pp. 329-349, especialmente 348-49).

¹⁹⁷ Trata-se, pois, de preocupação antiga, que data das primeiras medidas do Conselho de Segurança tomadas no quadro da Guerra do Golfo (v. Sebastien Bohr, "Sanctions by the United Nations Security Council and the European Community", *EJIL*, v. 4, n. 2, 1993, pp. 256-268).

uma confrontação séria, por via indireta¹⁹⁸, no caso de medidas anti-terroristas aprovadas pelo órgão das Nações Unidas, neste último caso com intervenção do próprio Tribunal de Justiça¹⁹⁹, e que, apesar de toda a adesão contemporânea do continente ao multilateralismo onusiano não se pode esquecer que nem sempre os interesses de um e do outro são convergentes²⁰⁰.

¹⁹⁸ Cf. ‘Yassin Abdullah Kadi and Al Barakaat International Foundation v. Council of the European Union and Commission of the European Communities’, Judgement of the Court (Grand Chamber), 3 September 2008 (disponível em versão oficial inglesa na página oficial do Tribunal de Justiça da União: <http://curia.europa.eu/juris/celex.jsf?celex=62005CJ0402&lang1=pt&type=NOT&ancre=>, acesso a 16 de fevereiro de 2013), e em resumo em língua portuguesa como ‘Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Seção) de 3 de setembro de 2008 — Yassin Abdullah Kadi, Al Barakaat International Foundation/Conselho da União Europeia, Comissão das Comunidades Europeias, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte’, *JOUE*, C 285, 8 de novembro de 2008, pp. 2-3, em que o Tribunal, apesar de asseverar que não estava a fiscalizar a compatibilidade da resolução à luz do Direito Internacional (“it is not, therefore, for the Community judicature, under the exclusive jurisdiction provided for by Article 220 EC, to review the lawfulness of such a resolution adopted by an international body, even if that review were to be limited to examination of the compatibility of that resolution with jus cogens”) (para. 287), não podia declinar os seus deveres de revisão dos atos comunitários de implementação dessas mesmas medidas (“the obligations imposed by an international agreement cannot have the effect of prejudicing the constitutional principles of the EC Treaty, which include the principle that all Community acts must respect fundamental rights, that respect constituting a condition of their lawfulness which it is for the Court to review in the framework of the complete system of legal remedies established by the Treaty”) (para. 285); para comentários adicionais, Nuno Piçarra, “Cooperação internacional no combate ao terrorismo e tutela dos direitos fundamentais O debate na jurisprudência dos tribunais da União Europeia”, *RMD.DHF*, v. 10, n. 1, 2010, pp. 11-30, e “Terrorismo e direitos fundamentais: as smart sanctions na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e no Tratado de Lisboa” in: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, v. III, pp. 711-741.

¹⁹⁹ Por todos, Jan Klabbers, “Kadi Justice at the Security Council?”, *IOLR*, v. 4, n. 1, 2007, pp. 1-12; Pasquale De Sena & Maria Chiara Vitucci, “The European Courts and the Security Council: Between Dedoublement Fonctionnel and Balancing of Values”, *EJIL*, v. 20, n. 1, 2009, pp. 193-228; Peter Hilpold, “EU Law and UN Law in Conflict: the *Kadi* Case”, *MPYBIL*, v. 13, 2009, pp. 141-182; Lennart Berthold, “O Tribunal de Justiça da União Europeia e a Ordem Jurídica Internacional após o Caso Kadi”, *RPDUE*, n. 1, 2011, pp. 49-62; Juliane Kokott & Christoph Sobotta, “The Kadi Case – Constitutional Core Values and International Law – Finding a Balance”, *EJIL*, v. 23, n. 4, 2012, pp. 1015-1024.

²⁰⁰ Vide Bardo Fassbender, “The Better Peoples of the United Nations? Europe’s Practice and the United Nations”, *EJIL*, v. 15, n. 5, 2004, pp. 857-884.

CAPÍTULO TERCEIRO

O INCERTO, MAS DEBILITADOR, PROCESSO DE EMERGÊNCIA DE UM DIREITO COSTUMEIRO ATRAVÉS DA PRÁTICA DOS ESTADOS, E OS CRITÉRIOS DE 'TOLERABILIDADE' DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS UNILATERAIS

No quadro dos processos de criação do Direito Internacional¹, integram-se não só tratados, mas também o costume², para além dos atos normativos de organizações internacionais³ e atos jurídicos unilaterais⁴. Assim, através das relações que se processam entre as duas fontes mais clássicas do Direito Internacional⁵ é sempre possível criar uma base para intervenção através da prática estadual contrária

¹ Por todos, Alan Boyle & Christine Chinkin, *The Making of International Law*, Oxford, OUP, 2007.

² Cfr. Lazare Kopelmanas, "Custom as a Means of the Creation of International Law", *BYIL*, v. 18, 1937, pp. 127-151; Anthony d'Amato, *The Concept of Custom in International Law*, Ithaca, NY, CornellUP, 1971; Karol Wolfke, *Custom in Present International Law*, 2. ed., Dordrecht, MN, 1993; Gennady Danilenko, *Law-making in the International Community*, Dordrecht, MN, 1993, pp. 75-129; Mark Villiger, *Customary International Law and Treaties: A Manual on the Theory and Practice of the Interrelation of Sources*, 2. ed., The Hague, KL, 1997; Moses Mendelson, "The Formation of Customary International Law", *RCADI*, t. 272, 1998, pp. 155-410; Michael Byers, *Custom, Power and the Power of Rules: International Relations and Customary International Law*, Cambridge, UK, CUP, 1999; Anthea Elizabeth Roberts, "Traditional and Modern Approaches to Customary International Law: a Reconciliation", *AJIL*, v. 95, n. 4, 2001, pp. 757-791; Andrew Guzmán, "Saving International Customary Law", *MJIL*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 115-176; e, na doutrina de língua portuguesa, Ielbo Lobo de Souza, *Direito internacional costumeiro*, Porto Alegre, SAFE, 2001; Luis César Ramos Pereira, *Costume internacional. Gênese do direito internacional*, Rio de Janeiro, Renovar, 2002. Veja-se em particular a contribuição de Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público I: Conceitos e Fontes*, Lisboa, Lex, 1998, pp. 75-146; bem como as apresentações mais resumidas de Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2008, pp. 160-168; Jónatas Machado, *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós 11 de Setembro*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 106-120; Jorge Miranda, *Curso de Direito Internacional Público*, 3. ed., Lisboa, Principia, 2006, pp. 46-49.

³ Seguir José Alvarez, *International Organisations as Law-makers*, Oxford, OUP, 2005.

⁴ Vide o documento oficial da Comissão de Direito Internacional 'Guiding Principles applicable to unilateral declarations of States capable of creating legal obligations, with commentaries thereto', *YILC*, New York, UN, 2006, part II, e o comentário doutrinário de Vladimir-Djuron Degan, "Unilateral Act as a Source of Particular International Law", *FYIL*, v. 5, 1994, pp. 149-266.

⁵ Em geral, sobre o tópico, vejam-se as clássicas exposições de R.R. Baxter, "Treaties and Customs", *RCADI*, v. 129, 1971, pp. 25-105; Hugh Thirlway, *International Customary Law and Codification. An Examination of the Continuing Role of Custom in the Present Period of Codification of International Law*, Leiden, Sijthoff, 1972; Nancy Kontou, *Termination and Revision of Treaties in the Light of Customary International Law*, Oxford, Clarendon, 1990; Mark Villiger, *Customary International Law and Treaties: A Manual on the Theory and Practice of the Interrelation of Sources*, *passim*, a atualizada e abrangente análise de Yoram Dinstein, "The Interaction between International Customary Law and Treaties", *RCADI*, v. 322, 2006, pp. 243-428, bem como as contribuições de Gary Scott & Craig Carr, "Multilateral Treaties and the Formation of Customary International Law", *DJIL&P*, v. 25, n. 1, 1996, pp. 71-94; Phillipe Sands, "Treaty, Custom, and the Cross-Fertilization of International Law", *YHR&DLJ*, v. 1, n. 1, 1998, pp. 85-104; Rudolf Bernhardt, "Custom and Treaty in the Law of the Sea", *RCADI*, v. 285, n. 5, 1987, pp. 249-330, especialmente 325-329.

(acompanhada de *opinio juris*⁶) posterior à Carta⁷, desde que se pressuponha que, pelo menos na dimensão relevante, não seja norma imperativa, nos termos reconhecidos pelo Direito Internacional⁸, que recubra todos os possíveis usos unilaterais da força não explicitamente previstos por esse instrumento normativo⁹. É precisamente na avaliação dos efeitos normativos de condutas que não se conformam com o padrão estipulado pelas regras da Carta que reside uma das principais divergências metodológicas nessa matéria¹⁰, e que vem sublinhar o caráter cada vez mais fraccionante e irreconciliável das diversas perspetivas sobre as intervenções humanitárias unilaterais, efeito exacerbado

⁶ Que compreende, a opinião ou convicção de que uma determinada conduta é obrigatória por força de uma norma costumeira (a expressão é de Ielbo Lobo de Souza, *Direito internacional costumeiro*, p. 14). Apesar deste, como notam diversos autores (Raphael Walden, “The Subjective Element in the Formation of Customary International Law”, *Isr.LR*, v. 12, 1977, p. 14 e ss) notam a sua consolidação como tal, pelo menos no moderno sistema internacional, data somente do Século XIX, sendo produção da Escola Historicista.

⁷ A respeito destas hipóteses, cf. Yoram Dinstein, “The Interaction between International Customary Law and Treaties”, p. 351; pp. 408-416, e, especificamente, Nancy Kontou, *Termination and Revision of Treaties in the Light of New Customary International Law*, *passim*. Jerzi Sztucki, *Jus Cogens and the Vienna Convention on the Law of Treaties. A Critical Appraisal*, p. 111, está absolutamente certo quando entende que o reconhecimento da modificabilidade das normas de *jus cogens* pela convenção de Viena equivale a reconhecer o valor constituinte da ilicitude e, em certa medida, do princípio do *ex injuria jus oritur*, *malgré* a intenção dos redactores da Comissão de Direito Internacional.

⁸ A respeito do *jus cogens*, veja-se, por todos, Georg Schwarzenberger, “International *Jus Cogens*?”, *TLR*, v. 43, 1965, pp. 455-478; Alfred v. Verdross, “*Jus Dispositivum* and *Jus Cogens* in International Law”, *AJIL*, v. 60, n. 1, 1966, pp. 55-63; Jerzi Sztucki, *Jus Cogens and the Vienna Convention on the Law of Treaties. A Critical Appraisal*, Wien, Springer, 1974; Christos Rozakis, *The Concept of Jus Cogens in the Law of Treaties*, Amsterdam, North-Holland, 1976; Rafael Nieto Navia, “El derecho imperativo (*jus cogens*) el el Derecho Internacional a la luz de la Convención de Viena de 1969”, *Universitas*, v. 99, 1977, pp. 3-23; José Humberto Castro Vilalobos, *La norma de jus cogens en el Derecho Internacional*, México, s.e., 1981; Lauri Hannikainen, *Peremptory Norms (Jus Cogens) in International Law. Historical Development, Criteria, Present Status*, Helsinki, LK/FLPC, 1988; Anthony d’Amato, “It’s a Bird, Its a Plane, Its *Jus Cogens*”, *ConnJIL*, v. 6, n. 1, 1990, pp. 1-6; Eduardo Correia Baptista, *Ius Cogens em Direito Internacional*, Lisboa, Lex, 1997; Merlin Magallona, “The Concept of *jus cogens* in the Vienna Convention on the Law of the Treaties” in: Scott Davidson (ed.), *The Law of Treaties*, Dartmouth, Ashgate, 2004, pp. 495-516; Carlos Espaliú Berdud, “Reflexiones en torno a la presencia del *jus cogens* en el Derecho Internacional Contemporáneo” in: Rafael Casado Raogón & Ignacio Gallego Domínguez (coord.), *Personalidad y capacidades jurídicas. 74 contribuciones con motivos del XXV Aniversario de la Facultad de Derecho de Córdoba I*, Córdoba, UC, 2005, pp. 419-437; Alexander Orakhelashvili, *Peremptory Norms in International Law*, Oxford, UK, OUP, 2006; Christian Tomuschat & Jean-Marc Thouvenin (eds.), *The Fundamental Rules of the International Legal Order*, Leiden, MN, 2006, *passim*, Wladyslaw Czaplinski, “*Jus Cogens* and the Law of Treaties” in: *Ibid.*, pp. 83-97.

⁹ Contra o curioso argumento utilizado por um reputado internacionalista, de acordo com o qual “em razão da pertença de 191 Estados às Nações Unidas e os seus frequentes pronunciamentos de apoio à Carta, pode-se facilmente concluir que uma esmagadora maioria de Estados, se não todos, aceitaram e ainda reconhecem a proibição do uso da força em termos gerais como ‘norma peremptória’. Parece haver uma particularmente forte *opinio juris cogentis* a este respeito” (Nico Schrijver, “Challenges to the Prohibition to Use Force: Does the Straightjacket of Article 2(4) UN Charter Begin to Gall to Much?” in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, p. 42).

¹⁰ Veja-se, em geral, Enzo Canizzaro & Paulo Palchetti (eds.), *Customary International Law on the Use of Force*, Leiden, MN, 2005 (que inclui artigos de diversos autores, com posições distintas e cobrindo diversas valências do problema), e Oliver Corten, “The Controversies Over the Customary Prohibition on the Use of Force: A Methodological Debate”, *EJIL*, v. 16, n. 5, 2006, pp. 803-822.

por divergências relativas à própria estrutura e processos relacionados à própria fonte costumeira internacional¹¹.

3.1. Os casos de não-intervenção humanitária – A exclusão pela prática da apropriação do discurso humanitário para legitimar projetos hegemónicos e de situações correspondentes a outras figuras jurídicas

Para melhor análise deste ponto torna-se essencial identificar os casos relevantes e excluir os que, embora tendo um ou outro elemento que compõem o conceito contemporâneo de intervenção humanitária unilateral¹², são abarcados por outras figuras jurídicas.

3.1.1. Intervenções humanitárias coletivas

Várias crises humanitárias graves têm, desde o anos noventa, suscitado reações institucionais do órgão representativo da comunidade internacional nessas matérias, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹³ Daí serem situações que se enquadram numa figura distinta, que se afasta da *sub-judice* pelo facto de ter uma base de legitimidade mais clara no próprio Capítulo VII da Carta das Nações Unidas¹⁴.

¹¹ Por todos, Moses Mendelson, “The Formation of Customary International Law”, pp. 205-207, p. 170, e Jörg Kammerhoffer, “Uncertainty in the Formal Sources of International Law: Customary International Law and some of Its Problems”, *EJIL*, v. 15, n. 3, 2004, pp. 523-553.

¹² Com base na ideia de que correspondem ao uso ou ameaça do uso da força militar por um Estado, um grupo de Estados ou uma organização internacional sem autorização do Conselho de Segurança ou consentimento do Estado contra o território deste com o fim de proteger a sua própria população de violações massivas e reiteradas aos seus direitos humanos fundamentais, definição inspirada, mas ajustada do conceito geral de intervenção humanitária de Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, Philadelphia, UPP, 1996, p. 11, que as apresenta como “a ameaça ou uso da força por um Estado, grupo de Estados ou Organização Internacional primariamente para fins de protecção de nacionais do Estado alvo de violações disseminadas de direitos humanos universalmente reconhecidos”.

¹³ Niels Blokker, “The Security Council and the Use of Force: On recent Practice” in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, pp. 1-29.

¹⁴ O tópico tem sido objeto de discussão intensa pela doutrina jusinternacionalista, designadamente atraindo os comentários de José Luís Jesus, “Intervention in the Domestic Affairs on Humanitarian Grounds and International Law” in: Volkmar Götz; Peter Selmer & Rudiger Wolfrum (Hrsg.), *Liber Amicorum Günther Jaenicke – Zum 85 Geburtstag*, Berlin, Springer, 1998, pp. 150-163; Ralph Zacklin, “Beyond Kosovo: The United Nations and Humanitarian Intervention”, *VJIL*, v. 41, n. 4, 2001, pp. 923-940; Carlos Canêdo, “Conselho de Segurança da ONU: breves considerações acerca de seu direito de intervenção”, *RFDUFMG*, n. 40, 2001, pp. 35-66; Niels Blokker, “The Security Council and the Use of Force: On recent Practice”, pp. 1-29; Jennifer Welsh, “The Security Council and Humanitarian Intervention” in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 535-562. Nigel Rodley, “Collective Intervention to Protect Human Rights and Civilian Populations: The Legal Framework” in: Nigel Rodley (ed.), *To Loose the Band of Wickdness. International Intervention in Defence of Human Rights*, London, Brassey's, 1992, pp. 14-42, mostrou-se mais cauteloso.

Neste contexto, em 1992/1993, os Estados Unidos, devidamente mandatados, intervieram na Somália¹⁵, um Estado em colapso¹⁶, com o objetivo de impedir que senhores da guerra locais bloqueassem a distribuição de ajuda humanitária a populações civis¹⁷. No ano seguinte, os Estados Unidos também usaram a coação para obrigar líderes militares do Haiti a aceitar o resultado de eleições democráticas¹⁸ depois de uma autorização conferida pelo órgão máximo das Nações Unidas¹⁹. Em 1995, para tentar

¹⁵ Em geral, vide Jean Marc Sorel, “La Somalie et les Nations Unies”, *AFDI*, v. 38, 1992. p. 61 e ss; Susan Crawford, “UN Intervention in Somalia”, *TL&CP*, v. 3, 1993, pp. 273-291; Ruth Gordon, “United Nations Intervention in Internal Conflicts: Iraq, Somalia, and Beyond”, *MJIL*, v. 15, n. 2, 1993, pp. 550-557; Enrico Augelli & Craig Murphy, “Lessons of Somalia for Future Humanitarian Assistance Operations”, *GG*, v. 1, n. 3, 1995, pp. 339-365; Ruth Gordon, “Humanitarian Intervention by the United Nations: Iraq, Somalia, and Haiti”, *TJIL*, v. 31, 1996, pp. 51-53; Walter Clark & Jeffrey Herbst, “Somalia and the Future of Humanitarian Intervention”, *FA*, v. 75, 1996, pp. 70-85; Inger Österdal, “‘By All Means Intervene!’: The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti”, *NJIL*, v. 66, n. 2-3, 1997, pp. 254-260; Ved Nanda; Thomas Muther Jr.; & Amy Eckert, “Tragedies in Somalia, Yugoslavia, Haiti, Rwanda and Liberia – Revisiting the Validity of Humanitarian Intervention Under International II”, *DJIL&P*, v. 26, n. 5, 1998, pp. 831-837.

¹⁶ E.g., Yemi Osinbanjo, “Legality in a Collapsed State: the Somali Experience”, *ICLQ*, v. 45, n. 4, 1996, pp. 910-923.

¹⁷ SC/R/7943, 3 December 1992, para. 10, “Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, authorizes the Secretary-General and Member States cooperating to implement the offer referred to in paragraph 8 above to use all necessary means to establish as soon as possible a secure environment for humanitarian relief operations in Somalia; (...)”

¹⁸ Por todos, cf. Yves Daudet, “L’ONU et l’OEA en Haïti et le Droit International”, *AFDI*, v. 38, 1992. p. 89-111; Ruth Gordon, “United Nations Intervention in Internal Conflicts: Iraq, Somalia, and Beyond”, pp. 557-560; Julie Ann Waterman, “The United States Involvement in the Haiti’s Tragedy and the Resolve to Restore Democracy”, *NYLSJ&CL*, v. 15, n. 1, 1994, pp. 187-215; W. Michael Reisman, “Haiti and the Validity of International Action”, *AJIL*, v. 89, n. 1, 1995, pp. 82-84; Richard Falk, “The Haiti Intervention: a Dangerous World Precedent for the United Nations”, *HJIL*, v. 36, n. 2, 1995, pp. 341-358; Ruth Gordon, “Humanitarian Intervention by the United Nations: Iraq, Somalia, and Haiti”, pp. 52-53; W.Q. Beardslee, “The United States Haiti Intervention: the Danger of ‘Redefined’ National Security Interests”, *DJIL&P*, v. 25, n. 1, 1996, pp. 189-197; Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention. An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, pp. 249-253; Ved Nanda; Thomas Muther Jr.; & Amy Eckert, “Tragedies in Somalia, Yugoslavia, Haiti, Rwanda and Liberia – Revisiting the Validity of Humanitarian Intervention Under International II”, pp. 841-846; Inger Österdal, “‘By All Means Intervene!’: The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti”, pp. 267-270; Major D.J. Lecce, “International Law Regarding Pro-Democratic Intervention: A Study of the Dominican Republic and Haiti”, *NLR*, v. 45, 1998, pp. 247-262; Simon Cherterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, Oxford, OUP, 2001, pp. 152-155; International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background. Supplementary Volume to the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereign*, Ottawa, IDRC, 2001, pp. 102-104; Simone Rodrigues, *Segurança internacional e direitos humanos. A prática das intervenções humanitárias no pós-Guerra Fria*, Rio de Janeiro, Renovar, 2000, pp. 141-150.

¹⁹ Veja-se CS/R/940, 31 July 1994, para. 4 (“Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, authorizes Member States to form a multinational force under unified command and control and, in this framework, to use all necessary means to facilitate the departure from Haiti of the military leadership, consistent with the Governors Island Agreement, the prompt return of the legitimately elected President and the restoration of the legitimate authorities of the Government of Haiti, and to establish and maintain a secure and stable environment that will permit implementation of the Governors Island Agreement, on the understanding that the cost of implementing this temporary operation will be borne by the participating Member States; (...)”).

limitar os efeitos da guerra civil na Bósnia-Herzegovina²⁰, o Conselho de Segurança, depois de ter adotado outras medidas²¹, autorizou a utilização de meios militares limitados contra as milícias sérvio-bósnias²². A intervenção pós-genocídio do Ruanda, curiosamente colocada nas mãos da França²³, além de ter sido discutivelmente humanitária, haja em vista o contexto, não teve qualquer eficácia já que os *génocidaires* já tinham fugido para a República Democrática do Congo²⁴. Já em finais do século passado, o Conselho de Segurança autorizou a Itália a intervir na Albânia²⁵ e a Austrália foi autorizada pelo Conselho de Segurança²⁶ a entrar no território de Timor Leste por uma Indonésia pressionada a consentir²⁷ e, mais recentemente, em 2011, vários países

²⁰ Por todos, veja-se Drazen Petrovic & Luigi Condorelli, "L'ONU et la Crise Yougoslave" *AFDI*, v. 38, 1992, pp. 32-60; David Kresock, "Ethnic Cleansing in the Balkans: The Legal Foundations of Military Intervention", *CorJIL*, v. 27, 1994, pp. 203-239; Michael Roch, "Military Intervention in Bosnia-Herzegovina: Why Will Politics Prevail Over the Rule of International Law?", *DJIL&P*, v. 24, n. 2-3, 1996, pp. 461-487; Inger Österdal, "'By All Means Intervene!': The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti", pp. 248-254; Ved Nanda; Thomas Muther Jr.; & Amy Eckert, "Tragedies in Somalia, Yugoslavia, Haiti, Rwanda and Liberia – Revisiting the Validity of Humanitarian Intervention Under International II", pp. 837-841; Marcus Cox, "The Right to Return Home: International Intervention and Ethnic Cleansing in Bosnia and Herzegovina", *ICLQ*, v. 47, n. 3, 1998, pp. 599-631; B.K. Schrivastava & Mamhowan Agarwal, "The Politics of Intervention and the Bosnian Conflict", *IS*, v. 40, n. 1, 2003, pp. 69-84.

²¹ CS/R/713, 25 September 1991, para. 6 (impondo um embargo à venda de armas); CS/R/824, 6 May 1993 (criando zonas de segurança); CS/R/819, 16 April 1993 (criando zonas de segurança).

²² Principalmente CS/R/1031, 15 December 1995, que estabeleceu a IFOR (Implementation Force), para 14-15, mas também CS/R/1088, 12 December 2006, que criou a SFOR (Stabilization Force), para. 18-21.

²³ Veja-se SC/R/929, 22 June 1994, para. 3 ("Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, authorizes the Member States cooperating with the Secretary-General to conduct the operation referred to in paragraph 2 above using all necessary means to achieve the humanitarian objectives set out in subparagraphs 4 (a) and (b) of resolution 925 (1994); (...)).

²⁴ *Inter alia*, v. Mel McNulty, "France's Role in Rwanda and External Military Intervention: a double discrediting", *IP*, v. 4, n. 3, 1997, pp. 24-44; Dorinda Linda Peacock, 'It Happened, and It can Happen Again: The International Response to the Rwanda Crisis', *NCJIL&CR*, v. 22, n. 3, 1997, pp. 899-941; Ved Nanda; Thomas Muther Jr.; & Amy Eckert, "Tragedies in Somalia, Yugoslavia, Haiti, Rwanda and Liberia – Revisiting the Validity of Humanitarian Intervention Under International II", pp. 846-851; Inger Österdal, "'By All Means Intervene!': The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti", pp. 260-266; Andreas Hasenclever, "Might for Rights: The French Intervention in Rwanda 1994" in: Michael Bothe; Mary Ellen O'Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 251-275

²⁵ CR/R/1001, 28 March 1997, para. 2-4, e CR/R/1014, 19 June 1997, para. 1-3.

²⁶ CR/R/1264, 15 September 1999, para. 3 ("Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations (...) 3. Authorizes the establishment of a multinational force under a unified command structure, pursuant to the request of the Government of Indonesia conveyed to the Secretary-General on 12 September 1999, with the following tasks: to restore peace and security in East Timor, to protect and support UNAMET in carrying out its tasks and, within force capabilities, to facilitate humanitarian assistance operations, and authorizes the States participating in the multinational force to take all necessary measures to fulfil this mandate; 4. Welcomes the expressed commitment of the Government of Indonesia to cooperate with the multinational force in all aspects of the implementation of its mandate and looks forward to close coordination between the multinational force and the Government of Indonesia; (...)).

²⁷ Cf. Peter Carey & Pat Walsh, "The Security Council and East Timor" in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The*

européus membros da OTAN, apoiados pela Força Aérea dos Estados Unidos, intervieram na Líbia, ao abrigo de autorização do Conselho de Segurança²⁸, levando à deposição do regime de Ghadafi²⁹. Outras situações com elementos humanitários nas Caraíbas e em África também levaram o Conselho de Segurança a aprovar operações militares. São os casos do Haiti³⁰; de Côte d'Ivoire (Costa do Marfim³¹), no quadro da guerra civil; do Darfur, região do Sudão³², onde habitantes locais são perseguidos por milícias árabes³³ ao ponto de se ter considerado ter havido genocídio³⁴; da República Centro Africana, onde interveio nos conflitos entre muçulmanos e cristãos³⁵; e do

Evolution of Thought and Practice since 1945, pp. 346-367, e Fausto de Quadros, "Timor e o Direito Internacional"; Ana Maria Guerra Martins, "Timor Leste e a Afirmação (Tardia) do Direito Internacional" in: Jorge Miranda (org.), *Timor e o Direito. Intervenções nas mesas-redondas de 8, 9, 10, 11 e 12 de Novembro de 1999 realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, AAFDL, 2000, pp. 7-17, 19-35.

²⁸ SC/R/1973, 17 March 2011, para. 4-5 (authorizes member States (...) acting nationally or through regional organizations or through regional organizations or arrangements (...) to take all necessary measures (...) to protect civilians and civilian populated areas threat of attack (...)).

²⁹ Pode-se encontrar uma descrição útil da evolução dos acontecimentos em 'Lybia Profile: Timeline', disponível <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13755445>, acesso a 11 de setembro de 2013; para comentários diversos, Maya Bhardwaj, "Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War", *WUIR*, v. 1, n. 1, 2012, pp. 76-96; Sam Foster Halabi, "Traditions of Belligerent Occupation: The Lybian Intervention in Historical and Theoretical Context", *AUILR*, v. 27, n. 2, 2012, pp. 321-390; Bruce Jeltenson & Christopher Whytock, "Who won Lybia? The Force-Diplomacy Debate and its Implications for Theory and Policy", *ISec*, v. 30, n. 3, 2005/6, pp. 47-86, e Jonathan Schwartz, "Dealing with a Rogue State: The Lybia Precedent", *AJIL*, v. 101, n. 3, 2007, pp. 553-580; Luca Tardelli, "Obama's Interventions: Afghanistan, Iraq, and Lybia" in: *The United States After Unipolarity*, London, LSE, 2011, pp. 18-23; Amitai Etzioni, "The Lessons of Lybia", *MR*, v. 92, n. 1, 2012, pp. 45-54; Mehrhad Payandeh, "United Nations, Military Interventions, and Regime Change in Lybia", *VJIL*, v. 52, n. 2, 2012, pp. 355-403; Alex Bellamy & Paul Williams, "The New Politic of Protection? Côte d'Ivoire, Lybia and the Responsibility to Protect", *IA*, v. 87, n. 4, 2011, pp. 825-850; Michael Schmitt, "Wings over Lybia: The No-Fly Zone in Legal Perspective", *YJILOnline*, v. 36, 2011, pp. 45-58.

³⁰ SC/R/1529, 29 February 2004, para. 2 a) e b) ("Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, (...) 2. Authorizes the immediate deployment of a Multinational Interim Force for a period of not more than three months from adoption of this resolution: (a) To contribute to a secure and stable environment in the Haitian capital and elsewhere in the country, as appropriate and as circumstances permit, in order to support Haitian President Alexandre's request for international assistance to support the constitutional political process under way in Haiti; (b) To facilitate the provision of humanitarian assistance and the access of international humanitarian workers to the Haitian people in need; (...)).

³¹ Veja-se CS/R/1528, para. 6 (i) a), "acting under Chapter VII of the Charter (...) decides that the mandate of UNOCI [United Nations Operations in Côte d'Ivoire], in coordination with the French forces authorized under paragraph 16 below, shall be the following: to (...) protect civilians under imminent threat of physical violence within its capabilities and its areas of deployment".

³² Cf. CS/R/1590, 24 March 2005, para. 16, "Acting under Chapter VII (...) decides that UNMIS is authorized to take the necessary action, in the areas of deployment of its forces and as it deems within its capabilities, to (...) without prejudice to the responsibility of the Government of Sudan, to protect civilians under imminent threat of physical violence; (...)", e CS/R/1706, 31 August 2006, para. 12.

³³ Para vários aspetos e abordagens, Paul D. Williams & Alex J. Bellamy, "The Responsibility To Protect and the Crisis in Darfur", *SD*, v. 36, n. 1, 2005, pp. 27-47; Kithure Kindiki, *Intervention to Protect Civilians in Darfur. Legal Dilemmas and Policy Imperatives*, Pretoria, ISS, 2007.

³⁴ John Hagan & Wenona Rymond-Richmond, *Darfur and the Crime of Genocide*, Cambridge, UK, CUP, 2009.

³⁵ Vide CS/R/2127, 5 December 2013, para. 28 ("Acting under Chapter VII (...) authorizes the deployment of MISCA for a period of twelve months (...) to contribute to the protection of civilians and

Mali³⁶, no âmbito do processo falhado de secessão de Al-Azawad³⁷, particularmente para reagir a abusos cometidos pelas milícias islâmicas contra a população civil³⁸.

Há outros casos em que Estados, apesar de empreenderem operações militares com amparo legal obscuro, tentaram justificá-las a partir de interpretações extensivas dos termos constantes das resoluções do Conselho de Segurança, recorrendo à ideia de autorizações implícitas para o uso da força³⁹. Tais casos, poderão ser tratados se o objetivo real tiver sido humanitário e se tais operações tiverem sido assim apercebidas pela comunidade internacional, mas não por agora.

3.1.2. Intervenções hegemónicas transvestidas de humanitárias

Casos outros devem ser desconsiderados depois de uma análise dos factos e das intenções que os caracterizam e que demonstram uma utilização instrumental do argumento humanitário com o fito de esconder motivações estratégicas evidentes

the restoration of security and the restoration of security and public order, through the use of appropriate measures”) e 50 (“authorizes the French the French forces in the CAR, within the limits of their capacities and areas of deployment, and for a temporary period, to take all necessary measures to support MISCA in the discharge of its mandate”).

³⁶ Conferir CS/R/2010, 25 April 2013, para 16 c) (“Acting under Chapter VII (...) decides that the mandate of MINUSMA [United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali] shall be the following (...) To protect, without prejudice to the responsibility of the transitional authorities of Mali, civilians under imminent threat of physical violence, within its capacities and areas of deployment; (...)”; “Authorizes MINUSMA to use all necessary means, within the limits of its capacities and areas of deployment, to carry out its mandate as set out in paragraphs 16 (a) (i) and (ii), 16 (c) (i) and (iii), 16 (e), 16 (f) and 16 (g) and requests MINUSMA’s civilian and military components to coordinate their work with the aim of supporting the tasks outlined in paragraph 16 above; (...)” (para. 16) e “Authorizes French troops, within the limits of their capacities and areas of deployment, to use all necessary means, from the commencement of the activities of MINUSMA until the end of MINUSMA’s mandate as authorized in this resolution, (...)” (para.17)).

³⁷ Veja-se David Alvarado, “Independent Azawad: Tuaregs, Jihadists and an Uncertain Future of Mali”, *Cibod*, n. 54, 2012, pp. 1-7, e as informações coligidas por Alexander Thurston & Andrew Lebovich, *A Handbook on Mali’s 2012-2013 Crisis*, s.l., NU, 2013.

³⁸ Cf. Isaline Bergamaschi, “French Military Intervention in Mali: Inevitable, Consensual yet Insufficient”, *Stability*, 2, n. 3, 2013, pp. v. 2, n. 2, 2013, pp. 1-11, e Karine Bannelier & Theodore Christakis, “Under the UN Security Council’s Watchful Eyes: Military Intervention by Invitation in the Malian Conflict”, *LJIL*, v. 26, n. 4, 2013, pp. 855-874.

³⁹ Em geral sobre a questão, vide Ruth Wedgwood, “The Enforcement of Security Council Resolution 687: The Threat of Force Against Iraq’s Weapons of Mass Destruction”, *AJIL*, v. 92, n. 2, 1998, pp. 724-728; Jules Lobel & Michael Ratner, “Bypassing the Security Council: Ambiguous Authorisations to Use Force, Cease-Fires and the Iraqi Inspections Regime”, *AJIL*, v. 93, n. 1, 1999, pp. 124-154; Nico Krisch, “Unilateral Enforcement of the Collective Will: Kosovo, Iraq, and the Security Council”, *MPYUNL*, v. 3, 1999, pp. 59-103; Olivier Corten & François Dubuisson, “L’hyphotèse d’ une règle émergente findant une intervention militaire sur une ‘autorisation implicite du Conseil de securité”, *RGDIP*, v. 104, n. 4, 2000, pp. 873-910; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, Oxford, OUP, 2000, p. 195; Vera Gowlland-Debbas, “The Functions of United Nations Security Council in the International Legal System” in: Michael Byers (ed.), *The Role of Law in International Politics. Essays in International Relations and International Law*, Oxford, UK, OUP, 2000, pp. 277-313; Linos-Alexandre Sicilianos, “L’autorisation par le Conseil de securité de recourir a la force: une tentative d’evaluation”, *RGDIP*, v. 106, n. 1, 2002, pp. 1-49, 42-47.

(hegemónicas ou defensivas), sem que houvesse qualquer pressuposto de facto que os pudessem ligar.

No período da Guerra Fria argumentos humanitários foram usados sistematicamente para mascarar intervenções hegemónicas, especialmente em conflitos de carácter regional. Em 1948, no primeiro conflito israelo-árabe que se seguiu à proclamação e reconhecimento da independência do Estado Hebraico⁴⁰, depois da partilha do território feita pela Assembleia-Geral⁴¹. Egipto, Síria, Líbano, Transjordânia e Iraque, com empenho variável⁴², encetaram uma mal sucedida invasão⁴³, recorrendo no processo à ideia de que o massacre promovido contra os árabes pela forças armadas e milícias hebraicas justificavam o uso protetivo dos exércitos árabes contra os *yahudin*⁴⁴. No entanto, tais argumentos, por um lado, foram muito tímidos, denotando uma notória secundarização, e, por outro, não foram adotados por todos os intervenientes, alguns demonstrando claramente outro tipo de motivações⁴⁵, decerto menos nobres⁴⁶. Ademais,

⁴⁰ Para relatos diversos sobre os factos, ver, entre tantos, Michael Cohen, *The Origins and Evolution of the Arab- Zionist Conflict*, Berkeley, UCalP, 1987; Karl Josef Partsch, “Israel and the Arab States” in: Rudolph Bernhardt & Peter Macalister-Smith (eds.), *Encyclopedia of Public International Law*, Amsterdam, Elsevier, 1992-2000, v. II, pp. 1460-1461; Ahron Bregman, *Israel’s Wars, 1947-1993*, London, Routledge, 2000, pp. 1-25; Efraim Karsh, *The Arab-Israeli Conflict: The Palestine War 1948*, Oxford, Osprey, 2002; Benny Morris, *1948. The First Arab-Israeli War*, New Haven, YUP, 2008.

⁴¹ Sustentada, designadamente, pela Resolução nº 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas (Governança Futura da Palestina: Resolução Adoptada a respeito do Relatório do Comitê *Ad Hoc* para a Questão Palestina), para 1 e ss (disponível em:

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement>, acesso a 1 de outubro de 2008), que, baseada num cenário quase idílico onde prevaleceriam os direitos das minorias, a governação democrática, a criação de Estados de Direito, cidades internacionalizadas e, inclusivamente, uma união económica, foi desrespeitada por todos os intervenientes no conflito, principalmente árabes (v. Benny Morris, *1948. The First Arab-Israeli War*, p. 37 e ss).

⁴² Críticas feitas, *inter alia*, à postura ambivalente do exército iraquiano, conforme discute Charles Tripp, “Iraq and the 1948 War: Mirror of Iraq Disorder” in: Eugene Rogan & Avi Schlaim (eds.), *The War for Palestine. Rewriting the History of 1948*, New York, Cambridge, CUP, 2007, p. 125.

⁴³ Sem embargo de se exagerar os feitos militares israelitas, como lembra a tese do historiador militar David Tall, “Between Intuition and Professionalism: Israeli Military Leadership during the 1948 Palestinian War”, *JMilH*, v. 68, 2004, pp. 885-909 (sustentando, *inter alia*, que, com a exceção da derrota imposta na frente sul ao Egito, as vitórias militares israelitas foram obtidas principalmente contra forças palestinas e paramilitares árabes reunidos debaixo do Exército Árabe de Libertação).

⁴⁴ Declarações egípcias citadas no estudo de Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 64, falavam de um direito de intervir para “pôr termo aos massacres e estabelecer a observância das normas da moralidade universal e os princípios reconhecidos pelas Nações Unidas”.

⁴⁵ Alguma discussão a respeito das motivações específicas de cada um dos intervenientes é feita por Eugene Rogan, “Jordan and 1948: The Persistence of an Official History; Charles Trypp, “Iraq and the 1948 War: Mirror of Iraq Disorder”; Fawaz Gerges, “Egypt and the 1948 War: Internal Conflict and Regional Conflict”, in: Eugene Rogan & Avi Schlaim (eds.), *The War for Palestine. Rewriting the History of 1948*, New York, Cambridge, CUP, 2007, pp. 104-124; 125-149; 150-176.

⁴⁶ O caso da Transjordânia é paradigmático. O Rei Abdullah não estava minimamente interessado na causa palestina. Ao invés viu com bons olhos a oportunidade de intervenção precisamente para incorporar o quinhão árabe da Palestina ao território do qual era soberano (v. Yoav Gelber, “The Israeli – Arab War of 1948: History versus Narratives” in: Mordechai Bar-On (ed.), *Never-Ending Conflict. Israeli Military History*, Mechaniscsburg, SB, 2004, pp. 43-68).

o conceito de humanitarismo era, na melhor das hipóteses, remanescente de um passado em que argumentos de tal sorte eram invocados exclusivamente para proteger os nossos, ainda que às expensas dos outros, não sendo, por este motivo, um desejo e uma prática que pudesse ser imputada somente aos judeus⁴⁷. A crise humanitária era real, aliás com efeitos que persistem até a atualidade⁴⁸. Massacres ocorreram⁴⁹ e o que os palestinos chama de *naqbah* não foi inventado⁵⁰. Todavia, os judeus podem ser acusados de crimes contra a população árabe na medida em que também a estes podem ser imputadas responsabilidades pelas atrocidades contra aqueles⁵¹. A haver intervenção seria para controlar os dois beligerantes e proteger a população, mas não foi essa a intenção dos interventores com os seus objetivos estratégicos e de proteção para apenas parte dos civis vítimas de atrocidades com base em inimizades étnicas, como, aliás, intuíram os que se posicionaram sobre a questão⁵². Por conseguinte, é de se rejeitar este caso como precedente idóneo de intervenção humanitária unilateral⁵³, até porque, ao contrário do que viria a ser prática corrente no futuro, os principais órgãos das Nações Unidas não condenaram a ação do Estado de Israel⁵⁴.

No espaço de menos de dez anos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o Pacto de Varsóvia intervieram duas vezes em países satélites para inverter processos

⁴⁷ As visões parciais que têm sido defendidas por historiadores revisionistas israelitas (consolidadamente Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine*, Oxford, Oneworld, 2006, *passim*) contra a história oficial de acordo com as quais ocorreu uma limpeza étnica na Palestina promovida pelos judeus, são tão inverossímeis – e pouco convincentes em relação às fontes – quanto a alegação da historiografia tradicional de que a esmagadora maioria dos árabes da Palestina saíram voluntariamente das suas casas (de certa forma, é esta a leitura de Efraim Karsh, *The Arab-Israeli Conflict: The Palestine War 1948*, pp. 87-92).

⁴⁸ Em especial, Benny Morris, *The Birth of the Palestinian Refugee Problem*, Revised Edition, Cambridge, Cambridge, CUP, 2004.

⁴⁹ Veja-se Ahron Bregman, *Israel's Wars, 1947-1993*, pp. 13-14.

⁵⁰ Não é seguro que o objetivo inicial das forças militares hebraicas fosse expulsar os árabes de toda a Palestina, mas somente das áreas reservadas aos judeus, mas foi o que, afinal, ocorreu com a evolução do conflito. Com perspectivas diferentes, Ilan Pappé, *The Ethnic Cleansing of Palestine*, *passim*, e Benny Morris, *1948. The First Arab-Israeli War*, *passim*.

⁵¹ Destarte, teses mais moderadas, embora simpáticas à causa sionista, como a desenvolvida pelo historiador Martin Gilbert, *Israel: A History*, New York, Doubleday, 2008, aparentam ser mais corretas, não obstante atribuírem grande parte dos massacres de árabes a radicais sionistas congregados em grupos clandestinos como o Band Stern ou o Irgum e não ao exército oficioso do Hagganah ou oficial – depois da Declaração de Independência –, as Forças de Defesa de Israel; o relato de Benny Morris, *1948. The First Arab-Israeli War*, *passim*, parece ser equilibrado.

⁵² Vide, neste sentido, A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, University Park, Penn, The Pennsylvania State University Press, 1997, p. 102 (dizendo que os motivos reais eram a animosidade étnica e o desejo por território) e Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 64, nota 129 (incluindo o caso dentre aqueles em que as preocupações humanitárias foram marginais na melhor das hipóteses).

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Veja-se Bruce Jones, “The Security Council and the Arab-Israeli Wars: ‘Responsibility without Power’” in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, pp. 298-323.

de autonomização política. A primeira teve como destinatária a Hungria em 1956⁵⁵ e visou a deposição do Governo Nagy e repor a ortodoxia comunista no país. Autoridades da URSS afirmaram que a intervenção foi feita ao abrigo do Pacto de Varsóvia e de um convite explícito das autoridades húngaras⁵⁶, para além de ter feito referência à proteção de nacionais no estrangeiro, e, ao menos implicitamente, à defesa das conquistas das classes populares e do socialismo, ideia, pouco tempo depois, lapidada e amplificada pela chamada Doutrina Brezhnev⁵⁷. Esta era a conexão humanitária desta intervenção que, de resto, não tinha muita. A alegação de intervenção humanitária nem sequer foi feita consistentemente pelos próprios interventores⁵⁸ e o objetivo humanitário real foi inexistente. A reação de terceiros foi extremamente negativa. O Conselho de Segurança só não aprovou uma resolução condenatória proposta pelos Estados Unidos em razão do veto soviético, enquanto a Assembleia Geral condenou formalmente a intervenção e susteve a aceitação de credenciais do novo governo durante algum tempo⁵⁹. Por conseguinte, não se pode incluir este caso de entre os precedentes a serem considerados, mas, ao invés, uma intervenção para a manutenção de esfera de influência⁶⁰, para alguns de uma verdadeira colónia⁶¹ ou, na melhor das hipóteses, de um “Estado satélite”⁶².

⁵⁵ A respeito deste caso, recomenda-se Quincy Wright, “Intervention, 1956”, *AJIL*, v. 51, n. 2, 1957, pp. 257-276; International Commission of Jurists, “Aggression in Hungary: A Soviet Definition Condemns Russia”, *ABAJ*, v. 43, 1957, pp. 928-929; Kathryn Rider Schmeltzer, “Soviet and American Attitudes Towards Intervention: The Dominican Republic, Hungary, Czechoslovakia”, *VJIL*, v. 11, 1970-1971, pp. 111-116; Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, Oxford, Clarendon, 1999, p. 263-268.

⁵⁶ Aliás, como concluiu a International Commission of Jurists, “Aggression in Hungary: A Soviet Definition Condemns Russia”, pp. 928-929, mesmo que existisse qualquer convite, a atitude posterior do Primeiro Ministro Imre Nagy, nomeadamente retirando o país do Pacto de Varsóvia, pedindo a saída das forças armadas soviéticas estacionadas na Hungria ou exigindo claramente que tais contingentes parassem de ser reforçados, seria prova da retirada de consentimento.

⁵⁷ A importância do evento húngaro para a confecção da Doutrina Brezhnev é salientada por Nicholas Rostow, “Law and the Use of Force by States: The Brezhnev Doctrine”, *YJWPR*, v. 7, 1980, pp. 227-229, que destaca igualmente a importância atribuída à necessidade de justificação jurídica da intervenção pelas autoridades soviéticas.

⁵⁸ Veja-se, em especial, Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 64 (sustentando que, além das críticas internacionais que sofreu, a justificação principal dada pelo responsável pela intervenção era de convite de Governo, colocando-a, em todo o caso, entre os “incidentes” internacionais em que as preocupações humanitárias foram marginais na melhor das hipóteses).

⁵⁹ Em específico, Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 267-268.

⁶⁰ Desde já, com a mesma tese, A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 213 (os motivos reais da União Soviética era a manutenção do controlo sobre a Hungria e prevenir a perda de controlo em outros países da Europa Oriental).

⁶¹ Cf. Arthur Schoenfeld, “Soviet Imperialism in Hungary”, *FA*, v. 26, n. 3, 1948, pp. 554-566 (defendendo que a Hungria tinha sido transformada numa colónia soviética) (p. 554).

⁶² Com esta tese, Ferenc Vali, “Soviet Satellite Status and International Law. Based on the Hungary Experience”, *JAG Journal*, v. 15, 1961, pp. 169-172 (lembrando que a política externa desses países eram controlados por Moscovo no quadro de uma relação semi-colonial) (p. 170).

A segunda intervenção do duo dirigiu-se à Checoslováquia em 1967 por motivos muito semelhantes⁶³, ainda que com protagonistas internos diferentes. Visava-se pôr na ordem e reverter o socialismo democrático de Alexander Dubcek. A intervenção foi justificada com base no consentimento da Checoslováquia⁶⁴, no direito à legítima defesa⁶⁵, por ter sido realizada por uma organização regional⁶⁶ e, finalmente, para manter a esfera de influência soviética no quadro da doutrina presidencial soviética⁶⁷,

⁶³ Em geral sobre o caso, vide Henry Jackson, "The Soviet Invasion of Czechoslovakia and Its Impact on Nato: Does the Leopard Change his Spots?"; Raymond Konan, "The Invasion of Czechoslovakia: Precedents in American Legal Diplomacy for Socialist States' Claim of Right", *CorJIL*, v. 2, 1969, pp. 108-115; 143-166; Richard Goodman, "Invasion of Czechoslovakia: 1968", *IL*, v. 4, n. 1, 1969-1970, pp. 42-79; Kathryn Rider Schmeltzer, "Soviet and American Attitudes Towards Intervention: The Dominican Republic, Hungary, Czechoslovakia", pp. 116-122; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 224-226.

⁶⁴ Em relação à primeira razão, pode-se sempre referir que somente um governo legítimo que controla o território de um determinado país pode pedir auxílio a outro Estado para manter a ordem interna. Não parece que isso tenha ocorrido no caso checoslovaco. Afinal, a invasão deveu-se precisamente ao afastamento promovido por Alexander Dubcek em relação a Moscovo. Seja como for, as autoridades checas opuseram-se frontalmente à intervenção, classificando-a como uma agressão e violação ao direito internacional, o que descaracterizaria qualquer pretensão de existência de convite emitido pelas autoridades legítimas do país. Neste sentido, Richard Goodman, "Invasion of Czechoslovakia: 1968", pp. 61-63 (rejeitando a tese do convite), Raymond Konan, "The Invasion of Czechoslovakia: Precedents in American Legal Diplomacy for Socialist States' Claim of Right", p. 145 (o autor considera risível a alegação, chamando a atenção para uma anedota que se popularizou na Checoslováquia do período, de acordo com a qual à questão de se saber o que estavam a fazer os 600 mil soldados estrangeiros no seu país, respondiam "a procurar aqueles que os convidaram"), e Rein Mullerson, "Intervention by Invitation", Lori Fischer Damrosch & David Scheffer (eds.), *Law and Force in the New International Order*, Washington, ASIL, 1991, pp. 128-129; aliás, mesmo de acordo com os próprios pressupostos exigidos pela doutrina soviética para a validade da expressão do consentimento, diz-nos um abalizado especialista em Direito Soviético (William Butler, "Soviet Attitudes Towards Intervention" in: John Norton Moore (ed.), *Law and Civil War in the Modern World*, Baltimore, JHP, 1974, p. 391), a forma como foi feita seria, no mínimo, questionável, pois exigia-se ausência de pressão e que refletisse a escolha do povo.

⁶⁵ No que diz respeito à alegação de legítima defesa, não seria clássica, inexistindo ataque armado atual ou iminente. No mesmo sentido, Richard Goodman, "Invasion of Czechoslovakia: 1968", pp. 68-73.

⁶⁶ A legalização da invasão por via de um direito à intervenção de uma organização regional no seu próprio território com base na sua carta constitutiva. No entanto, já se viu que a Carta não permite qualquer operação militar de uma organização regional, com a exceção da legítima defesa coletiva, sem autorização preliminar do Conselho de Segurança (Cf. *Ibid.*, pp. 63-68).

⁶⁷ De todo o modo, a argumentação de legítima defesa do Pacto era mais sofisticada e mais inovadora, pois dizia respeito à legítima defesa do bloco socialista de desvios burgueses e contra-revolucionários, uma aplicação da Doutrina Brezhnev, que nessa altura já havia substituído de modo claro e inequívoco, pelo menos no que diz respeito ao uso da força dentro da comunidade comunista, o marketing da coexistência pacífica (v. uma apresentação sintética da doutrina da coexistência pacífica a partir de um prisma soviético em Victor Karpov, "The Soviet Concept of Peaceful Coexistence and Its Implication for International Law" in: Hans Baade (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, Dobbs Ferry, Oceana, 1965, pp. 14-20, e, em geral, Richard Erickson, *International Law and the Revolutionary State. A Case Study of the Soviet Union and Customary International Law*, Dobbs Ferry/Leiden; Oceana/Sijthoff, 1972, pp. 145-148), dificilmente acomodável, tanto histórica (neste sentido, cf. Warren Lerner, "The Historical Origin of the Soviet Doctrine of Peaceful Coexistence" in: Hans Baade (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, pp. 21-26) quanto conceitualmente (ver *Ibid.*, salientando a incompatibilidade natural entre a coexistência pacífica e a revolução global preconizada pelo bolchevismo), muito dificilmente acomodável com a política externa revolucionária da União Soviética (autores como Leon Lipson, "Peaceful Coexistence" in: *Ibid.*, pp. 27-37, destacam aquilo que é óbvio para qualquer observador das relações internacionais, o uso meramente retórico e estratégico da doutrina da coexistência pacífica pela prática soviética e a sua não aplicação às relações intra-socialistas). Em geral, cf. Raymond Konan, "The

mas nada disso, mormente o último argumento, eram compatíveis com o Direito Internacional e nem veio a ser⁶⁸.

O caráter humanitário desta intervenção pode ser descartado de imediato. Não foi invocada pelos Estados interventores⁶⁹ e tão pouco foi apercebida como tal, sendo, antes, uma intervenção hegemônica protagonizada por uma superpotência na sua zona de influência direta⁷⁰. A reação internacional segue estes padrões, apesar de não ter sido tão forte, com um veto soviético a evitar a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança e sem qualquer condenação formal na Assembleia Geral. As críticas resultaram de pronunciamentos de vários Estados do Bloco Ocidental, designadamente os Estados Unidos, bem como de alguns países não-alinhados⁷¹.

O rival da URSS, dentro do quadro do xadrez político do período, também não se coibiu de usar tais expedientes, fosse para evitar perder a sua influência no sudeste asiático, fosse para pôr em sentido eventuais tentativas de emancipação no seu ‘quintal’. O primeiro caso, umas das mais famosas e emblemáticas guerras da história recente da humanidade, a Guerra do Vietname (1964-1975) que teve como um dos protagonistas os Estados Unidos, começou oficialmente em 1964 quando Washington respondeu a um apelo do Vietname do Sul para lhes auxiliar a deter o avanço do Vietname do Norte⁷²,

Invasion of Czechoslovakia: Precedents in American Legal Diplomacy for Socialist States’ Claim of Right”, pp. 143-166 (encontrando, criticamente, a origem da Doutrina Brezhnev na Doutrina Monroe e na prática das intervenções norte-americanas na América Latina); Leon Romaniecki, “Sources of the Brezhnev Doctrine of Limited Sovereignty and Intervention”, *IsrLR*, v. 5, n. 4, 1970, pp. 527-541 (uma interessante, não obstante sucinta, análise da Doutrina Brezhnev na sua relação com a doutrina da coexistência pacífica e da revolução mundial, com outras teorias de intervenção em zonas de influência e com o direito internacional); Stephen Glazer, “The Brezhnev Doctrine”, *IL*, v. 5, 1971, pp. 169-179 (notando que a Doutrina Brezhnev viola flagrantemente a Carta das Nações Unidas e estabelecendo as suas distinções com a Doutrina Monroe e entre a intervenção da Checoslováquia pela União Soviética e a República Dominicana pelos Estados Unidos); Nicholas Rostow, “Law and the Use of Force by States: The Brezhnev Doctrine”, pp. 209-243 (um excelente estudo, que retrata as origens remotas da doutrina, relacionando-a com a teoria marxista do direito em geral e do direito internacional em particular e concluindo pela sua incompatibilidade com o direito internacional que regula o uso da força construído à volta da Carta das Nações Unidas); W.M. Reisman, “Old Wine in New Bottles: The Reagan and Brezhnev Doctrine in Contemporary Law and Practice”, *YJIL*, v. 13, 1988, pp. 171-198 (procede à análise das duas doutrinas sobre o uso da força pelas superpotências da Guerra Fria, à luz da sua evolução, e da sua compatibilidade com o Direito Internacional e com a Ordem Global).

⁶⁸ Veja-se o desenvolvimento desta questão em Richard Goodman, “Invasion of Czechoslovakia: 1968”, *passim*.

⁶⁹ Neste mesmo sentido, v. Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 64.

⁷⁰ Cf. A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 226 (sustentando que foi um típico caso de intervenção hegemônica para manter na linha um Estado subordinado que estava a desviar-se).

⁷¹ Em especial sobre este ponto, Kathryn Rider Schmeltzer, “Soviet and American Attitudes Towards Intervention: The Dominican Republic, Hungary, Czechoslovakia”, pp. 118-120.

⁷² Para considerações jurídicas gerais a respeito da intervenção americana no Vietname, cf. Quincy Wright, “Legal Aspects of the Viet-nam Situation”, *AJIL*, v. 60, n. 4, 1966, pp. 750-769; Neill Alford Jr., “The Legality of American Military Involvement in Vietnam: A Broader Perspective”; Richard Falk,

umas das partes consagrada provisoriamente pela Conferência de Genebra de 1954 que pôs fim ao domínio francês da Indochina⁷³.

As justificações jurídicas enunciadas pelo governo norte-americano estavam relacionadas com a legítima defesa coletiva, uma vez que o Vietname do Sul fora atacado pelo seu congénere do Norte, convite de governo⁷⁴ e até intervenção humanitária⁷⁵. As duas primeiras justificações – que, na prática, estão interligadas – à primeira vista pareceriam atestar a licitude do envio de militares norte-americanos ao Vietname, mas são mais complexas do que parecem⁷⁶. Existiam determinadas situações de perseguição e violação aos direitos humanos no Norte, não era comportamento exclusivo da sua parte, já que Diem, reprimiu duramente os partidários do Vietcong (a Frente Nacional de Libertação) e qualquer dissidência interna⁷⁷. Para além disso, os

“International Law and the United States Role in the Viet Nam War”, *YLJ*, v. 75, n. 7, 1966, pp. 1109-1121, 1122-1160; John Norton Moore, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Reply”,; Richard Falk, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Response to Professor Moore”, *YLJ*, v. 76, n. 6, 1967, pp. 1051-1094, 1095-1158; John Norton Moore, “Lawfulness of Military Assistance to the Republic of Viet-nam”, *AJIL*, v. 61, n.1, 1967, pp. 1-34; Wolfgang Friedmann, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Comment”, *AJIL*, v. 61, n. 3, 1967, pp. 776-785 (curiosamente salientando a irrelevância dos fatores jurídicos na Guerra do Vietname); John Norton Moore, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Response to Professor Friedmann”, *AJIL*, v. 61, n. 4, 1967, pp. 1039-1053; Eliot Hawkins “An Approach to Issues of International Law Raised by United States Action in Vietnam”; Leonard Meeker, “Viet-Nam and the International Law of Self-Defence” in: Richard Falk (ed.), *The Vietnam War and International Law*, Princeton, PUP, 1968, pp. 163-200, 318-332; Mathew Lippman, “Vietnam: A Twenty Year Perspective”, *DJIL*, v. 11, 1992-1993, pp. 325-421; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 120-128.

⁷³ Mathew Lippman, “Vietnam: A Twenty Year Perspective”, *DJIL*, v. 11, n. 2, 1993, pp. 325-421, faz uma excelente contextualização do acontecimento, recorrendo à história antiga do Vietname, a ocupação nipônica, ao relato da Guerra de Independência, o Acordo de Genebra de 1954, a ascensão de Diem ao poder, a criação e as ações da Frente de Libertação Nacional, o golpe de Estado que derrubou Diem e permitiu aos militares subir ao poder.

⁷⁴ O assessor jurídico do Departamento de Estado, Leonard Meeker, “Viet-Nam and the International Law of Self-Defence”, pp. 318-332, em texto publicado no período da guerra, enfatizou precisamente os aspectos ligados à legítima defesa coletiva e consentimento dos representantes legítimos de um Estado soberano, a República do Vietname. Para um debate específico sobre este ponto, cf. Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, Dordrecht, MN, 1993, pp. 65-66 (aceitando tendencialmente o caráter internacional do conflito e a legitimidade do convite do Governo Diem, e justificando as críticas de Estados terceiros a violações ao princípio da proporcionalidade e não na negação de base jurídica para usar a força).

⁷⁵ Quincy Wright, “Legal Aspects of the Viet-nam Situation”, p. 755, sugeriu esta possibilidade.

⁷⁶ O problema deriva do facto de não se saber ao certo se o Vietname do Sul era um Estado independente, pressuposto para considerar qualquer direito de requisitar auxílio para fazer face a uma ameaça externa e originar a legítima defesa coletiva. Alguns reputados internacionalistas do período, como Wolfgang Friedmann, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Comment”, pp. 784-785, estranhamente, face à literalidade do artigo 51 da Carta das Nações Unidas, puseram em causa o estatuto da legítima defesa em nome de outrem como uma modalidade acolhida pelo Direito Internacional e Quincy Wright, “Legal Aspects of the Viet-nam Situation”, p. 764, concluiu persuasivamente de que era uma guerra civil, portanto insuscetível de permitir intervenção externa e exercício de legítima defesa colectiva.

⁷⁷ Este aspeto foi bem salientado por internacionalistas que se opuseram – pelo menos a partir de um prisma jurídico – à intervenção dos Estados Unidos (v. Richard Falk, ““International Law and the United States Role in Viet Nam: A Response to Professor Moore”, pp. 1133-1134).

métodos de combate utilizados pelas forças armadas americanas no Vietname para se contrapor a um exército que utilizava táticas de guerrilha foi tudo menos humanitária⁷⁸.

A intervenção dos Estados Unidos na Guerra do Vietname estava claramente incluída no xadrez da Guerra Fria, daí ter sido apoiada pelo Bloco Ocidental e criticada pelo Comunista. Foi, acima de tudo, uma intervenção para evitar a propagação do comunismo no Sudeste da Ásia e o chamado efeito dominó⁷⁹. O facto de juridicamente parecer sustentável a alegação de legítima defesa coletiva e concomitantemente o convite de governo⁸⁰, não permite, por motivos óbvios, inferir que também se foi uma intervenção humanitária⁸¹, até porque nem as próprias autoridades americanas destacaram essa justificação⁸².

⁷⁸ O uso disseminado de desfolhantes químicos e a acções dirigidas à população vista como colaboracionista não deixou de desqualificar o humanitarismo dos interventores. Veja-se um relato comentado em Mathew Lippman, “Vietnam: A Twenty Year Perspective”, pp. 377-389.

⁷⁹ Com esta tese, veja-se igualmente Richard Falk, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Response to Professor Moore”, especialmente p. 1153 e ss (falando de uma oposição dogmática ao comunismo por parte dos Estados Unidos), e A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 127.

⁸⁰ Nomeadamente, parece-me existir: a) uma série de elementos que, no mínimo, garantiriam uma presunção de estatalidade à República do Vietname, na senda, aliás, das conclusões de vários intérpretes do caso, designadamente Eliot Hawkins “An Approach to Issues of International Law Raised by United States Action in Vietnam”, p. 177; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 127; John Norton Moore, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Reply”, p. 1055 e ss, e Neill Alford Jr., “The Legality of American Military Involvement in Vietnam: A Broader Perspective”, pp. 1112-1113; b) por conseguinte, a descartabilidade da tese da Guerra Civil, insuscetível de permitir a solicitação de auxílio a terceiros (v. igualmente John Norton Moore, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Response to Professor Friedmann”, p. 1048; c) mesmo que, por hipótese, se estivesse perante uma guerra civil, a intervenção de terceiros apoiando um dos beligerantes, não autorizaria o seu congénere a solicitar auxílio (para o caso concreto, cf. Ibid, p. 1049); d) ser defensável que a acumulação de ataques contra a República do Vietname de grupos diretamente dependentes de Hanói possa configurar ataque armado, nos termos do artigo 51 (no mesmo sentido, Neill Alford Jr., “The Legality of American Military Involvement in Vietnam: A Broader Perspective”, p. 1113 e ss, e John Norton Moore, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Reply”, pp. 1067-1080). Contra a tese da legalidade, por todos, Quincy Wright, “Legal Aspects of the Viet-nam Situation”, p. 757 e ss (partindo do princípio de que o Vietname, com fulcro no Acordo de Genebra, era um único país, conclui que era guerra civil entre dois beligerantes, portanto incapaz de permitir intervenção externa; ademais, mesmo que a situação fosse diferente em moldes a permitir o exercício de legítima defesa de outrem, não existiria qualquer ataque armado); Wolfgang Friedmann, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Comment”, pp. 776-785, em especial p. 786; Richard Falk, “International Law and the United States Role in the Viet Nam War”, pp. 1122-1160; id., “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Response to Professor Moore”, *passim* (sobretudo, por considerar a situação do Vietname, antes da intervenção norte-americana, como de guerra civil, num comentário que, estranhamente, desculpa todas os atos da República Democrática do Vietname enquanto condena os dos Estados Unidos).

⁸¹ Neste mesmo sentido, Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, pp. 64-65.

⁸² Ibid, pp. 64-65, corretamente, lembra que, a rigor, as declarações humanitárias, ocorridas no início da intervenção, não chegaram a ser transformadas em verdadeiros instrumentos jurídicos.

Em 1983, num contexto diferente, foi a vez da pequena ilha caribenha de Granada sofrer uma intervenção dos Estados Unidos⁸³. Foi empreendida contra um governo de inspiração marxista num momento de grave instabilidade interna causada por um golpe de Estado que causou a morte de alguns milhares de cidadãos americanos. Neste contexto, este país, acompanhados de nações caribenhas, invadiu a pequena ilha a 25 de outubro de 1983 e depôs o seu Governo Revolucionário. Paradoxalmente, a intervenção foi recebida entusiasticamente pela população⁸⁴. Em 1985, os Estados Unidos retiraram por completo o seu pessoal militar do país⁸⁵.

Os Estados Unidos apresentaram como justificação a proteção de nacionais, já que a) a vida e a integridade física de um número considerável de americanos que viviam na ilha estavam em perigo⁸⁶; b) a sovietação de Granada; c) o convite do

⁸³ Vide, em geral, Christopher Joyner, "Reflections on the Lawfulness of Invasion"; John Norton Moore, "Grenada and the International Double Standard"; Detlev Vagts, "International Law Under Time Pressure: Grading the Grenada Take-Home Examination", (The United States Action in Grenada), *AJIL*, v. 78, n. 1, 1984, pp. 131-144; 145-168; 169-172; A. M. Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 234-238; Olivier Audéoud, "L'Intervention Américo-Caraïbe à La Grenade", *AFDI*, v. 24, 1983, pp. 217-228; Laura Wheeler, "The Grenada Invasion: Expanding the Scope of Humanitarian Intervention", *BCI&CQ*, v. 8, n. 2, 1985, pp. 413-430; Louise Doswald-Beck, "Legal Validity of Military Intervention by Invitation of the Government", *BYIL*, v. 56, 1985, pp. 189-252, 236 (na perspetiva indicada no título e colocando dúvidas à real existência de convite) Michael Levitin, "The Law of Force and the Force of Law: Grenada, The Falkland, and Humanitarian Intervention", *HILJ*, v. 27, n. 2, 1986, pp. 621-657; Robert Beck, "International Law and the Decision to Invade Grenada: A Ten Year Retrospective", *VJIL*, v. 33, n. 4, 1983, pp. 765-817; John Quigley, "United States Invasion to Grenada. Stranger than Fiction", *UMIALR*, v. 18, n. 2, 1986, pp. 271-352 (discutindo pormenorizadamente as justificações oficiais dadas pelo Departamento de Estado); Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 303-310 (discutindo fundamentalmente a questão do convite do Governador Geral, cuja validade nega); Florentino Ruiz Ruiz, "Democratic Intervention: A Legal Analysis of Its Lawfulness", *IJIL*, v. 41, n. 3, 2001, pp. 393-394 (analisando o caso enquanto uma intervenção pró-democrática unilateral).

⁸⁴ *KRWE*. Granada, Jan. 1984.

⁸⁵ *Ibid.*, Mar. 1986.

⁸⁶ Vide Christopher Joyner, "Reflections on the Lawfulness of Invasion", p. 134; Olivier Audéoud, "L'Intervention Américo-Caraïbe à La Grenade", p. 223; John Quigley, "United States Invasion to Grenada. Stranger than Fiction", p. 275 (salientando que os Estados ficaram na ilha depois da evacuação dos seus nacionais e que, para além disso, depuseram os líderes das ilhas e alteraram o governo, o que não é muito compatível com a figura jurídica invocada); John Quigley, "United States Invasion to Grenada. Stranger than Fiction", p. 275 (salientando que os Estados ficaram na ilha depois da evacuação dos seus nacionais); Michael Levitin, "The Law of Force and the Force of Law: Grenada, The Falkland, and Humanitarian Intervention", pp. 649-650 (especialmente, e pertinentemente, chamando a atenção para o seguinte: mesmo se por hipótese a intervenção tivesse o objectivo de proteger a vida de americanos em Granada, o facto é que requisito da proporcionalidade não foi obedecido, na medida que a deposição do Governo não era necessária para proteger a vida dos cidadãos estado-unidenses da ilha); Stanimir Alexandrov, *Self-Defence Against the Use of Force in International Law*, The Hague, KL, 1996, p. 199 (dizendo que não seria justificável como forma de proteger os cidadãos americanos residentes na Ilha). Era difícil aceitar o argumento dos Estados Unidos por pelo menos duas razões: Primeiro, não havia atos ou ameaças que requerissem uso da força. Segundo, Granada permaneceu ocupada por meses, muito tempo depois da evacuação de nacionais americanos ter sido completada"); e International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 65, e aceitando a plausibilidade da alegação norte-americana, A. M. Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 236; John Norton Moore, "Grenada and the International Double Standard", pp. 149-150; Robert Beck, "International Law and the Decision to Invade

Governador-Geral (nomeado pela Grã-Bretanha), Sir Paul Scoon; d) a autorização da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais amparada no seu mecanismo de segurança coletiva; e) o direito à intervenção pró-democrática; f) proteção da população granadina, ou seja, intervenção humanitária.

Esta, que nos interessa em especial, foi apresentada pela Embaixadora Jeane Kirkpatrick em debates nas Nações Unidas⁸⁷ e sugerida pelo Presidente Reagan e por autoridades do Departamento de Estado, como o Secretário Adjunto Kenneth Dam⁸⁸. No entanto, as motivações humanitárias eram, na melhor das hipóteses, laterais, sem embargo dos efeitos positivos que terá gerado. Os Estados Unidos, na verdade, tinham dois objetivos principais com a invasão: o mais importante era derrubar um governo de tendências marxistas⁸⁹, fazendo parte da estratégia da Guerra Fria de evitar uma nova Cuba nas Caraíbas e de combater o comunismo, e muito secundariamente visava a proteção de nacionais americanos. A preocupação com nacionais granadinos foi negligenciável⁹⁰.

A reação de entidades e Estados que avaliaram a situação estão relacionados a percepção de que foi uma intervenção hegemónica numa pequena e indefesa ilha. Isso levou à condenação dos Estados Unidos na Assembleia Geral por maioria esmagadora de votos (108-9-27)⁹¹, e impeliu o país a utilizar o veto no Conselho de Segurança. Foi, não obstante, censurado por países neutros e até aliados⁹², especialmente a Grã-Bretanha⁹³, o que, de certo modo, retirou o peso ideológico na condenação da

Grenada: A Ten Year Retrospective”, p. 771 (lembrando que se justificava a preocupação com os cidadãos americanos em razão dos factos ocorridos no Irão alguns anos antes).

⁸⁷ Disse que a “proibição de uso da força na Carta das Nações Unidas é contextual, não absoluta. Ela garante justificação para o uso da força contra a força, na busca de outros valores como liberdade, democracia e paz (...) A Carta não requer que povos sejam submetidos ao terror, nem que os seus vizinhos fiquem indiferentes à sua terrorificação” (Citada por: Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 215).

⁸⁸ Ibid., pp. 215-216.

⁸⁹ Ver o estudo de Robert Beck, “International Law and the Decision to Invade Grenada: A Ten Year Retrospective”, pp. 812-816, demonstrando que o contexto de luta contra o comunismo na América Latina, uma das principais bandeiras da Administração Reagan, não deixou de ser determinante na decisão de invadir Granada.

⁹⁰ Vide: Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 83; A. M. Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 238.

⁹¹ AG/R/38/7 (Situação em Granada), 2/11/83, paras. 3-7.

⁹² Cf.: International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 65.

⁹³ A Primeira Ministra Margaret Thatcher, dirigindo-se aos americanos disse: “Se vocês vão estabelecer uma nova regra segundo a qual, em qualquer lugar que o comunismo domine, os Estados Unidos deverão intervir então teremos guerras realmente terríveis no mundo” (KRWE, Granada, Jan. 1984).

intervenção⁹⁴. Pode-se, por tudo o que se foi salientando, descartar este caso como um antecedente de intervenção humanitária⁹⁵, não sendo as teses em contrário muito convincentes⁹⁶.

Em 1989, ocorreu uma nova intervenção no continente americano, desta feita contra o Panamá⁹⁷, país governado, de facto, pelo General Noriega, que vinha recusando aceitar a transmissão do poder ao vencedor das eleições democráticas. Depois da bem sucedida operação militar com vinte mil efetivos, conseguiram garantir o controlo sobre o país pouco tempo depois, instalar Endara no governo e proceder à detenção e à extradição do militar⁹⁸.

Comprometendo-se a retirar o exército do país no ano seguinte, o Presidente Bush justificou a intervenção alegando que o seu país havia agido para restaurar a democracia, proteger o Canal do Panamá, salvar a vida de cidadãos americanos e levar Noriega a julgamento⁹⁹, posição reiterada e sistematizada pouco tempo depois pelo

⁹⁴ Defensores da intervenção como John Norton Moore, "Grenada and the International Double Standard", pp. 167-168, reclamaram que a condenação se deveu à perseguição que os Estados Unidos sofriam seguidamente dos países do terceiro mundo e do bloco comunista nas instituições internacionais.

⁹⁵ Christopher Joyner, "Reflections on the Lawfulness of Invasion", p. 135.

⁹⁶ Mesmo inexistindo violações massivas aos direitos humanos em Granada no período da intervenção, ela poderia legitimar-se por ter precisamente evitado que isso viesse a acontecer. Neste sentido, Laura Wheeler, "The Grenada Invasion: Expanding the Scope of Humanitarian Intervention", pp. 423-426 (apesar de, não obstante conscientemente, não diferenciar intervenção humanitária unilateral de uma intervenção para proteger nacional no estrangeiro, e materialmente aplicar esta última modalidade ao caso de Granada); Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 219-220. Porém, esta tese parece ser exagerada e não consta que existam evidências de que os Estados aceitariam uma intervenção humanitária preventiva quando o estatuto de uma repressiva ainda não está consolidado (à época, pelo menos).

⁹⁷ Sobre aspetos gerais da legalidade da intervenção, vide: Ved Nanda, "The Validity of United States Intervention in Panama Under International Law"; Tom Farer, "Panama: Beyond the Charter Paradigm"; Anthony D'Amato, "The Invasion of Panama was a Lawful Response to Tyranny", *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990 (US Forces in Panama: Defenders, Aggressors or Human Rights Activists?), pp. 495-503, 503-515, 516-524; Jennifer Miller, "International Intervention – The United States Invasion of Panama", *HILJ*, v. 31, 1990, pp. 633-646; David Scheffer, "Use of Force After the Cold War: Panama, Iraq, and the New World Order" in: *Right v. Might. International Law and the Use of Force*, New York, CFR, 1991, pp. 109-172; Abraham Sofaer, "The Legality of the United Nations Action in Panama"; Louis Henkin, "The Invasion of Panama under International Law: a Gross Violation", *CJTL*, v. 29, n. 2, 1991, pp. 281-292, 293-317; Ruth Wedgwood, "The Use of Armed Force in International Affairs: Self-Defense and the Panama Invasion", *CJTL*, v. 29, n. 3, 1991, pp. 609-628; Simon Chesterman, "Rethinking Panama: International Law and the US Invasion of Panama" in: Guy Goodwin-Gill & Stefan Talmon (eds.), *The Reality of International Law. Essays in Honour of Ian Brownlie*, Oxford, Clarendon, 1999, pp. 57-94; A. M. Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 238-240; Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 310-318. As questões a envolver o Direito Internacional Humanitário foram tratadas por John Embry Parkerson, "United Nations Compliance with Humanitarian Law Respecting Civilians during Operation Just Cause", *MILLR*, v. 133, 1991, pp. 31-81.

⁹⁸ *KRWE*, Panamá, Dec. 1989.

⁹⁹ Ver as declarações do Presidente George Bush reproduzidas em Marian Nash Leich, "Contemporary Practice of the United States Relating to International Law", *AJIL*, v. 84, n. 2, 1990, pp. 546-547 ("As ameaças e ataques imprudentes do General Noriega a cidadãos americanos no Panamá criaram um perigo iminente para a vida dos 35 mil cidadãos americanos do Panamá. Na qualidade de Presidente tenho o dever supremo de salvaguardar a vida de cidadãos americanos. Foi por isso que comandeí as nossas

Departamento de Estado¹⁰⁰. A invocação de intervenção humanitária unilateral foi dúbia no caso concreto¹⁰¹.

As reações da comunidade internacional foram muito mais brandas e menos categóricas do que no caso de Granada¹⁰², provindo essencialmente da América Latina, da África, da Ásia e do bloco soviético. Uma proposta de resolução condenatória não só foi vetada pelos Estados Unidos, como também por outros Estados que alegaram não poderem defender o regime ilegítimo de Noriega. Na Assembleia Geral, apesar de ‘condenados’¹⁰³, os Estados Unidos saíram com uma pequena vitória, pois sessenta países não votaram favoravelmente à resolução e desta vez a maioria dos Estados europeus e demais aliados tradicionais apoiaram-nos e a linguagem condenatória não foi tão dura quanto em outras ocasiões.

Apesar de teses em contrário¹⁰⁴, e sem qualquer avaliação da sua licitude geral¹⁰⁵, o valor precedencial do caso do Panamá é, na melhor das hipóteses¹⁰⁶, reduzido, porque

forças armadas no sentido de proteger as vidas de cidadãos americanos e levar Noriega à Justiça nos Estados Unidos. (...). Estou completamente comprometido com o Tratado do Canal do Panamá e devolver o Canal em 2000. As acções que empreendemos e o novo regime democraticamente eleito permitir-nos-honrar esse compromisso. (...). Optei por esta via depois de ter chegado à conclusão de que qualquer outra estava bloqueada e de que a vida de americanos estava em perigo. Espero que o povo do Panamá deixe para trás esse obscuro período de ditadura e sigam juntos como cidadãos de um Panamá democrático com esse governo que eles próprios elegeram”).

¹⁰⁰ De acordo com o Departamento de Estado: “1) proteger vidas americanas; 2) auxiliar um governo democraticamente eleito a cumprir as suas obrigações internacionais; 3) deter o General Noriega, acusado por tráfico de drogas; 4. defender integralmente os direitos dos Estados Unidos estabelecidos nos Tratados do Canal do Panamá” (Marian Nash Leich, “Contemporary Practice of the United States Relating to International Law”, p. 547).

¹⁰¹ Apesar da ausência de recurso inicial à doutrina da intervenção humanitária, pouco depois Abraham Sofaer, assessor jurídico do Departamento de Estado, veio a público dizer, na reunião anual da Sociedade Americana de Direito Internacional, que havia aconselhado a ação fundamentando a sua legalidade na doutrina da intervenção humanitária. Algo confusamente, argumentou: “Os Estados Unidos não aceitam a noção de que um Estado tenha o direito a usar a força para depor um ditador de um outro Estado, por mais louco e cruel que ele seja. O respeito substancial que é dado à doutrina da intervenção humanitária, porém, reflete a realidade de que a promoção dos direitos humanos e da auto-determinação democrática são objetivos legítimos do nosso sistema internacional. O Panamá representou um caso forte de intervenção humanitária” (Abraham Sofaer, “Self-Determination and Intervention in Panama. Remarks”, *ASILProceedings* v. 84, 1990, p. 184 e ss).

¹⁰² Partilha desta mesma conclusão, Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, p. 314.

¹⁰³ AG/R/44/240 (Efeitos da Intervenção Militar dos Estados Unidos no Panamá sobre a Situação na América Central), 29/12/89 (dizendo que foi uma violação flagrante do Direito Internacional e da independência, soberania e integridade territorial, exigindo a retirada das forças invasoras do país) (Texto disponível em:

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/549/99/IMG/NR054999.pdf?OpenElement>, acesso a 4 de agosto de 2008).

¹⁰⁴ Em 1990, alguns renomados internacionalistas norte-americanos chamaram a atenção para o impacto positivo da intervenção para a proteção dos direitos humanos (Anthony D’Amato, “The Invasion of Panama was a Lawful Response to Tyranny”, p. 516).

¹⁰⁵ Ved Nanda, “The Validity of United States Intervention in Panama Under International Law”, pp. 496-502; Tom Farer, “Panama: Beyond the Charter Paradigm”, pp. 506-513, rejeitam a compatibilidade da intervenção com o Direito Internacional.

¹⁰⁶ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 83.

a defesa dos direitos humanos foi um objetivo bastante lateral na decisão de intervir. Não aconteciam violações generalizadas aos direitos humanos e nem um número significativo da população tinha os seus direitos à vida e integridade física ameaçados. É mais viável a sua utilização como precedente de mecanismos de garantia de tratados¹⁰⁷, proteção de nacionais¹⁰⁸ ou de promoção da democracia¹⁰⁹ ou ainda de uma intervenção hegemónica para depor um líder que se tinha incompatibilizado com os Estados Unidos¹¹⁰.

Quando não eram os Estados Unidos, eram os seus acólitos a recorrer à força nas suas respetivas zonas de influência. Assim, em 1975, a Indonésia invadiu Timor Leste, antiga colónia portuguesa a 7 de dezembro¹¹¹. Estabeleceu uma administração provisória e em seguida incorporou a parte oriental ao seu território como uma província. O país aproveitou-se das fragilidades da potência colonial, Portugal, e os diferentes objetivos políticos das diversas facções locais (a FRETILIN, Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, a APODETI, Associação Popular Democrática de Timor, e a UDT, União Democrática Timorense), algumas pretendendo a independência total, outras algum tipo de associação com Portugal. A FRETILIN, que, entretanto, conseguiu ter algum ascendente sobre os rivais, declarou a independência a 28 de novembro.

¹⁰⁷ Para uma interpretação do direito a usar a força para proteger o canal, veja-se Harold Maier, "The Right to Defend the Panama Canal", *GJI&CL*, v. 13, 1983, pp. 217-224, em contribuição escrita ainda antes da intervenção de 1989, que concluiu pela inexistência de um direito dos Estados Unidos "entrar no Panamá para proteger o Canal com base nas disposições convencionais vigentes (...)" (p. 223)).

¹⁰⁸ Discutindo e negando tal justificação, Stanimir Alexandrov, *Self-defence Against the Use of Force in International Law*, pp. 201-202 (dizendo que a reação negativa tinha a ver com a sua perceção de ausência de perigo iminente para os cidadãos americanos).

¹⁰⁹ Para discussões nesta perspetiva, Florentino Ruiz Ruiz, "Democratic Intervention: A Legal Analysis of Its Lawfulness", pp. 395-396. Embora aqui claramente na modalidade de intervenção para proteger a democracia e não como intervenção para imposição de regime democrático, já que as forças interventoras fizeram questão de salientar que tiveram a anuência do governo legítimo do Panamá, liderado por Endara, sem o qual a doutrina da intervenção pró-democrática não poderia servir como base reconhecida pelo direito internacional (v. a argumentação do Departamento de Estado reproduzida em Marian Nash Leich, "Contemporary Practice of the United States Relating to International Law", pp. 547-548: "Consultamos com o governo democraticamente eleito do Panamá que Noriega manteve ilegalmente fora de funções e eles nos indicaram que a nossa intervenção seria bem-vinda (...) Os Estados Unidos não agiram para instalar qualquer governo. Os panamianos escolheram o seu governo no dia 7 de maio [de 1989]. Todos os observadores internacionais credíveis certificaram que o Presidente Endara foi eleito por uma maioria esmagadora").

¹¹⁰ A. M. Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, p. 239.

¹¹¹ Vide Roger Clark, "The 'Decolonization' of East Timor and the United Nations Norms on Self-Determination and Aggression", *YJWPR*, v. 7, n. 1, 1980, pp. 2-44; Paula Escarameia, *Formation of Concepts in International Law. Subsumption under Self-Determination in the Case of East Timor*, Lisboa, FO, 1993; Richard Burchill, "The ICJ Decision in the Case Concerning East Timor: The Use of Force Validated?", *JCSL*, v. 2, n. 1, 1997, pp. 1-22; Jani Purnawanty, "Various Perspectives in Understanding the East Timor Crisis"; Roger Clark, "East Timor, Indonesia, and the International Community", *TI&CLJ*, v. 14, n. 1, 2000, pp. 61-73, 75-87, e Thomas Grant, "East Timor, the U.N. System, and Enforcing Non-Recognition in International Law", *VJTL*, v. 33, n.2, 2000, pp. 273-310.

Foram usadas diversas justificações para legitimar a intervenção, designadamente legítima defesa, alegando que o território da Indonésia era atacado por bandos vindos da parte oriental, o que dificilmente era compaginável com a limitada abrangência do direito à legítima defesa nesse período¹¹², convite de forças timorenses, o que também era pouco credível atendendo as regras que presidem a intervenção em guerras civis¹¹³, manutenção da segurança regional; necessidade de conter o avanço do comunismo na Ásia, e, imagine-se, intervenção humanitária.

As bases para essa invocação eram muito frágeis, porque não existia uma situação humanitária grave que amparasse a intervenção e também a verdade é que os problemas dessa natureza foram criados pela própria potência interventora, causando a morte de milhares de timorenses¹¹⁴. Por fim, dificilmente se aceitaria que uma intervenção humanitária culminasse com anexação do território objeto da operação militar na região. Por estes motivos, dificilmente se pode considerar a invasão indonésia de 1975 como uma intervenção humanitária¹¹⁵, mas ao invés como uma agressão de uma potência regional contra um pequeno território vizinho que queria anexar, negando-lhe o direito à autodeterminação¹¹⁶.

Com início no mesmo ano e em contexto similar de descolonização, mas no continente africano, acontece uma intervenção da África do Sul em Angola (1975-1976)¹¹⁷. A potência colonial, Portugal, não tinha capacidade e, sobretudo, vontade para intervir na sequência da independência, num momento em que os agrupamentos

¹¹² Veja-se, neste sentido, Roger Clark, “The ‘Decolonization’ of East Timor and the United Nations Norms on Self-Determination and Aggression”, p. 37.

¹¹³ Neste mesmo sentido, cf. Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 108-109. De um ponto de vista jurídico, a administração, bem ou mal, estava a cargo de Portugal e este país não só não requisitou a intervenção como a ela se opôs consistentemente desde 1975 até à independência do país. Críticas relativas à legitimação pelo consentimento timorense avançada pela Indonésia são igualmente encontradas em Richard Burchill, “The ICJ Decision in the Case Concerning East Timor: The Use of Force Validated?”, pp. 9-10.

¹¹⁴ Para desenvolvimentos sobre este ponto, cf. Roger Clark, “Does the Genocide Convention Goes Far Enough? Some Thoughts on the Nature of Criminal Genocide in the Context of Indonesia’s Invasion of East Timor”, *ONULR*, v. 8, n. 2, 1981, pp. 321-328 (discutindo particularmente se as violações aos direitos humanos em Timor Leste ascendiam a um genocídio com base na pressuposição de que as primeiras eram indiscutíveis e atribuíveis *in totum* à Indonésia).

¹¹⁵ Ver Richard Burchill, “The ICJ Decision in the Case Concerning East Timor: The Use of Force Validated?”, pp. 10-11 (destacando que os problemas humanitários e de graves violações maciças aos Direitos Humanos surgiram precisamente com a repressão indonésia depois da invasão).

¹¹⁶ Para discussões, A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 247-251 (classificando-a entre as guerras neocoloniais, não obstante notando a anuência da maioria dos membros da comunidade internacional com a anexação); Thomas Grant, “East Timor, the U.N. System, and Enforcing Non-Recognition in International Law”, pp. 273-310.

¹¹⁷ Sobre o caso, em geral, v. Fernando Andressen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War. Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, New York, StMP, 1998, A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 200-202; Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 284-289.

político-militares angolanos¹¹⁸, apoiados normalmente por potências externas¹¹⁹, lutaram pelo poder nessa região da África Austral. Foi neste contexto que o regime racista com capital em Pretória interveio em 1975 em apoio à UNITA, alegando, *inter alia*¹²⁰, preocupações humanitárias com a população angolana submetida alegadamente a abusos por parte do MPLA e convite do soberano territorial, justificações claramente inverosímeis e pouco credíveis. Não porque não se observaram as atrocidades atribuídas pelo MPLA, mas, sobretudo, porque as motivações da África do Sul eram claramente estratégicas e ideológicas, como eram as dos outros participantes externos, designadamente, de forma direta, Cuba e Zaire, e indireta, União Soviética e Estados Unidos¹²¹.

Como sustentam vários intérpretes¹²², o que a África do Sul pretendia era proteger a sua estabilidade interna criando um cordão sanitário à volta do seu território composto por Estado dependentes ou abertos às suas política internas e negar refúgio aos grupos que a combatiam, designadamente o Congresso Nacional Africano ou a SWAPO da Namíbia, que, aliás, já tinham proporcionado várias incursões militares nos países vizinhos, regra geral, justificados no quadro da legítima defesa. Por todos esses motivos, é um caso que também deve ser terminantemente afastado como intervenção humanitária¹²³. Ademais, em face do triste regime segregacionista que patrocinava internamente, ostracizado já na altura por grande parte da comunidade internacional, muito dificilmente seria admitida tal.

O violento conflito civil, contendo a habitual dose de massacres e morticínio generalizado da população, bem como fluxos de refugiados e deslocados internos, opunha uma pluralidade de atores internacionais e internos, nomeadamente o Governo do país, milícias sunitas, xiitas (o *Hezbollah*) e cristãs, bem como, em particular, as

¹¹⁸ Designadamente, o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola).

¹¹⁹ Cf., e.g., Fernando Andressen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War. Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, *passim*, e, mais resumidamente, Mike Hoover, "The Laws of War and the Angolan Trial of Mercenaries: Death to the Dogs of War", *CWRILJ*, v. 9, 1977. pp. 323-327.

¹²⁰ O caso tem sido igualmente discutido em sede de intervenção a convite, sendo igualmente rejeitada a sua legalidade com estas bases (v. Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 60-61).

¹²¹ Veja-se A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 202 ("o período da guerra civil foi marcado por intervenções externas abrangentes justificadas principalmente por referência aos seus próprios interesses"), e as conclusões do estudo político-estratégico de Fernando Andressen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War. Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, *passim*.

¹²² Cf. *Ibid.*, cap. 5 (chamando a atenção para o carácter estratégico da intervenção de uma hegemonia regional).

¹²³ Neste sentido, Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 65.

forças armadas de Israel, o Irão e a Síria¹²⁴. Foi precisamente o país liderado por Hafez Al-Assad que em 1976 interveio no Líbano¹²⁵ utilizando, dentre outras justificações, a ideia de que seria um caso de intervenção humanitária unilateral legítimo¹²⁶, argumento ao qual se acrescentou o principal e mais exato de ela ter sido solicitada por vários dos intervenientes no conflito¹²⁷. Por este motivo e pelo facto de os objetivos de Damasco no Líbano não terem nada de humanitário, mas visarem, sobretudo, garantir a materialização de interesses nacionais associados a um espaço privilegiado de influência, onde desejavam penetrar e controlar¹²⁸. Neste sentido, não houve, como é natural, a aceitação deste argumento utilizado pelos interventores para participarem nesta guerra civil, numa intervenção que, a prazo, se tornou extremamente controversa em razão da permanência das forças Sírias, as quais só saíram do território libanês em 2005.

Num contexto anacrónico, mas em crescendo, a sucessora da União Soviética, a Federação Russa, orquestrou duas intervenções nos países vizinhos, numa zona que considera sua esfera de influência, da qual resultaram perdas territoriais assinaláveis. O primeiro caso envolveu uma intervenção na Geórgia em agosto de 2008¹²⁹. Moscovo sustentou que fora uma operação de manutenção da paz, com fulcro em resoluções do Conselho de Segurança e por um acordo de 1993, porém estas dificilmente autorizariam por si só o tipo de operação empreendida. Para além disso, sustentou-se que havia base para invocar legítima defesa em razão do ataque das forças armadas da Geórgia aos seus

¹²⁴ Cf. especificamente Naomi Weinberger, *Syria Intervention in Lebanon: The 1975-1976 Civil War*, New York, OUP, 1986, e, para o contexto, Sandra MacKey, *Lebanon. A House Divided*, New York, Norton, 1989.

¹²⁵ Cf. especificamente Naomi Weinberger, *Syria Intervention in Lebanon: The 1975-1976 Civil War*, *passim*.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 209, aponta que o Primeiro-Ministro apresentou, logo a seguir à intervenção, que ela se justificara por sentimentos nacionalistas e humanitários face ao desespero da população civil do Líbano que se materializou na sequência de pedido feito por esta feito à Síria.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 6.

¹²⁸ Seguir A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 155-158.

¹²⁹ No geral, Noelle Shanahan Cutts, “Enemies Through the Gates: Russia Violation of International Law in Georgia/Abkhazia Conflict”, *CWRJIL*, v. 40, n. 1-2, 2008, pp. 281-310; Sabrina Robert-Cuendet, “Aspects historiques et juridiques de la crise d’août 2008: Des conflits interethniques à la guerre ouverte avec la Russie”, *AFDI*, v. 54, 2008, pp. 173-195; Nicolai Petro, “Legal Case for Russia Intervention in Georgia”, *FJIL*, v. 32, n. 5, 2009, pp. 1524-1549; Kristi Land, “Legal Aspects of the Conflict in Georgia and Post-Conflict Developments”, *EMRAY*, 2008-2009, pp. 49-56; Roy Allison, “The Russian Case for Military Intervention in Georgia: International Law, Norms, and Political Calculation”, *ES*, v. 18, n. 2, 2009, pp. 173-200; Robert Chatham, “Defence of Nationals Abroad: The Legitimacy of Russia’s Invasion of Georgia”, *FJIL*, v. 23, n. 1, 2011, pp. 75-102; para uma posição georgiana, ‘Statement of the International Law Institute of the Faculty of Academia Ivane Javakhishvili Tbilisi State University, ‘And Again: Aggression, Intervention and Occupation of Georgia aimed at Razing the Sovereignty and Territorial Integrity of the Country’ in: Levan Alexide, *International Law and Georgia. From Antiquity to Present*, Tbilissi, TSU, 2012, v.I, pp. 559-575.

Peacekeepers, todavia o requisito da proporcionalidade e dificilmente seria compatível com o que aconteceu nesta situação¹³⁰; o Kremlin defendeu, ademais, que se justificavam como uma intervenção para a salvaguarda de nacionais em perigo no estrangeiro, com base num conceito largo de proteção da diáspora russa e russófona¹³¹, que integra o conceito estratégico de defesa nacional do país¹³². A um olhar externo, o argumento é complicado porque, para além de outras condições estarem ausentes ou não serem muito claras¹³³, a maioria desses cidadãos eram ossétios, portanto Geórgios, e receberam a nacionalidade na sequência de atos unilaterais da Rússia¹³⁴ contestados por Tbilissi, portanto em certa medida estariam a beneficiar da sua própria torpeza¹³⁵.

A Federação também deu a entender que a intervenção seria justificada para proteger a população local do genocídio e da limpeza étnica promovida pelos

¹³⁰ Não parece que a invasão em larga escala promovida por Moscovo, o bombardeamento fora de área conscientemente desenvolvido ou a promoção da secessão e o reconhecimento da independência das regiões, é compatível com esse pressuposto do exercício do direito, mais ainda por ter sido o resultado de uma força de interposição com poderes limitados de imposição da paz (cf. em especial o estudo de Noelle Shanahan Cutts, "Enemies Through the Gates: Russia Violation of International Law in Georgia/Abkhazia Conflict", pp. 281-310).

¹³¹ Veja-se, por exemplo, Pal Kolsto, "Territorialising Diasporas: the Case of Russians in the Former Soviet Republics", *Millenium*, v. 28, n. 23, 1999, pp. 607-631.

¹³² Mesmo a doutrina militar, ainda que de forma menos clara do que a que está actualmente em vigor já o previa ("safeguarding the security of Russian Federation citizens and protecting them from military threats"). Ver 'Russia's Military Doctrine 2000' [22 April 2000], I, para. 7, disponível em <http://igcc.ucsd.edu/assets/001/502378.pdf>, acesso a 30 de abril de 2015.

¹³³ A ameaça iminente, além disso, nunca chegou a ser comprovada, muito embora aparentemente seja correto afirmar que os georgianos usaram força total quando carregaram sobre Tskhinvali. No entanto, de outra parte, existem informações que, por iniciativa dos russos, mulheres, crianças e idosos já haviam sido evacuados para a Ossétia do Norte, na Rússia, o que afastaria qualquer necessidade de intervenção das forças armadas russas. Finalmente, pode-se facilmente concluir que se o objetivo era proteger os cidadãos russos, a intervenção russa foi, além de desnecessária pelos factos atrás mencionados, igualmente desproporcional. A menos que estivesse em curso uma demanda concreta para a alteração do direito vigente nessa matéria, não parece que o direito internacional contemporâneo admita mais do que uma operação cirúrgica para resgatar nacionais e a retirada imediata do território intervenido. Não abarca, com toda a certeza, ocupação e desmilitarização de território e muito menos apoio a declarações de independência. Por conseguinte, a justificação russa de uso da força para proteger nacional em perigo no estrangeiro tem reduzido amparo legal internacional. Veja-se igualmente sobre o argumento russo, Robert Chatham, "Defence of Nationals Abroad: The Legitimacy of Russia's Invasion of Georgia", pp. 75-102, que o rejeita integralmente.

¹³⁴ O caso mais flagrante das ex-Repúblicas Soviéticas é o da Ucrânia, mas, tirando a legislação mais liberal da Rússia, praticamente todos os outros Estados, incluindo a Geórgia têm leis da nacionalidade extremamente restritivas, precisamente para evitar situações de lealdade repartida dos seus cidadãos de origem russa e de tentativa de criação de uma identidade nacional pós-soviética comum (sobre esta questão, por todos, veja-se Victoria Kozyr, "Dual Citizenship Law of Ukraine in Historical and International Contexts", *TL&CP*, v. 6, n. 3, 2007, pp. 1057-1088), que se aplica, naturalmente, aos casos relatados infra.

¹³⁵ Por exemplo, v. S. Neil MacFarlane & Albrecht Schnabell, *Russia's Approaches to Peacekeeping*, *IJ*, v. 50, n. 2, 1995, pp. 311- 312, e John Quigley, "Russian Minorities in the Newly Independent States", *ILSA-JI&CL*, v. 3, n. 2., 1997, pp. 461-462, que já avançavam, com base em declarações proferidas na década de noventa por responsáveis russos e documentos de estratégia e política externa, a possibilidade de intervenção russa para proteção dos seus nacionais no estrangeiro. Atente-se para o facto de que, em diversas situações, ocorreram abusos generalizados contra minorias russas, que justificariam medidas mais enérgicas por parte de Moscovo.

geórgios¹³⁶, o que parece ser exagerado. Não se diz que não era a intenção de Tbilissi resolver a questão da Ossétia, mas se foi, não se materializou. O avanço geórgio começou a ser parado praticamente no mesmo dia, o que inviabilizava o cometimento de violações aos direitos humanos em larga escala. Outra hipótese seria se se estivesse a empreender uma intervenção humanitária preventiva¹³⁷, isto é, para evitar que atrocidades iminentes ou potenciais viessem a ocorrer. A questão é que se a utilização desta figura em situações clássicas já é controversa, nos casos em há mera expectativa de violações aos direitos humanos é ainda mais problemática. Daí que não nos parece desajustado concluir que a alegação de intervenção humanitária neste caso não passou de um pretexto e como tal foi entendido pela comunidade internacional. Aliás, quem aparentemente encetou uma campanha de limpeza étnica nas províncias independentistas foram as forças armadas russas e os milicianos que as acompanhavam: varreram a Ossétia do Sul de georgianos¹³⁸.

A reação da comunidade internacional foi negativa, muito embora não se conheçam posições institucionais dos órgãos políticos das Nações Unidas, com críticas por parte dos Estados Unidos¹³⁹ e a Grã-Bretanha, Países do Leste da Europa, recentemente integrados à OTAN ou à UE ou a elas pretendentes, como os Estados Bálticos, a Polónia e a Ucrânia e os Países nórdicos também se opuseram, como em geral, boa parte da Europa. Assim, com a exceção de poucos países – Venezuela, Nicarágua e Nauru¹⁴⁰ – poucos Estados apoiaram explicitamente a Rússia. Nem mesmo prováveis aliados da aliança militar da Ásia Central – a Organização para a Cooperação de Shanghai – da qual faz parte a China, quiseram associar-se ao ataque.

Longe das motivações humanitárias ou defensivas alegadas e da tentativa de adequação a normas jurídicas internacionais e precedentes¹⁴¹, a operação russa na

¹³⁶ Discute-a nesta perspectiva e positivamente, Nicolai Petro, “Legal Case for Russia Intervention in Georgia”, *passim*, e Gregory Hafkin, “The Russian-Georgian War of 2008: Developing the Law of Unauthorized Humanitarian Intervention After Kosovo”, *BUIJL*, v. 28, n. 1, 2010, pp. 219-239.

¹³⁷ Também defendida por *Ibid.*, p. 1545, salientando a iminência de uma limpeza étnica dos ossétios promovida pela Geórgia.

¹³⁸ Descredibilizando qualquer invocação de humanitarismo, como muito bem lembra James Sherr, “Culpabilities and consequences”, p. 4.

¹³⁹ Especificamente, ‘U.S. Statements Responding to Russia's Intervention into Georgia and Recognition of South Ossetia and Abkhazia’, *AJIL*, v. 103, n. 1, 2009, pp. 138-140.

¹⁴⁰ Que reconheceram a independências das dessas entidades (‘Abkhazia Is Recognized — by Nauru’, *NYT*, December 15, 2009, disponível em:

http://www.nytimes.com/2009/12/16/world/europe/16georgia.html?_r=0, acesso a 23 de maio de 2015.

¹⁴¹ Especialmente, Roy Allison, “The Russian case for military intervention in Georgia: international law, norms and political calculation”, *ES*, v. 18, n. 2, 2009, pp. 173-200.

Geórgia não foi mais do que a manifestação hegemónica de uma ex-superpotência¹⁴² apostada em manter a esfera tradicional de influência e a sua coesão interna¹⁴³, dentro de um contexto político que vários analistas já chamavam antes do conflito de agosto de 2008, de “Nova Guerra Fria”¹⁴⁴, uma nova etapa de uma disputa com os fantasmas do Kosovo por detrás¹⁴⁵, e num quadro de conflitos latentes com uma Geórgia apostada em aproximar-se do Ocidente e das suas instituições¹⁴⁶ e com a qual vinha tendo disputas sobre várias questões.

Na sequência deste contexto, o conflito velado entre a Rússia e os Estados Unidos¹⁴⁷, seis anos mais tarde, em 2014, foi a vez da Ucrânia. Mais uma vez, a intervenção teve como pano de fundo tentativas da nova liderança ucraniana que se seguiu à deposição do corrupto e incompetente regime do Presidente Yanukovitch¹⁴⁸, aliado de Moscovo¹⁴⁹, de aproximar-se dos Estados Unidos e da Europa, depois do afastamento que tinha ocorrido nos últimos anos, na sequência do fracasso da Revolução Laranja e das lideranças de Viktor Yushenko e Yulia Timushenko¹⁵⁰.

Num país dividido entre impulsos europeístas e de manutenção na esfera russa¹⁵¹, as autoridades que assumiram o poder na Ucrânia depois da revolução popular chamada de *euro maidan*¹⁵² integravam um misto de políticos liberais da oposição, revolucionários, pragmáticos, nacionalistas e até extremistas unidos contra a Rússia. Traziam à memória períodos mais sombrios da história dos dois países e agravos

¹⁴² Ted Hopf, “Identity, legitimacy, and the use of military force: Russia’s Great Power identities and military intervention in Abkhazia”, *RIS*, v. 31, 2005, pp. 225–243.

¹⁴³ Mikhail Phillipov, “Diversionary Role of the Georgia–Russia Conflict: International Constraints and Domestic Appeal”, *EAS*, v. 61, n. 10, 2009, pp. 1825–1847.

¹⁴⁴ E.g., Richard Sakwa, “‘New Cold War’ or Twenty Years’ Crisis?: Russia and International Politics”, *IA*, v. 84, n. 2, 2008, pp. 241–267.

¹⁴⁵ Vide, fazendo, esta relação, Aidan Hehir, “Independence, Intervention and Great Power Patronage: Kosovo, Georgia and the Contemporary Self-Defence Penumbra”, *ALF*, v. 1, n. 2, 2009, pp. 89–100, e Gregory Hafkin, “The Russian-Georgian War of 2008: Developing the Law of Unauthorized Humanitarian Intervention after Kosovo”, *passim*.

¹⁴⁶ Cf. Travis Bound & Ryan Hendrickson, “Georgian Membership in NATO: Policy Implications of the Bucharest Summit”, *JSMS*, v. 22, n. 1, 2009, pp. 20–30.

¹⁴⁷ William W. Burke-White, “Crimea and the International Legal Order”, *Survival*, v. 56, n. 4, 2014, pp. 65–80.

¹⁴⁸ Paul D’Anieri, *Understanding Ukrainian Politics. Power, Politics and Institutional Design*, Armonk, NY, Sharpe, 2007, cap. 4.

¹⁴⁹ Cf. Taras Kuzio, “Russianization of Ukrainian National Security Policy under Viktor Yanukovych”, *JSMS*, v. 25, n. 4, 2012, pp. 558–581.

¹⁵⁰ Sobre a Revolução Laranja, id., “Ukraine’s Orange Revolution: The Opposition’s Road to Success”, *JD*, v. 16, n. 2, 2005, pp. 117–130; id., “From Kuchma to Yushchenko: Ukraine’s 2004 Presidential Elections and the Orange Revolution”, *PPC*, v. 52, n. 2, 2005, pp. 29–44.

¹⁵¹ Filippou Proedrou, “Ukraine’s foreign policy: accounting for Ukraine’s indeterminate stance between Russia and the West”, *SEBSS*, v. 10, n. 4, 2010, pp. 443–456.

¹⁵² Ver Anastasiya Ryabchuk, “Right Revolution? Hopes and Perils of the Euromaidan Protests in Ukraine”, *Debatte*, v. 22, n. 1, 2014, pp. 127–134.

mútuos escondidos mas não esquecidos, nomeadamente o colaboracionismo antisoviético dos ucranianos do Ocidente com a Alemanha Nazi¹⁵³ e a sua participação no Holocausto¹⁵⁴, a ocupação estalinista e os massacre que aconteceram na Ucrânia¹⁵⁵, etc. Tudo isto num país marcado por clivagens sociais, políticas e étnicas fortes¹⁵⁶, com parte da população, especialmente a residente na sua parte oriental, de origem russa ou russófona fortemente contrárias às políticas mais nacionalistas e europeístas advogadas pelos seus confrades da parte ocidental¹⁵⁷.

Tentou-se tomar medidas antirussas no sentido de proibir a utilização da língua russa, uma questão reconhecidamente sensível¹⁵⁸, mas a lei não foi promulgada pelo Presidente da República em exercício. Falou-se igualmente na possibilidade de denunciar os acordos de base, cujo prazo de vigência fora prorrogado durante a Presidência Yanukovich¹⁵⁹ em termos contrários considerados inconstitucionais, que permitiam a presença da Rússia nas bases navais da Crimeia¹⁶⁰, uma parte do país com um estatuto questionado mesmo depois dos acordos dos anos noventa¹⁶¹.

Com este contexto por detrás, no dia 27 de fevereiro, forças russas não-identificadas cercaram edifícios militares e públicos da península e milícias locais

¹⁵³ Por todos, Alex Alexiev, *Soviet Nationalities in German Wartime Strategy, 1941-1945*, Santa Monica, Rand, 1982.

¹⁵⁴ Ver os artigos em Delphine Bechtel (ed.), *The Holocaust in Ukraine: New Sources and Perspectives. Conference Presentations*, Washington, CAHS, 2013, em especial o de Wendy Lower, “Anti-Jewish Violence in Western Ukraine, Summer 1941: Varied Histories and Explanations”, pp. 143-173, e Anatoli Podolsky, “Collaboration in Ukraine during the Holocaust: Aspects of Historiography and Research”, pp. 187-197.

¹⁵⁵ David Marples, *Stalinism in Ukraine in the 1940s*, Hampshire, MM, 1992.

¹⁵⁶ Paul D’Anieri, *Understanding Ukrainian Politics. Power, Politics and Institutional Design*, cap. 5.

¹⁵⁷ Taras Kuzio, “Ukrainian Nationalism”, *JAS*, v. 2, n. 4, 1994, pp. 79-95.

¹⁵⁸ Anna Fournier, “Mapping Identities: Russian Resistance to Linguistic Ukrainisation in Central and Eastern Ukraine”, *EAS*, v. 54, n. 3, 2002, pp. 415-433.

¹⁵⁹ Por todos, Rasmus Nilsson, “Russian Policy Concerning the Black Sea Fleet and its Being Based in Ukraine, 2008–2010: Three Interpretations”, *EAS*, v. 65, n. 6, 2013, pp. 1154-1170.

¹⁶⁰ Ver ‘Text of the Black Sea Agreement [10 June 1995]’ Reproduzido em Zbigniew Brzezinski & Paige Sullivan (eds.), *Russia and the Commonwealth of Independent States: Documents, Data, and Analysis*, Washington, CSIS, 1997, p. 288; O acordo de bases foi extendido em 2010, permitindo à Rússia acesso às instalações militares até meados deste século com a consequente concessão de benefícios garantidos pelo erário público russo à importação de gás pela Ucrânia (Cf. Karel Svoboda, “Business as Usual? Gazprom’s Pricing Policy towards Commonwealth of Independent States”, *PPC*, v. 58, n. 6, 2014, pp. 30-32).

¹⁶¹ Sobre os problemas levantados pelo estatuto da Península da Crimeia, da cidade de Sebastopol (onde está estacionada a frota russa do Mar Negro) e a Ilha de Tuzla, David R. Marples & David F. Duke, “Ukraine, Russia, and the question of Crimea”, *NP*, v. 23, n. 2, 1995, pp. 261-289; Tatiana Buba, “Russo-Ukrainian Relations: Sebastopol and the Black Sea Fleet”, *IAR*, v. 19, n. 1, 2010, pp. 1-17, e Taras Kuzio, “The Crimean Conundrum” in: Ferran Requejo & Klaus-Jürgen Nagel (eds.), *Federalism beyond Federations. Assymetry and Processs of Resymetrisation in Europe*, Aldershot, Ashgate, 2011, pp. 177-202.

pedindo às forças leais a Kiev que trocassem as suas alianças¹⁶². Depois de alguns dias de impasse, organiza-se um referendo para decidir o futuro independente ou associado à Rússia¹⁶³. A maioria da população pró-russa e o boicote das minorias locais ucranianas e tártaras garantiram a vitória da última alternativa¹⁶⁴. Pouco tempo depois, a *Duma* aceita o pedido de incorporação da Criméia, transformando-a na mais nova república da Federação¹⁶⁵.

No quadro desse processo e saltando para o que interessa considerar, ou seja, os aspetos jurídico-internacionais¹⁶⁶, a Rússia, acusada de agressão armada contra a Ucrânia, tentou defender a licitude da sua ação através do recurso a um conjunto de argumentos apresentados pelas suas principais autoridades, designadamente o seu Presidente e o seu Embaixador nas Nações Unidas: a) amparo no Acordo sobre as Bases do Mar Negro¹⁶⁷; b) convite de governo(s)¹⁶⁸; c) proteção de nacionais em perigo no

¹⁶² 'Ukraine: Night Wolves and unidentified military men seize key Crimea sites', *Guardian*, 28 February 2014, disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/feb/28/ukraine-night-wolves-military-seize-crimea>, acesso a 21 de abril de 2014.

¹⁶³ 'Crimea referendum: early results indicate 'landslide' for secession – as it happened', *Guardian*, 16 March 2014, disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/mar/16/crimea-referendum-polls-open-live>, acesso a 21 de abril de 2014.

¹⁶⁴ Sobre esta questão, David R. Marples & David F. Duke, "Ukraine, Russia, and the question of Crimea", pp. 261-289.

¹⁶⁵ State Duma adopts documents on Crimea's joining the Russian Federation, March 14 2014, disponível em <http://tass.ru/en/russia/724601>, acesso a 21 de abril de 2014.

¹⁶⁶ Vide, por todos, Rein Müllerson, "Ukraine: Victim of Geopolitics", *CJIL*, v. 13, n. 1, 2014, pp. 133-145; James Green, "The Annexation of Crimea: Russia, Passportization and the Protection of Nationals Revisited", *JUFIL*, v. 1, n. 1, 2014, pp. 3-10; Christian Marxsen, "The Crimea Crisis: the International Law Perspective", *ZAORV*, v. 74, n. 2, 2014, pp. 367-391.

¹⁶⁷ Inicialmente sugeriu-se que os acordos celebrados entre a Ucrânia e a Rússia no contexto da partilha de efetivos militares da União Soviética estacionados no território da Antiga República Socialista da Ucrânia (os Acordos de Kiev de 1997 e o Acordo de Kharkiv de 2010) criariam as bases para a intervenção Russa de 2014. No entanto, o argumento não se consegue sustentar depois de uma leitura desses acordos – em particular o de 1997 sobre as condições de permanência – que limitam o número de efetivos militares russos presentes em território ucraniano a 25.000 efetivos e as zonas de fixação e movimento, decorrendo do artigo 6º do Acordo sobre o Estatuto e Condições de Permanência da Frota Russa do Mar Negro na Ucrânia uma proibição de ingerência da Rússia nos assuntos internos da Ucrânia.

¹⁶⁸ O argumento de convite de governo foi apresentado ao Conselho de Segurança pelo representante russo com base numa carta de 1 de março endereçada pelo Presidente deposto Viktor Yanukovich ao Presidente Russo onde solicitava intervenção do seu vizinho para pôr termo à desordem causada pelos que tinham assumido o poder "ilicitamente" em Kiev (v. Vitaly Churkin in: Security Council 7124th meeting, Saturday, 1 March 2014, 4.15 p.m. New York, disponível na página oficial da rede da Organização das Nações Unidas http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7124, acesso a 21 de abril de 2015, pp. 3-7, sustentando que havia um convite do Presidente Yanukovich e do Primeiro Ministro da República da Crimeia). O argumento, à luz do DI, é relevante, já que poderia excluir a ilicitude dos atos da FR com base no consentimento do Estado vítima conforme reconhecido pelo artigo 20 do Projeto de Artigos sobre Responsabilidade do Estado por Facto ilícito da Comissão de Direito Internacional e garantir legitimidade à intervenção, uma vez que em alguns casos o DI admite a intervenção a convite de governo. Porém, o caso cai por terra se considerarmos a habilitação do Presidente deposto Yanukovich em solicitar intervenção externa à luz do DI aplicável. Esta simplesmente não existia, na medida em que nem o critério territorial nem o legitimista utilizados nesses casos estavam presentes porque nem controlava efetivamente o território nem era, no momento do pedido, Presidente legítimo, haja em vista que foi deposto pelo Parlamento ucraniano e abandonou o país. Logo, não podia,

estrangeiro¹⁶⁹; d) salvaguarda de interesses legítimos no estrangeiro¹⁷⁰; e) recuperação de território histórico e apoio a movimento de autodeterminação¹⁷¹.

A questão da intervenção humanitária, neste contexto, foi apenas uma sugestão muito lateral, em larga medida associada ao precedente do Kosovo¹⁷², mas o facto é que, na melhor das hipóteses, aqui referida somente para efeitos de discussão, poderá ser debatida enquanto precedente de intervenção para a proteção de nacionais em risco no estrangeiro. Mesmo assim, seria uma base legitimatória muito frágil se atendermos à

em nome da Ucrânia, requerer intervenção externa e assim excluir a ilicitude do facto e legitimar a intervenção. Seguir também a reflexão de James Green, “The Annexation of Crimea: Russia, Passportization and the Protection of Nationals Revisited”, pp. 6-7.

¹⁶⁹ Por exemplo, inseriu-se esta justificação no pedido feito pelo Presidente Putin ao Parlamento de usar a força na Crimeia (Putin’s letter on use of Russian army in Ukraine goes to upper house’, March 1 2014, <http://tass.ru/en/russia/721586>, acesso a 21 de abril de 2015). A tese de que a presença russa teria amparo num direito de intervenção para proteção de nacional no estrangeiro é também discutível à luz do Direito Internacional, pois, se se aplicassem os critérios que integram esta figura jurídica à intervenção russa na Crimeia, não parece que se conseguisse preencher nenhum deles e muito menos obedecer a todas essas condições cumulativas. Ver igualmente James Green, “The Annexation of Crimea: Russia, Passportization and the Protection of Nationals Revisited”, pp. 7-10. A doutrina em vigor no momento já prevê entusiasticamente esta possibilidade estratégica, ao declarar que “to ensure the protection of its citizens located beyond the borders of the Russian Federation in accordance with generally recognized principles and norms of international law and international treaties of the Russian Federation” (“The Military Doctrine of the Russian Federation approved by Russian Federation presidential edict on 5 February 2010”, II, para. 20, disponível em:

http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf, acesso a 30 de abril de 2010).

¹⁷⁰ Cf. Vitali Churkin numa das reuniões do Conselho de Segurança usou argumento reconduzível a essas figuras, sustentando que a intervenção para proteger interesses no estrangeiro (SC – 7125th Meeting, 3 March 2014, p. 4) não tem qualquer amparo no Direito Internacional contemporâneo, sendo uma relíquia de um passado em que os Estados ricos reivindicavam um direito a fazer a guerra a outros Estados para proteger os investimentos ou interesses das suas empresas. Na atualidade, ou o Estado é alvo de um ataque armado por outro ou está na iminência de o ser ou é objeto de ataques armados continuados de outro ou não pode proteger qualquer interesse. No fundo, ou enquadra a operação como uma legítima defesa à luz da Carta das Nações Unidas e do Direito Costumeiro aplicável ou a menção de proteção de interesses é completamente alheia ao DI. Caso assim não fosse, criar-se-ia um cenário de legitimação geral de guerras de acordo com o qual qualquer Estado poderia invocar lacónicos interesses nacionais para sustentar empreendimentos hegemónicos regionais e preservação de esferas de influência como a Rússia aparentemente pretende fazer.

¹⁷¹ A invocação de recuperação de território histórico feita pelo Embaixador Churkin no Conselho de Segurança ilicitamente atribuída à Ucrânia contra a vontade do povo da Crimeia (SC – 7138th Meeting, 15 March 2014, p. 2) só pode ter sido feito para produzir efeitos retóricos enquadrados no jogo político internacional porque juridicamente não consegue encontrar qualquer lastro no DI. Outrossim, se há aspeto que caracteriza, para o bem e para o mal, o sistema jurídico internacional é a sua crença quase inabalável na estabilidade das fronteiras como base para a manutenção da estabilidade internacional. Não é sem sentido que no contexto da descolonização das Américas e mais tarde de África adotou-se o princípio do *uti possidetis iuris*, aplicando-o também aos casos de desmembramento de federações multi-étnicas como a União Soviética. Assim sendo, se é bem verdade que a Crimeia foi transferida da República Soviética da Rússia para a República Soviética da Ucrânia em 1954 e já fazia parte do Império Russo desde o século XVIII, o facto é que nem isso foi contestado pela Rússia quando ocorreu a dissolução da URSS – pelo contrário, o facto de se ter sujeito aos acordos de base mostra uma aquiescência com este facto e uma renúncia a qualquer pretensão territorial – nem tão pouco seria tutelado pelo DI. E neste caso por um motivo muito simples, permitir que um Estado use a força para fazer reivindicações territoriais seria abrir a caixa de pandora e permitir um cenário em que a própria Turquia (enquanto sucessora do Império Otomano) também podia reivindicar a Crimeia, o mesmo ocorrendo com a Mongólia.

¹⁷² Destaca esta ligação entre os dois casos, Rein Mullerson, “Ukraine: Victim of Geopolitics”, pp. 138-142.

quase total inobservância das condições que podem habilitar ao uso da força nessas situações. Destarte, não havendo base jurídica para justificar a intervenção e ocupação militar, a Crimeia continua a ser território soberano da Ucrânia, logo submetido à Constituição Ucraniana. O referendo promovido pela Rússia e dos grupos russófonos locais não teve qualquer legitimidade jurídica internacional ou interna¹⁷³, portanto não houve, no plano do direito, nem independência nem posterior associação de um Estado livre a uma federação até porque, fora do contexto colonial, não há qualquer direito à secessão unilateral no DI. Foi simplesmente de uma anexação ilícita de território expressamente proibida pelo artigo 2(4) da CNU¹⁷⁴, uma norma que nesta dimensão possui um verdadeiro estatuto imperativo à luz do conceito de *jus cogens* reconhecido pelo artigo 53 da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados de 1969¹⁷⁵. Isto sem falar na violação das garantias que a Rússia e outras potências haviam prestado à Ucrânia em 1994 no quadro do processo de desnuclearização do país¹⁷⁶ e do princípio do respeito da integridade das fronteiras previsto pela Ata Final de Helsínquia¹⁷⁷ assinada por todos os envolvidos.

Foi, por isso, perfeitamente natural que muitos Estados tenham utilizado este argumento na sessão do Conselho de Segurança que discutiu a licitude do referendo da Crimeia, quanto uma proposta de resolução foi vetada pela Rússia, mas obteve a vitória moral de treze votos favoráveis¹⁷⁸, e na sessão da Assembleia Geral da ONU que aprovou resolução para condenar a Rússia por violação da integridade territorial da Ucrânia (100-58-11)¹⁷⁹.

Por sua vez, na situação do Leste da Ucrânia (2014-2015?) o argumento humanitário teve muito menor impacto, até porque a Rússia não chegou a reconhecer as críticas de Kiev e de vários Estados Ocidentais de que estaria a apoiar os rebeldes das

¹⁷³ Ver também Ibid., p. 140.

¹⁷⁴ Ver cap. 2.1.1.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ Veja-se o 'Memorandum on Security Assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons [5 December 1994]' in: Emily Bailey; Richard Guthrie; Darryl Howlett & John Simpson (eds.), *Programme for Promoting Nuclear Non-Proliferation Briefing Book*, 8.ed., Southampton, USout, 2002, p. k 6, que, dentre outros compromissos estava o de não nunca vir a usar a força contra a Ucrânia, excetuando casos de legítima defesa.

¹⁷⁷ Nomeadamente o princípio da inviolabilidade das fronteiras e da integridade territorial (Conference in Security and Co-Operation in Europe Final Act [Helsinki, 1975]', disponível na homepage desta organização europeia: <http://www.osce.org/mc/39501?download=true>, acesso a 19 de fevereiro de 2013, 1, I-IV.

¹⁷⁸ SC – 7138th Meeting, 15 March 2014, p. 3.

¹⁷⁹ Manifestando-se, nomeadamente, pela manutenção da integridade territorial da Ucrânia e pela invalidade do referendo organizado na Criméia, pedindo aos Estados que não reconheçam os seus efeitos (R/AG/68-262 (Territorial Integrity of Ukraine), 27 March 2014, para. 1-2 e 5-6).

Repúblicas de Donetsk e da República de Lugansk¹⁸⁰, deixando no ar a possibilidade de entrar na guerra ao lado dos seus irmãos russos, mas ainda negando a sua participação concreta.

3.1.3. Intervenções com elementos humanitários, porém predominantemente motivadas ou justificadas em bases diferentes

Há intervenções que apresentam conexões humanitárias mínimas pela identidade com algumas condições que as habilitam, nomeadamente a violação massiva a direitos humanos, mas podem revelar um quadro em que as motivações predominantes não são humanitárias, ficando, subjetiva ou objetivamente submergidas entre outras justificações.

Estas podem também ser hegemónicas ou estratégicas como aconteceu com a intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana em 1965¹⁸¹. Foi um caso em que havia efetivamente uma crise humanitária grave, ocorrida na sequência de crises políticas graves cíclicas neste país¹⁸², de uma situação de verdadeira anomia que punha em risco os cidadãos americanos residentes e dos próprios nacionais¹⁸³. Porém, também estava-se perante um cenário político específico, caracterizado pela existência de um perigo da ascensão de um governo de esquerda naquele Estado¹⁸⁴. A pedido das

¹⁸⁰ Ver, especificamente, Roy Allison, “Russia’s Deniable Intervention in Ukraine: How and Why Russia Broke the Rules”, *IA*, v. 90, n. 6, 2014, pp. 1255-1297.

¹⁸¹ Veja-se a este respeito, em especial, Daniel Papermaster, “A Case of the Effect of International Law on Foreign Policy on Decisionmaking: The United States Intervention in the Dominican Intervention in 1965”, *TJIL*, v. 24, 1989, pp. 467-497; A. Michael Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 219-224. O estudo mais abrangente foi assinado por Ved Nanda, “The United States Action in the 1965 Dominican Crisis: Impact on World Order – Part I”, *DLJ*, v. 43, 1966, pp. 439-479; id., “The United States Action in the 1965 Dominican Crisis: Impact on World Order – Part II”, *DLJ*, v. 44, 1967, pp. 225-274.

¹⁸² A mais nova culminou com o assassinato do Presidente Trujillo depois de mais de trinta anos de governo ditatorial apoiado pelos Estados Unidos em 1961. O golpe aparentemente foi osquestrado por Washington, incomodada com as práticas cada vez mais repressivas do ditador. Depois de eleições vencidas por Juan Bosch, um novo golpe apeou-o do poder, permitindo a ascensão de uma junta dominada pelo antigo ministro dos negócios estrangeiros, Donald Reid Cabral. Este, rapidamente tornou-se impopular entre o povo e mesmo entre os militares, Reid Cabral foi incapaz de manter a ordem e o país entrou na mais absoluta anomia, permitindo o surgimento de uma guerra civil generalizada entre diversas facções, nomeadamente uma que apoiava o retorno de Bosch do exílio para governar e outra contrária a essa possibilidade.

¹⁸³ Veja-se a este respeito, em especial, Daniel Papermaster, “A Case of the Effect of International Law on Foreign Policy on Decisionmaking: The United States Intervention in the Dominican Intervention in 1965”, p. 467.

¹⁸⁴ *Ibid.*, pp. 467-468 (apontando que dentro do Governo norte-americano a preocupação principal era evitar a emergência de uma “nova Cuba” nas Caraíbas e que, ademais, acreditavam que Havana estava por detrás da promoção da instabilidade na República Dominicana).

autoridades provisória da Ilha¹⁸⁵, forças americanas invadiram a nação caribenha e restauraram a ordem. Uma operação militar para a manutenção de esfera de influência¹⁸⁶ de início, mais tarde foi transformada numa operação regional da Organização dos Estados Americanos¹⁸⁷. Contou com o razoável apoio da maioria das nações do continente, o que acabou por lhe conferir uma aura de maior legalidade. Mesmo havendo algumas conexões, estas seriam mínimas e insuscetíveis de justificar por si só a operação militar como intervenção humanitária¹⁸⁸, devendo ser descartado do âmbito do quadro deste estudo. A administração Johnson, mau-grado os seus esforços de aparentar neutralidade, pretendia evitar a todo o custo o regresso de Bosch, privilegiando claramente a continuação do poder nas mãos dos militares, seus aliados.

A outra situação que costuma ser discutida como possível antecedente da figura jurídica problematizada por este trabalho foi a intervenção do Vietname no Camboja em 1978-79¹⁸⁹, um país com o qual as tradicionais rivalidades históricas se transformaram rapidamente em conflito latente com relatos de escaramuças fronteiriças e acusações de violação territorial feitas por responsáveis governamentais dos dois países¹⁹⁰. É verdade que, desde a ascensão do *Khmer Vermelho* ao poder, notícias sobre violações massivas aos direitos humanos eram divulgadas e condenadas em todo o Mundo¹⁹¹, mesmo em parte do Bloco Comunista¹⁹². Todavia, somente algum tempo depois é que o exército do Vietame em conjunto com rebeldes da Frente Cambojana de

¹⁸⁵ Facto relatado igualmente por Daniel Papermaster, "A Case of the Effect of International Law on Foreign Policy on Decisionmaking: The United States Intervention in the Dominican Intervention in 1965", p. 472, dá-nos conta que, curiosamente, o primeiro pedido feito pelo Coronel Benoit, autoridade máxima do país caribenho, solicitava assistência para evitar o domínio comunista sobre o seu país, mas terá sido reformulado para enfatizar a restauração da ordem e, acima de tudo, a salvaguarda da vida dos cidadãos norte-americanos.

¹⁸⁶ Cf.: A. Michael Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 219-224.

¹⁸⁷ Especificamente, Charles Fenwick, "The Dominican Republic: Intervention or Collective Self-Defence", *AJIL*, v. 60, n. 1, 1966, pp. 64-67.

¹⁸⁸ Discute-as, nesta perspetiva, David Bogen, "The Law of Humanitarian Intervention: The United State Policy in Cuba (1898) and in the Dominican Republic (1965)", *HILJ*, v. 7, n. 2, 1965-1966, pp. 296-315.

¹⁸⁹ Sobre o caso e os seus antecedentes, cf., no geral, Michael Bazzyler, "Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia", *SJIL*, v. 23, 1987, pp. 547-619; Gary Klintworth, *Vietnam's Intervention in Cambodia in International Law*, Canberra, AGPS, 1989; Michael Leifer, "Vietnam's Intervention in Kampuchea: The Rights of State v. the Rights of People" in: Ian Forbes & Mark Hoffman (eds.), *Political Theory, International Relations, and the Ethics of Intervention*, Basingstoke, StMP, 1993, pp. 145-156; Sophie Quinn-Judge, "Fraternal aid, self-defence, or self-interest? Vietnam's intervention in Cambodia, 1978-1979" in: Brendan Simms & D. J. B. Trims (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 343-362.

¹⁹⁰ *KRWE*, Vietnam-Cambodia, Oct. 1978.

¹⁹¹ *Ibid.*, Feb. 1978., discutidos exhaustivamente por Hurst Hannum, "International Law and Cambodian Genocide: the Sounds of Silence", *HRQ*, v. 11, n. 1, 1989, pp. 82-138 (defendendo que se tratou de um caso claro de genocídio).

¹⁹² Com a exceção da China e Coréia do Norte, o regime era criticado por todos (*KRWE*, Vietnam-Cambodia, Oct. 1978).

Libertação Nacional¹⁹³, expulsou as forças governamentais dos aglomerados populacionais e obrigou-os a esconderem-se em florestas próximas à Tailândia. Com uma guerra civil em curso¹⁹⁴, as forças armadas do Vietname permaneceram no Camboja até 1989 e o conflito interno só foi resolvido em 1991¹⁹⁵.

Houve poucas situações em que o pressuposto da existência de violações massivas aos direitos humanos foi tão claro quanto no caso do Camboja¹⁹⁶, mas, Hanói manteve de forma consistente que não tinha nada a ver com os problemas internos do país vizinho, os quais deviam ser resolvidos pela sua própria população¹⁹⁷. Não invocou explicitamente o direito à intervenção humanitária¹⁹⁸. Na realidade, os interventores estavam preocupados fundamentalmente com a disputa fronteiriça com o Camboja e tendencialmente invocaram o direito à legítima defesa e à intervenção para proteger nacionais no estrangeiro para justificar a intervenção¹⁹⁹. No entanto, não deixou de ser apercebida por muitos, defensores e críticos, como tendo bases humanitárias.

As reacções internacionais não foram nada favoráveis ao Vietname. Muito embora muitas podem ter resultado da animosidade própria da Guerra Fria e a da cisão existente no mundo comunista, o facto é que foi criticada no Conselho de Segurança com argumentos frontalmente contrários à ideia de que os atos do Camboja podiam autorizar o uso da força²⁰⁰ e só escapou de uma condenação formal graças à União

¹⁹³ Ibid., May 1979.

¹⁹⁴ Ver em especial Justus van der Kroel, “Kampuchea’s Civil War”, *KJIA*, v. 15, n. 1, 1983/84, pp. 247-261.

¹⁹⁵ Cf. Steven Ratner, “The Cambodia Settlement Agreements”, *AJIL*, v. 87, n. 1, 1993, pp. 1-41.

¹⁹⁶ Gary Klintworth, *Vietnam’s Intervention in Cambodia in International Law*, p. 63 e ss; Michael Bazylar, “Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia”, p. 608 (chamando o Khmer Vermelho de candidatos perfeitos para intervenção humanitária); International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 58.

¹⁹⁷ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 78.

¹⁹⁸ Também Gary Klintworth, *Vietnam’s Intervention in Cambodia in International Law*, p. 11.

¹⁹⁹ A respeito destas justificações, vide Gary Klintworth, *Vietnam’s Intervention in Cambodia in International Law*, pp. 17-38. Parece correta a assertiva do relatório do Instituto Dinamarquês de Relações Internacionais quando destaca que “as violações fronteiriças parecem ter motivado a invasão vietnamita e não o genocídio cometido pelos Khmers Vermelhos de 1975 a 1979” (DIIA, *Humanitarian Intervention. Legal and Political Aspects*, Copenhagen, DIIA, 1999, pp. 88-89), consideração também levantada por defensores do carácter humanitário da intervenção do Vietname como Gary Klintworth, *Vietnam’s Intervention in Cambodia in International Law*, p. 17 e ss; 60 (que reconstrói as acções de preparação e combate fronteiriço entre as duas nações), e que resultam das intervenções dos seus responsáveis no Conselho de Segurança em que invocaram a legítima defesa e atribuíram as outras atividades de libertação do país a um levante em massa (*Repertoire of the Practice of the Security Council 1975-1980*, New York, UN, s.d., parte II, pp. 337-340).

²⁰⁰ Nos debates no Conselho de Segurança quase todos os países condenaram a intervenção. Estados Unidos, Portugal, França, Noruega, Grã-Bretanha, Singapura, Nigéria, Bangladesh, Kuwait, Sudão, Gabão e Zâmbia foram enfáticos ao rejeitar que as violações aos direitos humanos poderiam autorizar o uso da força para invadir um país e depor o seu governo (International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, pp. 58-61).

Soviética, que usou o seu poder de bloqueio²⁰¹. Na Assembleia Geral a intervenção foi condenada por anos seguidos por resoluções a exigirem a retirada das forças vietnamitas e a não aceitar as credenciais dos enviados diplomáticos do novo regime. Individualmente, os países do sudeste asiático condenaram unanimemente a ação militar vietnamita²⁰², que, no fundo, só foi apoiada, por motivos humanitários, pelos países do Bloco Soviético²⁰³. Foram, ademais, os únicos que dissentiram da comunidade internacional²⁰⁴ ao reconhecer o regime instalado pelo Vietname em Phnom Pehn²⁰⁵.

A intervenção do Vietname é um precedente controverso de intervenção humanitária unilateral²⁰⁶, mesmo para os seus mais acérrimos defensores²⁰⁷. Isto pela simples razão de o Estados interventor não ter mencionado motivos humanitários para justificar a sua operação militar, dando a ideia de temer a criação de um precedente, e pelo facto de muitos, no complexo xadrez político indochiniano, terem-na entendido como uma operação militar de um *hegemon* regional prospetivo²⁰⁸. Esses aspetos extrínsecos poderão ter contribuído para a reação extremamente negativa da comunidade internacional, mas, mesmo assim, esta intervenção não pode deixar de ser estudado por ter sido percebida como tal por terceiros e por ter tido efeitos humanitários, podendo, dentro desses limites, refletir algumas posições (neste caso, predominantemente negativas) a respeito da questão²⁰⁹.

²⁰¹ *Repertoire of the Practice of the Security Council 1975-1980*, p. 340.

²⁰² Ver Michael Leifer, "Vietnam's Intervention in Kampuchea: The Rights of State v. the Rights of People", p. 151, discutindo os interesses regionais de Estados maioritariamente anti-soviéticos.

²⁰³ Curiosamente, veio de um deles o que se pode considerar como a *opinio juris* mais forte em relação a um pretensão direito a intervenção humanitária. Segundo a República Democrática Alemã, "a assistência do Vietname na luta por um novo Camboja foi primariamente uma questão humanitária. Ela salvou o povo cambojano da destruição total." (International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 60). O representante soviético também mencionou a existência de um genocídio como justificativa para a intervenção

²⁰⁴ Sobre este ponto, v. Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 280-282.

²⁰⁵ 'Chronologie des Faits Internationaux d'Ordre Juridique', *AFDI*, v. 25, 1979. p. 1007.

²⁰⁶ Vide, no mesmo sentido: Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 81; International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, pp. 57-61; A. M. Weisburd, "Humanitarian Intervention, 1945-1989", A. Mark Weisburd, "Humanitarian Intervention, 1945-1989", *AD*, v. 6, n. 2, 2001; Michael Bazylar, "Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia", p. 611.

²⁰⁷ Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 175-223; Gary Klintworth, *Vietnam's Intervention in Cambodia in International Law*, p. 59.

²⁰⁸ A. Mark Weisburd, "Humanitarian Intervention, 1945-1989", *American Diplomacy*, 2001, disponível em www.americandiplomacy.org, último acesso a 29 de Agosto de 2015, e Gary Klintworth, *Vietnam's Intervention in Cambodia in International Law*, p. vi, menciona o desconhecimento dos factos e a preconceitos ideológicos, que levava ao tratamento negativo dado ao caso do Vietname.

²⁰⁹ Em todo o caso, como diz Michael Leifer, "Vietnam's Intervention in Kampuchea: The Rights of State v. the Rights of People", p. 149, estes aspetos dificultam uma avaliação precisa do caso.

As duas intervenções que os Estados Unidos promoveram no Médio Oriente no início do século XXI, por terem sido empreendidas contra regimes acusados de práticas de violação de direitos humanos, poderiam também suscitar a questão de poderem ser eventualmente justificadas como intervenções humanitárias. Relativamente à primeira, contra o Afeganistão em 2001²¹⁰, a sua ligação com os atentados do 11 de setembro é tão evidente que o facto de haver uma opressão contra as mulheres²¹¹ e outras minorias pelo *Taleban* teve tido um papel desprezível nessa operação²¹². Mesmo os Estados Unidos justificaram oficialmente a sua ação com base no direito à legítima defesa, não obstante as circunstâncias concretas se apresentarem díspares das que tradicionalmente permitiam a sua invocação²¹³, recebendo da comunidade internacional, de forma institucional²¹⁴ e individual, um endosso quase geral e dando início a um processo de expansão do próprio direito à legítima defesa, sem nunca mencionarem as intervenções humanitárias como base específica direta da sua operação militar.

Por sua vez, a controversa *Operação Liberdade Iraquiana* levada a cabo em 2003²¹⁵, também claramente teve propósitos estratégicos, justificados, aliás, pelo

²¹⁰ Para discussões gerais, Michael Byers, “Terrorism, The Use of Force and International Law After 11 September”, *ICLQ*, v. 51, n. 2, 2002, pp. 404-405.

²¹¹ Algumas restrições tinham impacto geral, porém, outras dirigiam-se directamente às mulheres do país, obrigadas a portar determinadas vestes, impedidas de trabalhar ou de se deslocar ou participar de qualquer ato sem companhia masculina familiar (No geral sobre este ponto, cf. Benazeer Roshan, “More Things Change, the More They Stay the Same: The Plight of Afghan Women Two Years After the Overthrow of the Taliban”, *BWLJ*, v. 19, 2004, pp. 270-286).

²¹² Discute a possibilidade de se considerar esta intervenção como humanitária Simon Chesterman, “Humanitarian Intervention and Afghanistan” in: Jennifer Welsh (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford, OUP, 2004, pp. 163-175.

²¹³ Em primeiro lugar, o ataque, partindo do princípio de que era um ataque armado de facto, havia sido empreendido por uma entidade não-estatal; segundo, os requisitos normalmente aplicáveis no caso da legítima defesa foram totalmente desconsiderados, pois é muito discutível que uma reação contra o Afeganistão fosse necessária para evitar a continuidade do ataque armado, isto para não mencionar o total afastamento entre os objetivos e aplicação da *Operação Liberdade Duradoura* e qualquer ideia de proporcionalidade clássica, bem como, ademais, a adequação temporal entre ataque armado e reação, configuradora do requisito da imediatidade, muito discutivelmente presente no caso concreto. À primeira vista aparentava ser muito mais uma retaliação armada do que legítima defesa e, como tal, tradicionalmente proibida pelo Direito Internacional Público.

²¹⁴ Não só das Nações Unidas, através de resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, reconhecendo o direito à legítima defesa nesses casos, mas também de organizações e alianças militares regionais, como a OTAN ou alguns dos membros do Tratado Inter-Americano de Auxílio Recíproco (TIAR) (ver Ruth Wedgwood, “Countering Catastrophic Terrorism: An American View” in: Andrea Bianchi (ed.), *Enforcing International Law Norms Against Terrorism*, Oxford, Hart, 2004, pp. 103-117, 111).

²¹⁵ Sobre este caso, ver com as mais diversas perspetivas cf. Eduardo Correia Baptista, “A Nova Tipologia dos Conflitos Internacionais: o Uso da Força contra Grupos Armados e os Conflitos no Afeganistão e no Iraque”, *RFDUL*, v. XLIV, n. 1-2, 2003, pp. 533-580; Andrew Byrnes & Hillary Charlesworth, “The Illegality of the War Against Iraq”, *Dialogue*, v. 22, n. 1, 2003, pp. 4-9; Bill Campbell & Chris Moraitis, “Memorandum of Advice to the Commonwealth Government on the Use of Force Against Iraq”; George Williams & Derika Hovell, “Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force Against Iraq”; Grant Niemann, “Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force

argumento da posse de armas de violação massiva pelo Iraque. É claro que secundariamente levantou-se a questão da democratização e alguns argumentos humanitários resultantes do historial de ação de Saddam e de terem sido encontradas valas comuns com milhares de opositores do regime e minorias perseguidas um pouco por toda a parte²¹⁶.

Os Estados que promoveram ou participaram nas operações militares tentaram, de alguma forma, dar razões jurídicas para fundamentar o seu direito de intervenção²¹⁷, mas algo distintas do habitual, apresentando-se a coligação paradoxalmente dividida no plano das justificações jurídicas²¹⁸. Enquanto os Estados Unidos inicialmente recorreram a uma demanda por reconhecimento de uma nova exceção ao uso unilateral

Against Iraq”, *MelJIL*, v. 4, n. 1, 2003, pp. 178-182, 183-189, 190-195; Alex Bellamy, “International Law and the War in Iraq”; Ronli Sifris, “Operation Iraqi Freedom: United States v. Iraq – The Legality of the War”, *MelJIL*, v. 4, n. 2, 2003, pp. 497-520, 521-560; William H. Taft IV & Todd F. Buchwald, “Preemption, Iraq, and International Law”; John Yoo, “International Law and the War in Iraq”; Ruth Wedgwood, “The Fall of Saddam Hussein: Security Council Mandates and Preemptive Self-Defense”, Miriam Sapiro, “Iraq: The Shifting Sands of Preemptive Self-Defense”; Jane Stromseth, “Law and Force after Iraq: A Transitional Moment”, *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 557-563, 563- 576; 576-585; 599-607; 628-642; Edward McWhinney, The US/British Invasion of Iraq and the United Nations Prohibition of the Use of Force: the Paradox of Unintended Consequences”, *CJIL*, v. 2, n. 2, 2003, pp. 571-585; José Alberto Azeredo Lopes, “Posfácio” in: *Entre solidão e intervencionismo: Direito à autodeterminação dos povos e reacções de Estados terceiros*. Porto, PUC, 2003, pp. 1051-1070; Patrícia Galvão Telles, “A ordem jurídica internacional em transição? Multilateralismo vs. Unilateralismo e a intervenção militar no Iraque” In: AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles V – Direito Público e Vária*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 749-778; A. Mark Weisburd, “The War in Iraq and the Dilemma of Controlling the International Use of Force”, *TJIL*, v. 39, n. 4, 2004, pp. 521-560; Andreas Paulus, “The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?”, *MJIL*, v. 25, n. 3, 2004, pp. 691-733; David Jividen, “Rediscovering International Law Through Dialogue Rather than Diatribe: Reflections on an International Legal Conference in the Aftermath of *Operation Iraqi Freedom*”; Robert Turner, “Operation Iraqi Freedom: Legal and Policy Considerations”, *HJL&PP*, v. 27, n. 3, 2004, pp. 691- 724; 765-796; José Pina Delgado, “Base política e jurídica da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado Liberal”, *NeD*, n. 108, 2004, pp. 207-235; Michael Schmitt, “The Legality of Operation Iraqi Freedom under International Law”, *JME*, v. 3, n. 2, 2004, pp. 82-104; Radhika Satukunanatham, “The US Invasion of Iraq: ‘Neoconned’ into an Illegal War? A Critical Evaluation of the Bush Doctrine”, *SLJIL*, v. 16, 2004, pp. 65-82; Simon Chesterman, “Just War or Just Peace After 11 September: Axes of Evil and Wars Against Terror in Iraq and Beyond”, *NYJIL&Ps*, v. 37, n. 2, 2005, pp. 281-301; Gerry Simpson, “The War in Iraq and International Law”, *MelJIL*, v. 6, n. 1, 2005, pp. 167-188; Phillipe Sands, “Lawless World: International Law After September 11, 2001 and Iraq”, *MelJIL*, v. 6, n. 2, 2005, pp. 437-475; Anthony Carty, “The Iraq Invasion as a Recent United Kingdom Contribution to International Law”, *EJIL*, v. 16, n. 1, 2005, pp. 143-151, Christopher Greenwood, “The Legality of the Use of Force: Iraq in 2003” in: Michael Bothe; Mary Ellen O’Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, pp. 387-413.

²¹⁶ *The Guardian*, 14/05/2003.

²¹⁷ Para reflexões jurídicas sobre a *Operação Liberdade Iraquiana*, vide: Alex Bellamy, “International Law and the War in Iraq”, pp. 497-520; Ronli Sifris, “Operation Iraqi Freedom: United States v. Iraq – The Legality of the War”, pp. 521-560; José Pina Delgado, “Base jurídica e política da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado liberal”, pp. 207-235.

²¹⁸ Neste mesmo sentido, Gerry Simpson, “The War in Iraq and International Law”, p. 171 (destacando a divisão da coligação no que toca à justificação da guerra).

da força, a legítima defesa preventiva²¹⁹, que não conseguia legitimar a operação à luz do Direito Internacional²²⁰, e não ascendeu desde então a nada desse gênero ao contrário do que pretendem alguns autores²²¹, Londres justificou-se inicialmente recorrendo à ideia de autorização implícita²²². Tais justificações vão se mostrando cada vez mais dinâmicas²²³ à medida que se vão tornando cada vez menos credíveis os argumentos que

²¹⁹ A declaração do Presidente Bush no dia 18 de abril quando fez o ultimato a Saddam Hussein foi elucidativo. Nas suas palavras, “estamos agindo neste momento porque os riscos da inação seriam demasiadamente grandes. Em um ano, ou cinco anos, o poder do Iraque de infligir danos as nações livres estaria multiplicado várias vezes. Com tais capacidades Saddam Hussein e seus aliados terroristas poderiam escolher o momento do confronto mortal quando estivessem mais fortes (...) terroristas e Estados terroristas não revelam as suas intenções antecipadamente, em declarações formais – responder a tais inimigos somente depois de acontecer o primeiro ataque não é legítima defesa, é suicídio.” Cf: George W. Bush, *Discurso do Ultimato*. White Hall, Casa Branca, 18/03/2003. Neste mesmo sentido, Miriam Sapiro, “Iraq: The Shifting Sands of Preemptive Self-Defense”, p. 599 (salientando a utilização pioneira desta justificação pelos Estados Unidos); Gerry Simpson, “The War in Iraq and International Law”, p.71 (dizendo que os Estados Unidos favoreceram o argumento da legítima defesa preventiva; John Yoo, “International Law and the War in Iraq”, p. 563.

²²⁰ Rejeitando a ideia das legítimas defesas preventivas para servir de amparo jurídico à *Operação Liberdade Iraquiana*, cf: George Williams & Derika Hovell, “Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force Against Iraq”, p. 187 (“Na ausência de provas de que o Iraque planeia atacar-nos [à Austrália], ou a auxiliar um grupo terrorista contra o Estado, não existe possibilidade de recorrer ao princípio da legítima defesa, de acordo com o direito internacional”); Alex Bellamy, “International Law and the War in Iraq”, pp. 512-517, A. Mark Weisburd, “The War in Iraq and the Dilemma of Controlling the International Use of Force”, p. 539. Posicionamento mais matizado nesse sentido, ainda que rejeitando a legalidade estrita da intervenção, foi o de Ronli Sifris, “Operation Iraqi Freedom: United States v. Iraq – The Legality of the War”, pp. 524-530. Pessoalmente, tive a oportunidade de rejeitar a legalidade da intervenção se meramente estivesse amparada na doutrina da legítima defesa preventiva, ainda que, todavia, tenha se defendido na ocasião a sua desejabilidade política. Veja-se José Pina Delgado, “Base jurídica e política da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado liberal”, *passim*.

²²¹ Como Anthony Clark Arend, “International Law and the Preemptive Use of Military Force”, pp. 89-103; John Yoo, “International Law and the War in Iraq”, pp. 572-573; Robert Turner, “Operation Iraqi Freedom: Legal and Policy Considerations”, p. 778 e ss (particularmente à luz dos antecedentes de Saddam Hussein e o perigo que colocava à segurança dos Estados); John Alan Cohan, “The Bush Doctrine and the Emerging Norm of Anticipatory Self-defense in Customary International Law”, *PILR*, v. 15, n. 2, 2003, *passim*.

²²² Segundo Jack Straw, o Ministro britânico das relações exteriores, “o direito é muito claro. A Resolução 1441 não requer uma segunda resolução para autorizar o uso da força (...) França e Rússia tentaram negociar no texto da 1441 uma proibição para que uma opção militar não pudesse acontecer sem uma segunda resolução e eles desistiram e concordaram com aquilo que estava previsto na 1441.” (*Entrevista ao ‘Politics Show’*, 16/03/2003). A posição parece resultar do parecer emitido pelo Procurador Geral da República, Lord Goldsmith (Reproduzido em “Attorney’s General Advice on the Iraq War – Iraq: Resolution 1441”, *ICLQ*, v. 54, n. 3, pp. 767-778), que rejeitando explicitamente a doutrina da legítima defesa preventiva (“É a doutrina que, na minha opinião, existe ou é reconhecida pelo direito internacional”), e foi adotada igualmente num parecer dado ao Governo australiano pelos seus assessores jurídicos. Cf: Bill Campbell & Chris Moraitis, “Memorandum of Advice to the Commonwealth Government on the Use of Force Against Iraq”, pp. 178-182 (“Levando em consideração a autorização para o uso da força existente, dizer que seria uma resolução seria juridicamente necessária é errado”).

²²³ Os Estados Unidos, inclusivamente, fizeram uso oficial da existência de uma autorização implícita ao reportar a ação ao Conselho de Segurança, como fazem questão de notar vários internacionalistas norte-americanos, alguns dos quais faziam parte da administração (v. A. Mark Weisburd, “The War in Iraq and the Dilemma of Controlling the International Use of Force”, p. 531; William H. Taft IV & Todd F. Buchwald, “Preemption, Iraq, and International Law”, p. 563 (acoplando-a, no entanto, à legítima defesa preventiva, como se esta se houvesse legitimado pelo seu caráter multilateral decorrente de uma aprovação pelo Conselho de Segurança); John Yoo, “International Law and the War in Iraq”, p. 763 (não

podiam alicerçar, ainda que polemicamente, uma justificação associada à legítima defesa antecipada²²⁴, e as críticas se avolumaram²²⁵ e os apoios diminuíram²²⁶.

Neste sentido é que vão se manifestar as associações humanitárias da *Operação Liberdade Iraquiana*, ou seja, primariamente como instrumento simbólico e retórico de libertação que também é adicionado ao rol justificatório²²⁷, posteriormente em pronunciamentos que se tornam cada vez mais comuns²²⁸ com a evolução do processo e com as dificuldades para se encontrar as armas de destruição massiva. Isso vai deslocar a legitimidade da guerra da ideia de autopreservação da 'zona democrática', associadas à figura da intervenção para mudança de regime (democrático)²²⁹ para a de uso legal da força para proteger povos oprimidos²³⁰. No entanto, deve ser afirmado que, na realidade, em momento algum, Estados Unidos ou Grã-Bretanha fizeram declarações no sentido de que haveria um direito a usar a força em tais circunstâncias, o que enfraquece o caso

obstante, considerá-la desnecessária face à existência do direito à legítima defesa). Andreas Paulus, "The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?", *passim* também dá conta desse dinamismo.

²²⁴ José Pina Delgado, "Base jurídica e política da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado liberal", pp. 216-221.

²²⁵ Num primeiro momento, as reações ao ataque são, em geral, críticas. China, França e Rússia insurgem-se contra uso não autorizado da força e sugerem que a ação violou o Direito Internacional (*The Guardian*, 21/03/2003), Irão, Alemanha, Finlândia, Suíça, Indonésia, Malásia, Cuba, Brasil, Venezuela, entre vários outros também se opõem à intervenção (Ibid.; *Folha de São Paulo*, 21/03/2003).

²²⁶ Países como Espanha, Japão, Portugal, Dinamarca, Austrália, Polónia e Coreia do Sul ficaram ao lado dos Estados Unidos (Ibid.).

²²⁷ De acordo com o Presidente Bush, em discurso proferido dois dias antes do início da intervenção, proferiu as seguinte declaração: "(...) não mais fábricas de veneno, não mais execução de dissidentes, não mais câmaras de tortura e quartos de violações. O tirano será expulso em breve. O dia de vossa libertação está próximo." Cf: *Discurso do Ultimato*, 18/03/2003.

²²⁸ Segundo pronunciamento do Presidente Bush, "todos os povos que compõem o vosso país – curdos, xiitas, turcomanos, sunitas e outros – estarão livres da terrível perseguição que tantos de vós agüentaram. O pesadelo que Saddam Hussein criou à vossa nação em breve acabará" (*Pronunciamento de George W. Bush*, 'T.V. Rumo à Liberdade', 10/04/2003), no que foi secundado pelo Primeiro Ministro Blair, para quem "anos de brutalidade, medo e opressão chegam ao fim" (*Pronunciamento de Tony Blair*, 'T.V. Rumo à Liberdade', 10/04/2003).

²²⁹ Em geral, sobre esta figura, vide Michael Reisman, "Coercion and Self-Determination: Construing Charter Article 2(4)", *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, pp. 642-645, Oscar Schachter, "The Legality of Pro-Democratic Invasion", *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, pp. 645-650; id., "Is There a Right to Overthrow an Illegitimate Regime?" in: *Le Droit International au service de la paix, de la justice et du développement. Mélanges Michel Vurally*, Paris, Pedone, 1991, pp. 423-430; Malvina Halberstam, "The Copenhagen Document: Intervention in Support of Democracy", *HILJ*, v. 34, n. 1, 1993, pp. 163-175; Brad Roth, "Governmental Illegitimacy Revisited: Pro-Democratic Armed Intervention Intervention in the Post-Bipolar World", *TL&CP*, v. 3, n. 2, 1993, pp. 481-513; Michael Byers & Simon Chesterman, "You, the People': Pro-Democratic Intervention in International Law" in: Gregory Fox & Brad Roth (ed.), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 259-291; Florentino Ruiz Ruiz, "Democratic Intervention: A Legal Analysis of Its Lawfulness", pp. 377-417; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, pp. 42-44; Michael Byers, *War Law. International Law and Armed Conflict*, London, Atlantic, 2005, pp. 85-91.

²³⁰ Vide José Pina Delgado, "Base jurídica e política da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado liberal", pp. 225-229, e Andreas Paulus, "The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?", pp. 711-713.

como um precedente válido de intervenção humanitária unilateral²³¹, mau-grado alguns analistas defenderem o valor da *Operação Liberdade Iraquiana*, muito embora, na maior parte dos casos, a partir de uma perspectiva descolada dos factos concretos²³² ou a partir de prismas extrajurídicos, particularmente morais²³³. Na realidade, pode-se dizer que as nuances do caso o transformam no mínimo como um caso problemático, ou, como sustentou um especialista, um “uso pouco razoável da força”²³⁴, pois, o recurso à intervenção humanitária somente surge como propósito político central no final do processo de preparação da invasão e expande-se depois dela²³⁵.

3.1.4. Intervenções para proteção de nacionais em perigo no estrangeiro

Os casos em que o objetivo da intervenção foi a proteção de nacionais no estrangeiro ficam também fora de discussão, por corresponderem a outra categoria jurídica²³⁶. O fator nacional que fora desconsiderado pelo Direito Internacional Clássico, tributário de um conceito mais abrangente de intervenção humanitária unilateral, desqualifica-os, como tais, na atualidade, quando vai ocorrendo paulatinamente a cisão entre os dois institutos.

²³¹ Outros comentadores também exploraram a hipótese da intervenção humanitária unilateral, porém, quase todos entenderam que não se poderia aplicá-la com muita segurança ao caso concreto, ou por negarem a sua legalidade face ao direito internacional contemporâneo (e.g., Gerry Simpson, “The War in Iraq and International Law”, pp. 76-77: por não ter tido apoio da comunidade internacional e de uma regra clara de autorização), e Miriam Sapiro, “Iraq: The Shifting Sands of Preemptive Self-Defense”, pp. 603-604, apontando que as dificuldades de desenvolver uma doutrina das intervenções humanitárias imune a abusos fizeram a administração desistir de usar tal justificação) ou porque entenderam não estarem presentes, no caso concreto, os seus pressupostos (Cf: Andreas Paulus, “The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?”, pp. 712-713 (não havia, ao contrário do Kosovo, qualquer urgência extrema); George Williams & Derika Hovell, “Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force Against Iraq”, pp. 188-189 (as condições de invocação de uma intervenção humanitária não foram preenchidas).

²³² Robert Turner, “Operation Iraqi Freedom: Legal and Policy Considerations”, p. 778, entende que pode estar em causa um tratamento diferenciado dos casos do Kosovo e do Iraque.

²³³ Vide Fernando Tesón, “Ending Tyranny in Iraq”, *E&IA*, v. 19, n. 2, 2005, pp. 1-20 (moralmente justificou-se como intervenção humanitária).

²³⁴ Phillippe Weckel, “L’usage deraisonnable de la force”, *RGDIP*, t. 107, n. 2, 2003, pp. 377-400.

²³⁵ Vide igualmente José Pina Delgado, “Base jurídica e política da *Operação Liberdade Iraquiana* e a necessidade de auto-preservação do Estado liberal”, *passim*.

²³⁶ Sobre o tópico, Abraham Abramovsky & Preston Greene, “Unilateral Intervention on Behalf of Hijacked American Nationals Held Abroad”, *ULR*, v. 231, n. 2, 1979, pp. 233-250; Theodor Schweisfurth, “Operations to Rescue Nationals in Third States Involving the Use of Force in Relation to the Protection of Human Rights”, *GYIL*, v. 33, 1980, pp. 159-180; Natalino Ronzitti, *Rescuing Nationals Abroad Through Military Coercion and Intervention on Grounds of Humanity*, Dordrecht, MN, 1985; Derek Bowett, “The Use of Force for the Protection of National Abroad” in: Antonio Cassese (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, Dordrecht, MN, 1986, pp. 39-55; Kristen Eichensehr, “Defending Nationals Abroad: Assessing the Legality of Rescue Operations”, *VJIL*, v. 48, n. 2, pp. 451-484.

Por este motivo, quando, em 1960 e em 1964, a Bélgica²³⁷, com a participação dos Estados Unidos no segundo caso, interveio em guerras civis na sua antiga colónia do Congo, não se considerou estas operações militares como intervenções humanitárias. Sem se preocuparem com a população autóctone²³⁸, visavam essencialmente para além de apoiar forças sessecionistas do Katanga (1960²³⁹) ou do Presidente Tschombe (1964²⁴⁰) – daí as condenações internacionais²⁴¹ – proteger os nacionais belgas e demais expatriados supostamente em perigo nesse país. Não era, pois, uma intervenção humanitária²⁴².

O mesmo objetivo esteve por detrás do incidente Mayaguez entre Estados Unidos e Cambodja (1975)²⁴³, com os primeiros a tentarem libertar marinheiros americanos detidos por Phnom Pehn²⁴⁴ e do famoso Raide sobre Entebbe²⁴⁵, conhecida

²³⁷ A propósito deste ponto, veja-se uma descrição geral em Donald McNemar, “The Post-Independence War in the Congo”; John Marcum, “Unilateral Intervention in the Congo and Its Political Consequences”, *ASIL Proceedings*, v. 61, 1967, pp. 13-18, 27-30; Alain Gerard, “L’Operation Stanleyville-Paulis devant le Parlement Belge et les Nations Unis”, *RBDI*, n. 1, 1967, pp. 242-269; David Gibbs, “The United Nations, International Peacekeeping and the Question of Impartiality: Revisiting the Congo Operation of 1960”, *JMAS*, v. 38, n. 3, 2000, pp. 365-367; Howard Weisberg, “The Congo Crisis 1964: A Case Study in Humanitarian Intervention”, *VJIL*, v. 12, 1972, pp. 261-276, e, adicionalmente, com perspetivas diversas, Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 29-30; Louise Doswald-Beck, “Legal Validity of Military Intervention by Invitation of the Government”, p. 218, Natalino Ronzitti, *Rescuing Nationals Abroad Through Military Coercion and Intervention on Grounds of Humanity*, pp. 30-32, e Stanimir Alexandrov, *Self-Defence Against the Use of Force in International Law*, *passim*.

²³⁸ Não importa que também tenham sido resgatados outros estrangeiros. No caso concreto, Howard Weisberg, “The Congo Crisis 1964: A Case Study in Humanitarian Intervention”, p. 267, salienta a pluralidade de nacionalidades presentes, apontando que alguns indianos e paquistaneses, bem como duas dezenas de congoleses foram evacuados.

²³⁹ Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 29-30, fez uma leitura distinta dos acontecimentos.

²⁴⁰ Discutindo esta hipótese, Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 29-30, e negando-a Louise Doswald-Beck, “Legal Validity of Military Intervention by Invitation of the Government”, p. 218 (com base nas declarações de intervenientes no Conselho de Segurança).

²⁴¹ A operação militar belga de 1960 foi criticada não só pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como também por vários Estados africanos e do Bloco Leste; alguns autores, pelo menos os países africanos questionaram a capacidade de Tshombé de requerer a intervenção, particularmente em razão da ausência de controlo de facto de todo o território nacional, ainda que, em parte, isso se devesse ao clima pós-colonial vigente (cf. Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 29-30).

²⁴² Com a opinião de que foi, Howard Weisberg, “The Congo Crisis 1964: A Case Study in Humanitarian Intervention”, *passim* (denotando, todavia, uma clara – embora compreensível – confusão entre as intervenções humanitárias e as destinadas a proteger nacionais em perigo no estrangeiro).

²⁴³ Ver, e.g., Jordan Paust, “The Seizure and Recovery of the *Mayaguez*”, *YLIJ*, v. 85, n. 6, 1975-1976, pp. 774-806; Robert Friedlander, “The *Mayaguez* in Retrospect: Humanitarian Intervention or Showing the Flag?”, *SLULJ*, v. 22, 1978, pp. 601-613.

²⁴⁴ Discutindo especialmente a possibilidade de ser uma intervenção humanitária, Robert Friedlander, “The *Mayaguez* in Retrospect: Humanitarian Intervention or Showing the Flag?”, pp. 801-813, que chega à mesma conclusão, mas com uma argumentação pouco precisa, recusando-se a igualá-la a outras intervenções humanitárias em Entebbe, Larnaca ou Mogadichu, casos de uso da força para a proteção de nacional no estrangeiro.

²⁴⁵ Cf. Jeffrey Sheehan, “The Entebbe Raid: The Principle of Self-Help in International Law as Justification for the Use of Force”, *FFIA*, v. 1, 1977, pp. 135-153; Leonard Salter, “Commando Coup at

operação empreendida por forças especiais de Israel para resgatar os seus nacionais e judeus sequestrados pela Frente Popular para Libertação da Palestina com a conivência do ditador do Uganda, Idi Amin Dada²⁴⁶. No fim dessa década ainda foi possível testemunhar a utilização da força pela Bélgica; França e Estados Unidos no Zaire (1978)²⁴⁷. Além do convite do Presidente Mobutu na sequência de invasão da Frente Nacional para a Libertação do Congo (FNLC), formada por antigos membros das forças de segurança de Katanga, a partir de Angola²⁴⁸, que foi invocada para justificar a intervenção²⁴⁹, a dimensão humanitária geral²⁵⁰ tinha um elemento nacional ou pelo menos de proteção dos expatriados ocidentais incontornável, que não permite aceitá-la, sem embargo de opiniões contrárias²⁵¹, como um precedente de intervenção humanitária

Entebbe: Humanitarian Intervention or Barbaric Aggression?”, *IL*, v. 11, n. 2, 1976, pp. 331-338; Thomas Krift, “Self-Defence and Self-Help: The Israeli Raid on Entebbe”, *BrookJIL*, v. 4, 1977, pp. 43-62; Mitchell Kniesbacher, “The Entebbe Operation: A Legal Analysis of Israel Rescue Operation”, *JIL&E*, v. 12, 1978, pp. 57-82; Jordan Paust, “Entebbe and Self-Help: The Israeli Response to Terrorism”, *FFIA*, v. 2, n. 1, 1978, pp. 89-92; Francis Boyle, “International Law in a Time of Crisis: From the Entebbe Crisis to the Hostages Convention”, *NULR*, v. 75, n. 5, 1980, pp. 769-856.

²⁴⁶ Alguns autores, designadamente Leonard Salter, “Commando Coup at Entebbe: Humanitarian Intervention or Barbaric Aggression?”, *passim*, maioritariamente escrevendo há algumas décadas, chegaram a classificar o Raide sobre Entebbe como uma intervenção humanitária (sem deixar de considerar os aspetos de legítima defesa nele envolvidos). Atualmente, no entanto, tal opinião seria claramente minoritária na doutrina.

²⁴⁷ Sobre este caso, em geral, Aleth Manin, “L’intervention française au Shaba (19 Mai – 14 Juin 1978)”, *AFDI*, v. 24, 1978, pp. 99-188; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 277-278. Na realidade, era a segunda invasão no espaço de um ano. A primeira havia sido repelida pelas forças armadas do Zaire com forte ajuda de contingentes marroquinos (sobre esta questão e, no geral, sobre os conflitos do final da década de setenta no Zaire, por todos, ver Crawford Young, “Zaire: The Unending Crisis”, *FA*, v. 57, n. 1, 1978, pp. 169-185; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, pp. 202-203).

²⁴⁸ Alguns analistas do caso (v. Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, p. 67, n. 43), não só mencionam as conexões entre o governo de Agostinho Neto e os rebeldes congolese, como também o controlo efetivo que sobre eles exerceria.

²⁴⁹ Numa intervenção parlamentar datada de 18 de maio de 1978, o Ministério da Defesa, fez a seguinte afirmação: “É em resposta ao pedido do Governo do Zaire que o Governo francês, com o objetivo de preservar em particular a vida dos nossos compatriotas e de os proteger de ameaças que podem pesar sobre eles, adotou as medidas necessárias para garantir a sua segurança”, reproduzida em ‘La déclaration du ministre de la Défense à l’assemblée nationale, lê 18 mai 1978 (extraits)’ (Reproduzida em Daniel Colard & Jean-François (Orgs.), *le droit de la sécurité internationale*, Paris, Masson, 1986, p. 43). E a 8 de junho de 1978, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, declarou que “esta operação está a ser organizada a pedido das autoridades zairenses para assegurar a segurança de cidadãos estrangeiros, designadamente estrangeiros” (Citado em Aleth Manin, “L’intervention française au Shaba (19 Mai – 14 Juin 1978)”, p. 166).

²⁵⁰ Por exemplo, o Presidente da República da França, na sua alocução à nação, disse “a nossa acção é uma acção pontual na cidade de Kolwesi para restabelecer o mais rápido possível a segurança e permitir a protecção dos cidadãos estrangeiros que lá se encontram”, ao passo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, declarava: “Sem auxílio internacional rápido tudo leva a crer que os custos humanos e materiais desse ataque seriam mais pesados. Como os nossos soldados desde há muito regressaram às suas bases no nosso território, quem pode actualmente colocar em dúvida os motivos estritamente humanitários que nos inspiraram?” (Citados por *Ibid.*, pp. 164-165).

²⁵¹ Com esta tese, *Ibid.*, p. 166 (dizendo que o governo francês defendeu o carácter humanitário da intervenção. A argumentação e o precedente invocado pelo autor demonstram que ao falar de intervenção humanitária estava a falar essencialmente de uma intervenção para protecção de nacional em perigo no

unilateral²⁵². Depois desse período, várias operações de resgate, principalmente em África terão levado à consolidação da licitude do uso da força para proteger nacionais no estrangeiro e concomitantemente o seu afastamento das intervenções humanitárias.

3.1.5. Situações de crise humanitária em que não se materializou qualquer intervenção ou de consentimento

Há, finalmente, os casos em que a intervenção não se concretizou sem embargo da existência das condições que justificariam a utilização da figura. Foi o que aconteceu com as situações de Biafra (1967-1970)²⁵³, Coreia do Norte²⁵⁴, Birmânia²⁵⁵ e, mais recentemente, Síria (2013)²⁵⁶, e as em que houve solicitação ou consentimento²⁵⁷ não coagido do Estado territorial (por exemplo, o recente caso do bombardeamento norte-americano a forças islamitas no Norte do Iraque²⁵⁸), porque, neste caso, desde que tenham sido requeridas por autoridade legítima do Estado exclui-se a ilicitude da

estrangeiro, não numa intervenção humanitária no sentido típico dado nesta investigação. Aleth Manin, “L’intervention française au Shaba (19 Mai – 14 Juin 1978)”, p. 172.

²⁵² Com iguais reservas, mostra-se também Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 77, enquanto autores como A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 278, nem sequer consideram as motivações humanitárias da intervenção, encontrando-as na proteção de nacionais e em interesses políticos e económicos dos interventores.

²⁵³ W. Michael Reisman & Myres McDougal, “Humanitarian Intervention to Protect the Ibos” in: Richard Lilich (ed.), *Humanitarian Intervention and the United Nations*, Charlottesville, VUP, 1973, pp. 167-195, e Laurie Wiseberg, “Humanitarian Intervention: Lessons from the Nigeria Civil War”, *RDH*, v. 7, n. 1, 1974, pp. 61-98.

²⁵⁴ Veja-se discussão em Young Sok Kim, “Responsibility to Protect, Humanitarian Intervention, and North Korea”, *JIBL*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 74-94 (sem embargo de rejeitar a sua licitude).

²⁵⁵ Cf. Jeremy Sarkin & Marek Pietschmann, “Legitimate Humanitarian Intervention under International Law in the Context of Current Human Rights and Humanitarian Crisis in Burma (Myanmar)”, *HKLJ*, v. 33, n. 3, 2003, pp. 371-415.

²⁵⁶ Ver tratamento jurídico-internacional em Kenneth Anderson, “Legality of Intervention in Syria in Response to Chemical Weapons Attack”, *ASIL Insights*, v. 17, n. 21, 2013, pp. 1-7, e uma perspetiva integrada em Graham Cronogue, “Responsibility to Protect: Syria – The Law, Politics and Future of Humanitarian Intervention Post-Lybia”, *IHLS*, v. 3, n. 1, 2012, pp. 124-159.

²⁵⁷ Em geral, sobre intervenção a convite de governo e intervenções em guerras civis, ver Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, pp. 317-327; Louise Doswald-Beck, “Legal Validity of Military Intervention by Invitation of the Government”, pp. 189-252; John Lawrence Hargrove, “Intervention by Invitation and the Politics of the New World Order”; Rein Mullerson, “Intervention by Invitation” in: Lori Fischer Damrosch & David Scheffer (eds.), *Law and Force in the New International Order*, pp. 113-126; 127-134; Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, pp. 51-83; Albrecht Randelzhofer, “Article 2 (4)”, in: Bruno Simma; Herman Mosler; Albrecht Randelzhofer; Christian Tomuschat & Rüdiger Wolfrum (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 121-123; Christopher Le Mon, “Unilateral Intervention by Invitation in Civil Wars: The Effective Control Test Tested”, *NYJIL&P*, v. 35, n. 3, 2003, pp. 741-793 (limita-se a estudar os casos de intervenções por convite em casos de guerra civil empreendidos por Estados isolados); Théodore Christakis & Karine Bannelier, “*Volenti non fit injuria?* Les effets du consentement à l’intervention militaire”, *AFDI*, v. 50, 2004, pp. 103-137.

²⁵⁸ Ver *infra*.

conduta²⁵⁹. Por isso não serão considerados, da mesma forma como ficam de fora figuras mais difíceis de catalogar como a intervenção indiana no Ceilão de 1987²⁶⁰.

3.2. Os casos do período da Guerra Fria: entre timidez, confusão, obscuridade, imputação de ilicitude ao inimigo ideológico e apropriação do discurso humanitário para proteger os aliados

Os casos com relevância de precedente, para usar uma figura judiciária, em que realmente estavam presentes os pressupostos e requisitos das intervenções humanitárias, em que o instituto foi invocado como justificação predominante e esta foi apercebida por terceiros como tal, foram, durante o período da Guerra Fria, insuscetíveis de criar qualquer tipo de consenso e não tiveram o efeito de gerar orientações normativas minimamente claras.

O primeiro caso importante foi a intervenção da Índia no Paquistão Oriental (1971)²⁶¹, que ocorreu depois de protestos massivos naquela parte do país muçulmano na sequência de eleições contestadas, que são prontamente respondidos com uma reação brutal do Governo de Islamabad. Acabou por resultar num fluxo massivo de refugiados que começam a chegar à Índia²⁶² e ao aumento das tensões e litígios fronteiriços entre os dois países. No dia 3 de dezembro de 1971, os conflitos fronteiriços transformaram-se em guerra aberta entre os dois países. Na sequência de um ataque surpresa por parte da aviação paquistanesa, o exército indiano invadiu e, após aproximadamente duas semanas, capturou todo o território do Paquistão Oriental. No dia 16 do mesmo mês, as

²⁵⁹ Por todos, Théodore Christakis & Karine Bannelier, “*Volenti non fit injuria? Les effets du consentement à l’ intervention militaire*”, *passim*.

²⁶⁰ Ver alguma discussão em Nirmala Chandrachud, “Use of Force to Ensure Humanitarian Relief – A South Asian Precedent Examined”, *ICLQ*, v. 42, n. 3, 1993, pp. 664-672.

²⁶¹ Para um relato completo dos factos pertinentes do caso recomenda-se Richard Sisson & Leo Rose, *War and Secession. Pakistan, India, and the Creation of Bangladesh*, Berkeley, UCalP, 1990, e, para o contexto das disputas internas entre o Paquistão Ocidental e Oriental, Ved Nanda, “Self-Determination in International Law. The Tragic Tale of Two Cities-Islamabad (West Pakistan) and Dacca (East Pakistan)”, *AJIL*, v. 66, n. 2, 1972, p. 329 (defendendo a ideia de que o Islão e o ódio à Índia eram os únicos fatores de união entre o Paquistão Oriental e o Paquistão Ocidental), e, do mesmo autor, “A Critique of U.N. Inaction in the Bangladesh Crisis”, *DLJ*, v. 49, n. 1, 1972, pp. 53-67, especialmente 54.

²⁶² Um relatório da Comissão Internacional de Juristas chegou à conclusão de que “uma das principais características dessa impiedosa repressão é o massacre indiscriminado de civis, incluindo mulheres e crianças”, completando que a tentativa de extermínio ou expulsão da maioria da população hindu do país, a tortura e assassinato de ativistas da Liga Awami, estudantes, profissionais liberais e empresários e outras potenciais lideranças bengalis; a agressão sexual de mulheres, a destruição de aldeias e cidades; e o saque de propriedades” (Citado em International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 55; vide igualmente Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, pp. 71-72; Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 200-204).

forças paquistanesas renderam-se incondicionalmente. Logo em seguida, o Paquistão Oriental proclamou a sua independência, sob o nome de Bangladesh²⁶³.

A Índia, apesar de ter manifestado preocupação com as violações aos direitos humanos durante toda a crise, no momento de se justificar utilizou uma narrativa titubeante²⁶⁴, que mesclava elementos humanitários²⁶⁵ com aspetos ligados à legítima defesa do seu território²⁶⁶. Houve uma reação ambígua da comunidade internacional, com parte dela (designadamente os EUA²⁶⁷) a criticar a intervenção e a promover a sua condenação na Assembleia Geral das Nações Unidas²⁶⁸. Mas, a Índia teve os seus apoiantes, como a União Soviética, que a ajudaram a evitar uma condenação formal no Conselho de Segurança²⁶⁹, e mesmo os críticos rapidamente reconhecerem o Estado do Bangladesh²⁷⁰, criado, graças a ela.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Apesar de não ter insistido em argumentos humanitários no pós-intervenção, antes e durante o conflito, a Índia, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sardar Singh, acusou o exército paquistanês de reprimir o povo do Paquistão Oriental (*KRWE*, India-Pakistan, May 1971), e da Primeira-Ministra Indira Gandhi, que acrescentou: “Não é somente a repressão de um movimento, mas é confrontar pessoas desarmadas com tanques” (Ibid), acabando por promover no parlamento uma resolução amplamente apoiada pelos deputados, que se comprometia com a sorte de seus vizinhos bengalis, dizendo que “este Parlamento não pode ficar indiferente à tragédia macabra sendo perpetrada tão perto das nossas fronteiras (...) o nosso povo condenou de forma inequívoca as atrocidades que vêm sendo perpetradas contra pessoas inocentes e desarmadas numa escala sem precedentes” (Ibid., Jul. 1971).

²⁶⁵ O Ministro Singh relacionou entre as justificativas da intervenção o facto de o Paquistão não ter respeitado as obrigações da Carta que proibiam a violação maciça dos direitos humanos (Ibid., India-Pakistan, Feb. 1972).

²⁶⁶ A Primeira Ministra Indira Gandhi, em carta ao Presidente Nixon, reclamando do comportamento dos Estados Unidos, enfatizou a questão dos direitos humanos, juntamente como facto de terem sido agredidos pelo Paquistão e de estarem a ajudar à libertação do Paquistão Oriental (Ibid.).

²⁶⁷ Veja-se, em especial, Wesley Widmaier, “The Democratic Peace is what the States make of it. A Constructivist Analysis of the US-India near Miss in the 1971 South Asian Crisis”, *EJIA*, v. 11, n. 3, 2005, pp. 431-455. No entanto, é importante notar que, enquanto o executivo seguia tal política, o Congresso advogava posições diferentes em relação ao tratamento a dar ao caso do Bangladesh e à intervenção indiana, como desenvolve P.V. Rao, “The US Congress and the 1971 Crisis in East Pakistan”, *IS*, v. 43, n. 1, 2006, pp. 73-91, o que vem realçar o carácter basicamente esquizofrénico e fraturante do tratamento das intervenções humanitárias unilaterais, suscitando no mesmo país posições distintas.

²⁶⁸ Diga-se, no entanto, que a AG/R/2793 (XXVI), 7 December 1971, fê-lo de modo muito pouco afirmativo, exigindo textualmente que os beligerantes se retirassem cada qual para o seu lado da fronteira, sem deixar, porém, de fazer referências às questões dos direitos humanos e dos refugiados (Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/328/09/IMG/NR032809.pdf?OpenElement>, acesso a 21 de agosto de 2001).

²⁶⁹ Na CS/R/303, 6 December 1971, o Conselho de Segurança limitou-se a dar conhecimento da questão à Assembleia Geral, em razão da ausência de consenso dos seus membros permanentes sobre as medidas a tomar (Disponível no sítio web:

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/261/63/IMG/NR026163.pdf?OpenElement>, acesso a 21 de agosto de 2008), e na CS/R/307, 21 December 1971, de modo ambíguo em relação à questão de fundo, exigiu a implementação de um cessar-fogo, a cessação das hostilidades, a retirada de todas as forças para os seus respectivos territórios – não se sabendo ao certo o que isso significava para o Paquistão – e solicitando às partes respeito pela vida humana e a garantia de retorno seguro para os refugiados, considerações que podem ser consideradas censuras aos atos do Paquistão (Disponível in <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/261/67/IMG/NR026167.pdf?OpenElement>, acesso a 21 de agosto de 2008). Cf. igualmente Rahul Roy-Chaudhury, “The Security Council and India-

Muitos autores descartam ou pelo menos relativizam esse precedente argumentando que nem mesmo o Estado interventor reivindicou, em sua defesa, a doutrina da intervenção humanitária, não existindo, portanto, uma *opinio juris* sobre a sua licitude²⁷¹, e que a Índia estava preocupada somente com os danos à sua economia provocados pela chegada dos refugiados, situação que ensejava o uso da força em legítima defesa²⁷². Isso não corresponde ao que aconteceu. Conforme visto, em diversos momentos, a Índia demonstrou estar incomodada com as violações aos direitos humanos no território paquistanês, principalmente quando teve de receber milhões de refugiados²⁷³.

A realidade é que, em nenhum momento, a questão dos direitos humanos foi esquecida, não sendo determinante que outras motivações estivessem também presentes ou tenham sido invocadas pela Índia, desde que ela também tenha desempenhado um papel central na decisão de intervir e entre os argumentos legitimadores. Estes, aliás, não têm necessariamente que ser explicitados de modo tão sofisticado quanto se esperaria de uma peça jurídica formal. A questão da legítima defesa também é pouco convincente, já que é difícil imaginar que do seu exercício pudesse efetivamente resultar na ocupação e independência de território soberano nos anos setenta, e porque também não se ouviu dos responsáveis indianos declarações no sentido de que estariam agindo somente amparados pela defesa do seu território²⁷⁴; e se o fizeram não foi com certeza

Pakistan Wars” in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, pp. 324-345. Ver também Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 74.

²⁷⁰ Dois meses depois do acontecimento, 47 países já tinham reconhecido o Bangladesh (Ved Nanda, “Self-Determination in International Law. The Tragic Tale of Two Cities-Islamabad (West Pakistan) and Dacca (East Pakistan)”, p. 326), número que ascendeu rapidamente a 100 no ano seguinte conforme constatou A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, p. 149.

²⁷¹ E.g. Farooq Hassan, “Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict ‘Humanitarian Intervention’ Reexamined”, *WLR*, v. 17, 1980-1981, p. 884 (defendendo que, em momento algum a Índia invocou a doutrina da intervenção humanitária, e, por isso, foi condenada, na sua opinião, massivamente pela comunidade internacional); Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, pp. 74-75; Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, New York, Palgrave, 2001, p. 74.

²⁷² A. Mark Weisburd, “Humanitarian Intervention, 1945-1989”; Robert Tucker, “Reprisals and Self-Defence: The Customary Law”, *AJIL*, v. 66, n. 3, 1972, pp. 586-596, 588. Todavia, Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, p. 77, n. 67, rejeita acertadamente esta hipótese, pois por mais que se tente estender o conceito não se pode dizer que a deslocação não-intencional de refugiados para a Índia pudesse ser equiparada a um ataque armado do Paquistão.

²⁷³ Thomas Franck & Nigel Rodley, “After Bangladesh: the Law of Humanitarian Intervention by Military Force”, pp. 276-277; Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 208; ...pp. 67-73

²⁷⁴ Ver igualmente Ved Nanda, “A Critique of U.N. Inaction in the Bangladesh Crisis”, p. 65 (dizendo que seria perfeitamente possível que caso não fosse possível justificar as operações militares com base na legítima defesa a Índia recorreria à doutrina das intervenções humanitárias), e Stanimir Alexandrov, *Self-*

recorrendo ao mais polido linguajar jurídico. À guisa de conclusão, a haver um problema com a intervenção indiana no Paquistão, ele não resulta da ausência de *opinio juris* e sim da reação ambígua da comunidade internacional, que, grosso modo, condenou-a, sem embargo de ter convalidados os seus efeitos com o reconhecimento da independência do Bangladesh²⁷⁵.

Na mesma década, em 1979, num caso um pouco mais evidente, mas também prenhe de obscuridade, a Tanzânia invadiu o Uganda de Idi Amin²⁷⁶, juntamente com um movimento rebelde ugandês num momento em que as atrocidades que vinha cometendo contra a população civil já eram notórias²⁷⁷. Os dois países, depois da ascensão ao poder de Amin não tinham boas relações não só porque esta havia deposto Milton Obote, próximo do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, como porque o Uganda tinha ocupado uma faixa de território pertencente à Tanzânia. Portanto, não se pode desconsiderar a existência de razões políticas e estratégicas para Dar-es-Salam agir.

Os problemas fronteiriços deram o impulso final para a decisão de intervir²⁷⁸, escudando-se, fundamentalmente, num direito à legítima defesa²⁷⁹. Porém, as preocupações de Nyerere com os direitos humanos não podem ser desconsideradas, particularmente depois do início da intervenção, quando medidas defensivas já não eram necessárias e não estariam recobertas pelo conceito de legítima defesa daquele período e

Defence Against the Use of Force in International Law, p. 209 (sustentando que não se aceitou a invocação de legítima defesa pela Índia).

²⁷⁵ A favor, vide: Ved Nanda, "A Critique of U.N. Inaction in the Bangladesh Crisis", *passim*; Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 208-210; John Merriam, "Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention", p. 123. *Per contra*, International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 56; Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 74.

²⁷⁶ Sobre o caso Farooq Hassan, "Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict 'Humanitarian Intervention' Reexamined", pp. 859-911; S. K. Chatterjee, "Some Legal Problems of Support Role in International Law: Tanzania and Uganda", *ICLQ*, v. 30, n. 4, 1981, pp.755-768; U. D. Umozurike, "Tanzania's Intervention in Uganda", *AdV*, v. 20, 1982, pp. 301-313.

²⁷⁷ Neste particular veja-se o relato de *Ibid.*, pp. 302-303, destacando o assassinato de opositores políticos, nomeadamente Kiwakima, antigo Primeiro Ministro, pessoas que não obedeciam às suas ordens ou caprichos, como o vice-reitor da Universidade de Makerere que se recusou a conceder-lhe um doutoramento, a perseguição a cristãos, já que Amin era muçulmano, a expulsão dos indianos do Uganda e o confisco da sua propriedade; sobre o tratamento dado anos antes à minoria asiática, Randolph Noel, "Human Rights and Ruanda's Expulsion of its Asian Minority", *DJIL&P*, v. 3, 1973, pp. 107-115 (que, inclusivamente, já encontrava bases para uma intervenção humanitária neste caso).

²⁷⁸ No entanto, como U. D. Umozurike, "Tanzania's Intervention in Uganda", p. 312, e Farooq Hassan, "Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict 'Humanitarian Intervention' Reexamined", p. 901, salientou que seria despropositado considerar o caso como uma legítima defesa, em razão da não obediência do princípio da proporcionalidade.

²⁷⁹ Vejam-se discussões nesta perspetiva em Stanimir Alexandrov, *Self-Defence against the Use of Force in International Law*, pp. 209-211.

a manutenção da guerra implicava na assunção de riscos militares por parte do seu exército, havendo evidências de que ele insistiu na derrubada de Amin com medo de que a população dos lugares anteriormente libertados pudesse sofrer represálias do ditador²⁸⁰. A reação da comunidade internacional terá levado isso em consideração²⁸¹, pois os restantes Estados africanos desencorajaram Amin de manter um pedido de reunião do Conselho de Segurança, houve também um silêncio da Assembleia Geral em relação à situação e a maioria dos países, com a exceção de alguns protestos da Líbia, Sudão e Nigéria e poucos mais, não condenaram a operação²⁸². Não sendo claras as intenções do interventor, a ideia que fica é que os restantes membros da comunidade internacional tiveram a operação por humanitária e a reação globalmente favorável poderá estar relacionada a isso, bem como pelo facto de a Tanzânia ter abandonado o território ugândes pouco tempo depois, não tirando grandes dividendos da situação ou assumindo qualquer projeto hegemónico. Não deixou de contribuir para isso o afastamento relativo deste conflito da confrontação Este-Oeste²⁸³, que permitiu que o novo governo fosse reconhecido rapidamente tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética e por outros atores internacionais relevantes²⁸⁴.

Não serei tão inequívoco quanto outros autores em considerar o caso como um bom precedente de intervenção humanitária²⁸⁵. A sua classificação ainda é complexa²⁸⁶, sem embargo da existência de motivações humanitárias, dado as reações internacionais

²⁸⁰ A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, p. 41.

²⁸¹ Conforme um insuspeito analista – Natalino Ronzitti, “Use of Force, Jus Cogens and State Consent” in: Antonio Cassese (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, p. 163 – se pronunciou, este fator influenciou as reações positivas da comunidade internacional.

²⁸² Ver: A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, p. 42.

²⁸³ International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 63; A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, p. 42.

²⁸⁴ Estabeleceu relações com a União Européia e foi aceite pela Assembleia-Geral como legítimo representante do Estado do Uganda (KRWE, Tanzania-Uganda, Sep. 1979).

²⁸⁵ A tentativa de proteção à soberania do Uganda pela organização regional foi criticada pelo Presidente da Tanzânia no mês seguinte recusando frontalmente as suas tentativas de mediação, alegando não admitir qualquer acção que amparasse Amin (‘Chronologie des Faits Internationaux d’Ordre Juridique’, *AFDI*, v. 25, 1979. p. 1007). No dia 9 de dezembro, criticou as nações africanas por não terem condenado o comportamento criminoso de Amin: “A negritude se transformou em um certificado para matar impunemente. No dia seguinte, dirigindo-se à Organização de Unidade Africana (OUA), acusou os chefes de Estado de corporativismo e de leniência com Amin” (KRWE, Tanzania-Uganda, June 1979). Vide neste sentido Farooq Hassan, “Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict ‘Humanitarian Intervention’ Reexamined”, p. 866 (destacando a insistência das autoridades da Tanzânia em relação à causa humanitária), apesar de ter considerado a intervenção ilegal à luz do Direito Internacional do período; S. K. Chatterjee, “Some Legal Problems of Support Role in International Law: Tanzania and Uganda”, p. 768 (salientando a aceitação deste tipo de intervenção para proteger um povo oprimido), U. D. Umozurike, “Tanzania’s Intervention in Uganda”, p. 312 (sublinhando ser esta uma intervenção humanitária e, como tal, lícita), bem como Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 187.

²⁸⁶ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 77.

se terem apoiado nas violações de Amin para não condenar a Tanzânia e da alternativa, a legítima defesa, ser pouco credível face aos factos²⁸⁷. No entanto, evidenciou a relutância de se condenar intervenções que tenham tido efeitos humanitários evidentes.

Finalmente, há a considerar a intervenção da França no Império Centro-Africano (1979), para depor o Imperador Bokassa. Mais um governante acusado do cometimento de graves atrocidades no enclave africano²⁸⁸. No dia 20 de setembro, aproveitando-se de uma visita oficial de Bokassa à Líbia, pára-quedistas franceses deram um golpe de Estado e instalaram David Dacko no poder. Inicialmente, as autoridades francesas quiseram fazer parecer que os pára-quedistas chegaram a Bangui após o golpe a pedido de Dacko para ajudar a manter a ordem no país²⁸⁹. Sabe-se, porém, que eles próprios participaram da ação, estabelecendo controlo sobre as zonas nevrálgicas do país para somente depois empossarem o novo presidente²⁹⁰.

A França justificou a chamada *Operação Barracuda* como uma intervenção humanitária, mas com várias nuances, já que mencionou complementarmente que havia um convite de autoridades da República Centro Africana, em concreto o Presidente David Dacko e o Primeiro Ministro Henri Maidou²⁹¹. Essas justificações não foram convincentes para muitos analistas, atribuindo a súbita mudança de política francesa à aproximação de Bokassa à Líbia, visando neste caso manter a sua esfera de influência intacta²⁹², e às turbações que causava aos negócios das companhias gaulesas com o seu comportamento errático e reprovável²⁹³ e à tradicional postura neocolonial de *kingmaker* de Paris nas suas antigas possessões africanas²⁹⁴.

É verdade que a França, muito tardiamente, reverteu o seu comportamento em relação à Bangui, mas provavelmente foi mais o constrangimento de ser associada a um notório violador dos direitos humanos do que uma preocupação genuína que a fez actuar. Independentemente disso, não se pode negar que haveriam também

²⁸⁷ Stanimir Alexandrov, *Self-Defence Against the Use of Force in International Law*, p. 211, destacando que a deposição do governo não seria permitida pela legítima defesa.

²⁸⁸ KRWE, Central African Republic, Nov. 1979, Nov. 1979.

²⁸⁹ Ibid., Nov. 1979.

²⁹⁰ International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, pp. 63-64.

²⁹¹ É o que consta do comunicado público emitido pelo Ministério da Cooperação, segundo o qual, “em resposta ao apelo das autoridades do Estado Centro-Africano, o Presidente David Dacko e o Primeiro Ministro Henri Maidou, e para responder a ameaças à segurança da população, levando em conta os graves atentados cometidos contra os direitos humanos constatados pela comissão africana, o governo decidiu enviar um destacamento militar a Bangui” ‘Pratique Française du Droit International’, Jean Carpenter (org.), *AFDI*, v. 25, 1979, p. 909.

²⁹² A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 227.

²⁹³ Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, p. 73.

²⁹⁴ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 82.

preocupações humanitárias, ainda que de redenção, e por este motivo ela afloraram em relação aos propósitos estratégicos puros transformando o caso num bom precedente de intervenção humanitária no período da Guerra Fria²⁹⁵. Talvez por isso a França não foi condenada no Conselho de Segurança ou na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o mesmo acontecendo no âmbito da Organização de Unidade Africana. Além disso, pouquíssimos países africanos protestaram contra a operação. Entre estes, apenas Benin, Líbia e Chade. Supreendentemente, tendo em conta as suspeitas em relação ao controlo da França em relação à ex-colónias²⁹⁶, da sua deposição não resultaram censuras dignas de registo²⁹⁷. Ao contrário, aliás, do que poderia ocorrer num ambiente pós-colonial, decorreu com grande naturalidade.

3.3. Os casos do período pós-Guerra Fria: entre a ilicitude e a ‘aceitação’ das ‘verdadeiras’ intervenções humanitárias unilaterais

Já depois do ‘degelo’ podem-se arrolar vários casos em que argumentos humanitários foram suscitados de modo consistente em situações de necessidade real. A primeira situação decorre em África, mais concretamente na Libéria²⁹⁸. A deposição do Presidente Doe²⁹⁹ deu origem a uma guerra civil travada por várias facções que gerou um grande número de mortos e de refugiados, com suspeitas de massacres e expulsões deliberadas por motivos étnicos, bem como ameaças à vida de estrangeiros³⁰⁰. Antes da sua morte, havia convidado a organização de integração sub-regional, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)³⁰¹, que efetivamente enviou

²⁹⁵ Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 198.

²⁹⁶ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 82, e, especialmente, Elizabeth Schmidt, *Foreign Intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror*, Cambridge, UK, CUP, 2013.

²⁹⁷ Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 198.

²⁹⁸ *Inter alia*, Anthony Chukwula Ofodile, “The Legality of ECOWAS Intervention in Liberia”, *CJTL*, v. 32, n. 2, 1994, pp. 290-381; Ademola Adekele, “The Politics and Diplomacy of Peacekeeping in West Africa: The Ecowas Operation in Liberia”, *JMAS*, v. 33, n. 4, 1995, pp. 569-593; Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, *TI&CLJ*, v. 12, n. 2 1998, pp. 333-375; Martin Uzo Gasiokwu, “ECOWAS Intervention in Liberia and Sierra Leone”, *PYIL*, n. 24, 1999/2000, pp. 157-168; Joanne Brockman, “Liberia: the Case for Changing U.N. Process for Humanitarian Intervention”, *WILJ*, v. 22, n. 3, 2004, pp. 711-740; Marco Gestri, “Ecowas Operations in Liberia and Sierra Leone: Amnesty for Past Unlawful Acts or Progress Toward Future Rules” in: Michael Bothe; Mary Ellen O’Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 211-250.

²⁹⁹ *KRWE*, Liberia, Jul. 1990.

³⁰⁰ Neste sentido, alguns Estados invocaram o direito a intervir para proteger os seus nacionais, mesmo sem o consentimento do Estado soberano (cf. Richard Lillich, “Forcible Protection of Nationals Abroad: The Liberian ‘Incident’ of 1990”, *GYIL*, v. 25, 1993, pp. 205-223).

³⁰¹ *KRWE*, Liberia, Jul. 1990.

um destacamento, essencialmente composto por militares nigerianos³⁰², reunidos sob o chapéu do Grupo de Monitorização da CEDEAO (GMCEDEAO)³⁰³. Teve grandes dificuldades para se impor às forças de Charles Taylor e proteger efetivamente os direitos humanos³⁰⁴. As violações prosseguiram e até se intensificaram, particularmente do lado das forças governamentais³⁰⁵, com a situação a estabilizar-se anos depois.

A CEDEAO justificou oficialmente a ação alegando que pretendia impor um cessar-fogo entre as partes, formar um governo interino, promover a democracia e proteger vidas humanas e a propriedade. Desconsiderou qualquer menção ao convite do governo³⁰⁶. No caso concreto, parece que a motivação humanitária foi uma das mais importantes³⁰⁷, não parecendo corretas as que imputam à Nigéria, a sua principal promotora, intenções exclusivamente hegemónicas³⁰⁸ ou os que a criticam por ter sido mal sucedida e ter até aumentado o problema humanitário, o que, em todo o caso, é difícil de determinar.

As reações à intervenção foram surpreendentemente positivas, apesar da ausência de autorização preliminar do Conselho de Segurança³⁰⁹, que, mais tarde, até aclamou a ação da organização regional³¹⁰. A Assembleia-Geral das Nações Unidas também não

³⁰² A utilização de forças por parte dos países francófonos, alguns dos quais, como o Burkina-Faso e a Costa do Marfim aliados de Taylor, foi claramente marginal. Ver, por exemplo, Robert Mortimer, "Senegal's Role in Ecomog: the Francophone Dimension in the Liberian Crisis", *JMAS*, v. 34, n. 2, 1996, pp. 293-306.

³⁰³ Mais conhecido pelo acrónimo em inglês, ECOMOG.

³⁰⁴ *KRWE*, Liberia, Sep. 1993.

³⁰⁵ *Ibid.*, Liberia, Sep. 1993.

³⁰⁶ *Ibid.* Liberia, Aug. 1990.

³⁰⁷ No mesmo sentido, vide: Christopher Greenwood, "International Law and the NATO Intervention in Kosovo", *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, p. 929.

³⁰⁸ Cf. Adekeye Adebajo & Chris Landsberg, "The Heirs of N'Krumah: Africa's New Interventionism", *POP*, n. 1, 1995, pp. 72-86, 65.

³⁰⁹ Trabalha especificamente desta matéria, Adekeye Adebajo, "The Security Council and Three Wars in West Africa" in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, pp. 466-493.

³¹⁰ CS/R/788 (Libéria), de 19 de novembro de 1992, (1. Felicita a CEDEAO pelos seus esforços para restaurar a paz, segurança e estabilidade na Libéria; (...); 4. Condena os ataques contínuos contra as forças de manutenção da paz da CEDEAO por uma das partes do conflito; (...); 8. obriga os Estados a aplicar um embargo de armamento e material militar para a Libéria; 9. Permite o envio de armamento e material militar para as forças da CEDEAO; 10. Solicita o respeito das medidas tomadas pela CEDEAO; 11. Determina que os Estados se auto-restringam nas suas relações com as diversas partes); CS/R/813, de 26 de março de 1993 (com teor similar); CS/R/856, de 10 de agosto 1993 (felicita a CEDEAO); CS/R/866, de 22 de setembro de 1993 (essencialmente destinada a criar a UNOMIL – Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria – e para sufragar a decisão de constituição de um governo de transição, continua a felicitar a CEDEAO pelas suas ações e solicita apoio para reforçar os contingentes militares da organização regional); CS/R/911, de 21 de abril de 1994; CS/R/950, de 21 de outubro de 1994; CS/R/972, de 13 de janeiro de 1995; CS/R/985, de 13 de abril de 1995; CS/R/1001, de 30 de junho de 1995. Daí que tenha sido justamente considerada por vários autores como uma atitude sintomática de anuência e legitimação *ex post factum* da intervenção na Libéria (Por todos, ver Jeremy Levitt, "Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra

condenou a intervenção. No plano regional, a OUA, além de ter ficado do lado da CEDEAO, procurou afastar as suspeitas de tentativa de hegemonismo regional por parte da líder da operação, a Nigéria³¹¹. A maioria dos países apoiaram a iniciativa da CEDEAO, inclusive os Estados Unidos³¹².

O precedente neste sentido é válido, não podendo ser impugnado pela simples apresentação da tese de pedido do Presidente Doe, transformando-o em mera intervenção a convite de governo³¹³. Primeiro, porque Doe deixou de colaborar com as iniciativas de paz da CEDEAO e, segundo, porque a organização tratou de rapidamente desalojá-lo do poder para facilitar a paz. Assim sendo, mesmo que a intervenção inicial tenha sido a convite do governo, quando Doe se incompatibilizou com a CEDEAO, a anuência do poder alegadamente legítimo deixou de existir. Ademais, sempre se pode questionar, à luz do Direito Internacional, se um Chefe de Estado não eleito, que controla parte limitada do território nacional, em situação de guerra civil, pode solicitar intervenção externa contra beligerantes internos³¹⁴. No mesmo sentido, não cremos que se possa transformar sem mais a operação militar do ECOMOG numa intervenção humanitária coletiva, até porque a mera decisão de uma organização regional de intervir num Estado membro não a legitima por si só³¹⁵. De acordo com as regras contidas na Carta é necessária uma autorização prévia do Conselho de Segurança, o que, no caso concreto, não se verificou³¹⁶.

Leone”, p. 447; Jeremy Levitt, “The Evolving Regime of Intervention in África: From Basket Case to Market Place?”, *ASIL Proceedings*, v. 96, 2002, p. 138).

³¹¹ Ver Adekeye Adepajo & Chris Landsberg, “The Heirs of N’Krumah: Africa’s New Interventionism”, p. 65 e ss.

³¹² A. Mark Weisburd, *Use of Force: The Practice of States Since World War II*, p. 240.

³¹³ Nii Wallace-Bruce, “Of Collapsed, Dysfunctional and Disoriented States: Challenges to International Law”, *NILR*, v. 47, n. 1, 2000, p. 71; Michael Byers & Simon Chesterman, “Changing the Rules About Rules? Unilateral Humanitarian Intervention and the Future of International Law” in: Jeff Holzgrefe & Robert Keohane (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, pp. 177-203, 183.

³¹⁴ Cf. igualmente Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, p. 348 e ss (sustenta que Doe já não era chefe de Estado legítimo nesse momento, por isso nem foi tida em conta na decisão de intervir), e Antonio Tanca, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, pp. 34-35 (dizendo que Doe nem era legítimo, nem controlava mais do que o Palácio Presidencial), bem como Anthony Chukwula Ofodile, “The Legality of ECOWAS Intervention in Liberia”, pp. 407-408.

³¹⁵ Vide Ibid., pp. 410-413

³¹⁶ Veja-se com esta mesma posição, Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, pp. 346-347 (argumentando que uma eventual autorização para o uso da força em nome da comunidade internacional não existia e que, portanto, se esta fosse a única base jurídica à qual a CEDEAO pudesse recorrer, então a intervenção seria ilegal).

Temos, pois, um bom precedente de intervenção humanitária³¹⁷, tal como é o caso parecido, de 1997, que ocorreu no mesmo espaço geográfico e com a participação, em larga medida, dos mesmos intervenientes³¹⁸. A diferença é que o objeto das operações militares foi a Serra Leoa, país contíguo à Libéria, e, para além da CEDEAO e a Nigéria contou com a participação da Grã-Bretanha. O contexto era, mais uma vez, de guerra civil, promovida pela Frente Unida Revolucionária (acrónimo inglês RUF) de Foday Sankoh, aliada de Charles Taylor, e por vários outros grupos beligerantes, contra o Presidente democraticamente eleito da Serra Leoa, Ahmed Tejan Kabbah.

Depois da ascensão ao poder de Johnny Paul Koroma com o apoio da FRU de Sankoh³¹⁹, os partidos políticos foram banidos e a Constituição abolida, causando fortes reações na comunidade internacional, principalmente na Grã-Bretanha, *Commonwealth*, OUA e Nigéria. Este país, tendo militares estacionados no país a convite do Presidente deposto, declarou imediatamente estar disposta a intervir militarmente para restabelecer a democracia no país vizinho³²⁰.

Foi efetivamente o que fez, tentando a partir do porto de Freetown rechaçar os militares e a FRU, já com o apoio da organização sub-regional, que adotou uma série de medidas, nomeadamente militares (operações aéreas, marítimas e terrestres) e sanções económicas com o respaldo do Conselho de Segurança³²¹. Já em 1998, com o fracasso das soluções propostas para a divisão do poder e as tentativas de celebração de um acordo de paz, foi necessário às forças comunitárias agir para expulsar Koroma e permitir o regresso do Presidente Kabbah ao país³²². O seu domínio, no entanto, limitava-se à capital, Freetown, com os rebeldes a dominar todo o interior, usando a sua posição para punir a população civil pelo seu alegado apoio ao Chefe de Estado, levando a atrocidades inomináveis³²³. Depois de uma ofensiva dos insurgentes contra a

³¹⁷ *Per contra*, Anthony Chukwula Ofodile, “The Legality of ECOWAS Intervention in Liberia”, p. 418 (apontando que mesmo que as intervenções humanitárias unilaterais tivessem amparo no Direito Internacional, a da CEDEAO na Libéria não se conforma aos pressupostos e requisitos a ela inerentes).

³¹⁸ Cf. Igualmente Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, pp. 363-373, e Marco Gestri, “Ecowas Operations in Liberia and Sierra Leone: Amnesty for Past Unlawful Acts or Progress Toward Future Rules”, *passim*.

³¹⁹ KRWE, Sierra Leone, 1997.

³²⁰ Ibid., May 1997; na realidade, aparentemente existia um acordo de defesa mútua entre os dois países, que obrigava as partes a auxiliarem-se mesmo em situações de sublevações internas, como foi o caso (v. sobre este aspeto Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, pp. 367-368).

³²¹ KRWE, Sierra Leone, Sep. 1997.

³²² Ibid., Mar. 1998.

³²³ Ibid., May 1998.

capital, com um rastro ainda maior de mortes³²⁴, reforços nigerianos conseguiram repelir os ataques e forçar uma solução negociada do conflito, o Acordo de Lomé de 7 de julho de 1999³²⁵. Inicialmente frágil, mesmo depois da transferência das operações de manutenção da paz por forças multinacionais das Nações Unidas³²⁶, ainda levou a intervenções pontuais de países como a Grã-Bretanha contra as forças rebeldes³²⁷.

A Nigéria justificou a operação militar recorrendo às ideias da restauração da ordem constitucional, à cessação do derramamento de sangue e à restauração da lei e da ordem³²⁸, sendo estas apercebidas por organizações como a OUA como necessárias para a manutenção do regime democrático³²⁹, daí que sempre tenha havido dúvidas sobre a classificação das operações militares como uma intervenção humanitária, uma intervenção a convite do governo ou uma intervenção pró-democrática, havendo em qualquer dos casos argumentos favoráveis para as fundar. No caso concreto, não existem dúvidas que se estava numa situação de grave crise humanitária, largamente causada pela FRU, mas também por outros atores da Guerra Civil (pelos governos militares e mercenários sul-africanos), um governo democraticamente eleito foi deposto e este terá solicitado auxílio aos interventores. É verdade que há bons argumentos neste sentido³³⁰, no entanto, na verdade, está-se perante duas intervenções diferentes³³¹; a primeira, realizada pela Nigéria, sem respaldo oficial prévio da CEDEAO, foi executada na sequência de um convite do Presidente Kabbah, mas a segunda, patrocinada pela CEDEAO, não teve autorização preliminar do Conselho de Segurança³³². É um caso também de intervenção humanitária unilateral. Sem embargo de ter havido convite do governo³³³ e do aspeto democrático envolvido³³⁴, foi apercebida como tal pela

³²⁴ Ibid., Dec. 1998.

³²⁵ Ibid., Jul. 1999.

³²⁶ Ibid., May 2000.

³²⁷ Em especial, Walter Roberson, "British Military Intervention into Sierra Leone: a Case Study", M.M.A.S., Fort Leavenworth, FUSACGSC, 2007; Patrick Evoe, "Operation Palliser: The British Military Intervention into Sierra Leone, a Case Study of a Succesfull Use of Western Military Interdicion in a Sub-Saharan African Civil War", M.A., San Marcos, TexSU, 2008.

³²⁸ Jeremy Levitt, "Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone", p. 367; International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 107.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Michael Byers & Simon Chesterman, "Changing the Rules About Rules? Unilateral Humanitarian Intervention and the Future of International Law", p. 183.

³³¹ Por todos, International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background*, p. 107.

³³² Florentino Ruiz Ruiz, "Democratic Intervention: A Legal Analysis of Its Lawfulness", pp. 405-406, curiosamente trata o caso de Serra Leoa como uma intervenção pró-democrática coletiva.

³³³ Michael Byers & Simon Chesterman, "Changing the Rules About Rules? Unilateral Humanitarian Intervention and the Future of International Law", p. 183, o que até parece contraditório com a teoria positivista de acordo com a qual o governo legítimo é aquele que tem o controlo *de facto* do país e

comunidade internacional, principalmente em África³³⁵, não se verificando, as conotações hegemónicas³³⁶ e de auto-interesse destacadas por alguns autores³³⁷.

Um pouco diferente, embora não radicalmente, foram as duas situações a envolver potências ocidentais, nomeadamente Estados Unidos da América, França e Grã-Bretanha no Curdistão Iraquiano (1991), também recebido com alguma benevolência pelos restantes membros da comunidade internacional³³⁸. Na sequência da Guerra do Golfo de 1990³³⁹, as minorias xiita e curda que tentaram sublevar-se³⁴⁰, para materializarem os seus propósitos autonomistas ou independentistas³⁴¹. A repressão que se seguiu foi dura, com suspeita de utilização de material químico e armamento pesado,

Kabbah, no momento, não tinha domínio sobre qualquer parcela do território, estando exilado na vizinha Guiné. Vide uma análise positivista da questão em Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, pp. 405-410.

³³⁴ Jeremy Levitt, "Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone", p. 367 e ss, e David Wippman, "Pro-Democratic Intervention by Invitation" in: Gregory Fox & Brad Roth (eds), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 303-311, que privilegiam a leitura do caso como intervenção pró-democrática, sem descartar os seus aspetos humanitários, por vezes, e de forma consciente, sem os diferenciar.

³³⁵ Cf. Jeremy Levitt, "Conflict Prevention, Management and Resolution: Africa-Regional Strategies for the Prevention of Displacement and Protection of Displaced Persons: the Cases of the OAU, ECOWAS, SADC, and IDAG", *DJC&IL*, v. 11, n. 1, 2001, pp. 39-79.

³³⁶ Referindo-se inclusivamente aos projetos nigerianos de liderança regional, cf. Adekeye Adepajo & Chris Landsberg, "The Heirs of N'Krumah: Africa's New Interventionism", *passim*.

³³⁷ Há quem tenha chamado a atenção para o interesse dos vizinhos na pacificação do país, designadamente porque os efeitos da migração de refugiados para países vizinhos já estavam a ser sentidos (*Ibid.*, p. 65 e ss).

³³⁸ Em geral, vide, Peter Malanczuk, "The Kurdish Crisis and the Allied Intervention in the Aftermath of the Second Gulf War", *EJIL*, v. 2, n. 2, 1992, pp. 114-132; Howard Adelman, "Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds", *IJRL*, v. 4, 1992, pp. 4-38; Michael Stopford, "Humanitarian Assistance in the Wake of the Persian Gulf War", *VJIL*, v. 33, 1992-1993, pp. 491-502; Nigel White, "Commentaries on the Protection of the Kurdish Safe-Heaven: Operation Desert Strike", *JCSL*, v. 1, n. 2, 1996, pp. 197-204; Inger Österdal, "'By All Means Intervene!': The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti", pp. 242-248; Lawrence Freedman & David Boren, "'Safe Havens for Kurds in Post-War-Iraq'" in: Nigel Rodley (ed.), *To Loose the Band of Wickdness. International Intervention in Defence of Human Rights*, pp. 43-92.

³³⁹ Christopher Greenwood, "New World or Old? The Invasion of Kuwait and the Rule of Law", *Mod.LR*, v. 55, n. 2, 1992, pp. 153-178; Rui Moura Ramos (coord.), *A Crise do Golfo e o Direito Internacional*, Porto, UCP, 1993 *passim* (com várias contribuições); Rui Moura Ramos, "A Crise do Golfo e o Direito Internacional. Aspectos Gerais" in: *Da Comunidade Internacional e do seu Direito – Estudos de Direito Internacional Público e de Relações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, pp. 179-193; Hermes Marcelo Huck, *Da guerra justa à guerra econômica. Uma revisão sobre o uso da força em Direito Internacional*, São Paulo, Saraiva, 1996, pp. 268-302.

³⁴⁰ Não foi a primeira rebelião curda contra o regime de Saddam Hussein, sendo de assinalar-se a que ocorreu nos anos setenta, tendo sido controlada em 1975 e a que decorreu entre 1979 e 1988, precisamente o ano que o Iraque usou armas químicas para esmagar a resistência curda no Iraque (v. Howard Adelman, "Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds", pp. 6-7).

³⁴¹ Veja-se, e.g., Ove Bring, "Kurdistan and the Principle of Self-Determination", *GYIL*, v. 25, 1993, pp. 157-169.

causando um fluxo cada vez maior de refugiados que chegava à Turquia e demais países vizinhos³⁴².

Apesar da relutância de vários Estados³⁴³ e ferrenha oposição da Rússia, China e Estados Unidos³⁴⁴, a comunidade internacional, em concreto a França, começou a utilizar o Conselho de Segurança para resolver a crise, conseguindo a aprovação da Resolução 688³⁴⁵, que dificilmente fundamentaria juridicamente a utilização de medidas militares³⁴⁶. A continuação do massacre e a ineficácia das medidas tomadas fez intensificar a pressão internacional com acusações de vários países³⁴⁷ e organizações internacionais³⁴⁸ de cometimento de crimes graves contra a humanidade e um movimento social em vários países a exigir que algo fosse feito a esse respeito. O efeito imediato foi a mudança da política de não-intervenção seguida pelos Estados Unidos e a adoção de uma proposta da Turquia, esquematizada pela Grã-Bretanha, de criação de uma ‘zona de proteção’ para os curdos³⁴⁹. No dia 25 de abril de 1991, o Iraque anunciou que retirava todo o seu pessoal dos espaços estabelecidos e a 18 de abril do mesmo mês,

³⁴² Usando cifras um pouco exageradas, um dos líderes curdos, ao solicitar auxílio dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Arábia Saudita, declarou que mais de três milhões de curdos se tinham deslocado para as montanhas a fim de “escapar do programa governamental de genocídio e tortura contra o nosso povo” (Ibid., Apr. 1991).

³⁴³ *KRWE*, Irak, Mar. 1991, fundamentalmente por dois motivos: a) o desequilíbrio regional, pois o enfraquecimento do Iraque fortaleceria a ascensão do Irão; b) os problemas que uma provável secessão causaria noutros países, onde minorias – nomeadamente curdas – poderiam fazer reivindicações semelhantes, conforme se pode aprofundar em Peter Malanczuk, “The Kurdish Crisis and the Allied Intervention in the Aftermath of the Second Gulf War”, pp. 114-132, e em Howard Adelman, “Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds”, p. 5 (ênfatizando as consequências que Bush procurava evitar: instigar o separatismo curdo; contribuir para o desmembramento do Iraque; criar um precedente para a interferência nos assuntos internos dos Estados e deslocar forças armadas para o Iraque).

³⁴⁴ *KRWE*, Irak, Apr. 1991.

³⁴⁵ Em síntese, esta resolução condenava a repressão no Iraque, em especial no Curdistão, estabelecendo que isso ameaçava a paz e segurança internacionais na região (para. 1); exigia que o Iraque pusesse termo a essa repressão e instava o início de um diálogo aberto que viesse a resultar no respeito pelos direitos humanos e políticos de todos os iraquianos (para. 2); insistia que o Iraque permitisse o acesso de organizações humanitárias (para. 3); solicitava a intervenção do Secretário Geral na resolução da questão humanitária (paras. 4 e 5); apelava aos membros para contribuir com o esforço humanitário (para. 6); exigia a cooperação do Iraque (para. 7) e mantinha-se atento à questão (para. 8) (Adoptada com 10 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções) (Disponível em:

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/24/IMG/NR059624.pdf?OpenElement>, acesso a 11 de agosto de 2008).

³⁴⁶ Cf. Igualmente Peter Malanczuk, “The Kurdish Crisis and the Allied Intervention in the Aftermath of the Second Gulf War”, p. 114 e ss.

³⁴⁷ Por exemplo, o ministro alemão dos negócios estrangeiros ao descrever a situação como um genocídio, propôs que Saddam fosse julgado por crimes contra a humanidade. Declarações pedindo a proteção dos curdos foram também feitas por responsáveis australianos (*KRWE*, Irak, Apr. 1991).

³⁴⁸ Uma declaração da OTAN, em abril de 1991, acusou o governo iraquiano de violações massivas aos direitos humanos e exigiu que a comunidade internacional intervisse para “fazer com que as autoridades iraquianas ponham termo de imediato à repressão” (*KRWE*, Irak, Apr. 1991).

³⁴⁹ Sobre este instituto e a sua aplicação ao caso, Maurice Torrelli, “Les Zones de Sécurité”, *RGDIP*, v. 4, 1995, pp. 787-847.

aviões começaram a lançar mantimentos, medicamentos e ajuda em geral para os refugiados curdos nas montanhas. No mesmo dia, o Iraque e as Nações Unidas, chegaram a acordo quanto à presença de ajuda humanitária no território do Iraque. Seis dias passados soldados aliados fixavam acampamento no Norte do Iraque. Chegaram a ser mais de vinte mil, provenientes de treze países, sem a autorização das autoridades iraquianas. Mais tarde, saíram do território iraquiano, sob condição de serem substituídos por uma força militar das Nações Unidas, no que o Iraque consentiu. Deixaram, no entanto, uma força militar na Turquia preparada para intervir caso os iraquianos voltassem a atacar os curdos³⁵⁰, que, entretanto, voltaram às suas residências.

Argumentos humanitários foram invocados pelos Estados Unidos³⁵¹ e pela França³⁵² para justificar a operação, que foi recebida como tal, a acreditar na reação da comunidade internacional, sem que houvesse condenações ou tentativas de condenação no Conselho de Segurança ou na Assembleia-Geral³⁵³. Aliás, as Nações Unidas, substituindo os aliados no Norte do Iraque, de certa forma, endossaram a operação de proteção dos curdos. Muitos analistas argumentam que foram as Nações Unidas, de forma implícita, a autorizar a força³⁵⁴, mas isso é difícil de aceitar, atendendo que se teria de desvirtuar completamente a Resolução nº 688 para se chegar a tal conclusão. Como visto, as autorizações implícitas não são bases aceitáveis de justificação do uso da força³⁵⁵. Tudo isto acabou por inviabilizar qualquer veleidade de a considerar uma intervenção humanitária coletiva. O mesmo ocorre com a ideia de o consentimento do Iraque desqualificar a unilateralidade da ação porque, na verdade, a aceitação do Iraque

³⁵⁰ International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background. Supplementary Volume to the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, pp. 87-89.

³⁵¹ Uma das principais justificações para a ação foi providenciada pelo Presidente Bush, ao afirmar que “alguns podem pensar que esta é uma intervenção nos assuntos internos do Iraque. Mas eu penso que a preocupação humanitária, a preocupação com os refugiados, é tão mais importante que esta acção será muito bem compreendida” (Ibid., p. 88).

³⁵² Presidente da França declarou que: “A opressão e o terror são formas tão flagrantes de abuso do poder que, no actual estágio de desenvolvimento da moral da sociedade internacional, não devem mais ser toleradas” (“Intervention du President de la République” in: *Pratique International du Droit International* 1991, Jean Charpenter (org.), *AFDI*, v. 37, 1991, p. 939).

³⁵³ Veja-se igualmente James Cockayne & David Malone, “The Security Council and the 1991 and 2003 Wars in Iraq” in: Vaughan Lowe; Adam Roberts; Jennifer Welsh & Dominik Zaum (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, pp. 384-405, especialmente 389-390.

³⁵⁴ Esta interpretação, a nosso ver equivocada, foi sufragada por vários analistas que a incluem entre os casos de intervenção humanitária coletiva com base numa suposta autorização concedida pela Resolução n. 688 do Conselho de Segurança (Neste sentido, veja-se Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, pp. 234-241).

³⁵⁵ Neste mesmo sentido, Howard Adelman, “Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds”, p. 5 (explicitando a inexistência de autorização expressa do Conselho de Segurança), e Nigel White, “Commentaries on the Protection of the Kurdish Safe-Heaven: Operation Desert Strike”, *passim*.

e o acordo celebrado com as Nações Unidas foi feito sob ameaça e por medo de uma intervenção armada³⁵⁶. Acresce que o facto de as zonas de proteção terem sido violadas pelas forças iraquianas como um elemento desqualificador da intervenção³⁵⁷, não é relevante, uma vez que a intervenção humanitária não é, e nem precisa de ser, realizada sem oposição, já que é natural que o Estado que sofre a intervenção resista aos invasores. Foi, por conseguinte, um caso de intervenção humanitária unilateral³⁵⁸, em que os Estados intervenientes destacaram a motivação humanitária e sua conformidade jurídica e, principalmente, que foi realizada sem oposição da comunidade internacional.

A mais famosa de todas as intervenções do período da Guerra Fria foi a empreendida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte no Kosovo (1999)³⁵⁹

³⁵⁶ Em tom similar, Howard Adelman, “Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds”, p. 19 (dizendo que foram obrigados a assinar o acordo, e Peter Malanczuk, “The Kurdish Crisis and the Allied Intervention in the Aftermath of the Second Gulf War”, p. 114 e ss.

³⁵⁷ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, p. 204.

³⁵⁸ Cf. também Christopher Greenwood, “International Law and the NATO Intervention in Kosovo”, Christopher Greenwood, “International Law and the NATO Intervention in Kosovo”, *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 929-930; Nigel White, “Commentaries on the Protection of the Kurdish Safe-Heaven: Operation Desert Strike”, p. 201 (avertando a possibilidade, muito embora não concordando com a justificação), e, principalmente, Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, p. 241.

³⁵⁹ A questão teve um tratamento exaustivo na doutrina dos mais diversos países. Vide: Bruno Simma, “NATO, the UN and the Use of Force: Legal Aspects”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 1-22; Jorri Duursma, “Justifying NATO’s Use of Force in Kosovo?”, *LJIL*, v. 12, n. 2, 1999, pp. 287-295; Natalino Ronzitti, “Lessons of International Law from NATO’s Armed Intervention Against the Federal Republic of Yugoslavia”, *ISpec*, v. 34, n. 3, 1999, pp. 45-54; Santiago Ripol Carulla, “El Consejo de Seguridad y la defensa de los derechos humanos. Reflexiones a partir del conflicto de Kosovo” *REDI*, v. 51, n. 1, 1999, pp. 59-87; Louis Henkin, “Kosovo and the Law of ‘Humanitarian Intervention’”; Ruth Wedgwood, “NATO’s Campaign in Yugoslavia”; Christine Chinkin, “Kosovo: a Good or a Bad War?”; Thomas Franck, “Lessons From Kosovo”; W. Michael Reisman, “Kosovo’s antinomies”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 824-828, 828-834, 841-847, 857-860, 860-862; Salvatore Zappalà, “Nuovi sviluppi in tema di uso della forza armata in relazione alle vicende del Kosovo”, *RivDI*, v. 82, f. 4, 1999, pp. 975-1004; Christoph Scheuer, “Is There a Legal Basis for NATO Intervention on Kosovo?”; Alain Pellet, “‘La guerre de Kosovo’ – le fait rattrapé par le droit”, *ILFDI*, v. 1, 1999, pp. 151-154, 160-165; Nico Krisch, “Unilateral Enforcement of the Collective Will: Kosovo, Iraq, and the Security Council”, *MPYUNL*, v. 3, 1999, pp. 59-103; Jorge Castro, “Kosovo e o novo sistema de segurança coletiva”, *PE*, v. 8, n. 3, 1999/2000, pp. 98-113; Nicolas Valticos, “Les droits de l’homme, le droit international et l’intervention militaire en Yougoslavie. Où va-t-on ? Éclipse du Conseil de Sécurité ou réforme du droit de veto?”, *RGDIP*, t. 104, n. 1, 2000, pp. 5-36; Dino Kritsiotis, “The Kosovo Crisis and NATO’s Application of Armed Forces Against the Federal Republic of Yugoslavia”, *ICLQ*, v. 49, n. 2, 2000, pp. 330-359; Eric Suy, “NATO’s Intervention in the Federal Republic of Yugoslavia”, *LJIL*, v. 13, n. 1, 2000, pp. 193-205; Ielbo Lobo de Souza, “O conflito armado entre a OTAN e a Iugoslávia (1999): algumas considerações sobre o uso da força nas relações internacionais”, *DeD*, v. 1, n. 1, 2000, pp. 123-147; Ian Brownlie & C.J. Apperley, “Kosovo Crisis Inquiry: Memorandum on the International Law Aspects”; Christine Chinkin, “The Legality of NATO’s Action in the Former Republic of Yugoslavia (FRY) Under International Law”; Christopher Greenwood, “International Law and the NATO Intervention in Kosovo”; Vaughan Lowe, “International Legal Issues Arising in the Kosovo Crisis”, *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 878-905, 910-925, 926-934, 935-943; Jules Lobel, “Benign Hegemony? Kosovo and Article 2(4) of the Charter”, *ChicJIL*, v. 1, 2000, pp. 1-36; Daniel Thürer, “Der Kosovo-Konflikt im Lichte des Völkerrechts: von drei – echten und scheinbaren – Dilemmata”, *AdV*, b. 38, 2000, pp. 1-22; Paolo Picone, “La ‘guerra del Kosovo’ e il Diritto Internazionale Generale”, *RivDI*, n. 2, 2000, pp. 309-360; John Merriam, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, *CWRJIL*, v. 33, n. 1, 2001, p. 123; Paulo Canelas de Castro, “A Intervenção

contra a Federação Jugoslávia em razão da repressão promovida pelo regime de Milosevic contra a minoria albanesa do Kosovo, província da Sérvia. Esta levou a cabo alguns massacres e, particularmente, a adoção de medidas de limpeza étnica com a expulsão de pessoas. Depois de tentativas fracassadas para resolver o problema, a força aérea de vários membros dessa organização, designadamente de Portugal, começou a bombardear a Sérvia a partir de 24 de março de 1999. Com as operações a incidirem contra a infraestrutura da antiga Jugoslávia e vários danos colaterais, a Federação, acabou por aceitar um compromisso e retirar-se do Kosovo, permitindo a entrada de forças internacionais, arranjo que globalmente foi vertido para a Resolução nº 1244 do Conselho de Segurança, estabelecendo as diretrizes gerais para a administração do território.

Os países da coligação, unidos sob a bandeira da OTAN deram, como seria de esperar, justificações diferentes³⁶⁰. Abarcavam, sob a ideia geral de que a força seria necessária para proteger os kosovares da repressão sérvia³⁶¹, o recurso a autorizações anteriores do Conselho de Segurança, julgadas suficientes para permitir a intervenção caso a Jugoslávia as desrespeitasse, como acabou por acontecer³⁶². A Grã-Bretanha e a Bélgica, fizeram, cada qual ao seu modo, uso da doutrina das intervenções humanitárias.

As reações da comunidade internacional foram globalmente condescendentes, se não favoráveis. O Conselho de Segurança, por um lado, tendo a oportunidade de exigir o imediato fim da ação militar, nada fez, rejeitando, assim, o projeto de resolução da Rússia, Bielorrússia e Índia, que condenava a intervenção³⁶³. Por outro lado, aprovou a

Armada e o Caso do Kosovo – Novos Elementos para a Construção de uma Nova Ordem Internacional?”, *NeD*, n. 97, 2001, pp. 75-134.

³⁶⁰ Em especial analisando esses argumentos, Kerry Tetzlaff, “Humanitarian Intervention Post Kosovo: Does a Right to Humanitarian Intervention in Customary International Law after Kosovo? If Not, Is There a Trend Towards Creation of a Right to Humanitarian Intervention in Customary International Law?”, *NZPJJournal*, v. 4, 2006, disponível em:

<http://www.nzpostgraduatelawejournal.auckland.ac.nz/CurrentIssue.html>, acesso a 13 de agosto de 2008), que, no entanto, sugere que o facto dos Estados não se referirem explicitamente a intervenções humanitárias, mas à necessidade de fazer face à catástrofe humanitária promovida pelas forças sérvias, desqualifica qualquer pretensão à existência de *opinio juris* por parte dos interventores. O argumento é francamente problemático, pois sempre se pode argumentar se então não estariam a defender a existência de um direito a empreender uma intervenção para proteger pessoas de catástrofes humanitárias promovidas pelos seus próprios Estados. Evidentemente, não existe qualquer diferença substancial entre dizer uma coisa ou outra.

³⁶¹ Alguns autores como Jules Lobel, “Benign Hegemony? Kosovo and Article 2(4) of the Charter”, p. 33, com base na ausência quase total da sua menção no *Caso sobre a Legalidade do Uso da Força* do Tribunal Internacional de Justiça, negam a hipótese de existência de *opinio juris* entre os integrantes da OTAN que intervieram no Kosovo.

³⁶² Para desenvolvimentos a respeito deste argumento específico, ver Nico Krisch, “Unilateral Enforcement of the Collective Will: Kosovo, Iraq, and the Security Council”, pp. 59-103.

³⁶³ O projeto teve 3 votos – Rússia, China e Namíbia – a favor e 12 contra, o que significa que, mesmo que membros permanentes não pudessem bloquear, através do veto, a adoção da resolução, esta não

Resolução n.º 1244, que, curiosamente, determinava a saída das forças sérvias desse território³⁶⁴ e incluiu a OTAN entre as organizações que participariam da administração do Kosovo³⁶⁵. Demonstrou assim alguma aceitação da *Operação Força Aliada*, já que dificilmente haveria a atribuição desse papel se se considerasse que houve uma violação grosseira do Direito Internacional³⁶⁶. Na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, um projeto de resolução da Rússia condenando a OTAN também foi rejeitada por uma margem substancial³⁶⁷, e na Assembleia-Geral não se tomou nenhuma posição de condenação. Na esfera mais regional, a Conferência Islâmica, apoiou medidas invocando bases humanitárias³⁶⁸, mas o Movimento dos Não Alinhados posicionou-se contra a formação de uma regra costumeira nessa matéria³⁶⁹. No entanto, Estados importantes como a Rússia, a China e a Índia manifestaram a sua oposição à operação³⁷⁰.

A *Operação Força Aliada* foi desenhada sobre insuspeitas bases fácticas, pois é indubitável, apesar das declarações em contrário que alegam que o número de vítimas mortais era reduzido, que a situação humanitária e as tentativas de genocídio justificavam esse tipo de intervenção, conforme provado por documentos de algumas organizações como a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa e a Amnistia Internacional. Lembrar-se-ia que a mera tentativa de limpeza de um grupo determinável pela sua etnia através da expulsão já configura genocídio. Ela, ademais, razoável aceitação por parte da comunidade internacional³⁷¹, e apesar da utilização de meios controversos como sejam bombardeamentos a grande altitude com aumento de riscos para a população civil e

passaria. Foi sintomático ainda o facto de Estados tradicionalmente anti-intervencionistas, como o Brasil e a Argentina não a terem apoiado (CS - 3989th Meeting, 26 March 1999, p. 6).

³⁶⁴ CS/R/1244, 10 June 1999, para. 3.

³⁶⁵ Ibid., Anex 2, para. 4.

³⁶⁶ Para uma posição contrária à aqui desenvolvida, vide: Olivier Corten & François Dubuisson, “L’hypothèse d’une règle émergente findant une intervention militaire sur une ‘autorisation implicite du Conseil de sécurité’”, p. 885 e ss.

³⁶⁷ Ver Tom Farer, “Humanitarian Intervention Before and After 9/11: Legality and Legitimacy” in: Jeff Holzgrefe & Robert Keohane (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, p. 70.

³⁶⁸ A Conferência Islâmica declarou que “uma intervenção decisiva era necessária para evitar uma catástrofe humanitária e mais violações aos direitos humanos no Kosovo.” (Citado por: Ibid., p. 70 ; a declaração foi reproduzida em Heike Krieger (ed.), *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation 1974-1999*, Cambridge, UK, CUP, 2001, pp. 494-495).

³⁶⁹ ‘Movement of Non-Aligned States Statement [9 abril 1999]’ in: Ibid., pp. 496-497 (ainda que tenha ficado longe de ser uma condenação muito enfática).

³⁷⁰ Para a exposição dessas diversas posições, nomeadamente as críticas, cf. Ibid., *passim*.

³⁷¹ Assinalando esses aspetos, Alain Pellet, “‘La guerre de Kosovo’ – le fait ratrappé par le droit”, pp. 163-164.

diminuição dos pilotos³⁷², é um precedente válido para a doutrina da intervenção humanitária, na medida em que cumpriu com as condições mínimas que ela exige³⁷³.

Mais recentemente, está em curso um caso de intervenção humanitária unilateral, ainda que *sui generis*, contra o chamado Estado Islâmico no Iraque e na Síria³⁷⁴. Resultou da surpreendente ação deste grupo religioso extremista que, em pouco tempo, depois de se afastar da *Al Qaeda* e da Frente *Al-Nusra*, passou a controlar partes consideráveis da Síria no âmbito da sua Guerra Civil, assim como atacou com sucesso o Iraque, conquistando todo o seu Norte, incluindo a importante cidade de Mosul, e ficando às portas da capital e na fronteira do curdistão iraquiano. Neste processo, na tentativa de implementar a sua visão ortodoxa do islamismo, o Estado Islâmico perseguiu minorias religiosas e étnicas como os Iazidis, os Turcomânos, os Curdos e os Xiitas, para além de muçulmanos sunitas que não aceitam as suas regras estritas.

A resistência ao avanço do Estado Islâmico foi assumida pelo despreparado exército iraquiano e em particular pelos peshmergas do curdistão no terreno, auxiliados por uma vasta coligação composta por Estados ocidentais (Estados Unidos, França, Austrália, etc.) e países árabes (nomeadamente a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos, Qatar, Arábia Saudita, Bahrain). Os ataques começam em agosto de 2014 no Iraque, mas no mês seguinte passaram a incluir alvos dentro da Síria.

Do ponto de vista jurídico³⁷⁵, haja em vista a situação concreta, há uma diferença notória entre as operações feitas no Iraque e na Síria, uma vez que o primeiro país concedeu autorização às forças aliadas para operarem no seu território, muito embora, mesmo neste caso, a rigor, se se aplicasse as normas tradicionais de intervenção em guerras civis, não seria um consentimento válido. Verdade é que com a versão legitimista que se tem desenvolvido neste matéria, pode-se considerar que mesmo que um grupo terrorista consiga conquistar e ter um domínio efetivo sobre um determinado

³⁷² Vide Nico Schrijver, "NATO in Kosovo: Humanitarian Intervention turns into a Clausewitzian War", *ILFDI*, v. 1, 1999, p. 158 (dizendo que, em tais condições, é impossível proteger os civis, o que descaracterizaria a pretensão humanitária da intervenção); International Commission on Intervention and State Sovereignty, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background. Supplementary Volume to the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, p. 114, Ove Bring, "International Humanitarian Law after Kosovo: is *lex lata* Sufficient?", *NJIL*, v. 71, n. 1, 2002, pp. 39-54.

³⁷³ *Per contra*, Christoph Scheuer, "Is There a Legal Basis for NATO Intervention on Kosovo?", p. 153 (classificando a doutrina das intervenções humanitárias como um argumento altamente duvidoso).

³⁷⁴ Veja-se a cronologia de eventos em <http://www.dw.de/islamic-state-a-chronology-of-key-developments/a-17920159>, acesso a 16 de fevereiro de 2015.

³⁷⁵ No geral, v. Louise Arematsu & Michael Schmitt, "Attacking the 'Islamic State' and the Khorasan Group: Surveying the International Law Landscape", *CJTLBulletin*, v. 53, n. 1, 2014, pp. 1-29, e Hannah Stuart, "The Legal Case for British Military Action Against Islamic State in Iraq and Iraq", *CRRTPP*, n. 2, 2014.

território às expensas dos líderes legítimos, estes mantêm a prerrogativa exclusiva de poder requerer intervenção externa³⁷⁶. No caso da Síria, pois não só a legitimidade da dinastia³⁷⁷ é contestada interna e externamente, ao ponto de ter sido aventada uma intervenção armada contra ele, como também ele não fez qualquer convite aos aliados para operarem no território sírio³⁷⁸. Seria, apenas, nessa dimensão que se poderia considerar a existência de uma intervenção humanitária unilateral³⁷⁹.

A justificação dada pelos Estados interventores foi, na linha do que aconteceu no Médio Oriente, um misto de legítima defesa, argumentos securitários gerais e bases humanitárias, gerando, também através da absorção dessa miscelânea de causas justificatórias, uma receção senão de apoio, pelo menos de aceitação, não havendo críticas significativas, nem sequer de Damasco, o que introduz mais um fator de complexificação da situação atual das intervenções humanitárias.

3.4. Os critérios de ‘tolerabilidade’

A verdade é que não se pode dizer que se tenham constituído um volume de prática suficiente ou claramente inequívoca da vontade dos membros da comunidade internacional criarem uma exceção à proibição do uso e da ameaça do uso da força por motivos humanitários. Mas também não seria integralmente correto ignorar os efeitos potenciais que a tolerância que a comunidade internacional, ou pelo menos parte dela, tem demonstrado em certas situações³⁸⁰, num sentido muito próprio já anunciado por Hart³⁸¹.

³⁷⁶ Ver a posição de Louise Arematu & Michael Schmitt, “Attacking the ‘Islamic State’ and the Khorasan Group: Surveying the International Law Landscape”, pp. 6-8.

³⁷⁷ Veja-se, por exemplo, Nikolaos van Dam, *The Struggle for Power in Syria. Politics and Society under Asad and the Ba’th Party*, 4. ed., London, Tauris, 2011.

³⁷⁸ Ibid., pp. 8-10.

³⁷⁹ Ainda que cético, Ibid., pp. 25-27.

³⁸⁰ No mesmo sentido, vide Jane Stromseth, “Rethinking Humanitarian Intervention: The Case for Incremental Change” in: Jeff Holzgrefe & Robert Keohane (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, pp. 245-255; Antonio Cassese, “*Ex Iniuria Ius Oritur*. Are we Moving Towards International Legitimation of Forceful Humanitarian Countermeasures in the World Community?”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, p. 27; Vaughan Lowe, “International Law and the NATO Intervention in Kosovo”, p. 939; John Merriam, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, pp. 126-136; Ralph Zacklin, “Beyond Kosovo: The United Nations and Humanitarian Intervention”, *VJIL*, v. 41, n. 4, 2001, pp. 937-940. Também a linha mais moral de Nicholas Wheeler, “Legitimizing Humanitarian Intervention: Principles and Procedures”, *MelJIL*, v. 2, n. 2, 2001, pp. 554-560, e as propostas, naquela altura doutrinárias, de Jean-Pierre Fonteyne, “The Customary International Law Doctrine of Humanitarian Intervention: Its Current Validity under U.N. Charter”, *CWILJ*, v. 4, 1974, pp. 258-268; Michael Bazylar, “Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia”, pp. 597- 607.

³⁸¹ De forma muito similar ao problema da estaticidade de certos sistemas jurídicos levantado por H.L.A. Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., Oxford, Clarendon, 1994, p. 92, que pressupõe uma situação de tensão e conflitualidade.

A prática tem condicionado esta tolerabilidade à presença de certos pressupostos. Primeiro, que exista uma situação humanitária real, caracterizada pela violação de certos direitos básicos (como a vida, a integridade pessoal ou a liberdade) de um número representativo de vítimas, através de condutas empreendidas ou toleradas pelos poderes públicos ou em situações em que este se revela incapaz de garantir a sua proteção, segundo, que o Conselho de Segurança esteja bloqueado, por motivos processuais, designadamente ligados à utilização dos poderes negativos dos seus membros permanentes³⁸², ou desinteressado pela situação, não podendo, de facto, não possa atuar em nome da comunidade internacional; terceiro, que a entidade que pretenda intervir já tenha tentado sem sucesso esgotar todas as possibilidades razoáveis³⁸³ – facilitando-se naturalmente as intervenções em Estados falhados ou ‘colapsados’ por este motivo³⁸⁴ – de por termo, ao morticínio de forma pacífica e diplomática³⁸⁵, conforme determinação

³⁸² Vide: ‘Carta das Nações Unidas [26 de junho de 1945], reproduzida em *DR [Portuguesa]*, I Série, n. 117, 22 de maio de 1991, pp. 2746-2784, Preâmbulo, art. 27.3, e, para comentários críticos, B.A. Wortley, “The Veto and the Security Provisions of the Charter”, *BYIL*, v. 23, 1946, pp. 95-111; Leland Goodrich; Edvard Hambro & Anna Patricia Simmonds, *Charter of the United Nations. Commentary and Documents*, 3. ed., New York, ColUP, 1969, pp. 215-231; T.S. Batra, *The Security Council and Veto*, New Delhi, Metropolitan, 1979 (analisa a utilização do veto até à data da publicação, considerando que foi utilizado indevidamente e de forma juridicamente inconsistente para promover agendas políticas das grandes potências), e particularmente Bardo Fassbender, *UN Security Council Reform and the Right to Veto. A Constitutional Perspective*, The Hague, KL, 1998 (enquadrado na leitura constitucional da Carta promovida pela doutrina germânica, contém fundamentalmente propostas para a reconfiguração do sistema decisório à luz de novos imperativos internacionais). De 1945 a 2000, o veto foi utilizado 279 vezes, principalmente pela União Soviética e pelos Estados Unidos (Os dados são de Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, p. 145, e podem ser analisados parcialmente na compilação de Anjali Patil (ed.), *The UN Veto in World Affairs, 1946-1990. A Complete Record and Case Histories of the Security Council's Veto*, Sarasota, UNIFO, 1992), e a partir de uma leitura histórico-jurídica em Thomas Schindlmayr, “Obstructing the Security Council: The Use of the Veto in the Twentieth Century”, *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 218-234, que defende haver algum exagero em sustentar a melhoria das relações entre os membros do Conselho de Segurança nos Anos 90, designadamente porque muitas vezes o ‘veto’ é de gaveta.

³⁸³ Conforme teorizou recentemente John Merriam, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, pp. 131-132, o comprometimento com tentativas de solução pacíficas de controvérsias deve ser proporcional ao estágio da crise humanitária. Se ela não tiver começado efetivamente, métodos de prevenção, inclusive os diplomáticos, devem ser usados. Depois de iniciados os massacres o uso da força pode ser o único remédio. Jean-Pierre Fonteyne, “The Customary International Law Doctrine of Humanitarian Intervention: Its Current Validity under U.N. Charter”, p. 264, e também Antonio Cassese, “*Ex Iniura Ius Oritur*. Are we Moving Towards International Legitimation of Forcible Humanitarian Countermeasures in the World Community?”, p. 27, dizem que seriam dispensáveis em caso de iminência das violações.

³⁸⁴ Vide Nii Wallace-Bruce, “Of Collapsed, Dysfunctional and Disoriented States: Challenges to International Law”, pp. 53-73.

³⁸⁵ As modalidades mais comuns e importantes de solução diplomática e arbitrais de controvérsias, conforme enunciadas e analisadas em Richard Bilder, “An Overview of International Dispute Settlement”, *EJIDR*, v. 1, n. 1, 1986, pp. 1-32; Mary Ellen O’Connell (ed.), “Introduction” in: id (ed.), *International Dispute Settlement*, Dartmouth, Ashgate, 2003, pp. xi-xxx; John Collier & Vaughan Lowe, *The Settlement of Disputes in International Law. Institutions and Procedures*, Oxford, OUP, 1999, pp. 19-44; J.G. Merrills, *International Dispute Settlement*, 4. ed., Cambridge, UK, CUP, 2005. Sven Koopmans, *Diplomatic Dispute Settlement. The Use of Inter/State Conciliation*, The Hague, TMAP, 2008, pp. 19-37; Ian Brownlie, “The Wang Tieya Lecture on Public International Law The Peaceful

do artigo 33 da Carta das Nações Unidas³⁸⁶; finalmente, quarto, que a intervenção tenha apoio político da maior parte dos membros da comunidade internacional, base de legitimidade da operação militar unilateral e reforço do quadro justificatório relacionado com a sua representatividade material global³⁸⁷.

De outra parte, impõe-se, enquanto se executa a intervenção que ela seja empreendida, preferencialmente, por um grupo de países³⁸⁸, mais uma vez um aspeto essencial para lhe garantir representatividade e afastar temores de instrumentalização da operação militar. Neste quesito, quanto mais plural forem os integrantes do grupo em matéria cultural, religiosa, geográfica, político-ideológica, maior é a sua aceitação. Importante é que seja proporcional³⁸⁹, mormente no que diz respeito aos meios utilizados e a sua duração no tempo. Por conseguinte, apesar da distinção entre *jus ad bellum* e *jus in bello*³⁹⁰, é decisivo que a intervenção utilize meios adequados e respeite o Direito Internacional Humanitário³⁹¹, cuidando de tomar as cautelas necessárias para

Settlement of International Disputes”, *CJIL*, v. 8, n. 2, 2009, pp. 267-283, e id., “The Peaceful Settlement of International Disputes in Practice”, *PILR*, v. 7, n. 2, 1995, pp. 257-280. O caso da Jugoslávia nos anos 90 é exemplificativo de excesso de aposta em meios pacíficos quando se está a lidar com governantes que não estão de boa fé (Ed Vulliamy, “Bosnia: the crime of appeasement”, *IA*, v. 74, n. 1, 1998, pp. 73-92; Paul Williams & Karina Waller, “Coercive Appeasement: The Flawed International Response to the Serbian Rogue Regime”, *NELR*, v. 36, n. 4, 2002, pp. 825-889); a mesma experiência aconteceu no Ruanda, já que, conforme Daniel Nsereko, “Genocidal Conflict and the ICTR”, *NILR*, v. 47, n. 1, 2001. p. 38, o que falhou no Ruanda não resultou de incapacidade, mas de falta de vontade política.

³⁸⁶ Carta das Nações Unidas [26 de junho de 1945], art. 33, “1. As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias”.

³⁸⁷ Vide, também John Merriam, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, pp. 150-152.

³⁸⁸ Cf. numa perspetiva *de lege ferenda*, nos anos sessenta, Jean-Pierre Fonteyne, “The Customary International Law Doctrine of Humanitarian Intervention: Its Current Validity under U.N. Charter”, p. 266, a recomendação para uma ação preferencialmente coletiva, no sentido de ser constituída por vários países, e, mais recentemente, Jeremy Levitt, “Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone”, p. 373 e ss, sustentando que se trata da única forma em que a comunidade internacional aceita as intervenções humanitárias.

³⁸⁹ Ver o importante trabalho de Judith Gardam, *Necessity, Proportionality and the Use of Force by States*, Cambridge, UK, CUP, 2004.

³⁹⁰ A qual não é absoluta pois como sustenta Alexander Orakhelashvili, “Overlap and Convergence: The Interaction between *Jus ad Bellum* and *Jus in bello*”, *JCSL*, v. 12, n. 2, 2007, pp. 158-196. Ademais, no caso concreto, em razão da natureza desse tipo de intervenção, a necessidade de respeitar o direito internacional humanitário faz-se ainda mais premente. Nico Schrijver, “NATO in Kosovo: Humanitarian Intervention turns into a Clausewitzian War”, pp. 155-159 (sustentando que apesar da base para usar a guerra, como os critérios de proporcionalidade, efetividade, observância do Direito Internacional Humanitário e cuidado com os civis não foram levados em consideração, não foram observados, e isto inquinou a ação da OTAN, não podendo, pelo analista externo, ser considerada humanitária).

³⁹¹ A respeito do Direito Internacional Humanitário, ver Hans Peter Gasser, *Le droit international humanitaire. Introduction*, Genève, CICR, 1993; Marco Sassoli; Antoine Bouvier et al., *How does Law Protects in War? Cases, Documents and Teaching Materials on Contemporary Practice in International Humanitarian Law*, Genève, CICR, 1999; Júlio Jorge Urbina, *Derecho Internacional Humanitario. Conflictos Armados y Conducción de las Operaciones Militares*, Santiago de Compostela, Tórculo, 2000; Ingrid Detter, *The Law of War*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2000; Leslie Green, *The Contemporary Law*

diminuir o impacto sobre civis, tentando causar o menor dano possível e evitar danos colaterais³⁹². Finalmente, a análise da prática mais recente tem demonstrado que, depois da guerra, é determinante que os Estados que promovam a intervenção atuem corretamente³⁹³, nomeadamente limitando a ocupação³⁹⁴, ao estritamente necessário para garantir a preservação das vidas humanas e a estabilização da situação.

of Armed Conflict, 2. ed., Manchester, MUP, 2000; Frits Kalshoven & Liesbeth Zegveld, *Constraints on the Waging of War. An Introduction to International Humanitarian Law*, 3. ed. Geneva, CICR, 2001; Robert Kolb, *Ius in bello. Le droit international des conflits armés. Précis*, Bale-Geneve-Munich/Bruxelles, H&L/ Bruylant, 2003; A.P.V. Rogers, *Law of the Battlefield*, 2. ed., Manchester, MUP, 2004. Ver igualmente Helena Melo, “Direito Internacional Humanitário”; Jorge Bacelar Gouveia, “Direito Internacional Humanitário” in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 146-150, 150-154. Uma interessante discussão sobre a capacidade regulatória do Direito Internacional Humanitário no caso de conflitos internacionais exclusivamente aéreos, como aconteceu na situação do Kosovo, é feita por Peter Rowe, “Kosovo 1999: the Air Campaign – Have the Provisions of Additional Protocol I withstood the Test?”, *IRRC*, n. 837, 2000, pp. 147-164.

³⁹² Para além da estratégia de redução de riscos aos militares, com a transferência dos mesmos à população civil, com bombardeamentos a altitudes elevadas (A.P.V. Rogers, “Zero-Casualty Warfare”, *IRRC*, n. 837, 2000, pp. 165-181), por exemplo, os erros da OTAN nos bombardeamentos à Federação Jugoslava não foram propriamente úteis na apreciação positiva da intervenção. Ver George Aldrich, “Yugoslavia’s Television Studies as Military Objectives”, *ILFDI*, v. 1, n. 3, 1999, pp. 149-150; William Fenrick, “Targeting and Proportionality during NATO Bombing Campaign against Yugoslavia”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, p. 498; Tania Voon, “Pointing the Finger: Civilian Casualties of NATO Bombing in the Kosovo Conflict”, *AUILR*, v. 6, n. 4, 2001, pp. 1104-1105; Christine Chinkin, “The Legality of NATO’s Action in the Former Republic of Yugoslavia (FRY) Under International Law”, pp. 922-923; ‘Final Report to the Prosecutor by the Committee Established to Review the NATO Bombing Campaign Against the Federal Republic of Yugoslavia [1999], disponível em <http://www.icty.org/x/file/Press/nato061300.pdf>, acesso a 22 de abril de 2015); Paolo Benvenuti, “The ICTY Prosecutor and the Review of the NATO Bombing Campaign against the Federal Republic of Yugoslavia”; Michael Bothe, “The Protection of the Civilian Population and NATO Bombing on Yugoslavia: Comments on a Report to the Prosecutor of the ICTY”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 503-529; 531-535), o mesmo ocorrendo com a estratégia de ‘choque e pavor’ advogada pelos Estados Unidos nestas situações (Harlan Ullman *et al*, *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, Fort McNair; Washington, DC, NDUP/ INSS, 1996, cap. 2), ou a da CEDEAO de impedir o acesso geral a bens alimentares no conflito da Libéria (Kofi Oteng Kufuor, “Starvation as a Means of Warfare in the Liberian Conflict”, *NILR*, v. 41, n. 3, 1994, pp. 313-331).

³⁹³ Cf. especialmente a tentativa de tradução jurídica da problemática por Carsten Stahn, “‘Jus ad bellum’, ‘Jus in Bello’, ..., ‘Jus Post Bellum’? Rethinking the Law of Armed Conflict”, *EJIL*, v. 17, n. 5, 2007, pp. 921-943.

³⁹⁴ A *Occupatio Bellica* foi regulamentada também pelos grandes instrumentos de direito internacional humanitário, especialmente pelos seguintes: *Convenção de Haia II sobre as Leis e os Costumes da Guerra Terrestre*. Assinada em Haia, 20/07/1899, art. 42-56; *Convenção de Haia IV sobre as Leis e os Costumes da Guerra Terrestre*. Assinada em Haia, 18/10/1907, art. 42-56 (v. estes instrumentos em Adam Roberts & Richard Guelff (ed.), *Documents on the Law of War*, 3. ed., Oxford, OUP, 2000); *Convenção de Genebra IV Relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempos de Guerra*. Assinada em Genebra, 12/10/1949, art. 47-75 (Reproduzida em Jorge Bacelar Gouveia (org.), *Direito Internacional Humanitário. Introdução – Textos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 125-184. Para comentários clássicos e contemporâneos, recomenda-se Lassa Oppenheim, *Derecho Internacional Público: controversias, guerra, neutralidad*, A. Lopez (trad.), Barcelona, Bosch, 1966, t. II, v. I, p. 439 e ss; Celso Albuquerque Mello, *Direitos Humanos e conflitos armados*, Rio de Janeiro, Renovar, 1997, p. 309 e ss; Gehrard von Glahn, *The Occupation of Enemy Territory. A Commentary on the Law and Practice of Belligerent Occupation*, Minneapolis, UMP, 1957; Odile Debbasch, *L’Occupation Militaire. Pouvoirs reconnus aux forces armées hors de leur territoire national*, Paris, LGDJ, 1962; Nisuke Ando, *Surrender, Occupation, and Private Property in International Law. An Evaluation of US Practice in Japan*, Oxford, Clarendon, 1991; Yutaka Arai Takahashi, *The Law of Occupation. Continuity and*

Neste sentido, para manter a tolerância, é essencial que não se perceba que da intervenção os Estados interventores estejam a retirar qualquer benefício económico³⁹⁵, e que permita atingir e garantir um quadro de estabilidade que propicie especificamente a manutenção da ordem e a proteção das vidas humanas³⁹⁶. A administração do território deve ser assumida por organizações internacionais³⁹⁷, particularmente pela Organização das Nações Unidas ou por uma organização regional ou sub-regional. Mesmo em tais casos, o princípio da autodeterminação dos povos³⁹⁸ requer que tão rápido quanto possível o poder seja devolvido à população e a soberania plena do Estado seja restaurada. Todavia, em relação à integridade territorial a prática não tem

Change of International Humanitarian Law, and Its Interaction with International Human Rights Law, Leiden, MN, 2009; Robert Kolb & Sylvain Vit  , *Le droit de l'occupation militaire. Perspectives historiques et enjeux juridiques actuels*, Bruxelles, Bruylant, 2009.

³⁹⁵ Foi um dos problemas que levou a percep  es negativas sobre a interven  o dos Estados Unidos no Iraque de 2003. Vide Jordan Paust, "The U.S. as Occupying Power Over Portions of Iraq and Relevant Responsibilities Under the Laws of War", *ASIL Insights*, n. 8, 2003, e Dobbie Langenkamp & Rex Zedalis, "What Happens to the Iraqi Oil? Thoughts on Some Significant Unexamined International Legal Questions Regarding Occupation of Oil Fields", *EJIL*, v. 14, n. 3, 2003, pp. 417-435.

³⁹⁶ A incapacidade de manuten  o da ordem afligi   igualmente o apoio de terceiros e dos pr  prios iraquianos    *Opera  o Liberdade Iraquiana*. No geral, para um relato dos factos cf. Ali Allawi, *The Occupation of Iraq. Winning the War, Losing the Peace*, New Haven, YUP, 2007, *passim*.

³⁹⁷ Sobre o assunto, ver Michael Bothe & Thilo Marauhn, "The United Nations in Kosovo and East Timor – Problems of a Trustsheep Administration", *IP*, v. 6, n. 4, 2000, pp. 152-156; Outi Korhonen, "International Governance in Post-Conflict Situations", *LJIL*, v. 14, n. 3, 2001, pp. 495-529; Ruth Wedgwood & Harold Jacobson, "State Reconstruction After Civil Conflict"; Michael Matheson, "United Nations Governance of Postconflict Societies", *AJIL*, v. 95, n. 1, 2001, pp. 1-6, 76-85; Mathias Ruffert, "The Administration of Kosovo and East Timor by the International Community", *ICLQ*, v. 50, n. 3, 2001, pp. 613-631, bem como os abrangentes Simon Chesterman, *'You the People': The United Nations, Transitional Administration, and State-Building*, Oxford, OUP, 2004; M  nica Ferro, *Constru  o de Estados. Administra  es Internacionais das Na  es Unidas*, Lisboa, ISCSP, 2006; Ralph Wilde, *International Territorial Administration. How Trusteeship and the Civilizing Mission Never Went Away*, Oxford, OUP, 2008; Bernard Knoll, *The Legal Status of Territories Subject to Administration by International Organisations*, Cambridge, UK, CUP, 2008; Gregory Fox, *Humanitarian Occupation*, Cambridge, UK, CUP, 2008. Em especial sobre a UNMIK (United Nations Mission in Kosovo), encarregada da administra  o do Kosovo, cf. Andreas Zimmermann & Christian Stahn, "Yugoslav Territory, United Nations Trusteeship or Sovereign State? Reflections on the Current and Future Legal Status of Kosovo", *NJIL*, v. 70, n. 4, 2001, pp. 423-460; Anne Orford, "Self-Determination after Intervention: the International Community and Post-Conflict Reconstruction" in: *Reading Humanitarian Intervention. Human Right and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 126-157.

³⁹⁸ No geral sobre o direito    auto-determina  o no Direito Internacional, cf., dentre a inabarc  vel doutrina, Alfred Cobban, *National Self-Determination*, London, OUP, 1945; Harold Johnson, *Self Determination Within the Community of Nations*, Leiden, Sijthoff, 1967; Umozurike Ojo Umozurike, *Self-Determination in International Law*, Hamden, Conn., AB, 1972; A. Rigo Sureda, *The Evolution of the Right of Self-Determination. A Study of United Nations Practice*, Leiden, Sijthoff, 1973; Dov Ronen, *The Quest for Self-Determination*, New Haven, YUP, 1979; Michla Pomerance, *Self-Determination in Law and Practice. The New Doctrine in the United Nations*, The Hague, MN, 1982; Benyamin Neuberger, *National Self-Determination in Postcolonial Africa*, Boulder, LR, 1986; Christian Tomuschat, *Modern Law of Self-Determination*, Dordrech, MN, 1993; Antonio Cassese, *Self-Determination of peoples. A legal reappraisal*, Cambridge, UK, CUP, 1995; Thomas Musgrave, *Self-Determination and National Minorities*, Oxford, Clarendon, 1997; Robert McCorquodale (ed.), *Self-Determination in International Law*, Aldershot, Ashgate, 2000.

descartado a possibilidade de secessão³⁹⁹ caso se entenda impossível manter o país unido sem arriscar o retorno da instabilidade e das atrocidades.

³⁹⁹ No geral, cf. Antonello Tancredi, *La secessione en el diritto internazionale*, Padova, CEDAM, 2001, *passim*, Julie Dahlitz (ed.), *Secession and International Law*, The Hague, TMAP, 2003; Marcelo Kohen (ed.), *Secession. International Law Perspectives*, Cambridge, UK, CUP, 2006; em particular com a tese exposta no corpo do texto, Umozurike Ojo Umozurike, *Self-Determination in International Law*, p. 199, dizendo que se a maioria insistir em perseguir uma minoria esta terá um direito de secessão.

CAPÍTULO QUARTO

UT PUREAT SERVARET MANUS: AS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS UNILATERAIS EM REGIMES ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL, DOUTRINAS HUMANITÁRIAS, DIREITO CONSTITUCIONAL, MORALIDADE INTERNACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL

4.1. O impacto incerto dos projetos da Comissão de Direito Internacional, da definição do crime de agressão no Estatuto de Roma e da doutrina da responsabilidade de proteger

4.1.1. A ausência de impacto das medidas tomadas depois da II Guerra Mundial contra o genocídio e outros crimes graves contra a humanidade e proteção dos Direitos Humanos e dos projetos da Comissão de Direito Internacional sobre responsabilidade internacional do Estado por facto ilícito e sobre os crimes contra a paz e segurança da humanidade

As posições que a Comunidade Internacional adotou logo a seguir à II Guerra Mundial contra o genocídio e outros crimes graves contra a humanidade também não contêm elementos para resolver o problema que nos ocupa. A *Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio* (1948)¹ limitou-se a considerar a existência de um crime de genocídio², com obrigações de incriminação³ e de prestação

¹ Oficialmente publicada pelo *DR*, I Série – A, n. 160, 14 de julho de 1998, pp. 3334-3338 (juntamente com resolução de aprovação para vinculação); por todos, cf. William Schabas, *Genocide in International Law. The Crime of Crimes*, Cambridge, UK, CUP, 2000; id., “Convention on the Prevention and Punishment of Genocide” in: Dinah Shelton (ed.), *Encyclopedia on Genocide and Crimes against Humanity*, Detroit, MM, 2005, v. I, pp. 204-205, e, antes, os clássicos Nehemiah Robinson, *The Genocide Convention. A Commentary*, New York, IJA, 1960, e, em especial, Raphael Lemkin, *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation – Analysis of Government – Proposals for Redress*, Washington, D.C., CEIP, 1944, que tão decisivamente contribuiu para a criação desse tipo penal internacional e da Convenção de 1948 (por todos, Bernard Hamilton, “Lemkin, Raphael” in: Dinah Shelton (ed.), *Encyclopedia on Genocide and Crimes Against Humanity*, v. II, pp. 643-645; Serge Sayapin, “Raphael Lemkin: A Tribute”, *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1157-1162; numa outra perspectiva, Harmen van der Wilt; Jeroen Vervliet; Göran Sluiter & Johannes Houwink ten Cate (eds.), *The Genocide Convention. The Legacy of Sixty Years*, Leiden, Brill, 2012, e, na literatura de língua portuguesa, Carlos Canêdo, *Genocídio como Crime Internacional*, Belo Horizonte, DRey, 1999.

² Ver, em conjunto, os artigos 1º (“As Partes Contratantes confirmam que o genocídio, seja cometido em tempo de paz ou em tempo de guerra, é um crime do direito dos povos, que desde já se comprometem a prevenir e a punir”), 2º (“Na presente Convenção, entende-se por genocídio os actos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo”), 3.º (“Serão punidos os seguintes actos: a) O genocídio; b) O acordo com vista a cometer genocídio; c) O incitamento, directo e público, ao

de cooperação judiciária em matéria penal⁴. Os *Princípios de Direito Internacional Reconhecidos pela Carta e no Julgamento do Tribunal de Nuremberga* de 1950⁵ não definiram se o conceito utilizado naquele momento, de crime contra a paz⁶, abarcaria as intervenções humanitárias como espécie de “guerra agressiva” ou de “guerra em violação de tratados, acordos ou garantias internacionais”; por fim, o *Código da Comissão de Direito Internacional sobre Crimes contra a Paz e Segurança da Humanidade* de 1954 (a chamada versão I)⁷, apesar de conter formulações muito amplas sobre o que poderia ser considerado um ato de agressão para efeitos de incriminação⁸, que pareciam também alcançar as intervenções humanitárias, particularmente porque somente a legítima defesa e as operações aprovadas por ‘órgãos competentes’ das

genocídio; d) A tentativa de genocídio; e) A cumplicidade no genocídio”), e 4º (“As pessoas que tenham cometido genocídio ou qualquer dos outros actos enumerados no artigo 3.º serão punidas, quer sejam governantes, funcionários ou particulares” (‘Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio [9 de dezembro de 1948’, *supra*).

³ De acordo com o artigo 5º, “As Partes Contratantes obrigam-se a adoptar, de acordo com as suas Constituições respectivas, as medidas legislativas necessárias para assegurar a aplicação das disposições da presente Convenção e, especialmente, a prever sanções penais eficazes que recaiam sobre as pessoas culpadas de genocídio ou de qualquer dos actos enumerados no artigo 3.º” (Ibid.).

⁴ Com a seguinte redação: “O genocídio e os outros actos enumerados no artigo 3.º não serão considerados crimes políticos, para efeitos de extradição. Em tal caso, as Partes Contratantes obrigam-se a conceder a extradição de acordo com a sua legislação e com os tratados em vigor (Ibid., art. 7º).

⁵ Cf. texto completo em *Principles of International Law Recognised in the Charter of the Nürnberg Tribunal and the Judgments of the Tribunal* [1950], New York, UN, 2005.

⁶ Limita-se a mencionar que “The crimes hereinafter set out are punishable as crimes under international law: Crimes against peace: i) Planning, preparation, initiation or waging of a war of aggression or a war in violation of international treaties, agreements or assurances; ii) Participation in a common plan or conspiracy for the accomplishment of any of the acts mentioned under (i)”, no seu princípio VI (ibid.).

⁷ Veja-se o texto comentado pela Comissão de Direito Internacional no *Yearbook of the International Law Commission*, New York, UN, s.d., pp. 134-137.

⁸ “The following acts are offences against the peace and security of mankind: (1) Any act of aggression, including the employment by the authorities of a State of armed force against another State for any purpose other than national or collective self-defence or in pursuance of a decision or recommendation of a competent organ of the United Nations. (2) Any threat by the authorities of a State to resort to an act of aggression against another State. (3) The preparation by the authorities of a State of the employment of armed force against another State for any purpose other than national or collective self-defence or in pursuance of a decision or recommendation of a competent organ of the United Nations. (4) The organization, or the encouragement of the organization, by the authorities of a State, of armed bands within its territory or any other territory for incursions into the territory of another State, or the toleration of the organization of such bands in its own territory, or the toleration of the use by such armed bands of its territory as a base of operations or as a point of departure for incursions into the territory of another State, as well as direct participation in or support of such incursions. (5) The undertaking or encouragement by the authorities of a State of activities calculated to foment civil strife in another State, or the toleration by the authorities of a State of organized activities calculated to foment civil strife in another State. (6) The undertaking or encouragement by the authorities of a State of terrorist activities in another State, or the toleration by the authorities of a State of organized activities calculated to carry out terrorist acts in another State. (7) Acts by the authorities of a State in violation of its obligations under a treaty which is designed to ensure international peace and security by means of restrictions or limitations on armaments, or on military training, or on fortifications, or of other restrictions of the same character. (8) The annexation by the authorities of a State of territory belonging to another State, by means of acts contrary to international law. (9) The intervention by the authorities of a State in the internal or external affairs of another State, by means of coercive measures of an economic or political character in order to force its will and thereby obtain advantages of any kind. (...)” (Ibid., art. 2º).

Nações Unidas, são retiradas do âmbito do conceito de ato de agressão⁹, não vingou nem gerou normas costumeiras independentes nesta matéria.

Os tratados que integram o Direito Internacional de Proteção dos Direitos Internacionais da Pessoa Humana¹⁰ evidentemente estão relacionados à matéria em discussão, sobretudo os que dispõem sobre direitos, liberdades e garantias individuais¹¹ – em particular, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes; a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção contra Desaparecimentos Forçados¹². Todavia, não prevêm, dentre as formas de proteção dos direitos, operações militares, não sendo esta a preocupação do ramo do Direito Internacional que congrega normas de proteção da pessoa humana¹³.

A Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas ‘flertou’ outras vezes com questões muito próximas às intervenções humanitárias unilaterais, concretamente quando esteve a tratar da responsabilidade internacional do Estado por facto ilícito¹⁴. Era um momento, no qual, a par do consentimento¹⁵ e da legítima defesa¹⁶, poderia

⁹ Especialmente o “(1) Any act of aggression, including the employment by the authorities of a State of armed force against another State for any purpose other than national or collective self-defence or in pursuance of a decision or recommendation of a competent organ of the United Nations”, que parece representar o tipo de agressão clássica para a Comissão de Direito Internacional (Ibid.).

¹⁰ A respeito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, Karel Vlasak (org.), *As dimensões internacionais dos Direitos do Homem*, Lisboa, Carlos Brito (trad.), EPLTC /UNESCO, 1983; Henry Steiner & Philip Alston (eds.), *International Human Rights in Context. Law, Politics, Morals*, 2. ed., New York, OUP, 2000; Richard Lilich; Hurst Hannum; S. James Anaya & Dinah Shelton, *International Human Rights. Problems of Law, Policy and Practice*, 4. ed., New York, Aspen, 2006; Rhona Smith, *Textbook on International Human Rights*, 3. ed., Oxford, OUP, 2007; Thomas Buergenthal; Dinah Shelton & David Stewart, *International Human Rights in a Nutshell*, 4. ed., St. Paul. Minn., West, 2009; Walter Kälin & Jörg Künzli, *The Law of International Human Rights Protection*, Oxford, OUP, 2009.

¹¹ Ver, em especial, Manfred Nowak, *U.N. Covenant on Civil and Political Rights. CCPR Commentary*, 2. Ed., Kehl, Engel, 2005, e Sarah Joseph; Jenny Schultz & Melissa Castan (comp.), *The International Covenant on Civil and Political Rights. Cases, Materials and Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2005.

¹² Ver, por exemplo, os textos em *The Core Human Rights Treaties*, New York/Geneva, UNHR, 2004, e, em português, José Pina Delgado & Liriam Tiujo Delgado (orgs.), *Textos de Direitos Fundamentais e Direito Internacional de Protecção da Pessoa Humana*, Praia, Edições ISCJS, 2014.

¹³ Apesar de já serem discutidas por este ramo do Direito Internacional (por exemplo, v. Thomas Buergenthal; Dinah Shelton & David Stewart, *International Human Rights in a Nutshell*, pp. 3-6).

¹⁴ Para o texto do *Projecto de Artigos sobre Responsabilidade do Estado por Facto Ilícito Internacional de 2001* [‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’], e comentários oficiais, cf. do último relator da Comissão de Direito Internacional, James Crawford (ed.), *The International Law Commission’s Articles on State Responsibility. Introduction, Text, Commentaries*, Cambridge, UK, CUP, 2002, e id., *State Responsibility. The General Part*, Cambridge, UK, CUP, 2013.

¹⁵ “Valid consent by a State to the commission of a given act by another State precludes the wrongfulness of that act in relation to the former State to the extent that the act remains within the limits of that consent”, é a fórmula utilizada ‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’, art. 20, que, evidentemente pode cruzar-se com uma situação humanitária grave e que tem suscitado alguma polémica, particularmente de se saber se, à luz do Direito Internacional Contemporâneo, um representante do Estado pode requerer intervenção externa mesmo se tiver perdido o domínio efetivo

arguivelmente ter incluído as intervenções humanitárias unilaterais, que, de igual modo, não são facilmente abarcáveis pela configuração do estado de necessidade¹⁷ como uma causa de exclusão da ilicitude. Porém, apesar da sua invocação ocasional neste contexto¹⁸, não o fez. Poderia tê-lo feito por meio dos entendimentos relacionados ao conceito, mais tarde abandonado, de crime de Estado¹⁹, e compreensivelmente, não foi o caso. Melhor resultado não se retira da análise das regras sobre violações a normas de *jus cogens*²⁰, porque, partindo do princípio de que existe (como há) uma norma primária imperativa a proibir o genocídio²¹ e mesmo crimes disseminados contra a humanidade, não se sabe se, na dimensão positiva, a cooperação que os Estados devem ter para pôr termo à violação de forma “lícita”²² abarca ou não medidas militares com fins humanitários. Ou, num outro prisma, a agressão, que é apresentada pelo comentário como um dos exemplos de obrigações primárias perentórias²³, incluiria o tipo de

do território nacional (ver discussões em Brad Roth, *Governmental Illegitimacy in International Law*, Oxford, OUP, 1999).

¹⁶ Estabelece o ‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’, art. 21, que “The wrongfulness of an act of a State is precluded if the act constitutes a lawful measure of self-defence taken in conformity with the Charter of the United Nations”.

¹⁷ Assim, a redação do ‘Projeto’: “1. Necessity may not be invoked by a State as a ground for precluding the wrongfulness of an act not in conformity with an international obligation of that State unless the act: (a) Is the only way for the State to safeguard an essential interest against a grave and imminent peril; and (b) Does not seriously impair an essential interest of the State or States towards which the obligation exists, or of the international community as a whole. 2. In any case, necessity may not be invoked by a State as a ground for precluding wrongfulness if: (a) The international obligation in question excludes the possibility of invoking necessity; or (b) The State has contributed to the situation of necessity” (Ibid., art. 25).

¹⁸ É mencionado na versão comentada do artigo aprovada pela Comissão de Direito Internacional (v. James Crawford (ed.), *The International Law Commission’s Articles on State Responsibility. Introduction, Text, Commentaries*, p. 185, com o argumento de que “(...) the plea of necessity is not intended to cover conduct which in principle regulated by the primary obligations. This has a particular importance in relation to the rules relating to the use of force in international relations and to question of ‘military necessity’. It is true that in a few cases, the plea of necessity has been invoked to excuse military action, in particular in the context of humanitarian intervention”).

¹⁹ A noção polêmica foi abandonada pelo último relator, James Crawford, suscitando acalorado debate (por todos, Georges Abi-Saab, “The Uses of Article 19”; Giorgio Gaja, “Should All References to International Crimes Disappear from the ILC Draft Articles on State Responsibility”; Alain Pellet, “Can a State Commit a Crime? Definitely, Yes!”; James Crawford, “Revising the Draft Articles on State Responsibility”, *EJIL*, v. 10, n. 2, 1999, pp. 339-351; 365-370; 425-434, 435-460).

²⁰ De acordo com ‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’, art. 40 (“1. This chapter applies to the international responsibility which is entailed by a serious breach by a State of an obligation arising under a peremptory norm of general international law. 2. A breach of such an obligation is serious if it involves a gross or systematic failure by the responsible State to fulfil the obligation”) e 41 (“1. States shall cooperate to bring to an end through lawful means any serious breach within the meaning of article 40. 2. No State shall recognize as lawful a situation created by a serious breach within the meaning of article 40, nor render aid or assistance in maintaining that situation”).

²¹ Veja-se igualmente a discussão feita Marko Milanovic, “State Responsibility for Genocide”, *EJIL*, v. 17, n. 3, 2006, pp. 553-604.

²² Ver ‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’, art. 41 (1).

²³ Ver o texto em James Crawford (ed.), *The International Law Commission’s Articles on State Responsibility. Introduction, Text, Commentaries*, p. 246 (“Among these prohibitions, it is generally agreed that the prohibition of aggression is to be regarded as peremptory”) e comentários em Eric Wyler,

intervenção objeto desta tese. O mesmo pode considerar-se do conceito de obrigações devidas “à comunidade internacional como um todo”²⁴ e do limite material de adoção de contra-medidas que afetem o princípio do uso e da ameaça do uso da força conforme estabelecido pela “Carta das Nações Unidas”²⁵. Primeiro, porque circunstancialmente, não se pode reduzir uma intervenção humanitária unilateral a uma contra-medida, segundo, aplicável generalizada e decisivamente, o problema de fundo é que o regime de responsabilidade do Estado por Facto Ilícito Internacional é inadequado para a determinação pretendida, tendo em vista que a sua natureza é complementar. São normas secundárias que dependem de normas primárias, e, no caso concreto, são difíceis de determinar²⁶, pelo menos no que diz respeito às intervenções humanitárias unilaterais.

4.1.2. O Impacto incerto da incriminação da agressão no Estatuto de Roma²⁷

A interseção entre o Direito Internacional da Segurança e o Direito Internacional Penal poderia dar uma resposta²⁸, porém a questão fica ainda mais turva porque recentemente vários Estados participaram da esperada definição do crime de agressão prevista pelo Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional²⁹. De polémica

“From ‘State Crime’ to Responsibility for ‘Serious Breaches of Obligations under Peremptory Norms of General International Law’”, *EJIL*, v. 13, n. 5, 2002, pp. 1147-1160.

²⁴ Especialmente, ‘Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts’, art. 33 (1) (“The obligations of the responsible State set out in this part may be owed to another State, to several States, or to the international community as a whole, depending in particular on the character and content of the international obligation and on the circumstances of the breach”) e art. 42 (“1. Any State other than an injured State is entitled to invoke the responsibility of another State in accordance with paragraph 2 if: (...) (b) The obligation breached is owed to the international community as a whole”).

²⁵ Estabelece o artigo 50 que “1. Countermeasures shall not affect: (a) The obligation to refrain from the threat or use of force as embodied in the Charter of the United Nations; (...)”.

²⁶ Veja-se do próprio James Crawford, “Introduction” in: James Crawford (ed.), *The International Law Commission’s Articles on State Responsibility. Introduction, Text, Commentaries*, pp. 14-16, sublinhando o importante papel desta distinção na elaboração do ‘Projeto de Artigos’, que, aliás, já vinha de versão promovida por um dos seus antecessores, Roberto Ago (cf. Pierre-Marie Dupuy, “General Stocktaking of the Connections between the Multilateral Dimension of the Obligations and Codification of the Law of Responsibility”, *EJIL*, v. 13, n. 5, 2002, pp. 1053-1081, 1059).

²⁷ Cf. versão oficial do ‘Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional [17 de julho de 1998]’ e respetivos atos internos necessários à vinculação internacional de Portugal no *DR*, I Série A, n. 15, 18 de janeiro de 2002, pp. 362-431 (também pode ser encontrado na compilação de Maria José Rangel Mesquita (org.), *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006).

²⁸ No geral, Franklin Berman, “The International Criminal Court and the Use of Force by States”, *SJICL*, v. 4, n. 2, 2000, pp. 479-497, e Richard Griffiths, “International Law, the Crime of Aggression and the *Ius Ad Bellum*”, *ICLR*, v. 2, n. 4, 2002, pp. 338-355.

²⁹ ‘Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional [17 de julho de 1998]’, art. 5º (d).

inclusão³⁰, o antigo crime contra a paz dos Estatutos dos Tribunais Internacionais Militares de Nuremberga³¹ e do Extremo Oriente³², na forma de crime de agressão, previsto pelo TPI desde 1998³³, teve gestação³⁴ e parto difícil na Conferência de Kampala³⁵, particularmente em razão das divergências em relação ao seu conceito e ao

³⁰ Ver, por exemplo, James Nicholas Boeving, “Aggression, International Law, and the ICC: An Argument for the Withdrawal of Aggression from the Rome Statute”, *CJTL*, v. 43, n. 2, 2005, pp. 558-611, e as apreensões de Roger Clark, “Negotiating Provisions Defining the Crime of Aggression, its Elements and the Conditions for ICC Exercise of Jurisdiction Over It”; Andreas Paulus, “Second Thoughts on the Crime of Aggression”; Sean Murphy, “Aggression, Legitimacy, and the International Criminal Court”, *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1103-1115, 1117-1128, 1147-1156; Grant Dawson, “Defining Substantive Crimes Within the Subject Matter Jurisdiction of the International Criminal Court: What is the Crime of Aggression?”, *NYLSJ&CL*, v. 19, n. 3, 2000, pp. 414-452; e também o artigo de Jennifer Trahan, “Defining Aggression: Why the Preparatory Commission for the International Criminal Court has Faced such a Conundrum?”, *LLAICLR*, v. 24, n. 4, 2002, pp. 439-474, e o de Carrie McDougall, “When Law and Reality Clash—The Imperative Of Compromise in the Context of the Accumulated Evil of the Whole: Conditions for the Exercise of the International Criminal Court’s Jurisdiction over the Crime of Aggression”, *ICLR*, v. 7, n. 2, 2007, pp. 277–333.

³¹ “The Tribunal established by the Agreement referred to in Article 1 hereof for the Trial and punishment of the major war criminals of the European Axis countries shall have the power to try and punish persons who, acting in the interests of the European Axis countries, whether as individuals or as members of organizations, committed any of the following crimes. The following acts, or any of them, are crimes coming within the jurisdiction of the Tribunal for which there shall be individual responsibility: (a) *CRIMES AGAINST PEACE*: namely, planning, preparation, initiation or waging of a war of aggression, or a war in violation of international treaties, agreements or assurances, or participation in a Common Plan or Conspiracy for the accomplishment of any of the foregoing” Charter of the International Military Tribunal’ in: *Trial of Major War Criminals before the International Military Tribunal*, Nuremberg, IMT, 1947, v. I7, pp. 10-16) foi a fórmula utilizada para o primeiro crime previsto pelo Estatuto desse tribunal especial. Ver, complementarmente, para a sua aplicação *Nazi Conspiracy and Aggression. Opinion and Judgement*, Washington, GPO, 1947, e o nosso José Pina Delgado & Liriam K. Tiujo, “O princípio da responsabilidade penal individual nos estatutos do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e do Tribunal Penal Internacional”, *DeC*, a. 4, n. 12-13, 2001, pp. 177-195, Roger Clark, “Nuremberg and the Crime Against Peace”, *WUGSLR*, v. 6, n. 3, 2007, pp. 527-550, bem como Christian Tomuschat, “The Legacy of Nuremberg”, *JICJ*, v. 4, n. 4, 2006, pp. 830-844; Philippe Sands (eds.), *From Nuremberg to The Hague. The Future of International Criminal Justice*, Cambridge, UK, CUP, 2003, que tratam da transição.

³² No seu artigo 6º estipulava que “The following acts, or any of them, are crimes coming within the jurisdiction of the Tribunal for which there shall be individual responsibility: (a) *Crimes against peace*: namely, planning, preparation, initiation or waging of a war of aggression, or a war in violation of international treaties, agreements or assurances, or participation in a common plan or conspiracy for the accomplishment of any of the foregoing” (v. ‘Charter of the International Tribunal for the Far East [26 April 1946]’ in: Neil Bolster & Robert Cryer (eds.), *Documents on the Tokyo International Military Tribunal: Charter, Indictments and Judgments*, Oxford, OUP, 2008, pp. 7-11); para alguns comentários, cf. Yuki Tanaka; Tim McCormack & Gerry Simpson (eds.), *Beyond Victor’s Justice? The Tokyo War Crimes Trial Revisited*, Leiden, Brill, 2011.

³³ No geral, cf. Daniel Nsereko, “Aggression under the Rome Statute of the International Criminal Court”, *NJIL*, v. 41, n. 4, 2002, pp. 497-521, para um comentário contextual, e Constantine Antonopolos, “Whatever Happened to Crimes Against Peace?”, *JCSL*, v. 6, n. 1, 2001, pp. 33-62.

³⁴ Sobre as propostas e debates que antecederam a Conferência de Revisão, cf. Sergey Sayapin, “The Definition of the Crime of Aggression for the Purpose of the International Criminal Court: Problems and Perspectives”, *JCSL*, v. 13, n. 3, 2009, pp. 333-352.

³⁵ Ver *Review Conference of the Rome Statute of the International Criminal Law, Kampala, 31 May – 11 June 2010. Official Records*, The Hague, ICC, 2010; para comentários gerais, Claus Kress & Leonie von Holtzendorff, “The Kampala Compromise on the Crime of Aggression”, *JICJ*, v. 8, n. 5, 2010, pp. 1179-1217, e Stefan Barriga & Leena Grover, “A Historic Breakthrough on the Crime of Aggression”, *AJIL*, v. 105, n. 3, 2011, pp. 517-533.

papel do Conselho de Segurança³⁶, que também envia sinais conflitantes e uma abrangência incerta que não permite esclarecer suficientemente a questão. À primeira vista, até por se inspirar em larga medida na *Declaração de Agressão*³⁷, poderia ter incluído o lançamento de intervenções humanitárias unilaterais entre as condutas puníveis submetidas genericamente à jurisdição desse órgão judiciário internacional, não sendo de espantar que muitos, alguns dos quais se tinham pronunciado contra a licitude das intervenções humanitárias, tenham sugerido uma exceção explícita que as deixasse fora do âmbito do conceito de agressão³⁸.

Assim sendo, se o tipo criminal criado em Roma e definido em Kampala, incriminasse as intervenções humanitárias unilaterais de forma clara e inequívoca³⁹, isso teria o condão de estabelecer um argumento forte no sentido de se considerar a sua ilicitude à luz do Direito Internacional. Não é certo que isto tenha acontecido em razão das fortes limitações substantivas e adjetivas ocorridas na capital do Uganda⁴⁰. O que aconteceu com o artigo 8º *bis* inserto no Estatuto de Roma, é muito pouco claro em relação à sua aplicação às intervenções humanitárias unilaterais. Prevê orientações normativas ainda assim distintas quando integra entre os elementos do crime uma distinção entre um ato de agressão, com base no arrolamento feito pelo seu segundo parágrafo⁴¹, e o crime de agressão, o qual requer, além das considerações relativas às

³⁶ Mark Stein, “The Security Council, the International Criminal Court, and the Crime of Aggression: How Exclusive is the Security Council’s Power to Determine Aggression?”, *IICLR*, v. 16, n. 1, 2006, pp. 1-36, e Vimalen Reddi, “The ICC and the Crime of Aggression: A Need to Reconcile the Prerogatives of the SC, the ICC and the ICJ”, *ICLR*, v. 8, n. 4, 2008, pp. 655–686, discutiram preliminarmente esta questão que viria a revelar-se decisiva em todo o processo negocial.

³⁷ Aprovada pela AG/R/3314 (XXIX), 14/12/74.

³⁸ É o caso de Elise Leclerc-Gagné & Michael Byers, “A question of intent: the crime of aggression and unilateral humanitarian intervention”, *CWRJL*, v. 41, n. 2-3, 2009, pp. 379-390, que entendiam ser absolutamente necessário deixar aberta a possibilidade de uma exceção a contemplar as intervenções humanitárias unilaterais (pp. 389-390); ver também Christopher DeNicola, “A Shield for the ‘Knights of Humanity’: The ICC should adopt a Humanitarian Necessity Defense to the Crime of Aggression”, *UPJIL*, v. 30, n. 2, 2008, pp. 642-689.

³⁹ Sobre esta questão em particular, Sean Murphy, “Criminalizing Humanitarian Intervention”, *CWRJL*, v. 41, n. 2-3, 2009, pp. 341-377.

⁴⁰ Sendo válida a crítica de alguns intérpretes desiludidos, como Troy Lavers, “The New Crime of Aggression: a Triumph for Powerfull States”, *JCSL*, v. 18, n. 3, 2013, pp. 1-24.

⁴¹ Formulado desta forma “For the purpose of paragraph 1, “act of aggression” means the use of armed force by a State against the sovereignty, territorial integrity or political independence of another State, or in any other manner inconsistent with the Charter of the United Nations. Any of the following acts, regardless of a declaration of war, shall, in accordance with United Nations General Assembly resolution 3314 (XXIX) of 14 December 1974, qualify as an act of aggression: (a) The invasion or attack by the armed forces of a State of the territory of another State, or any military occupation, however temporary, resulting from such invasion or attack, or any annexation by the use of force of the territory of another State or part thereof; (b) Bombardment by the armed forces of a State against the territory of another State or the use of any weapons by a State against the territory of another State; (c) The blockade of the ports or coasts of a State by the armed forces of another State; (d) An attack by the armed forces of a State on the land, sea or air forces, or marine and air fleets of another State; (e) The use of armed forces of one State

condutas típicas (“planeamento, preparação, iniciação e execução”), formulações de atribuição de responsabilidade individual a “pessoa em posição efetiva para exercer controlo ou dirigir a ação política e militar do Estado, um ato de agressão”, mas não uma conduta qualquer, pois requer-se que pelo seu caráter, gravidade e escala constituam uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas⁴². Não é automático que, *a priori*, isso abarque as intervenções humanitárias unilaterais⁴³ como, aliás, alguns Estados salientaram na Conferência de Kampala, mais uma vez, num quadro de dissenso, em que outros propugnarem por leituras mais estritas deste dispositivo.

Isto sem falar de uma questão secundária neste contexto, mas ainda assim relevante, que envolve os dispositivos sobre atribuição de jurisdição, agora previstos pelo artigo 15 *bis e ter*. Estes resultaram, com a exceção dos casos de denúncia pelo Conselho de Segurança⁴⁴, na impossibilidade de o Tribunal Penal Internacional, mesmo depois da entrada em vigor dos dispositivos aprovados em Campala⁴⁵, considerando

which are within the territory of another State with the agreement of the receiving State, in contravention of the conditions provided for in the agreement or any extension of their presence in such territory beyond the termination of the agreement; (f) The action of a State in allowing its territory, which it has placed at the disposal of another State, to be used by that other State for perpetrating an act of aggression against a third State; (g) The sending by or on behalf of a State of armed bands, groups, irregulars or mercenaries, which carry out acts of armed force against another State of such gravity as to amount to the acts listed above, or its substantial involvement therein” (Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the crime of aggression’, para. 2 in: *Review Conference of the Rome Statute of the International Criminal Law, Kampala, 31 May – 11 June 2010. Official Records*, Annex 1, p. 18).

⁴² O original em inglês está assim redigido: “‘crime of aggression’ means the planning, preparation, initiation or execution, by a person in a position effectively to exercise control over or to direct the political or military action of a State, of an act of aggression which, by its character, gravity and scale, constitutes a manifest violation of the Charter of the United Nations” (Ibid.).

⁴³ Aliás, muitos participantes importantes da Conferência de Kampala têm reiterado que o crime de agressão não se aplica às intervenções humanitárias unilaterais (v. do representante do Lichtenstein, Stefan Barriga & Leena Grover, “A Historic Breakthrough on the Crime of Aggression”, pp. 521-522, mas que a filosofia adotada foi de incriminar somente os usos ilícitos da força mais ostensivos (nota 14)), e o académico e membro da delegação alemã, Claus Kress, “Time for Decision: Some Thoughts on the Immediate Future of the Crime of Aggression: A Reply to Andreas Paulus”, *EJIL*, v. 20, n. 4, 2009, pp. 1129-1146, para quem a ilicitude da campanha aérea no Kosovo não foi líquida e, portanto, foi excluída do artigo 8 *bis* (p.1140); igualmente, Andreas Paulus, “Peace through justice? The Future of the Crime of Aggression in a Time of Crisis”, *WayLR*, v. 50, n. 1, 2004, pp. 1-35, apontando para a impossibilidade de uma dicotomia absoluta em termos do lícito-ilícito no quadro das divergências sobre a licitude de certas figuras com as intervenções humanitárias unilaterais (p. 28).

⁴⁴ ‘Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the crime of aggression’, para. 4 (1), inserindo o art. 15 *ter*, remetendo ao ‘Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional [17 de julho de 1998]’, art. 13 b): O Tribunal poderá exercer a sua jurisdição em relação a qualquer um dos crimes a que se refere o artigo 5º, de acordo com o disposto no presente Estatuto, se: (...) b) O Conselho de Segurança, agindo nos termos do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, denunciar ao procurador qualquer situação em que haja indícios de ter ocorrido a prática de um ou vários desses crimes; (...).’

⁴⁵ Até à data – 25 de março de 2015 – tinham depositado o seu instrumento de vinculação, Alemanha, Austria, Andorra, Bélgica, Botswana, Costa Rica, Croácia, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Geórgia, Letónia, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Polónia, República Checa, São Marino, Samoa, Trindade e Tobago, Uruguai (informação na página oficial ‘United Nations Treaty Collection’, disponível em:

ainda todos os limites temporais⁴⁶, processuais e orgânicos⁴⁷ existentes, de os poder aplicar aos julgamentos de responsáveis políticos e militares dos países que sejam sua parte integrante⁴⁸, mesmo que o Estado vítima seja membro do Tribunal Penal Internacional. Isto porque houve a adoção do critério da nacionalidade nestes casos e a consequente secundarização do critério territorial, porque os Estados Membros podem registar uma declaração de não aceitação de jurisdição⁴⁹.

Enfim, aparentemente, a análise desta questão levaria, mais uma vez, a considerar que a comunidade internacional (e a doutrina⁵⁰), no seu todo, em razão de divergências no seu seio e com Estados claramente a propor uma exceção explícita a cobrí-las⁵¹, tinha adotado a posição deliberada, e justificável⁵², de manter as intervenções humanitárias unilaterais num limbo, sem explicitamente criminalizá-las, mas também sem as considerar como uma causa de exclusão de ilicitude ou, pelo menos, como uma forma

https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-10-b&chapter=18&lang=en, acesso a 28 de março de 2015).

⁴⁶ “2. The Court may exercise jurisdiction only with respect to crimes of aggression committed one year after the ratification or acceptance of the amendments by thirty States Parties. 3. The Court shall exercise jurisdiction over the crime of aggression in accordance with this article, subject to a decision to be taken after 1 January 2017 by the same majority of States Parties as is required for the adoption of an amendment to the Statute” (‘Amendments to the Rome Statute of the International Criminal Court on the crime of aggression’, para. 4 (2), inserindo o art. 15 ter (2)).

⁴⁷ “6. Where the Prosecutor concludes that there is a reasonable basis to proceed with an investigation in respect of a crime of aggression, he or she shall first ascertain whether the Security Council has made a determination of an act of aggression committed by the State concerned. The Prosecutor shall notify the Secretary-General of the United Nations of the situation before the Court, including any relevant information and documents. 7. Where the Security Council has made such a determination, the Prosecutor may proceed with the investigation in respect of a crime of aggression. 8. Where no such determination is made within six months after the date of notification, the Prosecutor may proceed with the investigation in respect of a crime of aggression, provided that the Pre-Trial Division has authorized the commencement of the investigation in respect of a crime of aggression in accordance with the procedure contained in article 15, and the Security Council has not decided otherwise in accordance with article” (Ibid., para. 4 (3)), inserindo ao artigo 15 bis (2)).

⁴⁸ “In respect of a State that is not a party to this Statute, the Court shall not exercise its jurisdiction over the crime of aggression when committed by that State’s nationals or on its territory” (Ibid., Attachment I, para 3, inserindo um artigo 15 bis (1) *quarter*).

⁴⁹ “The Court may, in accordance with article 12, exercise jurisdiction over a crime of aggression, arising from an act of aggression committed by a State Party, unless that State Party has previously declared that it does not accept such jurisdiction by lodging a declaration with the Registrar. The withdrawal of such a declaration may be effected at any time and shall be considered by the State Party within three years” (Ibid., Attachment I, para. 3, inserindo um artigo 15 bis (1) *ter*).

⁵⁰ Veja-se, e.g., as posições divergentes dos participantes do debate em ‘Evolutions of the *Jus ad Bellum*: the Crime of Aggression’, *ASILProceedings*, v. 103, 2009, pp. 435-453 (com a participação de Davis Brown, Larry Brown, Noah Weisbrod, Jutta Bertram-Nothnagel, Yoram Dinstein, Elizabeth Wilmhurst).

⁵¹ Claus Kress & Leonie von Holtzendorff, “The Kampala Compromise on the Crime of Aggression”, p. 1205, notam que os Estados Unidos, por exemplo, insistiram nesse entendimento.

⁵² Conforme, no geral, salienta Claus Kress, “Time for Decision: Some Thoughts on the Immediate Future of the Crime of Aggression: A Reply to Andreas Paulus”, p. 1142, com o argumento de que seria necessário evitar usar o processo de revisão para resolver divergências sobre o conteúdo das regras primárias do Direito Internacional.

lícita de uso da força inabarcável por uma sanção de caráter criminal dessa natureza⁵³. O impacto concreto do artigo 8 *bis* sobre a discussão das intervenções humanitárias ainda é incerto, dependendo da interpretação e integração dessas zonas de penumbra e lacunas pela Procuradoria e seções do Tribunal Penal Internacional, bem como da reação que estas suscitarem nos próprios Estados envolvidos⁵⁴. Dadas as limitações resultantes das regras secundárias envolvidas, que poderão não ser muito claras e, em princípio, sem conseguir envolver, como norma, o tipo de intervenção que nos interessa⁵⁵. Na realidade, se havia esperança, talvez exagerada, de que o processo de definição do crime de agressão no Estatuto de Roma permitiria esclarecer a *vexata quaestio*, o resultado foi acentuar ainda mais a incerteza sobre a existência de uma norma primária a criar uma exceção humanitária em relação à proibição do uso e da ameaça do uso da força ou, no mínimo, a sua tolerabilidade pelo sistema internacional. O efeito acabou por intensificar a discussão de um conceito e permitir o surgimento de uma distinção particular entre verdadeiras intervenções humanitárias unilaterais e intervenções humanitárias falsas.

4.1.3. O impacto incerto da figura da responsabilidade de proteger

A figura da responsabilidade de proteger foi introduzida no debate internacional em 2001 pela Comissão Internacional Relativa a Intervenção e Soberania do Estado⁵⁶, foi adotada, embora numa versão muito diluída, pela Assembleia Geral, depois de ser confrontada com a ‘realidade’ do sistema internacional pelo Painel de Alto Nível e pelo Secretário Geral das Nações Unidas⁵⁷. Assim, o seu surgimento e desenvolvimento poderia ter introduzido elementos de clarificação e da resolução da problemática das intervenções humanitárias unilaterais⁵⁸. O debate relacionado com a emergência da figura da responsabilidade de proteger também não foi conclusivo no sentido de responder claramente à questão de se saber se, em última instância, a omissão do

⁵³ Sean Murphy, “Criminalizing Humanitarian Intervention”, *passim*.

⁵⁴ A tese é emprestada de Ibid., p. 343, para quem os efeitos deste processo sobre a discussão da licitude dependerá do uso que se der ao artigo 8 *bis* a um eventual caso de intervenção humanitária unilateral.

⁵⁵ Ver Troy Lavers, “The New Crime of Aggression: a Triumph for Powerful States”, p. 24, para quem o debate continua no geral, e a reação paradigmática de protesto de uma das intérpretes mais estritas da proibição do uso e da ameaça do uso da força, Mary Ellen O’Connell & Mirakmal Niyazmatov, “What is Aggression? Comparing the Jus ad Bellum and the ICC Statute”, *JICJ*, 10, n. 1, 2012, pp. 189-207, em relação a tais desenvolvimentos.

⁵⁶ Cf. *Responsibility to Protect. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa, IDRC, 2001.

⁵⁷ Ver cap. 2.2.2. e adicionalmente Alicia Bannon, “The Responsibility to Protect: the U.N. World Summit and the Question of Unilateralism”, *YLJ*, v. 115, n. 5, 2006, pp. 1157-1165.

⁵⁸ Sobre o percurso e um balanço deste instituto, Alex Bellamy, “The Responsibility to Protect – Five Years On”, *E&IA*, v. 24, n. 2, 2010, pp. 143-169, e Edward Luck, “The Responsibility to Protect: the First Decade”, *GRtP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 387-399.

Conselho de Segurança em relação ao seu dever de intervenção conferiria um poder de substituição a um conjunto de Estados que genuinamente pretendessem usar a força e intervir para pôr termo a uma situação de massacres disseminadas. Isto porque apesar de todas as proclamações feitas pelos órgãos das Nações Unidas, por organizações não-governamentais, académicas e humanitárias, não parece que o conceito da responsabilidade de proteger tenha se transformado numa instituição jurídica internacional que tenha um estatuto melhor definido do que as intervenções humanitárias unilaterais⁵⁹. Este facto prende-se com diversas razões, nomeadamente por não ter sido vertida para um tratado universal vinculativo, não haver suficiente prática para derivar um regime jurídica ou sequer regras costumeiras internacionais e não ser o resultado de qualquer mecanismo reconhecido pelos Estados para a criação de normas internacionais⁶⁰.

No entanto, mesmo que tivesse sido, na melhor das hipóteses⁶¹ seria ou uma norma do chamado *soft law*⁶² ou uma obrigação imperfeita, sem sanção, em razão dos descompassos evidentes entre uma tal regra primária e as regras secundárias existentes para a sua efetivação. Havendo uma obrigação dos Estados, particularmente dos que têm assento no Conselho de Segurança, de aprovarem ações efetivas para impedir ou fazer parar situações de graves violações aos direitos humanos, isto encontra como obstáculo concreto o seu mecanismo de tomada de decisão, em particular a prerrogativa de veto que os membros permanentes possuem⁶³. Ao fazer a transição de um direito (logo, uma faculdade) de intervir por motivos humanitários para uma responsabilidade (neste sentido, uma obrigação) os seus promotores e defensores tentaram ilusoriamente

⁵⁹ No geral, v. o incontornável Carsten Stahn, “Responsibility to Protect: Political Rhetoric or Emerging Legal Norm?”, *AJIL*, v. 101, n. 1, 2007, pp. 99-120; Mehrdad Payandeh, “With Great Power Comes Great Responsibility? The Concept of the Responsibility To Protect Within the Process of International Lawmaking”, *YJIL*, v. 35, n. 2, 2008, pp. 469-516, que se segue de perto, bem assim como Carlo Focarelli, “The Responsibility to Protect Doctrine and Humanitarian Intervention: Too Many Ambiguities for a Working Doctrine”, *JCSL*, v. 13, n. 2, 2008, pp. 191-213; Nadja Kunadt, “The Responsibility to Protect as a General Principle of International Law”, *AMDI*, v. 11, 2011, pp. 187-226, e Luke Glanville, “The Responsibility to Protect Beyond Borders”, *HRLR*, v. 12, n. 1, 2012, pp. 1-32.

⁶⁰ A ideia de Nadja Kunadt, “The Responsibility to Protect as a General Principle of International Law”, *passim*, de defendê-la enquanto princípio geral de direito não nos parece ser muito convincente também.

⁶¹ E é discutível se há criação de nova obrigação em todo este processo, como bem lembra Anne Orford, “From Promise to Practice? The Legal Significance of the Responsibility to Protect Concept”, *GRIP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 400-424.

⁶² A tese de Jonah Eaton, “An Emerging-Norm Determining the Meaning and Legal Status of the Responsibility to Protect”, *MJIL*, v. 32, n. 4, 2011, pp. 765-804.

⁶³ A única possibilidade seria manter as esperanças de um desenvolvimento dessa doutrina lado a lado a uma eventual reforma das Nações Unidas (veja-se igualmente Jutta Brunné & Stephen Toope, “Norms, Institutions, and Reform: The Responsibility to Protect”, *JIL&IR*, v. 2, n. 1, 2006, pp. 121-137), que alterasse o sistema de votação, o que, evidentemente, não aconteceu e provavelmente não acontecerá tão cedo.

contornar o problema, criando um mecanismo, que, mesmo que fosse juridicamente vinculativo, não tem qualquer operacionalidade extramoral ou extrapolítica. Este quadro, seguramente, não faz desaparecer, em última instância, o motivo pelo qual as intervenções humanitárias se realizam, ou seja, a omissão de agir de entidades institucionais habilitadas, como o Conselho de Segurança, nem permite resolver o problema que nos interessa, isto é, de saber se a responsabilidade de proteger é um substituto legalmente vinculativo que pode resolver a incerteza sobre a licitude das intervenções humanitárias unilaterais⁶⁴.

Não é, pois, de estranhar que a potencialidade evolutiva do conceito de responsabilidade de proteger no Direito Internacional não seja vista como viável para ultrapassar os problemas colocados pelas intervenções humanitárias unilaterais que, em última instância, lhe deram origem, a saber, as suas ambiguidades e a divisão entre os Estados que impedem a adoção de qualquer solução juridicamente operável⁶⁵.

4.2. A inabilidade e desinteresse dos sistemas constitucionais internos para estabelecer limitações substantivas ao uso da força para fins humanitários

4.2.1. A ausência de limites constitucionais substantivos ao uso da força por motivos humanitários

Acresce que os sistemas jurídicos-internos não conseguem enviar diretrizes constitucionais muito claras nesta matéria, de tal sorte que fossem estabelecidos parâmetros claros de proibição do uso da força por motivos humanitários ou até quanto à sua equiparação à agressão, o termo que, por vezes, merece referência constitucional⁶⁶. No fundo, os sistemas constitucionais, particularmente dos Estados de Direito

⁶⁴ Veja-se também Ciaran Burke, “Replacing the Responsibility to Protect: the Equitable Theory of Humanitarian Intervention”, *ALF*, v. 1, n. 2, 1999, pp. 61-87.

⁶⁵ Especialmente Carlo Focarelli, “The Responsibility to Protect Doctrine and Humanitarian Intervention: Too Many Ambiguities for a Working Doctrine”, *passim*. Complementarmente, Mónica Serrano, “The Responsibility to Protect and its Critics: Explaining the Consensus”, *GRtP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 425-437. Na doutrina portuguesa, cf. José Manuel Pureza, “As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 99, que destaca que o conceito não consegue afastar a contradições e riscos das intervenções humanitárias.

⁶⁶ No geral sobre esta matéria, os artigos em Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, e a excelente apresentação de Michael Bothe & Andreas Fischer-Lescano, “The Dimensions of Domestic and Statutory Limits on the Use of Military Force” in: Michael Bothe; Mary Ellen O’Connell & Natalino Ronzitti (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 195-208.

Democráticos, padecem dos mesmos paradoxos que afligem o sistema internacional⁶⁷. Conforme havia enunciado Kant, por um lado, requer-se que se preocupem com a sorte de todos os cidadãos do Mundo⁶⁸, mas, por outro, exige-se que controlem a sua agressividade internacional⁶⁹.

As Constituições dos países com maior capacidade militar (Estados Unidos da América⁷⁰, Grã-Bretanha⁷¹, França⁷² e alguns aliados da NATO, por esta ordem, e ultimamente a Rússia⁷³) e que normalmente se envolvem nesse tipo de empreendimento não são pródigas no sentido de fixar limites ao uso internacional da força. A este nível a exceção são aqueles Estados que, por motivos históricos, tiveram que adotar uma base pacifista. O caso da Constituição imposta⁷⁴, mas assumida pelo povo⁷⁵, do Japão⁷⁶ é o

⁶⁷ Em especial, Lori Damrosch, “The Interface of National Constitutions Systems with International Law and Institutions on Using Military Forces: Changing Trends in Executive and Legislative” in: *Ibid.*, pp. 39-60.

⁶⁸ “Die Rechtverletzung an einem Blass der Erde an allen gefühl wird”, dizia Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, in: *Werke*, Berlin, DG, 1968, Ak, VIII, sec. II, art. 3º; e, para alguns comentários, José Pina Delgado, “Kant: do direito dos povos aos direitos do homem”, *CF*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 78-81.

⁶⁹ A expressão utilizada por uma parlamentar britânica (Sarah Wollaston – Partido Conservador) no fim do recente debate sobre o uso da força contra a Síria é plenamente ilustrativa: “Parliament has done its job today: it has applied the brakes to a headlong rush into unilateral western military action” (House of Commons, *PD (Hansard)*, v. 566, n. 40, 29 August 2013, cols. 1535-1536).

⁷⁰ Ver *infra*.

⁷¹ Cf. *Infra*.

⁷² Vide *infra*.

⁷³ Apesar do sistema político russo ter um pendor material claramente presidencialista, característica evidente nos períodos de liderança do Presidente Putin, que não se tem coibido de usar a força no antigo espaço soviético (Marcel v. Herpen, *Putin's War. The Rise of Russia's New Imperialism*, Lanham, R&L, 2014), na realidade, a utilização da força fora do território nacional depende de autorização da Câmara Alta do Parlamento, o Conselho da Federação (dispõe a ‘Constitution of the Russian Federation [December 12, 1993], disponível em <http://www.constitution.ru/en/10003000-02.htm>, acesso a 25 de março de 2015, art. 102, que “1. The jurisdiction of the Council of the Federation includes: (...) d. deciding on the possibility of using the Armed Forces of the Russian Federation outside the territory of the Russian Federation”), podendo o Presidente, na qualidade de Comandante Supremo usar a força sem a anuência desse órgão somente em casos de agressão ao país (Assim, *Ibid.*, art 87 “(1). The President of the Russian Federation shall be the Supreme Commander-in-Chief of the Armed Forces of the Russian Federation. 2. In case of an aggression against the Russian Federation or of a direct threat of aggression the President of the Russian Federation shall introduce in the territory of the Russian Federation or in its certain parts a martial law and immediately inform the Council of the Federation and the State Duma about this. 3. The regime of the martial law shall be defined by the federal constitutional law”); para comentários, Bakhtiyar Tuzmukhamedov, “Russian Federation: The Pendulum of Powers and Accountability” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 257-279, e Ger van den Berg, “The Constitution of Russia Annotated”, *RCEEL*, v. 28, n. 3, 2003, *passim* (mencionando a jurisprudência do Tribunal Constitucional Russo a esse respeito) (p. 503; 519).

⁷⁴ A respeito deste processo, veja-se Craig Martin, “Binding the Dogs of War: Japan and the Constitutionalizing of the *Jus ad Bellum*”, *UPJIL*, v. 30, n. 1, 2008, pp. 289-306; ver igualmente Frederick Schauer, “On the Migration of Constitutional Ideas”, *ConnLR*, v. 37, n. 4, 2005, pp. 907-919; Kyoko Onoue, *MacArthur's Japanese Constitution: a Linguistic and Cultural Study of its Making*, Chicago, UChiP, 1991, pp. 6-37; Dale Hellegers, *We, The Japanese People: World War II and the Origins of the Japanese Constitution*, Stanford, SUP, 2002.

⁷⁵ Cf. Craig Martin, “Binding the Dogs of War: Japan and the Constitutionalizing of the *Jus ad Bellum*”, pp. 289-297, e Michael Pantan, “Politics, Practice, and Pacifism: Revising Article 9 of the Japanese

mais notório com a sua renúncia formal a qualquer forma de guerra e à manutenção de forças militares⁷⁷. No entanto, tem havido um afastamento em relação à sua formulação mais literal ao longo dos anos⁷⁸, com a prática a conduzir a mudanças na sua interpretação⁷⁹, a fim de permitir a participação do Japão em certos tipos de operações internacionais de paz⁸⁰ e com a crescente aceitação da legitimidade de forças militares para garantir condições para o exercício da legítima defesa individual⁸¹ e mesmo a

Constitution”, *APL&PR*, v. 11, n. 2, 2010, pp. 163-218, para quem os ideais foram adotados de forma orgulhosa pela generalidade da população e decisores políticos (p. 173).

⁷⁶ Para comentários gerais, cf. John Maki, “The Constitution of Japan: Pacifism, Popular Sovereignty, and Fundamental Human Rights”, *L&CP*, v. 53, n. 1, 1990, pp. 73-88; Hitoshi Nasu, “Article 9 of the Japanese Constitution Revisited in Light of International Law”, *JLJ*, v. 9, n. 18, 2004, pp. 51-66; John Haley, “Waging War: Japan’s Constitutional Constraints”, *CFor*, v. 24, n. 2, 2005, pp. 18-34; Mark Chinen, “Article 9 of the Constitution of Japan and the Use of Procedural and Substantive Heuristics for Consensus”, *MJIL*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 56-114; Michael Kelly, “Article 9 Pacifism Clause and Japan’s Place in the World”, *WILJ*, v. 25, n. 3, 2007, pp. 491-506; Craig Martin, “Binding the Dogs of War: Japan and the Constitutionalizing of the *Jus ad Bellum*”, pp. 289-297; Akihiko Kimijima, “Global Constitutionalism and Japan’s Constitutional Pacifism”, *RARIS*, v. 23, n. 3, 2011, pp. 43-61, bem ainda como Bryce Wakefield (ed.), *A Time for Change? Japan’s “Peace” Constitution at 65*, Washington, WWICS, 2012, e Axel Berkofsky, *A Pacifist Constitution for an Armed Empire. Past and Present of Japanese Security and Defence Policies*, Pavia, FAng, 2012.

⁷⁷ “Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized” (‘The Constitution of Japan [3 of November 1946]’, art. 9º, disponível na página oficial do Governo do Japão, onde é apresentada em versão traduzida para o inglês:

http://www.kantei.go.jp/foreign/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html, acesso a 18 de maio de 2013, a que se deve acrescentar também o Preâmbulo, de acordo com o qual “We, the Japanese people, desire *peace* for all time and are deeply conscious of the high ideals controlling human relationship, and we have determined to preserve our security and existence, trusting in the justice and faith of the *peace*-loving peoples of the world. We desire to occupy an honored place in an international society striving for the preservation of *peace*, and the banishment of tyranny and slavery, oppression and intolerance for all time from the earth. We recognize that all peoples of the world have the right to live in *peace*, free from fear and want” ((Ibid, Preamble) (ênfase adicionada). Em específico sobre o direito a viver em paz na Constituição Nipônica, Kinji Urata, “Pacifism in the Constitution of Japan, 1946 – The Meaning of the Right to Live in Peace”, *WBCL*, v. 1, 1981, pp. 3-11).

⁷⁸ Cf. Akiho Shibata, “Japan: Moderate Commitment within Legal Strictures” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 207-230.

⁷⁹ Sobre a mudança de perspectivas sobre a guerra no Japão, Edward Holsen, “Japanese Perspective of Just War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 217-243.

⁸⁰ Mika Hayashi, “The Japanese Law Concerning the Special Measures on Humanitarian and Reconstruction Assistance in Iraq: Translator’s Introduction”, *PRL&PJ*, v. 13, n. 3, 2004, pp. 579-609 (com texto traduzido da lei)).

⁸¹ O próprio Supremo Tribunal do Japão, sempre muito relutante em conhecer casos que envolvessem a política externa do Estado e outras “questões políticas” (ver a avaliação de John Haley, “The Role of Courts in ‘Making’ Law in Japan: The Communitarian Conservatism of Japanese Judges”, *PRL&PJ*, v. 22, n. 3, 2013, pp. 491-403, sustenta o seguinte: “In no area of law have the courts been more cautious and conservative than in the area of constitutional law” (p. 499)), nos casos “Sunagawa” (1959) e “Naganuma” (1982) aceitou a ideia de que o artigo 9º não proíbe a legítima defesa individual, um direito inerente do Estado, segundo o Tribunal (ver excertos dessas decisões em:

http://www.openlegaltxtbook.info/LA275/data/uploads/part3/04_judgements-on-sdf-special-pres.pdf, acesso a 5 de março de 2015).

coletiva⁸². Isto num quadro de reposicionamento do Japão à luz de novos desafios individuais (conflitos territoriais com a China, Coreia do Sul e Rússia⁸³ e tensões com a Coreia do Norte⁸⁴) e coletivos (a necessidade de permitir a participação do país em missões internacionais) tornados prementes particularmente pelo governo do Primeiro Ministro Junichiro Abe⁸⁵. Tem-se, por isto, com naturalidade, mencionado a mutação desfigurante do artigo 9º e a morte do pacifismo constitucional nipónico⁸⁶.

⁸² Ver o contexto do debate mais recente em Bryce Wakefield, “Abe’s Law: Domestic Dimension of Japan’s Collective Self-Defense Debate” in: Shihoko Goto (ed.), *Japan’s Vision for East Asia. Diplomacy Amid Geopolitical Challenges*, Washington, WWICS, 2014, pp. 44-60, discutindo o seu carácter polémico e a resistência de parte da população e da classe política, bem como as dúvidas continuamente colocadas sobre a sua constitucionalidade, designadamente dos relutantes tribunais internos (Numa *dicta* o Tribunal de Nagoya apontou que “Therefore, the air transport activities of the Air SDF presently being carried out in Iraq, under the same interpretation of the Constitution as the government, even assuming the Iraq Special Measures Act is constitutional, include activities that violate Article 2(2) of the Iraq Special Measure Act prohibiting the use of military force, Article 2(3) limiting the area of activities to non-combat areas, and furthermore, Article 9(1) of the Constitution” (Nagoya High Court, Third Civil Division, ‘Appeal Requesting Injunction Against the Deployment of the Self-Defense Forces to Iraq’, April 17, 2008’ Reproduzida em versão traduzida e com comentários de Hudson Hamilton em *PRL&PJ* v.16, n. 3, 2010, pp. 549-563). Todavia, um grupo de estudiosos reunidos em comissão por Abe durante o seu primeiro governo já vinha tentando apresentar a interpretação fléxivel, atualista e conforme ao Direito Internacional adotada pelo Governo em 2014 (veja-se ‘Report of the Advisory Panel on Reconstruction of the Legal Basis for Security’, Tokyo, Kantei, June 24 2008, p. 29, de acordo com a qual “When interpreting any written laws, including the Constitution, the literal meanings of the provisions are always of primary importance. At the same time, however, it is necessary to consider the context of the law, the background that led to its enactment, the basic national strategies and social, economic and other requirements of the time. Since the Constitution is the most basic law of Japan, it is extremely important to pursue such a comprehensive approach when exercising interpretation. It should especially be noted that the terms employed in Article 9 of the Constitution and the concepts relevant thereto, such as “war,” “use of force,” “right of individual self-defense,” “right of collective self-defense,” and “collective security,” are originally concepts established under international law, and, accordingly, they cannot be appropriately interpreted without sufficient understanding of international law and international relations. The interpretation hitherto held by the Government, that Article 9 only permits minimum and necessary use of force to protect Japanese citizens, confining use of force to an exercise of the right of individual self-defense, seems to reflect the national sentiment of the time when the Constitution was enacted, the prevailing international relations, and Japan’s domestic situation immediately after the end of World War II, as well as the ensuing period of the Cold War. However, such an interpretation is deemed no longer sustainable in today’s significantly changed international situation and in light of Japan’s current position in the international community. Rather, Article 9 should be interpreted to permit the exercise of not only the right of individual self-defense but also the right of collective self-defense, and to allow participation in collective security efforts under the United Nations”).

⁸³ Cf. Hitoshi Nasu & Donald Rothwell, “Re-Evaluating the Role of International Law in Territorial and Maritime Disputes in East Asia”, *Asian JIL*, v. 4, n. 1, 2014, pp. 55-79.

⁸⁴ Richard Beeston, “Nervous Japan tells North Korea it will Strike First”, *Times On Line*, 14 de fevereiro de 2003 (Disponível no sítio web <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/article876189.ece>, acesso a 29 de julho de 2008), para as declarações, e Daniel Pinkston & Kazutaka Sakurai, “Japan Debates Preparing for Future Preemptive Strikes against North Korea”, *KJDA*, v. 18, n. 4, 2006, pp. 95-121, para análises.

⁸⁵ Ver, de uma defensora dessas alterações, Yoko Ywama, “Abe Shinzuo’s Security Policy”, *JFPF*, n. 17, 2013, e uma análise em Bhubhindar Singh, “The Development of Japanese Security Policy: A Long-Term Defensive Strategy”, *AP*, n. 19, 2015, pp. 49-64.

⁸⁶ Kazuyuki Takahashi, “Why Should We Study Constitutional Laws of Foreign Countries, and How?” in: Vicki Jackson & Mark Tushnet (eds.), *Defining the Field of Comparative Constitutional Law*, Westport, Praeger, 2002, pp. 35-59, dizendo que “We should confirm that the meaning of article 9 has changed, giving birth to a new norm that allows Japan to maintain the SDF [Self-Defence Forces]” (p. 57).

Caso paralelo, ainda que distinto, é o das duas outras potências do Eixo, também antigos Estados inimigos à luz da Carta: Alemanha e Itália⁸⁷. A germânica consagra mais uma filosofia constitucional de não agressão internacional do que de pacifismo absoluto. No artigo 26 estipula que “actos tendentes e levados a cabo com intenção de perturbar as relações pacíficas entre as nações, especialmente a preparação para uma guerra de agressão, são inconstitucionais. Devem ser criminalizados”⁸⁸. Pelo modo como está redigido, para além de confrontar atos que configurem agressão, essa disposição constitucional também abarca outras espécies de condutas que possam perturbar as relações pacíficas entre os Estados. Apesar de se permitir a participação do país em sistemas de segurança coletiva⁸⁹, as forças armadas da Alemanha ficam condicionadas a desempenhar um papel defensivo⁹⁰. Não obstante estas limitações poderem incluir potencialmente as intervenções humanitárias unilaterais, não é claro que a cláusula fosse necessariamente interpretada nesse sentido, até porque, de modo similar à Constituição do Japão, a *Grundgesetz* foi conhecendo, particularmente nas

⁸⁷ Lembremo-nos do artigo 54 (1) (“O Conselho de Segurança utilizará, quando for caso, tais acordos e organizações regionais para uma acção coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma acção coercitiva será, no entanto levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com excepção das medidas contra, um Estado inimigo, como está definido no n.º 2 deste artigo, que forem determinadas em consequência do artigo 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até ao momento em que a Organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir qualquer nova agressão por parte de tal Estado”), e do artigo 107 da Carta das Nações Unidas, de acordo com o qual “Nada na presente Carta invalidará ou impedirá qualquer acção que, em relação a um estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a 2ª Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência da dita guerra pelos governos responsáveis por tal acção”) (citámos a partir do *DR [Portuguesa]*, I Série, n. 117, 22 de maio de 1991, pp. 2746-2784). Quem eram esses Estados inimigos referidos por esses dispositivos? O artigo 54 (2) tenta fixar um conceito ao estabelecer que “O termo ‘Estado inimigo’, usado no n.º 1 deste artigo, aplica-se a qualquer Estado que, durante a 2.ª Guerra Mundial, tenha sido inimigo de qualquer signatário da presente Carta”. Apesar de não se os identificar especificamente, não custa muita para concluir-se, por exemplo com Victor-Yves Ghebali, “Article 107” in: Jean-Pierre Cot; Alain Pellet & Mathias Forteau (dir.), *La Charte des Nations Unies. Commentaire article par article*, 3. ed., Paris, Economica, 2005, p. 2182, “dans le faits, la notion de ‘État ennemi’ s’applique aux trois grandes puissances de l’Axe (Allemagne, Italie et Japon), ainsi qu’aux satellites de l’Axe avec lesquels les Alliés signèrent des traités de paix en 1947 – soit la Bulgarie, la Finlande, la Hongrie et la Roumanie”; para o contexto, ver igualmente Gerry Simpson, *Great Powers and Outlaw States. Unequal Sovereigns in the International Legal Order*, Cambridge, UK, CUP, 2004, pp. 254-277.

⁸⁸ “Handlungen, die geeignet sind und in der Absicht vorgenommen werden, das friedliche Zusammenleben der Völker zu stören, insbesondere die Führung eines Angriffskrieges vorzubereiten, sind verfassungswidrig. Sie sind unter Strafe zu stellen” (“Das Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland [vom 23 Mai 1949]” in: *Deutschen Verfassungen*, 20. auf., München, Goldmann, 1985, pp. 137-188, art. 26 (1)). Para alguma discussão sobre a questão na Lei Fundamental, Karl-Andreas Hernekamp, “Der Schutz des Internationalen Friedens im Grundgesetz – Vergleichende Betrachtungen” in: Francisco Fernández Segado (ed.), *The Spanish Constitution in the European Constitutional Context*, Madrid, Dykinson, 2003, pp. 1483-1502.

⁸⁹ “Der Bund kann sich zur Wahrung des Friedens einem System gegenseitiger kollektiver Sicherheit einordnen; (...)” (“Das Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland [vom 23 Mai 1949]”, art. 24 (2)).

⁹⁰ É o que sugere o artigo 87 a (1), de acordo com o qual a “Federação estabelecerá Forças Armadas para fins de defesa”.

últimas décadas, uma interpretação cada vez mais flexível⁹¹, esposada designadamente pelo Tribunal Constitucional Federal⁹².

Por sua vez, na Lei Magna transalpina⁹³, encontra-se o repúdio da “guerra como instrumento de ofensa à liberdade de outro povo e como meio de solução de controvérsias internacionais”⁹⁴ no artigo 11. Ainda que esta norma também tenha passado por processo de mutação para poderem se adequar à evolução da situação internacional vigente⁹⁵ teriam igualmente esta formulação mais impeditiva em relação ao uso da força. O problema é que também não fica claro se se aplicaria às intervenções humanitárias as quais, em teoria, não seriam necessariamente “guerras em ofensa à liberdade de outro povo”.

São de considerar ainda as constituições de países como a Suíça⁹⁶, com os seus tradicionais estatutos de neutralidade⁹⁷, que podem limitar a participação em empreendimentos bélicos de carácter humanitário⁹⁸ ou os Estados tradicionalmente não-alinhados⁹⁹ que também podem ser tidos como contendo limites materiais

⁹¹ Esta evolução é tratada por Kerry Longhurst, *Germany and the Use of Force*, Manchester, MUP, 2004.

⁹² Cf. George Nolte, “Germany: Ensuring political legitimacy for the use of military forces by requiring constitutional accountability” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 231-253, tratando da jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal que consagrou essa interpretação da Constituição.

⁹³ Para um enquadramento geral, Francesco Bonini, *Storia Costituzionale della Repubblica*, Roma, Carocci, 2007.

⁹⁴ De acordo com o dispositivo relevante da Constituição da República Transalpina, “L’Italia ripudia la guerra come strumento di offesa alla libertà degli altri popoli e come mezzo di risoluzione delle controversie internazionali (‘Costituzione della Repubblica Italiana [27 Dicembre 1947]’, art. 11)”.

⁹⁵ Cf. igualmente Aldo Bernardini, “L’art. 11 della Costituzione Revisitato”, *RivDI*, v. 3, 1997, pp. 609-683, e Giuseppe de Vergottini, *Guerra e costituzione. Nuovi conflitti e sfide alla democrazia*, Bologna, IMul, 2004, ambos tratando das mutações dessa cláusula ao longo do tempo.

⁹⁶ Ver F. Dessemont & T. Ansay (eds.) *Introduction to Swiss Law*, The Hague, KL, 2004; Daniel Thürer; Jean François Aubert & Jörg Paul Müller (hrsg.), *Verfassung der Schweiz/Droit constitutionnel suisse*, Zürich, Schulthess, 2001, *passim*, e Andreas Auer; Giorgio Malinverni & Michel Hottelier, *Droit constitutionnel suisse*, Berne, Stämpfli, 2006.

⁹⁷ Para além de resultar da Constituição material helvética (Alexander Ruch, “Äussere und innere Sicherheit” in: Daniel Thürer; Jean François Aubert & Jörg Paul Müller (hrsg.), *Verfassung der Schweiz/Droit constitutionnel suisse*, pp. 889-901), decorre dos artigos 173 (a Assembleia Federal “prend les mesures nécessaires pour préserver la sécurité extérieure, l’indépendance et la neutralité de la Suisse”) e 185 (“Le Conseil fédéral prend des mesures pour préserver la sécurité extérieure, l’indépendance et la neutralité de la Suisse”), algo que é assumido naturalmente pelas autoridades suíças (veja-se *La neutralité suisse*, 4. ed., Berne, DDPS, s.d.).

⁹⁸ Certas interpretações consideram que as orientações de neutralidade impedem qualquer ação ativa bélica por parte da Suíça que os lhes leve a ingerir tanto em conflitos internacionais como em assuntos internos dos Estados, como seria o caso de uma intervenção humanitária unilateral (cf. Yves Beigbeder, “La neutralité suisse en question: isolement ou solidarité internationale”, *RBDI*, v. 1, 1991, pp. 27-45).

⁹⁹ Ver sobre estes países, Emily Munro (ed.), *Challenges to Neutral & Non-Aligned Countries in Europe and Beyond*, Gêneve, GCSP, 2005, *passim*, e, na literatura portuguesa, Laura Ferreira-Pereira, *Os Estados Militarmente Não-Alinhados na Nova Arquitetura de Segurança Europeia*, FCG/FCT, 2007. Notar que certos Estados considerados não-alinhados, como a Suécia e a Finlândia, não verteram esse Estado para as suas respetivas leis fundamentais (cf. respetivamente o ‘Instrumento de Governo’ e a ‘Lei do Parlamento’, ambos leis fundamentais que compõem a Constituição do Reino da Suécia, disponíveis em

constitucionais em relação a operações dessa natureza. É o caso da Áustria, que prevê a possibilidade numa lei fundamental de 1955¹⁰⁰ – parte da identidade constitucional do país e adotada como forma de apaziguar a União Soviética¹⁰¹ – que declara, com o propósito de garantir a independência e a integridade territorial do país, a sua neutralidade permanente¹⁰², e proíbe a sua pertença a qualquer aliança militar e a presença de forças militares estrangeiras em território nacional¹⁰³. Em sentido próximo, a Constituição Irlandesa¹⁰⁴, mau-grado, na atualidade, limitar-se a uma fórmula contrária à integração do país a um sistema de segurança e defesa da União Europeia¹⁰⁵, pode também arrolar-se o Eire como um país com algumas limitações nessa matéria. A rigor, como têm mantido vários analistas e a jurisprudência¹⁰⁶, não haveria uma cláusula constitucional a obrigar o Estado a manter-se neutro¹⁰⁷, mas uma mera tradição político-diplomática que, como tal, pode ser invertida a qualquer momento.

versão em língua inglesa no sítio do parlamento sueco <http://www.riksdagen.se/en/Documents-and-laws/Laws/The-Constitution/>, acesso a 31 de Março de 2015, e ‘The Constitution of Finland [11 June 1999]’, disponível em <http://www.finlex.fi/fi/laki/kaannokset/1999/en19990731.pdf>, acesso a 31 de março de 2015.

¹⁰⁰ Cf. ‘Bundesverfassungsgesetz vom 26. Oktober 1955 über die Neutralität Österreichs’ in: *Österreichische Bundesverfassungsgesetze (Auswahl)*, Wien, HvBP, 2000, p. 198.

¹⁰¹ Vide Manfred Stelzer, *The Constitution of the Republic of Austria. A Contextual Analysis*, Oxford, Hart, 2011, pp. 15-16.

¹⁰² Ver Bundesverfassungsgesetz vom 26. Oktober 1955 über die Neutralität Österreichs’, “Artikel 1. (1) Zum Zwecke der dauernden Behauptung seiner Unabhängigkeit nach außen und zum Zwecke der Unverletzlichkeit seines Gebietes erklärt Österreich aus freien Stücken seine immerwährende Neutralität. Österreich wird diese mit allen ihm zu Gebote stehenden Mitteln aufrechterhalten und verteidigen”.

¹⁰³ De acordo com o mesmo dispositivo, “(2) Österreich wird zur Sicherung dieser Zwecke in aller Zukunft keinen militärischen Bündnissen beitreten und die Errichtung militärischer Stützpunkte fremder Staaten auf seinem Gebiete nicht zulassen” (Ibid.).

¹⁰⁴ Para uma apresentação geral, Michael Forde & David Leonard, *Constitutional Law of Ireland*, 3. ed., Dublin, Bloomsbury, 2013, *passim*.

¹⁰⁵ Redação é esta: “The State shall not adopt a decision taken by the European Council to establish a common defence pursuant to Article 1.2 of the Treaty referred to in subsection 7 of this section where that common defence would include the State” (‘Constitution of Ireland [1 July 1937, versão consolidada de 2013], art. 29 (9), disponível na página <http://www.irishstatutebook.ie/en/constitution/index.html>, acesso a 28 de fevereiro de 2015). Um enquadramento geral desta matéria pode ser encontrado em Michael Forde & David Leonard, *Constitutional Law of Ireland*, p. 235 e ss.

¹⁰⁶ Ver a decisão do Supremo Tribunal em ‘Edward Horgan, Applicant v An Taoiseach, the Minister for Foreign Affairs, the Minister for Transport, the Government of Ireland, Ireland and the Attorney General Respondent’ [2003 No. 3739P] [2003] 2 IR 468, [2003] IEHC 64, p. 53, de acordo com a qual “Despite the great historic value attached by Ireland to the concept of neutrality, that status is nowhere reflected in Bunreacht na hÉireann, or elsewhere in any domestic legislation. It is effectively a matter of government policy only, albeit a policy to which, traditionally at least, considerable importance was attached. Ireland is thus in a different position than certain other States, who have incorporated a permanent status of neutrality in their domestic law”.

¹⁰⁷ Para discussões gerais, ver Ivana Bacik, “Irish Neutrality and International Law” in: Ian Attack & Sean McCrum (eds.), *Neutrality-Irish Experience-European Experience. Papers Presented at a Conference Organised by the Irish School of Ecumenics*, Dublin, s.n., 2009, pp. 10-12, e as palavras de Maurice Hayes, “Foreword” in: Ibid., p. 4, que chama a atenção para esta ilusão. Vide também Rory Finnegan, “Irish Neutrality?”, *Signal*, 2002, pp. 26-31, que, no entanto, considera que a posição irlandesa é mais de não-alinhamento do que de verdadeira neutralidade, classificando-a de instrumental e pragmática, e que isto não impossibilitaria a utilização das suas forças armadas em operações de gestão de crises.

As Constituições de vários micro-Estados seguem pela mesma via¹⁰⁸. Neste sentido, a Constituição de Malta no seu artigo primeiro contém uma representação dessa neutralidade constitucional¹⁰⁹, acompanhada de um conjunto de diretrizes e garantias a ela associadas¹¹⁰. Outro Estado em situação estratégica difícil que, mais recentemente, optou por declarar a sua neutralidade internacional por via da Constituição, é a Moldávia, pois, conforme o artigo 11¹¹¹ do seu documento fundacional, “a República da Moldávia proclama a sua neutralidade permanente” com a consequente proibição da presença de forças estrangeiras em território nacional¹¹², um desenvolvimento que não deixa de estar associado ao conflito da Transnistria e a presença de militares de Moscovo ao lado dos separatistas russófonos dessa região. Note-se, complementarmente, que da inserção de proibição de bases ou de militares estrangeiros em território nacional não resulta necessariamente um estatuto de neutralidade constitucionalmente assumido, mas por vezes de mero não-alinhamento ou, pelo menos, de garantias da soberania nacional. Os casos próximos de Cabo Verde¹¹³ e de Angola¹¹⁴

¹⁰⁸ Tem-se notado na doutrina a propensão de micro-Estados consagrarem constitucionalmente fórmulas de neutralidade (cf., por exemplo, Thomas Eccart, *Secrets of the Seven Smallest States of Europe. Andorra, Liechtenstein, Luxembourg, Malta, Monaco, San Marino and Vatican City*, New York, Hippocrene, 2005, p. 102).

¹⁰⁹ Assim, de acordo com o artigo 1 dessa Lei Fundamental, “(...) (3) Malta is a neutral state actively pursuing peace, security and social progress among all nations by adhering to a policy of non-alignment and refusing to participate in any military alliance” (‘Constitution of Malta’ [21 September 1964], disponível na página da rede do Ministério da Justiça: <http://www.justiceservices.gov.mt/LOM.aspx?pageid=27&mode=chrono>, acesso a 28 de fevereiro de 2015).

¹¹⁰ Continua o dispositivo supramencionado estabelecendo que “(...) Such a status will, in particular, imply that: (a) no foreign military base will be permitted on Maltese territory; (b) no military facilities in Malta will be allowed to be used by any foreign forces except at the request of the Government of Malta, and only in the following cases: (i) in the exercise of the inherent right of self-defence in the event of any armed violation of the area over which the Republic of Malta has sovereignty, or in pursuance of measures or actions decided by the Security Council of the United Nations; or (ii) whenever there exists a threat to the sovereignty, independence, neutrality, unity or territorial integrity of the Republic of Malta; (c) except as aforesaid, no other facilities in Malta will be allowed to be used in such manner or extent as will amount to the presence in Malta of a concentration of foreign forces; (d) except as aforesaid, no foreign military personnel will be allowed on Maltese territory, other than military personnel performing, or assisting in the performance of, civil works or activities, and other than a reasonable number of military technical personnel assisting in the defence of the Republic of Malta; (e) the shipyards of the Republic of Malta will be used for civil commercial purposes, but may also be used within reasonable limits of time and quantity, for the repair of military vessels which have been put in a state of non-combat or for the construction of vessels, and in accordance with the principles of non-alignment the said shipyards will be denied to the military vessels of the two superpowers” (Ibid.).

¹¹¹ Para comentários, Nicolae Osmochescu, “Articolul 11” in: *Constitutia Republicii Moldova. Comentariu*, Chisinau, Arc, 2012, pp. 68-71.

¹¹² No original, “Republica Moldova proclamă neutralitatea sa permanentă. (2) Republica Moldova nu admite dislocarea de trupe militare ale altor state pe teritoriul său” (Ibid.).

¹¹³ No caso da Constituição de Cabo Verde, diz-se que “O Estado de Cabo Verde recusa a instalação de bases militares estrangeiras no seu território” (art. 11 (4)) (para alguns comentários, José Pina Delgado, “Relações Internacionais e Direito Internacional no Processo de Revisão Constitucional 2008-2009”, *DeC*, a. 9, n. 28 (Especial: Revisão Constitucional), 2009, pp. 119-159, esp. 131-134), porém

que possuem cláusulas anti-base com o mesmo teor, indiciam essas derivações. Mesmo constituições anticastrenses, como a da Costa Rica, dão respostas ambíguas ao problema que discutimos, pois da abolição das forças armadas permanentes efetivada pelo artigo 12 da sua Lei Fundamental de 1949¹¹⁵ não decorrem efeitos pacifistas absolutos, já que se permite especificamente a utilização da força, desde que, para efeitos de legítima defesa ou no quadro de convenções regionais¹¹⁶. Haveria, naturalmente, nos termos dessas cláusulas constitucionais, uma tendência muito forte de afastamento das intervenções humanitárias unilaterais, porém, não obstaria o seu empreendimento no âmbito da Organização dos Estados Americanos. De resto, independentemente da natureza neutral, não-alinhada ou anticastrense que essas constituições possam ter o facto é que, por si só, a sua adoção não tem efeitos concretos sobre as constitucionalidade das intervenções humanitárias unilaterais por não consagrar limitações substantivas independentes ao uso internacional da força por um Estado¹¹⁷.

Fora estas referências substantivas esparsas, o que é mais comum no quadro constitucional é serem incluídas menções à legítima defesa atual ou antecipada, por vezes de forma indireta e, por motivos naturais, constituindo-se mais do que uma faculdade em deveres do Estado. Por vezes, poderá permitir o desenvolvimento da legitimidade de figuras análogas à da legítima defesa como seja a intervenção para a

qualquer leitura de neutralidade fica claramente prejudicada pelo preceito seguinte, de acordo com o qual “O Estado de Cabo Verde presta às Organizações Internacionais nomeadamente à Organização das Nações Unidas e à União Africana, a colaboração necessária para a resolução pacífica dos conflitos e para assegurar a paz e a justiça internacionais, bem como o respeito pelos direitos humanos pelas liberdades fundamentais e apoia todos os esforços da comunidade internacional tendentes a garantir o respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas” (art. 11 (5)).

¹¹⁴ A ‘Constituição da República de Angola de 2010’, *DR*, I Série, n. 23, 5 de fevereiro de 2010, pp. 141-186 (em versão editada pode ser encontrada em Jorge Bacelar Gouveia (org.), *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2012, pp. 635-711) estabelece que o “O Estado angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança colectiva” (art. 12 (4)), o que, de modo mais claro do que o que se encontra na Constituição de Cabo Verde parece indicar a possibilidade de haver presença com algum grau de regularidade de forças estrangeira no seu território desde que seja empreendida por organizações regionais ou internacionais ou se se traterem de forças de manutenção da paz ou ainda se estiverem sob o chapéu de “sistemas de cooperação militar e de segurança coletiva”. No principal comentário à Constituição Angolana de 2010 da lavra de Raúl Araújo & Elisa Rangel, *Constituição da República de Angola Anotada*, Luanda, Dos Autores, 2014, t. I, artigo 12, considera-se que, no constitucionalismo angolano, a solução esteve ligado ao não-alinhamento.

¹¹⁵ De acordo com a ‘Constitución Política de Costa Rica [7 de Noviembre de 1949] in: *Constituciones Iberoamericanas*. Costa Rica, Rubén Hernandez Valle (org.), México, UNAM, 2005, art. 12, “Se proscribe el ejército como institución permanente”.

¹¹⁶ “Sólo por convenio continental o para la defensa nacional podrán organizarse fuerzas militares” (Ibid.)

¹¹⁷ Cf. igualmente ‘Edward Horgan, Applicant v An Taoiseach, the Minister for Foreign Affairs, the Minister for Transport, the Government of Ireland, Ireland and the Attorney General, Respondent’, IEHC, p. 68, “It follows from this conclusion that I do not accept the plaintiff’s view that the court should hold that the Government are obliged as a matter of law under Article 29 to form any particular view in relation to a war. Its only reviewable aspect lies in compliance with the requirements of Article 28”.

proteção de nacionais no estrangeiro. Mais raramente se pronunciavam sobre a utilização da força coletiva no quadro de uma instituição internacional e, com raras exceções, omitem-se no concernente a outras modalidades de uso da força. É o caso, aparentemente, da República Portuguesa¹¹⁸, que faz referência permissiva à legítima defesa¹¹⁹, designadamente no quadro de definição do regime jurídico da exceção constitucional¹²⁰. Estende-a, por via de lei, para os resgates destinados a proteção de nacionais no estrangeiro¹²¹. Em 1997, depois de alguma prática¹²², foi introduzida referência às operações humanitárias¹²³, que permitiu sanar as dúvidas que persistissem sobre a participação de Portugal em operações autorizadas pelo Conselho de Segurança¹²⁴. Em relação às intervenções unilaterais, a situação não é tão clara¹²⁵, tendo

¹¹⁸ No geral, veja-se os artigos em Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos, IDN, 2000.

¹¹⁹ Veja-se ‘Constituição da República Portuguesa [10 de abril de 1976], conforme versão de 22 de junho de 2005], *DR*, I Série A, n. 155, 12 de agosto de 2005, pp. 4642-4686, art. 273 “(Defesa Nacional): 1. É obrigação do Estado assegurar a defesa nacional. 2. A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”. Mais particularmente artigo 135 c) refere que compete ao Presidente da República “Declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz, (...)” dando a ideia, presente, aliás, nas primeiras versões da Lei Fundamental portuguesa de que somente caberia a utilização da força por motivos de legítima defesa, uma solução inicial restritiva justificada pelo passado colonial português como lembra Diogo Freitas do Amaral, “A Organização e a Política de Defesa Nacional” in: José Medeiros Ferreira (org.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Colibri/FMS/ IHC-FCSH/UNL, 1999, pp. 197-206, 203-204. Complementar com a leitura dos principais comentários constitucionais portugueses em 5.1.3.

¹²⁰ Neste particular, Jorge Bacelar Gouveia, ‘Estado de Guerra’ in: *DJAP*, s.l., s.n., 2001, pp. 301-315, II Suplemento, considera que, face ao princípio da solução pacífica dos assuntos internacionais e da proibição da guerra de agressão, somente se poderia invocar figuras que poderiam resultar em tal estado, mesmo se forem casos de direitos humanos, se o Estado português fosse atingido (pp. 314-315). Na sua obra seminal sobre *O estado de excepção no Direito. Entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998, pp. 713-723, já tinha apresentado este entendimento.

¹²¹ A ‘Lei da Defesa Nacional [20 de julho de 2009]’, *DR*, 1ª Série, n. 138, 2009, pp. 4541-4550, para além de integrar como princípio o da proteção de portugueses (“A salvaguarda da vida e dos interesses dos Portugueses constitui também interesse nacional que o Estado defende num quadro autónomo ou multinacional”, conforme o artigo 2 (3)), também arrola como uma das missões das forças armadas, no artigo 24 (1) (c) “Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses”.

¹²² Veja-se o arrolamento desta prática em Maria Carrilho, “Os Conflitos nos Balcãs e a redefinição das missões internacionais” in: José Medeiros Ferreira (org.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, pp. 165-185.

¹²³ “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” (Constituição da República Portuguesa [10 de abril de 1976], conforme versão de 22 de junho de 2005], art. 275 (5)).

¹²⁴ Ver, por todos, Alexandra Leitão, “A Defesa Nacional no âmbito da política externa portuguesa”, Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, pp. 356-357, destacando que a posição constitucional após a revisão de 1997 ficou clara, e José Luís Moreira da Silva, *Direito dos Conflitos Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2003, p. 68, alinhando no mesmo diapasão.

em vista que, além das Nações Unidas, Portugal também faz parte da OTAN e da UE, instituições que podem envolver-se, como já aconteceu, em operações militares não autorizadas pelo Conselho de Segurança, o que não permite saber com certeza total o âmbito da fórmula constitucional¹²⁶.

Nestes casos, sempre pode recorrer-se a princípios constitucionais relativos à condução da política externa e ao Direito Internacional¹²⁷ marcado, como destacam abalizadas vozes, pela amizade¹²⁸. Dentre eles estão o princípio do respeito pelo Direito Internacional¹²⁹ (incluindo o que regula o uso da força), que, na maior parte dos casos é *law of the land*¹³⁰ e possui uma posição hierárquica supra-legal. Porém, com as incertezas jurídico-internacionais já observadas e com a propensão de alguns desses Estados em interpretá-las de modo mais permissivo¹³¹, isso seguramente não seria

¹²⁵ Curiosamente, a doutrina constitucional e a internacional portuguesa não se tem ocupado diretamente desta questão, não tratando da possibilidade concreta de um confronto entre a possibilidade aberta pelo artigo 275 e a utilização do uso da força no quadro de organizações regionais de que Portugal faz parte, mas em situação de embate com os dispositivos da Carta das Nações Unidas. Somente Diogo Freitas do Amaral, “A Organização e a Política de Defesa Nacional”, p. 206, no trecho já citado, parece entender que o dispositivo não legitima usos unilaterais da força, nem mesmo pela OTAN; e Carlos Blanco de Moraes, “Alinhamentos sobre o regime de organização e funcionamento da Defesa Nacional e Forças Armadas” in: Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, pp. 27-134, que sumariza a sua posição, rejeitando essa possibilidade à luz do caso na OTAN no Kosovo (p. 48).

¹²⁶ O importante comentário de Jorge Miranda, “Artigo 275” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, t. III, p. 692, diz que essas operações podem ser feitas através das Nações Unidas e de organizações regionais, mas não fixa claramente, embora se possa presumir, que estas organizações deva atuar com base na Carta das Nações Unidas.

¹²⁷ Seguir António Costa, “A Constituição e a Política Externa” in: Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 675-682, e, em especial, Paulo Canelas de Castro, “Portugal’s World Outlook in the Constitution of 1976”, *BFDC*, v. 71, 1995, pp. 485-543.

¹²⁸ Ver José Joaquim Gomes Canotilho, “Offenheit vor dem Völkerrecht und Völkerrechtsfreundlichkeit des portugiesischen Rechts”, *AdV*, v. 34, n. 1, 1996, pp. 47-71.

¹²⁹ No caso Português, é um corolário do princípio do Estado de Direito, pois como se consagra na Constituição da República Portuguesa [10 de abril de 1976], conforme versão de 22 de junho de 2005], art. 2º, “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático” e o “Estado (...) funda-se na legalidade democrática”, conforme também está explícito no texto constitucional. Completar com a leitura de Jorge Miranda, “Artigo 1º” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, t. I, pp. 51-57, J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 1º” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007, v. I, pp. 195-201.

¹³⁰ Assim, a Constituição da República Portuguesa, art. 8, de acordo com o qual “As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português” (Ibid.). Especificamente sobre esta questão, reservando grande discussão aos aspetos formais e orgânicos, André Gonçalves Pereira, “O Direito Internacional na Constituição de 1976” in: *Estudos sobre a Constituição*, Lisboa, Petrony, 1977, pp. 37-47; Nuno Bessa Lopes, *A Constituição e o Direito Internacional*, Porto, CODECO, 1979, Paulo Canelas de Castro, “Portugal’s World Outlook in the Constitution of 1976”, pp. 485-543, Jorge Miranda, “Artigo 8º” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. I, pp. 86-95, e J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 1º” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. I, pp. 251-273.

¹³¹ Por exemplo, na decisão do caso *Regina v. Jones et al.; Ayliffe and others (Appellants) v. Director of Public Prosecutions (Respondent)*; *Swain (Appellant) v. Director of Public Prosecutions (Respondent)*,

suficiente para conter operações militares no exterior por motivos humanitários, até porque o monismo constitucional português também resultaria na receção das normas dos instrumentos constitucionais da União Europeia pelo menos¹³², já que o Tratado de Washington não sofreu alterações significativas para sustentar esse tipo de intervenção.

Os princípios da não-ingerência nos assuntos internos¹³³, solução pacífica de controvérsias¹³⁴ ou coexistência pacífica¹³⁵, também não são decisivos porque de outra parte, ainda materialmente, os que poderiam ser arregimentados em favor das intervenções humanitárias unilaterais, como o princípio da proteção aos direitos humanos¹³⁶ e o princípio da solidariedade¹³⁷ e eventualmente os princípios democrático¹³⁸ e do Estado de Direito¹³⁹ não têm forçosamente aplicação externa e nos casos em que tenha, disso não se infere uma legitimação juridicamente funcional de operações militares para proteger os direitos humanos de estrangeiros. Até porque os princípios têm a tendência a entrar em choque uns com os outros¹⁴⁰, do ponto de vista material, pelo menos até à atualidade, não se pode verdadeiramente contar com a Constituição e com o Direito Público Externo infraconstitucional dos Estados para se tentar encontrar qualquer diretriz para conter ou legitimar materialmente tais empreendimentos. A alternativa é ver se o controlo difuso que pode decorrer dos *checks and balances* em matéria de *foreign affairs powers* poderá, de facto, suprir esta deficiência.

United Kingdom House of Lords 16, Appellate Committee: Lord Bingham of Cornhill; Lord Hoffmann; Lord Rodger of Earlsferry; Lord Carswell; Lord Mance, Session 2005-06, 29 March 2006, para. 104 chamou a atenção para as dificuldades da Comunidade Internacional em definir o próprio crime, sustentando que “The incongruity would be underlined by the exclusion from the International Criminal Court Act 2001 of any reference to the crime of aggression, a point which is not undermined by the fact that the International Criminal Court’s present lack of jurisdiction over crimes of aggression is itself probably attributable to the international community’s inability to reach agreement on the pre-conditions for bringing any charges relating to such crimes before that court”.

¹³² Cf. Vítor Rodrigues Viana, *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2002, pp. 297-298, com a interessante tese de que dependeria da incorporação dos instrumentos jurídicos da ONU, OSCE, OTAN e UEO (p. 297).

¹³³ Ibid., art. 7 (1). No geral sobre este dispositivo Jorge Miranda, “Artigo 7º” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. I, pp. 80-85, e J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 7º” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. I, pp. 237-250.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid., art. 1. Ver também Jorge Reis Novais, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

¹³⁸ Ibid., art. 1-2, e, como complemento, Jorge Miranda, “Artigo 2º” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. I, pp. 58-65, e J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 7º” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. I, pp. 202-212.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Ver, especificamente, Ronald Dworkin, “The Model of Rules”, *UCLR*, v. 35, n. 1, 1967, pp. 14-46, e Robert Alexy, *Theorie der Grundrechte*, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, cap. 3 (“Die Struktur der Grundrechtsnormen”).

4.2.2. Os controlos constitucionais orgânicos insuficientes: os casos dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e de Portugal

O que se tem desenvolvido de forma mais consistente são os mecanismos processuais de controlo no quadro da distribuição de poderes em matéria de política externa entre os órgãos de Estado, adotando-se esquemas ajustados aos sistemas de governo presidencialista, parlamentarista ou semipresidencialista (forte, equilibrado ou fraco), que marcam, respetivamente, países como os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Portugal¹⁴¹. No geral, pode verificar-se a modelação dos sistemas com base na necessidade de haver uma cooperação institucional entre o executivo, o parlamento e, nalguns casos, do Presidente da República para se poder declarar a ‘guerra’, e uma tendência cada vez maior no Direito Constitucional Comparado para uma maior participação nesse processo dos representantes do povo, através do Parlamento¹⁴², embora sem debilitar excessivamente a legitimidade direta dos Presidente da República em sistemas presidenciais ou semipresidenciais fortes¹⁴³.

Todavia, mesmo nestes casos, tudo é muito controverso – como, aliás, ficou demonstrado na situação concreta da Síria – a começar pela principal potência militar e mais tradicional democracia constitucional do planeta: os Estados Unidos¹⁴⁴. Não se sabe se o Congresso tem que autorizar qualquer emprego de forças armadas no exterior ou se as exigências constitucionais se limitam a casos de guerra¹⁴⁵, no sentido jurídico

¹⁴¹ Estabelece esta mesma relação, Jorge Miranda, “Direito Constitucional das Forças Armadas”, *RFDUL*, v. L, n. 1-2, 2009, pp. 67-80, que destaca precisamente a influência do sistema de governo sobre o modelo de direito constitucional das forças armadas.

¹⁴² Cf., por exemplo, Andreas Paulus & Mindia Vashakmadze, “Parliamentary Control over the Use of Force Against Terrorism: In Defense of the Separation of Powers”, *NYIL*, v. 38, 2007, pp. 113-161, e os textos em Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, *passim*; Hans Born & Heiner Hänggi (eds.), *The ‘Double Democratic Deficit’. Parliamentary Accountability and the Use of Force Under International Auspices*, Aldershot, Ashgate, 2004, e Sandra Dieterich, Hartwig Hummel & Stefan Marschall, *Strengthening Parliamentary “War Powers” in Europe: Lessons from 25 National Parliaments*, Geneva, GCDCAF, 2008, e, por último, Tom Ginsburg, “Chaining the Dog War: Comparative Data”, *ChiJIL*, v. 15, n. 1, 2014, pp. 493-517.

¹⁴³ Como lembra Michel Voelckel, “Faut-il encore déclarer la guerre?”, p. 18, esta é a questão de base num sistema em que vários órgãos têm legitimidade democrática direta.

¹⁴⁴ Por todos, e com as mais diversas posições, Francis Wormuth & Edwin Firmage, *To Chain the Dog of War. The War Power of Congress in History and Law*, 2. ed., Urbana, UIP, 1989; Louis Fischer, *Presidential War Power*, 2. ed., Lawrence, UKP, 2004; John Yoo, *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005; Brien Hallet, *Declaring War. Congress, the President, and what the Constitution does not Say*, New York, CUP, 2012; Stephen Griffin, *Long Wars and the Constitution*, Cambridge, Mass, HUP, 2013; Mariah Zeisberg, *War Powers. The Politics of Constitutional Authority*, Princeton, PUP, 2013.

¹⁴⁵ “The Congress shall have Power (...) To regulate Commerce with foreign Nations; (...) To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal; (...) To raise and support Armies, but no Appropriation of

da palavra, pois que nem sequer as medidas adotadas depois da Guerra do Vietname para interpretar (quase) autenticamente a Constituição como a *War Powers Resolution*¹⁴⁶, conseguiram produzir a pacificação da disputa e a resolução da controvérsia, muitos continuando a arguir a sua inconstitucionalidade¹⁴⁷. Não que a Constituição tenha mudado em relação à sua redação originária, mas, outrossim, porque a evolução do sistema de segurança internacional e da própria posição dos Estados Unidos da América no xadrez estratégico internacional foi tamanha desde fins do século XVIII, e as expressões de carácter principiológico da Constituição dos Estados Unidos da América, com as suas fórmulas do “comandante-supremo”¹⁴⁸ e “declaração de guerra”¹⁴⁹, não conseguem evitar sobreposições que acabaram por ser acertadas, mas não resolvidas definitivamente, pela prática de exercício dos poderes.

Se a leitura de que a decisão acerca da utilização da força contra entidades soberanas – não, evidentemente, as nações nativas americanas – cabia ao Presidente, mediante autorização do Congresso, porque o termo guerra absorvia todo o uso relevante da força, com a exceção da legítima defesa, com o esbatimento das linhas vestefalianas e com as ascensão dos Estados Unidos a superpotência envolvida em conflitos com intensidade diversa, nomeadamente a potencialidade de um conflito nuclear, exigia-se maior eficácia e celeridade nas respostas, o que seria incompatível com um processo muito longo de declaração. Assim sendo, em crescendo, desde a II Grande Guerra¹⁵⁰, começou a haver uma leitura no sentido de que o Presidente da República, tirando os casos que claramente pudessem envolver uma declaração, poderia

Money to that Use shall be for a longer Term than two Years; To provide and maintain a Navy (*The Constitution of the United States of America*, art. 1, sec. 8).

¹⁴⁶ Esta intenção parece resultar claramente da redação do dispositivo, em tom de remoque pela interpretação equivocada da Constituição pelos Presidentes dos Estados Unidos da América, particularmente na parte em que se diz que “It is the purpose of this joint resolution to fulfill the intent of the framers of the Constitution of the United States and insure that the collective judgement of both the Congress and the President will apply to the introduction of United States Armed Forces into hostilities, or into situations where imminent involvement in hostilities is clearly indicated by the circumstances, and to the continued use of such forces in hostilities or in such situations” (‘Joint Resolution Concerning the War Powers of Congress and the President’, *PL* 93-148, Nov. 7 197, sec. 2 (a)).

¹⁴⁷ Veja-se, em particular, Robert Turner, “The War Powers Resolution at 40 – Still an Unconstitutional, Unnecessary, Unwise Fraud that Contributed Directly to 9/11 Attacks”, *CWRJIL*, v. 45, n. 1-2, 2012, pp. 109-143, que considera a lei inconstitucional e detrimental da estratégia de segurança dos Estados Unidos.

¹⁴⁸ “The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, when called into the actual Service of the United States; (...); He shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, (...) (*The Constitution of the United States of America*, art. 2, sec. 2).

¹⁴⁹ *Ibid.*, art. 1, sec. 8

¹⁵⁰ Veja-se em especial Stephen Griffin, *Long Wars and the Constitution*, *passim*.

tomar a decisão sem aprovação do Congresso, entendimento que não foi contestado até à Guerra do Vietname. Na sequência deste conflito, no entanto, o Congresso, face à posição popular negativa em relação a essa guerra e à insistência da sua manutenção por administrações sucessivas, tentou controlar o Chefe de Estado através da Lei sobre os Poderes de Guerra¹⁵¹, para estender a necessidade de autorização para outras operações militares que não envolvessem declaração de guerra. Daí a utilização da expressão *hostilities*¹⁵², isentando somente a legítima defesa¹⁵³.

Não foi assim surpreendente que o diploma tenha sido vetado pelo Presidente da República, embora confirmado pelo Congresso. E que, mesmo depois da sua confirmação pelo Senado, os sucessivos chefes de Estado (Nixon, Ford, Carter, Bush I, Reagan e Clinton¹⁵⁴) tenham levantado o problema da sua constitucionalidade ou, na maior parte dos casos, literalmente ignorado as suas determinações no lançamento de operações militares, por vezes massivas, de invasão a outros países nos limites até do termo guerra. Duas curiosas exceções foram a do Presidente Bush II, pródigo em invocar prerrogativas gerais em matéria de segurança¹⁵⁵, nos casos do Afeganistão¹⁵⁶ e do Iraque¹⁵⁷ e do Presidente Obama, que tem gerido os conflitos pré-existent¹⁵⁸ ou preferido operações mais clandestinas¹⁵⁹. O atual executivo quando pretende lançar as

¹⁵¹ A versão consolidada sobre esta matéria encontra-se em *US Code*, 2009, tit. 50, chap. 33, pp. 279-290.

¹⁵² ‘Joint Resolution concerning the War Powers of Congress and the President’, sec. 2 (a).

¹⁵³ *Ibid.*, sec. 2 (c).

¹⁵⁴ Veja-se os casos individuais e o sumário que nos é transmitido por um dos principais estudiosos do assunto, Louis Fischer, *Presidential War Power*, *passim*, destacando a relativa convergência de atuação dos Presidentes americanos de Ford a Bush I, já que se fazia a distinção entre operações de curta duração, para as quais não pediram autorização, e de longa duração, em que se pediu, ainda que não tenham aceitado que era uma obrigação; adicionalmente, para o caso da Presidência Clinton, *Ibid.*, p. 201 (pondo ênfase no fato deste presidente não se ter sujeitado a pedidos de autorização nas diversas vezes que usou a força), e Ryan Hendrickson, *The Clinton Wars. The Constitution, Congress, and War Powers*, Nashville, VandUP, 2002 (defendendo a tese da manutenção da deferência para com o executivo em matéria de política externa de defesa durante a Administração Clinton), em ligeiro contraste com a posição mais matizada de Lori Fisler Damrosch, “The Clinton Administration and War Power”, *L&CP*, v. 63, n. 1-2, 2000, pp. 125-141.

¹⁵⁵ Ver, por exemplo, *Presidential Powers. An American Debate*, New York, CLS, 1996.

¹⁵⁶ ‘Joint Resolution to authorize the use of United States Armed Forces against those responsible for the recent attacks launched against the United States [September 2001]’, *Public Law*, 107-40, sec. 2 (“The President is authorized to use all necessary and appropriate force against those nations, organizations, or persons he determines planned, authorized, committed, or aided the terrorist attacks that occurred on September 11, 2001, or harbored such organizations or persons, in order to prevent any future acts of international terrorism against the United States by such nations, organizations or persons”).

¹⁵⁷ Cf. ‘Joint Resolution to authorize the use of United States Armed Forces against Iraq, *PL*, 107-243, October 16 2002 (“a) AUTHORIZATION.—The President is authorized to use the Armed Forces of the United States as he determines to be necessary and appropriate in order to—(1) defend the national security of the United States against the continuing threat posed by Iraq; and (2) enforce all relevant United Nations Security Council resolutions regarding Iraq. (...)”).

¹⁵⁸ Cf. Bob Woodward, *Obama’s War*, London, S&Sch, 2010.

¹⁵⁹ Seguir, no geral, a obra recente de David Sanger, *Confront and Conceal. Obama’s Secret Wars and Surprising Use of American Power*, New York, Broadway, 2012, que assim sumariza o que denomina de

suas forças militares em teatros de guerra ou requerido autorização do Congresso como aconteceu recentemente no caso do Estado Islâmico¹⁶⁰ ou evitando empenhar as mesmas quando as probabilidades de haver autorização é mais limitada, sendo exemplo desta última situação o não concretizado bombardeamento da Síria¹⁶¹. Não obstante este desenvolvimento, a ausência de estabilidade deste entendimento mais conformador dos últimos Presidentes da República, não significa que a orientação continue a ser seguida pelos seus sucessores. E sem uma posição da *Supreme Court*¹⁶², que nem sempre aceita pronunciar-se em matéria tão política¹⁶³, é provável que a situação continue tão turva quanto tem sido nos últimos tempos.

Doutrina Obama, marcada, ao contrário das expectativas de muitos, pela possibilidade de agir militarmente, de preferência de forma cirúrgica (p. xvi).

¹⁶⁰ “AUTHORIZATION.—The President is authorized, subject to the limitations in subsection (c), to use the Armed Forces of the United States as the President determines to be necessary and appropriate against ISIL or associated persons or forces as defined in section 5) (Draft Joint Resolution to authorize the limited use of the United States Armed Forces against the Islamic State of Iraq and the Levant’ [February 11, 2015]’, section 2 https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/aumf_02112015.pdf, acesso a 25 de março de 2015.

¹⁶¹ O Projeto submetido ao Congresso pelo Presidente Obama pedia “(a) AUTHORIZATION—The President is authorized, subject to subsection (b), to use the Armed Forces of the United States as he determines to be necessary and appropriate in a limited and tailored manner against legitimate military targets in Syria, only to: (1) respond to the use of weapons of mass destruction by the Syrian government in the conflict in Syria; (2) deter Syria’s use of such weapons in order to protect the national security interests of the United States and to protect our allies and partners against the use of such weapons; and (3) degrade Syria’s capacity to use such weapons in the future” (‘Draft Resolution Regarding Authorisation for the Use of United States Armed Forces in Connection to the Conflict in Syria [August 31, 2013]’, disponível em http://www.nytimes.com/interactive/2013/09/01/world/middleeast/syria-resolution.html?_r=0, acesso a 25 de março de 2015, sec. 2).

¹⁶² Sobre a *Supreme Court*, Bernard Schwartz, *A History of the Supreme Court*, New York, OUP, 1993, e James Daley (ed.), *Landmark Decisions of the U.S. Supreme Court*, Mineola, Dover, 2006.

¹⁶³ Num caso paradigmático relacionado com a guerra do Kosovo, decidido pelo Tribunal Distrital da capital federal (‘Tom Campbell, et al., Plaintiffs v. William Jefferson Clinton, President of the United States of America’, U.S. District Court for the District of Columbia - 52 F. Supp. 2d 34 (D.D.C. 1999), June 8, 1999, disponível em <http://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp2/52/34/2522389/>), o Juiz Paul Friedman entendeu que um conjunto de deputados que tivesse perdido as eleições no parlamento não tinha legitimidade para contestar a constitucionalidade ou a legalidade de uma medida do executivo em Tribunal sem antes explorar os mecanismos parlamentares internos ou poderia fazê-lo em nome de todo o Congresso (“The most that can be said is that Congress is divided about its position on the President’s actions in the Federal Republic of Yugoslavia and that the President has continued with air strikes in the face of that divide. Absent a clear impasse between the executive and legislative branches, resort to the judicial branch is inappropriate (...) Because plaintiffs have failed to demonstrate an actual confrontation or constitutional impasse between the legislative and executive branches, they have no standing to bring this action. This is not to say that members of the legislative branch never have standing to resort to the judicial branch when the executive branch flouts the law. But the courts will apply *Raines* and *Coleman* rigorously and will find standing only in the clearest cases of vote nullification and genuine impasse between the political branches. Under the circumstances presented in this case, the Court cannot conclude that plaintiffs have standing to bring this action, and the case therefore will be dismissed. An Order and Judgment consistent with this Opinion will be issued this same day”), e pelo Tribunal de Apelações que cobre a região, que manteve a decisão do tribunal inferior (United States Court of Appeals, District of Columbia Circuit, ‘Tom Campbell, Member, U.S. House of Representatives, et al., Appellants, v. William Jefferson Clinton, President of the United States’, Appellee, No. 99-5214, decided on February 18, 2000, disponível em <http://caselaw.findlaw.com/us-dc-circuit/1177126.html>: “We therefore have another basis for our affirming the district court’s dismissal of appellants’ case. In sum, there are no

No mesmo sentido, desenvolvimentos mais recentes na Grã-Bretanha têm feito emergir dificuldades de superação das tensões entre a prerrogativa real de fazer a guerra¹⁶⁴ e o princípio da supremacia do Parlamento¹⁶⁵, ambas com os seus apoiantes no setor político¹⁶⁶ e intelectual, e este país tenha mais recentemente pendido para a consolidação de convenções constitucionais de acordo com as quais a utilização do uso da força na esfera internacional deve ser precedida por uma autorização parlamentar e que a rejeição de uma moção no parlamento proíbe o executivo de usar a força na Grã-Bretanha. Se assim se pode caraterizar a situação na atualidade, não é menos correto sublinhar o caráter precário e incerto dessas práticas em consolidação próprio de qualquer fase de transição¹⁶⁷, cujos caminhos tanto podem sedimentar a regra em formação, quanto sofrer retrocessos consideráveis¹⁶⁸.

standards to determine either the statutory or constitutional questions raised in this case, and the question of whether the President has intruded on the war-declaring authority of Congress fits squarely within the political question doctrine”), o Supremo Tribunal dos Estados Unidos recusou-se a conceder o *writ of certiorari* que habilitaria os petiçãoários, Membros do Congresso, a recorrerem a esta instituição, conforme, aliás, tinha sido solicitado a Administração (‘Brief for the Respondents in Opposition, Seth Waxmann (Solicitor General), Tom Campbell, et al, Plaintiffs v. William Jefferson Clinton, President of the United States of America’, On Petition for Writ of Certiorari to the United States Court of Appeals for the District of Columbia, No. 99-1843, July 2000), disponível em <http://www.justice.gov/sites/default/files/osg/briefs/2000/01/01/1999-1843.resp.pdf>, acesso a 25 de março de 2015).

¹⁶⁴ Ver, para uma visão evolutiva, o recente Rosara Joseph, *The War Prerogative. History, Reform, and Constitutional Designs*, Oxford, UK, OUP, 2013; no geral, Nigel White, “The British Constitution and Military Action”, in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, Oxford, OUP, 2008, pp. 7-30; id., “The United Kingdom: Increasing Commitment Requires Greater Parliamentary Involvement” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 300-322, e a síntese de um dos principais manuais britânicos de Direito Constitucional, Colin Turpin & Adam Tomkin, *British Government and the Constitution: Text and Materials*, 5. ed., Cambridge, UK, CUP, 2007, p. 163, de acordo com o qual “The royal prerogative includes the power, exercisable by the government, to declare war or engage the armed forces of the Crown in military expeditions or armed conflict. As a matter of law a decision to exercise the prerogative in these ways does not require the authority of Parliament (although the expenses of such engagements must be met from the funds voted by Parliament for expenditure by the Ministry of Defence and other departments)”.

¹⁶⁵ Cf. Jeffrey Goldsworthy, *Parliamentary Sovereignty, Contemporary Debates*, Cambridge, UK, CUP, 2010.

¹⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o contraste entre dois pronunciamentos proferidos no debate da *House of Commons*, em 2013, sobre a eventual participação da Grã-Bretanha numa intervenção na Síria; segundo um dos oradores, “It is vital to recognise that the Executive do not control the legislature; the legislature must control the Executive. Sending our young men and women to war is a decision of massive consequence, and it is right and proper that the House should exert its authority and give legitimacy to that decision. I understand and respect the case for intervention, and I think no one in this House or anywhere else is calling for a land invasion” (Douglas Carswell (Con) in: House of Commons, *PD (Hansard)*, col. 1492), ao passo que para o outro, “Has my hon. Friend [Carswell] just demonstrated the shortcomings of this system of decision making and giving executive decisions to a legislative body? That is contributing to the paralysis of our nation. If we do not trust our Prime Minister to take decisions of this nature, we should not have trusted him with the office of Prime Minister” (House of Commons, *PD (Hansard)*, col. 1492).

¹⁶⁷ Por exemplo, David Jenkins, “Judicial Review under a British War Powers Act”, *VJTL*, v. 43, n. 3, 2010, pp. 611-648; neste mesmo sentido, importantes autores como Colin Turpin & Adam Tomkin, *British Government and the Constitution: Text and Materials*, p. 163, preferem esta via legislativa do que

O quadro constitucional britânico é nesta altura compreensível¹⁶⁹, tendo em vista o desenvolvimento do sistema desde o século XVII, momento no qual se começou a desenhar uma orientação de acordo com a qual fazia parte da prerrogativas reais vários *foreign affairs powers*, dentre os quais o *jus belli*. Materialmente, passariam, por sucessão, para o Gabinete (em representação do monarca)¹⁷⁰. O Parlamento face à impossibilidade de um controlo *a priori*, limitava-se a fazê-lo por via do seu poder de censura e retirada de confiança *a posteriori*¹⁷¹, bem como por meio dos seus poderes financeiros. As reservas colocadas a este sistema são recentes¹⁷², devendo-se, sobretudo, à guerra do Iraque, para a qual a autorização foi pedida pela primeira vez¹⁷³, mas que

depende do problemático processo de estabelecimento de convenções constitucionais entre o Governo e o Parlamento. No entanto, num dos documentos parlamentares – House of Lords Constitutional Committee, *Constitutional Arrangements on the Use of International Force. Report*, London, TSO, 2013, p. 4, recomenda um centramento na convenção constitucional constituída (“we conclude that the existing convention—that, save in exceptional circumstances, the House of Commons is given the opportunity to debate and vote on the deployment of armed force overseas—is the best means by which the House of Commons can exercise political control over, and confer legitimacy upon, decisions to use force. We do not think Parliament’s role should be formalised by way of legislation or a resolution; the risks that are associated with formalisation outweigh the benefits. We consider that the House of Lords is well placed to debate deployment decisions, but that the approval of such decisions should be for the House of Commons”).

¹⁶⁸ Ver os fundamentos desta assertiva nos textos em Amanda Perreau-Saussine & James Bernard Murphy (eds.), *The Nature of Customary Law. Legal, Historical and Philosophical Perspectives*, Cambridge, UK, CUP, 2007; David Bederman, *Custom as a Source of Law*, Cambridge, UK, CUP, 2010, e, por fim, Herbert Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., Oxford, Clarendon, 1994, cap. v.

¹⁶⁹ A experiência britânica é tratada por Nigel White, “The British Constitution and Military Action” in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, pp. 7-30, e, com outro foco, em “The United Kingdom: Increasing Commitment Requires Greater Parliamentary Involvement” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 300-322.

¹⁷⁰ Cf. Nigel White, “The British Constitution and Military Action”, p. 11.

¹⁷¹ Vide Ibid., p. 22.

¹⁷² Num caso a envolver alguns aspetos da licitude da participação de forças britânicas na Guerra do Iraque de 2003, a Casa dos Lordes, através do Lorde Hoffmann, afirmou que “It is of course open to the court to say that the act in question falls wholly outside the ambit of the discretionary power. But that is not the case here. The decision to go to war, whether one thinks it was right or wrong, fell squarely within the discretionary powers of the Crown to defend the realm and conduct its foreign affairs” (*Regina v. Jones et al.; Ayliffe and others (Appellants) v. Director of Public Prosecutions (Respondent); Swain (Appellant) v. Director of Public Prosecutions (Respondent)*), para. 66). A decisão unânime do caso R (on the application of Gentle (FC) and another (FC)) (Appellants) v The Prime Minister and others (Respondents), United Kingdom House of Lords 20, Appellate Committee: Lord Bingham of Cornhill; Lord Hoffmann; Lord Hope of Craighead; Lord Scott of Foscote; Lord Rodger of Earlsferry; Baroness Hale of Richmond; Lord Carswell; Lord Brown of Eaton-under-Heywood; Lord Mance, Session 2007-08, 9 April 2008), confirma a relutância dos tribunais superiores ingleses escrutinarem a licitude do uso da força mesmo por via indireta. Estes testes judiciais são discutidos por Nigel White, “Democracy, Accountability, and Military Action” in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, pp. 269-296.

¹⁷³ House of Commons, *PD (Hansard)*, v. 401, 18 March 2003, cols. 760-912, por maioria de 412 a 149, adota a resolução na qual “regrets that despite sustained diplomatic effort by Her Majesty’s Government it has not proved possible to secure a second Resolution in the UN because one Permanent Member of the Security Council made plain in public its intention to use its veto whatever the circumstances; notes the opinion of the Attorney General that, Iraq having failed to comply and Iraq being at the time of Resolution 1441 and continuing to be in material breach, the authority to use force under Resolution 678

resultou numa profunda insatisfação do povo em relação à manipulação das informações no sentido de favorecer uma decisão favorável e legítima¹⁷⁴. A tentativa do governo Cameron de obter autorização para bombardear a Síria¹⁷⁵, além de mal sucedida no caso concreto, tendo em vista a derrota¹⁷⁶, poderá ter, paradoxalmente, reforçado essa tendência¹⁷⁷, que, no entanto, ainda está por consolidar¹⁷⁸. Apesar de mais perto estar, com mais pedidos, desta feita bem sucedidos, em 2014¹⁷⁹ e em 2015¹⁸⁰, na realidade, apesar de se pode estar a caminhar precisamente para um sistema de controlo preventivo do uso internacional da força na Grã-Bretanha com participação dos

has revived and so continues today; believes that the United Kingdom must uphold the authority of the United Nations as set out in Resolution 1441 and many Resolutions preceding it, and therefore supports the decision of Her Majesty's Government that the United Kingdom should use all means necessary to ensure the disarmament of Iraq's weapons of mass destruction (col. 911). Cf. adicionalmente Colin Turpin & Adam Tomkin, *British Government and the Constitution: Text and Materials*, p. 163. Para o contexto e os acontecimentos, cf. Anthony Seldon, *Blair*, London, FP, 2004; Peter Stothard, *Thirty Days. Tony Blair and the Test of History*, New York, HColl, 2003 (An Inside Account of Tony Blair at War), John Kampfner, *Blair's Wars*, London, S&S, 2003, p. 191 e ss, e, por fim, os capítulos finais de Marc Weller, *Iraq and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2010, caps. 6-7, e o material compilado nos anexos de Dominic McGoldrick, *From 9-11 to the Iraq War 2003. International Law in an Age of Complexity*, Oxford, Hart, 2004; em Portugal, Bernardo Pires de Lima, *Blair, a Moral e o Poder*, Lisboa, GeP, 2008.

¹⁷⁴ Consultar Nigel White, "The Road to Basra" in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, pp. 238-268, especialmente 252-258.

¹⁷⁵ Ver House of Commons, *PD (Hansard)*, *passim*.

¹⁷⁶ A moção foi derrotada com um total de 272 votos a favor e 285 contra (Ibid., col. 1551-1555).

¹⁷⁷ Um analista prognostica-o recentemente, dizendo que o "Parliament's decision not to back the use of military force in Syria could prove to be a landmark in British constitutional history and the history of British foreign policy. For centuries, the executive—originally the monarch and in recent times, the Government acting in the monarch's name—has wielded a monopoly over whether to declare war or peace. An emerging constitutional convention, however, inexorably seems set to wrest this ancient prerogative from Downing Street and place it in the hands of MPs. Although it is a complex development that needs to be treated with some caution, this can only be a good thing" (Peter Sarris, "The implications of the Syria Vote: how Britain goes to war (or not)", *OD*, 11 of September 2013, disponível na página da rede, <http://www.opendemocracy.net/ourkingdom/peter-harris/implications-of-syria-vote-how-britain-goes-to-war-or-not> acesso a 17 de setembro de 2013). Porém, os efeitos não ficaram muito claros, principalmente a partir das intervenções dos líderes dos partidos, nomeadamente do principal líder da oposição, Ed Miliband, que, ao final do debate, perguntou: "will the Prime Minister confirm to the House that, given the will of the House that has been expressed tonight, he will not use the royal prerogative to order the UK to be part of military action before there has been another vote in the House of Commons?", como se reconhecesse que o voto do parlamento tinha força meramente política e não fosse constitucionalmente vinculativa, uma ideia que a resposta do Primeiro Ministro, por mais conciliatória que fosse, não parece ter esclarecido ("I strongly believe in the need for a tough response to the use of chemical weapons, but I also believe in respecting the will of this House of Commons. It is very clear tonight that, while the House has not passed a motion, the British Parliament, reflecting the views of the British people, does not want to see British military action. I get that, and the Government will act accordingly" (House of Commons, *PD (Hansard)*, cols. 1555-1556)).

¹⁷⁸ Daí Colin Turpin & Adam Tomkin, *British Government and the Constitution: Text and Materials*, p. 163, classificar este desenvolvimento entre as 'convenções constitucionais duvidosas' (*doubtful conventions*).

¹⁷⁹ 'Iraq Coalition Against ISIL', *House of Commons Official Report, PD (Hansard)*, v. 585, n. 39, 26 September 2014, *passim* (moção aprovada com 524 votos a favor e 43 contra) (col. 1360).

¹⁸⁰ A respeito da extensão dos bombardeamentos da Força Aérea Real ao território a Síria aprovado por 397-223 (v. *House of Commons Official Report, PD (Hansard)*, v. 603, n. 80, 2 december 2015, col. 494).

representantes do povo¹⁸¹, não nos parecer que nesta altura a questão já estava definitivamente clarificada¹⁸² e pacificada¹⁸³. E mesmo que fosse, a posição do Primeiro Ministro é que, em casos de urgência humanitária ou de defesa, o governo toma as medidas que se impuserem e só depois leva a questão ao Parlamento¹⁸⁴.

No caso gaulês¹⁸⁵, depois de uma prática que começava a ter por incontável e insindicável e face a uma clarificação constitucional deficiente¹⁸⁶, o sistema, neste momento, é muito mais claro em razão de indicações da atual versão da Constituição. A dúvida de se saber se em qualquer situação o Presidente francês teria o dever de levar a situação à consideração da *Assemblée Nationale* foi resolvida claramente em benefício do chefe de Estado na linha do que a prática constitucional da V República já tinha

¹⁸¹ Sobre estas ver, em específico, Nigel White, “The United Kingdom: Increasing Commitment Requires Greater Parliamentary Involvement”, *passim*.

¹⁸² Mais um elemento que turva inevitavelmente a clarificação desejável nesta matéria: as razões apontadas para rejeitar a moção deslocaram-se de uma percepção dos *Members of Parliament* de que se tratava de uma intervenção ilícita por não ter amparo no Direito Internacional para a de que era ilícita simplesmente porque se tratava de uma ação punitiva pela utilização de armas de destruição em massa e não uma ação humanitária na verdadeira aceção da palavra, como se pode verificar pelas intervenções, de membros da oposição. Michael Meacher, dizia que “but there is no case in international law for this military attack—neither with a UN Security Council resolution authorising it, nor under article 51 of the UN Charter, which permits a right of self-defence, but that clearly does not apply to a chemical gas attack in eastern Damascus, as that is obviously not an attack on another state. That is why the Prime Minister switched today to quoting long-standing international conventions that prohibit the use of chemical weapons. However, nothing in those conventions inherently allows other nations to take military action against such a state just because it has used chemical weapons—certainly not without wider international sanctions” (House of Commons, *PD (Hansard)*, col. 1524-1525), uma posição institucionalizada pelo Ministro Sombra para os Negócios Estrangeiros do Partido Trabalhista Douglas Alexander quando disse que “(...) the case for action is not helped by the suggestion from some of our allies that the objective has more to do with punishment than with protection. Let me be very clear with this House: punitive action—action motivated by a desire to punish—would have no basis in international law. To be legal, the objective of any such mission would need to be to protect the people of Syria, not to punish the rulers of Syria” (Ibid., col. 1541).

¹⁸³ Inclusivamente no debate de 2 de dezembro de 2015, um dos membros do parlamento – James Gray (Cons.) – posicionava-se contra essa ideia, preferindo que continuasse a ser uma decisão do governo sujeita a acompanhamento e eventual escrutínio e censura concomitante e sucessivos da Casa dos Comuns (*House of Commons Official Report, PD (Hansard)*, v. 603, n. 80, 2 december 2015, p. 410), posição que já havia adotado no de 2014 (Iraq Coalition Against ISIL’, *House of Commons Official Report, PD (Hansard)*, v. 585, n. 39, 26 September 2014, col. 1266), no que foi secundado pelo seu colega de partido Jesse Norman (Ibid., cols. 1351-1352).

¹⁸⁴ Ibid., cols. 1264-1265: “if there is a need to take urgent action to prevent, for instance, the massacre of a minority community or a Christian community, and Britain could act to prevent that humanitarian catastrophe – if I believed we could effectively act and do that – I am saying I would order that and come straight to the House and explain afterwards”.

¹⁸⁵ Esta questão é especialmente tratada por Jean Paucot, “Le pouvoir d’engager les hostilités en France”, *PRFECF*, n. 10, 1979, pp. 65-78; Raphaël Hadas-Lebel, “La V^e République et la Guerre”, *PRFECF*, n. 58, 1991, pp. 5-24; Michel Voelckel, “Faut-il encore déclarer la guerre?”, pp. 7-24; Yves Boyer; Serge Sur & Olivier Fleurence, “France: Security Council Legitimacy and Executive Primacy” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 280-299, bem como o comentário de François Frison-Roche, “Article 35” in: François Luchaire; Gérard Conac & Xavier Prétot (dir.), *La Constitution de la République Française. Analyses et Commentaires*, 3. ed., Paris, Economica, 2009, pp. 927-938.

¹⁸⁶ Ver Michel Voelckel, “Faut-il encore déclarer la guerre?”, p. 17, para quem o artigo 35 não resolvia o problema da competência decisória em matéria de guerra.

sedimentado – ou seja, traduz-se no reconhecimento de poderes executivos fortes em matéria de política externa e de defesa para o Presidente¹⁸⁷ e do seu estatuto de comandante supremo das forças armadas¹⁸⁸, sendo coadjuvado pelo governo, que assume o papel de executor¹⁸⁹, e limitado por algum controlo parlamentar mínimo¹⁹⁰.

O sistema em vigor parte da distinção entre guerra e outras modalidades de uso da força, denominadas de ‘intervenções armadas’, pressupondo-se que a primeira deve ser autorizada¹⁹¹, ao passo que, no tocante à segunda figura, caberia ao Presidente da República decidir *solo*, simplesmente estando vinculado a um dever de informar a Assembleia no prazo de três dias após o início das hostilidades¹⁹². Isso, de facto, permitiria um debate parlamentar sobre aspetos relevantes ligados à intervenção, porém, o facto de não haver votação¹⁹³, não só reduz o peso operacional, como também o simbólico, de uma eventual oposição parlamentar. Somente se ela se prolongar para além de quatro meses é que se afigura necessário pedir a sua prorrogação ao Parlamento¹⁹⁴ e, mesmo assim, com a possibilidade de se excluir a Câmara Alta, o

¹⁸⁷ Veja-se a consagração deste princípio no artigo 5º da Constituição da V República: “Le Président de la République veille au respect de la Constitution. Il assure, par son arbitrage, le fonctionnement régulier des pouvoirs publics ainsi que la continuité de l’État. Il est le garant de l’indépendance nationale, de l’intégrité du territoire et du respect des traités” (‘Constitution de la République Française, version consolidée, disponível em http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution_01-2015.pdf, acesso a 13 de março de 2015). Para comentários gerais, cf. Didier Maus, “La repartition de compétences en matière de politique étrangère dans la élaboration de la Constitution de la V^e République” in: Dmitri-Georges Lavroff (dir.), *La Conduite de la Politique Étrangère de la France sous la V^e République*, Bordeaux, PUB, 1997, pp. 107-149.

¹⁸⁸ “Le Président de la République est le chef des armées. Il préside les conseils et les comités supérieurs de la défense nationale” (Ibid., art. 15). Para um comentário, Sami Cohen, “Le Président chef des armées”, *PRFEC*, n. 58, 1991, pp. 33-40.

¹⁸⁹ Que resulta dos poderes governamentais previstos pelo artigo 20 da Constituição da República Francesa, de acordo com o qual “Le Gouvernement détermine et conduit la politique de la Nation. Il dispose de l’administration et de la force armée”, completada pela primeira parte do artigo 21 (“Le Premier Ministre dirige l’action du Gouvernement. Il est responsable de la Défense Nationale (...)”) (Ibid.). Apesar das ambiguidade constitucional que afligiu a França durante muito tempo, a prática da V República fez pender a correlação de forças claramente para o Presidente da República como, de resto, é tratado por Yves Boyer; Serge Sur & Olivier Fleurence, “France: Security Council Legitimacy and Executive Primacy”, p. 292.

¹⁹⁰ Não se pode esquecer que um dos problemas que se tentou resolver foi permitir algum controlo parlamentar das decisões do Presidente em relação à utilização de forças militares francesa fora de um quadro de guerra. Ver, representativamente, Jean Paucot, “Le pouvoir d’engager les hostilités en France”, p. 77,

¹⁹¹ “La déclaration de guerre est autorisée par le Parlement” (‘Constitution de la République Française, version consolidée, art. 35 (1)).

¹⁹² “Le Gouvernement informe le Parlement de sa décision de faire intervenir les forces armées à l’étranger, au plus tard trois jours après le début de l’intervention. Il précise les objectifs poursuivis” (Ibid., art. 35 (2)).

¹⁹³ Dispõe o dispositivo que “Cette information peut donner lieu à un débat qui n’est suivi d’aucun vote” (Ibid., art. 35 (2), *in fine*).

¹⁹⁴ “Lorsque la durée de l’intervention excède quatre mois, le Gouvernement soumet sa prolongation à l’autorisation du Parlement” (Ibid., art. 35 (3)).

Senado, do processo de decisão¹⁹⁵ e de, não estando em sessão e até à decisão, ser mantida a operação militar¹⁹⁶. Como uma intervenção humanitária unilateral, se seguir, de facto, os seus elementos de base, raramente poder ser classificada como uma guerra no sentido internacional ou constitucional da expressão, e dado o desuso do instituto da declaração de guerra, a maior parte dos casos seria governado pelo mecanismo de aprovação de intervenções armadas, beneficiando do seu carácter flexível e controlado pelo Chefe de Estado.

Em Portugal¹⁹⁷, por sua vez, contextualizado no quadro da distribuição de poderes¹⁹⁸ e matéria de política externa¹⁹⁹, o dispositivo central da Constituição em relação aos poderes de guerra é o artigo 135 c) de acordo com o qual compete ao Presidente da República “Declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz, sob proposta do Governo, ouvido o Conselho de Estado e mediante autorização da Assembleia da República, ou, quando esta não estiver reunida nem for possível a sua reunião imediata, da sua Comissão Permanente”²⁰⁰, estabelecendo uma linha de atuação que começa no governo, que propõe e dinamiza²⁰¹, passa pelo parlamento, que autoriza²⁰², e culmina na intervenção do Presidente, que declara, depois de ouvir o Conselho de Estado²⁰³ e também o Conselho Superior de Defesa Nacional²⁰⁴.

¹⁹⁵ “Lorsque la durée de l’intervention excède quatre mois, le Gouvernement (...) peut demander à l’Assemblée nationale de décider en dernier ressort” (Ibid., art. 35 (3)).

¹⁹⁶ “Si le Parlement n’est pas en session à l’expiration du délai de quatre mois, il se prononce à l’ouverture de la session suivante” (Ibid., art. 35 (4)).

¹⁹⁷ No geral sobre esta matéria, veja-se o enquadramento geral de António Araújo, “Competências constitucionais relativas à Defesa Nacional: as suas implicações no sistema de governo” in: Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, pp. 135-240.

¹⁹⁸ No geral, Nuno Piçarra, *A separação dos poderes como doutrina e como princípio constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

¹⁹⁹ Em específico sobre esta questão, Jorge Miranda, “As competências constitucionais em matéria de política externa”, *NeD*, a. 5, n. 14, 1980, pp. 35-42, e António Costa, “A Constituição e a Política Externa”, pp. 677-679, que sumariza a lógica do sistema (“Podemos dizer que a Constituição de 1976 consagra um modelo institucional de definição e condução da política externa assente na interdependência das competências distribuídas pelos três órgãos políticos de soberania [a análise é feita depois da extinção do Conselho da Revolução], sem prejuízo da competência genérica atribuída ao Governo como responsável da condução da política geral do país”) (p. 679).

²⁰⁰ “Constituição da República Portuguesa (‘Constituição da República Portuguesa [10 de abril de 1976, conforme versão de 22 de junho de 2005], art. 135 c). Para comentário específico adicional, J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 135” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, v. II, p. 199, e Jorge Miranda, “Artigo 135” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, t. II, pp. 397-401, especialmente 400.

²⁰¹ Cf. o seguinte trecho: “Compete ao Governo, no exercício de funções políticas: (...) Propor ao Presidente da República a declaração da guerra (...)” estabelece Ibid., art. 197 (1) (g). Adicionalmente, por J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 197” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. II, p. 475, e Rui Medeiros, “Artigo 197” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, p. 688.

²⁰² Adicionalmente, Ibid., art. 161, de acordo com o qual “Compete à Assembleia da República: (...) m) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer paz; (...)”, e 179 (“Compete à Comissão

Impõem-se aqui tratar o mesmo problema que se levanta em relação à expressão guerra, atendendo ao seu significado próprio: saber se o mesmo procedimento seria exigível para todo e qualquer uso da força ou se somente nas situações em que fossem reconduzíveis a esse conceito, excluindo-se designadamente as intervenções humanitárias e recuperando-se os poderes gerais de condução da política externa do Governo como bases para que este decidisse e executasse as operações através das forças armadas portuguesas, e reduzindo-se, consequentemente, o papel do Presidente da República²⁰⁵ e do Parlamento²⁰⁶. Ocorre que, no caso concreto, a prática não é frequente para se atestar com suficiente certeza o preenchimento dos espaços vazios do texto constitucional, havendo a considerar somente a aquiescência presidencial às decisões governamentais nos anos noventa e o bloqueio da possibilidade de participação de forças armadas portuguesas na Guerra do Iraque de 2003 pelo Presidente Jorge Sampaio, invocando o seu estatuto de Comandante Supremo²⁰⁷.

Ocorre, porém, que mesmo que essas incertezas constitucionais sejam resolvidas em prol da posição do chefe de Estado (e da Assembleia da República) nos casos de guerra, aparentemente vinculados à defesa militar da República²⁰⁸, como ocorreu neste

Permanente: (...) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, a declarar guerra e a fazer a paz”). Acompanhar com por J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 161”, “Artigo 179” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. II, p. 295, 398-400, Jorge Miranda “Artigo 179” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, pp. 615-618.”

²⁰³ “Compete ao Conselho de Estado (...) Pronunciar-se sobre a declaração da guerra e a feitura da paz” (Ibid., art. 145, c)), sendo igualmente comentado por J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 145” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. II, pp. 228-229, e Jorge Miranda, “Artigo 145” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, pp. 429-432.

²⁰⁴ A quem, compete, conforme a ‘Lei da Defesa Nacional [20 de julho de 2009]’, art.17, “no âmbito consultivo, emitir parecer sobre: a) A declaração de guerra e feitura da paz; (...) g) A participação de destacamentos das Forças Armadas em operações militares no exterior do território nacional; (...)”.

²⁰⁵ Quanto à constitucionalidade deste tipo de solução, autores como J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, *Os poderes do Presidente da República (especialmente em matéria de defesa e política externa)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, pp. 92-106, argumentam que a intervenção – declaratório ou de assentimento – do Presidente da República seria absolutamente necessária mesmo fora de um quadro formal de ‘guerra’.

²⁰⁶ No seu texto de 1999, Jorge Miranda, “Nenhum mal justifica outro mal”, *BOA*, n. 3, 1999, p. 30, lamentava precisamente a falta de participação e debate parlamentar no caso do Kosovo.

²⁰⁷ Veja-se sobre o caso Jorge Reis Novais, *Semi-Presidencialismo: o Sistema Semi-Presidencial Português*, Coimbra, Almedina, 2010, v. II, *passim*, pp. 316-322, 408-411, seu conselheiro jurídico, bem como o relato dos bastidores e da posição do Presidente Sampaio em João Gabriel, *Confidencial. A Década de Sampaio em Belém*, s.l., PB, 2007, pp. 184-191, que já vinham da participação na *Operação Força Aliada* de 1999, quando apoiou a participação de forças portuguesas (Ibid., pp. 178-179)

²⁰⁸ Naturalmente reproduz-se a norma constitucional homóloga nos seguintes termos: “(...) compete ao Presidente da República, em matéria de defesa nacional, b) *Declarar a guerra, em caso de agressão efectiva ou iminente*, e fazer a paz, sob proposta do Governo, ouvido o Conselho de Estado e mediante autorização da Assembleia da República, ou, quando esta não estiver reunida, nem for possível a sua reunião imediata, da sua Comissão Permanente” (‘Lei da Defesa Nacional [20 de julho de 2009]’, art. 9 (2) (b)).

caso, em relação às demais modalidades de uso da força permitidas²⁰⁹, a legislação infraconstitucional não é muito mais clara. Mantendo-se na linha dos seus promotores iniciais²¹⁰ de garantir o devido protagonismo ao Governo nesta matéria, como pressuposto do equilíbrio entre os poderes²¹¹, pende no sentido de considerar que este possui competência gerais para usar a força militar²¹². Todavia, sujeita-se esse órgão a um dever de comunicá-la ao Presidente da República²¹³ e à Assembleia²¹⁴, que deverão acompanhar o uso militar da força²¹⁵, podendo, no caso do primeiro, enquanto

²⁰⁹ Além do dispositivo da ‘Lei do Acompanhamento pela Assembleia da República do Envolvimento de Contingentes Militares Portugueses no Estrangeiro [Lei nº 46/2003, de 22 de agosto]’, *DR*, n. 193, 22 de agosto de 2003, p. 5393, esta estabelece ainda que: “O acompanhamento do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro abrange, nomeadamente: a) Missões humanitárias e de evacuação; b) Missões de construção e manutenção da paz; c) Missões de restabelecimento da paz ou de gestão de crises; d) Missões decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no âmbito militar” (art. 2º (âmbito)).

²¹⁰ Em particular, cf. os materiais políticos, legislativos e comparados compilados em Diogo Freitas do Amaral (org.), *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Textos, discursos e trabalhos preparatórios)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983, e *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, AR, 1984.

²¹¹ Diogo Freitas do Amaral, “A Constituição e as Forças Armadas” in: Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 647-661, sustentando que não se devia aceitar-se nem a ‘presidencialização’, nem a ‘parlamentarização’, nem a ‘governamentalização’ das Forças Armadas (p. 653). Em versão castelhana, “La Constitución y las Fuerzas Armadas”, *REP*, n. 60-61, 1988, pp. 607-620.

²¹² “O Governo é o órgão de condução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e o órgão superior de administração da defesa nacional e das Forças Armadas” (Ibid., art. 12 (1)), estipulando-se que deve o Primeiro Ministro, “c) Informar o Presidente da República sobre a política e as decisões nas matérias da defesa nacional e das Forças Armadas; d) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o emprego de Forças Armadas em operações militares no exterior do território nacional é sempre precedido de comunicação fundamentada do Primeiro -Ministro ao Presidente da República; (...)” (Lei da Defesa Nacional [20 de julho de 2009], art. 13).

²¹³ Dispõe-se que “2 — O emprego das Forças Armadas em operações militares no exterior do território nacional é sempre precedido de comunicação fundamentada do Primeiro-Ministro, a qual deverá, designadamente, incluir: a) Os pedidos que solicitem esse envolvimento, acompanhados da respectiva fundamentação; b) Os projectos de decisão ou de proposta desse envolvimento; c) Os meios militares envolvidos ou a envolver, o tipo e grau dos riscos estimados e a previsível duração da missão; d) Os elementos, informações e publicações oficiais considerados úteis e necessários” (Ibid., art. 10 (2)).

²¹⁴ A ‘Lei do Acompanhamento pela Assembleia da República do Envolvimento de Contingentes Militares Portugueses no Estrangeiro (Lei nº 46/2003, de 22 de agosto)’, art. 3º, estabelece que “1 — A decisão do Governo de envolver contingentes militares portugueses no estrangeiro é comunicada previamente à Assembleia da República, para efeitos de apreciação e posterior acompanhamento. 2 — Quando a natureza das missões o justifique, a comunicação a que se refere o número anterior deverá ter lugar terminado o período de segurança requerido pela acção”. Completa o artigo seguinte que “A informação do Governo à Assembleia da República sobre o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro deverá, designadamente, incluir: a) Os pedidos que solicitem esse envolvimento, acompanhados da respectiva fundamentação; b) Os projectos de decisão ou de proposta desenvolvimento; c) Os meios militares envolvidos ou a envolver, o tipo e grau dos riscos estimados e a previsível duração da missão; d) Os elementos, informações e publicações oficiais considerados úteis e necessários” (Ibid., art. 4º). Para além disso, “1 — O Governo apresentará à Assembleia da República um relatório semestral circunstanciado sobre o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro, sem prejuízo de outras informações pontuais ou urgentes que lhe sejam solicitadas. 2 — Concluída a missão, o Governo apresentará à Assembleia da República, no prazo de 60 dias, um relatório final” (Ibid., art. 5º).

²¹⁵ “A Assembleia da República acompanha o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro, nos termos da presente lei” (Ibid., art. 1º), que decorre da ‘Constituição da República

comandante supremo, ordenar a sua prossecução²¹⁶, e à segunda emitir os juízos políticos que entender²¹⁷, com as consequências previstas na Constituição, mas não competindo autorização no sentido estrito²¹⁸.

Em suma, apesar dos desenvolvimentos mais recentes, o Direito Constitucional não tem tratado diretamente do problema das intervenções humanitárias unilaterais, ao ponto de transmitir coordenadas e parâmetros claros que impeçam os Estados de se envolver nesse tipo de empreitada militar, limitando-se, na maior parte dos casos, a fazer depender a sua utilização de algum controlo democrático, o mais das vezes indiretos, por via dos representantes do povo.

4.3. A moralidade das intervenções humanitárias, em certas situações, é quase incontornável para os Estados que, enquanto comunidades politicamente organizadas, adotam os valores humanos na sua estrutura básica

As palavras do antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan sobre o dilema de se intervir numa situação de genocídio se já encontra alguns ecos jurídicos em razão da proteção dos direitos, mais ainda apela à ‘jurisdição’ e à consciência morais. É natural se se pensar na ligação histórica umbilical entre as intervenções humanitárias e a doutrina da guerra justa²¹⁹, associação que, apesar de se ter afastado – não-integralmente

Portuguesa [10 de abril de 1976]’, conforme versão de 22 de junho de 2005], art. 163 (i): Compete à Assembleia da República, relativamente a outros órgãos: (...) Acompanhar, nos termos da lei, o envolvimento de contingentes militares e de forças de segurança no estrangeiro”. Comenta-o J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 163” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., v. II, p. 305, e Jorge Miranda, “Artigo 135” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, p. 513.

²¹⁶ “O Presidente da República (...) é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas”, é o que dispõe o artigo 120 (Ibid.). Ver igualmente J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 120” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., pp. 143-144, e Jorge Miranda, “Artigo 120” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, p. 338.

²¹⁷ “O Governo é responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República” (art. 190), podendo este órgão não só “vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração” (art. 162 (a)), como também “votar moções de censura ao Governo sobre a execução do seu programa ou assunto relevante de interesse nacional, por iniciativa de um quarto dos Deputados em efectividade de funções ou de qualquer grupo parlamentar” (art. 194), tendo, como efeito natural, caso aprovada, a demissão do Governo (art. 195 (1)). Seguir também J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 162”, “Artigo 190”; “Artigo 194”, “Artigo 195” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., pp. 298-299, 443-446, 457-459, 459-466, e Jorge Miranda, “Artigo 162”, “Artigo 190”; “Artigo 194”, “Artigo 195” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, t. II, pp. 506-509, 657-659, 668-670, 671-675.

²¹⁸ Solução criticada por constitucionalistas como Cristina Queiroz, *Direito Constitucional. Instituições do Estado de Democrático e Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 352-353, para quem regime análogo ao da declaração de guerra devia ser aplicado a estes casos.

²¹⁹ Jose Pina Delgado, “Guerra Justa” in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp. 242-244, id., “Guerra Justa” in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (ed.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 217-220, para resumos.

– do Direito, ainda se mantém intacta no quadro da Ética²²⁰, conservando, ao contrário do que muitas teorias sustentam, a sua importância mesmo na atualidade²²¹. Apesar de não haver conexão necessária entre a Moral e o Direito²²², na maior parte de Estados que se assentam em bases éticas, mormente os Estados de Direito Democráticos²²³, nos quais a população faz delas parte do seu modo de viver, a questão moral das intervenções humanitárias unilaterais torna-se decisiva nesta discussão²²⁴.

Sem contar com perspectivas filosófico-morais mais pacifistas²²⁵, as quais, na atualidade, não têm uma influência muito evidente, que levaria a uma rejeição absoluta de qualquer forma de uso da força, mesmo que visando a proteção de direitos individuais²²⁶, ou com as não-intervencionistas, que se opõem a qualquer guerra não-defensiva²²⁷, o problema moral é de se saber se o uso da força militar para proteger

²²⁰ Ver, com diversas aplicações, os estudos inseridos em Howard Hensel (ed.), *The Legitimate Use of Military Force. The Just War Tradition and the Customary Law of Armed Conflict*, Farnham, Ashgate, 2008, *passim*; David Rodin, *War and Self-Defense*, Oxford, Clarendon, 2002, Ivan Shearer, “The Revival of Just War Theory?” in: Michael Schmitt & Jelena Pejic (eds.), *International Law and Armed Conflict: Exploring the Faultlines*, The Hague, Brill, 2007, pp. 1-20.

²²¹ Em resposta aos argumentos de guerra justa já estar ultrapassada, Nicolas Rennger, “On the Just War Tradition in the Twenty-First Century”, *IA*, v. 78, n. 2, 2002, pp. 353-363; Martin Cook, “The Moral Framework of War” in: *The Moral Warrior. Ethics and Service in the U.S. Military*, Albany, NYUP, 2004, pp. 21-38; Jeffrey Whitman, “Is Just War Theory Obsolete?” in: Fritz Allhoff, Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 23-34, e David Whetam, “Ethics and the Enduring Relevance of Just War Theory in the Twenty-First Century” in: George Kassimeris & John Buckley (eds.), *The Ashgate Research Companion to Modern Warfare*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 241-255.

²²² Herbert Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., pp. 207-212.

²²³ Jürgen Habermas, “Constitutional Democracy: A Paradoxical Union of Two Contrasting Principles?”, *PT*, v. 29, n. 6, 2001, pp. 766-781, 767.

²²⁴ Por todos, David Luban, “Just War and Human Rights”, *P&PA*, v. 9, n. 2, 1980, pp. 160-181; Stanley Hoffman, “Sovereignty and the Ethics of Intervention” in: *The Ethics and Politics of Humanitarian Intervention*, Notre Dame, UNDP, 1996, pp. 12-37; Nicholas Wheeler, *Saving Strangers. Humanitarian Intervention and International Society*, Oxford, OUP, 2000; Steven Haines, “Humanitarian Intervention: Genocide, Crimes against Humanity and the Use of Force” in: George Kassimeris & John Buckley (eds.), *The Ashgate Research Companion to Modern Warfare*, pp. 307-328; David Fischer, “Humanitarian Intervention” in: Charles Reed & David Ryaal (eds.), *The Price of Peace. Just War in the Twenty-First Century*, Cambridge, UK, CUP, 2007, pp. 101-117, e os textos incluídos em Anthony Lang (ed.), *Just Intervention*, Washington, GUP, 2003; Tony Coady & Michael O’Keefe (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, Victoria, MelUP, 2005; *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006; George Fletcher & Jens David Ohlin, *Defending Humanity. When Force Is Justified and Why*, Oxford, OUP, 2008, cap. 6; Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, para além dos eminentes filósofos citados infra como Walzer, Habermas e Rawls.

²²⁵ Cf. Theodore Koontz, “Christian Nonviolence: An Interpretation” in: Terry Nardin (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 169-196; em Portugal, veja-se a apresentação de Cristina Montalvão Sarmento, “Pacifismo” in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Dicionário das Relações Internacionais*, pp. 365-367, ainda que tratando mais de figuras que lutam contra Estados, do que propriamente de Estados que adotam esta perspectiva.

²²⁶ Especificamente, cf. a posição de Ian Attack, “Ethical Objections to Humanitarian Intervention”, *SD*, v. 33, n. 3, 2002, pp. 279-292.

²²⁷ Ver a proposta recente de Richard Werner, “Just War Theory. Going to War and Collective Self-Deception” in: Fritz Allhoff, Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics*

direitos humanos de estrangeiros afetando as prerrogativas de soberania dos Estados e eventualmente alterando os seus governantes, é justo, e este é o cerne de qualquer debate moral que se articule sobre esta matéria²²⁸. E a resposta não é fácil, pois depende sempre da intensidade das violações e dos efeitos (positivos ou negativos) que a intervenção pode gerar e de se tentar fixar a natureza do ato como decorrente de uma faculdade ou de um dever²²⁹.

O pressuposto desta discussão deverá essencialmente partir de intuições, demonstráveis, não obstante, de que existem alguns elementos morais, ainda que mínimos, que poderão ser universalizados²³⁰, tendo em vista que uma abordagem relativista levaria a desconsiderar de imediato qualquer efeito legitimador das intervenções humanitárias, pelo menos fora do quadro do Direito e da política internacionais. Se à velha questão aristotélica sobre como devemos agir a resposta tivesse na sua base a teoria moral do estagirita²³¹, ou seja, de acordo com a respetiva tradição contextual de cada comunidade, assim o justo e o injusto sempre seriam circunstanciados e impassíveis de generalização, a menos que imaginássemos a comunidade ética mundial sonhada pelos cosmopolitas²³². Por outro lado, por motivos

and War. *Just War Theory in the Twenty-First Century*, pp. 35-46, com a sua proposta assente no princípio da inocência (*principle of innocence*) e do não-intervencionismo.

²²⁸ Em larga medida, as linhas que se seguem foram inspiradas na análise de Fernando Tesón (*Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, pp. 3-115), infinitamente mais sistematizada e aprofundada, a quem se indica como literatura fundamental para o tema. Mais recentemente o autor apresentou um artigo de atualização e aprofundamento da sua tese ("The Moral Basis of Armed Humanitarian Intervention Revisited" in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 61-77).

²²⁹ Por todos, Nicholas Wheeler, "The Humanitarian Responsibilities of Sovereignty. Explaining the Development of a New Norm of Military Intervention for Humanitarian Purposes in International Society" in: Jennifer Welsh (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford, OUP, 2004, pp. 29-51.

²³⁰ Que seria perfeitamente adaptável mesmo a concepções comunitaristas moderadas como a defendida por Michael Walzer, "Moral Minimalism"; "Justice and Tribalism: Minimal Morality in International Politics" in: *Thick and Thin. Moral Argument at Home and Abroad*, Notre Dame, UNDP, 1994, pp. 1-19; 63-83.

²³¹ Neste caso, um comunitarismo mais estrito poderia ser incompatível com esta atividade como atesta o estudo de Anthony Coates, "Humanitarian Intervention: A Conflict of Traditions" in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, pp. 58-83, embora, como é suficientemente conhecido, não pela linha mais hegeliana, nomeadamente a notoriamente defendida por Michael Walzer, *Just and Unjust Wars. A Moral Argument with Historical Illustrations*, 3. ed., New York, BB, 1977, pp. 101-108, e id., "The Politics of Rescue"; "Kosovo" in: *Arguing about War*, New Haven, YUP, 2004, pp. 67-81; 99-103.

²³² Thomas Pogge, "Cosmopolitanism" in: Robert Goodin; Philip Pettit & Thomas Pogge (eds.), *A Companion to Contemporary Political Philosophy*, 2. ed., Malden, Mass, Blackwell, 2007, pp. 312-331; Brian Barry, "International Society from a Cosmopolitan Perspective" in: David Mapel & Terry Nardin (eds.), *International Society. Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1998, pp. 144-163, e, por fim, de um dos seus proponentes mais radicais, David Held, "Democracy: From the City-States to a Cosmopolitan Order?" in: *Prospects for Democracy: North, South, East, West*, London, PP, 1993, pp. 13-52. A sua aplicação mais importante a questões ligadas à filosofia das relações internacionais na atualidade foi feita por Charles Beitz, *Political Theory and International Relations*, Princeton, PUP, 1979.

naturais, um universalismo extremado permitiria precisamente a materialização de um imperialismo cultural²³³ que resultaria, no fundo, na legitimação da imposição de padrões e valores particulares sob a capa da sua representatividade global, precisamente uma das críticas feitas às intervenções humanitárias²³⁴.

Neste sentido, haveria que se amparar uma discussão moral sobre as intervenções humanitárias unilaterais em alguns pressupostos que permitam sustentar a universalização de condutas, havendo, na modernidade, várias alternativas que vão desde o jusnaturalismo (de base religiosa ou não)²³⁵, passando pelo contratualismo²³⁶, pelo liberalismo-kantiano²³⁷, pelo utilitarismo/consequencialismo²³⁸ até chegar à teoria do discurso²³⁹, etc., que, tendencialmente, poderiam permitir uma interlocução, mas não necessariamente, conclusões afirmativas sobre a questão. Ainda que partindo de um diálogo intercivilizacional, qualquer discussão sobre a justiça da guerra deve também partir de uma moralidade mínima que possa ser partilhada por todas as comunidades dentro da sua tradição²⁴⁰.

Para nós, evidentemente, sem qualquer assunção do papel do moralista, a resposta deverá necessariamente partir da avaliação ponderada das prerrogativas que o Estado possui, *qua* entidade moral²⁴¹, ainda que distinta do indivíduo²⁴², nomeadamente quanto

²³³ Shiraz Dossa, “Liberal Imperialism? Natives, Muslims and Others”, *PT*, v. 30, n. 5, 2002, pp. 738-745.

²³⁴ Cf. a discussão em Jennifer Welsh, “Taking Consequences Seriously: Objections to Humanitarian Intervention” in: Jennifer Welsh (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, pp. 52-68, e uma dessas críticas em Mohammed Ayoob, “Humanitarian Intervention and State Sovereignty”, *IJHR*, v. 6, n. 1, 2002, pp. 81-102.

²³⁵ Veja-se, por todos, Joseph Boyle, “Traditional Just War Theory and Humanitarian Intervention” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, pp. 31-57, e a entusiástica defesa de Neil Biggar, “In Defence of War: What is it All About”, *Soundings*, v. 97, n. 2, 2014, pp. 169-174.

²³⁶ Sugerida pela obra seminal de John Rawls, *The Law of Peoples*, Cambridge, Mass, HUP, 1999, p. 93, nota 6; para um comentário, James Nickel, “Are Human Rights Mainly Implemented by Intervention?” in: Rex Martin & David Reidy (eds.), *Rawls’s Law of Peoples. A Realistic Utopia?*, Malden, Mass, Blackwell, 2007, pp. 263-277.

²³⁷ Cf. Fernando Tesón, “The Liberal Case for Humanitarian Intervention” in: J. L. Holzgrefe & Robert Keohane (ed.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 93-129, e também Brian Orend, “Crisis in Kosovo. A Just Use of Force?”, *Politics*, v. 19, n. 3, 1999, pp. 125-130, e Carla Bagnoli, “Humanitarian Intervention as a Perfect Duty: a Kantian Argument” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, pp. 117-140.

²³⁸ Com aplicação ao problema moral das intervenções humanitárias, Eric Heinze, *Waging Humanitarian War. The Ethics, Law, and Politics of Humanitarian Intervention*, Albany, SUNYP, 2009, *passim*.

²³⁹ Ver Jürgen Habermas, “Bestialität und Humanität. Eine Krieg an der Grenze Zwischen Recht und Moral [Bestialidade e Humanidade. Uma Guerra na Fronteira entre Direito e Moral]”, *Die Zeit*, Hamburg, 29 April 1999, disponível em http://www.zeit.de/1999/18/199918.krieg_.xml, último acesso a 14 de março de 2015.

²⁴⁰ Acompanhar igualmente os estudos publicados em Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, *passim*.

²⁴¹ Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, OUP, 1999, para a sua sedimentação histórica na modernidade, e Michael Walzer, “The Moral Standing of States: A Response to Four Critics”, *P&PA*, v. 9, n. 3, 1980, pp. 209-229.

à soberania²⁴³, à integridade e à autonomia, em relação aos direitos morais individuais à vida, integridade pessoal e liberdade. O que me levaria, por um lado, a sustentar a imoralidade de uma intervenção militar (mas já não de uma ingerência política) num caso de violações limitadas ou pontuais a direitos humanos, e por outro, a defender a legitimidade de uma intervenção conduzida por um grupo de Estados ou de um Estado credível²⁴⁴, nos casos de ataques massivos contra pessoas e os seus bens, que atinjam os seus direitos mais básicos. Isto como medida de último recurso para interromper uma campanha de massacres disseminados, desde que as instituições internacionais competentes como as Nações Unidas estejam bloqueadas, presas pela sua burocracia e interesses institucionais²⁴⁵ ou não tenham capacidade por não terem forças militares próprias²⁴⁶; o Direito Internacional coloca obstáculos adicionais²⁴⁷ e urja intervir, haja apoio na Comunidade Internacional²⁴⁸ e perspectivas fortes de sucesso; com o objetivo estrito de concretizar os fins humanitários invocados²⁴⁹; seja feita com redobrados cuidados no sentido de limitar os efeitos negativos sobre a população civil.

Além disso, implica a análise dos deveres razoáveis que uma comunidade política liberal pode impor à sua própria população para proteger a vida, integridade pessoal e a liberdade de estrangeiros na “guerra liberal” por excelência²⁵⁰, a que pretende proteger de pessoas da opressão e do massacre. Mas esta só pode ser espoletada quando há uma

²⁴² Cf. Noam J. Zohar, “Collective War and Individualistic Ethics: Against the Conscription of ‘Self-Defense’”, *PT*, v. 21, n. 4, 1993, pp. 606-622.

²⁴³ Veja-se Henry Shue, “Limiting Sovereignty” in: Jennifer Welsh (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, pp. 10-28.

²⁴⁴ Avalia especificamente a legitimidade da parte ativa da intervenção de um ponto de vista moral, James Pattison, *Humanitarian Intervention & Responsibility to Protect. Who Should Intervene?*, Oxford, OUP, 2010.

²⁴⁵ Cf. Michael Barnett, “Bureaucratizing the Duty to Aid: The United Nations and Rwandan Genocide” in: Anthony Lang (ed.), *Just Intervention*, pp. 174-191.

²⁴⁶ Acompanhar com a discussão sobre o estabelecimento de forças de intervenção rápida das Nações Unidas, nomeadamente a feita por Lutz Unterseher, “Domesticating Military Interventions and the Creation of a UN Standing Force” in: Tony Coady & Michael O’Keefe (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, pp. 137-159.

²⁴⁷ Ver Thomas Franck, “Legality and Legitimacy in Humanitarian Intervention” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, pp. 143-157.

²⁴⁸ Cf. Ibid. e o debate gerado com Thomas Pogge, “Moralizing Humanitarian Intervention: Why Jurying Fails and How Law can Work”; Catherine Lu, “Whose Principles? Whose Institutions? Legitimacy Challenges for ‘Humanitarian Intervention’”; Brian Lepard, “Jurying Humanitarian Intervention and the Ethical Principle of Open-Minded Consultation”; Melissa Williams, “The Jury, the Law, and the Primacy of Politics” in: Ibid., pp. 158-258.

²⁴⁹ Ver a discussão sobre os efeitos morais da possibilidade de abuso e instrumentalização das situações de intervenções humanitárias em Luke Glanville, “Armed Humanitarianism and the Problem of Abuse after Libya”, e Alex Bellamy, “The Responsibility to Protect and the Problem of Regime Change” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 148-165, 166-186.

²⁵⁰ Veja-se Lawrence Friedman, “The Age of Liberal Wars”, *RIS*, v. 31, n. 1, 2005, pp. 91-107.

situação humanitária real ou se houver fortes probabilidades de haver tal cenário²⁵¹. Até em razão do valor que a solidariedade tem para estes Estados e a primazia dada ao indivíduo independentemente da sua nacionalidade, garantir-se-ia um fundamento suficiente para legitimar internamente – usando um termo cunhado por Allen Buchanan – uma intervenção humanitária real, exigindo-se, em graus diferentes, o sacrifício supremo da pessoa, não só de arriscar a vida para defender a sua comunidade política²⁵², mas também a humanidade²⁵³. Mais ainda, mas não exclusivamente, se estiver o indivíduo estiver a servir voluntariamente o exército e não a prestar um serviço militar obrigatório²⁵⁴, não se discutindo se ainda mantém direitos e se a sua vida poderá ser posta em risco até certos limites²⁵⁵, e não houver eventuais efeitos patrimoniais insuportáveis sobre os que, através dos seus tributos, as financiam²⁵⁶. Claro está que tais operações não poderão, de um ponto de vista moral, serem feitas contra a vontade da esmagadora maioria da população do próprio país interventor²⁵⁷.

Excluindo-se os casos em que uma intervenção a médio/longo prazo piorará a situação daqueles que foram a sua justificação²⁵⁸, se da intervenção puder resultar

²⁵¹ Não nos parece que mera possibilidade de engano coletivo sobre os pressupostos fácticos da situação sejam suficientes para inquinar a moralidade da intervenção como pretende Richard Werner, “Just War Theory. Going to War and Collective Self-Deception”, *passim*.

²⁵² Para uma discussão, Michael Walzer, “The Obligation to Die for the State” in: *Obligations. Essays in Disobedience War and Citizenship*, Cambridge, Mass, HUP, 1970, pp. 77-98, e, mais recentemente, Martin Cook, “Why Serve the State? Moral Foundations of Military Officership” in: *The Moral Warrior. Ethics and Service in the U.S. Military*, pp. 39-53.

²⁵³ Ver uma defesa forte deste princípio em Michael Gross, “Is There a Duty to Die for Humanity? Humanitarian Intervention, Military Service and Political Obligation”, *PAQ*, v. 22, n. 3, 2008, pp. 213-229.

²⁵⁴ Todavia, a ideia esposada por moralistas como Martin Cook, “‘Immaculate War’: Constraints on Humanitarian Intervention” in: Anthony Lang (ed.), *Just Intervention*, pp. 145-154, de acordo com a qual há uma obrigação moral de não por a vida de um soldado (mesmo profissional) em risco a menos que esteja em causa a defesa e segurança do próprio país ou uma guerra acética não parece ser acertada no sentido absoluto que se manifesta. Dizer que haverá um dever mais estrito de cuidado do Estado em somente utilizar o militar em situações justificáveis não é o mesmo que sustentar que haveria uma violação desse dever se o fizesse nestas ocasiões.

²⁵⁵ Acompanhar também a discussão de Ned Dobos, “Endagering Soldiers and the Problem of Private Military Contractors” in: Fritz Allhoff, Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, pp. 265-272, e Id. & C.A. J. Coady, “All or Nothing. Are There any ‘Merely Permissible’ Armed Humanitarian Interventions?” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 78-94.

²⁵⁶ A propósito, ver discussão crítica das teses mais restritivas de Buchanan, de Ned Dobos, “Justifying Humanitarian Intervention to the People that Pay for It”, *Praxis*, v. 1, n. 1, 2008, pp. 34-51, advogando que, em certas situações, seria justo o Estado obrigar os seus cidadãos a arriscar a sua vida para salvar a de pessoas de outra nacionalidade.

²⁵⁷ John Williams, “‘Not in my Name’? Legitimate Authority and Liberal Just War Theory” in: Anthony Lang Jr., Cian O’Driscoll & John Williams (eds.), *Just War. Authority, Tradition, and Practice*, Washington, D.C., GUP, 2013, pp. 63-80.

²⁵⁸ A este respeito veja Allen Buchanan, “The Internal Legitimacy of Humanitarian Intervention”, *JPP*, v. 7, n. 1, 1999, pp. 82-87, e Michael Blake, “The Costs of War. Justice, Liability and the Pottery Barn Rule” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 133-147.

efetivamente a salvaguarda desses direitos, ela conformar-se-á aos mandamentos da moralidade²⁵⁹, terá, pois, ‘causa justa’²⁶⁰, subsistindo apenas a questão de saber se se constitui numa faculdade ou num dever do Estado²⁶¹. A resposta aqui também deverá ser necessariamente relativa, pois depende igualmente da entidade interventora; caso seja a Organização das Nações Unidas poderá haver um dever positivo perfeito, ainda que fraco, de intervenção²⁶², mas, se for um Estado, o grau deste dever reduz-se para um dever imperfeito, e razão de colocar-se ou não em risco excessivo ou utilizar recursos insuportáveis²⁶³. Portanto, obriga moralmente na medida em que ele deve nem colocar um ónus pessoal ou financeiro excessivo à sua população.

O Estado deverá, não obstante, realizá-la de forma a respeitar o *jus in bello*, que aqui, apesar da distinção com o *jus ad bellum* dever ser mantida no campo da moral²⁶⁴, tem um espaço claro de sobreposição com este e, se forem usados meios não-humanitários, isto pode inquinar os fins humanitários²⁶⁵, e as regras aplicáveis depois do combate, no que se tem convencionado denominar *jus post-bellum*²⁶⁶, nomeadamente em matéria de ocupação de território, respeito pela soberania, reconstrução e eventualmente responsabilização²⁶⁷, bem como a própria justificação, nalguns casos, de

²⁵⁹ No mesmo sentido, o artigo de Jeff McMahan, “Can Soldiers be Expected to Know Whether Their War is Just?” in: Fritz Allhoff; Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, considerando-as potencialmente justas (pp. 18-19).

²⁶⁰ Cf. Jeff McMahan, “Just Cause for War”, *E&IA*, v 19, n. 3, 2006, pp. 1-21.

²⁶¹ Cf. em especial Kok-Chor Tan, “The Duty to Protect” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, pp. 84-116.

²⁶² Vide Seamus Miller, “Collective Responsibility and Armed Humanitarian Intervention” in: Tony Coady & Michael O’Keefe (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, pp. 51-71.

²⁶³ Ver Terry Nardin, “The Moral Basis of Humanitarian Intervention (in Historical Perspective)”, Center for Global Peace and Conflict Studies, University of California, Irvine, CA, 26 May 2002, pp. 14-5.

²⁶⁴ Para a manutenção da distinção no quadro da teoria moral, Steve Viner, “The moral foundations of the *jus ad bellum/jus in bello* distinction” in: Fritz Allhoff; Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, pp. 49-62, e James Pattison, “Bombing the Beneficiaries. The Distribution of the Costs of the Responsibility to Protect and Humanitarian Intervention” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 113-129.

²⁶⁵ A propósito, Jennifer Mei Sze Ang, “Fighting the Humanitarian War. Justifications and Limits” in: Fritz Allhoff; Nicholas Evans & Adam Henschke (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, pp. 171-185, e o enquadramento mais geral de Jeff McMahan, *Killing in War*, Oxford, OUP, 2009.

²⁶⁶ Veja-se, por exemplo, Brian Orend, “Justice After War”, *E&IA*, v. 16, n. 1, 2002, pp. 43-56; id., “Post-Intervention. Permissions and Prohibitions” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 224-242; Gary Bass, “Jus Post Bellum”, *JPP*, v. 32, n. 4, 2004, pp. 384-412; Mark Evans, “Balancing Justice, Sovereignty in Jus Post Bellum: The case of ‘Just Occupation’”, *Millennium*, v. 36, n. 3, 2008, pp. 533-544, e os artigos em Carsten Stahn & Jann Kleffner (ed.), *Jus Post Bellum. Towards a Law of Transition from Conflict to Peace*, The Hague, TMCAP, 2008.

²⁶⁷ Cf. Jennifer Welsh, “Responsibility to Protect and the Language of Crimes. Collective Action and Individual Culpability” in: Don Scheid (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, pp. 209-223.

mudança de regime²⁶⁸, um objetivo irreconciliável com a legitimidade da guerra foradesses casos²⁶⁹.

Tudo isto, como é natural, vai acrescer à polémica que confronta as intervenções humanitárias no início do século XXI. Havendo, nalguns casos, um dever de intervenção os Estados e uma proibição de uso da força debilitada pelas incertezas resultantes do Direito Internacional aplicável e uma decorrente tolerância em casos justificados e necessários, impele à intervenção em determinadas situações e ninguém pode dizer que não sejam moralmente justificadas como seriam os casos do Ruanda em 1994 e, em menor medida, da Síria em 2013.

4.4. Necessidades políticas tanto poderão promover ou condicionar empreendimentos humanitários, mas há divergências notórias entre os membros da Comunidade Internacional

A política das intervenções humanitárias unilaterais é ainda mais confrontacional pela própria natureza dessa área das relações humanas e sociais²⁷⁰, particularmente porque essa tensão não se materializa somente nas relações externas, mas igualmente entre os diversos atores internos que, em última instância, decidem ou influenciam operações militares de caráter humanitário. A ‘paz democrática’²⁷¹, que impediria que as populações desses países entrassem em conflito contra outro Estado que adota os mesmos valores, transmuta-se em relação a espaços que, pelos seus atos, os negam diretamente e de forma grave pela sua conduta²⁷². De um ponto de vista interno²⁷³, este tipo de operação tem sido propulsionado pela pressão da opinião pública²⁷⁴ e por

²⁶⁸ Michael Walzer, “Regime Change and Just War”, *Dissent*, v. 53, n. 2, 2005, pp. 103-108.

²⁶⁹ Vide igualmente Karin von Hippel, *Democracy by Force: US Military Intervention in the Post-Cold War World*, Cambridge, UK, CUP, 2000.

²⁷⁰ Cf. esta linha de fixação da natureza do político em Carl Schmitt, *Der Begriff des Politischen. Text von 1932 mit einem Vorwort und drei corollarien*, Berlin, D&H, 1963, que contrasta com a perspectiva arendtniana da política como arte de agir em conjunto (v. Hannah Arendt, *On Violence*, Orlando, HB, 1969, cap. 2, de acordo com a qual “power corresponds to the human ability not just to act but to act in concert” (p. 239).

²⁷¹ Vide, por todos, Bruce Russett, *Grasping the Democratic Peace. Principles for a Post-Cold War World*, Princeton, PUP, 1993.

²⁷² Veja-se id., “Democracy, War and Expansion through Historical Lenses”, *EJIR*, v. 15, n. 1, 2009, pp. 9-36, e Michael Doyle, “Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part 2”, *P&PA*, v. 12, n. 4, 1983, pp. 323-353

²⁷³ Ver Karen Mingst, “Domestic Political Factors and Decisions to Use Military Force” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, pp. 61-80.

²⁷⁴ Em geral, cf. os artigos compilados em Philipp Everts (ed.), *Public Opinion and International Use of Force*, London, Routledge, 2001, Roberto DiPrizio, *U. S. Interventions from Northern Iraq to Kosovo*. Baltimore, JHUP, 2002, p. 36 e ss.

organizações de defesa dos direitos humanos²⁷⁵ perante notícias e imagens de graves crises humanitárias no que ficou conhecido como ‘efeito CNN’²⁷⁶ e, mais recentemente, o atual ‘efeito youtube’. Este fator, como se sabe, pode exercer uma força apreciável em ambiente democrático, apoiando os decisores políticos com perspectivas mais intervencionista ou até forçando os mais relutantes a agir em determinados casos, particularmente em situações em que não existem interesses estratégicos²⁷⁷. A questão é que há neste aspeto também tradicionalmente grande divisão entre a população e entre a classe política, o que se acentuou depois da Guerra do Iraque em que a população dos países interventores considerou-se enganada e pagou um preço alto pelas decisões dos seus líderes políticos. Este é o ‘efeito Iraque’ que influenciou de forma intensa a decisão sobre a intervenção na Síria, e mostra que, ao contrário do que se pensa, a menos que sejam questões vitais para a segurança de um Estado, como o de Israel, pelo menos a população de Estados de Direito Democráticos, normalmente não se entusiasma com projetos intervencionistas, particularmente se for crível que dele resultem mortes e custos financeiros²⁷⁸. É o caso demonstrado das intervenções humanitárias unilaterais²⁷⁹ e não é sem sentido que ultimamente só se as consegue ‘vender’ à opinião pública e à classe política se estiverem acopladas a algum aspeto de segurança nacional, principalmente ligado ao combate contra o terrorismo²⁸⁰.

Esta postura que pode transitar de um ativismo intervencionista a alguma indiferença anti-intervencionista, bem como a posturas fundacionais contra a possibilidade de usar a força por motivos humanitários sob o argumento do neo-imperialismo, que, evidentemente, também se relaciona com elementos estratégicos, morais e de autopercepção do papel de um Estado no mundo, portanto do conjunto de

²⁷⁵ Ver David Chandler, “The Road to Military Humanitarianism: How the Human Rights NGOs Shaped A New Humanitarian Agenda”, *HRQ*, v. 23, n. 3, 2001, pp. 678-200.

²⁷⁶ Cf. Martin Shaw, “Global Voices: Civil Society and the Media in Global Crises” in: Tim Dunne & Nicolas Wheeler (eds.), *Human Rights in Global Politics*. Cambridge, UK, CUP, 1999, pp. 214-232.

²⁷⁷ Ver os artigos compilados em Nicolaus Mills & Kira Brunner (eds.), *The New Killing Fields. Massacre and the Politics of Intervention*, New York, BB, 2002.

²⁷⁸ É de interesse a obra clássica de Bruce Russett, *Controlling the Sword. The Democratic Governance of National Security*, Cambridge, Mass, HUP, 1990.

²⁷⁹ Ver os trabalhos de Samantha Powell, “Raising the Cost of Genocide” in: Nicolaus Mills & Kira Brunner (eds.), *The New Killing Fields. Massacre and the Politics of Intervention*, pp. 245-264, e ‘A Problem from Hell’. *America and the Age of Genocide*, New York, Perennial, 2003.

²⁸⁰ Conforme, aliás, já tinha prognosticado Tom Farer, “Humanitarian Intervention before and after 11/9: legality and legitimacy” in: J. L. Holzgrefe & Robert Keohane (ed.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, pp. 53-89, e Jutta Brunnée & Stephen J. Toope, “Slouching Towards New ‘Just’ Wars: The Hegemon after September 11th”, *IR*, v. 18, n. 4, 2004, pp. 405-423, no início deste processo.

fatores de identificação e projeção do interesse nacional²⁸¹. No entanto, por mais que tal visão possa especificamente moderar-se do ponto de vista político, ela é basicamente irreconciliável com a posição anti-intervencionista de várias potências regionais importantes, como o Brasil, e outras potências médias da América Latina²⁸², da Índia²⁸³ e até de uma superpotência como a China²⁸⁴, ou das que têm visões seletivas e territoriais das intervenções com reserva de áreas de influência, como a Rússia por exemplo²⁸⁵, numa espécie de invocação da tese schmittiana da “Ordenação dos Grandes Espaços no Direito Internacional, com a Proibição de Intervenção de Potências Externas à Esfera”²⁸⁶, ou que oscilam conforme a situação, como acontece no mundo islâmico²⁸⁷, com a África do Sul²⁸⁸, e muitas outras.

²⁸¹ Para uma visão clássica, Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, 7. ed., New York, MG-H, 2005, p. 5.

²⁸² Sobre a mudança da posição de países dessas regiões no que toca às intervenções humanitárias, vide Hernan Vales, “The Latin American View on the Doctrine of Humanitarian Intervention”, *JHA*, 11/02/2001, disponível em <http://sites.tufts.edu/jha/archives/1491>, acesso a 14 de março de 2015, e Mónica Serrano, “Latin America: The Dilemmas of Intervention” in: Albert Schnabel & Ramesh Thakur (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, Tokyo, UNUP, 2000, pp. 223-243.

²⁸³ Radha Kumar, “Sovereignty and Intervention: Opinions of South Asia”, *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 52-64, e Satish Nambiar, “India: an Uneasy Precedent” in: Albert Schnabel & Ramesh Thakur (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, pp. 260-269.

²⁸⁴ Cf. Chu Shulong, “China, Asia and Issues of Sovereignty and Intervention”, *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 39-51.

²⁸⁵ No geral, ver Stephen Page, “The Creation of a Sphere of Influence: Russia and Central Asia”, *IJ*, v. 49, n. 4, 1994, pp. 788-813, 794 (apesar do artigo tratar principalmente das relações com a Ásia Central e não com o Cáucaso, acaba por analisar as relações da Rússia com todas as antigas repúblicas soviéticas e cita a posição de importantes personalidades a advogar a aplicação de uma doutrina Monroe adaptada ao espaço soviético, de acordo com a qual a Rússia seria o *hegemon* e garantidor da estabilidade regional e a sua absorção discursiva pelo Presidente Ieltsin, o que denota que mesmo nos períodos mais débeis e pró-ocidentais que se seguiram ao colapso da União Soviética, políticos, académicos e autoridades russas continuaram a considerar a fronteira sul como fazendo parte da esfera de influência de Moscovo); Dmitri Trenin, “New Priorities in Russian Foreign Policy: The CIS Project” in: Andrew Kuchins & Dmitri Trenin, *Russia: The Next Ten Years. A Collection of Essays to Mark Ten Years of the Carnegie Moscow Center*, Moscow, CMCent, 2004, pp. 99-105 (discutindo o projeto russo de reconstrução da Comunidade de Estados Independente sob seu domínio e influência e salientando que Geórgia, Ucrânia e Moldávia seriam os principais problemas em relação às pretensões de Moscovo); Anatol Lieven, “Russia and the US in the Southern Caucasus: Lessons to be Learned” in: *Ibid.*, pp. 125-130 (chamando a atenção para a existência, desde inícios da década de noventa, da ideia de que a região do Cáucaso do Sul faria parte da zona de influência da Rússia, similar à América Central e Caraíbas para os Estados Unidos, e nela seria estabelecida uma *Pax Russica*). Por fim, Vladimir Baranovsky, “Humanitarian Intervention: Russian Perspectives”, *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 12-38.

²⁸⁶ Cf. Carl Schmitt, *Völkerrechtliche Grossraumordnung, mit Interventionverbot für raumfremde Mächte. Ein Beitrag zum Reichbegriff im Völkerrecht*, Berlin, D&H, 1991 [orig. 1941], *passim*.

²⁸⁷ Ver Ibrahim Karawan, “The Muslim World: Uneasy Ambivalence” Albert Schnabel & Ramesh Thakur (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, pp. 215-222.

²⁸⁸ Philip Nel, “South Africa: The Demand for Legitimate Multilateralism” in: *Ibid.*, 245-259.

CAPÍTULO QUINTO

DAS DÚVIDAS SOBRE A EXISTÊNCIA DO DIREITO AO DEBATE DOUTRINÁRIO: ESCOLAS, TEORIAS E PERSPECTIVAS EM CONFRONTO NO MUNDO, EM PORTUGAL E NO ESPAÇO LUSÓFONO

5.1. Tradições metodológicas do Direito, em especial do Direito Internacional e Constitucional

Tais incertezas sobre o Direito vigente decorrentes de indicadores normativos pouco claros, num prisma ligado às ambiguidades dos preceitos convencionais que regulam condutas relevantes, nomeadamente os artigos 2 (4) e 53 (1) da Carta, a previsão de prerrogativas de intervenção em sistemas regionais, a ascensão limitada de uma prática *in statu nascendi*, porém bloqueada, e a incapacidade demonstrada até à atualidade pelos sistemas constitucionais internos de recobrir a questão de forma satisfatória criando uma estrutura menos dependente do Direito Internacional, projetam-se para o nível doutrinário igualmente, à medida que a visão que ela nos apresenta também por ela é influenciada, tanto a um nível geral, como a um nível mais particular.

Da forma como se aborda a questão das intervenções humanitárias unilaterais dependem as conclusões que se tiram a respeito da sua licitude à luz do Direito Internacional e Constitucional, com as suas respectivas¹ e plurais metodologias, que presidem a este inquérito específico. Partir de uma tradição convergente com os escritos sobre o Direito de autores como Hobbes², Bentham³, Austin⁴, Kelsen⁵, Hart⁶ e vários contemporâneos⁷ e da forma de abordagem que recomendam e a sua aplicação ao Direito Internacional⁸ significa, *a priori*, chegar a resultados diferentes do que os que

¹ No geral, ‘Symposium on the Method in International Law’, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 291-423, e Oliver Corten, *Méthodologie du droit international public*, Bruxelles, EUB, 2009, e, para o Direito Constitucional, Arthur Jacobson & Bernhard Schlink (eds.), *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*, Berkeley, UCalP, 2000.

² Thomas Hobbes, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, C.B. MacPherson (ed.), London, Penguin, 1985, Parte II, cap. XXVI.

³ Jeremy Bentham, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, Oxford, OUP, 1907.

⁴ John Austin, *The Province of Jurisprudence Determined and the Uses of the Study of Jurisprudence*, Indianapolis, Hackett, 1998 (or. 1832).

⁵ Hans Kelsen, *Teoria Pura do Direito [Reine Rechtslehre]*, João Baptista Machado (trad.), São Paulo, MF, 1998, *passim*.

⁶ Cf. H.L.A. Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., Oxford, Clarendon, 1994.

⁷ E.g., Joseph Raz, *The Authority of Law Essays on Law and Morality*, 2. ed., Oxford, OUP, 2009.

⁸ Seguir o seminal Prosper Weil, “Towards Relative Normativity in International Law?”, *AJIL*, v. 77, n. 3, 1983, pp. 413-443, e Bruno Simma & Andreas Paulus, “The Responsibility of Individuals for Human Rights Abuses: A Positivist View”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 302-316. Várias concepções contemporâneas, designadamente institucionalistas, partem de, sem rejeitar as suas premissas, insuficiências naturais em explicar a dinâmica do próprio sistema jurídico interno (Neil MacCormick,

partem de uma base jusnaturalista⁹ ancorada no Direito Natural (em versão clássica ou contemporânea, de São Tomás de Aquino¹⁰ a Finnis¹¹, de Fuller¹² ou Dworkin¹³) ou de alguma perspectiva mais híbrida do Direito, fazendo-o confluir com outras dimensões do saber, em particular a política, as ciências sociais, a economia, etc., mormente linhas teóricas da teoria realista do Direito¹⁴ (versão escandinava¹⁵, americana¹⁶ ou germânica¹⁷), a teoria crítica do Direito (*Critical Legal Studies*)¹⁸ e concepções marxistas¹⁹ e críticas no geral²⁰, a Teoria Feminista do Direito²¹, a Teoria Racial Crítica²², a *Policy-Oriented Jurisprudence*²³, entre várias outras, como o pragmatismo

Institutions of Law. An Essay in Legal Theory, Oxford, OUP, 2008) e internacional (v. Mary Ellen O'Connell, "New International Legal Process", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 334-351), concebendo-o como um método para melhorar o positivismo. Neste caso, por motivos evidentes, não há uma oposição fundacional entre as duas perspectivas, mas claramente uma relação de complementaridade, senão de identidade.

⁹ O brasileiro Antônio Cançado Trindade, "International Law for Mankind: Towards a New *Jus Gentium*. General Course on Public International Law", *RCADI*, v. 316, 2005, *passim*, atual juiz do Tribunal Internacional de Justiça, talvez tenha feito a principal tentativa de recuperar os cânones mais tradicionais da teoria jusnaturalista clássica do Direito Internacional; Veja-se, por exemplo, a linha racionalista kantiana e rawlsiana seguida por Fernando Téson, *A Philosophy of International Law*, Boulder, CO, WP, 1988.

¹⁰ Thomae Aquinatis, *Secunda Secundae Summa Sacrossanta Theologiae*, Lugduni, Apud HII, MDLXVII, q. 90 e ss; uma versão selecionada em português pode ser encontrada em São Tomás de Aquino, "Questões sobre a Lei na Suma da Teologia" in: id., *Escritos Políticos*, Francisco Benjamim de Sousa Neto (trad.), Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 35-122.

¹¹ John Finnis, *Natural Law and Natural Rights*, Oxford, Clarendon, 1980.

¹² Lon Fuller, *The Morality of Law*, New Haven, YUP, 1977.

¹³ Ronald Dworkin, *Taking Rights Seriously*, Cambridge, Mass, HUP, 1978, caps. 1-4.

¹⁴ Para uma comparação, Gregory Alexander, "Comparing the Two Legal Realisms – American and Scandinavian", *AJCL*, v. 50, n. 1, 2002, pp. 131-174.

¹⁵ Por exemplo, Karl Olivecrona, *Lenguaje Jurídico y Realidad*, México, D.F. Fontamara, 1991.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Karl Llewellyn, "A Realistic Jurisprudence – The Next Step" in: Dennis Patterson (ed.), *Philosophy of Law and Legal Theory: An Anthology*, London, Blackwell, 2003, pp. 22-46.

¹⁷ Cf. Carl Schmitt, *Teología Política I. Cuatro capítulos sobre la teoría de la soberanía* in: Orestes Aguillar (org.), *Carl Schmitt, Teólogo de la Política*, México, D.F., FCE, 2001, pp. 19-62.

¹⁸ Para uma introdução geral, Mark Kelman, *A Guide to Critical Legal Studies*, Harvard, HUP, 1987.

¹⁹ Por exemplo, B.S.Chimni, "Prolegomena to a Class Approach to International Law", *EJIL*, v. 21, n. 1, 2010, pp. 57-82 (que menciona a emergência de um "Direito Internacional Imperialista Burguês").

²⁰ Seguir os estudos de Martti Koskenniemi, "Letter to the Editors of the Symposium", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 351-361, e, principalmente, *From Apology to Utopia. The Structure of International Legal Argument*, Cambridge, UK, CUP, 2005. Ver também Antony Anghie, *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005.

²¹ Vide D. Kelly Weisberg (ed.), *Feminist Legal Theory: Foundations*, Philadelphia, TUP, 1993, e, para a esfera internacional, Hilary Charlesworth, "Feminist Methods in International Law", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 379-394.

²² Uma boa seleção de textos pode ser encontrada em Kimberlé Crenshaw; Neil Gotanda; Gary Peller & Kendall Thomas (eds.), *Critical Race Theory. The Key Writings that Formed the Movement*, New York, NewP, 1995.

²³ Cf. Harold Lasswell & Myres McDougal, "Jurisprudence in Policy Oriented Perspective", *UFLR*, v. 19, 1967, pp. 486-518; Myres McDougal, "Law as a Process of Decision: A Policy Oriented Approach to Legal Study", *NLF*, v. 1, n. 1, 1956, pp. 53-72.

jurídico²⁴, a orientação *Law and Economics*²⁵ ou o enfoque Relações Internacionais/Direito Internacional²⁶ e muitos outros. As posições concretas que o internacionalista adota em relação às diversas questões está ligada aos pressupostos dos quais parte²⁷.

5.2. Concepções sobre as intervenções humanitárias unilaterais em confronto

A doutrina respeitante às intervenções humanitárias unilaterais é, na atualidade, volumosa, agregando ao debate analistas de praticamente todos os quadrantes do Mundo. Não sendo fonte do Direito Internacional Contemporâneo²⁸, posicionando-se, muitas vezes, a partir de sensibilidades próprias, os escritos de observadores de um sistema jurídico, que, por mais abalizados tecnicamente que sejam, não são aptos a produzir qualquer consenso alargado sobre o sentido de uma norma ou a orientação de um regime jurídico, e mesmo que o fizessem esses resultados teriam que ser relativizados²⁹. Por conseguinte, não espanta que nesta questão especialmente divisiva, as clivagens teóricas sejam proporcionalmente acentuadas, permitindo o surgimento de posições frontalmente contrárias à ideia da licitude das intervenções humanitárias e outras a elas favoráveis.

Para os que são contra, os argumentos mais fortes decorrem ou da concepção de que tudo o que não está explicitamente mencionado na Carta como exceção à proibição do uso e da ameaça do uso da força é ilícito³⁰ (argumento mais radical) ou daquele,

²⁴ Vide Richard Posner, “What has Pragmatism to Offer Law?” in: Dennis Patterson (ed.), *Philosophy of Law and Legal Theory: An Anthology*, pp. 180-190, para uma versão clássica e o recente Jules Coleman, *The Practice of Principle. In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory*, Oxford, OUP, 2001.

²⁵ Por vezes, defendida igualmente por autores que se classificam como pragmáticos (cf. Richard Posner, “What has Pragmatism to Offer Law?”, *passim*), e por internacionalistas ligados à visão económica do Direito (Jeffrey Dunnoff & Joel Trachtman, “The Law and Economics of Human Rights Violations in Internal Conflicts”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 394-409).

²⁶ Ver, por todos, Kenneth Abbott, “International Relations Theory, International Law and the Regime Governing Atrocities in Internal Conflicts”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 361-379.

²⁷ Recomenda-se as interessantes entrevistas e as conclusões vertidas para Antonio Cassese, *Five Masters of International Law. Conversations with R-J Dupuy, E Jiménez de Aréchaga, R Jennings, L Henkin and O Schachter*, Oxford, Hart, 2011.

²⁸ Sobre o papel da doutrina no atual sistema jurídico-internacional, Manfred Lachs, *The Teacher in International Law*, The Hague, MN, 1982.

²⁹ Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2008, pp. 187-190, não poderia ter sido mais feliz quando considerou que a doutrina tem um papel relevante e até determinante em qualquer ramo do Direito, incluindo o que se ocupa das relações internacionais. Todavia, não exerce qualquer função normativa por mais geniais que sejam as opiniões dos internacionalistas. Para Hans Kelsen, *Reine Rechtslehre*, cap. vii, é descrição do Direito, sem embargo da natureza criativa da interpretação jurídica, e não a sua criação.

³⁰ Neste sentido, Jianming Chen, “The Non-Intervention Principle and Humanitarian Intervention under International Law”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 1-29; Bruno Simma, “NATO, the UN and the Use of Force: Legal Aspects”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp.1-22; Jonathan Charney, “Anticipatory Humanitarian

sobretudo ligado ao Internacionalismo Positivista de Oxford liderado por Ian Brownlie³¹ e pelos seus seguidores – em especial Simon Chesterman³² e de outras leituras clássicas do Direito Internacional³³ – de acordo com a qual, sendo admissível a emergência de figuras bélicas não previstas por via costumeira, o sentido e/ou o volume da prática não se dirigiriam até este momento nessa direção (argumento mais moderado) ou porque os Estados não a têm invocado para legitimar os seus empreendimentos militares ou porque nas reduzidas ocasiões em que isto ocorreu foram rejeitadas pelo resto da comunidade internacional. Esta abertura³⁴, no entanto, tem sido aproveitada por alguns analistas também ligados a abordagens tradicionais do Direito Internacional que têm sugerido a possibilidade da emergência de um direito dessa natureza³⁵.

Esta perspetiva cria uma ponte de conciliação com as linhas mais permissivas das intervenções humanitárias unilaterais como a *policy oriented jurisprudence* aplicada ao Direito Internacional³⁶, desenvolvidas por diversas concepções teóricas ligadas à Escola de New Haven, liderada pelo falecido Myres McDougal e pelo seu principal discípulo W. Michael Reisman³⁷, e por trabalhos de Robert Lillich³⁸, Jean-Pierre Fonteyne³⁹,

Intervention”, *VJTL*, v. 32, n. 4, 1999, pp. 1241-1238; Jorri Duursma, “Justifying NATO’s Use of Force in Kosovo?”, *LJIL*, v. 12, n. 2, 1999, pp. 287-295; Eric Suy, “NATO’s Intervention in the Federal Republic of Yugoslavia”, *LJIL*, v. 13, n. 1, 2000, pp. 193-205.

³¹ Para os textos principais, Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, Oxford, Clarendon, 1963, pp. 338-342; id., “International Law and the Use of Force by States’ Revisited”, *CJIL*, v. 1, n. 1, 2002, pp. 1-19; para elementos biográficos, id., “The Work of an International Lawyer”, *CJTL*, v. 45, n. 1, 2006, pp. 15-19, e Bing Bing Jia, “In Memory of Sir Ian Brownlie”, *CJIL*, v. 9, n. 1, 2010, pp. 267-269; e para discussões metodológicas, Colin Warbrick, “Brownlie’s Principles of Public International Law: An Assessment”, *EJIL*, v. 11, n. 1, 2000, pp. 621-636, texto crítico, inclusivamente apontando alguns derivações pouco “positivistas” do autor na sua *opus magnum*.

³² Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, Oxford, OUP, 2001; também Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, Oxford, OUP, 2001, pp. 26-31.

³³ Michael Akehurst, “Humanitarian Intervention” in: Hedley Bull (ed.), *Intervention in World Politics*, Oxford, Clarendon, 1984, pp. 95-99; pp. 104-118; id., “Letter to the Editor in Chief [to Professor d’Amato]”, *AJIL*, v. 80, n. 1, 1986, p. 148; Natalino Ronzitti, *Rescuing Nationals Abroad Through Military Action and Intervention on Grounds of Humanity*, Dordrecht, MN, 1985; Yoram Dinstein, *War, Aggression and Self-Defence*, 3. ed, Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 66-68.

³⁴ Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, p. 338 e ss (argumentando que nada impedia a emergência de uma norma nesse sentido).

³⁵ Por exemplo, Bruno Simma, “NATO, the UN and the Use of Force: Legal Aspects”, p. 1 (“only a thin red line separates NATO’s action on Kosovo from International Legality”); Antonio Cassese, “*Ex Iniuria Ius Oritur*. Are we Moving Towards International Legitimation of Forcible Humanitarian Countermeasures in the World Community?”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 1-21, 23-30, id., A Follow-Up: Forcible Humanitarian Countermeasures and *Opinio Necessitatis*”, *EJIL*, v. 10, n. 4, 1999, pp. 791-799, admitindo a possibilidade, mas rejeitando a sua efetivação no Direito Internacional Contemporâneo.

³⁶ Seguir os textos recentes de Oona Hathaway, “The Continuing Influence of the New Haven School”; Harold Hongju Koh, “Is There ‘New’ New Haven School of International Law?”; W. Michael Reisman; Siegfried Wiessner & Andrew Willard, “The New Haven School: A Brief Introduction”, *YJIL*, v. 32, n. 4, 2007, pp. 553-582.

³⁷ W. Michael Reisman & Myres McDougal, “Humanitarian Intervention to Protect the Ibos” in: Richard Lillich (ed.), *Humanitarian Intervention and the United Nations*, Charlottesville, VUP, 1973, pp. 167-195;

Michael Bazylar⁴⁰, Anthony d'Amato⁴¹ e Fernando Téson⁴² e vários outros⁴³, adotando filiações diferentes. O argumentário relativiza a força proibitiva geral do artigo 2 (4), devendo, no seu entender, as dúvidas serem resolvidas em favor da proteção aos direitos humanos, até porque costumam invocar um direito costumeiro anterior à intervenção humanitária, o qual, defendem, foi absorvido pelo sistema; finalmente, que os diversos casos ocorridos depois da II Guerra Mundial mostraram que os Estados aquiescem com tais práticas, dando-lhes efeitos normativos.

Entre uma e outra perspectiva, mostrando o desconforto gerado pela questão, algumas concepções tentam estabelecer uma ponte entre a legalidade, a (quase) legalidade, legitimidade e outros valores presentes na ordem internacional. Esta perspectiva de análise surgiu, em especial no caso do Kosovo, a partir das considerações de autores como Louis Henkin⁴⁴, com a ideia de que se a intervenção se fosse promovida por uma organização regional representativa já não seria ilícita, desde que, complementarmente, fosse validada *ex post factum* pelo Conselho de Segurança – Alain Pellet⁴⁵ e Thomas Franck – que, durante um período de tempo relativamente longo, foi

W. Michael Reisman, “Hollow Victory: Humanitarian Intervention and Protection of Minorities”, *ASIL Proceedings*, v. 91, 1997, pp. 431-435; num escrito ulterior, “The Manley Hudson Lecture: Why Regime Change is (Almost Always) a Bad Idea?”, *AJIL*, v. 98, n. 3, 2004, pp. 516-525, aplicável também às intervenções humanitárias, sem questionar a legalidade, Michael Reisman, colocou sérias reticências à sua eficácia e prudência; sobre os dois autores, seguir Eugene Rostow, “Myres S. McDougal”, *YJL*, v. 84, n. 4, 1975, pp. 704-717; Richard Falk; Rosalyn Higgins; W. Michael Reisman & Burns Weston, “Myres Smith McDougal (1906-1998)”, *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 729-733; Harold Hongju Koh, “Michael Reisman, Dean of the New Haven School of International Law”, *YJIL*, v. 34, n. 4, 2009, pp. 501-504.

³⁸ Por exemplo, Richard Lillich, “Forcible Self-Help by States to Protect Human Rights”, *ILR*, v. 53, 1967, pp. 325-351.

³⁹ Ver, por exemplo, Jean-Pierre Fonteyne, “The Customary International Law Doctrine of Humanitarian Intervention: Its Current Validity under U.N. Charter”, *CWRJIL*, v. 2, 1974, pp. 203-270.

⁴⁰ Cf. Michael Bazylar, “Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia”, *SJIL*, v. 23, 1987, pp. 547-619.

⁴¹ Anthony d'Amato, “The Invasion of Panama was a Lawful Response to Tyranny”, *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990, pp. 516-524.

⁴² Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Invirgton-on-Hudson, TPub, 1997, p. 131 e ss.

⁴³ Howard Adelman, “Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds”, *IJRL*, v. 4, 1992, pp. 4-38; Rein Müllerson, “Book Review: Humanitarian Intervention”, *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 583-586; Dino Kritsiotis, “Review Article: The Legal Travail of Kind-Hearted Gunmen”, *Mod.LR*, v. 62, n. 6, 1999, pp. 937-956; Ruth Wedgwood, “NATO's Campaign in Yugoslavia”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 828-834; Amy Eckert, “The Non-Intervention Principle and International Humanitarian Interventions”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 45-53; Brian McPherson, “Humanitarian Intervention: a Response”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 55-61.

⁴⁴ Louis Henkin, “Kosovo and the Law of ‘Humanitarian Intervention’”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 824-828.

⁴⁵ Alain Pellet, “‘La guerre de Kosovo’ – le fait rattrapé par le droit”, *ILFDI*, v. 1, 1999, pp. 160-165; Alain Pellet, “Brief Remarks on Unilateral Use of Force”, *EJIL*, v. 11, n. 2, 2000, pp. 385-392.

dando respostas no sentido de que apesar da sua aparente ilicitude seria tolerável⁴⁶ pelo sistema internacional ou por ele absorvido⁴⁷ – entre outros⁴⁸.

De resto, às concepções que, de forma externa, avaliam as relações internacionais e a sua componente jurídica através de olhares políticos mais claramente assumidos, têm perceções sobre as intervenções humanitárias que resultam do ponto de partida metodológico do qual partem. Visões mais realistas (embora moderadas) admitem que as intervenções humanitárias unilaterais podem ser problemáticas do ponto de vista dos interesses do Estado, mas não é o facto de serem permitidas ou não pela Carta que se constitui como factor determinante⁴⁹; e as críticas, tratam-nas negativamente a partir do pressuposto de que, lícitas (as coletivas) ou ilícitas (as unilaterais), são sempre instrumentos de poder dos países mais poderosos sobre os mais fracos, tendo natureza assimétrica, belicista e imperialista⁵⁰.

A aparente separação entre aqueles que fazem uma abordagem interna da licitude das intervenções humanitárias unilaterais, baseada numa divergência na interpretação das fontes e cânones tradicionais do Direito interno assentes nas normas vigentes – as duas primeiras – e as que as tratam considerando um ponto de vista externo, crítico, sem as avaliar à luz do Direito, mas concebendo-as a partir da sua pertença a uma ordem internacional específica e concreta com limitações inerentes, pode ser ultrapassada. Isto se considerarmos que, mesmo que se adote uma perspetiva canónica do Direito, concebendo-o a partir de normas⁵¹, isso não impede, antes requer, particularmente num caso de normatividade baixa e incertezas sobre o sentido da norma, que se apele a outros saberes, mormente políticos, morais, filosóficos e históricos, para um melhor entendimento sobre o seu funcionamento⁵².

⁴⁶ Thomas Franck & Nigel Rodley, “After Bangladesh: the Law of Humanitarian Intervention by Military Force”, *AJIL*, v. 67, n. 2, 1973, pp. 275-305; Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, New York, Palgrave, 2001, pp. 198-205.

⁴⁷ Thomas Franck “Lessons From Kosovo”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 857-860.

⁴⁸ Jorge Castro, “Kosovo e o novo sistema de segurança coletiva”, *PE*, v. 8, n. 3, 1999/2000, pp. 98-113.

⁴⁹ Vide A. Mark Weisburd, “Humanitarian Intervention, 1945-1989”, *AD*, v. 6, n. 2, 2001; Michael Glennon, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, *passim*.

⁵⁰ Christine Chinkin, “Kosovo: a Good or a Bad War?”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 841-847; Jules Lobel, “Benign Hegemony? Kosovo and Article 2(4) of the Charter”, *CJIL*, v. 1, 2000, pp. 1-36; Martti Koskenniemi, ‘The Lady Doth Protest to Much’. Kosovo, and the Turn to Ethics in International Law”, *Mod.LR*, v. 65, n. 2, 2002, pp. 159-175; S. Mani, “Humanitarian Intervention and International Law”, *IJIL*, v. 33, 1993, p. 5, e Yogesh K. Tyagi, “The Concept of Humanitarian Intervention Revisited”, *MJIL*, v. 16, n. 3, 1995, p. 897; Anne Orford, “Muscular Humanitarianism: Reading the Narratives of the New Interventionism”, *EJIL*, v. 10, n. 4, 1999, pp. 679-711.

⁵¹ H.L.A. Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., *passim*.

⁵² Que se destacaram, por exemplo, entre os constitucionalistas alemães do período da República de Weimar (cf., por exemplo, texto representativos de Rudolf Smend, Hermann Heller e Carl Schmitt em Arthur Jacobson & Bernhard Schlink (eds.), *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*, pp. 207-312).

5.3. O debate doutrinário sobre as intervenções humanitárias em Portugal e no espaço lusófono⁵³

Especificamente em Portugal, a problemática tem seguido o que se pode chamar os ciclos político-jurídicos das intervenções humanitárias, com o primeiro debate a surgir no início da segunda metade da década de noventa. Como pano de fundo, discutia-se sobretudo o direito de ingerência (assistência) humanitária⁵⁴ e as intervenções humanitárias coletivas das Nações Unidas⁵⁵, beneficiando, a diversos níveis, das contribuições de eminentes publicistas lusitanos e investigadores de universidades portuguesas como J.J. Gomes Canotilho⁵⁶, Jorge Miranda⁵⁷, Francisco Ferreira de Almeida⁵⁸, da reflexão de fundo de Paulo Canelas de Castro⁵⁹, contendo a

⁵³ Os internacionalistas, os constitucionalistas e demais publicistas portugueses que intervêm na área são apresentados em Jorge Bacelar Gouveia, *Ensinar Direito Internacional Público. Relatório sobre os Programas, os Conteúdos e os Métodos de Ensino do Direito Internacional Público apresentado em provas públicas para a obtenção do título de Agregado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2006, e em id., *Ensinar Direito Constitucional Relatório sobre os Programas, os Conteúdos e os Métodos de Ensino do Direito Internacional Público apresentado no Concurso para preenchimento de vagas de Professor Associado do 1º Grupo – Direito Público – da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, s.n, 2003, que também integra referência a especialistas na área de outros países de língua portuguesa.

⁵⁴ Tratada, por exemplo, por Francisco Ferreira de Almeida, “O princípio da não-ingerência e o Direito Internacional Humanitário”, *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 373-401, e Flávio Marcondes Velloso, *Direito de ingerência*, Relatório do Mestrado de Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 1996 (publicado em *Ensaio Jurídico. Temas Inéditos*, Lorena, SP, Stilian, 1998, pp. 45-86) (na parte da intervenções humanitárias limita-se a reproduzir atos do Conselho de Segurança).

⁵⁵ Veja-se igualmente, a partir de uma distinção entre intervenções de humanidade, na sua perspectiva destinada à proteção de nacionais em perigo no estrangeiro, e ingerência humanitária, as considerações de Nuno Marques Antunes, *Direito de Ingerência Humanitária – o Papel da ONU*, Relatório do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa, FDUL, 1996, que exclui a possibilidade de “as ingerências humanitárias serem decididas e conduzidas a título unilateral, ou multilateral restrito, pelos Estados, uma vez que vemos aí a origem de situações de utilização abusiva do direito de ingerência humanitária, com intuítos não-humanitários, ofensivos dos princípios da soberania, da não ingerência nos assuntos internos e da proibição do recurso à força, por não se destinarem à prossecução de outros princípios de Direito Internacional” (p. 119), estabelecendo categoricamente que “sendo a titularidade do ‘direito à ingerência humanitária’ atribuída à comunidade internacional, como forma de, através de uma legitimação colectiva da decisão de intervir, esbater a influência dos interesses ‘egoístas’ de cada Estado, o seu exercício só pode ter lugar, no actual estágio das relações internacionais, no âmbito das Nações Unidas” (Ibid.).

⁵⁶ Numa perspectiva, mais geral, J.J. Gomes Canotilho, “Nova Ordem Mundial e Ingerência Humanitária (Claros-escuros de um novo paradigma internacional)”, *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 1-26.

⁵⁷ Jorge Miranda, “A propósito do Livro de Isabel Raimundo, *Imperativo Humanitário e não ingerência – Os novos desafios do Direito Internacional*”, *O Direito*, a. 133, n. 1, 2001, pp. 237-242 (favorável às intervenções humanitárias autorizadas pelo Conselho de Segurança desde que presentes certos pressupostos e requisitos).

⁵⁸ Tratada, por exemplo, por Francisco Ferreira de Almeida, “O princípio da não-ingerência e o Direito Internacional Humanitário”, pp. 394-395, que assim sumariza a sua posição sobre o assunto que nos ocupa: “somos da opinião, atendendo ao direito positivo, mas também olhando a prática relevante dos sujeitos primários da sociedade internacional, na matéria em apreço, que é, por ora, prematuro sufragar a tese da licitude das intervenções humanitárias, enquanto meio descentralizado de tutela dos direitos humanos – fora, portanto, do quadro das acções colectivas, promovidos pelas Nações Unidas, em particular pelo Conselho de Segurança, nos termos dos Capítulos VII e VIII da Carta” aduzindo igualmente razões prudenciais para advogar alguma cautela no sentido de que “estar-se-iam, ao que

mais forte defesa do direito à intervenção humanitária unilateral como exceção costumeira ao princípio do uso e da ameaça do uso da força⁶⁰. Além disso, resultaram de debate promovido pelo Instituto da Defesa Nacional⁶¹, de um enquadramento de notório fulgor analítico da pena de José Manuel Pureza⁶² e de um artigo de fundo de grande interesse escrito por estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa⁶³.

pensamos, a abrir as portas a um alargamento injustificado, e, porventura, perigoso do leque de situações – que se pretende o mais restrito possível – em que é admissível o recurso à força armadas nas relações internacionais” (pp. 390-391).

⁵⁹ Paulo Canelas de Castro, “Da não-intervenção à intervenção? O movimento do pêndulo jurídico perante as necessidades da comunidade internacional”, *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 287-345.

⁶⁰ O autor, para além das contribuições genéricas dirigidas à reflexão sobre a licitude das intervenções humanitárias autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao embasamento jurídico-internacional das intervenções humanitárias, sobre as intervenções humanitárias unilaterais considerava que “a comunidade internacional gerou, ninguém o ignora, uma *Nova Constituição*, uma *Carta-bis*, que, salvaguardando o essencial da Carta de 1945, a *adequa* a dois elementos cuja incontornabilidade se foi afirmando progressivamente no período de tempo da guerra fria: a *paralisia do sistema de segurança colectiva* por força do dissídio político que ‘partiu’ o mundo, primeiro em dois e depois em três grandes grupos, de composição variável, mas que inviabilizam (sobretudo os dois primeiros) a adopção de qualquer sanção colectiva; e, paradoxalmente, a necessidade de encontrar *mecanismos de substituição para protecção dos valores comunitários* que se foram afirmando na consciência de uma *comunidade* cada vez *mais exigente* consigo própria (o sistema das operações de manutenção da paz, os pactos de defesa colectiva, o alargamento das situações de legítima defesa, relativamente ao valor da *paz*, compreendida de forma tradicional como ausência de guerra; as intervenções consentidas ou para respeito de tratados, as intervenções para viabilização da autodeterminação, as intervenções humanitárias ou para a protecção dos nacionais, agora relativamente aos valores do *direito e da justiça*, do respeito da *identidade dos povos* ou da *dignidade dos seres humanis* ou globalmente, de uma paz positiva” (Ibid., p. 326), no entanto não lhe conferindo o mesmo estatuto e a mesma natureza das intervenções coletivas, pois, no seu dizer, “em bom rigor, e diversamente do que acontece com a problemática da intervenção unilateral dos Estados, intervenção que só excepcionalmente é lícita perante um princípio da proibição da intervenção de que eles são os destinatários tradicionais e que visa garantir a independência dos outros Estados membros da mesma sociedade, a questão da intervenção colectiva onusiana nem sequer contende com tal princípio” (Ibid., p. 330).

⁶¹ Ver as atas em *A Ingerência e o Direito Internacional*, Lisboa, IDN, 1996.

⁶² Fá-lo em José Manuel Pureza, “Da Guerra Justa à Guerra Justificada”, *PI*, v. 1, n. 10, 1994, pp. 67-95, considerando que “sem pôr em causa os imperativos morais que lhe possam assistir, a questão fundamental é, para o jurista, a da admissibilidade de uma intervenção de carácter descentralizado. Há diversos argumentos contra essa possibilidade. Acima de tudo o risco de uma fácil instrumentalização do argumento humanitário ao serviço de estratégias de hegemonia política ou militar, e a atribuição de uma liberdade de apreciação e acção policiadora a Estados individualmente considerados, o que constitui uma inaceitável hierarquização entre Estados, em absoluto contrária ao princípio fundamental da igualdade soberaba dos Estados. A confirmá-lo está justamente a reacção francamente negativa da comunidade internacional relativamente a alguns precedentes recuados de intervenção humanitária individual: da Índia no Paquistão (1971), do Vietname no Camboja (1978), da Tanzânia no Uganda (1979) ou da França na República Centro-Africana (1979). A rejeição desta legitimidade individual para a intervenção humanitária não significa, no entanto, a contestação da figura em si mesma, mas tão-só do seu cabimento naquela metodologia. É, neste sentido, de grande significado o facto de o Conselho de Segurança ter vindo a qualificar várias situações de obstáculo à assistência humanitária como ‘ameaças à paz’ e a determinar as consequentes medidas colectivas contempladas no Capítulo VII da Carta, sendo neste quadro multilateral institucionalizado que se equaciona a hipótese da intervenção humanitária” (p. 87). O argumento será recuperado pouco tempo depois na tese intitulada *O Património Comum da Humanidade: Rumo a um Direito Internacional da Solidariedade?*, Coimbra, FEUC, 1995, pp. 149-150.

⁶³ Referimo-nos ao texto de Mafalda Ramos Carmona; Maria de Fátima Silva; Maria Inês Vieira & Susana Vital de Figueiredo, “Direito de Intervenção Humanitária”, *RJAADF*, n. 20, 1996, pp. 259-297, que concluem, demonstrando a pluralidade de pontos de vista sobre o assunto que “tendo analisado a prática à margem da ONU, parece que não se reúnem os requisitos necessários para a formação de um

Após a pacificação do debate com a aceitação ampla, mas por vezes reservada, das intervenções humanitárias autorizadas pelo Conselho de Segurança, seguiu-se à intervenção da OTAN no Kosovo um centramento nas mais polémicas intervenções humanitárias unilaterais. São disso exemplo os importantes estudos de Sara Guerreiro do início do século largamente inconclusivo em relação à situação⁶⁴, o que, tendo em vista a situação existente e até a atual, não é um defeito, e a discussão promovida por Rita Uva, que, no entanto, não tem em consideração os eventuais efeitos da prática internacional sobre o Direito⁶⁵. No mesmo sentido caminha a preciosa contribuição do Professor Azeredo Lopes, que mostrou de forma ímpar as contradições e paradoxos quase incontornáveis com os quais as intervenções humanitárias se confrontam sublinhando que “as intervenções humanitárias, como aliás o Direito Internacional, deve

costume na matéria em causa. Embora possamos encontrar aspectos comuns nas práticas citadas, é relevante a sua selectividade. Existem outras situações igualmente susceptíveis de intervenção humanitária que têm sido ignoradas pelos Estados, sobretudo por interesses políticos. O direito de ingerência, por definição, não pode ser selectivo. Se, como acabamos de ver, este não foi exercido sempre que se reuniam condições para tal, não podemos considerar como provada a prática uniformizada. Mesmo que se admitisse existência de prática suficiente, a posição da comunidade internacional não parece favorável à formação do costume” (p. 294) e adicionando argumentos importante no sentido de desqualificar teses favoráveis à sua licitude (“a posição ambígua da ONU nos casos concretos tem de ser vista à luz de interesses políticos, e não de critérios jurídicos (...) quanto ao alegado consentimento tácito dos Estados, aplicam-se as mesmas reservas. O consentimento é, também aqui, político e não jurídico”) (p. 295), coerência política (“os próprios Estados defensores da existência de um direito de ingerência não parecem estar dispostos a aceitar intervenções de outros no seu território. A consagração de um direito de ingerência implicaria na possibilidade de exercício por qualquer outro Estado”) (id.) e até à sua desejabilidade *de lege ferenda* (“No direito à intervenção humanitárias unilateral a elevada probabilidade de utilização abusiva deve obstar à sua consagração”) (p. 296).

⁶⁴ Ver Sara Guerreiro “Intervenção Quase Humanitária”, *RFDUL*, v. 41, n. 2, 2000, pp. 887-915, que assumindo uma posição jusnaturalista em relação aos direitos e uma postura geral humanista, depois de encontrar no Direito Internacional costumeiro a única possibilidade de validar juridicamente as intervenções humanitárias unilaterais, conclui que “talvez o argumento não seja suficiente para demonstrar o carácter consuetudinário desta prática. No entanto não nos esqueçamos que as decisões no sentido de não agir são uma parte da prática dos Estados e demonstram a sua *opinio juris*. Deixamos a questão aberta, submetendo-a à douda consideração dos leitores” (p. 910), não deixando, no entanto, de reconhecer os seus riscos e inconsistências (pp. 910-911) e de ser muito mais taxativa nas suas conclusões ao dizer que “rejeita-se, no actual estágio do Direito Internacional, a teoria que defende a consagração costumeira das intervenções humanitárias não autorizadas, atendendo à escassez da prática, á manifesta ausência de um consenso na comunidade internacional e a sua muito duvidosa legalidade” (p. 912). No estudo seguinte, “O Kosovo e a Responsabilidade Internacional – Intervenção Quase Humanitária – Parte II”, *RFDUL*, v. 42, n. 2, 2001, pp.1159-1203, Guerreiro clarifica a sua posição com a menos titubeante afirmação de que “a intervenção no Kosovo foi um facto internacionalmente ilícito, logo gerador de responsabilidade” (p. 1194), a qual seria, na sua opinião, partilhada com os próprios Estados Membros. É de notar que, em larga medida, os artigos são o resultado editado dos textos *Intervenção Humanitária. Garantia dos Direitos do Homem no Plano Internacional*, Relatório da Disciplina de Direitos Fundamentais, Mestrado em Direito, Lisboa, FDUL, 2001, e *Intervenção Humanitária e Responsabilidade Internacional*, Relatório da Disciplina de Direito Internacional Público, Mestrado em Direito, Lisboa, FDUL, 2001.

⁶⁵ Vide Rita Uva, *O direito de ingerência*, Relatório do Curso de Aperfeiçoamento Conducente ao Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, Lisboa, FDUL, 1999.

ser assim. Vai-se andando e vai-se vendo, a tentar fazer melhor”⁶⁶, lembrando, ademais, que “é por isso que, como fórmula jurídica, a sua entrada no Direito Internacional não é neutra e pode mesmo ser perigosa, se não forem (como não têm sido) delineados com precisão os respetivos contornos e os exatos termos em que pode ser accionado o aparelho reactivo que lhe é, normalmente, associado”⁶⁷, bem como as críticas dos Professores Adriano Almeida⁶⁸, Freitas do Amaral⁶⁹ e Jorge Miranda⁷⁰ em fórum de opiniões promovido pelo *Boletim da Ordem dos Advogados*.

No Colóquio Juristas Católicos, com vários intervenientes que se pronunciaram sobre a matéria⁷¹, destacou-se a intervenção de António Monteiro⁷², para quem, apesar de ainda não haverem regras jurídicas convencionais ou costumeiras a sufragar a tese da licitude das intervenções humanitárias, além desta ser uma possibilidade aberta para um futuro em que cada vez mais se dá atenção aos direitos humanos, poderia ser uma decisão política moralmente amparada em casos em que a única forma de proteger pessoas de massacres em larga escala é utilizar a força armada em violação do Direito Internacional⁷³.

⁶⁶ Ver J. A. Azeredo Lopes, “Nota mais ou menos pessimista sobre o direito de intervenção humanitária”, *BOA*, n. 8, 2000, pp. 19-22, especialmente 22.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 19.

⁶⁸ Como é natural, num registo da política internacional, com incursões pela sua dimensão jurídica (cf. Adriano Moreira, “O Kosovo e a Legitimidade”, *BOA*, n. 3, 1999, pp. 24-28).

⁶⁹ Diogo Freitas do Amaral, “A nova ordem internacional”, *BOA*, n. 3, 1999, p. 29 (publicado também na revista *Visão*, n. 315, 1999) (mostra-se muito crítico, inclusive perguntando “como pode [a comunidade internacional] tolerar sem protesto firme, a agressão não provocada à Sérvia por uma aliança dita de defensiva, a NATO, da qual nenhum membro foi atacado ou estava na iminência de o ser?” (p. 29).

⁷⁰ Jorge Miranda, “Nenhum mal justifica outro mal”, *BOA*, n. 3, 1999, p. 30 (em que o autor chama a atenção para o evidente “desrespeito pelos mais elementares princípios do Direito Internacional, a criação de um perigoso precedente, o contraste com a inércia perante Timor e perante outros casos não menos lamentáveis, e múltiplos efeitos irradiantes por toda a Europa”).

⁷¹ Ver, além do autor destacado *infra*, Adriano Moreira, “O direito de intervenção”; e Garcia Leandro, “Intervenções militares: necessidade política, de segurança e humanitária”, *DeJ*, v. XV, t. 1, 2001, pp. 231-240; 257-265.

⁷² António Monteiro, “Nações Unidas – desafios e perspectivas da intervenção humanitária”, *DeJ*, v. XV, t. 1, 2001, pp. 241-256.

⁷³ Na sua lúcida e vanguardista opinião, “diga-se o que se disser, somos forçados a reconhecer que o direito unilateral de um Estado ou grupo de Estados desencadear uma intervenção militar humanitária na ausência de autorização do Conselho de Segurança, não encontra base explícita de apoio na Carta das Nações Unidas nem no direito consuetudinário internacional” (*Ibid.*, p. 253). Mas, continua sustentando que “não é possível, hoje em dia, quando interpretamos e aplicamos o direito internacional continuar a ignorar situações em que direitos humanos fundamentais são violados em larga escala sem que a comunidade internacional, nomeadamente através do Conselho de Segurança, intervenha para pôr cobro à situação. Neste sentido, é de atribuir a maior importância ao crescente e irrecusável significado que emana do dever internacional de promover e proteger (...). Tal dever pode constituir a base para o desenvolvimento de um direito consuetudinário, que sendo excepção à regra geral da proibição do uso da força prescrita pela Carta das Nações Unidas, justifique em situações limite intervenções humanitárias não autorizadas pelo Conselho de Segurança, quando e se ditadas exclusivamente por razões humanitárias. A força da fundamentação para uma tal excepção ao direito internacional vigente assenta na regra geral de direito que prevê poder haver circunstâncias em que a ‘ilegalidade’ de uma determina

O período culmina com a publicação do trabalho monográfico de Isabel Raimundo *Imperativo Humanitário e Não-Ingerência*, que, a par das principais contribuições do período, trata da ingerência humanitária e das intervenções autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem se pronunciar sobre as unilaterais⁷⁴.

Continuou o Professor Canelas de Castro a ser o principal defensor da licitude das intervenções humanitárias em Portugal com um artigo motivado pela *Operação Força Aliada*⁷⁵, contando, desta vez, com o entusiástico apoio de Teresa Leal Coelho⁷⁶.

acção é desconsiderada, ou pelo menos tolerada, visto essa acção ter por objectivo ou efeito evitar um resultado mais gravoso para a ordem pública internacional e para o sistema de valores e interesses que o direito internacional visa tutelar. Assim, a ‘infracção’ a que corresponderá uma intervenção humanitária não autorizada, apenas poderá ser justificada – e a responsabilidade internacional dos Estados nela intervenientes excluída – se esses Estados demonstrarem que a sua intervenção era absolutamente necessária a prevenir ou evitar uma infracção muito mais gravosa do direito internacional, como claramente entendo ser a violação em larga escala dos direitos humanos fundamentais como o direito à vida ou à integridade física” (Ibid., pp. 254-255).

⁷⁴ Isabel Raimundo, *Imperativo Humanitário e Não-Ingerência. Os Novos Desafios do Direito Internacional*, Lisboa, IDN/Cosmos, 1999.

⁷⁵ Paulo Canelas de Castro, “A Intervenção Armada e o Caso do Kosovo – Novos Elementos para a Construção de uma Nova Ordem Internacional?”, *NeD*, 2ª Série, n. 97, 2011, pp.75-134 considerando que “num tal quadro, parece-nos que o Caso do Kosovo pode ser visto como um precedente de emergente afirmação da licitude material da figura da intervenção armada com propósitos humanitários” (pp. 114-115), reiterando, ademais, a tendência de que “mais amplamente ainda, embora com algumas particularidades, ele inscreve[r]-se numa tendência, dominante, desde logo, no período posterior à celebração da Carta, para, homenageando ainda os princípios cardinais da não-intervenção e do não uso da força, conceber excepções que estendem ou vão mesmo para além da de legítima defesa e da do sistema de segurança colectiva, ambas expressamente configuradas na Carta. Mas também se enquadra na tendência para condicionar e limitar tal admissão de novos usos da força por parâmetros de índole substancial, procedimental e organizativa que ainda se podem dizer animados por uma leitura, senão legalista, pelo menos imbuída do *ethos* ou espírito da Carta, por uma leitura de conteúdo axiológico e teleológico que ainda se radica na Carta, ainda que numa “Carta-Renovada” ou “Carta-bis”. O que significa, enfim, que tal processo acaba por reverter na afirmação de uma ordem pública internacional protectora de outros valores para lá do da paz e, de toda a forma, de uma concepção mais rica e positiva do valor paz. Em conjugação ainda com precedentes do pós-Guerra Fria, e nesta medida ainda mais flagrantemente se apartando dos demais precedentes característicos do período da Guerra Fria, o Caso do Kosovo abunda, em especial, no sentido da preferência das vias claramente multilaterais às individuais para que período da Guerra Fria sobretudo apontava” (pp. 116-117).

⁷⁶ Para Teresa Leal Coelho, “O Direito Internacional e a Ingerência Humanitária. O Poder/Dever da Intervenção Armada”, *NeD*, 2ª Série, n. 105, 2003, pp. 103-119, “a ingerência humanitária corresponde a um interesse colectivo, que justifica o reconhecimento duma Ordem Pública internacional, sustentada na proeminência da salvaguarda humanitária, face à salvaguarda das prerrogativas do Estado. Há um sistema de garantia universal de protecção do indivíduo contra as agressões perpetradas contra a sua dignidade, independentemente de quem seja o agressor, e das eventuais prerrogativas que lhe assistam, de natureza pessoal ou territorial, nas relações com a vítima. Se o Estado da nacionalidade, da residência ou da localização, não quer, ou não pode, garantir a ordem pública interna para salvaguarda da dignidade humana, tal incumbência assiste a terceiros face ao vínculo concreto. O comportamento doloso ou negligente, a permissividade ou a incapacidade do Estado soberano, de que decorra atentado humanitário, implica para o novo Direito internacional o desaparecimento das fronteiras e a consequente denúncia da soberania naquela matéria. Em matéria de garantia, o Estado da nacionalidade, ou da residência, deixou de ser o exclusivo protector do indivíduo na sua dimensão de natureza e salvaguarda universais. A natureza de *ius cogens*, do Direito humanitário, implica a existência de um sistema de garantia universal, donde decorrem deveres indisponíveis universais, entre os quais se integra o poder/dever de intervenção armada humanitária” (pp. 117-118). Segue-se conclusão de acordo com a qual, o “Direito Internacional

O Professor Gomes Canotilho simpatizante em relação às que fossem dirigidas aos Estados-Falhados⁷⁷. Acrescente-se ainda que a respeito de Timor Leste, Fausto de Quadros viria a colocar a controversa questão⁷⁸, e que a propósito da Guerra do Iraque de 2003, registaram-se contribuições académicas que tangenciam a justificação humanitária com diversas posições⁷⁹, e a importante, quase-oficial, posição teórica de intervenientes diretos no caso em que Portugal (e vários outros) foi réu no Tribunal Internacional de Justiça por ter participado nos bombardeamentos à Sérvia⁸⁰.

humanitário consciencializa-se no repúdio de qualquer derogabilidade aos padrões mínimos humanitários. As exigências dele decorrentes têm, pelo seu fundamento e pela sua natureza, implicações universais. A exigência de co-responsabilização universal na tutela dos seres humanos, impõe limites jurídico-internacionais à actuação dos sujeitos de direito internacional em geral e, em particular, aos Estados munidos de prerrogativas de autoridade e de meios de intervenção adequados. A tutela jurídica internacional constitui um dever inalienável do Estado. A salvaguarda humanitária, pela sua natureza, pela sua proeminência, não pode evoluir no sentido da restrição de garantias. É neste contexto, com este fundamento e natureza que se sedimenta o poder/dever de intervenção armada humanitária. Não pode ser consolidado como uma prerrogativa da soberania decorrente de actividade legislativa internacional, no âmbito do *ius dispositivum*, por se tratar de uma decorrência do princípio geral da humanidade, com natureza *erga omnes*, impondo deveres universais de omissão, de acção e cooperação na salvaguarda dos seres humanos” (p. 119).

⁷⁷ Ver J.J. Gomes Canotilho, “Intervenções Humanitárias e o Problema do Risco. Contributos para uma aproximação ao problema das intervenções humanitárias”, *NeD*, 2ª Série, n. 97, 2001, pp. 17-26.

⁷⁸ Dizia em Fausto de Quadros, “Timor e o Direito Internacional” in: Jorge Miranda (org.), *Timor e o Direito. Intervenções nas mesas-redondas de 8, 9, 10, 11 e 12 de Novembro de 1999 realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, AAFDL, 2000, pp. 7-17, que “os tempos mais próximos vão obrigar a encontrar um justo equilíbrio entre esses dois pólos: por um lado, o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, ditado pelo respeito pela soberania dos Estados, e que constitui um princípio geral de Direito Internacional; e, por outro, a protecção dos Direitos Humanos, que, como se viu no caso de Timor Leste, não se compadece com os atrasos crónicamente inerentes à intervenção do Conselho de Segurança e ao exercício do direito de veto por qualquer dos seus membros permanentes” (p. 15).

⁷⁹ Antecipando a tese que mais tarde vai sistematizar Maria Assunção do Vale Pereira, “Da Ilícitude da Guerra contra o Iraque”, *RJUPIDH*, n. 10, 2003, pp. 167-170, entendeu, a propósito da invocação de argumentos humanitários, pelos Estados Unidos que “este conceito, já antigo, mas muito divulgado sobretudo a partir dos anos 80 do Século XX, nunca foi legitimado pelo ordenamento jurídico-internacional; e, mesmo os seus mais fervorosos defensores vêm pondo cada vez mais reticências ao conceito atendendo a utilização que dele tem sido feita na prática. Não parece haver nenhum caso em que a intervenção dita humanitária tenha sido feita apenas pelo motivos nobre da defesa dos direitos de grupos de indivíduos em sério risco; nem nenhum caso houve em que a própria intervenção, ao recorrer a força armada, não tenha dado origem a violações de direitos humanos”(pp. 169-170); também José Pina Delgado, “Base Política e Jurídica da Operação Liberdade Iraquiana e a Necessidade de Auto-Preservação do Estado Liberal”, *NeD*, Lisboa, n. 108, 2004, pp. 207-235; é de registar que o parecer de autoria de Carlos Blanco de Moraes, “Notas sobre a Legitimidade Jurídica da Guerra Anglo-Americana do Iraque” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 587-641, não discutiu a questão e tão-pouco se considerou as intervenções humanitárias unilaterais como possível exceção à proibição do uso da força nas relações internacionais, o mesmo acontecendo com o artigo de Eduardo Correia Baptista, “A Nova Tipologia dos Conflitos Internacionais: o Uso da Força contra Grupos Armados e os Conflitos no Afeganistão e no Iraque”, *RFDUL*, v. 44, n. 1-2, 2003, pp. 533-580.

⁸⁰ Ver Luís Serradas Tavares & Patrícia Galvão Teles, ““Alice no País das Maravilhas ou Breve História de um Processo no Tribunal Internacional de Justiça: Sérvia e Montenegro c. Portugal e outros Membros da NATO sobre a ‘Legalidade do Uso da Força’”, *NE*, n. 8, 2005, pp. 31-40. Na ocasião, os dois consultores jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros envolvidos na defesa da República Portuguesa, sustentaram que, na hipótese de o caso passar para a fase de decisão sobre o mérito, poderia ter-se discutido a matéria objeto desta tese, sobre a qual manifestaram o seguinte entendimento: “É de

Finalmente, a inserção do conceito de responsabilidade de proteger, combinada, por vezes, com a sua aplicação na Líbia, no discurso político internacional ou a promoção da temática por professores especialmente interessados acabaram por fomentar um renovado interesse pela matéria nos últimos dez anos, fomentando contribuições mais introdutórias⁸¹, pontuais⁸² ou sistemáticas e, dentro destas, estudos de fôlego que tem vindo a ser publicados. Assim, Wladimir Brito de Braga insistiu na existência de controlos contra o unilateralismo e institucionalização da responsabilidade de proteger⁸³ e da necessidade/possibilidade de esta ser sempre empreendida com autorização do Conselho de Segurança⁸⁴, o mesmo ocorrendo com um estudo recente de Sofia Santos⁸⁵ e com a análise crítica de José Manuel Pureza⁸⁶, muito menos

salientar que, embora subsistam dúvidas na doutrina sobre a legalidade da intervenção humanitária, existem também fortes indícios de que a consagração desta excepção ao princípio da proibição do uso da força consagrado na Carta das Nações Unidas pode estar já consolidada ou em vias de consolidar” (p. 39).

⁸¹ Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Joana Sá Alcântara, *A Responsabilidade de Proteger e a Possibilidade de Uso da Força sem a Autorização do Conselho de Segurança*, Tese de Mestrado em Ciências Jurídicas Internacionais, Lisboa, FDUNL, 2011.

⁸² Por exemplo, Nuno Miguel Lisboa Duarte, *Conflitos Armados Internos, em Especial a Intervenção Humanitária*, Tese de Mestrado em Direito e Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 2013, Cristina Queiroz, “A Protecção Internacional dos Direitos do Homem”, *RFDUP*, v. X, 2013, pp. 77-109, clamando por alterações à Carta para absorver a “assistência humanitária” e não um “direito do mais forte” (p. 107).

⁸³ É o que sustenta, na sua lição de provas de agregação, Wladimir Brito, “A guerra e a segurança internacional”, *SJ*, t. LIX, n. 323, 2010, pp. 411-465: “Em nossa opinião, esta necessidade de intervenção ou de ingerência que a segurança humana implica e que conduz ao uso da força e de outros meios coercitivos, como por exemplo a diplomacia coercitiva, obriga a que se tenha que repensar o conceito de intervenção ou, até mesmo, substituí-lo por outro que impeça que as boas intenções que vão contidas nesse modelo de segurança sejam utilizadas para transformar a protecção da pessoa e das comunidades humanas em instrumentos ao serviço de dominações imperiais, de imposição de modelos políticos ou, até mesmo, de utilização dos direitos humanos para vender a guerra. Na verdade, se aceitamos que o massacre ou o sofrimento de populações lhes confere, *ipso facto*, o direito de reclamar a protecção da comunidade internacional e impõe a esta o dever de os proteger, não é menos certo que o cumprimento deste dever não pode ficar *legibus soluta*. A comunidade internacional, embora constituída na *responsabilidade de proteger*, não pode cumprir essa obrigação fora do quadro normativo internacional que legitime e institua mecanismos de controlo dos meios e modos de intervenção protectora” (p. 463).

⁸⁴ Cf. Wladimir Brito, “Soberania como Responsabilidade” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 43-52 (“Nessa nova concepção de soberania e de exercício de poderes soberanos, são os titulares desses poderes e aqueles que os apoiam os responsáveis por actos ou omissões de que resultem graves e intoleráveis violações dos direitos humanos ou a prática desses crimes e atrocidades e/ou condutas reiteradamente atentatórias da subsistência do *standard* mínimo de segurança humana, torna admissível a intervenção colectiva da comunidade internacional, no seu todo, em defesa das vítimas. Essa intervenção, em primeira linha, deve ser requerida e aceite pelo Estado, sempre que este se sinta incapaz de assegurar protecção do direito à vida, se socorrer as vítimas e de garantir o *standard* mínimo de segurança humana, mas poderá, como último recurso, ser feita sem ou contra a vontade do Estado, sempre que seja ela a promover, apoiar ou até a praticar a maciça violação dos direitos fundamentais da pessoa humana (dos seus cidadãos) e a promover atrocidades, recusando-se a conceder protecção às vítimas” (p. 51). Também em “Responsabilidade de Reagir” in: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 1133-1162.

⁸⁵ Veja-se Sofia Santos, “O Uso da Força no Direito Internacional e os Desafios do Paradigma Onusiano”, *RFDUFMG*, n. 16, 2012, pp. 533-568 (“Não se trata, aqui, de um regresso à teoria da guerra justa e respetivos critérios *ius ad bellum* no sentido clássico, mas de uma transformação da guerra justa, que

entusiasmado com a doutrina da responsabilidade de proteger como substituto mais legítimo do que com as intervenções humanitárias unilaterais⁸⁷.

Assinala-se igualmente a abordagem do tema num ou noutro estudo vanguardista sobre a aplicação do conceito de intervenção ou do de ingerência⁸⁸, ora numa dimensão mais filosófico-política da ordem internacional⁸⁹, ora num misto de considerações morais, políticas e jurídicas⁹⁰, e ainda a partir da ciência das relações internacionais⁹¹.

assenta em critérios de decisão num processo regulamentado juridicamente. O Conselho de Segurança deve ser a autoridade adequada para a determinação destes critérios, avaliação sobre a existência de um direito de uma guerra justa com base nestes critérios e decisão de medidas para o restabelecimento da paz e segurança internacionais. Os novos critérios de legitimação podem levar a uma contenção de tentativas, por parte de certos Estados, de desenvolver novas normas, de Direito Internacional costumeiro, através da sua prática. Os efeitos serão ainda maiores se a responsabilidade de proteger se estabelecer como uma norma jurídico-internacional, pois poderia trazer um novo pensamento sobre princípios fundamentais bem como uma redefinição da noção de “soberania” de modo que a proteção dos direitos humanos seja entendida como uma parte integrante da soberania de um Estado. Uma obrigação de proteger significaria que a decisão dos Estados e, organizações regionais, potencialmente capazes de intervir não seria tomada com base em meras considerações políticas. Não obstante o facto de uma tal norma não poder ser sempre implementada, por exemplo, no caso de graves violações dos direitos humanos em território russo, chinês ou de outro membro permanente do Conselho de Segurança, o estabelecimento de critérios de legitimidade poderia representar uma plataforma de consenso”) (p. 562).

⁸⁶ José Manuel Pureza, “As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, pp. 79-99.

⁸⁷ Nas suas palavras, “os prosélitos da responsabilidade de proteger invocam um favor da figura a sua capacidade para afastar em definitivo as contradições e riscos presentes no discurso da intervenção humanitária. Ora, esse argumento não colhe e a intervenção na Líbia aviva as razões da sua não aceitação. (...). A lição maior que a intervenção da NATO na Líbia nos dá é, porventura, a de que a referência à responsabilidade de proteger como se ela fosse uma abstracção benigna não é senão uma estratégia legitimadora de um intervencionismo com propósitos que vão muito além – ou se afastam totalmente – de objectivos humanitários. O discurso jurídico-político da biopolítica global está prenhe de armadilhas. Só a cuidadosa referência à relação de forças materiais e ideológicas em presença permite escapar aos seus cantos de sereia” (p. 99).

⁸⁸ Cf. Rute Saraiva, “A Guerra do Clima em Clima de Guerra” in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, v. V, pp. 491-535, aplicando várias das condições de legitimação das intervenções humanitárias numa perspectiva, em larga medida, *de lege ferenda*.

⁸⁹ Seguir, *e.g.*, José Carlos Lopes Nascimento, *A Convergência na Pessoa Humana de uma Nova Ordem Internacional (e o ‘Sinal’ da Intervenção Humanitária)*, Tese de Mestrado em Direito e Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 2012.

⁹⁰ Neste sentido, a contribuição de Cristina Queiroz, “O Direito de Intervenção Humanitária: Um ‘Novo’ Paradigma do Direito Internacional” in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 387-400, que a respeito da questão específica considera que “esse alegado direito de intervenção não tem base jurídica quer na Carta das Nações Unidas quer no próprio Direito Internacional actual. Não chega sequer a formar um ‘costume internacional’ pela não existência do elemento ‘subjectivo’, a convicção da sua próprias obrigatoriedade”, embora especificamente tratando da intervenção dos Estados Unidos no Iraque e suportando-se no *Caso Nicaragua* de 1986.

⁹¹ *E.g.*, António José Oliveira, *Resolução de Conflitos. O Papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico. O Exemplo do Kosovo*, Lisboa, EdC, 2011, pp. 95-96 (constatando que “a intervenção da OTAN no Kosovo à revelia do Conselho de Segurança da ONU constitui-se como o culminar destas discussões e a alteração do conceito de ‘direito de ingerência’ para o de ‘responsabilidade de proteger’”), Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping* outras Organizações Internacionais, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 281-282 (sugerindo ter sido a intervenção ilícita ao dizer que “embora a campanha aérea da NATO tenha gerado grande

Quanto aos manuais de Direito Internacional, naturalmente mais cautelosos, inclinados a centrarem-se em domínios mais sedimentados e menos propensos a controvérsias, limitados por questões pedagógicas ligadas ao programa das disciplinas das quais, regra geral, emanam e pelo espaço limitado ou simplesmente desinteressado na parte especial do Direito Internacional, as referências às intervenções humanitárias unilaterais têm sido mais raras. Nada obstante, com a exceção dos que foram publicados ou estruturalmente iniciados antes do fim da Guerra Fria⁹² (Silva Cunha⁹³, Silva Cunha e Maria Assunção do Vale Pereira⁹⁴, Afonso Queiró⁹⁵, André Gonçalves Pereira⁹⁶, André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros⁹⁷; Armando Marques Guedes⁹⁸, Albino

controvérsia, uma vez que o uso da força carecia da aprovação do CS, a Aliança regressaria a um quadro de legalidade onusiana com o fim da guerra e a aprovação da resolução 1244”), e Carlos Gaspar, “Limites da Intervenção” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, pp. 27-42, para quem “vale a pena fazer a parte das coisas e definir os limites das intervenções externas. Desde logo, as intervenções são, e devem ser, a exceção à regra e o respeito rigoroso pelos critérios convencionais obriga a reconhecer que a maioria das intervenções democráticas que se apresentam como intervenções humanitárias não merece essa classificação” (p. 39).

⁹² Sobre alguns desses autores, em particular os da Faculdade de Direito de Lisboa, Fausto de Quadros, *Direito Internacional Público I: programa, conteúdos e métodos de ensino*, RFDUL, v. xxxii, 1991, pp. 351-462.

⁹³ Apresentado de diversas formas ao longo dos anos, registando-se aqui J. da Silva Cunha, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1953; id., *Direito Internacional Público*, s.l., Ática, s.d.; id., *Direito Internacional Público*, Lisboa, CLB, 1981-84; id., *Direito Internacional Público. Introdução e fontes*, 4. ed., Coimbra, Almedina, 1987; ibid., 5. ed., 1993. Na parte, nem sempre presente, em que tratava dos conflitos internacionais, o Professor Silva Cunha, *Direito Internacional Público. Relações Internacionais (Aspectos Fundamentais do seu Regime Jurídico)*, Lisboa, ISCSP, 1990, implicitamente apresentava o seu entendimento ao considerar como únicas modalidade não proscritas de uso da força, a legítima defesa e as ações “por organizações regionais ou pelas próprias Nações Unidas” (pp. 176-177).

⁹⁴ Vide Joaquim da Silva Cunha & Maria da Assunção do Vale Pereira, *Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 2000; Ibid., 2. ed., 2004 (não obstante a atualização de temas relevantes para o Direito Internacional).

⁹⁵ Veja-se as suas lições em Afonso Queiró, *Direito Internacional Público*, s.l. [Coimbra?], s.n., s.d. [1960?].

⁹⁶ André Gonçalves Pereira, *Curso de Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1963; Ibid., Ática, 1964; Ibid., 2. ed., 1970.

⁹⁷ André Gonçalves Pereira & Fausto de Quadros, *Manual de Direito Internacional Público*, 3. ed. Coimbra, Almedina, 1993.

⁹⁸ Sem embargo de dedicar boa parte das suas preleções às relações em tempo de paz, onde inclui a condenação da guerra, com comentários de grande interesse geral (Armando Marques Guedes, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1977; Ibid., 1978; Ibid., 1980; Ibid., 1982). A posição de Guedes ficou, parece-nos, esclarecida num artigo mais recente – id., “Introdução ao Direito de Guerra” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, pp. 559-585 –, no qual, expandindo o seu tratamento sobre a matéria, sustentou inequivocamente que “dando decididamente o passo que os autores do Pacto da SDN não haviam ousado porque prisioneiros do dogma da intangibilidade da soberania dos Estados, a Carta das Nações Unidas arrebatava aos Estados a livre faculdade de fazer a guerra que tradicionalmente lhes cabia como um (senão o principal) dos *iura maiestatis* de que no domínio das relações internacionais dispunham; e entregam-na à organização internacional. Aos Estados (e como eles às Organizações que no quadro regional estabelecem) apenas é lícito exercê-la em legítima defesa – e tão somente, como já foi sublinhado até que a ONU intervenha com forças próprias, ou através de forças estaduais por ela para o efeito mandatadas. É ao Conselho de Segurança (e não aos Estados, como sob a SDN sucedia) que pertence determinar as medidas sancionatórias a tomar para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais. Nenhuma acção coercitiva é, além disso, susceptível de ser lícitamente adoptada por uma organização regional de defesa (salvo tratando-se do ‘Estado inimigo’ pela Carta

de Azevedo Soares⁹⁹)¹⁰⁰ de forma incremental o tópico foi entrando nas exposições sistemáticas da disciplina do Direito Internacional, apesar de não figurar nas elaboradas por António Cabral de Moncada¹⁰¹, Francisco Ferreira de Almeida¹⁰², Wladimir Brito¹⁰³ e Eduardo Correia Baptista¹⁰⁴, quase todos, curiosamente ou não, intervenientes neste debate com contribuições específicas.

Assim, dos principais manuais produzidos em Portugal e continuamente atualizados, nota-se que Jónatas Machado tem abordado o tema de forma consistente e demonstrado o seu ceticismo em relação à emergência de uma permissão dessa natureza, mas admitindo em casos excepcionais a sua aceitabilidade pela comunidade internacional em nome da ‘legitimidade moral’¹⁰⁵; esta mesma tensão entre o formal e o real que caracteriza o campo da regulação do uso da força na esfera internacional e, destarte, as dificuldades de desenvolvimento desta área do Direito Internacional, marca curiosamente os últimos manuais produzidos, o de autoria de

identificado como todo aquele que tenha hostilizado um os alguns dos seus signatários, durante a II Guerra Mundial) sem autorização do Conselho de Segurança” (p. 582).

⁹⁹ Albino de Azevedo Soares, *Lições de Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 1981; Ibid., 2. ed., 1985; ibid., 4.ed., 1998.

¹⁰⁰ Deste período é de se notar a referência feita por Adriano Moreira, *Direito Internacional Público*, Lisboa, UTL, 1983, p. 152, com os seguintes dizeres: “o problema mais sério é o da intervenção por decisão unilateral. Existem vários precedentes por razões de humanidade, para protecção de nacionais, para protecção dos bens do Estado. Muitos autores sustentam nesses casos a legitimidade da intervenção”.

¹⁰¹ António Cabral de Moncada, *Curso de Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 1996, v. I.

¹⁰² Francisco Ferreira de Almeida, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011; ibid. 2. ed., 2003, que, no entanto, faz referência à legítima defesa e o recurso à força armada por movimentos de libertação em outros itens.

¹⁰³ Wladimir Brito, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008; ibid., 2. ed., 2014,

¹⁰⁴ Seguir Eduardo Correia Baptista, *Direito Internacional Público*, Lisboa, Lex, 1998, v. I; Coimbra, Almedina, 2004, v. II.

¹⁰⁵ O publicista de Coimbra considera que “a emergência de um novo costume nesta matéria permanece uma questão controversa. Desde logo, tem sublinhado que a justificação humanitária não tem ocupado o lugar predominante neste tipo de intervenções, o que indicia a ausência do *elemento psicológico* do costume cuja existência se pretende determinar. Além disso, alerta-se para o perigo que a dependência do direito consuetudinário em matéria de recurso à força representa, do ponto de vista da certeza e da segurança jurídicas que devem caracterizar o direito internacional. Acresce que, no terreno, a realidade do conflito armado, com inevitáveis danos colaterais em vidas humanas e alvos civis, é pouco compatível com a alegada natureza humanitária da intervenção. De resto, os Estados envolvidos nestas operações têm procurado legitimá-las como sendo uma prática pontual e excepcional, não geradora de um costume. (...) Todavia, como anteriormente se disse, também pode ser legitimada a intervenção armada nesses casos, em termos excepcionais, com base numa leitura dos princípios gerais do direito alicerçada em valores e objectivos substantivos. Em última análise, o respeito pelo CS da ONU dependerá da sua disponibilidade de actuar em situações de violação grave, massiva e irreparável de direitos humanos, pondo de lado considerações políticas meramente conjunturais. Se a opinião pública verificar que mesmo operações não autorizadas conseguem produzir resultados francamente positivos, na perspectiva da moralidade política internacional, a defesa da legalidade formal passará irremediavelmente para segundo plano em favor da legitimidade moral” (Jónatas Machado, *Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 586-587) posição mantida consistentemente na edições que se seguiram (Ibid., 3. ed., 2006, pp. 669-671; Ibid., 4. ed., 2013, pp.740-742) e que decorre de versão ligeiramente diferente na sua redação, mas já não na substância, da edição originária (Ibid., 2003, pp. 488-489).

Cristina Queiroz, sugestivamente denominado de *Direito Internacional e Relações Internacionais*¹⁰⁶, ainda que numa dada passagem se tenha mostrado favorável a certas intervenções humanitárias¹⁰⁷, e o de Maria Luísa Duarte, que apesar de ainda não ter publicado a segunda parte do seu manual, representa muito bem o assinalado desconforto, quando diz que “em determinados domínios do Direito Internacional, como acontece com o notório impacto público nas situações de uso da força em conflitos internacionais, o método jurídico, poderá ser insuficiente e demasiado formalista. Dada a extrema complexidade da realidade internacional, o padrão internacional de regulação pode, eventualmente, depender de modo excessivo, da consideração de factores extra-jurídicos”¹⁰⁸. Na linha mais dogmática, Jorge Bacelar Gouveia, a partir da segunda edição do seu manual, tem, de forma gradual, apresentado a complexa questão¹⁰⁹, sem, no entanto, se posicionar de modo inequívoco a respeito do mérito jurídico desta figura, o mesmo ocorrendo com as lições de Jorge Miranda¹¹⁰. É

¹⁰⁶ Cristina Queiroz, *Direito Internacional e Relações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 283-311, sustenta, em jeito de desabafo, que “em termos práticos, as Nações Unidas detêm hoje o ‘monopólio’ da força no direito e relações internacionais. Excepções à proibição do recurso unilateral à força compreendem a ‘legítima defesa’ e a ‘acção colectiva’ sob a égide das Nações Unidas. Não obstante, os Estados continuam a recorrer à utilização unilateral da força em condições dificilmente conciliáveis com o sistema das Nações Unidas. E o que é mais: encontram argumentos para justificar a sua actuação a partir de interpretações subjectivas dos respectivos tratados” (p. 289).

¹⁰⁷ Diz a Professora que “a experiência e a prática subsequente dos Estados levam-nos à seguinte conclusão: a de que o reconhecimento de um direito à auto-tutela se mostra controverso, excepto se quedar demonstrada a respectiva aceitação como excepção a um princípio geral – precisamente o da proibição do uso e da utilização do uso da força no direito e relações internacionais. Neste categoria não se incluiria a chamada ‘intervenção humanitária’ para garantia e protecção dos padrões mínimos de direito internacional, como ocorreu, nos anos 90, primeiro, das potências europeias na ex-Jugoslávia, e, depois, os europeus e norte-americanos no Kosovo (1999)” (Ibid., p. 300).

¹⁰⁸ Segue dizendo que “Não deixaremos de assinalar a interferência desses factores no processo de formação e de interpretação das normas internacionais, com a preocupação de o fazer para clarificar os limites circunstanciais de aplicação do Direito Internacional Público” (Maria Luísa Duarte, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global no Século XXI*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, v. I, pp. 7-8).

¹⁰⁹ A primeira edição do seu manual não continha referência direta às intervenções humanitárias, apenas às exceções explícitas à proibição do uso da força, isto é, a intervenção autorizada pelo Conselho de Segurança e a legítima defesa (Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 560-587). Já a partir da segunda edição começa a destacar o publicista da Nova de Lisboa que “naturalmente que a intervenção humanitária, quando autorizada e até solicitada, não suscita qualquer dificuldade, uma vez que respeita escrupulosamente as regras internacionais aplicáveis, a começar pela soberania territorial onde se vai realizar a intervenção. A dificuldade existe, no entanto, nos casos em que essa intervenção [a humanitária] não é permitida tácita ou expressamente, colocando-se paralelamente a questão de se saber se há apenas um direito de ingerência, em nome dos valores internacionais de protecção dos direitos humanos mais elementares” (pp. 680-681) (Ibid., 2. ed., 2004; id., *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 3. ed., 2008, pp. 797-798). Na sua última edição (Ibid., 4. ed., 2013, pp. 736-737), o autor também inclui referência à responsabilidade de proteger (p. 737).

¹¹⁰ Nas antigas lições, do eminente Professor, na sua primeira versão (Jorge Miranda, *Direito Internacional Público*, Lisboa, s.n., 1985 (dact.), p. 320: “Não obstante, a guerra continua perante a Carta, como sucedia sob a égide do Pacto da SDN, a ser em certas circunstâncias lícita. Assim (i) a internacionalmente empreendida para manter o restabelecer a paz e a segurança gerais; e, além dela, (ii) a

ainda de acrescentar que o item também consta de programas desenvolvidos por outros internacionalistas ou docentes da cadeira, como foi o caso de Paula Escarameia¹¹¹.

De resto, entre os manuais de áreas especiais do Direito Internacional, nomeadamente das Organizações Internacionais¹¹², Direito Internacional de Proteção da Pessoa Humana¹¹³, Direito Judiciário Internacional¹¹⁴ e/ou de Direito Internacional Penal¹¹⁵, Direito Internacional Humanitário¹¹⁶, que partilham alguns elementos comuns,

que, individual ou em grupo, os Estados se vejam compelidos a fazer em legítima defesa”) fortemente marcada pela estrutura do Professor Marques Guedes, trata da questão de forma clássica, sem considerar qualquer modalidade de uso da força fora da Carta, e na segunda (id., *Direito Internacional Público*, Rio de Mouro, PF, 1995, pp. 349-353), pronuncia-se mais sistematicamente sobre as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, mas com a preocupação de as distinguir das ações de ingerência humanitária “como a levada a cabo pela França, com autorização da O.N.U., em Ruanda em 1994” (p. 353). A evolução das novas lições denotam grande preocupação com a evolução doutrinária e com os desdobramentos práticos da matéria (Jorge Miranda, *Curso de Direito Internacional Público*, Cascais, Princípi, 2002, pp. 271-273; Ibid., 2. ed., 2004, pp. 171-173; Ibid., 3. ed., 2006, pp. 279-281, destacando, em particular, a ideia de que “por certo, representa um enorme progresso que qualquer intervenção para salvar vidas humanas seja efectuada – ao contrário do que se verificou no século XIX e do que se verificou mesmo ultimamente, algumas vezes – ao serviço da organização que exprime a humanidade no seu conjunto, e não ao serviços deste ou daqueles Estados. Mas perduram as contingências de interesses estratégicos e económicos, o jogo das forças regionais e o peso dos membros permanentes do Conselho de Segurança exercendo ou não o direito de veto, e tudo isto tem condicionado ou determinado as intervenções – e (talvez pior) as não-intervenções”. Nas edições seguintes, o prestigiado publicista manteve a afirmação, discutiu a respeito de um eventual dever de intervenção e atualizou a discussão mencionando a ingerência ecológica (Ibid., 4. ed., 2009, p. 278; Ibid., 5. ed., 2012, p. 291).

¹¹¹ Cf. Paula Escarameia, *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 247, que perspetiva a questão no quadro da sua ideia de transição do Direito Internacional (“A situação actual é mais de ruptura total com este modelo [o clássico e soberanista] do que de mera excepção marginal ao mesmo. Aliás, como seria aceitável uma intervenção que vai precisamente, simultaneamente, contra os dois pilares básicos da nossa constituição mundial pós-2ª Guerra, a Carta da ONU, que consiste na proibição do uso da força (art. 2º nº 4) e na divisão do mundo em Estados? Intervenções como a do Kosovo e, de certo modo, de Timor, provam o contrário deste modelo porque se baseiam na necessidade de protecção de indivíduos em face do poder soberano directo que sobre eles se exerce”) (pp. 18-19).

¹¹² Veja-se, por exemplo, João Caupers, *Direito Internacional Público II: organizações internacionais; comunidades europeias*, Lisboa, AAFDL, 1986; A. Santos Labisa, *Manual dos Organismos Internacionais*, Lisboa, BP, 1995; Margarida d’Oliveira Martins & Afonso d’Oliveira Martins, *Direito das Organizações Internacionais*, 2. ed., Lisboa, AAFDL, 1996; João Mota Campos et al., *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010; Cristina Queiroz, *Direito Internacional e Relações Internacionais. Organizações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.

¹¹³ Cf. Ana Maria Guerra Martins, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2012 (não obstante salientar um aspeto relevante para este estudo, o da relativização do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados).

¹¹⁴ Cf. José Manuel Sérvulo Correia, *Relatório sobre Programa, Conteúdo e Métodos da Disciplina de Direito Internacional Público (Processo do Tribunal Internacional de Justiça) do Curso de Formação Avançada do Programa de Doutoramento na área de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito*, Lisboa, FDUL, 2005 (embora fazendo alusão a diversos casos importante no âmbito do uso da força tratados pelo Tribunal), e Maria José Rangel Mesquita, *Justiça Internacional. Lições*, Lisboa, AAFDL, 2010, v. I.

¹¹⁵ Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional Penal. Uma Perspectiva Dogmática*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 281-284, que, publicado antes da Conferência de Revisão de Campala, não chega a tratar da relação entre a incriminação da agressão internacional e as intervenções humanitárias unilaterais, focando mais o modo como o Estatuto de Roma na sua versão originária tratou da questão.

¹¹⁶ Ver Maria Assunção do Vale Pereira, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014 (embora uma passagem reitere a ideia que tem esposado da ausência de legitimidade da atuação da OTAN no Kosovo (p. 462)).

ou da responsabilidade internacional¹¹⁷, não seria de se esperar um olhar muito específico sobre uma figura tão controversa como a das intervenções humanitárias unilaterais. Importante exceção encontra-se no manual de organizações internacionais de Manuel de Almeida Ribeiro¹¹⁸, no qual se avaliam e se declaram ilícitas tanto a intervenção humanitária coletiva¹¹⁹ como particularmente a unilateral¹²⁰. Exceções naturais são os sumários desenvolvidos ou manuais de Direito dos Conflitos Internacionais ou Direito Internacional da Segurança. O de José Luís Moreira da Silva trata, em certas passagens, de aspetos relevantes, mas sem adotar uma posição muito concreta sobre as unilaterais¹²¹. Já o recente manual de Jorge Bacelar Gouveia menciona-as, reproduzindo, no essencial, a posição expendida pelo autor nas versões anteriores e noutras intervenções académicas de sistematização desse ramo do Direito Internacional¹²².

Com um grau de proximidade acentuado e uma presença obrigatória nos programas letivos o Direito Comunitário Europeu podia também proporcionar alguma discussão tendo em vista a possibilidade de intervenção militar aberta pela PESC. Não

¹¹⁷ Vide, e.g., Alfredo Wilensky & Rui Januário, *Direito Internacional Contemporâneo*, Lisboa, Áreas, 2003.

¹¹⁸ Seguir Manuel de Almeida Ribeiro, *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, 1998, pp. 223-226; Id. & Mónica Ferro, 2ª ed., 2004, pp. 289-301 (que, apesar de mais extensa, mantém o comentário sobre as intervenções humanitárias unilaterais”).

¹¹⁹ Para o internacionalista, “torna-se, [face ao artigo 2(7)] inevitável concluir que a ingerência humanitária é contrária à Carta das Nações Unidas” (Ibid., 1998, p. 224).

¹²⁰ Sustenta o autor neste particular que “mesmo os defensores da legitimidade da ingerência humanitária não a vêem como um dever dos Estados mas como uma opção – muitos casos existem em que as violações aos direitos humanos são clamorosas e os Estados como capacidade de intervenção não o fazem. Outros casos existiram que a ingerência poderia ter sido invocada e não foi – por exemplo na intervenção da Índia no Paquistão Oriental, da Tanzânia no Uganda e do Vietname no Camboja. Embora nos Estados em que se processou a intervenção tenha havido maciças violações de direitos humanos, o fundamento invocado, aliás com pouca credibilidade foi, nos três casos, a legítima defesa. A construção de um enquadramento jurídico internacional para a prestação da ingerência humanitária carece, a nosso ver, de três requisitos: de uma fonte do direito internacional que a admita, de um quadro que estabeleça os respectivos limites e pressupostos, ou seja, quando e para que fins pode ser invocada a ingerência humanitária, e quem tem legitimidade para intervir” (Ibid., pp. 224-225); mais recentemente, em manual coletivo do qual faz parte, viria a considerar que “os casos da intervenção da NATO no Kosovo em 1999 e dos Estados Unidos no Iraque, que não foram aprovados pelo Conselho de Segurança apontam para o reconhecimento a este órgão de um poder de legitimação do uso da força, o que configura uma interpretação correctiva do texto pelo surgimento de um costume internacional divergente” (p. 298) (Id., “A Organização das Nações Unidas” in: João Mota Campos *et al.*, *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 211-328).

¹²¹ Cf. José Luís Moreira da Silva, *Direito dos Conflitos Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2003, pp. 69-72, limitando-se a tratar da proteção militar e a discutir se há um dever ou um direito de ingerência.

¹²² Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional da Segurança*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 91-92 (“Naturalmente que a intervenção humanitária, quando autorizada e até solicitada, não suscita qualquer dificuldade, uma vez que respeita escrupulosamente as regras internacionais aplicáveis, a começar pela soberania territorial onde se vai realizar a intervenção” (p. 90), e id., “O Uso da Força no Direito Internacional Público” in: Mário Silva; Leão de Pina & Paulo Monteiro Jr. (orgs.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*, Praia, ISCJS, 2012, pp. 155-191, especialmente 190-191.

obstante, pelo caráter relativamente lateral que esse domínio tem representado, mesmo os manuais de referência que não focam questões económico-financeiras da integração¹²³ ou áreas específicas¹²⁴, não lhe têm reservado grande espaço à margem de referências gerais à divisão de competências entre os órgãos da União e respetivos processos decisórios estabelecidos (são os casos de António Braz Teixeira¹²⁵; Francisco Lucas Pires¹²⁶, Gorjão-Henriques¹²⁷, Fausto de Quadros¹²⁸, Paulo Ferreira da Cunha¹²⁹; Jónatas Machado¹³⁰, Maria Luísa Duarte¹³¹; José Caramelo Gomes¹³²). Outrossim, demonstrativo de que poderá haver maior propensão para se passar a considerar o tema são as referências, ainda pouco desenvolvidas, que se podem encontrar nos contributos de Paulo Pitta e Cunha¹³³, Ana Maria Guerra Martins¹³⁴ e as versões mais recentes dos Mota Campos (agora com António Pinto Pereira)¹³⁵.

¹²³ Com este registo a obra de Manuel Lopes Porto, *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 3. ed. Coimbra, Almedina, 2001.

¹²⁴ E.g., Maria Luísa Duarte, *Direito Administrativo da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, e Nuno Piçarra, “Direito da União Europeia: o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Relatório com o Programa, os Conteúdos e os Métodos de Ensino da Cadeira”, *Themis*, a.10, n. 19, 2010, pp. 233-366.

¹²⁵ António Braz Teixeira, *Direito Comunitário. Sumários*, Lisboa, AAFDL, 1989.

¹²⁶ *Introdução ao Direito Constitucional Europeu*, Coimbra, Almedina, 1997.

¹²⁷ Miguel Gorjão-Henriques, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 183-185; 2. ed., 2003, pp. 191-193; *ibid.*, 3. ed., 2005, pp. 215-217; *ibid.*, 4. ed., 2007, pp. 217-219; *ibid.*, 5. ed., 2008, pp. 253-255; *id.*, *Direito da União. História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*, 6. ed., 2010, pp. 253-257; 7. ed., 2014, pp. 221-226.

¹²⁸ Fausto de Quadros, *Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2004; *id.*, *Droit de l'Union Européenne. Droit Constitutionnel et Administratif de l'Union Européenne*, Bruxelles, Bruylant, 2008, pp. 540-541 (refere-se, no entanto, à política de defesa comum); *ibid.*, 3. ed., 2013 (igual nota).

¹²⁹ Paulo Ferreira da Cunha, *Novo Direito Constitucional Europeu*, Coimbra, Almedina, 2005.

¹³⁰ Jónatas Machado, *Direito da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010; *ibid.*, 2. ed., 2014.

¹³¹ Vide Maria Luísa Duarte, *União Europeia. Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 317-319, e, antes o *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias*, Lisboa, Lex, 2001.

¹³² *Lições de Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2011.

¹³³ Paulo Pitta e Cunha, *Direito Europeu. Instituições e Políticas da União*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 168, fazendo referência à decisão de Helsínquia e mencionando que “nos anos recentes, a União Europeia envolveu-se em operações com implicações militares, designadamente na Macedónia e na Bósnia”.

¹³⁴ Por motivos naturais não fazendo parte da sua primeira apresentação sistemática (*Introdução ao Estudo do Direito Comunitário. Sumários Desenvolvidos*, Lisboa, Lex, 1995), destaca-a no quadro da evolução da PESC (pp. 172-177), com alguma referência a questões militares no seu *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 198-200, com desenvolvimentos no mais recente *Manual de Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 340-341, em que destaca que “o artigo 42, nº 1, do TUE conjungado com o artigo 43º, nº 1, do TUE atualiza e alarga as missões de Petersberg, podendo a União empregar meios civis e militares em missões no exterior para assegurar a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. Os meios civis e militares podem ser empregues nas operações de desarmamento, nas missões de aconselhamento e assistência militar, nas missões de prevenção de conflitos e na estabilização pós conflito” (p. 340).

¹³⁵ Nas edições mais atualizadas (João Mota Campos & João Luís Mota Campos *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 6. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010; *id.* (com António Pinto Pereira, 7. ed., 2014), sublinha-se que “as missões nas quais a União pode utilizar meios civis e militares, incluem as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência

Em relação aos comentários mais antigos a instrumentos jurídicos da União, dos mais antigos, Abel Laureano tinha deixado sem anotações o artigo J¹³⁶ e António Pinto Teixeira não inseriu notas substantivas ao seu¹³⁷, havendo mais comentários no de J.J. Almeida Lopes¹³⁸. Da obra mais recente que se enquadra neste género literário, as disposições relativas à política comum de segurança e defesa são comentadas por um especialista em relações internacionais e segurança, o antigo Ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira¹³⁹, e a posição da União Europeia em relação às Nações Unidas e ao seu documento constitutivo é comentada pelos publicistas Diogo Freitas do Amaral e Nuno Piçarra¹⁴⁰. Mencionam, respetivamente, as suas missões militares e os princípios que presidem as relações entre a organização regional e a internacional, sem, no entanto abordarem o ponto central desta tese, a possibilidade de a União Europeia emprender operações humanitárias sem autorização do Conselho de Segurança.

As obras mais monográficas que abrangem matérias ligadas ao objeto desta tese nem sempre têm incluído discussões a este respeito, muitas vezes sendo mais fácil encontrá-las em estudos políticos das relações internacionais, como o de Maria João Militão Ferreira¹⁴¹, do que propriamente em análises jurídicas da União Europeia, focadas em questões mais estruturantes, como acontece com a valiosa contribuição de Maria José Rangel Mesquita sobre a atuação externa da União Europeia¹⁴² e o artigo de

em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo dos conflitos (...)" (pp. 244; 243-244), colmatando a ausência de tratamento que reservava à matéria em específico nas edições anteriores (cf. João Mota de Campos & João Luiz Mota Campos, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, Lisboa, FCG, 2000, pp. 230-231; *ibid.*, 2. ed., 2001; *ibid.*, 3 ed., 2002, pp. 237-239; *ibid.*, 4. ed., 2004, pp. 247-249; *ibid.*, 5. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 240-241).

¹³⁶ Abel Laureano, *Regime Jurídico Fundamental da União Europeia Anotado (Tratado Institutivo da Comunidade Europeia Anotado e Tratado da União Europeia)*, Lisboa, QJ, 1997.

¹³⁷ Vide António Pinto Teixeira, *Os Tratados da União Europeia (Revistos pelo Tratado de Amsterdão)*, Lisboa, RdL, 1999.

¹³⁸ J.J. Almeida Lopes, *Tratados Europeus Explicados*, 2. ed., Lisboa, Vislis, 2002, *passim*, pp. 394-396.

¹³⁹ "Arts. 42º a 46º" in: Manuel Lopes Porto & Gonçalo Anastácio (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 159-171.

¹⁴⁰ "Art. 21º" in: *Ibid.*, pp. 105-110.

¹⁴¹ Cf. Maria João Militão Ferreira, *A Política Externa Europeia. Uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Lisboa, ISCSP, 2005, que trata das operações numa perspetiva evolutiva e político-estratégica, referindo-se a operações desencadeadas pela União até ao período coberto pela sua investigação (pp. 273-296).

¹⁴² Veja-se *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011, parte III, tratando extensamente dos domínios de atuação da União, nomeadamente no âmbito das operações militares.

António Goucha Soares¹⁴³. Há, por outro lado, artigos que tratam das relações entre o Conselho de Segurança e a União Europeia, mas, mais na perspetiva de uma recusa de cumprimento de decisões daquele órgão quando contradizem o ordenamento jurídico comunitário¹⁴⁴.

Das contribuições para dicionários e enciclopédias jurídicos ou de relações internacionais, os mais antigos, com a exceção de uma entrada da lavra de António Pereira da Silva e Afonso Queiró¹⁴⁵, não continham menção ao domínio do nosso interesse¹⁴⁶; já os mais atualizados¹⁴⁷ têm integrado as entradas intervenção humanitária, ingerência humanitária, intervenção armada ou uso da força que, regra geral, tratam diretamente ou tangenciam a questão das intervenções humanitárias, o que é, desde logo, demonstrativo da sua importância na atualidade. Atendendo à sua natureza, os comentários oscilam entre a apresentação neutral ou indefinida da questão e das diversas posições¹⁴⁸ que suscita, e a adoção de uma própria, como ocorreu recentemente com Maria Assunção do Vale Pereira¹⁴⁹ e Francisco Pereira Coutinho¹⁵⁰.

¹⁴³ “O Tratado de Lisboa e a Política Externa e de Segurança Comum” in: Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 101-126.

¹⁴⁴ Ver Maria Luísa Duarte, “O Tribunal de Justiça da União Europeia e o Controlo Indirecto das Decisões do Conselho de Segurança”, *Themis*, a. XIII, n. 24-25, 2013, pp. 49-76.

¹⁴⁵ Que entendiam não constituírem as intervenções humanitárias guerra, caracterizando-se, na sua opinião, pela “ingerência autoritária de um ou vários Estados na vida interna de outro, para (...) lhe impor um certa atitude, em qualquer caso sem pôr em causa que a existência desse Estado quer a do seu governo e instituições. Esta última forma de intervenção armada é hoje em dia (...) ilícita” (António Pereira da Silva & Afonso Queiró, “Guerra” in: *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política)*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1985, v. III, pp. 147-158).

¹⁴⁶ Luís Crucho de Almeida, “Segurança Internacional” in: *Polis*, 1987, v. V, pp. 639-642.

¹⁴⁷ Veja-se Manuel Almeida Ribeiro; Francisco Pereira Coutinho & Isabel Cabrita (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011; Francisco Pereira Coutinho & Jorge Bacelar Gouveia (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, QJ, 2013; Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014; Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015.

¹⁴⁸ Com este tom, Armando Dias Correia, “Intervenção Armada” in: Manuel Almeida Ribeiro; Francisco Pereira Coutinho & Isabel Cabrita (coord.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, pp. 256-257 (“Há autores (...) que ainda distinguem outras modalidades de intervenção armada habitualmente consideradas operações humanitárias: intervenção por preempção e intervenção punitiva”) (p. 257); Miguel Calado Moura, “Uso da Força” in: *Ibid.*, pp. 473-475 (“Actualmente ainda não existe consenso na comunidade internacional sobre a questão da intervenção humanitária e a sua relação com o uso da força. Alguns autores defendem que é legítimo o uso da força por parte de um Estado para impedir um massacre humanitário”) (p. 474); Maria Francisca Saraiva, “Ingerência Humanitária” in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, pp. 264-266 (“Parece estar a formar-se um consenso político em relação à acção militar, que continuará a ser de exclusiva responsabilidade do Conselho de Segurança. Por outro lado, a acção armada só será desencadeada em situações muito específicas, como genocídio, crimes contra a humanidade e limpeza étnica, e apenas se o governo local estiver a ‘falhar manifestamente’, como último recurso. Deste modo, a falta de consenso internacional em torno da ingerência/intervenção humanitária armada não tem permitido clarificar os contornos políticos, jurídicos e de legitimidade desta noção, que continua a ser dos conceitos mais polémicos das relações internacionais”) (p. 266); *Id.*, “Responsabilidade de Proteger” in: *Ibid.*, pp. 460-462 (“O conceito é essencialmente uma nova linguagem para um problema antigo, a

Os estudos monográficos publicados na área do Direito Internacional da Segurança em Portugal¹⁵¹ não deixam de estar mais ou menos relacionados com a temática objeto desta tese. O de Azeredo Lopes estabeleceu, sem pronunciamentos inequívocos a respeito do estatuto das intervenções humanitárias unilaterais, a sua

ingerência/intervenção humanitária armada. Esta possibilidade defendida há muito por vários sectores, como por exemplo pelos herdeiros da doutrina da guerra justa e pelos internacionalistas que entendem existir um costume pré-existente à Carta que a autoriza. Para os seus detractores, a Carta não faz qualquer referência a este tipo de missões nas excepções à proibição geral do uso da força, constituindo, portanto, uma acção ilegal” (p. 461), por fim, Sofia Santos, “Ingerência Humanitária” in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 234-237, dizendo que “a intervenção da comunidade internacional sem a obtenção de um mandato do Conselho de Segurança (...) não é pacífica” (p. 235).

¹⁴⁹ Que, como é natural, reitera as principais conclusões da sua tese (v. *infra*), em Maria Assunção do Vale Pereira, “Intervenção Humanitária” in: Manuel Almeida Ribeiro; Francisco Pereira Coutinho & Isabel Cabrita (coord.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, pp. 257-259, considerando que “pode dizer-se que, desde o início, da vigência da CNU, nunca houve uma intervenção que cumpriu todos esses requisitos [das intervenções humanitárias]. (...) O certo é que a consagração de uma nova excepção ao princípio da proibição do uso da força, não se encontrando prevista em qualquer tratado (...) só podia ser feita por via costumeira. Ora, os casos em que se pretendeu vislumbrar a existência de intervenções humanitárias dificilmente se poderiam reconduzir a um mesmo tipo de situações, de modo a podermos concluir pela existência de um padrão comum, ou seja um comportamento uniforme e reiterado, capaz de consubstanciar o elemento material do costume. E, ainda que se pudesse afirmar a existência de tal padrão – o que não acontece –, haveria que se apurar a existência da convicção de obrigatoriedade de tal comportamento – elemento subjectivo dos costume –, o que está longe de ser conseguido. Efetivamente, há, por parte dos Estados interventores, uma recusa sistemática em justificar a sua acção por invocação da intervenção humanitária, o que mostra claramente que não estão convictos da consagração jurídica de tal figura. (...) E essa mesma rejeição se pode encontrar nas reacções de terceiros Estados a actuações em que se pretendeu ver exemplos de intervenções humanitárias, que foram genericamente de rejeição” (p. 258). Num artigo mais recente, Maria Assunção Vale Pereira, “Intervenção Humanitária e Intervenção Democrática: Recurso à Força para Garantir Direitos Fundamentais?” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, pp. 101-122, a autora reitera: “Este caso [o da Líbia] reforça a nossa convicção de que o recurso à força armada não é via idónea para garantir os direitos do homem. Em trabalho aprofundado acerca da dita intervenção humanitária, já nos pronunciámos acerca da sua ilicitude e expressámos o nosso entendimento de que não estávamos face a qualquer evolução no sentido da sua consagração jurídica, nem seria desejável que tal acontecesse” (p. 118).

¹⁵⁰ Autor para quem, “No plano do direito costumeiro, é controvertida a existência de normas que permitam o recurso à força pelos Estados (...) com o objectivo de proteger populações que estejam a ser objecto de graves violações dos seus direitos humanos pelos respectivos governos (intervenção humanitária). Não parece, todavia, existir prática estadual estabelecida que sustente inequivocamente a litude de quaisquer dessas práticas. O seu reconhecimento potenciaria, aliás, o risco da multiplicação de intervenções armadas unilaterais abusivas pelos Estados, que colocariam em causa o efeito útil da proibição do uso da força contida na Carta das Nações Unidas” (p. 537) (Francisco Pereira Coutinho, “Uso da Força” in: Nuno Canas Mendes & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, pp. 535-537).

¹⁵¹ Catarina de Albuquerque, *La guerre après la guerre. Le Droit International at les limites à l'utilisation de mines antipersonnell*, Lisboa, PGR, 1997; Elísio Borges Maia, *Armas Nucleares e Direito Internacional. O Parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de 8 de Julho de 1996*, Porto, PUC, 2003; José Alberto Azeredo Lopes, *Entre Solidão e Intervencionismo. Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*, Porto, PUC, 2003; Eduardo Correia Baptista, *O Poder Público Bélico em Direito Internacional: o Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial*, Coimbra, Almedina, 2003; Maria do Assunção Vale Pereira, *A intervenção humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009; José Fontes, *A Arte da Paz. A ONU e Portugal no Combate ao Terrorismo: Estudo de Direito e Política Internacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

conexão com o direito à autodeterminação dos povos¹⁵² e Correia Baptista discute-o no âmbito dos poderes bélicos da Organização das Nações Unidas¹⁵³, nomeadamente a sua utilização humanitária, adotando a tese que, desde aquela altura à esta parte, aflige os observadores da temática, ou seja, que as intervenções humanitárias possuem um estatuto diferenciado no Direito Internacional, na sua opinião ilícito, porém, dentro de certos limites, suscitando uma exclusão de responsabilidade em razão da relutância dos outros Estados em condená-las¹⁵⁴.

Se a contribuição de Correia Baptista é incontornável para se entender a encruzilhada em que a intervenção humanitária unilateral deixa o Direito Internacional, num quadro do seu cruzamento com a utilização de meios militares pelas Nações Unidas ou em seu nome, a tese mais abrangente a focar diretamente as intervenções humanitárias é a de autoria de Maria Assunção Vale Pereira, publicada recentemente¹⁵⁵, na qual, após estudo sistematizador que trata genericamente de todos os tipos de intervenção humanitária, considera a respeito das unilaterais que a única forma de poder considerá-las lícitas seria se se emendasse a Carta ou se emergisse uma norma costumeira a estabelecer uma exceção¹⁵⁶.

¹⁵² José Alberto Azeredo Lopes, *Entre Solidão e Intervencionismo. Direito de Autodeterminação dos Povos e Reações de Estados Terceiros*, pp. 891-1031.

¹⁵³ Eduardo Correia Baptista, *O Poder Público Bélico em Direito Internacional: o Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial*, pp. 225-262.

¹⁵⁴ Na sua opinião, “não se julga possível concluir que uma intervenção humanitária deve ser considerada como justificada à luz do Direito Internacional Costumeiro. De facto, o grupo de Estados em desenvolvimento parece continuar a rejeitar a figura, pelo menos em abstracto. No entanto, é necessário sublinhar que, colocado perante intervenções concretas, este grupo se tem absterido de as condenar ou tem manifestado meramente uma leve preocupação. (...) Mais importante, os Estados africanos, na sequência do seu apoio por intermédio da Organização de Unidade Africana às referidas acções da ECOWAS, consagraram pela primeira vez de forma explícita num tratado internacional a legitimidade da figura, pelo menos com base numa decisão internacional. (...) Ora, esta tolerância e esta consagração não podem deixar de ter consequências jurídicas. Dado que estas, ainda assim, são acompanhadas de uma rejeição abstracta da figura pelo Movimento em bloco não se julga possível falar ainda numa justificação da intervenção humanitária. Mas, no caso concreto, tem-se verificado uma exclusão de responsabilidade, com a renúncia por parte das Nações Unidas e de grande parte dos Estados em condenar abertamente estas intervenções, a aceitação das situações criadas e dos seus resultados jurídicos. Afigura-se ser este o actual regime jurídico da intervenção humanitária. Esta não poder ser considerada como tendo base numa causa de justificação, mas parecem existir bases suficientes para considerar que, respeitados os seus pressupostos e limites, goza de uma causa de exclusão de responsabilidade” (Ibid., pp. 250-251).

¹⁵⁵ Ver Maria do Assunção Vale Pereira, *A intervenção humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, *passim*.

¹⁵⁶ Sustentando em síntese que “A consagração de uma nova excepção àquela interdição – a intervenção humanitária – suporia sempre a derrogação, o que só podia acontecer através de uma emenda ao documento que contém a regra geral (Carta das Nações Unidas) ou por via de um costume derogatório. Não se vislumbrando a aprovação de qualquer emenda à Carta, restaria a sua derrogação por via consuetudinária. No entanto, parece difícil considerar que nos encaminhamos para a afirmação de um tal costume. Efectivamente, os casos em que se pretendeu vislumbrar tais intervenções dificilmente se poderiam reconduzir a um mesmo tipo de situações, de modo a podermos analisar se as reacções em causa se reconduzem a um padrão, ou seja, a um comportamento uniforme e reiterado, capaz de consubstanciar o elemento material do costume. Seria, ainda, necessário demonstrar a existência da

A dimensão constitucional tem sido mais negligenciada, atraindo muitos poucos comentários gerais ou específicos, o que é natural, dado ao carácter ancilar da dimensão interna do problema. Tirando a posição expendida por Gomes Canotilho¹⁵⁷ e outras da lavra de Freitas do Amaral¹⁵⁸ e de Jorge Miranda¹⁵⁹, bem como a referência no manual de Direito Internacional deste último a propósito da participação de forças portuguesas em operações de manutenção da paz¹⁶⁰, desconhecemos por completo reflexões e estudos que tenham sido feitos sobre a constitucionalidade do uso da força por motivos humanitários.

O mais comum é ir encontrando contribuições gerais, por norma indiretas, a preceitos constitucionais que se entrecruzam com o uso internacional da força, mormente os que dizem respeito aos princípios da política externa e das relações internacionais adotados pela República Portuguesa, sobre a exceção constitucional e a defesa da Constituição e sobre o papel constitucional das forças armadas, no âmbito da

convicção de obrigatoriedade de tal comportamento – elemento subjectivo do costume –, o que está longe de ser conseguido. (...) há por, parte dos Estados interventores, uma recusa sistemática em justificar a sua acção por invocação da intervenção humanitária, o que mostra claramente que não estão convictos da consagração jurídica de tal figura, nem que a sua invocação trouxesse mais apoio à sua acção. Além disso, deve ter-se em conta as reacções estaduais aos casos em que se pretendeu encontrar exemplos de intervenção humanitária, (...)” (Ibid., pp. 902-903).

¹⁵⁷ J.J. Gomes Canotilho, “Nova Ordem Mundial e Ingerência Humanitária (Claros-escuros de um novo paradigma internacional)”, pp. 18-24, que, à luz da discussão e jurisprudência constitucional da Alemanha, sobre a posição portuguesa em relação à participação em forças de manutenção de paz alertou para o facto de a ausência de indicações constitucionais minimamente claras poder causar surpresas indesejáveis caso viesse a ocorrer uma situação dessa natureza no país.

¹⁵⁸ Para Diogo Freitas do Amaral, “A Organização e a Política de Defesa Nacional” in: José Medeiros Ferreira (org.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Colibri/FMS/IHC-FCSH/UNL, 1999, pp.197-206: “Espero que não sejam missões humanitárias apenas no nome, que não sejam agressões – como eu entendo que foi a intervenção da NATO na Jugoslávia –, espero que sejam missões genuinamente humanitárias, missões de peacekeeping sob a égide das Nações Unidas, ou de outra natureza fora do âmbito das Nações Unidas e designadamente no âmbito da NATO, se prevalecer o bom senso e a NATO se tornar numa força de paz, e não numa nova força de guerra” (p. 206).

¹⁵⁹ No seu texto de 1999, Jorge Miranda, “Nenhum mal justifica outro mal”, p. 30, sobre a Guerra do Kosovo, lamentava a “falta de participação e de debate parlamentar”, arrematando que “desde 1997, a Constituição (em larga medida por prever intervenções de forças militares em operações de manutenção da paz e formas de intervenção) comete à Assembleia da República acompanhar o envolvimento ds forças portuguesas no estrangeiro, (art. 164, alínea j). E, aqui, sim – porque a competência é um poder, dever – tem-se verificado um défice de cumprimentos das normas constitucionais, por culpa da própria Assembleia e dos sujeitos da acção parlamentar – o Governo e as forças da oposição”.

¹⁶⁰ Ver, representativamente, Jorge Miranda, *Manual de Direito Internacional Público*, 1. ed., 2001, p. 270, para quem, “antes da revisão constitucional de 1997, poderia perguntar-se se seria admissível, à face da Constituição, a participação das forças portuguesas em operações de paz. Mas, apesar de o artigo 275º – que enuncia as funções das forças armadas – ser omissivo, a resposta deveria ser positiva, tendo em conta os grandes princípios e objectivos da inserção internacional de Portugal declarados pelo artigo 7º. Após aquela revisão qualquer dúvida não faria mais sentido (...)”, dando seguimento a discussão já feita em Jorge Miranda, *Direito Internacional Público*, p. 353 [1995] (“Podem forças portuguesas participar em operações de manutenção da paz, como sucedeu em Moçambique e agora sucede em Angola? À face do artigo 275 da Constituição, rigorosamente, parece que não (...). Contudo em favor da admissibilidade da participação, poder[á]o ser invocados o objectivo constitucional de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos (...)”).

Constituição da Defesa¹⁶¹ ou do sistema de direitos fundamentais, ou ainda sobre a distribuição dos *foreign affairs powers*, integrando-se no sistema de governo adotado. Nesta linha, os importantes estudos publicados sobre estas matérias antes de ficar patente de forma límpida a inadequação terminológica da Constituição, já iam chamando de forma genérica a atenção para aspetos ainda candentes e aplicáveis ao domínio que nos ocupa e preocupa. No quadro da reconformação constitucional das forças armadas e da legislação infraconstitucional, em que as preocupações e as controvérsias específicas eram outras¹⁶², Freitas do Amaral foi apresentando alguns comentários importantes sobre a divisão de poderes entre o Governo, o Presidente da República e o Parlamento, advogando e defendendo que haveria que se garantir um equilíbrio entre os três órgãos de soberania nesta matéria¹⁶³, na linha do que já tinha acontecido, sob seu comando, no período de debate a respeito da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas¹⁶⁴. O escrito do início da década de noventa de Canotilho e Moreira sobre (e de salvaguarda) (d)os poderes presidenciais também se posicionou sobre a matéria¹⁶⁵.

Mais recentemente, neste particular, salta à vista o tratamento dado por Jorge Reis Novais no seu texto sobre o sistema de governo de Portugal à luz da Constituição da República, da legislação de defesa nacionais e das forças armadas e da prática do

¹⁶¹ Jorge Miranda, “Direito Constitucional das Forças Armadas”, *RFDUL*, v. L, n. 1-2, 2009, pp. 67-80, 69.

¹⁶² Pode-se acompanhá-las em Diogo Freitas do Amaral (org.), *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (textos, discursos e trabalhos preparatórios)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983.

¹⁶³ Diogo Freitas do Amaral, “A Constituição e as Forças Armadas” in: Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 647-661, sustentando que “não deve aceitar-se a ‘presidencialização’, nem a ‘parlamentarização’, nem a ‘governamentalização’ das Forças Armadas” (p. 653); Id., “La Constitución y las Fuerzas Armadas”, *REP*, n. 60-61, 1988, pp. 607-620.

¹⁶⁴ Em particular, cf. os materiais políticos, legislativos e comparados compilados em Diogo Freitas do Amaral (org.), *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Textos, discursos e trabalhos preparatórios)*, *passim*, e *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, AR, 1984.

¹⁶⁵ J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, *Os poderes do Presidente da República (especialmente em matéria de defesa e política externa)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, pp. 91-93, argumentando que a intervenção do Presidente da República seria absolutamente necessária mesmo fora de um quadro formal de ‘guerra’, pois, no seu entender, “no Direito Internacional comum, pode haver guerra sem declaração de guerra ou antes dela ser declarada, havendo guerra sempre que se desencadeiem hostilidades. Ora, se é ao Presidente da República que compete declarar a guerra, há-de competir-lhe também propor ou aprovar a *abertura das hostilidades*, tanto mais que ele é comandante supremo das Forças Armadas” (p. 92), insistindo na ideia de o Chefe de Estado ter o “direito de ser previamente consultado sobre o emprego das forças armadas” (Ibid., p. 105), já que “seria de todo incongruente com a lógica constitucional que as forças armadas pudessem ser envolvidas em qualquer missão, no país ou no estrangeiro, sem o assentimento do seu ‘comandante supremo’. Ao Presidente da República não compete determinar o emprego das Forças Armadas, que é do foro do Governo e da sua política de defesa. Mas assiste-lhe o direito de autorizar tal emprego, de modo a velar por que elas não sejam utilizadas à margem da Constituição (princípio defensivo, etc.), nem instrumentalizada ao serviço de objectivos partidários e não nacionais” (Ibid., pp. 105-106).

exercício de poderes constitucionais no período de presidência de Jorge Sampaio e de Cavaco Silva¹⁶⁶.

Os manuais, cuja filosofia é muito própria, tendo em vista a sua associação a programas de ensino concretos, também não têm dado grande atenção à matéria, fruto da periferia relativa do tema para os estudos jurídicos¹⁶⁷ e constitucionais mais gerais. Assim, os de J.J. Gomes Canotilho¹⁶⁸, Jorge Miranda¹⁶⁹, Jorge Bacelar Gouveia¹⁷⁰, Maria Lúcia Amaral¹⁷¹, Paulo Otero¹⁷², Carlos Blanco de Moraes¹⁷³, Paulo Ferreira da Cunha¹⁷⁴, Manuel Proença de Carvalho¹⁷⁵, Manuel Afonso Vaz e outros¹⁷⁶, José Melo Alexandrino¹⁷⁷, não chegaram a pronunciar-se sobre esta questão.

O único que reserva espaço para a utilização de forças armadas portuguesas é aparentemente o de Cristina Queiroz¹⁷⁸, que, tratando da questão a um nível geral, identifica a diferença entre a utilização da força na sequência de uma declaração de guerra e o “envio de contingentes nacionais” fora deste quadro, entendendo que, submetidos a regime diferente, seria adequada que também nos últimos casos a decisão sobre a sua utilização envolvesse de forma mais substantiva o parlamento, a par do que acontece no emergente Direito Comparado sobre a matéria¹⁷⁹.

¹⁶⁶ Veja-se Jorge Reis Novais, *Semi-Presidencialismo: o Sistema Semi-Presidencial Português*, Coimbra, Almedina, 2010, v. II, *passim*, pp. 316-322, 408-411.

¹⁶⁷ Como observou e bem Luís Salgado de Matos, “Forças Armadas” in: Jorge Bacelar Gouveia & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, pp. 168-170, “a ciência do Direito não estuda em geral as forças armadas” (p. 168).

¹⁶⁸ Veja-se o seu J.J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7. ed., Lisboa, Almedina, 2003.

¹⁶⁹ Seguir *Manual de Direito Constitucional*, 10 ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014, t. 1, v. 1.; t. 5 (4. ed., 2010).

¹⁷⁰ Cf. Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2005; *ibid.*, 4. ed., 2011.

¹⁷¹ Maria Lúcia Amaral, *A Forma da República. Uma Introdução ao Estudo do Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

¹⁷² Ver Paulo Otero, *Instituições Políticas e Constitucionais*, Coimbra, Almedina, 2007, v. I; *id.*, *Direito Constitucional Português*, Coimbra, Almedina, 2010, não obstante mencionar no volume sobre a organização do poder político, o papel do Presidente da República na declaração de guerra e feitura da paz (pp. 215-220).

¹⁷³ Carlos Blanco de Moraes, *Curso de Direito Constitucional. As Funções do Estado e o Poder Legislativo no Ordenamento Português*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2012, t. I; *id.*, *Curso de Direito Constitucional. A Lei e os Actos Normativos no Ordenamento Jurídico Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, t. I.

¹⁷⁴ Paulo Ferreira da Cunha, *Direito Constitucional Geral*, Lisboa, QJ, 2006.

¹⁷⁵ Veja-se Manuel Proença de Carvalho, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Lisboa, QJ, 2010.

¹⁷⁶ Cf. Manuel Afonso Vaz; Raquel Carvalho; Catarina Santos Botelho, Inês Folhadela & Ana Teresa Ribeiro, *Direito Constitucional. O Sistema Constitucional Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.

¹⁷⁷ *Lições de Direito Constitucional*, Lisboa, AAFDL, 2015.

¹⁷⁸ Cristina Queiroz, *Direito Constitucional. Instituições do Estado de Democrático e Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 352-354.

¹⁷⁹ De acordo com os seus próprios termos, “uma situação diferente da declaração formal do estado de guerra, mas que envolve ainda a participação de contingentes militares e de forças de segurança no

No género literário-jurídico dos comentários/anotações legislativas, saliente-se que, desde a inclusão do número 5 do artigo 275 na revisão de 1997¹⁸⁰, a questão da participação das forças armadas da República em “missões humanitárias” assumidas por organizações internacionais de que Portugal faça parte tem sido discutidas, embora sem grande centralidade¹⁸¹. Porém, apesar de não ser uma hipótese meramente teórica serem utilizados pela União Europeia ou pela OTAN fora do quadro das Nações Unidas com a participação portuguesa, não tem sido objeto de reflexão particular. Jorge Miranda aparentemente resolve a questão através da adoção da leitura clássica do artigo 53(2) subordinando e incorporando um princípio da subsidiariedade da atuação das organizações regionais¹⁸², ao passo que Canotilho e Moreira consideram simplesmente a sua utilização tanto pela ONU, como pela União Europeia¹⁸³, salientando, desde edições anteriores, que a defesa nacional não se realiza à margem do Direito Internacional, pelo menos o convencional¹⁸⁴; Rebelo de Sousa e Alexandrino não chegam a comentar a substância dos dispositivos relativos à defesa nacional e às missões das forças

estrangeiro, sem que para tal se exija o assentimento do Parlamento. A verdade é que Portugal pode ter de enviar forças militares ou de segurança integradas em operações internacionais no quadro dos actuais sistemas de segurança colectiva de que faz parte. Pense-se tão só nos casos da NATO e da ONU, organizações internacionais de que Portugal é membro, e que integram sistemas de segurança colectiva. A esta luz conviria interrogarmo-nos senão seria preferível, dentro de um quadro democrático e parlamentar, e tendo em consideração a participação portuguesa em organizações internacionais que integram sistemas de segurança colectiva, se o envio e participação de contingentes militares e militarizados portugueses no teatro de operações não deveria ser ele próprio objecto de autorização ou assentimento parlamentar. É que, no caso de um conflito armado, os procedimentos informativos não são suficientes. Falta uma expressa previsão de uma decisão parlamentar, que deverá ser tomada após discussão e debate no Plenário e não unicamente no seio das Comissões Parlamentares de Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Uma decisão desta natureza não pode quedar nas mãos do Governo e da maioria parlamentar. Exige a construção de um ‘consenso político’ onde se inclui a oposição política, *maxime*, a oposição parlamentar. Uma solução semelhante à italiana seria bem vinda. Designadamente, assimilando, para o efeito, as ‘crises internacionais’ à declaração formal do próprio ‘estado de guerra’” (pp. 352-353).

¹⁸⁰ Os comentários que não foram atualizados depois desta altura – Soares Martinez, *Comentários à Constituição Portuguesa de 1976*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1978 – não se pronunciam sobre questões desta natureza como é evidente.

¹⁸¹ Veja-se o estudo de António de Araújo, *A Revisão Constitucional de 1997. Um Ensaio de História Político-Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.

¹⁸² Dizia Jorge Miranda, “Artigo 275” in: Jorge Miranda & Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, t. III, p.692, que “as missões humanitárias e de paz são exercidas também através das Nações Unidas ou, de acordo com o princípio da subsidiariedade, através de organizações regionais (artigo 52)”.

¹⁸³ J.J. Gomes Canotilho & Vital Moreira, “Artigo 275” in: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, v. II, p. 871 (destacando que podem ser realizadas no “âmbito das Nações Unidas, [ou] no âmbito da União Europeia”).

¹⁸⁴ Cf. Ibid., “Artigo 273” in: Ibid., p. 865 (“Dada a sua relevância externa, a defesa nacional deve pautar-se pelas obrigações internacionais decorrentes das obrigações internacionais pertinentes, desde a Carta da ONU, passando pelas que regulam as organizações internacionais de cooperação em matéria de defesa de que Portugal faz parte (NATO, UEO, etc.), até às que estabelecem cooperação bilateral nessa área (salvo se obviamente tais convenções não forem incompatíveis com a Constituição”), uma fórmula que já aparece na edição de 1993 (Ibid., “Artigo 273” in: Ibid., 3. ed., 1993, v. II, p. 959).

armadas¹⁸⁵ que, regra geral, têm propiciado estas discussões, e os comentários e reflexões feitas à revisão de 1997 não podiam, como é natural, antever este problema, limitando-se a fazer referência à justificação do aditamento contante do número 5 do artigo 275¹⁸⁶. O de Paulo Ferreira da Cunha também não anota diretamente o dispositivo, embora mencione questões relevantes quando comenta os princípios das relações internacionais do Estado e os poderes presidenciais¹⁸⁷. Ficou de fora também da obra *A Constituição de 1976. Comentada e Ilustrada* de autoria coletiva¹⁸⁸.

Entre os estudos monográficos, há a salientar reflexões sobre a Constituição da Defesa, por exemplo, as feitas por Jorge Miranda, em que se lembra que a sua utilização é juridicamente vinculada¹⁸⁹ e a exposição de José Luís Moreira da Silva¹⁹⁰. A apresentação da entrada sobre ‘estado de guerra’ de Bacelar Gouveia, trata de algumas questões que a ela se interligam, mas na perspectiva dos seus efeitos jurídico internos¹⁹¹, e a incursão feita na sua dissertação de doutoramento sobre as suas relações com o estado de exceção constitucional, foram igualmente importantes¹⁹². Ainda de notar são as menções feitas por Armando Dias Correia¹⁹³, Francisco Proença Garcia¹⁹⁴ e Vítor

¹⁸⁵ Cf. Marcelo Rebelo de Sousa & José de Melo Alexandrino, *Constituição da República Portuguesa Comentada*, Lisboa, Lex, 2000, pp. 407-411.

¹⁸⁶ Veja-se Alexandre Sousa Pinheiro & Mário João de Brito Fernandes, *Comentário à IV Revisão Constitucional*, Lisboa, AAFDL, 1999, pp. 564-565, lembrando, com Jorge Lacão, que se tratava “da constitucionalização das novas dimensões da cooperação internacional e do compromisso português nas organizações internacionais em que se integra” (p. 564).

¹⁸⁷ Paulo Ferreira da Cunha, *Direito Constitucional Anotado*, Lisboa, QJ, 2008, pp. 237-238, 442-443.

¹⁸⁸ Guimarães, Ideal, 2007.

¹⁸⁹ Para Jorge Miranda, “Direito Constitucional das Forças Armadas”, p. 70, trata-se de característica da Defesa Nacional “ser uma actividade juridicamente vinculada também pelos princípios de Direito Internacional e pelas convenções internacionais a que cada Estado esteja vinculado”.

¹⁹⁰ José Luís Moreira da Silva, *Direito dos Conflitos Internacionais*, p. 68, discute a participação de Portugal em operações de manutenção da paz à luz da Constituição Portuguesa com o seguinte comentário: “Portugal tem intervindo ativamente nestes tipos de operações nestes últimos tempos. Antes da revisão constitucional de 1997, o problema era complexo. Nos termos do artigo 275º, as forças armadas portuguesas não tinham competência para participar nestas operações de paz. O Professor Jorge Miranda entendia que tal decorria dos princípios gerais da Constituição, nomeadamente do princípio geral de defesa da paz internacional (artigo 7º). Com a revisão de 1997, foi aditado um artigo n.º 5 ao artigo 275º que prevê expressamente a competência das forças armadas para participarem nestas operações das Nações Unidas (trata-se de uma autorização expressa da Constituição)”.

¹⁹¹ Neste âmbito, Jorge Bacelar Gouveia, ‘Estado de Guerra’ in: *DJAP*, s.l., s.n., 2001, pp. 301-315, II Suplemento, considera que, face ao princípio da solução pacífica dos assuntos internacionais e da proibição da guerra de agressão, somente se poderia invocar figuras que poderiam resultar em tal estado, mesmo se forem casos a envolver violação de direitos humanos, se o Estado português for atingido (pp. 314-315).

¹⁹² Jorge Bacelar Gouveia, *O estado de excepção no Direito. Entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998, pp. 713-723.

¹⁹³ Armando Dias Correia, “Forças Armadas” in: Manuel Almeida Ribeiro; Francisco Pereira Coutinho & Isabel Cabrita (coord.), *Dicionário de Direito Internacional*, pp. 216-217, mencionando, com base na Constituição, que às forças armadas “(...) incumbe: a defesa militar da República, bem como a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e a participação em missões humanitárias e de paz assumidas pela organizações internacionais de que Portugal faz parte” (p. 216).

Rodrigues Viana¹⁹⁵, que vieram, em certa medida, atualizar as primeiras contribuições a enciclopédias ou dicionários, jurídicos ou de relações internacionais, que não continham, compreensivelmente, referência à questão específica¹⁹⁶, com a exceção do texto assinado por António Vitório em finais dos anos noventa¹⁹⁷.

De todas elas, nenhuma terá sido mais abrangente e focada do que os estudos que integram o projeto de investigação *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*¹⁹⁸, em especial o de Carlos Blanco de Moraes, que, inclusive, trata da constitucionalidade da participação de Portugal na *Operação Força Aliada* contra a Federação Jugoslava em 1999¹⁹⁹, considerando que não se ajustava ao modelo constitucional instituído e desde aquela altura permanece não alterado. O estudo de António de Araújo que, apesar de não se pronunciar diretamente sobre matéria das intervenções humanitárias, retrata genericamente, a partir de um olhar histórico e comparativo, a divisão de competências em matéria de defesa entre os principais órgãos do Estado²⁰⁰.

¹⁹⁴ Aspectos interligados a esta problemática são mencionados em diversas entradas da sua autoria, nomeadamente ‘Conselho Superior de Defesa Nacional’; ‘Defesa da Pátria’; ‘Defesa Nacional’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, pp. 81-82; 104; 104-106, e ‘Comandante Supremo das Forças Armadas’; ‘Conselho Superior de Defesa Nacional’; ‘Declaração da Guerra’; ‘Defesa Nacional’; ‘Defesa da Pátria’ in: Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, pp. 67-68; 73-75; 97-99; 99-101; 101-102.

¹⁹⁵ Cf. Vítor Rodrigues Viana, *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2002, pp. 297-298, com a interessante tese de que “o enquadramento jurídico das operações de paz podia encontrar-se na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 8º (...). Em consequência do que precede, qualquer participação do Estado Português em operações de paz estava juridicamente legitimada, no plano interno, pela incorporação no direito nacional das convenções e tratados que prevêm aquelas operações, ou no âmbito das quais aquela participação poderá ocorrer: ONU; OSCE, OTAN ou UEO” (p. 297).

¹⁹⁶ Mário Firmino de Almeida, “Defesa Nacional” in: *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política)*, 1996 (reimp.), v. II; José Magalhães, “Defesa Nacional” in: *Dicionário da Revisão Constitucional*, Mem Martins, E-A, 1989, p. 43, e António de Sousa Leitão, Entrada ‘Forças Armadas’ in: *DJAP*, 1991, v. IV, pp. 377-387 (que, no entanto, trata das missões previstas pela versão da Constituição em vigor, nomeadamente no âmbito da defesa militar da República).

¹⁹⁷ ‘Defesa Nacional’ in: *Ibid.*, 1998, 1º Suplemento, pp. 89-102, que leva em consideração as novas missões das forças armadas inseridas no texto constitucional pela revisão de 1997.

¹⁹⁸ Os resultados foram publicados em Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2000.

¹⁹⁹ Cf. Carlos Blanco de Moraes, “Alinhamentos sobre o regime de organização e funcionamento da Defesa Nacional e Forças Armadas” in: *Ibid.*, pp. 27-134, que sumariza a sua posição dizendo que “ou o conceito constitucional de segurança colectiva expressas na doutrina de defesa da NATO, devendo, por consequência, ser modificado na próxima revisão constitucional ou, mantendo-se o mesmo, não poderão as Forças Armadas portuguesas desenvolver missões ao abrigo do novo conceito estratégico da NATO que importem medidas coercitivas de carácter não defensivo, análogas às que foram preenchidas no conflito do Kosovo, sob pena de violação da Constituição e do Direito Internacional Geral de carácter convencional” (p. 48).

²⁰⁰ Siga-se António Araújo, “Competências constitucionais relativas à Defesa Nacional: as suas implicações no sistema de governo”, in: *Ibid.*, pp. 135-240.

Na dimensão do tratamento da evolução do Direito da Segurança Internacional e dos seus antecedentes na teoria da guerra justa diversas contribuições, no geral, mais abrangentes, no sentido de recobrirem várias modalidades de uso da força, ou mais específicas, no sentido de se centrarem temporalmente num determinado período não deixaram de ir enriquecendo a doutrina. Nesta linha, as lições já citadas de Marques Guedes contêm importante referência à evolução da teoria da guerra justa à luz dos desenvolvimentos do Direito Internacional do século XX²⁰¹. Teve a oportunidade de desenvolvê-las mais recentemente antes do seu falecimento, sempre interligando-as com questões atuais desse domínio jurídico²⁰².

Se, no entanto, não há estudos histórico-jurídicos sobre a matéria considerada na sua especificidade, seria falso considerar-se que, de forma complementar ou seccionada, seja do ponto de vista material ou do temporal, vários desses momentos de evolução da regulação jurídica da guerra não foram objeto de estudo. Assim sendo, é de se destacar o estudo de Ana Fouto sobre a ligação entre os atuais desenvolvimentos da legítima defesa preventiva e a teoria da guerra justa²⁰³, o de António Vasconcelos de Saldanha sobre a utilização da doutrina da guerra justa na expansão ultramarina portuguesa no Oriente²⁰⁴, o de Eduardo Vera-Cruz Pinto a respeito dos aspetos jurídicos da independência de Portugal e da consolidação no período da expansão em ampla articulação com o desenvolvimento medieval e moderno da teoria da guerra justa²⁰⁵, o de Ibsen Casas Noronha a respeito do Direito no Brasil Quinhentista²⁰⁶, o de Cristina Nogueira da Silva no concernente aos estatutos políticos e civis e das desigualdades dos ‘coloniais’²⁰⁷, e o de Pedro Caridade de Freitas a propósito das grandes lutas jurídico-internacionais de Portugal com as grandes potências pela preservação do seu império e manutenção de uma posição digna na Comunidade Internacional²⁰⁸.

²⁰¹ Armando Marques Guedes, *Direito Internacional Público*, [1978], pp. 262-280.

²⁰² Id., “Introdução ao Direito de Guerra”, *passim*.

²⁰³ Ana Caldeira Fouto, *Do conceito de legítima defesa preventiva no quadro da teorização da guerra justa*, Dissertação de Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas, Lisboa, FDUL, 2007.

²⁰⁴ António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente – Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, 2. ed., Lisboa, ISCSP, 2005, pp. 525-549.

²⁰⁵ Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Terra de Santa Maria. Terra-Mãe do Primeiro Portugal. Estudo de Direito-Político Medieval Hispânico sobre a Independência de Portugal (1096-1179)*, Santa Maria da Feira, CVCSMF, 2005, v. II., pp. 253-399.

²⁰⁶ Ibsen Casas Noronha, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Coimbra, Almedina, 2005.

²⁰⁷ Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*, Coimbra, Almedina, 2009.

²⁰⁸ Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, QJ, 2012.

Complementarmente alguns manuais de história das relações internacionais têm debatido a doutrina da guerra justa, o que não deixa de ser relevante para esta discussão. É exemplo disso o de Barbas Homem²⁰⁹. Juntam-se a este rol algumas contribuições que resultam de reflexões de historiadores que se debruçaram sobre a questão da guerra justa, muitas vezes na sua relação com os estudos militares²¹⁰, com a expansão ultramarina²¹¹ e/ou com a da escravatura²¹².

Por sua vez, a questão no Brasil, não obstante ter mais contribuições, é claramente mais consensual, propendendo a doutrina internacionalista brasileira, em estudos monográficos sobre o uso da força, sobre as intervenções humanitárias unilaterais ou ainda sobre a responsabilidade de proteger, por uma leitura mais literal da Carta das Nações Unidas e por uma menor consideração de efeitos da prática internacional sobre o seu regime que pudesse amparar possibilidades de intervir por motivos humanitários.

Entre os manuais mais conhecidos, muitos (Hildebrando Accioly antes do último atualizador²¹³; Roberto Luiz Silva²¹⁴; Yepes²¹⁵) tratam do problema do uso da força, a partir de considerações associadas ao vetusto Direito Internacional de Guerra, omitindo, provavelmente por este motivo, as intervenções humanitárias unilaterais, outros (Friedman Wendpap e Rosane Kolotelo²¹⁶) acabaram por contornar a licitude do problema em razão da opção por uma perspectiva mais política do Direito Internacional. Muitas vezes o seu tratamento é deferido, em razão da sua relação típica entre o Estado e os indivíduos, para o capítulo sobre os sujeitos de Direito Internacional (Luís Ivani Amorim Araújo e atualizadora²¹⁷, Adherbal Meira Matos²¹⁸ e Florisbal dall’Olmo²¹⁹) e

²⁰⁹ António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 200-206.

²¹⁰ Neste caso, vide Rui Bebiano, *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000, cap. 2.

²¹¹ Ver Maria do Rosário Pimentel, “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa” in: Avelino de Freitas Meneses & João Paulo Oliveira e Costa (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/UA, 2007, pp. 209-317.

²¹² Por exemplo, Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 26-29, e Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 223-235.

²¹³ Hildebrando Accioly; G. E. do Nascimento e Silva & Paulo Borba Casella (act.), *Manual de Direito Internacional Público*, 15. ed., São Paulo, Saraiva, 2002, p. 472 e ss.

²¹⁴ Roberto Luiz Silva, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Belo Horizonte, DRey, 2002, pp. 417-420.

²¹⁵ Bruno Yepes Pereira, *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

²¹⁶ Friedman Wendpap & Rosane Kolotelo, *Direito Internacional*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007, pp. 230-235.

²¹⁷ Luís Ivani de Amorim Araújo & Maria Yvette Sampaio Araújo (act.), *Curso de Direito Internacional Público*, 4. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984, pp. 107-119. (amparando-se aparentemente na antiga tradição de não-intervenção do “direito internacional americano”, destaca que “diplomática ou militar, a

noutros não constam da pauta de matérias tratadas (Belfort de Matos²²⁰; Nélson Ferreira da Luz²²¹; Sebastião José Roque²²²; Ricardo Rodrigues Gama²²³; Guido Soares²²⁴; Gérson Boson²²⁵; Sidney Guerra²²⁶). A maioria das vezes, a questão tem atraído alguns comentários indiretos e mais gerais (Agenor Pereira de Andrade²²⁷; Carlos Husek²²⁸; José Francisco Rezek²²⁹; Ricardo Seitenfus²³⁰; J. Montserrat Filho²³¹; Marcelo Varella²³²; Alberto do Amaral Júnior²³³).

intervenção é sempre, seja qual for o motivo, uma violação do Direito das Gentes, pois todo o Estado tem a obrigação de se abster de qualquer ingerência na vida política de outro, razão pela qual é combatida pelas convenções internacionais e pela doutrina dos mais eminentes juristas”); em edições anteriores não aparecia a questão da intervenção (cf. *ibid.*, Rio de Janeiro, Borsoi, 1970; *id.*, *Estudos de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, Alba, 1972 (?)).

²¹⁸ Adherbal Meira Matos, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2002, pp. 96; 459-460; *ibid.*, 4. ed., São Paulo, QL, 2010, pp. 105-114 (rejeitando o direito de intervenção e da existência de apenas duas exceções ao uso da força armada na ordem internacional: a “guerra” coletiva, autorizada pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral, e em legítima defesa individual ou coletiva).

²¹⁹ Florisbal de Souza del’ Olmo, *Curso de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, Forense, 2002, pp. 97-99.

²²⁰ José Dalmo Fairbanks Belfort de Matos, *Manual de Direito Internacional Público*, São Paulo, EDUCSP, s.d..

²²¹ Nélson Ferreira da Luz, *Introdução ao Direito Internacional Público*, São Paulo, Saraiva, 1963.

²²² Sebastião José Roque, *Direito Internacional Público*, São Paulo, Hemus, 1997.

²²³ Ricardo Rodrigues Gama, *Introdução ao Direito Internacional*, Campinas, Bookseller, 2002; *ibid.* 2.ed.(?), São Paulo, BH Editora, 2006.

²²⁴ *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., São Paulo, Atlas, 2004.

²²⁵ *Direito Internacional Público. O Estado em Direito das Gentes*, Belo Horizonte, DRey, 1994; *ibid.*, 3. ed., 2000.

²²⁶ *Curso de Direito Internacional Público*, 4.ed., Rio de Janeiro, LJ, 2009 (não obstante tratar da doutrina da guerra justa, da legítima defesa e da segurança coletiva (pp. 351-369)).

²²⁷ Agenor Pereira de Andrade, *Manual de Direito Internacional Público*, São Paulo, SLit, 1975, pp. 80-81.

²²⁸ Carlos Roberto Husek, *Elementos de Direito Internacional Público*, São Paulo, Malheiros, 1995, pp. 59-60, apontando para o facto de que se tem “admitido, em outra doutrina, exceções, como a intervenção em nome do direito de defesa, por motivos de humanidade, proteção dos direitos humanos, ou, (...)”. Contudo, nenhuma intervenção se tem como desejável. (...)” (*ibid.*, 3. ed., 2000, p. 69).

²²⁹ José Francisco Rezek, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 10. ed., São Paulo, Saraiva, 2005, p. xxi (insurgindo-se contra o “argumento da legítima defesa preventiva, o discurso da defesa de direitos alheios, o da proteção de comunidades étnicas, de minorias religiosas, de dissidências políticas, quase sempre à sombra de critérios seletivos que se explicam mal, que entre outros efeitos perversos têm o de vexar ao extremo, muito além dos limites da equidade, o outro lado do conflito; e ainda o de magoar intensamente, em outros pontos do mundo, as comunidades, as minorias, as dissidências que, em igual ou maior desgraça, não foram lembradas”) e posteriores (*ibid.*, 11. ed.; 2008, p. xxi; *ibid.*, 15. ed., 2014, pp. 28-30, expandindo o argumento com base em artigo intitulado “coexistindo em paz”). Em edições anteriores (*ibid.*, 9. ed., 2002; *ibid.*, 8. ed., 2000; *ibid.*, 7. ed, 1998), e outras posteriores (*ibid.*, 12. ed., 2010), o autor não se pronunciou sobre esta questão.

²³⁰ Ricardo Seitenfus & Deisy Ventura, *Introdução ao Direito Internacional Público*, 2. ed., Porto Alegre, Lda, 2001, pp. 152-158, porém, no quadro da tipologia que adotaram classificada como “ilegal sem anuência do Estado-objeto ou autorizado pelo CS/ONU”, com o mesmo ponto a ser apresentado em edições posteriores (*ibid.*, 4. ed., 2006, p. 161)

²³¹ *O que é o Direito Internacional?*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 57-68, mencionando alguns aspetos relacionados aos princípios de Direito Internacional aplicados à questão do uso da força e da paz.

²³² *Direito Internacional Público*, São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 472-478, que trata do uso da força, porém, no que toca a temas conexos com as intervenções humanitárias limita-se a tratar da ingerência humanitária e das intervenções humanitárias coletivas.

²³³ *Introdução ao Direito Internacional Público*, São Paulo, Atlas, 2008, pp. 189-235.

Dos que trataram de forma mais específica a matéria podemos destacar os manuais mais clássicos de Raúl Pederneiras²³⁴ e a influente apresentação de Celso Albuquerque Mello²³⁵ e os mais atualizados que se têm, timidamente, pronunciado sobre estas matérias. As novas versões do manual de Accioly contêm discussão sobre a matéria, concluindo que a única modalidade que podia ser considerada lícita era a que fosse “praticada por organização internacional, leia-se as Nações Unidas, de que todos os países envolvidos sejam membros e que, como tais, tenham aceito a adopção da medida de modo equivalente nos sistemas regionais de proteção internacional dos direitos humanos”²³⁶. O manual de Valério Mazzuoli parece, pelo menos, admitir que, no geral, a intervenção unilateral seja empreendida por organização regional nalguns casos inominados²³⁷.

Estudos monográficos sobre a matéria, publicados de forma mais expandida, em forma de teses ou em livros, ou comprimida, em artigos, têm, incrementalmente, dado alguma atenção a esta matéria nos tempos mais recentes, sendo que um dos primeiros a se pronunciar sobre o tema, na década de setenta, foi o saudoso internacionalista brasileiro Celso Albuquerque Mello²³⁸. Nos anos noventa, o mais importante e

²³⁴ *Direito Internacional Compendiado*, 4. ed., Rio de Janeiro, s.n., 1934, pp. 115-125 (com a ideia geral de que “juridicamente a intervenção é inadmissível”) (p. 116); *ibid.*, 7. ed., Óscar Tenório (edição e revisão), Rio de Janeiro, FB, 1953, pp. 189-205; *ibid.*, 13. ed., 1965, pp. 196-212 (Contendo a habitual e clara invetiva anti-intervencionista, e classificando as intervenções humanitárias entre as “curiosas” das potências (p. 198). Sobre as intervenções humanitárias, o autor é claro ao dizer que “nas condições atuais da Comunidade de Estados constitui permanente ameaça à vida das pequenas potências (...). Como não existe um critério exato para a apreciação dos factos que possam pretender legitimar a referida intervenção, ocorrem abusos da parte de Estados interessados em mudar a política e o regime de outros” (*Ibid.*)).

²³⁵ Numa das últimas edições, o autor sustenta especificamente que “no presente século, apesar da grande luta em favor da protecção internacional dos direitos do homem não é lícita esta intervenção”, completando a ideia com a consideração de que “a própria ONU só poderia intervir se a sua violação acarretasse uma ameaça à paz e segurança internacionais” (*Curso de Direito Internacional Público*, 15 ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2004, v. I, p. 495).

²³⁶ Hildebrando Accioly; G. E. do Nascimento e Silva & Paulo Borba Casella (act.), *Manual de Direito Internacional Público*, 17. ed., São Paulo, Saraiva, 2009, p. 322; *ibid.*, 19. ed., 2011, pp. 361-365.

²³⁷ Diz Valério Mazzuoli, *Curso de Direito Internacional Público*, 6. ed., São Paulo, RT, 2012: “a única exceção actual diz respeito à utilização da força por uma organização internacional a fim de coibir excessos nacionais que perturbem ou violem a segurança das relações internacionais” (p. 1099). Numa das suas últimas edições (9ª, São Paulo, RT, 2015, p. 1191), mantém a mesma consideração.

²³⁸ Cf. *Guerra interna e Direito Internacional*, Rio de Janeiro, Renovar, 1985, pp. 71-102 (“um dos mais antigos pretextos que se tem alegado para a intervenção e guerra interna é o humanitário, visando a proteger os direitos do homem. Estes apesar de sua internacionalização não geraram nenhum direito que permita a um estado ou um grupo de estados se tornar seu defensor” (p. 85), arrematando que “defendemos a não intervenção, como norma jurídica, e, também, como política no interesse do denominado 3º Mundo (...)” (p. 92)). No mesmo sentido, o *Direitos Humanos e Conflitos Armados*, Rio de Janeiro, Renovar, 1997, p. 47 (“A questão da intervenção humanitária é algo passível de muita discussão, tendo em vista que os Direitos Humanos não pertencem mais a jurisdição doméstica ou domínio reservado dos Estados. Entretanto, a sua internacionalização não dá direito a um Estado de se erigir em juiz da existência ou não da violação dos direitos humanos, ou em ‘gendarme’ do seu respeito. A própria ONU só pode agir nos casos de ameaça à paz”).

sistemático estudo sobre o uso da força de autoria de Hermes Marcelo Huck não tratou sistematicamente da matéria, mas apresentou de forma clara a sua posição ao vaticinar que “a admissão de intervenção armada para coibir (...) abusos está distante de ter bons alicerces no direito internacional costumeiro e, menos ainda, no moderno direito pós-Carta, já que contém um inegável conteúdo de violação do direito à autodeterminação dos povos”²³⁹.

No presente, que os estudos e pronunciamentos sobre as intervenções humanitárias unilaterais vão aparecer de forma mais contínua. Depois de algum interesse nas intervenções humanitárias coletivas que, por exemplo, leva à publicação da tese de Simone Rodrigues²⁴⁰, que, por motivos naturais, trata do assunto indiretamente²⁴¹, para o tema específico que nos ocupa, foi a operação militar da OTAN no Kosovo, inicialmente, e os desenvolvimentos do conceito e prática da responsabilidade de proteger a exercer o papel de motivação.

De registrar nesta primeira fase, são dissertações de mestrado sobre o uso da força de José Pina Delgado²⁴², sobre a assistência humanitária promovida pela Cruz Vermelha Internacional de Mónica Sousa Cherem²⁴³ e sobre o princípio da segurança coletiva de André Vinícius Tschumi²⁴⁴, que fazem algumas incursões sobre as intervenções humanitárias unilaterais²⁴⁵, bem como a análise jurídico-crítica de Leonardo Arquimino Carvalho²⁴⁶. Um artigo de Ielbo Lobo de Sousa também abordou

²³⁹ *Da guerra justa à guerra econômica. Uma revisão do uso da força em Direito Internacional*, São Paulo, Saraiva, 1995, p. 282.

²⁴⁰ *Segurança Internacional e Direitos Humanos. A prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*, Rio de Janeiro, Renovar, 2000.

²⁴¹ *Ibid.*, pp. 104-107.

²⁴² *Regulamentação do uso da força no Direito Internacional e legalidade das intervenções humanitárias unilaterais*, Florianópolis, UFSC, 2003.

²⁴³ *Direito Internacional Humanitário*, Curitiba, Juruá, 2002, pp. 63-68, defendendo que a invocação do uso da força para proteger direitos humanos prejudica a atividade humanitária da Cruz Vermelha.

²⁴⁴ *Princípio da Segurança Coletiva e Manutenção da Paz Internacional*, Curitiba, Juruá, 2007.

²⁴⁵ Este autor sumariza a sua posição ao registrar que “em primeiro lugar ocorreu um número pouco expressivo de casos de intervenção humanitária unilateral no pós-Guerra Fria (...). Em segundo lugar, essa não tem sido uma prática uniforme. A cada novo caso que surge, os governantes não sabem qual regra aplicar. Os Estados interventores pautam sua ação em diferentes bases. Não há uma *opinio juris* consensual, capaz de afirmar qual o procedimento correto. Nessa situação, admitir a legalidade das intervenções humanitárias unilaterais, contrariando a regulamentação da ONU, representaria um grande risco para a manutenção da ordem e da segurança internacionais” (*Ibid.*, pp. 226-227).

²⁴⁶ “O princípio da não-intervenção e a ingerência humanitária: considerações iniciais sobre a proteção internacional dos direitos humanos por intermédio das forças armadas” in: Danielle Annoni (org.), *Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: Cidadania, Democracia e Direitos Humanos*, Brasília, AJ, 2002, pp. 361-370 (apontando, sobretudo, a incongruência entre o conceito de ingerência e os direitos humanos, da qual faz decorrer uma posição de “ausência de legitimidade da ideia de intervenção humanitária” (p. 362)).

esta intervenção específica²⁴⁷. A finalizar o período pós-Kosovo e anterior à intervenção no Iraque, Alberto do Amaral Júnior publicou uma monografia alusiva à temática da assistência humanitária na qual também discute o problema das intervenções humanitárias, ainda que sem adotar uma posição inequívoca a respeito da sua licitude²⁴⁸.

Mais recentemente, as reflexões de Marcelo Böhlke sobre o uso da força no Direito Internacional continua a seguir a tese brasileira clássica de rejeição desse tipo de intervenção a partir de uma perspectiva jurídico-política²⁴⁹, e Giselle Ricobom chega à mesma conclusão a partir de uma tese ancorada na orientação crítica do Direito que segue²⁵⁰. É necessário considerar igualmente o estudo de Liliana Lyra Jubilut sobre o princípio da não-intervenção que chama a atenção para o ‘desconforto’ de muitos

²⁴⁷ “O conflito armado entre a OTAN e a Iugoslávia (1999): algumas considerações sobre o uso da força nas relações internacionais”, *Direito e Democracia*, v. 1, n. 1, 2000, pp. 123-147, que considera a sua ilicitude, mas abre espaço para uma eventual alteração feita pela prática no futuro: “O direito internacional contemporâneo não parece reconhecer o direito de intervenção armada contra um Estado por razões humanitárias. É possível que a recente prática dos Estados membros da OTAN, contudo, venha a provocar uma mudança no direito internacional geral a respeito, mas certamente será preciso mais do que um caso isolado para que esta nova regra venha a ser formada” (p. 147).

²⁴⁸ *O Direito de Assistência Humanitária*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003, em que sintetiza as suas ideias da seguinte forma: “Se é verdade de que o direito de assistência humanitária poderá ser valioso instrumento na definição da nova ordem global não se deve esquecer que a sua eficácia, no futuro próximo, é algo aberto, que somente o fluir da história terá condições de comprovar” (pp. 284-285).

²⁴⁹ *A proibição do uso da força no Direito Internacional Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Renovar, 2011, *passim* (estudo ligado ao uso da força, no qual o autor dedica espaço generoso a questões a envolver intervenções humanitárias (coletivas e unilaterais/responsabilidade de proteger), concluindo a propósito das que são o objeto desta tese, e que são ilícitas à luz do Direito Internacional, não obstante reconhecer, no momento da discussão dos casos, que muitos deles produziram resultados moral ou politicamente desejáveis). Note-se, no entanto, que, do ponto de vista conceitual, o autor parece estabelecer uma distinção entre medidas coercitivas, intervenções coletivas, dentro das quais inclui as empreendidas por organizações ou por acordos regionais como a CEDEAO e a NATO, e as verdadeiramente unilaterais, promovidas fora de qualquer quadro institucional. Para uma versão mais resumida, cf. “A regulamentação internacional do uso da força armada” in: Sidney Guerra (coord.), *Tratado de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, FB, 2008, pp. 99-147, que desconsidera qualquer nova exceção ao discutir e rejeitar argumentos a eles favoráveis: “A fundamentação das novas ‘exceções’ ao princípio reside, em geral, em três argumentos centrais. Em primeiro lugar, resulta da interpretação distorcida do texto do artigo 2º, parágrafo 4º da Carta (...). Neste sentido, todas as demais medidas ‘compatíveis’ com os propósitos consagrados no artigo 1º da Carta não seriam proibidas. Em segundo lugar, interpretação demasiado extensiva das exceções à proibição da ameaça ou do uso da força, sobretudo do conceito de legítima defesa no direito internacional e de ameaça à paz e segurança internacionais. Em terceiro lugar, a alegação do desenvolvimento de normas consuetudinárias a respeito da limitação da proibição do uso da força. Este último argumento tende a ignorar o fato de que ações contrárias ao direito internacional por parte dos Estados constituem, antes de formar normas consuetudinárias *contra legem*, violações aos instrumentos de direito internacional em vigor (...)” (p. 116).

²⁵⁰ *Guerra Humanitária. A Guerra em Nome dos Direitos Humanos*, Belo Horizonte, Fórum, 2010, p. 218 (“As razões da ilicitude se concentram na análise da Carta das Nações Unidas que não contempla qualquer dispositivo que autorize o uso da força para a proteção dos direitos humanos. Ademais, o artigo 51 é bastante claro ao restringir a possibilidade de legítima defesa apenas em caso de reação a ataque armado. A defesa da manifesta ilegalidade, mas da legitimidade, revela não um compromisso com a defesa dos direitos humanos, mas com as potências capazes de produzir a qualquer momento ataques armados de proporções desmedidas. Não há nenhum consenso sobre quem seriam os atores capazes de assegurar a proteção dos direitos humanos, em quais casos deveriam fazê-lo, quais os limites dessa legitimidade, e o que é essencial, por quais essa protecção deveria ocorrer”).

Estados em relação ao ‘direito de ingerência’²⁵¹, bem como as teses favoráveis à consolidação da responsabilidade de proteger e da necessidade de um apoio do Brasil neste sentido de Ana Maria Bierrenbach²⁵², diplomata brasileira formada no Instituto Rio Branco. Neste grupo, são de arrolar ainda o contributo de Breno Hermann²⁵³, que critica as intervenções humanitárias unilaterais como a do Kosovo²⁵⁴, e Alexandre Peña Ghisleni²⁵⁵.

Na dimensão constitucional, o interesse é naturalmente menor, o que pode ser explicado pelo tratamento muito lateral que a Lei Magna brasileira reserva à matéria, em simultâneo pelo reduzido envolvimento de forças armadas brasileiras no exterior e pelo histórico de utilização interna de militares para suprimir revoltas, muitas vezes populares, ou para impor ordens políticas antidemocráticas, ou ainda pela lateralidade da matéria dentro do quadro dos estudos constitucionais.

Ainda assim, é possível encontrar entre os publicistas brasileiros, menções a esta temática jurídica. É o caso de Carlos Roberto Husek, que, no seu manual de Direito Internacional, levanta a questão perguntando se em casos de problemas de “direitos humanos violados por um Estado, ou guerras internas que contrariam princípios humanitários, se tais situações extremas permitiriam ao Brasil imiscuir-se na ordem de outro país, conjuntamente com outros Estados e em nome de princípios gerais maiores”²⁵⁶. De entre os constitucionalistas, provavelmente de modo mais compreensivo, o problema específico continua a ser ignorado, havendo, nalguns casos²⁵⁷, algum pronunciamento geral sobre a matéria geral no quadro das competências

²⁵¹ *Não Intervenção e Legitimidade Internacional*, São Paulo, Saraiva, 2010, pp. 165-166.

²⁵² *O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário*, Brasília, FUNAG, 2011.

²⁵³ *Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro*, Brasília, FUNAG, 2011.

²⁵⁴ Este autor diz ser “preocupante ainda que, na execução de uma ação militar para salvar vidas humanas, como a ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Kosovo, questões relativas à legalidade e à legitimidade tenham sido apresentadas como mutuamente excludentes, com base no velho bordão de que os fins justificam os meios” (Ibid., p. 230).

²⁵⁵ Numa passagem diz o autor que “Primeiro, desenrolava-se paralelamente o conflito entre militares sérvios e paramilitares de origem albanesa no Kossovo, o qual alimentava a consideração de propostas de ação militar unilateral (ou, ao menos, não autorizada pela Carta) por prever-se que o tradicional apoio russo à Sérvia levaria à paralisia do CSNU na consideração do envio de forças à região” (*Direitos humanos e segurança internacional: o tratamento dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Brasília, FUNAG, 2011, p. 237).

²⁵⁶ Carlos Roberto Husek, *Elementos de Direito Internacional Público*, p. 101.

²⁵⁷ É sintomático que, num dos mais ambiciosos esforços de recolha de doutrina constitucional estruturante dispersa, Clèmerson Merlin Clève & Luís Roberto Barroso (orgs.), *Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011, não tenha aparecido um único artigo alusivo à temática, e que em diversas apresentações sistemáticas, por motivos diversos, o tema não seja retratado, nem direta, nem indiretamente (André Puccinelli Júnior, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2013), nem mesmo em manuais importantes como os de André Ramos Tavares, *Curso de Direito*

dos órgãos constitucionais da Federação Brasileira²⁵⁸, muitas vezes resultante de mera reprodução não comentada de dispositivos relevantes²⁵⁹, no âmbito do tratamento constitucional das forças armadas²⁶⁰ ou ainda no quadro dos princípios constitucionais em matéria de política externa²⁶¹.

Os comentários à Constituição Brasileira de 1988, tendo que tratar desses preceitos gerais que se interligam com a temática em discussão, tem-no feito tradicionalmente, mas sem lhe dedicar grande espaço ou aprofundamento²⁶², com a

Constitucional, 5. ed., São Paulo, Saraiva, 1997 (ibid., 12. ed., 2014); Ingo Sarlet; Luiz Guilherme Marinoni & Daniel Mitidiero, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2012 (ibid., 3. ed., 2014); e Luís Roberto Barroso, *Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2010; também Paulo Roberto Dantas, *Direito Constitucional*, 4. ed., São Paulo, Atlas, 2008, e Clever Vasconcelos, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2014, não se pronunciam sobre a questão.

²⁵⁸ Por exemplo, são os casos de Walter Ceneviva, *Direito Constitucional Brasileiro*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 1991, pp. 188-190; José Afonso da Silva, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 15. ed., São Paulo, Malheiros, 1998, p. 544 (ibid., 34. ed., 2011), e de Gilmar Ferreira Mendes; Inocêncio Martires Coelho & Paulo Gonet Branco, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2008, pp. 922-923.

²⁵⁹ Veja-se J.H. Meirelles Teixeira, *Curso de Direito Constitucional*, Maria García (actual.), Rio de Janeiro, Forense, 1991, pp. 585-592; Alexandre de Moraes, *Direito Constitucional*, 30. ed., São Paulo, Atlas, 2014, pp. 21-22 (princípios) e 832-833 (forças armadas); Luciano Dalvi, *Curso de Direito Constitucional*, Florianópolis, Conceito, 2008, pp. 325-327; Marcelo Novelino, *Direito Constitucional*, São Paulo, Método, 2008, pp. 587-588 (9. ed., 2014, pp. 370-371); Vicente Paulo & Marcelo Alexandrino, *Resumo de Direito Constitucional Descomplicado*, Niterói, Impetus, 3. ed., São Paulo, Método, pp. 421-422; Nathalia Masson, *Manual de Direito Constitucional*, Salvador, Juspodium, 2013, pp. 1134-1135.

²⁶⁰ Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *Curso de Direito Constitucional*, 21. ed., São Paulo, Saraiva, 1994, p. 208 (ibid., 35. ed., p. 227); Sylvio Motta & William Douglas, *Direito Constitucional. Teoria, Jurisprudência e 1000 Questões*, 13. ed., Rio de Janeiro, Impetus, 2003, pp. 473-474; ibid., 17. ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2006, pp. 444-445; José Carlos Barruffini, *Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2006, v. II, pp. 134-135; Erival de Sousa, *Elementos de Direito Constitucional*, 6. ed., São Paulo, PM, 2007; Kildare Gonçalves Carvalho, *Direito Constitucional. Teoria do Estado e da Constituição/Direito Constitucional Positivo*, Belo Horizonte, DRey, 2008, p. 660, 986, 1093; Luiz Alberto David Araújo, *Curso de Direito Constitucional*, 13. ed., São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 431-432; Regina Nery Ferrari, *Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011, pp. 387-403; Alexandre de Moraes, *Direito Constitucional*, 28. ed., São Paulo, Atlas, 2012, pp. 843-844 (ibid., 30. ed., 2014); Zulmar Fachin, *Curso de Direito Constitucional*, 5. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2012, pp. 552-555.

²⁶¹ Cf. Luiz Alberto David Araújo, *Curso de Direito Constitucional*, pp. 105-106; Denise Vargas, *Manual de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011, pp. 165-166; 565-566; neste particular destaca-se Ana Flávia Messa, *Direito Constitucional*, São Paulo, Rideel, 2010, que, em vários momentos, aborda a questão (pp. 369-370) e nos comentários dos princípios constitucionais em matéria de política externa chega a dizer que uma das exceções ao princípio da não-intervenção seriam os “motivos de humanidade” (p. 124) ainda que tenha salientado também, dentro do princípio da paz, a proibição do uso e da ameaça do uso da força (Ibid.).

²⁶² Orlando Soares, *Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05.10.1988*, Rio de Janeiro, Forense, 1990, *passim*; Pinto Ferreira, *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, Saraiva, 1992, vs. III e V; Celso Ribeiro Bastos & Ives Gandra Martins, *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, Saraiva, 1997, v. V, pp. 162-167; Alexandre de Moraes, *Constituição Brasileira Interpretada e Legislação Complementar*, São Paulo, Atlas, 2002; Gabriel Dezen Júnior, *Curso Completo de Direito Constitucional*, 7. ed., Brasília, Vestcon, 2004, v. I (Constituição comentada e interpretada); José Afonso da Silva, *Comentário Contextual à Constituição*, 5. ed., São Paulo, Malheiros, 2008, pp. 488-489; Nelson Nery Jr. & Rosa Maria de Andrade Nery, *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*, 2. ed., São Paulo, RT, 2009, *passim* (ibid., 5. ed., 2014, pp. 605-610; 843-845).

exceção do assinado por Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins. Em texto de responsabilidade do último, já colocava em discussão alguns aspetos constitucionais da participação de forças brasileiras em forças de manutenção da paz, tendo em conta a necessidade de autorização do Parlamento Brasileiro, o Congresso Nacional, e debatendo a manutenção da proibição da guerra de conquista presente em noutros textos constitucionais brasileiros face ao silêncio da Carta de 1988²⁶³.

No comentário à Constituição Brasileira coordenado por J.J Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Sarlett e Lenio Luiz Streck²⁶⁴, ênfase maior à matéria que nos ocupa é dada por George Galindo nos comentários ao princípio da não intervenção e ao princípio da defesa da paz. Além de considerar que a intervenção não autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas seria também contrária à Constituição da República Federativa do Brasil²⁶⁵, apresentou o entendimento de que a proibição da guerra de conquista estaria abarcada pelo princípio da defesa da paz²⁶⁶, ponto que lhe permite reiterar a impossibilidade constitucional de Brasília colaborar com qualquer intervenção humanitária unilateral²⁶⁷.

A perda de importância do tópico é ilustrada ainda pelo facto de reflexões feitas no âmbito de outros textos constitucionais darem bem mais destaque ao tema, articulando-se discussões de grande interesse sobre a lógica da distribuição dos poderes de guerra pelos órgãos da República da lavra de Rosah Russomano²⁶⁸, Luís Bispo²⁶⁹, Manoel Gonçalves Pereira Filho²⁷⁰, Marcello Caetano²⁷¹ e Sahid Maluf²⁷².

²⁶³ Em particular, Ives Gandra Martins, “Artigo 84, XX” in: Celso Ribeiro Bastos & Ives Gandra Martins, *Comentários à Constituição Brasileira*, v. IV, t. II, pp. 349-350, e *ibid.*, v. V, pp. 162-167; Nelson Nery Jr. & Rosa Maria de Andrade Nery, *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*, 2. ed., *passim*.

²⁶⁴ *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo/Brasília, Saraiva/Almedina/IBDP, 2013.

²⁶⁵ “Art. 4º, IV – não intervenção” in: *Ibid.*, pp. 160-164.

²⁶⁶ Art. 4º, VI – defesa da paz” in: *Ibid.*, pp. 167-170, chamando a atenção para o seguinte aspeto: “Em 1998, preferiu-se não mais se referir à proibição da guerra de conquista, e estabelecer, de maneira ampla, a defesa da paz. Nesse sentido, e levando em conta a experiência constitucional brasileira, parece evidente que a expressão ‘defesa da paz’ abarca necessariamente a proibição da guerra de conquista” (p. 168).

²⁶⁷ De acordo com o autor, “é bastante duvidoso que o princípio da defesa da paz justifique a presença brasileira em ‘intervensões humanitárias’ em outros Estados fora dos limites estabelecidos na Carta das Nações Unidas ou na Carta da Organização dos Estados Americanos. Tais medidas, ainda que tomadas sob bandeira ‘humanitária’, violam o princípio da defesa da paz, na medida em que o entendem de maneira deslocada do respeito aos princípios, também constitucionais, da igualdade dos Estados, e, especialmente, da não intervenção” (*Ibid.*, p. 170).

²⁶⁸ *Curso de Direito Constitucional*, 3. ed., Rio de Janeiro, FB, 1978, pp. 315- 321 (discutindo se o dever de obediência do comandante supremo pelas forças armadas seria irrestrito e referindo-se à necessidade entrosamento entre o Presidente e o Congresso Nacional nesta matéria).

²⁶⁹ *Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 1981, p. 109; 208-209; 210-111.

²⁷⁰ *Comentários à Constituição Brasileira*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 1977, pp. 120-122; *ibid.*, 4. ed., 1983, pp. 376-377

Os publicistas interessados no Direito Constitucional Militar Brasileiro e no regime constitucional de defesa do Estado de Direito Democrático também não se têm ocupado do assunto nas oportunidades que têm tido. Apareceram, não obstante, comentários em artigos recentes de Álvaro Lazarini²⁷³, Ney Prado²⁷⁴ e Pietro Alarcón e Zulmar Fachin²⁷⁵. Para além disso, tem havido menção, embora reduzido desenvolvimento, em monografias relacionadas com o sistema de governo brasileiro²⁷⁶.

Quedam alguns trabalhos principiológicos ou gerais relacionados com o Direito Constitucional Internacional que dão algum tratamento genérico à matéria, mas sem envolver diretamente menção às intervenções humanitárias unilaterais. São, em concreto, os que foram produzidos por dois eminentes especialistas na matéria, Celso Albuquerque Mello²⁷⁷ e Pedro Dallari, no quadro do princípio da defesa da paz²⁷⁸.

Em relação aos demais países africanos, não foi possível fazer um levantamento exaustivo, de modo que se registam apenas quatro artigos de internacionalistas ou publicistas cabo-verdianos. O Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, José Luís Jesus, havia rejeitado a licitude das intervenções humanitárias unilaterais, mas aceitando compatibilidade entre as coletivas e o Direito Internacional²⁷⁹; João Filipe Martins, chamou a atenção para a diferente reação comunitária internacional nos casos

²⁷¹ *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1978, v. II (Direito Constitucional Brasileiro), pp. 352-356.

²⁷² *Direito Constitucional*, 13. ed., São Paulo, SLit, 1981.

²⁷³ “A defesa do Estado e das instituições democráticas na Constituição de 1988” in: Ives Gandra Martins & Francisco Rezek (orgs.), *Constituição Federal – Avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro*, São Paulo, RT, 2008, pp. 523-540.

²⁷⁴ “As forças armadas nas Constituições de 1969 e 1988” in: Dircêo Torrecilas Ramos; Ronaldo João Roth & Ilton Garcia Costa, *Direito Militar. Doutrina e Aplicações*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011, pp. 306-317.

²⁷⁵ “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas” in: Clèmerson Clève (org.), *Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, RT, 2014, pp. 943-953.

²⁷⁶ Paulo Nogueira da Silva, *A Chefia do Estado*, São Paulo, RT, 1994, p. 128.

²⁷⁷ *Direito Constitucional Internacional – Uma Introdução*, 2. ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2000, cap. XI, que integra uma síntese histórica, dogmática e prática do regime jurídico-constitucional nessa matéria.

²⁷⁸ *Constituição e Relações Exteriores*, São Paulo, Saraiva, 1994, pp. 171-172, destacando que “o artigo 7º da Constituição anterior era bem mais afirmativo do que este. Com efeito, ele proibia a guerra de conquista e impunha ao Brasil trabalhar, para que a solução dos conflitos internacionais se desse por meio de negociações, arbitragem e outros meios pacíficos, sempre com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participasse. Realmente, há que se registar o paradoxo de que, ausente anteriormente a menção expressa à adopção do princípio da defesa da paz, verifica-se, no entanto, a referência a meios – vedação da guerra de conquista e recurso à arbitragem, por exemplo – e foros – organismos internacionais – destinados a assegurar a sua primazia. Já em 1988, consagrando-se no texto constitucional o princípio verifica-se, todavia, a ausência de referência a instrumentos até então assinalados para sua consecução”.

²⁷⁹ “Intervention in the Domestic Affairs on Humanitarian Grounds and International Law” in: Volkmar Götz e al. (hrsg.), *Liber amicorum Günther Jaenicke – Zum 85 Geburtstag*, Berlin, Springer, 1998, pp. 150-163.

do Ruanda, Kosovo e Timor²⁸⁰; finalmente, do autor desta tese há um artigo 2002/2003 a suscitar dúvidas sobre a taxatividade da proibição convencional do uso humanitário da força resultante do artigo 2(4) da Carta das Nações Unidas²⁸¹, e um comentário no livro de António Carlos Tavares que, no entanto, considera que somente as autorizadas pelo Conselho de Segurança seriam lícitas²⁸². Por fim, mais recentemente, o especialista em relações internacionais, Odair Barros Varela, ancorando-se na perspectiva crítica, aponta algumas incongruências das intervenções humanitárias no geral²⁸³.

²⁸⁰ “A ONU e os conflitos internacionais: os casos de Kosovo e Timor Leste sob o olhar atento do Ruanda”, *DeC*, a. 4, n. 10/11, 2001, pp. 215-236.

²⁸¹ José Pina Delgado, “A Carta das Nações Unidas e a legalidade das intervenções humanitárias unilaterais”, *DeC*, n. 16, 2002/3, pp. 59-89.

²⁸² *A Comunidade Internacional e os Desafios Humanitários em África*, Praia, Edição do Autor, 2004, pp. 130-132 (“Todas os casos de intervenções humanitárias estão sob amparo do Conselho de Segurança, dentro do espírito da sua missão primordial (...) interpretada pelas disposições contidas no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, único que permite uma decisão sobre o uso da força armada”) (p. 132).

²⁸³ “Intervenções Externas Humanitárias: Legitimidade e Limites. O Caso dos Estados ‘Frágeis’, ‘Falhados’ ou ‘Colapsados’”, *REI*, v. 2, n. 2, 2011, pp. 6-29.

CAPÍTULO SEXTO

OS OBJETIVOS, A HIPÓTESE DE TRABALHO E A ESTRUTURA DA TESE: A HISTÓRIA DO DIREITO (PÚBLICO) COMO RECURSO

6.1. A História do Direito como recurso e a evolução da Regulação Internacional e Constitucional da Guerra como elementos de ponderação

Evidentemente há muitas formas para se tratar o mesmo tema, sendo igualmente legítimas e úteis ferramentas diferentes, até porque, na prática, vários trabalhos, em Portugal e no espaço lusófono, já exploraram, de modo sistemático, a dimensão dogmática do assunto que me preocupa¹. Em razão do interesse sobretudo filosófico-jurídico que me aproximou, num primeiro momento, desta temática², tendo como pano de fundo a dúvida pessoal sobre a capacidade do Direito Internacional e também, em certa medida, do Direito Constitucional, em resolverem certas controvérsias jurídicas que, por estarem moralmente carregadas, podem levar a clivagens entre os sujeitos de um determinado sistema jurídico. Fui impelido a indagar, antes de entrar na questão propriamente dita, se esta tensão quase geral que se constata em quase todas as dimensões normativas e doutrinárias das intervenções humanitárias unilaterais, terá acompanhado a polémica noção desde as suas primeiras manifestações materiais³. Tal indagação, se não permite inferências deterministas⁴, nem qualquer sinal de verdade objetiva⁵ – infalsificável⁶, até porque a História e a Historiografia podem ser tão confrontacionais⁷ e os resultados produzidos tão incertos⁸ quanto o Direito e a sua

¹ Em particular, no caso português, o estudo de Maria do Assunção Vale Pereira, *A intervenção humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

² Ver capítulo 5 deste trabalho.

³ Realçando que perceções muito taxativas sobre o seu carácter parecerem-me não captar todas as suas tensões internas e externas, manifestadas mesmo por estudos que conseguem se aperceber de algumas das suas contradições como o de Wladimir Brito, “A guerra e a segurança internacional”, *SJ*, t. LIX, n. 323, 2010, pp. 422-423, que ao salientá-la em relação à dupla promoção da conquista e da humanização da guerra feitas pelos autores cristãos, não positivou também as divergências profundas que todos esses processos geraram mesmo entre os autores que partiam dessas conceções.

⁴ Cf. igualmente a discussão entre Isaiah Berlin, “Historical Inevitability” e Ernest Nagel, “Determinism in History” in: Patrick Gardiner (ed.), *The Philosophy of History*, Oxford, OUP, 1974, pp. 161-186, 187-215.

⁵ Seguir Adam Schaff, *Histoire et vérité. Essai sur l'objectivité de la connaissance historique*, Paris, Anthropos, 1971, e John Passmore, “The Objectivity of History” in: Patrick Gardiner (ed.), *The Philosophy of History*, pp. 145-160.

⁶ Vide Murray Murphey, *Our Knowledge of the Historical Past*, Indianapolis, B-M, 1973.

⁷ Num certo ângulo, Bernard Sternsher, *Consensus, Conflict, and American Historians*, Bloomington, IndUP, 1975, aspeto reforçado, por exemplo, noutra perspetiva, pelos diversos conceitos de História de historiadores igualmente notáveis como R. G. Collingwood, *The Idea of History*, London, OUP, 1946, e E. H. Carr, *What is History?*, Harmondsworth, Penguin, 1961.

Doutrina na matéria que me ocupa – pode, no entanto, ser um indício sobre a capacidade de a comunidade internacional chegar a algum tipo de solução sobre o tratamento jurídico a dar ao problema das intervenções humanitárias unilaterais, afastando-lhe das ambiguidades identificadas.

Atendendo à centralidade da História e da Filosofia no entendimento dos fenómenos jurídicos contemporâneos⁹, parece-nos que podemos dela(s) retirar os melhores frutos epistemológicos para a compreensão de um instituto do Direito Internacional Contemporâneo e do Direito Constitucional, disciplinas marcadas por uma historicidade latente¹⁰. Não será seguramente prosaico justificar a importância do recurso à História nos estudos jurídicos, pressuposto essencial para o cabal entendimento de qualquer instituto nas suas diversas dimensões e a par do reconhecimento do seu contexto e enquadramento linguístico, social e político¹¹ ou ainda para fornecer uma bitola para a sua avaliação externa e relativização¹². É, pois, perfeitamente natural e saudável que, a somar aos trabalhos clássicos da historiografia jurídica portuguesa¹³, que tantos e bons frutos produziu, seja ao nível da sua exposição

⁸ Cf. artigos em Gilbert Gadoffre (org.), *Certezas e Incertezas da História*, Rogério Peres Claro (trad.), Lisboa, EdLiv, 1988, *passim*, ou Emile Callot, *Ambiguités et antinomies de l'Histoire et de sa philosophie*, Paris, MRiv, 1962.

⁹ Ver, por exemplo, a entrevista de Michel Troper ('La Dimension Historique du Constitutionnalisme. Entretien avec Michel Troper', Joaquin Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista electrónica), n. 7, 2006, texto disponível na página desta revista da especialidade a qual pode ser encontrada no endereço eletrónico:

<http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/8/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014), para o caso do Direito Constitucional, e Alexander Orakhelashvili, "The Relevance of Theory and History – the Essence of International Law" in: Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 3-22; Fernando Tesón, *A Philosophy of International Law*, Boulder, CO, WP, 1988, *passim*, Allen Buchanan, *Justice, Legitimacy, and Self-Determination. Moral Foundations for International Law*, Oxford, OUP, 2004 (análise feita a partir da perspectiva da filosofia política), e Samantha Besson & John Tassioulas (ed.), *The Philosophy of International Law*, Oxford, OUP, 2010, para o caso do Direito Internacional.

¹⁰ Cf. J. J. Gomes Canotilho, *Brançosos e Interconstitucionalidade. Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006.

¹¹ No geral, recomenda-se Paulo Ferreira da Cunha; Joana Aguiar e Silva & António Lemos Soares, *História do Direito. Do Direito Romano à Constituição Europeia*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 51.

¹² Cf. por todos, António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio*, Florianópolis, FUNJAB, 2005, p. 21; no mesmo sentido Marianne Constable, "On the Legal (Study) Methods of Our Time: Vico Redux", *CKLR*, v. 83, n. 3, 2008, pp. 1003-1331, e do já citado António Manuel Hespanha, "Legal History and Legal Education", *ZMPIER*, n. 4, 2004, pp. 41-56, que ainda acrescenta, o cultivo da humildade, a valorização do outro, o conhecimento da diferença e a perceção da complexidade como virtudes da História do Direito (p. 54).

¹³ A este respeito, veja-se uma apresentação tradicional da sua evolução em Mário Júlio Costa, "História do Direito" in: *Temas de História do Direito*, Coimbra, s.n., 1968, pp. 7-15, id., *História do Direito Português*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 1996, pp. 42-62, e Marcelo Caetano, *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, 4. ed., Lisboa/São Paulo, Verbo, 2000, pp. 35-56; a introdução crítica de António Manuel Hespanha, "Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)", *AS*, v. XVIII, n. 72-73-74, 1982, pp. 795-812, e id., "Die neuere Rechtsgeschichte in Portugal", *ZNR*, v. 36, n. 1-2, 2014, pp. 113-127, que trata da historiografia jurídica portuguesa contemporânea e as suas áreas de

geral¹⁴ seja de reflexões monográficas¹⁵, tais estudos continuem a fazer parte da sua tradição académico-jurídica, além da história institucional¹⁶. As contribuições de inegável valor que têm gerado permitem a compreensão de períodos e de temas centrais da evolução do Direito português – público e privado –, das ideias políticas e

investigação, são de análise obrigatória, à qual se acrescenta para efeitos de leitura, António Pedro Barbas Homem, *A Lei da Liberdade. Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico. Épocas Medieval e Moderna*, Cascais, Principia, 2001; id., *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 11-14; id., *História do Pensamento Jurídico. Guia de Estudo*, Lisboa, AAFDL, 2014, pp. 23-30; Rui de Figueiredo Marcos, *A História do Direito e o seu Ensino na Escola de Coimbra*, Coimbra, Almedina, 2013; acrescentando-se, para o panorama mais geral do Mundo de Língua Portuguesa, José Tengarrinha (coord.), *A Historiografia Portuguesa, Hoje*, São Paulo, Hucitec, 1999; José Robson Arruda & José Manuel Tengarrinha, *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, Baurú, EDUSC, 1999, e Marcos César de Freitas (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 5. ed., São Paulo, Contexto, 2003.

¹⁴ Ver Raphael Ribeiro, *História do Direito Português*, Lisboa, ILuc, 1923; Paulo Merêa, *História do Direito Português*, s.l., s.n., 19??; Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, s.l., s.n., 19??; Marcelo Caetano, *Lições de História do Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962; id., *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, passim, a que se juntam as mais recentes da lavra de Mário Júlio Almeida Costa, *História do Direito Português*, passim; Ruy de Albuquerque & Martim de Albuquerque, *História do Direito Português, 1140-1415*, 10. ed., Lisboa, PF, 1999, v. I; Mário Reis Marques, *História do Direito Português Medieval e Moderno*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2002, sobre o mesmo tema, e Paulo Ferreira da Cunha; Joana Aguiar e Silva & António Lemos Soares, *História do Direito. Do Direito Romano à Constituição Europeia*, passim; A. Santos Justo, *Nótulas de História do Pensamento Jurídico (História do Direito)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005; Rui de Figueiredo Marcos, *História da Administração Pública. Relatório sobre o Programa, o Conteúdo e os Métodos de Ensino*, Coimbra, Almedina, 2006; António Pedro Barbas Homem, *História do Pensamento Político: Relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos de ensino de uma disciplina, apresentado para obtenção do título de agregado em direito 1º grupo, Ciências Histórico-Jurídicas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de uma disciplina apresentado no concurso para professor associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007; António Pedro Barbas Homem, *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, passim, todas elas obras que tratam de outras dimensões da História do Direito.

¹⁵ Veja-se Luís Cabral de Moncada, *A Reserva Hereditária no Direito Peninsular e Português*, Coimbra, F&A, 1916; Mário Júlio de Almeida Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957; Ruy de Albuquerque, *A Lei dos Conluíus de 1570. Algumas Notas*, Lisboa, CTF, 1963; Nuno Espinosa Gomes da Silva, *Humanismo e Direito em Portugal no Século XVI*, Lisboa, s.n., 1964; Marcello Caetano, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua História*, Lisboa, AGU, 1967; Paulo Merêa, *História e Direito (Escritos Diversos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1967; Guilherme Braga da Cruz, *O direito subsidiário na história do direito português*, Coimbra, FLUC, 1975; Ruy de Albuquerque, *O Direito de Regresso em Matéria de Represálias (Estudo de História do Direito, Sécs. XV-XVI)*, Coimbra, s.n., 1975; Martim de Albuquerque, *Jean Bodin en la Península Ibérica (ensayo de historia de las ideas políticas y del derecho publico)*, Dissertação de Doutoramento, Madrid, FDUComp, 1976; Martim de Albuquerque, *O Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação*, Paris, FCG, 1982.

¹⁶ Por exemplo, José Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, FCH-UNL, 1994 (precedido por um resumo geral em francês intitulado “Le Tribunal du Desembargo do Paço (Portugal, 1750-1833)”, *IC*, v. XIX, 1992, pp. 169-188); Pedro Cardim, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998; António Pedro Ribeiro dos Santos, *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*, Lisboa, ISCSP, 1999; Judite Cavaleiro Paixão; Cristina Cardoso, Maria Alexandra Lourenço & Fernando Antunes, *O Tribunal de Contas (1911-1930). Do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1911-1919) ao Conselho Superior de Finanças (1919-1930)*, Lisboa, TContas, 2005; Nuno Camarinhas, *Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime. Portugal e o Império Colonial, Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, FCG, 2010; Álvaro Garrido; Leonor Freire Costa & Luís Andrade (orgs.), *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012.

jurídicas¹⁷, mesmo depois, de, estruturalmente, fatores externos, muitas vezes ligados à reforma do ensino jurídico¹⁸, impelirem para a tecnificação estéril do Direito¹⁹ e ao desprezo pelos saberes que o enquadram e permitem a sua melhor compreensão e desenvolvimento científicos²⁰.

¹⁷ Só de estudos monográficos recentes registam-se, António Vasconcelos Saldanha, *As Capitánias. O regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1991; António Manuel Hespanha, *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994; José Duarte Nogueira, *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos Primórdios ao Século da Universidade (Contribuição para o seu Estudo)*, Lisboa, s.n., 1994; Rui de Figueiredo Marcos, *As Companhias Pombalinas. Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1997; Luís Bigotte Chorão, *O Periodismo Jurídico Português do Século XX. Páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista*, Lisboa, INCM, 2002; António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, Coimbra, Almedina, 2003; Mário Reis Marques, *Codificação e Paradigmas da Modernidade*, Coimbra, s.n., 2004; Eduardo dos Santos, *Regimes de Terras no Ex-Ultramar Português*, Lisboa, ISCSP, 2004; António Manuel Hespanha, *Direito, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004; José Duarte Nogueira, *Lei e Poder Régio. I. As Leis de Afonso II*, Lisboa, AAFDL, 2006; Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*, Coimbra, Almedina, 2009; Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Terra de Santa Maria. Terra-Mãe do Primeiro Portugal. Estudo de Direito-Político Medieval Hispânico sobre a Independência de Portugal (1096-1179)*, Santa Maria da Feira, CVCSMF, 2005, *passim*; José Domingues, *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, Sintra, Zefiro, 2008; Gonçalo Sampaio e Mello, *Guilherme Braga da Cruz. Perfil Biográfico*, Tese de Doutoramento, FDUL, 2009; António Manuel Hespanha, *Hércules Confundido. Sentidos Improváveis e Incertos do Constitucionalismo Português Oitocentista. O Caso Português*, Curitiba, Juruá, 2009; Fernando Luso Soares, *Ensaio para a História da Formação do Direito Medieval Português (o Elemento Romano)*, Lisboa, Prefácio, 2009; Carlos Sardinha, *Alta-Traição e Lesa-Majestade. Germanismo e romanismo na história do direito visigótico primitivo*, Lisboa, UCP, 2011; Susana Videira Branco, *Uma Leitura Jurídica da Questão Social – Contributo para a História das Ideias Políticas no Portugal Contemporâneo*, Tese de Doutoramento, FDUL, 2011; Filipe de Arede Nunes, *Estado Novo, Casamento e Código Civil. Contributo para o Estudo da História do Pensamento Político Português*, Lisboa, AAFDL, 2011; Joana Liberal Arnaut, *A Inteligência das Leis. Os 'Elementos da Hermeneutica do Direito Portuguez' de José Manuel Pinto de Sousa (1714-1818) professor e diplomata*, Lisboa, UCP, 2011; Isabel Banond de Almeida, *A ideia da liberdade em Portugal. Do contratualismo absolutista às sequelas do Trénio Vintista*, Coimbra, Almedina, 2012; Ana Margarida Seixas, *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FDUL, 2012; Miguel Lopes Romão, *'Pervertidos, Duvidosos e Melhorados': Prisão, Degredo e Pensamento Penitenciário em Portugal (1820-1936)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FDUL, 2012; Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Casamento em Portugal. Um Esboço*, Lisboa, UCP, 2013; Isabel Graes, *O poder e a justiça em Portugal no Século XIX*, Lisboa, AAFDL, 2014; Sílvia Alves, *Punir e Humanizar. O Direito Penal Setecentista*, Lisboa, FCG, 2014; AAVV, *Figuras do Judiciário. Séculos XIX-XX*, Coimbra, Almedina, 2014.

¹⁸ Em geral, a este respeito ver Jorge Miranda, "Sobre a aplicação da Declaração de Bolonha às Faculdades de Direito", *RFDUL*, v. 45, nº 1 e 2, 2004, pp. 537-550, e A. Santos Justo, "A Declaração de Bolonha e a Reforma do Ensino do Direito", *BFDUC*, v. 79, 2003, pp. 615-626, no geral com perspetivas críticas.

¹⁹ Um fenómeno que ocasionalmente ataca em vários espaços. Ver Gizlene Neder, "Apresentação" in: id. (org.), *História & Direito. Jogos de Encontros e Transdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, Revan, 2007, pp. 9-13, sobre o Brasil.

²⁰ Tendo sido desenvolvimento preocupante para docentes que se ocupam dessas áreas, embora nem sempre numa perspetiva derrotista para o seu futuro académico-curricular (cf. José Duarte Nogueira, *História do Direito Europeu. Relatório sobre o Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático da Disciplina*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, *passim*, considerando que, sendo uma reforma educacional europeia, poderia abrir espaço para uma disciplina de 'integração europeia' como a que propõe este autor, assente no conhecimento dos aspetos comuns da história jurídica continental).

Há outra tradição não menos influente na doutrina e na academia portuguesas que aposta em encontrar na História Jurídica elementos importantes para somar aos esforços hermenêuticos e explicativos de institutos relevantes do Direito Público contemporâneo – regra geral através de uma abordagem evolutiva do instituto objeto desta investigação²¹ – que tem marcado metodologicamente o desenvolvimento de muitas teses de Direito Internacional e de Direito Constitucional de Lentes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Jorge Bacelar Gouveia²², Nuno Piçarra²³, Teresa Beleza²⁴; Carlos Feijó²⁵; Paulo Pulido Aragão²⁶ e Andreia Pinto Oliveira²⁷) ou que foi utilizada como enquadramento teórico central para a apresentação das suas teses (como Tiago Duarte²⁸, Helena Pereira de Melo²⁹) e de outras áreas³⁰ e instituições portuguesas³¹. Destarte, até onde é possível estabelecer este tipo de fronteiras, este

²¹ Regista-o António Pedro Barbas Homem, *História do Pensamento Jurídico. Relatório de uma Disciplina Apresentado no Concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 18-21, e Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Ensinar História das Relações Internacionais numa Faculdade de Direito Após o 11 de Setembro. Relatório sobre Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino da Disciplina de História das Relações Internacionais apresentado ao Concurso para Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 14-17 (que notam este mesmo proceder em estudos monográficos de Direito Público e de Direito Privado defendidas na sua instituição).

²² Cf. Jorge Bacelar Gouveia, *O estado de excepção no Direito. Entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998, p. 50, e também *Os Direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, Aequitas/Ned, 1995, pp. 251-287, destacando a importância da História e aplicando os seus métodos ao seu estudo.

²³ Nuno Piçarra, *O Inquérito Parlamentar e os seus Modelos Constitucionais. O Caso Português*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 46-48, que destaca a importância de se conhecer as experiências constitucionais britânica, norte-americana e francesa para se compreender o constitucionalismo ocidental e os modelos de inquérito parlamentar, metodologia, aliás, que já tinha sido seguida na sua investigação de mestrado intitulada *A separação dos poderes como doutrina e como princípio constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

²⁴ Teresa Beleza, *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Lisboa, AAFDL, 1990, pp. 109-269.

²⁵ *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural de Angola*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 255-361.

²⁶ *A Liberdade Religiosa e o Estado*, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 25-118.

²⁷ *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa. Âmbito de Protecção de um Direito Fundamental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

²⁸ Tiago Duarte, *A Lei por Detrás do Orçamento. A Questão Constitucional da Lei do Orçamento*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 23-138.

²⁹ Helena Pereira de Melo, *Implicações jurídicas do projecto de genoma humano. Constituirá a discriminação genética uma nova forma de apartheid*, Porto, FMUP, 1997, pp. 101-155, a partir da discussão com a história do pensamento filosófico-político.

³⁰ Ver também Cláudia Trabuco, *O Direito de Reprodução de Obras Literárias e Artísticas no Ambiente Digital*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 109-123, e na senda de trabalhos clássicos sobre o Direito Privado português como o de António Menezes Cordeiro, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 1984, v. I, *passim*, e Frederico Costa Pinto, *A Categoria de Punibilidade na Teoria do Crime*, Coimbra, Almedina, 2013.

³¹ Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, refira-se José de Melo Alexandrino, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2006, v. I (“Raízes e Contexto”); muitas teses recentes na área do Direito Penal – e.g., Paulo de Sousa Mendes, *O Torto Intrinsecamente Culposos como Condição Necessária da Imputação da Pena*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007; Augusto Silva Dias, *Delicta in Se e Delicta Mere Prohibita. Uma*

estudo não pretende, na sua essência, fazer História do Direito no sentido clássico³², objetivo que teria uma validade intrínseca inquestionável, não cabendo a acusação inversa de ‘antiquarismo’³³ por não levar em conta o presente. Outrossim, simplesmente, pretende-se usar a História, e aqui com a devida vénia e no bom sentido, para tentar responder a uma questão fundacional e prática da atualidade³⁴, um propósito que também não aceita a acusação de ‘presentismo’ com que os mais puristas tacham tais empreitadas³⁵. O objetivo foi de elaborar uma História Jurídica diferente, feita a partir de uma perspectiva publicista, que não tem o intuito – ainda que o faça indiretamente – de apresentar a natureza, a organização, o funcionamento do Direito, de um dos seus ramos ou instituto, nem sequer das suas ideias num determinado período de tempo³⁶, mas de nela encontrar elementos para compreender de modo pragmático o

análise das Descontinuidades do Ilícito Penal Moderno à Luz da Reconstrução de uma Distinção Clássica, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, têm feito uso do mesmo recurso, ainda que, pela natureza dos objetivos, focando a evolução do pensamento nessa área para dela tirar elementos relevantes para a construção dogmática. Veja-se ainda Jorge Reis Novais, *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito. Do Estado de Direito Liberal ao Estado Social e Democrático de Direito*, Coimbra, s.n., 1987; Jónatas Machado, *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva. Dos Direitos da Verdade aos Direitos do Cidadão*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, pp. 53-126; António de Araújo, *A Revisão Constitucional de 1997. Um Ensaio de História Político-Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999; Fernando Alves Correia, *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 93-166; Luís Cabral de Moncada, *Lei e Regulamento*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, pp. 31-157; e Vera Raposo, *O Poder de Eva. O Princípio da Igualdade no Âmbito dos Direitos Políticos*, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 39-55.

³² Que ainda continua a ser concebida como hermeticamente fechada a preocupações mais pragmáticas do presente, como se pode inferir de posições tomadas por vários especialistas desse domínio do saber jurídico. Cf. em contexto particular da discussão da História do Direito de um período particularmente polémico, Michael Stolleis, “Biases and Value Judgement in the Study of National Socialist Legal History” in: *The Law under the Swastika. Studies in Legal History in Nazi Germany*, Chicago, UChiP, 1998, pp. 25-39, 38, com uma visão mais purista, válida como é natural, mas exclusivista em relação a outras abordagens.

³³ Cf. uma crítica a esta concepção em Jim Phillips, “Why Legal History Matters”, *VUWLR*, v. 41, n. 3, 2010, pp. 293-316.

³⁴ Veja-se, com a mesma posição, o importante historiador do Direito Constitucional Italiano, Maurizio Fioravanti (‘Costituzionalismo e storia del pensiero giuridico. Intervista al professor Maurizio Fioravanti’, Joaquin Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista eletrónica), n. 14, 2013, pp. 583-610, texto disponível na página do periódico, a qual pode ser encontrado no sítio da rede desta revista eletrónica de História Constitucional:

<http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/18/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014), p. 599.

³⁵ Conforme se diz numa importante obra sobre a história das intervenções humanitárias unilaterais – D. J. B. Trim, “Conclusion: Humanitarian Intervention in Historical Perspective” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 381-401 –, não há nada de equivocado em partir de preocupações do presente para tentar conhecer a evolução de um determinado instituto jurídico (p. 386), perspectiva também adotada por um importantes historiador dos direitos humanos, Samuel Moyn, *Human Rights and the Uses of History*, London, Verso, 2014, Preface).

³⁶ Neste sentido, a preocupação de alguns Historiadores do Direito como Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 34-35, com alguma pureza motivacional do autor de qualquer estudo histórico, no sentido de não ter outras intenções dogmáticas ou teórico-filosóficas parece claramente exagerada e hermética, a ideia também exposta noutro texto, em que discute as três formas de associar a História ao Direito, denominadas “history in

presente³⁷ de um instituto jurídico-político importante³⁸, com a justificação de que determinadas questões internacionais contemporâneas, particularmente aquelas que podem ser consideradas de fronteira, simplesmente não puderem ser integralmente apreendidas sem o concurso da História³⁹. E o mesmo ocorre com questões constitucionais que envolvem a política externa e o Direito Internacional⁴⁰.

Tendo presente o risco de tal metodologia⁴¹, não significa que desta empreitada resulte uma História ideológica, instrumental⁴², negativamente tradicional⁴³ ou sequer

law”, “law in history” e “history of law”, exclui retira carácter histórico à primeira, precisamente a que é normalmente conduzida nos estudos histórico-jurídico feitas por não historiadores do Direito (p. 144) (Randall Lesaffer, “Law and History. Law between Past and Present” in: Bart van Klink & Sanne Taekema (eds.), *Law and Method. Interdisciplinary Research in Law*, Tübingen, MohrS, 2011, *passim*, pp. 133-152).

³⁷ Discorrendo a respeito desta ideia em estreito debate com os historiadores que negam a legitimidade desta relação, J.H. Hexter, “The Historian and His Day” in: *Reappraisals in History*, London, LG, 1961, pp. 1-13, advogando precisamente uma linha não ortodoxa e tolerante dos diversos modos de fazer a História; ainda mais apologético, é Pietro Costa, “Lawyers and the Vital Relationship between Past and Present”, *GLJ*, v. 7, n. 2, 2003, pp. 87-92, e, usando esta orientação para esclarecer desenvolvimentos contemporâneos do Direito Constitucional italiano, Maurizio Fioravanti, *Costituzione e popolo sovrano. La Costituzione italiana nella storia del costituzionalismo moderno*, Bologna, IMul, 1998, *passim*; a partir da perspectiva do direito comparado, B. S. Markesinis, “The Comparatist (or a Plea for a Broader Legal Education)” in: *Foreign Law & Comparative Methodology. A Subject and a Thesis*, Oxford, Hart, 1997, pp.15-35 (considerando que o conhecimento do passado pode ajudar a entender o presente) (p. 27).

³⁸ Ver igualmente, Christian Joerges & Navraj Singh Galeigh (eds.), *Darker Legacies of Law in Europe: The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and Its Legal Traditions*, Oxford, Hart, 2003; Chris Thornhill, *A Sociology of Constitutions. Constitutions and State Legitimacy in Historical-Sociological Perspective*, Cambridge, UK, CUP, 2011, com o mesmo enfoque, ou ainda vários estudos sobre o princípio da separação de poderes – e.g., o de M.J.C. Vile, *Constitutionalism and the Separation of Powers*, 2. ed., Indianapolis, IN, 1998 – os quais não seriam sequer possíveis fora de um enquadramento histórico.

³⁹ São os casos que, concretamente, motivaram a utilização desta mesma perspectiva nos estudos de Gerry Simpson, *Great Power and Outlaw States. Unequal Sovereigns in the International Legal Order*, Cambridge, UK, CUP, 2004; Ole Spierman, *International Legal Argument on the Permanent Court of International Justice. The Rise of the International Judiciary*, Cambridge, UK, CUP, 2004; Alfred Rubin, *The Law of Piracy*, Honolulu, UPPac, 2006; David Heller-Roazen, *The Enemy of All. Piracy and the Law of Nations*, New York, ZB, 2009, ou, ainda, Ed Bates, *The Evolution of the European Convention on Human Rights. From its Inception to the Creation of a Permanent Court of Human Rights*, Oxford, OUP, 2010, bem assim como a exposição geral de Emmanuelle Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012, p. 8.

⁴⁰ Cf., e.g., as abordagens de Francis Wormuth & Edwin Firmage, *To Chain the Dog of War. The War Power of Congress in History and Law*, 2. ed., Urbana, UIP, 1989; Louis Fischer, *Presidential War Power*, 2. ed., Lawrence, KA, UKP, 2004; John Yoo, *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005; Brien Hallet, *Declaring War. Congress, the President, and what the Constitution does not Say*, New York, CUP, 2012; Stephen Griffin, *Long Wars and the Constitution*, Cambridge, Mass, HUP, 2013; Mariah Zeisberg, *War Powers. The Politics of Constitutional Authority*, Princeton, PUP, 2013; Rosara Joseph, *The War Prerogative. History, Reform and Constitutional Reform*, Oxford, UK, OUP, 2013.

⁴¹ Pietro Costa, “In Search for the Legal Text: Which Text for Which Historian?” in: Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 158-182, alerta para esses riscos de instrumentalização da História tomando como base outro estudo de sua autoria.

⁴² Partilhámos da opinião dos que entendem que não há uma incompatibilidade natural entre um olhar sobre o passado tendo em mente a intenção de somar-lhe elementos novos para se conhecer o presente e os cânones mais consensuais da metodologia da História que se pretende séria, não manipuladora, independentemente dos factos e do entendimento que dela resultarem para o problema que fez originar o inquérito retrospectivo. As sábias reflexões de José Mattoso, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*,

progressista ao estilo que se censura nas visões liberais da História de determinadas realidades. O uso da História aqui é meramente “utilitarista”⁴⁴, mantendo, não obstante, a abertura de espírito para, até onde possível, resistir à tentação de ser mero meio de justificação de conclusões previamente fixadas para a tese⁴⁵, no sentido do que alguns têm chamado de ‘História Jurídica Internacional de Ministério dos Negócios Estrangeiros’⁴⁶, vinculada, até onde possível, à adoção dos deveres do historiador de ser imparcial, buscar a verdade e não ter preconceitos⁴⁷. Apesar de uma hipótese concreta ter inspirado a aventura que se tentou fazer pela História, esta não determinaria necessariamente o seu fim, e nem a exclusão dos períodos mais sombrios da evolução do Direito da civilização europeia e da sua projeção intercivilizacional⁴⁸, das suas continuidades e descontinuidades⁴⁹, que, nos últimos quinhentos anos, têm guiado a História e moldado o Direito Público. A História foi utilizada não como instrumento de suporte de uma tese afirmativa sobre a natureza de um instituto jurídico, mas como reforço da dúvida que nos impeliu a dela fazer uso como recurso.

De outra parte não se procedeu à repetição dos aspetos evolutivos do sistema jurídico atualmente em vigor, nem do papel da História na criação e identificação de normas costumeiras ou na interpretação e transformação de normas convencionais. Afinal, em relação à primeira, esta já foi necessária para se poder apresentar o estado do

Lisboa, EE, 1988, p. 22, vêm a propósito, já que concluem que do passado deve-se reter e transmitir não só o que agrada, mas também o que incomoda e o que põe em causa as intuições e interpretações de quem o busca conhecer.

⁴³ Embora, como lembra Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory” in: Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, pp. 196-214, mesmo a história jurídica tradicional, ainda que o objeto será especificamente histórico, tem como bússola o presente (p. 94).

⁴⁴ Num outro estudo, Jean Hilaire, *Le droit, les affaires et l'Histoire*, Paris, Economica, 1995, p. 4, ao fixar o objeto e a metodologia do seu estudo histórico, chamava a atenção para este objetivo legítimo de uma abordagem histórica do Direito.

⁴⁵ José Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco, *Interpretación Histórica del Derecho. Notas. Esquemas. Prácticas*, Madrid, Servicio de Publicaciones, FDUComp, 1996, p. 96, acrescentando que é o único meio de manter a imparcialidade, apesar da possibilidade de ‘contaminação ideológica’ inconsciente que atinge todos; Michael Stolleis, “‘Hard but just’: Military Justice in the Service of National Socialism” in: *The Law under the Swastika. Studies in Legal History in Nazi Germany*, pp. 145-154.

⁴⁶ Mencionado e desenvolvido por David Bederman, “Foreign Office International Legal History” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, pp. 43-63, que lhe atribui as seguintes características: a) falta de rigor analítico na investigação histórica; b) uso seletivo de materiais históricos; c) utilização de metodologias descuidadas e estratégicas na avaliação das fontes históricas; d) instrumentalização aberta ou implícita na seleção de dados históricos e/ou nas conclusões inferidas desse material; e) falta de vontade ou inabilidade na aceitação de ambiguidade ou incompletude nos registos históricos (p. 46).

⁴⁷ Segue-se aqui as linhas de A. da Silva Rego, *Lições de Metodologia e Críticas Históricas*, pp. 150-152.

⁴⁸ Veja-se, por exemplo, os artigos reunidos em Christian Joerges & Navraj Singh Galeigh (eds.), *Darker Legacies of Law in Europe: The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and Its Legal Traditions, passim*, e, num prisma mais geral, Walter Mignolo, *The Darker Side of Western Modernity. Global Futures, Decolonial Options*, Durham, DUP, 2011.

⁴⁹ Pietro Costa, “Lawyers and the Vital Relationship between Past and Present”, p. 88.

Direito Internacional que se aplica às intervenções humanitárias na atualidade. A evolução da prática internacional também pressupõem análises históricas⁵⁰, designadamente em relação à regulação das intervenções humanitárias depois de 1945, assim como o seu faseamento e outras operações; mesmo a mais estática interpretação de normas convencionais tem o seu elemento histórico-evolutivo e o recurso aos *travaux* uma possibilidade concreta muito mais forte⁵¹ do que a leitura literal da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados entre Estados sugere; o mesmo podendo ser mencionado das Constituições e outros atos normativos de Direito interno que foram discutidos nesta introdução geral⁵². Mas, mau-grado a sua importância, nada disto é central para esta tese.

O Direito Internacional não só não é diferente como, provavelmente, em função do seu percurso específico, requer ainda mais essa reconstrução evolutiva⁵³, nos termos em que, embora sem continuidade, já foi perseguido por muitos⁵⁴. Depois de um longo período de desinteresse geral⁵⁵, constata-se uma *historical turn*⁵⁶ e a sua (re)encontrada

⁵⁰ Vide Anthony Carty, “Distance and Contemporaneity in Exploring the Practice of States: The British Archives in Relation to the 1957 Oman and Muscat Incident” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, pp. 231-241.

⁵¹ Ver a recente discussão de Julian Davis Mortenson, “The *Travaux* of *Travaux*: Is the Vienna Convention Hostile to Drafting History?”, *AJIL*, v. 107, n. 4, 2013, pp. 780-822, e antes, Jan Klabbers, “Reluctant *Grundnormen*: Articles 31 (3) (C) and 42 of the Vienna Convention on the Law of Treaties and the Fragmentation of International Law” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, pp. 143-161.

⁵² Veja-se, de um dos mais famosos defensores desta ideia na atualidade, Antonin Scalia, “Originalism: the Lesser Evil” in: David O’Brien (ed.), *Judges on Judging. Views from the Bench*, 4. ed., Thousand Oaks, Cal., CQ Press, 2013, pp. 228-236.

⁵³ E.g., Matthew Craven, “Introduction: International Law and its Histories” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, pp. 1-25 (dizendo que, no fundo, todo o internacionalista é, pela natureza da área, que todos seriam também ‘historiadores’) (p. 6), e Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, p. 29 (sublinhando que a importância da História relaciona-se com o papel do costume no Direito Internacional). No mesmo sentido, Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, p. 42 (“Na análise das normas jurídicas internacionais não nos podemos alhear de um estudo histórico e político”).

⁵⁴ Cf. J.H.W. Verzijl, *International Law in Historical Perspective*, Leiden, Sijthoff, 1968-1978, do qual, para os efeitos do argumento e desta tese, interessarão sobretudo os volumes I e IX; complementarmente ver discussão clássica sobre a aplicação do método histórico ao estudo do Direito Internacional em A. J. Leonart, *Investigación Científica y Derecho Internacional*, Madrid, CSIC, 1981, pp. 253-254.

⁵⁵ Que, ainda no início do século, espantava alguns analistas, como Ingo Hueck, “The Discipline of the History of International Law – New Trends and Method on the History of International Law”, *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 194-217.

⁵⁶ Ver George Bandeira Galindo, “Martti Koskenniemi and the Historiographical Turn in International Law”, *EJIL*, v. 16, n. 3, 2005, pp. 539-559, especialmente pp. 557-559, numa ideia já avançada, embora por motivos diferentes, há quase meio século por Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, New York, MM, 1950, p. 1.

veia histórica⁵⁷, com um movimento claro rumo à autonomização epistemológica⁵⁸, com a criação de fóruns próprios de discussão com a edição de coleções editoriais⁵⁹ e revistas especializadas⁶⁰, e com a sua integração ocasional como disciplina ou tópico do ensino jurídico⁶¹, para além do número cada vez maior de manuais, que vão sendo publicados um pouco por toda a parte⁶². Percurso similar tem caracterizado a História do Direito Constitucional⁶³, com o surgimento de periódicos próprios⁶⁴, manuais com

⁵⁷ Cf. Martti Koskeniemi, “Why History of International Law Today?”, *ZMPIER*, v. 4, 2004, pp. 61-66; Matthew Craven, “Introduction: International Law and its Histories”, pp. 1-25, e Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, *passim*.

⁵⁸ Veja-se uma tentativa de discussão em Philip Allot, “International Law and the Idea of History”, *JHIL*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 1-21.

⁵⁹ Entre as principais, que integral ou parcialmente, se dedicam à História do Direito Internacional, destacam-se a *Studien zur Geschichte des Völkerrechts*, Bardo Fassbender; Milos Vec & Wolfgang Graf Vitzthum (hrg.), Baden-Baden, Nomos: <http://www.nomos-shop.de/reihenpopup.aspx?reihe=254> e na página da rede da Sociedade Max Planck:

http://www.rg.mpg.de/pt/publikationen/schriftenreihen/studien_zur_geschichte_des_v.cfm, acessos a 13 de setembro de 2014; *Studies in the History of International Law*, Randall Lesaffer (ed.), Leiden, Brill, disponível em <http://www.brill.com/publications/studies-history-international-law>, acesso a 7 de setembro de 2014, que faz parte da *Library of Legal History*; *The History and Theory of International Law*, Neil Butha; Anthony Pagden & Benjamin Straumann, Oxford, UK, OUP (v. <http://ukcatalogue.oup.com/category/academic/series/law/htil.do>, acesso a 7 de setembro de 2014).

⁶⁰ Veja-se a propósito, Emmanuelle Tourme Jouannet & Anne Peters, “The *Journal of the History of International Law*: A Forum for New Research”, *JHIL*, v. 16, n. 1, 2014, pp. 1-8.

⁶¹ Seguir, por todos, Milos Vec, “National and Transnational Legal Evolutions – Teaching History of International Law” in: Kjell Modéer & Per Nilsén (eds.), *How to Teach European Comparative Legal History. Workshop at the Faculty of Law. Lund University 19-20 August 2009*, Lund, JIL, 2011, pp. 25-38.

⁶² Estudos de excelente qualidade integralmente dedicados à história do direito internacional têm vindo a lume. Ver Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, *passim*; Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público. Hasta el Congreso de Viena [Geschichte des Völkerrechts. Bis zum Wiener Kongress]*, A. Truyol y Serra (trad. Espanhola), Madrid, Aguillar, 1971; Karl Heinz Ziegler, *Völkerechtsgeschichte: Ein Studienbuch*, 2. Auf., München, Beck, 2007; Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995; Henri Legohérel, *Histoire du Droit International Public*, Paris, PUF, 1996; Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, Michael Byers (trad.), Berlin, DG, 2000, *passim*; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l'antiquité à l'aube du période contemporaine*, Rennes, PUR, 2005; Marie-Hélène Renaut, *Histoire du droit international public*, Paris, Ellipses, 2007; Douglas Johnson, *The Historical Foundations of World Order. The Tower and the Arena*, The Hague, MN, 2008; Carlo Focarelli, *Introduzione Storica al Diritto Internazionale*, Milano, Giuffrè, 2012; Emmanuelle Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, *passim*; Stephen Neff, *Justice Among Nations. A History of International Law*, Cambridge, Mass, HUP, 2014; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International. De l'Antiquité à la Création de l'ONU*, Rennes, PUR, 2014. A estas acrescem algumas obras coletivas que, pela sua natureza, assumem forma diferente, mas são importantes exposições sistemáticas das principais questões relevantes. São casos de Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, *passim*, e Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012.

⁶³ Cf., por exemplo, R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, Cambridge, UK, CUP, 1995, pp. 1-6, recuperando precisamente os desafios colocados ao desenvolvimento geral da História do Direito Público, particularmente em relação à do Direito Privado.

⁶⁴ É de se assinalar também o surgimento de várias revistas especializadas, como a espanhola *História Constitucional* e a italiana *Giornale di Storia Costituzionale*, cuja razão de criação foi precisamente preencher o vazio de publicações nessa matéria (cf. Luigi Lacchè, Roberto Martucci, Luca Scuccimarra, “Per la storia costituzionale, dieci anni dopo”, *GSC*, n. 19, 2010, pp. 5-14).

perspetivas histórico-comparadas⁶⁵, que se afastam da centralização da histórica jurídica na História do Direito Privado⁶⁶ e procuram a alocação da História do Direito Público à mais abrangente História das Instituições⁶⁷.

Apesar do *revival* internacional dos estudos históricos do Direito Internacional e até do Constitucional, em Portugal e noutros países de língua portuguesa, a produção mantêm-se a um nível relativamente reduzido. É verdade que existe a publicação ocasional de monografias importantes⁶⁸, muito embora deixando as obras mais sistemáticas para a História das Relações Internacionais⁶⁹, o que, diga-se, não deixa de ser proporcional ao peso geral da área do Direito Internacional na investigação jurídica local. No concernente ao Direito Constitucional tem-se observado um movimento mais equilibrado de exposições gerais⁷⁰ e alguns estudos mais monográficos de folêgo⁷¹.

⁶⁵ R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, *passim*, e Maurizio Fioravanti, *Costituzionalismo. Percorsi della storia e tendenze attuali*, Roma-Bari, Laterza, 2009.

⁶⁶ Ver sobre a História do ensino e da investigação da História do Direito Público, e da sua secundarização tradicional face à História do Direito Privado, em *Ibid.*, pp. 4-5 (que fala num “secondary role of public as compared to private law”) (p. 5).

⁶⁷ Por todos, António Pinheiro Torres, *Breve História das Instituições e a Formação do Direito Português*, s.l., AbA, 2011, e os clássicos de António Hespanha, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982, e de Martim de Albuquerque, “História das instituições: relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino”, *RFDL*, n. 25, 1984, pp. 101-192.

⁶⁸ E aqui é importante registar as teses sobre a História do Direito Internacional de António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, 2. ed., Lisboa, ISCSP, 2005; de Eduardo Vera-Cruz Pinto, *História do Direito Comum. Ius Commune Humanitatis ou Lex Mundi?*, Lisboa, AAFDL, 2006, e Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, QJ, 2012.

⁶⁹ Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Apontamento de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 1998; *id.*, *Ensinar História das Relações Internacionais numa Faculdade de Direito Após o 11 de Setembro. Relatório sobre Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino da Disciplina de História das Relações Internacionais apresentado ao Concurso para Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, *passim*, e António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003.

⁷⁰ Veja-se Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006 e, antes, *id.*, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1995, bem como as contribuições dos manuais de J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7. ed., Coimbra, Almedina, 2003, pp. 125-188; Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 391-481; Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 9. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011, t. I, pp. 241-332. Igualmente importante é a leitura de Isabel Banond de Almeida, *História do Constitucionalismo no Âmbito dos Direitos Fundamentais. Relatório de uma disciplina apresentada no concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, UFDL, 2010.

⁷¹ E.g., António Manuel Hespanha, *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII*; António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*; Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*; António Manuel Hespanha, *Hércules Confundido. Sentidos Improváveis e Incertos do Constitucionalismo Português Oitocentista. O Caso Português*; Joana Liberal Arnaut, *A Inteligência das Leis. Os ‘Elementos da Hermeneutica do Direito Português’ de José Manuel Pinto de Sousa (1714-1818) professor e diplomata*; Isabel Banond de Almeida, *A ideia da liberdade em Portugal. Do contratualismo absolutista às sequelas do Trénio Vintista*; Isabel Graes, *O poder e a justiça em Portugal no Século XIX*.

São de se notar e exaltar alguns trabalhos de grande utilidade pedagógica e/ou científica⁷² que podem acrescer e idealmente revitalizar a área no espaço lusófono, ainda que, necessariamente possa haver limitações à extensão do impacto internacional de todas essas contribuições – designadamente desta – particularmente no que diz respeito a temas mais gerais e menos ligados a experiências lusitanas ou os outros países de língua portuguesa.

O impacto da guerra na História do Direito já foi constatado e documentado em outros momentos, destacando-se as mudanças paradigmáticas que pode suscitar⁷³. Porém, curiosamente, não tem havido muitos estudos sobre a História em si ou que utilizem uma perspectiva evolutiva na área do Direito Internacional que abranje este domínio (a segurança internacional e a guerra)⁷⁴. Existe ainda um punhado de estudos históricos sobre as intervenções humanitárias no Direito Internacional⁷⁵, aos quais se juntam os estudos mais dogmáticos sobre o assunto, que costumam incluir uma parte histórica⁷⁶. No âmbito do Direito Constitucional, os estudos históricos abrangentes

⁷² Por exemplo, a criação de bases de dados e compilações de materiais que nos últimos anos tem facilitado o acesso às fontes. Ver Ruy de Albuquerque & Martim de Albuquerque, *História do Direito Português. Elementos Auxiliares*, Lisboa, PF, 1992; António Manuel Hespanha, “A Digitalização da Doutrina Jurídica Portuguesa (c.1800-c.1910)”, *HC* (revista electrónica), n. 8, 2007, pp. 357-359, disponível no sítio da rede da especialidade:

<http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/9/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014; Jorge Miranda (org.), *Textos Históricos do Direito Constitucional*, Lisboa, INCM, 1980; José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Porto, UCP, 1999; Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 5. ed., Lisboa, Petrony, 2004; António Barbas Homem; Jorge Silva Santos & Clara Álvarez Alonso (comp.), *Constitutional Documents of Portugal and Spain 1808–1845 / Textos constitucionais de Portugal e Espanha 1808–1845 / Textos constitucionales de Portugal y España 1808–1845/Verfassungsdokumente Portugals und Spaniens 1808–1845*, Berlin, DG, 2010; António Pedro Barbas Homem & Pedro Caridade de Freitas (orgs.), *Textos de Apoio de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2013; Ana Caldeira Fouto & Filipe Arende Nunes, *Textos de Apoio de História do Pensamento Político*, 2. ed., Lisboa, AAFDL, 2013.

⁷³ Mais recentemente, ver o trabalho de Mary Dudzak, “Law, War, and the History of Time”, *CLR*, v. 98, n. 5, 2010, pp. 1669-1709.

⁷⁴ Sharon Korman, *The Right of Conquest: The Acquisition of Territory by Force in International Law and Practice*, Oxford, UK, OUP, 1996, é notável exceção a esta conclusão.

⁷⁵ No geral sobre a História das Intervenções Humanitárias, cf. igualmente Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History, passim*; são úteis também Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista*, Madrid, UAM/Catarata, 2005, o trabalho dogmático de Francis Kofi Abiew, *Evolution of the Doctrine of Humanitarian Intervention*, Dordrecht, KL, 1999, pp. 21-59.

⁷⁶ São os casos de Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, Philadelphia, UPP, 1996, pp. 33-64, Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, Oxford, OUP, 2001, pp. 7-44. Na verdade, das principais exposições sistemáticas sobre as intervenções humanitárias, somente a obra de Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, não é levada em consideração em razão das suas bases mais filosófico-abstratas.

sobre a regulação da guerra são igualmente raros⁷⁷, o que é natural se se levar em conta que áreas ‘mestiças’ (neste caso a Constituição Internacional) não costumam, em geral, atrair o parceiro com maior notoriedade⁷⁸.

6.2. Aspetos metodológicos gerais da História do Direito Público

Mesmo um publicista a fazer História do Direito (Internacional e Constitucional), deverá, não obstante a ausência de formação em História, esforçar-se pela utilização de metodologias rigorosas⁷⁹ que caracterizam esse domínio e por assumir, nos limites das suas capacidades, as tarefas normalmente alocadas ao historiador em geral⁸⁰ e ao jushistoriador em particular⁸¹. Não ser especialista na matéria⁸² não conferirá uma excusa, que permita não seguir com algum rigor – muito embora não necessariamente isso decorra de uma obrigação⁸³, mas de orientações práticas⁸⁴ – os passos de produção do conhecimento que certificam o nobre e ancestral saber⁸⁵.

⁷⁷ É notória exceção Antonio Cassese, “Modern Constitutions and International Law”, *RCADI*, v. 192, 1985, pp. 331-476, que tenta abordar a evolução histórica desta matéria no seu Curso de Haia, e o recente José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional através dos Tempos e a sua Influência Geral sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: José Pina Delgado; Odair Barros Varela & Suzano Costa (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Edições ISCJS, 2014, pp. 73-131.

⁷⁸ Complementariamente, ver *Ibid.*, p. 75.

⁷⁹ Vide, por todos, AAVV, *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961; G. R. Elton, *The Practice of History*, Sidney, SidUP, 1967; Federico Chabod, *Lezione di metodo storico*, Roma, Laterza, 1973; AAVV, *Histoire et Méthode*, Bruxelles, EUB, 1981; Ciro Flamarion Cardoso & Héctor Pérez Brignoli, *Los métodos de la Historia. Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*, Barcelona, ECrit, 1981; Martha Howell & Walter Prevenier, *From Reliable Sources. An Introduction to Historical Methods*, Ithaca, CornellUP, 2001, e Peter Claus & John Marriot, *An Introduction to the Theory, Method and Practice*, Harlow, Pearson, 2002; na literatura portuguesa, A. da Silva Rego, *Lições de Metodologia e Críticas Históricas*, Lisboa, JIU, 1963.

⁸⁰ Cf. Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, 5. ed., Paris, AC, 1964.

⁸¹ Veja-se Michael Lobban, “Introduction: The Tools and the Tasks of the Legal Historian” in: Andrew Lewis & Michael Lobban (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004, pp. 1-32.

⁸² Expressão emprestada de Wilfrid Prest, “Lay Legal History” in: Anthony Musson & Chantal Stebbings (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, Cambridge, UK, CUP, 2012, pp. 196-214, que, no entanto, usa-o, no sentido contrário, do Historiador de formação a fazer História do Direito sem ter estudado ... Direito, mas que não deixaria de se aplicar ao Jushistoriador que não estudou ... História. Adicionalmente, Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory”, pp. 196-214,

⁸³ Ver o conceito de Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, s.l., s.n., 19??, p. 20, para quem “o método histórico-jurídico pode definir-se como o conjunto de regras técnicas que o historiador do direito deve observar para alcançar o fim que se propõe – a reconstituição dos sistemas jurídicos do passado”.

⁸³ São preciosas as observações de José Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco, *Interpretación Histórica del Derecho. Notas. Esquemas. Prácticas*, pp. 95-96, que destaca não existirem métodos milagrosos e que possam ser aplicados em qualquer situação. Há uma obrigação de seriedade, objetividade e rigor, mas fora isso pode-se amalgamar diversas técnicas de trabalho e metodologias.

⁸⁴ São preciosas as observações de José Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco, *Interpretación Histórica del Derecho. Notas. Esquemas. Prácticas*, pp. 95-96, que destaca não existirem métodos milagrosos e que

Apesar da sua importância e presença, fruto do intermitente interesse sistemático que tem gerado na Historiografia Jurídica Contemporânea⁸⁶, não há uma emancipação metodológica da História do Direito ao ponto de se poder identificar um modo de proceder que lhe seja universal⁸⁷ e característico⁸⁸ e muito menos prescindir de aportes das áreas gerais da História em matéria de periodização, recorte material do estudo ou seleção e tratamento de fontes⁸⁹. A multiplicidade de pontos de vista, objetos de estudo e interesses são tantos que tal pretensão estaria fadada a não se concretizar de forma minimamente duradoura. O que acontece é que os cânones histórico-metodológicos são incorporados em qualquer dimensão do fazer História, mau-grado a sua especialidade, mas, precisamente em razão dela, devem ser necessariamente ajustados e integrados nas características e necessidades do Direito. Neste sentido, adotou-se uma perspectiva aberta, não-dogmática, procurando-se identificar e aproveitar as escolas, áreas e metodologias que melhor permitiriam aceder ao conhecimento histórico que se pretende atingir⁹⁰. A escola histórica tradicional⁹¹, a marxista⁹², a de Cambridge⁹³, a do

possam ser aplicados em qualquer situação. Há uma obrigação de seriedade, objetividade e rigor, mas fora isso pode-se amalgamar diversas técnicas de trabalho e metodologias.

⁸⁵ Ver a respeito deste último aspeto, Andrew Feldherr & Grant Hardy (eds.), *The Oxford History of Historical Writing*, Oxford, OUP, 2011, v. I, e François Châtelet, *La Naissance de l' Histoire. La Formation de la Pensée Historienne en Grèce*, Paris, LEdM, 1962.

⁸⁶ Também ilustrada pela reduzida literatura que, hodiernamente, se preocupa em mapeá-la e estudá-la de forma minimamente sistemática, inserindo os seus últimos desenvolvimentos. São exceção Johannes-Michael Scholz (hrsg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, Frankfurt am Main, VK, 1977; Andrew Lewis & Michael Lobban (eds.), *Law and History*, *passim*; Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, *passim*; Anthony Musson & Chantal Stebbings (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, *passim*; em Portugal, algumas considerações são feitas por José Duarte Nogueira, "Objecto e Método na História do Direito (Algumas Considerações)" in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 241-261, e em António Pedro Barbas Homem, *História do Pensamento Jurídico. Guia de Estudo*, *passim*, e na influente apresentação de Ruy de Albuquerque, "História do Direito Português Relatório", *RFDL*, a. XXVI, 1985, pp. 105-256.

⁸⁷ Dag Michalsen, "WOZU - Rechtsgeschichte?", *ZMPIER*, v. 4, 2004, pp. 67-73, id., "Introduction: Reading Past Legal Texts" in: Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, pp. 9-22, especialmente 9-10, e Dirk Heirbaut, "Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory", p. 91 (que consideram faltar-lhe unicidade interna em razão da pluralidade de métodos e abordagens).

⁸⁸ Refiro-me ao método de trabalho específico de que nos fala André-Jean Arnaud, "Une méthode d'analyse structurale en histoire du droit" in: Johannes-Michael Scholz (hrsg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, pp. 263-346, esp. 265, que não decorre necessariamente uma metodologia autónoma.

⁸⁹ Há quem, como Randall Lesaffer, "Law and History. Law between Past and Present", p. 146, sustente que não há diferenças substanciais entre a metodologia da História do Direito e de outras subdisciplinas históricas.

⁹⁰ Uma desprezível, mas muito boa introdução, pode ser encontrada na obra de Jeremy Black & Donald Mac Ráil, *Studying History*, 2. ed., Basingstoke, MM, 2000, *passim*; outras apresentações mais ou menos atualizadas são as de Michael Bentley, *Modern Historiography. An Introduction*, London, Routledge, 1999; Guy Boré & Hervé Martin, *Les écoles historiques*, Paris, EdS, 1983; David Cannadine (ed.), *What is History Now?*, London, Palgrave-MM, 2004.

⁹¹ Representada, por exemplo, pela célebre expressão de Thomas Carlyle, *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* [1840] in: *Collected Works*, London, CaH, 1864, v. XII, p. 3, de acordo com a qual

pensamento político, intelectual e concetual⁹⁴, mesmo a dos *Annales* e a Micro-História⁹⁵, a História das Instituições, a do Estado e a do Poder⁹⁶, a História Social, Cultural e a Económica⁹⁷, a Universal, a Global, a Transnacional, a Internacional e a do Mundo⁹⁸, a Atlântica e a Mediterrânea⁹⁹, a Militar e da Guerra¹⁰⁰, a Imperial, a Colonial

“Universal History, the history of what man has accomplished in this world, is at the bottom the History of Great Men who have worked here. They were the leaders of men, the great ones”.

⁹² Em geral, sobre as concepções históricas marxistas, vide Karl Marx, “Concepção materialista da história” e “A inevitável vitória do proletariado” in: Patrick Gardiner (org.), *Teorias da História*, Vítor Matos e Sá (trad.), 5. ed., Lisboa, FCG, 2004, p. 155 e ss.

⁹³ A respeito da Escola de Cambridge e do seu método histórico, ver Quentin Skinner, *Visions of Politics: Regarding Method*, Cambridge, UK, CUP, 2002, pp. 81-126, e “A Reply to my Critics” in: James Tully (ed.), *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*, Cambridge, UK, Polity Press, 1988, pp. 231-288; para a sua aplicação a um estudo histórico concreto, vide o incontornável Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, Cambridge, UK, CUP, 1978, *passim*; da outra grande figura associada ao movimento, J. G. A. Pocock, *Political Thought and History. Essays in Theory and Method*, Cambridge, UK, CUP, 2009, e um tratamento geral David Boucher, *Texts in Context. Revisionist Methods for Studying the History of Ideas*, Dordrecht, MN, 1985; Quentin Skinner, “Sentido y comprensión de la Historia del pensamiento político”, Leonardo Montes (entrevista), *EP*, n. 118, 2010, pp. 57-67; por sua vez, sobre a História dos Conceitos popularizada por Reinhart Koselleck (v., dentre muitas importantes contribuições, *Futuro Passado, Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Vilma Maas e Carlos Almeida (trad.), Rio de Janeiro, PUC-RIO, 2006; id., “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”, *EH*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146 e *The Practice of Conceptual History. Timing History, Spacing Concepts*, Todd Presner (trad.), Stanford, SUP, 2002).

⁹⁴ Seguir, por exemplo, o debate promovido pela *Société d'Histoire Moderne & Contemporaine*, através da sua *RHMC*, v. 59, n. 4 bis (Especial: Regards sur l'Histoire Intellectuelle), 2012; Pierre Manent, *Histoire Intellectuelle du Libéralisme. Dix Leçons*, Paris, Hachette, 1987; e as obras dos juristas Diogo Freitas do Amaral, *História do Pensamento Político Ocidental*, Coimbra, Almedina, 2001, e Martim de Albuquerque, *Na Lógica do Tempo. Ensaios de História das Ideias Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012; Isabel Banond, *História das Ideias Políticas*, Cascais, Principia, 2014.

⁹⁵ De uma das suas principais figuras, Fernand Braudel, “Minha formação de historiador” in: *Reflexões sobre a História*, São Paulo, MF, 2002, pp. 3-31; igualmente *História e Ciências Sociais*, 6. ed., Lisboa, Presença, 1990; para aprofundamentos, cf. Stuart Clark, “The *Annales* Historians” in: Quentin Skinner (ed.), *The Return of Grand Theory to Social Sciences*, Cambridge, UK, CUP, 1985, pp. 177-198, José Carlos Reis, *A Escola dos Annales – A Inovação em História*, 2. ed., São Paulo, PeT, 2000; Sigurður Gylfi Magnússon & István M. Szijártó, *What is Microhistory? Theory and Practice*, London, Routledge, 2013; para discussões aplicadas à História do Direito, Johannes-Michael Scholz, “Historische Rechthistorie. Reflexionen anhand französischer Historik” in: id., (hrg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, pp. 1-175; Michaela Dlugosh, “Profession y Microhistória: El Fiscal del Tribunal Supremo y la Causa General en el Nuevo Estado Franquista”, *IC*, v. XXIV, 1997, pp. 319-326, e, sobre a aplicação desta metodologia, Robert Darnton, *The Great Cat Massacre: And Other Episodes of French Cultural History*, New York, BB, 1984, e Carlo Ginzburg, *Il Formaggio e i vermi. Il cosmo di un mignaiolo del '500*, Torino, Einaudi, 2009.

⁹⁶ Cf. Samuel Finer, *The History of Government from the Earliest Times: Ancient Monarchies and Empires; The Intermediate Ages; Empires, Monarchies and the Modern State*, Oxford, OUP, 1999 (para as traduções usaremos a versão portuguesa de Samuel Finer, *História do Governo*, José Espadeiro Martins (trad.), Lisboa, E-A, 2003), e, em Portugal, Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização, 2013.

⁹⁷ Por todos, AAVV, *A História Social. Problemas, fontes e métodos*, Maria Antonieta Magalhães Godinho (trad.), Lisboa, Cosmos, 1973; Miles Fairburn, *Social History. Problems, Strategies and Methods*, Basingstoke, MM, 1999; Peter Burke, *Varieties of Cultural History*, Cambridge, PP, 1997; id., *What is Cultural History?*, 2. ed., Cambridge, PP, 2008.

⁹⁸ Por exemplo, José Miguel Alonso Núñez, *El concepto de historia universal en el pensamiento contemporáneo. Indagaciones sobre la historiografía universal en el siglo XX*, Madrid, EdO, 1994; Jerry Bentley, “The Tasks of World History” in: id., (ed.), *Oxford Handbook of World History*, Oxford, OUP, 2011, pp. 1-16; Marc Thachtenberg, *The Craft of International History. A Guide to Method*, Princeton, PUP, 2006; C. A. Bayly, Sven Beckert, Matthew Connelly, Isabel Hofmeyr, Wendy Kozol & Patricia

e a Pós-Colonial¹⁰¹, mesmo a das “Índias”¹⁰² ou a do “Ultramar”¹⁰³ ou ainda a que foca em eventos concretos¹⁰⁴, aqui apresentadas de forma de genérica, sem atender às suas diferenças e sobreposições, todas têm elementos, perspectivas e metodologias relevantes que puderam ser aproveitadas para se efetuar a reconstrução pretendida. Atendendo que a fluidez metodológica, em muitos casos resultado do atraso relativo da História do Direito Público em relação à do Direito Privado, e a sua particularidade dentro da especialidade que já é a História do Direito, é muito maior na História do Direito Internacional e na História do Direito Constitucional, a definição da metodologia particular deste estudo deveria necessariamente ser perpassada pela pluralidade de enfoques¹⁰⁵, pragmaticamente integrados entre si, e pelos recortes necessários de modo a ajustá-los ao objeto concreto de estudo.

Seed, “AHR Conversation: On Transnational History”, *AHR*, v. 111, n. 5, 2006, pp. 1441-1464; David Armitage, “Three Concepts of Atlantic History” in: David Armitage & Michael Braddick (eds.), *The British Atlantic World, 1500-1800*, New York, Palgrave-MM, 2002, pp. 1-27; id., “From Colonial History to Postcolonial History”, *W&MR*, 3. Série, v. 64, n. 2, 1997, pp. 251-254; Klaus Kiran Patel, “Transnational History”, *EHO*, disponível em <http://ieg-ego.eu/en/threads/theories-and-methods/transnational-history>, acesso a 27 de setembro de 2014, David Armitage, *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013,; para uma aplicação ao Direito Internacional, Bardo Fassbender & Anne Peters, “Introduction: Towards a Global History of International Law” in: id. & ibid. (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1-24; em Portugal, ver o artigo de António Hespanha, “Particularidades de Método de uma História Mundial do Direito” in: Bernardo Sordi (org.), *Storia e Diritto. Esperienze e Confronto. Atti dell’Encontro Internazionale di Studi in Occasione del 40 Anni del Quaderni Fiorentini*, Firenze, 18-19 Ottobre 2012, Milano, Giuffrè, 2014, pp. 483-491.

⁹⁹ Cf. Bernard Baylin, *Atlantic History. Concept and Contours*, Cambridge, Mass, HUP, 1995, e David Abulafia, “What is Mediterranean History?” in: *The Mediterranean in History*, London, TaH, 2003, pp. 11-32.

¹⁰⁰ Dentre muitos outros, boas introduções metodológicas podem ser encontradas em Carlos Bessa, “Algumas Perspectivas Actuais da História Militar”; Nuno Severiano Teixeira, “A História Militar e a Historiografia Contemporânea” in: *Para uma Visão Global da História Militar. Actas do I Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1990, pp. 39-52; 189-205, e uma aplicação no clássico de John Keegan, *A History of Warfare*, New York, Vintage, 1994 (há versão em português: John Keegan, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995).

¹⁰¹ Por todos, Dane Kennedy, “Imperial History and Post-Colonial Theory”, *JICH*, v. 24, n. 3, 1996, pp. 345-363; Ann Laura Stoler & Frederick Cooper, “Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda” in: id. & ibid. (eds.), *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley, UCalP, 1997, pp. 1-56; Diane Kirkby & Catharine Coleborne (eds.), *Law, History, Colonialism. The Reach of Empire*, Manchester, MUP, 2001; Frederick Cooper, *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*, Berkeley, UCalP, 2005; Jane Burbank & Frederick Cooper, *Empires in World History. Power and the Politics of Difference*, Princeton, PUP, 2010; para uma aplicação à História do Direito Internacional, Anthony Pagden, “Human Rights, Natural Rights, and European Imperial Legacy”, *PT*, v. 31, n. 2, 2003, pp.171-199 e, sobretudo, Anthony Anghie, *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005; na literatura portuguesa, Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português, passim*, e Antonio Hespanha, “The Legal Patchwork of Empires”, *ZMPIER*, n. 22, 2014, pp. 303-314.

¹⁰² Veja-se, por exemplo, A. García Gallo, *Metodologia de la historia del Derecho Indiano*, Santiago de Chile, EJC, 1971.

¹⁰³ Vide A. da Silva Rego, *Lições de Metodologia e Críticas Históricas, passim*.

¹⁰⁴ Cf. aplicações ao Direito Internacional em Fleurs John; Richard Joyce & Shundya Pahuja (eds.), *Events: The Force of International Law*, Abingdon, Routledge, 2011.

¹⁰⁵ Ver também Dag Michalsen, “WOZU - Rechtsgeschichte?”, p. 72, advogando o pluralismo metodológico, na sua opinião, o único que responde à heterogeneidade das áreas do Direito e da História,

6.2.1. As dimensões materiais abertas: Direito e Contexto Social, Político e Económico

O Direito é uma realidade complexa submersa num entorno social multifacetado que com ele se interpenetra quando se materializa. Neste sentido, tratamentos limitadores da sua História podem ser contraproducentes, pois deceparam-lhe dimensões indispensáveis, seja a normativa, seja a institucional-jurídica, a doutrinária ou a sua relação com realidades externas, igualmente importantes para o seu adequado entendimento como a política, aspetos sócioeconómicos, militares, etc¹⁰⁶. Consequentemente, apesar do foco histórico-jurídico seguido, não se optou por perseguir uma História puramente interna do Direito¹⁰⁷, mais tradicional¹⁰⁸, que, aliás, não costuma produzir grandes resultados se for levada às últimas consequências¹⁰⁹. O único meio passível de facilitar o objetivo de identificar os traços mais marcantes da evolução do instituto destacado deste estudo seria através do inevitável enquadramento do Direito no seu contexto social, político e económico¹¹⁰, portanto perscrutando a sua

mas sujeita a algumas regras básicas destinadas a garantir o rigor científico necessário, e uma aplicação em Michael Salter, “Unsettling Accounts: Methodological Issues Within the Reconstruction of the Role of a US Intelligence Agency within the Nuremberg Trials” in: Andrew Lewis & Michael Lobban (eds.), *Law and History*, pp. 375-403, que considera que não se deve exagerar a importância de aspetos metodológicos e que, em última instância, importa ser pragmático, designadamente permissivo de adaptações, ajustes, amálgamas entre diversas técnicas e materiais (p. 382).

¹⁰⁶ Ver igualmente, a entrevista ‘La Constitución: entre la Historia y el Derecho. Entrevista a Ernst-Wolfgang Böckenförde’ Joaquín Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista eletrónica), n. 5, 2004, pp. 331-336, texto disponível na página da revista, a qual pode ser encontrada no sítio da rede <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/5/showToc>, acesso a 20 de agosto de 2014), que contém a posição de Ernst Böckenförde sobre a metodologia da História Constitucional, e de outro eminente historiador do Direito, desta feita anglo-saxónico, Maurice Vile (‘Politics and the Constitution in British and American History: Interview with Professor Maurice Vile’, Joaquín Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista electrónica), n. 10, 2009, pp. 559-581, disponível na página desta revista eletrónica de História Constitucional:

<http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/12/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014). Adicionalmente ver a discussão encetada por António Pedro Barbas Homem, *História do Pensamento Jurídico. Relatório de uma Disciplina Apresentado no Concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, pp. 65-66, a propósito da História do Pensamento Jurídico, e as considerações de Randall Lesaffer, “Law and History. Law between Past and Present”, p. 146.

¹⁰⁷ Uma versão atualizada desta clássica distinção pode ser encontrada na interessante reflexão de Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory”, pp. 91-112.

¹⁰⁸ Para muitos, como David Ibbetson, “What is Legal History a History of?” in: Andrew Lewis & Michael Lobban (eds.), *Law and History*, pp. 33-40, a única História do Direito; contra a tese, Randall Lesaffer, “Law and History. Law between Past and Present”, p. 146, considerando que uma história do Direito interna sem o auxílio da história não seria sequer história.

¹⁰⁹ Como sustenta Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory”, p. 92, transporta deficiências várias, nomeadamente uma reduzida atenção ao contexto, fazendo o que, na sua opinião, é História jurídica sem História.

¹¹⁰ Como diz um texto recente, “sem conhecer o contexto, muito pouco se pode conhecer sobre o Direito” (“Without knowing about context we can know little about law”), e a sua História (Catherine Fisk &

dimensão geral¹¹¹. No entanto, isto sem desenvolver o que se convencionou chamar de História Externa do Direito¹¹², que não seria nem possível, nem adequado para a presente pesquisa, respetivamente, porque, se assim fosse, seria melhor que tal missão coubesse a um historiador geral e porque, perante tal desafio, o Direito não pode perder centralidade para o “contexto”¹¹³. Neste caso em específico, tornou-se, deste modo, fundamental um olhar jurídico – não necessariamente de um jurista, mas de quem tenha conhecimento jurídico sólido sobre uma área do Direito¹¹⁴ – dessa problemática¹¹⁵, perscrutando igualmente a possibilidade de ela ser útil mesmo para o não jurista – o historiador, o cientista político, o sociólogo, o filósofo – que se interesse pelo tema¹¹⁶.

Segundo, não obstante muitos estudos seguirem uma perspetiva exclusivamente centrada na doutrina¹¹⁷ ou em que ela é claramente predominante¹¹⁸ – o que pode ser legítimo se o objeto for a parte intelectual e não o todo de uma questão histórico-jurídica–, neste estudo, evitou-se igualmente abordar a evolução deste instituto do

Robert Gordon, “Law as ... Theory and Method in Legal Theory”, *UCILR*, v. 1, n. 3, 2011, pp. 519-541), ideia esposada também em Portugal, *maxime* por historiadores do direito como Mário Júlio de Almeida Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, p. 25.

¹¹¹ Neste sentido, a clássica distinção é utilizada de forma distinta da doutrina clássica, nomeadamente pela obra de Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, pp. 45-51.

¹¹² Para Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory”, pp. 93-94, seria uma história feita por cientistas sociais para cientistas sociais, com base na qual o Direito é sempre uma realidade enquadrada por um contexto e focada num passado autonomamente considerado.

¹¹³ Neste sentido, Dirk Heirbaut, sustentando que a função principal do historiador do Direito é trazer à discussão os aspetos jurídicos (*legal aspects*) de uma determinada problemática, e não fazer história económica, social ou internacional, para o que não está habilitado e incorreria em produzir resultados superficiais (Ibid., pp. 106-107), pelo que uma modéstia de pretensões é requerida (Ibid., pp. 111-112).

¹¹⁴ A posição de muitos, como, por exemplo A. García Gallo, *Metodologia de la historia del Derecho Indiano*, p. 155, para quem seria um pressuposto.

¹¹⁵ Assim o entende e bem Mário Júlio de Almeida Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, p. 26, destacando essa relação de instrumentalidade com esse contexto.

¹¹⁶ Cf. Harold Berman, *Law and Revolution. The Formation of the Western Legal Tradition*, Cambridge, Mass, HUP, 1983, p. vii, e, em especial, Dirk Heirbaut, “Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory”, pp. 111-112.

¹¹⁷ Seguir uma discussão com a doutrina alemã da História do Direito promovida por Paul du Plessis, “Legal History and Method(s)”, *Fundamina*, v. 16, n. 1, 2010, pp. 46-55, e uma aplicação da mesma em Franz Wieacker, *História do Direito Privado Moderno*, António Manuel Espanha (trad.), Lisboa, FCG, s.d., *passim*. Felizmente, há uma inversão no que concerne à História do Direito Internacional, pois, nesta área, os mais entusiastas estudiosos da prática dos Estados vêm da escola alemã como demonstra Anthony Carty, “Doctrine versus State Practice” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 972-985, que também introduz esta relação entre a doutrina e a prática internacional (pp. 972-996).

¹¹⁸ O manual de Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, *passim*, afirma que os desenvolvimentos na maior parte dos períodos são apenas prelúdios para apresentar a doutrina relevante, argumentando que nos séculos XVI, XVII e XVIII a doutrina foi muito mais preponderante do que a prática (pp. 4-5), muito embora isso seja discutível e em larga medida resultante da reduzida importância que se atribui à identificação dessa mesma prática.

Direito Internacional (e, na parte que lhe coube, do Constitucional¹¹⁹) a partir de uma visão que seria limitadora¹²⁰, pois pretendeu-se apresentar uma visão abrangente de um instituto jurídico¹²¹, de separação peretória da teoria, das instituições e da prática concreta¹²² ou que somente se prendesse a uma delas para reconstruir um determinado período histórico-jurídico. Outrossim, pretendeu-se reunir num só quadro tanto os aspetos estruturais, os institutos jurídicos, quanto os ideológicos, ou seja, as teorias, o pensamento os conceitos que lhes servem de base ou que surgem para lhes garantir fundamentos e legitimação¹²³. A História do Direito Internacional não pode ser vista nem isoladamente como história das instituições jurídicas internacionais, desgarradas do seu substrato teórico, nem somente como história do pensamento jusinternacional ou constitucional sem a sua concretização normativo-institucional¹²⁴, não sendo, no entanto, impeditivo que existam apresentações centradas no pensamento¹²⁵ e assumidas como tais ou que haja um pendor maior para a teoria do que para a prática internacional¹²⁶. O mesmo se pode dizer do Direito Constitucional, exigindo-se a conjugação das duas perspetivas em estudos desta natureza¹²⁷, algo que se sente com

¹¹⁹ Veja-se igualmente Joaquín Varela Suanzes-Carpegna, “Algunas reflexiones metodológicas sobre la Historia Constitucional”, *HC* (revista electrónica), n. 7, 2006, pp. 246-259, disponível em <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/8/showToc>, acesso a 19 de agosto de 2014.

¹²⁰ Não significa que estudos unidimensionais que abarcam somente as instituições jurídicas ou somente o pensamento ou ainda a edição de estudos e fontes (v. a este respeito A. García Gallo, *Metodología de la historia del Derecho Indiano*, p. 159), não tenham importância nos seus contextos próprios.

¹²¹ Posição adotada por um dos luminares da historiografia jurídica portuguesa, Marcelo Caetano, *Lições de História do Direito Português*, p. 6; aplicando a mesma ideia à História do Direito Internacional, Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, pp. 32-33.

¹²² Sem embargo de, com Anthony Carty, “Doctrine versus State Practice”, *passim*, ter presente as dificuldades que lhe são inerentes.

¹²³ Ver, para uma defesa da interpenetração entre as duas dimensões, Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, p. 2, e, aplicando a metodologia ao próprio estudo da regulação internacional da guerra, Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, Cambridge, UK, CUP, 2005, p. 2.

¹²⁴ Chamamos mais uma vez ao debate Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, p. 36, e a perspetiva equilibrada de estudo da História Intelectual do Direito Internacional através do seu contexto advogada por autores como Martti Koskenniemi, “Why History of International Law Today?” pp. 61-66, com base no método da Escola de Cambridge desenvolvido sob a liderança de Quentin Skinner (v. deste “Meaning and Understanding in the History of Ideas” in: *Visions of Politics: Regarding Method*, pp. 57-89). Também Bardo Fassbender & Anne Peters, “Introduction: Towards a Global History of International Law”, pp. 12-13, destacam a importância das duas valências na apresentação do Direito Internacional.

¹²⁵ É o caso da obra clássica *Les Fondateurs du Droit International*. F. de Vitoria – A. Gentilis – F. Suarez – Grotius – Zouch – Pufendorf – Bynkershoek – Wolf – Wattel – de Martens. *Leurs Oeuvres – Leurs Doctrines*, Paris, VG&EE, 1904.

¹²⁶ Por exemplo, Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l'antiquité à l'aube du période contemporaine*, *passim*, dá uma atenção especial à doutrina no seu manual, ainda que não descure da apresentação da prática internacional.

¹²⁷ Neste mesmo sentido, Joaquín Varela Suanzes-Carpegna, “Algunas reflexiones metodológicas sobre la Historia Constitucional”, p. 427.

particular intensidade na História da Constituição Internacional¹²⁸, pela sua natureza muito mais permeável à prática política interna e externa.

6.2.2. As Fontes

A mesma lógica aplica-se às fontes históricas primárias e secundárias¹²⁹, instrumento central de qualquer empreendimento em estudos desta natureza¹³⁰ e que requer grande esforço de organização em razão da sua infinidade e pluralidade¹³¹, pois é um processo incontornável para a abordagem do objeto desta tese, evidentemente demandando adaptação às características do Direito¹³², tendo em conta o período histórico em questão. A definição de fontes do Direito deve manter-se fluída e essencialmente teleológica¹³³, sob pena de criar espartilhos desnecessários à investigação de um tema jurídico. Claro está que atendendo ao tema em questão, à natureza do estudo e ao espaço de tempo que se pretendeu recobrir, certo tipo de fontes, por exemplo, as provenientes da tradição oral¹³⁴, teriam utilidade um pouco menor, ao passo que as escritas, especialmente as documentais¹³⁵, foram um recurso sempre presente, não deixando, ademais, de se considerar que poderá ter havido uma presunção,

¹²⁸ Ver o nosso José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional através dos Tempos e a sua Influência Geral sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano”, *passim*.

¹²⁹ Sobre as fontes históricas em geral, Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005.

¹³⁰ Cf. Martha Howell & Walter Prevenier, *From Reliable Sources. An Introduction to Historical Methods*, p. 2.

¹³¹ Por todos, Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, p. 27.

¹³² As valências das fontes para a História do Direito são sublinhadas por diversos especialistas, nomeadamente Evan Zoldan, “Primary Sources and Ambiguity in Legal Theory” in: Robert Jarvis (ed.), *Teaching Legal History. A Comparative Perspective*, London, WSH, 2014, pp. 108-111, e, de forma abrangente, por Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, pp. 24-31.

¹³³ Apesar de poder parecer excessivamente singela para analistas mais exigentes, não deixa de ser útil a definição de *Ibid.*, p. 25, particularmente por sublinhar a flexibilidade e a fluidez necessárias para abordar esta matéria em estudos histórico-jurídicos.

¹³⁴ Cf., por exemplo, Ronald Grele (ed.), *Envelops of Sound. Six Practitioners Discuss the Method, Theory and Practice of Oral History and Oral Testimony*, Chicago, Precedent, 1975, e, em especial, Jan Vasina, *Oral Tradition. A Study in Historical Methodology*, New Brunswick, Aldine, 2006; para uma aplicação à História do Direito, António Manuel Hespánha, “The Everlasting Return of Orality” in: Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, pp. 25-55.

¹³⁵ Na sua classificação, Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, p. 29, também distingue as fontes em orais e documentais e estas em escritas, gráficas e plásticas, sendo, naturalmente, as primeiras deste grupo as mais importantes; ver igualmente na historiografia jurídica espanhola, Ramón Fernandez Espinar, *Las Fuentes del Derecho Histórico Español. Esquemas y Resúmenes*, Madrid, Ceura, 1985, e José Manuel Pérez-Prendes Muñoz-Arraco, *Interpretación Histórica del Derecho. Notas. Esquemas. Prácticas*, pp. 96-117.

elidível não obstante, em favor de certos tipos de fontes, que podem, no dizer de um autor, ser tidas por principais em oposição a outras secundárias¹³⁶ ou suplementares.

Os cânones devem ser respeitados, porém as fontes devem ser adaptadas ao objeto que se pretende perseguir. Convém assim salientar que, no quadro de abertura que a abordagem de um tema desta natureza comporta, a identificação das fontes da História do Direito a utilizar no caso concreto dependeu em larga medida das fontes do Direito reconhecidas num determinado período histórico¹³⁷ apesar da diferença entre um conceito e o outro¹³⁸, uma máxima que, evidentemente, também se impôs à História do Direito Público. O tema em causa não podia deixar de ser diferente, requereu a identificação¹³⁹, seleção¹⁴⁰, coordenação¹⁴¹ e interpretação¹⁴² de uma combinação de fontes primárias e secundárias que, de forma cambiante, se foram apresentando no tempo e no espaço¹⁴³, e sempre com a abertura para aceitar mecanismos desconhecidos de produção do Direito¹⁴⁴ e sempre ajustando o geral ao concreto e aos objetivos pretendidos¹⁴⁵. Recorreu-se, pois, a actos normativos que, de forma consistente, têm feito parte do Direito Internacional e interno desde a antiguidade, e foram aceites em cada período como tais¹⁴⁶, ainda que nem sempre com o mesmo estatuto, e mesmo, que,

¹³⁶ Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, p. 28, diz que às “fontes da história do direito que representaram outrora a tradução material das normas cuja existência e conteúdos agora nos revelam, daremos a designação de *fontes principais*; todas as mais serão *fontes secundárias*”.

¹³⁷ Vide António da Silva Leal, “As Fontes do Direito e as Fontes da História” in: Maria José da Silva Leal & Miriam Halpern Pereira (coords.), *Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 187-197.

¹³⁸ Complementarmente, Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, p. 25, que sustenta que “trata-se, na verdade, de noções que se colocam em planos diversos e são sempre conceitualmente distintas, embora por vezes praticamente coincidentes pelo seu campo de aplicação”.

¹³⁹ Em específico, ver Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, p. 29, para quem “c’est une des taches les plus difficiles de l’historien que de rassembler les documents dont il estime avoir besoin”.

¹⁴⁰ Veja-se também a abordagem de A. García Gallo, *Metodología de la historia del Derecho Indiano*, pp. 145-155.

¹⁴¹ Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, pp. 37-38.

¹⁴² Ibid., p. 37.

¹⁴³ Recorde-se que estas não são categorias estáticas, tendo em vista que, dependendo do tema em questão, uma fonte pode ser primária e secundária ao mesmo tempo (por exemplo, Jeremy Black & Donald Mac Rauld, *Studying History*, p. 90), o que acontecerá com alguma frequência neste trabalho, pois as obras jurídicas clássicas que se pronunciaram sobre a guerra justa (e.g., S. Tomás de Aquino, Vitoria, Grócio) poderão aparecer tanto como fontes primárias, caso a análise incida sobre o pensamento do autor, como secundária acaso seja utilizada para se entender o Direito, as instituições ou a prática de um determinado período histórico.

¹⁴⁴ Como diz Pietro Costa, “In Search for the Legal Text: Which Text for Which Historian?”, pp. 170-171, o historiador, pela natureza da sua indagação, carece somente de um conceito fraco de Direito, que lhe conceda a maleabilidade necessária para abordar contextos e naturezas jurídicos distintos.

¹⁴⁵ No dizer de A. García Gallo, *Metodología de la historia del Derecho Indiano*, p. 146.

¹⁴⁶ Não estamos longe de aceitar a formulação de Pietro Costa, “In Search for the Legal Text: Which Text for Which Historian?”, pp. 160-161, para quem as fontes do Direito não são objetivas, antes sendo produtos de tradições jurídicas concretas.

nalguns casos, já não façam parte do rol de mecanismos idóneos para a produção das normas na maior parte dos sistemas jurídicos¹⁴⁷. Por conseguinte, tratados e leis (de valor fundamental ou ordinário) e outros atos normativos escritos, bem como decisões judiciais¹⁴⁸ e outros atos ainda, assumiram relevância neste inquérito histórico-jurídico; porém, manifestações de acontecimentos, declarações de governantes e atores políticos e sociais importantes ou relatos de anónimos, na medida em que o costume tem sido uma fonte do Direito Internacional e a prática política relevante para o Direito Constitucional, também foram decisivos.

Mais do que isso, como as fontes do Direito Internacional não se têm mantido estáticas ao longo da História, aquelas que já desempenharam algum papel mais ou menos claro nesse ramo jurídico, como o Direito Natural, os princípios gerais de Direito ou até, no limite, a doutrina dos publicistas também foram escrutinados. Aliás, este elemento permite criar uma ponte com a segunda dimensão da reflexão histórica que se propõe, pois, como o objetivo era apresentar uma visão integrada da evolução do instituto, na dimensão normativo-institucional e na intelectual e reflexiva, naturalmente a análise da obra dos principais pensadores (clássicos e menos clássicos) que se pronunciaram sobre este tema revelou-se essencial. Em ambos os casos, fontes históricas secundárias permitirão completar a reconstrução dos momentos selecionados. Assim, o papel da historiografia também foi importante: a jurídica seguramente, mas também atendendo às necessidades de se entender o Direito em contextos sociais, políticos, económicos e religiosos, a geral e específica dessas áreas, portanto, historiografias não-jurídicas¹⁴⁹, tradicionalmente tidas por afins e instrumentais para uma compreensão correta da História do Direito¹⁵⁰, foram objeto da nossa atenção quando se justificou.

Tendo sido necessário recorrer algumas vezes a arquivos, boa parte dos documentos utilizados, foram recolhidos de compilações publicadas que facilitam o

¹⁴⁷ Embora não entenda haver qualquer espécie de determinismo entre positivismo jurídico e reconhecimento da pluralidade histórica das fontes do Direito, referímo-nos e defendemos o alerta feito por Harold Berman, *Law and Revolution. The Formation of the Western Legal Tradition*, pp. vi-vii, no sentido de que concepções inflexíveis do conceito de Direito podem tolher qualquer investigação histórico-jurídica séria.

¹⁴⁸ Por exemplo, no quadro de outro contexto, Jorn Oyrehagen Sunde, “Court Rulings as Legal Historical Texts. Silence, Lies and Rethoric in the Legal Discourse in Court” in: Dag Michalsen (ed.), *Reading Past Legal Texts*, pp. 113-133.

¹⁴⁹ A classificação de Inocêncio Galvão Telles, *História do Direito Português*, p. 28, apresenta esta distinção num quadro de hierarquização.

¹⁵⁰ Por exemplo, Raphael Ribeiro, *História do Direito Português*, pp. 9-10, destacando a história política, a história económica e a história geral, como essenciais para a história jurídica.

acesso e aceleram o tempo da pesquisa¹⁵¹, tornando desnecessária a utilização sistemática daqueles localizados em Portugal e a deslocação¹⁵², impossível desde logo, aos diversos espaços que são tratados nesta tese. Seguindo as melhores práticas, evidentemente a facilidade de acesso a fontes primárias publicadas ou eletrónicas justificou, quanto mais não fosse por motivos de comodidade, a sua utilização prioritária em relação aos arquivos, os quais foram consultados nos casos de fontes ainda não editadas¹⁵³.

6.2.3. A periodificação adotada e adaptada

O problema da periodificação¹⁵⁴, a segmentação racional do tempo, a determinação, como dizem alguns das ‘épocas’¹⁵⁵, é fundamental para a exposição da evolução do Direito, particularmente em trabalhos que se projetam por momentos diversos. É natural que uma primeira adaptação tenha na sua base uma proximidade¹⁵⁶, mas não sobreposição, com a própria compartimentalização da evolução do objeto de estudo, neste caso os grandes períodos da História das Relações Internacionais. No entanto, há que se ter cautelas já que o âmbito dos períodos recobertos poderá, por vezes, ser reduzido em razão do problema clássico da incorporação dos desenvolvimentos antigos e medievais, na História do Direito Internacional¹⁵⁷, como na do Direito Constitucional¹⁵⁸. Não se tem, de facto, reconhecido estes períodos, com a

¹⁵¹ Cf. José Mattoso, “A publicação das fontes documentais e o progresso da ciência histórica em Portugal” in: id., *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, EE, 1988, pp. 101-114.

¹⁵² Comparar com a nota de Ana Margarida Seixas, *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*, p. xv, que passou pelo mesmo e utilizou técnica semelhante.

¹⁵³ Veja-se, e.g., Marc Thachtenberg, *The Craft of International History. A Guide to Method*, p. 163, destacando as fontes publicadas, as em microforma ou eletrónicas e as constantes de arquivos, por esta ordem que recorre a um critério de acessibilidade.

¹⁵⁴ Seguir a discussão de William Green, “Periodizing World History”, *HaT*, v. 34, n. 2, 1995, pp. 99-111, e, sobre a importância dessa periodificação, cf. Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, pp. 1-6, asseverando, no entanto, que tem sido uma tarefa negligenciada (p. 1), e, mais recentemente, William Butler, “Periodization and International Law” in: Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, pp. 379-393, e Oliver Diggelmann, “The Periodization of the History of International Law” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 997-1011.

¹⁵⁵ Por exemplo, Helmut Coing, *Epochen der Rechtsgeschichte in Deutschland*, München, Beck, 1976.

¹⁵⁶ Comparativamente, veja-se Jean Hilaire, *Le droit, les affaires et l'Histoire*, p. 6, chamando a atenção para a aproximação entre os ciclos económicos e a forma jurídico-comercial, que deveria ser considerada em sede de história de uma instituição jurídica desse ramo do Direito.

¹⁵⁷ Cf. Bruno Paradisi, *Il problema storico del diritto internazionale*, Firenze, Sansoni, 1944, p. 1, tinha-o como o problema de base da História do Direito Internacional.

¹⁵⁸ Ver as interessantes notas de reflexão de R. C. Van Caenegem, “The *Rechtsstaat* in Historical Perspective” in: *Legal History. A European Perspective*, London, Hambledon Press, 1991, pp. 185-199, mostrando a arbitrariedade e inconsistência relativas das opções que se tomam e se reproduzem a este respeito.

maior parte dos estudos a não abranger¹⁵⁹ ou a negligenciar¹⁶⁰ os períodos mais remotos¹⁶¹, clássicos e medievais, nas suas histórias respectivas¹⁶², tomando-se o Direito Internacional Moderno pós-Vestefaliano e o Direito Constitucional Moderno liberal como representando o todo de uma evolução muito mais antiga dessas áreas jurídicas¹⁶³,

¹⁵⁹ Tradicionalmente tanto os manuais de Direito Internacional Público, como as monografias nesta matéria, não se estendem aos períodos mais remotos da história da humanidade. Curiosa é a posição de estudiosos como Nguyen Quoc Dihn; Patrick Daillier & Alain Pellet, *Droit International Public*, 7. ed., Paris, LGDJ, 2002, p. 42, considerando que o Direito Internacional deve ser tido como “‘Direito Intersocial’ ou ‘intergruppal’”, que, por isso, sempre existiu historicamente; em Portugal, Albino de Azevedo Soares, *Lições de Direito Internacional Público*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1988, p. 43-44, também, reproduz essas concepções, vendo no Direito Internacional um “direito intersocial ou intergruppal”, não obstante só retroceder às civilizações orientais; encontrando igualmente os antecedentes remotos do Direito Internacional a partir do mesmo período, vide Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2008, p. 85 e ss; Jónatas Machado, *Direito Internacional – Do paradigma clássico ao pós- 11 de Setembro*, p. 53 e ss.

¹⁶⁰ Em geral sobre este tópico, ver Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, pp. 27-41.

¹⁶¹ Estes, na maior parte dos casos, nem são objeto de obra de História do Direito em particular ou das instituições em geral (cf. Luiz Carlos de Azevedo, *Introdução Histórica ao Direito*, São Paulo, RT, 2005; Aracy Augusta Leme Klabin, *História Geral do Direito*, São Paulo, RT, 2004; Paulo Ferreira da Cunha, Joana Aguiar e Silva & António Lemos Soares, *História do Direito. Do Direito Romano à Constituição Europeia, passim*; Ronaldo Leite Pedrosa, *Direito em História*, 5. ed., Rio de Janeiro, LJs, 2006; André Castaldo, *Introduction historique au droit*, 3. ed., Paris, Dalloz, 2006); honrosa exceção é o manual de história do direito de John Gilissen, *Uma introdução histórica ao direito*, 4. ed., Lisboa, FCG, 2003, pp. 31-50.

¹⁶² Recomenda-se a este respeito a leitura de Olga Butkevych, “History of Ancient International Law: Challenges and Prospects”, *JHIL*, v. 5, n. 2, 2003, pp. 189-195, atribuindo-a tal omissão ao eurocentrismo, ao positivismo e ao estatismo jusinternacionalista.

¹⁶³ Em geral sobre este tópico no Direito Internacional, ver Randall Lesaffer, “International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love”, pp. 27-41, e, no constitucional, por todos, cf. Horst Dippel, “Modern Constitutional, an Introduction to a History in Need to be Written”, *LHR*, v. 73, n. 1-2, 2005, pp. 153-169 (id., “Constitucionalismo Moderno. Una Introducción a una História que Necesita ser Escrita”, *História Constitucional* (revista eletrónica), n. 6, 2005, pp. 181-199; id., *História do Constitucionalismo Moderno. Novas Perspectivas*, António Manuel Hespanha & Cristina Nogueira da Silva (trad.), Lisboa, FCG, 2007, para apresentação limitada à Modernidade, com a devida ressalva de ser uma história do constitucionalismo e não do Direito Constitucional; também o clássico estudo de Harold Berman, *Law and Revolution. The Formation of the Western Legal Tradition, passim*, e várias outras perspectivas. Mesmo quando o objeto concreto do estudo é o Estado Moderno, os autores têm alertado para a existência de vários modelos constitucionais (Maurizio Fioravanti, “Stato e Costituzione” in: id., (org.), *Lo stato moderno in Europa. Istituzione e diritto*, Roma, Laterza, 2002, pp. 3-36, lembra que assumiu diversas formas, passando por fases diferentes, com muitos deles a utilizarem como marco temporal inicial, o século XIV, como é o caso de Ibid., p. 3; outros, como R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 7-10, iniciam-lhe antes, no século V Depois de Cristo, e Dalmo de Abreu Dallari, *A Constituição na Vida dos Povos. Da Idade Média ao Século - XXI*, São Paulo, Saraiva, 2010, também no período medieval. Também no âmbito dos direitos fundamentais, do Direito Internacional de Proteção da Pessoa e do Direito Internacional Humanitário, ver Micheline Ishay, *The History of Human Rights. From Ancient Times to the Globalization Era*, 2. ed., Berkeley, UCalP, 2008, e Robert Kolb, “The Protection of the Individual in Times of War and Peace” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 317-337, por oposição às perspectivas temporalmente mais limitadas advogadas por Samuel Moyn, *The Last Utopia. Human Rights in History*, Cambridge, Mass, HUP, 2010 (e também em *Human Rights and the Uses of History, passim*), e, em menor medida, por Lynn Hunt, *Inventing Human Rights. A History*, New York, Norton, 2007 (focando o papel das Revoluções Americana e Francesa). Na literatura lusófona, vide Fábio Konder Comparato, *A Afirmação histórica dos direitos humanos*, São Paulo, Saraiva, 1999, abarcando, para além dos desenvolvimentos modernos, alguns momentos importantes do período medieval.

isto sem mencionar a tradicional exclusão dos desenvolvimentos não-ocidentais¹⁶⁴, em ambas as áreas referidas¹⁶⁵. O estudo do uso da força no sistema jurídico global, seja na perspectiva do Direito Internacional, seja no Constitucional, também tem experimentado limitações similares¹⁶⁶, observando-se não obstante a tentativa de alguns textos seminais de lhes fazer referência. Aqui, por motivos naturais, partindo-se do princípio de que historicamente, o que se pode denominar genericamente de Direito Internacional, foi conhecendo diversas configurações, cuja importância procuramos determinar, bem como ver em que medida também deram contribuições para a evolução destas questões. Se será errado moldarmos as instituições antigas para que se conformem às configurações atuais que possam ter, não será menos renunciar a estudá-las por não serem rigorosamente iguais às suas representações mais contemporâneas.

A doutrina da intervenção humanitária foi recebendo aportes em diversos momentos e lugares. Tradicionalmente, porém, a sua maior relação sempre foi com a teoria e a prática da guerra justa. As páginas que se seguirão têm por objeto retomar a forma como essa doutrina e a instituição jurídica a que deu origem foram sendo construídas, enfatizando-se as normas internacionais criadas, em diversos momentos da História para regular a guerra¹⁶⁷, os casos e a teoria que constituem agregadamente os antecedentes de intervenções humanitárias contemporâneas. Sem a pretensão de esgotar todos os momentos e autores que trataram da questão, o objetivo foi o de destacar determinados períodos e correntes considerados cruciais para a formação do que veio a ser o instituto da intervenção humanitária unilateral. Destarte, esta será uma História longitudinal¹⁶⁸, a única que permitirá atingir os objetivos propostos de se ter uma visão

¹⁶⁴ Veja-se os estudos recentes de Bardo Fassbender & Anne Peters, "Introduction: Towards a Global History of International Law"; Arnulf Becker Lorca, "Eurocentrism in the History of International Law" in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1-24; 1034-1057.

¹⁶⁵ Por todos, ver Rifa'at 'Ali Abou-El-Haj, *Formation of the Modern State. The Ottoman Empire, Sixteenth to Eighteenth Centuries*, 2. ed., Syracuse, Syrup, 2005.

¹⁶⁶ Por exemplo, Hermes Marcelo Huck, *Da guerra justa à guerra econômica: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional*, São Paulo, Saraiva, 1996, deixa de lado as contribuições anteriores para se concentrar nos aportes introduzidos pelos judeus e pelos gregos, o mesmo acontecendo com um dos clássicos da matéria, Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, p. 3, que começa a sua descrição histórica com as civilizações do extremo oriente; Noutras áreas clássicas do direito internacional, a perspectiva, regra geral, é similar. Exemplo disso é o recente Arno dal Ri Júnior, *História do Direito Internacional; comércio internacional e moeda; cidadania e nacionalidade*, Florianópolis, FUNJAB, 2004, que começa na antiga Grécia.

¹⁶⁷ Especificamente sobre a história da regulação da guerra, vide o recente Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, *passim*, e o resumo de Mary Ellen O'Connell, "Peace and War" in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 272-293.

¹⁶⁸ Apesar de provavelmente pecar pela falta de flexibilidade invertida, continua válido o alerta feito há alguns anos pelo clássico estudo de História do Direito de Harold Berman, *Law and Revolution. The*

de conjunto¹⁶⁹, com as suas virtudes e defeitos, com os seus riscos e desafios, nomeadamente de se ter que pagar, pela extensão temporal, o preço, neste caso justificado, da redução da profundidade de tratamento de cada período¹⁷⁰. Apostou-se numa linha mais flexível de estudo dentro das especificidade de cada época histórica a manifestação de fenómenos jurídicos ligados ao instituto objeto deste estudo, exigindo-se somente que se esteja em face de um sistema internacional composto por comunidades políticas autónomas¹⁷¹ e reguladas por regras com cunho jurídico – uma realidade que, no fundo, caracteriza qualquer período histórico¹⁷² – ainda que estruturada em moldes diferentes¹⁷³, e que procurou levar em consideração aspetos e momentos que se ligam com a História de Portugal¹⁷⁴.

A partir de uma sequência cronológica necessariamente inspirada nas periodificações mais clássicas da História (Antiguidade, Período Clássico, Período Medieval, Período Moderno e Contemporâneo)¹⁷⁵, designadamente da História do

Formation of the Western Legal Tradition, p. viii, no sentido de não se reduzir a história a períodos curtos e construída a partir de um âmbito territorial excessivamente nacional, significando isto o seu acantonamento e afastamento do debate público geral.

¹⁶⁹ Cf. a perspetiva de Franz Wieacker, *História do Direito Privado Moderno*, p. 2, chamando a atenção para os problemas da excessiva compartimentalização.

¹⁷⁰ Com as devidas diferenças de tema e de estatuto científico, as reflexões de R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, p. x, são ilustrativas do indesejado, porém inevitável, efeito desta opção.

¹⁷¹ Veja-se a tese de Barry Buzan & Richard Little, *International Systems in World History. Remaking the Study of International Relations*, Oxford, OUP, 2000.

¹⁷² Ver o Barão Korff, “Introduction a l’Histoire du Droit International Public”, *RCADI*, t. 1, 1923. p. 6, conhecido historiador do direito internacional do início do século XX, que entendia que qualquer comunidade política automaticamente acaba por ter relações com o mundo exterior, derivando daí a constituição de instituições jurídicas. Cf. igualmente as mesmas posições de Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, p. 2, e em Stephen Neff, “A Short History of International Law” in: Michael Evans (ed.), *International Law*, Oxford, OUP, 2010, pp. 3-31. Feche-se com as sábias considerações de Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, p. 7, que salienta esta mesma qualidade, observável em qualquer período histórico, nomeadamente na antiguidade e no período medieval.

¹⁷³ O estudo clássico de Paul Vinogradoff, “Historical Types of International Law” in: *The Collected Papers of Paul Vinogradoff*, Oxford, Clarendon, 1928, v. II, pp. 248-318, abrangendo as Cidades-Estado da Antiga Grécia, a Civilização Romana; o Estado Mundial da Cristandade; o das Relações Internacionais dos Estados Territoriais e o dos desenvolvimentos modernos, é tributário desta conceção.

¹⁷⁴ Como lembra António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, p. 28, a tentação do universal e do clássico não pode justificar a contribuição dada pelos autores locais, muitas vezes criativos o suficiente ou pelo menos responsáveis pela intermediação e nacionalização dessas ideias.

¹⁷⁵ A razão é apontada por Oliver Diggelmann, “The Periodization of the History of International Law”, p. 1011, que lembra que há uma sobreposição geral entre ambos; na literatura portuguesa, com uma proposta de periodificação da História das Relações Internacionais que, como é natural, se interliga com a História do Direito Internacional, Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Ensinar História das Relações Internacionais numa Faculdade de Direito Após o 11 de Setembro. Relatório sobre Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino da Disciplina de História das Relações Internacionais apresentado ao Concurso para Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, pp. 95-131, seguindo, no entanto, uma distinção entre a ‘Idade Contemporânea’ e a ‘Idade Global’.

Direito Internacional¹⁷⁶ e da do Constitucional, com as suas subdivisões mais¹⁷⁷ ou menos amplas¹⁷⁸, ou as mais arrojadas (por exemplo, as épocas baseadas em ordens político-hegemónicas de Grewe¹⁷⁹ ou na sua representatividade defendida mais recentemente por Ziegler¹⁸⁰ e por Steiger¹⁸¹), e a História da Regulação da Guerra¹⁸², assumirei uma abordagem pragmática da questão. Partirá de uma mescla de vários critérios de segmentação temporal¹⁸³, evidentemente tributários da recomendada

¹⁷⁶ No geral, ver a reflexão de Martti Koskeniemi, “A History of International Law Histories” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 943-971, e, antes, Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, pp. 1-6, para uma síntese.

¹⁷⁷ Por exemplo, Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l'antiquité à l'aube du période contemporaine*, *passim*, Karl Heinz Ziegler, *Völkerechtsgeschichte: Ein Studienbuch*, *passim*, Douglas Johnson, *The Historical Foundations of World Order. The Tower and the Arena*, *passim*, Carlo Focarelli, *Introduzione Storica al Diritto Internazionale*, *passim*, e, em especial, Stephen Neff, *Justice Among Nations. A History of International Law*, *passim*, reservam espaço para os desenvolvimentos desde a Antiguidade, passando pelo período medieval, moderno, século XIX e contemporâneo (a estrutura do último, que igualmente se distingue por dividi-los em características comuns representando o papel da moral (até 1550), da razão (1550-1815), do positivismo (1815-1914) e do ecletismo (1914-atualidade), e os clássicos Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, *passim*, com uma periodificação parcialmente milenar (Antiguidade; Idade Média) e secular (século XVI; século XVII; Século XVIII; século XIX; século XX (até 1939); em Portugal, Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, pp. 101-116, dividindo a história do direito internacional em período pré-histórico (ou pré-fundacional), período clássico (a partir da paz de Vestfália) e um período moderno (inícios do século XX).

¹⁷⁸ Que, por vezes, decorrem do termo inicial escolhido pelos autores, nomeadamente a ideia de uma nova ordem mundial com o facto da expansão ultramarina (1492-1648), o Direito Internacional Moderno (1648-1815) e o que marca o século XIX (1815-1920) (Henri Legohérel, *Histoire du Droit International Public*, *passim*), ou por via de outro sinais mais conjunturais, como os usados por Emmanuelle Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, *passim*, dividindo-o em Direito Internacional Moderno, Clássico e Contemporâneo, a partir dos elementos típicos do sistema jurídico da atualidade.

¹⁷⁹ A tentativa mais concreta foi feita pelo historiador do direito, Wilhem Grewe, *The Epochs of International Law*, *passim*, pp. 1-7, na sua obra, propondo uma periodização da história do direito internacional que se fundasse nas diversas ordens internacionais da modernidade: a época medieval, a época espanhola (1494-1648), a época francesa (1648-1815), a época britânica (1815-1919), o período entre guerras (1919-1944) e o período do pós guerra, marcado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética (1945-1989).

¹⁸⁰ Karl Heinz Ziegler, *Völkerechtsgeschichte: Ein Studienbuch*, *passim* (continuando com a ideia das Idades Espanhola, Francesa, Inglesa e Americano-Soviética, estando-se, neste momento, na do Estado Global (*Staatenwelt*)).

¹⁸¹ Divide os períodos em Direito Internacional da Cristandade (século 13 a século 18), Direito Internacional dos Estados Civilizados (logo a seguir às guerras napoleónicas até ao fim da I Guerra Mundial) e o período posterior a esse conflito, estando-se, no seu entender, a caminho de um Direito Internacional do Cidadão do Mundo (Heinhard Steiger, “From the International Law of Christianity to the International Law of the World Citizen – Reflections on the Formation of the Epochs of the History of International Law”, *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 180-193).

¹⁸² Cf. Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, *passim*, que utiliza uma divisão em quatro partes, a saber: até 1600, período que considera marcado pela associação entre Direito Internacional e justiça, tendo como principal manifestação a emergência da teoria da guerra justa; entre 1600 a 1815, que caracteriza como uma fase de transição para o positivismo e a legalização da guerra que marca a terceira fase entre 1815 a 1914; finalmente, a última fase de evolução corresponderia à que começa em 1914 e se projeta até ao momento em que escreve (2003).

¹⁸³ Demonstrando esta flexibilidade, já entendia Marcelo Caetano, *Lições de História do Direito Português*, p. 12, que “a delimitação de períodos é sempre convencional e provisória”.

adaptação ao objetivo concreto deste estudo¹⁸⁴, nomeadamente em relação à datação¹⁸⁵ e à fluidez necessária num estudo desta natureza em que as sobreposições e os descontinuidades históricas são inevitáveis¹⁸⁶. Assim, de um ponto de vista macroscópico, as grandes divisões da História Mundial estabelecem o critério geral de divisão, porém a um nível microscópico esta não será outra que os momentos definidos, temporal ou espacialmente, em que houve situações representativas de utilização das armas por motivos humanitários agrupáveis a partir de características comuns. Confrontei-me, para o efeito, com os estudos que têm tratado desta questão a um nível mais geral ou segmentado do ponto de vista temporal e espacial¹⁸⁷, a partir de certas opções de divisão dos períodos¹⁸⁸, evidentemente condicionadas pelo termo inicial da investigação, e pela perspetiva mais flexível que nos leva a utilizar como marcos séculos e não datas concretas.

Apesar das suas notórias particularidades, a História mostra que divergências de fundo sempre existiram em relação à utilização da força por motivos que apelam a valores civilizacionais, deixando-os no limite entre o imperialismo e o protecionismo. Apesar da expectativa, por vezes existente, de se apresentar uma história jurídico-internacional progressista, onde gérmens civilizatórios foram gradualmente emergindo e

¹⁸⁴ Ver também A. García Gallo, *Metodologia de la historia del Derecho Indiano*, p. 173, que recomenda que os períodos sejam ajustados por cada sistema jurídico, e, num contexto de aplicação mais geral da História do Direito Internacional, Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público*, p. 101 e ss.

¹⁸⁵ Esta adaptação e flexibilidade têm sido seguidas, por motivos naturais, pelos principais estudos histórico-jurídicos da academia portuguesa, designadamente por José Eduardo Nogueira, *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos Primórdios ao Século da Universidade (Contribuição para o seu Estudo)*, pp. 10-14.

¹⁸⁶ Cf. igualmente o excelente trabalho de Oliver Diggelmann, “The Periodization of the History of International Law”, pp. 1002-1004.

¹⁸⁷ Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, Princeton, PUP, 2012, opta por apresentar um estudo aprofundado sobre as intervenções feitas durante o expandido Século XIX (1815-1914) no Império Otomano, o mesmo ocorrendo com Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, New York, AK, 2008, que também discute o genocídio dos arménios; Mark Swatek-Evenstein, *Geschichte der Humanitären Intervention*, Baden-Baden, Nomos, 2008, mantém o limite temporal novecentista (que se expande até à I Guerra Mundial), porém extrapola a limitação otomana, abarcando situações ocorridas em outros continentes.

¹⁸⁸ Mais frequentes nas apresentações sistemáticas que reservam algum espaço à história, mas que pretendem discutir questões dogmáticas atuais, como Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, cap. 2, com as seguintes sub-divisões: tradições jurídicas antigas; tradições jurídicas cristãs; a ascensão do Estado-Nação: Grócio e Vattel; a evolução do Direito Positivo; a Era do Concerto das Nações (trata do século XIX) e Pacto da Liga das Nações (tratando do período entre guerras). Por sua vez, Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, cap. 1, segue uma divisão quadripartida em percursos clássicos das intervenções humanitárias, não-intervenção; prática estadual (1815-1945) e intervenções humanitárias no século XX. Em Portugal, é o caso da dissertação várias vezes mencionada de Maria do Assunção Vale Pereira, *A intervenção humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, pp. 97-198, que a divide em “plano teórico” e “prática dos Estados”, com a primeira a começar em S. Agostinho e a terminar com Antoine Rougier, e a segunda tratando das intervenções no Oriente e em Cuba.

consolidando-se na atualidade¹⁸⁹, nem a lição a tirar eventualmente da História será necessariamente esta¹⁹⁰, nem as suas contradições quase-estruturais foram paulatinamente ultrapassadas. Se isto nos mostra algo é que há limites na regulação jurídica-internacional que são resolvidos apenas com a criação de um *modus vivendi* entre a ênfase da normatividade e a tolerância do pragmático. Isto, por sua vez, relaciona-se a uma projeção da ordem (política, moral, axiológica) sobre o Direito Internacional, permitindo resolver, com as suas virtudes e deficiências, esses casos de impasse jurídico-internacional. Será esta também a abordagem mais correta que se deve ter em relação à licitude das intervenções humanitárias unilaterais na atualidade, reconhecendo-se os limites do Direito Internacional e do Constitucional para resolver de forma clara este tipo de situação, evitando-se igualmente uma lógica que se reduza ao binómio lícito-ilícito ou, conseqüentemente, grandiloquentes pronunciamentos absolutistas sobre a sua conformidade ou ausência de compatibilidade e com o Direito Internacional e aceitando-se uma gradação da absorção jurídica de uma ação a partir de uma avaliação caso a caso que, muitas vezes só um olhar retrospectivo permite alcançar.

¹⁸⁹ Cf. Oliver Diggelmann, “The Periodization of the History of International Law”, pp. 1007-1009.

¹⁹⁰ A propósito desta capacidade da História do Direito Internacional, Bardo Fassbender & Anne Peters, “Introduction: Towards a Global History of International Law”, p. 24, “studying the history of international law can help better understand the character of that particular legal order, its promise and its limits”.

SEGUNDA PARTE

A LENTA E TORTUOSA EVOLUÇÃO DAS BASES (RELIGIOSAS) DA GUERRA DOS PRIMÓRDIOS AO PERÍODO MEDIEVAL, ENTRE O INTERNO E O INTERNACIONAL, E ALGUNS CASOS DE INTERVENÇÃO CONTRA A TIRANIA

A experiência humana da guerra é tão antiga quanto a História da humanidade e perpassa todas as civilizações e povos de vários continentes. Ainda que nem todos tenham logrado elaborar quadros desenvolvidos para justificar os seus empreendimentos militares¹, de alguma forma esta preocupação acompanhou a evolução da humanidade, estabelecendo as bases para o advento da teoria da guerra justa e, mais tarde, a sua aplicação a conflitos com motivações humanitárias.

Esta parte da tese procura percorrer um período histórico longo. Começa, limitadamente, nas primeiras manifestações de relações bélicas entre as comunidades políticas ditas primitivas e prossegue pelo papel desempenhado pelas civilizações orientais, com a sua política de levar a ordem ao caos, civilizando o entorno árido e bárbaro, seguindo pela influência das concepções hebraicas da guerra santa, pela evolução do Direito Romano de Guerra e a sua ‘universalização’ do *bellum iustum* na Europa, pela prática das cidades-Estado da Grécia de intervirem para alterar ou proteger regimes políticos da sua preferência e, ainda, já na época medieval, pelos contributos de Bizâncio e da doutrina judaica, considerando-se, finalmente, as implicações do conceito de *jihad* da civilização islâmica e, em particular, da cristianização e sedimentação do conceito de guerra justa que cria as bases para o desenvolvimento futuro do conceito e da doutrina das intervenções humanitárias unilaterais.

¹ Nos período mais antigos, antes da expansão europeia para a Ásia, as outras grandes civilizações não parecem ter desenvolvido de forma muito acentuada perspectivas sobre a guerra justa (sobre os casos do Japão e da Coreia, ver Edward Olsen, “Japanese Perspectives of Just War” e “Korean Perceptions of Just War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 217-243, 245-270.

CAPÍTULO SÉTIMO

TRAZENDO A ORDEM AO CAOS E PROTEGENDO AS PESSOAS DA TIRANIA: AS BASES DE LEGITIMAÇÃO DA GUERRA, DOS PRIMÓRDIOS ÀS CIVILIZAÇÕES ORIENTAIS

7.1. Limitações jurídicas à guerra nos estágios originários da humanidade

A guerra fazia parte da vida da esmagadora maioria dos povos primitivos¹, muito embora disso não se pode concluir que tal se devia a uma ferocidade natural dos povos nos estágios originários da humanidade ou a um *ethos* naturalmente belicista². Contrariamente, estudos recentes desenvolvidos no âmbito da antropologia da guerra têm demonstrado que os povos ditos ‘primitivos’ não guerreavam por motivos muito diferentes dos contemporâneos. Longe de serem prosaicas, as justificações para os conflitos eram variadas e complexas. Tinham, outrossim, na sua base, uma miríade de motivos que iam desde o económico, o político, o cultural, até ao que interessa particularmente a este texto, o jurídico. No caso de haver um ataque ou a causação de um mal por outros meios (por exemplo, inadimplemento contratual³, ataque armado⁴, bruxaria⁵), havia um direito de retaliação. É verdade que, muitas vezes, isso não decorria de restrições necessariamente internacionais mas sim de imperiosa necessidade de justificação interna, mormente da complexa exigência de mobilização de guerreiros e

¹ Não é sem razão que um antropólogo moderado da guerra, R. Brian Ferguson, “Tribal Warfare and Ethnic Conflict”, *CSQ*, v. 29, n. 1, 2005, p. 18, entende que, apesar da frequência da guerra, não existirá uma associação entre natureza e guerra, haja em vista que na história vários povos não tinham por costume recorrer à guerra.

² Ver uma crítica a essas concepções, principalmente a famosa tese de Napoleon Chagnon sobre os Ianomami, em id., “A Savage Encounter. Western Contact and Ianomami Warfare” in: id., & Niall L. Whitehead (eds.), *War in the Tribal Zone. Expanding States and Indigenous Warfare*, Santa Fé/Oxford, SARP/JC, 1999, pp. 199-227.

³ De acordo com a interpretação de id., *Yanomamis Warfare. A Political History*, Santa Fé, SARP, 1995, pp. 39-54, apesar de que a principal motivação para a guerra entre os ianomamis ser a posse de bens, as guerras – de menor intensidade – poderiam ter uma causa jurídica, isto é, resultavam do incumprimento de contratos de casamento feitos entre as aldeias. Deve ser esclarecido que esses acordos implicavam a escolha de uma mulher de uma aldeia em troca de um valor a pagar pelo noivo. Os tratos eram realizados com antecedência considerável e caso um dos lados não cumprisse o contrato, não dando a filha em casamento ou não pagando, dar-se-ia início a um processo gradativo de hostilidades entre as aldeias, que poderia levar até a incursões bélicas mútuas.

⁴ Por exemplo, na forma de homicídio a um dos integrantes da tribo, como relata Rafael Karsten, “Blood Revenge and War among the Jibaro Indians of Eastern Ecuador” in: Paul Bohannan (ed.), *Law & Warfare. Studies in Anthropology of Conflict*, Austin, UTExP, 1967, p. 314, em relação aos Jivaros.

⁵ Por vezes, a justificação do conflito residia na imputação de bruxaria a um adversário quando, por exemplo, misteriosamente faleciam muitas pessoas na comunidade. O mesmo caso, relatado por Ibid., p. 314, é exemplificativo, destacando que mortes inexplicáveis podiam ser atribuídas à feitiçaria do inimigo.

principalmente de assegurar o assentimento das próprias divindades e antepassados⁶.

Seria este um traço remoto da principal, e historicamente permanente, necessidade de atribuir causa justa à guerra para ganhar o assentimento dos deuses e a vitória no campo de batalha. No entanto, era claramente limitado, pois, no geral, garantido o apoio dos protetores das comunidades, estas eram livres para prosseguirem os seus objetivos por via da força⁷. Destarte, do ponto de vista do direito à guerra, as limitações não eram muito abrangentes nesse período, ainda que, indubitavelmente, do ponto de vista retórico, terá existido uma necessidade permanente de justificação⁸. Por conseguinte, não faz sequer sentido indagar se existiram antecedentes jurídicos das intervenções humanitárias nesse período como exceção a eventuais restrições ao uso da violência intercomunitária, porque, aparentemente, nem esta possibilidade era colocada, nem era necessário recorrer a ela pois, no essencial, para a legitimação da guerra bastava a invocação de um interesse nacional ou a proteção de um membro da comunidade.

⁶ Apesar disso não ser decisivo no sentido de se comprovar a existência de determinadas restrições internas, e neste caso, sobrenaturais, ao uso da força no cenário internacional, o facto é que a consulta aos espíritos e aos ancestrais, comum a vários povos primitivos antes da guerra, pode ser entendida neste âmbito. Por exemplo, entre os Jívaros da América do Sul, de acordo com Ibid., pp. 316-317, antes da guerra consultavam-se os espíritos e somente se houvesse sinais favoráveis se dava curso à campanha militar. O mesmo padrão ainda era válido no período arcaico da Grécia e de Roma, bem como em praticamente todos os povos da antiguidade, período medieval e parte da modernidade. Os Deuses eram consultados e os auspícios assegurados antes de se lançar qualquer campanha militar.

⁷ Por exemplo, objetivos internos, demonstrados pela experiência de Palau, relatada por Jolie Liston & H. David Tuggle, “Prehistoric Warfare in Palau” in: Elizabeth N. Arkush & Mark Allen (eds.), *The Archaeology of Warfare: Prehistories of Raiding and Conquest*, Gainesville, UPFlo, 2006, pp. 148-183, de acordo com a qual, essas comunidades também seguiam propósitos de poder e usavam a guerra como instrumento. De todo o modo, sendo de se inferir que a existência de alianças e de, possivelmente, federações de aldeias, o que pressupõe a conclusão de acordos entre as aldeias, e algum controlo, até jurídico, no fenómeno da guerra, o facto é que, por outro lado, a guerra fazia parte integrante da estrutura social e de poder na sociedade de Palau, o que originava claras dificuldades na sua restrição fundamental; é que a manutenção do poder interno das elites e dos governantes dependia sobremaneira da manifestação do poder de liderança contra outras comunidades políticas; similar foi a experiência do povo Maori, estudada por Mark Allen, “Transformations in Maori Warfare” in: Ibid., pp. 193-197, dando conta de guerras endémicas entre os Maoris por vários motivos, como a expansão de território ou meras incursões bélicas para angariar alimentos ou para vingar um mal cometido contra a sua aldeia (pp. 193-194). As evidências da existência de fortificações, bem como ataques a elas dirigidos, e ainda armamento datado do período pré-histórico, dão a entender a constância dos conflitos armados (pp. 195-197).

⁸ Muito embora, em certo sentido, o comentário de R. Brian Ferguson, “The Birth of War”, *NH*, s.n., 2003, pp. 28-35, para quem, havendo uma necessidade humana de auto-justificação, todos aqueles que começam uma guerra parecem acreditar na justiça do caminho escolhido e sempre imputam as responsabilidades ao adversário (p. 34).

7.2. As Grandes Civilizações Orientais e as Limitações Jurídicas à Guerra⁹

A etapa seguinte da nossa investigação será a análise do Direito Internacional na antiguidade oriental, mais concretamente entre as civilizações do Próximo e do Médio Oriente¹⁰. No tocante à guerra em específico, à primeira vista, se se analisar a prática internacional dessas unidades políticas, chegar-se-á à conclusão de que não existiram quaisquer regras para constranger ou limitar internacionalmente uma comunidade política no momento em que esta quisesse usar a força. Na realidade, qualquer delas – Babilónia¹¹, o Reino Hitita¹², Assíria¹³, Pérsia¹⁴ e Egito –, ainda que num período mais

⁹ Relativamente a esta questão são imprescindíveis os artigos de Amnon Altman (“Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: The Early Dynastic Period of Southern Mesopotamia”, *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 153-172; “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (2) The Old Akkadian and Ur III Periods In Mesopotamia”, *JHIL*, v. 7, n. 2, 2005, pp. 115-136; “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: the Ancient Near East in the Old Babylonian Period (2003-1595 BCE)”, *JHIL*, v. 10, n. 1, 2008, pp. 1-33; “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE)”, *JHIL*, v. 11, n. 1, 2009, pp. 125-186; “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE) (concluded)”, *JHIL*, v. 11, n. 2, 2009, pp. 333-356; “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (5) the Near East 1200-330 BCE”, *JHIL*, v. 12, n. 1, 2010, pp. 101-153). No espaço lusófono, vide a introdução geral de Paulo Borba Casella, *Direito Internacional no Tempo Antigo*, São Paulo, Atlas, 2012.

¹⁰ Em geral sobre essas civilizações, vide George Roux, *La Mésopotamie*, Nouvelle Edition, s.l., EdS, 1995, *passim*, e sobre a guerra nesse espaço, Benjamin Foster, “Water under the Straw: Peace in Mesopotamia” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 64-80.

¹¹ Aliás, a criação do poderoso reino da Mesopotâmia do Norte, com o seu centro na cidade da Babilónia, não teria sido possível se o rei Hamurabi não tivesse declarado guerra aos seus vizinhos para expandir o seu território continuamente. Fê-lo, contudo, utilizando justificações que se podiam considerar em certo sentido jurídicas. A título exemplificativo cita-se o caso contado por *Ibid.*, p. 235, a conquista do cobiçado Reino de Larsa, foi feita depois de Hamurabi ter acusado o seu rei Rîm-Sin de ter enviado forças armadas para invadir e pilhar parcelas do território babilónico.

¹² Recomenda-se a descrição de José Nunes Carreira, “Introdução” in: *id.*, *Historiografia Hitita*, Lisboa, CHFDUL/Colibri, 1999, pp. 25-30, que chama a atenção para a combinação de estratégias diplomáticas e militares na expansão imperial hitita, especialmente promovida pela destreza de governantes como Suppiluliuma I, Mursili II, Muwatalli e Hattusili III. Especificamente sobre a guerra e a paz, Richard Beal, “Making, Preserving, and Breaking the Peace with the Hittite State” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 81-97.

¹³ A este respeito, Francisco Caramelo, “A guerra nos textos proféticos da Assíria” in: António Ramos dos Santos & José Varandas (org.), *A Guerra na Antiguidade*, Lisboa/Casal da Cambra, CHFDUL/Caleidoscópio, 2006, pp. 25-32, e Michael Hasel, “Assyrian Military Practices and Deuteronomy’s Law of Warfare” in: Brad Kelle & Frank Ames (eds.), *Writing and Reading War: Rhetoric, Gender, and Ethics in Biblical and Modern Contexts*, Atlanta, SBL, 2008, pp. 67-81; igualmente George Roux, *La Mésopotamie*, pp. 329-330.

¹⁴ Não obstante, de todos os povos da antiguidade, judeus incluídos, talvez os persas tenham sido os que mantinham uma maior humanidade na guerra. A este respeito, pronuncia-se Samuel Finer, *História do Governo I: Monarquias e Impérios Antigos*, José Espadeiro Martins (trad.), Lisboa, Europa-América, 2003, p. 334, salientando que faziam a guerra com grande humanidade. Aliás, algumas dessas características eram muito apreciadas mesmo pelos seus adversários, depois do fim da Pérsia Aqueménida e o surgimento da Pérsia Arsácida, conforme atesta o estudo de Stephan Verosta, “International Law in Europe and Western Asia between 100 and 650 A.D.”, *RCADI*, t. 113, n. 3, 1964, pp. 485-620. Vide igualmente, Josej Wiesehöfer, “From Achaemenid Imperial Order to Sasanian Diplomacy: War, Peace, and Reconciliation in Pre-Islamic Iran” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 121-140.

tardio da sua história¹⁵ – usou a guerra de forma disseminada para expandir o seu território, angariar glória e poder e, acima de tudo, riqueza¹⁶. E não só. No que concerne aos métodos utilizados durante e depois da guerra¹⁷ não parece ter existido qualquer moderação. Os vencedores destruíam as cidades, massacravam em massa os líderes locais e mesmo a população¹⁸, principalmente por faltas graves como rebeliões contra o ocupante, reduziam à escravidão os vencidos¹⁹ e promoviam até deportações em massa

¹⁵ De todos os Estados orientais, o Egito talvez tenha sido o naturalmente menos belicoso, o que pode ser explicado pelo facto de, em boa parte da sua longa história, não ter sido submetido a pressões externas intensas que pudessem colocar em causa a sua existência ou integridade. Foi somente depois da invasão dos Hicsos, provenientes da Ásia, que o Egito começou a adotar uma política expansionista sobre essa região para, precisamente, estabelecer uma zona tampão que o pudesse proteger de invasões militares (ver: José das Candeias Sales, “Guerra” in: Luís Manuel de Araújo (dir.), *Dicionário do Antigo Egito*, Lisboa, Caminho, 2001, pp. 395-397, e Anthony Spalinger, “Warfare in Ancient Egypt” in: Daniel Snell (ed.), *A Companion to the Ancient Near East*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 229-241, e, complementarmente, Francis Rey, “Relations Internationales de l’Égypte Ancienne du 15^{me} au 12^{me} siècle avant Jésus-Christ”, *RGDIP*, v. 48, 1941-45, pp. 35-52). No entanto, quando se abriram os contatos com o Médio Oriente o choque entre as potências foi inevitável (v. Lanny Bell, “Conflict and Reconciliation in the Ancient Middle East: The Clash of Egyptian and Hittite Chariots in Syria, and the World’s First Peace Treaty between ‘Superpowers’” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 98-120).

¹⁶ Neste sentido, a afirmação feita pelo grande sumereólogo Jean Bottéro, “No princípio, os sumérios” in: *No princípio eram os Deuses*, Pedro Elói Duarte (trad.), Lisboa, E70, 2006, pp. 13-21, de acordo com a qual os sumérios só faziam a guerra por motivos comerciais, para obtenção de vantagens económicas (p. 21), deve ser claramente relativizada.

¹⁷ Seguir Amnon Altman, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE)”, pp. 142-152.

¹⁸ Veja-se, por exemplo, de modo suficientemente exemplificativo, o relato de Ashurnasirpal reproduzido por George Roux, *La Mésopotamie*, p. 335, sobre a punição a que destinou dignatários locais que se rebelaram contra o seu poder: “[eu] egorjei todos os chefes que se rebelaram contra mim e expus a sua pele no pilar, outros, empalei-os (...) Queimei muitos dos prisioneiros. Capturei muitos soldados vivos. A alguns, cortei os braços ou as mãos; a outros, cortei o nariz, as orelhas e as extremidades. Arranquei os olhos de vários soldados. Fiz uma pilha de vivos e outra de cabeças. Suspendi as suas cabeças em árvores à volta da cidade. Queimei os seus adolescentes, rapazes e raparigas (...) Abati seis mil e quinhentos dos seus guerreiros (...)”. Daí ser correta e convergente com este estudo a conclusão de Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995, p. 7, segundo a qual, a tendência da regulação da guerra nesse período não tendia à limitação dos excessos e crueldades, que eram comuns, especialmente entre babilónios e assírios.

¹⁹ O prisioneiro, militar ou civil, capturado em combate ou em consequência dele, fazia parte do butim de guerra e, portanto, poderia ser legitimamente reduzido à escravidão (veja Raymond Westbrook, “Slave and Master in Ancient Eastern Law”, *CKL*, v. 70, n. 4, 1995, p. 1640 e ss, e Victor Mathews, “Legal Aspects of Military Service in Ancient Mesopotamia”, *Mil.LR*, n. 94, 1981, pp. 146-147), aspeto que era devidamente levado em conta pelos principais instrumentos jurídicos do período, designadamente pelo famoso *Código de Hammurabi* [c. 1780 a.C], Julia Vidili (trad.), São Paulo, Madras, 2005, que prevê esta hipótese ao tentar proteger o indivíduo capturado em batalha, ao limitar a invocabilidade da ausência como causa de divórcio da mulher e ao permitir a retoma da união conjugal em caso de regresso (“Se alguém for capturado na guerra e não houver meios de sustento em sua casa e a sua esposa for para outra casa e levar os filhos; e se mais tarde o seu esposo retornar e vier à sua casa, então essa esposa deverá voltar ao marido, mas os filhos ficarão com os pais”) (art. 135), bem como por outros famosos “códigos mesopotâmicos” como as Leis de Eshnunna (in: Emanuel Bouzon (trad., org. e anot.), *Uma Coleção de Direito Babilónico Pré-Hammurabiano: Leis do Reino de Eshnunna. Introdução, texto cuneiforme em transcrição, tradução do original cuneiforme e comentários*, Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 115-116 (“Se um *awilum* foi feito prisioneiro durante uma expedição militar, de ataque ou de reconhecimento, ou foi levado embora à força e permaneceu por longo tempo em uma outra terra, um outro, então, tomou a sua mulher por esposa e ela gerou um filho: quando ele regressar, sua mulher retornará para ele”), o que

para outros quadrantes do território²⁰. E não se pense que somente os tristemente célebres assírios o faziam. Talvez utilizassem tais métodos com maior intensidade, porém, todos os seus confrades orientais, os babilônios (bem como os seus antecessores sumérios e acádios²¹), especialmente, e, em menor medida, os hititas e os egípcios seguiam-nos nesses procedimentos. Em casos específicos, mesmo os persas, reconhecidos pela sua tolerância, sabiam ser implacáveis com aqueles que a eles se opunham²². O Estado de Israel mais ainda, bastando ler os relatos bíblicos para se concluir que não tinha muitos limites jurídicos internos, particularmente quando se tratava de recuperar a terra prometida de Canaã, e mesmo quando seguiu, aparentemente, era o próprio legislador supremo a dispensar o cumprimento *ad hoc* da lei²³.

Enfim, a prática não dava margem a inferir-se muitos constrangimentos jurídicos internacionais à guerra entre povos, o que não significa que não existissem, em maior ou menor grau, restrições provenientes de obrigações bilaterais de natureza convencional e da necessidade de justificação interna da guerra. De facto, a ausência de normas costumeiras e universais de contenção ou de proibição da guerra, era compensada por obrigações bilaterais de não-agressão assumidas pelos Estados por via de tratados²⁴. Com base em tais dispositivos, os povos obrigavam-se de facto a abster-se

indica que, ainda que sendo submetida a pressupostos distintos, aparentemente era entendimento comum na Mesopotâmia (para. 30).

²⁰ Prática introduzida de forma mais sistematizada e intensa, como lembra George Roux, *La Mésopotamie*, p. 353, por Teglath-Phakasar, fundador do Império Assírio, e que foi seguida pelos seus sucessores de forma tão constante que em três séculos haviam sido deportados dentro do império cerca de quatro milhões de pessoas. Apesar disso, entre os objetivos das deportações em massa não estavam somente a crueldade e o desejo de punição, mas igualmente visavam povoar regiões e desenvolver a agricultura, bem como recrutar soldados e artistas” (Ibid.).

²¹ Em especial sobre estes, Amnon Altman, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (2) The Old Akkadian and Ur III Periods In Mesopotamia”, pp. 115-136.

²² Embora seja uma reação àquilo que poderia ser classificado como uma violação ao Direito Internacional, David Bederman, *International Law in Antiquity*, Cambridge, UK, CUP, 2001, p. 108, conta que depois dos egípcios terem assassinado os enviados especiais mandatados por Cambises para negociar os termos da rendição da cidade de Menfis, sob cerco, na sequência da tomada da cidade, os persas mataram dez egípcios por cada um dos enviados executados.

²³ No caso dos judeus, as características da sua prática internacional na antiguidade, não deixa de causar problemas justificatórios delicados para os autores que se recusam a compreender a natureza evolutiva das religiões e os momentos mais obscuros do seu desenvolvimento. É um equívoco mascarar esses aspetos, como é problemático analisá-los de forma anacrônica. A religião judaica sofreu um processo de humanização muito intenso ao longo dos séculos, da mesma forma que muitas outras, incluindo a cristã, no entanto, isso não nos pode levar a esconder as suas características menos boas em vários momentos históricos. No sentido aqui criticado, vide as palavras de Prosper Weil, “Le judaïsme et développement du droit international”, *RCADI*, t. 151, n. 3, 1976, p. 269, para quem os judeus do período bíblico ainda mantinham costumes bárbaros e tribais só mais tarde humanizados.

²⁴ Péter Kóvacs, “Relativities in Unilateralism and Bilateralism of the International Law of Antiquity”, *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 174-180, caracteriza o Direito Internacional da Antiguidade corretamente com base em obrigações essencialmente bilaterais e, nalguns casos (v. infra), unilaterais.

de ter qualquer comportamento agressivo em relação ao seu congênere de forma direta e mesmo a auxiliar um terceiro que tivesse intenções de abrir hostilidades em relação ao seu parceiro convencional. Evidentemente, qualquer violação por uma das partes autorizava a outra a descumprir as suas, dando origem, regra geral, a um estado de guerra. De todo o modo, deve-se salientar que eram os próprios deuses de ambas as partes que garantiam, em nome de cada uma, o adimplemento das obrigações respectivas sob ameaça de ocorrência de males de toda a sorte²⁵.

Por outro lado, existiam restrições internas ao uso internacional da força²⁶. Efetivamente, o papel impregnante da religião dava base a essas limitações, quando, pelo menos em alguns casos, exigia declarações de guerra que passavam por um crivo interno, entre o soberano e o(s) seu(s) deus(es), da qual dependiam em última instância, a proteção divina e a vitória²⁷. A necessidade justificatória incidia precisamente na demonstração da compatibilidade entre as determinações divinas de justiça e as motivações para o empreendimento militar. Muitas guerras de agressão eram justificadas como tendo sido mandatadas por um deus²⁸, no entanto, é possível que tenha existido alguma restrição em casos mais duvidosos – nomeadamente fazer guerra a um povo com o qual se tinha um tratado de aliança ou ao qual não se podia imputar qualquer falta – ou, no mínimo, retrospectivamente, avaliar as derrotas como punições

²⁵ Para discussões a respeito deste ponto e do papel dos juramentos e imprecções no quadro jurídico-internacional da antiguidade oriental, impregnado pela religião, Donald Magnetti, “The Function of the Oath in the Ancient Near Eastern International Treaty”, *AJIL*, v. 82, n. 4, 1978, pp. 815-829, destacando, no entanto, que a sua garantia de execução dependia ou da crença na punição divina ou da possibilidade de se recorrer à força militar” (p. 815); Karl-Heinz Ziegler, “Conclusion and Publication of International Treaties in Antiquity”, *Isr.LR*, v. 29, n. 1-2, 1995, pp. 233-249; David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 61-65; Amnon Altman, “The Role of the ‘Historical Prologue’ in the Hittite Vassal Treaties: An Early Experiment in Securing Treaty Compliance”, *JHIL*, v. 6, n. 1, 2004, pp. 43-64; ver também os tratados reunidos em Gary Beckman (ed.), *Hittite Diplomatic Texts*, 2. ed., Atlanta, SBS, 2000.

²⁶ Cf. o interessante estudo geral de Péter Kóvacs, “Relativities in Unilateralism and Bilateralism of the International Law of Antiquity”, pp. 180-185, chamando a atenção para a importância das obrigações unilaterais e das restrições jurídicas internas para o Direito Internacional deste período.

²⁷ Vide Victor Matheas, “Legal Aspects of Military Service in Ancient Mesopotamia”, p. 139, e Amnon Altman, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: The Early Dynastic Period of Southern Mesopotamia”, p. 169, ambos destacando a frequência e importância da invocação do apoio divino.

²⁸ Cf. Amnon Altman, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: The Early Dynastic Period of Southern Mesopotamia”, *passim*; pp. 162-163, em relação à prática suméria; id., “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (2) The Old Akkadian and Ur III Periods in Mesopotamia”, pp. 115-136, para a prática acádia de Sargão; e id., “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: the Ancient Near East in the Old Babylonian Period (2003-1595 BCE)”, pp. 1-33, para a prática de hititas, assírios, egípcios e babilônicos em vários períodos; id., “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE)”, 2009, pp. 125-186; id., *Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (5) the Near East 1200-330 BCE*”, pp. 101-153.

divinas originadas pela ausência de causa justa para a feitura da guerra por parte de ‘guerreiros ímpios’²⁹.

Talvez essa ideia não se aplicasse a todos os povos, pelo menos não da mesma forma em todo o caso³⁰, mas o exemplo israelita é paradigmático³¹ e deve fixar a atenção do estudioso não só relativamente à análise histórica do período³², mas também pela influência que as Sagradas Escrituras vieram a exercer, mais tarde, na Era Moderna, inclusivamente entre os principais internacionalistas desta época³³, e na atual prática do Estado de Israel, um dos mais intervenientes no sistema internacional no que à guerra diz respeito³⁴. Os judeus regiam-se por uma Lei Fundamental e pelo *Halacha* (o Direito Judaico), cujas disposições estavam dispersas principalmente pelos cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica³⁵. Entre elas incluem-se preceitos que tinham por objeto a regulação interna das relações internacionais do(s) Estado(s) judeu(s) e antes disso das formas mais descentralizadas de organização do poder que conheceram³⁶, podendo dizer-se que se estes não se submetiam a nenhuma ordem jurídica superior,

²⁹ Veja-se a propósito, Frédéric Blaive & Claude Sterckx, *Le Mythe Indo-Européen du Guerrier Impie*, Paris, L’Har, 2014.

³⁰ Entre os assírios, por exemplo, um pouco como mais tarde veio a suceder com os romanos, a guerra, ou mesmo qualquer operação militar, somente poderia ocorrer quando existissem bons auspícios (Ver Samuel Finer, *História do Governo I: Monarquias e Impérios Antigos*, p. 234).

³¹ Sobre o direito judaico de guerra e aspetos afins, ver, *inter alia*, Prosper Weil, “Le judaïsme et développement du droit international”, pp. 253-335; Alexander Rofé, “The Laws of Warfare in the Book of Deuteronomy: Their Origins, Intent and Positivity”, *JDOT*, v. 32, n. 1, 1985, pp. 23-44; Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”; Aviezer Ravitsky, “Prohibited Wars in the Jewish Tradition” in: Terry Nardin (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 95-114; 115-127; Shabtai Rosenne, “The Influence of Judaism on the Development of International Law: an Assessment” in: Mark Janis & Carolyn Evans (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 1999, pp. 76-78, ressalve-se, no entanto, que estes estudos não têm a história como preocupação principal, e sim, por vezes, aspetos teológico-filosóficos da conceção judaica da guerra. Destarte, muitos deles amparam-se não só nas Sagradas Escrituras, que para nós é o documento essencial para se analisar o direito de guerra do Israel histórico, mas também nas interpretações talmúdicas posteriores ao desaparecimento dos Reinos Judaicos.

³² Neste sentido, recomenda-se a introdução geral de Susan Niditch, “War and Reconciliation in the Traditions of Ancient Israel: Historical, Literary, and Ideological Considerations” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 141-160

³³ A respeito dessas contribuições, ver Shabtai Rosenne, “The Influence of Judaism on the Development of International Law: an Assessment”, pp. 63-94; Prosper Weil, “Le judaïsme et développement du droit international”, pp. 311-321.

³⁴ Sobre essa influência, entre outros, ver Arye Edrei, “Law, Interpretation, and Ideology: the Renewal of the Jewish Laws of War in the State of Israel”, *CarLR*, v. 28, n. 1, 2006, pp. 187-227, e Norman Solomon, “Judaism and the ethics of war”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, pp. 295-309.

³⁵ Que, no entanto, conforme atestam vários estudiosos da matéria, foram provavelmente compostos em períodos diferentes, representando, desta forma, mais do que uma compilação, a evolução do Direito hebraico, desde a saída do Egito ao período dos dois reinos (Neste sentido, por todos, Joseph Blenkinsopp, *Wisdom and Law in the Old Testament. The Ordering of Life in Israel and Early Judaism*, Revised Edition, Oxford, OUP, 2003, pp. 84-119). No geral, uma apresentação geral da Bíblia Hebraica pode ser encontrada em Leo Perdue (ed.), *The Blackwell Companion to the Hebrew Bible*, Oxford, Blackwell, 2001.

³⁶ Em geral, recomenda-se Roland de Vaux, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, Grand Rapids, MI/Livonia, MI, WBE, Dove, 1961.

mormente internacional, pelo menos deveriam pautar o seu comportamento por dispositivos jurídicos internos³⁷. A guerra era, então, uma dessas matérias reguladas pelas Sagradas Escrituras, dispondo-se sobre várias questões, nomeadamente a autoridade que a podia promover, os procedimentos e os controlos internos destinados a supervisionar o uso internacional da força ou as regras de direito de guerra que os judeus deveriam respeitar em situação de campanha militar de combate³⁸.

A natureza, os pressupostos e as consequências jurídicas diferiam consoante o tipo de guerra que se estivesse a travar³⁹, do que resultam, no fundo, noções sobrepostas de guerra santa e guerra justa⁴⁰. Conforme a primeira, os judeus acreditavam que determinadas campanhas militares eram obrigatórias, as *Mitzvah*, pois ordenadas por *Yaveh*, e que englobavam guerras para a ocupação de Canaã e guerras de legítima defesa. Na prática, eram guerras travadas por Jeová contra os inimigos do povo hebreu e deveriam ser respondidas com zelo e entusiasmo pelo povo escolhido. Uma guerra obrigatória, mandatada por Deus dispensaria, a rigor, qualquer legitimação adicional, até porque, para os judeus, quem comandava o exército nessas ocasiões e garantia a vitória das suas forças era o próprio Senhor, portanto ela deveria ser executada de forma decidida pelas entidades com responsabilidades de execução sem hesitação⁴¹. Daí que neste tipo de guerra, maioritariamente travadas no período de ocupação de Canaã, o ator principal era mais o Senhor e o seu profeta, enquanto porta-voz do comandante supremo do exército, Deus, do que o próprio líder secular. Inicialmente, todas as guerras que os

³⁷ Shabtai Rosenne, “The Influence of Judaism on the Development of International Law: an Assessment”, p. 76, que conclui corretamente que não se trata de Direito Internacional no sentido estrito da expressão, mas normas de direito judaico; ver também David Bederman, *International Law in Antiquity*, p. 265.

³⁸ Apesar disso, existem dúvidas a respeito do valor prático que as normas internas sobre o direito de guerra, que estão na sua maioria no *Deuteronómio*, teriam na condução real da política externa do Estado de Israel (ou Israel e Judá) em toda a sua história, mantendo, alguns autores, que o texto incluiu normas inseridas, como inovações já no período de ocaso da civilização judaica antiga e, portanto, tendo-se reduzido ao reinado de Josias em Judá (Cf. a este respeito, Alexander Rofé, “The Laws of Warfare in the Book of Deuteronomy: Their Origins, Intent and Positivity”, pp. 23-44).

³⁹ Um exemplo ilustrativo encontra-se na passagem mais completa da *Torah* (*Deuteronómio*, 20/10 e ss) sobre a regulação da guerra, quando são estabelecidos dois regimes jurídicos diferentes: um para as “cidades muito afastadas”, mais flexível e limitado, e outro para as “cidades daqueles povos cuja posse te dá o Senhor teu Deus”, onde praticamente inexistiam quaisquer restrições jurídicas sobre o modo como as guerras deveriam ser travadas (v. *Bíblia Sagrada*, p. 292).

⁴⁰ Veja-se igualmente as contribuições de Robert Good, “The Just War in Ancient Israel”, *JBL*, v. 104, n. 3, 1985), pp. 385-400, e Michael Walzer, “The Idea of Holy War in Ancient Israel”, *JRE*, v. 20, n. 2, 1992, pp. 215-228.

⁴¹ Esta conceção persiste ainda no *Deuteronómio*, 20/ 1 e ss, em que se preceitua: “Quando se aproximar o momento do combate, o sacerdote adiantar-se-á para falar ao povo: Ouve Israel! – lhe dirá ele. Ides combater contra os vossos inimigos: que a vossa coragem não desfaleça! Não temais, nem vos perturbareis, nem vos deixeis amedrontar por eles. Porque o Senhor, vosso Deus, caminha convosco, para combater contra os vossos inimigos e vos dar a vitória” (Ibid., p. 290).

judeus travavam eram guerras obrigatórias, pois a Terra Prometida ainda não havia sido conquistada aos cananeus⁴². Mais tarde, dominado o território,urgia garantir a sua defesa, face aos inimigos sempre presentes⁴³.

Além das *Mitzvah*, havia outra espécie de guerra, as *Reshut*, guerras opcionais, para alcançar objetivos mais seculares, de certa forma tendentes a satisfazer as políticas mais mundanas dos governantes⁴⁴. A distinção entre esses tipos de guerras diferentes parece estar ancorada na história de Israel e corresponde, a rigor, às próprias necessidades bélicas do povo e à distinta prioridade que se atribuía a cada uma delas. Principalmente no reinado de David⁴⁵, apareceram as justificações mais mundanas, como a expansão de território para se garantir um cinturão de segurança, numa espécie de guerra preventiva, ou mesmo arguivelmente para a glória do rei (*Melek*), e estas já eram guerras simplesmente opcionais. Neste período, após a criação do reino e da unificação política, no geral, as guerras opcionais requeriam uma concertação entre dois órgãos do Estado de Israel: o monarca e os sacerdotes mandatados pelo senhor para controlar o exercício do poder político pelo Rei⁴⁶. O conceito de justiça da guerra aplicava-se a este segundo tipo de guerra mencionado.

Dúvidas existem, pendendo a doutrina tradicional para uma resposta negativa, sobre se os judeus conceberam a ideia de guerras proibidas, já que se fala somente em guerras obrigatórias e guerras facultativas⁴⁷. Mas a verdade é que os autores que respondem positivamente à questão têm um bom argumento, pois poderia efetivamente

⁴² Cf. Roland de Vaux, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, p. 247, lembrando que, historicamente, as primeiras guerras de Israel foram guerras de conquista para tomar posse da Terra Prometida.

⁴³ Continua Ibid., sustentando que, durante algum tempo, período dos juízes e do Rei Saúl, os conflitos tornaram-se defensivos, no sentido de que visavam defender o território conquistado dos contra-ataques dos cananeus, dos outros povos de cujas terras esculpiu o seu território e das incursões dos filisteus.

⁴⁴ A respeito da distinção entre guerras obrigatórias e guerras opcionais, cf. Prosper Weil, “Le judaïsme et le développement du droit international”, p. 290 e ss, e Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”, pp. 97-98.

⁴⁵ Para finalizar esta evolução, salienta o mesmo Roland de Vaux, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, p. 247 que o Reino de David corresponde a um período de reconquista e, mais tarde, de expansão”.

⁴⁶ Vários autores, nomeadamente Prosper Weil, “Le judaïsme et le développement du droit international”, p. 293, falam na necessidade de aprovação da guerra pelo Grande Sinédrio, composto por setenta e um membros, no entanto, é mais credível que este mecanismo tenha sido criado muito mais tarde. Tanto é assim, que não existem referências diretas a este órgão nas Sagradas Escrituras, aparecendo mais tarde na literatura rabínica e talmúdica. No período em que os reinos judaicos efetivamente existiram, o controle era feito por profetas individuais mandatados pelo Senhor para fiscalizar a atividade real e denunciar, se necessário, os seus desvios.

⁴⁷ Para esta questão, recomenda-se, em geral, Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition, p. 97.

existir uma definição pela negativa, isto é: seriam guerras proibidas todas aquelas que não fossem obrigatórias e nem facultativas⁴⁸.

Assim, do ponto de vista do *jus ad bellum*, em princípio, a determinação divina de um combate já era suficiente para o legitimar e garantir-lhe causa justa. Entre estas guerras, estavam, com toda a certeza, as que fossem empreendidas contra os povos da região (filisteus, hiteus, amorreus, cananeus, fariseus, heveus e jebuseus) para a recuperação da Terra Prometida⁴⁹, bem como, por motivos naturais, aquelas que tivessem motivação defensiva⁵⁰, neste caso de proteção do território entretanto conquistado de qualquer ameaça externa, e de libertação nacional, nas situações múltiplas em que o povo judeu esteve sob domínio estrangeiro⁵¹. Estas eram guerras

⁴⁸ Existirão seguramente argumentos fortes em ambos os sentidos. De uma parte, é verdade que a conceção de guerras opcionais é tão elástica que pode incluir qualquer tipo de guerra, mesmo as que tivessem por objetivo a conquista de território ou as que são travadas pela glória dos governantes. No entanto, de outra parte, não deixa de ser verdade que a existência de mecanismos de controlo dão a entender que materialmente existiam limites para o uso internacional da força pelos exércitos de Israel.

⁴⁹ Descritas principalmente no *Livro de Josué* e no *Livro dos Juízes*, que começam com a tomada de Jericó por obra do Senhor (“O Senhor disse a Josué: “Vê que te entreguei Jericó, o seu Rei e os seus valentes guerreiros (...)”, e continuada com a conquista de Hai (“O Senhor disse em seguida a Josué: “Não temas, nem tenhas cuidados. Toma contigo todos os guerreiros e sobe contra Hai. Eis que te entrego o rei de Hai, o seu povo, a sua cidade e a terra”) e das “cidades do sul”, as cidades amorritas, e Asor, perfazendo trinta e uma cidades (*Bíblia Sagrada*, pp. 315-332). Apesar de a Terra Prometida não ter sido conquistada integralmente (“Josué estava velho, avançado em anos, e o Senhor disse-lhe: ainda tens um grandíssimo espaço de terra a conquistar: Eis o que resta (...[descrição dos territórios a conquistar]...). Eu expulsá-los-ei diante dos israelitas (...))”, foi a fase decisiva dessa espécie de guerra obrigatória, implacável, feita sob a liderança direta de *Yaveh* e capitaneadas por Josué ou Judá.

⁵⁰ Por todos, vide Shabtai Rosenne, “The Influence of Judaism on the Development of International Law: an Assessment”, p. 77 ([A Mitsvah] era um tipo de guerra pela existência nacional e para a legítima defesa, e Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”, pp. 99-100.

⁵¹ O *Livro dos Juízes* é pródigo em casos. Repetidas vezes, o povo de Israel pecava contra o Senhor. Tentados pelos vizinhos idólatras, adotavam os seus Deuses, esquecendo o seu próprio. Nestes casos, era por Ele punido com a subjugação e o domínio estrangeiro (“Os israelitas fizeram então mal aos olhos do Senhor e serviram Baal. Abandonaram o Senhor, Deus de seus pais, que os tinham tirado do Egito, e seguiram outros deuses, os dos povos que habitavam em torno deles, prostraram-se diante deles, excitando assim a cólera do Senhor (...) A cólera do Senhor inflamou-se contra Israel e ele entregou-os aos piratas, que os despojaram, e vendeu-os aos inimigos dos arredores, de maneira que não puderam resistir-lhes mais (...))”. A espaços, o Senhor, por meio de um Juiz, levantava-se contra os opressores do seu povo, derrotando-os e permitindo alguns anos de liberdade até que recaíssem no pecado e na dominação externa outra vez (“Os israelitas fizeram o mal aos olhos do Senhor (...) e ele entregou-os nas mãos de Cusã-Rasataim, rei da Mesopotâmia, a quem ficaram sujeitos durante oito anos. Os israelitas clamaram ao Senhor, que lhes suscitou um libertador para os salvar: Otoniel, filho de Cenez, irmão mais novo de Caleb. O Espírito do Senhor desceu sobre ele: ele julgou Israel e saiu para a guerra. O Senhor entregou-lhe Cusã-Rasataim, rei da Mesopotâmia, e a sua mão trinfou sobre ele. A terra teve quarenta anos de descanso, e Otoniel, filho de Cenez, morreu. Os israelitas fizeram de novo mal aos olhos do Senhor e o Senhor excitou contra eles Eglon, rei de Moab (...) E os israelitas estiveram sujeitos a Eglon, rei de Moab, durante dezoito anos. Os filhos de Israel clamaram ao Senhor, que lhes suscitou um libertador na pessoa de Aod (...)” e, mais tarde, Samgar, Débora, Gedeão, Jefté, Sansão e outros de menor expressão (*Juízes*, 3/7 e ss). Diga-se, no entanto, que, pelos motivos adiantados, nem sempre as guerras de libertação nacional eram sancionadas pelo Senhor, pois, por vezes, o domínio estrangeiro sobre o povo de Israel, era resultado da sua própria vontade. Como Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”, p. 100, lembra, por outro lado, o critério era a determinação divina e não o carácter religioso, haja em vista que Deus também podia conceder o domínio de Israel a estrangeiros como forma

obrigatórias, que se podiam conceber como naturalmente lícitas, pois correspondiam à vontade do Senhor de conquistar e garantir a Terra Prometida ao Seu povo.

As guerras opcionais, por sua vez, dependiam de interesses mais seculares, do próprio Estado de Israel, inclusivamente levando em consideração a sua glória e expansão num sistema internacional hostil e em que a sobrevivência do Estado dependia, em larga medida, da sua grandeza e dimensão⁵². Neste sentido, pelo menos quando pôde, Israel não deixou de perseguir, principalmente pela mão do belicoso David, o engrandecimento do Estado e a glória do povo judeu, de forma similar aos seus confrades orientais.

Relativamente às limitações jurídicas existentes em períodos de conflito armado, não se pode dizer que os judeus conhecessem muita moderação. Estas não se impunha nos casos de guerras obrigatórias – por ordem do Senhor, todos os habitantes deveriam ser dizimados e a sua terra ocupada pelos judeus⁵³. Raras eram as vezes em que isto não ocorria, tendo as referências mais famosas sobre o *jus in bello* presentes no *Deuteronomio*⁵⁴ a ver mais com as guerras opcionais do que com as guerras obrigatórias⁵⁵, que pressupunham uma desvinculação total dos exércitos judeus de

de punição coletiva e intergeracional (em específico sobre esta última questão, Bernard Levinson, *Law Revision and Religious Renewal in Ancient Israel*, Cambridge, UK, CUP, 2008).

⁵² Exemplificativamente, Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”, pp. 99-100, para quem entre essas guerras estavam as que visavam essencialmente a glória dos reis.

⁵³ Aliás, diversas passagens das Sagradas Escrituras mostram que, mesmo nas situações em que o povo de Israel tivesse a intenção de adotar meios mais humanos em situação de guerra, era o próprio *Yaveh* a determinar a prossecução de uma guerra total, sem contemplações ou restrições. Por exemplo, ao contrário do que tinha ordenado o Senhor, os judeus não expulsaram os cananeus quando ocuparam a Terra Prometida (juízes 1), sendo condenados, por isso, a viver com eles para sempre (Juízes 2) ou o mais interessante caso de Saúl e dos amalequitas, que é contado da seguinte forma: Deus ordenou ao Rei Saúl que ele derrotasse e exterminasse os amalequitas (“Samuel disse a Saúl: “O Senhor enviou-me para que te consagrasse rei do seu povo de Israel. Ouve agora o que diz o Senhor. Assim fala o Senhor dos Exércitos: vou pedir contas a Amalec do que fez a Israel, opondo-lhe no caminho, quando saiu do Egito. Vais, pois, fere Amalec e vota ao interdito tudo o que lhe pertence, sem nada poupar: matarás homens e mulheres, crianças e meninos de peito, bois e ovelhas, camelos e jumentos”- *Samuel* 15). Apesar disso, o Melek, não obstante ter realmente dizimado todos os habitantes da cidade, resolveu, quicá por determinações estratégicas, poupar o seu Rei, Agag, o que atraiu a ira do Senhor. Foi o segundo pecado de Saúl, que o transformou num governante ilegítimo aos olhos do Senhor (*Bíblia Sagrada*, pp. 411-412).

⁵⁴ O *Deuterómio* 20/19 que ordenava: “quando sitiareis uma cidade durante longo tempo e tiveres de lutar para apoderar-se dela, não cortáras as árvores a golpe de machado; comerás os seus frutos, mas não derrubarás (...)” (Ibid., p. 291), lei que se aplicava a todos os casos, mas a proteção de pessoas (mulheres e crianças) e dos seus bens dependia do carácter obrigatório ou não-obrigatório da guerra (*Deuterómio* 20/10 e ss)

⁵⁵ Alguns autores, nomeadamente Alexander Rofé, “The Laws of Warfare in the Book of Deuteronomy: Their Origins, Intent and Positivity”, *passim*, sustentam que este livro contém já uma perspetiva mais humanizada da guerra, nomeadamente da forma como ela deveria ser conduzida, que não teria correspondência real com as normas que guiaram os judeus durante a maior parte da sua existência enquanto povo; no entanto, outros autores, como Prosper Weil, “Le judaïsme et développement du droit international”, p. 293, neste caso recorrendo às interpretações maimonidianas, sustentam que tais restrições eram aplicáveis inclusivamente às guerras obrigatórias, tese que, todavia, nos parece algo afastada daquilo que realmente terá ocorrido no período da Israel histórica.

qualquer restrição jurídica⁵⁶. Para mais, tudo era permitido para derrotar o inimigo, inclusive recorrer a traidores, espões e toda a sorte de truques e engodos⁵⁷.

O caso de Israel é igualmente importante também nesta discussão sobre o uso da força por motivos humanitários, pois poder-se-ia pensar que o fanatismo religioso dos judeus, com o seu Deus único, inseridos num cenário de comunidades políticas de religião politeísta, poderia ter desenvolvido alguma tendência de evangelização pela força dos infiéis vizinhos, para eventualmente salvar as suas almas e colocá-los no caminho da “verdadeira fé”. Porém, nada mais longe do espírito dos judeus e do judaísmo. Em princípio, não sendo uma religião proselitista, os judeus somente tinham simplesmente a obrigação de recuperar a Terra Prometida para lá viverem e terem a proteção divina⁵⁸. Aliás, se pensarmos nas Sagradas Escrituras como um contrato, muito embora entre partes desiguais – Deus e o povo eleito –, em que Aquele se obriga a proteger o seu rebanho e a dar-lhe uma terra onde viver e este a adorá-Lo e a obedecê-Lo de forma incondicional, seria obrigação do Senhor garantir a terra aos judeus. Por isso mesmo, é que era Ele que liderava os exércitos judeus nas campanhas de recuperação da “Terra Prometida”. Todavia, o Senhor a mais não era Obrigado e os judeus não tinham que se preocupar com a salvação dos idólatras, povos que não faziam parte do Pacto, e não podiam ter obrigações dele decorrentes.

⁵⁶ De facto, a primeira parte do *Deuteronomio* (20/10 e ss), dá a ideia de haver alguma tentativa de minorar os efeitos da guerra e humanizá-la, de certo modo. Pelo menos, os judeus deveriam propor a paz antes da guerra e desde que os potenciais antagonistas a eles se submetessem nada aconteceria à população ou à cidade, que, no entanto, ficava submetida a Israel e ao pagamento de tributos (“Quando te aproximares para combater uma cidade, oferecer-lhes-ás primeiramente a paz. Se ela concordar e te abrir as portas, toda a população te servirá”). De outra parte, caso ela se recusasse a se submeter, eram autorizadas as mais duras medidas contra a cidade e seus habitantes (“Se te recusar a paz e começar a guerra contra ti, tu cercá-la-ás e quando o Senhor teu Deus, ta tiver entregue nas mãos, passarás a fio de espada todos os varões que nela houver. Só tomarás para ti as mulheres, as crianças, os rebanhos e tudo o que se encontrar na cidade, e viverás dos despojos dos teus inimigos que o Senhor teu Deus te tiver dado”). Este, curiosamente, era o regime mais favorável e humanizado, aplicável às nações distantes, longe de Canaã, contra as quais presumivelmente somente se travavam guerras opcionais. Contra os povos cananeus idólatras, fosse para conquistar a Terra Prometida, fosse para afastar qualquer possibilidade de contaminação das ovelhas do Senhor, estava autorizada e mandatada uma guerra sem restrições ou contemplações (“Quanto às cidades daqueles povos cuja posse te dá o Senhor, teu Deus, não deixarás nelas viva alma. Segundo a ordem do Senhor, teu Deus, votarás ao interdito os hiteus, os amorreus, os cananeus, os fereseus, os heveus e os jebuseus, para que não suceda que eles vos ensinem a imitar as abominações que praticam em honra dos seus deuses e venhais a pecar contra o Senhor, vosso Deus”. É o que está disposto na segunda parte da passagem supra citada do *Deuteronomio*, na qual, na nossa interpretação, estende a guerra obrigatória não só à conquista da Terra Prometida, mas também à proteção do povo judeu de influências idólatras estrangeiras (*Bíblia Sagrada*, pp. 290-291).

⁵⁷ Ver a descrição das estratégias militares judias em Roland de Vaux, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, p. 236.

⁵⁸ Comparando esta concepção com a islâmica da guerra, *Ibid.*, p. 262, chega a conclusão idêntica quando discute as diferenças entre o conceito hebreu de guerra santa e a *jihad* islâmica.

Porém, por outro lado, não se pode olvidar que se o Pacto Mosaico, mais extenso, tinha como partes Deus e o Seu povo, um contrato anterior, entre Deus e a Humanidade, concluído depois do dilúvio, impunha obrigações, ainda que mínimas, a todos os seres humanos⁵⁹. Eram as chamadas Leis de Noé, que implicavam concretamente numa série de obrigações, incluindo a proibição da idolatria e da blasfémia⁶⁰. Para alguns, estas leis são um verdadeiro Código de Direito Internacional vinculando toda a humanidade, uma vez que toda ela descende de Noé. A ausência de desenvolvimento e, mesmo de enunciação desses princípios nas Sagradas Escrituras, deixa, de certa forma, sem resolver várias questões, nomeadamente a tensão comunitarismo/universalismo do Direito Judeu e a possibilidade da Velho Testamento prever verdadeiras normas de Direito Internacional e não somente de Direito Público Externo. Sendo assim, em princípio, aqueles povos que não obedecessem a este código comportamental, mínimo na aparência, mas que, do ponto de vista da guerra, abria extensas possibilidades, pois incluía, como visto, deveres de repressão da idolatria, algo que na prática permitiria que Israel fizesse a guerra a qualquer nação. Daí que seja discutível se as guerras civilizatórias eram permitidas ao Estado de Israel ou, mais, se faziam parte das guerras obrigatórias⁶¹. No entanto, o conteúdo normativo das chamadas Leis de Noé não aparecem de modo explícito no Pentateuco, sendo uma construção talmúdica muito posterior à própria existência do Estado de Israel. Por conseguinte, para aquilo que nos interessa e se enquadra no âmbito desta investigação, não existem

⁵⁹ Cf. por exemplo, Michael Cartwright, “Biblical Argument in International Ethics” in: Terry Nardin & David R. Mapel (eds.), *Traditions of International Ethics*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 272-274, que reconhecendo que as chamadas Leis de Noé resultam de uma exegese bíblica feita por autoridades rabínicas e não da letra do próprio texto. Por conseguinte, isso induz-nos a colocar dúvidas a respeito da sua consideração pelas autoridades públicas do Estado de Israel ou dos Reinos Judaicos (Israel e Judá).

⁶⁰ À promessa de Deus de não destruir as criaturas da Terra com dilúvios (“Disse Deus a Noé e aos seus filhos: “Vou fazer uma aliança convosco e com a vossa posteridade (...) Nenhuma criatura será mais destruída pelas águas do dilúvio, e não haverá mais dilúvio para devastar a Terra” – *Gênesis* 9), Noé e os seus filhos, de quem descendem, desde aquela altura, toda a humanidade (“Eis a posteridade dos filhos de Noé (...). Destes saíam os povos dispersos nas ilhas das nações, nos seus diversos países, cada um segundo a sua língua e segundo as suas famílias e nações” – *Gênesis* 10), assumiriam determinadas obrigações, que, não estando explicitamente consagradas no texto, incluíam, segundo intérpretes rabínicos do Livro as seguintes proibições: idolatria, blasfémia, derramamento de sangue, pecados sexuais, furto e alimentação de animal vivo, bem como uma injunção de criação de um sistema jurídico (v. Michael Cartwright, “Biblical Argument in International Ethics”, p. 273, n. 2, e, especialmente, David Novak, “Jewish Theology and International Society” in: David R. Mapel & Terry Nardin (eds.), *International Society. Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1998, pp. 192-193, para comentários, e Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, Rennes, PUR, 2005, pp. 45-46, para uma defesa da sua relevância).

⁶¹ Para desenvolvimentos, vide Michael Walzer, “War and Peace in the Jewish Tradition”, pp. 97-98.

evidências suficientes para se considerar que tal perspectiva mais universalista do direito fosse considerada pelos Reinos Judaicos.

De todo o modo, independentemente deste aspeto, o facto é que existe uma passagem do *Génesis* que incita alguma discussão. O Senhor celebra uma aliança com Noé depois do dilúvio enviado para punir a corrupção na Terra. Ao contrário da Aliança do Sinai concluída séculos mais tarde, a outra parte desse contrato era Noé e os seus filhos que não representavam um povo específico e escolhido, mas a própria humanidade⁶². É neste quadro que surgem as Leis de Noé, entre as quais se incluía a proibição do homicídio e as sanções previstas para quem violasse tal proibição⁶³. No entanto, da eventual existência de normas universalmente vinculativas, não se pode deduzir a possibilidade de se fazer a guerra para punir os povos que violam a proibição de forma massiva. Seja como for, alguma associação longínqua é permissível nesse âmbito, embora, não existam casos práticos de nota, e as leis universalistas de Noé tenham sido derogadas pela mais particularistas Leis de Moisés.

Dois outros precedentes orientais podem ser discutidos nesse período, pois, pelo menos do ponto de vista retórico, utilizou-se a ideia de libertação de um povo dos seus líderes para justificar uma invasão a outra comunidade política⁶⁴. O primeiro caso diz respeito à invasão do Egito pelo Império Assírio no século VIII A.C. O Egito depois de passar por um período de graves divisões internas e ausência de poder centralizado e forte, era governado, mais uma vez, por estrangeiros, concretamente provenientes do País de Kush, no Sul, e que fundaram a XXV Dinastia. Os autóctones odiavam aparentemente os seus líderes. Assim sendo, o rei assírio, Assarhadão, desejoso de conquistar o Egito, pensava que ao derrotar os kushitas, seria recebido como o seu libertador pelo povo⁶⁵. Todavia, aquilo que se sabe é que os assírios, dificilmente poderiam ter algum objetivo humanitário, além da sua utilização como mera retórica,

⁶² Sem dúvida o teor do *Génesis* 9/7 (*Bíblia Sagrada*, pp. 290-291), indica-nos uma formulação claramente universalista, a partir da qual a humanidade é reconstituída depois do Dilúvio (As referências a “multiplicai-vos” e “espalhai-vos sobre a terra abundante” são muito comuns, e particularmente a menção à “aliança convosco e com a vossa posteridade”, os quais são ilustrativos dessa orientação universalista).

⁶³ Literalmente, nas palavras usadas pelas Sagradas Escrituras, “Eu pedirei contas do vosso sangue, por causa do vosso sangue, por causa das vossas almas, a todo o animal; e ao homem que matar o seu irmão pedirei contas da alma do homem. Todo aquele que derramar o sangue humano terá o seu próprio sangue derramado pelo homem, porque Deus fez o homem à sua imagem” (Ibid., 9/5-6).

⁶⁴ Olga Butkevych, “History of Ancient International Law: Challenges and Prospects”, *JHIL*, v. 5, n. 2, 2003, pp. 189-236, pode não andar longe da verdade quando afirma, embora com referência a poucos casos, que a doutrina da intervenção humanitária tem a sua origem no período da antiguidade oriental, sendo utilizada retoricamente para justificar a libertação de um povo pelos seus invasores (pp. 205-206).

⁶⁵ Sobre este caso, vide George Roux, *La Mésopotamie*, pp. 372-373.

até porque o tratamento dos seus súditos e particularmente dos inimigos vencidos não dava margem para esse tipo de comportamento altruísta⁶⁶.

Por sua vez, a invasão da Babilónia pela Pérsia Aquemenita em 539 A.C., quando Ciro entra na cidade acadiana, poderia, eventualmente, ser apercebida, como uma intervenção libertadora do povo babilónico. De facto, inicialmente, pelo menos a população comum, se não recebeu o invasor de braços abertos também não o terá hostilizado. Porém, o facto é que muito dificilmente se pode considerar este exemplo como um antecedente remoto de uma intervenção humanitária ou de derrube de um tirano, pois o conquistador, não obstante a reconhecida tolerância com que tratava os povos conquistados, não podia, no caso concreto, ser considerado como libertador de um povo oprimido, não podendo significar a ausência de resistência dos babilónios mais do que uma alteração normal de governantes, sem grande impacto na vida da população comum⁶⁷.

De uma forma ou de outra, o facto é que das principais bases jurídicas para se declarar a guerra, não parece ter decorrido, neste período, qualquer guerra que se aproximasse da ideia de intervenção humanitária, estando enquadrados mais no âmbito da expansão, da glória, da busca de riqueza e de bens, da legítima defesa e da ocupação de território atribuído por Deus ou pelos deuses. No entanto, num sentido muito distante daquele que atualmente se consideraria correto para uma intervenção humanitária, poderiam existir pontos de contato entre a justificação última das guerras na civilização oriental e a teoria da guerra justa, que fundamenta a ideia do uso da força por motivos humanitários. Num certo sentido, as guerras eram uma obrigação decretada pelos deuses na tentativa de impor a ordem contra o caos e as suas manifestações⁶⁸. Neste sentido, em última instância, a guerra encontrava na vontade divina simultaneamente um elemento de promoção e uma dimensão de restrição, pois da necessidade de obediência à vontade divina também decorria uma obrigação de justificação perante as entidades sobrenaturais. Os Estados sentiam-se como entidades civilizadas que recebiam dos Céus um mandato de pacificação, civilização e submissão do exterior incivilizado, bárbaro,

⁶⁶ Na realidade, as motivações do Rei assírio eram outras, mais próximas das suas tradicionais práticas, não se devendo a arroubos humanitários. Para alguns autores, notadamente Ibid., p. 372, era uma ambição antiga da Assíria submeter o Egito, para outros, e.g., António Ramos dos Santos, “Assírios no Egito” in: Luís Manuel de Araújo (dir.), *Dicionário do Antigo Egito*, p. 117, inseriam-se no que se podiam chamar expedições punitivas contra o Egito por estes fomentarem a revolta de cidades vassalas do Império. De uma forma ou de outra, as motivações humanitárias simplesmente não existiam.

⁶⁷ Sobre este exemplo ver mais alguns detalhes em George Roux, *La Mésopotamie*, pp. 450-451.

⁶⁸ Vide o interessante artigo de Francisco Caramelo, “A guerra nos textos proféticos da Assíria”, pp. 25-32.

onde as forças da desordem dominavam⁶⁹. Ao fazê-lo, estariam a usar, a partir de uma dada perspectiva, um motivo humanitário, ainda que os meios utilizados não fossem os mais adequados para isso. O advento da paz e da civilização trazidas pelos impérios também faziam parte dos recursos argumentativos a eles contemporâneos ou retrospectivos utilizados para legitimar as suas conquistas e ações⁷⁰.

7.3. As intervenções contra o tirano na Civilização Chinesa

A China, apesar da visão monolítica e centralizadora⁷¹ que se retém quando se percorre a sua história⁷² também conheceu sistemas internacionais no período que precedeu à sua unificação imperial⁷³ e mesmo depois dela em função da existência de estruturas do tipo feudal⁷⁴, e teve o que se pode considerar um Direito Internacional, bem como regras para regular a política externa do Estado, sem embargo da sobranceria dos governantes chineses em relações aos seus vizinhos bárbaros⁷⁵.

⁶⁹ Cf. Ibid., pp. 26-27, sustentando que a guerra era entendida como um ato sagrado, pois empreendido por vontade de Deus, com o objetivo de trazer o outro para a ordem estabelecida, retirando-o do espaço indómito e domesticando-o; George Roux, *La Mésopotamie*, pp. 330-331, e Samuel Finer, *História do Governo: Monarquias e Impérios Antigos*, v. I, p. 232, dizendo que eram travadas em nome de Achur, no caso dos assírios, e em nome da pacificação, no dos persas (Ibid.).

⁷⁰ Ver a crítica de Ibid., p. 258, a Olmstead, que sustentou terem sido os assírios “cães pastores da civilização”, pois, no seu entender nem todos os povos dominados pelos assírios podiam ser considerados menos civilizados do que eles.

⁷¹ Não nos podemos limitar a fazer considerações categóricas, como Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, New York, MM, 1950, p. 10, e Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, p. 8, que rejeitava terminantemente o seu caráter internacional, para nos exirmos de estudar com mais pormenor o período.

⁷² A respeito da evolução institucional da China, ver Samuel Finer, *História do Governo: Monarquias e Impérios Antigos*, pp. 472-560 para o período Ch'in e Han e id., *História do Governo: Épocas intermédias*, Maria Manuel Tinoco (trad.), Lisboa, E-A, 2003, pp. 791-910 para o período T'ang e Ming.

⁷³ Aspeto muito bem documentado pela obra de Siu Tchoan-Pao, *Le Droit des Gens et la Chine Antique*, Paris, LAM, 1926, pp. 21-41, bem ainda como Samuel Finer, *História do Governo: Monarquias e Impérios Antigos*, v. I, pp. 531-532, mostrando que a centralização foi o resultado de um processo que contemplou fases nitidamente feudais e de existência de “reinos locais”, que só foram esmagados depois da chamada “Revolta dos Sete Reinos”, em 154 A.C; no mesmo sentido, na literatura portuguesa da especialidade, Eduardo Vera-Cruz Pinto, *História do Direito Comum da Humanidade. Ius Commune Humanitatis ou Lex Mundi?*, Lisboa, AAFDL, 2003, v. I, pp. 340-341 (nota 105).

⁷⁴ O trecho seguinte de Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order” in: Mark Janis & Carolyn Evans (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, p. 29, é exemplificativo, quando se refere ao chamado período de Primavera e Outono da história chinesa, lembrando que, naquele período, que o Rei chinês era um governante meramente nominal, como as unidades provinciais em situação de independência de facto e conflitos permanentes entre si e com os bárbaros na fronteira; *per contra*, vide Keishiro Iriye, “The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine”, *RCADI*, t. 120, 1967, pp. 7-8, sustentando, precisamente, que o caráter formal do império manteve-se intacto e com os lordes a ocuparem posições diferentes no sistema feudal chinês, ainda que, aceite, se terem desenvolvido relações materialmente internacionais em razão do enfraquecimento do poder central.

⁷⁵ Muito embora dizer-se que, no imaginário jurídico chinês, não era possível existirem relações com povos não chineses, todos considerados bárbaros e incivilizados. No entanto, tal como, aliás, aconteceu na Grécia, na prática, isso não conseguiu impedir as inevitáveis relações entre vizinhos, quanto mais não fosse pelo conflito que se gerava entre eles. Cf. a este respeito, Ibid., pp. 15-19, e, em especial, Nicola di

Efetivamente, existem evidências que atestam a existência de relações reguladas pelo direito nesse sistema internacional⁷⁶, implicando a utilização disseminada de convenções entre comunidades políticas, incluindo tratados de aliança, de amizade ou comerciais, de normas relativas a relações diplomáticas, mecanismos de solução de diferendos, e de cooperação internacional, nomeadamente em matéria judiciária, e também para aquilo que mais nos interessa, normas jurídicas de regulação da guerra, todas marcadas pelo princípios básicos do *li*, que englobava, ao contrário do que muitos pensam no Ocidente⁷⁷, não só um conjunto de regras morais, mas também políticas e jurídicas⁷⁸. Especificamente em relação a este aspeto, vários intérpretes têm defendido que os chineses foram dos primeiros que, tanto do ponto de vista filosófico como da prática da política externa, preconizaram limitações abrangentes à guerra e aos seus efeitos⁷⁹. No primeiro plano, várias teorias e concepções filosóficas influentes defenderam o pacifismo⁸⁰ ou, no mínimo, contenção na guerra⁸¹, sendo minoritárias, pelo menos no discurso oficial, aquelas que preconizavam uma *realpolitik* pura⁸²; no

Cosmo, *Ancient China and its Enemies. The Rise of Nomadic Power in East Asian History*, Cambridge, UK, CUP, 2002.

⁷⁶ No geral, a este respeito cf. Siu Tchoan-Pao, *Le Droit des Gens et la Chine Antique*, *passim*; Zhu Li-Sun, “Traditional Asian Approaches – The Chinese View”, *AYIL*, v. 9, 1985, pp. 143-150; Jacques DeLisle, “China’s Approach to International Law: A Historical Perspective”, *ASILProceedings*, v. 94, 2000, pp. 267-275; Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, pp. 27-50, Shin Kawashima, “China” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 451-474, e, mais abrangentemente, Keishiro Iriye, “The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine”, pp. 1-59. A assertiva foi aceite mesmo pelos que fazem considerações mais modestas sobre esta possibilidade como Sheng Hongsheng, “The Evolution of the Law of War”, *CJIP*, v. 1, n. 2, 2006, pp. 267-301.

⁷⁷ Cf. Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, pp. 32-33, chamando atenção para as dificuldades de intérpretes ocidentais entenderem alguns institutos jurídicos da China Antiga, nomeadamente a fundacional distinção entre o *li* e o *fa*.

⁷⁸ Ver, por todos, Keishiro Iriye, “The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine”, pp. 8-11, defendendo que *Li* era um código de moralidade, política e direito, com aplicações, inclusivé, às relações interestatais.

⁷⁹ Este aspeto é salientado por John Keegan, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995, p. 401, destacando o caráter pioneiro da China na criação de uma filosofia de guerra.

⁸⁰ Concretamente a doutrina filosófica budista, que, no entanto, não chegou a ser erigida a um estatuto público na China, como a confuciana, para além de ter sido adaptada a alguns valores locais menos humanistas. Vide a este respeito, K. N. Jayatilleke, “The Principles of International Law in Buddhist Doctrine”, *RCADI*, t. 120, n. 1, 1967, p. 546, e Paul Démiéville, “Buddhism and War” in: Michael Jerryson & Mark Juergensmeyer (eds.), *Buddhist Warfare*, Oxford, OUP, 2010, pp. 17-57.

⁸¹ Foi o caso do confucionismo, como desenvolvem Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, pp. 27-50, e Keishiro Iriye, “The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine”, pp. 1-59.

⁸² Uma política externa mais agressiva era defendida pela doutrina conhecida como Legalismo, que teve alguma influência na China Imperial, ainda que por um curto período, mas que no que toca às relações entre a China e as regiões bárbaras tinham alguma convergência com o confucionismo oficial que clamava pela subordinação destes àquela. Na interpretação de Jacques DeLisle, “China’s Approach to International Law: A Historical Perspective”, p. 269, que tinha uma visão realista das relações internacionais e da política externa, o Estado deveria buscar poder e riqueza se necessário através da conquista e da guerra.

segundo, uma vez que vários desses princípios foram adotados por governantes que os aplicaram na condução das suas relações externas⁸³.

Do ponto de vista do *jus ad bellum*⁸⁴, a concretização desses princípios gerais levou à consideração da ideia de que a guerra era um facto negativo, não devendo, à partida, ser empreendida⁸⁵. No entanto, não se pode disso deduzir uma concepção pacifista absoluta. Tal como na equivalente ocidental teoria da guerra justa, não decorria um princípio geral de proibição do uso da força, mas sim a ideia de que esta, a ser utilizada, deveria somente sê-lo em situações muito particulares em que pudesse ser racionalmente justificada. Seria esta a base de qualquer exceção à proibição geral e que no caso chinês concretizava-se na possibilidade de usar a força em legítima defesa e em expedições punitivas⁸⁶, a intervenção a pedido do soberano para fazer face a distúrbios internos⁸⁷, perante a violação de tratados ou de obrigações internacionais⁸⁸, para apoiar

⁸³ Ora, isso terá levado a grandes modificações na regulamentação da guerra, uma influência direta de Confúcio, pois “o ideal confuciano de racionalidade, continuidade e manutenção de instituições levou-os a buscar meios para subordinar o impulso guerreiro aos constrangimentos da lei e dos costumes” e, muito embora, a realidade de que “o ideal não poderia ser mantido e nem sempre foi (...) a característica mais persistente da vida militar chinesa era a moderação, destinada a preservar formas culturais, em vez de servir de imperativos de conquista no exterior ou revoluções internas.” (John Keegan, *Uma história da guerra*, pp. 401-402).

⁸⁴ Ver também David Graff, “The Chinese Concept of Righteous War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, pp. 195-216, e Robin Yates, “Making War and Making Peace in Early China” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 36-52. Não incidiremos especialmente sobre as outras dimensões de regulação da guerra. De toda a maneira, desenvolvimentos concomitantes aconteceram no tocante à condução da guerra, situação que também conheceu forte limitação jurídica, mormente tendo surgido regras ligadas à proteção de civis, prisioneiros de guerra e propriedade privada em períodos de conflito armado (Vide Zhu Li-Sun, “Traditional Asian Approaches – The Chinese View”, pp. 144-147, fazendo referência ao Código Si Na e a vasta prática).

⁸⁵ A generalidade de pensadores terá sufragado esse princípio (v. Siu Tchoan-Pao, *Le Droit des Gens et la Chine Antique*, p. 52).

⁸⁶ A respeito destas duas possibilidades, ver Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, pp. 34-35; 36-37.

⁸⁷ Keishiro Iriye, “The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine”, p. 30, faz o relato de um caso que corresponde ao contemporâneo uso da força para apoio de governo e que apresentamos de forma traduzida para facilitar a sua compreensão: “Ch’ang Man, ministro do Estado de Sung, matou o seu lorde, Duque Min, e um dos seus ministros, e colocou o Príncipe Tzu Yu como o sucessor do Duque Min. O golpe de Ch’ang Man dividiu a corte de Sung em dois grupos antagonistas, os legitimistas, e os rebeldes. O grupo dos legitimistas apelou ao Estado de T’sao buscando assistência militar para derrubar os rebeldes. Com o apoio das tropas de T’são, os legitimistas conquistaram os rebeldes, mataram o seu líder C’hang Man, resgataram o Príncipe Yü Yüeh de Sung do seu lugar de refúgio e o entronizaram como Duke Huan (350 A.C.). A operação militar de T’sao foi considerada legítima e não uma projeção sobre os assuntos internos de Sung”.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 32, relata o caso da intervenção de Ch’in sobre Chin por esta não ter respondido ao seu pedido de provimento alimentar em situações de fome, ao que parece uma obrigação internacional naquele período.

o direito à revolução de um povo⁸⁹ e também por motivos humanitários, o que terá permitido à China desenvolver o equivalente a uma teoria da intervenção humanitária⁹⁰.

Portanto, em situações de grave tirania e opressão, um Estado ou uma comunidade de Estados⁹¹ tinha o direito de usar a força para intervir militarmente e depor o tirano. Foi o que aconteceu em duas situações, que podem, justamente, ser consideradas antecedentes remotos de intervenções humanitárias. Chi e Yen eram dois Estados importantes na China. Como o governante de Yen estava a tyrannizar o seu povo, Chi usou a força militar para derrotar Yen e depor o seu governante. No entanto, depois disso, comportou-se de modo igualmente tirânico em relação ao povo de Yen, o que, por sua vez, motivou uma intervenção de Estados vizinhos para libertar Yen de Chi⁹². Na altura, Mêncio desenvolveu igualmente os elementos de uma doutrina da intervenção humanitária, que redundariam na formatação da prática internacional do período: que todos os prisioneiros de guerra e cativos em geral, deveriam ser libertados, que não se se apropriasse de nada pertencente ao Estado invadido, que qualquer incorporação de território ou anexação somente fosse possível se este fosse o desejo da população, e, se assim fosse, um novo governante para Yen seria designado após consultas ao povo e que as forças de Chi se retirassem logo após o término dos confrontos⁹³. Eram, elementos, aparentemente genuínos de intervenção humanitária, muito embora sempre se possa indagar o que é que seria considerado um governo tirano num quadro em que não eram reconhecidas liberdades individuais e em que, no geral, as pessoas estavam subordinadas a diversos, mas sempre presentes, graus de sujeição⁹⁴.

⁸⁹ A questão do direito, ou melhor, do dever de revolução, também tem vários elementos ligados às intervenções humanitárias. Quando um governante, mormente regional, agisse de forma iníqua, qualquer subordinado seu, com o apoio do povo, poderia tentar derrubá-lo, como aconteceu nos casos paradigmáticos de *Tang de Shang c. Chieh de Hsia* e *Wu de Chou c. Chou de Sang*, desde que a) existisse um soberano opressor que repudiasse o “Decreto Divino” com o seu governo abusivo; b) era preciso que a revolta fosse ser querida pelo povo oprimido e era, portanto, empreendida como forma de executar sanções dos céus contra o governante; c) o líder da revolta tinha de possuir virtudes proporcionais à correção da causa (vide: Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, pp. 37-38).

⁹⁰ Conforme salienta Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público. Hasta el Congreso de Viena [Geschichte des Völkerrechts. Bis zum Wiener Kongress]*, A. Truyol y Serra (trad.), Madrid, Aguillar, 1971, p. 13, tratar-se-ia do equivalente chinês da teoria da intervenção humanitária.

⁹¹ Sobre as Ligas, com maior ou menor extensão, ver Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, p. 84.

⁹² Sobre o caso, ver Frederick Tse-shyang Chen, “The Confucian View of World Order”, p. 35.

⁹³ A respeito da teoria de Mêncio, cf. *Ibid.*, pp. 35-36.

⁹⁴ Cf. neste particular Samuel Finer, *História do Governo: Monarquias e Impérios Antigos*, v. I, pp. 552-559.

7.4. As intervenções para proteger populações indefesas na Civilização Hindu

O subcontinente indiano, ao contrário da China, passa a maior parte da sua história pré-colonial sem qualquer Estado unificado. A Índia encontrou-se em largos períodos da sua evolução política dividida em vários reinos soberanos, que, se não eram, pelo menos todos eles, pequenas cidades-Estado, também, regra geral, não assumiam formatos territorialmente muito generosos. Era uma região composta por várias comunidades políticas, evidentemente soberanas e independentes entre si⁹⁵. Os modelos políticos de cada uma delas não se afastavam muito. Normalmente, as cidades eram monarquias hereditárias governadas por um príncipe. O facto de não existir unidade na Índia, não significa que não existissem tentativas expansionistas e Estados hegemónicos no subcontinente⁹⁶. Porém, em muito poucos casos, qualquer projeto dessa ordem conseguiu ser bem sucedido duradouramente⁹⁷.

Neste sentido, não é difícil conjecturar a existência de um verdadeiro sistema internacional entre os Estados indianos. Além disto, essas unidades políticas indianas tinham relações bastante intensas com vários Estados, desde alguns Estados do Extremo Oriente, nomeadamente Ceilão, a Birmânia, Sião e China, bem como com os Reinos Helenísticos situados a norte da Índia. Existem relatos, inclusivamente, de contatos com regiões longínquas como Roma⁹⁸. Eram, mais ou menos, paritárias como comunidades políticas que se reconheciam como soberanas e independentes.

⁹⁵ Inicialmente, conforme sustenta Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India”, in: Mark Janis & Carolyn Evans (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, pp. 51-52, no período Rig Veda, a região era povoada por várias tribos e mais tarde já como verdadeiros estados com dimensões relativamente harmónicas do Norte ao Sul da Índia, de tal modo que constituíam um verdadeiro sistema de balanço do poder, facto plenamente pressuposto por todos os grandes estudos sobre o Direito Internacional do período (e.g., S.V. Viswanatha, *International Law in Ancient India*, London, Longmans, Green & Co., 1925, pp. 6-9, e, especialmente, Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, Calcutta, Mukhopadhyay, 1958, p. 7 e ss).

⁹⁶ A discussão de C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, *BYIL*, v. 41, 1968, pp. 306-307, sobre Kautilia mostra-nos que o modelo clássico do sistema internacional indiano baseava-se por um círculo de Estados *Mandala*, que seriam um grupo de Estados unidos por questões comuns de paz e guerra, que encontraram expressão em laços de aliança ou de neutralidade ou de hostilidade), e que pressupunha igualmente a possibilidade do surgimento de uma potência hegemónica liderada por um governante hipotético (*vijigishu*), que via o mundo à sua volta como uma área de expansão. O objetivo final não era garantir a coexistência entre Estados completamente soberanos, mas sim permitir a prazo a unificação do subcontinente sob o mais bem sucedido dos *vijigishu*, que, então, “seria suzerano ou imperador (*cacravartin* ou *sarvabhauma*)”, embora disso na prática não se assemelha-se ao *debelatio* (com a consequente anexação de território pelo vencedor), somente a uma reconfiguração de relações numa base de suzerania.

⁹⁷ Talvez a única exceção apreciável tenha sido o Império Mauria, que conseguiu dominar parte considerável da Índia durante algum tempo (um século) e o domínio mogul, que durou cerca de três séculos (a este respeito, ver *Ibid.*, pp. 306-307).

⁹⁸ K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, *RCADI*, t. 117, n. 1, 1966, pp. 543-544, destaca a receção de diplomatas gregos e chineses na corte do Império Mauri, bem como o envio de diplomatas para a Síria, Roma e China, e C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, p.

A questão mais importante para os objetivos deste estudo é saber se, realmente, essas relações eram governadas por um Direito Internacional⁹⁹. A resposta a esta indagação sufragada na análise das fontes históricas existentes¹⁰⁰, leva-nos a sustentar que, com efeito, este existiu na antiga Índia¹⁰¹ e conheceu um âmbito material que atingia diversas áreas, nomeadamente o direito dos tratados, o direito diplomático, e a regulação de relações comerciais entre Estados¹⁰², bem como, está claro, da guerra, precisamente o ponto mais relevante para esta discussão.

Relativamente a esta, o sistema jurídico-internacional indiano, foi desenvolvendo, embora de forma muito pouco clara, certas restrições aplicáveis ao processo de declaração¹⁰³, bem como aos métodos passíveis de nela serem utilizados¹⁰⁴. Foram desenvolvimentos posteriores ao período ariano em que as elites adotaram uma ética mais belicista¹⁰⁵, que levaram, por motivos de honra militar, à exigência de uma declaração de guerra antes do início dos ataques¹⁰⁶ e de certa forma a obrigação de se

312, refere a expansão do modelo internacional indiano para várias paragens asiáticas, o que demonstra as relações intensas que este país tinha com os vizinhos.

⁹⁹ Em geral, com os mais diversos enfoques e conclusões, ver Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India*, New Delhi, RVB, 1982 (ori. 1920); S.V. Viswanatha, *International Law in Ancient India, passim*; Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India, passim*; Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 10; K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, pp. 501-615; Nagendra Singh, *India and International Law*, Delhi, SC, 1969; Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India” pp. 51-62; Frédéric Blaive & Dominique Gaurier, “Les mythes indo-européens source du droit international public dans l’Antiquité”, *JHIL*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 109-156 (estes autores defendem inclusivamente a tese da sua fundamentalidade no contexto do desenvolvimento do Direito Internacional), e Bimal Patel, “India” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 500-521; mais lacónicos apresentam-se normalmente os manuais de história do Direito Internacional nesta matéria, como, por exemplo, Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, pp. 8-10.

¹⁰⁰ Uma relação completa de fontes pode ser encontrada em Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, pp. 15-18.

¹⁰¹ Cf. igualmente a conclusão de Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India”, p. 51, que reconhece que essas normas internacionais que formavam uma *Desadharmā* (a ciência da estatalidade) para regular as relações entre unidades políticas indianas, ou o clássico Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India*, p. 12.

¹⁰² Para desenvolvimentos sobre estes ramos do Direito Internacional da antiga Índia, cf. K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, *passim*; C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, *passim*; Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India, passim*; Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India, passim*; e Nagendra Singh, *India and International Law, passim*.

¹⁰³ Essas regras, no entanto, conforme desenvolve K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, p. 584, podiam ser suspensas em situações de extrema necessidade, quando se estivesse a combater contra um mal radical.

¹⁰⁴ Talvez de todas as obras referidas neste tópico, a mais completa no tratamento do problema da regulação da guerra e das intervenções seja Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India, passim*.

¹⁰⁵ K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, p. 568, lembra que os primeiros arianos eram essencialmente um povo atlético e agressivo, com toda a devoção e fervor religioso de uma raça marcial.

¹⁰⁶ Diz um importante historiador do Direito Internacional do período, que “na Antiga Índia nenhuma guerra podia ser iniciada sem uma declaração de guerra e a sua publicidade” (v. K. R. R. Sastry,

tentar solucionar pacificamente um litígio antes de se recorrer à força¹⁰⁷. Alguns investigadores atribuem essas características ao afastamento entre a guerra secular e as entidades religiosas, que, na Índia, terá antecedido em séculos o Ocidente e seguramente era, neste quesito, muito diferente da guerra na antiguidade oriental, como visto sumariamente¹⁰⁸.

Adotando-se a distinção entre guerras corretas e incorretas¹⁰⁹, no entanto os principais exemplos destas últimas têm a ver diretamente com aspetos ligados às causas legalmente válidas para se entrar em combate, mas principalmente com o comportamento dos beligerantes em combate. No entanto, aparentemente, uma guerra de anexação de território era considerada *asura* (demoníaca), portanto, sem base jurídica¹¹⁰. Por sua vez, era claro que as guerras defensivas eram permitidas pelo sistema indiano¹¹¹. No tocante a um rei, o exercício da legítima defesa não era só uma faculdade, mas, acima de tudo, uma obrigação para com o seu povo, pois ele não podia permitir a sua opressão¹¹². Valores verdadeiramente humanistas relativamente à feitura da guerra, nomeadamente advogando concepções pacifistas, tornam-se predominantes na Índia somente com o Rei Ashoka, do Império Mauri, aparentemente na sequência da

“Hinduism and International Law”, p. 569); no mesmo sentido, posiciona-se Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India”, p. 55, sustentando que “a declaração de guerra precedia as hostilidades. Essas declarações eram feitas geralmente por meio (enviados) da forma da entrega de *sasanas* (*writs* reais) de um ultimato”.

¹⁰⁷ C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, p. 318, chama-o de princípio de negociar no limite antes de recorrer a sanções ou à força e inclui-o entre os pilares centrais do sistema jurídico indiano, tese corroborada por Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, p. 294, e S.V. Viswanatha, *International Law in Ancient India*, p. 118, destacando que a guerra era o último recurso.

¹⁰⁸ A tese é de Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India*, p. 104 e ss, mas não é tão líquido tal afastamento de influências religiosas, como se pode depreender, a leitura antagônica de S.V. Viswanatha, *International Law in Ancient India*, pp. 146-148.

¹⁰⁹ É entendido por alguns que a distinção entre guerras justas e injustas era plenamente conhecida na Índia (cf. Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, p. 4). Sobre esta questão específica ver também Richard Solomon, “Ancient India: Peace Within and War Without” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 53-65.

¹¹⁰ Vide K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, p. 570, dizendo que, mesmo a guerra travada por Asoka contra Kalinga pela anexação, era *Asura*.

¹¹¹ Como refere uma famosa obra sobre o período – Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, p. 3 –, os juristas indianos estavam longe de serem pacifistas, já que entendiam que em certos casos tinham que usar a força, citando um trecho de um importante documento como prova da sua teoria – o Código de Conduta indiano do sábio tamil Thiruvalluvar, citado por K. R. R. Sastry, “Hinduism and International Law”, pp. 582-583 – que continha a ideia de que “A não-violência é suicida e impossível. Mesmo os ascetas matam seres visíveis e invisíveis todos os dias pisando no chão, bebendo água, comendo frutas, e mesmo respirando o ar (...). A total abstinência é suicida, pois se o pastor hesitar em matar o lobo auxilia a destruição do rebanho e dele próprio”.

¹¹² Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, p. 288.

constatação do potencial destrutivo da guerra e do conhecimento dos princípios budistas¹¹³.

De todo o modo, as principais – ou as mais evidentes – limitações à guerra estavam localizadas na dimensão de direito internacional humanitário¹¹⁴, nomeadamente, em relação ao tratamento dado a civis e, de modo mais importante, proibições impactantes sobre o armamento utilizável durante os conflitos armados. Vários documentos jurídicos indianos enfatizam essas limitações à guerra¹¹⁵. A distinção entre combatentes e civis estava plenamente consolidada no sistema jurídico-internacional da Antiga Índia¹¹⁶, bem como a necessidade de proteger os inimigos neutralizados¹¹⁷. Mesmo autores realistas, e, por conseguinte, dados a alguma licenciosidade no modo como as guerras podiam ser travadas¹¹⁸, como Kautilia, advogavam determinadas limitações no comportamento em relação aos vencidos por motivos estratégicos e até humanitários¹¹⁹.

¹¹³ Cf. essa ideia na interessante evolução do Direito Internacional na Índia Antiga que é proporcionada por Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, pp. 11-12.

¹¹⁴ Em geral, cf. Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India*, pp. 86-154; Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India”, pp. 53-56, e Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, pp. 291-292; Frédéric Blaive & Dominique Gaurier, “Les mythes indo-européens source du droit international public dans l’Antiquité”, *passim*, especialmente pp. 140-143 (contrapondo-a à ausência de moderação dos gregos); Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, p. 8, refere-se a um Direito de Guerra, que se caracteriza pela sua acentuada humanidade, e, para um período específico, G.I.A.D. Draper, “The Contribution of the Emperor Asoka Maurya to the Development of the humanitarian ideal in warfare”, *IRRC*, n. 305, 1995, pp. 192-206.

¹¹⁵ Entre eles, o famoso Código de Manú, o *Rig Veda* e o *Manusmriti*, que, previam, amparados, entre outras coisas, a proteção aos civis, a proibição da utilização de armas de destruição total, a proibição de escravizar os prisioneiros de guerra e o dever de libertá-los depois do combate.

¹¹⁶ Megasthenes, um analista grego, citado por Ved P. Nanda, “International Law in Ancient Hindu India”, pp. 55-56, relatou que “ao passo que entre outras nações, é frequente durante a guerra, destruir o solo, e reduzi-lo a um ermo incultivável, entre os indianos onde os chefes de família são vistos como uma classe sagrada e inviolável, os lavradores, mesmo nos momentos em que a batalha é atroz nas redondezas, não se perturbam com qualquer sentimento de medo, pois os combatentes, de qualquer dos lados da contenda, fazem carnificina mútua, mas permitem aqueles engajados na agricultura permanecer livres de interferência. Ademais, nunca saqueam a terra do inimigo com fogo ou cortam as suas árvores”.

¹¹⁷ Destaca-se que “mesmo entre combatentes, vários mecanismos foram concebidos para lhes garantir proteção. Em determinadas circunstâncias os combatentes não deviam ser mortos, incluindo um guerreiro cuja armadura tenha caído, que depôs as suas armas, está ferido, enfraquecido por ferimentos, ou está a combater com outra pessoa [provavelmente neste caso, o objetivo é impedir que ele seja morto pela retaguarda ou pela união de vários combatentes inimigos]” (Ibid., p. 56).

¹¹⁸ Ver em relação a este tópico específico, Roger Boesche, “Kautilyas’s *Arthashastra* on War and Diplomacy in Ancient India”, p. 10, 22-36, chamando a atenção para a sua doutrina da guerra silenciosa, da política de assassinatos de líderes e promoção de revoltas em outros Estados por agentes secretos, a utilização de mulheres como armas de guerra, da desinformação, etc.

¹¹⁹ Quando limita o direito aos despojos de guerra, a propriedade móvel, devendo o resto ser deixado para o povo vencido (Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, p. 293), facto genericamente reconhecido mesmo por autores guiados por uma leitura mais realista, como o do pensador político indiano, Roger Boesche, “Kautilyas’s *Arthashastra* on War and Diplomacy in Ancient India”, p. 10, que destaca o tratamento humano que reservava a soldados e súditos conquistados estribado no objetivo de facilitar as suas conquistas. Em relação aos soldados era também expediente fazê-lo, uma vez que era uma forma de facilitar os combates contando com a rendição das forças inimigas, que, nestes

Aliás, neste contexto, caberia perguntar qual foi a influência real de autores realistas como Kautilia no desenvolvimento do direito de guerra naquele período¹²⁰. Como já foi salientado, esse pensador hindu, não obstante as suas posições sobre a guerra e de não escrever amparado em pressupostos morais ou jurídicos, mas fundamentalmente estratégicos, não deixou de defender alguma contenção na guerra, mormente no modo como ela poderia ser feita. De certa forma, neste tópico, não se afastou tanto assim da sua própria tradição hindu¹²¹, mas talvez tenha ido mais além, construindo um verdadeiro sistema jurídico-internacional entre os Estados, que permitia a sua co-existência, evitando os excessos da guerra retirando-lhe carga ética, nomeadamente religiosa. Talvez, por isso, um conhecido especialista na matéria tenha concluído que, no final, se tenha estabelecido “um direito das nações multi-ideológico, quer dizer não exclusivamente aliado a nenhuma ideologia, credo ou civilização, antes uma arquitetura de coexistência de diversos credos e formas de vida”¹²², de influência alargada sobre as instituições jurídicas internacionais ocidentais¹²³.

Face a um tal contexto não é fácil falar sobre precedentes de intervenção humanitária na Antiga Índia. A distinção entre guerra legal e ilegal não era muito clara, com a exceção dos casos mais flagrantes de anexação de território, de uma parte, e autodefesa, da outra¹²⁴. Exemplos em que governantes invocam um direito a fazer a guerra contra a tirania não são muito comuns na doutrina¹²⁵. São citadas, no entanto, as intervenções de Krisna em Maghada, governada por Jarasandha, e no Reino de Sisupala, por má governação, levando à destituição e morte deste¹²⁶. No entanto, embora por

casos, esperariam a tradicional benevolência do exército vencedor (pp. 31-32); cf. igualmente Pramathanath Bandyopadhyay, *International Law and Custom in Ancient India*, *passim*, p. 148 (proibição de uso de determinados gases asfixiantes).

¹²⁰ Vide em geral, C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, pp. 301-320, e Roger Boesche, “Kautilyas’s *Arthashastra* on War and Diplomacy in Ancient India”, pp. 9-38, este com uma leitura radicalmente realista de Kautilia.

¹²¹ Convergentemente, Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, p. 293 (“Neste ponto, Kautilia estava a seguir o curso tradicional sugerido pelo *Dharma Sastras* (...))”.

¹²² C.H. Alexandrowicz, “Kautilyan Principles and the Law of Nations”, p. 312.

¹²³ Arremata *Ibid.*, p. 312, dizendo que muito beneficiaram dessa tradição de tolerância e coexistência pacífica os ocidentais que foram para o Oriente.

¹²⁴ Apesar disso, certos autores pronunciam-se em sentido positivo. Cf. S.V. Viswanatha, *International Law in Ancient India*, p. 128 (dizendo que o rei podia fazer a guerra em caso de um ataque ao seu território e ao seu povo, ao contrário de outras interpretações mais restritivas (por exemplo, o recente Arvind Sharma, *Hinduism and Human Rights. A Conceptual Approach*, New Delhi, OUP, 2004, pp. 44-47).

¹²⁵ Não obstante, Valerie Morkevicius, “Hindu Perspectives on War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, pp. 169-181, sustenta que havia uma obrigação do rei de fazer a guerra justa para resgatar os oprimidos (pp. 173-174).

¹²⁶ Os exemplos são dados por Hiralal Chatterjee, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, p. 24.

motivos predominantemente estratégicos¹²⁷, portanto afastados de uma lógica jurídica ou mesmo moral central, Kautilia declarou na sua *opus magnum* que era preferível fazer a guerra contra um rei opressivo, injusto e, por isso, mal amado pelos seus súditos, pois seria mais fácil derrotá-lo do que enfrentar um rei justo e que tinha o apoio dos seus governados¹²⁸. No entanto, a verdade é que só se deveria seguir esse curso de ação em casos de verdadeira tirania, mas também com base em outras circunstâncias não-imputáveis aos governantes, nomeadamente, qualquer calamidade natural¹²⁹. Por fim, embora seja possível, hodiernamente, perguntar-se como civilizações que contêm sistemas semi-institucionalizados de discriminação social podem ter atos humanitários¹³⁰, de um ponto de vista histórico isso deve ser relativizado, até porque a aplicação de juízos absolutos inevitavelmente redundaria na exclusão de todos os exemplos por nós encontrados na evolução jurídica da humanidade que, de uma forma ou de outra, acabam por se confrontar com contradições quase insolúveis.

¹²⁷ Como faz questão de salientar Roger Boesche, “Kautilyas’s *Arthasastra* on War and Diplomacy in Ancient India”, p. 28, que, para Kautilia não era a justiça, mas considerações estratégicas que deveriam ser levadas em conta nessas situações.

¹²⁸ Vide discussão em Manoj Kumar Sinha, “Hinduism and international humanitarian law”, p. 289.

¹²⁹ Especialmente em Roger Boesche, “Kautilyas’s *Arthasastra* on War and Diplomacy in Ancient India”, p. 28, que salienta não haver diferença entre aquele que está fragilizado por ser tirano e o que é débil por outros motivos, nomeadamente fortuitos. Em qualquer dos casos, a oportunidade deveria ser aproveitada para lhe fazer a guerra.

¹³⁰ Ver discussões sobre o sistema de castas à luz dos direitos humanos em Arvind Sharma, *Hinduism and Human Rights. A Conceptual Approach*, pp. 50-76 (Cap. III: “The Caste System (*Varna*, *Jati*) and Human Rights”), chamando-a de questão “complexa” e “vexatória”; Harold Coward, “The Hindu Tradition” in: William Brackney (ed.), *Human Rights and the World’s Major Religions*, Westport, Conn, Praeger, 2005, v. 4, pp. 108-130 (Cap. 8: “Untouchables and Human Rights”).

CAPÍTULO OITAVO

INTERVENÇÕES PARA MUDANÇA DE REGIME E PARA A DEPOSIÇÃO OU EXTERMÍNIO DO TIRANO E O DESENVOLVIMENTO DE UM DIREITO PÚBLICO EXTERNO DE CONTROLO DA GUERRA – AS CIVILIZAÇÕES GREGA E ROMANA NO CONFRONTO ENTRE IMPERIALISMO E DIREITO¹

8.1. Antiga Grécia: guerra humanitária e intervenção para a imposição ou proteção da democracia

Uma civilização incontornável da Antiguidade clássica², quanto à regulação da guerra, a contribuição grega é polémica³. Por um lado, criou notáveis instituições de segurança coletiva com o objetivo de as cidades-Estado protegerem e proverem uns aos outros ajuda em casos de agressão externa mas, por outro, não desenvolveu muito regras sobre direito de guerra⁴. Muitos historiadores do período tinham a guerra como um direito irrestrito⁵. Alguns especialistas do período, porém, destacam que as cidades gregas tinham que justificar com argumentos jurídicos os motivos pelos quais entravam em conflito com outras cidades da Grécia, guerras essas que não tinham a conotação de normalidade⁶ como as travadas contra os ‘povos bárbaros’⁷, tinham, pelo menos

¹ Ver igualmente a discussão geral de Gregory Raymond, “The Greco-Roman Roots of the Western Just War Tradition” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 7-27.

² No geral, cf. os textos em Sigrid Deger-Jalkotzy & Irene S. Lemos (eds.), *Ancient Greece. From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer*, Edinburgh, EdinUP, 2006, e David Sacks & Lisa Brody (rev.), *Encyclopedia of the Ancient Greek World*, Revised Edition, New York, FoF, 2005.

³ Em geral, veja-se Steve Sheppard, “The Laws of War in the Pre-Dawn Light: Institutions and Obligations in Thucydides’ *Peloponnesian War*”, *CJTL*, v. 43, n. 3, 2005, pp. 905-926; Adriaan Lanni, “The Laws of War in Ancient Greece”, *HLSPLR*, n. 7-24, s.d., bem assim como Laurence Tritle, “‘Laughing for Joy’: War and Peace among the Greeks” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 172-190.

⁴ As célebres confederações de Estados gregos, tinham também funções de segurança coletiva, embora nem sempre as tivessem (cf. George Ténékidès, “Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités (V-III Siècles avant J.C)”, *RCADI*, v. 90, 1956, p. 583 e ss).

⁵ A descrição, à primeira leitura, que Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Mário Kury (trad.), 4. ed., Brasília/São Paulo, FUNAG/INSP, 2001, *passim*, faz desse conflito civil, pareceria, sustentar o total desprezo pelo direito e pela moral, num mundo comandado pela força (“o mais fraco deve ceder ao mais forte” e “quem pode usar a força não tem necessidade de apelar para o direito”) (Ibid., I. I, para. 77), mas, no máximo são regimes sujeitos a instrumentalização política, argumento que atinge o seu *climax* quando no diálogo de Melos este apresenta uma das teses principais: “(...) nenhum povo, entre todos aqueles com os quais convivemos, considera de maneira mais ostensiva bom o que lhe agrada e justo o que serve aos seus interesses” (Ibid., I. v, para 106). No entanto, é uma assertiva exagerada do célebre estrategista e historiador ateniense. Os aspetos jurídicos podiam não ser os principais elementos que amparavam decisões ligadas à guerra, mas indubitavelmente eram levados em consideração pelos decisores políticos.

⁶ Platão, *As Leis, ou da legislação e epinomis*, Edson Bini (trad.), São Paulo, EDIPRO, 1999, apresenta esta conceção de forma límpida no início desta obra através do ‘ateniense’: “o maior bem, contudo, não é

desejavelmente⁸. Neste sentido, o próprio Aristóteles, na obra *A Política*, observara que “a própria guerra pode ser injusta em seu princípio.”⁹ Esta interpretação é mais correta, de facto. Nota-se que, desde o período da Grécia arcaica, os promotores de qualquer conflito procuravam amparo em causas alegadamente justas. Assim, mesmo que, na realidade, os motivos pudessem ser puramente estratégicos, e distantes de qualquer perspectiva moral ou jurídica, a verdade é que, quase sempre, tais propósitos encontravam-se escondidos e maquiilhados por elaboradas teorias jurídicas e/ou morais destinadas a garantir a legitimidade¹⁰ das guerras que fossem espoletadas em autodefesa, decorressem da violação de tratados de não-agressão ou de alianças militares ou outras causas¹¹, estando quaisquer delas presentes nos relatos das principais guerras do período. Ademais, outras justificações jurídicas para a guerra podem ser encontradas entre as fontes do Direito Internacional na Antiga Grécia, mas eram mais processuais do que materiais. Um dos motivos que legitimava a guerra na Grécia, era o descumprimento do princípio de submeter diferendos à arbitragem, quebra de dever que dava direito, à cidade lesada, de recorrer ao uso da força contra a sua rival¹², o mesmo ocorrendo no caso de violação de um tratado¹³.

nem a guerra, nem a revolução – coisas em relação às quais deveríamos, de preferência, para delas sermos poupados” (I. I).

⁷ George Ténékidès, “Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités (V-III Siècles avant J.C)”, p. 542 e ss.

⁸ Pela boca de Sócrates, Platão, *A República*, Enrico Corvesieri (trad.), São Paulo, NC, 1999, I. VII, na sua proposta, dava a entender que os gregos, de tempos a tempos, resvalavam para a inobservância desta orientação de base. Dizia que os militares da ‘sua’ cidade “sendo gregos, não devastarão a Grécia e não queimarão as moradias; não considerarão adversários todos os habitantes de uma cidade, homens, mulheres e crianças, mas apenas o pequeno número daqueles que são responsáveis pelo contencioso”, propondo igualmente uma “lei que proíba os guerreiros de devastarem as terras e de incendiarem as casas” (pp. 177-178).

⁹ Aristóteles, *A Política*, R. Ferreira (trad.), São Paulo, MF, 1998, p. 15.

¹⁰ Ver David Bederman, *International Law in Antiquity*, Cambridge, UK, CUP, 2001, p. 214, para quem as cidades tinham a preocupação de não parecerem agressoras, o que, por si só, mesmo na ausência de normas restritivas, limitava o uso da força. Veja-se igualmente Victor Alonso, “War, Peace, and International Law in Ancient Greece” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 206-225.

¹¹ Ver Steve Sheppard, “The Laws of War in the Pre-Dawn Light: Institutions and Obligations in Thucydides’ *Peloponnesian War*”, p. 922, sustentando que, no geral, havia um entendimento de que a paz era o estado natural das relações entre as cidades-Estado, de modo que, para o estado de guerra, tinham que encontrar causa de justificação, que normalmente se ligava a defesa, violação de tratados ou proteção de um aliado, argumentos que sempre podiam ser encontrados, com maior ou menor dificuldade.

¹² Um desses episódios foi protagonizado por Arquidamos, que tentava convencer os lacedemônios a atacarem Atenas somente se ficasse comprovado que a cidade tinha desrespeitado o direito internacional, o que terá sido uma manifestação inicial da teoria da guerra justa (George Ténékidès, “Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités”, p. 545).

¹³ Cf., por exemplo, Demóstenes, *As Três Filípicas/Oração sobre as Questões da Queroreso*, Isis da Fonseca (trad.), São Paulo, MF, 2001, *passim*, tentando convencer os atenienses a fazer a guerra a Filipe da Macedónia por violação de tratados de paz.

Os exemplos que permitem deduzir essa conclusão são vários. A Guerra de Tróia foi justificada pelos Aqueus – o nome pelo qual os gregos eram conhecidos no período arcaico – pelo rapto de Helena e pelo roubo do tesouro real por Páris e pelos troianos¹⁴; as Guerras Médicas foram claramente guerras de autodefesa, em que os Estados Gregos entendiam estar a proteger as suas instituições da liberdade da propagação do despotismo oriental protagonizada pelos persas; mesmo a Guerra do Peloponeso, imortalizada por Tucídides, teve por base justificações jurídicas, nomeadamente a legítima defesa, a obrigação de auxílio a um aliado sob ataque ou a violação de um tratado de não-agressão¹⁵. Claro está que, muitas vezes, tudo isso não passava de mera retórica: no fundo, eram querelas pela afirmação de modelos políticos conflitantes e considerados pelos seus detentores como os mais perfeitos.

Os principais mecanismos de controlo do uso internacional da força decorriam do direito interno dos Estados¹⁶. Como dito, as comunidades políticas tinham constituições e independentemente dos modelos específicos, caracterizavam-se pela divisão e vinculação do poder a leis fundamentais, nem sempre escritas, mas, regra geral, observadas¹⁷. A guerra não era decisão exclusiva de monarcas com poderes ilimitados nos Estados constitucionais na Antiga Grécia. Pressupunha a intervenção de todos os outros órgãos de poder, nomeadamente aqueles que representavam o povo em Esparta e em Atenas. Em Esparta, apesar de esta ser um Estado completamente militarizado, as

¹⁴ Ver, e.g., Robert Graves, *Os mitos gregos*, Fernanda Branco (trad.), 3. ed., Lisboa, DQ, 2004, pp. 647-648 (“Hera tinha enviado Iris a Creta com a notícia do rapto, e Menelau regressou numa pressa a Micenas, pedindo ao seu irmão Agamémnon que recrutasse tropas e marchasse com um exército contra Tróia. Agamémnon concordou em usar tal recurso, mas só se o mensageiro que então enviou a Tróia, a exigir o regresso imediato de Helena e a devida reparação pela ofensa feita à pessoa de Menelau, tornassem da sua missão de mãos vazias. Ora, como a resposta de Príamo era de que nada sabia do assunto – Páris andava ainda navegando por águas meridionais – e antes ostensivamente perguntou que satisfações tinham sido dadas aos seus próprios enviados quando ao rapto de Hesíone, Menelau mandou mensageiros seus contactar todos os príncipes que haviam feito os seus juramentos junto aos pedaços ensanguentados do cavalo, fazendo-lhe crer que o acto de Páris fora uma ofensa para a Grécia inteira”).

¹⁵ Basta uma rápida análise da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, *passim*, para se chegar a esta conclusão: a grande guerra entre Esparta e Atenas tem o seu início de facto quando esta inviabiliza a tentativa de Corinto, aliada dos Peloponésios, de invadir a cidade de Corcira, que, entretanto havia concluído uma aliança defensiva com Atenas. Os atenienses foram acusados de violar a trégua que tinham com a Confederação do Peloponeso e por isso é Esparta que, formalmente, lhes declara guerra. Bem, os motivos jurídicos estão, pois, presentes, ainda que em relações tão complexas que o cumprimento de uma obrigação causaria a violação de outra ou no mínimo controvérsias hermenêuticas entre os diversos atores, algo que se repete ao longo de todo o relato.

¹⁶ Platão, *As Leis, ou da legislação e epinomis*, l. XII, *passim*, é um bom indicador neste caso.

¹⁷ Sobre este aspeto, no geral, para um conjunto de textos normativos, Ilias Arnaoutoglou (org.), *Leis da Grécia Antiga*, Ordep Serra & Rosiléa Carnelós (trans.), São Paulo, Odisseus, 2003, e os comentários de Douglas MacDowell, *The Law in Classical Athens*, Ithaca, NY, Cornell UP, 1978, Jacqueline de Romilly, *La Loi dans la Pensée Grecque. Des Origines à Aristotle*, 2. ed., Paris, LBL, 2002, e os textos em Michael Gagarin & David Cohen (eds.), *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005.

campanhas militares dependiam da aprovação da Assembleia Espartana (a *appela*), que se reunia por iniciativa do Conselho (a *Gerusia*) e da convocação de éforos, sendo conduzidas pelos dois reis da cidade, sob acompanhamento e controlo de dois éforos. Várias vezes, os próprios órgãos da cidade, ordenavam o fim das hostilidades e a volta dos militares a Esparta¹⁸. Apesar de conduzidas por generais sob orientação do Conselho da cidade (a *Boulé* dos 500), a guerra pressupunha uma autorização da Assembleia (a *Ekklesia*)¹⁹. Evidências existem de que esta se pronunciava sobre qualquer iniciativa militar da cidade sendo, portanto, meio de controlo do uso da força no cenário internacional, muito embora, na prática, na cidade democrática, a população inclinava-se pela prossecução de interesses imperiais atenienses. Aliando-se a necessidade de aprovação das ações militares pelo povo, com o pressuposto de se ter de encontrar causa legítima para a guerra, esses mecanismos podiam servir de contrangimentos reais à guerra.

Na dimensão *jus in bello*, os gregos não tinham muita moderação durante e após os combates²⁰, com a exceção de determinadas limitações com origem religiosa. Estas, no máximo, prescreviam certos rituais de guerra²¹, e o respeito por determinados locais e períodos sagrados, nos quais se devia imediatamente suspender as hostilidades, ou pela proteção a determinadas pessoas, às quais se atribuía natureza religiosa. Fora isso, não raras vezes, os perdedores eram totalmente dizimados ou, na melhor das hipóteses,

¹⁸ Veja-se, por exemplo, o que se diz de Agesilao, Rei de Esparta: “Quando os éforos lhe chamaram porque Esparta estava cercado por inimigos gregos graças ao financiamento dos persas, declarou que o bom comandante deve ser dirigido pelas leis, velejou da Ásia (...)” (“Sayings of Spartans” in: *On Sparta*, Richard Talbett (trad. e notas), London, Penguin, 2005, pp. 142-143), o que quer dizer que as ordens dos órgãos de poder de Esparta vinculavam efetivamente os reis. Aliás, a garantia de eficácia desse sistema assentava também no facto de que, não podendo tomar qualquer medida contra os reis em período de campanha militar, uma vez regressado a Esparta, eles podiam ser acusados por iniciativa dos éforos e julgados pela *Gerusia*.

¹⁹ Cf. Christopher Blackwell, “The Assembly” in: *Dēmos: Classical Athenian Democracy*, a publication of *Stoa: a consortium for electronic publication in the humanities* [www.stoa.org], pp. 30-33, 39-41, para o papel da *Ekklesia* na política externa e de segurança de Atenas, mostrando que o papel da Assembleia na condução da política de segurança não se limitava a aspetos genéricos, mas atingia praticamente todas as suas fases e pormenores. Nada mais lógico, aliás, se se atentar ao facto de que o exército da cidade era composto pelos cidadãos, de maneira que a sua anuência era devida para se levar avante qualquer empreendimento bélico.

²⁰ No mesmo sentido, Frédéric Blaive & Dominique Gaurier, “Les mythes indo-européens source du droit international public dans l’Antiquité”, *JHIL*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 143-145. Relativizando esta tese, David Bederman, *International Law in Antiquity*, p. 247, diz que caso não houvesse a percepção de que havia que se limitar a condução da guerra, pelo menos atores sentiam a necessidade de justificarem violações com base na desculpa da necessidade militar. Neste mesmo sentido parece conduzir o entendimento de Steve Sheppard, “The Laws of War in the Pre-Dawn Light: Institutions and Obligations in Thucydides’ *Peloponnesian War*”, pp. 923-924.

²¹ Fustel de Coulanges, *A cidade antiga [La Cité Antique]*, F. de Aguiar (trad.), 4. ed., São Paulo, MF, 1998, p. 228. Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, A. Truyol y Serra (trad.), Madrid, Aguillar, 1971, p. 27 tinha-os por desumanos, pois não faziam se qualquer distinção entre combatentes e não-combatentes e nem sequer visavam à proteção de mulheres e crianças.

reduzidos à escravatura²². Ainda assim, com o tempo, a conduta na guerra foi se tornando um pouco mais humana²³, sem que chegasse a estabelecer melhorias significativas no concernente ao tratamento a destinar a prisioneiros e vencidos em geral, que continuaram a ser massacrados e reduzidos à servidão²⁴.

Em específico sobre a ‘guerra justa humanitária’ não se pode dizer que fosse prática corrente na Grécia e nem que ali tivesse sido institucionalizada. Não obstante, alguns acontecimentos relevantes podem ser citados. O primeiro deles, contado por Plutarco²⁵, é de um tratado de paz assinado entre Galeno, o tirano de Siracusa, e os cartagineses, segundo o qual estes teriam a obrigação de parar de sacrificar crianças ao deus Cronos²⁶. Não foi um exemplo de intervenção humanitária no sentido estrito, de todo o modo partilha alguns elementos e similitudes. Na mesma linha pode considerar-se os feitos de Herácles contra o tirano Busíris contado pela mitologia helénica, que, perante os sacrifícios promovidos por este contra estrangeiros e hóspedes do seu país, interveio decisivamente para pôr termo ao morticínio ritual²⁷, e contra o gigante Anteu,

²² Por exemplo, Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, relata que o exército de Corcira, depois de dominar os rebeldes de Epídamos transformou-os em escravos, ficando pendente o destino a dar aos seus aliados corintianos (Liv. I, 30), no meio da batalha com Corcira, os corintianos, por sua vez, dizimavam todos os prisioneiros (Liv. I, 50), etc.

²³ Basta comparar os relatos feitos por Homero na *Íliada*, para se ter uma ideia da quase total ausência de constrangimentos legais à guerra no período arcaico e alguma moderação que se veio a verificar no período clássico antes da hegemonia macedónia. No primeiro momento, valia tudo (ou quase tudo); os vencidos ficavam à mercê dos vencedores, as cidades derrotadas eram destruídas, regra geral, a sua população do sexo masculino era dizimada, as mulheres violadas e as crianças transformadas em escravos, os cadáveres não tinham direito a sepultura e eram verdadeiramente vilipendiados pelos vencedores. Em suma, quase tudo era permitido com os vencidos (Cf. Eugène Audinet, “Les traces du droit international des l’Iliade et dans l’Odysée”, *RGDIP*, t. 21, 1914, pp. 29-63, especialmente 38 e ss). Depois disso, surgiram algumas limitações, como dito, especialmente nas relações entre cidades gregas, consideradas especiais em relação aos laços que os uniam, nomeadamente, procurou-se ultrapassar a licenciosidade geral existente no período arcaico, por exemplo, os beligerantes passaram a poder pedir a entrega dos mortos para lhes garantir um sepultamento de acordo com os ritos locais.

²⁴ Em geral, recomenda-se Adriaan Lanni, “The Laws of War in Ancient Greece”, *passim*, e George Ténékidès, “Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités (V-III Siècles avant J.C)”, pp. 551-557, dizendo que os prisioneiros ficavam à mercê dos seus captos (p. 554).

²⁵ Vide *Ibid.*, p. 542.

²⁶ É importante recordar que o caso mereceu até, o comentário de Montesquieu, *De l’Esprit des Lois*, Robert Derathé (ed.), Paris, Garnier, 1973, t. 1, liv. X, cap. V, p. 154, por ser um belo exemplo de altruísmo nas relações internacionais: “depois de ter derrotado trezentos mil cartagineses, [Galeno] exigiu uma condição que não era útil senão a eles próprios ou ao género humano”.

²⁷ Assim relatado: “sucedeu que o reino de Búsiris [o Egito] se vira assolado pela seca e pela fome durante uns intermináveis oito ou nove anos, e ele mandou chamar à corte alguns augúres gregos para o aconselharem. Um sobrinho dele, um experimentado adivinho cipriota chamado Frásio, Trásio, ou Tásio, filho de Pigmalião, anunciou que a fome cessaria se todos os anos se sacrificasse um estrangeiro e honra de Zeus. Busíris começou por sacrificar esse próprio Frásio, e depois foi sacrificando os seus hóspedes de ocasião, até ao dia em que Héracles chegou; este deixou que os sacerdotes o arrastassem até ao altar, ataram-lhe os cabelos com um laço, e Busíris, invocando os Deuses, já se preparava para ergueu a acha sacrífica, quando Héracles rebentou a correntes que o prendiam e abateu Busíris, mais o filho deste, Anfídamas, e todos os oficiais presentes” (Robert Graves, *Os mitos gregos*, 133 (décimo trabalho: as maçãs das Hespérides), p. 516). Um bom enquadramento a estas e outras contribuições literárias pode ser

da região da Líbia-Mauritânia, que matava todos os estrangeiros que para aquelas paragens se dirigia²⁸, e, por fim, contra Diomedes, o rei da Trácia e proprietário das famosas éguas carnívoras, alimentadas com a carne de hóspedes do monarca²⁹. O outro exemplo a registar é o de Pélops em relação a Enómao, que pretendia construir um templo de crânios com os seus massacres, levando a que todos do Olimpo tenham decidido intervir para “pôr termo a tão horrorosa carnificina”³⁰

Além deste caso, pode ser trazido à colação as intervenções de Atenas em outras cidades, que, de modo deliberado, “provocava às vezes uma revolução para instalar seu estilo de democracia”³¹, sendo, de alguma forma, um antecedente longínquo de intervenção pró-democrática. O imperialismo ateniense estava intimamente ligado, dentre outros objetivos, à ideia de propagação de uma forma de governo perfeita, que privilegiava a liberdade e, acima de tudo, a igualdade política entre os seus cidadãos e a sua participação na vida pública³². Os discursos dos líderes atenienses aquando da Guerra do Peloponeso imortalizaram esta conceção radical da política e também das relações internacionais. Não só os mecanismos para garantir o controlo do povo sobre os órgãos de Estado eram uma solução perfeita, como a imposição da democracia em outras cidades era perfeitamente legítima e defensável.

Nestas disputas pela hegemonia na Grécia Antiga, as duas cidades rivais Atenas e Esparta, não deixavam de utilizar todos os mecanismos ao seu dispor, nomeadamente aqueles que lhes pudessem adensar a base legitimatória da sua política externa. Um dos mecanismos mais importantes era a utilização das confederações de Estados que controlavam, designadamente no quadro das ligas de cidades como a Liga Ático-Deliana e a Confederação do Peloponeso³³. Uma das cláusulas que normalmente eram inseridas nesses tratados de aliança tinha a ver com a manutenção de formas de governo

encontrada em David Konstan, “War and Reconciliation in Greek Literature” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 191-205.

²⁸ Robert Graves, *Os mitos gregos*, 133, pp. 514-515

²⁹ Ibid., 130 (oitavo trabalho: as éguas de Diomedes), pp. 490-491.

³⁰ Ibid., 109, p. 401.

³¹ John Keegan, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995, p. 271; igualmente Michel Humbert, *Institutions politiques et sociales de l'Antiquité*, 6. ed., Paris, Dalloz, 1997, p. 89, demonstrando que fazia parte da política de Atenas tentar implantar regimes democráticos onde pudesse, ingerindo-se na política interna, favorecendo golpes de Estado, etc.

³² Em geral, cf. Ibid., pp. 85-93, 129-132, que salienta o facto de os atenienses combinarem as duas ideologias, o imperialismo e a democracia, e esmerarem-se em fazer propaganda e usar a força para propagá-la (p. 89).

³³ Cf. A. Boak, “Greek Inter-State Association and the League of Nations”, *AJIL*, v. 15, n. 3, 1921, pp. 375-383, e C. Ténékidès, “L’Amphictyone de Delphes et la Ligue de Corinthe dans leus affinités avec la Société des Nations”, *RGDIP*, v. 38, t. 5, 1931, pp. 5-20.

e de sistemas políticos; no caso concreto de Atenas, a democracia³⁴, no de Esparta, a manutenção de uma constituição aristocrática³⁵. Os desvios ideológicos eram reprimidos através do uso da força pelas entidades da confederação liderados pelo *hegemon*.

Igualmente importante para os propósitos deste estudo, foi a paulatina caminhada grega rumo a um universalismo moral centrado no indivíduo. Esse processo foi impulsionado com a derrocada das Cidades-Estado face ao poder de Filipe II da Macedónia e do seu filho, Alexandre³⁶. A invasão da Ásia que se seguiu fez com que, por influência do Grande, a Grécia adotasse vários elementos da cultura oriental, o que fez implodir a distinção clássica entre esta e os bárbaros que sempre permeou as relações internacionais helenas. Em seu lugar, erigiu-se uma sociedade amparada na fusão de culturas, inclusive aquelas que antes eram reputadas de inferiores. No campo teórico, esse movimento foi acompanhado pelo surgimento da filosofia estóica e as suas ideias cosmopolitas da unidade do gênero humano, totalmente contrapostas, portanto, ao autarquismo étnico grego tradicional. Será esse pensamento que pouco depois iria influenciar sobremaneira a elite pensante da nova potência que despontava: Roma³⁷.

8.2. Direito Natural, Guerra Justa e Cosmopolitismo em Roma: a arte de conciliar Imperialismo, Direito Internacional e Direito Público de Guerra

Os pergaminhos jurídicos de Roma são reconhecidos por todos os analistas³⁸ e a sua influência sobre o Direito Ocidental inultrapassável³⁹. Para muitos, no entanto, as contribuições inestimáveis da cidade do Lácio não ultrapassaram o território do direito

³⁴ Destaca Id., “Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités (V-III Siècles avant J.C)”, p. 601, que obrigava os confederados, ao mesmo tempo subordinados, eram obrigado a adotar um sistema democrático.

³⁵ Diz Ibid., p. 599, sobre a Confederação do Peloponeso, liderada por Esparta, que esta também obrigava os seus aliados a manter a sua constituição oligárquica.

³⁶ A respeito deste aspeto, cf. Ibid., pp. 573-575.

³⁷ Ibid., p. 576, atribuindo particularmente esse papel ao historiador grego Políbio, entretanto enviado a Roma como escravo, e não à filosofia estóica que para ele era insuscetível de contribuir para a criação de um direito internacional (p. 577).

³⁸ No geral, Mario Bretone, *História do Direito Romano*, Isabel Santos & Hossein Shooja (trads.), Lisboa, EE, 1998, e complementarmente, os clássicos lusófonos, Sebastião Cruz, *Direito Romano (Ius Romanum)*, 4. ed., Coimbra, Dislivro, 1984, e José Carlos Moreira Alves, *Direito Romano*, 14. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2007, bem assim como Pablo Kruger, *Historia, Fuentes y Literatura del Derecho Romano*, Madrid, LMod, s.d., e Emilio Costa, *Historia del Derecho Romano Publico y Privado*, Ravientos y Noguera (trad.), Madrid, Reus, 1930.

³⁹ Vide Peter Stein, *Roman Law in European History*, Cambridge, UK, CUP, 1999, e a incontornável obra de Rudolf v. Ihering, *El Espíritu del Derecho Romano*, Fernando Vela (abrev.), Madrid, MP, 1997 [Sec. XIX].

privado⁴⁰. Sabe-se hoje que não é bem assim. Vários institutos do direito público romano mostram igual consistência⁴¹. No mesmo sentido, as suas instituições jurídico-internacionais não foram menos relevantes⁴², ao contrário do que se intui e provavelmente contra a lógica das coisas. Afinal, que tipo de Direito Internacional se podia esperar de uma nação belicosa e imperialista⁴³, cujos intentos a levaram a dominar toda a região do Mediterrâneo e da Europa Ocidental por meio de um poderoso exército⁴⁴? À primeira vista, Roma não seria suscetível de reconhecer qualquer limitação ao seu direito de guerra, fosse ela interna e muito menos se fosse internacional, por incompatível com os seus propósitos expansionistas. Tão-pouco poderia existir um Direito Internacional no período romano pelo facto de boa parte do mundo estar submetido a Roma como províncias de um vasto Império construído *manu militari*⁴⁵. No entanto, contra todas as probabilidades e mitos, Roma teve um direito de guerra⁴⁶ e submeteu-se a normas internacionais – se não efetivamente, pelo menos retoricamente – em todos os períodos da sua história⁴⁷. Mais: conseguiu fornecer os

⁴⁰ Sobre as contribuições de Roma ao Direito Privado, por todos, cf. Álvaro d'Ors, *Derecho Privado Romano*, Pamplona, EUN, 1983; Max Kaser, *Direito Privado Romano*, Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle (trad.), Lisboa, FCG, 1999, e A. Santos Justo, *Direito Privado Romano*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997-2002-2003, 3 v. De forma deliberada, o texto de um dos maiores romanistas, David Johnston, *Roman Law in Context*, Cambridge, UK, CUP, 2004, exclusivamente dedicado ao Direito Privado, é exemplificativo da perspetiva indicada.

⁴¹ No geral, as contribuições de Theodor Mommsen, *Compendio de Derecho Público Romano*, P. Dorado (trad.), Pamplona, Analecta, 1999 [1893], e A. Burdese, *Manuale di Diritto Pubblico Romano*, 3. ed., Torino, UTET, 1987; no espaço académico lusófono, vejam-se os ensaios reunidos em Ana Lúcia de Lyra Tavares; Margarida Maria Lacombe Camargo & Antonio Cavalcanti Maia (orgs.), *Direito Público Romano e Política*, Rio de Janeiro, Renovar, 2005, bem como os estudos específicos de Jorge Bacelar Gouveia, *O estado de excepção no Direito Constitucional. Entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998; Corrado Barbagallo, *Una misura eccezionale dei romani. Il senatus-consultum ultimum*, Napoli, Jovene, 1980; Wilfried Nippel, *Public Order in Ancient Rome*, Cambridge, CUP, 1995, *passim*.

⁴² Seguir, e.g., Benedict Kingsbury & Bernard Straumann, "Introduction: The Roman Foundations of the Law of Nations" in: id. (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010, pp. 1-18, Randall Lesaffer, "Argument from Roman Law in Current International Law: Occupation and Acquisitive Prescription", *EJIL*, v. 16, n. 1, 2005, pp. 25-58, e, em especial, Arthur Nussbaum, "The Significance of Roman Law in the History of International Law", *UPLR*, v. 100, n. 5, 1952, pp. 678-687.

⁴³ Como William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, Oxford, Clarendon, 1984, p. 9, coloca-o, dizendo, salvo casos de anormalidade, o Estado esteve em guerra em todos os anos.

⁴⁴ Paul Erdkamp (ed.), *A Companion to the Roman Army*, Malden, Blackwell, 2007.

⁴⁵ Veja-se John Richardson, *The Language of Empire. Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*, Cambridge, UK, CUP, 2008, e Christopher Kelly, *The Roman Empire. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2006.

⁴⁶ Alguns aspetos gerais desse direito são tratados por Charles Sheerman, "The Modernness of Roman Military Law", *ILLR*, v. 13, 1918-1919, pp. 373-383.

⁴⁷ Para apresentações gerais da História de Roma, Indro Montanelli, *História de Roma. Da Fundação à Queda do Império*, Margarida Periquito (trad.), Lisboa, E70, 1997, Gary Forsythe, *A Critical History of Early Rome. From Prehistory to the First Punic War*, Berkeley, UCalPress, 2005, e Mary T. Boatwright; Daniel J. Gargola & Richard J. A. Talbert, *The Romans: From Village to Empire*, Oxford, UK, OUP, 2004.

fundamentos dogmáticos e a fundação filosófica da teoria da guerra justa que tanta influência viria a exercer na construção da doutrina das intervenções humanitárias.

O primeiro aspeto a considerar é que Roma nem sempre foi a única potência do Mar Mediterrâneo. Assim sendo, sempre teve que se relacionar com outras comunidades políticas em situação de equilíbrio ou em verdadeiros sistemas internacionais de Estados⁴⁸. Foi o que ocorreu inicialmente com as pequenas cidades-Estado itálicas⁴⁹ e mais tarde com o Mundo Helénico⁵⁰ e até com superpotências regionais como Cartago⁵¹, todas intrinsecamente ligadas à expansão militar romana⁵². Mesmo depois de alcançar posição incontestada em todo o entorno do Mediterrâneo, Roma continuou a ter que lidar com povos fronteiriços no Norte da Europa e Próximo Oriente⁵³.

Roma, apesar de toda a retórica belicista, carecia de aliados, tendo, ademais, interesse no estabelecimento de relações económicas e diplomáticas com outras nações. Fê-lo, é certo, a partir de uma postura simbolicamente sobranceira, mas que dava margem, na prática, a diversos compromissos, que, designadamente, levavam, no âmbito da promoção de acordos internacionais de vontade, à celebração de tratados de aliança com outros povos⁵⁴. Deste modo, as teses que desqualificam as contribuições romanas para o desenvolvimento do Direito Internacional baseadas nesse aspeto⁵⁵, para além de não darem a devida relevância ao contexto concreto, deixam de apreciar que, na prática, os romanos aceitavam não só a personalidade jurídica de outras comunidades

⁴⁸ A este respeito, cf. David Bederman, *International Law in Antiquity*, p. 43, que coloca no sistema de Estados ao qual Roma pertencia Cartago, a Macedónia, a Síria, o Egito, Siracusa, Rodes, etc.

⁴⁹ Em geral, cf. Kathryn Lomas, “Italy during the Roman Republic, 338 – 31 B.C.” in: Harriet I. Flower (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, New York, CUP, 2004, pp. 199-224.

⁵⁰ Especialmente v. Erich S. Gruen, “Rome and the Greek World” in: Ibid., pp. 242-267.

⁵¹ A respeito dessas relações, cf. Ruth Stepper, “Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 72-83, e John Lazenby, “Rome and Carthage” in: Harriet I. Flower (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, pp. 225-241.

⁵² Em geral a respeito da expansão territorial romana, vide David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 43-45; mais resumidamente, Michel Humbert, *Institutions politiques et sociales de l’Antiquité*, pp. 214-224.

⁵³ Em particular, cf. Stephan Verosta, “International Law in Europe and Western Asia between 100 and 650 A.D.”, *passim*.

⁵⁴ O grande desenvolvimento em relação ao direito dos tratados teria como mote a submissão dos outros povos a Roma, através de diversas modalidades convencionais internacionais: o *deditio* (tratado de capitulação) ou os tratados de amizade (*amicitia*), aliança (*foedus*) e hospitalidade (*hospitium*). Ver Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, p. 37, Carole Plancherel-Bongard, “Les Rapports de Subordination entre Rome et les Confédérations Latine et Italique”, *LHR*, v. 66, n. 3, 1998, pp. 279-287, e Maria Floriana Cursi, “International Relationships in the Ancient World”, *Fundamina*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 186-195.

⁵⁵ Barão Korff, “Introduction a l’Histoire du Droit International Public”, *RCADI*, t. 1, 1923, p. 12.

políticas, como, não raras vezes, uma posição equiparada à sua⁵⁶, e que submetiam dimensões importantes das suas relações internacionais a regulação jurídica internacional e sobretudo interna.

Sobre a guerra em particular⁵⁷, a tese dominante entre os estudiosos do fenómeno jurídico-internacional do período é que os romanos desenvolveram de uma forma bastante acentuada a ideia de que ela só poderia ser empreendida se fosse justa, um pressuposto do qual dependia o seu próprio sucesso no conflito⁵⁸. Por isto mesmo, qualquer das grandes fases da expansão romana⁵⁹, foram precedidas por sofisticadas justificações jurídicas tendentes a garantir sempre justiça na guerra. Foi o que aconteceu nas guerras na Itália contra samnitas, sabinos e etruscos⁶⁰, sempre feitas alegadamente por causas justas e num quadro de um sistema internacional alicerçado em crenças comuns e traduzido no *Direito dos Feciais*⁶¹; no caso das célebres Guerras Púnicas⁶²,

⁵⁶ O exemplo mais claro é o das relações entre Roma e o Império Persa, conforme atesta o supracitado estudo de Stephan Verosta, “International Law in Europe and Western Asia between 100 and 650 A.D.”, *passim*.

⁵⁷ Em geral, cobrindo diversas valências da questão, cf. William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, *passim*; Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, Baltimore, JHUP, 1993; John Rich, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, pp. 62-71; Frédéric Blaive & Dominique Gaurier, “Les mythes indo-européens source du droit international public dans l’Antiquité”, pp. 121-127; Benedict Kingsbury & Bernard Straumann, “Introduction: Roman Wars and Roman Laws”, pp. x-xxv, e Ferdinando Zuccotti, “*Bellum iustum* o del bon uso del diritto romano”, *RDR*, v. 4, 2004, pp. 1-63; Nathan Rosenstein, “War and Peace, Fear and Reconciliation at Rome” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 226-244; em Portugal, o estudo de Eduardo Vera-Cruz Pinto, *História do Direito Comum. Ius Commune Humanitatis ou Lex Mundi?*, Lisboa, AAFDL, 2006, v. I, t.II, *passim*.

⁵⁸ Veja-se, por todos, David Bederman, *International Law in Antiquity*, p. 223, que a considerava uma crença genuína; relativizando esta última conceção, Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, p. 27, considerando que não produzia esses efeitos com a carga religiosa de uma punição divina; no geral, a ideia de que Roma sempre fazia a guerra tendo por base causa justa e nunca desígnios políticos de poder, William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, *passim*, tese esta que tem sido, por sua vez, alvo de críticas por contrapor o absolutismo da tese das guerras defensivas de Roma, uma outra conceção totalizante: a da guerra motivada por interesses políticos e económicos dos principais atores políticos da República (v. John Rich, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic”, pp. 63-64, criticando a tese do imperialismo estratégico de Harris como tão limitadora quanto a do imperialismo defensivo).

⁵⁹ William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, pp. 175-254, faz uma descrição abrangente – e num sentido próprio – de todas as guerras que Roma esteve envolvida nesse período.

⁶⁰ Para a prática desse período, cf. *Ibid.*, pp. 175-182, duvidando, no geral, do carácter defensivo das guerras itálicas de Roma, antes, aparentando ser verdadeiras agressões com propósitos expansionistas, dizendo, sobre a Segunda Guerra Samnita em particular.

⁶¹ Em especial, Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, *passim*, especialmente 62, baseando-se nos laços religiosos comuns.

⁶² A respeito das guerras púnicas, cf. com mais diversos aportes, William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, pp. 182-194 (I); 200-205 (II); 234-240 (III); Nigel Bagnall, *The Punic Wars. Rome, Carthage, and the Struggle for the Mediterranean*, New York, StMP, 1990; Adrian Goldsworthy, *The Fall of Carthage. The Punic Wars 265-146 BC*, London, Phoenix, 2000, *passim*; Ruth Stepper, “Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation”, pp. 74-80; John Lazenby, “Rome and Carthage”, pp. 225-241.

com Cartago, Roma invocou questões defensivas e de proteção a aliados para justificar os seus atos bélicos e até a defesa da liberdade em relação à tirania⁶³, embora, muitas vezes, em retrospectiva, nem sempre de forma muito correta, nem na primeira⁶⁴, nem na segunda⁶⁵ ou na terceira⁶⁶. Isto por inexistência dos pressupostos ou por exigências descabidas feitas por Roma e que seriam inaceitáveis para a outra parte, como ocorreu no caso de Aníbal Barca⁶⁷; na sua expansão para Oriente, em que se mostrou decisiva a anexação da Grécia, o mesmo processo foi utilizado, com Roma a sustentar que estava a punir os grego-macedónios pelo apoio dado aos cartagineses e pela violação de tratados⁶⁸, e explorando conflitos intestinos e convites para pacificação, cujos exemplos principais prendem-se com Israel e o antigo Egito, designadamente invocando argumentos religiosos e de combate à tirania⁶⁹; mais para Leste, Roma também tentou

⁶³ Ver Jonathan Pragg, “Tyrannizing Sicily: The Despots who Cried ‘Chartage’ in: A. Turner; K. O. Chang-Gossard & F. Vervaeke (eds.), *Private and Public Lies: The Discourse of Despotism and Deceit in the Graeco-Roman World*, Leiden, Brill, 2001, pp. 51-71.

⁶⁴ Criticando qualquer interpretação neste sentido por todos Ruth Stepper, “Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation”, pp. 74-75, criticando os argumentos romanos como meros pretextos, motivados por ambições territoriais sobre a Sicília.

⁶⁵ Foi, pelo menos, a justificação oficial dada por Roma (v. John Lazenby, “Rome and Carthage”, pp. 230-231). Vários autores questionaram, com alguma razão, a idoneidade do processo, principalmente em razão da existência de um acordo de não agressão com Cartago que recobria a Espanha (cf. Michel Humbert, *Institutions politiques et sociales de l’Antiquité*, p. 221, que chamou-o de alibi destinado a facilitar a conquistas da Espanha, e William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, pp. 200-202, rejeitando, por motivos óbvios, a tese da guerra defensiva, mesmo num sentido mais lato, envolvendo prevenção, e a manipulação da situação por Roma para provocar uma guerra de acordo com o seu interesse), no entanto, de um ponto de vista jurídico-internacional, isso é quase irrelevante, para que a própria abrangência dessas críticas a Roma possa ser discutida.

⁶⁶ Resumidamente, cf. John Lazenby, “Rome and Carthage”, pp. 226-227, com base num ataque a um aliado vizinho de Cartago, o Rei da Númia, Masinissa, que provocava ambas as cidades. O direito dos aliados, mais uma vez, dava base jurídica aos empreendimentos militares romanos. Claro está que, no caso concreto, a existência de outros – e mais escusos – motivos eram muito mais claros que nos outros casos já referidos (cf. Michel Humbert, *Institutions politiques et sociales de l’Antiquité*, p. 221: “No Senado, o clã imperialista e aquele dos homens de negócios, ganharam. A solução final estava decidida”; Ruth Stepper, “Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation”, p. 78, pois Roma não podia conviver com qualquer competidor, e, de todo o modo, existem evidências de que a expedição “final” foi retardada durante muito tempo por existirem dúvidas, pelo menos de alguns, da sua justiça (v. John Rich, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic”, p. 68, que diz que escrúpulos de alguns setores da população levaram ao adiamento da Terceira Guerra Púnica).

⁶⁷ Cf. de modo resumido, William C. Morey, *Outlines of Roman History*, New York, ABC, 1901, pp. 112-113, contando que “os romanos enviaram uma embaixada para Cartago a fim de pedir a entrega de Aníbal. Reza a História que Quintus Fabius, o Chefe da Delegação levantou uma dobra da sua toga e disse ao Senado cartaginês: “Aqui trazemos-lhes a paz e a guerra, Qual delas vocês escolhem?” “Dá-nos qualquer delas” foi a resposta. “Então ofereço-vos a guerra”, disse Fabius, “E é o que aceitamos”, gritaram os cartagineses. Assim começou a guerra mais memorável da Antiguidade”.

⁶⁸ Em geral sobre a expansão oriental de Roma, cf. Erich S. Gruen, “Rome and the Greek World”, pp. 242-267, e com relatos sobre as guerras travadas pela Roma Republicana naquelas paragens, William V. Harris, *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, pp. 195-197 (A Primeira Guerra Ilíria); 205-208 (A Primeira Guerra Macedónica); 212-218 (a Segunda Guerra Macedónica); 218-219 (a guerra contra Nábis, Rei de Esparta); 219-225 (a guerra Sírio-Etolica); 227-233 (a Terceira Guerra Macedónica); 240-244 (a Guerra Aquéia).

⁶⁹ Veja-se, em especial, o clássico de Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos*, Miguel Mata (trad.), Lisboa, Sílabo, 2007, l. I, cap. vi-vii e ss, que ao tentar

encontrar as suas bases de justificação, o mesmo ocorrendo, no Ocidente e Oriente Europeus respetivamente, com os empreendimentos de Júlio César na Gália⁷⁰, com argumentos que iam desde os agravos feitos a Roma⁷¹ até à prática de sacrifícios humanos⁷², nas invasões da Bretanha, em que se invocou a ajuda dada pelos celtas aos gauleses⁷³, e na Península Ibérica e Lusitânia⁷⁴ contra o célebre guerrilheiro Viriato⁷⁵, em que a lógica civilizatória e da libertação dos povos não deixou de desempenhar um papel simbólico e retórico⁷⁶, e de Trajano na Dácia, cujos habitantes eram apercebidos como uma ameaça constante para a segurança do Império e conduziam raides frequentes contra o território imperial⁷⁷.

Depois de se ter transformado em superpotência, a justiça da guerra estava assegurada já que cada ato de resistência das populações conquistadas seria considerado rebelião e porque Roma, instituindo-se a si própria como protetora internacional ‘das

harmonizar a legitimação da conquista romana com as suas próprias crenças hebraicas atribuiu, em diversos momentos, os sucessos das legiões contra os revoltosos judeus à mão divina como se comprova pelo seguinte trecho: “Ao entrar na cidade, Tito ficou admirado com a sua força mas principalmente com as torres que os tiranos, na sua cegueira, haviam abandonado. De facto, ao contemplar a sua sólida e altiva massa, a magnitude de cada bloco de pedra, a perfeição das juntas e as suas enormes larguras e exclamou: ‘Não há dúvida de que Deus esteve connosco nesta guerra. Foi Deus que tirou os judeus destes baluartes. Que poder teriam as mãos do homem ou os engenhos contra estas torres?’. Fez muitas observações semelhantes aos seus amigos, e depois libertou os prisioneiros dos tiranos que se descobriram nas torres” (Ibid., l. vi, cap. ix, p. 431). Cf. igualmente Andrea Berlin & J. Andrew Overman, *The First Jewish Revolt: Archaeology, History, and Ideology*, London, Routledge, 2002.

⁷⁰ Veja-se, do próprio, Júlio César, *A Guerra das Gálias*, Ângela Pires (trad.), Lisboa, Sílabo, 2004.

⁷¹ Ibid., *passim*, muito embora não deixasse de relatar, neutralmente diga-se, discussões e invocações da justiça da guerra do lado dos gauleses liderados por Vencigétórix (Ibid., l. vii, para. xxiv).

⁷² Seguir o seguinte relato: “A nação gaulesa é, no seu conjunto, muito dada a práticas religiosas e é por isso que aqueles que sofrem de doenças graves ou aqueles que vivem no meio dos combates e dos seus perigos, imolam ou fazem promessas de imolar seres humanos, como vítimas desses sacrifícios. Servem-se do ofício dos druidas para esses sacrifícios. De facto, pensam que o poder dos deuses imortais só pode ser apaziguado, pagando a vida dum homem com a vida de outro homem. Têm sacrifícios deste género que são uma verdadeira instituição pública. Alguns fazem manequins de verga entrelaçada e com um tamanho enorme, enchem-nos com homens vivos, deitam-lhes fogo e os homens morrem, envolvidos pelas chamas. Os suplicios aplicados àqueles que foram apanhados em flagrante a roubar ou a assaltar, ou por qualquer outro delito, são considerados mais do agrado dos deuses imortais. Mas quando não têm vítimas deste género que cheguem, sacrificam até mesmo inocentes” (Ibid., l. vi, para. xvi).

⁷³ Cf., no geral, Graham Webster, *The Roman Invasion of Britain*, New Edition, London, Routledge, 2003, pp. 34-35.

⁷⁴ Matthew Bunson, ‘Hispania’ in: *Encyclopedia of the Roman Empire*, Revised Edition, New York, FoF, 2002, pp. 262-263.

⁷⁵ Numa perspectiva crítica, Amílcar Guerra & Carlos Fabião, “Viriato: Genealogia de um Mito”, *Penélope*, n. 8, 1992, pp. 9-23.

⁷⁶ Conforme demonstra o importante estudo de Eduardo Vera-Cruz Pinto, “*Judicium Galbae*: as Campanhas de Sérvio Sulpício Galba contra os Lusitanos em 151-150 A.C., e o Direito Romano” in: *Jornadas Romanísticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 137-197, havia contradição entre as ações concretas dos romanos na Península e sua reputação de libertadores de populações indefesas do banditismo lusitano.

⁷⁷ Veja-se Ioana Oltean, *Dacia. Landscape, Colonisation and Romanisation*, Abingdon, Routledge, 2007, pp. 53-58.

pazes⁷⁸ e das liberdades podia impô-la a qualquer comunidade política⁷⁹. Com efeito, Roma instituiu uma política de ingerência benevolente em prol da paz internacional (a chamada *Pax Romana*), ficando conhecida como moderadora dos diferendos internacionais⁸⁰, uma arbitragem que transcendia a livre escolha das partes sendo imposta aos outros povos⁸¹, quando ela própria considerava indigno submeter-se à arbitragem de terceiros. Roma conseguiu, do ponto de vista jurídico e formal, encontrar base jurídica para praticamente todas as suas ações, embora, no entanto, muitas vezes, subjacentes ao problema jurídico estrito, estivesse situações manipuladas ou exploradas por ela mesmo para favorecer os seus interesses imperiais⁸².

Quais eram então, em resumo, essas causas justas que Roma podia invocar para entrar em guerra? Em princípio qualquer injúria ou dano causado a Roma, constituía base jurídica suficiente para um conflito. Nesta premissa integrava-se a guerra de autodefesa⁸³, a não entrega a Roma de alguém que a tivesse ofendido, danos causados aos seus embaixadores, ou ainda a seus aliados⁸⁴. E quando não fosse possível encontrar nenhum motivo específico, Roma sempre poderia fazer recurso à genérica justificação de manutenção da paz, para se imiscuir nos assuntos de povos vizinhos e fazer-lhes a guerra. De facto, em última instância, a ideia da justiça da guerra estava umbilicalmente ligada à manutenção da estabilidade e paz internacionais, isto é, Roma sempre poderia invocar imperativos de pacificação internacional sempre que desejasse entrar em guerra. Apesar de alguns autores insistirem no aspeto ideológico da ideia de justiça nela

⁷⁸ Tem interesse a leitura de Carlin Barton, “The Price of Peace in Ancient Rome” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 245-255.

⁷⁹ Exposição perfeita desta conceção pode ser encontrada no épico de Virgílio, *Eneida*, 2.ed., Lisboa, E-A, 1988, l. vi: “Tu, Romano, lembra-te de reger os povos sob o teu império: as artes consistirão em impor as condições da paz, em poupar os vencidos e em domar os soberbos” (p. 116). O enquadramento destas contribuições literárias encontra-se em Jeri Blair DeBrohun, “The Gates of War (and Peace): Roman Literary Perspectives” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, pp. 256-277.

⁸⁰ Foi deste modo que Roma ia ampliando o seu território para leste já que, aproveitando-se das guerras fratricidas entre os gregos, transformava-se em pacificadora e restauradora da ordem jurídica internacional, aproveitando para dominar (Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, pp. 38-39).

⁸¹ Este aspeto fica patente mesmo nas obras dos historiadores do período como Salústio, *A Guerra de Jugurta*, A. Mendes (trad.), Petrópolis, Vozes, 1990.

⁸² Este facto é reconhecido mesmo por autores que não são tão críticos da prática internacional de Roma, como David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 226-227, dizendo que Roma, por vezes, terá desrespeitado as regras, mas nada comparado com outros povos da antiguidade.

⁸³ Em especial, Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, p. 36, sustentando que a guerra se transformou numa espécie de última *ratio* de que Roma dispunha em casos extremos, materializando-se em ações de autotutela de direitos e para punir uma ofensiva inimiga.

⁸⁴ Em geral, cf. David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 224-225.

imbutida durante o período romano⁸⁵, excedem-se na valorização dessa interpretação, pois, com efeito, os romanos adotavam determinadas modalidades jurídicas de contenção da guerra e submetiam-se a algum controlo, se não completamente de um Direito Internacional, pelo menos do seu próprio Direito Público Externo, sem embargo, de, por vezes, eles próprios violarem ou manipularem essas mesmas normas.

Este, aliás, além das limitações materiais que colocava à guerra, amparou-se, durante muito tempo, num sistema constituído por um rigoroso mecanismo de fiscalização⁸⁶ que tinha por base o chamado *Colégio dos Feciales*, um dos principais órgãos públicos romanos, composto por vinte sacerdotes vitalícios⁸⁷ especialmente incumbidos de verificar a compatibilidade entre o Direito Romano de Guerra e as circunstâncias do caso concreto para garantir que os romanos somente declaravam a guerra quando tivessem causa justa para o efeito. No entanto, mais do que tudo, os *fetiales* tinham sido criados para manter a paz⁸⁸. Assim sendo, não se limitavam a atestar a existência de causa justa para iniciar uma guerra pelo facto de se ter, por via de um ato ilícito, causado dano a Roma. Esforçavam-se no sentido de evitar a guerra, dando à parte contrária a oportunidade de reparar o dano, atendendo às demandas romanas, fosse através do pagamento pelos danos causados, fosse de entrega de um indivíduo suspeito por esses mesmos danos ou injúrias a Roma⁸⁹. O seu próprio líder, o *Pater Patratus*, dirigia-se ao Estado em questão, e face a um seu cidadão ou, se possível, perante os seus órgãos representativos, apresentava os agravos e as demandas romanas, recitando uma fórmula religiosa e concedendo-lhes trinta e três dias para serem atendidas (tratava-se do *rerum repetitio*)⁹⁰. Se o fosse, o processo era imediatamente extinto e as relações amigáveis restauradas entre os dois Estados; caso contrário, ele voltava a deslocar-se para o mesmo local e face a isto recitava outra fórmula, de acordo com a qual declarava aquele povo injusto, reservando às autoridades

⁸⁵ Por exemplo, o Barão Korff, “Introduction a l’Histoire du Droit International Public”, p. 13, dizendo que, para Roma o que era justo eram as guerras que fazia de acordo com os seus próprios critérios morais e fórmulas religiosas.

⁸⁶ Por todos, Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, *passim*; David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 222-227, e Arthur Nussbaum, “The Significance of Roman Law in the History of International Law”, p. 679.

⁸⁷ Para uma caracterização, Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, p. 8, lembrando o seu número, o seu mandato vitalício, o facto de exercerem funções em tempo parcial e de estarem isentos do serviço militar.

⁸⁸ Vide também Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, p. 62.

⁸⁹ Cf. uma excelente apresentação deste procedimento em Clifford Ando, “Empire and the Laws of War: A Roman Archaeology” in: Benedict Kingsbury & Bernard Straumann (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, pp. 30-52.

⁹⁰ A respeito do processo de declaração de guerra, além das fontes clássicas, recomenda-se o resumo feito por David Bederman, *International Law in Antiquity*, pp. 231-233.

romanas o direito de tomarem medidas adequadas para executarem os seus direitos. O protagonismo, então, saía do *Colégio* e passava para os órgãos do Estado romano, dependendo do momento, do *Rex*, do *Senatus*, dos Cônsules, e/ou das assembleias populares da cidade⁹¹. Eram estes que face à determinação da justiça da causa romana, decidiam se haviam de fazer a guerra ao Estado infrator ou não. Se a decisão fosse *pro-bello*, formalizada por via de um decreto (*rogatio*), o *pater patratus* entrava em cena pela última vez, dirigindo-se ao inimigo e desta vez, não deixando de recitar uma terceira fórmula religiosa, atirava uma lança embebida em sangue no seu território. A partir desse momento, considerava-se existir um estado de guerra entre as duas comunidades políticas.

Intuir-se-ia naturalmente, e com razão, que esses rituais do povo romano para a declaração de guerra, dificilmente teriam sobrevivência depois da expansão territorial romana e fora do quadro latino e itálico para o qual aparentemente tinha sido criado⁹². Com efeito, sentiram-se dificuldades para adaptar os procedimentos e, acima de tudo, a natureza do instituto, a um cenário que lhe era pouco natural. As grandes guerras, por vezes de sobrevivência, que Roma travou com inimigos de costumes muito distintos, não eram talvez o palco mais adequado para esses pruridos jurídicos que caracterizavam os romanos. Assim sendo, mudanças ocorreram de facto. Do ponto de vista dos procedimentos, muita coisa mudou. Aparentemente, o *Colégio dos Feciales* foi substituído por emissários públicos não religiosos, a declaração de guerra passou a ser feita sem a necessidade de lançamento da lança embebida em sangue e os prazos devem ter sido diminuídos consideravelmente; além disso, afastados de condicionamentos religiosos, os políticos que passaram a incumbir-se dessas tarefas, passaram a ter maior facilidade em manipular as circunstâncias para servir os interesses de Roma, embora, no geral, seja ainda defensável que a preocupação de garantir, real ou ficticiamente, justiça à causa da Cidade Eterna, manteve-se presente em toda a sua história.

Autores de diversas áreas são pródigos em concluir que se o direito à guerra sofria algumas limitações, já a forma como aquela era conduzida pelos romanos não⁹³. A

⁹¹ A acreditar em John Rich, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic”, p. 65, só existe um caso em que a guerra foi rejeitada por uma assembleia do povo romano (em 200 A.C., tendo como antagonista o Reino da Macedônia), devendo acrescentar-se, por outro lado, uma decisão contrária a um parecer do Senado e que tinha por objeto enviar reforços a Messana.

⁹² Quem o diz é Alan Watson, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, p. 54, o qual lembra que, nessa altura, o sistema já se encontrava desajustado, particularmente em razão da distância do local das guerras de Roma.

⁹³ Considerações partilhadas por vários especialistas, como Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, p. 37, chamava a atenção para a ausência de restrições jurídicas na condução da

máquina de guerra romana não poupava nada. Os prisioneiros de guerra eram dizimados ou transformados em escravos, neste caso nos termos do Direito das Gentes e do Direito Romano⁹⁴; os líderes políticos eram submetidos a situações vexatórias e humilhantes, antes de serem aniquilados em público para o regozijo das massas romanas e fortalecimento político de cônsules e generais; a população civil – incluindo mulheres e crianças – não conhecia melhor sorte, e, na melhor das hipóteses eram reduzidos à servidão, quando não completamente aniquilados; as cidades eram queimadas, saqueadas e, por vezes, completamente destruídas⁹⁵. Tais autores têm, pois, toda a razão, muito embora disso não decorra qualquer autorização para exagerar. É que Roma não só gostava de se considerar a mais poderosa das nações, mas igualmente a mais virtuosa. Fazia parte da sua autopercepção coletiva acreditar que mesmo em situações de combate agiam dentro de padrões morais aceitáveis, ao contrário dos bárbaros e inescrupulosos povos que combatiam⁹⁶. Em relação aos métodos de guerrear, Roma tinha todo o cuidado em apresentar-se como estando dentro da lei e, nas situações de ações mais duras, recorrer à necessidade militar para justificar as suas condutas⁹⁷.

guerra; António Truyol y Serra, *Noções fundamentais de direito internacional público*, E. Ehrhardt Soares (trad.), Coimbra, AA, 1962, p. 182, e John Keegan, *Uma história da guerra*, p. 280 (dizendo que eram tão ferozes e vingativos que o seu comportamento só era comparável ao dos mongóis ou de Tamerlão).

⁹⁴ Cf. William Warwick Buckland, *The Roman Law of Slavery. The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian*, Cambridge, UK, CUP, 2010 [orig.: 1908], p. 291 e ss; 397-436.

⁹⁵ Um episódio da Guerra de Jugurta, contado por Salústio, *A guerra de Jugurta [De bello Jugurthino]*, A. Mendes (trad.), Petrópolis, Vozes, 1990, p. 199, pode ser esclarecedor: “quando os habitantes se deram conta da situação, o sobressalto, o enorme pavor, o perigo inesperado e ainda o facto de parte de seus compatriotas se encontrarem fora dos muros em poder do inimigo, tudo isso os forçou a se renderem” A despeito disso, porém, “a cidade foi incendiada, os númidas adultos, liquidados, todos os outros, vendidos como escravos, a presa, dividida entre os soldados. Antes disso, o destino de Cartago, depois da Terceira Guerra Púnica, não foi mais brando. Conforme conta Ruth Stepper, “Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation”, p. 79, “o plano para uma completa destruição de Cartago implicava na aniquilação de parte dos seus habitantes. As tropas romanas saquearam e assassinaram por vários dias, decidindo que a cidade – que classificaram como maldita – deveria se tornar terra desabitada, enquanto as suas possessões territoriais deveriam ser governadas por pró-magistrados romanos”. Ver também Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, p. 37, que mostra o tratamento brutal reservado às populações conquistadas.

⁹⁶ Aliás, normalmente, os romanos aceitavam determinados limites ao Direito de Guerra e procuravam respeitá-los. A possibilidade da servidão de prisioneiros de guerra era admitida pelo Direito Internacional do período e mesmo Roma aceitava-a em relação aos seus cidadãos, nos casos em que, tendo a oportunidade, o Estado não se rendia. Diz John Rich, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic”, pp. 64-65, que os romanos, ao contrário dos gregos, consideravam sua obrigação poupar a vida dos habitantes em caso de rendição incondicional (*deditio*), ao contrário dos casos em que fosse conquistada pela força, ficando estes sujeitos aos rigores do Direito de Guerra. Eram regras que todos os povos mediterrâneos conheciam.

⁹⁷ Por exemplo, Salústio, *De bello Jugurthino*, p. 199, legitimar as atrocidades cometidas por Roma contra a Numídia, recorrendo a uma espécie de princípio da necessidade militar que, no caso concreto, justificava as violações ao direito de guerra: “esse atentado ao direito de guerra não foi cometido por cupidez ou por crueldade do cônsul, mas porque a cidade era importante para Jugurta, para nós, de difícil acesso e sua população, inconstante e traiçoeira, não se curvava nem com favores nem pelo medo”.

Alguns desenvolvimentos teóricos podem ser notados na experiência romana, não deixando em alguns casos, no geral, de estar ligados a certos factos ocorridos no período imperial. Em 212 D. C., quando foi concedida cidadania a quase todas as pessoas das províncias durante a governação de Antonino Caracala⁹⁸, Roma dava mostras de querer construir uma espécie de *Orbe Universal*, a constituição da propalada *Civitas Maxima*. Neste sentido, foram importantes as ideias que vinham sendo desenvolvidas há algum tempo pelos estóicos romanos e que teriam muita influência no futuro, principalmente na questão do direito de guerra. Quais eram essas concepções estóicas que floresceram naquele período? A filosofia estóica foi introduzida em Roma pelos preceptores gregos que vinham ensinar os jovens de origem nobre do Lácio⁹⁹, o que lhes conferiu uma grande influência sobre a intelectualidade romana que após, obviamente, as necessárias adaptações, as incorporaram de forma entusiástica¹⁰⁰, e, em particular, foram as bases de duas doutrinas que, no futuro, se apresentariam sempre ligadas à doutrina das intervenções humanitárias: o jusnaturalismo e o cosmopolitismo¹⁰¹.

A ideia de que existe uma lei maior do que a positiva pela qual todos os homens deveriam se orientar, não era nova, uma vez que já havia sido exposta, por exemplo, no *Antígona* de Sófocles¹⁰². Mesmo assim, os estóicos desenvolveram sobremaneira uma filosofia moral e política pressupondo que todos os seres humanos compartilhavam características comuns derivadas do seu carácter racional e de um parentesco universal¹⁰³. O aspeto importante é que entendiam que a Humanidade possuía um

⁹⁸ Sobre esta questão ver, por exemplo, A. Guarino, *Storia del Diritto Romano*, 3. ed., Milano, Giuffrè, 1963, p. 102 e ss.

⁹⁹ Ver, em particular, Mark Morford, *Roman Philosophers. From the Time of Cato the Censor to the Death of Marcus Aurelius*, London, Routledge, 2002, e William Irvine, *A Guide to the Good Life. The Ancient Art of Stoic Joy*, Oxford, OUP, 2009.

¹⁰⁰ A primeira escola estóica foi estabelecida ainda em Atenas por Zenão de Cítio. A influência do estoicismo em Roma se deve principalmente à obra de Panécio, um dos membros da segunda escola estóica, no século II A.C (A. Long, *Hellenistic Philosophy. Stoics, Epicureans, Sceptics*, 2. ed., Berkeley, UCalP, 1986).

¹⁰¹ Apesar disso, no caso da contribuição romana, dá-nos a impressão de que os aspetos teóricos, mormente ligados ao direito natural e ao cosmopolitismo, por vezes são sobrevalorizados como legados romanos em detrimento das importantes instituições criadas pela prática internacional do período (ver com essa posição, Stephen Neff, “A Short History of International Law” in: Malcolm Evans (ed.), *International Law*, Oxford, OUP, 2003, p. 33).

¹⁰² Pela boca de Antígona, Sófocles, “Antígona” in: *A Trilogia Tebana*. M. Kury (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1989. p. 214, proclama a existência de um direito superior ao direito dos homens que seriam “normas divinas, não escritas, inevitáveis; não é de hoje, não é de ontem, é desde os tempos mais remotos que elas vigem, sem que ninguém possa dizer quando surgiram. E não seria por temer homem algum, nem o mais arrogante, que me arriscaria a ser punida pelos deuses por violá-las”.

¹⁰³ Já dizia o Imperador Marco Aurélio, *Meditações*, ed. bilíngüe, William Li (trad.), São Paulo, Iluminuras, 1995, l. III, § 4, que “o destino de cada homem é tanto condicionado pelo universo como

direito comum, proveniente da razão, e que desconhecia limites temporais e espaciais: o direito natural partilhado por todos independentemente de sua nacionalidade ou religião¹⁰⁴. É precisamente desse Direito Universal que surge um ideário universal global assente numa filosofia moral e política cosmopolita, consubstanciado na tese da dupla-pertença¹⁰⁵, do cidadão do mundo que os romanos tomam emprestado de Diógenes, o Cínico¹⁰⁶.

Para além desse enquadramento geral cuja aplicação sistemática se vai sentir um pouco mais tarde no período medieval, autores estoícos romanos vão se pronunciar sobre a questão da guerra principalmente através de Marco Túlio Cícero (106 a.C- 43 A.C¹⁰⁷), o célebre jurista e político romano. A guerra é tida como algo anormal, contrária à natureza humana e à irmandade universal. Por isso só podia ser empreendida em situações limitadas em que pudesse contribuir para a paz¹⁰⁸ e um recurso de última instância¹⁰⁹, que só pode ser empreendida depois de preenchidos os procedimentos internos relevantes ao bom estilo romano¹¹⁰. No entanto, Cícero era um autor de

também o condiciona. Ele tem em mente também o parentesco que existe entre todos os seres racionais; que é conforme a natureza humana preocupar-se com todos os homens”.

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, a passagem de Marco Túlio Cícero, *Dos deveres*, Angélica Chiapeta (trad.), São Paulo, MF, 1999, l. III, § 69, obra na qual assevera: “Existe uma sociedade humana – já se disse isso muitas vezes mas convém repeti-lo outras muitas – bastante ampla, a sociedade de todos os homens; uma mais restrita, a dos que integram a mesma família, e, por fim, uma ainda menor, a dos que são da mesma cidade. Quiseram, pois, nossos antepassados que existisse, por um lado, o direito dos povos, por outro, o direito civil. O direito civil não precisa ser necessariamente o direito dos povos, mas o direito dos povos precisa ser necessariamente o direito civil”.

¹⁰⁵ Lúcio Aneio Sêneca, *Sobre o ócio [De Otis]*, ed. bilíngüe, J. Seabra Filho (trad.), São Paulo, NALex 1994, § IV.

¹⁰⁶ Conta Diógenes Laertio, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, trad. bras. de M. Kury, Brasília, EDUNB, 1988, l. VI que interrogado sobre sua pátria Diógenes, o cínico, respondeu: “Sou um cidadão do mundo (*kosmou politês*)”.

¹⁰⁷ A biografia de Cícero é discutida por Anthony Everitt, *Cícero. Uma Vida*, Maria José Figueiredo (trad.), Lisboa, Quetzal, 2004; uma apresentação geral do seu pensamento político poder ser encontrada em James Holton, “Marcus Tullius Cicero” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 155-175.

¹⁰⁸ Marco Túlio Cícero, *Dos deveres*, § 35.

¹⁰⁹ Deve-se dizer, porém, que o que preocupava realmente Cícero era a guerra civil e não a guerra entre povos diferentes. Existe uma passagem das *Orações a Catilina*, em que Marco Túlio Cícero, *As catilinárias*, Amilcare Carletti (trad.), 2. ed., São Paulo, LEUD, 2000, pp. 222-224, expõe muito bem as suas opiniões a respeito. Ao mesmo tempo em que critica a guerra civil como um ato suicida da República, Cícero marca a virtude da guerra pela glória de Roma. Diz Marco Túlio Cícero: “Seja glória ao famoso Cipião, por cuja prudência e valor Aníbal foi constrangido a voltar para África e assim abandonar a Itália; alto seja o valor ao segundo africano, que destruiu as duas cidades inimigas implacáveis deste império, Cartago e Numância (...) a situação de quem vence inimigos externos é mais vantajosa do que aquela dos vitoriosos na guerra intestina, porque, os inimigos externos ou são esmagados e se tornam escravos, ou acolhidos com indulgência; consideram-se vinculados pelo benefício; aqueles, ao invés, entre os cidadãos, que, pervertidos por uma loucura, tornam-se inimigos da pátria, quando vós os impedirdes de (praticar) a ruína das instituições, não conseguireis nem freá-los com a força, nem conquistá-los com o benefício”.

¹¹⁰ Marco Túlio Cícero, *Dos deveres*, § 36 (“a guerra só é justa quando levada a efeito por reclamação ou mediante anúncio e declaração prévia”).

transição¹¹¹ e, além disso, um homem do seu tempo. Por isso a sua oposição era mais uma questão de procedimentos e grau, sendo que o autor aceitava certas justificações para a guerra que atualmente seriam associadas a autores mais realistas¹¹², designadamente guerras em busca de glória¹¹³.

Independentemente disso, o pensamento estóico trabalhou com vários elementos que mais tarde serão extremamente importantes para o Direito Internacional¹¹⁴, em especial para a regulamentação da guerra. Todavia, até onde se pôde observar, não teve nenhum aporte que pudesse ser considerado um exemplo direto de guerra justa humanitária, muito embora as teses ciceronianas sobre o tiranicídio como dever universal tenham se mostrado extremamente influentes nos autores medievais, renascentistas e modernos que defenderam a guerra por motivos humanitários¹¹⁵. Mesmo assim, sob formas oblíquas, as suas ideias de comunidade universal, direito natural e cidadania mundial se mostrarão muito influentes para o futuro das intervenções humanitárias unilaterais, manifestando-se já no período medieval.

¹¹¹ Segundo Giovanni Reale, *Storia della Filosofia Antica*, 9. ed., Milano, VeP, 1992, v. III, p. 543, Cícero foi o principal representante do ecletismo em Roma.

¹¹² Por todos, Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, OUP, 1999, p. 18 e ss.

¹¹³ Marco Túlio Cícero, *Dos deveres*, § 38 “(...) entretanto as guerras em que se disputam a glória do domínio devem ser menos cruéis”.

¹¹⁴ Veja-se igualmente, John Kroger, “Philosophical Foundations of Roman Law: Aristotle, the Stoics, and Roman Theories of Natural Law” in: Richard Brooks (ed.), *Cicero and Modern Law*, Burlington, Ashgate, 2009, pp. 229-268.

¹¹⁵ Propondo-se a analisar se existiria um conflito entre o dever de não prejudicar os outros e a possibilidade de fazê-lo em relação a tiranos, Marco Túlio Cícero, *Dos deveres*, § 38, é claro no sentido de que “não contraria a natureza espoliar, se possível, aquele que convém assassinar, pois toda essa raça funesta e ímpia deve ser banida da comunidade humana. Assim como alguns membros precisam ser amputados quando começam a ser privados de sangue e, de certa forma, de vida, ou quando passam a prejudicar outras partes do corpo, assim também essa selvageria e monstrosidade de fera com traços humanos devem ser extirpadas do corpo comum da humanidade”.

CAPÍTULO NONO

A UNIVERSALIZAÇÃO E SANTIFICAÇÃO DA GUERRA JUSTA NO PERÍODO MEDIEVAL E OS SEUS REFLEXOS HUMANITÁRIOS

9.1. O desenvolvimento da guerra justa humanitária no espaço extra-ocidental

9.1.1. O Império Bizantino e as intervenções para proteger as populações cristãs.

Bizâncio, por motivos naturais, seguiu as tradições institucionais romanas¹, mesclando-as com a receção plena do cristianismo como religião oficial² e com a adição de elementos étnicos e culturais helénicos³. Formou, neste sentido, um Estado teocrático dirigido por um *Basileus* (Imperador)⁴. A visão internacional de Bizâncio era, por herança⁵, potencialmente imperial, com as suas pretensões ao *dominium mundi*, alicerçada na ideia de que todos os povos, mesmo os que fossem independentes *de facto*, lhes eram subordinados, isto com a agravante de não conhecerem, ao contrário dos romanos, limitações jurídicas internas ao uso internacional da força⁶, baseando-a principalmente na sua utilidade e valor estratégico⁷.

Era um cenário muito favorável ao desenvolvimento de concepções civilizatórias da guerra. Porém, o facto é que os bizantinos nunca mostraram grande entusiasmo pelo uso

¹ Ver, neste sentido, o monumental, George Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, Joan Hussey (trad.), New Brunswick, RUP, 1969, p. 28, dizendo que a História Bizantina é o prolongamento da História imperial romana, bem como a síntese de Peter Sarris, “The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641)” in: Cyril Mango (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, *passim*, e Cyril Mango, *Bizâncio. O Império da Nova Roma*, Vânia Rodrigues & Alexandre Morais (trad.), Lisboa, E70, 2008.

² Ver id., “Introduction” in: id.(ed.), *The Oxford History of Byzantium*, p. 4.

³ Em ambos sentidos, cf. George Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, p. 27, destacando o tripé, conceitos políticos romanos, cultura grega e fé cristã.

⁴ Ver, por exemplo, António Truyol y Serra, *Noções fundamentais de direito internacional público*, R. Ehrhardt Soares (trad.), Coimbra, AA, 1962, p. 182, e, principalmente, Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, Maria Manuel Tinoco (trad.), Lisboa, E-A, 2003, pp. 673-714, especialmente a p. 682, demonstrando a natureza imperial de inspiração romana, como *despotes* e sobrehumanos porque santo.

⁵ Não é sem razão de ser que se conheciam como *romaios* e não como bizantinos, um termo muito posterior utilizado pela historiografia especializada para os identificar (Cf. Cyril Mango, “Introduction”, pp. 1-2).

⁶ Michel de Taube, “Études sur le Développement Historique du Droit International dans L’Europe Orientale”, *RCADI*, t. 11, n. 1, 1926, p. 368, dizendo que a única civilização que tinha as bases de um direito de guerra naquele momento era a islâmica.

⁷ Ibid., p. 366 (sustentando que advogavam a ideia de que as guerras legítimas eram as úteis para o Estado).

da força, fruto também das suas orientações pacifistas cristãs⁸ e da sua delicada posição estratégica a qual originava uma necessidade permanente de agir de modo cauteloso no cenário internacional. Resultado da necessidade de harmonizar todos estes elementos, a conduta de Bizâncio foi pouco uniforme e sofreu mutações frequentes ao longo do milénio que durou a sua história⁹.

Teve, é facto, que travar guerras de forma permanente¹⁰, mas, muitas vezes, isso resultou mais da necessidade do que de uma opção, havendo períodos de maior comedimento e outros um pouco mais intervencionistas. No geral, a postura de Bizâncio era predominantemente defensiva¹¹, apostando na diplomacia¹² e na resolução pacífica dos seus diferendos com outras nações, utilizando a guerra somente como recurso de última instância¹³. Todavia, o seu papel de principal potência cristã num território permanentemente ameaçado pela expansão islâmica ou persa e, durante algum tempo, pelos cruzados, obrigou Bizâncio, algo a contragosto, a abrir a possibilidade de usar a força para defender a religião oficial do Estado¹⁴, mesmo no estrangeiro. Não chegou, todavia, a adotar de modo muito enfático elementos da guerra santa cruzada no sentido de usar a força para expandir a fé¹⁵ ou de tal política receber um suporte muito claro das lideranças eclesiásticas ortodoxas¹⁶.

⁸ A respeito desta tensão, Julian Chrysostomides, “Byzantine concepts of war and peace” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, pp. 92-93.

⁹ Ver discussões gerais a este respeito em Cyril Mango, “Introduction”, pp. 9-10, discutindo a famosa assertiva de Yeats, para quem em Bizâncio nada mudava.

¹⁰ Ver John Haldon, *Byzantium at War AD 600-1453*, Oxford, Osprey, 2002, pp. 7-8.

¹¹ Cf. *Ibid.*, pp. 36-46, e Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, p. 696, dizendo que era um império defensivo e não expansionista.

¹² Neste aspeto, o Barão Michel de Taube, “Études sur le Développement Historique du Droit International dans L’Europe Orientale”, p. 369 e ss, e “L’apport de Byzance au Développement du Droit International Occidental”, *RCADI*, t. 67, 1939, pp. 254-266, tem razão ao assinalar que o grande contributo do Império Bizantino foi o desenvolvimento das relações diplomáticas e do direito de embaixada, institutos que mais tarde seriam copiados, com a intermediação de Veneza, por todo o mundo ocidental.

¹³ Autores como John Haldon, *Byzantium at War AD 600-1453*, p. 34-35 (mostrando a centralidade da diplomacia para sobrevivência de Bizâncio); George Dennis, “Defender’s of the Christian People: Holy War at Byzantium” in: Angeliki Laiou & Roy Parviz Mottahedeh (eds.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, D.C., DORLC, 2001, pp. 31-39, e Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, pp. 696-697 (salientando a relutância de Bizâncio em relação aos conflitos, argumentam persuasivamente neste sentido).

¹⁴ Consagrada, por exemplo, numa oração bélica bizantina, citada por John Haldon, *Byzantium at War AD 600-1453*, pp. 74-75: “Senhor Jesus Cristo, nosso Deus, tem compaixão de nós. Traz auxílio aos cristãos e faz-nos dignos de combater até à morte pela nossa fé e pelos nossos irmãos, fortalece as nossas almas, os nossos corações e todo o nosso corpo, ó poderoso Senhor das batalhas, através da intercessão da Imaculada Mãe de Deus, a Tua Mãe, e de todos os Santos. Amén”.

¹⁵ O ponto é polémico, particularmente pelo contrário ter sido defendido por Geoffrey Regan, *First Crusader: Byzantium’s Holy War*, New York, Palgrave-MM, 2003, *passim*, mas a postura de Bizâncio relativamente de converter búlgaros, russos, húngaros e sérvios através da persuasão e não da força das

A maior parte das guerras travadas com povos não-cristãos, como os persas e os árabes, foram resultado de motivações estratégicas¹⁷, mas houve casos, esparsos é verdade, em que Bizâncio fez a guerra a outros povos para proteger cristãos oprimidos invocando o estatuto de sua protetora universal¹⁸. Assim, em 571, o Imperador Justiniano dá assistência aos armênios que estavam em guerra com os persas usando a figura do auxílio a um povo cristão¹⁹. A partir de certa altura, aliás, Constantinopla passa a inserir nos seus acordos de paz com os vizinhos cláusulas de proteção de cristãos²⁰, e o Imperador Heraclios, desejoso do apoio dos cruzados, utilizou terminologia da guerra santa em empreendimentos militares contra os persas que haviam massacrado cristãos, destruído igrejas e levado a Cruz de Jerusalém²¹.

Mas não passaram disso mesmo, casos esparsos sem continuidade. A tradição não era essa, o que é provado pela postura tradicional dos bizantinos em relação às cruzadas cristãs ocidentais perante as quais, nos limites do possível, procuraram manter-se neutros, defendendo uma teoria da coexistência pacífica com o mundo muçulmano²² e só participando efetivamente quando coagidos ou quando tivessem interesses estratégicos concretos²³, portanto associando-se relutantemente aos seus companheiros

armas (ver Jonathan Shepard, “Spreading the Word: Byzantine Missions” in: Cyril Mango (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, pp. 230-247), pode ser relevante.

¹⁶ Nota-se o caso famoso do Imperador Nicéforo Focas (963-969) que foi desautorizado por autoridades religiosas quando propôs que o entendimento tradicional de que aqueles que tivessem matado durante a guerra se abstivessem da comunhão durante três anos, fosse substituído pela conceção, com certeza influenciada pelos muçulmanos, de serem transformados em mártires (cf. Julian Chrysostomides, “Byzantine concepts of war and peace”, p. 92).

¹⁷ Os conflitos travados pelo Império Romano do Oriente contra os persas, eram predominantemente resultado de rivalidades estratégicas, não tendo, na maior parte dos casos, motivações ideológicas, como assevera Julian Chrysostomides, “Byzantine concepts of war and peace”, p. 92, e Cf. Peter Sarris, “The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641)”, *passim*.

¹⁸ Nas palavras de Taube, “Études sur le Développement Historique du Droit International dans L’Europe Orientale”, p.361, dizendo que o Imperador tinha o dever de defender os cristãos.

¹⁹ Nesta ocasião, o monarca afirmou que “o imperador não pode abandonar ao inimigo um povo cristão que lhe pede ajuda” (Citado por Michel de Taube, “Études sur le Développement Historique du Droit International dans L’Europe Orientale”, p. 361, e “L’apport de Byzance au Développement du Droit International Occidental”, p. 304).

²⁰ Cf. *Ibid.*, pp. 303-305.

²¹ Peter Sarris, “The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641)”, pp. 55-59. George Dennis, “Defender’s of the Christian People: Holy War at Byzantium”, p. 35, relativiza esse precedente sem negar integralmente as suas motivações religiosas, mas sublinhando o seu caráter sobretudo estratégico e a inimizade ancestral como o inimigo.

²² Paul Magdalino, “The Medieval Empire (780-1204)” in: Cyril Mango (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 169-208.

²³ Veja-se *Ibid.*, p. 190, que sustenta persuasivamente que a primeira cruzada (1095-1096) foi promovida pelo Papa Urbano II em resposta a um apelo do Imperador Bizantino Aléxis para os auxiliar na sua guerra contra os turcos. Porém, ao passo que estes tinham objetivos meramente estratégicos e usavam a solidariedade religiosa como recurso retórico, os cristãos ocidentais tinham genuínas motivações religiosas. A prazo, isso causou um afastamento entre os dois povos, que culminou no saque de Constantinopla por cruzados no Século XII durante a IV Cruzada, posição partilhada por outros autores

de fé para defendê-la. Assim, apesar de alguns autores sustentarem a originalidade de Bizâncio em formular uma doutrina das intervenções humanitárias unilaterais pró-cristãs²⁴, o facto é que os principais efeitos dos esparsos desenvolvimentos de Bizâncio²⁵ neste sentido é que influenciaram outros povos cristãos a adotarem argumentos similares nos seus empreendimentos bélicos²⁶, bem como os próprios muçulmanos na configuração da sua teoria da guerra santa²⁷. Por ironia do destino precisamente aquela que viria a ser usada na destruição final de Bizâncio às mãos dos Otomanos em 1453²⁸, já no período de agonia final e de decadência total do Império²⁹.

9.1.2. O Islão Medieval e a *Jihad* de conversão

Civilização com tradição jurídica própria³⁰, o islamismo mantém, por inerência, uma relação complicada com o Direito Internacional³¹. As implicações da teoria

como Peter Charanis, “Aims of the Medieval Crusades and How they were Viewed in Byzantium”, *CH*, v. 21, n. 2, 1952, pp. 124-134.

²⁴ Foi Taube, “Études sur le Développement Historique du Droit International dans L’Europe Orientale”, p. 361, e id., Michel de Taube, “L’apport de Byzance au Développement du Droit International Occidental”, p. 301, que alertaram para este aspeto, atribuindo paternidade a Bizâncio na criação desta doutrina.

²⁵ O próprio Barão Taube, principal proponente da ideia, nos exemplos que dá centra-se muito mais na inclusão de cláusulas de proteção de minorias cristã em tratado de paz ou de amizade ou no envio de auxílio militar a um Estado cristão sob ataque, do que numa guerra humanitária no sentido mais estrito (Ibid., pp. 303-305).

²⁶ Em nota solta, Robert Hoyland, “The Rise of Islam” in: Cyril Mango (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, p. 124, dá conta da invasão promovida pelo governante da Etiópia ao Iémen em resposta a relatos de perseguição a cristãos, seguida da deposição dos governantes e da nomeação de um rei cristão.

²⁷ A hipótese é levantada por Peter Sarris, “The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641)”, p. 58, que sugere a possibilidade de Maomé se ter espelhado na propaganda de Heraclius contra a Pérsia de Khusro II para conceber a teoria islâmica da Guerra Santa.

²⁸ Para um relato sobre a queda de Constantinopla às mãos de Fatih Mehmed & Stephen Reinert, “Fragmentation (1204-1453)” in: Cyril Mango (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, pp. 281-283.

²⁹ Por todos, v. Ibid., pp. 248-283.

³⁰ Seguir, por exemplo, Wael Hallaq, *Authority, Continuity, and Change in Islamic Law*, Cambridge, UK, CUP, 2001, e *The Origins and Evolution of Islamic Law*, Cambridge, UK, CUP, 2004.

³¹ Em especial, Ahmed Rechid, “L’Islam et le Droit des Gens”, *RCADI*, t. 60, n. II, 1937, pp. 371-506; Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, Baltimore, JHP, 1955; Sobhi Mahmassani, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, *RCADI*, v. 117, 1966, pp. 201-328; Roy Parviz Mottahedeh & Ridwan al-Sayyid, “The Idea of Jihad in Islam Before the Cruzades” in: Angeliki Laiou & Roy Parviz Mottahedeh (eds.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, pp. 23-29; Bassam Tibi, “War and Peace in Islam”; Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace” in: Terry Nardin (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 126-145, 146-166; Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of Jihad in Islamic International Law”, *JCSL*, v. 10, n. 3, 2005, pp. 321-343; Sheihk Wahbeh al-Zuhili, “Islam and International Law”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, pp. 269-283; Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, pp. 40-45; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, Rennes, PUR, 2005, pp. 139-142; Luís Fontoura, “Teoria Islâmica das Relações Internacionais”, *RDIC*, a. 14, n. 54, 2006, pp. 337-342; Asma Afsaruddin, “Views of Jihad Throughout History”, *RC*, v. 1, n.1, 2007, pp. 165-169 (Reproduzido em Mashood Baderin (ed.), *International Law and Islamic Law*, Aldershot, Ashgate, 2008, pp. 97-101) Fred Donner, “Fight for God – But do So with Kindness: Reflection on War, Peace, and Communal Identity in: Early Islam” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*,

maometana remetem-nos à uma ideia de um império³², unido por uma única religião que se devia promover³³, e governado por um líder secular e religioso. Não havia qualquer hipótese de relações pacíficas e de igualdade com o mundo não-muçulmano, o qual deviam converter a *Allah*³⁴, e as relações com as nações já convertidas teriam índole interna por todas fazerem parte da mesma unidade, a *Umma* (Comunidade dos Muçulmanos) ou do Califado³⁵. A prática acabou por obrigar ao desenvolvimento de regras diferentes, mais pragmáticas, para lidar com a ausência de homogeneidade interna³⁶ e a realidade externa não muçulmana. Esta era, no entanto, temporária e não fundacional. O objetivo primacial era a união de toda a humanidade sob um governante e um Estado teocrático islâmico. Deste modo, as regras para regular as relações com o espaço não-islâmico da guerra (*dal ar-Harb*³⁷), literalmente “Casa da Guerra”, seriam apenas normas temporárias, destinadas ao desuso uma vez consagrada a união de todos sob o islão (*dar-al-islam*)³⁸ e na emergência de um *dar-al-Salam* (Casa da Paz)

Malden, Blackwell, 2007, pp. 297-311; Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, New York, RHouse, 2008, pp. 157-222 (5: “The Coming of Islam”); John Kelsay, “Sunni Islam and the Regulation of War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 115-144; Fatiha Sahli & Abdelmalek El Ouzzani, “Africa North of the Sahara and Arab States” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 385-406.

³² No mesmo sentido, Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, p. 132 (chamando a comunidade islâmica de “Estado Imperialista”).

³³ Ver, por exemplo, Louis Milliot, “La conception de l’État et de l’ordre légal dans l’Islam”, *RCADI*, v. 75, 1949, p. 601.

³⁴ Na senda daquilo que um grande estudioso da matéria disse, era exclusivamente matéria religiosa, que, nos seus fundamentos não incluía a ideia da coexistência pacífica num quadro paritário com outras religiões (Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, p. 17).

³⁵ Algumas considerações genéricas são feitas por Louis Milliot, “Concept d’Etat et d’Ordre Public dans le Islam”, pp. 559-627.

³⁶ Isso tornou-se evidente com a queda de Bagdade em 1258 às mãos dos mongóis e o fim da ideia da unidade da comunidade islâmica (v. Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, p. 269), que nunca mais foi recuperada, mesmo depois da ascensão dos turcos otomanos ou da conversão de líderes mongóis em razão desta feita à divisão interna entre sunitas e xiitas (p. 270), nem depois da autorização concedida aos governantes para a conclusão de acordos de paz por um prazo máximo de 10 anos (p. 274), aumentado para a vida do sultão no período otomano (Ibid.).

³⁷ Cf., e.g., Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, p. 41 (que chama a atenção para a crença islâmica na inimizade perpétua e inevitável com os infiéis que transformava o espaço internacional num espaço de guerra e não de paz).

³⁸ Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, pp. 44-45. Eventuais desenvolvimentos pós-medievais modificadores desta diade, concretamente com o surgimento de um terceiro espaço – *dar al suhl* (correspondente aos Estados que não sendo muçulmanos não lhe são hostis) – defendidos por interpretações contemporâneas (Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of Jihad in Islamic International Law”, pp. 333-335, não são relevantes para a análise feita neste estudo por motivos já apontados).

universal³⁹. Nada que já não se visse na Cristandade⁴⁰. O problema é que para se atingir o estado de paz seria, em último caso, e, se necessário, fazer a guerra⁴¹. Inclusive, nalguns ramos do islamismo, os pressupostos que tornariam ilícitas guerras ofensivas na atualidade, ainda não estão presentes⁴².

Ao contrário do que se costuma por vezes pensar⁴³, esses pressupostos não levaram, na História Medieval Islâmica⁴⁴, a uma utilização permanente e total da guerra santa, da *jihad*, sem qualquer restrição e à margem de qualquer apelo a critérios de justiça⁴⁵. Portanto, deve-se manter em perspectiva tal avaliação⁴⁶. Agora, não se pode deixar de dizer, até por influência de tradições pré-islâmicas e do próprio entorno

³⁹ Veja-se Bassam Tibi, “War and Peace in Islam”, p. 129 (sustentando que a paz mundial somente seria atingida quando toda a humanidade se convertesse ao islamismo), ou Ahmed Rechid, “L’Islam et le Droit des Gens”, p. 447, sustentando que o objetivo final seria a paz, mas pressupondo uma crença unitária.

⁴⁰ Aliás, a opinião dos *scholar’s* que se ocuparam da matéria é maioritária no sentido de que existem semelhanças evidentes entre a teoria ocidental da guerra justa e a islâmica (por exemplo, Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, p. 164).

⁴¹ Ver Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, pp. 164-165, e, em especial, Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, p. 53 (dizendo que a *jihad* era o instrumento para transformar o *dal ar arb* em *dar al islam*), e, Alfred Moravia, *Le gihad dans l’ Islam médiéval*, Paris, EAM, 1993, p. 202 (sustentando que era uma forma de realizar a *pax islâmica*), não sendo de se levar ao pé da letra, o que dizem autores como Sobhi Mahmassani, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, p. 283, de acordo com o qual o islão não podia ser expandido pela força. Não estamos diretamente preocupados com aspetos dinâmicos do tratamento dado pelo islamismo à guerra, mas simplesmente com a sua origem e desenvolvimentos medievais. Assim sendo, recomenda-se os textos de Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, pp. 146-166, Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of *Jihad* in Islamic International Law”, pp. 321-343, e de Asma Afsaruddin, “Views of *Jihad* Throughout History”, pp. 165-166, para análises evolutivas do tratamento do problema do medievo aos nossos dias; por último, numa perspectiva mais geral, Gamal Badr, “A Survey of Islamic International Law” in: Mark Janis & Carolyn Evans (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, pp. 95-101.

⁴² É o que se atribui ao xiísmo, corrente para a qual este tipo de guerra era monopólio do Iman e enquanto ele não chegasse ou nomeasse um representante haveria uma limitação a guerras defensivas (Valerie Morkevicius, “Shi’i Perspective on War” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, pp. 145-167, 149).

⁴³ No mínimo ela peca pelo exagero. Não é sem razão que o próprio John Keegan, *Uma História da Guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995, p. 402, alerta para a compreensão equivocada da doutrina da guerra santa fora do espaço islâmico, e que, mesmo pensadores cristãos, como o próprio Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995, p. 37, rejeitam essa ideia, pois reconhecem que havia relações comerciais bastante intensas entre os árabes e os europeus.

⁴⁴ Cf., por exemplo, Adam Silverstein, *Islamic History. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2010.

⁴⁵ Numa perspectiva de comparação interna, não se pode esquecer que o islamismo proibiu todo o tipo de guerra que não pudesse ser considerada *jihad*, justa, mandatada por Deus (Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, p. 54), algo que reduziu sobremaneira os motivos invocados pelos habitantes do deserto arábico para fazer a guerra.

⁴⁶ Como é sabido e natural, nem visões demonizantes, nem apologéticas são o melhor caminho para a descrição de realidades históricas e isso é aplicável também ao caso da guerra na prática islâmica medieval (Com este enfoque Sheihk Wahbeh al-Zuhili, “Islam and International Law”, *passim* (embora, a rigor, o artigo seja mais teológico-hermenêutico do que histórico no sentido mais estrito da palavra), e, antes, Sobhi Mahmassani, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, *passim*. Veja-se também o equilibrado estudo de Alfred Moravia, *Le gihad dans l’ Islam médiéval*, *passim*, e as considerações recentes de Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of *Jihad* in Islamic International Law”, pp. 333-335.

belicoso do Deserto Árábico⁴⁷, que o Império Islâmico foi construído como qualquer outro através da guerra santa⁴⁸, não se podendo concordar com a perspectiva de acordo com a qual seria com maior predominância um meio de propaganda religiosa⁴⁹. Sendo certo que os muçulmanos agiram estrategicamente em situações nas quais os seus interesses o impunham, aliando-se a judeus e cristãos da península contra as tribos pagãs⁵⁰, o império helenístico e o persa⁵¹, a maioria das populações islamizou-se através da coação, muito mais do que pela persuasão⁵².

Essa “comunidade de militantes”⁵³ seguiu as orientações religiosas, morais e jurídicas contidas no Livro Sagrado, o *Alcorão*, mas este não integra indicações muito precisas⁵⁴ sobre vários pontos específicos do dever genérico de defender o islão⁵⁵, permitindo diversas interpretações do seu conteúdo e um comportamento mais pragmático do que aparentemente poderia pensar-se. Particularmente, o seu dinamismo histórico vai mostrando uma postura incrementalmente mais belicista à medida que as estratégias maometanas vão sendo adaptadas ao seu próprio poder, permitindo-se uma

⁴⁷ Ver, por todos, Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, p. 53; e Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, pp. 151-153.

⁴⁸ Neste sentido, a assertiva de Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, p. 33, de acordo com a qual, o motor das conquistas era o preceito da guerra santa como dever religioso.

⁴⁹ Ahmed Rechid, “L’Islam et le Droit des Gens”, p. 445.

⁵⁰ No geral ver os relatos de Alfred Moravia, *Le gihad dans l’Islam médiéval*, pp. 51-75.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 77-116.

⁵² Alguns autores sustentam que isso é que terá ocorrido com Maomé, isto é, depois deste ter verificado que a eloquência do Verbo divino seria impossível conseguir a conversão de todos, é que passou a recorrer ao uso da força (*Ibid.*, p.141).

⁵³ Ver *Ibid.*, p. 260.

⁵⁴ Muitos versículos, apesar da linguagem forte que apresentam, não permitem com rigor estabelecer se se trata de uma incitação ao combate e a punições terrenas ou se estas seriam postergadas para “o Reino dos Céus” (*Alcorão*, 3. ed., Suleyman Vale Mamede (trad.), Lisboa, E-A, 2002, v. 159: “os que ocultam as provas e as orientações que revelamos depois do que mostramos às gentes do Livro, esses malditos sejam de Deus e os malditos sejam dos que maldizem. 160. Com exceção dos que se arrependem, se emendam e fazem penitência pública; a esses perdoarei, pois Eu sou o Deus de Perdão, o Misericordioso. 161. Os que descrêem e morrem incrédulos, esses têm a maldição de Deus, dos anjos, de toda a humanidade. 162. Não se lhes aliviará o tormento, nem eles o esperarão” (*Ibid.*, I. II). Alfred Moravia, *Le gihad dans l’Islam médiéval*, p. 142, defende a ideia de que o Corão não dá qualquer indicação precisa sobre a questão da guerra santa, designadamente quando aquela deveria ser feita mas, na realidade era resultado dos cambiantes humores de Maomé na sua incessante luta pela propagação das suas ideias religiosas. No entanto, essa posição vai se intensificando ao longo do tempo, indo desde a defesa de um apostolado pacifista para um militante, principalmente em razão do ceticismo e oposição que Maomé ia recebendo de politeísta e até de monoteístas como os judeus (p. 172). Essa linha foi mais tarde seguida pelos seus seguidores e por líderes políticos que colocaram o islão na linha do proselitismo e universalismo que se conhece (p. 174); ver, por último, ressaltando, *mutatis mutandis*, a mesma ideia, Bassam Tibi, “War and Peace in Islam”, p. 129, e Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of Jihad in Islamic International Law”, p. 335.

⁵⁵ De acordo com o *Alcorão*, I.II, “244. Combatei pela causa de Deus e sabeis que Deus tudo ouve, é onnisciente”.

maior licenciosidade na sua conduta⁵⁶, evoluindo de atos bélicos defensivos e punitivos⁵⁷, e da utilização de meios persuasivos para a conversão religiosa a um uso cada vez mais disseminado da força ofensiva para submeter os infiéis⁵⁸ e a um incremento da retórica antipoliteísta⁵⁹.

Por conseguinte, será no terreno da prática que tais concretizações se tornam minimamente compreensíveis⁶⁰, discernindo-se certas normas processuais como a obrigação de lançar um apelo à conversão (a *Da'wa*⁶¹), ou pelo menos à liberdade de pré-dica⁶² antes de se declarar a guerra, o estatuto reservado aos outros povos do Livro (judeus, cristãos, etc.)⁶³ de “protegidos” (*Dhimmi*), a prevenção da proteção à vida e aos

⁵⁶ Asma Afsaruddin, “Views of *Jihad* Throughout History”, p. 165, lembra, por exemplo, que, no período da estadia de Maomé em Meca, os muçulmanos foram proibidos de retaliar os ataques dos seus opositores, orientação que mudou quando Maomé recebeu autorização para se estabelecer em Medina, o que poderá ter-se devido a considerações pragmáticas, haja em vista a fragilidade militar dos muçulmanos face aos seus inimigos, ou também à mudança de estratégia de conversão.

⁵⁷ Estabelece o livro sagrado dos muçulmanos que “190. Combatei, no caminho de Deus, aqueles que combatem, mas não sejais nunca os agressores. 191. Expulsai-os donde vos expulsaram! A perseguição dos crentes é pior do que o homicídio; não os combateis junto da Mesquita Sagrada sem vos terem combatido, mas se vos combatem, matai-os; essa é a recompensa dos incrédulos. 192. Se deixam de vos atacar, então certamente Deus será indulgente, misericordioso. 193. Matai-os até que a perseguição não exista e esteja no seu lugar a religião de Deus. Se eles se converterem, não haverá mais hostilidade; esta não cessará somente para os injustos” (*Alcorão*, l. II) ou “94. Ó vós que credes! Quando entrades em guerra na senda de Deus (...). 95. Não são iguais, entre os crentes, os não combatentes – salvo os reprobos – e os combatentes na senda de Deus (...)” (*Ibid.*, l. IV).

⁵⁸ “12. Deus aceitou a aliança dos filhos de Israel (...). 13. Porque quebraram a sua aliança convosco, amaldiçoamo-los e fizemos duros os seus corações. Mudam as palavras do livro e esquecem uma parte das coisas que se prescreveram. 14. Aceitámos a aliança de um grupo dos que dizem “Nós somos cristãos”, mas eles se esqueceram uma parte das coisas que se mencionavam no seu Livro. Suscitámos entre eles a inimizade e o ódio até o Dia da Ressurreição. Deus lhes enviará o que faziam” (*Ibid.*, l. V).

⁵⁹ Diz o Corão, “57. Quem é mais injusto do que aquele a quem se mencionaram os versículos do seu Senhor e se afasta deles e esquece o que fizeram as suas mãos. (...). 58. O teu Senhor é o Indulgente, o Senhor da Misericórdia. Se se apoderasse deles, como prémio do que adquirimos aplicar-lhes-ia imediatamente o tormento. Não! Têm um prazo fixado e, vencido este, não encontrarão refúgio. 59. Aniquilámos os habitantes daquelas cidades quando foram injustos e fixámos o seu aniquilamento” (*Ibid.*, l. XVIII).

⁶⁰ Lembra-nos disso Asma Afsaruddin, “Views of *Jihad* Throughout History”, p. 167, que estes conceitos não estão explicitamente previstos nem no Corão, nem na Suna.

⁶¹ A respeito deste instituto do direito islâmico, Alfred Moravia, *Le gihad dans l'Islam médiéval*, pp. 225-226. Não estamos, a este respeito, certos de que a interpretação feita por Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, p. 41, de acordo com o qual se dispensava a declaração de guerra ou da invocação da submissão contra os infiéis, esteja correta, havendo, é certo, dúvidas se a obrigação de lançar o apelo também era requerida para aqueles que já conheciam a mensagem de *Allah*.

⁶² Em especial sobre este ponto, siga-se Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, pp. 156-157.

⁶³ De acordo com Ahmed Rechid, “L'Islam et le Droit des Gens”, p. 446, estas pessoas eram livres para manter a sua religião, porém, não se pode extrapolar essa conceção, pois não passava de mera tolerância, no sentido estrito da palavra, nunca atingia qualquer reconhecimento e, acima de tudo, os não crentes eram submetidos a um estatuto jurídico francamente inferior, que poderia implicar num regime fiscal mais gravoso, incapacidade para o desempenho de cargos públicos, sujeição obrigatória ao Direito Islâmico, obrigação de portar vestes e traços identificativos, prostrar-se perante muçulmanos, etc. (no geral, para desenvolvimentos, cf. Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, p. 726); em todo o caso, contextualmente, não deixa de ser um exemplo de tolerância (Majid Khadduri, *War*

bens do não-muçulmano residente⁶⁴ e a tolerância (não-igualdade⁶⁵) da sua religião⁶⁶, bem como algumas limitações à sua condução⁶⁷.

Salvo estas exceções, as limitações ao *jus ad bellum* são mínimas, havendo legitimidade para se fazer a guerra não só em legítima defesa, mas também, de modo unilateral, para a conversão dos infiéis⁶⁸, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos. Qualquer guerra para levar o islão ao Mundo é considerada justa e qualquer resistência àquele é ilegítima⁶⁹. Os aspetos humanitários da experiência islâmica associam-se à ideia da salvação pela conversão (ainda que forçada) na luta contra o mal⁷⁰ ou de proteção de muçulmanos em perigo no estrangeiro⁷¹ e, ainda, na

and Peace in the Law of Islam, pp. 199-200), provavelmente maior do que os muçulmanos gozavam em condição de minoria, mas que permite excessos apoloéticos.

⁶⁴ Sobre a questão, vide Choukr Cardahi, “La Conception et la Pratique du Droit International Privé dans l’Islam”, *RCADI*, t. 60, n. 2, 1937, p. 537 e ss; Alfred Moravia, *Le gihad dans l’Islam médiéval*, pp. 263; Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, pp. 170-201; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, pp. 136-139.

⁶⁵ O *dhimmi* só muito longinquamente pode ser entendido como um estatuto de igualdade, antes era de subordinação e implicava um conjunto de limitações e obrigações para o não-crente Alfred Moravia, *Le gihad dans l’Islam médiéval*, pp. 279-289, esp. 279 (eram súditos de segunda categoria); os não crentes tinham que ter sinais distintivos e estavam submetidos a um conjunto de interdições e obrigações, inclusivamente o pagamento de tributos especiais (*jyza*) (para desenvolvimentos, v. Choukr Cardahi, “La Conception et la Pratique du Droit International Privé dans L’Islam”, pp. 572-576).

⁶⁶ Nem sempre aplicada de forma exemplar. Joel Kramer, *Maimonides. The Life and World of One of Civilization’s Greatest Minds*, New York, Doubleday, 2008, esp. Parte II, dá-nos conta da perseguição promovida pelos almoás na Península Ibérica e Magrebe a não-muçulmanos, factos que tiveram exemplos outros, admitidos mesmo por historiadores de origem muçulmana como Choukr Cardahi, “La Conception et la Pratique du Droit International Privé dans L’Islam”, pp. 559-572 (discutindo o tratamento dos estrangeiros, fazendo referência a alguns excessos e abusos nesse tratamento).

⁶⁷ Para maiores pormenores do direito de guerra no islamismo medieval, ver, dentre muitos outros, Bassam Tibi, “War and Peace in Islam”, pp. 133-141; Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of *Jihad* in Islamic International Law”, pp. 338-342; Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, pp. 161-164, mostrando, no geral, que os não-combatentes tinham imunidade e os prisioneiros de guerra não poderiam ser assassinados, mutilados ou torturados, algo que foi reconhecido mesmo por historiadores cristãos. Subjacente a toda essa prática estava a ideia de que o objetivo da guerra seria construir um Império que congregasse, debaixo da religião islâmica, todos os povos e todas as raças, unidos nessa religião comum (Bassam Tibi, “War and Peace in Islam”, p. 153, faz também essa associação, o que justificava uma certa moderação de meios, nomeadamente a proibição da pilhagem e da destruição).

⁶⁸ Cf. *Ibid.*, p. 131, que argumenta que não há verdadeira tradição muçulmana contra a violência ou presunção contra a guerra, portanto inexistente um pacifismo islâmico. Todavia, não há glorificação do uso da força, mera utilização instrumental).

⁶⁹ Neste sentido, *Ibid.*, “quando os muçulmanos fazem a guerra para disseminar o islamismo (*futuh*), literalmente “abertura”, no sentido de abertura do mundo, através do uso da força, ao chamado do islamismo); quando não-muçulmanos atacam muçulmanos, trata-se de guerra injusta (*idwan*)”.

⁷⁰ Michael Cook, *Commanding Right and Forbidding Wrong in Islamic Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2001.

⁷¹ No seu interessante estudo, Sohail Hashmi, “Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace”, p. 161, refere a ideia presente, na dimensão teórica essencialmente, na atualidade da possibilidade defendida por diversos autores e autoridades islâmicas do uso da força por motivos humanitários, especialmente daqueles humanos que sejam muçulmanos, dando continuidade a uma tradição particularmente intensa na Europa no período das guerras religiosas de defesa das “nossas minorias” (ver cap. 13); nota-se, no entanto, a defesa mais universalista dessas ideias em Sobhi Mahmassani, “The Principles of International

senda do que fizeram vários impérios, de libertação dos ‘povos oprimidos’ por um governo mais esclarecido⁷², não se vislumbrando, no entanto, prática relevante nesse sentido⁷³.

Relativamente ao pensamento filosófico-político islâmico aplicado à guerra⁷⁴, refira-se a Abu Nasr Al-Farabi (870?-950)⁷⁵, que, na sua teoria das relações internacionais⁷⁶ apresenta um projeto cosmopolita⁷⁷ adaptado à *Umma*, prevendo a possibilidade de se fazer a guerra ao que chama de Estados ignorantes que viviam do

Law in the Light of Islamic Doctrine”, p. 285, que faz questão de salientar que podia fazer-se a guerra justa para assistir uma outra nação, mesmo que não fosse muçulmana.

⁷² “Que acontece convosco, que não combateis na senda de Deus e pelos homens fracos, as mulheres e as crianças que dizem “Senhor nosso! Tira-nos deste povo, cujas gentes são injustas! Dá-nos um chefe designado por ti! Dá-nos um defensor designado por ti!” (*Alcorão*, cap. IV, v. 75). Esta conexão é estabelecida por diversos estudiosos, designadamente Stephen Neff, *War and the Law of Nations – A General History*, p. 41 (falando sobre a necessidade de levar o governo iluminado do Direito Islâmico a todos), e de Shaheen Sardar Ali & Javai Rehman, “The Concept of *Jihad* in Islamic International Law”, p. 332. Sobhi Mahmassani, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, p. 278, ao dizer que unificou os árabes e aboliu os costumes tribais, mesmo com a sua laudatória análise do fenómeno, trai-se ao descobrir a verdadeira natureza dessa relação, em que o fim da paz, justificam os meios bélicos.

⁷³ Sohail Hashmi, “Is There an Islamic Ethic of Humanitarian Intervention?” in: Mashood Baderin (ed.), *International Law and Islamic Law*, pp.117-138, faz uma defesa entusiástica das intervenções humanitárias à luz do islamismo, mas não indica qualquer caso concreto em que, à parte do propósito genérico da salvação pela conversão, governantes islâmicos tenham utilizado a justificação das intervenções humanitárias para legitimar ações bélicas concretas; as mesmas linhas podem ser deduzidas de outros autores que associam o Direito Islâmico às intervenções humanitárias. São os casos de Sobhi Mahmassani, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, p. 285, identificando um dever de fazer frente à injustiça e à ilegalidade.

⁷⁴ No geral Alfred Moravia, *Le gihad dans l’Islam médiéval*, pp. 185-194, que estuda detalhadamente o pensamento dos grandes pensadores islâmicos a respeito da guerra justa, bem como Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, pp. 35-37 (fazendo referência aos mais conhecidos). A filosofia islâmica mais relevante pode ser encontrada em Muhammad Ali Khalidi (ed.), *Medieval Islamic Philosophical Writings*, Cambridge, UK, CUP, 2005, e um importante comentário geral em Oliver Leaman, *An Introduction to Classical Islamic Philosophy*, Cambridge, UK, CUP, 2001.

⁷⁵ Em geral sobre Al-Farabi, a sua filosofia e a sua teoria política, veja-se Muhsin Mahdi, “Al-Farabi” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, pp. 206-227; Ian Richard Netton, *Al Farabi and His School*, Surrey, Curzon, 1992; Miguel Cruz Hernández, “Presentación” in: Abu-Nasr Al-Farabi, *La ciudad ideal*, 2. ed., Marcos Alonso Alonso (trad.), Madrid, Tecnos, 1995, pp. xi-liii; Alfred Ivry, “Al-Farabi” in: Robert Audi (ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, 2. ed. Cambridge, UK, CUP, 1999, pp. 20-21; Ridha Chennoufi, “Natureza e política em Farabi” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política 1 – A Liberdade dos Antigos*, Elsa Pereira (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 299-339; Mushin Mahdi, *Al-Farabi and the Foundation of Islamic Political Philosophy*, Chicago, UChiP, 2001; Majid Fakhry, *Al Farabi, Founder of Islamic Neoplatonism: His Life, Times, and influence*, Oxford, Oneworld, 2002; Robert Harmond, *The Philosophy of Alfarabi*, s.l., Bibliobazaar, 2007 (orig. 1947).

⁷⁶ Em geral, sobre a teoria das relações internacionais de Al-Farabi, conferir José Pina Delgado, “Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais em Al-Farabi e Kant” in: Odete Maria de Oliveira (org.), *Configuração dos humanismos e relações internacionais: ensaios*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2006, pp. 211-271, *passim*; uma pequena síntese pode ser encontrada em Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, p. 35.

⁷⁷ Por exemplo, este trecho da *Cidade Virtuosa* é exemplificativo: “A sociedade em que todos se ajudam para obter a felicidade é a sociedade modelo, o povo, ou nação em que todos se ajudam mutuamente para a obtenção da felicidade é o povo modelo (nação modelo). Do mesmo modo, a terra será uma Terra Modelo quando as nações que a formam se ajudem mutuamente para obter a felicidade” (Abu-Nasr Al-Farabi, *Al Madinat Al-Fadila*, p. 83).

mal⁷⁸, contra os chamados homens bestiais⁷⁹ ou ainda em legítima defesa⁸⁰, mas não fala explicitamente sobre questões humanitárias ou análogas. Já Al-Shaybani (750-840)⁸¹ era jurista e preocupou-se essencialmente em descrever o direito islâmico aplicável à guerra, reiterando as concepções de que a guerra – justa ou santa – é dada como certa⁸² contra os politeístas, que não aceitam a submissão ao Deus único⁸³, e contra os povos do livro que não aceitam o estatuto de *dhimmi*. Vai na mesma linha o andaluz Averroes (1126-1198)⁸⁴ nas suas apreciações sobre a guerra⁸⁵ de conversão e de propagação do islamismo⁸⁶. No mesmo século, uma obra especificamente dedicada à guerra escrita por Al-Sulami (???-1106), pouco depois da primeira cruzada, adotava uma posição ainda mais radical: o dever do governante muçulmano fazer a guerra para

⁷⁸ Assim sendo, leituras excessivamente pacifistas, como a de Majid Fakhry, *Al Farabi, Founder of Islamic Neoplatonism: His Life, Times, and influence*, p. 117, não parecem as que melhor representam o pensamento do autor; complementarmente sobre a teoria da guerra do *falasifa*, Mushin Mahdi, *Al-Farabi and the Foundation of Islamic Political Philosophy*, pp. 139-144.

⁷⁹ Abu Nasr Al-Farabi, *Al Madinat Al-Fadila*, pp. 123-124, diz que “a guerra deve fazer-se somente entre seres de espécie distinta. A espécie devem-na preservar todos os que a constituam, por isso devem estar em paz uns com os outros. Todos os homens constituem uma só espécie. Devem, pois, estar em paz uns com os outros e lutar contra os demais seres até obter o que eles pretendem, aquilo que não lhes é útil”.

⁸⁰ Segundo o autor, se um grupo pretende “sobrepôr-se pela força aos demais grupos humanos sobre determinados bens por cuja conservação toda a nação ou grupo natural deve ter membros especializados para defender e rechazar os agressores, nos casos em que estes se pretendam impor pela força e impor o direito da vitória: então cada grupo (humano) terá duas funções, a de defender-se até vencer e a de comerciar. A função defensiva não a tem que estar exercitando sempre que lhe dê vontade, mas somente quando a necessidade, vinda do exterior, se apresenta.” (Ibid., p. 124).

⁸¹ Para uma apresentação da vida, obra e contexto de Al-Shaybani, cf. Majid Khadduri, “Translator’s Introduction” in: Shaybani, *The Islamic Law of Nations [Shaybani Siyar]*, Majid Khadduri (trad.), Baltimore, JHUP, 1966, pp. 1-74, e Mashood Baderin, “Muhammad Al-Shaybani (749/50-805)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1081-1085.

⁸² O pressuposto de base de toda a teorização feita pelo autor não é nem mais nem menos do que a reiteração do chamado do islão e da conversão dos não-crentes: “Luta em nome de Deus e nos caminhos de Deus (i.e., verdade). Combate apenas quem não acredita em Deus. Não enganes, nem cometas traições, nem deves mutilar ninguém ou matar crianças. (Ibid., cap. I).

⁸³ Para ser rigoroso, no entanto, a interpretação que o autor dá é muito menos radical do que aquilo que ficou consagrado no que diz respeito aos idólatras (v. *supra*), pois ele permitia claramente a possibilidade deles também pagarem o imposto para evitar o extermínio. De acordo com o jurista, “Quando encontrases os inimigos politeístas, convida-os primeiro para a adopção do islão. Se o fizerem, aceita-o, e deixa-os em paz. (...). Se recusarem [aceitar o islão] então conclama-os a pagar a *jyziya*; se o fizerem deixa-os em paz” (Ibid.).

⁸⁴ Em geral sobre Averroes, vide Dominique Urvoey, *Ibn Rushd (Averroes)*, London, Routledge, 2001, e sobre a sua filosofia política Majid Fakhry, “The Devolution of the Perfect State: Plato, Ibn Rushd, and Ibn Khaldun” in: George Attieh & Ibrahim Oweiss (eds.), *Arab Civilization. Challenges and Responses. Studies in Honour of Constaantine C. Zuraik*, Albany, SUNYP, 1988, pp. 88-97.

⁸⁵ Sobre a guerra no pensamento de Averroes, cf. Noah Feldman, “War and Reason in Maimonides and Averroes” in: Richard Sorabji & David Rodin (eds.), *The Ethics of War: Shared Problems in Different Traditions*, Aldershot, Ashgate, 2006, pp. 92-107, esp. 100 e ss.

⁸⁶ O pensador coloca-o na seguinte passagem: “Por que fazer a guerra? Os juristas muçulmanos concordam com o propósito de combater os povos do Livro (...) é uma de duas: ou é para a conversão ao islamismo ou para o pagamento da *jizya*” (Ibn Rushd, *The Distinguished Jurist’s Premier I [Bidayat al-Mujtahid wa Nihāyat al-Muqtasid]*, Imram Khan Nyazee (trad.), Reading, UK, Garnett, 1994, l. X, 10.1.7).

punir os idólatras e proteger o islão e os seus crentes daqueles que os atacavam, em especial os francos, que ocupavam a sua terra, ainda que dando precedência à chamada *jihad* interna, levada a cabo contra aqueles que desobedeciam ao criador⁸⁷. Por fim, o historiador tunisino Ibn Khaldun (1332- 1406)⁸⁸, lembrava a obra civilizatória fundamental do islamismo⁸⁹, a relevância da guerra como instrumento de pacificação global⁹⁰ e a justiça da guerra santa⁹¹. Todas elas manifestações tardias, mas inequívocas do cosmopolitismo *à la force* esposado pela cultura islâmica, mas sem concretizações humanitárias muito específicas.

9.1.3. O judaísmo Medieval e as intervenções humanitárias: Maimonides e o combate às violações às Leis de Noé

Ao contrário das suas congéneres monoteístas, no período medieval, o judaísmo não podia contar com qualquer estrutura política organizada para concretizar as suas conceções sobre a guerra. Isto terá implicações exclusivamente intelectuais que esta tradição contribuíra nesta era histórica. Fá-lo-á através do seu principal filósofo⁹², Moisés Maimonides (Moshe ben Maimon) (1135-1204⁹³), naturalmente membro da

⁸⁷ Ver deste autor do século XII, um trecho representativo traduzido em ‘Translation of Extracts from the *Kitab al-Jihad* of ‘Ali ibn Tahir Al-Sulami (d. 1106)’, Neil Christie (trad.), disponível na página da rede <http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/sulami.html>, acesso a 26 de Abril de 2015.

⁸⁸ Sobre o assunto, ver Mahjid Fakhry, “The Devolution of the Perfect State: Plato, Ibn Rushd, and Ibn Khaldun”, pp. 88-97; Robert Cox, “Rumo a uma conceituação pós-hegemónica de ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Khaldun” in: James Rosenau & Ernst-Otto Czempiel (orgs.), *Governança sem Governo. Ordem e Transformação na Política Mundial*, S. Bath (trad.), Brasília, EDUNB, 2000, p. 201 e ss; Bruce Lawrence, “Introduction to the 2005 Edition” in: Ibn Khaldun, *The Muqaddimah. An Introduction to History*, Franz Rosenthal (ed.), Abridged Edition, Princeton, NJ, PUP, 2005, pp. vii-xxv, e Ridha Chennoufi, “Ibn Khaldun (1332-1406): um pensamento político moderno” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política 1 – A Liberdade dos Antigos*, pp. 329-337; Massimo Campanini, “Ibn Khaldun: la *Muqaddimah*, la storia, la civiltà, il potere” in: id. (ed.), *Studies on Ibn Khaldun*, Monza, Polimetrix, 2005, pp. 9-48.

⁸⁹ Ibn Khaldun, *Muqaddimah*, *passim*.

⁹⁰ Para Ibn Khaldun, “na comunidade islâmica, a guerra santa é um dever religioso, em razão do universalismo da missão muçulmana e a obrigação de converter todos pela força ou pela persuasão” (*The Muqaddimah*, para. 31, p. 183).

⁹¹ Como diz numa das inúmeras páginas da sua obra principal, “(...) O terceiro [tipo de guerra], [é chamado] pelo direito religioso de guerra santa. (...). Os primeiros dois tipos são injustos e ilícitos, os dois últimos são justos e sagrados (Ibid., para. 35, p. 224), podendo reforçar-se a ideia com a consideração daquilo que diz a respeito da recuperação de Jerusalém por Saladino (“Quando Saladino, o governante do Egipto e da Síria do seu tempo, seguiu para recuperar os portos da Síria das nações cristãs e limpar Jerusalém da abominação da infidelidade e para reconstruí-la (...)) (Ibid., para. 32, pp. 211-212)”.

⁹² Para uma apresentação geral do pensamento hebraico medieval, com textos dos principais autores, Charles Manekin, *Medieval Jewish Philosophical Writings*, Cambridge, UK, CUP, 2008.

⁹³ A respeito do autor, ver, em especial, Joel Kramer, *Maimonides. The Life and World of One of Civilizations Greatest Minds*, *passim*, e Ralph Lerner, “Moses Maimonides” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey, *History of Political Philosophy*, pp. 228-247; bem como os mais específicos Alexander Marx, “Texts by and About Maimonides”, *JQR*, New Series, v. 25, n. 4, 1935, pp. 371- 428, e

diáspora hebraica⁹⁴, e que mais não podia fazer do que projetar certas ações para um futuro ligado à restauração do Estado de Israel e, particularmente, à vinda do Messias⁹⁵. A teoria do filósofo não vai ser a mera repetição da tradição hebraica antiga da guerra, embora Maimon não deixe de a tentar sistematizar⁹⁶. Assim, sem deixar de ter na sua base os textos sagrados do judaísmo, a perspectiva do autor é fortemente influenciada por desenvolvimentos nas interpretações da *Torah* vigentes num período de *mores* mais suavizados, permitindo-lhe apresentar uma conceção muito mais humanizada⁹⁷ sobre a guerra do que seria autorizada pela tradição histórica dos Reinos Judaicos. E também por ser, na prática, súbdito de um Estado islâmico, e, portanto, potencialmente influenciado⁹⁸ a uma mensagem mais universalista proveniente desta tradição, bem como da Cristã, que bem conhecia⁹⁹.

Fugindo um pouco do particularismo hebraico tradicional, Maimonides antecede a tradição mosaica e encontra em Noé leis válidas não só para os judeus, mas para toda a humanidade¹⁰⁰. Neste sentido, mesmo que Moisés não tenha aceitado que a força pudesse ser usada para converter os infiéis¹⁰¹, como a salvação era estendida aos não judeus que aceitassem essas leis¹⁰², a guerra poderia eventualmente ser feita contra

contextualizadores Aviezer Ravitzky, “Tora e politeia no pensamento judaico medieval” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política I – A Liberdade dos Antigos*, pp. 253-299, esp. 260-268.

⁹⁴ Apesar disto, como Ralph Lerner, “Moses Maimonides”, pp. 228-229, lembra que os judeus viam a sua diásporização como uma situação anómala, uma punição de Deus ao seu povo, mas que o seu arrependimento levaria à restauração das suas instituições. Destarte, as reflexões políticas não eram diletantismos áridos, mas considerações práticas.

⁹⁵ Diz, por exemplo, *Ibid.*, p. 240.

⁹⁶ Cf. Mosh Ben Maimon, *Mishneh Torah* in: *A Maimonides Reader*, Isadore Twersky (ed.), Springfield, New Jersey, Bernham, 1972, l. xiv (Kings and Wars), pp. 215-227.

⁹⁷ Não é, pois, sem sentido que há quem fale numa “reformulação do Direito Judaico” por Maimonides (v. a este respeito, Isadore Twersky, “Preface” in: *Ibid.*, p. xiii).

⁹⁸ A respeito da influência do direito e da filosofia islâmicos sobre o pensamento de Maimonides sobre a guerra, v. respetivamente Noah Feldman, “War and Reason in Maimonides and Averroes”, pp. 99-100, e Ralph Lerner, “Moses Maimonides”, p. 235.

⁹⁹ Veja-se o que diz o filósofo judeu: “As nossas vias não são a Sua via, nem são os Seus pensamentos os nossos. Todas essas questões ligadas a Jesus de Nazaré e ao Ismaelita (Maomé) que veio depois dele, só serviram para abrir caminho para o Rei Messias, para preparar o *Mundo* para a adoração de Deus com uma harmonia, pois como está escrito, ‘pois naquele momento dirigirei aos povos uma linguagem pura, para que eles possam chamar o nome do Senhor para lhe servir com uma única concordância’ (Zef. 3:9). Assim, a esperança messiânica, a *Torah*, e os mandamentos ter-se-ão transformado em tópicos familiares – tópicos de conversação (entre os habitantes) das ilhas distantes e de muitos povos não circuncidados de carne e coração” (Mosh Ben Maimon, *Mishneh Torah*, l. xiv, cap. 11).

¹⁰⁰ Concretamente, no seu dizer, a proibição da idolatria, da blasfémia, do assassinato, do adultério, do roubo e o cumprimento da obrigação de criar tribunais aos quais se adicionou mais tardiamente a proibição de comer membros de animais vivos (*Ibid.*, l. xiv, cap. 9, para. 1).

¹⁰¹ No dizer do pensador hebreu, “Nenhuma coerção para aceitação do Direito e dos mandamentos deve ser exercida sobre aqueles que não têm a vontade de o fazer” (*Ibid.*, l. xiv, cap. 8, para. 10).

¹⁰² Para Maimonides, “o gentio que aceitar os sete mandamentos e os observar escrupulosamente é um gentio correcto e terá uma porção do mundo vindouro, desde que aceite-os e os obedeça porque o Sagrado, louvado seja, determinou-o no Direito e os fez conhecidos através de Moisés, o nosso professor,

aqueles que, judeus ou não, pecassem violando as normas de Noé¹⁰³, ficando por esclarecer se haveria uma limitação territorial desse dever aos que estivessem em Israel ou não¹⁰⁴ e se, como aparenta, em alguns trechos, o país assumiria o papel de redentor do Mundo e não de mero pouso de um povo eleito¹⁰⁵. Não é seguro que Maimonides tenha defendido uma teoria da intervenção humanitária¹⁰⁶, mas parece ter aberto perspectivas muito próximas das desenvolvidas em ambientes cristãos e muçulmanos sobre as guerras para punição do pecado.

9.2. A *Bellum Justum* no Ocidente Medieval

No longo período histórico conhecido por Idade Média, a heterogeneidade e a pluralidade foi uma das características mais marcantes, seja ao nível político¹⁰⁷, seja no que toca ao próprio Direito¹⁰⁸. Depois dos reinos bárbaros, alguma estabilização e caracterização são providenciadas ainda no primeiro milénio pela ligação umbilical

que a observância disso foi feita pelos descendentes de Noé mesmo antes do Direito ter sido revelado” (Ibid., l. xiv, cap. 8, para. 11).

¹⁰³ Também dá-nos conta desta interpretação o interessante escrito do holandês do Século XVII, Petrus Cunaeus, *De Republica Hebraeorum* [1617], Peter Wyetzner (trad.), Jerusalem/New York, SP, 2006, l. II, cap. 19 (“Se qualquer povo se recusasse a obedecer a esses preceitos como parte de um acordo de paz, aos judeus era ordenado que lhes destruíssem por completo, uma vez que a sua selvageria transformara-os em bestas selvagens”).

¹⁰⁴ Maimonides, tendo provavelmente como referência textual, os povos cananitas que são referidos nas Sagradas Escrituras, menciona, diversas vezes, a ideia de “estrangeiros residentes” que seriam poupados ao extermínio acaso cumprissem as condições supramencionadas, dando a ideia da aplicação exclusiva desses preceitos na Israel bíblica (Mosh Ben Maimon, *Mishneh Torah*, l. xiv, cap. 8), o que leva um importante estudo a pontuar que o dever de obrigar a aceitação dos Sete Mandamentos parece aplicar-se somente para lugares em que a jurisdição do Rei israelita estende-se” (Noah Feldman, “War and Reason in Maimonides and Averroes”, p. 99).

¹⁰⁵ “Os sábios e os profetas não ansiavam pelos dias do Messias em que Israel poderia exercer domínio sobre o Mundo, governar os gentios, ou ser exaltada pelas nações. A sua aspiração era que Israel fosse livre para se dedicar ao Direito e à sua sabedoria, sem ninguém para a oprimir ou para a incomodar, e assim ser merecedora do Mundo vindouro. Naquela era não haverá nem fomes nem guerra, nem inveja ou conflito. Benções serão abundantes, o conforto chegará a todos. A única preocupação de todo o Mundo será conhecer o Senhor” (Mosh Ben Maimon, *Mishneh Torah*, l. xiv, cap. 12, paras. 4-5).

¹⁰⁶ Alguns autores, como Terry Nardin, “The Moral Basis of Humanitarian Intervention (in Historical Perspective)”, Working Paper, *Symposium on the Norms and Ethics of Humanitarian Intervention*, Center for Global Peace and Conflict Studies, University of California, Irvine, CA, 26 May 2002, p. 14, atribuem a defesa da existência de um dever de auxílio, pela força se necessário, para conter a violência em qualquer lugar em que se manifestasse, e um dever de ajudar qualquer pessoa em necessidade perante uma ameaça brutal à sua vida ou integridade física, algo que é lembrado por eminentes especialistas na matéria objeto desta tese.

¹⁰⁷ No essencial, ver Jacques Ellul, *Histoire des institutions: le Moyen Age*, Paris, PUF, s.d., *passim*; Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, pp. 911-1108.

¹⁰⁸ Resultado de uma amálgama notável entre o Direito Romano, os costumes germânicos e as normas eclesiásticas, às quais evidentemente se foram juntando um pouco por toda a parte, decretos e ordenanças reais ou atos legislativos aprovados por assembleias de cidadãos ou instituições similares (v. Paolo Grossi, *L'ordine giuridico medievale*, Roma-Bari, Laterza, 2006, *passim*).

entre o poder secular e o poder religioso da Igreja de Roma¹⁰⁹ que se vai consolidar mais tarde com a fundação do Sacro Império Romano Germânico¹¹⁰, sucessor fragilizado de Roma¹¹¹, e vai marcar as instituições jurídicas internas¹¹² e internacionais¹¹³ do período. A verdade, porém, é que, apesar das zonas e dos séculos em que o feudalismo foi mais forte, a aparência de centralização da estrutura semi-hierarquizada do sistema medieval nos seus momentos mais estáveis, não impediu que a independência total ou relativa de várias unidades políticas emergisse ao ponto de se traduzirem em sistemas jurídicos internacionais¹¹⁴ com contribuições notáveis em vários dos seus ramos¹¹⁵.

9.2.1. A regulação medieval da guerra entre cristãos e as bases da doutrina da guerra justa¹¹⁶

As contribuições medievais para a regulação da guerra podem ser divididas em dois grandes planos: o doutrinário e o da prática internacional. Começarei pelo primeiro¹¹⁷, em razão da influência direta que as teses dos teóricos católicos exerceram sobre a Igreja, e pela forma como esta, em certos momentos, acabou por impô-la a algumas comunidades políticas sobre as quais exerciam determinado ascendente.

¹⁰⁹ Veja-se Baron Korff, “Introduction a l’Histoire du Droit International Public”, *RCADI*, t. 1, 1923, p. 17 e ss, e os documentos das disputas de poder entre Papado e Império em Brian Tierney (ed.), *The Crisis of Church and State, 1050-1300*, Toronto/Buffalo, UTP/MAA, 1988.

¹¹⁰ Ver algumas referências e discussão em Randall Lesafer, “Charles V, *Monarchia Universalis*, and the Law of Nations (1515-1530)”, *LHR*, v. 71, n.1-2, 2003, pp. 71-123, *passim*.

¹¹¹ Esta questão é muito bem trabalhada por Adriano Cavagna, *Storia del Diritto Moderno in Europa. Le Fonti e il pensiero giurídico I*, Milano, Giuffrè, 1982, p. 21 e ss.

¹¹² Por todos, ver G. R. Evans, *Law and Theology in the Middle Ages*, London, Routledge, 2002, *passim*.

¹¹³ *Inter alia*, Amos Hershey, “The History of International Relations During Antiquity and the Middle Ages”, *AJIL*, v. 5, n. 4, 1911, pp. 901-933, esp. 922-928, salientando a influência da Igreja.

¹¹⁴ Em especial, ver a discussão feita em Giulio Vismara, “Problemi storici e istituti giuridici della guerra altomedievale” in: *Scritti di Storia Giuridica: Comunità e Diritto Internazionale*, Milano, Giuffrè, 1989, pp. 485-489.

¹¹⁵ Por exemplo, no domínio do direito diplomático com a consolidação da figura das embaixadas permanentes e o reconhecimento da imunidade de enviados diplomáticos, no âmbito do direito dos tratados (Neste particular, cf. Theodor Meron, “The Authority to Make Treaties in the Late Middle Ages”, *AJIL*, v. 89, n. 1, 1995, pp. 1-20, e também Randall Lesafer, “Charles V, *Monarchia Universalis*, and the Law of Nations (1515-1530)”, *passim*), e da regulação de diferendos.

¹¹⁶ Ver igualmente Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Medieval Peace Movements (975-1123): Religious Limitations on Warfare” in: Id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Blackwell, 2006, pp. 93-94.

¹¹⁷ Incidindo particularmente sobre este tópico, Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, Cambridge, UK, CUP, 1977, *passim*; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du periode contemporaine*, pp. 115-129.

A – Desenvolvimentos normativos

A guerra era uma realidade permanente no Medievo¹¹⁸, resultado da forte cultura belicista, particularmente entre os senhores feudais¹¹⁹, característica que se atribui às origens germânicas dos povos que vieram a dominar a Europa Ocidental¹²⁰ e da própria tradição romana. No entanto, como a sua compatibilidade com a visão cristã que dominava as instituições medievais não era muito clara, em larga medida foi dessa confrontação que resultaram as principais contribuições no domínio do direito de guerra¹²¹.

Um dos vetores principais da regulação jurídica dirigia-se, primeiro, à limitação dos sujeitos legítimos para as travar. Daí que uma das maiores preocupações do período tinha a ver com o controlo das chamadas “guerras privadas”, pois, na prática, os senhores feudais gozavam de vários poderes soberanos, entre eles o *jus gladii*, transformando os seus territórios em verdadeiras comunidades políticas¹²². Mais decisivo ainda se mostrou a regulação da guerra entre cristãos, presumindo-se que esta, como regra, era contrária à vontade de Deus¹²³, com a exceção dos casos de autodefesa

¹¹⁸ Vide John Keegan, *Uma história da guerra*, p. 299, defendendo que este foi um período marcado permanentemente pela guerra. Acompanhar o relato de uma dessas experiências bélicas em Georges Duby, *Uma batalha da Idade Média. Bouvines, 27 de Junho de 1214*, José Manuel Lopes (trad.), Lisboa, Terramar, 2005, *passim* (importante especialmente em razão da reprodução de um conjunto de crónicas feitas por cronistas do próprio período). A mais representativa foi a Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França, cujas bases jurídicas são discutidas em Theodor Meron, *Henry's Wars and Shakespeare's Laws: Perspectives on the Law of War in the Later Middle Ages*, Oxford, Clarendon, 1993, pp. 17-34, e em John Wagner, *Encyclopedia of the Hundred Years War*, Greenwood, Conn, GP, 2006; em Portugal, João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, NEd, 1998.

¹¹⁹ Sobre este aspeto em específico, cf. Samuel Finer, *História do Governo II: As Épocas Intermédias*, pp. 932-938, demonstrando a presença massiva da guerra na cultura, organização e *mores* medievais.

¹²⁰ Neste sentido, cf. Giulio Vismara, “Problemi storici e istituti giuridici della guerra altomedievale”, pp. 480-482.

¹²¹ Por todos, recomenda-se Maurice Keen, *The Laws of War in the Late Middle Ages*, London/Toronto, Routledge & K/P/TUP, 1965; Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, *passim*; Giulio Vismara, “Problemi storici e istituti giuridici della guerra altomedievale”, pp. 475-537; Theodor Meron, *Henry's Wars and Shakespeare's Laws: Perspectives on the Law of War in the Later Middle Ages*, *passim*.

¹²² Daí que o processo de centralização do poder, implicasse essencialmente na retirada desse poder aos barões, como demonstram a generalidade dos estudiosos do período, nomeadamente Jacques Ellul, *Histoire des institutions: le Moyen Age*, p. 274, mais ligado à experiência francesa; noutros quadrantes, nomeadamente na Inglaterra, a proibição do uso da força por privados era mais ancestral e foi contínua e eficazmente mantida pelos seus soberanos (a este respeito, Samuel Finer, *A História do Governo II: As Épocas Intermédias*, p. 958, mostrando que não havia regras jurídicas que permitissem ao rei proibir a guerra privada até final da Idade Média).

¹²³ O princípio geral foi enunciado, por exemplo, pelo Concílio de Narbonne (1054), de acordo com o qual “ordenámos que nenhum cristão mate o seu irmão cristão, pois aquele que mata um cristão, sem dúvida derrama o sangue de Cristo” (“Truce of God proclaimed at the Council of Narbonne, 1054”, para. 1 in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, p. 95).

ou de punição decorrente de alguma injúria sofrida¹²⁴, enquadrando-se aí a proteção de direitos e interesses legítimos do Estado ou dos seus governantes¹²⁵. Um conjunto de instituições tentou restringir ainda mais o recurso à guerra, fixando-lhe certos limites temporais, como a Paz de Deus¹²⁶ ou a *Treuga Dei* (Trégua de Deus) declarada pela Diocese de Elne desde 1027¹²⁷ e mais tarde canonizada pela Igreja de Roma¹²⁸. Período do ano em que, pelo seu significado religioso, não poderia haver guerras¹²⁹, formas de solução de litígios como a necessidade da competência do Sumo Pontífice¹³⁰, e regras para a humanização da guerra¹³¹ e sobre armistícios¹³², com a concomitante adoção de

¹²⁴ Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, A. Truyol y Serra (trad.), Madrid, Aguillar, 1971, p. 82, e o clássico sobre as instituições medievais, Ernst Kantorowicz, *The King Two Bodies. A Study in Mediaeval Political Theology*, Princeton, PUP, 1957, pp. 232-249.

¹²⁵ Sobre estes aspetos, vide Laurie Rosenberg Blank, “The Laws of War in Shakespeare: International vs. Internal Armed Conflict”, *NYJILP*, v. 30, n. 1-2, 1997, pp. 267-274.

¹²⁶ Ilustrativamente, ver ‘Peace of God, proclaimed in an Assembly at Charoux, 989’ in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 94-95, cuja parte dispositiva incluía as seguintes fórmulas: “1. Anátema para os violadores das Igrejas: se alguém entra numa igreja sagrada ou violentamente remove qualquer coisa daí, a menos que dê satisfação, deixa-o ser anatemizado; 2. Anátema para os destruidores dos pobres: se qualquer pessoa roubar a camponeses ou outros pobres uma ovelha, boi, vaca, bode, ou porcos, a não ser que seja pela culpa do outro, e se ele se negar a reparar integralmente [o dano], deixa-o ser anatemizado; 3. Anátema para aqueles que agredem o clero: se qualquer pessoa atacar, capturar ou assaltar um padre ou diácono ou qualquer clérigo, que não está a carregar armas (...) este homem sacrílego deverá ser afastado da Santa Igreja a menos que dê satisfação (...)”.

¹²⁷ Cf. texto em ‘The Earliest Truce of God, proclaimed in the diocese of Elne 1027’ in: Ibid., p. 95, em que se lê numa das suas passagens mais relevantes que “ninguém deve atacar os seus inimigos da nona hora de Sábado até à primeira hora de Segunda, de tal sorte a todos poderem cumprir os seus deveres religiosos no Domingo. 2. Ninguém deve atacar um monge ou um clérigo que esteja desarmado, como também nenhum homem indo ou voltando da igreja ou de um concílio, ou um homem acompanhado de uma mulher; 3. Ninguém deve ter a ousadia de violar igrejas ou casas a menos de trinta passos de uma igreja”.

¹²⁸ No Segundo Concílio Laterano, no cânone 12, aparece a seguinte formulação: “Decretámos que a Trégua de Deus seja respeitada estritamente por todos desde o pôr do Sol na Quarta Feira até o seu nascer na Segunda e do Advento à Oitava Epifania e da Quaresma ao Oitavo da Páscoa” (‘Canons of the Second Lateran Council, 1123’ in: Ibid., p. 96).

¹²⁹ Em especial sobre esta questão, vide Ludwig Quidde, “Histoire de la paix publique en Allemagne au Moyen Age”, *RCADI*, t. 28, n. 3, 1929, pp. 475-482, que, com base na experiência francesa, refere a sua expansão pela Europa, especialmente na Alemanha, e a sua adoção oficial pela Igreja, da aceite por duzentos anos da interdição de combate em determinados dias sob pena de excomunhão : entre a noite de Quarta-Feira e o nascer do Sol de Segunda, justificando-se pelo facto de Cristo ter ascendido o Céu na Quinta, pela sua Paixão na Sexta, pelo seu sepultamento no Sábado e por o Domingo ser um dia especialmente dedicado a Deus (p. 476).

¹³⁰ Cf. Joseph Muller, “L’Oeuvre de Toutes le Confessions Chrétienues (Églises) pour la Paix Internationale”, *RCADI*, t. 31, n. 1, 1930, pp. 335-350; complementarmente Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, pp. 79-80, mostrando que a arbitragem, principalmente a papal, teve um papel central na solução internacional de conflitos, tendo sido utilizada com grande intensidade e com índices de eficácia notáveis. O curioso é que era um mecanismo à disposição das partes – era verdadeiramente imposta aos querelantes pela autoridade do Sumo Pontífice.

¹³¹ Por exemplo, o já citado Segundo Concílio Laterano previa num dos seus cânones que “padres, clérigos, monges (...) deverão ter segurança a qualquer momento” e os “viajantes, mercadores, pessoas do campo indo e vindo, e aqueles com atividades agrícolas, bem como os seus animais com os quais semeiam o solo e que levam as sementes para os campos, bem como as suas ovelhas”, aos quais se garantia igualmente “segurança” (Ibid.) (‘Canons of the Second Lateran Council, 1123’, 11).

códigos de cavalaria¹³³, sem se poder, contudo, exagerar os seus reais efeitos sobre a proteção das pessoas que não participavam nos conflitos armados¹³⁴.

De facto, o sistema estava longe de ser eficaz. Primeiro, porque, na prática, o problema da existência de causa justa para a guerra e as bases de legitimação que se podiam invocar, nos termos já assinalados, sempre ou quase sempre garantiriam alguma forma de justificação unilateral para a feitura da guerra¹³⁵. Segundo, porque o controlo da guerra no sentido estrito, não impedia e a utilização disseminada de represálias armadas, mesmo por motivos como o inadimplemento de obrigações comerciais privadas¹³⁶.

B - As bases teóricas: origem e sistematização da doutrina cristã da guerra justa em S. Agostinho, Aquino e nos Canonistas Medievais

A base do pensamento cristão amparava-se em desenvolvimentos, na maior parte das vezes incompletos, de autores como Santo Agostinho, Santo Anselmo, Graciano e Santo Tomás de Aquino, dando origem à tradição teológica do Direito da Guerra¹³⁷. No entanto, nem só de eclesiásticos o desenvolvimento do Direito Internacional em geral e do direito de guerra em particular vai depender. É necessário mencionar e discutir minimamente a colaboração dada naquele período por estudiosos sem relações formais com a Igreja e que vão dar contribuições verdadeiramente importantes para as áreas

¹³² Ver alguma discussão em Theodor Meron, “Shakespeare’s Henry the Fifth and the Law of War”, p. 13 e ss. (analisando o massacre de prisioneiros franceses na sequência da Batalha de Agincourt), e exemplos concretos de formulações normativas a este respeito nos documentos religiosos supramencionados.

¹³³ Este aspeto do Direito de Guerra Medieval foi especialmente estudado pelo internacionalista Theodor Meron, “Shakespeare’s Henry the Fifth and the Law of War”, pp. 1-45, num texto relativo a Shakespeare e o Direito de Guerra (v. também Theodor Meron, *Henry’s Wars and Shakespeare’s Laws: Perspectives on the Law of War in the Later Middle Ages*, *passim*), e, em contexto similar por Laurie Rosienberg Blank, “The Laws of War in Shakespeare: International vs. Internal Armed Conflict”, pp. 286-290, tendo sido celebrizado num estudo daquele mesmo período de Christine de Pinzan, *Le livre des fais d’armes et de la cavalerie* in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 213-226.

¹³⁴ Neste sentido, por exemplo, Amos Hershey, “The History of International Relations During Antiquity and the Middle Ages”, p. 297, que sustenta que, para além de não limitar a guerra, te-la-á até glorificado.

¹³⁵ Como realça Theodor Meron, “Shakespeare’s Henry the Fifth and the Law of War”, *AJIL*, v. 86, n. 1, 1992, pp. 5-12, sempre se encontrava forma de justificar a guerra, mormente como aconteceu na Guerra dos Cem Anos com a invocação de direitos dinásticos ao trono.

¹³⁶ Frederick Ganshof, “Le Moyen Âge” in: Pierre Renouvin (org.), *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1953, v. I, pp. 141-142.

¹³⁷ Alfred Vanderpol, *Le Droit de Guerre d’après les Theologiens et les Canonistes du Moyen-âge*, Paris/Bruxelles, Tralin/Goemare, 1911; Yves de la Brière, “Les Étapes de la Tradition Théologique concernant le Droit de Juste Guerre. Notes d’Histoires des Doctrines”, *RGDIP*, 3. série, t. 44, 1937, pp. 129-161, e, para uma aplicação às intervenções humanitárias unilaterais, James Muldoon, “Forerunners of humanitarian intervention? From Canon Law to Francisco de Vitoria” in: Heinz-Gerhard Justenhoven & William Barbieri Jr. (eds.), *From Just War to Modern Peace Ethics*, Berlin, DG, 2012, pp. 99-120.

jurídicas objeto deste estudo. Falámos de autores como Bartolo de Sassoferrato e Giovanni de Legnano¹³⁸.

Sem a aplicar diretamente às intervenções humanitárias¹³⁹, a doutrina da guerra da Igreja¹⁴⁰ recebeu a sua primeira formulação consistente com Santo Agostinho (354-430)¹⁴¹, um autor que teve que responder a desafios teóricos verdadeiramente hercúleos. Designadamente o de tentar encontrar fórmulas de acomodação entre o cristianismo, em princípio pacifista¹⁴², e a guerra num momento em que tinha sido adotada como religião oficial do império¹⁴³. Portanto, teve que se confrontar com a dissidência religiosa e com a heresia¹⁴⁴, num período em que a compatibilidade religiosa com o interesse público de Roma era posta em causa pelos seus adversários por alegadamente ter responsabilidades pela diminuição das virtudes cívicas romanas devido ao seu credo pacifista que originaram humilhações históricas da grande nação às mãos de hordas de bárbaros¹⁴⁵.

¹³⁸ Lembra muito pertinentemente Stephen Neff, “A Short History of International Law”, p. 35, que esta era uma ocorrência difundida: ao passo que os problemas teóricos eram tratados por teólogos, as questões mundanas eram resolvidas pelos seculares.

¹³⁹ Por exemplo, Thomas Lee, “Thee Augustinian Just War Tradition and the Problem of Pretext in Humanitarian Intervention”, *FILJ*, v. 28, n. 3, 2005, pp. 501-507.

¹⁴⁰ Uma doutrina que, nos seus traços predominantes, mantém-se inalterada até aos dias de hoje, como atestam algumas obras que se vinculam a essa tradição (cf. John Finnis, “Catholic Natural Law Tradition” in: Terry Nardin (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, pp. 15-39). Sobre esta tradição ver também Howard Hensel, “Christian Belief and Western Just War Thought” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, pp. 29-86.

¹⁴¹ Complementarmente veja-se uma biografia do autor em Peter Brown, *Augustine of Hippo: a Biography*, Berkeley, UCP, 2000, uma descrição da sua teoria em Henry Chadwick, *Augustine. An Introduction*, Oxford, OUP, 1986 (contém igualmente biografia intelectual sumária), e uma apresentação geral do seu pensamento político em Ernest Fortin, “St. Augustine” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, pp. 176-205: comentários sobre a sua teoria jurídica encontram-se em Anton-Hermann Chroust, “The Fundamental Ideas in St. Augustine Philosophy of Law”, *AJJ*, v. 18, n. 1, 1973, pp. 57-79, bem como em Francesco Lardone, “Roman Law in the Works of St. Augustine”, *GeorgLJ*, v. 21, 1932-1933, pp. 435-456.

¹⁴² Vide Louis Swift, “Early Christian Views on Violence, War, and Peace” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, pp. 279-296.

¹⁴³ Sobre a relação de Santo Agostinho com as fontes históricas romanas, designadamente Cícero, ver Ernest Fortin, “St. Augustine”, pp. 188-191.

¹⁴⁴ Deve-se ler o desenvolvimento desta questão igualmente em John Rohr, “Religious Toleration in St. Augustine”, *JCS*, v. 9, n. 1, 1967, pp. 51-70 (que traça a evolução das posições de Santo Agostinho relativamente aos donatistas, designadamente salientando a sua postura originariamente tolerante que é, mais tarde, alterada pela advocacia de meios mais firmes contra a heresia).

¹⁴⁵ Não se pode olvidar que Agostinho dedicou um dos seus mais famosos sermões para defender o cristianismo das críticas feitas por Alarico na sequência do saque de Roma de que Deus não tinha salvo o povo da cidade (v. Agostinho, “The sacking of the city of Rome” in: *Political Writings*, Oxford, OUP, 2001, pp. 205-215) e que fez questão de lembrar aos críticos que “já vimos imperadores cristãos, que puseram toda a sua confiança em Cristo, a ganhar esplêndidas vitórias sobre inimigos desprovidos de Deus, cuja esperança residia em ritos de idolatria e adoração de demónios” (v. Agostinho, *Contra Faustum*, disponível em <http://www.gnosis.org/library/conf2.htm>, acesso a 14 de fevereiro de 2010, para. 76).

Ao responder às críticas dos seus adversários pagãos, donatistas, maniqueístas e pelagistas ao cristianismo¹⁴⁶, Agostinho reviu determinadas posições radicais sobre essa matéria adotadas pelos próprios cristãos e que eram utilizadas como armas pelos seus adversários¹⁴⁷, assentando as bases¹⁴⁸ da posição dual do cristianismo em relação à guerra, alicerçada na ideia de que ela corresponde a um estado anormal e iníquo da humanidade. Todavia, em certas ocasiões, a guerra poderia ser empreendida por ser justa (a *Bellum Justum*)¹⁴⁹, já que, na ‘cidade imperfeita’ dos homens¹⁵⁰, a guerra seria inevitável para defender a própria justiça e o bem¹⁵¹. No seu entendimento, as Sagradas Escrituras corroboravam a ideia de que a violência podia ser legítima¹⁵², quando se estivesse a resistir à opressão, ao amor à guerra, à vingança cruel, à inimizade implacável, à resistência selvagem ou à luxúria do poder¹⁵³, mesmo que dela resultasse

¹⁴⁶ Esta associação foi feita por Ernest Fortin, “St. Augustine”, pp. 197-198.

¹⁴⁷ Cf. Ibid., pp. 202-203.

¹⁴⁸ Estamos, no entanto, de acordo com Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, p. 116, que entende que a guerra não é um objeto central da teoria de Agostinho; aliás, as teses que sustentam que o desenvolvimento do direito internacional de guerra em determinados períodos medievais ocorreu apesar das intenções dos autores e dos problemas em discussão, não deixam de ter alguma razão de ser (Veja-se a este respeito, Stephen Neff, “A Short History of International Law”, p. 35, que destaca que muitas dessas ideias surgiram para tentar discutir aspectos outros, mormente de saber se o serviço militar e a participação em conflitos eram permitidos aos cristãos, portanto uma mera questão individual que, mais tarde, foi extrapolada para as relações entre os Estados, tidos como similares a pessoas naturais nas suas relações).

¹⁴⁹ No geral, ver Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, pp. 16-39 (Cap. 1: “St. Augustine and the Just War in the Early Middle Ages”), e Alan Watt, “Which Approach? Late Twentieth Century Interpretation of Augustine’s View on War”, *JCS*, v. 49, n. 1, 2004, pp. 99-113, para uma revisão recente da literatura.

¹⁵⁰ Aprofunde-se um pouco mais a questão das duas cidades em Ernest Fortin, “St. Augustine”, pp. 195-198, através de uma visão ciceronizada de Platão, que poderá explicar diversas das opções de Santo Agostinho, inclusive no concernente à doutrina da guerra; por último cf. Henry Chadwick, *Augustine. An Introduction*, pp. 1-29, encontrando as principais fontes do pensamento do autor em Platão, Cícero, Mani e, evidentemente, Cristo, e Anton-Hermann Chroust, “The Fundamental Ideas in St. Augustine Philosophy of Law”, pp. 57-60, discutindo a influência de Platão e do estoicismo no seu pensamento.

¹⁵¹ “Quando vencem aqueles que lutaram pela causa mais justa, quem duvida se deva acolher com aplausos a vitória e com gozo a paz? São bens e os bens são dons de Deus” (Santo Agostinho, *A Cidade de Deus (contra os pagãos)*, 2. ed., Oscar Leme (trad.), Petrópolis, Vozes, 1990, Liv. XV, cap. IV, p. 176).

¹⁵² Fá-lo, por exemplo, numa carta a Bonifácio (Agostinho, “Letter 189: Augustine to Boniface (417)”, in: *Political Writings*, pp. 214-218), em que arrola um conjunto de indivíduos e casos de indivíduos de armas – desde já David – que não obstante a sua profissão e atos de violência foram agraciados pelo Senhor (p. 215).

¹⁵³ Como diz no mesmo Agostinho, *Contra Faustum*, lib. XXII, para. 74: “O que é o mal na guerra? É a morte de alguns que de qualquer modo morrerão brevemente, para que outros possam viver em pacífica sujeição? Isso é covardia, não sentimento religioso. O mal real na guerra é o amor à violência, a vingança cruel, dura e implacável do inimigo, a resistência selvagem, e a luxúria do poder e coisas semelhantes; e é geralmente para punir essas coisas, quando a força é requerida para a infligir, que, em obediência a Deus ou a uma autoridade legítima, os homens bons empreendem guerras, quando se encontram em tal posição relativamente à condução dos assuntos humanos, que a conduta correcta requer que actuem ou que façam outros actuar nesse sentido”.

na morte de homens¹⁵⁴. O importante é que a guerra fosse feita sob ordem ou autorização de Deus ou de uma autoridade secular legítima¹⁵⁵, e visasse a paz em última instância¹⁵⁶, com Agostinho a manifestar uma curiosa admiração pelos feitos de romanos e pagãos neste sentido¹⁵⁷.

Desenvolvimentos importantes ao nível da sistematização resultam da contribuição de sucessores do Africano¹⁵⁸ como Isidoro de Sevilha (560-636)¹⁵⁹. Este dividiu as guerras em justas, injustas, civis e mais que civis (*plus quam civile*), internas, externas, de escravos, de pirataria ou sociais; distinguindo guerra e sedição (*tumultus*) ou batalha (*pugnae*), e consolidando o afastamento entre cristianismo e pacifismo absoluto, com considerações quase neutras em relação ao uso da violência e a aceitação explícita da ideia da guerra justa em termos ciceronianos¹⁶⁰. E fê-lo até de modo menos reticente do que o próprio Agostinho.

¹⁵⁴ Vide Ibid., para. 70 (respondendo a alegados crimes de homicídio imputados a Moisés pelos maniqueístas), e dizendo que “neste aspecto Moisés não só não pecou, como seria pecado se não o fizesse. Era o comando de Deus que, pelo seu conhecimento tanto das acções como dos corações dos homens, pode decidir se se deve causar sofrimentos a todos e através de quem (...) os egípcios estavam em situação de rebelião aberta contra Deus porque usaram o ouro, criatura de Deus, ao serviço de ídolos, para a desonra do criador, e eles gravosamente oprimiram estrangeiros fazendo-os trabalhar sem pagamento. Por conseguinte, os egípcios mereceram a punição e os israelitas foram adequadamente empregues para o efeito”.

¹⁵⁵ “Muito depende das causas pelas quais os homens empreendem as guerras e com que autoridade a fizeram; pois a ordem natural que visa a paz da humanidade ordena que o monarca deverá ter o poder de empreender a guerra se ele a tem por aconselhável e que os soldados devam prestar os seus deveres militares em prol da paz e segurança da comunidade (Ibid., para. 75).

¹⁵⁶ Agostinho, “Letter 189: Augustine to Boniface (417)”, pp. 214-218 (“A paz deve ser o que procuras, a guerra somente aquilo que a necessidade demanda. (...). A guerra é empreendida em ordem a atingir a paz. Sê um fazedor da paz mesmo na guerra de modo que através da sua conquista tragas o benefício da paz mesmo àqueles que derrotas”) (p. 217).

¹⁵⁷ Veja-se, por exemplo, o que diz Agostinho numa missiva dirigida a Dário (“Grandeza e a sua glória pertencem aos guerreiros que são em simultâneo muito bravos e muito pios (esta é a fonte dos verdadeiros exaltação), àqueles que lutam e arriscam-se para, com a ajuda de Deus que dá proteção e assistência, derrotar inimigos bravios e ganhar tranquilidade para o Império pacificando as províncias” (Agostinho, “Letter 229: Augustine to Darius (429/430)” in: *Political Writings*, pp. 224-226).

¹⁵⁸ A influência de Agostinho sobre o pensamento cristão e ocidental posterior é, diríamos, evidente (v. também Henry Chadwick, *Augustine. An Introduction*, pp. 2-4, que salienta a sua influência sobre Anselmo, Aquino, Petrarca, Lutero, Belarmino, Pascal e Kierkegaard).

¹⁵⁹ Sobre Isidoro de Sevilha, cf. Manuel Díaz y Díaz, “Introducción general” in: San Isidoro de Sevilha, *Etimologías*, José Oroz Reta & Manuel Casquero, Madrid (trad.), BAC, 2004, pp. 7-257, e, em particular cobrindo aspetos jurídico-criminais, Rosa Mentxaca, “Algunas consideraciones sobre los *crimina*, em particular contra lo Estado, en las Etimologías de Isidoro (ET, 5, 26), *LHR*, v. 65, n. 4, 1997, pp. 397-421.

¹⁶⁰ Santo Isidoro de Sevilha, *Etimologías*, l. XVII, para. 1, limita-se a recorrer a Cícero para apresentar a sua posição: “De quo in *Republica* Cicero dicit (3, 35): ‘Illa iniusta bella sunt quae sunt sine causa suscepta. Nam extra ulciscendi aut propulsandorum hostium causa bellum geri iustum nullum potest’ (Referindo-se a ela escreve Cícero na *República* (3, 35): ‘São guerras injustas as que se empreendem sem uma causa justa. Pois, com a excepção das que se declaram para vingar um agravo ou para repelir um invasor, não existe guerra nenhuma que se considere justa’”.

Santo Tomás de Aquino (1225-1274)¹⁶¹, o mais representativo e influente teórico cristão do período medieval¹⁶², desenvolveu ainda mais a estrutura geral da doutrina da guerra justa¹⁶³, pondo em foco as condições (pressupostos e requisitos) para a sua invocação, designadamente a sua autorização por autoridade legítima, uma causa justa relacionada a um mal feito e uma intenção correta¹⁶⁴. As causas justas estavam ligadas à legítima defesa¹⁶⁵ ou à retaliação a um ataque anterior, fazendo com que a intervenção humanitária só incrementalmente se possa fazer derivar de Santo Tomás¹⁶⁶. As possibilidades de punição por violações ao Direito Natural não são claramente levantadas apesar da perspectiva universalista das obrigações que o autor espousa¹⁶⁷. Ademais, São Tomás rejeita a possibilidade de se converter e punir os infiéis¹⁶⁸, a menos que estivessem submetidos ao domínio cristão e causassem perigo concreto à fé¹⁶⁹, mas, ainda assim, somente os heréticos¹⁷⁰. No mesmo sentido, apresenta uma tese

¹⁶¹ Uma pequena síntese biográfica pode ser encontrada em John Finnis, *Aquinas. Moral, Political, and Legal Theory*, Oxford, OUP, 1998, pp. 1-19, e em Fergus Kerr, *Thomas Aquinas. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2009.

¹⁶² No geral sobre a filosofia prática de São Tomás Aquino, cf. *Ibid.*, *passim*, bem como, para aspetos específicos, Jane Ruby, “The Ambivalence of Saint Aquinas View of the Relationship of Divine Law to Human Law”, *HTR*, v. 48, n. 2, 1955, pp. 101-128; Ernest Fortin, “St. Thomas Aquinas” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, pp. 248-275; Mary Keys, *Aquinas, Aristotle, and the Promise of the Common Good*, Cambridge, UK, CUP, 2006.

¹⁶³ Cobrindo diferentes faces da teoria da guerra do autor, Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, pp. 258-291 (“7. Thomas Aquinas and his Circle”); Richard Miller, “Aquinas and the Presumption against Killing in War”, *JR*, v. 82, n. 2, 2002, pp. 173-204; John Finnis, *Aquinas. Moral, Political, and Legal Theory*, pp. 284-287.

¹⁶⁴ “Primeiro, a autoridade do príncipe pela ordem do qual a guerra deverá ser empreendida (...); segundo, uma causa justa é requerida: isto é, aqueles contra os quais a guerra é empreendida devem merecer que a guerra seja contra eles empreendida em razão de algum malfeito (...); terceiro, requer-se que aqueles que façam a guerra tenham uma intenção correta (...)” (v. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae II-II q. 40*, pp. 239-240).

¹⁶⁵ Aparentemente, se se ativer aos exemplos dados pelo Doutor Angélico, notar-se-á facilmente que este considerava a guerra em legítima defesa como o exemplo mais claro e perfeito de guerra justa (v. *Ibid.*, q. 1.), e John Finnis, *Aquinas. Moral, Political, and Legal Theory*, p. 283 (salientando que, no campo do Direito Internacional, isso vale dizer que o Estado ou uma comunidade política poderiam usar a força para se defenderem contra um ataque injusto).

¹⁶⁶ Gerhard Beestermöller, “‘Retten den Armen und befreit den Dürftigen aus der Hand des Sünders’ (Ps 82, 4). Thomas von Aquin und die humanitäre Intervention” in: Ines-Jacqueline Werkner & Antonius Liedhegener (Hrsg.), *Gerechter Krieg - gerechter Frieden: Religionen und friedensethische Legitimationen in aktuellen militärischen Konflikten*, Wiesbaden, VS, 2009, pp. 47-67.

¹⁶⁷ Tomás de Aquino, “Questões sobre a lei na Suma da Teologia” in: *Escritos Políticos*, Petrópolis, Vozes, 1997, q. 4.

¹⁶⁸ Tomás de Aquino, *Summa Theologiae II a II q. 10*, pp. 267-269: “Estes, de modo algum podem ser compelidos para a fé, de modo a que possam acreditar, pois acreditar depende da vontade”.

¹⁶⁹ Conforme o autor salienta na sua *opus magnum*, “devem ser compelidos pelos fiéis, se for possível, para que não impeçam a fé, pelas suas blasfêmias ou persuasões malignas ou mesmo através das suas perseguições abertas” (*Ibid.*, q. 10).

¹⁷⁰ Visando salientar um contraste claro com a situação, *Ibid.*, ao referir-se aos apóstatas e heréticos, diz o seguinte: “há infiéis que a dada altura aceitaram e professaram a fé como os heréticos e apóstatas: estes devem ser submetidos mesmo a coação física de modo a cumprirem aquilo que prometeram e manterem aquilo que em determinado período receberam. (...). Como a receção de um voto é uma questão de vontade e a manutenção de um voto uma questão de obrigação, também a aceitação da fé é uma questão

tendencialmente contrária ao direito de resistência contra a autoridade tirânica¹⁷¹, embora muitas leituras relativizem uma posição forte de Aquino nesta matéria¹⁷².

Os canonistas do período vão completar este quadro de sistematização, utilizando como base normativa e teórica os cânones da Igreja Católica que tinham “força de lei”¹⁷³. Neste sentido, a sua influência no percurso desta discussão não pode ser desconsiderada¹⁷⁴. A partir da Causa 23 do Decreto Graciano¹⁷⁵, documento influente da época medieval que atraiu várias glosas¹⁷⁶ e seguidores¹⁷⁷, a guerra é apresentada¹⁷⁸ e sistematizada¹⁷⁹, com base na ideia de que, em certos casos, seria justa e, por

de vontade, enquanto que a manutenção da fé, a partir do momento em que alguém a recebe, uma questão de obrigação. Por isto, os heréticos devem ser compelidos a manter a fé”. Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, p. 287, ressalta este tratamento distinto entre o infiel e o herético em Aquino.

¹⁷¹ Veja-se o seu *De Regiminem Principum* in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 195-198, no qual Tomás recomendava que, nestes casos, as coisas fossem deixadas para a providência divina, a desordem e a ausência de poder são sempre piores que um poder iníquo e abusivo, além do que o poder tirânico pode ser sucedido por um poder ... mais tirânico ainda. Embora tendo a clara desvantagem de ser anterior ao *De Regiminem Principum*, no *Scripta Super Libros Sententiarum* (Reproduzido em *Ibid.*, pp. 194-195), o mais famoso dos filósofos medievais concluiu que “se a um governante se instrui a adoção e manutenção de um ato pecaminoso contrário à virtude [...] neste caso, não só as pessoas não estão obrigadas a obedecer-lhe, como estão obrigadas a desobedecer-lhe, como foi o casos dos mártires sagrados que sofreram a morte ao invés de obedecer aos comandos não-cristãos de tiranos” (p. 195).

¹⁷² John Finnis, *Aquinas. Moral, Political, and Legal Theory*, pp. 288-289, lembrando dos perigos de um amparo exclusivo no *De Regno* para defender a tese de uma rejeição absoluta da resistência, uma vez que, afinal, é um texto escrito para e a pedido de um príncipe.

¹⁷³ Recomenda-se, num quadro de não exaustividade, ver os texto compilados em Wilfried Hartmann & Kenneth Pennington (eds.), *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, Washington, D.C., CUAP, 2008.

¹⁷⁴ James Muldoon, “A Canonistic Contribution to the Formation of International Law”, *The Jurist*, v. 28, 1968, pp. 265-279.

¹⁷⁵ Graciano, *Decretum*, Part II, Causa 23 in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 109-124. No geral sobre o Decreto Graciano e sobre o autor, veja-se, por todos, Stephan Kuettner, “Graziano: l’uomo e l’opera” in: *Gratian and the Schools of Law, 1140-1234*, London, Variorum, 1983, pp. 17-29; Peter Landau, “Gratian and the *Decretum Gratiani*” in: *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, pp. 22-54.

¹⁷⁶ Em específico sobre as glosas ao *Decretum*, cf. Rudolf Weigand, “The Development of the *Glosa Ordinaria* to Gratian’s *Decretum*” in: *Ibid.*, pp. 55-97.

¹⁷⁷ Michael Hoefflich & Jasonne Grabner, “The Establishment of Normative Legal Texts: The Beginnings of the *Ius Communis*” in: *Ibid.*, pp. 1-21, que destacam a sua importância para a Igreja, apesar de nunca ter sido oficialmente adotado (p. 8), pensamento que é corroborado pela apresentação da recepção e propagação europeia do Decreto feita, entre outros, por Peter Landau, “Gratian and the *Decretum Gratiani*”, pp. 48-52, que mostra, além de tudo, a sua influência pós-medieval e até extracatólica, por exemplo no direito eclesiástico protestante moderno).

¹⁷⁸ Veja-se, para uma apresentação genérica sobre a teoria da guerra do Decreto Graciano, Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Gratian and the Decretists (Twelfth Century): War and Coercion in the *Decretum*” in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 104-108, e o tratamento mais aprofundado que lhe é dado por Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, pp. 55-85 (“Chapter 3. The Just War in Gratian *Decretum*”).

¹⁷⁹ Concordámos, neste sentido, com *Ibid.*, p. 84, que destaca o esforço deste decreto de compilar contribuições de autores como Ivo de Chartes e de lhes dar novos encaminhamentos.

consequente, obrigação dos cristãos¹⁸⁰. Neste sentido, os seus líderes, para protegerem o seu rebanho de heréticos e infiéis¹⁸¹, podiam puni-los quando fossem incorrigíveis na prática do mal, conforme o exemplo do Apóstolo Paulo ilustrava¹⁸².

9.2.2. A regulação das guerras contra os infiéis e a licitude das cruzadas de recuperação da Terra Santa¹⁸³

A – O movimento cruzado e a proteção dos cristãos orientais

No que concerne ao relacionamento com os infiéis as coisas eram diferentes. Não havia uma proibição tão abrangente relativamente a fazer-lhes a guerra de forma justa – imperativos de ordem religiosa poderiam justificá-la; no entanto, longe do universalismo propugnado pelo cristianismo conseguiram-se estabelecer elementos favoráveis ao relacionamento pacífico inter-religioso¹⁸⁴. Mas na verdade, sob este aspeto, era mais próximo à realidade o afastamento entre as confissões¹⁸⁵ e o conflito

¹⁸⁰ Diz que os “justos e pios devem estar prontos para pôr termo à malícia daqueles que pretendam que se transformem em bons, para que o número dos bons aumente, ao invés de se juntar por igual malícia ao número dos maus”(Graciano, *Decretum*, Part II, causa 23, q. 1, can. 2).

¹⁸¹ Vejam-se as seguintes passagens: “Padres não podem eles próprios utilizar armas, mas têm a permissão de exortar outros a fazê-lo para defender os oprimidos e combater os inimigos de Deus” (Ibid., q. 8, can. 4) ou “devemos defender o nosso rebanho contra qualquer pessoa e ser o seu primeiro protetor” (Ibid., can. 8), como fizeram os francos. Numa outra passagem acrescenta: “Combate com toda a tua força os inimigos da sagrada fé e os adversários de todas as religiões. Pois, se qualquer de vós morrer, o Todo Poderoso sabe que morrestes pela verdadeira fé, para a salvação do país e pela defesa dos cristãos, e obtereis recompensa celestial” (Ibid., can. 9).

¹⁸² No dizer do autor, os “maus devem ser compelidos ao bem. Objetar-se que ninguém pode ser compelido a fazer nada. Mas não tem propósito compelir qualquer pessoa ao bem, uma vez que Deus desdenha o culto forçado. A estas críticas respondemos o seguinte: se os maus fossem sofrer sem querer o bem a que são forçados, sem jamais o aceitar voluntariamente, seriam compelidos sem propósito a isso. Mas, uma vez que a natureza humana tende a não gostar daquilo que não é habitual e ao invés gostar do que está acostumado, os maus devem ser afastados do mal por golpes que causam sofrimento e chamados ao bem, para que, o mal caindo em desuso através do medo da punição, seja rejeitado, enquanto o bem se torne agradável graças ao hábito” (Ibid., q. VI, can. 1).

¹⁸³ No geral, Jonathan Riley-Smith, “The crusading movement” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, pp. 127-140; Jonathan Riley-Smith, *The Crusades. A History*, 2. ed., New Haven, YUP, 2005; Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “The Crusades (Eleventh to Thirteenth Centuries): Christian Holy War” in: id. (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 98-101; Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, Jorge Palhinhas (trad.), Lisboa, TdC, 2008; Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, Manuel Marques (trad.), Lisboa, Aletheia, 2009 [orig: 2006]; Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, London, Vintage, 2010; pelo menos por curiosidade também é de assinalar François-Marie Arouet [Voltaire], *Histoire des croisades*, Jérôme Verain (notes et prefaces), s.l, MUN, 2006 [org. 1750].

¹⁸⁴ Ver Antonio Truyol y Serra, *Noções fundamentais de direito internacional público*, p. 182, atribuindo ao cristianismo uma ponte cultural intercivilizacional.

¹⁸⁵ Cf. Ahmed Rechid, “L’Islam et le Droit des Gens”, p. 449 e ss, que sustenta que, na maior parte das vezes, o tratamento reservado aos não-cristãos era de verdadeira crueldade.

entre elas: a guerra deveria ser feita porque era ‘santa’¹⁸⁶, justificando a ideia defendida num recente livro de que ao invés de uma casa da guerra definida pelo islamismo, na realidade existiam duas casas da guerra¹⁸⁷. A definida pelos cristãos vai promover um conjunto de conflitos importantes, entre os quais a Cruzada, movimento que ocupa um período de três séculos, desde a primeira cruzada em 1095-1096 às últimas do século XII¹⁸⁸, com resultados ambíguos do ponto de vista dos objetivos e métodos de duvidosa humanidade e, seguramente, pouco compatíveis com os valores cristãos.

A ideia de base das cruzadas era a recuperação de territórios cristãos ocupados, principalmente as simbólicas e sagradas Terra Santa e Jerusalém¹⁸⁹, mas também o Sul da Península Ibérica. Daí que determinados autores tenham considerado as cruzadas como verdadeiras “guerras de libertação”¹⁹⁰ ou fizeram algum tipo de associação entre os dois institutos, estando este argumento no centro da justificação, particularmente interna, das cruzadas. Eram “guerras justas”, que se transformavam na prática em “guerras santas”¹⁹¹ até porque, como corretamente lembram alguns¹⁹², tal distinção não fazia qualquer sentido naqueles tempos não-secularizados, uma vez que uma “guerra santa”, mandatada por Deus ou pelos seus representantes, seria sempre uma “guerra justa”.

O Discurso de Urbano II em Clermont vai cristalizar essas ideias¹⁹³, sistematizando as justificações morais e religiosas para a guerra santa¹⁹⁴. Nela, o Sumo Pontífice

¹⁸⁶ Na realidade, havia uma divisão na Europa entre aqueles que achavam que a mera diferença religiosa já justificava a guerra e outros que exigiam um argumento jurídico como a legítima defesa ou uma injúria grave por parte do ‘inimigo’ (Georg Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, p. 83).

¹⁸⁷ Seguir Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, pp. 224-250 (“Houses of War”).

¹⁸⁸ Para um pequeno resumo, Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, pp. 39-70.

¹⁸⁹ Especificamente, Suzanne Yeager, *Jerusalem in Medieval Narrative*, Cambridge, UK, CUP, 2008.

¹⁹⁰ Neste sentido, Jonathan Riley-Smith, *The Crusades. A History*, pp. 4-8. Peter Charanis, “Aims of the Medieval Crusades and How they were Viewed in Byzantium”, pp. 123-134 ou Tal Dingott Alkopher, “The Role of Rights in the Social Construction of Wars: From the Crusades to Humanitarian Intervention”, *Millenium*, v. 36, n. 1, 2007, pp. 1-27.

¹⁹¹ Por exemplo, v. *Ibid.*, pp. 17-19, ou, antes, Peter Charanis, “Aims of the Medieval Crusades and How they were Viewed in Byzantium”, p. 123 (que diz estas guerras terem pretendido a libertação da Terra Santa) e Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “The Crusades (Eleventh to Thirteenth Centuries): Christian Holy War”, p. 100 (chamando a atenção para o seu objetivo humanitário de ajudar os cristãos ameaçados no Oriente).

¹⁹² Por todos, *Ibid.*, p. 99-100.

¹⁹³ Para um apresentação e comentários, vide H.E.J. Cowdrey, “Pope Urban’s II Preaching of the Second Crusade” in: Thomas Madden (ed.), *The Crusades: Essential Readings*, Oxford, Blackwell, 2002, pp. 16-29, bem como o monumental Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 68-89.

¹⁹⁴ Veja-se, e.g., Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 32 (uma guerra de amor de Deus e ao próximo, os cristãos do Oriente), Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, pp. 1 e ss (defendendo a primeira cruzada como sendo em simultâneo uma guerra de colonização e de libertação); Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and*

remete-nos claramente para uma retórica de libertação e de santidade, particularmente fazendo uso do domínio exercido sobre a cidade sagrada de Jerusalém por bárbaros e a triste sorte dos cristãos que nela habitavam, sujeitos à deportação ou dizimados *in loco*¹⁹⁵, imagens nem sempre historicamente precisas. Daí que fosse necessário libertar Jerusalém das “nações impuras” e devolvê-las aos seus proprietários legítimos¹⁹⁶. A isto os crentes reunidos respondiam, sem hesitações, “Deus Vult!”, “Deus o quer”¹⁹⁷, em atos orquestrados e altamente programados e controlados por Roma¹⁹⁸.

Porém, para alcançar tais nobres objetivos valia tudo e o comportamento dos cruzados estava distante de qualquer tipo de justiça. Porque, mesmo antes da partida, era comum o fervor religioso e cristão levar a massacres de minorias não-cristãs, designadamente judeus¹⁹⁹, transformando as viagens em verdadeiros *progroms* anti-semitas²⁰⁰. A queda da Lisboa muçulmana em 1147, antes da Segunda Cruzada, levou ao assassinato de milhares de pessoas, incluindo-se no rol de vítimas o bispo moçarabe local, depois substituído por um anglo-saxónico²⁰¹. Em Jerusalém não foi diferente a

West, pp. 225-226, e, particularmente excertos representativos de um relato do discurso de Urbano em ‘From the Pope Urban II’s Speech at Clermont, November 27, 1095, as reported by Robert the Monk’ in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 101-102.

¹⁹⁵ Nas palavras que lhe foram atribuídas “os Persas, um povo estranho, um povo totalmente alienado de Deus (...), invadiu as terras daqueles cristãos e as despovoaram com espada, rapina e fogo. Alguns dos seus cativos levaram-nos para os seus países, os outros mataram-nos cruelmente” (Ibid., p. 101).

¹⁹⁶ Apesar do propósito galvanizador e a necessária contextualização, as palavras de Urbano são suficientemente elucidativas do espírito da época (“Deixem que o Sagrado Sepulcro do nosso Senhor e Salvador, neste momento possuído por nações impuras, vos toque; e os lugares sagrados, que estão neste momento corrompidos e poluídos com a sua porcaria”) (Ibid., p. 101).

¹⁹⁷ Veja-se Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, cap. I (‘Deus Vult!’: The First Crusade and the Capture of Jerusalem, 1095-1099’).

¹⁹⁸ Veja-se Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, p. 74, que fala num planeamento meticuloso.

¹⁹⁹ Ver Robert Chazan, *The Jew in Western Christendom, 1000-1500*, Cambridge, UK, CUP, 2006.

²⁰⁰ O relato de Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 57, sobre o início da famosa cruzada de Ricardo Coração de Leão (“Sem se demorar muito com os motins e massacres contra os judeus ocorridos nas cidades inglesas, nomeadamente em York, em 1189-90, os reis partiram em julho de 1190 (...)”), e corroborado e expandido pela apresentação das próprias vítimas em “The Crusaders in Mayence, 1096” in: Jacob Rader Marcus & Marc Saperstein (eds.), *The Jew in the Medieval World: A Sourcebook: 315-1791*, Revised Edition, s.l, HUCP, 1999, pp. 128-133 (contendo um dos principais relatos do que ocorreu na Alemanha por alturas do lançamento da I Cruzada), e discutido por Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, pp. 228-229, e Jonathan Riley-Smith, *The Crusades. A History*, pp. 23-25, que o chama, sem embargo do exagero, de “primeiro holocausto”.

²⁰¹ A lembrança, importante é feita por Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 131, Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, pp. 85-89, ou Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 325-334, e desenvolvida, em Portugal, por Dejanirah Couto, *História de Lisboa*, 10. ed., Lisboa, Gótica, 2006, pp. 52-53 (relatando a queda de Al-Usbuna a 23 de outubro de 1147, a que se seguiu um massacre, saques generalizados protagonizados pelos cruzados e a redução de milhares de pessoas à servidão).

acreditar nos relatos da conquista²⁰². As populações eram, não raras vezes, massacradas depois da vitória dos exércitos cristãos, que não respeitavam qualquer tipo de restrição jurídica²⁰³. Apesar dos chamados Reinos Francos do Oriente terem, de facto, encontrado um *modus vivendi* com elementos de outras religiões²⁰⁴, implicando até na celebração de tratados com reinos vizinhos²⁰⁵, e este foi um desenvolvimento mais tardio que não foi concomitante à “libertação de Jerusalém”. Ademais, a sorte dos judeus, muçulmanos e demais heréticos sob domínio cristão²⁰⁶, salvo o comentário descontextualizado, estava, no geral, longe de ser humanitário.

A retórica cruzada não se limita a mencionar a legitimidade de recuperar os lugares santos. Era, ademais, necessário defender os cristãos da ameaça muçulmana”, “sarracena” ou “moura”, uma das maiores preocupações das autoridades seculares e eclesiásticas medievais cristãs. Por isso, normalmente as medidas ofensivas eram acompanhadas de relatos de horror pelos atos pretéritos e futuros dos muçulmanos com os cristãos europeus²⁰⁷ e como medidas de proteção dos cristãos orientais da opressão árabe²⁰⁸. Nisto residiam fundamentalmente os aspetos humanitários das cruzadas de recuperação da Terra Santa.

²⁰² Ver ‘From the Account of the Capture of Jerusalem, June 7-July 15, 1099’ in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 102-103: “Os nossos homens atacaram-nos [os infieis], mataram e desmembraram, até o Templo de Salomão e houve um massacre de tal ordem que os nossos homens tinham sangue inimigo até aos tornozelos”.

²⁰³ Ilustrativamente, cf. Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 48, relatando a primeira cruzada em que à captura de Jerusalém seguiu-se um massacre de judeus e muçulmanos (id., *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, p. 171).

²⁰⁴ Como é defendido por algumas interpretações como sejam as de Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “The Crusades (Eleventh to Thirteenth Centuries): Christian Holy War”, p. 99, e de recente Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, pp. 234-235).

²⁰⁵ Como exemplo, cf. ‘From an Account of the Treaty of Jaffa, signed on February 4, 1229’ in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, p. 103.

²⁰⁶ Por exemplo, ver alguns relatos sobre os massacres de heréticos cometidos no quadro da cruzada contra os cátaros em Laurence Marvin, “War in the South: A First Look at Siege Warfare in the Albigensian Crusade, 1209-1218”, *WiH*, v. 8, n. 4, 2001, pp. 373-395, chamando a atenção para “atrocidades em massa cometidas pelas duas partes” ou “selvageria das partes” (p. 388), e, mais geralmente, Norman Housley, “Crusading Against Christians: Their Origins and Early Development, c. 1000-1216” in: Thomas Madden (ed.), *The Crusades: Essential Readings*, pp. 69-98, Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, pp. 198-209; Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 291-635, que dedica parte considerável da sua obra a essa cruzada interna, dizendo, *inter alia*, que nem mesmo aqueles que se refugiavam em Igrejas eram poupados (pp. 619-620).

²⁰⁷ Veja-se, por exemplo, notas de Clemente VI que circularam em 1343 para a preparação de uma nova cruzada contra os turcos (citadas em James Muldoon, “The Avignon Papacy and the Frontiers of Christendom: The Evidence of Vatican Register 62” in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 184-195, esp. 166-167).

²⁰⁸ Seguir, por todos, Jonathan Phillips, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, p. 9, citando pronunciamento ligado a Guy e Geoffrey de Signes, de acordo com o qual tomavam a cruz, para proteger os cristãos oprimidos e para limpar os lugares santos da contaminação pagã.

B – As bases teóricas da guerra justa e da guerra santa contra os infiéis: da base decretista à formulação da guerra justa em defesa dos cristãos oprimidos por Inocêncio IV²⁰⁹

Uma questão básica permitiu a formulação da teoria nuclear da guerra justa contra os infiéis, a de saber se se poderia fazer a guerra aos infiéis simplesmente por o serem ou porque fizeram algo aos cristãos²¹⁰. Influenciadas pelo *Decretum*²¹¹, certas ideias aplicadas às cruzadas contra os infiéis orientais foram desenvolvidas por outros autores do período. Raimundo de Penhaforte (1175-1275)²¹², contribuiu, limitando as causas justas da guerra à “recuperação de propriedade” e à “defesa da pátria”, casos em que a força poderia ser utilizada contra “heréticos, pagãos, ou tiranos e os perseguidores dos cristãos”²¹³, não se a podendo usar para a conversão dos infiéis fora desse quadro²¹⁴.

A ideia foi retomada e desenvolvida pelo jurista Sinibaldo Fieschi (c.1195- 1254) (mais tarde Papa Inocêncio IV)²¹⁵, que a transformou, por via da sua preocupação com a questão da *Terra Sanctae*²¹⁶ e com outros locais ocupados pelos infiéis. O caso papal era líquido, pois tinha sido legitimamente conquistada pelos romanos e transmitida por via sucessória ao Sumo Pontífice e ao Imperador, portanto, os cristãos não estavam a

²⁰⁹ Algum deste material encontra-se disponível na obra de Alfred Vanderpol, *Le droit de Guerre d'après les Théologiens et les Canonistes du Moyen-âge, passim*, e em Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings, passim*, e o valor das suas contribuições ao Direito Internacional em Randall Lesaffer, “The Medieval Canon Law of Contract and Early Modern Treaty Law”, *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 178-198, esp. pp. 179-180.

²¹⁰ No fundo, traçando os contornos do grande problema jurídico com que se depararam os teóricos da guerra justa no que aos sarracenos concerne, isto é, como diz um importante estudioso do fenómeno da teoria da guerra justa no medievo, de saber se se podia fazer a guerra ao sarraceno só por não ser cristão ou se por ter feito algo concreto contra aquele (Ibid., p. 197).

²¹¹ Veja-se essa ligação direta em Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, pp. 86-126 (“Chapter 4: The Just War According to the Decretists”).

²¹² A respeito do autor, vide Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Raymond of Peñafort (ca. 1180-1275) and William of Rennes (Thirteenth Century): The Conditions of Just War, Self-Defense, and their Legal Consequences under Penitential Jurisdiction” in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 131-134.

²¹³ Cf. Raimundo de Peñafort, *Summa de poenitentia, et matrimonio, cum glossis ionannis de Friburgo* in: Ibid., pp. 134-147, especialmente para. 7.

²¹⁴ Por exemplo, Hostiensis, *Summa aurea* in: Ibid., pp. 161-168, que foi muito mais longe nas suas considerações sobre a guerra ao entender que qualquer guerra contra os “infiéis” seria justa.

²¹⁵ Ver uma apresentação geral da teoria da guerra de Inocêncio IV em Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Innocent IV (ca. 1180-1254): The Kinds of Violence and the Limits of Holy War” in: Ibid., pp. 148-150, que lembram a grande influência que o pensamento de Sinibaldo vai exercer sobre a prática da Igreja e sobre teóricos cristãos como Santo Tomás de Aquino, bem como a discussão da sua relevância para a resolução de um conjunto de problemas jurídicos sobre as relação entre cristãos e pagãos e a ocupação da Terra Santa em Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, pp. 199-202.

²¹⁶ Vide Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Innocent IV (ca. 1180-1254): The Kinds of Violence and the Limits of Holy War”, p. 149.

fazer mais do que recuperar a sua própria propriedade²¹⁷ e o Papa podia, através da persuasão dos fiéis e da concessão de indulgências, defender a Terra Santa e os fiéis que nela habitavam²¹⁸.

Sobre zonas nunca antes possuídas pelos cristãos, Fieschi, considera que podiam ser de qualquer pessoa, mesmo por um infiel, porque as coisas do mundo eram comuns e a propriedade do primeiro ocupante era reconhecida²¹⁹. Havia, pois, legitimidade nessa posse, não podendo dele ser privado o ocupante sem causa especial²²⁰. Porém, como Deus mantinha jurisdição sobre todos²²¹, se o líder ou o povo infiel cometessem pecados graves contra o Direito Natural, ao qual também estavam submetidos²²², o Papa podia puni-los através da força, privando-os das suas terras²²³.

Para além de defender a ideia de uma guerra justa punitiva por violações ao Direito Natural, Fieschi advogou que o Papa, no exercício da sua jurisdição universal, podia, legitimamente, editar normas e decretos aplicáveis aos infiéis que detinham o controlo de antigo território cristão para os obrigar a não perseguir injustamente os seguidores dessa fé e, se persistissem nesse comportamento, teria base para privá-los desse domínio como punição e medida de último recurso²²⁴. Complementarmente podia obrigá-los a respeitar os cristãos residentes e determinar que aceitassem os pregadores do evangelho, sob pena de punição²²⁵. Se os governantes infiéis não aceitassem as regras impostas por Sua Santidade, deveriam “ser forçados pela força do braço secular”²²⁶, naquilo que pode ser entendido como uma das principais contribuições ao desenvolvimento da guerra justa humanitária no período medieval²²⁷.

A grande preocupação nesses tempos incidia sobre outras questões, particularmente a defesa da autoridade pública na legitimação das represálias que caracteriza o

²¹⁷ Inocêncio IV, *Apparatus in quinque libros Decretalium: Quod super his* in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 153-154.

²¹⁸ Ibid., pp. 153.

²¹⁹ “Domínios, possessões e jurisdições podem lícitamente e sem pecador ser possuídas pelos infiéis, uma vez que são ordenadas não só para os crentes, mas para qualquer criatura racional” (Ibid.).

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid.

²²² Ibid.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid., p. 154.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Terry Nardin, “The Moral Basis of Humanitarian Intervention (in Historical Perspective)”, pp. 4-5, sustentando que o mau tratamento de cristãos era uma das bases para se fazer a guerra justa, não obstante dela também poder ser justificada quando os infiéis faziam mal uns aos outros e até quando os cristãos se comportavam mal em relação aos infiéis.

pensamento de Bartolo de Sassoferrato (1313-1357)²²⁸, pensador que, como é sabido, exerceu notória influência em Portugal²²⁹. Não obstante, a orientação de Inocêncio convenceu a maior parte dos juristas medievais – mesmo aqueles que, como Giovanni de Legnano (1320-1383)²³⁰, não estavam diretamente ligados à estrutura da Igreja de Roma²³¹, mas que aceitavam plenamente a conceção de uma potestade universal do Papa, com base na sua jurisdição, de liderar a defesa contra os infiéis²³² e os esforços de recuperação da Terra Santa²³³ – de ter o poder/dever de punir o pecado contra o Direito Natural²³⁴, e, particularmente, o dever que tinha de proteger os cristãos oprimidos²³⁵.

9.2.3. A Reconquista e a guerra aos Mouros Ibéricos e Norte-Africanos

A – A Prática da Reconquista

O segundo palco importante dos confrontos entre cristãos e muçulmanos foi a Península Ibérica, região durante muito tempo ocupada pelos árabes e que os reinos

²²⁸ Por exemplo, seguir as considerações de Bartolo de Saxoferrato, *Secunda super Digesto novo* ou de Rafael de Fulgosius, *In primam Pandectarum partem Commentaria* in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 205-209; 238-239; a respeito das suas relações com o Direito Internacional, cf. Vladimir Hrabar, “L’Époque de Bartole dans l’Histoire du Droit International”, *RGDIP*, v. 7, 1900, pp. 732-749.

²²⁹ Veja-se os estudos clássicos de Nuno Espinosa Gomes da Silva, “Bártolo na História do Direito Português”, *RFDUL*, v. XII, 1960, pp. 5-49, e Martim de Albuquerque, “Bártolo e Bartolismo na História do Direito Português” in: *Estudos de Cultural Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, v. I, pp. 35-123.

²³⁰ Nasceu em Milão, mas fez a sua vida em Bolonha, cidade onde estudou e se formou em Direito Civil e Cânônico, e onde passou a fazer parte do corpo docente da Universidade local. A obra principal do académico intitulada *Tractatus De Bello, De Represaliis et De Duello* (1360) é fortemente influenciada por acontecimentos da península itálica no Século XIV, designadamente relacionados com os poderes papais em face de líderes seculares das cidades italianas, e, no caso particular da sua cidade de residência, de uma situação iminente e concreta, posicionando-se normalmente do lado dos interesses papais. Aspetos biográficos do autor e uma apresentação geral podem ser encontrados em Thomas Erskine Holland, “Introduction” in: Giovanni da Legnano, *Tractatus De Bello, De Represaliis et De Duello*, ed. bilíngue, Thomas Erskine Holland (ed.), Oxford, OUP, 1917, pp. ix-xxxiii, e sobre o próprio, Jasonne O’Brien, “In Defense of the Mystical Body: Giovanni de Legnano’s Theory of Reprisals”, *RLT*, v. 1, 2002, pp. 25-55.

²³¹ Legnano cita, por exemplo, a Bula *Quod super His* (Giovanni da Legnano, *Tractatus De Bello, De Represaliis et De Duello*, cap. xii).

²³² Ibid.

²³³ Conclui o jurista: “Com base nisso podemos inferir que o Papa, como um verdadeiro príncipe, pode declarar a guerra aos infiéis, e conceder indulgências para a recuperação da Terra Santa, e especialmente a terra consagrada pelo nascimento de Cristo, pela Sua morada, e morte, onde Cristo não é adorado, mas Maomé. Igualmente, a Terra Santa foi conquistada, depois da morte de Cristo, numa guerra lícita pelo Imperador Romano, que dela foi depois roubado pelos infiéis. Logo, o Papa pode recuperá-la em razão da soberania que dispõe” (Ibid.).

²³⁴ Diz o autor que se “um bárbaro, que só tem o direito da natureza, peca contra o direito da natureza, ele pode ser punido pelo Papa” (Ibid.).

²³⁵ Para o autor, no caso das “outras terras que não foram consagradas, e nem o Império nem a Igreja possuíam jurisdição, o Papa pode, de facto, ordenar que eles não molestem os seus súbditos Cristãos. Caso contrário, ele pode, através de um julgamento privá-los da sua jurisdição, e depois (...)” (Ibid.).

cristãos pretendiam recuperar²³⁶. Conseguiram-no mais rapidamente na zona mais ocidental, correspondendo a Portugal²³⁷, onde se conseguiu paulatinamente expandir o Reino do Norte para o Centro (Lisboa principalmente²³⁸), atingindo-se os objetivos finais em 1215²³⁹. O processo estava devidamente recoberto pelo espírito e pelo contexto das cruzadas²⁴⁰, não só por meio da legitimação permanente dos papas das guerras de reconquista, designadamente através da aprovação de bulas, mas também porque, no caso de Portugal, alguns avanços militares deveram-se diretamente à intervenção de cruzados a caminho da Terra Santa²⁴¹.

Em Espanha ocorreu algo semelhante²⁴². A expansão dos reinos cristãos foi sendo feita contra os Estados árabes peninsulares desde o século VIII, culminando com a conquista de Granada no século XV. Mais uma vez, não sendo este, a rigor, um movimento impelido exclusivamente por propósitos religiosos, santificados, não deixou de ter forte ligação com o espírito da cruzada²⁴³. Se motivações seculares terão sido a grande força de propulsão da reconquista, isto, por um lado, não pode ser artificialmente afastado das diferenças religiosas entre os contentores, ao ponto de se criar uma cisão absoluta, inexistente na altura, entre causas seculares e religiosas para a guerra. Neste sentido, fictícias ou não, a ideia de uma guerra justa de libertação, de proteção e mais tarde de conversão fez parte do processo de expulsão dos mouros da Espanha, pelos

²³⁶ Uma descrição e explicação importante podem ser encontradas em Felipe Fernández-Armesto, *Before Columbus. Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, Philadelphia, UPP, 1987, *passim*; bem como são dignos de consulta Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 681-704 (“20. Cruzadas de fronteira (I): conquista em Espanha”), e, mais particularmente, em Joseph O’Callahan, *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*, Philadelphia, UPP, 2002.

²³⁷ Em específico sobre a formação do Estado Português que se liga a este processo, Marcelo Caetano, *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, 4. ed., Lisboa/São Paulo, Verbo, 2000, parte I, e Mário Júlio Almeida Costa, *História do Direito Português*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 1996, pp. 157-168.

²³⁸ A este propósito, seguir o resumo de José Augusto de Oliveira, *A Cruzada. Subsídios para a História da Conquista de Lisboa*, Lisboa, CML, 1949, cap. I.

²³⁹ Seguir Pedro Gomes Barbosa, *Reconquista Cristã. Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo, 2008.

²⁴⁰ Vide Ricardo da Costa, “A mentalidade da cruzada em Portugal (Séculos XII-XIV)”, *Anos 90*, n. 16, 2001-2002, pp. 143-178, e, em especial, Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em Portugal*, Pinto de Carvalho (versão portuguesa), Coimbra, IAUC, 1940, *passim*, para visões contrastantes neste ponto, já que o segundo defende a ideia de que o espírito ou, como diz, a ideia da cruzada, só vai entrar em Portugal depois da reconquista da parte ocidental da península, designadamente do Algarve, somente servindo, neste caso, nas guerras de aliança com Castela contra os mouros da península.

²⁴¹ Cf. *Ibid.*, pp. 17-28.

²⁴² Para o caso espanhol seguir igualmente Carlos de Ayala Martínez, “Reconquista, cruzadas y órdenes militares” in: Esteban Sarasa Sánchez (coord.), *Las cinco villas aragonesas en la Europa de los Siglos XVII y XVIII: la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)*, Zaragoza, IFEL, 2007, pp. 23-37.

²⁴³ *Per contra*, ver Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em Portugal*, p. 52, para quem as cruzadas nunca tiveram esta dimensão de guerra santa, já que eram dirigidas pela necessidade de realização de interesses nacionais, e Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, p. 686, que, por seu turno, entende que os dois processos estão, na sua natureza e propósitos, distantes.

menos aos olhos dos soberanos cristãos²⁴⁴ e dos Papas, já que acompanhadas de várias bulas, concedendo indulgências e outros benefícios a quem delas participasse²⁴⁵.

A legitimação desses atos passava pela alegação de legítima defesa; recuperação de património (território) perdido; expansão ou restauração de fé e da civilização cristãs sobre os mouros e judeus, todas devidamente autorizadas. Eram ainda legitimados pela necessidade de proteger cristãos sob domínio mouro ou, pelo menos, para punir antigas atrocidades cometidas pelos sarracenos contra os cristãos²⁴⁶. Por isso, muitos associaram as guerras de reconquista às intervenções humanitárias, o que deve ser avaliado com algumas reservas. Primeiro porque, por um lado, os objetivos pareciam mais ligados a aspetos de recuperação territorial ou de independência; segundo porque os efeitos das operações foram negativos sobre mouros e judeus, particularmente em Espanha, levando à sua conversão forçada ao cristianismo ou à sua expulsão ou perseguição generalizada²⁴⁷. Isto sem embargo de serem considerados como atos humanitários de salvação, argumento que atinge, algum tempo depois, o seu apogeu no espaço lusófono.

B – A Guerra Justa e a Guerra Santa na Península Ibérica: a teoria de Álvaro Pais

Um dos principais aportes que decorrem desta discussão na Península é da autoria do teólogo, canonista galego e Bispo de Silves Álvaro Pais (1275/1280-1349)²⁴⁸. Mau-

²⁴⁴ Aproveitamos a ocasião para chamar a atenção para a reflexão feita por Ibid., p. 687, de acordo com a qual as cruzadas tinham natureza religiosa e moral, e neste sentido distanciavam-se de conflitos seculares por fronteiras ou guerras civis entre membros da mesma comunidade.

²⁴⁵ Ibid., p. 695 e ss.

²⁴⁶ Neste sentido, vide Carlos de Ayala Martínez, “Reconquista, cruzadas y órdenes militares”, p. 25, nota 5.

²⁴⁷ Episódios que abalizados intérpretes não tem pejo de, no caso espanhol, classificar de racismo ligado ao excecionalismo católico (veja-se, por exemplo, Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 694-695).

²⁴⁸ Para aspetos biográficos do autor, vide António de Sousa e Costa, “Dados biográficos de Frei Álvaro Pais até à sua nomeação para Bispo de Silves, em Portugal” in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1966, pp. 3-40; Vittorino Meneghin (O.F.M.), “Scritti inediti di Fra Álvaro Pais” in: id. (org.), *Scritti inediti di Fra Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1969, pp. ix-xxxix, e João Morais Barbosa, “Introdução” in: *Álvaro Pais*, João Morais Barbosa (introdução e selecção de textos), Lisboa/São Paulo, Verbo, 1992, pp. 7-13; uma apresentação aprofundada da sua obra pode ser encontrada em João Morais Barbosa, *Fundamentos metafísicos da filosofia de Álvaro Pais*, Tese de Doutoramento em Filosofia, UNL, 1975, bem como no já citado texto de João Morais Barbosa, “Introdução”, pp. 17-61, e uma mais sucinta em Pedro Calafate, “Frei Álvaro Pais” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 1999, v. I, pp. 221-251, 246-248; avaliações focadas em diversas questões relevantes do seu pensamento podem ser encontradas, e.g., em Mário Santiago de Carvalho, *Estudos sobre Álvaro Pais e outros franciscanos (séculos XIII-XV)*, Lisboa, INCM, 2001, parte I; a respeito do seu local de nascimento, António de Sousa e Costa, “Lugar de nascimento de Frei Álvaro Pais e suas relações com

grado os seus interesses gerais, o pensador tinha como contexto de interlocução as campanhas religiosas ibéricas, a elas aplicando as discussões jurídicas europeias²⁴⁹ sobre a guerra justa²⁵⁰. A conceção de Pais está intimamente associada à sua teoria sobre os poderes papais²⁵¹, entidade à qual reconhece jurisdição universal²⁵², cabendo-lhe autorizar ao poder secular a realização da guerra justa²⁵³, e ao favorecimento pessoal da cruzada contra os *sarraceni*²⁵⁴. Utilizou o argumento de que estes ocupavam território cristão²⁵⁵, defendendo, igualmente, que nos casos em que não respeitassem o direito de pregação dos cristãos nas suas próprias terras, Sua Santidade podia ordenar ao Imperador ou aos reis a sua punição²⁵⁶, constituindo esta uma obrigação incontornável

Portugal” in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, p. 41 e ss e, sobre a obra, recomendando-se a antologia *Álvaro Pais, passim*, como alternativa.

²⁴⁹ Nesta matéria, como, aliás João Morais Barbosa, *Fundamentos metafísicos da filosofia de Álvaro Pais*, p. II, já se pronunciou em relação à sua obra, o autor não se vai destacar pela criação de uma teoria inovadora.

²⁵⁰ A respeito da guerra justa em Álvaro Pais, vide João Morais Barbosa, “A teoria política de Álvaro Pais no ‘Speculum Regum’. Esboço duma fundamentação filosófico-jurídica”, Separata do *BMJ*, nº 211-212-213, 1972, pp. 271-282, e id., *Fundamentos metafísicos da filosofia de Álvaro Pais*, p. iii, notando precisamente a importância de eventos marcantes na produção do clérigo, e, especificamente, José Rui de Almeida Teixeira, *A guerra justa em Álvaro Pais*, Dissertação de Mestrado, Porto, FLUP, 2002.

²⁵¹ Cf. Frei Álvaro Pais, *Espelho de Reis [Speculum Regum]*, ed. bilíngue, Miguel Pinto de Meneses (estabelecimento de texto e tradução), Lisboa, IAC, 1963 [1344], e, em especial, Id., *Estado e Pranto da Igreja [Status e Planctus Ecclesiae]*, ed. bilíngue, Miguel Pinto de Meneses (estabelecimento de texto e tradução), Lisboa, INIC, 1988-1998.

²⁵² No seu entender, “porque, assim como há um só Cristo, sacerdote e rei, senhor de todas as coisas, assim também há um só vigário geral seu na terra e em tudo” (Ibid., Parte I, v. I, art. xiii, A, p. 349). Por isso, “o papa tem jurisdição universal em todo o mundo, não só nas coisas espirituais, mas também nas temporais. No entanto, deve exercer a execução do gládio e jurisdição temporal por meio do seu filho o imperador legítimo, quando o haja, como advogado e defensor da Igreja, e por meio de outros reis e príncipes do mundo, como acontece no património de São Pedro e no reino da Sicília que é reino e património da Igreja, e noutras terras da Igreja por meio dos seus governadores” (Ibid., pp. 347-349).

²⁵³ Veja-se o que a este respeito diz João Morais Barbosa, “Introdução ao ‘De Stactu et Planctu Ecclesiae’”, p. 34 (“De acordo com o direito eclesiástico, os ministros espirituais não podem envolver-se em causas de sangue. O gládio material (que só tardiamente será designado como gládio temporal ou secular, e mesmo assim apenas pelos defensores de um curialismo extremado) é, na expressão canónica, o gládio de sangue, e está longe de se indentificar com o poder temporal, embora ao ministro do mesmo seja confiado. Assim, o Papa, legítimo detentor do poder universal, considerado este como entidade essencialmente espiritual, é capaz de legítima coacção para se fazer obedecer pelos fiéis, sendo tal obediência ordenada à salvação eterna dos homens. Porém, se a coacção deve exprimir-se temporalmente (ou seja, não só mediante sanções espirituais, como a excomunhão), ou se a defesa da autonomia e da independência do poder espiritual exige o uso da força temporal, não compete ao Papa, nem ao gládio temporal que *de iure* lhe pertence. O Papa, constitui, então, de entre os príncipes seculares, um deles com seu braço armado, elegendo-o imperador”).

²⁵⁴ Cf. João Morais Barbosa, “A teoria política de Álvaro Pais no ‘Speculum Regum’. Esboço duma fundamentação filosófico-jurídica”, p. 277, para quem o interesse de Pais é a guerra contra os Mouros, e alicerçando-se sobre a ideia de que este merece o ódio dos cristãos, ódio este que, no entanto, se converte em amor cristão pois ao odiar-se o pecado não se deixa de amar o pecador.

²⁵⁵ Como diz, “é justa a guerra que visa a recuperação das coisas. Também é justa a guerra contra os sarracenos, que detêm ocupadas terras nossas e porfiam ocupar outras se puderem” (*Status e Planctus Ecclesiae*, Parte II; liv. V, art. xxx, A, p. 277).

²⁵⁶ Para o Bispo de Silves, falando sobre o Papa: “Até tem jurisdição sobre os outros infieis, mesmo que não ocupem terras onde os príncipes cristãos tiveram jurisdição. Todavia, neste caso o papa pode justamente fazer preceito e constituição a determinar que não molestem injustamente os cristãos sujeitos à

para esses poderes seculares²⁵⁷. O clérigo parece igualmente acomodar-se à possibilidade de se empreenderem guerras justas para punir as violações ao Direito Natural²⁵⁸.

Nestes casos haveria causa justa para a guerra, condição que deveria ser completada²⁵⁹, no quadro da tradição cristã que influencia diretamente Pais, pela idoneidade da pessoa²⁶⁰, já que os prelados não podiam participar em combates²⁶¹, pelo ânimo ou intenção e pela autorização de entidade competente²⁶², bem como pela busca última do fim da paz, a única forma de justificar tão destrutivo empreendimento²⁶³. Era,

jurisdição deles. E até, se maltratarem os cristãos, pode privá-los, por sentença, da jurisdição e do domínio que têm sobre eles, mas só por grande causa. Na verdade, deve tolerá-los quanto puder, desde que não haja perigo para os cristãos, nem se gere daí grave escândalo. Com efeito, embora os infiéis não sejam, rigorosamente, obrigados à fé, porque em todos se deve respeitar o livre-arbítrio, pois só a graça de Deus tem o poder neste chamamento, pode, todavia, o papa mandar que os infiéis admitam pregadores do evangelho nas terras da sua jurisdição. De facto, tendo toda a criatura racional sido feita para louvar a Deus, é certo que, se todos os pagãos proibirem os pregadores de pregar, pecam, devendo, por isso, ser punidos pelo papa. Porém, em todos os casos mencionados e em todos os outros em que é lícito ao papa ordenar algo aos infiéis e compeli-los e puni-los se não quiserem obedecer, só o papa pode, e não outro, defender o seu direito, declarar-lhes guerra e invocar contra eles o braço secular” (Ibid., Parte I, v. I, art. xxxvii, I, p. 431).

²⁵⁷ Dizia que os imperadores pecam porque “(...) não cuidam de recuperar a Terra Santa e combater os Sarracenos, inimigos da cruz do Senhor que perseguem a fé católica, quando o império romano foi instituído pelo Senhor especialmente para isso (...)” (Ibid., Parte II; liv. V, B, art. xxix, p. 263).

²⁵⁸ Nesta parte, discutindo o mérito do homicídio, diz que “o Senhor ordenou aos filhos de Israel que não poupassem os Amorreus, os Cananeus e outros povos por mor dos seus pecados, mas entregassem todos à morte e se apossassem da sua terra” (Ibid., Parte II, l. VIII, art. lxxii, B, p. 59).

²⁵⁹ Nas suas palavras, “se requerem cinco coisas para ela ser justa: pessoa, coisa, causa, ânimo e autoridade” (Ibid., Parte II, cap. V, art. xlvi, p. 497).

²⁶⁰ Explicitando que, “a pessoa, essa deve ser hábil para combater, importando, pois que seja pessoa secular, à qual é lícito derramar sangue, ao qual não é lícito (...), a não ser em necessidade inevitável (...)” (Ibid.).

²⁶¹ Pronunciando-se sobre a reconquista, sustenta que a participação em guerras por prelados era irregular, censurando, no caso concreto, os hispanos por o fazerem. Sustenta ainda, o autor, que “não vejo como os prelados e clérigos hispanos se possam desculpar de irregularidades, eles que não só fazem a guerra com suas gentes contra os sarracenos e exortam os cristãos em geral a combater contra estes, mas também assistem nas guerras, e especialmente incitam os outros a combater e ferir, combatendo, além disso, eles próprios fortemente como os seculares, ferindo e matando, sem terem consciência nenhuma da irregularidade; pelo contrário, crêem, mas não segundo a ciência, que com isto fazem grande sacrifício a Cristo (...)” (Ibid. Parte I, v. II, 48, B, p. 225).

²⁶² Continua: “a coisa, para que a guerra seja para reaver as coisas ou defender a pátria. A causa para que se combata por necessidade e para fazer a paz. O ânimo para que não se faça por ódio, cobiça ou vingança, mas para a correção e por caridade, justiça e obediência. A autoridade, para que se faça com a autorização da Igreja, principalmente quando se combate pela fé ou com autorização do príncipe” (Ibid., Parte II, cap. V, art. xlvi, p. 497).

²⁶³ A carta atribuída a Álvaro Pais (v. António de Sousa Costa, “Autenticidade e fontes das Cartas de Álvaro Pais a D. Afonso IV” in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 92-145), e enviada a Afonso IV é plenamente ilustrativa desse sentimento: “guerras novercam pacis, Euvangelii emulam, caritatis hostem, genimen sathane, scisma patrie et exterminium prothoplausti, cathaclismi germinatricem, eradicatricem corporum et animarum, et rerum temporalium vastatricem, sanguisugam unitatis, consilii inexpertem, naturalis iuris prodigam, rationis ignaram, sensualitis pedissequam, alumpnam Ysmael, Pharaonis materteram, Romanorum germanam, depopulatricem terre viventium, ydolatrarum secta, cordis inquietudinem, alienationem mentis, zenoxodie prolem, persecutricem Chisti er eius fidei orthodoxe, todo animi nisu disuadeo et ex parte nostri Chisti pacifici tibi regi catholico interdico” (p. 147) (‘Cartas de Álvaro Pais a D. Afonso IV [s.d.]’ in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 146-148), que acusava o Rei

pois, numa discussão tipicamente agostiniana e tomista da guerra, que, aliás, e, consequentemente, permitia a cativação dos vencidos²⁶⁴ e a apropriação da sua propriedade.

Sem se pronunciar diretamente, o tratamento que o Bispo de Silves dá à guerra no quadro do conflito inter-religioso ibérico é passível de nos mostrar alguns exemplos contextualizados de invocação de causa humanitária para a guerra. Seriam os casos de proteção aos cristãos e de punição de crimes graves contra o Direito Natural, conclusões que devem ser completadas pela possibilidade ambígua que o autor abre de se usar a força contra o tirano como recurso de última instância contra a opressão insuportável²⁶⁵ e no recurso ao auxílio humano²⁶⁶ ou da Igreja²⁶⁷ ou da Providência divina para que isso se efetivasse²⁶⁸.

lusitano de fazer uma guerra injusta a Castela (“guerra tua ortum habuit a iustitia. Elatio fui in causa, sensus proprius, motus cordis indignus, cupido inanis glorie, titillatio vendentium tibi oleum et caput impinguantium”) (Ibid.). ver também José Rui de Almeida Teixeira, *A guerra justa em Álvaro Pais*, p. 124, 129.

²⁶⁴ A formulação básica de Pais era de que “quando a guerra é justa, não sós os hereges, mas todos os que são capturados e despojados, tornam-se servos dos captores” (*Status e Planctus Ecclesiae*, Parte II, cap. V, art. xlvi, p. 497).

²⁶⁵ Diz Frei Álvaro Pais (Ibid., Parte I, v. III, art. lxii, E, p. 79), que “se esta [a tirania] não for excessiva, é mais útil tolerar temporariamente uma tirania moderada do que, agindo contra ela, implicar-se em muitos perigos, mais graves que a própria tirania (...). Se a tirania for levíssima, convém ser-se-lhe obediente, pois deve-se obedecer não só aos bons e moderados, mas também aos dísculos, porque é uma graça o suportar alguém [sic] contrariedades, sofrendo injustamente em reconhecimento do que deve a Deus”. Porém, “se o rei convertido em tirano ou outro tirano for destruído ou o seu ímpio poder refreado, não por presunção privada, mas por autoridade pública e comum, não se deve julgar que tal multidão ao destituir o tirano agiu infielmente, mesmo que antes se lhe tenha submetido para sempre, visto que ele, portando-se infielmente no governo da multidão contra o dever de rei, mereceu que os súbditos não lhe guardassem o pacto” (Ibid., p. 81).

²⁶⁶ Ibid., Parte I, v. III, art. lxii, E, p. 83.

²⁶⁷ No dizer de Pais, “se não houvesse autoridade superior ao tirano, devia pedir-se à Igreja auxílio contra ele” (Ibid.).

²⁶⁸ No âmbito do otimismo apresentado pelo autor em razão da tolerância divina com a tirania, que lhe leva a considerar que “não permite, pois, Deus que os tiranos reinem longamente” (Ibid., F, p. 103). É o que se pode depreender do seguinte trecho: “De facto, faltando o auxílio humano, deve-se recorrer a Deus para que torne humilde o coração (do tirano), pois o coração dos reis está nas mãos de Deus, que o inclinará para onde quiser” (Ibid., E, p. 83). Muito embora, demonstre alguma descrença de que tal tipo de intervenção seria realmente empreendida na prática. Já João Morais Barbosa, “A teoria política de Álvaro Pais no ‘Speculum Regum’. Esboço duma fundamentação filosófico-jurídica”, p. 159, dizia que Pais advogava que, em última instância, faltando o auxílio humano as coisas deviam ser deixadas nas mãos de Deus, o que significa que, como diz, os propósitos do Papa podiam ser baldados pelos homens.

9.2.4. As cruzadas do Norte e a Guerra Justa Humanitária

A – Guerra e Cristianização na Europa de Leste

Tradições de conversão pela força das tribos bárbaras do norte e centro da Europa foram uma realidade em toda a Europa Medieval desde o primeiro milénio²⁶⁹. Isto com a estreita colaboração entre autoridades religiosas e seculares, como ocorreu com os cristianizados francos, que utilizaram também a retórica da propagação da palavra do Nazareno e da salvação para submeterem tribos germânicas pagãs da Europa Ocidental²⁷⁰.

As cruzadas do Norte levaram à submissão e ocupação de territórios nas regiões da Livónia, Prússia, Estónia, Finlândia e Lituânia principalmente por príncipes ou membros de ordens religiosas militares germânicas com o apoio geral da Igreja de Roma²⁷¹, que as legitimavam através de bulas e de indulgências papais. Estes projetos bélicos colocavam problemas teóricos importantes precisamente porque não podiam ser trazidos ao ‘Grémio da Igreja’ pela força nem o seu território apropriado pois, ao contrário da Palestina, nunca tinha sido cristão ou romano. Por isso, no geral, a estratégia de conversão foi adaptada²⁷², enviando-se pregadores para converter alguns pagãos e depois utilizar qualquer ato de turbação da atividade evangélica ou de perseguição aos convertidos, para justificar a guerra²⁷³, sem prejuízo da continuidade da adoção de perspetivas mais radicais da conversão, de acordo com as quais a guerra podia ser feita aos pagãos simplesmente porque o eram, para garantir a sua própria salvação²⁷⁴.

²⁶⁹ Em geral sobre a questão, o específico Eric Christiansen, *The Northern Crusades*, 2. ed., London, Penguin, 1997, e os mais gerais Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 705-744 (“21. Cruzadas de Fronteira: o Báltico e o Norte”); id., *Pequena história das cruzadas*, pp. 78-81, e Jonathan Riley-Smith, *The Crusades. A History*, pp. 195-198.

²⁷⁰ Para desenvolvimentos veja-se, James Brundage, “Holy War and the Medieval Lawyers” in: *The Crusades, Holy War and Canon Law*, London, Variorum, 1991, pp. 99-140, esp. 103, Frederick Russel, *The Just War in the Middle Ages*, p. 29, e, especialmente, Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 45-55.

²⁷¹ Sobre estes casos, recomenda-se o relato de Eric Christiansen, *The Northern Crusades*, *passim*.

²⁷² Como diz Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 78, era uma guerra missionária em contradição com a lei canónica.

²⁷³ Foi o que aconteceu com a cruzada lançada pelo Papa Inocêncio III contra os povos pagãos do Leste da Europa (1147-1185), alegadamente por perseguirem o reduzido número de cristãos da região, caso que suscitou, no entanto, algum ceticismo em relação à lisura dos seus motivos, sendo visto muito mais como uma desculpa para contornar a proibição cristã de empreendimentos bélicos de conversão de infiéis. Neste sentido, Jonathan Riley-Smith, “The crusading movement”, p. 128, chamando a atenção para argumentos baseados em inverdades, nomeadamente que a Igreja local estava sob ameaça do paganismo indígena.

²⁷⁴ Seguir Christopher Tyerman, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, p. 717.

O humanitarismo era, assim, no caso concreto, mera retórica para mascarar empreendimentos de conquista e expansão territorial, o que é comprovado pelos meios extremamente duros utilizados pelos rígidos membros da Ordem dos Cavaleiros Teutónicos²⁷⁵ e outros promotores desse tipo de operação²⁷⁶. Estes massacravam os ‘bárbaros’ e ‘pagãos’ ou submetiam-nos à servidão. Às vezes atacavam nações ou tribos convertidas ao cristianismo como acabou por ser discutido, ainda que inconclusivamente, no Congresso de Constança, que opôs os interesses da Ordem com os da Polónia (1414-1418)²⁷⁷, desfecho que também conheceu a causa impetrada no Tribunal do Papa por este país contra os *crucíferos* por detenção ilícita de território (1420). Alegou-se, nos dois casos, que a primeira posse era injusta porque a guerra feita contra os infiéis só pelo facto de o serem era iníqua e portanto as ‘presas’ territoriais deveriam ser restituídas aos seus proprietários originários. A não prolatação da sentença impediu que houvesse esclarecimentos adicionais sobre a posição da Igreja sobre essa matéria no período em causa²⁷⁸.

B – Desenvolvimentos teóricos: Paulus Vladimiri

O pensador e jurista polaco Paulus Vladimiri (Pawel Wlodkowic) (1370-1435/36?²⁷⁹) participou desse processo, designadamente porque teve que defender os interesses do seu país, participando de intensa atividade diplomática²⁸⁰ e representando-

²⁷⁵ Para exemplos convergentes, cf. Indrikis Sterns, “Crime and Punishment among Teutonic Knights”, *Speculum*, v. 57, n. 1, 1982, pp. 84-111, altamente crítico da Ordem, mas também o relativamente equilibrado Eric Christiansen, *The Northern Crusades*, *passim*.

²⁷⁶ A avaliação de Christopher Tyerman, *Pequena história das cruzadas*, p. 78, é de que se tratou de um processo violento de cristianização e de germanização baseado em táticas de limpeza étnica e aquisição territorial e em que o propósito religioso era mera fachada.

²⁷⁷ Id., *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, pp. 742-743, aponta os resultados ambíguos deste certame religioso, mas que, afinal, terão sido globalmente positivos tanto para os interesses dos polacos como dos lituanos, pois ao passo que a Ordem, sobrevivendo à acusação de que não travavam guerras cristãs e que, logo, pecavam, para além dos danos que as revelações de que fazia a guerra a companheiros de fé fizeram à sua reputação e à sua imagem, não conseguiu mais apoio para as suas campanhas militares bálticas, já os soberanos da Polónia e Lituânia foram nomeados vigários-gerais papais na sua guerra prometida contra os russos cismáticos, afastando, dali em diante qualquer insinuação de que não eram verdadeiros cristãos.

²⁷⁸ A respeito deste caso, cf. Stanislaus Belch, *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, London/The Hague, Mouton, 1965, v. I, p. 140 e ss.

²⁷⁹ Sobre a sua vida e obra, C. H. Alexandrowicz, “Paulus Wladimir and the Development of the Doctrine of Coexistence of Christian and Non-Christian Countries”, *BYIL*, v. 39, 1963, pp. 441-448; Stanislaus Belch, *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, pp. 115-152; e Wladyslaw Czaplinski, “Pawel Wlodkowic (Paulus Vladimiri) and the Polish International Legal Doctrine of the 15th Century”, *BaltYIL*, v. 7, 2007, pp. 65-82.

²⁸⁰ Stanislaus Belch, *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, pp. 125-126.

o nos processos que lançou contra os Cavaleiros Teutônicos²⁸¹. Utilizou para o efeito a sua experiência prática e a observação do tratamento por eles reservado aos pagãos convertidos ao cristianismo²⁸².

A sua reflexão deu origem a uma valiosa contribuição teórica sobre as bases de legitimidade para se fazer a guerra aos infiéis²⁸³ no quadro da discussão das ações dos Cavaleiros no Norte da Europa contra os neófitos cristãos²⁸⁴, que considerava absurdas por estes serem tão cristãos como os outros, e igualmente oponentes dos próprios infiéis. Influenciado pela linha do Papa-Canonista Inocêncio IV²⁸⁵, Vladimiri defendeu que somente nos casos em que houvesse violação às leis da natureza, às quais todos estavam vinculados, é que o Papa, que sobre todos tinha jurisdição e potestade²⁸⁶, podia autorizar a feitura da guerra punitiva²⁸⁷. Nem o Beato de Cristo, nem muito menos o Imperador²⁸⁸, podiam legitimar qualquer intervenção militar contra aqueles infiéis que se mantinham pacíficos nas suas terras (*quiete viventis*) e sem pecar contra a natureza, mesmo que fosse para os impelir a aceitar a fé cristã, ou seja, para ampliar a Cristandade²⁸⁹. Se não estavam habilitados a fazê-lo no caso concreto, também não lhes era autorizado delegar à Ordem tais ações, pois ninguém concede o que não possui

²⁸¹ Ver Ibid., *passim*.

²⁸² Este aspeto é também salientado em Ibid., p. 129.

²⁸³ Ver assim Paulus Vladimiri, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium* in: Stanislas Belch (ed.), *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, v. II, pp. 792-844, e sobre a sua influência e pioneirismo, C. H. Alexandrowicz, “Paulus Wladimir and the Development of the Doctrine of Coexistence of Christian and Non-Christian Countries”, pp. 441-448, e Wladyslaw Czaplinski, “Pawel Wlodcowic (Paulus Vladimiri) and the Polish International Legal Doctrine of the 15th Century”, pp. 65-82.

²⁸⁴ Diz Paulus Vladimiri, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium*, Thema, l. 43-49, que “considerant haec mirabilia Cruciferi et quasi moleste ferentes, quod eis causa occupandi possessions et dominia praedictorum taliter deperiret, maiori ferocitate invadunt pluries et successive more solito dictos neophytes et tam baptizatos, quam etiam alios nondum baptizatos, ultos crudeliter perimunt, etiam sacerdotali conditioni vel ordini non parcentes. Cremant ipsorum novellas ecclesias et alia innumera faciunt, quae honestas postulat subterfugere”.

²⁸⁵ Vide C. H. Alexandrowicz, “Paulus Wladimir and the Development of the Doctrine of Coexistence of Christian and Non-Christian Countries”, p. 442.

²⁸⁶ O autor defendia que o Papa sobre “todos tinha jurisdição e potestade” (Paulus Vladimiri, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium*, Primum Tractatum, Septimo Quaeritur, ls. 12-13).

²⁸⁷ Se os gentios, que não estão submetidos à Lei, mas à natureza, agem contra esta, podem ser licitamente punidos pelo Papa (Ibid., l. 17-18).

²⁸⁸ Diz o jurista polaco: “quod imperator non habet dare licentiam occupandi terras infidelium non recognoscentium suum imperium; hoc propter potestatis defectu, quae non apud imperatorem, sed apud papam. Solum enim est apud imperatorem exercitium, sive ministerium, ut supra sufficienter deductum est. Solum enim para indicere habet bellum eis et non alius, secundum Innocentium (...)” (Ibid., Tractatum Secundum, Solutio quaestiones secundae, ls. 1-7).

²⁸⁹ A conclusão, sendo geral, aplicar-se-ia igualmente a uma ação autorizada pelo Papa, porque, no entender do professor de Cracóvia, “error nulla ratione tolerabilis, quod christiani confluent illic ad impugnandum infidelis ex eo quia infidelis, sive hoc dicatur causa fidei christianae ampliandae – cum praetextu pietatis non est impietas facienda” (.....).

(*nemo datur quod non habet*)²⁹⁰. Logo, a conduta dos Cavaleiros Teutônicos na Polónia era ilícita, incorrendo os seus membros em pecado mortal²⁹¹ e sendo obrigados a restituir todas as terras que conquistaram e administravam na sequência de uma guerra injusta, pois tratava-se de vício insanável²⁹².

Síntese

O longo período que vai dos primórdios da humanidade até ao século XV favoreceu o desenvolvimento de concepções cada vez mais elaboradas para tentar conciliar guerra e justiça ou o conflito e o Direito, realidades aparentemente separadas de modo inexorável. O seu percurso foi caracterizado de forma consistente pela aplicação de conceitos não partilhados, e, destarte unilaterais, de legitimação da guerra assentes em concepções religiosas ou morais particulares ou em fórmulas jurídicas do direito interno dos Estados. O seu efeito era de intensa justificação da correção das guerras empreendidas por comunidades políticas expansionistas ao abrigo de ideias civilizatórias que, por mais brutais que fossem, apresentavam as conquistas como o resgate dos povos mais atrasados do caos.

A característica de amálgama entre proteção e coação e a tendência fraturante que marca as intervenções para a imposição de valores revelava-se de forma límpida desde este momento tanto na prática dos Estados, independentemente da parte do globo onde se estivesse, como na doutrina desenvolvida por vários pensadores eminentes. Neste sentido, a implementação desses pontos de vista dependiam, em última instância, da manutenção de um ascendente político da parte que invocava e colonizava a justiça, mas quando se chocaram várias dessas tendências (cristianismo vs. islamismo), a sua inoperacionalidade foi gritante, quanto expectável.

No geral, o paradoxo é evidente. Os que reivindicavam uma justiça amparada em causas humanitárias, adotavam políticas cujos efeitos eram muitas vezes pouco

²⁹⁰ Para o nosso autor, “quod litterae imperatoris Cruciferis concessae super occupandis terris infidelis nullum eis tribuunt ad petendum easdem: cum nihil dat quod non habet” (Ibid., Solutio quaestiones tertiae, ls. 1-3); ver, para a mesma conclusão, Wladyzlaw Czaplinski, “Pawel Wlodcowic (Paulus Vladimiri) and the Polish International Legal Doctrine of the 15th Century”, pp. 72-73.

²⁹¹ Para Paulus Vladimiri, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium*, Solutio quaestione sexta, l. 5-7 “cum omnes voluntarie auxilium praestantes Cruciferis impugnandi mansuetos infideles a mortali peccato excuseri non possunt, sive sint eorum subditi, sive non (...).

²⁹² Para Vladimiri, “an res occupatae in bello huiusmodi efficiantur occupantium? Nam, praesupposita iniusta belli (...) nos estu dubium, quod non possunt esse occupantium nec possunt retineri sine peccato. Nec enim talia praescribi possunt, quae vi sunt occupata. Nam talis res, furtiva vel si possessa, dicitur vitiosa, quam non potest usucapere vel praescribere fur vel raptor nec alius, quamvis ab eis emerit vel alias acceperit bona fide” (Ibid., Solutio quaestione nonae, l. 1-9).

protetivos sobre aqueles que se pretendia salvar, eram claramente discriminatórios ou conviviam muito bem com violações idênticas aos direitos de grupos minoritários dentro do seu próprio território²⁹³. Na realidade, a linha religiosa e cultural que se começava a abrir impedia qualquer articulação universalista que propiciasse o início da consagração do direito de proteger as “nossas minorias”, aquelas que seguia a verdadeira fé.

Na parte ocidental do globo, o modelo político do medievo tardio – a *Christianitas* – ia aos poucos definindo, dando origem a um novo e todo poderoso ator da esfera internacional – o Estado-nação – e desenhando uma nova estrutura jurídica que se adequasse a esse tão importante ‘ente’. É a partir do esfacelamento da *Respublica Christiana*, com o surgimento de vários Estados fortes e soberanos que se constrói o Direito Internacional Moderno²⁹⁴. Antes disso, porém, existe uma clara linha de continuidade entre os projetos de conversão, expansão do cristianismo e os parâmetros de medievais de modulação das relações entre cristãos e infiéis e a expansão europeia na construção da doutrina das intervenções humanitárias²⁹⁵, assunto que abordarei no próximo tópico deste estudo.

²⁹³ Isso é suficientemente demonstrado pela perseguição a cismáticos, heréticos, judeus, muçulmanos, etc., ao mesmo tempo que a Europa cristã mantinha o apego às cruzadas de libertação (por exemplo, v. interessante relato de James Muldoon, “The Development of Group Rights” in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, pp. 31-66, especialmente 49-54).

²⁹⁴ Esta questão foi muito bem desenvolvida por Luís Weckmann, *El Pensamiento Medieval y los Orígenes del Derecho Internacional*, México, DF, FCE, 1950.

²⁹⁵ Esta tese tem sido corretamente defendida por diversos intérpretes, entre os quais estão Robert Williams Jr., *The American Indian in Western Legal Thought: The Discourses of Conquest*, New York, OUP, 1990, p. 13 e ss, Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, New Haven, YUP, 1995, *passim*, e James Brundage, “The Thirteenth-Century Livonian Crusade: Henricus de Lettis and the First Lagatine Mission of Bishop William of Modena” in: *The Crusades, Holy War and Canon Law*, p. 9, defendendo a modelação das empreitadas de expansão da fé no novo mundo em políticas jurídicas e administrativas aplicadas no Norte da Europa.

TERCEIRA PARTE

O DESENVOLVIMENTO DA GUERRA JUSTA HUMANITÁRIA DE CONVERSÃO DO INFIEL, DE SALVAÇÃO DOS INOCENTES E DE PUNIÇÃO DO GENTIO NO CONTEXTO ULTRAMARINO IBÉRICO

As duas potências marítimas ibéricas, Portugal e Espanha, tiveram um papel decisivo na expansão extra-européia e desta forma contribuíram para desenvolvimento do Direito Internacional¹. Em função disto, bem como das características particulares do seu modelo e das vicissitudes do ambiente e dos povos com que foram contactando, mais do que os seus congéneres batavos, ingleses e franceses, contribuíram para discussões relacionadas com o uso de argumentos de humanidade para legitimar empreendimentos bélicos coloniais. Estes, menos afeitos a argumentação jurídica de base romanística, mais pragmáticos e podendo recorrer, pelo menos na América do Norte, à compra, descoberta ou cessão a qualquer título de propriedade, utilizaram de forma muito menos intensa argumentação ligada à guerra justa². Não foi o caso de Espanha³, sobretudo, mas também nem de Portugal, tanto no espaço afro-asiático, quanto no americano. Neste contexto, a evolução da doutrina da guerra justa de base humanitária, dita em favor dos ‘inocentes’, seguiu, passo a passo, com a justificação dos empreendimentos coloniais e com o Direito das Gentes⁴.

¹ Vide, por exemplo, Miguel Nogueira de Brito, “A primeira fundação do Direito Internacional Moderno” in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 49-65.

² Deixarei de lado as ocorrências à conquista e colonização da América do Norte que terão produzido casos e teorias similares aos que foram utilizados no contexto da expansão marítima castelhana e portuguesa, recomendando, para esses desenvolvimentos, Robert Williams Jr., *The American Indian in Western Legal Thought: The Discourses of Conquest*, New York, OUP, 1990, *passim*, Luc Huppé, “L’établissement de la souveraineté européenne au Canada”, *CdD*, v. 50, n. 1, 2008, pp. 153-206; Michel Morin, “Des nations libres sans territoires? Les Autochtones et la colonisation de l’Amérique française du XVIe au XVIIIe siècle”, *JHIL*, v. 12, n. 1, 2010, pp. 1-70, e Anthony Pagden, “Conquest, Settlement, Purchase, Concession: Justifying the English Occupation of the Americas” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 120-152. Uma apresentação geral dos principais argumentos em perspectiva comparada pode ser encontrada em Gabriel Paquete, ‘Justification for Empire, European Concepts’ in: Thomas Benjamim (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, Farmington, MM, 2007, pp. 673-681, e no curioso Rodrigo Octávio [de Langgaard Menezes], “Les Sauvages Américains devant le Droit International”, *RCADI*, v. 31, 1930, pp. 177-292.

³ Esta tese é muito bem defendida e trabalhada no livro de Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, New Haven, YUP, 1995, *passim*, esp. 92 (que demonstra a importância destes argumentos para o projeto colonial espanhol).

⁴ Por exemplo, Paul Keal, *European Conquest and the Rights of Indigenous Peoples*, Cambridge, UK, CUP, 2003, e Antony Anghie, *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005.

Há, evidentemente, razões para tal. Por um lado, a tradição medieval da guerra justa estava muito mais incrustada na tradição político-jurídica ibérica do que no das restantes nações que tentaram perseguir projetos coloniais no Novo Mundo⁵. A juntar-se a isso, havia a presença de uma mundividência universalista fundada na legitimação papal e na assunção de um papel evangelizador muito mais notória, particularmente no quadro da reforma e da emancipação política da França. Ademais, escrúpulos morais de intérpretes privilegiadas do processo e a relativização desses argumentos dirigiram o debate a outras bases mais objetivas e consensualmente aceitáveis. Finalmente, a necessidade de justificar a existência do trabalho servil, levou ao seu apego a uma das causas mais tradicionais de sua justificação.

⁵ Recomenda-se a leitura dos diversos artigos em Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook).

CAPÍTULO DÉCIMO

CONVERSÃO, SALVAÇÃO, PUNIÇÃO E INTERVENÇÕES EM FAVOR DOS INOCENTES NA PRÁTICA E DOCTRINA CASTELHANAS

A Espanha centrou, no quadro da divisão feita pelo Papado¹ e concertada com Portugal², os seus interesses nas chamadas ‘Índias Ocidentais’, deixando, para os portugueses, sem embargo das Filipinas e Molucas³, a África e o Oriente. É precisamente neste contexto que um dos principais focos da doutrina da guerra justa humanitária materializou-se, já que se desenvolveu prática consistente de justificar às ações castelhanas nas Américas como guerras justas humanitárias, associada a teorização forte, ainda que controversa. Utilizando quer o sentido mais amplo do humanitarismo, que já vinha com alguma consistência do período medieval e da experiência da *reconquista*⁴ e que apostava na salvação das almas dos pagãos, quer o seu sentido mais estrito que, face a determinadas práticas gravosas do Direito Natural, autorizava guerras punitivas ou a salvação dos ‘inocentes’ da tirania ou da antropofagia, descrevendo experiência importante de intervenções humanitárias na aurora da modernidade.

10.1. A Conquista das Américas e as intervenções em favor dos inocentes na prática castelhana

A principal experiência extra-europeia de Castela, que vai mediar o espaço e as categorias da *reconquista* e a conquista das Américas, ocorreu nas pequenas Ilhas

¹ [‘Bula *Inter Caetera*] Insula Novis Orbis, a Ferdinando Hispanorum Rege et Elisabeth regina repertae et repertiendae, conceduntur eisdem, propagandae fidae christianae causae [4 de maio de 1493]’ Reproduzido in: *Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, s.l., FeHD, MDCCCLX, t. v, pp. 361-364.

² ‘Tratado das Tordesilhas [7 de junho de 1494]’ Reproduzido in: *História Geral de Cabo Verde: corpo documental*, Lisboa/Praia, IICT/ DGPCCV, 1988, v. I, doc. 32, pp. 83-95.

³ Cf. Manuel Leão Marques Lobato, “O poder naval ibérico na Ásia: da rivalidade à cooperação entre portugueses e espanhóis nas ilhas Molucas”, *XI Simpósio de História Marítima ‘O Poder do Estado no Mar e a História’*, Academia da Marinha, 25-26 de novembro de 2009 (em linha em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultural>, acesso a 23 de agosto de 2012. Discussões relacionadas com a guerra justa são desenvolvidas em relação às Filipinas, William Henry Scott, “Crusade or Commerce? Spanish-Moro Relations in the Sixteenth Century” in: Dennis Flynn; Arturo Giráldez & James Sobredo (eds.), *European Entry into the Pacific. Spain and the Acapulco-Manila Galleons*, Aldershot, Ashgate, 2001, pp. 108-115 (concluindo, não obstante, que motivações religiosas da conquista e das relações com os muçulmanos filipinos eram meramente secundárias e subordinadas a interesses comerciais).

⁴ Como é defendido no trabalho já citado de Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, p. 92, que destaca que a Espanha já tinha uma experiência de utilização dos conceitos próprios da Guerra Justa antes da experiência colonial, o que não acontecia com muitas outras potências concorrentes.

Canárias, espaço no qual – em paralelo com os portugueses, aliás⁵ – faz a guerra aos guanches e outros povos ilhéus⁶, e disputa com a Coroa Lusitana⁷ e com outros atores⁸. As operações militares não foram fáceis de executar em função da boa organização militar dos locais e do domínio de técnicas e estratégicas tão arcaicas quanto adaptadas ao terreno⁹. Todavia, o desfecho acabou por favorecer os castelhanos e a submissão dos canários¹⁰, resultado, essencialmente, da exploração das divisões internas e de alianças com certos grupos tribais, denominados de ‘bandos de paz’, por oposição aos inimigos ‘bandos de guerra’. Estes foram dizimados ou reduzidos à escravidão¹¹, e o resto da população local, convertida ao cristianismo, se não sucumbiu às doenças, foi assimilada aos poucos à sociedade que se sucedeu à sua no arquipélago¹².

As justificações para a conquista dos povos canários¹³ decorreram deste enquadramento. Ainda estavam próximos da experiência peninsular castelhana e da

⁵ Neste caso, fundamentalmente através de raides ocasionais de apresamento de que os cronistas da época nos dão notícias. Cf., por todos, Gomes Eanes de Azurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, AGC, 1949, v. II (texto), *passim*.

⁶ Estes tinham organizações tribais independentes entre as ilhas e, por vezes, dentro da mesma ilha e estavam relativamente bem organizados, fosse política, fosse economicamente. Tinham religiões próprias, de base politeísta, pois, sem embargo de serem originários do Norte de África, migraram antes da islamização desse território (A respeito dos guanches e outros povos canários, Maria del Carmen del Arco Aguillar & Juan Francisco Navarro Mederos, “Los Aborígenes” in: *Historia Popular de Canarias*, 3. ed., s.l., CCPC, 1996, *passim*, e Jorge Onrubia Pintado, *La Isla de los Guanartemes. Territorio, sociedad y poder en la Gran Canaria indígena (siglos XIV-XV)*, Las Palmas, CGC, 2003, bem como os relatos já antigos inscritos no *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, Lisboa, APH, 1940, p. 101 e ss (f. 149 v. e ss)).

⁷ Por exemplo, Luis Suárez Fernández, “La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concilio de Basileia”, *AEA*, n. 9, 1963, pp. 1-12.

⁸ Nomeadamente, o nobre Normando, Jean de Bethencourt (v. *Le Canarien: Livre de la Conquête et Conversion des Canaries (1402-1422)* [finais século XV], Rouen, Chez Ch. Métérie, MDCCCLXXIV.), que relata a sua chegada às Ilhas e os primeiros contatos, bélicos e diplomáticos, com os nativos.

⁹ As técnicas militares e o armamento são apresentadas por Frey J. de Abreu Galindo, *Historia de la conquista de las siete islas de Canaria*, Alejandro Cioranescu (ed.; int.; notas), Santa Cruz de Tenerife, Goya, 1977 [1632], pp. 150-151.

¹⁰ A respeito deste processo, cf. Elías Serra Ráfols, “Proceso de integración de las islas canarias en la Corona de Castilla”, *AEA*, n. 36, 1990, pp. 17-52; José Acosta; Felix Lorenzo & Carmelo Padrón, “Conquista y Colonización” in: *Historia Popular de Canarias*, *passim*, bem como as obras clássicas do Frey J. de Abreu Galindo, *Historia de la conquista de las siete islas de Canaria*, *passim*, e George Glass, *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands Translated from a Spanish Manuscript lately found in the Island of Palma. With an Enquiry into the Origin of the Ancient Inhabitants to which is Added a Description of the Canary Islands, Including the Modern History of the Inhabitants, and an Account of their Manners, Customs, Trade, etc*, London, R. and J. Dodley et al., MDCCLXIV; para casos específicos, Juan Álvarez Delgado, “Primera conquista y colonización de la Gomera. Algunos problemas históricos”, *AEA*, n. 6, 1960, pp. 445-492, e B. Bonnet y Reverón, “La conquista de Gran Canaria”, *RHC*, n. 100, 1952, pp. 308-333.

¹¹ Ver José Acosta; Felix Lorenzo & Carmelo Padrón, “Conquista y Colonización”, p. 50, que, ao contar a experiência da conquista da Ilha de Palma conclui que foram cativados tanto indígenas inimigos, quanto mesmo os dito de ‘paz’.

¹² Ver igualmente *Ibid.*, pp. 53-54; 63-66.

¹³ Que, na verdade, antecede o domínio espanhol e remontam às expedições e assentamentos normandos, nos quais também a legitimidade do *Dominium mundi* do Papa centrou as discussões (v. *Ibid.*, pp. 32-34).

aparente semelhança física com os árabes ibéricos e norte-africanos, bem como partilhavam a sua infidelidade religiosa, por mais evidente que fosse ficando o facto de não serem seguidores de Maomé. Permitiu-se a extensão de arrazoamentos tipicamente medievais neste caso concreto, como o da guerra permanente e um suposto direito de ocupação de território de infiéis, mas igualmente novos artifícios como a tese da doação papal e o argumento germano da propagação da fé cristã e da prática de certos crimes contra a natureza, como a idolatria¹⁴. Porém, se no geral, problemas que se vão aprofundar na experiência americana de Castela, já são colocados neste espaço insular, não há conhecimento se tais argumentos foram utilizados para justificar intervenções em favor dos inocentes ou alternativamente como punição por crimes graves contra o Direito Natural, neste caso de antropofagia e sacrifícios rituais que tanto horror causavam na Europa.

A história da conquista das Américas nos seus traços gerais começa em 1492, com a chegada de Cristovão Colombo às Caraíbas, ou como se dizia, as “Ilhas do Mar Oceano”, e particularmente com as expedições de Hernán Cortez ao México e Francisco Pizarro ao Peru. Nos encontros com os locais, os castelhanos, seguindo bases ancoradas no Medievo e, antes disso, em Roma, e imbuídos com as formalidades típicas da mente jurídica¹⁵, tinham que ler aos índios o chamado *requerimiento*¹⁶, inspirado, segundo

¹⁴ Sobre esta questão, ver em particular Antonio Pérez Voituriez, *Problemas jurídicos internacionales de la conquista de Canarias*, La Laguna, s.e., 1957; e P. E. Russel, “El descubrimiento de las Canárias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos”, *RHC*, t. 36, n. 171, 1978, pp. 9-32.

¹⁵ Este aspeto é particularmente discutido no clássico trabalho de Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, Philadelphia, UPP, 1949, pp. 5-6, mas também referido nos bons estudos sobre a questão, como Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, p. 91, que chama o *requerimiento* de “exemplo mais crasso de legalismo da história europeia moderna”, resultado da “cultura política obsessivamente legalista” (p. 94).

¹⁶ Por exemplo, relata-se a leitura do documento por Francisco Pizarro aos índios caribenhos em 1533 que passamos a citar no original castelhano: “Provisión que se manda al marqués don Fransisco Pizarro para que pudiese continuar las conquistas de las provincias del Perú. La forma y orden que se ha de tener en el requerimiento que de parte de su Magestad se ha de hazer a los Indios Caribes, alzados de la provincia del Perú, es el siguiente: De parte del Emperador y Rey don Carlos, y doña Juana, su madre, Reyes de Castilla, de León, de Aragón, de las dos Sicilias, de Jerusalén, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Córdoba, de Córcega, de Murcia, de Jaén, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las islas de Canaria, de las Indias, islas e tierra firme del mar Océano, Condes de Barcelona, Señores de Viscaya y de Molina, Duques de Atenas y de Neopatria, Condes de Ruysellón y de Cerdeña, Marqueses de Oristán y de Gociano, Archiduque de Austria, Duques de Borgoña y de Bravante, Condes de Flandes y de Tirol, etc. Domadores de las gentes bárbaras. Sus criados os notificamos y hazemos saber, como mejor podemos que Dios nuestro Señor, uno y eterno, crió el cielo y la tierra, e un hombre e una muger, de quien nos e vosotros y todos los hombres del mundo fueron y son descendientes e procreados, e todos los que después de nosotros vinieren. Mas por la muchedumbre de la generación que destos ha salido desde cinco mil y hasta más años que el mundo fue criado, fue necesario que los unos hombres fuesen por una parte e otros por otra, y se dividiessen por muchos Reynos e provincias, que en una sola no se podían sostener y conservar. De todas estas gentes Dios nuestro señor dio cargo a uno, que fue llamado S. Pedro, para que de todos los hombres del mundo

alguns, na tradição judaica e principalmente islâmica da guerra¹⁷. Na prática, era uma oportunidade de conversão que podia evitar a eclosão do ataque armado¹⁸, com promessas de consequências atrozes para pessoas e bens em caso de recusa¹⁹. Suspeita-se, no entanto, que nem sequer era anunciado com cuidado e duvidava-se que, aos ameríndios, que nem sequer o entendiam, fosse concedido tempo para reagir antes das operações bélicas serem iniciadas²⁰. A ideia originária partia do pressuposto de que o

fuesse señor y superior a quien todos obedeciesen, e fue cabeza de todo el linage humano, quierque los hombres viniessen en cualquier ley, seta o creencia; y dióle todo el mundo por su Reyno e jurisdicción, y como quier que él mandó poner su silla em Roma como en lugar más aparejado para regir el mundo, mas también le permitió que pudiesse estar y poner su silla en qualquiera otra parte del mundo, e juzgar e gobernar a todas las gentes, christianos, moros, judíos, gentiles o de qualquiera otra seta o creencia que fueren. A este llamaron Papa, porque quiere decir, admirable, mayor padre e governador de todos los hombres. A este San Pedro obedecieron e tomaron por señor, Rey y superior del universo los que en aquel tiempo vivían, y así mismo han tenido a todos los otros que después dél fueron al pontificado elegidos, e así se ha continuado hasta agora, e continuará hasta que el mundo se acabe. Uno de los Pontífices pasados que em lugar deste sucedió en aquella dignidad y silla que he dicho, como señor del mundo hizo donación de estas islas e tierra firme del mar Océano a los dichos Rey y Reyna e sus sucessores en estos Reynos, con todo lo que en ella ay según se contiene en ciertas escrituras que sobre ello passaron, según dicho es, que podréis ver si quisiéredes. Así que sus Magestades son Reyes y señores destas islas e tierra firme por virtud de la dicha donación; Por ende, como mejor podemos, vos rogamos y requerimos que entendáis bien esto que os hemos dicho, e toméis para entenderlo e deliberar sobre ello el tiempo que fuere justo, y reconozcáis a la yglesia por señora y superiora del universo mundo, y al Summo Pontífice, llamado Papa, en su nombre, y a Emperador y Reyna doña Juana, nuestros señores, en su lugar, como a superiores e señores e Reyes de essas islas e tierra firme, por virtud de la dicha donación e consintáis e déis lugar que estos padres religiosos os declaren y prediquen lo susodicho. Y si no lo hiziéredes o en ello maliciosamente dilación pusiéredes, certificoos que con el ayuda de Dios, nosotros entraremos poderosamente contra vosotros, e vos haremos guerra por todas las partes e maneras que pudiéremos, e vos sugetaremos al yugo e obediencia de la yglesia e de sus Magestades, e tomaremos vuestras personas e de vuestras mugeres e hijos e los haremos esclavos, e como tales los venderemos e dispondremos dellos como sus Magestades mandaren, e vos tomaremos vuestros bienes, e vos haremos todos los males e daños que pudiéremos, como a vasallos que no obedecen ni quieren recibir a su señor y le resisten e contradizen; y protestamos que las muertes y daños que dello se recrecieren sea a vuestra culpa e no de sus Magestades, ni nuestra, ni destes cavalleros que com nosotros vienen y de como lo dezimos y requerimos pedimos al presente escrivano que nos lo dé por testimonio signado” (Reproduzido com comentários em Marcelo Gabriel Zorilla, “El acta del requerimiento y la guerra justa”, *RdN*, a. 109, n. 885, 2006, pp. 257-255).

¹⁷ Neste sentido, Patricia Seed, *Ceremonies of Possession in European Conquest of the New World, 1492-1640*, Cambridge, UK, CUP, 1995, pp. 69-99.

¹⁸ Sobre o *Requerimiento* veja-se no geral Ibid., bem como James Muldoon, “John Wyclif and the Rights of the Infidels: The *Requerimiento* Re-examined” in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 301-316; Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500- c.1800*, pp. 91-92, Estrella Figueras Vallés, “Las contradicciones de la conquista española en América: el requerimiento y la evangelización em Castilla del Oro” in: Fernando Navarro Antolin (org.), *Orbis Incognitus: avisos y legajos del Nuevo Mundo: homenaje al Prof. Luiz Navarro Garcia*, Huelva, UH, 2007, pp. 375-383 (todos atribuem a sua paternidade ao jurista Juan López de Palacios Rubios em 1512, como resposta da Coroa às acusações feitas por Antonio Montesinos um ano antes em Dominica); Rodolfo de Roux, “Santas y justas lides: la guerra y el dios cristiano en suelo americano”, *LOLA*, n. 194, 2003, pp. 7-32, e, especialmente, Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, pp. 31-36.

¹⁹ A parte final do *requerimiento* era suficientemente elucidativa, como se pode atestar *supra*.

²⁰ Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, p. 34, aponta casos de pronunciamiento do *requerimiento* a milhas de distância do acampamento, antes de os navios aportarem ou enquanto os índios fugiam amedrontados para as montanhas; James Muldoon, “John Wyclif and the Rights of the Infidels: The *Requerimiento* Re-examined”, p. 313 também expressa essa preocupação.

título dos espanhóis à terra conquistada resultava da doação papal²¹ e fora desenvolvida por Juan López Palacios Rubios²², um dos principais juristas da Coroa²³, precisamente o formulador do *requerimiento*²⁴. A tese foi rapidamente contestada por um conjunto de pensadores espanhóis ou, em certo sentido, abandonada²⁵ em prol de outras justificações, entre as quais a conceção de punição de crimes contra o Direito Natural ou a tirania dos índios²⁶.

O não consentimento com o domínio da Coroa de Castela levava à legitimação de uma guerra de conquista. Os motivos políticos eram vários, como o acesso a território e a recursos²⁷, e enriquecimento pessoal²⁸, misturados com a necessidade de

²¹ Veja-se o seguinte trecho do documento já citado, e os atos normativos posteriores à sua realização, como se pode comprovar da *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, Madrid, IDRSC, 1943, T. I, Livro III, Título I, Lei I [artigo 1º], onde se expressa que por doação “ (...) de la Santa Sede Apostólica y otros justos y legítimos títulos, (...) señor de las Indias Occidentales, Islas y Tierra Firme del Mar Oceano, descubiertas y por descubrir, y están incorporadas em nuestra Real Corona de Castilla (...)” (Texto Original de 1519, que reproduz o famoso decreto de Barcelona de Carlos I); e também Ismael Sánchez Bella, “Las Bulas de 1493 en el Derecho Indiano”, *AMHD*, v. 5, 1993, pp. 371-388.

²² A doutrina oficial, inicialmente esposada pelos espanhóis, parece resultar de um parecer pedido pelo Rei de Espanha a um dos seus conselheiros, e foi mais tarde publicado sob o título de *As Ilhas do Mar Oceano*. Nessa obra, o autor tenta demonstrar que tendo o Papa domínio sobre o mundo podia a qualquer momento fazer a doação de qualquer parte dele para efeitos de evangelização. Assim sendo, com as Bulas Alexandrinas, o Rei de Espanha terá recebido de sua Santidade o direito de governar as Índias e, assim, fazer a guerra a qualquer um que as possuísse ilicitamente (cf. Palacios Rubios, *De las Islas del Mar Oceano*, México, D.F., FCE, 1954, *passim*).

²³ Ver a este respeito Silvio Zavala, “Las doctrinas de Palacios Rubios y Matías de Paz ante la Conquista de América” in: Juan López Palacios Rubios, *De las Islas del Mar Oceano*/ Fray Matías de Paz, *Del dominio de los Reyes de España sobre los indios*, México, D.F., FCE, 1954, pp. i-cxxx, esp. xxii-xxvii, que mostra a influência de Palacios Rubios na corte espanhola, habitualmente consultado em tudo o que dissesse respeito à legislação das Índias” (p. xxii).

²⁴ Efetivamente, a leitura da obra de Palacios Rubios, *De las Islas del Mar Oceano*, p. 36, dá entender que a doutrina oficial da Coroa decorre dos seus pareceres. Numa delas, diz o autor: “os ilhéus podiam com justiça defender-se dos cristãos que lhes atacavam até que se lhes descobrisse a verdade, explicando-lhes como o cuidado do mundo inteiro e a potestade sobre ele residem no Papa, o qual faz doação e concessão da Província em que vivem a Vossa Majestade, à qual tem que obedecer como depositário divino da Igreja, assim como estão obrigadores a admitir os predicadores de nossa fé para que lhes expliquem detalhadamente todos os seus mistérios. E se depois de um prazo prudencial para decidirem não o quiserem fazer, podem ser invadidos e expurgados por meio da guerra, a força e as armas, os seus bens apreendidos, e as pessoas reduzidas à escravatura, porque a guerra, do lado dos Cristãos, está justificada”. Ver igualmente Silvio Zavala, “Las doctrinas de Palacios Rubios y Matías de Paz ante la Conquista de América”, p. cxxv e ss, com a mesma atribuição de paternidade e associação.

²⁵ Nota-o também *Ibid.*, pp. cxxv-cxxix.

²⁶ Por exemplo, são conhecidas as diligências históricas e académicas do Vice-Rei do Peru, Francisco de Toledo, para recuperar a história dos Incas, de modo a provar que eram governantes ilegítimos e, deste modo, justificar a colonização espanhola do Novo Mundo (v. Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, pp. 162-172), ou a utilização do canibalismo caribenho como base para o lançamento de guerras justas (Kris Lane, “Punishing the Sea Wolf: Corsairs and Cannibals in Early Modern Caribbean”, *NWIG*, v. 77, n. 3-4, 2002, pp. 201-220).

²⁷ Os interesses económicos da Coroa não eram esquecidos nem mesmo ao nível legislativo. Não é sem sentido que as próprias *Leis de Burgos* proibiam aos encomenderos a utilização de pelo menos um terço dos seus índios em outras funções que não no trabalho mineiro (*Leyes de Burgos*, v. *infra*, art. xxv).

²⁸ Conforme Pizarro respondeu a um eclesiástico que lhe chamava a atenção para a necessidade de dar a conhecer aos índios Deus e a fé, respondeu: “Não vim tão longe por essas razões. Vim para lhes tirar o

salvar os índios, levando-lhes a salvação de Cristo²⁹, e a civilização³⁰. E todos foram usados para encontrar justificações para a colonização³¹. Como tudo na História, leituras radicalizadas normalmente não são as mais adequadas³², por isso é nessa tensão entre exploração de riquezas, busca pela glória, por um lado, mas também, genuína crença de muitos numa missão evangelizadora e humanista, por outro, que explica os atos bélicos nas Américas³³, algo que, muitas vezes, dependia dos próprios atores envolvidos³⁴. Além disso, não deixa de ser verdade que várias nações indígenas tinham os seus projetos imperiais, subjugavam os seus adversários, dizimavam populações conquistadas e submetiam os vencidos à escravatura ou a sacrifícios rituais, fazendo com que os espanhóis fossem recebidos muitas vezes como verdadeiros libertadores³⁵.

Não se pode, ademais, sugerir que autoridades hispânicas, não se preocupassem com a determinação da licitude da conquista e com a sorte dos índios, justificando-se, internamente, a convocação da Conferência de Valladolid pelo próprio Rei Carlos V com o intuito de discutir a questão³⁶. Muitos especialistas sufragaram, através de argumentos diversos, a licitude da conquista, designadamente com base em supostas

seu ouro” (Citado por Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, pp. 6-7).

²⁹ Embora, evidentemente, não seja algo universalizável, como diz Gèrard Chaliand, *Mirrors of a Disaster. The Spanish Military Conquest of America*, New Brunswick, Transaction, 1990, p. 237, dizendo que os espanhóis acreditavam efetivamente nisso. A preocupação com a evangelização, salvação e civilização dos índios é evidente nos textos legais espanhóis aplicáveis ao Novo Mundo (v. *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, T. I, Livro I, artigo 1º (Que chegados os capitães do Rei a qualquer Província e descobrimento dos índios, deve logo declarar a Santa Fé aos Índios), de acordo com os quais “llegado á aquellas Provincias procurarán luego dar a entender, por medio de los interpretes, á los índios y moradores, como los enviaron á enseñarles buenos costumbres apartarlos de vícios y de comer carne humana, instruirlos em nuestra Santa Fé Católica, y predicarsela para sua salvación, y atraeros á nuestro señorío (...)).

³⁰ Veja-se Anthony Pagden, “The Peopling of the New World: Ethnos, Race, and Empire in the Early-Modern World” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, pp. 97-118.

³¹ Cf. o influente Tzvetan Todorov, *La conquête de l’Amérique. La question de l’autre*, Paris, EdS, 1982.

³² Seguir, por exemplo, Steve Stern, “Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics”, *JLAS*, n. 24, 1992, pp. 1-34.

³³ A tese de Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, *passim*, destina-se a comprovar essa teoria, não se limitando esta ideia, aliás, aos mais conhecidos defensores dos índios como Las Casas, mas igualmente a governantes – nacionais e regionais – académicos, militares, etc, sendo seguida por diversos autores que relatam com grande empenho os problemas da conquista (Gèrard Chaliand, *Mirrors of a Disaster. The Spanish Military Conquest of America*, p. 237).

³⁴ Uma vez que, conforme lembra Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, p. 172, os objetivos eram muito díspares e vacilantes. Só o Rei tinha que conciliar os seus interesses políticos, estratégicos e económicos, com o seu dever de promover a fé entre os índios.

³⁵ Mesmo no Peru, Pizarro foi recebido como libertador por diversas fações incas e povos submetidos ao Império (v. Gèrard Chaliand, *Mirrors of a Disaster. The Spanish Military Conquest of America*, *passim*, especialmente p. 121).

³⁶ No geral, veja-se um relato deste evento em Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, pp. 110-132, e, especialmente, do mesmo autor, *All Mankind is One. A Study of the Disputation Between Bartolomé de las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda on the Religious and Intellectual Capacity of the American Indians*, De Kalb, Illinois, NIUP, 1974, *passim*.

violações ao Direito Natural³⁷ decorrentes dos costumes ‘abomináveis’ dos ‘silvícolas’³⁸. As denúncias e esforços de ativistas e intelectuais como Antonio de Montesinos³⁹ e Bartolomé de las Casas, não fizeram mais do que garantir alguma contenção temporária no tratamento dado pelos conquistadores aos índios, mas nem a Igreja nem sequer a Coroa conseguiram impor um comportamento humanitário duradouro aos colonos. Aliás, tê-lo-ão dificultado ao transferir para os espanhóis (e não só os religiosos) a missão de evangelização e civilização dos índios.

As Leis de Burgos de 1512⁴⁰, na parte referente à proteção aos índios, nunca chegaram a ser muito eficazes, o que criava uma situação não desejável, já que eram acompanhadas de uma implementação forte dos seus dispositivos restritivos em relação àqueles. O seu conteúdo, alegadamente humanitário, destinava-se a evangelizar e civilizar os índios⁴¹. Nem sequer este esquema, por si só, extremamente oneroso para os

³⁷ Conta no seu livro Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, p. 129, que o Dr. Anaya, um dos poucos “votos” a ser conhecido aprovou a conquista como forma de disseminar a fé e combater os pecados dos índios contra a natureza.

³⁸ Ver a obra seminal de Anthony Pagden, *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, Cambridge, UK, CUP, 1982, Oscar Guardiola-Rivera, “Absolute Contingency and the Prescriptive Force of International Law, Chiapas-Valladolid, ca. 1550” in: Fleurs John; Richard Joyce & Shundya Pahuja (eds.), *Events: The Force of International Law*, Abingdon, Routledge, 2011, pp. 29-42, e os relatos de historiadores coloniais coevos como Garcilaso de la Vega, *El Inca, Comentarios Reales* [1609], 2. ed., México, Porrúa, 1990.

³⁹ Em certa medida, a denúncia de Montesinos, em representação dos freis dominicanos feita em 1511 foi responsável pelo debate que se tenta reconstruir: “Esta voz (dixo él) os dice que todos estáis en pecado mortal y en él vivís y morís por la crueldad y tiranía que usáis con estas inocentes gentes. Decid, ¿con qué derecho y con qué justicia tenéis en tan cruel y horrible servidumbre aquestos indios? ¿Con qué auctoridad habéis hecho tan detestables guerras a estas gentes que estaban en sus tierras mansas y pacíficas, donde tan infinitas dellas, con muerte y estragos nunca oídos habéis consumido? ¿Cómo los tenéis tan opresos y fatigados, sin dalles de comer ni curallos en sus enfermedades en que, de los excesivos trabajos que les dais, incurren y se os mueren y, por mejor decir, los matáis por sacar y adquirir oro cada día? ¿Y qué cuidado tenéis de quien los doctrine y cognozcan a su Dios y criador, sean bautizados, oigan misa, guarden las fiestas y domingos? ¿Éstos, no son hombres? ¿No tienen ánimas racionales? ¿No sois obligados a amarlos como a vosotros mismos? ¿Esto no entendéis? ¿Esto no sentís? ¿Cómo estáis en tanta profundidad de sueño tan letárgico dormidos? Tened por cierto, que en el estado que estáis no os podéis más salvar que los moros o turcos que carecen y no quieren la fe de Jesucristo” (‘Del sermón que predico fray Antón Montesino en nombre de la comunidad de dominicos [1511]’ in: *Textos del sermón de Antón Montesinos según Bartolomé de las Casas y comentarios de Gustavo Gutierrez*, 2011, disponível em http://www.dominicos.org/kit_upload/file/especial-montesino/Montesino-gustavo-gutierrez.pdf, acesso a 2 de setembro de 2012).

⁴⁰ O texto está disponível, *inter alia*, em *Ordenanzas dictadas por la reina doña Juana y el rey don Fernando, el Católico, su padre, com intervención en su elaboración de los miembros del Consejo Real, teólogos y expertos en temas de Indias, para el buen regimiento y tratamiento de los indios de la Isla Española [Leyes de Burgos]* in: José Manuel Ruiz Asencio (ed.), *Leyes de Burgos*, Madrid, MdIC /Testimonio, 1991, pp. 74-93.

⁴¹ O Preâmbulo é exemplificativo ao dizer que “Por quanto el rrey, ni señor e padre, e la rreyna, mi señora madre, que aya santa gloria, syempre tovieron mucha voluntad que los caciques e yndios de las ysla Española veniesen en conocimiento de nuestra sant fee católica, y para ello mandaron hazer y se hizieron algunas ordenanças (...). Y según se a visto por luenga yspiriençia, diz que todo no vasta para que los dichos caçiques e yndios tengan el conocimiento de nuestra fee que sería neçessario por su saluacion, porque de su natural son ynclinados a ociosidad y malos viçios, de que Nuestro Señor es deseruido, y no a ninguna manera de virtud ni dotrina (Ibid., Preâmbulo). O objetivo era aproximar os índios do

índios, funcionou. Na prática, acentuava-se o pior das chamadas *encomiendas* e olvidava-se o mais benéfico para os índios. As expedições para redução dos índios era uma realidade incontornável nesse período⁴².

O mesmo ocorreu com as Leis Novas de 1542, e as versões consolidadas publicadas pouco tempo depois⁴³, sem embargo de todas elas terem tentado promover algum distanciamento em relação às doutrinas e procedimentos inicialmente adotados⁴⁴. Depois das ações imediatamente ligadas a Valladolid e a legislação indigenista a ela associadas⁴⁵, a exploração de trabalho indígena ligada ao sistema das *encomiendas* perdurou por mais tempo⁴⁶, nos termos da nova legislação⁴⁷. Foi substituída na prática

conhecimento da fé e da civilização, por meio da sua tutela pelos colonos espanhóis (E el principal estorvo que tyenen para no se hemendar de sus biçios, e que la dotrina no les aprouche, ni en ellos ynprima ni lo tomen es tener sus asientos y estanças tal lexos commo los tyenen y apartados de los logares donde biven los españoles que da acán an ydo y van a poblar a la dicha ysla. Porque, puesto que al tyenpo que bienen a seruirles los dotrinan y ensenan las cosas de nuestra fee, como después de aver seruido se buelen a sus estanças com estar apartados y mala ynclinación que tyenen, oluidan luego todo lo que les na enseñado y tornan a sua acostubrada oçiosidad y viçios; y quando outra vez bueluen a seruir están tan nuevos en la dotrina commo de primero. Porquen avunque el español que va com ellos a sua asientos, conforme a lo que alla está hordenado, se lo trahe a la memoria y los rreprehende, como no le tyenen temor, no approuecha, y rresponden que los dexe holgar, pues para aquello van a los dichos asientos, y todo su fin y desseo es tener livrtad para hazer se sy lo que les viene a la memoria, syn aver rrespeto a ninguna cossa de virtud” (Ibid.). Assim, “pareço que lo más prouechosso que de presente se podría prouer sería mandar mudar las estanças de los caçiques e yndios çerca de los logares e pueblos de los españoles por muchas conssideraciones” (Ibid.)) que os deveriam tratar “bem (Por exemplo, um dos dispositivos explicita que “otrosy, porqu’el mantener de los yndios está la mayor parte de su buen trabtamiento e avmentación, hordenamos y mandamos (...) (Ibid., art. xv)), mas também exigir deles trabalho para combater o ócio (“(...) porque de su natural son ynclinados a oçiosidad y malos viçios” (Ibid.)) e quiça “pagar” a alimentação, vestuário e cama que haviam de disponibilizar (De acordo com esse diploma, aos índios se devia garantir alimentação (art. xv), cama (art. xix), vestuário (art. xx)” (Ibid.))

⁴² Ver, por exemplo, ‘Ir. António Rodrigues aos Padres e Irmãos de Coimbra’, [S. Vicente, 31 de maio de 1555] in: *MB*, Roma, MHSI, 1956, v. I (1538-1553), pp. 468-481, relatando uma expedição espanhola ao centro da América do Sul, da qual havia participado em 1523, portanto antes de entrar na Companhia, e concluindo que “los christianos de acá que alli está desbaratan todo, escandalizando mucho aquellos nuevos christianos, porque no dexan a los pobres Indios muger, ni hija, ni roça, ni red, ni cuña, ni sclavo, ni cosa buena que les no tomen y roben; lleva[n]los como esclavos hasta el Perú, y aqui na ya traído muchos captivos, así que con desamparo se pierden porno aver quien los socorra” (para. 479).

⁴³ Ver as *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, l. VI (De los Indios), aprovadas em 1680, nas quais se depreende claramente um regime civilizatório e evangelizador em relação aos índios, proibindo-se, por exemplo, a poligamia e outros vícios, mas igualmente algumas disposições protetivas.

⁴⁴ Veja-se, a título ilustrativo, a questão do serviço pessoal, em que o dispositivo relevante e enquadrante, começa desta forma: “Habiéndose reconocido quand dañoso, y perjudicial es á los Índios el repartimiento, que para los servicios personales se introduxo em el descubrimiento de las Indias (...)”. (art. 1).

⁴⁵ Que proibiam a escravidão indígena, o tráfico de índios, bem como ainda criavam figuras institucionais para a sua proteção, os protetores ou defensores dos índios (Livro VI, Título VI), ou alegadamente espaços onde podiam exercer algum autogoverno, as reduções (Livro VI) etc.

⁴⁶ A respeito deste instituto típico do Direito Colonial Espanhol, vide Timothy Yeager, “*Encomienda* or Slavery? The Spanish Crown Choice of Labour Organization in Sixteenth Century Spanish America”, *JEH*, v. 55, n. 4, 1995, pp. 842-859.

⁴⁷ Estipulava, por exemplo, a *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, que “luego que se haya hecho la pacificación, y sean los naturales reducidos á nuestra obediencia, como está ordenado por las leyes, que de esto tratan, el Adelantado, Gobernador, ó Pacificador, em quien esta facultad resida, reparta los Índios entre los pobladores, para que cada uno se encargue de los que fueren de su repartimiento, y los

somente com a introdução em números massivos de escravos negros provenientes de África.

Neste sentido, a questão da utilização da retórica da guerra justa contra os índios nunca deixou de ser utilizada, muito embora já se apresentasse de forma juricamente alterada e suavizada. Diferenças linguísticas à parte, as mesmas causas que foram utilizadas para justificar a conquista de tempos idos, continuaram a ser utilizadas para a pacificação de tribos indómitas⁴⁸, designadamente quanto ao canibalismo⁴⁹, a prevenção e punição por crimes contra o Direito Natural⁵⁰ e a defesa dos ‘inocentes’⁵¹. Já não

defiend, y ampare, proveyendo ministro, que les enseñe la Doctrina Christiana, y administre los Sacramentos, guardando nuestro Patronazgo, y enseñe á vivir em policía, haciendo lo demas, que están obligados los Encomenderos em sus repartimientos, segun se dispone em las leyes de este libro” (t. viii, Lei 1^a). De um ponto de vista jurídico, esta legislação supostamente tinha por objetivo a proteção dos índios pelos colonos, sendo a submissão de índios à escravatura pelos *encomenderos* considerada crime (“se algunos Encomenderos han vendido, ó venden los Indios de sus encomiendas públicas, ó secretamente, y á que personas; y si halleren, que algunos hubiere cometido tan grave esceso, le castiguen severa, y exemplarmente, y pongan á los Indios em su libertad natural, y por el mismo hecho se quede privado de la encomienda, y de poder conseguir otra (Ibid., tit. ii, Ley 2^a)”, visando a evangelização (Assim, Ibid., tit. xix, Ley 1^a, de acordo com o qual, “El motivo y origen de las encomiendas fué el bien espiritual, y temporal de los Índios, y su doctrina y enseñanza en los Artículos, y Preceptos de nuestra Santa Fe Católica (...))” e obrigando ao bom tratamento do índio (Ibid., tit. x (Del buen tratamiento de los indios). Veja-se a este respeito o exemplo do Chile em Walter Hasnisch Espíndola, “Eslavitud y Libertad de los Índios de Chile, 1608-1696”, *História*, n. 16, 1981, pp. 5-65, Juan Guillermo Muñoz Correa, “La Eslavitud Indígena, el Caso de Colchaca”, *RHSM*, v. 7, n. 2, 2003, pp. 113-147, Jimena Obregón Iturra & José Manuel Zavala Zepeda, “Abolición y Persistencia de la Eslavitud en Chile Colonial: Estratégias Eslavistas en la Frontera Araucano-Mapuche”, *MA*, v. 17, n. 1, 2009, pp. 7-31; José Manuel Díez Blanco, “La Empresa Eslavista de D. Pedro de la Barrera (1611): Una Aportación a lo Estudio de la Trata Legal de Índios en Chile”, *EHH*, v. 10, 2011, pp. 55-70, e, ainda, Edberto Acevedo, “Dos pareceres de Fray Reginaldo de Lizárraga O. P. sobre guerra la y la esclavitud de los indios”, *TemA*, n. 15, 2002, pp. 1-18.

⁴⁸ Ver, por todos, Jerry Craddock, “La guerra justa en Nuevo Mexico en 1598-1599”, *RCHD*, n. 7, 2002, pp. 331-360; Francis Goicovich, “Entre la conquista y la consolidación fronteiriza: disposiciones del poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante da etapa de transición (1598-1683)”, *Historia*, n. 40, 2007, pp. 311-322; Juan David Montoya Guzmán, “Guerra, frontera, identidad en las provincias del Chóco, siglos XVI-XVII”, *HyS*, n. 15, 2008, pp. 165-189; id., “Conquistar índios o evangelizar las almas? Políticas de sometimiento en las provincias de las tierras bajas del pacífico (1560-1680)”, *HCri*, n. 45, 2011, pp. 10-30.

⁴⁹ Por exemplo, Raúl Hernández Asencio, “Índios Infieles y de guerra, muy cruéles e que comén carne humana”: Canibalismo y políticas de identidad en la frontera esmeraldeña a comienzos del Siglo XVI” in: Francisco de Vitoria *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas/ Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizan víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007, pp. 289-332.

⁵⁰ Nota-se esta argumentação, numa carta recebida enviada por um líder religioso local contra Las Casas e a sua caracterização do comportamento dos espanhóis nas ‘Índias’ dirigida ao Rei em que o autor, um importante clérigo local, também trata do problema da guerra justa contra os índios, tendo como pano de fundo, no essencial, a questão da escravatura/servidão indígena: “39 Asimismo dice de indios esclavos que se hacían en las guerras y gasta no poco papel en ello. Y en esto, también parece que sabe poco de lo que pasaba en las guerras de estos naturales, porque ningún esclavo se hacía en ellas ni rescataban ninguno de los que en las guerras prendían, mas todos los guardaban para sacrificar, porque era la gente que generalmente se sacrificaba por todas estas tierras. Muy poquitos eran los otros que sacrificaban, sino los tomados en guerra, por lo cual las guerras eran muy continuas, porque, para cumplir con sus cruels dioses y para solemnizar sus fiestas y honrar sus templos, andaban por muchas partes haciendo guerras y salteando hombres para sacrificar a los demonios y ofrecerles corazones y sangre humana. Por la cual causa padecían muchos inocentes, y no parece ser pequeña causa de hacer guerra a los que ansí oprimen y

como base para justificar a sujeição e a incorporação do território ao Império⁵², mas como medidas de tomada de posse ou de manutenção da ordem⁵³, de punição da rebeldia⁵⁴ ou ainda de combate à ‘deslealdade’⁵⁵, em espaço sobre o qual os espanhóis tinham um direito líquido e certo, ou, conforme apontou um trabalho recente, para fundamentar “a segunda conquista”⁵⁶. No entanto, longe se estava de qualquer humanidade, pois, se alguns insistiam em levar a guerra total aos índios, havia os que

matan los inocentes, y éstos con gemidos y clamores demandaban a Dios y a los hombres ser socorridos, pues padescían muerte tan injustamente. Y esto es una de las causas, como V.M. sabe, por la cual se puede hacer guerra. Y tenían esta costumbre, que si algún señor o principal de los presos se soltaba, los mismos de su pueblo lo sacrificaba; y si era hombre bajo, que se llamaba macehual, su señor le daba mantas” (‘Carta del Fray Toribio de Motolinía al Emperador Carlos V [2 de Enero de 1555]’ in: Toribio de Benavente o Motolinía, *História de los Índios de la Nueva España*, Barcelona, JG, 1914 [meados do século XVI], pp. 257-277).

⁵¹ Ver documento ‘Proceso contra los índios Ácoma: opinión de los padres franciscanos sobre la guerra justa [7 de janeiro de 1599]’ Reproduzido em *RCHD*, n. 7, 2002, pp. 349-352, que invoca, ainda que em contexto muito próprio, a “defesa dos inocentes” (pp. 349-350).

⁵² Distinção que resulta clara de alguns dos testemunhos intelectuais da época e dos factos, como a do Fray Guillermo de Santa Maria, *Guerra de los Chichimecos (México 1575-Zirosto 1580)*, Alberto Carrillo Cazares (ed.), Zamora, ECM/UG/ECSL, 2003, para. 25.

⁵³ Parte dos intervenientes no profícuo e interessante debate sobre a justiça da campanha contra os índios Chichimecas do Norte do México (no geral, v. argumentos e documentos em Alberto Carrillo Cazares (org.), *El debate sobre la Guerra Chichimeca, 1531-1585*, Zamora, ECM/ECSL, 2000, 2 v.), advogaram esta ideia (cf. ‘Parecer de Algunos Teólogos de México sobre la Justicia de la Guerra contra los Índios Chichimecas [1569]’ in: *REHS*, v. 18, n. 70, 1997, Alberto Carrillo Cazares (org.), pp. 211-214), promovendo o que não deixava de ser uma interessantíssima aplicação da teoria da guerra justa a uma questão interna. Neste caso, concreto, pese embora as conclusões serem idênticas não deixou de haver quem justificasse as suas soluções com base em argumentação tipicamente medieval inspirada em Agostinho e Aquino e não nas preleções de Vitória ou nos ensinamentos anteriores de Inocêncio IV (cf., por exemplo, ‘El parecer que dio Frey Juan Focher, O.F.M., Al Virrey D. Martín Henríquez sobre la Guerra contra los Chichimecas (México, 14 de Septiembre de 1569)’, *REHS*, v. 21, n. 84, 2000, Alberto Carrillo Cazares (org.), pp. 227-250). Demonstrativo da divisão reinante no período, foi a análise do Fray Guillermo de Santa Maria, *Guerra de los Chichimecos (México 1575- Zirosto 1580)*, pp. 205-239, que integra uma posição de resistência em relação à guerra justa para pacificar as populações autóctones, não obstante apontar a brutalidade dos seus costumes, crueldade, simbolizada pela prática de retirar os escalpes dos inimigos. As reservas do religioso não se amparavam nas causas invocadas, que, na sua opinião, existia, mas pela violação do pressuposto da intenção correta. Se se podia considerar que o Rei e os seus assessores queriam com ela simplesmente a pacificação do território e a recuperação dos chichimecas, os militares participavam nessas empreitadas movidos exclusivamente pela compensação que resultaria do butim de guerra, os próprios índios conquistados (Ibid., Parte 3, para. 50), isso sem falar na forma como estes eram feitos e tidos como escravos (Ibid. Parte 4). Veja-se também Rubén A. Sánchez-Godoy, “Nomadism and Just War in Fray Guillermo de Santa María’s *Guerra de los Chichimecas (México 1575 – Zirosto 1580)*”, *PC*, v. 5, 2014, disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/p/pc/?page=home>, acesso a 3 de maio de 2015).

⁵⁴ Vide, por exemplo, o documento ‘Documento y Venganza de 1599’ in: Carl Henrik Langebaek Rueda (org.), *Indios y españoles en la antigua provincia de Santa Marta, Colombia: documentos de los siglos XVI y XVII*, Bogotá, CESO/ Uniandes, 2007, pp. 59-157.

⁵⁵ Vide Sara Ortelli, “Enemigos internos y súbditos desleales. La infidencias en Nueva Vizcaya en Tiempos de los Borbones”, *AEAmé*, t. LXI, n. 2, 2004, pp. 467-489.

⁵⁶ A expressão é de Alberto Carrillo Cazares, “Tratados novohispanos sobre la guerra justa en el siglo XVI” in: Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, p. 29.

entendiam dever haver moderação e a aposta numa estratégia de persuasão e não de coação⁵⁷. Não só por ser mais correto⁵⁸, como até mais útil⁵⁹.

Na versão consolidada das Leis das Índias a guerra é regulada e menções ao *requerimiento* são feitas. Porém, já num cenário de “pacificação” e não de “conquista” como advogavam os próprios preceitos legais⁶⁰, cujos cuidados e pressupostos da sua feitura foram fortemente docificados. Assim, por exemplo, as guerras de conversão e de submissão foram proibidas expressamente⁶¹, o que não deixava de ser uma renúncia à versão mais dogmática do *requerimiento* e das teses de inspiração papal do início do processo de conquista. A catequização indígena era deixada, nos moldes advogados desde há muito pela escola que vinha de Inocêncio IV, para a persuasão. A guerra só podia ser feita nas situações em que os índios agredissem espanhóis ou outras populações pacíficas⁶², ou nos casos em que os convertidos se tivessem ‘apostasado’ ou rebelado⁶³. Havia como requisito a leitura do *requerimiento* por uma, duas, três ou o número de vezes necessário para os levar à paz e só depois fazer a guerra⁶⁴. Requeria-se adicionalmente autorização do Conselho das Índias⁶⁵.

Como diversos conhecidos intérpretes da conquista concluíram, o resultado de todo este processo foi um morticínio generalizado dos índios nas Américas de Castela

⁵⁷ O ouvidor na Segunda Audiência, D. Vasco de Quiroga, *Informe en Derecho* in: D. Vasco de Quiroga, *Pensamiento Jurídico. Antología*, Rafael Aguayo Spencer (ed.), México, Porrúa, 1986, p. 98 fê-lo saber aos membros do Conselho das Índias, ao destacar que devia ser através da ‘boa y cristiana conversación’.

⁵⁸ Nomeadamente porque as guerras não eram declaradas por autoridade própria, mas pelos próprios interessados no butim (Ibid., pp. 120-121) e as abominações de que eram acusados nunca eram comprovadas ou sequer verificadas (Ibid., p. 123).

⁵⁹ Veja-se o parecer do Bispo Juan de Zumarraga, ‘Parecer sobre Esclavos de Resgate y de Guerra [1536?]’ in: Joaquín García Icazbalceta (org.), *Don Fray Juan de Zumárraga, primer Obispo y Arzobispo de México: estudio biográfico y bibliográfico*, México, ALAM, 1881 (com anexo documental), doc. 31, pp. 151-153.

⁶⁰ Vide *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, tit. i (“Que en las capitulaciones se excuse la palabra conquista, y usen las de pacificación y población”).

⁶¹ Cf. Ibid., l. iii, tit. iv, lei xviii (“establecemos y mandámos que no se pueda hacer, ni la guerra á los índios de ninguna provincia para que reciban la Santa Fé Católica, ó nos den la obediencia, ni para ningun efecto”).

⁶² “Si fueren agresores y con mano armada rompieren la guerra contra nuestros vassalos, poblaciones y tierra pacífica, se les haga antes los requerimientos necesarios una, dos y tres veces, y las demás, que convengan, hasta atraerlos á la paz, que deseamos, com que si estas prevenciones no bastaren, sean castigados como justamente merecen, y no más” (Ibid.).

⁶³ “Y si habiendo recebido la Santa Fé, y dádivas la obediencia, la apostatarem y negaren, se proceda como contra apóstatas y rebeldes, conforme los que por sus excesos merecieren” (Ibid.).

⁶⁴ “(...) se les haga antes los requerimientos necesarios una, dos y tres veces, y las demás, que convengan, hasta atraerlos á la paz (...)” (Ibid.).

⁶⁵ “(...) si fuera necesario hacerles guerra abierta y formada, se nos dé primero aviso em nuestro Consejo de Índias, con las causas y motivos que hubiere para que les proveamos lo que más conviene al servicio de Dios, nuestro Señor (...)” (Ibid.).

causado por doenças para as quais os índios não tinham imunidades⁶⁶, por massacres diretos e, principalmente, pela redução dos povos nativos da América à servidão⁶⁷. A eficácia das normas entretanto aprovadas não parecia ser muito maior do que a que caracterizou a experiência da América portuguesa. Longe dos olhares das autoridades régias, os colonos espanhóis eram igualmente pródigos na utilização da sua superioridade militar para cativar os índios e colocá-los ao seu serviço.

10.2. As Intervenções em Favor dos Inocentes da Teoria Escolástica da Guerra e na Teoria Política e Jurídica das Descobertas⁶⁸

Não se crê que a prática espanhola na conquista tivesse algo de humanitário no sentido mais restrito e verdadeiro da palavra, particularmente no que tange ao tratamento reservado aos ‘inocentes’, cuja proteção, afinal, justificava a própria intervenção. Para além das contribuições mais práticas⁶⁹ de alguns intervenientes menos conhecidos residentes nas Américas⁷⁰, tratando do que pode denominar-se ‘segunda conquista’, a pacificação⁷¹, que se foi mencionando, e forma sintética, no segmento anterior, levou, não obstante, ao surgimento de reações teóricas abstratas extremamente

⁶⁶ Em especial, cf. Noble Cook, *Born to Die. Disease and New World Conquest, 1492-1650*, Cambridge, UK, CUP, 1998, *passim*, especialmente 17 (atribuindo o sucesso da empreitada à tragédia sanitária subsequente ao contato dos europeus com os locais), Massimo Livi Bacci, “The Depopulation of Hispanic America After the Conquest”, *PDR*, v. 32, n. 2, 2006, pp. 199-232.

⁶⁷ Muito embora não se possa deixar de concordar com Steve Stern, “Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics”, *passim*, e com Massimo Livi Bacci, *Conquista. A Destruição do Índio Americano*, Sandra Escobar (trad.), Lisboa, E70, pp. 234-237, de que a veracidade da *leyenda negra* da atuação dos espanhóis nas Américas não é absoluta, já que dependendo da região concreta a intensidade da destruição do elemento nativo foi maior ou menor.

⁶⁸ Existe obviamente uma linha de continuidade entre o pensamento da Segunda Escolástica e o medieval. Não obstante, não será herético deslocar as interpretações de autores centrais desta tese neste momento. A razão é simples: em geral, tiveram que se debruçar de forma mais ostensiva sobre um problema particular: a conquista das Índias e o destino a dar às populações conquistadas (v. por James Muldoon, “A Canonist Contribution to the Formation of International Law” e “The Contribution of Medieval Canon Lawyers to the Formation of International Law” in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 265-279; 483-497, além dos autores já citados que se debruçam sobre o Direito de Guerra especificamente (vide *supra*, cap. 9).

⁶⁹ Mauricio Beuchot, “La polémica de la guerra de conquista en relación con México” in: Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, pp. 89-95, apresenta as diversas contribuições para o debate.

⁷⁰ São arrolados e apresentados em Alberto Carrillo Cázares, “Tratados novohispanos sobre la guerra justa en el siglo XVI” in: *Ibid.*, pp. 28-54.

⁷¹ O critério é de mera notoriedade, tendo em vista o impacto que cada um teve no desenvolvimento do Direito das Nações. Porque, acaso fosse de qualidade, deveriam estar nesta parte obras de grande qualidade teórica escritas na Nova Espanha, como, por exemplo, o tratadinho de Fray Guillermo de Santa Maria, *Guerra de los Chichimecos (México 1575-Zirosto 1580)*, *passim*, que contém uma discussão segmentada entre as bases teóricas gerais da guerra justa e a sua aplicação aos chichimenas atendendo às circunstâncias de facto, que distinguia o tratamento a dar aos pacíficos e aos belicosos, e entre a guerra defensiva por oposição à ofensiva, etc.

importantes ancoradas na Escola de Salamanca⁷² e que contribuíram efetivamente para a evolução da doutrina das intervenções, apontando as contradições da prática espanhola e desenvolvendo critérios mais razoáveis para a justificação da Conquista das ‘Índias’⁷³.

10.2.1. As bases: Vitória define as pautas da discussão da guerra justa contra os índios e a conquista com base em causa humanitária

As questões básicas relativas ao Direito Bélico aplicado à experiência espanhola nas Américas⁷⁴, foram sistematizadas por Francisco de Vitória (1492-1546⁷⁵) nos dois cursos sobre os “índios” ministrados na Universidade de Salamanca⁷⁶, onde expõe as linhas mestras da sua visão sobre a guerra justa⁷⁷. O autor, contrariando interpretações iniciais influenciadas pela linha hostensiniana⁷⁸, baseadas no *dominium mundi* do Sumo Pontífice e no seu direito de privar, através da guerra, de domínio territorial aqueles

⁷² Cf., por todos, Nicolás Lewkowicz, “The Spanish School as a Forerunner to English School of International Relations”, *EHH*, n. 6, 2007, pp. 85-96.

⁷³ Que, no geral, são igualmente discutidas em diversos trabalhos seminais, dos quais se recomenda Sílvio Zavala, *The Defence of Human Rights in Latin America (Sixteenth to Eighteenth Century)*, Paris, UNESCO, 1964, Anthony Pagden, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, *passim*, e Daniel Schwartz, “The Principle of the Defence of the Innocent and the Conquest of America: ‘Save Those Dragged to Death’”, *JHIL*, v. 9, n. 2, 2007, pp. 263-291, bem como os recentes Martti Koskenniemi, “Colonization of the ‘Indies’. The Origin of International Law” in: Yolanda Chamarro Chopo (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, Zaragoza, IFEC, 2010, pp. 43-63, id., “Empire and International Law: the Real Spanish Contribution”, *UTLR*, v. 61, n. 1, 2011, pp. 1-36, Anthony Pagden, “Defending Empire. The School of Salamanca and the ‘Affair of the Indies’” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, pp. 45-74; Pedro Calafate, “A guerra justa e a igualdade natural dos povos: os debates ético-jurídicos sobre os direitos da pessoa humana” in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 17-47.

⁷⁴ Acompanhar igualmente J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, Cambridge, UK, CUP, 2008, pp. 80-87 (“Sobre os títulos lícitos e legítimos de redução dos índios”).

⁷⁵ Sobre Francisco de Vitória, ver, por todos, *Ibid.*, pp. 57-119 (inclui pequena biografia do pensador hispano).

⁷⁶ Francisco de Vitória, *Relectio de Indis*; Francisco de Vitória, *De Iure Belli* in: Clemente Fernandez (org.), *Los Filósofos Escolásticos de los Siglos XVI y XVII*, Madrid, EC, pp. 156-212, 213-233. Ver também Francisco de Vitoria, *Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizán víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007, pp. 113-134, e J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, pp. 58-63 (corretamente chamando a atenção para o desafio da diferença).

⁷⁷ Para apresentações gerais, Beatriz Maldonado Símán, “La guerra justa de Francisco de Vitoria”, *AMDI*, v. VI, 2006, pp. 679-801, Felipe Castañeda, “La cruz y la espada: filosofía de la guerra en Francisco de Vitoria”, *HCri*, n. 22, 2001, pp. 27-45; id., “Antropofagia y guerra justa en el *De Temperantia* de Francisco de Vitoria” in: Francisco de Vitoria, *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas/ Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizán víctimas humanas en los sacrificios*, pp. 159-213.

⁷⁸ Este corte entre as ideias iniciais de autores como Palacios Rubios e Paz, por um lado, e Vitória e os seus seguidores por outro, é discutida por Sílvio Zavala, “Las doctrinas de Palacios Rubios y Matías de Paz ante la Conquista de América”, pp. i-cxxx.

infiéis que rejeitassem a palavra de Cristo e se mantivessem na idolatria⁷⁹, como as de Frei Matías de Paz (1468 a 1470-1519⁸⁰), apresenta uma alternativa à legitimidade da conquista.

Partindo da ideia da existência de um direito universal incrustado na consciência dos homens e, destarte, distinto dos particularismos do direito civil das diversas comunidades políticas⁸¹, Vitória resiste a uma interpretação extensiva do *dominium mundi* tanto do imperador como mesmo do Papa e rejeita o efeito legitimatório direto das Bulas Papais e da licitude de se submeter e reduzir os índios à escravidão se recusassem Cristo, como pretendiam os seus antecessores e, ainda mais, que fossem empreendidas em busca de glória⁸². Não era assim um despuadorado artífice da justificação da empreitada colonial espanhola⁸³, como chegaram a afirmar alguns⁸⁴. Muito pelo contrário, a sua conhecida oposição à prática colonial espanhola⁸⁵ valeu-lhe censuras por parte dos governantes espanhóis e demais interessados na empreitada colonial⁸⁶. Longe de ser um pacifista, o autor recorre à versão instrumental do Direito Natural, o Direito das Gentes, e com fortes bases estoicas, tenta justificar através de

⁷⁹ Como diz Fray Matías de Paz, “se uma vez conhecido o nome do Salvador, se recusassem à obediência, mostrando-se rebeldes com a blasfêmia do nome Divino ou dar culto aos ídolos, se lhes poderia com absoluta justiça reduzir à servidão em razão desses vícios, mas não pelo único motivo da sua infidelidade, mas porque aos nossos não nos seria possível conservar-lhes convenientemente em regiões tão separadas, se fossem integralmente livres, a menos que recebessem a fé de Cristo ou no caso de não quererem obedecer ao Príncipe dos Cristãos em vias de lhes submeter ao jugo cristão” (para. 18, p. 252).

⁸⁰ Cf. pequena apresentação do seu pensamento e vida em Silvio Zavala, “Las doctrinas de Palacios Rubios y Matías de Paz ante la Conquista de América”, pp. xxii-xxvii. Fray Matías de Paz, *Del dominio de los Reyes de España sobre los indios, passim*, já havia tentado racionalizar a conquista, com argumentos muito próximos dos oficiais adotados pela Coroa inicialmente sob influência de Palacios Rubios; num certo sentido, as suas bases teóricas e conclusões tinham um senso algo diferente da popularizada por Vitória e que iria marcar o debate futuro, mas que não caracterizou os seus proémios.

⁸¹ Em particular, Thomas Donohue, “Vitoria’s Universalism and the World Rule of Law”, *Catholic Lawyer*, v. 6, 1960, pp. 200-220.

⁸² Silvio Zavala, “La Doctrina de la Justa Guerra” in: *Ensayos sobre la Colonización Española en América*, México, SEP, 1972, p. 66 e ss, sugeriu de forma convincente esta tese.

⁸³ Nesse sentido, as mais equilibradas interpretações da teoria da guerra de Vitória encontra-se em Georg Cavallar, “Vitória, Grotius, Pufendorf, Wolff and Vattel. Accomplices of European Colonialism and Exploitation or True Cosmopolitans?”, *JHIL*, v. 10, n. 2, 2008, pp. 186-192; Pablo Zapatero, “Legal Imagination in Vitoria: the Power of Ideas”, *JHIL*, v. 11, n. 2, 2009, pp. 221-271; e Paulo Emílio Borges de Macedo, “O Mito de Francisco Vitória: Defensor dos Índios ou Patriota Espanhol?” in: Danielle Annoni (org.), *Direito Internacional dos Direitos Humanos. Homenagem à Convenção Americana de Direitos Humanos*, São Paulo, Conceito, 2012, pp. 99-120.

⁸⁴ Refiro-me à célebre crítica de Antony Anghie, “Francisco de Vitoria and the Colonial Origins of International Law”, *SLS*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 321-336 (reproduzido igualmente em Eve Darian-Smith & Peter Fitzpatrick (eds.), *Laws of the Postcolonial*, Ann Arbor, UMichP, 1999, pp. 99-107), de que o Direito Internacional já nasceu sob o signo do colonialismo, visando, ademais, a sua legitimação.

⁸⁵ Uma famosa carta, à qual não tivemos acesso, costuma ser citada. Nela Vitória conta a um amigo que os relatos das ações de Pizarro no Peru, particularmente a execução de Atahualpa, “gelaram-lhe o sangue das veias” (Citado por Georg Cavallar, “Vitória, Grotius, Pufendorf, Wolff and Vattel. Accomplices of European Colonialism and Exploitation or True Cosmopolitans?”, p. 191).

⁸⁶ Carlos V enviou uma Carta ao Prior de Vitória, de Soto, para que os teólogos parassem de se manifestar sobre “as coisas das Índias” (Ibid., p. 191).

outras vias a presença dos espanhóis na América⁸⁷ como decorrente de um direito universal de visita e de hospitalidade⁸⁸, usando uma interpretação ‘proto-lockiana’ do direito de propriedade⁸⁹, e o direito de guerra como resultante de obstáculos colocados ao seu exercício.

Ademais, se a conversão não justificava a guerra de forma isolada, a tentativa de líderes indígenas de obrigar súditos convertidos a abjurar o cristianismo, dava base jurídica aos espanhóis para recorrerem às armas e defenderem os seus novos companheiros de fé⁹⁰. Permitia ainda que esses mesmos índios, voluntariamente, solicitassem ao Papa um príncipe cristão para os governar ou apelassem diretamente ao imperador para assumir essa função, o mesmo ocorrendo, no caso de existência de tratados de amizade com uma tribo indígena e agressões injustas por parte de outra. Típico do espaço ultramarino era a invocação da guerra justa humanitária de punição e a feita em defesa dos inocentes⁹¹, as quais, muitas vezes, se apresentam irmanadas⁹². O religioso defende que os espanhóis podiam invocar a ‘tirania dos senhores dos bárbaros’ ou as leis desumanas que prejudicam os inocentes, como o sacrifício ou o assassinato de homens inocentes para comerem as suas carnes⁹³, como forma de legitimar a guerra, já que “a todos Deus ordenou o cuidado do próximo, e próximos são todos; logo qualquer um pode defendê-los de semelhante tirania e opressão”⁹⁴ e obrigá-los a terminar estas

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Diz o nosso autor que “em todas as nações se tem por desumano tratar e receber mal os hóspedes e peregrinos sem motivo especial algum” (Francisco de Vitória, *Relectio de Indis*, p. 197)

⁸⁹ “(...) porque as coisas não são de ninguém, por direito são daquele que as ocupa, segundo consta ao Direito. Então, o ouro que se encontra nos campos, as pérolas do mar ou qualquer outra coisa dos rios, não é propriedade de ninguém, por direito das gentes será do ocupante, como os peixes do mar” (Ibid., p. 200).

⁹⁰ Esta passagem já é citada por alguns intérpretes, por exemplo, J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, p. 85 (dizendo que se trata de um exemplo claro de intervenção para proteção de direitos de minorias).

⁹¹ No mesmo sentido, Georg Cavallar, “Vitoria, Grotius, Pufendorf, Wolff and Vattel. Accomplices of European Colonialism and Exploitation or True Cosmopolitans?”, p. 188; Martin Ortega, “Vitoria and the Universalist Conception of International Relations” in: Ian Clark & Iver Neumann (eds.) *Classical Theories of International Relations*, London, MacMillan, 1996. p. 106, e, em especial, J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, p. 86, Felipe Castañeda, “Antropofagia y guerra justa en el *De Temperantia* de Francisco de Vitória”, pp. 159-163; Pablo Zapatero, “Legal Imagination in Vitoria: the Power of Ideas”, p. 238.

⁹² Camilo Barcia Trelles, “Francisco de Vitoria et L’École Moderne du Droit International”, *RCADI*, t. 17, n. 2, 1927, pp. 109-342, manteve que a única hipótese de guerra justa para Vitória seria a resposta a uma injúria, mesmo que fosse contra o Direito Natural, uma espécie de ataque punitivo, mas a intervenção em favor dos inocentes transcende este quadro.

⁹³ Sobre esta questão específica, cf. Francisco de Vitória, *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas [Relectio de Temperantia]*, pp. 1-112, e Felipe Castañeda, “La antropofagia en Francisco de Vitoria”, *IyV*, n. 126, 2004, pp. 3-18, para comentários.

⁹⁴ Francisco de Vitória, *Relectio de Indis*, p. 208.

práticas⁹⁵, mesmo que, por hipótese, as vítimas as aceitassem e não desejassem a intervenção cristã⁹⁶.

A guerra justa em defesa dos inocentes de Vitória constitui-se como um dos mais importantes antecedentes da teoria das intervenções humanitárias⁹⁷, contendo grande parte das condições contemporâneas que legitimam este tipo de ação como: a) existência de uma situação de opressão e de assassinatos em massa dentro de determinado país ou perigo iminente do massacre; b) tentativa de solução pacífica do problema sem resultado; c) aviso prévio e a possibilidade de o Estado em questão terminar imediatamente as suas práticas. Mesmo em relação aos efeitos pós-bélicos, Vitória mostra-nos uma teoria marcadamente contemporânea, advogando a moderação de meios nesse tipo de operação militar e no tratamento dos vencidos⁹⁸, e recusando que as populações conquistadas pudessem ser reduzidas à escravidão, ainda que os seus governantes fossem passíveis de responsabilização criminal⁹⁹, ainda que indiretamente, os efeitos pudessem atingir os ‘inocentes’¹⁰⁰.

⁹⁵ Segundo o pensador espanhol, “pode-se obrigar os bárbaros a renunciar em absoluto a tal costume, e, se se negarem, já existe causa para lhes declarar guerra e empregar contra eles todos os direitos de guerra (...) e se tal costume sacrílego não puder ser abolido de outra forma, pode-se destituir os governantes e constituir um novo principado” (Francisco de Vitória, *Relectio de Indis*, pp. 208-209). J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, p. 86, interpreta corretamente esta passagem, mostrando que reflete não a ideia tão presente no período da guerra de punição por crimes cometidos contra o direito das gentes, mas, sim a concepção da guerra justa em favor dos inocentes.

⁹⁶ Nas suas palavras, “não é obstáculo que todos os bárbaros consintam com tais leis e sacrifícios e não queiram ser libertados de tais costumes pelos espanhóis, pois eles não são donos de si mesmos, nem os seus direitos lhes permitem entregar-se à morte e nem aos seus filhos” (Francisco de Vitória, *Relectio de Indis*, p. 209).

⁹⁷ Reconhecendo esta ligação, Paulo Emílio Borges de Macedo, “O Mito de Francisco Vitória: Defensor dos Índios ou Patriota Espanhol?”, p. 107.

⁹⁸ Segundo Francisco de Vitória, *De Iure Belli*, p. 233, “obtida a vitória e terminada a guerra, convém utilizar o triunfo com moderação e modéstias cristãs e que o vencedor se considere como um juiz entre duas repúblicas, uma ofendida e outra que perpetró a injúria, para que desta forma profira a sua sentença não como acusador, mas como juiz, com a qual possa satisfazer a nação ofendida, porém, à medida do possível, com o menor dano e prejuízo para a nação ofensora”.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 226 (“pode-se vingar das injúrias recebidas dos inimigos, escamotear-lhes e cartigar-lhes”).

¹⁰⁰ Especificamente, Vicente Medina, “The Innocent in the Just War Thinking of Vitoria and Suárez: A Challenge Even for Secular Just War Theorists and International Law”, *RJ*, v. 26, n. 1, 2013, pp. 47-64.

10.2.2. Certezas e dúvidas substanciais sobre a guerra Justa e o tratamento a dar aos infiéis americanos – O debate entre Sepúlveda e Las Casas¹⁰¹ e a posição anti-intervencionista de Menchaca

O humanista Juan Ginés de Sepúlveda (1489-1573¹⁰²) seguiu um paradigma afastado dos teólogos dominicanos e jesuítas, muito mais afeito à teoria política do renascimento e aos ensinamentos do estagirita Aristóteles e da tradição clássica grega e romana da guerra¹⁰³. Todavia, sem embargo da fundamentação e de aplicações gerais diferentes, não tinha opiniões distintas sobre a guerra justa humanitária¹⁰⁴. É certo que a ideia aristotélica da escravatura natural¹⁰⁵ e dos indígenas defendida pelo autor¹⁰⁶, era intragável para a maioria dos escolásticos, mas apresentada como benéfica para os

¹⁰¹ Sobre o tópico ver também Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, passim, e especialmente *All Mankind is One. A Study of the Disputation Between Bartolomé de las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda on the Religious and Intellectual Capacity of the American Indians*, passim, e Anthony Pagden, *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, passim, esp. p. 109 e ss; ainda Felipe Castañeda, *El índio: entre bárbaro y cristiano. Ensayos sobre filosofía de la Conquista en las Casas, Sepúlveda y Acosta*, Bogotá, Uniandes/Alfaomega, 2002, e Cristina Queiroz, “O direito de intervenção humanitária: um novo ‘paradigma’ do Direito Internacional?” in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Martin de Albuquerque*, Lisboa, FDUNL/Coimbra Editora, 2010, v. I, pp. 387-400, em especial 392-394.

¹⁰² A respeito de Sepúlveda, ver, por todos, J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, pp. 163-236 (contém pequena referência biografia do pensador castelhano); Angel Losada, “Juan Ginés de Sepúlveda y su ‘democrates alter’” in: Juan Ginés de Sepúlveda, *Democrates alter o de la justas causas de las guerras contra los indios*, 2. ed., bilíngue, Madrid, CSIC/IFV, 1984, pp. ix-xxxii; Manuel García-Pelayo, “Juan Ginés de Sepúlveda y los Problemas Jurídicos de la Conquista de América” in: Juan Ginés de Sepúlveda, *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios [Democrates alter de justis belli causis apud indios]*, México, FCE, 1996, pp. 1-42.

¹⁰³ J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, pp. 169-171, sugere, com alguma razão que a influência de Aristóteles no pensamento de Sepúlveda não pode ser exagerada na medida que o que se nota é uma mescla de aristotelismo, estoicismo e agostinianismo (pelo menos no concernente à teoria da guerra justa); ora, se os primeiros corroboram a ideia do humanista cívico com referências clássicas, embora com notórios contrastes, como visto, relativamente à teoria da guerra, o derradeiro é claramente, por motivos evidentes, um autor imerso na tradição cristã, e Anthony Pagden, *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, pp. 109-118, que demonstra como a diferença de tradições determinou a receção da obra de Sepúlveda entre os juristas teólogos salmantinos.

¹⁰⁴ Em geral sobre a teoria da guerra em Sepúlveda, veja-se Teodoro Andrés, “Ideologia de ‘democrates secundus’” in: Juan Ginés de Sepúlveda, *Democrates alter o de la justas causas de las guerras contra los indios*, pp. xxxiii-xliv, Manuel García-Pelayo, “Juan Ginés de Sepúlveda y los Problemas Jurídicos de la Conquista de América”, pp. 14-28, bem ainda como os mais recentes J. A. Fernández-Santamaría, *Juan Ginés de Sepúlveda: la guerra en el pensamiento político del Renacimiento*, pp. 115 e ss, e Santiago Martínez Castilla, “Juan Ginés de Sepúlveda y la Guerra Justa en la Conquista de América”, *PyC*, v. 9, n. 1, 2006, pp. 111-136, e sobre a proximidade entre as duas concepções sobre a guerra, Teodoro Andrés, “Ideologia de ‘democrates secundus’”, p. xl.

¹⁰⁵ Esta associação é reconhecida pela quase unanimidade dos seus intérpretes. Por todos, cf. Manuel García-Pelayo, “Juan Ginés de Sepúlveda y los Problemas Jurídicos de la Conquista de América”, pp. 20-22, nota 69, que faz uma comparação textual entre a *Política* e o *Democrates*.

¹⁰⁶ No *Democrates Alter*, uma das causas justas para fazer a guerra “é submeter com as armas, se outro caminho não se revelar possível, aqueles que por condição natural devem obedecer a outros e recusam o império. Os filósofos mais ilustres [leia-se Aristóteles] declararam que esta guerra é justa pela lei da natureza” (Juan Ginés de Sepúlveda, *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios [Democrates alter de justis belli causis apud indios]*, p. 81).

próprios¹⁰⁷ em função da sua ‘animalidade’ e ‘menoridade’¹⁰⁸. No entanto, as outras conclusões de Sepúlveda seriam, pela sua proximidade, um pouco mais aceitáveis para os principais teólogos espanhóis, até porque em matéria de Fé não considerava que a mera propagação do Evangelho era por si só base para a guerra¹⁰⁹, muito embora, na sua lógica, os cristãos pudessem obrigar os infiéis a pelo menos ouvir o Evangelho¹¹⁰, para lhes permitir a sua salvação¹¹¹.

Mais convergente com as linhas defendidas pelos teólogos espanhóis estava a ideia de que a guerra poderia ser feita aos índios para punir violações ao Direito Natural¹¹², designadamente quando eram praticados crimes ‘horrendos’ de idolatria, sacrifícios humanos e antropofagia, que levavam ao padecimento de milhares¹¹³, atraindo a ira

¹⁰⁷ Cf. J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, pp. 231-236, destacando que, na lógica sepulvediniana seria mais benéfico para os próprios índios, em razão da inépcia das suas próprias elites, ser governados pelos espanhóis, conclusão completamente conforme ao sentido global da obra do humanista hispano, pois, de acordo com Sepúlveda, “tal guerra [contra os índios] pode fazer-se de forma recta e justa e piedosamente e com alguma utilidade para as pessoas vencedoras, mas muito mais para os bárbaros vencidos. Porque a sua natureza é tal que, com pouco trabalho, e com a morte de muito poucos, podem ser vencidos e obrigados a render-se. E se tal empresa for confiada não só a varões fortes, mas igualmente justos, moderados e humanos, facilmente pode ser levada a cabo sem crueldade ou crime algum e fará, decerto, algum bem aos espanhóis, mas um muito maior e por inúmeras razões para os próprios bárbaros” (Juan Ginès de Sepúlveda, *Democrates alter de justis belli causis apud indios*, p. 99).

¹⁰⁸ Sem hesitações, assevera que para “tais gentes bárbaras e desumanas, afastadas da vida civil e dos costumes pacíficos”, será “sempre justo e conforme ao direito natural que (...) se submetam ao império de príncipes e nações mais cultas e humanas, para que graças às suas virtudes e à prudência das suas leis, abandonem a barbárie e se reduzam a uma vida mais humana e ao culto da virtude” (Ibid., p. 85) porque “submetidos desta forma os infiéis, abster-se-ão dos crimes nefandos e através do convívio com os cristãos e com as suas advertências justas, pias e religiosas voltarão à sanidade do espírito e à probidade dos costumes, recebendo com gosto e imenso benefício próprio a verdadeira religião que lhes levará à salvação” (Ibid., p. 133).

¹⁰⁹ Em concreto, sustenta que, “quando os pagãos não são mais do que pagãos não se lhes pode acusar de outra coisa além de não serem cristãos, aquilo que chamamos de infidelidade, não havendo causa justa para lhes castigar os atacá-los com armas” (Ibid., p. 123).

¹¹⁰ Nota que “a estes bárbaros, violadores da natureza, blasfemos, e idólatras sustento que não se lhes pode convidar, mas também compelir, para que recebendo o império dos cristãos oiçam aos apóstolos que lhes anunciam o Evangelho” (Ibid., p. 145).

¹¹¹ À pergunta, não é “Deus, amantíssimo Senhor de todas as coisas, que quer salvar todos os Homens e fazer-lhe conhecer a verdade?”, responde inequivocamente que “assim como estamos obrigados a mostrar o caminho a todos os homens errantes, assim a lei da natureza e da caridade humana obriga-nos a trazer os pagãos ao conhecimento da verdadeira religião” (Ibid., p. 137).

¹¹² Diz o autor não ser “doutrina temerária, mas sim muito racional e ensinada por varões eruditíssimos e pela autoridade do Sumo Pontífice, ser lícito aos cristãos perseguir aos pagãos e fazer-lhes a guerra se não observam o Direito Natural, como ocorre no tocante ao culto aos ídolos” (Ibid., pp. 122-123). Ver a tese de Teodoro Andrés, “Ideologia de ‘democrates secundus’, p. xxxviii, sugerindo que, no fundo, parece que no fundo somente a antropofagia e a idolatria seriam verdadeiras causas justas para fazer a guerra aos índios.

¹¹³ Em virtude dela, salvam-se da opressão muitos homens inocentes, “como vemos se passar com a submissão desses bárbaros, os quais consta que todos os anos faziam imolar aos demónios mais de 20.000 homens inocentes” (Juan Ginès de Sepúlveda, *Democrates alter de justis belli causis apud indios*, p. 130)

divina para toda a humanidade¹¹⁴. A salvação dos inocentes¹¹⁵ é concebida como uma justificação autónoma e válida por si só independentemente de aspetos punitivos¹¹⁶ e uma das principais bases para justificar a conquista dos índios¹¹⁷. A diferença mais significativa entre o grupo de Vitória e o de Sepúlveda radicaria sobretudo nas consequências das guerras humanitárias, sobre os quais se mostra um pouco mais permissivo, muito embora disso não se possa derivar também uma oposição generalizada entre os dois campos¹¹⁸: nem Sepúlveda é um defensor puro da teoria aristotélica da escravatura natural¹¹⁹, uma vez que lhe acrescenta elementos claramente cristãos e universalistas¹²⁰, nem tão pouco os vitorianos militaram de modo tão inequívoco na rejeição absoluta da privação perpétua da liberdade dos não-cristãos. Ademais, ideologicamente o domínio espanhol deveria ser justo e benéfico para todos¹²¹.

¹¹⁴ A segunda causa que justifica a guerra contra os bárbaros é que os seus pecados, impiedades e torpezas são tão nefandos e tão odiados por Deus que, ofendido, principalmente com eles, destruiu com o Dilúvio universal todos os mortais com a exceção de Noé e alguns poucos inocentes (Ibid., p. 113).

¹¹⁵ Neste mesmo sentido, recomenda-se igualmente Teodoro Andrés, “Ideologia de ‘democrates secundus’, p. xxix-xl, que mantém a ideia de que essas guerras justificavam-se também pelos “espantosos” sacrifícios dos homens, os delitos “extremos” contra inocentes e os “horrorosos” banquetes de carnes humanas.

¹¹⁶ Indubitavelmente uma causa independente da punição dos crimes contra a humanidade, consideração que se pode fazer com base na síntese que, no final do seu diálogo, Sepúlveda faz, já não através da boca do seu Demócrates, mas sim do céptico convicto Leopoldo. Este afirma: “a segunda causa que alegaste é afastar as torpezas nefandas e o crime portentoso de devorar carnes humanas, crimes que ofendem a natureza, com o intuito de continuar a cultivar os demónios em vez de Deus, provocando Nele um altíssimo grau de ira divina com esses ritos monstruosos e com a imolação de vítimas humanas. E depois acrescentaste uma coisa que para mim tem grande força e muito peso para afirmar a justiça desta guerra, isto é, salvar a muitos inocentes mortais que estes bárbaros imolavam todos os anos de graves injúrias. E tu provaste que a Lei Divina e o Direito Natural obrigam todos os homens a castigar e repelir, se puderem, as injúrias feitas a outros homens” (Juan Ginès de Sepúlveda, *Democrates alter de justis belli causis apud indios*, p. 155).

¹¹⁷ Sepúlveda atribui-lhe “grande força e muito peso para afirmar a justiça desta guerra” (Ibid.).

¹¹⁸ Isto, desde há muito, já havia sido competentemente demonstrado pelo estudo de Manuel Garcia-Pelayo, “Juan Ginès de Sepúlveda y los Problemas Jurídicos de la Conquista de América”, pp. 1-42 (essencialmente comparando-o a Vitória).

¹¹⁹ Facto devidamente apontado ao seu tempo por diversos intérpretes, nomeadamente J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, p. 209 e ss, esp. 230, que não negando as posições do autor, relativiza-as, atribuindo-as essencialmente ao debate com o apaixonado Las Casas, em que, por um lado, Sepúlveda tinha que ser apresentado da forma o mais radical possível, para se fazer a devida distinção entre as posições angélicas de um e demoníacas do outro, e por ter induzido o próprio humanista a escalar as suas posições até contra algumas das suas premissas.

¹²⁰ Diz Juan Ginès de Sepúlveda, *Democrates alter de justis belli causis apud indios*, p. 167, que “naquilo que concerne a estes bárbaros há que fazer a distinção entre aqueles que resistiram com as armas aos espanhóis e foram vencidos por eles e aqueles outros que por prudência ou temor se entregaram à mercê e ao poder dos cristãos. Assim como a fortuna e a liberdade daqueles pode decidir, de acordo com o seu arbítrio o vencedor, reduzir os outros à servidão e despojá-los dos seus bens, parece-me acção injusta, para não dizer ímpia e nefanda”.

¹²¹ O autor finaliza a sua obra com a seguinte consideração: “Resumindo agora em poucas palavras o que sinto, diria que a todos os males há que lhes colocar remédio adequado para que não se defraude o justo prémio aos que sejam beneméritos da República e se exerça sobre os povos dominados um império justo, clemente e humano segundo a sua natureza e condição. Em suma, um império tal como convém a

Para se encontrar uma oposição mais radical às ideias de Sepúlveda¹²² é preciso recorrer à concepção tida por mais prática advogada pelo Bispo de Chiapas, Bartolomé de las Casas (1484-1566), o único dos mais conhecidos participantes deste debate, com a exceção do mais tardio Juan Solórzano Pereira, a conhecer as “Índias”. No famoso opúsculo *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*¹²³, baseando-se na sua experiência pessoal¹²⁴ e em defesa do projeto religioso das descobertas por oposição à secular¹²⁵, para evitar a sua adulteração¹²⁶, relata com algum exagero e de forma assistemática os métodos de conquista. Critica-os e os títulos inicialmente utilizados pelos espanhóis para a justificar, classificando os conflitos sempre de guerras injustas¹²⁷, sem embargo de todos os expedientes premeditadamente usados para as legitimar, incluindo o famigerado *requerimiento*¹²⁸. Para o ativista sevilhano, quem

príncipes cristãos, acomodando não só a utilidade do governante, mas também dos seus súbditos e à liberdade que cabe à sua respectiva natureza e condição” (Ibid., p. 179).

¹²² Ver uma análise aos três em Nestor Capdevila, “La teoría de la guerra justa y los bárbaros: Las Casas frente al Requerimiento, Vitoria y Sepúlveda” in: Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, pp. 96-109, que adota a mesma tese.

¹²³ Cf. Bartolomé de las Casas, *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, 3. ed., Madrid, Tecnos, 2008.

¹²⁴ O prelado não tem preocupações teóricas substantivas como os teólogos juristas do seu tempo, nem sequer, julgámo-lo, como o seu principal antagonista Ginés de Sepúlveda. Na realidade, partia de bases teóricas pré-estabelecidas pelos outros supra-mencionados, para tentar resolver problemas práticos, quase políticos, que lhe preocupam, isto é, a questão da estratégia de conversão e da escravatura, e também, em última instância o controlo religioso ou secular da empreitada cristã no “Novo Mundo. Não será despidiendo acrescentar que esta opinião é partilhada por eminentes especialistas do pensamento do “Apóstolo dos Índios”. Neste sentido, Juan Durán Luzio, *Bartolomé de las Casas ante la Conquista de América. Las voces del historiador*, Heredia, Costa Rica, EUNA, 1992, p. 25, que adiciona a luta em prol da condição humana.

¹²⁵ Não era, pois, sem sentido que Las Casas reclamava que os eclesiásticos não estavam a ser nem tidos nem achados nesses projeto de expansão ultramarina (v. Bartolomé de las Casas, *Brevíssima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, Salamanca, ESE, 1989, cap. IX, para. 2: “(...) tendo feito todas as obras mencionadas, tão iníquas, em si tão más e horríveis, não considerassem os infantes aquelas vontades, para receber os seus pregradores, que tão bons exemplos de cristandade lhes deram e podiam ter”).

¹²⁶ Dizia o Bispo que “o povo cristão parece pôr os bens temporais (...) à frente da honra divina e da salvação das almas, que tanto [Cristo] nos encomendou e ordenou (Ibid., cap. IX, para. 3).

¹²⁷ Cf. igualmente Jean-Pierre Clément, “De las ofensas contra los indios. La injusticia de la guerra y otras violencias, según el Padre Las Casas” in: Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, pp. 76-87.

¹²⁸ A dada altura, o autor menciona criticamente os procedimentos hispânicos para a legitimação da conquista, inclusivamente fazendo referência ao *requerimiento*: “(...) há llegado a tanta profundidad que hayan imaginado e practicado e mandado que se les hagan a los indios requerimientos que vengan a la fe e a dar obediencia a los reyes de Castilla, si no, que les harán guerra a fuego y a sangre, e los matarán y captivarán, etc. Como si el Hijo de Dios, que murió por cada uno dellos, hubiera em su ley mandado quando dijo: *Euentes docete omnes gentes*, que se hiciesen requerimientos a los infieles pacíficos e quietos que tienen sus tierras propias, e si no la recibiesen luego, sin outra predicación y doctrina, e si no se diesen a sí mesmos al señorío del rey que nunca oyeron ni vieron, especialmente cuya gente y mensajeros son tan crueles, tan desapiadados e tan horribles tiranos, perdiessen por el mesmo caso la hacienda y las tierras, la libertad, las mujeres y hijos con todas sus vidas, que es cosa absurda y estulta e digna de todo vituperio y escarnio e infierno”) (Bartolomé de las Casas, *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, p. 41).

podia invocar causa justa nessa guerra eram precisamente os índios atacados no seu próprio território por um povo estrangeiro cruel¹²⁹, que não se coibia de utilizar os métodos mais bárbaros nas suas campanhas militares, promovendo a destruição gratuita e deliberada dos nativos, atingindo homens pacíficos, mulheres, idosos e crianças sem qualquer contemplação¹³⁰.

Esta foi a crítica mais contundente e mais conhecida. Porém, não foi a única, nem a mais abrangente e consistente. Na sua *Apologia* contra Sepúlveda¹³¹, Las Casas radicalizou, recusando que o Papa tivesse domínio ou jurisdição criminal sobre os infiéis, designadamente os índios que não tivessem aceitado voluntariamente o batismo¹³². Logo, entendeu que não podia delegar poderes para os punir por violações ao Direito Natural, até porque há certos crimes que só serão responsabilizados¹³³. O prelado, atacando um dos mais fortes argumentos não só de Sepúlveda, mas também de Vitória¹³⁴, argumentou que mesmo o impedimento à pregação que, em abstrato, seria uma causa para se punir¹³⁵, no caso dos Índios não se aplicava, porque não o estavam a fazer conscientemente. Não sabiam, ao contrário dos infiéis maometanos e judeus, o que estava a ser pregado e dada às circunstâncias de os evangelizadores se fazerem acompanhar por homens de guerra e os seus líderes temerem, com razão, perder as suas terras, quem é que os podia censurar por receberem a contento – ou seja, através da força – os ‘brancos’, arrematou¹³⁶. Tais arrazoamentos, não eram mais do que sofisticados pretextos para atacar os índios na sua terra e submetê-los ao domínio dos espanhóis¹³⁷.

Finalmente, sobre a *vexata quaestio* sobre a justiça da guerra quando um soberano ataca os ‘inocentes’¹³⁸, a jóia inquebrantável da coroa vitoriana e argumento de Sepúlveda, Las Casas sustentou, sem negar que havia um dever de intervenção da Igreja

¹²⁹ O pensamento de Bartolomé a este respeito é sistematizado na seguinte frase: “Y sé por cierta e infalible sciencia que los indios tuvieron siempre justíssima guerra contra los cristianos e los cristianos una ni ninguna nunca tuvieron justa contra los indios, antes fueron todas diabólicas e injustísimas e mucho más que de ningún tirano se puede decir del mundo; e lo mismo afirmo de cuantas han hecho em todas las Indias” (Ibid., p. 31).

¹³⁰ Ibid., *passim* (os relatos de atrocidades perpassam todo o texto, à medida em que Las Casas vai discorrendo pormenorizadamente todas as ações de conquista dos espanhóis nas ‘Índias’).

¹³¹ Bartolomé de las Casas, *Apología o Declaración de y Defensa Universal de los Derechos del Hombre y de los Pueblos*, ed. bilíngue latim-castelhano, Vidal Abril Castelló (ed.), Salamanca, JCL, 2000.

¹³² Ibid., cap. VI.

¹³³ Ibid., cap. XIX.

¹³⁴ Ibid., cap. LVI, não obstante tratar o segundo de *doctíssimo* e parecer tê-lo em grande conta.

¹³⁵ Ibid., cap. XXV.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid., cap. XXVII; XXIII *bis*.

nestes casos, a adequação de o fazer só por meios brandos, sem afrontar os soberanos do próprio território porque optar por ações militares seria um mal maior se se levasse em linha de conta a destruição humana que disso resultaria, apelando de facto à incompatibilidade da doutrina que combatia com a proporcionalidade. Adicionou que, mesmo que os sacrifícios humanos e a antropofagia fossem uma realidade, nem todos os índios deles participavam, mas somente os seus líderes políticos e religiosos, por conseguinte, seria injusto puní-los a todos. E ainda que, por mais execráveis que fossem, não eram apanágio só dos índios, pois a História apresentava vários exemplos próximos entre romanos, gregos, cartagineses, gauleses, etc¹³⁹. Além do que, em erro, os homens oferecem a Deus o melhor que tem. Portanto os sacrifícios seriam compreensíveis¹⁴⁰.

Curiosamente, Juan Ginés e Las Casas e o professor de Salamanca foram os grandes protagonistas do famoso e inconclusivo Debate de Valladolid (1550-1551)¹⁴¹, onde todos puderam clamar vitória: Francisco por ter visto a sua teoria mais moderada ser adotada em termos mais teóricos, Las Casas simbolicamente recebido como o defensor do tratamento ideal a dar aos índios e justamente cognomizado de ‘apóstolo dos índios’, e Sepúlveda que, sem embargo das sanções que recebeu em razão das ideias que defendeu¹⁴², foi recebido como o defensor a teoria mais querida e sustentada pelos colonos nas Américas¹⁴³.

Outro teórico que adotou uma posição marcadamente anti-intervencionista e crítica de Vitória¹⁴⁴ foi Fernando Vázquez de Menchaca (1512-1569)¹⁴⁵. Jurista e não teólogo, e mais teórico do Estado do que internacionalista, selecionou alguns temas

¹³⁹ Ibid., cap. XXXIV e ss.

¹⁴⁰ Ibid., cap. XXXVI e ss.

¹⁴¹ Ver os argumentos usados em Ibid. e em Juan Ginés de Sepúlveda, *Apologia contra Las Casas*, Madrid, Nacional, s.d., e comentário em C.G. Marks, “Indigenous Peoples and International Law: The Significance of Francisco de Vitoria and Bartolomé de las Casas”, *AYIL*, v. 13, 1992, pp. 1-51, e, por fim, Gilles Bienvenu, “Universalismo o relativismo de valores: el debate de Valladolid” in: Gilles Bataillon, Gilles Bienvenu & Ambrosio Velasco Gómez (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, pp. 122-142.

¹⁴² Os livros de Sepúlveda sobre os índios foram proibidos de circular. Para desenvolvimentos, Angel Losada, “Juan Ginés de Sepúlveda y su ‘democrates alter’”, pp. xii e ss, e Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, p. 129.

¹⁴³ Ver Ibid., que destaca que o Conselho Municipal do México aprovou ato reconhecido por tudo aquilo que Sepúlveda tinha feito em seu benefício.

¹⁴⁴ Martin Ortega, “Vitoria and the Universalist Conception of International Relations”, p. 114.

¹⁴⁵ Em geral sobre este pensador, Camilo Barcia Trelles, “Fernando Vázquez de Menchaca 1512-1569. Comunidad internacional, imperio y libertad de los mares”, *AUM*, a. 2, n. 2, 1932, pp. 3-14; Camilo Barcia Trelles, “Fernando Vázquez de Menchaca (1512-1569): L’École espagnole du Droit Internationale du XVIe Siecle”, *RCADI*, v. 67, n. 1, 1939, pp. 429-534; José María Serrano Serrano, “Ideas políticas de Fernando Vázquez de Menchaca”, *REP*, n. 206-207, 1972, pp. 249-302.

polémicos de Direito do Mar¹⁴⁶ e de Direito de Guerra¹⁴⁷ para tratamento académico numa obra sugestivamente intitulada *Controversiarum Illustrum*¹⁴⁸ de 1564. Nela salta à vista a negação total de guerras por motivos civilizatórios¹⁴⁹ de qualquer natureza, designadamente as que haviam sido aprovadas pelos teólogos como humanitárias. Menchaca ataca as duas linhas tradicionais da doutrina da guerra, a hostensiniana e a inocentiana, desse modo não só Sepúlveda, como também Vitória, a radical e a moderada¹⁵⁰, entendendo que nem o Papa nem o Imperador tinham domínio de espécie alguma sobre os infiéis. Tal ideia era fictícia e logo nem um, nem o outro, podiam fazer a guerra contra os infiéis por esses motivos¹⁵¹, nem tão-pouco para pregar o Evangelho¹⁵². No mesmo sentido, a teoria advogada por Aristóteles de que se podia fazer a guerra àqueles que nasceram para ser servos é rejeitada frontalmente pelo autor¹⁵³. A existir tais homens menos capacitados, então a justiça e a compaixão mandariam prestar-lhes auxílio e não persegui-los¹⁵⁴. Os índios, aos quais se atribuía tais limitações, como justificação para a sua submissão eram abarcados pela sua reflexão geral, ainda que explicitamente não se tenha estendido sobre o tema¹⁵⁵.

¹⁴⁶ Vide os comentários de Camilo Barcia Trelles, “Fernando Vázquez de Menchaca (1512-1569): L’École espagnole du Droit Internationale du XVIe Siecle”, pp. 494-518.

¹⁴⁷ A respeito deste tópico, seguir Ibid., pp. 519-528.

¹⁴⁸ Cf. Fernando Vázquez de Menchaca, *Controversiarum illustrium Aliarumque usu Frequentium libri Tres*, ed. bilingue latim-castelhano, Fidel Rodrigues Alcalde (transcrição, notas e tradução), Valladolid, Cuesta 1931, 4. v., l. II, cap. XXIV, para. 1-5.

¹⁴⁹ No dizer de Menchaca, “Aqueles que fazem a guerra não podem nem querem proteger as leis da justiça, mas, na maior parte das vezes, fazem-na pela ânsia de poder e glória, ainda que com o pretexto da mais nobre causa, como seria o nosso caso (seguindo o exemplo de Aristóteles, mestre e nesta matéria adulator pouco dissimulado de Alexandre, o Grande) se quiséssemos dizer que aquele Príncipe que leva a guerra a regiões estranhas, o faz somente para procurar o bem daquelas regiões e habitantes, com o fito destes, em seguida, poderem levar uma vida de forma mais civilizada. Oh Doce, humano e caridoso amor que não se envergonha de violar os direitos do parentesco humano natural que liga os homens, mas que se apressa a ele e que com multidão desenfreada, que o furor e a loucura levam consigo, se apressam, por meio de todo o género de extermínios, de tormentos, de mortes e incêndios, a lançar às sombras de Erebo, como feridos por um raio, inúmeros milhares de homens, a incendiar cidades, a arrasar campos, a violar donzelas e a dar morte cruel a anciãos, crianças, mulheres sem se envergonharem de o intitular de benefício a todos estes crimes e a outros ainda piores, mais nefandos e dignos de maior execração” (Ibid., l. I, cap. X, para. 9).

¹⁵⁰ Ambas são consideradas suspeitas pelo autor, ainda que a de Hostienses seja considerada “mais suspeitas ainda” (Ibid., l. II, cap. XXIV).

¹⁵¹ Ibid., l. II, cap. XXIV, para. 5.

¹⁵² Ibid., l. I, X, para. 10, sobre as guerras promovidas por Portugal.

¹⁵³ Ibid., l. I, cap. X, para 4.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid., para.11.

10.2.3. Seguidor(es) de Vitória? Molina, a Guerra Justa para Proteger os Inocentes e as extensões portuguesas

Em regra, as formulações de Vitória sobre as guerras justas em favor dos ‘inocentes’ continuaram a ser melhoradas e sistematizadas por outros que se lhe seguiram de modo muito próxima¹⁵⁶. Foi o caso de Luís de Molina (1535-1600)¹⁵⁷, autor com grandes ligações a Portugal¹⁵⁸, que, apesar de escrever algum tempo depois do Alavés, manifestando diferenças mínimas derivadas provavelmente de alterações contextuais¹⁵⁹ e fundamentos jurídico-filosóficos distintos¹⁶⁰, seguiu muito de perto a teoria da guerra

¹⁵⁶ Em geral, cf: César Castaño, “Les Problèmes Coloniaux et les Classiques Espagnols de Droit des Gens”, *RCADI*, t. 86, n. 2, 1954, p. 656 e ss.

¹⁵⁷ Uma esclarecedora nota biográfica/bio-bibliográfica de Molina pode ser encontrada em Manuel Fraga Iribarne, “Discurso preliminar sobre la vida y obras de R.P. Luis de Molina de la Compañía de Jesús” in: Luis de Molina, *Los seis libros de la justicia y del Derecho (De Iustitia et De Iure)*, Manuel Fraga Iribarne (trad.), Madrid, IJLC, 1941, pp. 17-101; mais resumidamente, Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, sl., s.e., 1994 [orig: 1947], pp. 21-31; Frank Bartholomew Costello, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, Roma/Spokane, IH/GonzUP, 1974, pp. 3-22; Beatriz Sosa Morato, *La noción de derecho en ‘Los Seis Libros de la Justicia y del Derecho de Luis de Molina*, Pamplona, EUN, 1985, pp. 7-33; 312 (contém quadro cronológico), e Lúcio Craveiro da Silva, “Luís de Molina” in: Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 547-558; uma leitura de José Díez-Alegría, *El desarrollo de la doctrina de la ley natural en Luis de Molina y en los Maestros de la Universidad de Evora de 1565 a 1591. Estudio histórico y Textos inéditos*, Barcelona, CSIC, 1951, poderá ser igualmente útil em razão da exposição do contexto intelectual no qual Molina escreveu as suas principais obras.

¹⁵⁸ É sabido que o autor estudou em Coimbra, onde, depois de se formar em Teologia, lecionou, acrescentando ao seu currículo uma formação anterior em Direito feita em Salamanca e em Filosofia concluída em Alcalá. Notabilizou-se pela docência em Évora (Miguel Luso Soares, *Nota a propósito de Luís de Molina*, Lisboa, s.e., 1994, p. 2). Faz-se alguma discussão sobre a nacionalidade física e intelectual de Molina, como nos dá conta, e.g., *Ibid.*, p. 2 (considerando, no entanto, como infundadas as assertivas que atribuem lusitanidade ao pensador ibérico). As evidências sistematizadas nos principais estudos sobre o autor parecem excluir de facto claramente uma nacionalidade portuguesa de Molina, sendo mais comum localizar o seu nascimento na cidade de Cuenca (por exemplo, Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, p. 21, e o próprio Miguel Luso Soares, *Nota a propósito de Luís de Molina*, p. 2). Em todo o caso, analistas espanhóis, particularmente em tempos de franquismo, fazem questão de afirmar a sua hispanidade (v. Eloy Montero, “Proemio” in: Luis de Molina, *Los seis libros de la justicia y del Derecho (De Iustitia et De Iure)*, pp. 7-16, reivindica-o claramente como um “*magnus hispanus*” (p. 9), o mesmo ocorrendo com Manuel Fraga Iribarne, “Discurso preliminar sobre la vida y obras de R.P. Luis de Molina de la Compañía de Jesús”, p. 94, que o chama de “espanhol de cepa”).

¹⁵⁹ Na realidade, Molina teve que moderar o intervencionismo de Vitória em razão do surgimento do problema com as províncias hispânicas no Norte da Europa, local onde achava que os espanhóis faziam guerra justa contra uma rebelião ilícita, já que inclui entre as causas da guerra justa, a repressão e o castigo dos “subditos que injustamente se rebelam contra o seu Senhor, negando-se a obedecer-lhe naquilo que ele justamente ordena” (Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure* in: *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, sl., s.e., 1994 [orig. publicado pelo CSIC-IFV, 1947], disp. CIV, para. 2); para isso também terão contribuído medidas de carácter económico entretanto adotadas pela Coroa. A tese é de Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, p. 67 (sustentando que, num período de mercantilismo, as posições de liberdade económica defendidas por Vitória podiam contrariar os interesses da Coroa).

¹⁶⁰ Molina partia de bases mais voluntaristas do que Vitória, como atestam os estudos de Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, pp. 63-67, e Luciano Pereira Vicente, “Circunstancia historia y derecho de gentes en Luís de Molina”, *REDI*, v. 10, n. 1-2, 1957, pp. 137-149, notando tal contraste, e Beatriz Sosa Morato, *La noción de derecho en ‘Los Seis Libros de la Justicia y del Derecho*

e da conquista de Vitória¹⁶¹. Aproximou-se, em particular, das suas reflexões sobre as bases justificatórias dos ataques aos índios¹⁶², que, com a exceção¹⁶³ da ideia do Lente de Salamanca de uma guerra para garantir um direito de visita e de hospitalidade dos viajantes e da teoria proto-lockiana da propriedade¹⁶⁴, recusa¹⁶⁵. Contempla a existências de uma liberdade para pregar a Fé e propagar o Evangelho¹⁶⁶, ainda que a conceba em termos muito mais restritivos do que Vitória. Havendo afetação a esses direitos, permitia-se o lançamento de guerra justa¹⁶⁷. Do mesmo modo, os aliados locais dos espanhóis, em tese convertidos à Fé, podiam solicitar licitamente intervenção externa¹⁶⁸ e esta podia ser empreendida se visasse a salvação dos inocentes¹⁶⁹ em casos de sacrifícios rituais, de antropofagia e de opressão¹⁷⁰.

de Luis de Molina, p. 301, demonstrando que o “conteúdo do Direito das Gentes reduz-se às matérias sobre as quais tenha recaído o consentimento de quase todos os homens”.

¹⁶¹ Veja-se que as próprias reflexões de Molina sobre o Direito em geral e sobre o Direito Internacional em particular são largamente devedoras de Vitória, como atesta a avaliação comparativa de citações feita, entre outros, por Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, pp. 38-39.

¹⁶² Sobre a guerra justa em Luís de Molina, ver Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, Oxford, OUP, 1999, p. 51 e ss, Frank Bartholomew Costello, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, pp. 95-162, bem como o abrangente Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, pp. 79-173, e o nacional Amândio Côxito, “O direito da guerra em Luís de Molina – *Jus ad Bellum*”, *RFC*, n. 18, 2000, pp. 261-287.

¹⁶³ Nota este afastamento entre os dois autores, Frank Bartholomew Costello, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, pp. 127-130.

¹⁶⁴ Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. CV, para. 2, que rejeita liminarmente o argumento cosmopolita de Vitória com base nas seguintes considerações: “Como resulta que depois da divisão das coisas e dos países não deixa de ser próprio de cada Estado aquilo que se possuía em comum, é notório que qualquer Estado pode, licitamente, proibir, a todos os demais que as usem, quando não as necessitem de um modo grave e extremado, e inclusivamente pode negar-se, como vemos fazer vários Estados, a permitir todo o comércio com o estrangeiro, sem que disso decorra qualquer injúria que dê margem a uma guerra justa. E com maioria de razão um Estado poderá, licitamente, proibir o comércio, o [acesso aos] portos e à habitação aos estrangeiros quando sejam demasiadamente poderosos. Já que poderá temer-se, tal como resulta da malícia humana, que tratem de os submeter ou que se siga qualquer outro inconveniente do seu comércio e permanência; por isso é que prudentemente poderá afastar todas essas possibilidades, negando-lhes essa permissão”.

¹⁶⁵ No geral, siga-se também Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, pp. 133-144; Frank Bartholomew Costello, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, pp. 173-174.

¹⁶⁶ Nas palavras de Molina, “como os cristãos possuem o direito de pregar o Evangelho em todos os lugares e a enviar pregadores a todos os infiéis, assim como a protegê-los e a obrigá-los não certamente que abracem o Evangelho, mas que não coloquem obstáculos aos missionários nas suas pregações e tão-pouco aos seus para que os ouçam, abracem a nossa doutrina e vivam nos seus termos” (Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. cv, para. 2).

¹⁶⁷ Como diz mais à frente, “se algumas dessas gentes ou reis ou qualquer liderança fizerem o contrário, ser-nos-á lícito obrigá-los através da guerra e castigar a injúria causada contra a fé e ao Evangelho” (*Ibid.*).

¹⁶⁸ Veja-se o que diz Molina: “Quando os príncipes e nações fazem a guerra entre si e a parte que tem razão com fulcro nisto, solicita o auxílio de outro, com a condição de entregar ao seu aliado tudo ou parte daquilo que conquistar na guerra (...) Deste auxílio poderá, facilmente, resultar que aquele contra o qual ela é empreendida faça a guerra o novo aliado. E sendo esse injusto poderá, assim, o aliado promover a guerra pela sua própria autoridade para vingar a injúria (...) deste modo os romanos, auxiliando os seus aliados, puderam, com justiça, aumentar o seu império. Pela mesma razão os portugueses na Índia tiveram

Tal como Vitória, apesar da sua maior sensibilidade cultural, Molina impõe este direito de intervenção mesmo à margem da vontade das vítimas¹⁷¹, e mostra a mesma flexibilidade e moderação na associação sobre os efeitos pós-bélicos territoriais e patrimoniais sobre a licitude das intervenções de humanidade¹⁷². Decerto que, no tocante ao direito de permanência, foi muito mais ambíguo do que Vitória, admitindo-a nos casos em que fosse do interesse das vítimas, e de, no tocante aos efeitos pessoais não ter demonstrado a mesma contenção, de forma consistente ao Direito das Gentes daquele período histórico¹⁷³. Aceitou, por exemplo, ações dirigidas a pessoas¹⁷⁴ e bens¹⁷⁵ durante os combates e a redução à escravidão dos vencidos¹⁷⁶, instituição aceite

a oportunidade de ocupar território em razão do direito de guerra. Diz-se que os espanhóis conquistaram deste modo as terras dos mexicanos, auxiliando os Trascaltecas contra aqueles” (Ibid.).

¹⁶⁹ Diz o jesuíta, que será “lícito impedir a estes infiéis e a qualquer homem os pecados que pressuponham injúria aos inocentes. E se não se abstiverem delas, será lícito declarar-lhes a guerra por essa causa, perseguindo-se o direito bélico, sem necessidade de qualquer autorização do Sumo Pontífice” (Ibid., disp. CVI, para. 5). Neste sentido, podem-se arrolar diversos intérpretes, designadamente Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, p. 143.

¹⁷⁰ Nas palavras de Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. CVI, para. 5, “se sacrificam os inocentes ou matam-lhes para se alimentar das suas carnes ou de qualquer outro modo injustificado assassinam-os ou oprimem-nos com leis tirânicas, vexando-os de qualquer forma”.

¹⁷¹ “Não importa que os próprios súbditos bárbaros desejem esses costumes e sacrifícios, não querendo que os estrangeiros façam a guerra por essa causa; já que qualquer um pode livrar o outro da morte, mesmo contra a sua vontade (...)” (Ibid.).

¹⁷² Assevera o jesuíta que “como esta guerra não se declara para recuperar algo nosso, nem para vingar injúrias, mas só para auxiliar os inocentes, à medida que são próximos daquele que declara a guerra, não será lícito a este apoderar-se dos bens do adversário além do necessário para pagar as despesas de guerra, a reparação das injúrias e danos, pois são obrigados a expor-se gratuitamente, empregando trabalho e indústria. Os inimigos estão obrigados a suportar tudo isso por terem dado causa justa para se lhes declarar guerra justa” (Ibid., para. 6).

¹⁷³ Como não deixam de lembrar interpretações simpáticas, como a de Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, p. 156 (chamando-a de concessão à realidade efetiva da guerra naquele momento).

¹⁷⁴ Fundamentalmente é de se consultar Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. cxvii e ss, sendo exemplo disso a discussão sobre a legitimidade de se matarem os inocentes no decurso de uma guerra justa, à qual responde, recorrendo aos ensinamentos de Vitória, que, “relativamente aos outros membros do Estado [– excetuando mulheres, crianças e estrangeiros –] contra os quais se empreende uma guerra justa, diz Vitória que será difícil ‘discernir quais são culpados e inocentes’, pelo que será lícito matar-los, a não ser que conste a inocência de algum em particular pela sua extraordinária ignorância ou estupidez” (para. 6).

¹⁷⁵ A resposta positiva de Molina em relação à licitude do saque é paradigmática, como demonstra em Ibid., disp. cxxii (Se é lícito na guerra justa entregar aos soldados uma cidade para saquear): “Por si só não é ilícita. Porque se se considerar necessário para a prossecução da guerra, para acender os ânimos dos soldados e aterrorizar os inimigos, será lícito entregar uma cidade ao saque, mesmo que seja cristã (...)”.

¹⁷⁶ Sobre este aspeto do pensamento do espanhol, cf. António Manuel Hespanha, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *AS*, v. 35, n. 147, 2001, pp. 937-960, e Amândio Coxito, “Luís de Molina e a escravidão”, *RFC*, n. 15, 1999, pp. 117-136, na literatura portuguesa, bem como Manuel Fraga Iribarne, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, p. 156, e Frank Bartholomew Costello, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, pp. 162-198, e, especialmente o próprio Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. cxx (Se é lícito reduzir à escravidão os súbditos inocentes de um Estado com qual se está em guerra justa), ao que Molina responde taxativamente “é lícito fazer-lhes escravos” (para. 1), exemplificando que “não existem dúvidas que podemos reduzir ao cativeiro as crianças e mulheres de turcos e sarracenos, cujas terras e demais bens podemos arrebatar com justiça em razão das injúrias que nos causaram, e assim estabelece um costume sumamente praticado” (Id.).

transitoriamente¹⁷⁷, e que eram consequências quase inevitáveis do seu voluntarismo e da sua descrição da prática internacional¹⁷⁸.

A doutrina de Vitória foi ainda usada por escolásticos lusitanos e espanhóis ligados às Universidades de Coimbra e de Évora. Num registo mais abstrato e menos aplicado à experiência particular dos portugueses no Novo Mundo, também aceitaram a ideia de que em certos casos limitados a guerra seria justa. E, dentre as causas que a podiam legitimar, também estava a proteção dos inocentes, base adotada por intelectuais como Pedro Simões¹⁷⁹, António de São Domingos¹⁸⁰ e Fernando Pérez¹⁸¹.

10.2.4. Continuação da discussão: Do universalismo de Suárez à sistematização final de Solórzano Pereira

Francisco Suárez (1548-1617)¹⁸², também ligado a Portugal¹⁸³, foi indubitavelmente uma grande sumidade jurídica entre os teóricos escolásticos¹⁸⁴,

¹⁷⁷ Ver Amândio Coxito, “Luís de Molina e a escravatura”, p. 136, que sustenta que apesar das dramatizações autores como Molina entendiam que o seu dever era conciliar certos preceitos da moralidade cristã com a instituição, não necessariamente combater pela sua abolição.

¹⁷⁸ A questão da escravatura que, provavelmente, não deixava de causar embaraços teóricos aos cristãos, foi curiosamente justificada por Molina nesta parte, não com o recurso às Sagradas Escrituras, mas à própria prática internacional, pois era, no seu dizer, “costume frequentíssimo” entre as nações (Luís de Molina, *De Iustitia et de Iure*, disp. cxx, para. 2).

¹⁷⁹ Dizia que “por causa da tirania dos próprios governantes dos bárbaros ou por causa das leis tirânicas que incorrem em injúria dos inocentes como, a saber, as que sacrificam homens inocentes ou as que matam homens isentos de culpa para se alimentarem das suas carnes” (p. 135) (*Annotaciones in Materiam Bello [1575]*, Joana Serafim (trans.); Ana Maria Tarrío & Ricardo Ventura (texto e ver.); Ana Maria Tarrío & Marina Costa Castanho (trad.) in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e de Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 106-209.

¹⁸⁰ “Se os infiéis oprimem um inocente, quer sacrificando-os quer matando-os, devem primeiro ser admoestados a absterem-se de fazerem isto e, se não quiserem fazer, podem ser reduzidos, podem ser reduzidos pelas armas só por este motivo. (...) Ora, aqueles homens padecem inocentemente; logo, se comodamente podemos fazê-lo, somos obrigados a libertá-los” (p. 261) (*De Bello [c. 1580]*, Ricardo Ventura (trans. e estabelecimento); António Guimarães Pinto (rev. e trad.) in: *Ibid.*, pp. 210-341.

¹⁸¹ In *Materia de Bello [1588]*, Filipa Roldão & Ricardo Ventura; António Guimarães Pinto (trans. e trad.) in: *Ibid.*, pp. 341-509, diz que “é contra o direito natural matar inocentes, quer indígenas quer estrangeiros, ou para comê-los, ou para sacrificá-los aos ídolos. (...) (...) de acordo com a interpretação corrente, não apenas quando são em ato levados à morte, mas também que antes de avançar-se para o ato: e assim contra estes é lícita a guerra e não quiserem abandonar aquele ritual” (pp. 375-377).

¹⁸² Em geral sobre Suárez e em particular sobre a sua teoria do Direito Internacional, vide Camilo Barcia Trelles, “Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIe Siècle et l’ école moderne de Droit international”, *RCADI*, v. 43, n. 1, 1933, pp. 386-553; Luís Legaz y Lacambra, “La Fundamentación del Derecho de Gentes Suárez”, *REDI*, v. 1, n. 1, 1948, pp. 11-44; José Ferrater Mora, “Suárez and Modern Philosophy”, *JHI*, v. 14, n. 4, 1953, pp. 528-547; D. P. O’ Connell, “The Rational Foundations of International Law: Suárez and the Concept of *Jus Gentium*”, *SLR*, v. 2, n.2, 1957, pp. 253-270; Adelino Cardoso, “Francisco Suárez” in: Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, v. II, pp. 559-586.

¹⁸³ O jesuíta, como é sabido, lecionou na Universidade de Coimbra. Dessas preleções nasceram as suas principais obras, incluindo o *De Legibus*, tendo, mais tarde, falecido em Lisboa (detalhes biográficos do pensador podem ser encontrados em Camilo Barcia Trelles, “Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIe Siècle et l’ école moderne de Droit international”, pp. 406-414).

conforme salientado no início deste tópico, e influente pensador com dimensão internacional¹⁸⁵. Globalmente adotou uma perspetiva muito mais restritiva do que Vitória em relação à guerra¹⁸⁶, mas também não se poderá exagerar as distâncias entre um e outro. Falando a seu respeito no quadro de uma discussão sobre as virtudes teológicas da Fé e da Caridade, Suárez pronunciou-se não só genericamente sobre a justiça da guerra, mas também sobre os meios adequados para a conversão dos infiéis¹⁸⁷.

Para Suárez, a guerra não era má em si, pois podia ser justa¹⁸⁸. Em certos casos, como a guerra de defesa, “não só é permitida, como, por vezes, é um comando”¹⁸⁹. Rejeitou, é verdade, determinadas causas invocadas para justificar a guerra, designadamente a punição de pecados cometidos contra Deus, como a idolatria, o domínio temporal de cristãos sobre infiéis, ou a sua incapacidade de governação, resultado da sua barbárie¹⁹⁰, no que parece ser uma crítica à teoria mais permissiva de Sepúlveda. Tem a mesma conceção no tocante à guerra para propagação da fé, sem deixar de, contudo, seguir a linha de acordo com a qual, em razão do direito do Papa pregar o Evangelho, impedimentos a atividades de proselitismo cristão ou perseguições subsequentes à sua entrada no território, podiam autorizar o uso da força¹⁹¹. A sua teoria sobre a guerra em favor dos inocentes¹⁹² está, aliás, intimamente ligada ao direito de prédica, já que, de acordo com a sua argumentação, tais atos, quiçá por impedirem a

¹⁸⁴ O seu *De Legibus, ac Deo Legislatore* Reproduzido in: *Selection of Three Works*, Oxford/London, Clarendon Press/Humphrey Milford, 1944, é um verdadeiro e, em diversos aspetos, atual, tratado de Teoria Geral do Direito.

¹⁸⁵ A este respeito, José Ferrater Mora, “Suárez and Modern Philosophy”, pp. 528-547.

¹⁸⁶ A respeito da teoria da guerra do jesuíta, vide Camilo Barcia Trelles, “Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIIe Siècle et l’ école moderne de Droit international”, pp. 473-532, e, mais resumidamente, Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), “Francisco Suárez (1548-1617): Justice, Charity, and War” in: Ibid.(eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass, Blackwell, 2006, pp. 339-400.

¹⁸⁷ No geral cf. Francisco Suárez, “A Work on the Three Theological Virtues: Faith, Hope, and Charity [*Triplice Virtute Theologali: Fide, Spe, Charitate*]” in: *Selection of Three Works*, p. 733 e ss (também em versão bilingue latim/ castelhana, *Teoría de la Guerra en Francisco Suárez*, Luciano Pereña Vicente (org.), Madrid, CSIC, MCMLIV), e, para comentários específicos, John Doyle, “Francisco Suárez: On Preaching the Gospel to People like the American Indians”, *FILJ*, v. 15, n. 4, 1992, pp. 879-951.

¹⁸⁸ Ver também D. P. O’ Connell, “The Rational Foundations of International Law: Suárez and the Concept of *Jus Gentium*”, pp. 264-266.

¹⁸⁹ Francisco Suárez, *De Bello* in: *Vitoria et Suárez. Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, Paris, Pedone, 1939, disp. xiii, para. iv, p. 802.

¹⁹⁰ Ibid, para. v, p. 823 e ss.

¹⁹¹ Francisco Suárez, “*Triplice Virtute Theologali: Fide, Spe, Charitate*, disp. XVIII (On the Means Which May be Used for the Conversion and Coercion of Unbelievers which are Apostates)”, sec. I (Has the Church Power and Right of Preaching the Gospel to All Unbelievers Everywhere?), pp. 739-749. Já havia detetado isto, por exemplo, Theodor Meron, “Common Rights of Mankind in Gentili, Grotius and Suárez”, *AJIL*, v. 85, n. 1, 1991, pp. 112-113.

¹⁹² Vide igualmente Camilo Barcia Trelles, “Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIIe Siècle et l’ école moderne de Droit international”, pp. 499-501.

salvação, causarem danos graves àqueles que teriam interesse em ouvir a Palavra de Deus¹⁹³. Por isso, se o Príncipe impedisse o povo de ter esse acesso, haveria legitimidade para que se lhe fizesse a guerra¹⁹⁴. Não deixa de ser curioso que o mesmo raciocínio, seja usado, de modo original por Suarez¹⁹⁵, para sustentar que um Estado monoteísta não cristão podia usar a força contra um governante idólatra que impedisse os seus súditos de ouvir os preceitos dessa religião¹⁹⁶.

Complementarmente, pode-se destacar, nas discussões de Suárez sobre as autoridades legítimas para declarar a guerra¹⁹⁷, a ideia de que só se pode empreender a guerra quando se dá oportunidade à parte responsável pela conduta danosa de cessar a sua prática¹⁹⁸; e, finalmente, alguns aspetos ligados às regras relativas à conduta na guerra, muitos dos quais, com adaptações inevitáveis resultado da evolução do instituto¹⁹⁹, estão ainda incluídos entre as condições das intervenções humanitárias unilaterais na atualidade²⁰⁰.

O comparativamente pouco conhecido e estudado Juan Solórzano Pereira (1575-1655)²⁰¹, autor setecentista e juiz colonial, formado e antigo lente da Universidade de

¹⁹³ Francisco Suárez, *Triplíce Virtute Theologali: Fide, Spe, Charitate*, p. 743.

¹⁹⁴ Ver o seguinte trecho do *De bello*: “Se um Estado submetido a um príncipe não-crente deseja aceitar a lei de Cristo e o príncipe não-crente impede essa aceitação, então os príncipes cristãos têm um direito de defender aquele povo inocente” (Francisco Suárez, *De Bello*, sec. v, para. 7.)

¹⁹⁵ Ver igualmente o espanto manifestado por Camilo Barcia Trelles, “Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIe Siècle et l’école moderne de Droit international”, pp. 499-501 (chamando-a de “tese surpreendente”).

¹⁹⁶ Diz o pensador ibérico que “se qualquer Estado deseja adorar o Deus único e observar a lei da natureza ou ouvir os pregadores que ensinam essas coisas, e se o soberano daquele Estado impede-os coercivamente de o fazer, haveria causa justa para fazer a guerra por outro príncipe, mesmo que o último seja um não-crente e guiado unicamente pela razão natural; aquela guerra seria uma defesa justa de pessoas inocentes” (Francisco Suárez, *De Bello*, sec. VI, para. 8).

¹⁹⁷ Ibid., sec. II.

¹⁹⁸ Ibid. sec. VII, para. 3 (“Defendo que antes da guerra começar o Príncipe atacante está obrigado a chamar a atenção do Estado opositor para a existência de causa justa para a guerra e consequentemente, a procurar reparação adequada; e se o outro Estado oferece adequada reparação, está obrigado a aceitá-la e desistir da guerra. Se, por outro lado, o príncipe opositor recusar a satisfação, o primeiro pode começar a guerra”).

¹⁹⁹ Em geral, Ibid., sec. VII.

²⁰⁰ Ver cap. 4.

²⁰¹ Sobre Solórzano, contendo pequena biografia, v. James Muldoon, *The Americas in the Spanish World. The Justification for Conquest in the Seventeenth Century*, Philadelphia, UPP, 1994, *passim*, e Marta Milagros Mingo & Miguel Luque Talaván, “Juan de Solórzano Pereira y la cuestión de los justos títulos: fuentes del Libro I (caps. IX-XII) de la *Política Indiana*” in: Antonio Gutierrez Escudero & María Luísa Laviana Cuetos (coords.), *Estudios sobre America: Siglos XVI-XXI*, Sevilla, AsEA, 2005, pp. 123-195; as suas fontes são discutidas em Ibid., *passim* e em Ana María Barreto García, “Las fuentes literarias” in: Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 16-25)*, Madrid, CSIC, 2000, pp. 15-28; em português, contendo apresentação geral e pequena referência bibliográfica, Ditlev Tamm, “Clássicos da Lei, Conquista da América e o *Derecho Indiano Colonial*” in: Helena Buescu; Cláudia Trabuço & Sónia Ribeiro (orgs.), *Direito e Literatura. Mundos em Diálogo*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 233-240.

Salamanca²⁰², teve a vantagem de poder ver em retrospectiva os argumentos utilizados, sistematizá-los, racionalizá-los, confrontá-los com a realidade local²⁰³ e posteriormente publicá-los, entre 1629 e 1639, numa obra chamada *De Indiarum Iure*²⁰⁴. Pela época em que vem a lume, é teoria marcadamente influenciada por pensamento sem grande força na Europa do século XVII²⁰⁵. Era claramente mística²⁰⁶, usando recursos escatológicos de justificação, com recurso à vontade de Deus e aos seus milagres. Ademais, tinha uma conceção fortemente intervencionista²⁰⁷, ainda que rejeitasse as bases de fundamentação ligadas ao argumento da ocupação legítima de uma coisa de ninguém, o título do primeiro descobridor²⁰⁸, porquanto Pereira entendia que grande parte desse território das Américas já se encontrava ocupado por outros seres humanos e por comunidades políticas soberanas e cada qual com os seus governantes ou modos de organização²⁰⁹. Negou igualmente que a presunção de barbárie ou de animalidade de todos os índios²¹⁰ e o desejo de propagar a fé conferissem, por si só, legitimidade à aquisição territorial.

²⁰² Bernardino Bravo Lira, “El derecho comum en Ultramar. Autores y obras jurídicas de la época del Barroco en Hispanoamerica”, *IC*, v. 15, 1998, pp. 1-42, especialmente 12-13.

²⁰³ Este aspeto relevante foi salientado por *Ibid.*, *passim*, e pelos artigos reunidos em Diana Bonnet & Felipe Castañeda (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006.

²⁰⁴ Para uma pequena panorâmica, Jesús García Añoveros, “Los títulos de la posesión de las Índias de la Corona Española” in: Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De adquisione Indiarum) (Cap. I-15)*, Madrid, CSIC, 1999, pp. 19-29.

²⁰⁵ Influências medievais (James Muldoon, “Solórzano’s *De indiarum iure*: Aplying a Medieval Theory of World Order in the Seventeenth Century” in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, pp. 29-45, e barocas (Ana María Barreto García, “Las fuentes literárias”, p. 17 (dizendo que ele é um expoente do ambiente científico do Barroco), são notados em Solórzano.

²⁰⁶ Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De adquisione Indiarum)*, cap. IV (“Sobre los multiples milagros que ham tenido lugar em el descubrimiento, convérsion y conquista del Nuevo Mundo y que han puesto de manifiesto la voluntad, inspiración y llamamento de Dios em hazaña de la magnitud”) e V (“De otros milagros más peculiares y notables que acaecieron en la convérsion y conquista de las Indias Occidentales”).

²⁰⁷ Não estamos seguros se a leitura de um Solórzano anti-intervencionista e irónica feita, por exemplo, por James Muldoon, “Solórzano’s *De indiarum iure*: Aplying a Medieval Theory of World Order in the Seventeenth Century”, pp. 43-44, estaria correta.

²⁰⁸ Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De adquisione Indiarum)*, cap. VI (“Título tercero tomado del derecho de descubrimiento y ocupación de este Nuevo Mundo que hicieron por vez primera los españoles. Si se ha de considerar justo y legítimo e en que medida”).

²⁰⁹ Diz o autor: “A verdade é que o título anterior da descoberta e ocupação, isoladamente, tem, aparentemente, escasso valor, como dissemos, porque naquilo que diz respeito às províncias e regiões no Novo Mundo, quando os reis espanhóis as descobriram e ocuparam teriam os seus próprios reis e donos” (*Ibid.*, para. 80-83).

²¹⁰ “Considero que, sem dúvida, foi e sempre será falsa, aquilo que, com insinuação tortuosa, alguns propalaram nos primeiros tempos das descobertas e conquistas deste Novo Mundo, que os índios não só eram bárbaros como outros povos sobre os quais temos falado como igualmente cruéis, pasmados, sem inteligência, que andavam errantes por montes e serras” (*Ibid.*, cap. VIII; para. 50-52). Solórzano, rejeitando qualquer interpretação antropológica monolítica, divide os índios em três classes. Na primeira inclui, “os chineses, japoneses e a maioria dos da Índia Oriental”, que “não se afasta muito da reta razão e do comportamento habitual do género humano: possuem Estados sólidos, leis escritas, cidades fortificadas e ilustres pela magnificência das suas obras, magistrados insignes, mercados firmes e ricos, emprego famoso da escrita, florescentes universidades”; a segunda, os Aztecas ou os Incas, aqueles que

Todavia, aceitava quase todos os outros títulos para legitimar o império espanhol sobre as Américas²¹¹ ou pelo menos a sua retenção²¹². Admitiu que, em relação aos índios evoluídos, não se lhes podia fazer a guerra independentemente de outra causa²¹³; aos de grau de civilização intermédio, deveria tentar-se persuadi-los a aceitar a Fé²¹⁴, de forma não violenta, e só se incorressem na prática de crimes graves contra o Direito Natural é que se poderia submetê-los ou adotar meios bélicos contra eles, o que, na prática, servia igualmente aos interesses espanhóis²¹⁵ e os dos próprios índios que passariam a agir conforme à razão humana e à fé católica; já os selvagens podiam ser

“sem conhecer o uso da escrita, sem ter leis escritas nem estudos filosóficos ou civis, têm, sem embargo, os seus reis e magistrados determinados, têm um Estado, têm sedes numerosas e determinadas, onde exercem actividades políticas, têm chefes e hierarquias militares e celebrações solenes da sua religião e, finalmente, regem-se por uma fâisca de razão humana; admiráveis em “muitos aspetos”, tinham outras condutas “totalmente distantes da recta razão e ao comportamento habitual do género humano, e tantos costumes, ritos e superstições monstruosas e uma arbitrariedade tão grande no tratamento cruel dos seus súbditos”; os terceiros, tribais, simplesmente “selvagens e semelhantes às feras, sem possuir sequer um paladar de sensibilidade humana, sem lei, sem rei, sem alianças, sem uma magistratura ou organização política fixadas, com alteração constante de residência, ou quando a têm fixa se parece mais com um covil de feras (...)” (Ibid. cap. IX, para. 11).

²¹¹ Em específico sobre esta questão, Paolo Vignolo, “‘Nuestros antípodas y americanos’: Solórzano y la legitimidad del imperio”; Rafael Díaz Díaz, “Obra de imperio: colonialidad, hecho de imperio y eurocentrismo en la *Política Indiana*” in: Diana Bonnet & Felipe Castañeda (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, pp. 1-48; 49-77.

²¹² Veja-se a tese de Felipe Castañeda, “El derecho de retención del Nuevo Mundo en Solórzano Y Pereira como superación del *ius ad bellum* de la conquista” in: Ibid., pp. 109-126.

²¹³ “Seria impossível, sem dúvida alguma, invocar algum título justo e legítimo para os submeter e governar com base na sua condição rude e bárbara. Ainda que, até certo ponto, sejam bárbaros e estejam em desacordo com a recta lei natural na maior dos seus actos (...)”, pois na realidade, “são notáveis, como vimos, tanto o seu poder, como, em certa medida, a sua sabedoria humana, e gozam de regime político próprio” (Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum)*, cap. IX, para. 13). Ver aspetos de enquadramento geral à temática em Martha Herrera Ángel, “Los pies de la República Cristiana: la posición del indígena americano en Solórzano Pereira” in: Diana Bonnet & Felipe Castañeda (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, pp. 78-108.

²¹⁴ Solórzano aponta, em concreto, que “os filhos dos índios, pelo vigor do seu espírito e a vivacidade dos seus sentidos, têm mais destreza em tudo o que é prático e mais avantajados que os nossos” (I Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum)*, cap. VIII, para 63-64), portanto, no geral, eram passíveis de conversão.

²¹⁵ A condição bárbara, que é o único motivo que sobre eles é invocado, não é nem foi suficiente para os poder privar de liberdades e o domínio dos seus bens, que possuíam privada e publicamente. Do mesmo modo que pela vontade dos nossos reis nunca a lei os despojou ou privou. Assim, como “nestes índios não é tão grande a sua ferocidade ou rudeza que justifique não esperar deles, se actuarmos com paciência ou empenho afectuoso, que se impregnem de costumes cristãos e civilizadas e recolham diariamente óptimos e abundantes frutos, uma vez irradiada, devida e religiosamente, nos seus corações a semente da fé católica, como já temos experiência de, sem dúvidas, ter acontecido e acontecerá face ao estado em que foram encontrados” (Ibid., para 18), ou seja, tão distantes da “recta razão e o comportamento habitual do género humano” (Ibid., para 19), com costumes “bárbaros, grosseiros, rasteiros e desumanos” (Ibid.) e praticando “sacrifícios cruéis e execráveis, cegos pelos erros e incitações de Satanás” (Ibid.), tornando necessário “não distante das normas do direito divino, natural e civil que os mui piedosos e católicos reis da nossa Espanha (...) reclamassem e exercessem sobre eles jurisdição suprema e governo e o resto das atribuições que lhes são distantes (Ibid.).

submetidos ao domínio espanhol e à servidão individual²¹⁶ ou mesmo privados da vida, acaso fossem indómitos²¹⁷.

O título mais forte que Solórzano encontra para legimitar a conquista é a própria Bula Papal de concessão²¹⁸, que visava a propagação da fé cristã e a salvação de toda a humanidade²¹⁹. Ela, na sua opinião, permitia aos cristãos pregar em qualquer parte do mundo e autorizava o uso da força no caso de ocorrer qualquer impedimento²²⁰ ou se houvessem necessidades religiosas imperiosas²²¹. Os governantes católicos espanhóis²²² haviam sido agraciados com o privilégio de lhe dar concretização²²³.

²¹⁶ Dizia, em concreto, que com eles se “podia agir com maior folga”, ou seja, “não só se admite o comentado direito de governação suprema sobre eles que, como já havíamos sustentado, se admitiu sobre os índios da segunda classe, como também se os pode prender à força, dominá-los e reduzi-los à escravatura” (Ibid., cap. IX, para. 24-25).

²¹⁷ Mais do que perder a liberdade se se revelassem incuráveis, podia-se até “matar os mais violentos, se, após empregar outros meios para diminuir a sua barbárie, reprimir a sua ferocidade e levar a fé, não lograrmos obter resultados, de modo que deponham a sua atitude feroz e irracional e, educados nos bons costumes, possam receber a lei natural e evangélica” (Ibid.).

²¹⁸ Concordámos em absoluto com Paolo Vignolo, “‘Nuestros antípodas y americanos’: Solórzano y la legitimidad del imperio”, p. 39, que chama a atenção para a centralidade das bulas alexandrinas para o pensamento político de Solórzano e para a sua estratégia de legitimação da conquista.

²¹⁹ “Um sétimo título em defesa mais justa e eficaz ainda dos nossos reis na conquista e aquisição do Novo Mundo (...) reside no seguinte facto: quando começaram a ter conhecimento do mesmo e de povos que ali andavam errados submetidos à escravatura do demónio e na cega obscuridade dos erros mais crassos, deveriam tentar com todo o seu poderio estender a fé cristã e católica até ao Novo Mundo, por mais separado e distante que estivesse, e reprimir com o rigor correspondente quantos bárbaros infiéis se negassem a recebê-la e empurrar-los para o curral de Cristo, para que purificados pelo sagrado baptismo reconheçam o domínio da Santa Igreja Romana e prestem a devida obediência ao Sumo Pontífice, vigário de Cristo na Terra” (Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum)*, cap. XVI, tit. 7, para 1 e ss).

²²⁰ Como sustenta, é muito comum e verdadeira a opinião de quase todos os teólogos e juristas que ensinam que tal coação é lícita, e, portanto, com todo o Direito se pode declarar a guerra por estas causas aos infiéis que se recusam petulantemente a ouvir a fé ou põem obstáculos a tais entradas piedosas e louváveis. Mas, com uma condição: que antes de chegar a tal decisão se tentem todos os outros meios que possam conduzir ao desempenhar apostólica e pacificamente a missão dos Apóstolos; e que no curso da mesma guerra se guarde a moderação de uma defesa irreprochável e se tome a precaução de não levar o castigo para além do que peça o delito cometido (...)” (Ibid., cap. XX, tit. 8, para. 1).

²²¹ “Se devem ter por justas as guerras que se empreendem por mandato ou autoridade de Deus (...). No mesmo sentido, (...) há de se ter por justas as que o seu Vigário ordene fazer contra os infiéis para o aumento da religião ou por outras causas legítimas” (Ibid., cap. XXIII, tit. 10, para. 128-129).

²²² “Se devem ter por justas as guerras que se empreendem por mandato ou autoridade de Deus (...). No mesmo sentido, (...) há de se ter por justas as que o seu Vigário ordene fazer contra os infiéis para o aumento da religião ou por outras causas legítimas” (Ibid., cap. XXIII, tit. 10, para. 128-129).

²²³ A utilização do qualificativo não é inocente, pois, além de a questão concreta demandar a justificação dos poderes papais nessa matéria, haveria ainda, quanto mais não seja por motivos políticos, que fundamentar a doação à Espanha em específico. Ao problema, Solórzano volta mais tarde na obra, sustentando que a “encomenda” se deveu à proximidade geográfica do Novo Mundo (Ibid., cap. XXV, tit. 10, para. 9-11), à capacidade da Espanha para executar a missão, “que sobressaia entre os demais pelo seu poder, riquezas, a abundância de navios, a perícia dos seus marinheiros e a extensão do seu Império” (Ibid.), mas, sobretudo, porque, no seu entender, “os gloriosíssimos reis de Espanha estão, ao que parece, destinados pela Igreja a defender a fé, a converter e proteger as novas ilhas e nações de infiéis e a semear o Santo Evangelho de Cristo por diversas regiões do Mundo e por remotas e desconhecias zonas de Província” (Ibid., para. 21-22), o que afastava não só “os Reinos de Inglaterra e França, aos quais também se podia encomendar o mesmo encargo, [mas que] tinham contra si [o facto] de estarem as suas gentes infetados enormemente e diversos e ímpios erros heréticos, em lugar da verdadeira e limpa semente

Apesar de aparentemente a argumentação de Solórzano Pereira levar à legitimação de guerras de domínio contra os índios menos evoluídos e para a propagação da fé, não seria equivocado observar que essa possibilidade está sempre associada aos seus comportamentos concretos violadores do Direito Natural e portanto passíveis de correção e de punição²²⁴, apresentados como um bem para os próprios índios. Pereira remeteu tal possibilidade para a discussão que promoveu sobre a licitude das intervenções punitivas e de defesa dos inocentes, ambas aceitadas pelo autor como legítimas²²⁵, em virtude dos atos ‘tirânicos’²²⁶, ‘pecaminosos’²²⁷ e ‘hediondos’²²⁸ dos índios, como a antropofagia²²⁹, associada à idolatria²³⁰ e aos sacrifícios humanos²³¹. Por

evangélica semeariam entre os rudes e inermes índios a desafortunada discórdia, a malvada e pérfida doutrina, (...) de Lutero e Calvino e as estéreis ervas daninhas” (Ibid., para. 14-17).

²²³ A Bula, “confiou aos Reis Católicos de Espanha não só o cuidado de os – aos índios – converter-lhes à fé, mas também, em simultâneo, concedeu-lhes o supremo poder e jurisdição de os submeter pela força das armas e conquistar-los, quando fosse preciso” arrematando, em articulação com os pressupostos iniciais de construção teórica explicitados no início da obra, que se tratava de “exigência da propagação da fé Cristã e do Evangelho e a imunda raça de os mesmos homens bárbaros, remota, inacessível, e em nenhuma parte conhecida nem sequer de nome, os seus costumes selvagens, cruéis e desumanos, as suas tiranias, superstições, idolatrias, sacrifícios cruéis e outros crimes dos mais repugnantes e nefandos com que ofendiam gravemente a Deus e desfiguravam miseravelmente a própria natureza humana” (Ibid., Cap. XXIV, para. 11-12).

²²⁴ Prova-o o tratamento mais leniente que dá à questão da idolatria, mais ligada a erros sobre a fé, dizendo, neste sentido, que “eu, de maneira nenhuma apostaria no castigo se fossem infiéis que não eram nossos súbditos, e não tivessem outro vício que não a idolatria e se fosse perguntado se por essa razão se lhes podia fazer a guerra” (Ibid., cap. XV, tit. 6, para. 1-2). Como diz, “o conhecimento do verdadeiro Deus é coisa muito importante e obscura e que os homens não podem ensinar e explicar suficientemente sem fé. Deus é algo de difícil compreensão e captação, sempre fugindo e distanciando-se daqueles que vão à procura dele” (Ibid., para. 30-33).

²²⁵ “Não há dúvida que não só são motivos piedosos, como absolutamente justos e legítimos para incomodar com a guerra aos infiéis e privar-los do domínio dos seus bens e jurisdição sobre as suas províncias, máxime se para isso mediar a autoridade do Sumo Pontífice” (Ibid., cap. XII, tit. 6, para. 2).

²²⁶ Diz que “os governantes indígenas “não só consolidaram o seu poder mais pelo medo e a crueldade do que pelo direito e a lei e pelo consentimento dos súbditos, como [porque] nos seus actos de governo a actuação normal era a fraude, a violência, a tirania (...)” (Ibid., para. 4).

²²⁷ “Estes mesmos índios violavam habitualmente a lei natural com outros muitos e repugnantes pecados e ofendiam gravemente o autor da mesma natureza” (Ibid., para. 23-26), com actos de nudez, embriaguez, poligamia, paixão promíscua, que exerciam com mães (Ibid.) e irmãs[e] as práticas nefandas do prazer homossexual (Ibid. para. 27-29).

²²⁸ Por serem normas do Direito Natural de “primeira classe”, “a natureza prescreve aos homens pelo mero facto de serem homens”. Assim, “não se poderia admitir ignorância ou desculpa alguma relativamente à sua transgressão” (Ibid., cap. XV, tit. 6, para. 30-33).

²²⁹ “Esses mesmos índios eram geralmente antropófagos, ou seja, comiam communmente carne humana e para esse efeito tentavam fazer inimigos e prisioneiros, a quem matavam (...)” (Ibid., cap. XII, tit. 6, para. 34-37). Aliás, o “mais grave é que, não só exerciam normalmente o seu rigor com os inimigos e prisioneiros, ao extremo de comer a sua carne, como também se acostumaram também a matar os seus pais e parentes idosos e a comer-los, como se não houvesse distinção alguma entre os anciãos e os mortos” (Ibid.) “o que parece mais assombroso, estavam entregues a esse vício criminoso ao ponto de com frequência os filhos servirem de festim para o pai e, por seu turno, o pai para os filhos, segundo a sorte ou a fortuna o consentia (...)” (Ibid., para. 40-42)”.
²³⁰ “A idolatria, que praticavam com diferentes gestos, frívolos e por vezes espectaculares, e prestavam aos falsos e imundos ídolos o culto que os homens devem dedicar ao único Deus verdadeiro” (Ibid., para. 101-102).

consequente, uma guerra que fosse empreendida para implementar esse objetivo legítimo seria justa²³².

Os inocentes não entram na lógica do magistrado de Lima de forma meramente incidental, como um apêndice da punição de crimes graves contra o Direito Natural, mas igualmente de modo autônomo, amparando-se a guerra precisamente em razões de humanidade derivadas do parentesco natural de todas as pessoas²³³ e do decorrente dever de auxílio que dele infere²³⁴ para bem dos índios e da sua posteridade²³⁵. Tal dever deveria ser perseguido independentemente da vontade dos próprios²³⁶ e sem qualquer consideração pela sua autonomia em aceitar essas práticas²³⁷, até porque isso, no seu entender, dificilmente podia ser comprovado²³⁸ por qualquer autoridade cristã²³⁹. A razão mais forte que fundamentava esta tese do magistrado, marcada pelo espírito de

²³¹ “A realização de sacrifícios humanos também vai ser motivo de escândalo aos olhos do jurista, pois os índios “cegados pela astúcia do demônio, [imolavam] aos seus ídolos em ritos ímpios e cruéis inúmeros corpos de homens inocentes, não só inimigos e estrangeiros, mas também de (...) filhos” (Ibid., para. 54-58).

²³² Ibid., cap. XIII, tit. 6, para. 22-25 (“Se a defesa e vingança, sobre a qual falámos anteriormente, são justas de admitir para eliminar e vingar os agravos feitos aos homens, muito mais justa e lícita parece ser a guerra contra os infiéis para reprimir e conter a idolatria”).

²³³ Solórzano diz que “pela razão cogente da humanidade e do parentesco natural, os homens devem guiar os costumes dos outros homens rumo ao bem” (Ibid., para. 12-14).

²³⁴ De acordo com o jurista castelhano, “os homens devem (...) impedir, na medida das suas forças, os agravos e opressões que [os outros] suportam debaixo do jugo de tiranos” (Ibid.) e “quem podendo não rechaça o agravo feito a um companheiro tem a mesma culpa daquele que o comete” (Ibid., para. 15-17).

²³⁵ Aplicando ao caso concreto dos infiéis, mais razão haveria, pois “se um pai infiel pretende dar a morte ao seu filho pequeno para impedir que seja baptizado, seria lícito fazer-lhe frente e subtrair o filho das suas mãos” (Ibid., para. 12-14), formulação que deve ser apreciada como representação literária e eufemisticamente da acção espanhola contra os governantes índios que queriam matar ritualisticamente a posteridade desejosa de salvação não fosse Solórzano acreditar que havia potencial para a salvação e civilização especialmente das crianças (Vide Ditlev Tamn, “Clássicos da Lei, Conquista da América e o *Derecho Indiano Colonial*”, *passim*).

²³⁶ “Não constitui obstáculo a réplica de que estes índios nunca pediram aos espanhóis ajuda, socorro ou castigo – estando melhor satisfeitos com a sua sorte – frente aos tiranos que os tinham submetido; ao que parece, estavam voluntariamente de acordo e consentiam com os usos, leis ou costumes, que os governavam, por selvagens e repugnantes que fossem, e com os sacrifícios cruéis e monstruosos que praticavam” (Juan Solórzano Pereira, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 1-15)*, cap. XIII, tit. 6, para. 89-91).

²³⁷ Solórzano diz que “os índios não gozavam de autonomia até ao ponto de poder entregar à morte as suas pessoas e as dos seus filhos ou concordar com os tiranos, que os ultrajavam e matavam, porque ninguém é dono da vida alheia, nem mesmo da própria, se não for para a proteger”. Por isso, “a vontade dos índios não pode eliminar a piedosa e exigível obrigação humanitária de prestar auxílio aos próximos em situação de perigo, tribulação ou necessidade, inclusive contra a sua vontade” (Ibid., para. 92-94).

²³⁸ “Não é possível, de acordo com aquilo que penso, afirmar com segurança que os índios consentissem voluntariamente com as calamidades antes mencionadas, toda a vez que por sua cegueira ou ignorância ou por medo dos tiranos se encontravam num estado de opressão, não podiam aspirar a uma melhor condição. Na realidade, sem embargo, de a maioria deles encontrava-se farta ao extremo da tirania dos governantes e das leis, da crueldade e rigor dos sacrifícios, e desejavam, se fosse possível, ver se livres de carga tão pesada” (Ibid., para. 100).

²³⁹ “Se o senhor impõe ao súbdito um fardo enorme e exasperante, qualquer outro príncipe, superior em força e autoridade, poderia e deveria eximir inteiramente a esse vassalo do poder e jurisdição de tal senhor cruel, ainda que o súbdito guardasse silêncio e não formulasse petição alguma” (Ibid., para. 98-99).

síntese doutrinária que o caracteriza, seria o facto de mesmo autores que reputava adversários de posturas intervencionistas terem aceite que, neste caso concreto, se justificava o uso da força²⁴⁰.

Fixada a causa justa para a guerra justa para proteger os inocentes seria necessário respeitar certas condições para a sua efetivação. Passavam, no entendimento de Solórzano Pereira: a) pela oportunidade que se devia conceder aos ‘nativos’ para mudarem o seu comportamento²⁴¹ e por uma advertência formal nos moldes do *requerimiento* espanhol²⁴²; b) por cálculos sobre a sua eficácia, já que deveria ser suspensa se causasse mais danos do que benefícios²⁴³, e, c) que durante o seu curso fossem tomados cuidados acrescidos (ainda que relativos) para com os ‘inocentes’²⁴⁴. Em moldes tipicamente vitorianos, Solórzano defendeu que os interventores fossem ressarcidos das suas despesas tanto por culpados como por inocentes²⁴⁵ e que estes não fossem submetidos à escravatura²⁴⁶. Aceita, outrossim, como efeito da guerra, a perda de território. No fundo, era o culminar de toda a teoria do autor, destinada, em última instância, a demonstrar que o domínio espanhol sobre as suas possessões coloniais nas

²⁴⁰ Conforme coloca a questão, “tão pouco se atrevem a uma recusa geral quem segue [a tese] contrária, como é claro em Francisco de Vitória, Gregório Lopes, muito seguramente José de Acosta, e Diego de Covarrubias, que defenderam, é verdade, com grande energia que não se podia com justiça fazer a guerra contra os infiéis que não nos causaram dano; conclui, sem embargo, que se esses infiéis se comportavam tiranicamente com os seus súbditos e se derramassem sangue de inocentes em honra aos seus ídolos, com toda a justiça se lhes podia fazer a guerra não só com autoridade divina, mas igualmente humana e pública. Porque, diz, o sangue de inocentes que eram mortos da forma mais iníqua parece neste caso clamar, pedindo auxílio do próximo [cita continuamente uma panóplia de autores]” (Ibid., cap. XV, tit. 6, para 5-6).

²⁴¹ Como diz, “para a justiça desta guerra, que se empreende contra os bárbaros para a defesa e libertação dos inocentes, é necessário, ao que parece, que previamente se lhes advirta com suavidade e suficiência que se abstenham dos seus sacrifícios cruéis, das suas opressões tirânicas e dos seus banquetes bestializados. Pois ninguém que seja prudente deve fazer uso de remédios mais duros e severos antes de experimentar outros mais suaves e humanos (Ibid., para. 12-15).

²⁴² Ibid., para. 16.

²⁴³ Diz que “se há de renunciar a esta guerra, se dela se seguisse a morte de mais inocentes do que o número de sacrificados” (Ibid., para. 19-20)

²⁴⁴ Para o autor, sendo “verdade que não se pode intencionalmente causar dano nenhum aos inocentes, uma vez que a guerra deve ser feita sempre com o propósito de evitar o mal e promover o bem, eventualmente, sem embargo, e em consequência também se pode lutar contra eles, sobretudo quando, no período da luta, não é possível distinguir-los dos outros ou quando pegam em armas, como se faz sempre, ao lado dos mesmos culpados, e impedem que se consiga a vitória e por fim aos mencionados sacrifícios e matanças humanas” (Ibid., para. 21-22).

²⁴⁵ No dizer de Solórzano, “é lícito aos beligerantes recuperar as despesas da guerra com os bens dos inimigos, inclusive dos inocentes, e exigir uma compensação pelas ofensas e danos que houverem recebido dos inimigos durante o combate, bem como o justo prémio pelo seu esforço e engenho; pois não estão obrigados a expor-se aos perigos e a oferecer a sua colaboração e engenho gratuitamente” (Ibid., para. 23).

²⁴⁶ Mais uma vez citando Molina, sustenta: “sempre os nossos religiosíssimos reis procuraram e sancionaram com leis invioláveis que em todas as expedições que se fazem ou que se hão de fazer para descobrir novos povos e para explorar os já descobertos todos os índios sigam sendo livres e se lhes deixe o livre uso dos seus bens e domínios e que os nossos soldados não os ataquem, maltrarem ou matem sem terem sido provocados e aos capturados, (...) não os submetam à servidão” (Ibid., para. 24-25).

Américas era lícito²⁴⁷, naquilo que pode ser considerada uma das defesas mais fortes da posição jurídica castelhanas no continente americano²⁴⁸.

²⁴⁷ Diz o magistrado, anuindo com a opinião de Luís de Molina, que “até se lhes pode retirar o poder, se o bem dos inocentes e daquela República exige que os beligerantes assumam integralmente o poder daquele território” (Ibid.).

²⁴⁸ No caso de Solórzano, praticamente só há a rejeição de um dos argumentos, a doação ou confirmação imperiais (Ibid., cap. XXI, tit. 9, *passim*), que acusa de ter fraca força probatória (Ibid., cap. XXII, tit. 10, para. 1).

CAPÍTULO DÉCIMO-PRIMEIRO

CONVERSÃO, SALVAÇÃO, PUNIÇÃO E INTERVENÇÕES EM FAVOR DOS INOCENTES NA PRÁTICA E DOCTRINA LUSITANAS – O TEATRO AFRO- ASIÁTICO

11.1. A justificação teórica das descobertas e da guerra no ultramar

A experiência portuguesa das descobertas¹ e a consequente projeção lusitana por três continentes – África, Ásia e América – é, não obstante o seu quase total esquecimento pela literatura especializada², igualmente paradigmática na formatação da teoria da guerra justa humanitária. Deixando de lado qualquer comparação com a experiência homóloga da Espanha, que, por vezes, se confunde com a portuguesa, em especial se tivermos em conta o período da União Ibérica, o facto é que não só a realidade da expansão portuguesa criou as condições necessárias, como fez surgir o desenvolvimento de uma prática, inclusivamente legislativa, a envolver a guerra justa humanitária. A sua invocação foi frequente nos diversos palcos nos quais os lusitanos estiveram envolvidos e atraiu um sem número de grandes intelectuais e teóricos do direito que sobre ela se pronunciaram, suscitando debates a todos os títulos notáveis, que, desde cedo, mostraram diversas formas e padrões para avaliar as ações inerentes ao projeto ultramarino português³. Iam desde a exaltação de poetas como o conhecido Luíz

¹ No geral, cf. Edgar Prestage, *Viagens Portuguesas de Descobrimento*, Lisboa, Portugalíia, 1940; C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborn Empire 1415-1825*, London, CP, 1988; A. J. R. Russel-Wood, *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*, Baltimore, JHUP, 1992; Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 5. ed., Mem Martins, E-A, 2001.

² Sobre a guerra justa em Portugal, seguir Costa Brochado, “O problema da guerra justa em Portugal”, *RRCP*, a. 1, n. 1, 1946, pp. 41-59; António Braz Teixeira, “A ‘Guerra Justa’ em Portugal”, *Separata de Esmeraldo*, n. 7, 1955, pp. 5-14; Beatriz Perrone-Moisés, Entrada ‘Guerra Justa’ in: Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), *Dicionário de História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1994, pp. 386-387; Henrique Quinta-Nova, “A guerra justa ou justiça da guerra no pensamento português”, *NeD*, a. 21, n. 79, 1996, pp. 168-186; Rui Bebianno, *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000, cap. 2; Maria do Rosário Pimentel, “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa” in: Avelino de Freitas Meneses & João Paulo Oliveira e Costa (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/UA, 2007, pp. 209-317.

³ Apresentações gerais a esta literatura podem ser encontradas em Diogo Ramada Curto, “A Literatura e o Império: Entre o Espírito Cavaleiroso, as Trocas da Corte e o Humanismo Cívico” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, s.l., TeD, 1998, pp. 434-354; António Rosa Mendes, “A vida cultural” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, EE, 1997, v. III, pp. 333-371, esp. 350-351; José Manuel Garcia, “A literatura portuguesa da expansão: contribuição para o seu estudo e inventário” in: id., *Ao Encontro dos Descobrimentos. Temas de História da Expansão*, Lisboa, EPre, 1994, pp. 195-216, e, sobretudo, no clássico estudo de Hernâni Cidade, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina. As ideias – os factos – as formas de arte*, 2. ed., Coimbra, AA, 1963; é também de interesse Pedro Calafate, “A antropologia portuguesa da época dos descobrimentos – os direitos dos povos descobertos” in: id., (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 35-49.

Vaz de Camões⁴, que, com a sua gesta heróica do povo lusitano, apresentou as “memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé, o Império e as terras viciosas de África e Ásia andaram devastando”⁵, não fazendo por menos Gil Vicente na sua *Exortação*⁶. Não faltou a apologia explícita de cronistas⁷ como João de Barros⁸, Duarte Pacheco Pereira com a sua revelação evangelizadora do Infante⁹, Cadamosto e a

⁴ Vide também alguma discussão em Oliveiro Litrentos, “Os Lusíadas e o Direito Internacional” in: *Estudos de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, ER, 1976, pp. 53-70; Anthony Soares, “The Violent Maintenance of the Portuguese Colonial Identity and the Search for a Postcolonial One: Literary Images of Portugal as a Colonial and Postcolonial Nation”, *E-JAPSA*, n. 4, 2006, pp. 79-97, e Justino Almeida, “A Guerra e o Encontro de Civilizações n’ ‘Os Lusíadas’” in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1999, pp. 69-93.

⁵ Cf. Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas anotados por Campos Monteiro*, 5. ed., Porto, DB, s.d., canto I, II.

⁶ Cf. Gil Vicente, *Exortação da Guerra...Da Fama ao Inferno* [1515], Noémio Ramos (org.), Faro, s.n., 2013 (ebook): “Deveis senhores esperar em Deos que vos há de dar toda África na vossa mão. Ó senhoras portuguesas gastai pedras preciosas donas, donzelas, duquesas que as tais guerras e empresas são propriamente vossas. É guerra de devação por honra de vossa terra cometida com reção formada com descrição contra aquela gente perra. Fazei contas de bugalhos e perlas de camarinhas firmas de cabeças d’alhos isto si senhoras minhas e esses que tendes dai-lhos. Oh que nam honram vestidos nem mui ricos atavios mas os feitos nobrecidos nam briais d’ouro tecidos com trepas de desvarios. Dai-os pera capacetes. E vós priores honrados reparti os priorados a soíços e a soldados et centum pro uno accipietis. A renda que apanhais o melhor que vós podeis nas igrejas nam gastais aos proves pouca dais eu nam sei que lhe fazeis. Dai a terça do que houverdes pera África conquistar com mais prazer que puderdes que quanto menos tiverdes menos tereis que guardar. Africa foi de cristãos, mouros vo-la tem roubada - capitães ponde-lh’as mãos que vós vireis mais louções com famosa nomeada. Ó senhores cidadãos fidalgos e regedores escutai os atambores com ouvidos de cristãos. E a gente popular avante nam recusar ponde a vida e a fazenda porque pera tal contenda ninguém deve recear Ó senhores cidadãos fidalgos e regedores escutai os atambores com ouvidos de cristãos. E a gente popular avante nam recusar ponde a vida e a fazenda porque pera tal contenda ninguém deve recear. [...] Aníbal: Avante avante senhores que na guerra com razão anda Deos por capitão. [...] Guerra guerra todo estado guerra guerra mui cruel que o gram rei dom Manoel contra mouros está irado. Tem prometido e jurado dentro no seu coração que poucos lh’escaparão. [...] Sua alteza detremina por acrescentar a fé fazer da mesquita sé em Fez por graça divina. Guerra guerra mui continua (...) é sua grande tenção. Este rei tam excelente muito bem afortunado tem o mundo rodeado d’oriente ao ponente. Deos mui alto omnipotente o seu real coração tem posto na sua mão”.

⁷ Nem todas as crônicas da época se caracterizam pelo viés laudatório e ideológico. Por isso, no quadro desta discussão, desempenham um papel menos importante. É o caso do já citado Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, Aires Nascimento (ed. crítica e trad.), Lisboa, Colibri, 2002, *passim*; ver também Henrique Pinto Renna, “Estudo Preliminar”, p. 38, dizendo que o objetivo primário não era este, mas também que não se perdiam as oportunidades.

⁸ Cf. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente-Primeira Década*, 4. ed., António Baião (revisão e prefácio), Lisboa, INCM, 1988 [1552-1615], I. I, Cap. II.

⁹ Reproduzimos o trecho relevante: “(...) somente é para escrever a causa que [o] moveu a descobrir estas Etiópias de Guiné, de que principalmente tratamos. E como quer que os virtuosos barões amigos de Deus e de limpo coração, inimigos da cobiça, nunca são desamparados da graça do Espírito Santo, jazendo o Infante uma noite em sua cama, lhe veio em revelação como fazia muito serviço a Nosso Senhor descobrir as ditas Etiópias; na qual região se acharia tanta multidão de novos povos e homens negros, quanta do tempo, color e feição e modo de viver alguém poderia crer, se não os houvesse visto; e que destas gentes muita parte delas haviam de ser salvas pelo sacramento do santo baptismo; sendo-lhe, mais dito, que nestas terras acharia tanto ouro com outras tão ricas mercadorias, com que bem e abastadamente se manteriam os reis e povos destes reinos de Portugal, e se poderia fazer a guerra aos infiéis inimigos da nossa santa fé católica” (p. 235) (Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* [orig.: 1505?-1506?] in: *MMA*, 2ª Série, Padre António Brásio (col e anot.), Lisboa, AGU, 1968, doc. 35, v. I (“África Ocidental (1342-1499)”), pp. 254-257).

sua vocação de combate contra os bárbaros por Cristo e pela fé¹⁰. De forma simbólica através da pena de Eanes Gomes de Zurara (1407/10-1474¹¹), atribuindo-lhe um carácter odisseico e cruzadístico¹² de uma Nova Roma sobre um mundo incivilizado¹³, glorificando os governantes lusitanos pelos seus feitos¹⁴, atribuindo-a ao interesse científico¹⁵, comercial¹⁶ e sobretudo religioso¹⁷ do Infante de salvar os infiéis¹⁸, retirando-os da sua bárbara escuridão e permitindo, platonicamente, que conhecessem a verdadeira luz, o conhecimento de Deus e da religião cristã¹⁹, bem como de humanistas

¹⁰ Cf. ‘Viagens de Cadamosto e Pedro Sintra [22 de Março de 1455]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. I, pp. 287-373, sobre o Infante: “(...) fo dado tuto ala militia des nostro signor Iesu Xristo in guerizar a barbarj e combater pela fede” (p. 288).

¹¹ Sobre o autor, por todos, cf. António Dias Dinis (O.F.M), *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, AGC, 1949, *passim*; Michal Timovsky, “Ewangelization des payens d’Afrique Occidental dans la Cronique de Gomes Eanes de Zurara (XV Siècle) – Les raisons déclarés et la pratique des premières expéditions portugaises”, *AfB*, n. 51, 2003, pp. 11-21; Isabel Margarida Duarte, “O Relato na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara” in: *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto: Porto 22-24 de Novembro de 2001*, Porto, CLUP, 2002, pp. 208-215 (preocupada essencialmente com o estilo do autor e a influência do cronista Fernão Lopes neste pormenor), e Vincent Barletta, “*Uma Lança em África*. Los cuerpos imperiales de Gomes Eanes de Zurara”, *RP*, n. 21, 2009, pp. 71-84; Joaquim Pintassilgo, “Gomes Eanes de Zurara” in: Luís de Albuquerque (dir.) & Francisco Domingues (coord.), *DHDP*, s. l., Caminho, 1994, v. II, pp. 1096-1097.

¹² Fazendo esta associação, vide a apresentação de Katiusha Barbosa, “A ideia da cruzada nas crónicas de Zurara” in: Carlos Nogueira (org.), *O Portugal Medieval. Monarquia e Sociedade*, São Paulo, Alameda, 2010, pp. 189-196.

¹³ Seguir Vincent Bartella, “*Uma Lança em África*. Los cuerpos imperiales de Gomes Eanes de Zurara”, *passim*, com a mesma tese.

¹⁴ Atribuindo ao seu “príncipe pouco menos do que devinal (...) vertuosas obras, dignas de tanta glorya, cuja eternal duraçom, sob proveitosa fim, aleventará a tua fama com grande honra da tua memoria” (Gomes Eanes de Azurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, AGC, 1949, v. II (texto), cap. II, p. 8), o que também se pode atribuir ao zelo profissional de quem era, ao fim e ao cabo, cronista oficial do Reino e devia obediência e encómio às autoridades reais.

¹⁵ Da vontade de descobrir mares nunca dantes navegados, “porque ele tiinha voontade de saber a terra que hya a allem das ilhas de Canarya (...)” (Ibid., cap. VII, p. 42).

¹⁶ Pois “se poderyam pera estes reynos trazer muytas mercadaryas, que se averiam de boõ mercado, segundo razom, pois com elles não tratavom outras pessoas destas partes, nem doutras nhuas que sabidas fossem, e que esso meesmo levaryam para lá das que em estes regnos ouvesse, cujo trafego trazerya grande prazer aos naturaes” (Ibid., p. 44).

¹⁷ “A terceyra razom foe, porque se dizia, que o poderyo dos Mouros daquella terra d frica, era muyto mayor do que comuumente pensava (...) per natural prudencia, he constrangido a quere saber o poder do seu imiigo” (Ibid., p. 44), a quarta encontrar um soberano cristão, que ao contrário daqueles da Europa lhe quisessem ajudar na luta “contra os inimigos da fé”, fazendo, por um lado, como salientado, eco da relação íntima entre as cruzadas e a expansão e, pelo outro, a motivação derivada da lenda do Preste João, o príncipe cristão de um reino não europeu. Nas suas próprias palavras, “querya saber se se acharyam em aquelas partes alguuns principes xpaãos, em que a caridade e amor Xpõ fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles imiigos da fé” (Ibid., p. 45).

¹⁸ “A quinta razom, foe o grande desejoque avya de acrecentar em a sancta fe de nosso Senhor Jhum Xpõ, e trazer a ella todallas almas que se quisessem salvar conhecendo que todo o mesteryo da encarnaçom, morte e paixom de nosso Senhor Jhum Xpõ” (Ibid., p. 45 e ss).

¹⁹ Diz o cronista a este propósito “Ouço as prezes das almas inocentes daquela barbaras naçooes, em numero quase infyndo, cuja antiga jeraçoom desdo começo do mundo nunca vyo luz devinal, e pollo teu engenho, pollo tuas despesas tuas despensas infyndas, pellos teus grandes trabalhos, som trazidas ao verdadeiro caminho da salvaçom, as quaaes lavadas nas augua do baptismo, e ungidas no santo olio, solta desta miseravel casa, conhecem quantas treevas jazem sob assemelhança da claridade dos dyas dos seus antecessores” (Ibid., esp. II, pp. 8-9).

da lavra de Diogo Lopes Rebelo (século XV-1498)²⁰ ao lembrar “as afamadas vitórias que os predecessores de vossos [D. Manuel] pais, reis de Portugal, e vossos capitães alcançaram em África, derrotando, com pequenas forças, e sòmente ajudados de Deus, tantos milhões de sarracenos”²¹.

Não faltaram igualmente orientações menos apologéticas, mais críticas e, sobretudo, assentes em avaliações baseadas no Direito, das quais se destaca um parecer solicitado e submetido ao Rei D. João III sobre os aspetos jurídico-morais da “guerra contra os mouros africanos”²² e aparentemente contra os índios²³, em tons fortemente vitorianos²⁴. O autor do documento, rejeitando que tais terras tenham sido de propriedade cristã²⁵ e que se pudessem converter pela coação, encontra precisamente no

²⁰ Para uma apresentação do autor, Francisco Elías de Tejada, “Diogo Lopes de Rebelo, Nuestro más Antiguo Tratadista de Derecho Público”, *REP*, v. 25-26, 1946, pp. 163-179, Manuel Cadafaz de Matos, “Diogo Lopes Rebelo, um pré-humanista na sua modernidade, visto à luz da edição tipográfica (quatrocentista) parisiense das suas obras” in: Diogo Lopes Ribeiro, *De Republica Gubernanda per Regem [Do Governo da Republica pelo Rei]/Tractatus de Productiobus Personarum [In Divinis] [Tratados das Produções das Pessoas (Divinas)*, bilingue, com versão em português de Miguel Pinto Meneses, Lisboa, ETR, 2000, pp. vii-lxv, Pedro Calafate, “Diogo Lopes Rebelo” in: id., (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, v. I, pp. 451-458.

²¹ Cf. Diogo Lopes Ribeiro, *De Republica Gubernanda per Regem [Do Governo da Republica pelo Rei]* [orig.: 1496], cap. XII (in quo tractatur de pace regis cum christianis habenda, et bello nonnunquam gerendo) (sustentava, no geral, que “ao rei cumpre, algumas vezes, fazer a guerra, (...) [para] que a virtude da sua fortaleza e dos seus soldados se mostre e possa brilhar no combate. (...) na defesa da fé cristã, e na dilatação do seu culto, contra os infieis e nações bárbaras que blasfemam o nome de Cristo Senhor. Pode também fazer a guerra lícitamente em defesa de sua real pessoa, da sua Pátria e dos seus, para que reivindique o que de pleno direito lhe pertence, se doutro modo não o puder reaver [Trecho completo em latim: Sed est advertor quod rex debet aliquando bellum gerere et signanter contra infideles, ut ejus virtus fortitudinis et suorum militum in bellando enitescere possit et appareat. (...) Potest denique rex christianus in certis casibus bellum gerere, videlicet pro defensione fidei christianae et ejus cultum ampliando contra infideles et barbara nationes quae blasphemant nomen Domini Christi. Potest etiam rex bellum gerere licite pro defensione suae regiae personae et suae patriae et suorum, et ut vendicet sibi res suas quae sibi pleno jure pertinent, si eas aliter habere non potest” (pp. 142-143).

²² Anónimo, “Documento no qual nos são dadas as causas pelas quais se podia mover guerra justa aos infieis”, gaveta XI, maço 8, doc. 3, 12 fol. in: *GTT*, Lisboa, CEU, 1960, pp. 676-685.

²³ Diz, por exemplo, Isacio Pérez Fernandez, “Estudio Preliminar” in: Bartolomé de las Casas, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, Salamanca, ESE, 1989, p. 40, que claramente o objeto do parecer não eram os nativos das Índias Ocidentais, mas sim os das Orientais e os Africanos, mas não necessariamente estaria fora das cogitações do mesmo os ameríndios, haja em vista a colonização do Brasil.

²⁴ Como defende Ibid., pp. 40-41, é conteúdo claramente vitoriano. *Per contra*, Costa Brochado, “O problema da guerra justa em Portugal”, p. 58 (sustentando a sua anterioridade em relação às obras do salmantino).

²⁵ O trecho, que citámos, em português arcaico, diz que “Donde se infere que poys esta causa não pode ter movendo guerra contra infieis gentios ou mouros que habitão provincias nunca possuydas por christãos e a que se pode bem presumir que nunca chegou noticia do nome christão nem fama da ley evangelica a justificação da causa pera lhes poder mover guerra se ha de fundar na 2.^a causa que he tomar emenda d’algua offensa de que os autores della não fazem rezão porque cessando esta rezão a guerra que se lhes mover pera lhe tomar seus estados de que elles são legitimos possuydores pera aver seus tesouros pera lhes ocupar suas terras e os subjectar seria injusta e peccarião gravissimamente os que por esta via quisessem augmentar o culto divino senhoreando as dictas provincias e nunca serião dellas justos possuidores nem de boa fee os que as conquistassem. E elles e seus herdeiros em todo o tempo serião obrigados a restituyr e satisfazer todollos danos e perdas ainda que os povos das dictas provincias se

direito de pregação da palavra e no seu impedimento a base para espoletar guerra justa, permitindo-se ao Rei acudir os religiosos atacados²⁶.

Entendimento similar resultou das reflexões de outro autor lusitano, Frei Seraphim de Freitas (1570-1633), internacionalista dos séculos XVI-XVII²⁷. Mais

convertessem a nossa sancta fee antes por isso mays obrigados serão remitando os elles de sua livre vontade e obrigando se voluntariamente a governança dos que os mal conquistarão. E as taes conquistas chama o cardeal Devio Caietano rapinas e ladroices grandes — ainda que vão paliadas com apparencias de conversão de infieis” (Anónimo, “Documento no qual nos são dadas as causas pelas quais se podia mover guerra justa aos infieis”, p. 678).

²⁶ O trecho do “parecer” é longo, mas é importante que seja apreendido na sua extensão máxima e depois dissecado de acordo com as necessidades hermenêuticas concretas: “O modo que nosso Redemptor mandou que se tivesse na conversão dos infieis a sua sancta fee foy mandar gente que insinasse com doutrina e exemplo oferecida polla salvação das almas a tam certo perigo como estão as ovelhas antre lobos a qual buscasse a gloria de Deus e nao a sua o ceo e não a terra salvação das almas e não tesouros temporaes. Estes taes pregadores como embaixadores de Deus e do comercio do ceo denunciadores de negocio tam proveitoso a todos e tam necessario como he insinar se o caminho de se salvarem e de serem bemaventurados cousa que naturalmente toda racional criatura deseja em toda parte merecem ser ouvidos. E de todos aquelles a que chegão e dão esta embaixada e recado da parte de Deus devem ser bem tratados e benignamente recebidos e mays poys não vão com força pera sobrestarem com ella as pessoas a receber sua doutrina antes deploys de proposta sua embaixada que he a pregação evangelica deixão aos ouvintes liberdade pera a não acceptar se quiserem ainda que lhes dizem a necessidade que ha de os crerem se se querem salvar. E como seja cousa natural e de todas as nações geralmente recebida a segurança e bom tratamento dos messageiros enviados e embaixadores da gente que esta ley não guarda com os embaixadores de Deus que são os pregadores podem e devem tendo disposição e oportunidade os reys christãos tomar emenda e castigar com mão armada a offensa feita aos pregadores da fee catolica. E porque esta he a 2.^a causa de justa guerra inferem os doctores que contra os infieis possuydores de terras nunca habitadas de christãos se pode mover guerra quando precedeo diligencia de lhes mandar pregadores e elles os não quizerão receber em suas terras nem ouvi los ou nellas os perseguirão e maltratarão não pera os obrigar por armas a que creão mas pera emenda e castigo da offensa e injuria que fizerão aos enviados de Deus e pera que não tenham forças pera impedir a liberdade da pregação evangélica e com o seu poder temporal favorecer e ajudar os que perturbão a conversão dos que recebem a nossa sancta fee e blasfemão o nome de Jhesu Christo Nosso Senhor e induzem o povo a permanecer nos erros em que foy criado. E poys he justa esta causa pera mover guerra contra infieis craro esta que os estados terras provincias e regnos que na tal guerra se conquistarem pertencem ao senhorio e fiquão subditos do rey com autoridade e poder do qual se conquistarão. E porque dos mouros consta per experiencia que não recebem pregadores antes como capitães imigos do nome christão os perseguem e maltratão ainda que habitem terras nunca moradas de christãos e justatamente por elles possoydas por se saber que repugnão a pregação e doutrina christãa se lhes pode mover guerra e castigo. Da offensa que fazem em não receberem pregadores nem he necessario mandar lhos de novo o que nos gentios he necessario por se não ter experiencia delles que não ouvem nossos pregadores antes se vee que todos os recebem e muitos se convertem facilmente pello que antes de os castigarem com poder porque não recebem pregadores deve por continuação d’alguns constar que os não querem e que esta repugnancia nace do avorrecimento do officio e não dalgum escandalo que tenham dos taes pregadores na vida e costumes delles. Daqui se segue que não he conveniente modo pera justificar a guerra que se move contra infieis irem pregadores na companhia da gente que vay conquistar pera que elles comecem a doutrinar e não sendo loguo recebidos a gente d’armar comece a roubar porque allem do escandalo que se da por este modo aos infieis o que pode parecer que per força d’armas os queremos subjeitar a nossa ley ou tomar esta cor pera lhes ocupar o seu injustamente o exemplo da gente d’armas he tam prejudicial a conversão e tam contrairo a religião que se ha de prantar nos corações dos barbaros que ficarião elles com muy pequena culpa de não receberem pregadores de doutrina que os seus en cuja companhia vinhão tam mal guardavão, E porem se na companhia dos que fossem doutrinar estas gentes fossem homeens de bem em modo de honesto comercio e pacifica comunicação pera ver o trato e modo da terra não seria inconveniente ainda que fossem em numero tantos que pudessem acudir ao perigo dos pregadores e livra los das mãos dos que o quisessem maltratar e a guerra que se movesse contra os taes infieis pera castigo do mal que tentarão ainda que sem effecto seria justa (Ibid., pp. 678-680).

famoso pela participação no debate sobre a liberdade dos mares com Grócio e Selden²⁸, através da sua obra maior, o *De justo Imperium Lusitanorum Asiatico*²⁹, sem embargo de escrever no período da União Ibérica³⁰ e para uma discussão contextualizada no teatro asiático³¹, não deixa de demonstrar um esforço sistematizador dos principais argumentos jurídicos usados em favor da utilização da guerra no projeto lusitano³². Na sua opinião, era verdade que ela não podia ser feita somente em razão da diferença de religião e tão-pouco seria justo que os infiéis perdessem o domínio sobre as suas coisas por esta condição³³. Contudo, no seu entender, como o Papa possuía um *dominium mundum* e havia feito certas concessões aos portugueses nessa parte do globo³⁴, Portugal tinha o direito de enviar pregadores e estes de se defenderem de qualquer ação contrária³⁵, já que o rei era defensor da igreja de Roma³⁶ e deveria auxiliar à “salvação

²⁷ Sobre este autor, cf. Marcello Caetano, “Introdução” in: Frei Serafim de Freitas, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, Miguel Pinto Meneses (trad.), Lisboa, IAC, 1959, pp. 7-85, especialmente 34 e ss, bem como Frey Guillermo Vázquez, “El Fray Serafim de Freitas. Uno de los fundadores del Derecho Internacional” in: *Mercedarios ilustres*, Madrid, PMP, 1966, pp. 424-429, e Maria Piedade Taborda, Entrada “Frei Serafim de Freitas” in: *DHDP*, v. I, pp. 436-437.

²⁸ O debate concreto com Grócio é apresentado e discutido em Marcello Caetano, “Introdução”, p. 25 e ss, em Mónica Vieira Brito, “*Mare Liberum vs. Mare Clausum*: Grotius, Freitas and Selden’s Debate on Dominion over the Seas”, *JHI*, v. 64, n. 3, 2003, pp. 361-377, e em Anthony Pagden, “Occupying the Ocean. Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Rights of Discovery and Occupation” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 153-173.

²⁹ Frei Serafim de Freitas, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, *passim*.

³⁰ A obra é dedicada a “Felipe IV, monarca das Espanhas e das Índias” (Ibid., Dedicatória).

³¹ O interesse principal dos portugueses não era de apropriação do espaço, pelo menos para além das feitorias necessárias ao acesso às especiarias e outras mercadorias comercialmente importantes. Ademais, as estratégias de evangelização estavam mais centradas na pregação do que em qualquer método mais coercitivo, o que limitou sobremaneira o potencial da discussão de Freitas (para o contexto, Marcello Caetano, “Introdução”, p. 7 e ss).

³² A guerra não deixa de ser um argumento central no debate travado por Freitas (Mónica Vieira Brito, “*Mare Liberum vs. Mare Clausum*: Grotius, Freitas and Selden’s Debate on Dominion over the Seas”, *passim*).

³³ Aceita, por um lado, que efetivamente “o Sumo Pontífice não tem jurisdição sobre os infiéis, nem os pode combater ou tirar-lhes os domínios por motivos de idolatria ou quaisquer outros pecados que briguem com a luz da razão natural” (Serafim de Freitas, *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico*, para. 2).

³⁴ Numa passagem da sua obra o mercedário estabelece esta conexão, sustentando que “(...) compete aos Portugueses, por concessão pontificia, o direito de fazer guerra aos Índios orientais” (Ibid., cap. IX (“Se os Portugueses têm o direito de domínio sobre os Índios por título de guerra”), para. 8).

³⁵ “Embora os infiéis, como tais, não estejam directamente sujeitos ao Pontífice romano, contudo pelo direito divino são obrigados a submeter-se-lhes, para receberem a fé e o baptismo, pelo qual cada um se torna do rebanho de Cristo e, conseqüentemente, súbdito de Pedro. Mais ainda: mesmo antes do baptismo, os infiéis estão indirectamente sujeitos ao Pontífice, que tem o direito de os obrigar a não impedirem a pregação do Evangelho em suas terras, nem forcem os súbditos a negar ou recusar a fé, ou por qualquer outro modo hostilizarem a religião cristã” (Ibid., para. 4).

³⁶ Na formulação da dedicatória, “Conspirem a África e a Ásia armadas de seus torreados elefantes; coalhem-se os mares de frotas inimigas; concertem alianças Turcos, Mouros e pagãos; lancem os hereges seus insultos; ladrem os rebeldes, e infestem todos, por muitos modos o Império Hispânico, que só com um olhar do Leão de Espanha todos esses monstros se desvanecerão e quais avezinhas não ousarão continuar seus alaridos à chegada da Águia (...). Tomai para vós apenas o escudo da fé, com que podereis repelir os dardos de todos os inimigos D. Defenderei contra os hereges, segundo o vosso costume e o de vossos maiores, o estado inconsusso da Igreja, para que o vosso Império seja defendido pela dextra de

dos povos selvagens que adoravam os demónios”³⁷. Neste sentido, inspirando-se em bases vitorianas, cuja autoridade vai citando ao longo do texto, Freitas resume o direito à guerra justa humanitária ao impedimento à pregação do Evangelho nos territórios dos infiéis, rejeitando que se os pudesse obrigar à fé católica ou puni-los pela resistência na aceitação da palavra³⁸.

11.2. As ‘restritas’ limitações de Direito interno colocadas à atividade externa do Rei

Sem embargo de Portugal ter conhecido a sua primeira Constituição no século XIX³⁹, não se pode considerar que muito tempo antes já não houvessem leis fundamentais que garantiam a organização do reino, fixavam eventualmente as funções dos órgãos do Estado e estabeleciam os parâmetros das relações entre os Estados e os súditos⁴⁰. Como regra, não eram escritas, nem sistematizadas, com a possível exceção das Ordenações do Reino⁴¹. Tratavam igualmente da política externa e do Direito Internacional⁴² e no âmbito de assuntos militares não estranharia que absorvessem a

Cristo, como prometeu o Papa Leão a Teodósio Augusto E. Pois no Príncipe nada brilha com fulgor mais intenso do que a fé recta, nada resiste ao acaso senão a verdadeira religião F, sob cuja protecção estando o vosso império (...)” (Ibid, Dedicatória).

³⁷ Ibid., cap. I (“Pelo direito das gentes será livre a todos a navegação para qualquer parte?”), para. 2.

³⁸ São estas as conclusões do pensador lusitano: “Primeira: os infiéis não devem ser coagidos pela força das armas à aceitação da fé católica (...). Segunda conclusão: por mais digna e suficiente que seja pregada a fé aos bárbaros, não é lícito, caso a não queiram receber, combatê-los e tirar-lhes os bens (...). Terceira conclusão: o Papa pode, por si e por meio dos príncipes cristãos, compelir a república ou o príncipe pagão, mesmo movendo-lhes guerra, a não impedirem a livre pregação do Evangelho e a deixarem impunemente seus súbditos receber de livre vontade o baptismo e professar a Lei de Cristo” (Ibid., cap. IX, paras. 5-7).

³⁹ Sobre a história constitucional de Portugal, cf. Paulo Ferreira da Cunha, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1995, e de forma mais desenvolvida em id., *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006, cap. II; as partes relevantes dos principais manuais portugueses, nomeadamente J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7. ed., Coimbra, Almedina, 2003, pp. 125-188; Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 391-481; Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 9. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011, t. I, pp. 241-332, também tratam desta matéria.

⁴⁰ Veja-se, a propósito, Diogo Freitas do Amaral, “As Sete Constituições Informais da Monarquia Portuguesa Antes do Liberalismo” in: AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martin de Albuquerque*, Lisboa, FDUL, 2010, v. I, pp. 431-448, e, antes, António Pedro Barbas Homem, *Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 97-115.

⁴¹ Defendendo este estatuto jurídico-constitucional das Ordenações do Reino Português, Paulo Ferreira da Cunha, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, p. 154 e ss.

⁴² Apesar disso, ao contrário da compilação legislativa que lhe terá servido de inspiração, as chamadas *Siete Partidas* de Afonso X, o Sábio, que dispunha sobre a guerra justa (v. *Las Siete Partidas del Sábio Rey D. Alonso*, Ignacio Velasco Perez (org.), Valladolid, Maxtor, 2010, Partida II, tít. xxiii), os livros dedicados ao Direito Público das *Ordenações* não se pronunciaram especificamente sobre a matéria (*Ordenações Afonsinas [1446]*, 2. ed., Lisboa, FCG, 1998, l. II; *Ordenações Manuelinas [1512?]*, Lisboa, FCG, 1984, l. II; *Ordenações Filipinas [1603]*, Lisboa, FCG, 1985, l. II).

teoria cristã da guerra justa como parte de um Direito Universal. Do ponto de vista organizatório-formal, deixava-se nas mãos do soberano as questões de paz e de guerra⁴³, devendo-se, quando muito, recorrer aos seus conselhos⁴⁴. Às Cortes do reino português⁴⁵ só era necessário recorrer nesta matéria em caso de necessidade financeira⁴⁶, sendo que os sistemáticos pedidos para que as guerras também tivessem a anuência do órgão representativo foram recusados ou não executados pelos monarcas lusitanos⁴⁷. Por conseguinte, desta fonte não seria de se esperar controlos muito substantivos e eficazes do uso externo da força militar.

11.3. A continuidade das cruzadas contra os mouros africanos no norte de África

O primeiro palco importante em que Portugal vai entrar em conflito em território extra-europeu foi o Norte de África, em Benamarím, local onde tentou conquistar certas cidades estratégicas. Na prática, o projeto de expansão levou à tomada de Ceuta em 1415 e de outras pequenas praças-fortes marroquinas como Alcaçer-Seguer (1458), Arzila (1471), Mazagão (1514) e às tentativas frustradas de conquistar Tânger para a Cristandade (1437) e ao infortúnio do Infante D. Fernando (1443), a sua ocupação

⁴³ Cf. António Pedro Barbas Homem, *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 139 (“Em especial, são direitos reais: - o poder de fazer leis; - o poder de declarar a guerra e fazer a paz; - o poder de negociar e concluir tratados e de nomear e acreditar embaixadores e legados; - o poder de convocar cortes”). Numa perspetiva aplicada ao contexto cabo-verdiano, cf. Ângela Domingues, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento” in: *HGCv*, 2. ed., Lisboa/Praia, IICT/ DGPCCV, 2001-2002, v. I, p. 43, que, no seu excerto destaca que “incidia fundamentalmente sobre a cunhagem de moeda, a legitimação dos filhos naturais, a criação de cidades, o estabelecimento de leis, a concessão de cartas de perdão e de segurança, a nomeação de tabeliães, as declarações de guerra e as celebrações da paz”, inspirando-se, segundo indicação própria, em António Manuel Hespanha, *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 489, dizendo que o rei era garante da justiça e da paz e, como tal, detinha o direito de fazer a guerra, celebrar as tréguas e promover a paz.

⁴⁴ António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003.

⁴⁵ Por todos, Pedro Cardim, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998; Isabel Graes, *Contributo para um Estudo Histórico-Jurídico das Cortes Portuguesas entre 1481-1641*, Coimbra, Almedina, 2005, e AAVV, *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1274. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, AR, 2006; a prática das cortes é muito bem tratada por Paulo Ferreira da Cunha; Joana Aguiar e Silva & António Lemos Soares, *História do Direito. Do Direito Romano à Constituição Europeia*, Coimbra, Almedina, 2005, caps. III e VIII.

⁴⁶ No dizer de Joaquim Romero Magalhães, “As Cortes” in: José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, EE, 1997, v. III, p. 72, não havia matérias obrigatoriamente sujeitas a apreciação em cortes, mas uma prática ancestral de submeter qualquer imposição extraordinária aos três estados; complementarmente, Pedro Cardim, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, pp. 97-104. Ainda assim há teses que sustentam que o Rei tinha o direito de lançar impostos em tempo de guerra (com esta posição, Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, p. 105) e que as Cortes não tinham intervenção necessária nessa matéria (Ruy de Albuquerque & Martim de Albuquerque, *História do Direito Português, 1140-1415*, 10. ed., Lisboa, PF, 1999, pp. 553-558).

⁴⁷ Com esta tese Marcello Caetano, *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, 4. ed., Lisboa, Verbo, 2000, *passim*.

fortuita mais tarde (1471), e, no fim das ilusões lusitanas, à hecatombe de Alcaçer Quibir e à morte de D. Sebastião⁴⁸, já em finais do século XVI (1578). O Reino português empenhou-se seguidamente em conflitos em Benamarim⁴⁹, com resultados a curto prazo ambíguos e a longo prazo mal avaliados, tendo sofrido diversos reveses até abandonar a sua empreitada colonial naquelas paragens.

Os portugueses foram levados ao norte de África na sequência da unificação territorial interna e galvanizados com o apoio do Papa para darem continuidade à guerra santa⁵⁰ bem como com a perspectiva de ganhos materiais, motivações das quais vão resultar as suas pretensões de conquista das Ilhas Canárias e os projetos imperiais magrebins⁵¹. Neste sentido, a sua conquista é paradigmática, pois insere-se diretamente num quadro ligado à projeção de retóricas medievais de guerra justa e de cruzadas contra os mouros⁵², não suscitando novidades substantivas, já que havia guerra permanente contra os seguidores de Maomé, com a exceção da dúvida de se saber se a Cristandade tinha um caso tão forte para reivindicar territorialmente o norte de África, similar ao que ocorrera na Ibéria⁵³.

São essas, no fundo, as discussões que são feitas nas consultas políticas e jurídicas feitas por governantes portugueses ou pelo Sumo Pontífice a autoridades e

⁴⁸ Sobre D. Sebastião, o intervencionista, guerreiro e justiceiro Rei de Portugal, vide, por todos, António Belard da Fonseca, *Dom Sebastião. Antes e depois de Alcaçer-Quibir*, Lisboa, s.n., 1978.

⁴⁹ A descrição dinâmica é feita, por exemplo, por Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, DQ, 2008 [1.ed: 1962]; António Dias Farinha, “Norte de África” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, v. I, pp. 118-136, e por Paulo Drummond de Braga, “A Expansão no Norte de África” in: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa (A Expansão Quatrocentista)*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, EE, 1998, v. II, pp. 235-337; discussões de diversa índole podem ser encontradas em Jaime Cortesão, “A tomada e ocupação de Ceuta” in: *A expansão dos portugueses no período henriquino*, Lisboa, Portugalíia, 1965, pp. 137-167.

⁵⁰ Vide, por exemplo, Geraldo Coelho Dias, “A evangelização: Portugal e a política externa da Igreja no Século XV”, *RFL*, v. 14, 1997, pp. 139-166, e Maria de Lurdes Rosa, “Do Santo Conde ao Mourisco Mártir: Usos da Santidade no Contexto da Guerra Norte-Africana (415-1521)” in: *Longas guerras, longos sonhos africanos*, Porto, FPal, 2010, pp. 93-107.

⁵¹ Ver a este propósito Felipe Fernández-Armesto, *Before Columbus. Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, Philadelphia, UPP, 1987, pp. 203-222, A. H. de Oliveira Marques, “A Expansão no Atlântico” in: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa (A Expansão Quatrocentista)*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, EE, 1998, pp. 235-237; Paulo Drummond de Braga, “A Expansão no Norte de África”, pp. 9-233, 235-357; Isabel Morgado e Silva, “Perspectivas globais das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa: uma questão adiada até Alcaçovas-Toledo (1479-1480)”, *RFLH*, III Série, v. 7, 2006, pp. 93-106.

⁵² Alguns historiadores das descobertas portuguesas fazem a ligação direta entre o surgimento de Portugal, as cruzadas contra os mouros peninsulares e a expansão ultramarina (cf. Manuel Múrias, *História Breve da Colonização Portuguesa*, Lisboa, AGC, 1940, p. 9, e o influente Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em Portugal*, Pinto de Carvalho (versão portuguesa), Coimbra, IAUC, 1940, p. 57, destacando a ligação entre uma e outra.

⁵³ Cf. A. H. de Oliveira Marques, “A Expansão no Atlântico”, p. 19.

personalidades nacionais e estrangeiras⁵⁴ destinadas a garantir legitimidade às intervenções armadas⁵⁵. Para a maioria dos políticos e letrados⁵⁶, o norte de África é considerado como parte da Cristandade, uma vez que fora antes habitado por membros desta confissão. Assim sendo, a rigor, não deixara de o ser, tal como as cruzadas orientais e a reconquista, eram guerras para a recuperação de território ilicitamente ocupado pelos mouros; além do mais, com estes se desenrolava guerra perpétua e hostilidade permanente, permitindo-se sempre dirigir-lhes as armas em nome da fé e dos agravos feitos a Cristo pela “maldita seita de Mafomede”⁵⁷. Era, pois, uma guerra tanto justa quanto santa, justa porque santa.

⁵⁴ Este debate é criticamente reconstruído por Margarida Seixas, “Guerra justa e guerra santa: os pareceres da guerra de África (1433-1436)” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 107-148.

⁵⁵ A crónica real lusitana faz questão de mostrar as preocupações com a licitude, moralidade e sacralidade desses empreendimentos. “Empero ante que eu nenhuma cousa rresponda que primeiramente saber se estohe serviço de Deos de se fazer.ca por muy grande honrra nem proueito que se me dello possa seguir se nom achar que he seruiço de Deos nom entendo de o fazer. porque soamente aquella cousa he boã e onesta na qual Deos jinteiramente he servido (...) E porem vos vos hy pera vossas casas e cada hum em sua parte consire quaaesquer duuidas que se possam seguir açerqua de seruiço de nosso Senhor Deos. e entre tanto mandarey chamar meu confessor e assi outros alguns letrados e falarey com elles toda a ordenança deste feito e encomendarlhes ey que prouejam em seus liuros e conçiencias se per uentura terey algumas duuidas em contra do que do que deuo fazer segundo fiel e catolico christão, e eu de minha parte consirarey em ello. e em de todo ao tempo que ouuer dauer sua rresposta nos juntaremos todos e teremos nossa falla, onde se tratara de toda a sustança deste feito sobre o qual detreminaremos se he bem de se fazer ou nam” conta Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Clássica, 1942, pp. 22-23, sobre os antecedentes da Tomada de Ceuta.

⁵⁶ Diga-se que, particularmente entre os primeiros, muitos se recusaram a aceitar a prudência de uma guerra em Benamarim, sem embargo de aceitarem que haveria causa justa. É o caso do ‘Conselho do Conde de Arraiolos sobre assuntos que lhe foram apresentados pelo infante D. Duarte e acerca dos quais havia já dado parecer em Santarém, nomeadamente se é bem o infante D. Henrique aceitar a mediação entre o rei de Castela e o Mestre de Alcântara, sobre a atitude a assumir para com os infantes aragoneses D. Henrique e D. Pedro, sobre a projectada liga com os reis de Aragão e de Navarra contra os sarracenos de Granada ou de Marrocos, em que anda empenhado o infante D. Henrique, e sobre o lançamento do pedido sobre o mesmo [22 de abril de 1432]’ in: *MH*, Coimbra, CECVCMIDH -1962, v. IV (1431-1434), doc. 21, pp. 99-108 (“E pois ssenhor, pois o non perguntais e he forçadorazoar sobrelo, faço pergunta a mym se he bem e seruiço de Deus non se fazer ou fazerse a guerra de Benamarym. E dou resposta que non. Porque, ajinda que a guerra de mouros seja aujda por bem (...)” (Ibid., p. 106), já que “(...) uysto como não há hy tanta gente nem dinheiro que pudesse que podesse abastar a defensão dos dois reynos e o trabalho debalde. E, se non quisesseis filhar senom os lugares da beyra do mar, tanto peor; porque, eles filhados non se poderjon manter. E, vista a perda que aly se faria, o proueyto seria mao. E, que se podese manter, seria malpor este reyno; porque, aqueles poucos lugares seriom azo de se destroyr tudo; demais, vista a jdade delrey noso ssenhor e a sua disposição e a mjngoia que aveis de totalas cousas que pera ysto fazem mester, de poer a chistandade em auentura, donde se pode seguyr o contrario de todo o que cuydardes, non me parece que seria seruiço de Deus” (Ibid.); em sentido similar, ‘Conselho do conde de Barcelos ao infante D. Duarte, dado a pedido deste, sobre armada que o Infante D. Henrique buscava lhe encaminhasse el-rei D. João I e da qual o conde discorda, pelos motivos que aduz’ [19 de maio de 1432]’ in: *MH*, v. IV, doc. 24, pp. 123-126 (porque “em este feyto non ha proueyto nem sabor nem he bom a Deus nem ao Mundo”) (p. 126).

⁵⁷ Optamos por reproduzir o trecho relevante: “(...) os jmfieeis per nenhuuma guisa deuemos comsentir, em quamto pertinaciamente quizerem aturar em sua peruersa teemçom. E o boom emperador Justiniano que com tanto trabalho fundou as primeiras lex, e todollos jure consulltos hordinadores do dereito çivell, mujtas vezes nos amoestam e mamdam que arrinquemos de nos com toda nossa força esta maa e danada sseita de jmfieeis” (Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 35).

É o que sustentam em particular os dois juristas bolonheses – Antonio Minucci da Prattovechio (1436) e Antonio de Rosellis (1436)⁵⁸ – chamados a intervir no caso. Para esses autores, apesar de não se poder lançar a guerra para conquistar território de outrem – que não aplicava à Terra Santa⁵⁹ e à Barbaria por terem sido terras cristãs⁶⁰ – e presumir-se violência contínua legitimadora de um *casus belli* permanente⁶¹, o Papa, na qualidade de representante de Cristo, tinha potestade sobre todas as criaturas, se não *de facto*, pelo menos *de jure*⁶². Por isso, se “os gentios pecam contra a natureza, pode o papa puni-los”⁶³. Além disso, em tons fortemente inspirados na linha inocentina, que, mais tarde, seriam recuperados pela teoria defendida por Vitória, defenderam que se podia lançar guerra justa contra aqueles que tolhessem a liberdade de prédica⁶⁴ e, nos casos em que os pagãos “inquietassem” os cristãos⁶⁵, ou seja, no caso de se presumir

⁵⁸ Cf. ‘Parecer do jurista bolonhês Antonio Minucci da Prattovechio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis...[17 de outubro de 1436]’ in: *MH*, v. V, doc. 140, pp. 285-320, e ‘Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia [Outubro 1436]’ in: *Ibid.*, doc. 141, pp. 320-343.

⁵⁹ “Vbi etiam voluit quod propter recuperationem Terre Sancte, consecrate natiuitati Christi, habitationi et morti, licet pape bellum sarracenis inducere, etiam quoad terras, quas licet possident et sine peccato, et indulgentias concedere (‘Parecer do jurista bolonhês Antonio Minucci da Prattovechio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis...[17 de outubro de 1436]’, pp. 302-303).

⁶⁰ “(...) quod cum Barbaria fuerit christianorum et in presentiarum sit per sarracenos occupata, quod ipse papa poterit sarracenis bellum inducere vt relaxent at alij mandare vt bellum faciat” (*Ibid.*, p. 303).

⁶¹ “Quanto etiam casu credo quod iuste potest inferri bellum paganis, quando possident bona que fuerunt condamn christianorum. Nam tallis occupatio, violencia primo comissa, actum habet sucessium violentie et continuum, quia in retentione uiolenta continuo exercetur uitium violentie (...)” (Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia [outubro 1436]’, p. 337).

⁶² “(...) possessiones et iurisdictiones licite sunt apud infideles, nam hec no tantum pro fidelibus sed pro omni rationali creatura facta sunt (...) et properhec dixit quod non licet pape auferre siue dominia siue iurisdictiones infidelibus, quia sine peccato ea possident, sed tamen bene credit ‘quod papa, qui este vicarius Christi, potestatem habeat non tantum super christianos, sed etiam super omnes infideles, cum Christus super omnes habuerit potestatem’ (‘Parecer do jurista bolonhês Antonio Minucci da Prattovechio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis...[17 de outubro de 1436]’, p. 301).

⁶³ E de forma completa diz o jurista que “et sic ex predictis apparet quod papa super omnes habet iurisdictionem et habet potestatem de jure, licet non de facto. Vnde si per hanc potestatem, quam habet, credit quod si gentilis, qui non habet nisi legem nature, si peccat contra legem nature, potest puniri a papa” (*Ibid.*, pp. 301-302).

⁶⁴ “Et ideo debent admictere nostros predicatorum ad predicandum verbum Dei, quia ex hoc non conpelluntur, sed exortantur. Et si non faciant, potest contra ipsos brachium seculare implorari et tunc indicij bellum; idem quando contra eorum leges errarent, quia puniri debent a papa et in executione contra eos de mandato pape posset indicij bellum seculares (‘Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia [outubro 1436]’, p. 339).

⁶⁵ “Secundo pro defensione christianj qui ad ipsis paganis inquietatur indebite” (*Ibid.*, p. 336).

que, na primeira oportunidade, invadiriam os Estados cristãos ou pretendessem perseguir a Igreja⁶⁶.

O próprio D. Duarte (1391-1438)⁶⁷ viria a apresentar as suas posições no *Leal Conselheiro* e noutros escritos menores⁶⁸ datados da mesma década dos pareceres⁶⁹. Sustentando, ainda que nebulosamente, a existência de uma ocupação ilícita e ilegítimas de terras pela força ou se fosse necessário proteger os cristãos⁷⁰. Haveria causa para lhes fazer a guerra aos infiéis e devolver as terras à obediência da “Santa Madre Igreja”⁷¹. Ainda assim, tal deveria ser requerido pelo Papa⁷², o seu representante na terra, sendo, então, serviço de Deus para a expansão da Cristandade⁷³. Qualquer soberano que recebesse tal graça a isso era obrigado. Recuperando o ideal cavaleiresco que também movia a nobreza peninsular nesse tipo de empreendimento⁷⁴, seria a oportunidade de

⁶⁶ “Tertius est casus etiam in quo ipsis nunc cum quibuscunque christianis pacificis, ipsis licite bellum, inferri potest, si uerisimile est quod ipsi oportunitate captata christianos inuadent, ita quod timeri possit quod eos persequentur uel Ecclesiam, tunc iuste potest moveri bellum” (Ibid.).

⁶⁷ Sobre D. Duarte, veja-se Cecília Duarte, “D. Duarte” in: *DHDP*, v. I, pp. 359-361, e José Gama, “D. Duarte” in: Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, v. I, pp. 379-411.

⁶⁸ Siga-se ‘Por estas razões me demouy com a graça de deus pera fazer a guerra dos mouros per meus Jirmãos e o conde. Bruemente escriptas [1437]’ in: *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, João José Silva Dias (transcrição), Lisboa, EE, 1982, pp. 135-138.

⁶⁹ Vide apresentações gerais em Maria Helena Lopes de Castro, “*Leal Conselheiro* – o texto, o manuscrito, as edições” in: D. Duarte, *Leal Conselheiro* [1435 a 1438?], Maria Helena Lopes de Castro (edição crítica, introdução e notas), Lisboa, INCM, 1998, p. xv-xxvi, e em Cecília Duarte, Entrada ‘D. Duarte’, pp. 359-360.

⁷⁰ “Assi como eles per poderio temporal e deliberaçom de suas voontades contradizem nossa fe, daquela guisa perteece aos senhores contrariar ao temporal poderio e poe-los de so a obediência da Santa igreja, em a qual ela nom os manda forçar pera filharem nossa lei, mas quer que sejam de tal guisa sojeitos que se alguuns a ela se quisessem tornar, livremente o poderem fazer, e per outros aos christãos nojo ou mal se nom faça” (D. Duarte, *Leal Conselheiro* [1435 a 1438?], cap. XVII).

⁷¹ “E por em mui justamente Nós e todos senhores católicos lhe devemos fazer guerra perra tornar suas terras a obediencia da Santa Madre Igreja, e poer em liberdade todos aqueles que a nossa fe quizerem viir que livremente o possam fazer, e os outros aos christãos non façom empeecimento” (Ibid.) ou “a guerra dos mouros tenhamos que é bem de fazer, pois que a Santa Igreja assim o determina e nom dá lugar a fraqueza de coração que faça conciencia onde haver se não deve” (Ibid.).

⁷² Aponta Duarte que “Porque assi como cada uu dia contra os desobedientes aos mandados da Santa Igreja somos chamados em ajuda de braço sagral e des que os fazemos obedecer a ela pertence determinar o que d’eles se faça, dessa guisa com muito maior rezom pera restituir as terras em que o nome de Nosso Senhor Jesu Cristo foi louvado, que por os infiees per temporal poderio som forçosamente ocupadas, o sancto padre mui dereitamente nos requiere e comprometimento de tantas perdoanças nos enduz pera fazermos tal guerra, da qualseer justa pessoa fiel contra seu mandado nom deve haver duvida, comtando que o procedimento dela seja com boa teemçom, e justamente feito por taes pessoas a que convenha” (Ibid.).

⁷³ “Por ser seruiço de nosso senhor deus crendo uerdadeiramente que he asy la pous o santo padre asy o manda por muytas escrituras direitos e por letras que sobre esto a el rey meu senhor cuJa alma deus aJa e a mym tem outorgadas” (‘Por estas razões me demouy com a graça de deus pera fazer a guerra dos mouros per meus Jirmãos e o conde. Bruemente escriptas [1437]’, 1ª razão, p. 135).

⁷⁴ “(...) porque vya que por desejo de bem fazer os príncipaes de meus reynos querião hir per algumas parte e asy me demandauão liçença e pareço me que pois aujião de trabalhar e despender melhor era em tak cousa por seruiço de deus e meu que fora (Ibid., 5ª razão, p. 136).

treino e robustecimento do povo⁷⁵. Por fim, a guerra teria também interesse estratégico, já que facilitaria a defesa de Ceuta, e seria economicamente lucrativo, pois passível de gerar saldo económico favorável para o Reino⁷⁶.

11.4. O teatro ocidental africano: Escravatura e Guerra Justa Humanitária na Região da Guiné e Cabo Verde, na Mina, no Reino do Congo e em Angola.

11.4.1. A Região da Guiné e Cabo Verde e de S. Jorge da Mina

À empreitada norte africana, seguiu-se a expansão portuguesa para Sul e para as Ilhas Atlânticas⁷⁷. Relativamente ao problema que nos ocupa os desenvolvimentos serão limitados na África ocidental e em São Jorge da Mina, precisamente porque, com a exceção do caso do arquipélago de Cabo Verde – composto por ilhas inabitadas – e de algumas praças litorais, não houve uma ocupação efetiva do território. O objetivo principal dos portugueses era o tráfico de escravos⁷⁸, uma instituição que o país naquele momento tinha por natural⁷⁹. A captura, por motivos estratégicos⁸⁰, passou a decorrer, pouco depois da chegada, predominantemente através de transações comerciais com os potentatos locais⁸¹, que não deixavam de ter alguma experiência na sua utilização⁸².

⁷⁵ Segundo o soberano, “por vermos a experiência de nosa gente mançeba e quães som dynos de louor e de castigo o que al non o demonstra senon a pratica” (Ibid., 8ª Razão).

⁷⁶ “Duodecima porque consyraua como gouernauamos çapta com tam grandes perigos de mortes prisões d homens e asy muytas despesas e todo com proposito de proseguyr por auançar o seruiço de noso senhor deus e reduzir os Infieis daquela terra a obediência da santa madre igreJa ganhando senhorio e terra por acreçentamento de nosa honrra, e tal renda per que a dita despessa fosse releuada em todo ou boa parte como entendeo prazendo a nosso senhor que asy sera por sua grande misericordia, se aquestes lugares de tanJer e d alcaçer forem filhados o que de sua merçe muyto espero” (Ibid., 12ª Razão, p. 137).

⁷⁷ A ligação entre os dois fenómenos tem sido destacada por diversos intérpretes. Veja-se, por exemplo, Carlos Riley, “A Apropriação do Espaço: Ilhas Atlânticas e Costa Africana”, pp. 152-153, e também Joaquim Romero Magalhães, “As incursões no espaço africano” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, v. II, pp. 65-81; e Isabel Morgado e Silva, “Perspectivas globais das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa: uma questão adiada até Alcaçovas-Toledo (1479-1480)”, pp. 93-106.

⁷⁸ Vide, por todos, António Carreira, *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, UNL, 1978; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura da época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995; João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, ICS, 2004.

⁷⁹ Cf. William Phillips Jr., *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*, Philadelphia, UPP, 2014.

⁸⁰ Münzer aponta a dada altura da sua obra que “os etíopes andam sempre em guerras uns com os outros. Fazem-se mutuamente prisioneiros e vendem-nos por uma bagatela. Envenenam as pontas das suas setas, de modo que os feridos começam dentro de pouco a inchar e morrer. O esperto do nosso rei compra escravos ao Rei vencedor, e por meio dos seus intérpretes e ajudado pelo mar, fá-los reconduzir à sua pátria e vende-os aos amigos deles por ouro, dentes de elefante e outras cousas” (Jerónimo Münzer, *Itinerarium* [1494-1495] in: MMA, 2ª Série, v. I, p. 248).

⁸¹ Os resgates são também mencionados pelo *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, António Baião (leitura e revisão das provas), Lisboa, APH, 1940, p. 65; 69 (f. 96 v); em particular, Jerónimo Münzer, *Itinerarium*, pp. 214-253, que mostra claramente esta mudança de política do infante em concertação com o seu

A invocação de causa justa para a guerra resumiu-se, deste modo, ao início da empreitada, em que raides e ‘filhamentos’ de escravos ainda eram utilizados⁸³, como argumento⁸⁴ para avaliar a presença de títulos de legitimação e a justiça dos cativos feitos pelas próprias nações africanas e vendidas aos portugueses⁸⁵, ou a acontecimentos muito esporádicos. Assim, apesar de os observadores descreverem realidades como os sacrifícios humanos⁸⁶ ou a antropofagia, e de fazerem apreciações cada vez mais negativas sobre os africanos⁸⁷, ou ainda de terem objetivos evangélicos passíveis de

Conselho, dizendo que “tendo reunido conselho, D. Henrique resolver pôr de lado guerras e pilhagens, vencendo pela paz e por meio de presentes e mercadorias” (p. 232).

⁸² Por exemplo, Boubacar Barry, *La Sénégambie du XV^e au XIX^e Siecle. Traite négrière, Islam, conquête coloniale*, Paris, L’Har, 1988, e M.T. Akouele Abbey, *Customary Law and Slavery in West Africa*, s.l., Trafford, 2011.

⁸³ Disso também nos dão conta os relatos de viagem daquele período, designadamente o *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, p. 41 (f. 62 v. e ss) (que vai mostrando os portugueses a “tomarem” mouros e a voltarem a Portugal), e reiteram os historiadores mais contemporâneos. Complementarmente, James Walvin, *A Short History of Slavery*, London, Penguin, 2007, cap. 4.

⁸⁴ Veja-se igualmente as apresentações de Avelino Teixeira da Mota, “O manifesto antiesclavagista dos últimos capuchinhos espanhóis de Bissau (1686)” in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, JIU, 1974, pp. 41-54, e Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996, pp. 91-106 e Maria do Rosário Pimentel, “Cativar e descativar por serviço a Deus” in: Maria da Graça Ventura (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 273-284; e José Pina Delgado, “Os Escrúpulos de um Ilustre Santiaguense nos ‘Tractos’ da Guiné dos Séculos XVI-XVII: o Capitão André Álvares d’Almada e a Questão da Incerteza sobre a Presença dos Títulos Jurídicos da Escravatura” in: *Estudos Comemorativos do Quinto Aniversário do ISCJS*, Praia, ISCJS, 2012, v. II, pp. 79-125.

⁸⁵ Especificamente, Tomás de Mercado, *Suma de Tratos y Contratos* [1571], Nicolás Sánchez-Albornoz (ed.), Madrid, IEF - MH, 1977, v. I, cap. XXI, p. 232: (“Al primer título de guerra justa se mezcla ser muchas o casi todas injustas. Como son bárbaros, no se mueven por razón, sino por pasión, ni examinan ni ponen en consulta el derecho que tienen. Demás de esto, como los portugueses y castellanos dan tanto por un negro sin que haya guerra, andan a caza unos de otros como si fuesen venados, movidos los mismos etíopes particulares del interés, y se hacen guerra y tienen por granjería el cautivarse y se cazan en el monte, do van a montería, que es un ejerciciocomunísimo entre ellos, o a cortar leña para sus chozas”); ‘Carta do Bispo de Cabo Verde a El-Rei [Século XVI]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. III, p. 442 (“(...) Huns são furtados por força ou engano, outros condenados sem culpa a cativoiro, como são molheres, filhos e parentes pelas culpas dos paes, outros tomados em guerras iniustas, porque não tratão de iure, senão de quem mais pode. Outros uendidos por seus paes, sem neçessidade bastante; outros cõ hum artefício fraudulento de homem morto que descobre a caza do matador, quando querem catiuar algum com toda a família, e outros por outros modos iniustos”, ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escrauaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI? Século XVII?]’ in: *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Transcrição de Maria do Rosário Pimentel, Porto, FLUP, 2004, pp.849-654; também in: Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Apêndice II, doc. 20, pp. 311-317; ‘Informe y relación que Fr. Francisco de la Mota, Viçeprefecto de la mision de religiosos capuchinhos de las costas de Guinea y sus compañeros hacen a Su Magestad que Dios guarde el Rey de Portugal del modo com que los negros de dichas costas y rios se compran y son reducidos al catiueiro’ [14 de abril de 1686] in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, F, pp. 119-133.

⁸⁶ Como havia apontado um observador privilegiado, “(...) tem por costume matar muitas de suas molheres e de seus criados, e até o caualo en que andaua, por lhe meter o diabo em cabeça que aquellas que mataõ ande tornar a ser suas molheres na outra vida, e o mesmo dos criados e caualo” (p. 56) (‘Carta de Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros [28 de janeiro de 1605]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. IV, doc. 20, pp. 52-59).

⁸⁷ Por exemplo, Marília dos Santos Lopes, “De como os selvagens se tornaram cada vez mais selvagens. Olhares sobre a África na Europa Moderna (1507-1795)” in: Avelino de Freitas Meneses & João Paulo Oliveira e Costa (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de*

atrair a utilização de conceitos humanitários, o facto é que muito raramente estes foram utilizados na parte mais ao norte da África Subsaariana, preferindo-se, mesmo em casos extremos, recorrer antes à persuasão do que à coação⁸⁸.

Mesmo assim, autores como Bartolomé de Las Casas⁸⁹, referindo-se essencialmente ao período inicial da presença portuguesa na área, teceram considerações fortemente críticas em relação aos procedimentos e à própria fundamentação utilizados. Neste sentido, o frade dominicano insurgiu-se ferozmente contra a feitura de guerras de conversão em África (Canárias e Costa da Guiné), sustentando que afastavam irremediavelmente os nativos do cristianismo⁹⁰, e opôs-se à prática das cativações que, na sua avaliação, nem de perto, nem de longe, se acomodava aos mandamentos legais e morais da guerra justa e as causas eram claramente instrumentalizadas pelos portugueses para facilitar a aquisição de escravos⁹¹. Para ele, nenhuma das causas aceitáveis para a legitimação da guerra, ou seja, a autodefesa⁹², a

Matos, pp. 949-961, e, no geral, David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Oxford, OUP, 1966, cap. 15.

⁸⁸ Diz a mesma fonte: “Pedi lhes persuadissem a ElRej mandasse antes de morrer que ninguém matessem, mas que em lugar das mulheres e criados matassem bois e com elles selebrassem o seu enteramento, como se costuma nestas partes. Derão me todos palavra que o fariaõ assi, com mostras de lhes parecer muito bem” (Carta de Baltasar Barreira ao Padre Manuel de Barros [28 de janeiro de 1605], p. 56)

⁸⁹ Ver a preciosa introdução de Isacio Pérez Fernandez, “Estudio Preliminar” in: Bartolomé de las Casas, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, pp. 9-192; uma pequena nota biográfica pode ser encontrada em Juliana Beatriz Almeida de Souza, “Las Casas, Sandoval e a defesa da escravidão negra”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, pp. 25-30, na qual se discute igualmente a histórica controvérsia sobre o autor no concernente ao tratamento dos africanos e na justificação da escravatura negreira, já que chegou a defendê-la como alternativa à cativação dos índios. No entanto, aparentemente na sua obra final, publicada postumamente, terá emendado a mão e colocado em causa a justiça e oportunidade desses atos.

⁹⁰ Diz Bartolomé de las Casas, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, cap. VII, para. 3, com base num relato concreto que agora não é importante descrever, “Este foi o primeiro escândalo e injustiça e mau exemplo de cristandade que os portugueses fizeram naquela costa recém descoberta a gente que nunca lhes havia ofendido, [de tal sorte] que, com justa razão, toda a terra tivesse ficado aborrecida com os cristãos e desde logo em sua defesa com justiça matassem quantos cristãos pudessem; e assim um impedimento permanente e irremediável para que [os mouros] recebessem em algum momento a fé, da qual se dessem exemplo de cristãos e, como deixou em seu Evangelho Cristo, comessem a relacionar-se pacificamente com eles, ainda que fossem mouros, poderiam ter alguma esperança [de os evangelizar]”.

⁹¹ A passagem em que Bartolomé reclama da inundação de escravos no Novo Mundo resultado da política portuguesa é representativa, à medida que comenta concomitantemente a legitimidade da privação da liberdade sustentando que “dos mais de cem mil [negros] não se crê que dez tenham sido feitos escravos legitimamente” (Ibid., cap. XI, para. 5). O fato de originariamente muitos deles terem sido reduzidos ao regime de escravidão pelos próprios africanos negros, em princípio não legitimava a entrada nesse estatuto, uma vez que Bartolomé pressupõe que tal ocorreu na sequência de guerras elas próprias injustas, não figurando os portugueses como compradores de boa fé (“Como os negros vêm que os portugueses têm tanta ânsia por escravos, por cobiça daquilo que lhes pagam por eles, como também a sua carência de fé e temor por Deus, roubam e tornam captivos quantos podem; de qualquer forma, as próprias dívidas não perdoam, e isto não é outra coisa senão aprovar-lhes as suas tiranias, maldades e guerras injustas, que por esses motivos uns fazem aos outros” (Ibid.)).

⁹² Nas palavras do pensador, “a primeira [causa de justiça na guerra] é nos impugnam e guerream e inquietam os cristãos na actualidade ou por hábito, isto é, quando estão sempre preparados para nos

recuperação de território⁹³, a proteção do direito de prédica ou a perseguição de cristãos⁹⁴ estavam presentes na experiência portuguesa na África ocidental⁹⁵. No fundo, de acordo com a sua avaliação, o que os lusitanos visavam era a obtenção de escravos⁹⁶ e guerras com este exclusivo propósito não eram justas⁹⁷. Podiam, outrossim, ser justamente repelidas pelos locais⁹⁸.

Perspetiva similar foi seguida pelo piloto, navegador e diplomata português Fernando Oliveira (1507-158??)⁹⁹, autor da *Arte da Guerra no Mar* de 1555¹⁰⁰, um

ofender, ainda que não o façam, porque ou não podem ou esperam o tempo e estação para o fazer, e estes são os turcos e os mouros da Berberia e do Oriente, como vemos e padecemos todos os dias; contra estes não há dúvidas que temos causa justa para fazer a guerra, não só quando nos a movem, mas ainda quando cessam de o fazer, porque nos consta por larguíssima experiência a sua intenção de nos causar danos e esta guerra contra eles não se pode chamar de guerra, mas legítima e natural defesa” (Ibid., cap. IX, para. 3). Ver, neste sentido, Juliana Beatriz Almeida de Souza, “Las Casas, Sandoval e a defesa da escravidão negra”, p. 34, destacando a estratégia advogada de persuadir tanto índios, como guanches e negros, ao invés de coagí-los à fé.

⁹³ O trecho relevante segue: “A terceira causa do povo cristão para fazer a guerra justa a qualquer infiel é ou poderia ser a detenção injusta dos nossos reinos ou outros bens sem que quisessem restituí-los ou entregá-los. Esta causa muito geral que beneficia todas as nações, autoriza-as, através da lei natural, que possam ter causa justa para a guerra umas contra as outras” (Bartolomé de las Casas, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, cap. IX, para. 3).

⁹⁴ “A segunda causa: é ou pode ser justa a nossa guerra contra eles se perseguem ou estorvam ou impedem maliciosamente a nossa fé e religião cristã, ou matando os seus cultores e pregadores sem causa legítima, ou utilizando a força para a renegarem, ou dando incentivos para que a deixassem e recebecem a sua lei; tudo isto são impedimentos e perseguição da nossa santa fé; por isto, nenhum cristão duvida que tenhamos [causa] justa [para] a guerra, pois obrigação muito maior temos de defender e conservar a nossa santa fé e religião cristã e a derrubar os seus impedimentos do que a defender as nossa próprias vidas e a nossa república temporal, pois somos mais obrigados a amar a Deus antes de todas as coisas do mundo” (Ibid.).

⁹⁵ Ibid., cap. III, para. 5.

⁹⁶ No dizer de Las Casas, “aplicando as razões mencionadas aos feitos tão prejudiciais que àquelas pessoas fizeram os portugueses, que não eram mais do que guerras de cruéis, matanças, cativos, destruição e aniquilações totais de muitos povos (de pessoas seguras nas suas casas e pacíficas), certa danação de muitas almas que perecerão eternamente sem remédio, que nunca os combateram, não lhes fizeram injúria, nem guerra, nunca os injuriaram nem prejudicaram a fé ou pensaram impedi-la; e tinham aquelas terras de boa fé porque delas nunca nos despojaram, nem quicá os seus predecessores, pois que tão distantes viviam dos mouros que por cá nos fatigam, porque estão próximos da Etiópia [Etiópia Ocidental: Senegal e Gâmbia]; nem há escritura nem memória que as pessoas que as possuem as usurpam da Igreja (...)” (Ibid., cap. IX, para. 4).

⁹⁷ Conforme salienta o autor, “não tinham outra razão nem causa, nem justiça para lhes invadir com violência as suas terras e com guerras cruéis matar-los, subjugar-los e reduzi-los ao cativo, a não ser o facto de serem infiéis; e isto é contra a fé e contra toda a lei razoável e natural, e contra a justiça e a caridade (...)” (Ibid., cap. III, para. 5).

⁹⁸ Seguindo com citações textuais de Bartolomé: “Se [os infiéis] matassem ou perseguissem os cristãos por males e danos cometidos injustamente que deles tivéssemos recebido e por esta causa também padecessem os pregadores, (...) injustíssima seria contra eles a nossa guerra” (Ibid., cap. IX, para. 10).

⁹⁹ Para uma pequena nota biográfica, cf. António Silva Ribeiro, “O Padre Fernando Oliveira. Breve Apontamento biográfico” in: Fernando Oliveira, *Arte da Guerra no Mar*, Lisboa, E70, 2008 [orig: 1555], pp. ix-xiii, Francisco Contento Domingues, “Fernando Oliveira” in: *DHDP*, v. II, pp. 815-816; sobre a sua obra, cf., no geral, António Silva Ribeiro, “A obra. Estudo introdutório à Arte da Guerra no Mar” in: Fernando Oliveira, *Arte da Guerra no Mar*, pp. xv-lv; Collette Callier-Boisvert, “Captives et esclaves au XVI^e Siècle: une diatribe contre le traite restée sans écho”, *L’Homme*, n. 145, 1998, pp. 109-126.

¹⁰⁰ Veja-se Fernando Oliveira, *Arte da Guerra no Mar* [1555], *passim*.

manual de estratégia naval¹⁰¹. Este, apesar de aceitar a ideia da legitimidade da guerra quando visasse o combate a uma injustiça, tivesse propósitos defensivos ou pretendesse castigar ofensas a Deus¹⁰² e salvaguardar o direito de pregação e a proteção de cristãos convertidos¹⁰³, negava a sua licitude em caso de mera infidelidade dos povos nativos¹⁰⁴, advogando, nestes casos, o recurso à persuasão ao invés da coação¹⁰⁵. De forma ainda mais enfática, Oliveira recusou-se a aceitar que tais guerras pudessem legitimar os cativos feitos contra os africanos em África¹⁰⁶, fazendo uma forte crítica a esta triste instituição¹⁰⁷, pois, segundo o seu entendimento, eram incentivadas pelos comerciantes como propósitos meramente lucrativos¹⁰⁸. Destarte, denunciou a situação, chamando a atenção para a incompatibilidade material entre o objetivo humanitário da salvação e a privação permanente da liberdade¹⁰⁹.

O caso de São Jorge da Mina, em certa medida, não foi muito do diferente da Guiné, pois a presença lusitana era meramente costeira e o objetivo preciso o acesso a

¹⁰¹ Cf., no geral, António Silva Ribeiro, “A obra. Estudo introdutório à Arte da Guerra no Mar”, pp. xv-lv.

¹⁰² Diz o pensador que “A guerra justa q podemos fazer, segundo santo Agostinho, he aquella que castiga as sem justicas q alguma gente fez e nam quer emendar. Ou a que defende o seu bado dos que injustamente o querem offender porq grande bem faz, diz elle, que aos maos tira licença de fazer o mal. E sobre todas he justa a guerra que castiga as offensas de Deos contra aquelles que delle blasfemão, ou deyxão sua fee, como sã hereges, e apostatas, ou empede a pregação della, e perseguem as pessoas que a ella couertem, qua mays obrigados somos emendar as offensas de Deos do que as nossas” (Fernando Oliveira, *Arte da Guerra no Mar*, cap. IV, p. 23).

¹⁰³ Oliveira reserva-a para “aquelles que delles blasfemão, ou deyxão sua fee, com sã hereges, e apóstatas, ou empede a pregação della, e perseguem as pessoas que a ella se couertem (...)” (Ibid.).

¹⁰⁴ Nas palavras do autor, já que “não podemos fazer guerra justa aos infyeis que nunca forão Christãos, como sam mouros, e judeus, e gentios, que cõ nosco querem ter paz, e nam tomaram as nossas terras, nem per alguma via perjudicaram aa christandade” (Ibid.).

¹⁰⁵ Oliveira advoga-o quando diz que “os quaes melhor converteremos pela aa fee, e mays edificaremos nella cõ exemplo de paz e justiça, que cõ guerra nem tyrania. Tomar as terras, empedir a franqueza dellas, cativar as pessoas daquelles que nam blasfemão de Jesus Christo, nem resistem aa pregação de sua fee, quãdo com modéstia lha pregão/he manifesta tyrania” (Ibid., p. 24).

¹⁰⁶ “E a mym me parece que seu cativoyro he bem desarrezoado quanto he da nossa parte, porque elle não nos offendem, nem nos devem, nem temos causa justa pera lhes fazer a guerra, e sem justa guerra não nos podemos cativar, nem cõprar a cujos nam sam” (Ibid., p. 25).

¹⁰⁷ O pensador faz uma profecia evocativa desta posição: “quem cativar seraa elle tambem cativo. Não confie ninguém na presente prosperidade, qua polla sem justiça q os homes fazem a outros, muda Deos os reynos dhumas terras pãra outras, e os q forão seus senhores se tornão seus escravos. Em pessoa dos quaes, diz Hieremias, os escrauos nos senharearão/ e não havia quem nos resgatasse do seu poder” (Ibid., p. 24).

¹⁰⁸ “(...) Nos lhe damos occasiam pera se enganarem huns a outros e se rouberem, e forcarem e venderem, poylos imos comprar o que não fariam se lá não fossemos a isso, nem jamais o fezerã/senã depois que os nos a ysso induzimos” (Ibid.).

¹⁰⁹ No seu próprio dizer, “Jaa que damos a isto cor de piedade christam, dizendo que os trazemos a fazer christãos, nãm seria mal usar cõ elles dessa piedade, e darlhes algum jubileu despoys de seruirem certo tempo limitado por ley. (...) nam soamente elles, mas tambem seus filhos, e toda geração, despoys de qua nacidos Christãos nunca tem remissam” (Ibid.).

matérias-primas, particularmente ouro e escravos¹¹⁰. Isso evidentemente era considerado insuscetível de criar os pressupostos necessários para uma atividade missionária minimamente viável num quadro de resistência dos locais à evangelização. Por isso, alguns documentos religiosos chegaram a solicitar intervenção real para conquistar os territórios vizinhos da feitoria instalada na Mina e facilitar o esforço dos eclesiásticos¹¹¹. Como em tantos casos, nem mesmo tal fundamentação levou a intervenções militares. A estratégia portuguesa local era predominantemente comercial, levando a Coroa a adotar uma postura de limitação quase total em relação a possíveis confrontações com os ‘nativos’¹¹².

11.4.2. A região do Congo e Angola

Mais para sul, os projetos foram adaptados aos contextos específicos de aplicação¹¹³. Na região da África Central e do Sudoeste as particularidades da presença portuguesa, bem como as características dos próprios povos que ali habitavam não deixaram de ter impactos consideráveis no recurso à doutrina da guerra justa humanitária. Aqui, apesar de a estratégia continuar a ser o acesso a escravos, a aplicação do instituto beneficiava-se da presença territorial mais forte dos portugueses e da confrontação direta com os nativos (Angola) ou pela conversão de um forte reino local, o reino do Congo¹¹⁴. Aliado dos portugueses desde o século XV¹¹⁵, o Congo passou a agir como intermediário de estratégias militares até certa altura¹¹⁶, justificando o seu soberano, rei D. Afonso, o “Apóstolo do Congo”, em certas situações e sem embargo de

¹¹⁰ No geral, veja-se J. Bato’ora Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina 1482-1637. La vie d’un comptoir portugais en Afrique occidentale*, Lisbonne/Paris, FCG/CNCDP, 1993, 2 t., e um resumo em Pedro Sottomayor, “Feitoria e Fortaleza da Mina” in: *DHDP*, v. II, pp. 738-741.

¹¹¹ Cf. ‘Lembrança de Jorge Silva a El-Rei D. Sebastião [22 de agosto de 1573]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. III, doc. 16, p. 114, na qual se diz que “os Ministros do Evangelho não tem liberdade para ensinar a Fé catolica, pela insolencia dos barbaros”, sendo, assim, “necessário, que levem em sua defesa armas e exércitos; por razão destes gastos podem os Reys Christãos lícitamente aproueitar-se dos proveitos e frutos das terras dos infieis”.

¹¹² Neste sentido, Bato’ora Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina 1482-1637. La vie d’un comptoir portugais en Afrique occidentale*, cap. XVI.

¹¹³ No geral, sobre a região antes e no momento da chegada dos portugueses, veja-se David Birmigham, “Central Africa from Cameroun to the Zambezi” in: Roland Oliver (ed.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1977, v. III (“From c. 1050 to c. 1600”), pp. 519-568.

¹¹⁴ Para o contexto, cf. W. G. L. Randles, *L’ancien royaume du Congo. Des origines à la fin du XIX^e siècle*, Paris/La Haye, Mouton, 1968; Marcel Soret, *Histoire du Congo capitale Brazzaville*, Paris, B-L, 1978, e as clássicas descrições *História do Reino do Congo*, António Brásio (prefácio e notas), Lisboa, CEHU, 1969.

¹¹⁵ Veja-se Ilídio do Amaral, *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou Angola) e a presença portuguesa, de finais do Século XV a meados do Século XVI*, Lisboa, IICT, 1996, *passim*.

¹¹⁶ Por todos, John Thornton, *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, London, Routledge, 1999, cap. 5.

concorrerem objetivos puramente estratégicos e não religiosos¹¹⁷, ataques contra adversários locais como guerras contra a idolatria¹¹⁸ e contra a infidelidade¹¹⁹. A parceria funcionou como instrumento de legitimação dos cativeiros de nações vizinhas, mas a sua consistência passou a ser posta em causa pelos locais¹²⁰, levando a um afastamento em relação aos portugueses e a conflitos armados com esta potência europeia.

Em Angola, local onde curiosamente o rei do Congo, Afonso I, fez a guerra ao abrigo da justiça das guerras contra a idolatria¹²¹, desenvolveram-se incrementalmente práticas da guerra justa desde o século XVI. A partir do momento em que a presença

¹¹⁷ Embora relatos aparentemente religiosos, os tenham reconhecido deste modo (v. *História do Reino do Congo*, p. 78, em que se diz que “(...) o católico príncipe D. Affonso alcançou tão milagroza vitória (...) o qual conhecendo que da mão do Omnipotente Deos lhe viera tão grande victoria, mandou botar bandos por todos seus reinos, que todos se baptizassem se não queriam sentir o rigor de sua ira, o que todos fizeram (...)”).

¹¹⁸ Algumas obras mostram que os Reis do Congo terão feito a guerra e a repressão de atividades idólatras. Diz, neste quadro Padre Francisco de Santa Maria, *O ceo aberto na terra* in: MMA, 1ª Série, doc. 23, v. I, (“África Ocidental (1471-1531)”, pp. 90-103, que “(...) Nesta guerra [que durou muitos annos] se obrarão proesas admiráveis, e se virão maravilhas estupendas, tudo em abóno, & defesa dos que seguião o nosso Estendarte, em que se via o sinal da nossa Redempção. Repetirãose as batalhas, & igualmente as vitorias sempre da parte do Príncipe, o qual cōtantissimo na Fé, era perpetuo pregoeiro della, ajudando em pessoa aos nossos Conegos no exercício de instruir, & ensinar aos que se convertião, que erão sem numero, & mandando com gravissimas penas, que por todo o Reyno se destruíssem, & queimassem os ídolos, que havia, & que todos seus vassallos se abstivessem de superstições, & feitiçarias, em que eram muy versados” (pp. 95-96).

¹¹⁹ O Rei Afonso do Congo, um dos mais convictos cristãos, teve que travar uma guerra civil de natureza dinástica, que ele próprio descreveu dentro do quadro de uma luta religiosa entre o cristianismo e a idolatria (v. ‘Carta do Rei do Congo aos Senhores do Reino [1512]’ in: MMA, 1ª Série, v. I, doc. 68, pp. 256-259. Afonso, sem ambiguidades, numa interessante missiva, na qual se queixava dos agravos e até racismo de alguns portugueses do Congo, sublinha, ao se referir a uma nação inimiga, que “nós tynhamos guer[r]a com eles, por serem emfies e que lhes temos feyto muyta guer[r]a (...)” (p. 319) (‘Rei do Congo a D. Manuel I [5 de outubro de 1514] in: Ibid., pp. 294-323).

¹²⁰ É de se referir, por exemplo, que o Rei Afonso do Congo, numa das suas diversas cartas ao Rei D. João III, solicitava precisamente a instalação de um sistema de controlo e fiscalização dos cativeiros em razão dos abusos dos portugueses e da cupidez dos seus próprios súbditos africanos. Dizia que “(...) Outro sy Senhor em nossos Reynos há outro grande emconveniente e de pouco seujo de Deus, o quall hé que mujtos nossos naturães, pollo dessejo mujto que tem das mercaderias e coussas desses Reynos, que os vossos a estees tragem e a esta coussa e por satysfazerem seu desordenado apetito, furtam muitos dos nossos naturaes forros e jsentos. E muytas vezes se comteçe furtarem fidallgos e filhos de fidallgos, e parentes nossos, e os leuam a vender aos homes brãcos que em nossos Reynos estã; e lhos trazem esscôdidos e outros de noyte, por nam serem conhecidos. E tamto que sam em por dos ditos homes brancos, sam logo fer[r]rados e marcados cõ fogo. E ao tempo que os levã pera ébarquar sam lhe per nossas guardas achadas; e alegam que os cõpraram e nã sabem dizer a quem, pello quall nos convem fazer Justiça, e restytuyr os lyures a sua liberdade. E assy o vam cramãdo (...)” (‘Carta do Rei do Congo a D. João III [18 de outubro de 1526]’ in: MMA, 1ª Série, v. I, pp. 489-450).

¹²¹ Este período e esta ligação são explorados por Ilídio do Amaral, *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou Angola) e a presença portuguesa, de finais do Seculo XV a meados do Século XVI, passim*; David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, p. 25 e ss; classicamente Ralph Delgado, *História de Angola*, 2. ed., v. I, Parte I.

portuguesa se intensificou¹²², ocorreram experiências bélicas¹²³ entre forças portuguesas e luso-brasileiras¹²⁴ – região com a qual Angola foi desenvolvendo uma relação de mútua dependência¹²⁵ – por um lado, e povos e reinos locais¹²⁶, designadamente com o “reino” Mbundu de Ndongo, o Reino Mbundu da Matanga e os Estados Imbalanga, por outro. O acesso a escravos era o principal objetivo das forças estrangeiras presentes nesse espaço. Não obstante devessem ser obtidos¹²⁷ em feiras¹²⁸ através de intermediários, a força direta ou indireta era, por vezes, o meio utilizado para favorecer os negócios da ‘escravaria’.

¹²² Por todos, cf. Alberto de Lemos, *História de Angola I (1482-1624)*, Lisboa, OG, 1932; Ralph Delgado, *História de Angola*, 2. ed., s.l., BA, s.d., 3 v.; David Birmingham, *The Portuguese Conquest of Angola*, London, OUP, 1965; id., *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford, Clarendon, 1966; Lawrence W. Henderson, *Angola. Five Centuries of Conflict*, Ithaca, CornellUP, 1979, cap. 2; Ilídio do Amaral, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, Lisboa, IICT, 2000; Douglas Wheeler & René Pélissier, *Angola*, London, PMall, 1971; e Maria Emília Madeira Santos, Entrada “Angola” in: *DHDP*, v. I, pp. 68-73, bem como ainda os clássicos olhares de António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas [HGGA]*[1680], José Matías Delgado (anotação e correcção), Lisboa, AGU, 1972; e de Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola* [1782], Lisboa, CCEPM, 1937.

¹²³ Acompanhar com John Thornton, “The Art of War in Angola, 1575-1640”, *CSSH*, v. 30, n. 2, 1988, pp. 360-378, e id., “Firearms, Diplomacy, and Conquest in Angola: Cooperation and Alliance in West Central Africa, 1491-1671” in: Wayne Lee (ed.), *Empires and Indigenes. Intercultural Alliance, Imperial Expansion and Warfare in the Early Modern World*, New York, NYUP, 2011, pp. 167-191.

¹²⁴ No geral, recomenda-se Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, CdL, 2000, *passim*, bem ainda como Pedro Puntoni, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, São Paulo, Hucitec, 1999.

¹²⁵ Reconhecida também do lado “angolano”, como demonstra o seguinte trecho de Cadornega: “(...) vendo este bom e prudente Governador [Fernão de Souza] que o sustento destes Reinos estava dependente do Estado do Brasil (...)” (*HGGA*, P. I, XII, p.124). Tentando provar o inverso, um Anónimo, que dizia: “He de grandissima importancia o Reyno de Angola, e seu resgate a esta Coroa e a toda a monarchia, porque for dos ditos rendimentos e do que interessaõ os particulares que he muchissimo, importando tanto como se sabe a monarchia o Estado do Brasil e Indias Occidentais, nem ellas, nem o dito Estado se podem conseruar, laurar, e cultuiar, sem os negros de Angola” (‘Sobre os rendimentos da Coroa em Angola [27 de maio de 1633]’ in: *FHA-Séc. XVII*, Beatrix Heintze & Maria Adélia Mendes de Carvalho (colaboradora na transcrição de documentos), Stuttgart, FSV, 1985, v. I, doc. 44, pp. 388-392). Para comentários sobre esta questão, veja-se, no geral, Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, p. 353, defendendo a tese de um “Brasil formado a partir de Angola”).

¹²⁶ A respeito dessas estruturas políticas, Joseph Miller, *Kings and Kinsmen. Early Modern States in Angola*, Oxford, Clarendon, 1978.

¹²⁷ Cf. David Birmingham, *The Portuguese Conquest of Angola*, pp. 24-25, que resume esses métodos, à aquisição, à imposição tributária e a guerra direta.

¹²⁸ Na ‘História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola e coisas tocantes ao Reino e conquista [1 de maio de 1594]’ in: *AS-XVI*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 175-194, onde se diz que “a quantidade de escravos que sai cada ano se tira de Angola é muito grande, como se vê dos muitos que se levam a Portugal, e muitos mais para o Estado do Brasil, a minas das Índias de Castela, como dos muitos contos de renda que do saque deles tem a fazenda de Sua Majestade. Destes o número dos que são cativos em guerra, é nada, em comparação dos que se comprem em feiras, as quais os reis e senhores de toda a Etiópia mandam vender seus escravos” (p. 188).

Na primeira fase da conquista de Angola promovida pelo Capitão Paulo Dias Novais¹²⁹, de carácter territorial limitado, deu-se preferência à utilização de meios diplomáticos. As incursões interioranas acabaram por ocorrer essencialmente por motivos estratégicos¹³⁰ e a lógica de justificação era predominantemente punitiva¹³¹, mau grado a insistência dos inefáveis jesuítas¹³² de se usar a força para facilitar o trabalho evangélico¹³³ face a povos com comportamentos considerados execráveis como a antropofagia¹³⁴. Já na segunda fase da conquista iniciada nos primeiros anos do século XVII¹³⁵, apesar de instruções da Coroa no sentido de haver alguma moderação na utilização de meios¹³⁶ e garantia de justiça nas operações militares¹³⁷, ocorreu, na verdade, a intensificação das incursões bélicas. Isto levou, igualmente, por um lado, a abusos dos governadores e capitães na justificação desses empreendimentos¹³⁸, e, por

¹²⁹ Em particular sobre esse período e sobre Paulo Dias de Novais, Ilídio do Amaral, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, *passim*, e ainda António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. I, caps. 1-3; Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola* [1782], pp. 193-207; Ralph Delgado, *História de Angola*, v. I, Parte II, pp. 315-349.

¹³⁰ Veja-se igualmente Ilídio do Amaral, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, p. 117, ou, antes dele, Ralph Delgado, *História de Angola*, v. I, 2ª Parte, p. 344, que chamam a atenção para a sua prudência, cautela e política de diálogo do Capitão Novais para com os líderes locais, aliás conforme instruções que trazia da Coroa.

¹³¹ A tese tradicional esposada, por exemplo, por Ralph Delgado, *História de Angola*, v. I, Parte II, p. 345, para justificar as ações contra Ngola-Kiluanji, como decorrentes da traição deste.

¹³² Como diz, Ilídio do Amaral, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, p. 119, Paulo Dias Novais era pressionado pelos padres e por negociantes para usar a força e iniciar a conquista do interior.

¹³³ Dizia-se numa missiva que “Verdade hé [que] se o nosso governador tivera já a possibilidade vendo como estas terras lhe cabem por doação, elle poderá fazer o que desejamos; mas ele está muito tenro, e mui devagar, esperâdo que se S. A. [o] bafeje o favoreça” (p. 145) (‘Carta do padre Garcia Simões ao padre Luís Perpínho [7 de novembro de 1576]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. III, doc. 23, pp. 145-147).

¹³⁴ Veja-se, por exemplo, ‘Segunda viagem de Paulo Dias de Novais de Garcia Simões para o provincial, de São Paulo de Luanda, a vinte de outubro de 1575’ in: *AS-XVI*, p. 99 (...) porque a sua gente, que chamam Ambunda, e também Maxicongos nestas partes, come carne humana. E poucos dias antes da nossa chegada mataram e comeram quatro homens brancos em uma libata (...)”, completando simbolicamente que “(...) quase todos têm averiguado que a conversão destes bárbaros não se alcançará por amor, senão depois que por armas forem sujeitos e vassalos de El-Rei nosso senhor, e muito menos deste modo que agora vai, que não há quem por amor com ele trate, porque este negro é todo interesse (...)”, e, para comentários laudatórios da política da Companhia, Francisco Rodrigues (S.J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, AI, 1931-1950, t. II, v. II, l. III, cap. II, pp. 505-573.

¹³⁵ No geral, veja-se Ralph Delgado, *História de Angola*, v. II, Parte II, *passim*; António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. I.

¹³⁶ As instruções reais genéricas expressas nos Regimentos advogavam a utilização de meios suaves com os locais (v. ‘Regimento do Governador de Angola [22 de setembro de 1611]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 8, para. 9).

¹³⁷ Em 1618, o Rei ordenava que disso se desse lembrança a Manuel Cerveira Pereira, governador de Angola (‘Carta Régia ao Vice-Rei de Portugal [21 de dezembro de 1618]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 115, pp. 330-331 (“(...) nas guerras que intentar proçeda com todo o tento e iustificação (...)” (p. 330).

¹³⁸ No ano de 1619 seguia um relato crítico do Frei Manuel Baptista ao Rei no qual, entre várias outras coisas, dava conta dos abusos que eram cometidos pelos governadores nesse particular (“(...) deitão tudo a perder, arriscão [a] todos, molestão, e roubando os naturaes, e moradores, dando de ordinario guerras injustas, catiuando, matando, e opremindo inoçentes, e fazendo uexações que se não podem declarar (...) e nisto se estremo Manoel Cerueira Pereira”) (p. 366) (‘Informações sobre o Reino de Angola [7 de

outro, à introdução de instruções específicas sobre causas e procedimentos da guerra justa no consulado do governador Fernão de Sousa a partir de 1624¹³⁹, com reflexos concretos sobre a legitimidade dos cativos feitos¹⁴⁰.

As guerras só podiam ser promovidas se defensivas fossem¹⁴¹, deixando de lado qualquer preocupação que remota ou diretamente pudesse ser considerada humanitária¹⁴², mesmo que, comparativamente a outros espaços onde isso se verificou, certos pressupostos de intervenção, como a antropofagia ou os sacrifícios rituais, estivessem presentes. Foi o caso da argumentação utilizada tanto nas incursões bélicas menores de Fernão de Sousa, ligadas a obrigações de vassalagem, designadamente pelo

setembro de 1619]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 122, pp. 366-374). E ainda antes disso, André Velho da Fonseca dava conta a sua Majestade dos gastos inúteis e perniciosos feitos pelos militares em guerras tão frívolas quanto desnecessárias (‘Carta de André Velho da Fonseca a El-Rei [28 de fevereiro de 1612]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 19, pp. 64- 70, especialmente 67-68).

¹³⁹ Veja-se a ‘Carta Patente de Governador de Angola [21 de outubro de 1623]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. I, doc. 1, pp. 133-135.

¹⁴⁰ Comandava a mesma instrução, no curso de uma referência específica a um caso famoso de indivíduos duvidosamente cativados, que “como fordes em Angola despois de executada a ordem sobredita, que espero que seja de saluamento cõ o fauor di Deos, uos informareis se os escrauos que em tempo de João Correa di Sousa se catiuaraõ e emuiaraõ ao Brazil (donde por meu mandado o gouernador daquele Estado os fis tornar a Angola) foraõ tomados em boa guerra e constandouos que conforme a ella foraõ bem catiuos, os mandarei a Benguilla para trabalharem no laour das minas se se ouerem de benefiçar, e achando que a guerra não foi justa, lhes fareis dar liberdade passando para isso os despachos neçessarios” (‘Instrução Secreta do Rei a Fernão de Sousa [19 de março de 1624]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. I, doc. 3, p. 137).

¹⁴¹ Veja-se *Ibid.*, pp. 136-139, de acordo com a qual “E porque se tem entendido que alguns governadores de Angola introduzirão fazer guerra aos negros por respeitos proprios, querendo prouer nos danos que dista introdução taõ perjudicial se tem seguidoao seruiço do Deose meu e quietação de meus uassalos e augmento daquela comquista e de seus comercios hey porbem e uos mando que naõfaçais guerra naquelle Reyno senaõ se for defençia ou em caso de leuantamento que naõ possa remedear por outros meys (...)” (p. 137), e os procedimentos em ‘Regimento do Governador de Angola [20 de março de 1624]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. I, doc. 4, pp. 140-153 (“(...) Sendo caso que suçada neçessidade vrgente e preçisa de se fazer guerra para defenssaõ dos presidios e da pouoação de São Paulo, consutareis com o Bispo estando aly e com o ouuidor geral, prouedor da Fazenda e ministros que ouuer della e despeza que sera neçessaria fazer de minha fazenda; e o que se assentar podereis despender della e leuará em conta ao feitor, para o que se registará no liuro de sua despeza este capitulo, e o assento que se tomar e nas primeiras embarcações que vierem a Portugal me enuiareis assy a relação das despesas pelo meudo como a copia do assento que se fizer sobre a tal guerra, o qual será assinado por todos, e se declararaõ nelle as razoes em que fundaraõ, e tereis advertençia que esta liçança he somente para effeito da deffenssão dos presidios e da pouoação de São Paulo e naõ para se fazer guerra no sertão” (p. 151), no fundo reiterando, no último caso disposição que já encontrava no Regimento de 1611 de Francisco Correia da Silva (‘Regimento do Governador de Angola [22 de setembro de 1611]’, para. 28).

¹⁴² Isso não impede que como tal seja apresentada por autores coevos, como António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, t. I, I Parte, cap. I, p. 13 (“Alguns Portuguezes que forão por via do porto de Pinda e Condado de Sonho do Reino de Congo ahjudarão aquelles Reys em suas Conquistas e as defendelos de alguns exercitos de Jagas que desceraõ da Serra Leoa a infestar aquelle em cuja defesa se mostrarão e assinalarão aquelles Portuguezes valerosamente defendendo o dito Rey de tamanhas opprosens alcançando muitas victorias dos ditos Jagas, e mais gentio inimigo daquella coroa, que alem de serem mais destros soldados e exercitados nas armas erão mais timidos pellouzo que professavão em comerem carne humana que era o seu maior sustento, de que ainda tem por costume os que dahi procedem, de que he composto o quilombo da Raynha Ginga e de Cabucu”).

não pagamento de tributos devidos à Coroa ou para reprimir a rebeldia¹⁴³, como nas campanhas contra as forças do reino Mbundu da Matamba, liderado pela célebre rainha Ginga¹⁴⁴, e do reino Imbalanga de Kasange¹⁴⁵, onde apesar de suspeitas da prática de atos reputados de violadores do Direito Natural, se recorreu a justificação meramente punitiva ou até preventiva¹⁴⁶. Outrossim, eram frequentes, não obstante as críticas feitas por diversos atores¹⁴⁷ e ao que parece de intervenção régia¹⁴⁸, as alianças¹⁴⁹ e o uso de

¹⁴³ Por exemplo, numa missiva ao Rei, o Governador dá-lhe conta de uma dessas operações motivadas por tais questões: “Mandey passar o cappitaõ mor cõ o exercito da outra banda do rio Lucala e situarse entre os inimigos cõ ordem que recebesse os obedientes e suas desculpas pagando os tributos que deuiaõ, e aos que não estauam tributados obrigasse a declarar, o que queraõ pagar por sua liure vontade na forma do meu Regimento, e a Boilla pedisse as souas, e não os dando lhe pedisse passagem pera os yr buscar, e negandoa, ou ympedindoa daua justa causa peralhe fazer guerra porque tinha Vossa Magestate postestade, e direito de cobrar o seu (...)” (p. 184) (‘Carta de Fernão de Sousa ao Governo [2 de agosto de 1627]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. II, doc. 95, pp.183-185).

¹⁴⁴ As habilidades políticas e diplomáticas dessa governante foram reconhecidas por fontes insuspeitas da historiografia colonial angolana como Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola* [1782], pp. 232-234, que conta o impacto das suas ações, como enviada do Rei Ndongo, numa negociação com o Governador João Correia de Sousa ocorrida em 1621, bem como pelo mais contemporâneo, e o mais patriótico Ralph Delgado, *História de Angola*, v. III, p. 241. Maior elogio não podia ter recebido do seu contemporâneo António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. III, cap. II, p. 220, quando lhe dedica as seguintes palavras: “(...) o que em sua vida obrou, sobrepujou á Semiramis, á Pantasilea, á Cleopatra, á famosa Judith, e á Artemiza”, que apesar de terem sido pronunciadas numa fase em que a célebre Ana de Souza era tida por convertida ao catolicismo, não deixa de mostrar a admiração por si granjeada.

¹⁴⁵ É recomendável, neste particular, a leitura de David Birmigham, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, cap. v.

¹⁴⁶ De acordo com a ‘Cópia da jinformação que mandey ao Conselho da Fazenda em 6. de Agosto de 631, em resposta de hum requerimento do contractador Andre Roiz de Estremos [6 de agosto de 1631]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. I, doc. 25, p. 202, atribuída a Fernão, “(...) a dita Ginga leuou catiuos, que ella não quis largar, antes começou a juntar mais guerra, e a traçar leuantamento em toda a conquista, metendo muitos mantimentos nas ilhas, e fazendo sacrefiçio ao diabo de gente preta pera alcançar por esse meo a uitoria dos brancos, e saber como lhe succederia nella. Com çerteza de seus intentos os propus em iunta, que fis de capitães e dos do gouerno, e por todos se assentou se lhe fizesse guerra antes que engroçasse mais o seu poder com os muitos escrauos nossos de guerra que se lhe passauão, com que sefazia mais poderosa, e no enfraqueci. Com este assento fis iunta de padres da Companhia, de religiosos de São Joseph, de ecclesiasticos, e letrados, pera resolverem se era guerra iusta pera me conformar cõ meu regimento, e por todos se rezolveo, que não somente era iusta, mas neçessaria como consta de autosque todos se assinarãõ”.

¹⁴⁷ Foi o caso de Luís Mendes Vasconcelos que começou o seu consulado a fazer uma devastadora crítica aos seus antecessores e aos moradores por isso, pois, na sua opinião “Hé muito contra o seruiço de Deus e de V. Magestade terense introduzido neste Reino Jagas, negros que se sustentaõ de carne humana e inimigo [s] de toda a cousa vivente e os ladrões da terra adomde emtraõ. Delles se ualeraõalguns dos que ategora gournaraõ e se ualem alguns moradores da terra (...)” (p. 283) (‘Carta do Governador de Angola ao Rei [28 de agosto de 1617]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 98, pp. 283-285, para ele, pouco tempo depois passar precisamente a fazer uso dessa “guerra”).

¹⁴⁸ Veja-se a ‘Carta Régia ao Cardeal de Borja [28 de agosto de 1618]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 111, pp. 323-325, em que o Rei diz ter “mandado dar ordens muy apertadas, para que os gouernadores de Angola, nem outros vassallos meus, dos que residem naquellas partes, se ajudem nas guerras dos jagas, que comem carne humana (...)” (p. 323).

¹⁴⁹ Para as relações entre Portugueses e os Imbalanga, ver o estudo de Joseph Miller, *Kings and Kinsmen. Early Modern States in Angola*, cap. VII (“The Imbalanga and the Portuguese”).

forças militares dessas nações¹⁵⁰, invalidando que referências ocasionais do tipo humanitário pudessem ser feitas de modo coerente¹⁵¹.

Por motivos essencialmente estratégicos, alguma contenção era advogada pelo rei¹⁵² ou por órgãos municipais¹⁵³, com o consequente estabelecimento de mecanismos de controlo da guerra. O facto é que, apesar disso, muitos atores, eram levados a conflitos pelo controlo dos bens locais, principalmente do afluente mercado de tráfico de escravos¹⁵⁴, apresentando a maior parte das guerras como justas¹⁵⁵. Os proponentes tinham a preocupação quase romana de garantirem que aquelas eram legítimas em função da utilização de procedimentos justificatórios e de encontrarem causas favoráveis, designadamente ligadas a danos ou ataques anteriores perpetrados pelos

¹⁵⁰ No geral, ver David Birmingham, *The Portuguese Conquest of Angola, passim*, e a ‘Relação de Garcia Mendes Castelo Branco [16 de janeiro de 1620]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. VI, doc. 136, pp. 446-452, recomendando a El-Rei que “os Jagas que nos ajudaõ e são ferozes, que estaõ comnosco, que são de muito effeito para amedrentar o gentio, a não se aleuantarem, lhes mande V. Magestade fazer huã mercê de uinho, que elles não querem outra cousa (...)” (p. 451). Nas palavras de Joseph Miller, *Kings and Kinsmen. Early Modern States in Angola*, p. 201, eram empregues como mercenários e como fornecedores de escravos em períodos de paz, de 1620 até depois de 1850.

¹⁵¹ Referindo-se aos antropófagos e belicoso Jaga (Imbalanga), como gente “ímpia, innemiga comum, feroz e diabólica. Porque não lauraõ nem sameaõ nem procuraõ posteridade, porque somente trataõdos que são soldados e todos os mais comem e tem asougues públicos de carne humana, e os que não comem os uendem” (‘A Angola portuguesa e regiões circunvizinhas: descrição tipográfica e história da ocupação portuguesa [s.d., posterior a 4 de agosto de 1630]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. I, doc. 29, p. 212).

¹⁵² Noutra carta, aparentemente não enviada, o governador insistia numa autorização real para fazer a guerra aos inadimplentes fiscais: “Os da prouincia do Are, e outros estaõ leuantados, e não pagaõ de que dado conta a Vossa Magestade, e pedido hordem que deuo ter cõ elles, e secauza justa pera lhes dar por isso guerra porque dizem os Padres da Companhia a não posso dar sem expressa hordem di Vossa Magestade” (p. 201), o que demonstra que já havia solicitado esse aval (‘Carta pera o Gouerno polla não de Bento Ferraz que partio a xj de Setembro de 1628’) in: *FHA-Séc. XVII*, v. II, doc. 107, pp. 199-202); em 1625, o Capitão Banha Cardoso dava conta da impossibilidade de se fazer uma guerra “poes Vossa Majestade manda que se lhe não faça guerra como he justo” (p. 348) (‘Carta de Bento Banha Cardoso a el-Rei e parecer do Conselho da Fazenda [6 de outubro de 1625 e posterior]’ in: *FHA-Séc. XVII*, v. II, doc. 248, pp. 348-349).

¹⁵³ Assim, numa campanha contra os Dembos de 1633, motivadas, segundo um relato, pelas “muitas avexaçoens e tomadias de fazendas a homens brancos, e a negros tratantes, e não davão os caminhos francos ao negócio das peças, recolhendo para sy em muyta gente fugida Escravos dos Portuguezes sem os quererem entregar, nem restituírem a seus Senhores” Face a tal situação, “poz o Governador em conselho com pessoas doutas, Senado da Camara e principaes Cidadoens da Republica se seria justo fazer guerra aquele Sova Dembo e seus aliados, visto seu desaforo de não dar por cartas nem ordens que elle Governador lhe tinha escrito e mandado; o que aventilado e discutido pellos do Conselho semelhante negocio vierão a conferir que era justo fazer-lhe guerra visto sua rebeldia, e não haver outro modo mais suave para se obrigar a vir ao que era de razão” (António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. II, cap. II, pp. 178-179).

¹⁵⁴ Claro está que autores insuspeitos como Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, London, AthP, 1952, p. 270, têm razão quando dizem que este não era o único motivo, o que é verdade, pelo menos para muitos, mas, seguramente, seria o maior. Ver também Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, passim*.

¹⁵⁵ Para Ralph Delgado, *História de Angola*, v. III, p. 384, a avaliação era feita por uma junta de pessoas idóneas presidida pelo governador e da qual participavam o clero e altas entidades civis e militares, lembrando, a propósito, o parecer sobre a guerra justa dado a D. João.

antagonistas do exército português ou contra os seus aliados¹⁵⁶. Aparentemente, com a ‘brasileirização’ da ‘conquista de Angola’, esta característica ambiente ficou ainda mais marcante¹⁵⁷. Por vezes, no entanto, tais guerras eram reputadas de injustas¹⁵⁸ e, quando concretizadas, criticadas pela população¹⁵⁹.

O militar e historiador angolano Cadornega (1623-1690¹⁶⁰), por meio da sua famosa *História Geral das Guerras Angolanas* de 1680, trata desses conflitos, usando um tom anacronicamente cruzadístico¹⁶¹, segundo o qual era Deus a garantir a vitória dos portugueses¹⁶², relembrando, a propósito, o passado glorioso das lutas religiosas ibéricas¹⁶³. Dava igualmente publicidade do carácter humanitário das ‘guerras angolanas’, considerando-as, grosso modo, como guerras civilizatórias contra a

¹⁵⁶ António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. III, cap. IV, p. 266, salientando, no período de governo de Francisco da Tavóra (1669-1676) uma decisão foi tomada em junta para se apoiar o rei do Congo, D. Rafael, contra um rebelde por haver causa justa, designadamente porque o exército adversário do Conde do Sonho vinha incorrendo em faltas graves contra Deus, tendo atacado religiosos, roubando e destruindo igrejas.

¹⁵⁷ Veja-se Ralph Delgado, *História de Angola*, v. II, Parte III, pp. 399-400, destacando e criticando a dependência dos interesses de Angola em relação ao Brasil, de que se teria tornado, na prática, uma colónia para ser explorada, conclusão que também, no geral, é adotada por Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, p. 299, ao dizer, sobre um dos mais prestigiados governadores originários do Brasil, André Vidal de Negreiros, que tinha organizado verdadeiras “operações de rapina”.

¹⁵⁸ Por exemplo, Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, p. 285, aponta um caso ocorrido em 1650 em que a Câmara, ainda que por motivos mais estratégicos do que jurídicos ou morais, decidiu, com o apoio de Salvador Correia de Sá, não aprovar o lançamento de uma guerra punitiva contra *sobas* recalcitrantes.

¹⁵⁹ Ralph Delgado, *História de Angola*, v. III, p. 218, nota 2, lembra que o Governador Fernandes Vieira, que antecedeu Vidal de Negreiros, foi acusado de ter lançado guerras injustas pela população. Os habitantes da Villa de Massangano resistiram a incorporações militares compulsórias quando reputavam de injustas as guerras lançadas pelos Governadores. Sobre esta questão, ver o relato coevo de António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, P. II, cap. VI, pp. 154-155, e Alberto de Lemos, *História de Angola I (1482-1624)*, p. 223, que chama a atenção para o facto de a deliberação do novo capitão-mór, Oliveira Delgado, em ir guerrear o soba de Camulemba, que nada fizera aos portugueses, contrariava a tradição dos colonos e angolenses que sempre reprovaram as guerras ofensivas, com o exclusivo objetivo de escravizar os prisioneiros de guerra, obter lucros rápidos e outros motivos pessoais.

¹⁶⁰ Sobre o autor, Ingrid Silva de Oliveira, “Semelhanças e diferenças na escrita da África Centro-Occidental do Século XVII: os casos de Cadornega e Cavazzi”, *CP-Cdhis*, v. 23, n. 2, 2010, pp. 417-435.

¹⁶¹ Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, p. 270, já havia chamado a atenção para a manutenção desse espírito no quadro das guerras angolanas, no sentido de que os portugueses acreditavam estar a lutar por Deus e a salvar os negros da depravação da heresia.

¹⁶² “(...) no conflito de tão assinalada batalha ajudava Deos aos portugueses com seu poderoso braço que malse poderá conseguir a vitoria que nesta occasião houve se isso não fora, pois se vio muitos daquelles gentios atravessados de suas próprias frechas e azagaias e a Campanha toda cuberta de milhares delles. Quis Nosso Senhor mostrar o seu divino poder contra estes bárbaros idólatras inimigos do seu Santo Nome” (António de Oliveira de Cadornega, *HGGA*, cap. III, I parte, pp. 41-42).

¹⁶³ “Assim como o havia mostrado aquelle descendente dos Godos Dom Pelayo como o relata a Crónica de Espanha teve daquellas Covas de que havia sahido das Montanhas de Oviedo aquella primeira batalha contra tanta immensidade de gente agora inimigos da fé de Nosso Senhor Jesus Christo mostrando o seu divino poder em favor da gente Catholica achamdose muitos passados das suas próprias Armas” (Ibid., p. 42).

antropofagia e a idolatria que tanto critica¹⁶⁴, dando a ideia de que a mera rejeição da cristandade poderia justificá-las¹⁶⁵, permitindo que fossem empreendidas de forma santa e total¹⁶⁶. Neste sentido, a empresa portuguesa vinha, no seu entender, antepor o bem ao mal, operando a cristianização dos locais e a retirada do barbarismo em que se encontravam¹⁶⁷.

Argumentos muito similares ligados à santidade da guerra foram usados pela generalidade dos jesuítas que contavam com a mão divina para facilitar a expansão da religião e proteção dos cristãos, africanos e portugueses¹⁶⁸. Neste sentido, o padre Barreira explicava a vitória de uma coligação cristã, invocando o papel do Senhor nas vitórias portuguesas¹⁶⁹. Mas não só! Os jesuítas também se notabilizaram em Angola, como faziam no Brasil, por advogarem a utilização de meios repressivos ou, se se quiser, do medo¹⁷⁰ como forma de criar condições favoráveis para a evangelização. Esse argumentário pressupunha, portanto, uma clara aliança com as forças seculares de ocupação ou com líderes cristãos locais, e remetia a uma advocacia da legitimidade da conquista militar do território do reino de Angola como única forma de operacionalizar

¹⁶⁴ Através de uma associação entre os “ditos Jagas”, canibais que os portugueses haviam derrotado no Congo, e “o quilombo da Raynha Ginga e de Cabucu e o quilombo de Casangi, potentado grande, que tem dominado Sertão dentro (...)” (Ibid., cap. I, p. 13) e a acusação de portarem “costumes idólatras seguindo os ritos gentílicos na invocação do diabo rendendolhe adoraçoens e obséquios, como a seu Deos, adorando ídolos da sua invocação, impetrando seus diabólicos favores para remédio de suas infirmitades (...)” (Ibid., cap. II, p. 28).

¹⁶⁵ Como chega a dizer num trecho do seu relato contra dois sobas dembos, “causas havia bastantes para se empreender esta faução, e a principal era, pondo os interesses de parte o não quererem receber a Lei de Deose Christantade em seus Senhorios, e o uso da Catholica da Santa Madre Igreja, se não seguirem sua gentilidade e idolatrias” (Ibid., P. II, cap. VI, p. 150).

¹⁶⁶ Tirando o exagero natural do quase panerégio que escreveu, exaltante diz que, a dada altura: “(...) foi tanta a degolação daquelle apinhado gentio que se não pode numerar, sahindo as nossas armas vencedoras (...)” (Ibid., P. I, cap. VIII, Ibid., p. 86), relatos repetidos ao longo da obra com evidente naturalidade.

¹⁶⁷ Diz isto, fazendo referência ao “modo e costumes com que aquelles barbaros e idólatras Reys se tratavão, e os ritos diabolicos que seguirão estando nelles contumazes e arraigados em haver quer por bem nem por mal os podesse trazer ao gremio da Santa Igreja Catholica e a sua Santa Fé, antes cada vez mais obstinados em sua perfidia, até que no fim de tantas guerras e batalhas vierão a ter algum dezengano em ordem aterem conhecimento de Deos verdadeiro Senhor dos Ceos e da terra, deixando muitos delles a adoração de seus idolos e suas idolatrias”. (Ibid., P. I, cap. II, p. 31).

¹⁶⁸ Veja-se ‘História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola e coisas tocantes ao reino e conquista [1 de maio de 1594]’ in: *AS-XVI*, p. 192 (“Cap. VII. Das vitórias que Deus deu aos portugueses”).

¹⁶⁹ Argumentando que fora “o Senhor servido de concorrer com sua confiança, e cõ o esforço de portugueses que, sendo menos de cento e cinquenta em obras de duas horas desbaratarão aquelle soberbo exercito (...) Esta vittória (...) todos a tiverão e confessarão por obra de Deus, e mercê concedida aos merecimentos e intercessão de Nossa Senhora em cujo dia se alcançou (...)” (‘Carta do Baltasar Barreira para o provincial [20 de novembro de 1583]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. III, doc. 65, pp. 257-258, bem como a ‘Carta do Padre Baltasar Barreira para o Provincial do Brasil [27 de agosto de 1585]’ in: Ibid., doc. 84, pp. 323-324, com relatos semelhantes).

¹⁷⁰ Não é, pois, desprovido de significado que o Padre Baltasar Afonso escreva em 1581 que “todo o Angola avia medo de nós!” (p. 199) (‘Carta do Padre Baltasar Afonso para o Padre Miguel de Sousa [4 de julho de 1581]’ in: *MMA*, 1ª Série, v. III, doc. 46, pp. 198-207).

o projeto evangélico naquelas paragens. Daí que os jesuítas não perdessem a oportunidade de estabelecer esta ligação, lembrando que, provavelmente, a sujeição secular do gentio era condição necessária para a sua salvação espiritual¹⁷¹. É igualmente curioso que entre os religiosos praticamente não se questionou de forma clara a instituição da escravatura no teatro equatorial e angolano da expansão portuguesa. Pelo contrário, o facto de se atestar a existência de guerra justa no caso de Angola garantiu a legitimidade dos apresamentos feitos pelos portugueses¹⁷².

11.4.3. O teatro oriental: promoção jesuítica e fracasso da guerra justa humanitária contra o Monomopata, na Abissínia, China e Japão

As relações com a Ásia¹⁷³, em cujo espaço político também se pode incluir a África oriental, designadamente a Etiópia, também deram margem a alguns desenvolvimentos práticos e teóricos dignos de realce. É certo que, à primeira vista, as bases de facto não eram tão propícias ao desenvolvimento desse tipo de perspectiva, já que, no geral, o domínio português era meramente litoral na melhor das hipóteses e os objetivos fundamentalmente comerciais. Mais uma vez, foram essenciais os religiosos jesuítas. Perante dificuldades nos seus projetos de evangelização e hostilizados pelas autoridades locais, tentaram incentivar intervenções militares cristãs nessas nações para a proteção de cristãos convertidos ou para criar um ambiente favorável às suas campanhas de conversão. Em moldes muito mais próximos das características do humanitarismo na Europa em alguns casos, defenderam a rebelião e um direito de intervenção contra a autoridade iníqua.

¹⁷¹ Assim, num documento datado de 1588 aponta-se que “com o augmento da conquista das terras deste reino, se foi taõbem estendendo a das almas, e se abrio mais larga porta aos que deseiauaõ e pediaõ o baptismo, mas não se lhes concede taõ liberalmente, porque conuem que o reino todo se sogeite pera mais seguramente e de raiz enformar esta gentilidade, e arrancar a idololatria, e abusoens que há, e reprimir a soberba e audácia de seus sacerdotes, de quem este cuida depende [r] sua vida, sua fazenda, suas sementeiras, e saúde (...)” (‘Estado religioso e político de Angola [1588]’ in: MMA, 1ª Série, v. III, doc. 103, p. 375).

¹⁷² Um documento datado de 1582 ou de 1583 atribuído ao Padre Barreira era claro neste sentido ao sustentar que “hé muy iusta a causa porque os nossos lhe fazem agora guerra, e os catiuaõ, porque por quatro uezes pedirão aos Reis de Portugal Sacerdotes para se conuerterem, pretendendo sempre retelos, e roubar as fazendas dos Portugueses que com elles uinhão (...)” (Cf. ‘Informação acerca dos escravos de Angola [1582-1583]’ in: MMA, 1ª Série, v. III, doc. 54, pp. 227-229).

¹⁷³ No essencial, recomenda-se Kirti Chaudhuri, “A Apropriação do Espaço: o Estabelecimento no Oriente” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, v. I, pp. 163-181.

A – A região de Moçambique e a guerra justa para a proteção dos inocentes contra o Império Monomotapa

A região sudeste do continente africano¹⁷⁴, em que a presença portuguesa se fez assinalar¹⁷⁵, especialmente em Moçambique¹⁷⁶, produziu interessantes desenvolvimentos na matéria objeto deste trabalho. Nem todos foram motivados pela escravatura, atividade que, num momento inicial, não exerceu tanta influência neste espaço quanto na parte ocidental do continente¹⁷⁷, sendo fator principal de motivação da presença portuguesa a busca de metais preciosos¹⁷⁸. A doutrina da guerra justa foi utilizada para legitimar a intervenção lusitana no Império do Monomotapa¹⁷⁹, região do atual Zimbabwe, na sequência de conflitos de carácter religioso e predominantemente comercial entre locais, comerciantes mouros e portugueses¹⁸⁰. Apesar de a operação militar em si ter resultado num fracasso, permitiu a produção de um importante parecer jurídico emitido pela Mesa da Consciência e Ordens de Lisboa¹⁸¹, na qual se discutiu a

¹⁷⁴ Seguir o enquadramento de David Birmingham, “Southern Africa” in: Roland Oliver (ed.), *The Cambridge History of Africa*, v. III, (“From c. 1050 to c. 1600”), pp. 567-620.

¹⁷⁵ Veja-se, por todos, Eric Axelson, *Portuguese in South-East Africa 1488-1600*, Johannesburg, CSt, 1973; textos vários em Alexandre Lobato, *Colonização Senhorial do Zambeze e outros Estudos*, Lisboa, JIU, 1962; e Rui Costa Pinto, *A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos Capitães*, Lisboa, Estar, s.d.

¹⁷⁶ Cf. *História de Moçambique*, Maputo, DH-UEM/Tempo, v. I (“Primeiras sociedade mercantis sedentárias e impacto dos mercadores”); Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Lucília Rodrigues e Maria Georgina Semedo (trad.), Mem Martins, E-A, 1997.

¹⁷⁷ Cf. José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, Porto, Afrontamento, 2002, p. 29, salientando que o negócio de escravos era completamente distinto aqui do que era na costa ocidental, até porque a economia oriental tinha como objetivo inicial o ouro e não os escravos. Só mais tarde a escravatura veio a constituir-se numa atividade importante. Cf. igualmente António Carreira, *O Tráfico Português de Escravos na Costa Oriental Africana nos Começos do Século XIX (Estudo de Casa)*, Lisboa, JIU, 1979.

¹⁷⁸ Vide Joaquim Romero Magalhães, “Os metais preciosos” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaidhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, v. I, pp. 292-294.

¹⁷⁹ Seguir W.G.L. Randles, *L’empire du Monomotapa du XV^e au XIX^e siècle*, Paris/La Haye, Mouton, 1975.

¹⁸⁰ A respeito deste caso, veja-se, no geral, Eric Axelson, *Portuguese in South-East Africa 1488-1600*, cap. 9; W.G.L. Randles, *L’empire du Monomotapa du XV^e au XIX^e siècle*, cap. 2; Malyn Newitt, *História de Moçambique*, cap. II; António Ferronha, “Monomotapa” in: *DHDP*, v. II, pp. 759-762; J. Mutero Chirenje, “Portuguese Priests and Soldiers in Zambeze, 1560-1572: The Interplay between Evangelism and Trade”, *IJAHS*, v. 6, n. 1, 1973, pp. 36-48.

¹⁸¹ Cf. ‘Condições da Guerra Justa: Resolução da Mesa da Consciência sobre as condições em que se podia fazer guerra justa a infiéis e mais concretamente ao imperador do Monomotapa [23 de janeiro de 1569]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 168, pp. 551-557, que vem assinado por Martim Gonçalves da Camara, Leão Enriquez Torres, Duarte Carneiro Rangel, Paulo Afonso, Simão Gonçalves Preto e Gonçalo Diaz de Carvalho, e ‘Determinação dos letrados – a saber – com que condições se podia fazer guerra aos reys da conquista de Portugal. Fala em especial do Monomotapa [23 de janeiro de 1569]’ in: *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840/Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa 1497-1840*, ed. bilingue português-inglês, Lisboa, NAR/CEHU, 1975, v. III (1561-1588), doc. 15, pp. 162-171. O papel da Mesa na expansão ultramarina é retratado por Ibsen Casas Noronha, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 53-78, e a sua organização e poderes em

licitude da operação¹⁸². Os letrados apresentaram, em linhas claramente inocentinas e vitorianas, um conjunto de violações ao Direito das Gentes dos governantes do Monomotapa cometidas contra os portugueses e contra as suas próprias gentes¹⁸³. Partindo do pressuposto de que os religiosos podiam pregar o Evangelho conforme assegurado por bulas papais¹⁸⁴, e de que havia um direito de hospitalidade e de liberdade comercial, o seu desrespeito por parte dos nativos daria legitimidade para usar meios coercitivos, fazendo-se guerra justa a quem a negasse, com todas as consequências jurídicas dali advenientes¹⁸⁵.

Mais importante ainda é a referência feita a um direito de se fazer a guerra, como, medida de último recurso¹⁸⁶, ao governante africano para impedir a aplicação de

António Pedro Barbas Homem, *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 176-179.

¹⁸² Há quem saliente que a decisão já fora tomada por motivos eminentemente económicos e tratar-se-ia de lhe encontrar qualquer espécie de base legitimatória (Neste sentido, João C. Reis, “Introdução” in: João C. Reis (org.), *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monopotama*, Lisboa, Heuris, 1984, p. 101).

¹⁸³ “Vistos e examinados estes autos, e dittos de testemunhas, pelas quaes se prova que os Emperadores de Monomotapa, mandão matar e roubar muitas vezes seus vasallos e inocentes, e fazem muitos outros males e tyrannias por causas leves, e que mandarão matar e roubar alguns portugueses, indo elles pacificamente a contratar” (‘Condições da Guerra Justa: Resolução da Mesa da Consciência sobre as condições em que se podia fazer guerra justa a infieis e mais concretamente ao imperador do Monopotapa [23 de janeiro de 1596]’, p. 551). A estes agregam o assassinato de um embaixador religioso de S. Majestade sem julgamento ou respeito ao direito natural, uma possível apostasia dos soberanos e dos principais daquele reino, bem como ainda o acolhimento a “mouros imigos da fê” (A parte relevante está redigida do seguinte modo: “(...) hum destes imperadores mandou matar o P.^o D. Gonçalo indo elle em nome delRey N. Senhor por seu Embaxador, mandado do Visorrei da India a pregar a feéde Christo, a qual pregou pacificamente, e sem escândalo, antes com sua doutrina e bom exemplo se converteo o Rey e a rainha, e os principais do Reino, os quaes todos despois apostatarão deixandoa feé de N. S. Jesu Christo que professaraõ, tornando a seus ritos gentílicos; e como na morte do ditto padre D. Gonçalo se não guardou ordem natural, nem figura de juízo. E visto outrossi, como roubaraõ e retiveraõ em sua terra dous Portugueses, que hiaõ mandados pólo Capitaõ de Çofala por embaxadores, sendo elles inviolaveis, segundo o commum direito das gentes; e como acolhem em suas terras muitos Mouros imigos da fee de N. S. Jesu Christo, e que foraõ autores de muitas das dittas offensas e lesoees e o seraõ ao diante, sem se provar que da parte dos dittos Portugueses ouvesse culpa ou desordem” (Ibid., pp. 551-552).

¹⁸⁴ A base estaria, antes de tudo, segundo os letrados, nas “Bullas Apostolicas” de concessão a el Rey com o fito deste “promulgar o Evangelho, mandando a isso, e ao negócio da conversão, e para edificaçãode Igrejas e templos, ministros idoneos e necessarios” (Ibid., p. 552).

¹⁸⁵ “Que pode e deve elRey N. Senhor mandar promulgar o SantoEvangelho nos Reynos e Senhorios de Monomotapa, e em quaesquer outros de sua Conquista, fazendose com tal resguardo e moderação que se não impida o fructo da pregação, nem se dee causa a escandalos; e para isso aver effeito, e para segurança dos ministros, avendo provavel receo de traições, e de quaesquer outras perturbações, como há nos dittos Reinos e Senhorios do Monomotapa, podense fazer fortalezas, e mandar gente armada; e sendo caso que os Cafres ou quaesquer outras gentes da ditta Conquista não queiraõ admetir os dittosministros, nem consentir que lhes declare [m], com o resguardo apontado o Evangelho, ou impidaõ cõ violencia a hospitalidade e comercio,que são de comum derecho das gentes, propondosse e fazendosse tudo cõ a devida moderação; podense portanto os Capitaes e vasallos do ditto Senhor Rei, pôr em defensão, sendo para isso necessario, e para segurança de suas pessoas e fazendas podem fazer guerra, despojando, cativando, tomando lugares e seguindo os mais dereitos dajusta guerra; e assi podem fazer todas as mais cousas necessarias pera alcançarem a ditta segurança” (Ibid., pp. 552-553).

¹⁸⁶ “Quando cõ razões e meos suaves se isto não remediasse, pode justamente fazer guerra, e depor os Reis e Senhores que o impedem, levantar outros, e seguir os mais dereitos de justa guerra, tem com effeito cesarem os ditos ritos, e mortes injustas” (Ibid.).

leis tirânicas, de atos hediondos e para proteger os inocentes¹⁸⁷ em moldes que, mais uma vez, denotam uma influência direta de Vitória¹⁸⁸. A isso agregam-se os pressupostos e requisitos tradicionais emprestados da formulação clássica de Aquino, designadamente a sua declaração por autoridade legítima¹⁸⁹ – um elemento subjetivo indispensável – a reta intenção¹⁹⁰, e a concessão de oportunidade para os infratores corrigirem o seu comportamento¹⁹¹, sob pena de, não obedecendo, se lhes poder lançar guerra justa e disso resultarem os referidos efeitos jurídicos sobre o seu património¹⁹².

Emitido o parecer, organizou-se, algo relutantemente ao que parece¹⁹³, a malfadada expedição liderada pelo governador nomeado pelo rei D. Sebastião,

¹⁸⁷ Podia o rei usar a força para impedir a aplicação (“tolher”) de “leys tyrannicas e ritos nefarios e contra natureza, em especial mortes injustas de innocentes” (Ibid., p. 553).

¹⁸⁸ J. Mutero Chirenje, “Portuguese Priests and Soldiers in Zambeze, 1560-1572: The Interplay Between Evangelism and Trade”, p. 42 e ss, baseando-se numa interpretação, num certo sentido de Vitória, encontra vários pontos de afastamento, considerando que não há relação entre o parecer da Mesa e a doutrina de Vitória.

¹⁸⁹ “Que assi para se fazer a ditta guerra justamente há (...) e pera [ella] outrossi autoridade em elRey N. Senhor, que representa huã pessoas publica obrigada a defender sua republica e vasallos de todas as injurias (...)” (Condições da Guerra Justa: Resolução da Mesa da Consciência sobre as condições em que se podia fazer guerra justa a infiéis e mais concretamente ao imperador do Monopotapa [23 de janeiro de 1596], p. 554).

¹⁹⁰ No dizer do parecer, “(...) aja tambem intenção recta de se promulgar nas dittas partes o Evangelho, e isto hé [que] a conversão e a salvação das almas seja a primeir causa que se pretenda, mandando para esse effeito numero competente de ministros idoneos, e não amplificaõ de imperio nem honra propria, ou proveito do príncipe, nem outros particulares respeitos, (...)” (Ibid.).

¹⁹¹ Aponta-se que “antes de se fazer guerra ao ditto Rey de Monomotapa, se lhe requeira em nome delRey N. Senhor, que lance logo, em termo limitado, todos os Mouros de suas terras e senhorios, como imigos da Feé de Christo, e entregue os mais culpados, que foraõ autores de todas as offensas feitas aos Portugueses, e de ter o ditto Rei, Rainha e seus principais vasallos deixado a ditta fee que professaraõ, e o verdadeiro caminho da salvação de suas almas, e assi lhe faça lembrança das cousas mais necessarias pera o ditto Rey e seus vasallos virem em cometido contra Deus, e respeito com que S.A. principalmente movido manda gente e armada ás dittas partes, que hé castigo dos dittos mouros” (Ibid.).

¹⁹² Continua e finaliza-se a argumentação apresentando-se as seguintes conclusões: “E não deferindo o ditto Rei a este requerimento, e não lançando nem entregando, como fica ditto os dittos Mouros, podeselhe fazer justamente guerra, e seguir todos os direitos della, tem cõ effeito serem os dittos Mouros de todo lançados, o qual meo hé o principal, para se começar e prosseguir o negócio da conversão, com esperança de fructo, e para fundamento do edificio spiritual, que Deus for levantando nas dittas partes, inda despois de lançados os Mouros, que se pode fazer justamente guerra ao ditto Rei, polas injurias e lesões feitas aos Portugueses, como fica apontado, cõ tal declaração, que primeiro se lhes peça justa satisfação dellas, principalmente da violação dos legados (que hé grande offensa, e avida por tal entre todas as gentes e que se pode mal satisfazer) e dando o ditto Rei tanta quantidade douro, e tal tributo, ou tantas legoas de terra, que a juizo de boõs varões, seja igual recompensa de todas as dittas injurias e lesões, e das despesas da armada, e das que se fizerem em todo o discurso de guerra, em tal caso deve de suspender a guerra, nem se pode fazer bem continuar justamente. Mas sendo casoque o ditto Rei negue a ditta satisfação, podeselhes fazer justamente guerra, seguindo-se todos os direitos que se nella executaõ, mas somente té certo tempo, que hé a ditta satisfação” (Ibid., pp. 554-555).

¹⁹³ Há quem defenda que a expedição só se realizou porque os jesuítas que a acompanhavam pressionaram Barreto a executar as ordens reais (v. Eric Axelson, *Portuguese in South-East Africa 1488-1600*, p. 157).

Francisco Barreto¹⁹⁴. Este rumou ao reino do Monomotapa, mas, tendo a maioria dos soldados sido dizimados pelas doenças tropicais que iam encontrando ou por encontros bélicos ocasionais com locais, os restantes não conseguiram derrotar o senhorio, nem ter acesso ao seu almejado oiro¹⁹⁵. Apesar disto, a operação terá criado as condições para a futura aceitação de vassalagem do rei do Monomotapa em relação a Portugal e, particularmente, para dizimar ou submeter a controlo os mercadores muçulmanos da região¹⁹⁶.

B – Os jesuítas e a guerra para a facilitação da evangelização dos Abissínios

O segundo acontecimento importante neste espaço ocorreu um pouco mais a norte, na Terra do mítico Preste João, a Abissínia¹⁹⁷, um esperado aliado na luta contra os infiéis, e teve como protagonistas do lado português, mais uma vez, inacianos da Companhia. Estes tiveram, durante algum tempo, e com altos e baixos, uma missão na Etiópia¹⁹⁸ ou “Abexina”¹⁹⁹, como também era chamada. Na realidade, o que se encontrou no terreno defraudou as expetativas político-militares lusitanas, já que, longe de ter grandes meios bélicos, na realidade quem carecia de apoio para se defender dos muçulmanos era o próprio *negus*²⁰⁰, o seu imperador; o país tinha também limitações económicas, pois era um país pobre e sem recursos naturais²⁰¹; bem como

¹⁹⁴ Cf. João C. Reis (org.), *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monopotama*, pp. 41-47, que contém esta documentação, e, para comentários estratégico-militares, Richard Gray, “Portuguese Soldiers at the Zambezi”, *JAH*, v. 12, n. 4, 1971, pp. 531-533.

¹⁹⁵ Relatos alusivos a este acontecimento da lavra do Padre Monclaro, de Diogo de Couto, Francisco de Souza e Vasco Fernando Homem encontram-se reproduzidos em João C. Reis (org.), *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monopotama*, pp. 57-133 (a conclusão mais evidente é que, realmente, a grande preocupação dos operacionais era encontrar ouro ou prata), bem como em Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Maria do Carmo Guerreiro Ferreira (Coordenação da fixação do texto), Lisboa, CNCDP, 1999, l. I, cap. XVII e ss; l. II. Atestam as conclusões o estudo mais recente de Eric Axelson, *Portuguese in South-East Africa 1488-1600*, p. 158.

¹⁹⁶ Neste sentido, Malyn Newitt, *História de Moçambique*, p. 65; outras interações militares são exploradas por Eugénia Rodrigues, “A Africanização da Guerra nos Rios de Sena no Século XVII” in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, pp. 702-726.

¹⁹⁷ Ver, de forma sintética, antecedentes e contexto em Harold Marcus, *A History of Ethiopia*, Berkeley, UCalP, 1994, caps. 1-3, e Tadesse Tamrat, “Ethiopia, the Red Sea and the Horn” in: Roland Oliver (ed.), *The Cambridge History of Africa*, v. III (“From c. 1050 to c. 1600”), pp. 98-182.

¹⁹⁸ Cf. a respeito da missão jesuítica, Hervé Pennec, *Des Jésuits au Royaume du Prête Jean (Éthiopie)*, Paris, FCG, 2003, e, sobre a presença dos portugueses, Elaine Sanceau, *Os portugueses na Etiópia*, Porto, LC, 1961, e Pedro Mota Curto, *História dos Portugueses na Etiópia (1490-1640)*, Porto, CamdL, 2008.

¹⁹⁹ Sobre este e outros termos associados, veja-se Luís Filipe Thomaz, Entrada “Abexins, Abássia, Abissínia e Etiópia” in: *DHDP*, v. I, pp. 7-8.

²⁰⁰ Veja-se Baltasar Teles, *História da Etiópia* [1660], Maria da Graça Pericão (transcrição), Lisboa, Alfa, 1989, Liv. II, Cap. VI e ss, e, mais recentemente, Pedro Mota Curto, *História dos Portugueses na Etiópia (1490-1640)*, p. 179.

²⁰¹ Muito embora sem excessivas valorações, o levantamento das riquezas e hábitos é feito pelos primeiros visitantes como o Pe. Francisco Álvares, *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias* [1540], Neves Água (Introdução e notas), Lisboa, E-A, 1989, e continua de forma mais crítica

dessemelhanças religiosas, tendo em vista que os abissínios seguiam práticas e tinham costumes reputados de ‘judaizantes’, ‘mourizantes’ e comportando outros erros da fé que se abeiravam da heresia e da apostasia no entender da ortodoxia inaciana²⁰². Tudo isso vai dar origem a apreciações não menos negativas de muitos locais, preocupados com o comportamento agressivo adotado pelo proselitismo católico, principalmente por parte da Companhia de Jesus²⁰³, para reconverter os etíopes, e também receosos das intenções portuguesas em relação ao país²⁰⁴. Evidentemente, essa reação enfureceu ainda mais os discípulos de Loyola e os lusitanos locais, classificando-se tais reservas de ingratidão face ao apoio que lhes fora concedido pela nação europeia²⁰⁵.

Em alguns momentos, as dificuldades do projeto missionário foram extremas. Para além do desinteresse e à falta de apoio ao projeto de recristianização, associava-se, a perseguição promovida por alguns imperadores da Etiópia aos próprios cristãos convertidos. Isto terá levado alguns clérigos, designadamente da Companhia de Jesus, a solicitarem a intervenção do rei português no sentido de enviar uma expedição militar para submeter os ‘Abexins’²⁰⁶. Seria a única forma de o projeto de evangelização

noutros relatos como o do Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, l. IV, cap. VIII (“dos costumes dos abexins, e erros que têm no cristianismo”) ou especialmente do Pe. Baltasar Teles, *História da Etiópia*, como mostra de forma interessante Luís de Albuquerque, “Comentário” in: Pe. Baltasar Teles, *História da Etiópia, passim*, pp. 308-312 (“Enquanto o padre Francisco Álvares, na sua *Informação da Terra do Preste João das Índias* (...) procurava em cada momento compreender os Etíopes, elogiando o seu desejo de informação, desculpando as suas práticas menos ortodoxas, ajudando-os nas suas dificuldades – e só duvidando por vezes das histórias que lhe contavam de maneira directa, sem escandalizar os interlocutores –, o padre Baltasar Teles não evita colisões, por estar persuadido de que através de batalhas ou disputas verbais os missionários ‘demonstrariam’ a verdade dos princípios fundamentais da sua fé e provariam os ‘erros’ daqueles a quem dirigiam os sermões, as suas praticas ou as suas invectivas” (pp. 309-310).

²⁰² Assim, para Baltasar Teles, *História da Etiópia*, Liv. I, Cap. XVI, p. 66, “A vizinhança dos maus sempre foi um contagio que facilmente se pega e, se este mal vem de longe, mal se pode remediar ao perto; vivem os abexins enytre mouros e gentios e os seus erros são da casta daquelles dos quais dizia o Profeta *Erraverunt ab utero*, porque, como adiante veremos, antes de se fazerem cristãos, guardavam a lei de Moisés e depois que tomaram a fé de Cristo Senhor Noss, nunca abominaram em forma a perfídia mosaica; daqui vem que ainda hoje se circuncidam, como fazem os mouros que entre eles vivem e ainda os mesmos gentios de Etiópia, chamando-lhe incurcisos” (Ibid., Caps. XXVI e ss).

²⁰³ A respeito desta missão, veja-se Francisco Rodrigues (S.J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, T. I, v. II, l. III, cap. III.

²⁰⁴ O próprio Baltasar Teles, aceita-o pois aponta que o grande algoz da missão na Abissínia, Adamás Segued, “não se fiava dos portugueses, antes temia que viessem muitos da Índia a pedir-lhe contas das suas maldades (...)” (Baltasar Teles, *História da Etiópia*, Liv. II, Cap. XXXI, p. 267).

²⁰⁵ No relato sempre instrumental de Baltasar Teles, “Temos visto como com o favor dos valentes portugueses ficou Etiópia restaurada e libertada das cruéis unhas daquele bravo lobo que a ia degolando e engolindo; bem cumpriram os portugueses o que da sua parte prometeram, mas muito mal cumpriram os abexins com a devida satisfação e tão merecida remuneração a tão leais serviços, pelos quais logravam o bem da sua liberdade” (Ibid., liv. II, Cap. XVIII, p. 210 e ss).

²⁰⁶ Ver igualmente Girma Beshah & Merid Wolde Areguay, *The Question of the Union of the Churches in Luso-Ethiopian Relations (1500-1632)*, Lisboa, JIU/CEHU, 1964, p. 67, e Pedro Mota Curto, *História dos Portugueses na Etiópia (1490-1640)*, *passim*.

avancar entre eles. André de Oviedo, o patriarca da missão²⁰⁷, foi entusiasta defensor da utilização da força como forma de facilitação da missão jesuítica local²⁰⁸. Nem mesmo o intervencionista rei Português D. Sebastião estava para ali virado e depois da aventura de Alcaçer-Quibir a ideia seguramente entrou no esquecimento²⁰⁹.

Que foi uma posição comum de todos os jesuítas parece certo, pois endossada por outros para além de Oviedo²¹⁰. Foi, aliás, recuperada, com argumentação mais sistematizada, por um documento intitulado *Informação succinta sobre a redução do Imperio Abexino p^a S. A. ver e seus ministros*. Perante a relutância demonstrada de auxiliar os seus súditos e cristãos²¹¹, este documento insistia junto ao rei, salientando os benefícios, espirituais e temporais, de uma intervenção do reino na Abíssínia geradora de benefícios para Portugal²¹², para a Etiópia²¹³ e para os próprios jesuítas²¹⁴. Justificou-a lembrando os atos do rei Abissínio, que expulsou os missionários²¹⁵, e pelo fato de os ‘cismáticos’ e ‘judaizantes etíopes serem heréticos²¹⁶ e tolerarem o caráter

²⁰⁷ Cf. Eduardo Alonso Romo, “Andres de Oviedo, Patriarca de Etiópia”, *PREI*, n. 3, 2006, pp. 215-231.

²⁰⁸ Baltasar Teles, *História da Etiópia*, Liv. II, Cap. XXXIII, pp. 273-274, conta que “Dom André de Oviedo e [os] mais religiosos e portugueses (que tão perseguidos estavam dos abexins) (...) pretendiam que se persuadisse o sereníssimo rei D. João de como era precisamente necessário mandar-se a Etiópia um socorro de quinhentos ou seiscentos portugueses, os quais com muita facilidade podiam tomar os portos do mar de Etiópia e, entrando pela terra dentro, obrigasse os abexins a guardar a palavra que tinham dado aos portugueses que lá estavam tão vexados, porque esta sempre foi a prática da Etiópia que, sem armas na mão que defendam e autorizem os pregadores católicos, não puderam nunca ter o sucesso desejado entre os cismáticos”. Aparentemente o eclesiástico continuou a insistir com o rei de Portugal, solicitando inclusive a intervenção papal para reforçar essa solicitação. Assim, de acordo com o religioso, “Quanto a ter melhor esperança da redução de Etiópia à Igreja Católica, sem dúvida a tenho, se da Índia mandarem a esta terra quinhentos ou seiscentos soldados portugueses, como sempre esperámos, conforme ao que lá se tratou antes que eu para cá viesse, vista a dureza de el-rei da Etiópia; não só terei esperança, mas certeza que, vindo este socorro, toda Etiópia se converta com inumerável multidão de gentios de muitas províncias que nela há (...)” (‘Carta de André Oviedo ao Papa Pio V [15 de junho de 1567]’ Reproduzida in *Ibid.*, liv. II, Cap. XXXVII, p. 285).

²⁰⁹ Vide, e.g., Girma Beshah & Merid Wolde Areguay, *The Question of the Union of the Churches in Luso-Ethiopian Relations (1500-1632)*, p. 67, dizendo que não chegara a ser cogitada e tornou-se impossível com a morte do rei no Norte de África, e Pedro Mota Curto, *História dos Portugueses na Etiópia (1490-1640)*, pp. 273-276.

²¹⁰ Por exemplo, a missiva do Pe. Manuel Fernandes para o Provincial da Índia [20 de dezembro de 1575] Reproduzida in Baltasar Teles, *História da Etiópia*, p. 291, apontava que “é necessário este socorro de gente para acabar este negócio da redução deste reino, não deve parecer muito, pois é certo que nesta Índia na própria hora que falta o favor do príncipe, logo se sente e logo o negócio da conversão vai mal avante. E que digo na Índia, pois em Portugal se faltar ajuda do braço secular, os próprios prelados não podem fazer o seu ofício? (...)”.

²¹¹ *Ibid.*, f. 71.

²¹² *Ibid.*, *passim*.

²¹³ *Ibid.*, 2^a dificuldade, f. 69.

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ No fundo, o que pretendia era obrigar as autoridades locais a aceitarem o regresso da Companhia, na altura da missiva, expulsa do país, sendo que, o autor, ao analisar as dificuldades e o seu impacto nesse desiderato, vai concluir que isto somente seria possível precisamente “com a força das armas.” (*Ibid.*, f. 74).

²¹⁶ Anónimo, ‘Informação succinta sobre a redução do Imperio Abexino p^a S. A. ver e seus ministros [s.d., Século XVI ou XVII]’, BPA, Manuscrito, 50-v-37, doc. 31, 2^a dificuldade, f. 66- 77.

multireligioso da população²¹⁷. Justificava-a também pelas perseguições dos abissínios feitas contra a Igreja de Roma e porque podiam ser punidos pela Igreja, por oprimirem os seus vassallos²¹⁸, e ainda para salvar as almas dos inocentes privados dessa possibilidade pela ação dos seus governantes²¹⁹. O relato está eivado de uma orientação humanista nos termos típicos deste período histórico, porém essa possibilidade nunca foi considerada até que, em 1634, os jesuítas foram expulsos da Abissínia, curiosamente por motivos de segurança e pelo receio sempre presente de darem causa a uma intervenção lusitana²²⁰.

C – O espaço asiático: promoção da evangelização e proteção dos cristãos na Índia, Japão e China

O espaço asiático ficou marcado sobretudo por esforços militares para controlar o próspero comércio de especiarias da Índia e as rotas mercantis que o favoreciam²²¹. Regra geral, a opção recaía sobre os meios diplomáticos²²², por compromissos assentes na celebração de tratados²²³ e por alguma restrição em matéria religiosa adaptada aos

²¹⁷ Ibid., 1ª dif., f. 66 e ss.

²¹⁸ “A doutrina de Christo (...) encomenda que lhe procuremos, não só como aos demais infieis; mas por ser terra de cristãos, em que a Igreja tem já seu direito (...) porque neste caso poderia a Igreja entrar nella, não só com apregação, mas tambem com o castigo, tendo força coactiva p^a se desfarçar da violencia que aquelles Imperadores fazem a seus vasallos, pellas armas dos Principes Christãos” (Ibid., f. 75).

²¹⁹ A intervenção portuguesa na Etiópia, e a dos jesuítas, era igualmente um meio para a salvação dos próprios abissínios, os que já eram cristãos e estavam a ser perseguidos pelo *negus*, mas também parte dos heréticos, que tinham que ser salvos da danação eterna. Para ele, “(...) quando se não mais proveito do que conservar o verdadeiro baptismo, que o ceisma de tantos annos tinha tambem prevertido, não era menos do que segurar a salvação aterceira parte daquelles ceismaticos, pello baptismo dos infantes, que morrem antes (...)” (Ibid., f. 75).

²²⁰ Veja-se, mais uma vez, a análise de Baltasar Teles, *História da Etiópia*, l. II, cap. XXXI, de acordo com o qual Adamas Segued “não se fiava dos portugueses, antes temia que viessem muitos da Índia a pedir-lhe conta de suas maldades, os perseguiu sempre, confiscando-lhes a uns seus bens, desterrando e matando outros e mandando lançar aos som dos seus atabales rigorosíssimos pregões contra a fé de Roma e contra os que a professam, executando neles muitas crueldades conforme seu duríssimo nome de diamante”, uma possibilidade real já que fazia parte, por diversos motivos do rol de reivindicações de vários atores do espaço oriental, como atestam Girma Beshah & Merid Wolde Areguay, *The Question of the Union of the Churches in Luso-Ethiopian Relations (1500-1632)*, p. 106, dizendo que Mendes em Goa e o seu representante na Europa, Jerónimo Lobo, pediram uma expedição contra a Etiópia.

²²¹ No geral, cf. Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*, London, Longman, 1993; Luiz Filipe Thomaz, Entrada “Estado da Índia” in: *DHDP*, v. I, pp. 388-395, bem como ainda Afzal Ahmed, *Indo-Portuguese Trade in Seventeenth Century (1600-1663)*, New Delhi, GPH, 1991; A.R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire. Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Mass, HUP, 1978.

²²² Cf. Afzal Ahmed, *Indo-Portuguese Diplomacy During the 16th and the 17th Centuries (1500-1663)*, Delhi, Originals, 2008.

²²³ Em especial, recomenda-se o monumental António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, 2. ed., Lisboa, ISCSP, 2005, que destaca este aspeto.

objetivos pragmáticos e económicos da Coroa²²⁴. É verdade que a empreitada, de modo inevitável, também gerou os seus conflitos²²⁵, denominados por alguns, com algum exagero, de endémicos²²⁶. Num primeiro momento, houve a necessidade de, para se assegurar a cooperação dos potentados hindus, ultrapassar os muçulmanos, que tinham grande presença na região²²⁷ e que tentavam manter o controlo sobre esse ‘tracto’²²⁸; e, num segundo, travar a concorrência batava²²⁹ e inglesa²³⁰. Para muitos a causa da decadência de Portugal nesse espaço, para além do desinteresse tinha a ver com alguma falta de empenho em fazer maior e melhor uso de meios bélicos²³¹.

Alguns desenvolvimentos importantes relacionados com a guerra justa são dignos de nota²³² pois transcendiam os meros interesses seculares²³³. Os portugueses por mais pragmáticos que fossem²³⁴, não se podiam esquecer das suas obrigações

²²⁴ Como diz Luiz Filipe Thomaz, “Estado da Índia”, p. 389, a Índia foi encarada como parceira comercial e não como território a subjugar.

²²⁵ Por todos, veja-se Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro, *Ormuz, 1507 e 1622. Conquista e Perda*, Lisboa, TdH, 2007, e João Paulo Oliveira e Costa & Vítor Gaspar Rodrigues, *Conquista de Goa, 1510-1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, TdH, 2008, v. I.

²²⁶ Ver a propósito, Luiz Filipe Thomaz, “Estado da Índia”, p. 391.

²²⁷ Notam os relatos da época sobre a Ilha de Dyue, que “estas ylhas sô pouoradas de mouros da secta de Maffoma e esto dozentos ânos pera ca e adiâte sempre forô gentios e forô sogeytos a elreyde Seylon e suas ygrejas fizerô mezquitas. (...). Os homens e molheres destas ylhas som todos negros, nôja tâ negros como os de Guynee, e tyrã hum pouco a aluo e seu cabelo corradio nô crespo como os de Ethiopia” (p. 27) (f. 36) (‘Índia’ in: *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, pp. 27-32).

²²⁸ Por exemplo, atendendo a fontes importantes da época, o Governador Afonso de Albuquerque, *Cartas para El-Rei D. Manuel I*, António Baião (seleção, prefácio e notas), 3. ed., Lisboa, SdC, 2010, e a *Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, INCM, 1986.

²²⁹ Veja-se Eric Wilson, *Savage Republic. de Indis of Hugo Grotius, Republicanism, and Dutch Hegemony within in the Early World Modern System (c.1600-1619)*, Leiden, MN, 2008.

²³⁰ Cf. Joaquim Romero Magalhães, “O domínio territorial: os limites da expansão asiática”, e especialmente, Kirti Chaudhuri, “A concorrência holandesa e inglesa” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, v. II, pp. 15-18; 82-106.

²³¹ Vide Diogo do Couto, *Soldado Prático* [Século XVI-início do Século XVII], Mem Martins, E-A, s.d.

²³² Para discussões sobre a sua invocação na Ásia, vide A. da Silva Rego, *Portuguese Colonization in the Sixteenth Century. A Study of the Royal Ordinances (Regimentos)*, Johannesburg, WitUP, 1965, pp. 25-31, António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, pp. 525-549, e Luís Sousa & João Tavares, “Os Portugueses e a ‘Guerra Justa’ no Índico no Século XVI” in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, pp. 727-754.

²³³ Discutidos por António Vasconcelos de Saldanha, *Iustum Imperium. Dos tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, p. 534, que assim sumariza a sua posição: “A Coroa não tinha dúvidas assim em considerar lícita uma pugna que decorria de uma situação em que, requeridos os indígenas para um relacionamento firmado sob a inspiração da *lei da paz*, estas a negavam recusando-se a cumprir segundos os ditames do Direito das Gentes e a correspondente proposta da *pax lusitana*”.

²³⁴ Vários autores apontam os limites naturais desse pragmatismo. Veja-se o comentário de Joaquim Romero Magalhães, “O domínio territorial: os limites da expansão asiática”, p. 16, de acordo com quem “os povos asiáticos iam sentindo a diferença entre os dois contendores. Especialmente nítidas pelo que tocava às principais concepções imperiais. Os Portugueses instalam-se em fortalezas-feitorias e impunham o pagamento de direitos alfandegários. Os Holandeses não. Os Portugueses estavam convencidos de que tinham de salvar as almas das populações indígenas, e os padres andavam

religiosas²³⁵ de combate universal aos infiéis muçulmanos²³⁶, contra os quais se usou de modo consistente os já consolidados argumentos provenientes do período medieval e da aurora da modernidade²³⁷. Em matéria de propagação da fé entre os pagãos, a quem se atribuíam hábitos abomináveis²³⁸, isto levou à invocação de um direito global de pregação e uma consequente base de legitimação da guerra em casos de impedimento²³⁹ que, em muitas manifestações, vai anteceder os argumentos utilizados por Vitória²⁴⁰.

No Extremo Oriente, o protagonismo coube mais uma vez aos jesuítas²⁴¹, com as suas tentativas de pressionarem a Coroa a usar a força para facilitar o trabalho missionário ou então para protegerem a população cristianizada da perseguição dos governantes locais²⁴². Foi o que ocorreu no Japão, onde, depois de algum sucesso

permanentemente a pregar o Santo Evangelho. Nada disso se passava com os Holandeses, indiferentes quanto à salvação eterna de quem quer que fosse – salvo de si próprios”.

²³⁵ Kirti Chaudhuri, “A Apropriação do Espaço: o Estabelecimento no Oriente”, p. 171

²³⁶ Ver, por exemplo, ‘Afonso de Albuquerque para D. Manuel I’ (Cananor, 4 de dezembro de 1513) in: Afonso de Albuquerque, *Cartas para El-Rei D. Manuel I*, pp. 151-152, em que diz “O que me parece do Mar Roxo e da nossa entrada lá, é que Vossa Alteza tem dado o maior açoitamento na casa de Mafomede do que houve de cem anos aquá, porque lhe chegásteis ao vivo e lugar de toda sua confiança (...). Nem é pequeno serviço que fareis a Nosso Senhor, em lhe destruídes a sua casa de abominação e de toda sai perdição. Pela ventura vos quis Nosso Senhor dar as Índias com tanta fama e riqueza, para lhes fazerdes este serviço: eu não duvidaria que a fé e confiança das cousas da Índia, que somente ficou a Vossa Alteza depois de tantas contrariedades e dúvidas de muitos corações, fosse especial graça de Deus”. Para uma discussão sobre esta questão, Maria Clara Junqueiro, “Afonso de Albuquerque à luz dos requisitos fundamentais da guerra justa” in: *Comunicação apresentada ao 2º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, IL-A, 1982, pp. 7-22.

²³⁷ Patente em vários relatos coevos dessas batalhas (e.g., Diogo de Teive, *Comentarius de Rebus in Indis apud Dium Gestis Anno Salutis Nostrae M.D. XLVI/Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Dio, no ano da nossa salvação de 1546*, ed. bilingue, Carlos Ascensio André (trad.), Lisboa, Cotovia/CNCDP, 1995, *passim*; ‘Viagem e cousas de d. Francisco Viso Rey de India escrito na nao sã raffael do porto/capitã fernã suarez’ in: *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, António Baião (leitura e revisão das provas), Lisboa, APH, 1940, p. 14 e ss (f. 4 e ss) (mostrando vários combates com os “mouros” na Costa Oriental africana e índia); Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, *passim*); veja-se igualmente as conclusões de A. da Silva Rego, *Portuguese Colonization in the Sixteenth Century. A Study of the Royal Ordinances (Regimentos)*, p. 25, sustentando que sendo inimigos ancestrais dos cristãos, a guerra contra eles era natural.

²³⁸ Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, l. iv, cap. VI e VIII (fazendo referência à imolação das esposas por ocasião do falecimento do marido), e Rui Manuel Loureiro, “O descobrimento da civilização indiana nas cartas dos jesuítas (século XVI)” in: *Encontro sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, FO/LH, 2000, pp. 107-125, e José Wick, “Problemas Morais no Oriente Português do Século XVI” in: *O Centro Histórico Ultramarino e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, CHU, 1961, pp. 257-263.

²³⁹ Veja-se aqui também o estudo de A. da Silva Rego, *Portuguese Colonization in the Sixteenth Century. A Study of the Royal Ordinances (Regimentos)*, pp. 27-28.

²⁴⁰ Neste sentido, *Ibid.*, p. 28, apresentando-a como o grande antecedente da teoria esposada por Vitória.

²⁴¹ No geral, siga-se Dauril Auden, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, SUP, 1996, cap. 6, em particular, Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon 1547-1570*, Paris, FCG/CNCDP, 1993.

²⁴² Uma missiva do Bispo do Japão, Luiz Cerqueira, ‘Carta do reverendíssimo bispo do Japão ao reverendíssimo Padre Jerônimo Dias, provincial da Companhia de Jesus em Portugal, de 5 de Março de 1609’ in: *Bispos portugueses e jesuítas no Japão. Cartas de D. Luiz Cerqueira, Vítor Ribeiro (org.)*, Lisboa, ACL, 1936, pp. 35-44, onde se destacava que “aprove recentemente a Deus regar esta nova vinha da sua Igreja com o sangue de cinco mártires japoneses. Ainda bem que o fruto do seu martírio não

inicial, nomeadamente a conversão de milhares de locais ao cristianismo e algumas relações comerciais²⁴³, começou no início do século XVII uma perseguição contra os prelados e convertidos²⁴⁴ e a expulsão dos jesuítas e dos mercadores portugueses²⁴⁵.

Apesar da resistência dos milhares de católicos convertidos e de vários religiosos que insistiram em ficar, o édito de proibição motivou as perseguições em massa e os consequentes martírios celebrados pela história da Igreja, processo concluído em 1640²⁴⁶. Para muitos, foram reacções justas ao fanatismo e postura incompromissa dos padres, que tentavam subverter até a ordem política local²⁴⁷ e numa situação em que nem o rei, nem a providência divina puderam fazer alguma coisa.

aproveitou só aos neófitos, mas também aos gentios, que, reparando na prontidão e constância com que os cristãos dão a sua vida por Cristo, se mostram cada vez mais admirados dos mistérios da nossa fé. Um desses mártires padeceu a 19 de Novembro de 1608 na cidade de Firaja, pertencente ao reino de Saccunra; os outros quatro foram martirizados a 11 de Janeiro do mesmo ano de 1609, na cidade de Totempiro do reino de Finco, no mesmo sítio em que, no ano de 1603 e por ordem do mesmo tirano, gloriosamente morreram pela fé outros seus mártires, de que largamente se enviou para aí notícias nas cartas ânuas de 1604” (p. 41); as outras ordens religiosas não faziam leituras diferentes, como demonstra o dominicano Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, l. IV, cap. XIV; complementar com o interessante estudo de Madalena Ribeiro, *Samurais Cristãos. Os jesuítas e a Nobreza Cristã do Sul do Japão no Século XVI*, Lisboa, CHAM, 2009, pp. 41-43.

²⁴³ Para este caso concreto, cf. Luís Norton, *Os portugueses no Japão (1543-1640) (Notas e documentos)*, Lisboa, AGU, 1952 (embora, convergentemente, com a literatura da época pouco crítico e extremamente laudatório), e Vítor Ribeiro, “Objecto e fim desta memória” in: *Bispos portugueses e jesuítas no Japão. Cartas de D. Luiz Cerqueira*, pp. 7-31 (mais crítico, pelo menos em relação aos jesuítas), e C. R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Berkeley, UCalP, 1951, bem como, ainda, *Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil 1549-1551*, edição fac-similada, José Manuel Garcia (apresentação), Lisboa, IBNL-PT, 1993; João Paulo Costa, Entrada “Japão” in: *DHDP*, v. I, pp.537-541; *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993) (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993)*, Lisboa, CEPCEP-UCP/CHAM, 1994.

²⁴⁴ Ver tratamento deste período decisivo em Arcádio Schwabe, “O Cristianismo no Japão durante o reinado de Tokugawa Ieyasu (1600-1616)” in: *ibid.*, pp. 459-475.

²⁴⁵ De acordo com o mesmo Caio Boschi, “As missões na África e no Oriente” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, v. II, p. 415, comentando o Édito de proibição do cristianismos e expulsão das ordens em 1614, o seu contexto e efeitos, destacando a resistência dos jesuítas e franciscanos que, permaneceram clandestinamente, no território nipónico.

²⁴⁶ Cf. *Ibid.*, p. 414, e José Manuel Garcia, “O fim da presença portuguesa no Japão no século XVII” in: *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993) (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993)*, pp. 535-551.

²⁴⁷ Cf. Vítor Ribeiro, *Bispos portugueses e jesuítas no Japão. Cartas de D. Luiz Cerqueira, passim*, e Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon 1547-1570*, p. 703. Há efetivamente uma relação entre os dois factores, como se pode depreender de uma interlocução entre o Vice-Provincial Gaspar Coelho e um enviado do Xógun Hideyoshi. Conta Kirti Chaudhuri, “O impacte da expansão portuguesa no Oriente” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, pp. 487-511, que “o visitante jesuíta fora bem recebido na corte de Ósaca. Por isso Gaspar Coelho foi completamente apanhado de surpresa quando, em 24 de Julho de 1587, dois mensageiros do xógun o acordaram do seu sono a meio da noite, exigindo resposta a quatro perguntas: por que razão os Jesuítas insistiam tanto em conseguir conversões que chegavam a usar a força em muitas ocasiões? Por que razão tentavam também destruir os santuários budistas e xintoístas, perseguindo os sacerdotes japoneses em vez de os convencerem? Por que razão comiam animais úteis e valiosos, tal como os cavalos e o gado? Finalmente, porque compravam tantos escravos japoneses e os levavam da sua terra nativa? Coelho replicou que os jesuítas tinham ido ao Japão para salvar almas e que nunca usavam a força nem destruíam os templos nativos. Isso era obra de japoneses convertidos que se deixavam arrastar pelo zelo religioso. Os Portugueses nunca comiam carne de cavalo, mas era verdade que, ocasionalmente, comiam carne de vaca.

Na China²⁴⁸, por sua vez, houve uma instabilidade generalizada²⁴⁹, particularmente no período das invasões tártaras²⁵⁰, elemento estranho a essa cultura, e ao qual os religiosos, desde há muito, atribuíam costumes e práticas bárbaras²⁵¹, como, de resto, os próprios locais²⁵², bem como determinados poderes regionais “tirânicos” colocaram limites à atividade missionária jesuítica, utilizando contra eles e contra os “inocentes” violência extrema²⁵³. A dimensão do Império dava margem a estas

Se o xógum desejava que se abstivessem, respeitariam as suas ordens. Quanto aos escravos locais retirados do país, os vendedores eram japoneses e só o xógum tinha poder para os impedir de continuar com um tal comércio”.

²⁴⁸ Cf. no geral Caio Boschi, “As missões na África e no Oriente”, pp. 403-418; João Paulo Costa, Entrada “Os portugueses na China” in: *DHDP*, v. I, p. 244-249, e Horácio Peixoto de Araújo, *Os jesuítas no império da China. O Primeiro Século (1582-1680)*, Macau, IPO, 2000.

²⁴⁹ Assim, apontava António de Gouvea, ‘Anua da Vice Provincia da China de 1649, pera nosso muito Reverendo Padre Vincencio Garrafa, preposito geral da Companhia de Jesus [15 de novembro de 1650]’ in: id., *CAC: (1636, 1643 a 1649)[CAC]*, Horácio Araújo (edição, introdução e notas), Macau/Lisboa, IPO/BN, 1998, pp. 409-438, que “os tempos revoltosos e trabalhosos (que ao presente correm), se bem acrescentam penas, deminuem glorias. Quero dizer que sendo ainda tantas as calamidades e inquietações nesta grande China, na mudança prezente di Império, não podem as Annuas ir tam copiosas e perfeitas como la e ca se deseja. Porque ainda que o Tártaro reyna em quasi todas as Provincias, he com tantos levantamentos e revoltas, que não há camino seguro nem parte que goze paz. Tudo sam exercitos, que nos roubos e assolação das terras por onde passam, não fazem differença de naturais ou estrangeiros, de soldados ou alevantados; tudo he o mesmo; tudo tyranico, impio e violento” (p. 409); o contexto de produção destes documentos é tratado em Horácio Peixoto de Araújo, “António de Gouvea, Cronista da Missão da China” in: Avelino de Freitas Meneses & João Paulo Oliveira e Costa (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, pp. 867-886.

²⁵⁰ Por exemplo, cf. ‘Anua das Províncias do Sul na China de 1644’ in: António de Gouvea, *CAC*, p. 179 e ss, e Horácio Peixoto de Araújo, *Os jesuítas no império da China. O Primeiro Século (1582-1680)*, *passim*, para o seu impacto nas missões e literatura local jesuítica.

²⁵¹ Conta António de Gouvea, ‘Ânu da Vice Provincia da China do anno de 1646, pera nosso muito Reverendo Padre Mucio Viteleschi, preposito geral da Companhia de Jesus [30 de agosto de 1647]’ in: António de Gouvea, *CAC*, pp. 289-332, que “prometera o Tartaro de entrar na paz selhe rendessem a Metropoli; mas a sua paz se converteo em matança nos primeiros trez dias, em sacco e fogo. E deixando à consideração este sanguineo espectaculode leoens famintos e tigres inhumanos, sem ley nem quem lhes possesse freo, armados de peçonhenta cubiçae sede insaciavel de grandes riquezas que dentro da Metropoli estavam adquiridas e usurpadas das Monarquias do Norte, arremetem cada porta, matam, queimão, roubam, esbulham, afrontão todas as leys da honestidade e limpeza: poem nestes trez dias huma tão rica e populosa cidade de três legoas in circuito em hum deserto e vinha vindimada” (p. 306), mostrando a sua imagem sobre “o tártaro”.

²⁵² Já Frei Gaspar da Cruz, *Tratados das coisas da China [1569-1570]*, Rui Manuel Loureiro (introdução, modernização e notas), Lisboa, Cotovia, 1997, p. 101, fazia a seguinte apreciação dos tártaros num dos primeiros relatos sobre a região: “(...) correm ao longo da China os tártaros, (...). É esta gente vermelha commumente e não alva, andam nus da cinta para cima, comem carne crua e untam os corpos com o sangue dela. Pelo qual commumente são fedorentos e têm mau cheiro. Afirmou-me um china velho que algumas vezes, quando eles vinham contra as terras da China, se o vento vinha da parte donde eles vinham, que eram sentidos pelo cheiro. E quando vão à guerra levam a carne crua debaixo de si para comerem. Comem-na desta maneira e untam-se com o sangue para se fazerem mais fortes e robustos, e se provocarem na guerra e crueldade”.

²⁵³ Cf., e.g., António de Gouvea, ‘Anua da Vice Provincia da China nas do Sul do anno de 1647, pera nosso muyto Reverendo Padre Vincentio Garrafa, preposito geral da Companhia de Jesus [20 de janeiro de 1649]’ in: id., *CAC*, pp. 361-364 (“(...) na manhã dos 3 de dezembro de 1646. No mesmo dia à tarde, o filho do Lieu Colao, que vinha com elle e a quem nós tínhamos dado a vida, por lisongear o tyrano, disse cousas contra os moços e Antonio estudante, que o tyrano logo os mandou chamar, e a nós atrás delles. Metendo-nos de volta com os innocentes, os fomos reconciliando e animando pera morrerem pia e christamente pola innocencia. Foram diante do tyrano, não nos deixando entrar com elles. O estudante foy amarrado com hua cadea de ferro, e os moços, que eram dous, esfolados vivos” (p. 362)).

situações. Não obstante, não se chegou a advogar de forma muito clara qualquer intervenção europeia na China, pelo menos contra o império. Na realidade, o mais próximo disso que se esteve foi quando António Gouveia fez um comentário sobre a desejabilidade de uma intervenção europeia para proteger o imperador e controlar a convulsão social²⁵⁴. Curiosamente, foi precisamente o medo de uma intervenção militar estrangeira na China, auxiliada por eventuais infiltrações internas, que levou à proibição imperial do cristianismo em 1724²⁵⁵, e o acantonamento dos portugueses em Macau²⁵⁶.

²⁵⁴ Veja-se a ‘Annu da Vice Provincia da China de 1649 pera o nosso muito reverendo Padre Vicencio Carraffa preposito geral da Companhia de Jesus [15 de novembro de 1650]’, p. 409 (“(...), se não houver socorro europeu, não pode durar muyto na gloria de seu trono”).

²⁵⁵ A justificação que Young-Chen, novo imperador chinês, deu em 1723 para as medidas proibitivas adotadas é exemplificativa: “Dizem que a vossa lei não é falsa. Acredito em vós. Se imaginasse que era falsa, que é que me teria impedido de destruir as vossas igrejas e de os expulsar delas? Que diriam se eu enviasse um grupo de bozos e lamas ao vosso país para pregarem as suas doutrinas? Quereis que todos os chineses se tornem cristãos. Sei que a vossa lei o exige. Mas, nesse caso o que nos acontecerá? Tornar-nos-emos súbditos do vosso rei? Os convertidos que fazem reconhecer-vos-ão apenas a vós em alturas de perturbação. Não ouvirão outra voz que não seja a vossa. Sei que, no momento presente, não há nada a temer, mas quando os vossos navios vierem aos milhares, haverá, então, provavelmente, uma grande desordem. (...). O imperador (Kang-Hsi), meu pai, perdeu muita da sua reputação junto dos eruditos pela condescendência com que vos deixou fixar-vos aqui. As leis dos nossos antigos filósofos não admitem qualquer mudança, e eu não permitirei que o meu reino se exponha a um tal ataque” (reproduzido em Caio Boschi, “Ordens religiosas, clero secular e missão em África e na Ásia” Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, v. III, pp. 319-351, 344).

²⁵⁶ António da Silva Rego, *A Presença de Portugal em Macau*, Lisboa, AGC, 1946.

CAPÍTULO DÉCIMO-SEGUNDO

CONVERSÃO, SALVAÇÃO, PUNIÇÃO E INTERVENÇÕES EM FAVOR DOS INOCENTES NA LEGISLAÇÃO E PRÁTICA DA AMÉRICA PORTUGUESA

As sociedades ameríndias¹ iriam certamente colocar desafios práticos às autoridades seculares e religiosas portuguesas no Brasil², tornando-se particularmente importantes à medida que o recentramento atlântico do Império Português ia se consolidando³. Muitas delas tiveram um impacto concreto no desenvolvimento da doutrina da guerra justa. A mudança da perspectiva inicial⁴ equilibrada que ia desde favorável, moderada ou, pelo menos, tolerante de Vaz de Caminha⁵, Jean de Lery⁶, Fernão Cardim⁷ ou ainda, o mais famoso, Michel de Montaigne⁸, até à crítica de André

¹ Como diz o conhecido “brasilianista” norte-americano, Thomas Skidmore, *Uma História do Brasil*, Raúl Fiker (trad.), Rio de Janeiro, PeT, 1998, p. 29, chamando a atenção para a diferença entre os índios que habitavam esta região e os da Mesoamérica e dos Andes, que tinham atingido um alto grau de complexidade. Ver também artigos em Luís Donisete Grupioni (org.), *Índios no Brasil*, São Paulo, SMC, 1992, *passim*.

² Para apresentações gerais, vide Joaquim Romero Magalhães, “A Apropriação do Espaço: o reconhecimento do Brasil” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 192-216; Filipe Nunes de Carvalho, “Dos descobrimentos à União Ibérica” in: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva (coords.), Lisboa, EE, 1992, v. VI, pp. 21-204; Arno Wehling & Maria José Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, NF, 1994. No plano intelectual, é importante a consulta do ensaio de Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, São Paulo, CdL, 1992.

³ Por todos, Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e (1570-1670). Étude Économique*, Lisboa/Paris, FCG/CCP, 1983.

⁴ Quando os portugueses chegam ao Brasil em 1500 com Pedro Álvares Cabral, a região da Baía (actual Porto Seguro) onde aportam, bem como todo o Brasil, eram habitados por centenas de comunidades, com diferentes organizações políticas e características culturais. As primeiras impressões causadas aos exploradores e cronistas da viagem são claramente positivas (veja-se o tratamento abrangente dado por John Hemming, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, Carlos Eugênio da Moura (trad.), São Paulo, Edusp, 2007, pp. 33-65 (Cap. I: “Nobres selvagens”), e Wilcomb Washburn, “The First European Contact with the American Indians”, *RUC*, v. 34, 1988, pp. 439-446), bem ainda como a discussão promovida pelo clássico brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, CdL, 2010; na literatura portuguesa, ver Ana Lúcia Vieira, *A Alteridade na Literatura de Viagens Quinhentista. Olhares e Escritas de Jean de Léry e de Fernão Cardim sobre o Índio Brasileiro*, Lisboa, Colibri, 2008.

⁵ A carta de Pero Vaz de Caminha, *Carta de Pero Vaz de Caminha* [1500], São Paulo, MC, 2002, f. 2 (fac-símile e transcrição), e id. *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*, Lisboa, Expo, 1997, enviada ao Rei D. Manuel em 1500 é representativa dessa visão idílica inicial dos ameríndios. Estes são representados na sua forma mais natural e inocente pelo escrivão do Rei, porque “afeiçam deles he seerem pardos maneira dauermelhados de boôs rrostros e boos narizes bem feitos/ andam nuus sem nenhuua cubertura, nem estimam nuhuua coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas. e estam açerqua disso com tanta jinocemçia como terem em mostrar orrostro”.

⁶ Jean de Léry, *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil - 1578*, 2.ed., Frank Lestringnat (org.), Paris, LGF, 2008, caps. xiv-xix, sempre destacando a dimensão estética dos nativos, mesmo levando em conta algumas práticas, nomeadamente a antropofagia e o adultério, que condena.

⁷ Fernão de Cardim, *Tratado da Terra e Gentes do Brasil*, Baptista Caetano; Capistrano de Abreu & Rodolpho Garcia (introdução e notas), Rio de Janeiro, LJI, 1925, procurando manter a objetividade no seu relato geográfico, biológico, histórico e antropológico do espaço e dos seus habitantes, nomeadamente quando trata da questão da antropofagia (pp. 181-191).

Thevet⁹ e de muitos religiosos portugueses¹⁰, nomeadamente a descrição de Pero Magalhães Gândavo¹¹, e ainda mais de colonos como Gabriel Soares de Sousa¹². No entanto, esses mesmos costumes que os primeiros exploradores e intérpretes contextualizaram e compreenderam de alguma forma, passaram a ser reputados de execráveis¹³, em particular o canibalismo e os sacrifícios rituais. Associados a isto, os interesses económicos e religiosos, levaram a conflitos permanentes entre a Coroa, os colonos, as ordens religiosas e os índios, criando um xadrez político complexo¹⁴. Num quadro em que seria absurdo ‘mourizar’ o índio¹⁵, a recuperação de outras bases para justificar a guerra tornou-se essencial.

Na América portuguesa, a guerra justa esteve umbilicalmente ligada à escravatura dos nativos¹⁶ e à chamada legislação indigenista¹⁷. Independentemente da base

⁸ Cf. Michel de Montaigne, “Des Cannibales” in: *Essais de Michel de Montaigne: texte original de 1580, avec les variantes des éditions de 1582 et 1587*, Bordeaux, RDHB, 1870-1873, v. I, pp. 166-182, onde, para além de apresentar razões para os hábitos dos índios profere a conhecida formulação relativista de acordo com a qual “chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage” (p. 170).

⁹ No *Les singularitez de la France Antarctique*, Paul Gaffarel (ed.), Paris, Maisonneuve, 1878, cap. XXI e ss, os *sauvages* são apresentados de modo muito negativo.

¹⁰ Ver *infra*.

¹¹ Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da Terra Brasileiras/História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil [c. 1570]*, Brasília, SF, 2008.

¹² Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brazil [1587]*, Rio de Janeiro, TU, 1851, cap. CXLVIII e ss.

¹³ Cf. Guillermo Giucci, *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500-1532*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993; Paulo Roberto Pereira, “O Éden violado: a imagem do Índio no Brasil Quinhentista” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. III, pp. 1107-1117; Zinka Ziebell, *Terra de canibais*, Porto Alegre, EDUFRGS, 2002; Klaas Woortmann, *O selvagem e o Novo Mundo: ameríndios, humanismo e escatologia*, Brasília, EDUNB, 2004; Laura de Mello e Souza, *O inferno Atlântico. Demonologia e colonização: séculos XVI-XVII*, São Paulo, CdL, 1993, que contém uma relação comentada dos principais autores do período, e a que se junta a reflexão de enquadramento geral de Anthony Pagden, *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, Cambridge, UK, CUP, 1982.

¹⁴ Ver Francisco Ribeiro da Silva, “Os índios do Brasil à luz das leis portuguesas (sécs. XVII-XVIII)” in: *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FLUP, 2001, p. 421, apresentando as diversas etapas dessa relação, que foram da admiração mútua à exploração por motivos diversos.

¹⁵ Não obstante, alguns observadores não deixavam de marcar algumas semelhanças entre os índios e os mouros. Foi o caso de Pero Correia a quem parecia que “esta gentilidad en algunas se parece com los moros, así como en tener muchas mugeres, y en praedicar por las mañanas de madrugada, y el peccado contra la naturaleza, que dicen ser allá muy común, lo mismo es en esta tierra (...)” (pp. 224-225) (‘Ir. Pero Correia [ao João Nunes Barreto, África [S. Vicente, 20 de junho de 1551]’ in: *MB*, v. I, pp. 223-229. No entanto, O próprio Pero Correia, a quem pareceu haver semelhanças inquestionáveis entre índios e mouros nos costumes, não deixou de notar esta diferença, sustentando que “porque en sima les dixe que todos estos gentiles se comen unos a los otros (...)” (Ibid., p. 227).

¹⁶ No geral sobre esta questão na América Portuguesa, cf. Nadia Farage, *As Muralhas do Sertão. Os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*, Dissertação de Mestrado, Campinas, DCS-IFCH-UNICAMP, 1986, pp. 28-30; Beatriz Perrone-Moisés, *Legislação indigenista colonial. Inventário e índice*, Dissertação de Mestrado, Campinas, DCS-IFCH-UNICAMP, 1990, pp. 26-29; id., “Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial”, *CCDES*, n. 30 (Especial: Conquista da América), 1993, pp. 57-64; John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, São Paulo, CdL, 1994; João Adolfo Hansen, “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro” in: Adauto Novaes (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 347-373; Beatriz Perrone-Moisés, “Verdadeiros contrários – guerra contra o gentio no Brasil colonial”,

económica sustentar-se na extração do pau-brasil, na produção de cana-de-açúcar, na pecuária ou na mineração¹⁸, os colonos careciam de mão-de-obra e antes da introdução do elemento africano em terras de Vera Cruz voltaram-se precisamente para os locais, “os negros da terra”¹⁹. Usaram-lhes de forma sistemática, mesmo contra a legislação que a Coroa tentava tímida e inconsistentemente impor²⁰, muito embora nem sempre de forma desinteressada²¹.

Ademais, há que se considerar o importante papel dos projetos de evangelização da Coroa²² e de certas ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus²³, que,

Sexta-Feira, n. 7, s.d., pp. A-24-A-34; Stuart Schwartz, “Trabalho indígena e a grande lavoura no Novo Mundo: procura europeia e resposta índia no Nordeste do Brasil” in: *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, Nuno Mota (trad.), Algés, DIFEL, 2003, pp. 15-73; Ibsen Casas Noronha, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 114 e ss; Hartmut-Emanuel Kayser, *Os direitos dos povos indígenas do Brasil. Desenvolvimentos históricos e estágio atual*, Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack (trad.), Porto Alegre, SAFE, 2010, pp. 95-171.

¹⁷ Sobre a legislação indigenista brasileira, ver, por todos, Beatriz Perrone-Moisés, *Legislação indigenista colonial. Inventário e índice, passim*, e *Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (orga.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992; esta questão é discutida no importante estudo de George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Jesús Hortal (trad.), São Paulo, Loyola, 1981 [orig: 1968], *passim*.

¹⁸ Vide esta evolução em Alfredo d’Escagnolle Taunay, *História administrativa e económica do Brasil*, Rio de Janeiro, OSim, 1952, *passim*, e, em especial, Caio Prado Júnior, *História Económica do Brasil*, 8. ed., São Paulo, Brasiliense, 1963.

¹⁹ Denominação comum dada aos ameríndios brasileiros, que, por isso, mereceu a censura, já no século XVIII, do *Directório dos Índios* de 1755, instrumento pioneiro da época para a integração dos nativos na “civilização”, que proibiu a utilização da expressão “negro” nas referências aos índios. Assim, de acordo com o seu parágrafo 10: “Entre os laftimosos princípios, e perniciosos abufos, de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, he sem duvida um delles a injufta, e escandalofa introdução de lhes chamarem *Negros*; querendo talvez com a infamia, e vileza desfe nome, perfuadir-lhes, que a natureza os tinha deftinado para efcravos dos Brancos, como regularmente fe imagina a refpeito dos Pretos da Cofta da África. E porque, além de fer prejudicialiffimo á civilidade dos mesmos Índios este abominavel abufos, feria indecorofo ás Reaes Leys de Sua Mageftade chamar *Negros* a huns homens, que o mefmo Senhor foi fervido nobilitar, e declarar por ifentos de toda, e qualquer infamia, habilitando-os para todo o emprego honorifico: Não consentirão os Directores daqui por diante, que peffoa alguma chame *Negros* aos Índios, nem que elles mefmos ufem entre fi desfe nome como até agora praticavaõ; para que comprehendendo elles, que lhes não compete a vileza do mefmo nome, poffaõ conceber aquellas nobres ideias, que naturalmente infundem nos homens a eftimação, e a honra” (v. ‘Directório, que se deve Observar nas Povoaçãoens dos Índios do Pará, e Maranhão emquanto Sua Magestade não mandar o contrario’, Lisboa, OMR, MCCCLVIII, para. 10).

²⁰ Ver, em especial, o incontornável estudo de John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo, passim*, e John Hemming, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, Cap. II, pp. 67-93 (“Do escambo à escravidão”).

²¹ Seguir o estudo clássico de Alexander Marchand, *Do escambo à escravidão. As relações económicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*, 2. ed., Carlos Lacerda (trad.), São Paulo/Brasília, EN/INL, 1980, mostrando que a utilização do trabalho indígena no início era submetido a uma relação mercantil que os lusitanos tinham com os nativos.

²² Cf., por exemplo, uma carta de João III datada de 4 de agosto, que dizia “porque o principal intento, como sabeis, asy meu como d’El Rei, meu senhor e padre, que santa glória aja na imprensa da Índia e em todas as outras conquistas que eu tenho, e se sempre se manteveram com tantos perigos e trabalhos e despesas, foy sempre o acrescentamento da nossa santa fê catholica (...)” (p. 102) (“De D. João III Rei de Portugal a D. Pedro Mascarenhas, Roma [Lisboa, 4 de agosto de 1539]” in: *MB*, v. I, pp. 101-104).

²³ Por todos, cf. Serafim Leite (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro/Lisboa, INL/Portugália, 1945, e Luiz Felipe Baêta Neves, *O combate dos soldados de Cristo na terra dos*

para além de se posicionar imediatamente como entidade de intermediação dos cativeiros, julgando de sua legitimidade e idoneidade e podendo aparentemente ordenar a soltura daqueles que tivessem sido ‘mal apressados’, bem como avaliar a presença das condições necessárias para a justiça da guerra²⁴. Os jesuítas enfrentaram frequentemente os colonos ou o clero regular com as armas que possuíam, promovendo, através dos seus missionários, uma profícua discussão contextualizada sobre a aplicação do arcabouço teórico da guerra justa na América Portuguesa, que veiculavam através dos seus tratados e epistolário²⁵.

A sua justificação foi complexa, uma vez que todos – colonos, autoridades locais, clérigo regular e jesuítas – recorriam às suas categorias de alguma forma, no entanto com intensidades diferentes. A mesma teorização permitia colonos como Gabriel Sousa justificar o extermínio dos caetés²⁶ ou declarar os aimorés como inimigos de toda a humanidade²⁷; os visitantes do Santo Ofício censurarem o escambo de armas com os índios ao invés de se pronuniar sobre a sua aquisição como escravos²⁸ ou ainda os delicados equilíbrios argumentativos dos jesuítas, entre a boa e a má guerra²⁹. As linhas da guerra justa eram predominantemente defensivas e punitivas, invocando-se a legítima defesa e represálias armadas para se justificar os empreendimentos bélicos contra os indígenas. Contudo, não se deixa de constatar que motivos humanitários ou alegadamente humanitários, designadamente manifestações da guerra justa em favor dos inocentes, marcaram presença na legislação e nas práticas da guerra justa nos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão Pará.

papagaios. Colonialismo e repressão cultural, Rio de Janeiro, Forense, 1978; José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2000.

²⁴ O mesmo Pero Borges acrescenta na sua missiva à majestade lusitana que “eu mando poer em liberdade os gentios que forão salteados e nom tomados em guerra, estão os gentios contentes e parece-lhe que vay a cousa de verdade, e mais porque vem que se ffaz justiça e a ffazem a elles, quando alguns christãos os agravon; e parece-me que será causa de nom aver ay guerra” (‘Dr. Pero Borges a D. João III Rei de Portugal [Porto Seguro, 7 de Fevereiro de 1550]’, p 175).

²⁵ Sobre a forma típica de comunicação dos jesuítas tendo como pano de fundo a América Portuguesa, vide, por todos, Fernando Torres Londoño, “Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no Século XVI”, *RBH*, v. 22, n. 43, 2002, pp. 11-32; e Guilherme Amaral Luz, “Os passos da propagação da fê: o lugar da experiência em escritos jesuíticos sobre a América quinhentista”, *Topoi*, n. 6, v. 4, 2003, pp. 106-127.

²⁶ Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brazil [1587]*, cap. XIX.

²⁷ *Ibid.*, p. 50.

²⁸ Não deixa de ser sintomático que as únicas censuras feitas pelos visitantes inquisitoriais em relação à guerra e às relações com os indígenas estivessem relacionados ao comércio de armas com os índios, já que “os ditos gentios são infieis, que, quando acham tempo e ocasião, matam os brancos (...)” (‘Confissão de André Dias, Mestiço, na Graça, 2 de Fevereiro de 1592’ in: *Confissões da Bahia. Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*, Ronaldo Vainfas (org.), São Paulo, CdL, 1997, pp. 303-304.

²⁹ Ver infra.

12.1. Desenvolvimentos quinhentistas: a Aliança Nóbrega – Mem de Sá – Anchieta

12.1.1. Os labores ‘humanitários’ do governador Mem de Sá em *Terra Brasilis*: proibição do canibalismo e evangelização

Na primeira fase de colonização do Brasil³⁰, é com a instalação do Governo Geral³¹ e a chegada simultânea dos jesuítas ao Brasil que as condições propícias ao desenvolvimento da guerra justa começam a sedimentar-se, com a tradicional distinção de tratamento reservado aos índios de paz e os de guerra. Isto fica patente nas primeiras instruções reais vertidas para os regimentos³² que governadores como Tomé de Souza (1503-1579)³³ levaram para o Brasil³⁴. No regimento de 17 de dezembro de 1548, ordenava-se que os índios de paz fossem convertidos através de meios brandos³⁵ e que a guerra só fosse feita de modo punitivo aos que atacassem os portugueses³⁶, resistindo à sua presença³⁷. Mem de Sá (1500-1572³⁸), governador geral da colônia nomeado em

³⁰ Cf. H. B. Johnson, “Portuguese Settlement, 1500-1580” in: Leslie Bethel (ed.), *Colonial Brazil*, Cambridge, UK, CUP, 1987, pp. 1-38; Arno Wehling & Maria José Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, cap. II.

³¹ Um resumo desta evolução pode ser encontrado em Alfredo d’Escragnotle Taunay, *História administrativa e econômica do Brasil*, *passim*.

³² Para desenvolvimentos no caso do Brasil, vide Marília Nogueira dos Santos, “O império da ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores gerais do Brasil”, *Tempo*, v. 14, n. 27, 2009, pp. 101-117, e Francisco Carlos Cosentino, *Governadores gerais do Estado do Brasil: ofícios, regimentos, governação, trajetórias*, São Paulo/Belo Horizonte, Annablume/FAPEMIG, 2009.

³³ Pequena nota biográfica pode ser encontrada na *MB*, v. I, pp. 52-53, e em João Carvalho Cosme, Entrada ‘Tomé de Sousa’ in: *DHDP*, v. II, pp. 1005-1006.

³⁴ Cf. o texto em ‘Regimento de 17 de Dezembro de 1548 do Governador Geral do Brasil [Regimento de Tomé de Souza (17 de dezembro de 1548)]’ in: *DHA*, Rio de Janeiro, IDADC, 1954, v. I (legislação (1534-1596), pp. 45-62, e a sua versão eletrônica em ‘Regimento de Tomé de Souza de 1548’, disponível em <http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>, acesso a 7 de maio de 2010, e, para comentários de contextualização Francisco Carlos Cosentino, *Governadores gerais do Estado do Brasil: ofícios, regimentos, governação, trajetórias*, pp. 136-139; 220-221, *passim*, e Marília Nogueira dos Santos, “O império da ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores gerais do Brasil”, pp. 101-117.

³⁵ Faz referência a isto o próprio Regimento dado ao Governador Geral: “Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasill foi para que a jente dela se convertesse à nossa santa fee catolica vos encomendo muito que pratiques com os ditos capitaes e officiaes a melhor maneira que pera iso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes aguardecerei muyto terem espECIAL cuidado de os provocar a serem christãos e pera eles mais folguarem de ho ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consymtão que lhes seja feita opresão nem agravo allgum e fazendo se lhe lho fação corregger e emmendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pesoas que lhas fizerem sejam castigadas como for justiça” (Regimento de 17 de dezembro de 1548 do Governador Geral do Brasil [Regimento de Tomé de Souza (17 de dezembro de 1548)]’, p. 54).

³⁶ Cf. o seguinte destaque do longo texto anteriormente citado: “(...) cumpre muito a serviço de Deus e meu os que se asy alevantarão e fizerão guerra serem castigados com muito rigour por tanto vos mando que como chegardes à dita Bahia vos enformeis de quais são os jemtios que susteverão a paz e os favoreçais de maneira que sendo vos necessario sua ajuda a tenhais certa” (Ibid., p. 47).

³⁷ Estabelecia esse documento que “sou enformado que esta ora povoada de meus vasalos e que he favorecida de allguns jemtios da terra e esta de maneira que pacificamente sem registencia poderes desembarcar e apousentarvos nela com a jemte que convosquo vay e sendo caso que a não acheis assy e que está povoada de jemte da terra trabalhareis pela tomar o mais de voso salvo e sem periguo da jemnte

1556³⁹, será o responsável pela utilização consistente de fundamentos ‘humanitários’ para a guerra⁴⁰. Canonista formado em Salamanca⁴¹, o governante puniu os Caetés em 1562 pelo banquete que fizeram da comitiva do Bispo Sardinha⁴², e lançou um conjunto de guerras contra índios de Norte a Sul do Brasil para pacificá-los e obrigá-los a abandonar práticas que considerava abomináveis como a antropofagia⁴³. Fê-lo ainda no quadro do seu empreendimento militar contra os Tamoios aliados dos franceses de Villegagnon⁴⁴. Disso testemunham não só observadores externos⁴⁵, como o próprio, no seu relatório ao rei de Portugal⁴⁶. Em particular a punição dos Caetés, lícita em razão

que puder ser fazendo guerra a quem quer que vós registir e o tomardes pose da dita cerqua seraa em chegado ou depois em quallquer tempo que vós parecer mais meu serviço” (Ibid., p. 46).

³⁸ Sobre Mem de Sá encontra-se uma pequena e laudatória biografia na *MB*, v. III, pp. 95-98, e em Luís Norton, *A dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)*, Lisboa, AGC, 1943, pp. 1-8 (chamando-o de “Afonso de Albuquerque do Ocidente”); sobre a sua administração vide a avaliação sumária de Wilmar da Silva Vianna Júnior, “Espelho dos governadores do Brasil, a administração Mem de Sá”, texto apresentado no XXIV Congresso Nacional de História, ANPUH, 2007, Mimeo, e especialmente o estudo mais completo a seu respeito da autoria de Herbert Ewald Wetzel, *Mem de Sá. Terceiro Governador Geral (1557-1572)*, Rio de Janeiro, CFC, 1972. John Hemming, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, p. 142, que sintetiza na sua descrição do governador, correspondendo a uma apreciação mais ou menos consensual: “O terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá, era um soldado experiente, que também tinha um diploma de jurisprudência. Esse oficial enérgico, mas honrado, governou o Brasil durante catorze anos, de 1558 a 1572”.

³⁹ Cf. ‘Carta Régia pela qual Sua Magestade fes merce a Mem de Sá de Governador Geral do Brazil por 3 annos com 400\$ rs de ordenado’ [1566], Reproduzido em *ABNRJ*, v. 27, 1905, pp. 219-221 (“II. Documentos relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil”).

⁴⁰ Mais difícil de aceitar é a ideia de que terá sido a primeira invocação da guerra justa no Brasil, como sustenta, por exemplo, John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, p. 42, mas aceitando que terá sido o primeiro ato normativo a admiti-lo.

⁴¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no estudo de Salamanca (1250-1550)*, Lisboa, s.e., 1962, v. I, pp. 189-191.

⁴² Por exemplo, numa missiva desse ano um padre jesuíta da Baía dava conta do sucedido aos seus irmãos que uma sentença “sahiu agora contra o gentio que cá chamam Caêê que mataram o Bispo, em que se condemna toda a geração a serem escravos (...)” (p. 255) (“Carta do Padre Leonardo da Bahia de Todosos Santos para os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus, em São Roque [Baía, 26 de junho de 1562]”, Reproduzida em *ABNRJ*, v. 27, 1905, pp. 255-256 (“Extractos de cartas de jesuítas 1558-1568”), ato que George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, p. 78, entende derivar provavelmente de um decreto cujo texto encontra-se desaparecido.

⁴³ Uma síntese dessas operações militares pode ser encontrada em George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, pp. 73-95, e, em particular, na obra de Herbert Ewald Wetzel, *Mem de Sá. Terceiro Governador Geral (1557-1572)*, *passim*, e uma discussão sobre o papel do canibalismo em Guilherme Amaral Luz, *Carne Humana. A retórica do canibalismo na América Portuguesa*, Tese de Doutorado, Campinas, DH-IFCH-UNICAMP, 2003, p. 105, que sustenta a tese de que não seria causa suficiente para espoletar uma guerra, mas, uma vez iniciada esta com base em outros pressupostos, deveria servir para afastar esses hábitos ‘bárbaros’ dos nativos.

⁴⁴ Vide George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, pp. 73-95, e Herbert Ewald Wetzel, *Mem de Sá. Terceiro Governador Geral (1557-1572)*, *passim*. Ver igualmente Beatriz Perrone-Moisés & Renato Stztuman, “Notícia de uma certa ConfederaçãoTamoio”, *Mana*, v. 16, n. 2, 2010, pp. 401-433.

⁴⁵ Algumas delas são relatadas por Manoel da Nóbrega, ‘A Thome de Souza (Bahia, 5 de Julho de 1559)’ in: *Cartas do Brasil, 1517-1570*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 21-69 (Cartas Jesuítas 1), pp. 191-218, e confirmadas pelos depoimentos sobre a gestão de Mem de Sá (v. *ABNRJ*, v. 27, pp. 137-218).

⁴⁶ Vide Mem de Sá, “Instrumentos dos serviços de Mem de Sá”, Reproduzido em *ABNRJ*, v. 27, pp. 129-136 (“II. Documentos relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil”).

das suas causas, foi utilizada como escusa para escravizar índios que com eles não tinham nada a ver, muitos já estando no seio da Igreja pela sua conversão e na companhia dos padres de Santo Inácio⁴⁷. Após denúncia destes religiosos⁴⁸, houve intervenção pronta das autoridades seculares lideradas por Sá⁴⁹. Não obstante, esse acontecimento vai marcar um padrão na ligação entre a escravatura indígena e a guerra justa. Esta figura passou a ser utilizada de forma permanente como mecanismo de legitimação daquela, no entanto num sentido que, em larga medida, ultrapassava as limitações originariamente colocadas.

A importância de Mem de Sá neste campo não pode deixar de ser suficientemente ressaltada, pois foi o primeiro a utilizar a força militar e o medo para combater práticas que considerava contrárias ao Direito Natural como a antropofagia. Porém, não só! Ao governador deve-se igualmente creditar a promoção do desenvolvimento dos padrões legais para o tratamento dos indígenas da América Portuguesa⁵⁰, instrumento rapidamente substituído pela Monitoria de 1566⁵¹, e pela Lei

⁴⁷ O ‘Padre Leonardo do Vale por comissão do P. Luís da Grã aos padres e irmão de S. Roque, Lisboa [Baía, 26 de junho de 1562]’ in: *MB*, v. III, pp. 469-507, dá-nos conta disso, ao completar no seu relato supracitado que a sentença “de sair tanto à sua vontade, fez com que o Guovernador que antes do dar da sentença, que ainda que fosse justo sair ella, como comummente se esperava, desejava elle, todavia, favorecesse os que se achassem em os lugares onde a Companhia tem casa. Com o qual aviso, elle folguou como quem não dejesa pouquo a quietação dos novamente convertidos; e asi o fez como o Padre Provincial queria. Mas como o imiguo não dorme e a cobiça sejá má de arrancar donde tanto há que reyna, nen isto bastou para deixarem de ser perseguidos, porque, por fas e nefas, trabalhavão muitos desalmados” para “fartar sua sede e encher-se de peças, não perdoando a pagãos nen a christãos, e com tanta diligência que convinha aos pobres deixar-se morrer em casa sem buscar de comer nen fazerem suas roças ou fugirem pellos matos como veados, porque tanto que saíssem das abas dos Padres e os topavam, logo eram ferrados, que não sey quem lhes dizia serem daquela casta” (pp. 489-490).

⁴⁸ De acordo com o Padre Leonardo do Vale, “Conveio então ao Padre, como aquelle em quem está toda a confiança de tanta orfandade, atalhar com todos os remedios, assy bradar nos pulpitos e estranhar a crueldade, como com fazer com o Governador que tambem os defendesse e ajudasse. O que elle fez tanto que soube, mas in manu valida, com prender e castigar; com o que alguns se retiverão da sua furia e começarão a dar os que tinham. E tal ouve que, com medo de ser culpado, entregou ao Padre 30 ou 40 peças sem lhe elle fallar nellas, e como que ainda se tinha por ditoso achar modo e maneira com que ellas fossem restituídas aos lugares donde erão, sem o saber quem ho pudesse accusar” (‘Padre Leonardo do Vale por comissão do P. Luís da Grã aos padres e irmão de S. Roque, Lisboa [Baía, 26 de junho de 1562]’, p. 490). Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da Terra Brasileiras/História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil [c. 1570]*, p. 70, também chamava a atenção para o facto de que “os padres da Companhia vieram a estas partes proveram neste negócio e vedaram muitos saltos que faziam os portugueses por esta costa, os quais encarregavam muito suas consciências com cativarem muitos índios contra direito e moverem-lhes guerras injustas”.

⁴⁹ Como diz George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, p. 73, quase não houve nenhum Governador, após Mem de Sá, que tenha conseguido unir satisfatoriamente, no seu trato com os indígenas, a autoridade com a justiça.

⁵⁰ A primeira das excessivas e desviantes leis indígenas que se conhece foi redigida por iniciativa de Mem de Sá a 30 de julho de 1566, tendo por objetivo a regulação dos abusos cometidos no quadro da captura de nativos e tentando fixar alguns procedimentos necessários à garantia e averiguação da justiça dos cativeiros (ver ‘Resoluções da Junta da Baía sobre as Aldeias dos Padres e os Índios [Baía, 30 de julho de 1566]’ in: *MB*, v. IV, pp. 354-356): “Ainda que o foral permita aos moradores resgatarem os que a suas casas se lhe forem vender, todavia porque há muitas vendas, que se não podem fazer por licitamente,

de 1570⁵², que previa a escravatura nos casos de guerra justa autorizada pelo Rei ou pelo Governador⁵³, e nos casos em que “salteassem os portugueses e a outros gentios, para os comerem”⁵⁴. Isto indicia, em concreto, a existência de uma formulação que se localizava na fronteira entre a guerra justa de defesa própria e de terceiros, num sentido particular, e a guerra justa humanitária, muito embora não pareça ter sido invocada com fundamento outro que não o estritamente punitivo⁵⁵.

12.1.2. As justificações teóricas de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta

A dimensão intelectual do período foi assegurada principalmente pelos membros da Companhia de Santo Inácio⁵⁶. Embora com relações tensas com os índios

manda o Senhor Governador que os que quiserem comprar não o façam sem serem examinados, para ver se he justa a venda ou não, porque não pretende negar-lhes a licença senão estorvar que se não façam justiça nem agravo” (Ibid., para. 5), para comentários sobre a legislação do período em José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, p. 139; George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, p. 98; e Alida Metcalf, “The Entradas of Bahia of the Sixteenth Century”, *TA*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 373-400.

⁵¹ Enquanto a comissão supramencionada se reunia, aparentemente sob decisão autónoma de Sá, o Rei D. Sebastião ordenou que se convocasse outra composta por Manuel da Nóbrega, pelo Provincial Luís de Grã e pelo visitador de Portugal, Inácio de Azevedo, para além do próprio Governador, do Bispo e de dois ouvidores. Vide ‘D. Sebastião, Rei de Portugal, a Mem de Sá, Governador do Brasil [Lisboa, agosto (?) de 1566]’ in: *MB*, v. IV, pp. 357-360 (“(...) Vos encomendo muito como Bispo e o Pe. Provincial da Companhia e com o Pe. Inácio de Azevedo e Manuel da Nóbrega e o Ouvidor Geral, que laa está, e o que ora vay, consulteis e pratiqueis este caso e o modo que se pode e deve ter pera se atalhar aos tais resgates e cativos” (para. 3). Não há notícia de que a versão completa desse conjunto de normas tenha sobrevivido, mas aparentemente fazia-se referência à guerra justa (v. José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, p. 140).

⁵² ‘Lei de 20 de Março de 1570, cobre a liberdade do gentio das terras do Brasil, e mais conquistas, e em que casos se podem, ou não se podem captivar’ Sinopse em José Anastácio de Figueiredo (comp.), *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a história e estudo crítico da legislação Portuguesa*, Lisboa ARS, 1790, t. II (1550-1603), p. 152, e o texto completo em George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Apêndice II, doc. 2, pp. 221-222 e em Ibsen Casas Noronha, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Anexo D, pp. 237-238.

⁵³ ‘Lei de 20 de Março de 1570, cobre a liberdade do gentio das terras do Brasil, e mais conquistas, e em que casos se podem, ou não se podem captivar’, p. 152, que continha preceito determinando que “todos [os índios] serão tratados, e reputados por livres, sem se poderes de modo, ou maneira alguma captivar; salvo aquelles que forem tomados, em guerra justa que os Portuguezes fizerem ao ditos Gentios, com autoridade, e licença do Rei, ou do seu Governador nas ditas terras; (...)”.

⁵⁴ Ibid. ((...) “ou aquelles que costumam saltar os Portuguezes, e a outros Gentios para os comerem, assim como sãoos chamados *Aymures* e outros semelhantes”).

⁵⁵ Por exemplo, no ‘Regimento de 8 de Março de 1588 do Governador Geral do Brasil [Treslado do Regimento que levou Francisco Galdes que Sua Magestade ora mandou por Guovernador do Estado do Brazil em Março de 88]’ in: *DHA*, v. I (legislação (1534-1596), pp. 355-376, o Rei ordena ao Governador Geral o lançamento de uma guerra justa punitiva contra índios do norte da Baía e do Pernambuco (p. 360).

⁵⁶ Uma contextualização sumária dos primeiros tempos dos jesuítas no Brasil e a apreciação dinâmica que foram fazendo dos Índios pode ser encontrada em John Hemming, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, pp. 161-186 (Cap. 5: “A chegada dos jesuítas”); ver também Hans-Jürgen Prien, “O Papel dos Jesuítas Portugueses no Brasil entre 1549 e 1640” in: Maria da Graça Ventura, *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 217-240.

pacificados⁵⁷ – acusados de serem volúveis na fé – os inacianos transformaram-se nos seus principais protetores e tutores, e, logo, inimigos viscerais dos colonos e do clero ordinário⁵⁸, sempre ávidos por escravizarem ou legitimarem a escravatura⁵⁹. Por um lado, isto impeliu-os, para tentar conter os escravocratas, a utilizar os seus contatos políticos e sanções canónicas⁶⁰, mas, por outro, a apelar à força ou a qualquer meio de pressão ao seu dispor nos casos em que isso favorecesse os seus projetos de evangelização ou permitisse afastar os nativos de práticas por eles condenáveis.

Manuel da Nóbrega (1517-1570)⁶¹, português de Braga e bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra⁶², foi o líder da missão jesuítica no Brasil(1553-1559)

⁵⁷ Vide, por todos, Eugénio dos Santos, “Índios e missionários no Brasil Quinhentista: do conflito à cooperação”, *RFL*, n. 9, 1992, pp. 107-118.

⁵⁸ Há uma carta de Manoel da Nóbrega, que avança questões que anos mais tarde terá a oportunidade de aprofundar, sugerindo não só a não-pacificidade do papel que os jesuítas se atribuíram, mas igualmente a posição do Bispo Fernandes Sardinha ao lado dos colonos. No trecho relevante diz que “cuydey que com avinda do Bispo ficassemos quietos com a determinação dos escravos salteados e que vendem os parentes, e agora estamos na mayor confusão,e ainda esperamos a resposta do Dr. Navarro durando-nos as mesmas duvidas” (p. 370) (‘Manoel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa [Baía, fins de julho de 1552]’ in: *MB*, v. I, pp. 367-375. De viva voz, não há registo documental de D. Pedro Fernandes Sardinha a defender a liberalização do cativeiro indígena, mas, o facto é que isso seria muito provável se tivermos em consideração que ele era favorável à centralização da actividade missionária nos “brancos” ao invés de se desperdiçar tempo com os índios bárbaros insusceptíveis de aprender as coisas da fé, conforme decorre de uma carta de 1553 (‘D. Pedro Fernandes ao Reitor do Colégio de Santo Antão, Lisboa [Salvador, 6 de outubro de 1553]’ in: *MB*, v. II, pp. 11-12) (v. também infra sobre a discussão mais geral).

⁵⁹ O relato de um dos padres é exemplificativo: “y se querremos alguna ora hazer o dezir alguna cosa sobre estos sclavos injustamente captivos quando se acogen a nosotros, los que los tienen por sus esclavos o sclavas nos amenazam, diciendo em público y por lasplaças que nos harán y contecerán, y que nos quemarán las casas (...)” (p. 437) (‘Ir. Pero Correia ao P. Simão Rodrigues, Lisboa [S. Vicente, 10 de março de 1553]’ in: *MB*, v. I, pp. 433-448).

⁶⁰ Como os padres da Companhia não tinham capacidade para garantir a execução das sanções prescritas àqueles que violassem as regras sobre a captura de indígenas remeteram-nas para a esfera estritamente religiosa, e passaram a recusar a absolvição a todos os que tivessem índios de forma irregular enquanto os não libertassem. Disso dá-nos conta um dos inacianos que estava no Brasil. Cf. ‘Ir. João Gonçalves aos Padres e Irmãos de Coimbra’ [Baía, 12 de junho de 1555] in: *MB*, v. II, pp.239-243 (“queriendo los hombres del navío confesar com el Padre, les respondiô que no lo haría si el Governador no le dicesse una sêdula firmada de su mano en que se obligasse a poner todos los indios salteados en sus tierras (...)” (p. 241).

⁶¹ A respeito de Manoel da Nóbrega, cf. Serafim Leite, *Breve Itinerário para uma Biografia do P. Manuel da Nóbrega*, Lisboa/Rio de Janeiro, Brotéria/LdP, 1955; Tito Lívio Ferreira, *Padre Manoel da Nóbrega – Fundador de São Paulo*, São Paulo, Saraiva, 1957; Padre Antonio Franco, “Vida do Padre Manuel da Nóbrega” in: Manoel da Nóbrega, *Cartas do Brasil, 1517-1570*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 21-69 (Cartas Jesuíticas 1), bem como a apresentação do seu colega José de Anchieta, *Fragmentos históricos: Padre Manuel da Nóbrega* in: José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 475-488, e, para notas biográficas, designadamente em *MB*, v. I, pp. 34-37, e *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. II, l. IV, cap. III, para. 2, pp. 459-470; Tito Lívio Ferreira, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, São Paulo, CEC, 1970; Edmundo Correia Lopes, *O P. Manuel da Nóbrega e a formação do Brasil*, Lisboa, AGU, 1949; José de Melo Pimenta, *Nóbrega, fundador de São Paulo. No 420º Aniversário da sua morte (1570-1990)*, São Paulo, Edição do Autor, 1990; Sebastião Pagano, “Nóbrega, o desconhecido” in: *Nóbrega*, São Paulo, IHGSP, 1970, *passim*, e vários artigos dessa obra recordam os momentos mais marcantes da sua vida. O Pe. Hélio Abranches Viotti, “Para uma biografia de Nóbrega”, Separata do nº 28 da *RH*, São Paulo, 1956, coloca em dúvida as leituras mais apologéticas do autor.

sedeada na Bahia durante muitos anos. Através de um conjunto de preocupações e soluções apresentadas aos seus correspondentes, superiores e autoridades seculares⁶³, além das grandes contribuições ao desenvolvimento da teoria política moderna, devidamente assinaladas por obras recentes, abordou igualmente o problema da guerra justa no âmbito da sua discussão sobre a escravatura dos “bárbaros” e a missão dos jesuítas na América portuguesa⁶⁴.

Nóbrega, tendo que gerir a relação tensa com os colonos⁶⁵, que utilizavam a força para submeter os índios e os reduzir à escravatura laboral, e trabalhando para a promoção do projeto religioso-moral (mas, também, político no sentido de projeto de poder que a palavra também comporta⁶⁶) da expansão, advogado pelos jesuítas, e as suas próprias relações com os índios teve que adotar uma posição moderada. Esta passava pela tentativa de ultrapassar as dificuldades concretas experimentadas na

⁶² Esta dimensão da formação de Nóbrega é discutida por Serafim Leite, “Nóbrega o ‘doutíssimo’ ou a entrada da literatura jurídica no Brasil” in: *Novas páginas de História do Brasil*, Lisboa, APH, 1962, pp. 215-223, e por Tito Lívio Ferreira, “Primeiro jurista lusobrasileiro” in: *Nóbrega*, pp. 243-294, para o contexto geral ver Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no estudo de Salamanca I (1250-1550)*, v. I, *passim*.

⁶³ As missivas do eclesiástico tinham por destinatários personalidades de grande influência na esfera religiosa e secular, o que, aparentemente, atestava a sua importância na missão jesuítica global; do rol de cartas constam algumas a “El-Rei”, ao Infante D. Henrique, ao Governador Thomé de Souza, ao Padre Provincial de Portugal, e para Inácio de Loyola (cf. Manoel da Nóbrega, *Cartas do Brasil, 1517-1570*, *passim*).

⁶⁴ Aliás, a preocupação de Nóbrega com esta matéria é evidente, concretizando as suas dúvidas diversas vezes com questões colocadas aos seus superiores sobre a guerra justa aos índios e o seu cativeiro posterior. Neste sentido, desde 1552, o próprio Manoel da Nóbrega levanta a questão que, mais tarde, tentou responder e aplicar ao caso brasileiro (v. infra): “Si é lícito fazer guerra a este Gentio e captival-os (...)”, buscando pareceres de Coimbra à questão colocada (“Isto e as mais duvidas que o anno passado escrevi, as quaes ainda me não satisfizeram, faça Vossa Reverendíssima pôr em disputa no collegio de Coimbra e mande-me o parecer dos principais letrados da Universidade, porque, assim como para cá, como para a India e outras partes de Infieis, será proveitoso saber-se, ou por melhor dizer, mande Vossa Reverendíssima quem de todos nós tenha cuidado, ensinado, ensaiado e amestrado no que cá devemos de fazer em tudo” (p. 142) (Manoel da Nóbrega, “Ao Padre Mestre Simão” (Bahia, 1552) in: *Cartas do Brasil, 1517-1570*, pp. 137-143).

⁶⁵ As críticas aos colonos (“Christãos”), a quem recusavam sistematicamente a comunhão, são frequentes nas cartas de Nóbrega. Numa delas, imputa-lhes responsabilidades pelo fracasso na conversão do Gentio: “com o Gentio também se faz pouco, porque a maior parte delles, que eram freguezes d’estas duas egrejas, fugiram; a causa d’isto foi tomarem-lhes os Christãos as terras em que têm seus mantimentos,e, por todas as maneiras que podem, os lançam da terra, usando de todas as manhas e tyrannias que podem, dizendo-lhes, que os hão de matar, como vier esta gente, que se espera, e esta é a commum pratica de maus Christãos, que com elles tratam, e de todos os seus escravos (...) assim que nenhuma ajuda nem favor temos nisto dos Christãos, mas antes muitos estorvos, assim das suas palavras, como do exemplo de vida, dos quaes muitos lhes não ensinam, sinão a furtar, e adulterar e fornicar com as infieis, e outros males de que o gentio se escandalisa, e estamos fartos de ouvir ao Gentio contar cousas vergonhisas dos Christãos; e certo que nos envergonham e tapam a boca, que não ousamos de lhes extranhar os seus peccados que nelles são muito menos” (pp. 172-173) (Manoel da Nóbrega, “Para o Provincial de Portugal” [Bahia, 1557] in: *Ibid.*, pp. 167-176).

⁶⁶ Ver igualmente, Carlos Alberto Ribeiro Zeron, “Resenha: José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000”, *RH*, v. 147, 2002, pp. 227-234, para quem a discussão “revela o fundamento de um projecto político da Companhia de Jesus para a América portuguesa que se pretendia hegemônico”.

conversão dos ‘nativos através da persuasão’⁶⁷ e no convencimento pacífico para abandonarem as práticas incultas⁶⁸ e “horrendas” da poligamia, da idolatria e particularmente do canibalismo⁶⁹, bem como os sacrifícios rituais⁷⁰, através de um projeto de aldeamento dos índios destinado a facilitar a sua cristianização e civilização⁷¹.

Os índios que aceitassem ser ‘descidos’⁷² salvavam-se dos cúpidos colonos que só os queriam para explorar a sua força de trabalho⁷³, e submetiam-se,

⁶⁷ Este é o tema central de um diálogo ‘socrático’ de Nóbrega, o chamado *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* [Baía, 1556-1557] in: José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Apêndice 2, em que pela boca do Irmão Gonçalo Alvarez, diz “por demais he trabalhar com estes; são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão encarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar; pregar a estes, he pregar em deserto ha pedras”; o mesmo texto poderá ser encontrado em Manoel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, 1517-1570, pp. 229-245 (Cartas Jesuíticas 1) e em *MB*, v. II, pp. 317-345, portanto os prognósticos feitos inicialmente por Pero Vaz de Caminha, *Carta de Pero Vaz de Caminha*, f. 11, de acordo com os quais “pareçeme gente de tal jnoçencia que se os home emtendese e eles anos, que seriam logo xpaãos por que eles nã teern nem emtendem nhuua creemça segº parece”, claramente não se concretizaram.

⁶⁸ Há, de facto, uma carta de 1549, em que a pretexto de descrever os costumes dos “Gentios da Terra”, com espanto, diz, “Mas é de grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo a gente tão inculta que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus têm por certo, e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam, regendo-se todos por inclinações e apetites sensuaes, que está sempre inclinado ao mal, sem conselho nem prudencia. Têm muitas mulheres e isto pelo tempo em que se contentam com ellas e com as dos seus, o que não é condemnado entre elles” (p. 89) (Manoel da Nóbrega, “Ao Dr. Navarro, seu Mestre em Coimbra (Salvador, 10 de agosto de 1549)” in: *Cartas do Brasil*, 1517-1570, pp. 88-96).

⁶⁹ Como salienta o jesuíta, “o principal peccado e que mais estranhão, dexarão, que hé matarem em terreiro e comerem carne Humana” (Manuel da Nóbrega, *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, pp. 235-236).

⁷⁰ No relato de Nóbrega, “fazem a guerra, uma tribu a outra, a 10, 15 e 20 leguas, de modo que estão todos entre si divididos. Si acontece aprisionarem um contrario na guerra, conservam-o por algum tempo, dão-lhe por mulheres suas filhas, para que sirvam e guardem, depois do que o matam com grande festa e ajuntamento dos amigos e dos que moram alli perto, e si delles ficam filhos, os comem, ainda que sejam seus sobrinhos e irmãos, declarando ás vezes, as proprias mães que só os paes e não a mãe, têm parte nelles. E’ esta a cousa mais abiminavel que existe entre elles. Si matam a um na guerra, o partem em pedaços, e depois de moqueados os comem, com a mesma solemnidade, e tudo isto fazem com um odio cordial que têm um ao outro, e nestas duas cousas, isto é, terem muitas mulheres e matarem os inimigos, consiste toda a sua honra” (Manoel da Nóbrega, “Ao Dr. Navarro, seu Mestre em Coimbra (Salvador, 10 de agosto de 1549)”, pp. 88-96).

⁷¹ Como diz o jesuíta, “A lei que lhes hão-de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os outros cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte; se não for para antre os cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem e estes Padres da Companhia para os doutrinarem” (*Plano Civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres*, Lisboa [Baía, 8 de maio de 1558] in: José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, p. 240). Ver também a opinião de Serafim Leite, ainda que menos crítica em relação à sujeição dos indígenas pelos jesuítas (*MB*, p. 12), e uma perspectiva dinâmica da organização das Aldeias pode ser encontrada em Fabrício Lyrio dos Santos, “Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, Século XVIII”, *RH*, n. 156, 2007, pp. 107-128.

⁷² “Os ‘descimentos’, mediante os quais os inicianos convenciãam os índios a deixar suas moradas e se reunir em aldeias mais próximas do litoral, tornaram-se uma prática costumeira na catequese, cruzando-se e confundindo-se com as expedições de apresamento” (Cristina Pompa, “O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena”, *NE-CEPRAP*, n. 62, 2002, p. 90, e, complementarmente, Adone Agnolín, “Jesuítas e selvagens. O Encontro catequético no Século XVI”, *RH*, n. 144, 2001, pp. 19-71).

‘voluntariamente’ à palavra do Senhor em benefício da sua própria salvação⁷⁴. Outrossim, a guerra poderia facilitar a submissão e punição dos mais resistentes desde que houvesse causa justa⁷⁵, questão que, em abstrato e na prática, era dominada por Nóbrega, egresso dos bancos escolares de Salamanca no período em que Vitória ali lecionara⁷⁶, antes de se mudar para Coimbra.

Pragmático, realista⁷⁷ e “homem de Estado”⁷⁸, utilizou a guerra justa moldando-a às suas ideias e projetos políticos⁷⁹. Neste sentido, não se pronunciou diretamente sobre a guerra justa ‘humanitária’, em defesa das vítimas da antropofagia ou dos

⁷³ Numa missiva enviada ao antigo Governador Thomé de Souza, em jeito de desabafo e manifestando um pessimismo e um fatalismo em relação à empreitada, o jesuíta dizia: “a sujeição do Gentio não é para se salvarem e conhecerem a Christo e viverem com justiça e razão, sinão para serem roubados de suas roças, de seus filhos e filhas e mulheres, e dessa pobreza que têm, e quem disso usa mais, maior serviço lhes parece que a Nosso Senhor, ou, por melhor dizer, a seu senhor, o príncipe das escuridades” (Manoel da Nóbrega, ‘A Thome de Souza (Bahia, 5 de julho de 1559)’, pp. 191-228).

⁷⁴ Diz o autor que “os que mataram a gente da nau do Bispo se podem logo castigar e sujeitar, e todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos, e os que querem quebrantar as pazes, e os que têm escravos dos cristãos e não os querem dar, e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhes derem e se alevantarem contra os cristãos” (*Plano Civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres*, Lisboa [Baía, 8 de maio de 1558]’, p. 239). Por estes e outros motivos, não há uma defesa radical ou intransigente da liberdade indígena como a tradição historicista jesuítica parece sugerir com Nuno Silva Gonçalves, “Os jesuítas e a defesa da liberdade indígena na Segunda Metade do Século XVI” in: Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *De Cabral a Pedro I. Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, UPIDH, 2001, pp. 69-78.

⁷⁵ Quando sustenta que “este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado; e por isso se S.A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos terra adentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre a geração portuguesa, que antre todas as nações é a mais temida e obedecida, estar por toda esta costa sofrendo e quase sujeitando-se ao mais vil e triste gentio do mundo” (*Plano Civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres*, Lisboa [Baía, 8 de Maio de 1558]’, p. 239). Os propósitos de incitamento à guerra justa contra os índios resultam claros e inequívocos na carta, esperando, por um lado, Nóbrega incentivar os colonos e a Coroa a fazê-lo por escravos legítimos e pela pacificação natural decorrente, e, por outro, os índios a submeterem-se “voluntariamente” às aldeias jesuíticas. Esta questão é também objeto dos comentários de José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, pp. 135-137.

⁷⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no estudo de Salamanca (1250-1550)*, v. I, *passim*, pp. 279-280, e Serafim Leite, *Breve Itinerário para uma Biografia do P. Manuel da Nóbrega*, pp. 25-26, apontando para este aspeto, bem como Leandro Magalhães, “A influência de Vitória na Acção Evangelizadora na América Portuguesa”, texto apresentado no *III Congresso Internacional de História*, Maringá, UEM, Paraná, Brasil, 9- 11 setembro 1999, Mimeo.

⁷⁷ Veja-se a este respeito, Leonardo Arroyo, “O realismo do Padre Manuel da Nóbrega” in: *Nóbrega*, pp. 35-44.

⁷⁸ Cf. Heliodoro da Rocha Marques, “Nóbrega – Missionário e Homem de Estado” in: *Ibid.*, pp. 379-380, bem como Tito Lívio Ferreira, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, pp. 57-58, ou ainda Serafim Leite, “Introdução Geral” in: *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Serafim Leite (introdução e notas históricas e críticas), Coimbra, Universidade, 1955, p. 24 e ss.

⁷⁹ Apesar de não fazer parte dos objetivos centrais da sua obra, esta correlação foi devidamente destacada pelo excelente trabalho de José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, caps. III e IV.

sacrifícios rituais⁸⁰, outrossim fez uso dessa noção mais abrangente associada às intervenções humanitárias da guerra punitiva para salvar os índios do pecado através da sua conversão ao cristianismo e da pacificação e a civilização de grupos belicosos rivais⁸¹.

O “discípulo” canário de Nóbrega⁸², José (Joseph) de Anchieta (1534-1597)⁸³, num poema escrito em honra a Mem de Sá⁸⁴, o seu herói⁸⁵, apresentou a defesa mais enfática da intervenção por motivos ‘humanitários’ do período recorrendo à teoria da guerra justa numa versão santificada⁸⁶ de cunho fortemente medievalista⁸⁷ e cruzadístico⁸⁸ baseado na versão hebraica das Sagradas Escrituras⁸⁹ para certas questões

⁸⁰ Muito embora, em diversos momentos, refira, com pesar que eles se comem uns aos outros (*Plano Civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres*, Lisboa [Baía, 8 de maio de 1558], p. 242).

⁸¹ Lembramos que aqueles que “querem quebrantar as pazes” (Ibid., p. 239) também poderiam ser objeto de uma guerra justa e serem submetidos aos vencedores.

⁸² Siga-se, neste particular, Hélio Abranches Viotti (S.J.), “Nóbrega e Anchieta” in: *Nóbrega*, pp. 529-541, ou Tito Lívio Ferreira, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, p. 51.

⁸³ Notas biográficas de Anchieta podem ser encontradas em Capistrano de Abreu, “A obra de Anchieta no Brasil”; Afrânio Peixoto, “Introdução” e, especialmente, Antônio de Alcântara Machado, “Posfácio: vida do Padre Anchieta” in: José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, pp. 23-27; 29-38; 543-562; Serafim Leite (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, pp. 480-489, e outros aspetos da sua obra podem ser encontrados, por exemplo, em Joel Pontes, *Teatro de Anchieta*, Rio de Janeiro, MEC, SNT, 1978; Dulce Viana Mindlin, *José de Anchieta: no limiar da santidade*, Goiânia, Kelps, 1997; o artigo de Antonio Rumeu de Armas, “El lineaje de Anchieta en la Isla de Tenerife”, *AEA*, n. 53, 2007, pp. 429-444, contextualiza a sua origem.

⁸⁴ Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Pe. Armando Cardoso (trad.), Rio de Janeiro, AN, 1958. Descrições gerais deste poema podem ser encontradas na obra do Pe. Antônio Cardoso (SJ), “Introdução Histórico-Literária” in: Ibid., pp. 1-43 e em Fabrício Possebon, *O épico De Gestis Mendi di Saa (A Saga de Mem de Sá) de José Anchieta*, Tese de Doutorado, João Pessoa, UFP-PPGL, 2007, e análises extremamente perspicazes são-nos oferecida por Leodegário de Azevedo Filho, *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1966, pp. 141-158, Carlos Ascenso André, “O *De Gestis* de Anchieta enquanto documento cultural” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, t. I, pp. 262-283, e Jorge Alves Osório, “Considerações em torno do *De Gestis* do Pe. José de Anchieta. Cruzamentos literários” in: Ibid., t. II, pp. 681-703.

⁸⁵ Cf. Pe. Armando Cardoso (SJ), “Introdução Histórico-Literária”, pp. 39-40, para quem vibrava em Anchieta a ideia de transformar a espada justa e impoluta de Mem de Sá num instrumento invencível de submissão dos selvagens e de expulsão do estrangeiro do território nacional indevidamente detido.

⁸⁶ Numa passagem de uma carta, ainda sobre o caso da guerra contra os franceses e tamoios, relatava o prelado que “(...) os nossos tinham já grande desejo de chegar áquela hora, porque desejavam e esperavam fazer grandes cousas pela honra de Deus e do seu rei, e lançar daquela terra os Calvinos, e abrir alguma porta para a palavra entrar os Tamoios (...)” (p. 263) (José de Anchieta, ‘Ao Padre Diogo Mirão [Carta de Baía] (Baía, 9 de Julho de 1565)’ in: José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, pp. 255-266).

⁸⁷ Esta ligação é feita por Leodegário de Azevedo Filho, *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*, p. 149, destacando o carácter teocêntrico do *De Gestis* e a linha típica da contra-reforma de opor-se ao racionalismo dos protestantes e ao paganismo dos nativos.

⁸⁸ Cf. igualmente Jorge Alves Osório, “Considerações em torno do *De Gestis* do Pe. José de Anchieta. Cruzamentos literários”, pp. 681-703, destacando o seu espírito de cruzada (p. 702); Marleine Ferreira de Toledo, “Anchieta, o épico” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, t. II, p. 987, bem como, no geral, Douglas Soares Miranda, *A guerra em nome de Deus: uma análise crítica do De Gestis Mendi di Saa, de José de Anchieta*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP – FFLCH, 2007, *passim*.

referentes aos procedimentos para com os índios⁹⁰. Apresentou-a, tal como Nóbrega, como uma forma de facilitação dos projetos de cristianização dos jesuítas e enquadrou-a numa luta para a propagação da fé católica e combate à heresia e de promoção da civilização⁹¹, feita pelo próprio Senhor⁹².

Face ao carácter indómito do indígena e da necessidade de conter a sua barbárie, designadamente a antropofagia⁹³, Anchieta, sem qualquer restrição ou possibilidade de conciliação com os índios inimigos⁹⁴, advogou uma guerra total⁹⁵, contra os tiranos

⁸⁹ A respeito da influência geral das Sagradas Escrituras na poesia de Anchieta, cf. José González Luis, “Fuentes e influencias en la poesía de José Anchieta”, e especificamente, Marleine Ferreira de Toledo, “Anchieta, o épico”, pp. 769-783, 971-997, tendo em vista a semelhança da intervenção divina com o papel de desempenhado por *Iahveh Sabaoth* em favor de Israel” (p. 987).

⁹⁰ Veja-se igualmente Douglas Soares Miranda, *A guerra em nome de Deus: uma análise crítica do De Gestis Mendi di Saa, de José de Anchieta, passim*, que faz essa associação.

⁹¹ Por isso é frequente a utilização por Anchieta nos seus relatos da campanha de Mem de Sá no Rio de Janeiro argumentos de repressão da heresia, que os franceses pretendiam propagar sobre a terra (diz o inaciano em um dos seus escritos que “a maior parte dos Franceses desta torre e povoação eram hereges de diversas seitas e os principais eram ministros de Calvino que pregavam ou ensinavam (...)”, apesar de ter a consciência de que “(...) Villegaignon afirmavam todos eles ser católico e muito douto e grande cavaleiro (...)” (p. 319) (José de Anchieta, *Informação do Brasil e de suas Capitánias* [1584], pp. 309-356)) e de combate à incivilidade dos dois inimigos dos portugueses e da Fé (Por exemplo, numa das suas mais importantes missivas, Anchieta, sobre os franceses do Rio, dizia: “a vida dos Franceses que estão neste Rio é já não somente hoje apartada da Igreja Católica, mas também feita selvagem; vivem conforme aos Índios, comendo, bebendo, bailando e cantando com eles, pintando-se com suas tintas pretas, e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções, e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos Índios, e tomando nomes novos como eles de maneira que não lhes falta mais que comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima, e com isto e com lhes dar todo genero de armas, incitando-os sempre que nos façam e a ajudando-os nela, o são ainda péssimos” (p. 219) (José de Anchieta, “Ao geral Diogo Lainez [Carta de São Vicente] (São Vicente, janeiro de 1565)” in: José de Anchieta, pp. 206-254). Para o contexto, vide Maria Fernanda Bicalho, “A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”, *História*, São Paulo, v. 27, n. 1, 2008, pp. 29-50.

⁹² Por exemplo, no caso da defesa de São Paulo de Piratininga, relatado abaixo, Anchieta diz o seguinte: “Deus lhes daria a vitória contra seus inimigos, que tão razão lhes queria fazer a guerra” (p. 193) (José de Anchieta, “Ao geral Diogo Lainez [Carta de São Vicente]” (São Vicente, 16 de abril de 1563) in: José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, pp. 191-205; Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa, passim*, também é prenhe em referências à ajuda divina; nisso Anchieta era acompanhado por outros inacianos, designadamente pelo Padre Leonardo do Valle, para quem “claramente se vê ser Deus o que peleja por nós” (p. 209) (‘Padre Leonardo do Vale aos Padres e Irmãos de Portugal [São Vicente, 23 de Junho de 1565]’ in: *MB*, v. III, pp. 201-213).

⁹³ Diz o canário, “Eis que vês, potentado supremo, quão grande façanha realizou o onipotente Deus. O indómito Brasil já seu anchos orgulhos depôs, e tombou, rendido às tuas armas. O que dantes, furioso, semeava ruínas e guerras aprecia os favores da redentora paz. O que dantes vivia escondido em sombrias florestas aos templos do Senhor já pressuroso corre. O que há pouco roía ossos humanos, sacia com o Pão dos Anjos o coração já manso. O que há pouco, de fauces sedentas, sugava o sangue fraterno voa a desalterar-se nos mananciais divinos” (Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Epístola Dedicatória, 1-14 (p. 47)). Cf. por todos, Bartomeu Melià, “José de Anchieta, etnógrafo de la antropofagia” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, t. I, pp. 201-220, ou Ricardo Arthur Fitz, “Trabalho missionário e desorganização das sociedades indígenas: uma leitura das cartas de Anchieta” in: *Ibid.*, t. III, p. 1144, dando conta do horror de Anchieta face ao costume da antropofagia.

⁹⁴ Veja-se igualmente Carlos Ascenso André, “O *De Gestis* de Anchieta enquanto documento cultural”, *passim*, que, para além de descrever o conteúdo dessa perspetiva, diz que, neste texto, ao contrário de outros, Anchieta mostra-se inflexível, e Jorge Alves Osório, “Considerações em torno do *De Gestis* do Pe.

índios e também os seus aliados franceses⁹⁶ – na maior parte dos casos huguenotes culpados de heresia⁹⁷ – para proteger brancos⁹⁸ e índios⁹⁹, bem como para vingar o

José de Anchieta. Cruzamentos literários”, p. 702, para quem há uma depreciação forte do índio no poema épico do Ilhéu.

⁹⁵ Carlos Ascenso André, “O *De Gestis* de Anchieta enquanto documento cultural”, pp. 280-281, fala-nos de um elogio da violência, a defesa da destruição como forma de impor a lei de Cristo e verdadeira doutrina, glorificando-se a política de terra queimada e da chacina dos inimigos adotada por Sá, como única forma de a luz da cristandade renascer da destruição total, posição que é confirmada pelas passagens mais tenebrosas do próprio Anchieta, segundo as quais “as armas lançaram no inimigo extermínio medonho. O sangue correi em riachos que espumejam: muitos tombaram passados ao fio da espada, muitos, de mãos e pescoços presos, carregavam cadeias. Domado ficou assim seu furor indomável” (Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, l. I, 785-789 (p. 81)) ou, mais à frente, “mas aos esquadrões de Cristo nem flechas nem pedras conseguem parar; o soldado em fileiras cerradas se arroja teimoso, vence as escarpas, despede certo dardos de arremesso. Chegam às mãos: foge o selvagem, persegue-o, alcança-o mete-lhe a espada, vara-lhe o peito. (...). Quem poderá contar os gestos heróicos do Chefe à frente dos soldados, na imensa mata! Cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos, com suas riquezas, passado tudo ao fio da espada! Choraram a perda dos pais os filhos queridos, carpiram as mães inconsoláveis a perda dos filhos, a esposa, agora viúva, chora a morte do esposo” (Ibid., l. III, 1939-1960 (p. 129)).

⁹⁶ Mem de Sá, “o primeiro a vingar os ultrages do gentio inhumano e dobrar-lhe a cerviz às tuas ordens justas. Ao peso do teu braço os Brasis esqueceram os seus ferozes costumes e seus sangrentos ritos. Eia! Novo ardor, ancião! Extermina as maldades, submete a Deus eterno essas nações selvagens (Ibid., Epístola Dedicatória, 90-108 (pp. 52-53)).

⁹⁷ É importante reter que Anchieta já no fim do seu épico relato, faz um esforço quase jurídico para comprovar tais suspeições. Assim, conta sobre os lusitanos vitoriosos: “Entram finalmente nas casas desertas. Dentro se achava número de munições, cuja força não pode segurar os Franceses. Mas não se encontrava ali a imagem da cruz resplandecente, nem a dos santos que habitam o reino dos céus, por cujos merecimentos e preces o Rei supremo se inclina ao perdão e abrandando piedoso a cólera justa e santa, protege os reinos terrestres e enche de dons abundantes as almas humanas. Encontrava-se aí um grande móvel, cheio de livros que encerram doutrinas crivadas de impiedades e erros. Martim Lutero os compôs com mente perversa e mandou a seus filhos observá-los à risca. Enraivado, muitas blasfêmias arrojou contra o papa, Sumo Pontífice e contra a Igreja, esposa de Cristo. Muitas outras vomitou de seus lábios impuros João Brêncio, raça de Lutero e digno da infâmia paterna; e o petulante Melanton de coração malcheiroso. Também aí estava a fera que os abismos do inferno há pouco arrotaram de suas vasas imundas, dragão inchado de todo o veneno que o mundo preparou em seus monstros. É Calvino, a serpente de coleio variado e horrendo, que abraça no rolo de suas espirais o forte, vibra olhares de fogo e agita a língua trífida em ruídos de morte” (Ibid., l. III, 2874-2897 (pp. 165-167)).

⁹⁸ Por exemplo, Anchieta põe na boca de Mem de Sá as instruções que dá ao filho Fernão de Sá: “Vês como gentes cruéis em hordas imensas preparam aos Cristãos batalhas ferozes. De morte humilhante ameaçam agora as cabeças dos pobres colonos, quais tigres cruéis em redor de preia lanhada, sorvendo com fauces sedentas o sangue inocente” (Ibid., l. I, 243-247 (p. 61)).

⁹⁹ O canário dá-lo quando destaca o contexto em que o Governador interveio: “Envolta, há séculos, no horror da escuridão idólatra, houve nas terras do Sul uma nação, que dobrara a cabeça ao jugo do tirano infernal, e levava uma vida vazia de luz divina. Imersa na mais triste miséria, soberba, desenfreada, cruel, sanguinária, mestra em trespassar a vítima com a seta ligeira, mais feroz do que o tigre, mais voraz do que o lobo, mais assanhada que o lebréu, mais audaz que o leão, saciava o ávido ventre com carnes humanas. Por muito tempo tramou emboscadas: seguia, no seu viver de feras, o exemplo do rei dos infernos, que por primeiro trouxe a morte ao mundo, enganando nossos primeiros pais. Dilacerava os corpos de muitos com atrozes tormentos, e, embriagada de furor e soberba enlutando os povos cristãos com mortes frequentes”. Mas um dia, o Pai onipotente volveu os olhares dos reinos da luz à noite das regiões brasileiras, às terras que suavam, em borbotões, sangue humano. Então mandou-lhes um herói das plagas do Norte, um herói que vingasse os crimes nefandos, que banisse as discórdias, acabasse com as guerras horrendas, abrandasse os peitos ferozes e não sofresse impassível cevar-se em sangue de irmãos queixadas humanas” (Ibid., l. I, 131-154 (pp. 55-57)).

Direito Natural¹⁰⁰, acabando por proibir, contra a vontade dos colonos e desafiando toda a prudência, as práticas indígenas que a violavam, designadamente a antropofagia e as suas ferozes batalhas¹⁰¹. Pretendia também levá-los, por medo ou por admiração¹⁰², a aceitar o justo jugo da lei resultado do seu aldeamento¹⁰³, e ao fim das suas práticas ‘nefárias’¹⁰⁴.

12.2. Desenvolvimentos Filipinos, as campanhas paulistas de apresamentos e a emergência da teorização da guerra justa humanitária no Brasil

12.2.1. A legislação filipina sobre a escravatura indígena

A partir de 1587, já no período filipino¹⁰⁵, várias novas intervenções legislativas na questão indígena ocorreram. Estão, na maior parte dos casos, relacionadas com a guerra justa, já que esta, como sempre, foi um dos principais títulos de legitimação da escravatura no Brasil. A primeira delas¹⁰⁶ seguia, no geral, a tradição proveniente de D. Sebastião¹⁰⁷. Fazia referência a questões humanitárias, contudo, de um ponto de vista

¹⁰⁰ Uma passagem, que, por acaso, é dedicada ao filho falecido de Mem de Sá, é ilustrativa: “(...) sua mão vingadora sobre o inimigo deshumano descerá justiceira. Vingando as ofensas sacrílegas, sua cólera santa dizimará com a morte as alcateias ferozes” (Ibid., I. I, 367-370 (p. 65)).

¹⁰¹ Assim, Mem de Sá, “logo desterra a antropofagia cruel: não permite mais que movidos de gula infrene bebam o sangue fraterno, nem mais se violem os santos direitos da mãe natureza e as leis do Criador” (Ibid., I. II, 907-911 (p. 87)).

¹⁰² Segundo Anchieta, os índios, que “acoriavam de todas as partes, movidos da fama e do muito medo que do governador se espalhara; todos se submetiam a si, suas esposas e filhos sem ousar opor-se ou confiar em seus braços e armas (Ibid., I. II, 1038-1041 (p. 93)).

¹⁰³ Sá resolve aldeá-los para “poder jungir esses rudes selvagens ao jugo da lei e moldá-los pela doutrina de Cristo” (Ibid., I. II, 1027-1028 (p. 91)).

¹⁰⁴ “Assim se expulsou a paixão de comer carne humana, a sede de sangue abandonou as fauces sedentas; e a raiz primeira e causa de todos os males, a obsessão de matar inimigos e tomar-lhes os nomes, para a glória e triunfo do vencedor, foi desterrada, aprendem agora a ser mansos e da mancha do crime afastam as mãos os que há pouco no sangue inimigo tripudiavam, esmagando nos dentes membros humanos” (Ibid., I. II, 1096-1103 (p. 95)).

¹⁰⁵ Seguir, no geral, Joaquim Veríssimo Serrão, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Colibri, 1994, *passim*; Claude Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego de Silva y Mendoza*, Grenoble, ULLG, 1982, e, especificamente sobre o Brasil, Ricardo Evaristo dos Santos, *El Brasil Filipino. 60 años de presencia española en Brasil (1580-1640)*, Madrid, FMAPFRE, 1993; Caio Boschi, “O Advento do Domínio Filipino no Brasil” in: Maria da Graça Ventura (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 163-170, e, mais recentemente, Pedro Cardim, “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os Bragança”, *Hispania*, v. LXIV, n. 1, n. 206, 2004, pp. 117-156; Wilmar Vianna Júnior, “O governo-geral no tempo dos Filipes (1580-1588)”, *RIHGB*, a. 71, n. 447, 2010, pp.11-46; sobre Filipe II, cf. Pedro Sottomayor, *Entrada “Filipe II”* in: *DHDP*, v. I, pp. 423-425, e Joseph Pérez, *Filipe II e o seu Império*, Lisboa, Verbo, 1999.

¹⁰⁶ ‘Lei que S.M. passou sobre os Índios do Brasil que não podem ser captivos e declara os que o podem ser [24 de fevereiro de 1587]’ Reproduzida in: George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Apêndice II, doc. 3, pp. 222-224, e em Ibsen Casas Noronha, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Anexo E, pp. 239-243.

¹⁰⁷ Pese embora reiterar a filosofia que presidiu à lei de 1570 de D. Sebastião na sua forma revista em 1574, ela contém pequenas alterações e importantes desenvolvimentos cujo destaque se mostra

lógico incorria-se em perversão óbvia da lei, pois permitia-se que o índio que fosse resgatado em situação de sacrifício iminente permanecesse cativo. A verdade é que se houvesse a guerra justa por outros motivos, como previa a lei, claramente havê-la-ia em casos humanitários e o fardo da punição a ter que ocorrer, com base nos critérios de justiça daquele período histórico, seguramente não poderia recair precisamente sobre as vítimas, mas antes em cima dos seus algozes¹⁰⁸. Ademais, na tradição jurídica ‘brasileira’, as leis indígenas que admitiam a escravatura na sequência de guerra justa¹⁰⁹, e que iam se alternando com leis proibitivas gerais¹¹⁰, não chegam a mencionar motivos humanitários de legitimação, mesmo na aceção ampla conhecida em paragens ultramarinas.

necessário, pelo menos para efeitos desta tese. O primeiro está ligado ao papel promotor e assegurador que é reservado aos jesuítas nas entradas do sertão para resgate de índios (De acordo com o diploma, em tais empreendimentos “Jrão dous ou tres padres da companhia de Jesus que pello bom credito que tem entre os gentios os presuadirão mais facilmente avirem servir aos ditos meus vasallos em seus emgenhos se força nem emguano declarando lhes que lhes pagarão seus serviços conforme a meu Regimento (...)” (Lei que S.M. passou sobre os Índios do Brasil que não podem ser captivos e declara os que o podem ser [24 de fevereiro de 1587], p. 222)).

¹⁰⁸ A fórmula utilizada foi esta: “Ey por bem que nas ditas partes do brasil não ajã Indio algum cativo e todos seyaõ livres e como taes seyaõ tratados excepto os que forem cativos em alguã guerra Justa que per meu mandado ou do dito meu governador se fizesse or for conprado para não ser comido dos outros Indios não se podendo doutra maneira salvar da cruzã humana com que se comem huns aos outros” (Ibid., p. 223).

¹⁰⁹ Cf. ‘Lei sobre se não poderem captivar os gentios das partes do Brasil, e viverem em sua liberdade, salvo no caso declarado na dita lei [11 de Novembro de 1595]’ Reproduzida in: George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Apêndice II, doc. 4, pp. 224-225 (“Em nenhum caso se possaõ captivar salvo aquelles que se captivarem na guerra que contra elles eu ouver por bem que se faça, a qual se fará somente por provisão pera isso particullar por mim asinada (...)”). A informação é confirmada por diversos documentos, designadamente pela própria legislação indígena que a sucedeu. É assim que o Alvará de Filipe II de 1609 (v. *infra*), vai lembrar que “sendo o Senhor Rei D. Sebastião, meu Primo, que Deus tem informado dos modos illicitos com que nas partes do Brazil se captivavam o gentio, e dos grande inconvenientes, que disso resultavam, defendeu por uma lei que fez em Évora a 20 de março de 1570, os ditos modos illicitos (...)” (p. 271) (v. ‘Álvara de 30 de Julho prohibindo o captiveiro dos gentios do Brasil e Providenciando acerca dos mesmos índios’ Reproduzido em José Justino Andrade e Silva (comp.) *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1603-1612)*, Lisboa, IJJAS, 1854, pp. 271-272), bem como a ‘Carta de lei – declara a liberdade dos gentios do Brazil, exceptuando os tomados em guerra justa etc’ [10 de setembro de 1611]’ Reproduzida in: George Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Apêndice II, doc. 7, pp. 229-233 (“(...) sucedendo caso, que os ditos gentios movam guerra, rebelião, e levantamento, fará o governador do dito Estado, junta, com o Bispo, sendo presente, e com o Chanceler e Desembargador da Relação, e todos os Prelados das Ordens, que forem presentes no lugar, aonde se fizer a tal Junta, e nella se averiguará, se convém, e é necessário ao bem do Estado, fazer se guerra ao dito Gentio, e se ella é justa; e do assento, que se tomar, e me dará conta, com relação das causas, que para isso ha, para eu as mandar ver; e aprovando, que se deve fazer a guerra, se fará; e serão captivos todos os Gentios, que nella se captivarem”).

¹¹⁰ Fixando “(...) que em nenhum caso se pudessem cativar os gentios do Brasil, conquanto houvessem muitas razões de direito para em alguns casos se introduzir o dito captiveiro, eram de tanto maior consideração as que haviam em contrário, especialmente no que toca à conversão dos gentios á nossa Sancta Fé Catholica, as quaes se deviam antepor a todas as demais” (‘Provisão de 5 de junho de 1605 sobre a Liberdade dos Gentios do Brasil’ Reproduzida em José Justino Andrade e Silva (comp.) *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1603-1612)*, 1854, p. 129).

12.2.2. Os apresamentos de índios pelos paulistas

O facto é que, em versões mais restritivas ou permissivas, a eficácia dessas normas sempre foi débil. Um dos principais focos de resistência a qualquer afetação ao que se chegava a entender ser um ‘direito’ de apresamento de nativos era a Vila de São Paulo de Piratininga¹¹¹, cuja economia utilizava de forma ostensiva o trabalho indígena¹¹² e cujos moradores, os indómitos e tidos por rebeldes bandeirantes¹¹³, desbravaram o Brasil de sul para norte e de leste a oeste em busca de cativos¹¹⁴. Neste processo, vão ser os primeiros a utilizar de forma mais clara argumentos típicos da retórica da guerra justa humanitária no meio de uma panóplia de justificações para as suas ações bélicas contra os índios¹¹⁵. Este argumentário, ainda era usado nos séculos XVII, XVIII e XIX, para justificar as operações se faziam sentir nas zonas de expansão no nordeste¹¹⁶, região onde também se desenvolveu uma prática considerável de guerra justa¹¹⁷, e centro-oeste¹¹⁸ – particularmente quando se fez inevitável um confronto com

¹¹¹ Para o contexto geral, cf. Maria Beatriz Nizza da Silva (orgs.), *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, EDUNESP, 2009.

¹¹² Igualmente tratado de forma impar por John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, Cap. 2 (“O Sertanismo e a criação de uma força de trabalho”), salientando que a manutenção da força de trabalho dependia do abastecimento permanente de índios capturados pela força.

¹¹³ Em geral, com as mais diversas perspectivas, vide Affonso d’Escagnolle Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, 2. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1961 [1 ed: 1951]; Vianna Moog, *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, 4. ed., Porto Alegre, Globo, 1957; Hernâni Cidade, *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*, Lisboa, ENP, 1954; Jaime Cortesão, *Introdução à História das Bandeiras*, Lisboa, Portugália, 1964; Hermes Vieira, *Bandeiras e escravidão no Brasil*, São Paulo, CEC, 1968; J. F. de Almeida Prado, *As bandeiras*, São Paulo, IBRASA, 1986; Synesio Sampaio Goes Filho, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um Ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, São Paulo, MF, 1999; um resumo pode ser encontrado em Paulo Nascimento, Entrada “Bandeiras” in: *DHDP*, v. I, pp. 113-114; e novos olhares em A. R. Russel-Wood, “New Directions in Bandeirismo Studies in Colonial Brazil”, *The Americas*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 351-373. A forma como eram vistos pela Coroa era admitida pela própria Câmara (v. *ACVSP, 1679-1700*, São Paulo, TP, 1915, v. VII) (“adquirimos com muyta Reção o nome de Rebeldes (...)”) (p. 488).

¹¹⁴ Por todos, Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 4. ed., São Paulo, CEN, 1978; Arno Wehling & Maria José Wehling, *Formação do Brasil Colonial*, cap. IV e VII.

¹¹⁵ Além das obras já citadas, dentro do número quase inabarcável de casos práticos, cf. os interessantes estudos de John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo, passim*, e Ludmila Gomide Freitas, *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no Século XVII (1628-1696)*, Dissertação de Mestrado, DH-IFCH-UNICAMP, 2006; Maria Leônia Chaves de Resende, *Gentios brasílicos. Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*, Tese de Doutorado, Campinas, DH-IFCH-UNICAMP, 2003, p. 42 e ss; id., “Minas dos Cataguases. Entradas e Bandeiras nos Sertões do Eldorado”, *VH*, n. 33, 2005, pp. 186-202; Marcia Amantino, “A guerra justa e a escravidão indígena nas Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX”, *VH*, v. 22, n. 35, 2006, pp. 189-206; Núbia Braga Ribeiro, “A guerra sanguinolenta no sertão colonial”, *FRHEC*, a. VI, v. 6, n. 4, 2009; id., “Violência administrada e liberdade usurpada dos índios no sertão do ouro”, *Temporalidades*, v. 1, n. 2, 2009, pp. 10-35.

¹¹⁶ Sobre a participação paulista na Guerra dos Bárbaros, Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec/EDUSP/FAPESP, 2002, *passim*.

¹¹⁷ Seguir Ricardo Pinto de Medeiros, “Povos indígenas nas Guerras e Conquista do Sertão Nordestino no Período Colonial”, *CRPH*, v. 27, n. 1, 2008, pp. 331-361.

os inacianos para justificar ações contra as reduções jesuíticas onde estavam índios já cristianizados¹¹⁹, atraindo a sua ira, para mais porque muitos eram tidos por cristãos-novos pelas autoridades religiosas¹²⁰.

Os interesses dos paulistas agregavam-se na Câmara Municipal e eram impulsionados pelas famílias ilustres da governação local¹²¹ e, apesar do pendor fortemente pragmático dos atores deste processo, seria equivocado considerar-se a existência de um total alheamento entre a retórica dos homens de Piratininga e considerações sobre a licitude dos apresamentos de índios. Outrossim, há manifestações claras que pressupõem a utilização de um mecanismo para apuramento do permitido e do proibido, que levou o poder local a determinar concretamente tanto a retenção ou devolução do cativo pelo/ao legítimo proprietário¹²², como a libertação de índios que por serem de ‘pazes’, voluntariamente ‘descidos’¹²³ ou ‘forros’ que permaneciam ilegalmente em cativeiro em residências particulares¹²⁴ (embora, nestes

¹¹⁸ Em geral, vide Mary Karash, “Rethinking the Conquest of Goiás, 1775-1819”, *TA*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 469-492, especialmente 465 e ss; Affonso d’Escragnonle Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, v. II, p. 81, apresenta uma incursão contra os paiaguás ocorrida em 1731, fazendo apelo ao conceito de guerra justa; Odair Giraldin, “Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo oportunidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kaiapó no Século XVIII”, *HR*, a. 6, n. 1, 2000, pp. 55-74.

¹¹⁹ Ver documentação em *Jesuítas e Bandeirantes no Guaíra (1594-1640)*, Jaime Cortesão (introdução, notas e glossário), Rio de Janeiro, BN, 1951; *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, Jaime Cortesão (introdução, notas e glossário), Rio de Janeiro, BN, 1952; *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*, Jaime Cortesão (introdução e notas), Rio de Janeiro, BN, 1969, e *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*, Hélio Vianna (introdução, notas e sumário), Rio de Janeiro, BN, 1970, e comentários em Joely Ungaretti Pinheiro, *Conflitos entre jesuítas e colonos na América Portuguesa, 1640-1700*, Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2007, *passim*. As posições da Câmara podem encontrar-se em *ACVSP, 1640-1652*, São Paulo, TP, 1915, v.V, pp. 7-67, com diversos avisos de expulsão dos membros da Companhia e proibições dirigidas aos índios (‘negros’) de usar arcos e flechas, e comentários em Enrique de Gandia, *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*, Buenos Aires, LFac, 1936; Erneldo Schallenger, *A Integração do Prata no Sistema Colonial. Colonialismo interno e missões jesuíticas do Guaíra*, Toledo, ET, 1997, e Júlio Quevedo, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, Baurú, EDUSC, 2000.

¹²⁰ Ver, para considerações diferentes, José Gonçalves Salvador, *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição (aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680)*, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1969; id., *Os Cristãos-Novos. Povoamento e conquistas do solo brasileiro (1530-1680)*, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1976.

¹²¹ Não que os representantes da Coroa não se envolvessem frequentemente no mesmo tipo de ação. As *ACVSP, 1596-1622*, São Paulo, Duprat, 1915, v. II, p. 378, dão-nos conta do registo de uma provisão de Gaspar de Sousa ordenar a detenção do capitão e ouvidor da capitania Paulo da Rocha Siqueira porquanto “procedia contra ho regimento e ordens que lhe dei mandando fazer emtradas ao sertam e dando guerra ao gentio contra o que s. m^{de} manda” (13 de março de 1616).

¹²² Ver *ACVSP, 1679-1700*, v.VII, determinando a devolução da índia Paturnilha, que alegava ser da Aldeia, a Sebastião de Proença, tido por ser seu proprietário em razão de seu juramento e de não constar das respectivas listas, mas com a ressalva de ter a obrigação de a entregar no caso de prova em contrário (pp. 284-285).

¹²³ Ilustração disso foi a certidão passada pela Câmara confirmando que a promessa feita a principais dos índios e suas gentes determinava a sua condição de liberdade (6 de abril de 1624) (*ACVSP, 1623-1628*, v. III, p. 94).

¹²⁴ Assim, as *ACVSP*, v. II, documentam várias situações em que os próprios líderes locais tentavam executar e controlar a obediência das regras existentes nesta matéria (Assim, no ano de 1606, ordenou-se

casos, o objetivo fosse mais impedir a privatização da mão-de-obra pública do que proteger a liberdade dos índios¹²⁵); noutros casos, simplesmente, vedou as descidas aos ‘sertões’¹²⁶, tentando executar as leis ou determinações da Coroa, e ainda tentou protegê-los contra os atos abusivos dos moradores em relação ao seu corpo e terras¹²⁷.

Os paulistas se não deixavam de formalmente reconhecer e agir perante injustiças, agravos e avexações dessa natureza, não titubeavam no momento de defenderem o modelo do ajuntamento (‘voluntário’) dos índios de paz¹²⁸ e encontrar para as suas

a Pero Sardinha que trouxesse ao conhecimento da Câmara índios carijos que pretendiam tornar-se súditos do reino para se evitar que lhes fossem “fazer resgate” (id., pp. 149-151); a 14 de setembro de 1608 ordena-se a todos os que tivessem provisões para “irem aos gentios ou aos sertões” (id., p. 219) que, em razão de suspeita de atos ilícitos, se apresentassem à Câmara para “se saber como o vão” (id.); a 5 de outubro de 1609, ordena-se devassa para apurar denúncias de que os índios maramomis sofriam “avexasões” (id., p. 222) e que eram capturados ilicitamente (id., p. 223); a 3 de abril de 1609, leva-se ao conhecimento da Câmara um caso de um índio forro cuja “mulher” e filhos foram ilicitamente capturados por portugueses (id., pp. 239-241); a 7 de janeiro de 1612, ordenava a Câmara que “acordarão por ser vindo a sua notisia que avia pessoas que dizem ter provizois e poderes p^a poder sahir ao caminho do sertão tomar indios que se dizia os moradores desião pelo que acordarão que tais pessoas que tais poderes e provizois tivese não uzassem deles com pena de serem castigadas sem primr^o os manifestarem nesta camara p^a verem se são justos e darlhes o comprimento devido e disto mädarão se puzesse escritos no pelourinho e nas partes pub^{cas}” (id., p. 306). No dia 30 de novembro de 1613, Garcia Ruiz era chamado à Câmara para dar conta de acusação de que tinha capturado índios de paz na sua última incursão pelo sertão, devendo colocá-los nas suas aldeias como forros (p. 343). No dia 3 de outubro mandaram a João Lopes de Ledesma que entregasse a índia Margarida que tentava levar para fora da capitania (id., p. 471), o mesmo ocorrendo com Ant. Furtado, obrigado a entregar o índio Simão e família por ele sequestrados a 4 de outubro de 1622 (id., p. 486), ainda que aparentemente o problema perdurasse no início de 1623, já que o mesmo pedido é repetido pelo Procurador dos Índios, Fernão Dias (ACVSP, 1623-1628, São Paulo, Duprat, 1915, v. III, p. 15). Depois da expulsão dos padres inicianos, aprovam deliberação que, partindo da constatação de que “muitos moradores do centro e contorno daldea de maroiri e outras em grande desserviço de sua magestade insitavam e indusiam a muitos indios da dita aldea e os levavão para suas cazas apartandoos das mulheres e filhos e as mulheres dos maridos sendo casadas (...) pelo que requeria mandasem fosse notificadas as pessoas que os tem em suas cazas com grande penas os trouxessem e entregassem na dita aldea (...)” (10 de setembro de 1644, ACVSP, 1640-1652, v. V, pp. 208-209).

¹²⁵ O que se nota facilmente da leitura das atas de finais de seiscentos em que os interesses públicos (municipais e régios) eram tidos por prejudicados pela retenção sistemática de mão-de-obra das aldeias por particulares (ACVSP, 1679-1700, v. VII, *passim*, por exemplo p. 67), notando-se, ademais, disputas entre os dois níveis de governo para o acesso à mesma (id., p. 221, com explicações pelo atraso no envio dos índios para o serviço do Rei nas minas de Sorocaba).

¹²⁶ Por sua vez, em momentos diferentes, a Câmara proibiu as descidas ao sertão (v. ACVSP, 1629-1639, São Paulo, Duprat, 1915, v. II, p. 475, “(...) nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja não va ao sertam a deser juntio cõforme a llei de sua magd^o”, datado de 17 de abril 1621), a 29 de março de 1631, a Câmara fixou quartel que os moradores “não fosse ao sertão” (p. 87) (ACVSP, 1629-1639, São Paulo, Duprat, 1915, v. IV), a 3 de maio de 1636, ordenou ao Procurador que procurasse libertar uma índia que se encontrava sob poder de um morador, devolvendo-a à sua aldeia (id., 300). Executando tais determinações, a Câmara ordenou a prisão cautelar de um conjunto de ilustres moradores que pretendiam ir ao sertão em 16 de setembro de 1623 (ACVSP, 1623-1628, v. III, pp. 52-53).

¹²⁷ Ordenando, a 12 de agosto de 1623, a Gracia Ruiz e a outros que não agravassem os índios e retirassem o gado das suas terras (ACVSP, 1623-1628, v. III, pp. 48-49), ou respondendo positivamente ao procurador da aldeia de São Miguel que pedia a retirada compulsória de ocupantes ilegítimos de terras indígenas, onde estavam a lavar e a pastar o gado (6 de maio de 1651, ACVSP, 1640-1652, v. V, pp. 468-469).

¹²⁸ Cf. ACVSP, 1596-1622, v. II, respondendo em 26 de abril de 1609 a uma excomunhão ordenada pelo administrador reiterando que estava mal informado, pois “o jemtio que se há de por em aldeas he o que per sua vontade quizer se meter com os bramquos e não a forsa (...)” (p. 242).

operações militares nos sertões contra os índios de guerra, que podiam escravizar¹²⁹ e adquirir as suas terras¹³⁰, as justificações necessárias estribadas em argumentos defensivos e punitivos¹³¹, e também de expansão da fé, da civilização dos índios¹³² e da punição de crimes contra o Direito Natural como a antropofagia¹³³. Todas elas, naturalmente, questionadas por setores próximos à posição jesuítica na contenda, não tanto pelos seus méritos intrínsecos, mas, sobretudo, pela sua manipulação pelos

¹²⁹ Ver instrução da Câmara para que o procurador embargasse determinação para se por índios cativos casados nas aldeias (ACVSP, 1629-1639, v. IV, pp. 376-377).

¹³⁰ Menos importantes inicialmente, mas que no século XVIII, depois da descoberta das Minas Gerais, se tornaram objeto de disputa com os moradores de outros locais – mormente do Rio de Janeiro –, com os paulistas a reivindicarem, com base no pressuposto da descoberta ou conquista, o seu direito à terra e aos seus frutos (v. ‘Termo do Requerim.^{to} do povo sobre o descobrim.^{to} dos cuatogoas, de 16 de Abril de 1700’ in: ACVSP, 1679-1701, v.VII, como o povo a requerer ação da Câmara para preservação dos direitos dos paulistas sobre as Minas de Cataguases, pois “seria huma grande emJustisa comserderse as ditas terras aos Moradores do Rio de Janeiro que nunqua tiverão parte tamto na comquista como do descobrim.^{to}”, e ‘Termo da vereança, de 2 de Dezembro de 1707’ in: ACVSP, 1701-1719, v.VIII, p. 157 (reivindicando o pagamento de impostos por direito de descoberta).

¹³¹ Por exemplo, Bartolomeu Lopes de Carvalho, ‘Manifesto a Sua Magestade sobre os indios cativos pelos moradores de São Paulo [s.d.; Século XVII?].’ in: BPA manuscrito, 50-v-37, fol. 386-390, e a reação coletiva da população ao tomar conhecimento do Brevê do Papa a proibir a escravatura indígena pois poderia privar “o povo seus escravos que com tanto custo de sua vida e bens tinham adquirido no sertão (...)” (p. 180) (‘Termo da Breasão, 2 de julho de 1682’ in: ACVSP, 1679-1700, v.VII, pp. 179-181), questão que ficou decidida somente com, curiosamente, a postura mais pragmática do provincial da Companhia Alexandre de Gusmão, o qual, conforme registo da Câmara “prometeu que o procurador que estava p^a se eleger p^a Roma se emcarregaria solisitar e alcansar a comces^oao de que se pudese hir ao sertão, por ser a Rais de que brotão os escrupulos aos M.^{or} desta vila, com o preteisto de os trazer ao gremio da Igreja, e alimentallos com o leite da fe, e por este Modo se poderia seguir sem Remorço a posesão, a venda do dito gentio entre os mesmos Moradores” (‘Termo da Breasão e declaraçãode que esta Camera consultou com o R.^{do} p.^e provinsial alexandre de gusmão sobre o particular do gentio, 8 de março de 1685’ in: id., pp. 275-276). Tal brevê teve como efeito a decisão real de levar a discussão a matéria e abrir-se a algum tipo de solução equilibrada também para São Paulo (que el Rey meu s.^{or} he servido se atenda a liberdade dos Indios com Respeito e comsideração e seguramsa da V^a de são paulo”), mas à reiteração do princípio da liberdade indígena, rejeitando a doutrina dos que sustentavam que a evangelização justificava à perda da sua liberdade (‘Termo da vereasão e assento que se fes sobre a vinda do p.^e provincial alexandre de gusmão com huma ordem do g.^{or} geral e copia de huma Carta de sua mag.^{de} que deus guarde sobre particular de Indio e asento que se fes sobre esa materia” in: id., pp. 447-454), e fundamentalmente deixando para a aplicação jurídica os termos concretos do regime do índio em São Paulo, com estes a aproveitarem-se para colocar uma série de dúvidas relacionadas com o alcance da lei (id., pp. 455-456, com a colocação de quinze questões jurídico-privadas relacionadas ao estatuto do índio depois do ajuste).

¹³² Id., p. 276 (“(...) de os trazer ao gremio da Igreja, e alimentallos com o leite da fe, (...)”).

¹³³ Como se defendeu, o conhecido bandeirante, Domingos Jorge Velho, o conquistador do Quilombo de Palmares sobre expedições contra os índios, “juntos imos ao sertão desta continente não a cativar (como alguns hypocondriacos pretendem fazer crer a V. Mag.^{de}) senão adquerir o Tapûia gentio brabo e comedor de carne humana p^a o reduzir ao conhecimen^{to} da vrbana humanidade, e humana sociedade â associação Racional trato, p^a por esse meio chegarem a ter aquella lus de Deos e dos misterios da fêe Catolica q lhez basta p^a a sua saluação (porq em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens)” (‘Carta autografada de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da berriga, Campanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e os sacrificios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas’ in: *Os Palmares. Subsídios para a sua História*, Ernesto Ennes (org.), Lisboa, CHEP, 1938, doc. 23, p. 67). Ver também a este propósito, Décio Freitas, *Palmares. A guerra dos escravos*, 3. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 156, chamando a atenção para um parecer recebido pelo Governador-Geral Matias da Cunha que levou a considerar que “aguerra que se devia fazer aos bárbaros era justa, devia ser ofensiva e os prisioneiros cativos”.

‘apreadores’ de nativos¹³⁴ ou ‘promotores da civilização’, sem que houvesse qualquer preocupação com a sua conversão e catequização¹³⁵. A polémica somente cessou quando a causa que lhe deu origem, o controlo sobre o trabalho indígena, perdeu centralidade face à importação de mão-de-obra africana¹³⁶, depois de uma longa fase de transição¹³⁷.

12.2.3. A racionalização intelectual no *Apologia pro Paulitis*: a legitimidade da guerra de conversão, de punição de violações ao Direito Natural e de proteção dos inocentes nas campanhas de apresamento de indígenas

De todas as justificações favoráveis aos interesses paulistas a mais importante foi um texto publicado em 1684 intitulado sugestivamente de *Apologia Pro Paulitis*¹³⁸. Foi atribuída, curiosamente, a Jacob Roland¹³⁹, jesuíta flamengo radicado no Brasil¹⁴⁰, que,

¹³⁴ Anónimo, ‘Papel feito a S. A. contra Estevão Ribeiro Baião sobre as insolências que com outros de S. Paulo fazia ao gentio para os cativar, e vender [s.d.]’ in: *BPA*, manuscrito, 50-v-37, doc. 80, pp. 234-235 (“Estevão Ribeiro Bayão, homem de São Paulo, que tem huma feitoria em feitoria junto à freguesia de S. Bartholomeo de Maraguigippe, e nella alguns Indios, e homens de sua facção da dita Villa de S. Paulo, e com elles esta fingindo assaltos, que manda dar pellos ditos seos Indios disfarçados, e antão persuade aos moradores que he gentio bravo, pello interesse que tem na guerra, vendendo os pobres inocentes, e sustentandose do preço delles, como he costume de quasi todos de S. Paulo”). Uma correição de 1687, assentada em acta camarária, ainda determinava que nenhuma pessoa assim macho como femia a que chamão bastardo e amaluco e coriboca posa ser vendido sendo livre por titulo Justo nem se posa alhear e segirão o ventre da mai como dor direyto e detreminado, (*partus sequibus ventrem*)” (p. 345), o que mostra que as sombras da lei eram sempre aproveitadas para proteger o acesso a mão de obra escrava (*ACVSP*, 1679-1700, v.VII, pp. 340-347).

¹³⁵ Como se sustenta no mesmo parecer, “nem tem lugar a dizerse que feita a guerra, e conquistados, poderão os Missionários entrar e convertelos; a quem ham de converter depois de eles[?] destruídos, mortos, cativos e vendidos?” (Ibid.).

¹³⁶ Não deixa de ser natural que a partir do século XVIII, as discussões sobre a liberdade e o trabalho indígena tornam-se menos frequentes, notando-se, cada vez mais, menção aos outros negros (v. *ACVSP*, 1701-1719, v.VIII).

¹³⁷ É de se notar que, mesmo depois do início da exploração mineira no século XVII, que o trabalho indígena ainda era usado pelos paulistas, como, de resto, se testemunha no relato clássico de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*, Afonso E. Taunay (int. e notas), Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.

¹³⁸ Cf. O texto em [Jacob Roland], *Apologia pro Paulistis, in qua probatur D. Pauli et adjacentium Oppidorum incolas, etiamsi non desistant ab Indorum Brasilum invasione, neque restituta Iisdem Indis, mancipis suis, libertate esse nihilominus Sacramentalis confessionis et absolutionis capaces* [Defesa em favor dos paulistas, na qual se prova que os habitantes de São Paulo e vilas adjacentes, mesmo que não desistam das invasões aos índios do Brasil, nem restituam a sua liberdade àqueles índios, seus escravos, são capazes, contudo, de receber a confissão sacramental e a absolvição], Transcrição de Carlos Zeron e tradução de Rafael Ruiz, Reproduzida em *CRPH*, v. 27, n. 1, 2009, pp. 362-416 [1684].

¹³⁹ Carlos Zeron & Rafael Ruiz, “La fuerza de la costumbre en la Capitanía de São Paulo, de acuerdo con la ‘Apologia pro Paulistis’ (1684)” in: Perla Chinchilla & Antonella Romano (orgs.), *Escrituras de la Modernidad. Los jesuitas entre cultura retórica y cultura científica*, Ciudad de México/Paris, UIA/LEHESS, 2008, pp. 279-280, duvidam da autoria do texto uma vez que n’ altura supostamente o padre estava em São Tomé, onde veio a morrer no ano atribuído à *Apologia*.

¹⁴⁰ O frade, cuja experiência em questões brasileiras não se podia duvidar, utilizou a aparente familiariedade com as últimas obras e debates sobre a questão dos índios para as aplicar ao Brasil. Estudou teologia no Colégio da Baía, onde Caxa lecionava, depois de ter entrado para a Ordem em 1675. Sem a sombra exclusiva de Vitória, que cita nos pontos que lhe interessam, prefere citar autores como

dentre outros argumentos, defendeu que as ações bélicas paulistas contra os índios ainda não cristianizados tinham causa justa¹⁴¹, porque eram empreendidas em legítima defesa e, particularmente, porque resultavam de determinação papal no sentido de se propagar o Evangelho¹⁴², punir os índios por violações ao Direito Natural, como a idolatria¹⁴³ e a antropofagia, e para proteger os inocentes¹⁴⁴. Contrariamente ao que pretendiam os críticos dos paulistas, não era necessário fazer preceder a guerra de qualquer advertência¹⁴⁵ ou que todos os participantes tivessem *recta intentio*¹⁴⁶. Importava, neste caso, mais o resultado correto do que a intenção¹⁴⁷. A oposição recebida pelo autor da

Sepúlveda e o próprio Solórzano Pereira. Sobre o autor, v. Juarez Donizete Ambires, “Jacob Roland: um jesuíta flamengo na América Portuguesa”, *RBH*, v. 25, n. 50, 2005, pp. 205-209, e para um enquadramento, por todos, Carlos Zeron & Rafael Ruiz, “La fuerza de la costumbre en la Capitanía de São Paulo, de acuerdo con la ‘Apologia pro Paulistis’ (1684)”, p. 379 e ss, e Juarez Donizete Ambires, “Paulistas, índios administrados e jesuítas na América Portuguesa de fins do Século XVII” in: Irene Scótolto (org.), *A leitura como ofício*, São Paulo, PDI, 2008, pp. 69-89.

¹⁴¹ Para o autor, “aqueles [paulistas] invadem e fazem guerra, levam e subjugam alguns índios, por acaso roubados e já agregados aos europeus ou ao grêmio da Igreja, que querem depor toda a sua ferocidade, como não pode ser remediado com nenhum título, e seja intrinsecamente mau, contra o direito natural e divino, e mais ainda, nenhum costume pode favorecer: diante disto não serão capazes de nenhuma absolvição, se não restituírem na sua liberdade aos atacados desse modo” ([Jacob Roland], *Apologia pro Paulistis*, p. 410).

¹⁴² Ibid., pp. 393 e ss (“Alexandre VI subdelegou a sua potestade ao Príncipe de Portugal, e o colocou no seu lugar para inquirir e advertir os bárbaros Brasis, para submetê-los o império de Cristo; e, ainda mais, para a consecução dessa santa finalidade, como fosse necessário a jurisdição e o domínio, para tanto, doou tudo aquilo não só em pessoas, mas também em terras e reinos. De maneira que o nosso Rei, por aquela justa doação do Pontífice, adquiriu absolutamente toda a jurisdição e todo o império, bem como a justíssima posse do Brasil e dos seus habitantes”).

¹⁴³ A *Apologia pro Paulistis* defende que “justamente também podem ser combatidos os nossos Brasis, porque são pagãos, infiéis e adoradores de deuses vazios” (Ibid., p. 392).

¹⁴⁴ Cita, entre outros, uma passagem de Bonacina, de acordo com a qual “se pode compelir um povo, que viva ao jeito das bestas, a ter uma vida mais suave. A razão é porque não se pode permitir que, vivendo deste modo, oprimam muitos inocentes. Portanto, é lícito oferecer ajuda aos inocentes” (Ibid.).

¹⁴⁵ No entender de Roland – se foi ele o autor do manifesto –, “não é necessário avisar sempre os delinquentes para que se abstenham dos seus delitos, principalmente quando os pecados não só infringem a lei natural, mas quando lesam gravemente toda a República, quer na sua cabeça quer nos seus membros: para a sua punição não é necessário preceder um aviso ou uma proibição, como quando uma pessoa particular é atacada, pode se defender ou matar de um furto ou de um homicídio, mesmo que não dê aviso, ainda mais porque não pode dá-lo ou avisar” (Ibid., p. 397).

¹⁴⁶ Nas palavras do autor, se o objetivo era “tentar ensinar os Bárbaros nos divinos preceitos e imbuí-los na forma de viver humana e de criaturas racionais”[...], “aqueles que serviram na guerra deste modo ou como ministros ou como soldados, em absoluto é necessário que tivessem essa santa intenção, bastando uma intenção secundária, como o lucro e a comodidade, como esperam que os labores tenham suficiente recompensa e prêmio, e também se nem sequer pensem no ato concreto, nem conheçam a intenção primária dos principais autores da guerra. (...) os Paulistas podem como ministros ou soldados rasos do sumo Pontífice e da República humana procurar, com intenção primária, o lucro e resolver a sua necessidade, precisamente porque, se foram os primeiros autores da guerra, não há instância que seja retamente lícita para eles por nenhum pacto” (Ibid., pp. 411-412).

¹⁴⁷ O trecho é suficientemente claro: “Respondo do ponto de vista material: enquanto ato explícito, todos realizam a sua obra materialmente; passe. Mas, enquanto ato implícito, nego que sirvam materialmente só ao Pontífice e à República comum: quando alguém quer no ato concreto e secundário, reduzir os bárbaros à obediência da Igreja e aos costumes da República humana, convenientes para o bem e a paz, está servindo ao Papa e à República. Se não, como alguém liberaria de culpa aqueles que compraram [escravos] negros!” (Ibid., p. 412).

Apologia, mormente a crítica do célebre Padre Vieira¹⁴⁸, não incidiu diretamente sobre o facto de se poder invocar a guerra justa nestes casos, mas fundamentalmente porque a sua invocação não tinha base nenhuma¹⁴⁹, já que a maior parte dos índios ‘cativados’ pelos paulistas eram de ‘paz’, pois já tinham sido batizados ou eram catecúmenos das missões jesuíticas¹⁵⁰.

12.3. Desenvolvimento e aplicação da guerra justa humanitária no Estado do Grão Pará e Maranhão

12.3.1. O contexto e o desenvolvimento da legislação sobre o cativoiro indígena no Estado do Grão-Pará e Maranhão

No norte da América Portuguesa, administrativamente separada do centro e sul¹⁵¹, formando o Estado do Maranhão e Grão Pará¹⁵², vai conhecer um desenvolvimento paralelo na questão indígena que integra a regulação e a prática da guerra justa, e permitindo, pois, certas invocações de motivos ‘humanitários’ para a empreender. O problema da utilização da mão-de-obra nativa pelos colonos e consequentemente da liberdade indígena¹⁵³, por um lado, a ambiguidade da Coroa, presa

¹⁴⁸ António Vieira, ‘Dúvidas dos Moradores de São Paulo à cerca da Administração dos Índios [12 de junho de 1694]’ in: *Obras Várias do Padre António Vieira*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1856, pp. 239-251.

¹⁴⁹ O seguinte trecho é exemplificativo: “(...) os índios não são escravos, nem ainda vasallos. Escravos não porque não são tomados em guerras justas (...)” (Ibid., p. 239).

¹⁵⁰ Como diz , “(...) o que os paulistas traziam do sertão não eram tapuyas bárbaros, senão índios aldeados, com casas, lavouras, e seus maioraes, a que obedeciam, e os governavam com vida deste modo humana, e a seu modo politica” (Ibid., p. 246), mencionando ainda as “mil almas que trouxeram de duas reduções do Paraguay” (Ibid.).

¹⁵¹ Recordamos que em 1618, as capitanias do Norte, abrangendo o Maranhão, Pará, Piauí e Ceará, são emancipadas do Estado do Brasil, passando a constituir Estado autónomo (vide ‘El Rei ordena ao Vice-Rei de Portugal que se separe o Governo do Maranhão do do Brasil e se façamas precisas nomeações das pessoas que vão alli servir, e sigam com o novo governador religiosos da Província de Santo António [20 de Junho de 1618]’ Reproduzida in: Lucinda Saragoça, *Da ‘Feliz Lusitania’ aos Confins do Amazônia (1615-62)*, Lisboa/Santarém, Edições Cosmos, CMS, 2000, doc. XXVII, pp. 263-264.

¹⁵² Para um resumo histórico, Mário Meireles, *História do Maranhão*, 2. ed., São Luís, FCM, 1980; Arthur César Ferreira Alves, *O Estado do Maranhão – Catequese do Gentio – Rebeliões – Pacificação*, Separata do II Volume dos ‘Anais do IV Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, DIN, 1959; Lucinda Saragoça, *Da ‘Feliz Lusitania’ aos Confins do Amazônia (1615-62)*, *passim*.

¹⁵³ Um enquadramento geral a esta discussão pode ser encontrado em Nadia Farage, *As Muralhas do Sertão. Os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*, *passim*, e Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000, Cap. I (“A promoção dos ameríndios a vassallos: as contradições da liberdade”); Rafael Chamboleyron, *Portuguese Colonization of the Amazon Region, 1640-1706*, PhD Thesis, UC-FH, 2005, sendo igualmente recomendável a leitura de Regina Fonseca Gadelha, “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil”, *EA*, v. 16, n. 45, 2002, pp. 63-80; Barbara Sommer, “Colony of the Sertão: Amazonian Expeditions and the Indian Slave Trade”, *TA*, v. 61, n. 2, 2005, pp. 401-428; Rafael Chamboleyron; Monique Silva Bonifácio & Vanice Siqueira de Mello, “Pelos Sertões ‘estão todas as utilidades’. Trocas e Conflitos no Sertão Amazónico (Século XVII)”, *RH*, n. 162, 2010, pp. 13-49; alguns aspetos complementares importantes são discutidos em Paul Wojtalewicz, “The

entre os interesses económicos e estratégicos relacionados com a cobiça do território por outras potências¹⁵⁴, e, particularmente o projeto de evangelização dos inácianos locais, por outro, estavam aqui também na base da complexa equação que enforma esta experiência.

A Coroa, no meio e indecisa, tentava tratar da questão através da aprovação de um conjunto de diplomas legais marcados pela oscilação e instabilidade¹⁵⁵. Só entre 1640 e 1652 foram aprovados quatro¹⁵⁶, com o último a impor a libertação total e incondicional dos índios¹⁵⁷. Como todos que seguiram por essa via, teve reduzidíssima eficácia e foi contestado abertamente pelos colonos¹⁵⁸, levando D. João IV a aprovar, logo no ano seguinte, novo diploma a permitir a escravatura na sequência de guerra justa¹⁵⁹. Esta lei refere-se explicitamente à possibilidade de se empreender a guerra justa aos índios da Amazônia e adjacências se estes impedissem a propagação do Evangelho e para punir a antropofagia¹⁶⁰ no melhor estilo inocentiano e vitoriano. Não obstante,

Junta das Missões/Junta de Misiones: A Comparative Study of Peripheries and Imperial Administration in Eighteenth Century Iberian Empires, CLAR, v. 8, n. 2, 1999, pp. 225-240.

¹⁵⁴ Seguir, por todos, Francisco Leite de Faria, “Os Primeiros Missionários do Maranhão. Achegas para a História dos Capuchinhos Franceses que aí estiveram de 1612 a 1615” in: *O Centro Histórico Ultramarino e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, CHU, 1961, pp. 83-216; Jorge Couto, “As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França Equinocial” in: Maria da Graça Ventura (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, pp. 171-194, Alírio Cardoso, “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1624)”, *RBH*, v. 31, n. 61, 2011, pp. 317-338. O próprio rei dizia numa carta dirigida ao governador do Maranhão que “(...) a segurança dos Sertões e das mesmas povoações do Maranhão e detoda a America consiste na amizade dos Índios (...)” (‘Rei para o Governador: sobre os sítios mais convenientes para se fazerem as Fortalezas para segurar o inimigo daquela praça [24 de fevereiro de 1686]’ in: *ABNRJ*, v. 66 (Livro Grosso do Maranhão – Iª Parte), 1948, pp. 71-72.

¹⁵⁵ Cf. igualmente Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, p. 25.

¹⁵⁶ ‘Carta Régia sobre a administração eclesiástica do Maranhão e cativoiro dos Índios [8 de agosto de 1640]’ in: Lucinda Saragoça, *Da ‘Feliz Lusitania’ aos Confins do Amazônia (1615-62)*, doc. LXXII, p. 356; ‘Ley por que S. Magestade, mandou que os Índios do Maranhão sejam livres, e que não haja admenistradores e admenistrados nelles e que possam livremente servir etrabalhar com quem bem lhes estiver emilhor lhes pagar o seu trabalho [Lisboa, 10 de Novembro de 1647]’; ‘Provizão sobre os Escravos decorda [20 de julho de 1647]’ in: *ABNRJ*, v. 66, pp. 17-18; p. 26).

¹⁵⁷ Dizia: “(...) daproibição geral de poder haver gentios captivos que ao mesmo Estado [do Maranhão] mandei no Anno passado (...) não resultou utilidade algua antes cauzou grande perturbação nos moradores e prometeo enconvenientes de consideração para ao diante por ser dificultosissimo e quase impossivel depraticar dar-se a liberdade atodos sem destinação (...)” (‘Provisão sobre aliberdade e Captiveiro do gentio do Maranhão’ [17 de outubro de 1653] in: *Ibid.*, p. 20).

¹⁵⁸ O próprio Padre Vieira dava conta disso ao rei em maio de 1653, chamando a atenção “(...) às guerra injustas sem autoridade e justificação alguma” que os portugueses faziam aos índios (‘Ao rei D. João IV [20 de Maio de 1653]’ in: *Cartas do Padre António Vieira*, J. Lúcio de Azevedo (coordenação e anotação), Lisboa, IN, 1970, t. I, p. 299).

¹⁵⁹ Cf. ‘Provisão sobre aliberdade e Captiveiro do gentio do Maranhão’ [17 de outubro de 1653], pp. 19-21.

¹⁶⁰ De acordo com o texto legal, “he licito e resolvi que pode e deve haver captiveiros daqui em diante, as quais são as seguintes // proceder guerra justa, epara se saber se o he, hade constar que o dito gentio ou vassallo me empediu apregação do sagrado evangelho se deixou defender as vidas e fazendas de meus vasallos em qualquer parte. Haverse lançado com os enemigos de minha corõa e dado ajuda contra os

admitia-se a escravidão legitimada pelo resgate dos índios da corda¹⁶¹, o que demonstra, no fundo, a desconsideração de qualquer ideia da intervenção em favor dos inocentes. O humanitarismo esgotava-se na sua aquisição e redução à escravidão e jamais à utilização de meios bélicos para os salvar da morte ritual. Curiosamente, o novo diploma¹⁶² aprovado em 1555¹⁶³ é silencioso quanto à antropofagia¹⁶⁴, mas reitera e aprimora a referência aos casos de impedimentos à pregação do evangelho¹⁶⁵, não deixando, porém, de esclarecer que se os índios estavam “obrigados a deixallo pregar”¹⁶⁶, não podiam também “ser constrangidos com Armas a aceitallo e crello”¹⁶⁷. Para controlar a invocação dessas causas e o cumprimento dos procedimentos criou-se

ditos meus vassallos// Exercitar latrocinios por mar ou por terra, enfestando os caminhos, salteando ou impedindo o comercio etracto dos homens para suas fazendas e lavouras//se os gentios meus subditos faltarão as obrigações que lhe foram impostas e aceitadas noprincipio de suas conquistas, negando os tributos ou não obedecendo, quando forem chamados para trabalharem em meu serviço ou para pelejarem contra meus inimigos//Ese comerem carne humana sendo meos subditos” (Ibid). A última expressão – a relevante para o tema que nos ocupa – terá mostrado um alcance menos abrangente, ainda que passível de ampliação por via do recurso a outras normas, como entendeu um colégio consultado a respeito da lei ao considerar que “se aprova esta causa só a respeito dos vassallos, e se duvida da aplicação dela aos que não são. E, considerando-se a matéria, parece à junta que, no que toca aos vassallos, posto que esta causa seja bastante para lhes pôr penas (...) E quanto aos que não são vassallos nem sujeitos ao castigo, e lei de Vossa Majestade, dizem muitos e graves doutores que esta bruteza e desumanidade é bastante causa para fazer guerra justa aos que a cometem, principalmente contra os inocentes; mas, quando se haja de fazer, deve ser com especial ordem de Vossa Majestade (...)” (p. 295) (‘Consulta Original de Gravísimos Varões, sobre a Forma e Casos em que se devem Cativar os Índios da Nossa Conquista [2 de abril de 1655]’ Reproduzido em Padre Antônio Vieira, *Escritos sobre os Índios*, Ricardo Ventura (coord.), Lisboa, TeD, 2015, pp. 288-299.

¹⁶¹ Ver ‘Provisão sobre aliberdade e Captiveiro do gentio do Maranhão’ [17 de outubro de 1653], pp. 19-21 (“Eprocedendo as taes cauças ou cada hua dellas sou servido se lhe possa fazer guerra justamente e captivallos, como o poderão ser tambem aquelles gentios que estiverem em poder de seus inimigos atados a corda para serem comidos e meus vassallos os remirem d’aquelle perigo com as Armas ou por outra via (...))”, e Barbara Sommer, “Colony of the *Sertão*: Amazonian Expeditions and the Indian Slave Trade”, p. 406, que fala no humanismo da empreitada, tendo em vista que resgatava os índios do canibalismo.

¹⁶² Como exclama e reclama Serafim Leite (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. IV, l. I, p. 54, salientando as três leis decretadas em três anos, e com sentido normativo diferente, de acordo com as pressões de cada momento, o que era demonstrativo da falta de consistência da política indigenista da Coroa.

¹⁶³ No seu início, a Lei mencionava “o Estado do excesso com que os Ministros e vasallos Portugueses que nelle tenho procederão nesta parte com damno das conversões daquella gente, da justiça que se deve goardar e da conservação espiritual e corporal daquella Estado (...)” (‘Ley que se passou pelo Secretario do Estado em 9 de abril de 655 sobre os Índios do Maranhão’ in: *ABNRJ*, v. 66, pp. 25-28).

¹⁶⁴ É preciso salientar que apesar de não haver qualquer referência a esta causa, deve-se ter presente que a Carta Régia de 1655, ao contrário da de 1653, não contém um verdadeiro rol de causas de legitimação da guerra, mas centra as suas preocupações em estabelecer as causas que permitiam a escravidão dos índios. Entre elas estavam a guerra justa ofensiva e defensiva (presume-se que pelas causas que normalmente as justificavam), impedimentos à pregação do evangelho, resgate da corda, aquisição a proprietário legítimo.

¹⁶⁵ A causa ligada à pregação do evangelho é aprofundada no sentido tradicional da doutrina medieval e proto-moderna da guerra justa contra os infiéis (“O Segundo caso em que se poderão fazer legitimamente captivos os ditos Índios será se impedirem apregação do Santo Evengelho por que são obrigados a deixallo pregar, ainda que não possam ser constrangidos com Armas a aceitallo e crello (...)” (Ibid., p. 26).

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ Ibid.

um mecanismo centrado no rei¹⁶⁸, ficando o governador com competências meramente residuais¹⁶⁹ e proibindo-se que os colonos, *moto proprio*, fizessem a guerra justa¹⁷⁰.

Nova tentativa de separar escravatura de guerra justa é feita em 1680 com a ‘Lei sobre a Liberdade do Gentio do Maranhão’¹⁷¹, que proíbia a privação da liberdade dos índios capturados em guerras ou detidos através da utilização de outras causas de legitimação. Ela continuava a poder ser empreendida¹⁷², fosse ela “defensiva [ou] ofensiva”¹⁷³. Contudo, como ocorria desde há muito na Europa, aqueles que fossem capturados passaram a gozar de estatuto de prisioneiros de guerra¹⁷⁴. Sol de pouca dura

¹⁶⁸ Estabelecia o diploma que “no dito Estado se não possam captivar Índios se não nos casos seguintes: O primeiro em guerra offensiva e justa que se não haverá por tal senão sendo feita com licença e autoridade do judicial, digo, Real firmado de minha mão ou dos Reis meus sucessores que nem eu nem elle daremos sem plenaria informação das cauzas por que manderemos fazer a dita guerra ouvindo sobre ella os Governadores do Estado, Ouvidor geral, Provedor da Fazenda, Prelado que governa o eclesiastico eos das Religiões e pareceres dos meus (Conselheiros), digo, Conselhos Ultramarino e Estado (...)” (Ibid.).

¹⁶⁹ De acordo com a Lei, “(...) tirando em todos Governadores o poder de fazerem a dita guerra ofensiva por propria authority, e na defensiva que se ordena aliviar o Estado de quasquer inimigo que o vierem a commeter poderão fazer por si os ditos Governadores communicando-o primeiro com as pessoas que residem n’aquelle Estado asima nomeadas” (Ibid.).

¹⁷⁰ “(...) Faltando esta qualidade a quem faz guerra, ainda que seja feita com ajuntamento de pessoas, as que se tomarem não serão captivos, antes, segundo o delicto que commeterem serão castigados das Leys ordenações destes Reinos no que havião de quaesquer vasallos meus que os ditos crimes commeterem” (Ibid.).

¹⁷¹ Vide ‘Ley Sobre aliberdade do gentio do Maranhão [1 de abril de 1680]’ in: Ibid., pp. 57-59, concluindo que “são de maior ponderação as razões que há em contrario para os prohibir em todo o cazo, serrando a porta aos pretextos simulações e dolo com a malicia abusando dos casos em que os captivos são justos introduz os injustos, enlaçando-se as conveniencias não somente em privar da liberdade aquelles a quem comunicou a natureza e que por direito natural e positivo são verdadeiramente livres, mas também nos meios ilicitos de que usão para este fim”. Assim, “ordeno e mando que daqui em diante se não possa cativar Índio algum do dito Estado em nenhum caso nem ainda nos exceptuados nas ditas Leys que, para este fim nesta parte revogo e hei por derogadas como se dellas e das suas palavras e disposições figura expressa e declarada menção ficando no mais em seu vigor (...)” (p. 59).

¹⁷² Neste período, o rei autorizou diversas expedições contra povos indígenas da região. Ver, por exemplo, ‘Rei para o Governador do Maranhão: sobre a redução do gentio da Costa do Ceará’ [2 de setembro de 1684] in: Ibid., p. 65 (“Francisco de Sá e Meneses. Eu El Rey vos envio muito saudar, por me avisardes que trataveis de fazer de novo a povoação e fortaleza do Itapecurú e ser o principal remedio que pode ter o Maranhão porque a falta della pelas hostilidades do gentio foi o principio da sua destruição, e que se não poderá conseguir efficazmente sem a redução do gentio da Costa do Ceará que apossa em união das nossas forças resestir aos decorso que infestão, assaltão e destroem toda aquella parte das terras em antigamente se fundou a dita povoação (...)), ‘Rei para o Capitão Mor do Para: se lhe dá conta que ao Governador Gomes Freire se ordena trate de castigar as aleivozias dos Índios da Nação Taconape e Gerum que fazião aos moradores que ião ao Sertão abusar drigas, matando-os debaixo de paz e amizade [2 de março de 1686]’ in: Ibid., p. 72 (“(...) se ordena trate de castigar conforme o merece o insulto (...)”) ou ainda ‘Rei para o Governador do Maranhão: sobre as extorções que os gentios do Maranhão usavão com brancos [2 de março de 1686]’ in: Ibid., pp. 72-73 (“(...) uzeis dos meios que vos parecer são mais necessarios para castigo destes inimigos para que no exemplo delles se evite a ousadia de que os mais cometerão estas extorções”).

¹⁷³ Mencionada explicitamente no seguinte trecho: “Esucedendo mover-se guerra ofensiva ou defensiva (...)” (‘Ley Sobre aliberdade do gentio do Maranhão [1 de abril de 1680]’, p. 59).

¹⁷⁴ “Esucedendo mover-se guerra ofensiva ou defensiva a alguma nação dos Índios do dito Estado nos casos e termos em que por minhas leys e ordens é permitido os Índios que na tal guerra forem tomados, fivcarão somente prisioneiros como ficão as pessoas que setomão nas guerras na Europa, e somente o governador os repartirá como lhe parecer mais conveniente ao bem e segurança do Estado pondo-os nas Aldeas dos

para os índios: pouco tempo depois, sem se abandonar a argumentação humanitária¹⁷⁵, reintroduziu-se a escravidão na sequência de guerra justa para acomodar os interesses dos colonos. Procurou-se, através da criação ou aperfeiçoamento de certos mecanismos¹⁷⁶, densificar o sistema para evitar os habituais abusos cometidos pelos moradores locais na manipulação das tradicionais causas da guerra justa¹⁷⁷, designadamente em casos de impedimento à pregação do Evangelho¹⁷⁸. Juntaram-se ainda os resgates dos índios da corda, agora pagos pelo erário público¹⁷⁹.

Entretanto, a realidade é que a invocação da guerra justa no Estado do Maranhão e adjacências em todos estes séculos¹⁸⁰, mormente nos grandes embates como a Guerra

Índios livres e catholicos aonde sepossão reduzir afé e servir o mesmo Estado e conservarem-se na sua liberdade ecom obom tratamento que por ordens repetidas está mandado (...) (Ibid.).

¹⁷⁵ O rei diz na parte inicial da Lei que “mandei estabelecer em o 1º de Abril de 1680 para o Estado do Maranhão prohibindo todos os captiveiros dos taes Índios tanto por meio dos resgates como das guerras justas não teve a observancia que devia ter no dito Estado, mas antes succedeo e maior dano de suas almas e das vidas que por meio dos ditos resgates vinhão a conseguir, pois tendo guerras entre si os ditos índios pelas quais os captivão oslevão a vender a terras estrangeiras e dentro dos meus domínios fasem admittir resgates delles, e quando onão podem fazer pellas distancias ou outros empedimentos os prendem a corda eos matam cruamente para os comerem, e quando sucedem as guerras dos meus vassallos com elles, ou delles para com meus vasallos, pelas cauzas que para isso dão os ditos Índios e nos casos que por direitos são permetidos os metão no mesmo furor da guerra, temendo asua infiel barbaridade depois de vendidos e sem piedade delles poderião ter se das suas vidas podessem tirar o fruto de captiveiros ocasionando-se por estas mesmas cauzas amais dura guerra e as mais desesperadas mortes (...)” (p. 97) (‘Álvará em forma de Ley expedido pelo Secretario de Estado que deroga as demais leys que se hão passado sobre os Índios do Maranhão [28 de abril de 1688]’ in: *ABNRJ*, v. 66, pp. 97-101).

¹⁷⁶ Efetivamente o diploma previa um complexo sistema de autorização e supervisão das ações legítimas passíveis de reduzir a liberdade do gentio maranhense, designadamente no caso da guerra justa a autorização pelo Governador e pelo Capitão Geral do Estado com comunicação ao Rei, que decide, em última instância, sobre a licitude dos cativos, e pareceres dos religiosos da Companhia e de S. António e do Ouvidor Geral (Ibid., p. 100). Estabelecia, ainda o diploma, que “a defensiva da invazão dos inimigos se justificará com documentos jurídicos da maior prova de testemunhas que tirarão o Ouvidor geral ao tempo que der lugar a mesma guerra por sertidões juradas dos Missionarios que assistirem nas terras e Aldeas que forem invadidas (...)”.

¹⁷⁷ Neste sentido, menciona-se a “(...) guerra defensiva que se entenderá somente no acto de invasão que os índios inimigos e infiéis fizerem nas Aldeas eterras do Estado do Maranhão com cabeça ou comunidade que tiver soberania ou jurisdição (...)” (Ibid., p. 99), a “(...) guerra offensiva, quando houver temor certo e infalível que os ditos procurarão mandar as terras de meus domínio formando ou ajuntando gente para o dito efeito sem que por outro modo se lhes possa impedir a dita invasão (...)” (Ibid., pp. 99-100) ou “(...) ou quando os ditos Índios inimigos e infiéis tiverem feito hostilidades graves e notorias enão derem satisfação condigna dellas, sugeitando-se a receber aquelle castigo que for conveniente ao decoro das minhas armas, e necessario para a conservação do dito Estado” (Ibid., p. 100).

¹⁷⁸ Continua o trecho que se começou a citar na nota anterior, “principalmente quando os ditos Índios impedirem com mão armada eforça das armas os Missionários as entradas dos Sertões e a doutrina do santo evangelho fazendo com efeito hostilidades as pessoas que levaram em sua companhia” (Ibid., p. 99).

¹⁷⁹ A formulação geral era esta: “Quanto ao resgate dos índios sou servido que se fação por conta da minha Fazenda para com todos os que acharem captivos em guerra dos outros Índios ou sejam presos a corda para os comerem ou captivos para os venderem ou quaesquer nações tanto não forem cativos para o efeito das vendas somente a que elles não repugnem, entendendo que por este modo podem livrar a vida, epara este efeito mando se empreguem nesta Cidade trez mil cruzados nos generos mais convenientes aos ditos resgates” (Ibid., p. 98).

¹⁸⁰ Para uma lista de várias dessas campanhas, cf. Antônio Porro, “História indígena do Alto e Médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*,

dos Bárbaros¹⁸¹, as campanhas contra os Índios do ‘Corço’¹⁸² ou o empreendimento de pacificação dos Orizes Procrazes¹⁸³, tinha na sua base, na esmagadora maioria dos casos, argumentos defensivos ou punitivos¹⁸⁴, mais do que humanitários, mesmo se atendermos ao sentido mais amplo que este conceito tinha no período. Somente ocasionalmente se utilizava a teoria da guerra justa para casos envolvendo ataques a missionários¹⁸⁵ ou, como pressuposto, para a evangelização dos índios¹⁸⁶.

São Paulo, CdL/SMC/FAPESP, 1992, pp. 175-196, especialmente pp. 189-190, nesta área enquadrados por outros esforços de descoberta, conforme relata Anthony Smith, *Os conquistadores do Amazonas*, Maria Tereza Cavallari (trad.), São Paulo, CdLiv, 1990.

¹⁸¹ O trabalho mais abrangente sobre esta série de conflitos é da lavra de Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720, passim*; cf. ainda Beatriz Dantas; José Augusto Sampaio & Maria Rosário de Carvalho, “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro. Um esboço histórico” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, pp. 431-456, Soraya Araújo, “A Nova Guerra, a Guerra Brasilica e a Guerra dos Sertões: Uma Nova Perspectiva sobre a Guerra dos Bárbaros”, *Mneme*, v. 9, n. 24, 2008, *passim*, e Helder Medeiros de Macedo, “Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte”, *RBH*, v. 28, n. 56, 2008, pp. 449-462, especialmente 453-456.

¹⁸² Por exemplo, ver Marta Rosa Amoroso, “Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, pp. 297-310.

¹⁸³ Cf. Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas, *Os Orizes conquistados ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procrazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Católica, & á obediencia da Coroa Portuguesa. Com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitação, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos*, Lisboa, OAPG, 1716 (Original reproduzido em *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, n. 26-27, julho-setembro de 1948, pp. 2-21) (cita-se a obra no original), mostrando que negavam obediência ao cetro português, e atacavam frequentemente os súditos de S. Majestade, pondo em risco a atividade económica e causando avultados prejuízos.

¹⁸⁴ Por exemplo seria o caso da guerra dos bárbaros. Neste sentido, Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720, passim*, e a generalidade das campanhas aprovadas contra os índios do ‘corço’ (Ilustrativamente, ‘Rei para o Governador do Maranhão: sobre a guerra ao Gentio do Corço se lhe aprova por justa [Lisboa, 18 de fevereiro de 1693]’, ou ‘Rei para o Governador do Maranhão: o mesmo a respeito dos Amanejus e Tacanhapés [23 de fevereiro de 1693]’ in: *ABNRJ*, v. 66, pp. 138-139 (“ (...) Me pareceu dizer-bosque no que toca a guerra que se fez aos Amanajús como se vê dos documentos que se me derão foi com toda a justificação feita e os que se tomarão nella ficão na forma da Lei justamente captivos (...)”), ‘Rei para Governador do Maranhão: sobre a guerra que se manda fazer ao gentio do Corço’ [] in: *Ibid.*, pp. 202-203 (“ (...) se ordena ao Governador de Pernambuco que só não mande do Ciará os Índios que se lhe pedirem desse Estado mas que faça sahir alguma tropa para o Maranhão acompanhada assim de gente branca como de Índios p^a q. pr. este meio se possa impedir aquellas extroções que fazem os Índios do Corço nos moradores dos Estados (...) possuão offender a esses inimigos e atalhar os seus assaltos e repetidos damnos q. tem feito nessa conquista com tão irreparavel prejuizo de seus habitadores (...)”) (p. 202); ‘Rei para o Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão [11 de outubro de 1707]’ in: *Ibid.*, v. 67 (Livro Grosso do Maranhão, 2ª Parte), 1948, pp. 9-10; ‘Rei para o Governador do Maranhão: sobre a guerra que se fez ao Gentio do Corso a qual se lhe approva [28 de outubro de 1717]’ in: *Ibid.*, v. 67-2ª Parte, pp. 150-152.

¹⁸⁵ Cf. ‘Rei para o Governador Geral do Maranhão: sobre o castigo dos índios da Aldea de Atumá, pela morte que derão a dous Missionarios Frei Antonio de Villa Viçosa, e Frei Pedro de Évora [27 de agosto de 1709]’ in: *Ibid.*, p. 61.

¹⁸⁶ Por exemplo um dos tratados para assentar as pazes com os índios janduís obrigava os indígenas derrotados a serem “baptizados e a adoptar a lei cristã dos portugueses (...)” (Cláusula 3ª) (‘Assentos das Pazes com os Janduís, 10 de abril de 1692’ Reproduzido em Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720, Anexo 4*, pp. 301-303).

12.3.2. A defesa dos índios do Padre António Vieira

O mais famoso de todos os intelectuais a pronunciar-se sobre questões relativas à guerra e escravatura no Maranhão foi o lisboeta e baiano António Vieira (1608-1697)¹⁸⁷. O famoso orador e sermonista, e também diplomata e político¹⁸⁸, não era seguramente um pacifista radical¹⁸⁹, nem um anti-esclavagista ferrenho já que incentivou a escravatura africana para o Maranhão¹⁹⁰ e legitimou o início de guerra contra os “alevantados”¹⁹¹ negros dos Palmares¹⁹², em parte justificada como justa pelos

¹⁸⁷ Como diz J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, 3. ed., Lisboa, Clássica, 1992, 2 v., v. I, p. 47, a Baía era “quase sua pátria”, já que lá viveu toda a mocidade e formação. A respeito de Vieira, veja-se Ibid.; Hernâni Cidade, *Padre António Vieira*, Lisboa, EPre, 1985, e o equilibrado João Francisco Lisboa, *Vida do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro, Jackson, 1960, com textos biográficos, bem ainda como os estudos em *Padre António Vieira – Colóquio*, Braga, PFF-UCP, 2009, e José Eduardo Franco (coord.), *Entre a selva e a corte. Novos olhares sobre Vieira*, Lisboa, EdC, 2009; a base das suas conceções políticas são apresentadas por Pedro Calafate, “A mundividência de António Vieira” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 703-731, e José Esteves Pereira, “O Sol e a Lua: desígnios políticos de Vieira”, *Brotéria*, n. 160, 2005, pp. 489-494; os seus escritos selecionados sobre os índios aparecem em J.C. Bom Meihy (comp.), *Escritos Instrumentais sobre os Índios*, São Paulo, EDUC/Loyola/Giordano, 1992, e em Padre António Vieira, *Escritos sobre os Índios*.

¹⁸⁸ Especificamente, Vasco Mariz, “O Padre António Vieira, um diplomata desastrado”; José Arthur Rios, “Vieira Político”, *RIHGB*, a. 172, n. 472, 2011, pp. 473-497, 499-505.

¹⁸⁹ Ver António Vieira, *A Arte de Furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazúia geral dos reinos de Portugal* [1652] in: *Obras Políticas e várias*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1855, na qual se diz que “Espanja de dinheiro chamou um prudente á guerra, e isso é o menos: que ella sorve vidas, fazendas e honras são o seu pasto em que como fogo se ceva: e tudo se tolera pelo bem da paz, que com ela se pretende e alcança, quando não a pica a tyrannia do interesse. A boa guerra faz a boa paz; e por isso é mal necessário a guerra. (...)” (p. 106), que, nesta obra, já aceitava a guerra.

¹⁹⁰ Ver *infra*.

¹⁹¹ Cf. ‘A Roque Monteiro Paím [2 de Julho de 1691]’ in: António Vieira, *Cartas do Brasil 1626-1697, Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará*, João Adolfo Hansen (org.), São Paulo, Hedra, 2003, pp. 642-644, onde diz que “(...) sendo rebeldes e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e actual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, nem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão-de fazer” (p. 643), e Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, Petrópolis, Vozes, 1986, e id., “Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas” in: João José Reis & Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, CdL, 2008, pp. 60-80, e no geral, Décio Freitas, *Palmares. A guerra dos escravos, passim*.

¹⁹² Vide compilação de documentos em *Os Palmares. Subsídios para a sua História*, p. 27 e ss, e em Décio Freitas (org.), *República dos Palmares. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*, Maceió, EDUFAL/ Ideário, 2004; o Anónimo, ‘Primeira Rellação do Último Assaltos a Palmares’, Maria Lêda de Oliveira (org.), A-A, v. 33, 2005, pp. 251-324, contém um relato importante dos acontecimentos, e interpretações diversas podem ser encontradas em Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*, São Paulo, LECH, 1981; id., *Quilombos. Resistência ao escravismo*, São Paulo, Ática, 1987; Benjamin Péret, *O Quilombo dos Palmares. Crónica da ‘República dos Escravos’, Brasil 1640-1695*, Lisboa, Fenda, 1988 [orig.: 1956]; Emílio Gennari, *Em busca da liberdade. Traços das lutas escravas no Brasil*, São Paulo, EPop, 2008 e, em diversos artigos compilados em João José Reis & Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil, passim*. As revoltas de escravos no geral são discutidas por João Pedro Marques, *Revoltas Escravas. Mistificações e Mal-Entendidos*, Lisboa, GeP, 2006.

seus promotores oficiais. Além disso, aceitou a dos índios em certas situações limitadas¹⁹³.

No que diz respeito à guerra justa, cuja teoria, aliás, conhecia bem¹⁹⁴, Vieira era daqueles que entendiam que ela podia ser um meio de facilitação da evangelização e não teve pejo de a defender nesses casos¹⁹⁵ e aplicá-la à região do Maranhão¹⁹⁶. O grande problema que Vieira e vários outros intervenientes viam em todo esse processo estava sobretudo ligado ao próprio descumprimento generalizado dessas bases pelos colonos¹⁹⁷, advogando, aí sim, a necessidade da sua proibição total.

¹⁹³ Seguir J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, v. I, pp. 179-195; 229-234, Alfredo Bosi, “António Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”, *EA*, v. 23, n. 65, 2009, *passim*, comprovando-se este facto com a missiva de 1653 enviada a El-Rei D. João IV, em que se sugere precisamente a solução compromissória que veio a ser adotada, pois, segundo o inaciano, “O remédio que V. M., senhor, e os senhores reis antecessores procuraram dar a esta tirania foi mandar totalmente cerrar os sertões e proibir que não houvesse resgates e declarar por livres a todos os já resgatados de qualquer modo que o fossem. Este remédio, senhor, é verdadeiramente o mais efectivo de quanto se podem representar; mas é dificultosíssimo e quase impossível de praticar, como a experiência tem mostrado em todos os tempos, e muito mais nos motins deste ano, fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam. O meio que parece mais conveniente e praticável (como já se tem começado a executar) é examinarem-se os cativeiros, e ficarem livres os que se acharem livres, e cativos os que se acharem cativos” (p. 309) (‘Ao rei D. João IV [20 de maio de 1653] in: *Cartas do Padre António Vieira*, J. Lúcio de Azevedo (coord. e anot.), Coimbra, IdU, 1925, pp. 306-315).

¹⁹⁴ Cf. igualmente Pedro Calafate, “A Escolástica Peninsular no Pensamento Antropológico de António Vieira” in: José Eduardo Franco (coord.), *Entre a selva e a corte. Novos olhares sobre Vieira*, pp. 127-137.

¹⁹⁵ Aliás, no geral, já se havia pronunciado de forma favorável à utilização de meios mais hostiensinianos do que inocentianos na evangelização do mundo não cristão: “ (...) os príncipes christãos podem fazer a guerra aos príncipes infiéis que ás suas repúblicas recusam receber a lei de Christo; porque nesta parte defendem innocentes, que teem direito para tal guerra, pela injúria que se lhes faz. E por esta via conquistou Portugal os reinos e estados que tem ultramarinos (António Vieira, *A Arte de Furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazúa geral dos reinos de Portugal* [1652], p. 102).

¹⁹⁶ Por exemplo, v. Antonio Vieira, “Modo como se há de governar o gentio que há nas aldeias do Maranhão e Grão Pará [c. 1653]” in: *Obras Várias do Padre António Vieira*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1856, pp. 183-190 (“Modo como se hao de fazer as entradas no sertão pelos nossos portuguezes”) (“Chegada que for a tropa á parte aonde a dirigem, terão suas intelligencias por meio de suas embaixadas, com que manifestem ao gentio o intento de sua ida, que é só para os converter á nossa santa fé; e para os attrair, os convidem com resgates, promettendo-lhes com trato e companhia e quando elles não queiram reduzir-se voluntariamente, sendo em parte que nos podem offender as nossas povoações, os poderão obrigar por armas” (Ibid., 8ª advertência, p. 187).

¹⁹⁷ António Vieira, “Informação que deu o Padre António Vieira sobre o modo como foram tomanos e sentenciados por captivos os índios do anno de 1665 [...]”, p. 107 e ss, sendo de se completar a análise com o tratamento dado por Alfredo Bosi, “António Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”, p. 250 (“ (...) o desacordo mais reiterado incide no *modus faciendi* dos colonos que, sob falsos pretextos, cometiam toda sorte de abusos e violências”).

12.4. O século XIX: regresso e ocaso da guerra justa ao Índio

12.4.1. A transição para o século XIX

O início do século XIX é marcado por um conjunto de desenvolvimentos, dos quais se destaca a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, e precedido por grandes eventos importantes para a questão estudada, designadamente, a união administrativa entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, e, fundamentalmente, pelo desacoplamento definitivo entre guerra justa e escravatura indígena com a aprovação e extensão de leis gerais da liberdade indígena em 1755¹⁹⁸ e 1758¹⁹⁹, instituindo-se um novo sistema de civilização dos índios pacíficos assente, sem grande sucesso²⁰⁰, nos chamados *Directórios*²⁰¹. Curiosamente, isso iria reduzir, embora na prática sem extinguir²⁰², a cativação dos índios, nesse período substituindo-a pela extensa massa de escravos africanos importados²⁰³. Na realidade, aumentou-se o volume das campanhas bélicas contra os índios tidos por bravios, desta feita motivadas pela necessidade de desimpedir os campos para a prática da agricultura, pecuária ou atividades de mineração no norte²⁰⁴ e oeste²⁰⁵ do país.

¹⁹⁸ Reproduzida na *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Compilação das Ordenações*, António Delgado da Silva (org.), Lisboa, TM, 1830, pp. 369-372.

¹⁹⁹ Cf. 'Álvara de 8 de Maio de 1758' in: *Ibid.*, p. 604 (estende ao Estado do Brasil, a liberdade geral concedida ao índio do Estado do Maranhão).

²⁰⁰ Seguir Rita Heloísa de Almeida, *O Directório dos Índios. Um projecto de 'civilização' no Brasil do século XVIII*, Brasília, EDUNB, 1997, pp. 333-334, salientando que o governo secular das povoações era até mais propenso a abusos em relação à liberdade e autonomia indígena do que propriamente o era o modelo jesuíta.

²⁰¹ O documento paradigmático foi o 'Directório, que se deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario', *passim*; para uma apresentação e comentários, Rita Heloísa de Almeida, *O Directório dos Índios. Um projecto de 'civilização' no Brasil do século XVIII, passim* (que estuda os seus antecedentes e história legislativa e reproduz o documento com um apêndice); pode-se consultar igualmente o 'Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario', *RAPM*, ano II, fasc. 4, 1897, pp. 700-715.

²⁰² Diz Manuela Carneiro da Cunha, "Política Indigenista no Século XIX", p. 146, que a escravatura indígena perdurou até meados do Século XIX, inclusivé na Corte. Ver igualmente Maria Regina de Almeida, "Reflexões sobre Política Indigenista e Cultura Política Indígena no Rio de Janeiro Oitocentista", *RUSP*, n. 79, 2008, pp. 94-105.

²⁰³ Ver adicionalmente cap. 15.1.1 (A).

²⁰⁴ Ver, por exemplo, Carlos de Araújo Moreira Neto, *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*, Petrópolis, Vozes, 1988, cap. I.

²⁰⁵ Seguir Mary Karash, "Rethinking the Conquest of Goiás, 1775-1819", *passim*; Marcia Amantino, "A guerra justa e a escravidão indígena nas Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX", pp. 189-206, e Hal Langfur, "The Return of the *Bandeira*: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808", *TA*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 429-461; e Maria Leônia Chaves de Resende, *Gentios brasileiros. Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*, pp. 71-92.

12.4.2. Do ocaso da guerra justa na legitimação da escravidão africana no Brasil à sua rejeição por motivos humanitários

Na longa transição para o século XIX verifica-se que houve mudanças na filosofia de utilização da mão-de-obra servil, passando-se de uma dependência do trabalho indígena para o de africanos, que foram importados em níveis cada vez maiores, particularmente no século XVIII²⁰⁶. O tráfico transatlântico²⁰⁷ era o principal meio de um contínuo aporte de braços para as lavouras, minas, ganadarias e serviço doméstico no Brasil.

Neste sentido, por mais paradoxal que fosse, poder-se-ia, com alguma legitimidade, perguntar se houve posições oficiais ou discussões teóricas a propósito da utilização da guerra justa como meio de legitimação dos cativos dos chamados ‘etíopes’. Se na primeira dimensão não há nada digno de registro, já os debates proporcionam ao leitor alguns elementos de interesse, tendo em vista que muitos intelectuais se debruçaram sobre a questão, desenvolveram formas de acomodação a uma realidade não só concreta, mas também tida por incontornável. Com tal propósito, por mais que isso já pudesse parecer anacrônico, além dos que se pronunciaram sobre a escravidão com base em critérios inerentemente pragmáticos, havia os que continuavam a utilizar o ‘velho argumentário’ dos títulos de legitimação.

Para muitos, no entanto, as questões fundacionais não eram relevantes, quando muito eram secundárias. Longe dos espaços onde eram capturados, os africanos tornaram-se elementos da paisagem brasileira, e não havia tanto que questionar a horrenda instituição, mas humanizá-la, ainda que o preço a pagar fosse a sua ‘normalização’²⁰⁸. O primeiro deles, surpreendentemente ou não, foi o Padre António

²⁰⁶ Por todos, Stuart Schwartz, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, CdL, 1988; Sidney Chaloub, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, CdL, 1990; Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, 4. ed., São Paulo, EDUNESP, 1998; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, CdL, 2000; Silvia Hunold Lara, *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, São Paulo, CdL, 2007; e Jaime Pinsky, *A escravidão no Brasil*, 20 ed., São Paulo, Contexto, 2009.

²⁰⁷ Vide Robert Conrad, *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*, Elvira Serapicos (trad.), São Paulo, Brasiliense, 1985; Luís Henrique Dias Tavares, *Comércio proibido de escravos*, São Paulo, Ática, 1988; Manolo Florentino, *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, CdL, 1997; e David Brion Davis, “The Atlantic Slave Trade: Brazil and the Caribbean” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 103-123.

²⁰⁸ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal dos Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, ICS, 1999, também apresenta e discute o que denomina de ‘ideologia escravista’ (pp. 65-89).

Vieira²⁰⁹ que, desde o início da sua missão no Maranhão, vinha defendendo que a importação do elemento africano era condição incontornável para se evitar a cativação dos indígenas ameríndios num cenário em que seria indispensável ao Brasil o acesso a mão-de-obra servil²¹⁰. Por conseguinte, a sobrevivência da colónia e quiçá do “missionário Império português” dependiam dos braços etíopes.

Independentemente de considerar que também eram filhos de Maria²¹¹ e iguais aos brancos²¹² e de, por vezes, lamentar o tráfico²¹³, Vieira conseguiu racionalizar a situação, até porque o facto é que muitos haviam sido capturados de forma lícita²¹⁴. Os escravos, em qualquer situação, teriam acesso à salvação da alma²¹⁵, sem perderem integralmente a liberdade porque manter-se-iam livres de Alma, ainda que cativos de corpo, durante o tempo do seu ordálio²¹⁶, e seriam recompensados, ao contrário dos seus senhores, e figurariam eternamente, no Paraíso²¹⁷. O jesuíta advogou, assim, a estóica

²⁰⁹ Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, pp. 125-129, afirma ser facto reconhecido, muito embora desculpado pelos principais historiadores jesuítas, como Serafim Leite (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VII, l. I, p. 81, que salienta a aceitação generalizada da escravatura e a natural inclinação de Vieira em proteger o índio por ser mais fraco.

²¹⁰ António Vieira, ‘Papel sobre o cativ. ^{ro} dos Indios, e missões’ [s.d], Manuscrito, BNA, doc. 136, fol. 405, para. 1, defendendo a necessidade de “(...) com a maior brevidade se mandem negros de Angola ou Guiné para serviço dos Portuguezes”. Neste sentido, J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, v. II, pp. 236-237, dizendo que se trata de um argumento de acordo com o qual Vieira tenta harmonizar a necessidade do trabalho do negro africano e o horror da escravatura, argumento que, a rigor, como sustenta, também podia ser aplicado ao índio, apesar de ele não o admitir, aspecto evidentemente reiterado por outros ilustres intérpretes (cf. adicionalmente Alfredo Bosi, “António Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”, pp. 247-270; António José Saraiva, “O Pe. António Vieira e a questão da escravatura dos negros no Século XVII” in: *História e utopia. Estudos sobre Vieira*, Lisboa, ICLP, 1992, pp. 53-72.

²¹¹ “Sermão Décimo Quarto” in: *Obras do Padre António Vieira. Sermões*, Lisboa, S&A, 1857, pp. 413-444, cap. IV.

²¹² “Sermam XX” in: António Vieira, *Maria Rosa Mystica: Excellencias, Poderes e Maravilhas do seu Rosario: Compendidadas em Trinta Sermoens Asceticos, e Panegyricos fobre os Dous Evangelhos desta Follenidade, Novo, & Antigo*, Lisboa, ICrasb, 1688, t. II, pp. 149-184.

²¹³ Veja-se o seu conhecido brado no “Sermão XXVII” in: *Ibid.*, pp. 391-429: “Oh trato deshumano, em que a mercancia faç homens! Oh mercancia diabólica, em que os intereffes fe tiraõ das Alamas alheas, & os ríicos faç das proprias!”, I, para. 434, p. 392.

²¹⁴ *Ibid.*, VIII, p. 427, para. 473.

²¹⁵ Dizia que “se a gente preta tirada das brenhas da sua Ethiopia, e passada ao Brazil, conhecera bem quanto deve a Deus, e a sua Santissima Mãe por este que póde parecer desterro, captiveiro, e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vosso paes que nasceram nas treva da gentiliade, e nella vivem e acabam a vida sem lume da fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessaes, vão para o inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que perecendo todos elles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós que seis seus filhos, vos salveis, e vades ao céu? (...) esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso” (“Sermão Décimo Quarto”, p. 430).

²¹⁶ No “Sermão XXVII”, III, para. 443, p. 398 pode ler-se: “Irmãos Pretos, que o cativeiro, que pdeceis, por mis duro aípero que fesa, ou vos pareça; não he cativeiro total, ou de tudo o que fois, fenaõ meyo cativeiro. Sois Catívos naquella metade ametade exterior, & mail vil de vós meímos, que he o corpo; porèm na outra metade interior, & nobiliffima, que he a Alma, principalmente no que a ella pertence, naõ fois Cativos, mas livres”.

²¹⁷ É o que sugere no “Sermam XX”, *passim*.

aceitação e resignação do escravo africanos com a sua condição no Brasil, pois Deus haveria de pagar o seu trabalho²¹⁸, e os senhores haviam de os servir no Além²¹⁹; mas o senhor e o Brasil, acaso não humanizassem o tratamento reservado aos escravos, além da danação eterna, corriam o risco de atrair a ira divina, como acontecerá biblicamente com os egípcios²²⁰.

Benci (1650-1708)²²¹, italiano de Rimini, na mesma linha, adotou um enfoque paradigmático de aceitação da escravatura, mas lutando pela “humanização” ou, como diz, “moderação” no tratamento dos escravos²²², como, aliás, já haviam notado vários intérpretes²²³. Nisto não se afastava de Vieira, mas o seu discurso era fundamentalmente para os seus proprietários²²⁴. Estrategicamente o que Benci foca é a melhoria das condições de tratamento de escravo para garantir a salvação dos senhores. Benci utiliza linguagem veemente nas suas denúncias²²⁵, mas não foi um revolucionário, quando muito um reformista²²⁶ resignado com a realidade naturalizada²²⁷. O que ele queria era

²¹⁸ Sermão XXVII”, VI, para. 462, p. 417.

²¹⁹ Ibid., VIII, para. 435, p. 420.

²²⁰ Ibid., VIII, para. 475, pp. 428-429.

²²¹ Confira-se pequena introdução biográfica em Serafim Leite, “Prefácio à ‘Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos’ (Livro Brasileiro de 1700)” in: Jorge Benci (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 359-368.

²²² Diz Benci que “(...) para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e senhorio que têm sobre os escravos, com a moderação que pede a razão e a piedade Cristã: tomei assunto, e por empresa dar á luz esta obra, a que chamo de *Economia Cristã*, isto é, regra, norma e modelo por onde se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores. Parece que cuidam muitos senhores que, por razão do seu senhorio, têm tão livre e absoluto domínio sobre os servos, como se fossem jumentos” (Ibid., para. 5).

²²³ Vide com esta tese Ana Palmira Casimiro, “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni”, *P-HeS*, v. 1, n. 1, 2001, pp. 146-154, 146, destacando que o objetivo não era questionar a escravatura, nem sequer a presença dos títulos de legitimação, mas conter as atrocidades e os excessos dos senhores.

²²⁴ Por todos, cf. Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, pp. 129-130, sustentando a tese de que a pregação é dirigida aos senhores.

²²⁵ Confira-se, ilustrativamente, a relação feita numa parte em que, tratando da questão dos castigos, destaca que “é a sevícia um monstro tão abominável, horroroso e indigno da natureza humana, que Sêneca julgou se não devia contar entre os vícios dos homens, senão entre as barbaridades das feras. A crueldade (diz o Estóico) não é vício humano. Alegar-se com derramar sangue é próprio e natural das feras; é lançar de si e degenerar do ser de homem e vestir a natureza dos brutos. Por isso julgava eu que era supérfluo encomendar aos senhores que se guardem de um vício, que os faz tão semelhantes às feras. Mas estamos em tempos que é necessário lembrar aos senhores e dizer-lhes que advirtam que são homens; para que no castigo de escravos não degenerem em brutos, que arrebatados de sua natural braveza só com derramar sangue sossegam a cólera. Deve pois o senhor castigar aos servos (como já disse e agora torno a dizer), cometendo eles delito, pelo qual mereçam castigo; este porém deve ser tão moderado e gizado pela razão, que não passe os limites de castigo e chegue a ser sevícias ou crueldade” (Jorge Benci (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], para. 166).

²²⁶ Neste sentido a leitura marxista e crítica de Pedro Alcântara Figueira & Claudinei Mendes, “Estudo preliminar: o escravismo colonial” in: Jorge Benci (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], pp. 7-38.

²²⁷ Os diversos prantos com os quais conclui o seu opúsculo mostram-no. Chega Benci a pronunciar o seguinte lamento: “Ah! Servos! Ah! Senhores! Ah! Servos desgraçados! Ah! Senhores inumanos! Que seja tal a vida e condição dos servos e que sejam tais os corações, e crueldade dos senhores! Que peito de

salvaguardar a humanidade do sistema instituído através da exortação dos senhores à obediência a determinados deveres com o corpo²²⁸ e, especialmente, a alma dos cativos²²⁹, estabelecendo, neste processo, as regras necessárias para cuidar da sua disciplina²³⁰ e do seu trabalho²³¹. Os modos de cativação são quase irrelevantes para o jesuíta italiano. A eles somente se refere genericamente quando tenta apresentar as razões do surgimento da escravatura²³².

Sobre a guerra justa no sentido estrito diz muito pouco, mas não deixa de ter interesse para esta tese a discussão que desenvolve ao confrontar a questão da compatibilidade entre a escravatura de cristãos recém-batizados e o humanismo cristão²³³. A resposta de Benci não deixa de ser convergente com o seu enfoque de compromisso. Destaca, mais uma vez, que o cristianismo é incompatível com o tratamento desumano dado a escravos cristãos²³⁴. Todavia, no que diz respeito à própria associação fundacional, já não à derivada, é muito menos claro, pois depois de lembrar exemplos de senhores da antiguidade que libertaram os seus escravos depois da conversão²³⁵, diz que não pretendia que todos o fizessem – simplesmente que os tratassem com ‘humanidade’²³⁶.

aço e de bronze haverá, que à vista de tanta lástima se não mova à compaixão e não procure, quando for de sua parte fazer tolerável aos servos e suavizar-lhes o trago amargosíssimo do cativo? Dizei-me, senhores (com quem agora falarei), dizei-me: acabaste de entender que a vida de um cativo é tão cheia de penalidades e tormentos, que mais é morte que vida? Se depois de me haverdes ouvido, ainda o não entendestes, não tenho que esperar de vós, nem falo convosco; mas se o tendes entendido, bem me posso persuadir que de hoje em diante sereis outros, e mais humanos para os vossos servos, do que até agora fostes” (Jorge Benci (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], para. 275).

²²⁸ Ibid., discurso I.

²²⁹ Ibid., discurso II.

²³⁰ Ibid., discurso III.

²³¹ Ibid., discurso IV.

²³² O trecho relevante é este: “O pecado, pois, foi o que abriu as portas por onde entrou o cativo no mundo; porque rebelando-se o homem contra seu Criador, se rebelaram nele e contra ele os seus mesmos apetites. Destes tiveram sua origem as dissensões e guerras de um povo contra outro povo, de uma nação contra outra nação, e de um Reino contra outro Reino. E porque nas batalhas, que contra si davam as gentes, se achou que era mais humano não haver tanta efusão de sangue introduziu o direito das mesmas gentes que se perdoasse a vida aos que não resistiam, e espontaneamente se entregavam aos vencedores; ficando estes com o domínio e senhorio perpétuo sobre os vencidos, e os vencidos com perpétua sujeição e obrigação de servir os vencedores” (Ibid., para. 4).

²³³ Diz o religioso, “que acabar falando-vos como cristãos. Credes que esses servos, assim tão abatidos e desprezados, são vossos próximos e Cristãos como vós? Sim, o deveis crer.” (Ibid., para. 277).

²³⁴ “Ajudai-vos uns aos outros, os que sois próximos, e assim satisfareis à lei de Cristo. O senhor pode ajudar ao servo a levar a carga, suavizando-lhe e aliviando-lhe o jugo do cativo; logo, para satisfazerdes às leis dos Cristãos, deveis os que sois senhores, não agravar mais o peso da servidão aos escravos, senão procurar em tudo, e por todos os caminhos aliviá-lo (...)” (Ibid.).

²³⁵ Conforme lembra, “Antigamente os Cristãos da primitiva Igreja, logo que recebiam o baptismo, davam liberdade a seus servos, parecendo-lhes que com a liberdade da lei de Cristo não estavam bem o cativo. Assim o fizeram os Hermes, os Cromácios, e outros muitos, de que estão cheias as Histórias eclesiásticas” (Ibid.).

²³⁶ “Não quero persuadir com isto os senhores a que façam o mesmo aos seus escravos. Senhores, eu não pretendo que deis liberdade aos vossos servos; que quando o fizésseis, faríeis o que fizeram os

A escravidão, neste período, já se encontrava rumo ao seu apogeu de naturalização e racialização²³⁷. A primeira aparece de forma límpida na contribuição dada por outro jesuíta, Giovanni Antonio Andreoni, conhecido por Antonil (1650-1716)²³⁸. Toscano de Lucca, havia sido secretário de Vieira na Baía, onde faleceu, a quem aparentemente não agradavam as atividades de missão junto dos índios ou o conhecimento ou entendimento das suas sociedades, e que tomara partido ativo nas pretensões paulistas desde finais do século XVII²³⁹, bem como, noutras oportunidades, manifestando a sua aceitação da licitude da guerra contra os índios²⁴⁰.

Antonil, escreveu uma descrição económica do Brasil intitulada *Cultura e Opulência* (1711²⁴¹) destinada aos senhores dos engenhos²⁴² e a outros empreendedores do Brasil²⁴³ em jeito de recomendação de boa gestão. Foi, naturalmente, censurado: por motivos políticos porque poderia suscitar a indesejada cobiça das outras potências²⁴⁴; e por motivos morais e religiosos porque, além do estilo remanescente do seu famoso e odiado conterrâneo, Maquiavel, revelava traços excessivamente calvinistas de glorificação da riqueza que não caíram no gosto das autoridades eclesiásticas portuguesas.

verdadeiros Cristãos. O que pretendo de vós, é que trateis como a próximos e como a miseráveis; que lhes deis o sustento para o corpo e para a alma; que lhes deis somente aquele castigo que pede a razão; e que lhes deis o trabalho tal, que possam com ele e os não oprima. Isto só vos peço, isto só espero, e isto só que quero de vós: *Panis, et disciplina, et opus servo*" (Ibid., para. 278).

²³⁷ Não deixar de ter o seu interesse saber que o próprio Benci influenciado pelo processo não deixa de o notar no quadro dos limites da reflexão que pretendia fazer e os objetivos que pretendia atingir, ao observar que "todos os escravos, só por serem escravos, são tidos em pouco e tratados com o desprezo que acabamos de ver; mas ainda é mais vil e abatido o trato que se dá aos escravos pretos, só por serem pretos" (Ibid., para. 268).

²³⁸ Sobre Andreoni/Antonil, cf. Juarez Donizete Ambires, "Antônio Vieira e Antonil: práticas e representações na América Portuguesa", *PH*, n. 27, 2008, pp. 95-114, e Ana Palmira Casimiro, "Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni", pp. 154-157.

²³⁹ Seguir a este propósito, Juarez Donizete Ambires, "Antônio Vieira e Antonil: práticas e representações na América Portuguesa", pp. 97-102, bem como o historiador oficial da missão inaciana do Brasil, Serafim Leite (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VII, l. I, p. 102, que expressa, sem contenções nacionalistas, que o grande culpado do clima que se vivia era Andreoni, tido por mentor do grupo italiano, com o seu incentivo permanente a questúnculas estéreis.

²⁴⁰ Cf., por exemplo, João Antônio Andreoni, 'Trechos de cartas do jesuíta Pe. João Antônio Andreoni, escriptas nas Cartas Annuas de 1714-16-21', *RTIC*, t. 36, 1922, pp. 77-81, descrevendo uma ação dos "portugueses e brasileiros" contra os índios e os selvagens do Ceará.

²⁴¹ Vide André João Antônio Andreoni (Antonil), *Cultura e Opulência do Brasil [1711]*, 3. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, EDUSP, 1982.

²⁴² Seguir aqui Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, p. 134, que afirma dirigir-se aos senhores de engenho da colônia.

²⁴³ Ver igualmente Ana Palmira Casimiro, "Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni", p. 157, atribuindo a Antonil o olhar de um empresário que pretendia o sucesso da empresa colonial.

²⁴⁴ O paradoxo é notado de forma sublime pelo mesmo Juarez Donizete Ambires, "Antônio Vieira e Antonil: práticas e representações na América Portuguesa", pp. 104, que descreve o modo como as autoridades reagiram ao perigo que tal questão colocava.

Independentemente dessas vicissitudes, nos exemplares da sua análise das riquezas do Brasil que foram poupados²⁴⁵, o escravo negro dos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste aparece como um elemento natural, como tal, objeto dos seus conselhos, grosso modo, destinados a melhorar a organização e a gestão do elemento servil das plantações e, neste sentido, a humanizá-la nos limites do possível²⁴⁶, nomeadamente contendo os excessos dos feitores²⁴⁷. De resto, eram conselhos para a salvação das almas dos seus “negros”²⁴⁸ ou contra o excesso de permissividade em relação aos mulatos (e, sobretudo, mulatas)²⁴⁹ e outras considerações mais pragmáticas do que humanitárias.

²⁴⁵ Antonil chega a dizer que, numa mórbida exaltação de utilidade, “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço” (André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, liv. I, cap. IX).

²⁴⁶ Sustenta complementarmente que “amarrar e castigar com cipó até correr o sangue e meter no tronco, ou em uma corrente por meses (estando o senhor na cidade) a escrava que não quis consentir no pecado ou ao escravo que deu fielmente conta da infidelidade, violência e crueldade do feitor que para isso armou delitos fingidos, isto de nenhum modo se há de sofrer porque seria ter um lobo carniceiro e não um feitor moderado e cristão” (Ibid., liv. I, cap. V).

²⁴⁷ Diz o luccano a este respeito: “os braços de que se vale o senhor do engenho para o bom governo da gente e da fazenda, são os feitores. Porém, se cada um deles quiser ser cabeça, será o governo monstruoso e um verdadeiro retrato do cão Cérbero, a quem os poetas fabulosamente dão três cabeças. Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem. Convém que os escravos se persuadam que o feitor-mor tem muito poder para lhes mandar e para os repreender e castigar quando for necessário, porém de tal sorte que também saibam que podem recorrer ao senhor e que não de ser ouvidos como pede a justiça. Nem os outros feitores, por terem mandado, hão de crer que o seu poder não é coartado nem limitado, principalmente no que é castigar e prender. Portanto, o senhor há de declarar muito bem a autoridade que dá a cada um deles, e mais ao maior, se se excederem, há de puxar pelas rédeas com a repreensão que os excessos merecem; mas não diante dos escravos, para que outra vez se não levantem contra o feitor, e este leve o mal de ser repreendido diante deles e se não atreva a governa-los. Só bastará que por terceira pessoa se faça entender ao escravo que padeceu e a alguns outros dos mais antigos da fazenda que o senhor estranhou muito ao feitor o excesso que cometeu e que, quando se não emende, o há de despedir certamente. Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo. Repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prender os fugitivos e os que brigaram com feridas ou se embebedaram, para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor” (Ibid. liv. I, cap. IX.).

²⁴⁸ “Outros, são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador, o que hão de crer, que lei hão de guardar, como se hão de encomendar a Deus, a que vão os cristãos à igreja, porque adoram a hóstia consagrada, que vão a dizer ao padre, quando ajoelham e lhe falam aos ouvidos, se têm alma, e se ela morre, e para onde vai, quando se aparta do corpo” (Ibid.).

²⁴⁹ “Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque, com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmo senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los: antes, todos os mimos são seus. E não é fácil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos

Manuel Ribeiro da Rocha (1687?-1781), lisboeta de nascimento e baiano de adoção, foi influente jurista e prelado, cujas reflexões, para os nossos propósitos, são até as mais interessantes de todas as que envolvem os autores destacados neste ponto. Publicou uma obra em 1758 dirigida a um público vasto de intelectuais envolvidos com o projeto colonial lusitano²⁵⁰, à qual atribuiu o sugestivo título de *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*²⁵¹. Ao contrário dos italianos mencionados anteriormente, Ribeiro da Rocha fez referência aos títulos de legitimação do cativo²⁵², o que demonstra a resiliência da instituição em autores mais ligados a Portugal²⁵³ e que, assim, estavam envolvidos num meio muito mais próximo à realidade e discussões sobre a licitude do cativo dos Africanos. Neste sentido, Rocha tem bem presentes precisamente as causas utilizadas nesse debate, designadamente a aplicação de sanções criminais, a venda em casos de necessidade extrema e a guerra justa²⁵⁴, já que entendia que não obstante serem paragens onde “por falta de luz da fé não observe a Ley Evangélica, contudo observa-se o direito natural, e das gentes”²⁵⁵. Ocorrendo tais situações, por mais que disso resultasse miséria, não havia dúvidas da licitude do cativo²⁵⁶.

No entanto, e de modo espantoso para quem está a integrado no grupo de ‘letrados’ que, face à inevitabilidade da escravatura, pretendia somente minorar os seus efeitos sobre os africanos cativos, o intróito de Manuel Rocha introduz outro elemento importante: o reconhecimento de que grande parte dos escravos que vinha de África não se enquadrava em qualquer ideia de detenção justa, por culpa dos seus próprios conterrâneos (africanos) que os privavam injustamente da sua liberdade natural e os

brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas; salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme, o amor se muda em ódio e sai armado de todo o género de crueldade e rigor” (Ibid.).

²⁵⁰ Diz-nos Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, p.141, que a obra dirigia-se a um público de senhores, traficantes de escravos e religiosos.

²⁵¹ Manoel Ribeiro da Rocha, *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado. Discurso Theologico-Juridico em que se propõem o modo de commerciar, de haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem deles se servir*, Lisboa, OPFLA, 1758.

²⁵² Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, p. 143, lembra que a sua discussão insere-se dentro do paradigma dos títulos de legitimação assentes numa lógica moral-religiosa.

²⁵³ Prova disso foi a utilização de autores portugueses ou espanhóis como Rabelo ou Molina que tinham questionado a licitude dos apresamentos e resgates feitos pelos lusitanos em África nas suas discussões (v. Manoel Ribeiro da Rocha, *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado*, Parte I, para. 3, p. 3 e ss).

²⁵⁴ Ibid, Argumento e razam da obra a quem ler, s.p.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Conforme sustenta o lisboeta, “Infelicidade he, e infelicidade grande; porem é justa, porque em tais circunstâncias justos são, por direito natural, e das gentes, estes titulos, para a escravidão se contrair, (...)” (Ibid.).

vendiam aos portugueses que os traziam de África para o Brasil²⁵⁷. Neste contexto, de acordo com a interpretação de Rocha, nem as guerras eram justas, nem os crimes graves e nem as situações de extrema necessidade²⁵⁸ porque os africanos não tinham condições para travar guerras justas no verdadeiro sentido da palavra²⁵⁹, e as outras causas muito dificilmente ocorriam de tal sorte a legitimar os cativeiros. Face a tal quadro, o objetivo do texto seria de discutir, afinal, com base em que títulos jurídicos e teológicos esses “pretos” poderiam ficar nas mãos dos portugueses, propugnar pelo resgate do seu injusto cativo e expor o modo como eles deveriam comportar-se e serem tratados durante o período de privação da sua liberdade e, posteriormente, alforriados²⁶⁰.

Sem deixar de mencionar os benefícios para a alma²⁶¹ que acresciam à salvação do corpo, o facto é que o autor dá a ideia de não haver sequer grande espaço para dúvidas epistemológicas, pois entendia que quase todos os africanos eram mal cativados²⁶². E, mais, os portugueses sabiam-no muito bem, não fazendo nada para verificar o modo da sua captura. Assim, discutindo longamente Molina e Rebelo, Ribeiro da Rocha conclui que os portugueses poderiam estar a pecar mortalmente²⁶³ e não poderiam ser tomados por compradores de boa-fé²⁶⁴. Todavia, encontra uma solução simples, pois entendia que os “pretos africanos” tinham sido ilicitamente capturados pelos seus próprios compatriotas, de modo que os portugueses não tinham nada a ver com o ato originário contrário ao direito e que, na realidade, haviam

²⁵⁷ O autor fala em “(...) milhares de Pretos africanos, barbaramente cativados pelos seus próprios compatriotas, por furtos, por piratarias, por falsidades, por embustes, e por outros semelhantes modos, que a malícia daquelles infieis, instigada pelo Demónio, tem inventado, e cada dia inventa, nas suas incultas, rudes e barbaras, e inhumanas regiões da Guiné, Cafraria, e Ethiopia, (...)” (Ibid.)

²⁵⁸ Sustenta, numa outra etapa de desenvolvimento da sua obra que “(...) aquelles barbaros não só reduzem a cativo a infinitos, que apanha nas suas chamadas guerras, senão também a muitos que comettem qualquer leve culpa, e os seus consanguineos (...)” (Ibid., Parte I, para. 11, p. 9).

²⁵⁹ Chama-se a atenção para a expressão utilizada pelo autor: “suas chamadas guerras” (Ibid., s.p.).

²⁶⁰ “Resgatado da escravidão injusta, a que barbaramente o reduziram os seus mesmos nacionaes, (...), *Empenhado* no poder do seu possuidor, para o respeitar como Senhor, e lhe obedecer, e o servir como escravo, em quanto não lhe pagar, ou compensar com serviços o seu valor (...). *Sustentado* (...). *Corregido* (...). *Instruído* na doutrina da Fé (...) e nos bons costumes (...). E ultimamente *Libertado*” (Ibid.).

²⁶¹ De acordo com o autor, tal negócio seria “também positivamente pio, e catholico; em razão de que esses miseraveis gentios trazidos a terras de Christandade, recebem a Santa Fé, e o Sagrado Bautismo, com o que se livraão da infame escravidão do demónio, e pelo tempo adiante podem satisfazer, ou com os próprios serviços extinguir a causa, ou direito da retenção em que ficaão; vindo assim a livrar-se completamente da injusta, e violenta escravidão, a que barbaramente os reduzirão os seus próprios nacionaes” (Ibid., Parte II, para. 6, pp. 70-71).

²⁶² “(...) a este respeito todos os seu cativos são injustamente por semelhantes vias contrarias todas, e repugnantes ao Direito Natural (...)” (Ibid., Parte I, para. 11, p. 9).

²⁶³ “Que outro conceito se pode formar dos Comerciantes que a exercem, senão de que peccão mortalmente e andaão em estado de perpetua condemnação (...)” (Ibid., Parte I, para.13, pp. 11-12).

²⁶⁴ Ribeiro da Rocha chega a colocar a possibilidade, para descartá-la de imediato conforme os ensinamentos de Molina: “(...) salvo algum caso de ignorancia invencivel, o qual será tão raro, que quasi não será nenhum (...)” (Ibid., p. 12).

“resgatado” os escravos dos seus injustos captores, pagando por eles um preço. Destarte, os portugueses poderiam deter um direito de penhor sobre coisa alheia, o escravo, e um direito de retenção, válido até ao momento em que este, através do seu trabalho, conseguisse pagar o seu próprio valor²⁶⁵. O escravo não era deste modo detido *jure dominis* mas *jure pignoris* como ele próprio faz questão de enfatizar.

Tratava-se de uma situação transitória cujo epílogo inevitavelmente deveria levar à liberdade natural quando o comprador, que muitas vezes, na prática, carecia de boa-fé, ainda era ressarcido pelos prejuízos tidos no resgate através do trabalho escravo durante vinte anos ou pelo pagamento de quantia equivalente²⁶⁶. Na perspetiva do proponente, o seu ato, na prática, não deixava de ser humanitário, pois era salvador do cativo de um destino mais funesto ainda, fosse a escravatura perpétua, fosse a morte às mãos dos seus próprios conterrâneos africanos²⁶⁷.

Apesar de ‘antenado’ com as discussões de antanho e contextualizado em paradigmas medievais e protomodernos, Rocha não usa, nem direta, nem indiretamente, a doutrina da guerra justa como fator de legitimação jurídica da escravatura de africanos na América portuguesa. Ainda assim apresenta a privação da liberdade como um ato de humanismo, daí que, ao passo que a justificava nas bases referidas, tentava propor, mais uma vez, medidas para a tornar mais palatável, mormente em razão do carácter limitado do cativo. Fazia, assim, emergir um quadro curioso de obrigações mútuas entre senhor e escravo, designadamente: da parte dos senhores o sustento (vestuário, cuidados médicos, alimentação)²⁶⁸, a correção (que incluía curiosamente a *vexata quaestio* ligada ao castigo dos escravos, em relação ao qual o autor advoga uma postura de moderação e justiça²⁶⁹), de doutrinação na fé cristã²⁷⁰, da instrução nos bons costumes²⁷¹ e outras obrigações relacionadas com fim do período de cativação²⁷², da parte do senhor, e do escravo, o trabalho redentor.

²⁶⁵ “Assim, e do mesmo modo, os Comerciantes da Costa da Mina, Angola, e mais partes de Africa, licitamente, e sem gravame de consciencia, podem trocar pelo tabaco, e mais géneros, que alli conduzem, aquelles escravos; com tanto, que nelle negocio não fação mais que resgatallos, adquirindo nelles somente hum direito de penhor, e retenção, em quanto lhe não pagarem o que no resgate despenderão, e o premio do seu trabalho; porque isto sem duvida he commercio licito, e livre de calumnia, e dolo, e expressamente permittido em Direito (...)” (Ibid., para. 5, pp. 68-69).

²⁶⁶ Ibid., Parte II, para. 34 e ss.

²⁶⁷ Não deixa o jurista de mencionar que nos resgates “não recebem os cativos prejuizos, senão que recebem grave beneficio (...)” (Ibid., para. 21, p. 85).

²⁶⁸ Ibid., Parte IV.

²⁶⁹ Ibid., Parte V.

²⁷⁰ Ibid., Parte VI.

²⁷¹ Ibid., Parte VII.

²⁷² Ibid., Parte VIII.

Ribeiro da Rocha não era um abolicionista. Preocupou-se, é verdade, com a sorte do escravo, não de modo a questionar o próprio sistema escravocrata, mas somente as condições de tratamento que eram reservadas aos cativos e a limitar a extensão temporal da servidão. O curioso de tudo isto para a nossa discussão é que a sua legitimação do sistema a partir de um viés reformista não se amparava minimamente em qualquer causa de legitimação da servidão, cuja importância desprezava completamente, mas sim numa argumentação jurídica de justificação *ex post factum* da escravatura. Não obstante, demonstrava que aqueles que se associavam a lógicas morais pré-modernas, nomeadamente a doutrina da guerra justa, acabavam inevitavelmente por propor fórmulas mais aceitáveis de legitimação e bom tratamento do que os que se ancoravam nos emergentes propósitos economicistas e cientificistas das modernidades. No entanto, apesar desta notória exceção, a menção da guerra justa pelo lisboeta Ribeiro da Rocha não deixa de parecer extemporânea e de não representar qualquer necessidade no âmbito do debate brasileiro, sendo, no máximo, um apêndice às novas bases de legitimação da escravatura, a condição do pecado natural do africano expressa na ideia da maldição de Cam, e os argumentos economicistas introduzidos por estrangeiros.

Não é, pois, sem sentido que uma das mais curiosas críticas à escravatura no Brasil, escrita na Lisboa de finais do século XVIII por um anónimo, corrobora, a um tempo, a ideia de que esta era a teoria mais em voga, mas tentando, implicitamente, trazer à colação, quase saudosisticamente, o velho sistema de legitimação da escravatura como único idóneo. O texto, descoberto por Charles Boxer em Lisboa, foi intitulado de *Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado ou evidencias da razão, expostas a favor dos homens pretos em hum diálogo entre hum Letrado e hum Mineiro* (1764)²⁷³, e reproduz, conforme o seu título, um diálogo entre duas pessoas sobre uma promessa de alforria feita a um escravo²⁷⁴. O problema central da obra, no entanto, não parece ser este, mas sim discutir as bases da legitimidade do cativeiro dos negros e representa duas posições sobre a questão da escravatura na América portuguesa, não se podendo considerar inocente a escolha dos personagens. De um lado, um que tem experiência

²⁷³ Cf. *Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado ou evidencias da razão, expostas a favor dos homens pretos em hum diálogo entre hum Letrado e hum Mineiro*, Lisboa, OFBS, MDCCLXIV (disponível em <http://www.arlindo-correia.com/060509.html>, acesso a 4 de abril de 2011 e reproduzido no *BIBLB*, v. VIII, n. 4, 1967, pp. 627-634, para o qual remeto, ainda utilizando a versão atualizada do português que se encontra na página da rede referenciada).

²⁷⁴ Ver igualmente a apresentação crítica de Tâmis Parron, “A *Nova e Curiosa Relação* (1764): escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas”, *ABraz*, n. 8, 2008, pp. 92-107.

real do Brasil, um prático²⁷⁵, com conhecimento de terreno e convicções dogmáticamente²⁷⁶, para legitimar inexoravelmente uma situação de facto²⁷⁷, já que está interessado no negócio da ‘escravaria’. Do outro, um letrado, teórico, que, da longínqua Lisboa, permite-se avaliar, de modo neutral e académico²⁷⁸, com base em teorias jurídicas, históricas e antropológicas as convicções e práticas daqueles²⁷⁹.

Ao passo que o Mineiro, invocando toda a sua experiência no Brasil recorria à maldição de Cam²⁸⁰, que ele ouvira contar – provavelmente quereria situar o autor do diálogo, no Brasil – e tinha por certa – o Letrado, que nunca lá tinha estado – e a isto o Mineiro atribuía as respostas liberais do Letrado, por serem resultado do desconhecimento da natureza dos negros e de não ter que lidar com eles – e conhecia o que conhecia em razão do que lhe tinham contado e estudara, recusando-se a aceitar tal argumentação do ‘brasileiro’²⁸¹. Muitos ‘pretos’ poderiam ser escravos, mas isso, ao contrário do que pretendia o Mineiro²⁸², seria meramente circunstancial, não podendo

²⁷⁵ Os argumentos que vão sendo apresentados pelo Mineiro sempre carregam a legitimidade do conhecimento direto dos problemas em discussão como, por exemplo, decorre da seguinte passagem: “Min. - Quem me dera, Senhor Doutor, vê-lo lidar com cem ou duzentos negros desobedientes, aleivosos, preguiçosos, ladrões, etc. e ver como se havia de haver então com eles. Let. - Faria pior do que quantos lá estão. Mas o que cada um deve fazer, é tratar aos servos com caridade, com zelo, e amor de Deus; e o que não tem paciência para lidar com escravos, deve tomar outro modo de vida, pois primeiro está o não ofender a Deus, do que o interesse de quantas conveniências pode haver no mundo. (...) A razão em que me fundo é seguir a verdade, porque eu olho mais para a minha consciência do que para a minha conveniência, e por isso o meu costume foi sempre enganar aquelas pessoas que procuram o meu conselho” (*Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado ou evidencias da razão, expostas a favor dos homens pretos em hum diálogo entre hum Letrado e hum Mineiro*, p. 631).

²⁷⁶ “Let. – Vossa Mercê vive muito escandalizado dos pretos, contudo, porém, não há-de negar a verdade. Min. – Hei-de negar tudo. Let. – Ui, Senhor! Isso é delírio! Pois Vossa Mercê há-de negar aquilo que for razão! Min. – Sim Senhor; em sendo coisa a favor de negros, ou escravos, tudo nego” (Ibid., p. 627).

²⁷⁷ “Logo eu vi no princípio, que Vossa Mercê havia sempre sentenciar a favor do negro. Ora é possível que, sendo Vossa Mercê um homem branco, e Douto, acuda mais pelos negros do que pela gente branca? Não sei em que se funda, ou que razão tenha para tal” (Ibid., p. 634).

²⁷⁸ “Let. - Terrível condição mostra Vossa Mercê ter na verdade: mas julgo que o mau procedimento de algum seu escravo o tem ofendido de tal maneira que o obriga a desafogar nesse grande excesso; porém, espero que, deposta toda a paixão, Vossa Mercê venha a concordar comigo, se acaso entender, e se capacitar de que é verdade o que eu lhe disser” (Ibid., p. 628).

²⁷⁹ “Suposto que nunca tal vi, bastantemente estou informado das misérias que passam estes miseráveis” (Ibid., p. 631).

²⁸⁰ “Nós os brancos somos descendentes de Adão, e os negros são descendentes de Caim, que foi negro, e morreu amaldiçoado pelo mesmo Deus, como consta da Escritura. (...) É coisa, que desde rapaz sempre ouvi dizer” (Ibid., p. 628).

²⁸¹ “Certo que todos os brancos são descendentes de Adão, e também é igualmente certo que todos os racionais dele descendem, ou sejam pretos, ou pardos ou fuscus, ou vermelhos, ou verdes, ou azuis, etc. Tenha um homem a cor que tiver, é certo que é filho de Adão. Ainda, seguindo o que Vossa Mercê mesmo diz, são os pretos descendentes de Adão. Pois se os pretos descendem de Caim, e Caim foi filho de Adão, segue-se que descendem, e são também filhos de Adão. Agora que Caim fosse amaldiçoado, é de Fé; mas que ele fosse negro, e os pretos seus descendentes, é que eu tomara saber aonde Vossa Mercê achou esta notícia!” (Ibid.).

²⁸² “Min. - Seja o que for, sempre é certo que eles são pretos. Let. - E que tira Vossa Mercê daí? Min. – Tiro, que os negros não são gente como nós” (Ibid., p. 629).

ser equiparado a qualquer inumanidade intrínseca ou incapacidade natural²⁸³, até porque, quando necessário, a história mostrara serem capazes de grandes feitos, inclusivamente em benefício da Coroa Portuguesa²⁸⁴. As razões da escravatura seriam outras. Escudando-se na tentativa de convencer o seu oponente de que a escravatura não tinha nada de racial, o Anónimo sustenta de forma clara que a instituição decorreria de outros fatores humanos, ou, como diz, políticos, menos condenáveis, como costumes de guerra ou o facto de se nascer escravo²⁸⁵.

O interesse, pois, do escrito anónimo defensor dos africanos é que faz uma tentativa, provavelmente vã, de tentar ressuscitar, embora sem assumir plenamente as suas consequências, as bases tradicionais da escravatura legítima para se contrapor ao radicalismo das teorias que nos séculos XVIII e XIX tentavam naturalizar e racializar a escravatura²⁸⁶. Nem uma nem outra vingou no futuro, mas sim a alternativa que ascendeu de uma condição esotérica e profética nos séculos XVI e XVII a maioritária no século XIX, período que será tratado mais adiante neste trabalho, não porque recupera a ligação à guerra justa como base de legitimação da escravatura, até porque isto já não faria sentido, mas sim porque, entretanto, se passou a invocar argumentos humanitários para abolir a escravatura, num feliz volte face da história da humanidade.

²⁸³ A resposta do Letrado não podia ser mais clara: “Senhor, o homem mais preto de toda a África, em razão de homem, é tão homem como o Alemão mais branco de Alemanha” (Ibid.).

²⁸⁴ Diz que “Tem havido homens e mulheres pretas muito célebres nas Histórias. Da Escritura nos consta a sabedoria e grandeza da Rainha de Sabá. Um dos Magos, que em Belém adoraram ao Menino nascido, era preto. Santo Elesbão, Imperador, e Santa Ifigénia, Princesa, sua filha e ambos da Etiópia, eram pretos, preto foi São Benedito, e outros muitos, que podia nomear. Que não deve Portugal aos Pretos de suas Conquistas no Brasil! Eles foram quem lançaram os Holandeses de Pernambuco e Rio de Janeiro: e o Senhor Rei Dom Pedro II concedeu a mercê do Hábito de Cristo a um preto que naquela ocasião acertadamente guiou aos mais, não querendo aquele grande Rei que o accidental da cor privasse das honras que o merecimento próprio alcançara” (Ibid.).

²⁸⁵ Perante a questão determinante do “Min. - Pois se os pretos são tanto como nós, para que são eles nossos escravos e nós os brancos não os somos deles?”, a resposta do Letrado não é inequívoca: “Let. - Já vejo que Vossa Mercê está muito longe da razão. Senhor, os pretos não são nossos escravos porque são pretos. Também os Mouros são escravos, e mais não são pretos; os mulatos, Canarins, Chinas e outros são escravos e não são pretos. Algum dia também os Tapuias do Pará se reputavam como escravos, e mais não eram pretos. Eu já vi nesta Cidade um rapaz que teria dez anos de idade, com todas as feições da cara e figura de cabelo como se fosse preto, mas a cor do cabelo era muito loura e a do corpo sumamente branca; e o tal rapaz era escravo. Com que não é pela cor que os pretos vêm a ser cativos: há outras razões políticas, e permitidas para se reputarem como tais. Algum dia, os Romanos reputavam como escravos a todos os prisioneiros de guerra; este costume prevaleceu entre algumas Nações da Europa; hoje já este abuso está extinto. Unicamente os Mouros actualmente reputam aos Europeus que cativam, como escravos” (Ibid., p. 630).

²⁸⁶ Neste sentido não seríamos tão taxativos como Tâmis Parron, “*A Nova e Curiosa Relação* (1764): escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas”, p. 99, para quem há uma contestação e negação do título da guerra justa. É verdade que certos trechos inclinam-se para esse efeito, porém o autor, neste ponto, não parece tão inequívoco.

Não sem antes se produzir precisamente o efeito de naturalização cada vez mais radical da escravatura na transição para a primeira década do século XIX, o que se torna patente noutro importante escrito do período de autoria de José Joaquim de Azeredo Coutinho (1742-1821)²⁸⁷. Bispo de Olinda e, mais tarde, de Elvas, em finais do século XVIII inícios do século XIX, Coutinho publicou um conjunto de peças em defesa do sistema escravocrata, particularmente dos seus detratores internacionais²⁸⁸. Acorando-se particularmente numa ideia de soberania de cada país em estabelecer o Direito Positivo que mais lhe convém, mesclada com a perspetiva clássica da permissão da cativeira em guerra justa dos africanos que era aceite pelos Estados como lícita, opõem-se aos filósofos, jacobinos e anabatistas que a consideravam contrário ao Direito Natural racional. Na verdade, havia abusos é certo, mas no que se devia incidir não era no questionamento da instituição, mas sim no bom tratamento do escravo, o qual tirava partido da situação acedendo à civilização que o convívio com os senhores proporcionava. Ademais, a questão de base era de encontrar-se alternativa para uma colónia que, na sua opinião, não podia existir sem escravos²⁸⁹.

Por fim, um interessante texto de Luís António de Oliveira Mendes de 1812²⁹⁰, sem embargo das suas boas intenções, não deixa de poder ser associado a esta perspetiva teórica de se tentar encontrar alternativas aceitáveis para a condição do escravo africano no Brasil. Não deixa de marchar num sentido crítico à vetusta instituição, sem, no entanto, advogar explicitamente qualquer solução abolicionista. O autor, mais preocupado com outras questões²⁹¹, aponta para uma distante discussão sobre a guerra justa e outras causas clássicas de legitimação da escravatura²⁹². Esta era,

²⁸⁷ Sobre este polémico personagem, consultar Sérgio Buarque de Holanda, “Obras económicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)” in: *Livro dos Prefácios*, São Paulo, CdL, 1996, pp. 52-98.

²⁸⁸ Não é à toa que esta obra foi publicada em versão francesa como *Analyse sur la Justice du Commerce du Rachat des Esclaves de la Côte de Afrique*, Holborn, Baylis, 1798.

²⁸⁹ José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Analyse sobre a Justiça do Commercio de Resgates de Escravos na Costa da Guiné*, Lisboa, JRN, 1808, *passim*.

²⁹⁰ Veja-se ‘Discurso académico ao programa: determinar com todos os seus sintomas e doenças agudas, e crónicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África: examinando as causas da mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança de clima, e a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda, e fiel [1812]’ in: António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2. ed., Lisboa, Presença, 1982, Anexos, doc. 11.

²⁹¹ Efetivamente, o autor do ‘Discurso’ está muito mais preocupado com as doenças dos escravos africanos e a forma de as evitar, debelar ou controlar (Ibid., caps. IV e ss).

²⁹² Limitando-se a dizer que “quando um Reino faz guerra a outro Reino, e vem a ser vencedor, tendo o direito de matar os vencidos, trocam estes seus direitos nos da escravidão, podendo-os por isso mesmo permutar. Eis aqui no centro do gentilismo mais bem desempenhados os direitos da guerra” (Ibid., cap. II, p. 377).

longinquamente, a base bélica da escravidão dos ‘pretos d’África’ como chama-os. Porém, nesta não se limitava integralmente à reflexão de Mendes sobre as mazelas desses cativos que ‘arribavam’ ao Brasil. Ao tentar reconstruir o seu percurso antes da travessia atlântica dá-nos conta de várias situações tortuosas ou duvidosas de cativeiro²⁹³ e de uma trajetória de abusos que, começando em África²⁹⁴, subsistiam praticamente até ao fim da vida do escravo num crescendo de horror e desumanidades que se desloca até Vera-Cruz²⁹⁵, através do Atlântico²⁹⁶. Com isso, demonstrava que, sem embargo de ter de aceitar um *fait*, não estava com eles de acordo ou, no mínimo, mantinha escrúpulos sobre essa atividade, algo que resulta da sua aproximação pessoal ao escravo, a quem chama diversas vezes de “meu semelhante”²⁹⁷, e a sua rejeição do escravocrata, tratado como tirano ou até como um *hostis humanis generis*²⁹⁸. Sem embargo, parte do real para abordar o que lhe interessa: a condição sanitária dos africanos diaspORIZADOS no Brasil contra a sua vontade.

12.4.3. As Cartas Régias de D. João VI

Assim, quando D. João VI, recém-chegado ao Brasil²⁹⁹, fez uso da figura da guerra justa, não estava a importar um modismo europeu do momento, mas a continuar uma tradição bem consolidada na América Portuguesa³⁰⁰, que, aliás, já resvalava para o

²⁹³ Ibid., cap. II, pp. 376-378.

²⁹⁴ Como diz “Reduzido o homem preto livre à escravidão na África, ou porque a ela assim foi julgado, ou por efeitos da piratagem, e de aleivosia, como fica dito, é o indivíduo da espécie humana o mais infeliz, que se pode considerar; porque desde logo é lançado a ferros, aonde só come o que os primeiros inimigos da humanidade e tiranos lhe querem dar” (Ibid., cap. III, p. 378).

²⁹⁵ Mendes destaca sobre esta que etapa que “aportando pois anualmente e quase diariamente um sem número de pretos escravos transportados de toda a costa de África ao Brasil, parece que resfolegando a humanidade oprimida, seria um dia de triunfo, de glória, e de prazer para a mesma humanidade, que escapando, e salvando tantos perigos, entrava no Cristianismo, no centro, e na unidade da Igreja; porém assim não sucede, porque não sei se diga, que o remanescente de seus dias é mais infeliz, e mais desgraçado” (Ibid., pp. 385-386).

²⁹⁶ Ibid., pp. 382-385.

²⁹⁷ Ver o seguinte trecho: “Eu vi correr pelo chão o sangue dos meus semelhantes” (Ibid., Cap. III, p. 389).

²⁹⁸ O excerto já citado no qual diz que ele “(...) só come o que os primeiros inimigos da humanidade e tiranos lhe querem dar” (Ibid., cap. III, p. 378) é exemplificativo.

²⁹⁹ Cf., no geral, Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil, 1808-1821*, 2. ed., São Paulo, JO, 1945 [orig. 1907], 3 v.; Rui de Figueiredo Marcos, *Rostos Legislativos de D. João VI no Brasil*, Coimbra, Almedina, 2008; e também o coevo José da Silva Lisboa, *Memoria dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, 2. ed., Rio de Janeiro, AN, 1940 [orig. 1818]; é importante o contexto apresentado por Jurandir Malerba, *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às Vésperas da independência (1808 a 1821)*, São Paulo, CdL, 2000.

³⁰⁰ Veja-se, neste sentido, Hal Langfur, “Uncertain Refugee: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil”, *HAHR*, v. 82, n. 2, 2002, pp. 215-256.

anacronismo naquele período no velho continente³⁰¹. A Carta Régia que assinou a 13 de abril de 1808³⁰² para fazer face à resistência dos índios botocudos³⁰³ é um dos exemplos mais consistentes de invocação da guerra justa humanitária na experiência lusófona³⁰⁴. O monarca, na sua qualidade de autoridade legítima para ordenar a guerra justa³⁰⁵, após seguir os procedimentos necessários³⁰⁶, identificou claramente as bases do

³⁰¹ Esta assaz curiosa manutenção do conceito de guerra justa em Portugal, poderá ter alguma coisa a ver com o que Carl Erdmann, *A ideia da cruzada em Portugal*, p. 58, sustentou sobre o percurso da ideia da cruzada em Portugal, chegando tarde, mas perdurando após definhar em outras paragens.

³⁰² Cf. ‘Carta Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos [13 de Maio de 1808]’ in: *LI-XIX*, pp. 57-60; ‘Carta Régia do Rei João VI de 13 de Maio de 1808, que mandava fazer a guerra aos índios botocudos’ (*A RJVPR*, v. 2, n. 18, 2000, proporciona ao interessado uma versão eletrónica acessível na rede: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/Revista18.htm).

³⁰³ O contexto concreto desse ato é discutido em Maria Hilda Paraíso, “Os botocudos e sua trajetória histórica” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, pp. 413-430, e Hal Langfur, “Uncertain Refugee: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil”, pp. 215-156, e id., “The Return of the *Bandeira*: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808”, pp. 429-461, Marcia Amantino, “A guerra justa e a escravidão indígena nas Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX”, pp. 189-206 e Maria Leônia Chaves de Resende & Hal Langfur, “Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas d’ El Rei”, *RTemp*, v. 12, n. 23, 2007, pp. 5-22; comentários foram feitos por Manuela Carneiro da Cunha, “Política Indigenista no Século XIX” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil, passim*, pp. 136-137, e Patrícia Melo Sampaio, “Política indigenista no Brasil Imperial” in: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2009, pp. 175-206. Pode-se consultar igualmente Vânia Lousada Moreira, “1808: a guerra contra os botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira”, *Conferência “Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica”*, ICS, 4-6 dezembro de 2008 (texto não publicado disponível em linha na página da Rede <http://www.euronapoleon.com/sesoes/indios-escravos-e-politica-racial>, acesso a 10 de maio de 2010), e Fernanda Sposito, “As guerras justas na crise do Antigo Regime português. Análise da política indigenista de D. João VI”, *RH*, n. 161, 2009, pp. 85-112; Haruf Espíndola, “Território e geopolítica das Minas Gerais no Século XIX”, *CEL*, v. 11, n. 16, 2009, pp. 71-88.

³⁰⁴ Neste assunto em particular não seguimos a linha adotada em parte do artigo de Manuela Carneiro da Cunha, “Política Indigenista no Século XIX”, pp. 136-137, para quem D. João VI revelava, ao contrário da tradição de apresentar como defensiva e em benefícios dos nativos, uma franqueza total em relação ao combate aos índios, ao ponto de não tentar justificá-las. O comentário, aliás, contrasta com a identificação da utilização da categoria de guerra justa nas leis joaninas de 1808.

³⁰⁵ Não é, pois, desprovido de sentido o departamento que o Rei refere como o responsável pela questão, ou seja, a “Secretaria de Estado de Guerra e Negócios Estrangeiros” (‘Carta Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos [13 de maio de 1808], p. 59); sobre esta relação análoga a uma relação internacional, cf. igualmente Hal Langfur, “Uncertain Refugee: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil”, p. 219 e ss, com a sua discussão sobre a criação de uma fronteira colonial.

³⁰⁶ No cumprimento rigoroso da teoria da guerra justa, a carta régia de D. João sublinha o requisito dela somente estar sendo lançada como uma medida de último recurso quando todas as tentativas de resolução pacífica e de harmonia com a nação em questão haviam fracassado: “(...) tendo-se verificado na Minha Real Presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilização, e o reduzillos a Aldear-se, e a gozarem dos bens permanentes de huma Sociedade Pacifica, e doce debaixo das justas, e humanas Leis, que regem os meus povos; e até havendo-se demonstrado, quão pouco util era o sistema de Guerra defensivo que contra elles Tenho mandado seguir, visto que os Pontos de defeza em huma tão grande, e extensa linha não podiam bastar a cobrir o Paiz: sou servido por estes e outros justos motivos, que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com elles Tinha Mandado praticar” (‘Carta Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos [13 de maio de 1808]’, p. 62).

empreendimento militar que ordenava³⁰⁷: a perturbação da ordem pública, a rutura das relações económicas normais e a antropofagia³⁰⁸. Permitia que, após a guerra, os indómitos índios fossem detidos pelos comandantes³⁰⁹, segundo o diploma, para o seu próprio bem³¹⁰. Ao permitir a redução, ainda que temporária, dos índios à servidão como forma de punição e como instrumento pedagógico de reabilitação, D. João estava a inverter anos de políticas de proibição eclesiástica e secular de escravatura indígena, aplicando, sob uma roupagem moderna (a do prisioneiro de guerra), a vetusta consequência da guerra justa punitiva, pelo menos com carácter de exceção à lei geral³¹¹.

Este documento e as suas medidas instituíram-se em padrão a utilizar noutras ocasiões³¹², adaptando a contextos concretos³¹³, mas sempre tendo na sua base

³⁰⁷ De acordo com a instrução, “desde o momento, em que receberdes esta Minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes Indios Antropophagos huma Guerra Offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas, e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas Habitações, e de os capacitar da superioridade das minhas Reaes Armas” (Ibid).

³⁰⁸ O trecho conheceu a seguinte forma “Sendo-Me presentes as graves queixas que da Capitania de Minas Geraes tem subido á minha Real Presença sobre as invasões, que diariamente estão praticando os Indios Botocudos, Antropophagos em diversas, e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce, e rios, que no mesmo desagoão, e onde não só devastão todas as Fazendas sitas naquellas visinhanças, e tem até forçado muitos Proprietarios a abandonallas com grave prejuizo seu, e da minha Real Coroa, mas passam a praticar as mais horriveis e atrozes scenas da [ilegível] barbara Antropophagia, ora assassinando os Portuguezes, e os Indios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos, e comendo os seus tristes restos” (Ibid., p. 57).

³⁰⁹ De acordo com a Carta, “logo que contra elles se prove omissão, ou descuido: Que sejam considerados como prisioneiros de Guerra todos os Indios Botocudos, que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo elle empregallos em seu serviço particular durante esse tempo, e conservallos com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e Antropophagia” (Ibid., pp. 58-59).

³¹⁰ Num estilo peculiar, aponta a missiva de D. João, pois estes “movidos do justo terror das mesmas, peção a paz e sugeitando-se ao doce jugo das Leis, e promettendo viver em Sociedade, possam vir a ser Vassallos uteis, como já o são as immensas Variedades de Indios, que nestes meus vastos Estados do Brazil se achão Aldeados, e gozam da felicidade, que é consequencia necessaria do Estado Social” (Ibid., p. 57).

³¹¹ Neste ponto estamos essencialmente de acordo com Manuela Carneiro da Cunha, “Política Indigenista no Século XIX”, p. 142, especialista que salienta a ligação entre a guerra justa e as terras consideradas devolutas pela Coroa e o arcaísmo dos conceitos usados por D. João VI e o corte com a evolução do período pomбалino.

³¹² Pouco tempo depois, a 5 de novembro de 1808, o Rei aprovava outra Carta Régia com o mesmo teor dirigida aos índios bugres que viviam próximos de “Coritiba” e Guarapuava e infestavam essas terras com o seu barbarismo e violência (‘Carta Régia sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava [5 de novembro de 1808]’ in: *LI-XIX*, pp. 62-64, e na *Collecção das Leis do Brazil de 1808*, Rio de Janeiro, IN, 1891, pp. 156-159, ou ainda, em reprodução digital em *RJVPR*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm.), e, no mesmo espaço, um ano depois, ‘Carta Régia – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os indios barbaros que infestam aquelle territorio [1 de abril de 1809]’ in: Ibid., pp. 69-72.

³¹³ Por exemplo, a grande diferença em relação à Carta Régia anteriormente analisada é que esta não faz referência a uma das principais bases materiais da guerra justa, a prática da antropofagia, talvez pela sua incidência diferente nos índios bugres (Xokleng).

fundamentos civilizatórios³¹⁴ associados a argumentos de base económica³¹⁵. Autorizava-se a cativação dos “prisioneiros de guerra”, por quem os conseguisse capturar³¹⁶, dos índios que não aceitassem o aldeamento³¹⁷ e o abandono das suas terras³¹⁸. Essa possibilidade somente foi revogada, já depois da Independência, em 1830, por via de um conjunto de atos do poder legislativo brasileiro, quando se aboliu o trabalho compulsório dos índios independentemente da nomenclatura jurídica utilizada³¹⁹, e ainda que fossem mantidos sob tutela do Estado³²⁰. Se a questão da

³¹⁴ Como se diz na Carta Régia, “fazendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das faculdades moraes do espirito, muito superiores às physicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos” (‘Carta Régia sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava [5 de novembro de 1808]’, p. 62).

³¹⁵ “(...) Constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptíveis não só da cultura de trigos, cevadas, milhos e de todas as plantas cereais e de pastos para os gados, mas de linhos canhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além de que se acham no mesmo territorio terras nitrogenas e muitas minas de metaes preciosos e de outros não menos interessantes (...)” (Ibid.).

³¹⁶ “(...) todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum desses Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os aos serviços que mais lhes convier (...)” (Ibid., p. 63).

³¹⁷ Aparentemente, esta possibilidade encontrava-se prevista como alternativa, cabendo, em último caso, a escolha ao próprio índio depois de terem sido devidamente informados pelos destinatários da Carta Régia! É o que se depreende do seguinte trecho: “Tendo vós porém todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldear e viver debaixo do suave jugo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados cidadãos livres e vasallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade (...)” (Ibid.).

³¹⁸ Como dizem alguns a prioridade provavelmente já não era assegurar o trabalho índio, mas explorar agrícola e mineralmente as suas terras ou promover outro interesse público, nomeadamente a facilitação dos transportes e, por estas vias, do progresso (Manuela Carneiro da Cunha, “Política Indigenista no Século XIX”, pp. 133-154).

³¹⁹ Ver ‘Resolução do Senado – Abolição da Escravidão dos Indios Selvagens Prisioneiros de Guerra [3 de novembro de 1830]’ in: *LI-XIX*, pp. 134-135, especialmente “art. 2º, “Os índios, actualmente prisioneiros de guerra, serão declarados livres, sem que haja necessidade de terminarem os quinze anos de escravidão” (Ibid., p. 135). Com base nesse diploma “A regência, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súbditos do Imperio, que a Assembleia Geral Legislativa Decretou e Ela sancionou a Lei seguinte: Art.1º - Fica revogada a Carta Régia, de 5/11/1808, na parte que mandou declarar a guerra aos Indios Bugres da Província de São Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores, que os apreendessem. Art. 2º - Ficam também revogadas as Cartas Régias de 13/05 e 2/12/1808, na parte em que autorizam, na Província de Minas Gerais, a mesma guerra servidão dos índios prisioneiros. Art. 3º - Os índios todos, até aqui em servidão, serão dela desonerados” (‘Lei – Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios [27 de outubro de 1831]’ in: Ibid., p. 137). Para comentários, Fernanda Sposito, “Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831”, *ABraz*, n. 1, 2011, pp. 52-65.

³²⁰ Cf., por todos, Antonio Carlos de Souza Lima, *Um grande cerco da paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1995.

escravatura indígena ficou juridicamente resolvida de vez, não foi o caso da guerra contra os índios, que continuou a ser feita particularmente quando as competências para lançar campanhas de pacificação deixarem de ser detidas com exclusividade pela União³²¹ e passaram a ser exercidas de forma concorrente pelas províncias³²² no quadro das reformas autonómicas ou semifederais introduzidas³²³. As que se encontravam localizadas em zonas de fronteira³²⁴, como Goiás³²⁵ ou Mato Grosso³²⁶, ou as estacionadas em áreas de expansão de regiões mais centrais como o Paraná³²⁷,

³²¹ A União, no geral, advogava contra os interesses regionais meios pacíficos nas relações com os índios (v. '[Lei] nº 242 – Império – Prohibe os meios violentos contra os índios [18 de outubro de 1825]' in: *LI-XIX*, p. 125, “manda pela Secretaria de Estados dos Negócios do Império recommendar ao sobredito ao sobredito Presidente [da Província do Espírito Santo] que empregue as maiores diligências, afim de que os fazendeiros se hajam com toda a moderação e prudencia para com os ditos índios, facilitando-lhes os auxílios que uma boa hospitalidade exige, abstendo-se de quaesquer actos de barbaridade e vingança, e promovendo por todos os meios possiveis de brandura a affabililidade a sua total civilização, de que resulta o maior proveito a este Imperio”).

³²² Ver ‘Ato adicional de 12 de Agosto de 1834’ in: José Reinaldo de Lima Lopes; Rafael Rabelo Queiroz & Thiago dos Santos Acca (org.), *Curso de História do Direito*, São Paulo, Método, 2006, pp. 452-457, previa no parágrafo 5º do seu artigo 11º que “também compete às Assembleias Legislativas Provinciais promover, cumulativamente com a assembleia e o governo geral, a organização da estatística da provincia, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento das colônias” (p. 454), e, para comentários, Manuela Carneiro da Cunha, “Política Indigenista no Século XIX”, pp. 137-138, que chama a atenção para o facto de ter havido esta alteração constitucional em matéria de poderes legislativos no tocante à catequese e civilização dos indígenas no quadro da descentralização e regionalização do Brasil.

³²³ Veja-se, para o enquadramento político, Miriam Dolhnikoff, “A regionalização do jogo político. Elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”, *NE-CEBRAP*, n. 70, 2004, pp. 33-49, trabalho em versão expandida em id., *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*, São Paulo, Globo, 2005, e para as questões jurídico-políticas, Paulo Bonavides & Paes de Andrade, *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, PeT, 1991, pp. 115-116, Luís Roberto Barroso, *Direito Constitucional Brasileiro: o Problema da Federação*, Rio de Janeiro, Forense, 1992, cap. III. É também importante a leitura de Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, E34, 2004.

³²⁴ Ver também John Hemming, “Indians and the frontier” in: Leslie Bethel (ed.), *Colonial Brasil*, pp. 145-189.

³²⁵ ‘Lei Provincial n. 25 – Província de Goyaz – O Presidente da Província fica authorisado para organizar huma força de cem até duzentos Cidadãos armados, afim de explorar o Territorio habitado pelo indigena Canoeiro [31 de Julho de 1835]’ in: *LI-XIX*, pp. 161-163; para aprofundar alguns aspectos, cf. Mary Karash, “Catequese e cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1899” in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, pp. 397-412.

³²⁶ Cf. ‘Aviso nº 40 – Ministério do Império – Reprova as hostilidades empregadas pelo Presidente da Provincia do Matto Grosso contra os Indios selvagens, e recommenda-lhe a abstenção desse meio como contrario a catechese, e civilização dos mesmos Indios [15 de junho de 1850]’ in: *LI-XIX*, pp. 209-210, que cortava verbas destinadas à catequese dos índios, por estarem a “(...) ser distrahiados do seu primitivo destino, para outro tão diverso qual o de hostilizar os mesmo Índios o que longe de concorrer para os civilisar, e catechisar, tende demais em mais a afugenta-los da sociedade, e a extingui-los, o que muito contraria as philanthropicas, e paternas intencões do Mesmo Augusto Senhor (...)” (p. 210).

³²⁷ Cf. por exemplo Lúcio Tadeu Mota, “A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi”, *RHR*, v. 2, n. 1, 1997, pp. 187-207, id. & Éder da Silva Nowak, *Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí-PR. História e Relações Interculturais*, Maringá, Eduem, 2008, cap. 2, David Carneiro, *O Paraná na História Militar do Brasil*, Curitiba, TdE, 1995, e, ainda, João Borba de Camargo, *História do Paraná (1500-1889)*, Maringá, PR, Bertoni, 2004.

São Paulo³²⁸ ou o Rio Grande do Sul³²⁹, utilizaram esses poderes para ‘pacificar’ os ‘selvícolas’ sem pejo nenhum³³⁰.

12.4.4. O debate político-jurídico: José Bonifácio vs. Adolfo Varnhagen

As forças intelectuais que participam do debate novecentista dividiram-se sobretudo entre os advogados da persuasão e os defensores da utilização de meios bélicos para civilizar os índios, que, no fundo, representavam a linha adotada pelo Império do Brasil³³¹ e pelas províncias, respetivamente. O jurista, político e investigador José Bonifácio Andrada e Silva (1763-1838)³³², autor das bases de uma política abrangente para os índios do Brasil intitulada *Apontamento para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* de 1823³³³, foi o maior representante da primeira corrente. Sustentou que a civilização dos índios decorreria da persuasão e da educação³³⁴ e os meios bélicos, não obstante passíveis de utilização em certos casos³³⁵, seriam meramente residuais, um instrumento de auxílio a esses projetos³³⁶.

³²⁸ ‘Portaria – Approvando providencias no aldeamento de Atalais em São Paulo por ocasião da aggressão commetida pelos Índios Cayerés contra os Camés e Votorons [26 de agosto de 1825]’ in: *LI-XIX*, pp. 123. Cf. Fernanda Sposito, *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1882-1845)*, São Paulo, Alameda, 2012, e, para o período anterior, Heloísa Liberalli Belloto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, 2. ed., São Paulo, Alameda, 2007.

³²⁹ ‘Lei Provincial nº 274 – Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Autorisa o Presidente da Província a promover a catequese, civilização, e aldeamento dos indígenas por meio dos padres missionarios auxiliados de força armada [19 de novembro 1853]’ in: *LI-XIX*, pp. 218-220, que, no seu artigo 1º estipulava que “O Presidente da Província é autorizado a promover a catequese, civilização e aldeamento por meio de padres missionarios de força armada”.

³³⁰ É de notar que o Código Civil Brasileiro de 1916 ainda mantinha a expressão num quadro em que a população indígena não integrada era considerada como relativamente incapazes (‘Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil’ in: *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1916*, Rio de Janeiro, IN, 1917, art. 6 (IV).

³³¹ Faz-se alguma discussão de interesse em David Treece, *Exiles, Allies, Rebels. Brazil’s Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State*, Westport, Conn, GP, 2000.

³³² Veja-se José Bonifácio, *o Patriarca. Sua Vida e sua Obra*, Santos, s.n., 1968; *Estudos Vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*, Santos, s.n., 1968; Alex Varela; Maria Margaret Lopes & Maria Rachel da Fonseca, “Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1790-1819)”, *AMP*, v. 13, n. 1, 2005, pp. 207-294 (tratando essencialmente da dimensão científica do nosso autor).

³³³ Vide o texto em José Bonifácio de Andrada e Silva, ‘Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil [1823]’ in: *LI-XIX*, pp. 347-360, e um contexto e apresentação em Vânia Lousada Moreira, “De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)”, *Topoi*, v.1 1, n. 21, 2010, pp. 127-142.

³³⁴ Numa das suas várias incursões histórico-antropológicas-filosóficas, Andrada e Silva sustenta: “(...) o homem primitivo nem he bom, nem he máo naturalmente, he um mero automato, cujas molas podem ser postas em acção pelo exemplo, educação e beneficios. Si Catão nascêra entre os Satrapos dapersia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos. Newton se nascêra entre os Guarani seria mais um humilde bipede, que pezara sobre a superficie da terra; mas um Guarani criado por Newton talvez que occupasse o seu lugar. Quem ler um diálogo que traz Lery na sua viagem ao Brazil entre hum Francez e hum velho Carijó, conhecerá que não falta aos Índios bravos o lume natural da razão” (José Bonifácio de Andrada e Silva, ‘Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil [1823]’, p.

Por sua vez, escrevendo num período cada vez maior pela racialização das relações sociais, da ciência e da engenharia social³³⁷, o conhecido historiador brasileiro Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878)³³⁸, Visconde de Porto Seguro, apresentou a defesa mais enfática da segunda linha³³⁹, enfatizando que, ao contrário do que aqueles que chama de “pseudo-philantrópicos” advogavam, a única forma de civilizar ‘antropófagos’, ‘pecadores’, ‘viciosos’, ‘vingativos’, ‘despóticos’, que faziam sacrifícios rituais e tinham uma vida pobre e miserável³⁴⁰, era através da utilização da

350); ver igualmente Vânia Lousada Moreira, “De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)”, p. 128 e ss.

³³⁵ Numa demonstração evidente do apego de Bonifácio aos métodos do primeiro período da colonização brasileira em relação aos índios representado pelos jesuítas e pelo Governador Geral Mem de Sá, apresenta como quarto ponto do seu plano, o seguinte: “*procurar com dadas e admoestações fazer as pazes com os Índios inimigos, debaixo das condições seguintes, quaes as que o Governador Mem de Sá estabeleceu em 1558, 1º que não comão carne humana, nem mutilem os inimigos mortos: 2º Que não façam guerra aos outros Índios sem o consentimento do Governo Brasileiro (...)*” (José Bonifácio de Andrada e Silva, ‘Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil [1823]’, pp. 352-353).

³³⁶ O plano prevê que se ordene “entradas contínuas de Bandeiras, que explorem os mattos e Campos, pacifiquem as nações nossas inimigas e continuamente tragão índios bravos para as nossas Povoações” (Ibid., p. 360). Veja-se em conjunto os paras. 12º (“As Bandeiras que devem sahir a buscar Índios bravos dos mattos e campos para serem aldeados, serão de homens escolhidos e honrados, que levem na sua companhias como Linguas, Índios mansos, e hum Missionario para os persuadir e catequizar com presentes, promessas e bom modo (...)”) e 14º (“Cumpre excitar-lhes a curiosidade, e dar-lhes altas ideias do nosso poder, sabedoria e riqueza, será conveniente que o Missionario leve huma machina electrica com os appparelhos precizos, para na sua presença fazer as experiencias mais curiosas e bellas de electricidade, e igualmente phosphoros e gaz inflamavel para o mesmo fim” (Ibid., p. 354)).

³³⁷ Ver a propósito, Lília Moritz Schwarcz, *O Espectáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil – 1870-1930*, São Paulo, CdL, 1993, que trata do papel de Varnhagen (pp. 107-108) e de outros intelectuais e instituições nesse processo.

³³⁸ No geral sobre o historiador brasileiro, recomenda-se a leitura de Temístocles César, “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”, *Topoi*, v. 8, n. 15, 2007, pp. 159-207, Nilo Odália, “Introdução” in: *Varhagen: História*, id. (org.), São Paulo, Ática, 1979, pp. 7-31, bem ainda como Arno Wehling, *Estado, História e Memória. Varnhagen e a Construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, NF, 1999.

³³⁹ Francisco Adolpho de Varnhagen, “Discurso Preliminar. Os Índios perante a Nacionalidade Brasileira” in: *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, EHL, 1857, v. II, pp. xv-xxviii, ideias cuja origem o autor fixa em 1852, data de palestras proferidas na Academia de História de Madrid (p. xv, nota 1). Na obra publicada um pouco mais tarde travando ácida polémica com o Maranhense José Lisboa, fica-se a saber, por meio da retrospectiva que faz, que as suas reflexões sobre os índios remontavam a inícios dos anos 40 do mesmo século (cf. Francisco Adolpho Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timón 3*, Lima, ILib, 1867, II Parte, p. 36 e ss).

³⁴⁰ Aponta o Visconde, que “Mantinhm a anthropophagia: desfiguravam-se horriavelmente, esburacando a cara: andavam geralmente nús; experimentavam toda a sorte de privações, passando até por vezes fomes, por excesso de imprevidencia; não castigavam vicios, nem premiavam virtudes; ou antes não reconheciam estas nem áquelles. Tratavam as mulheres como escravas: e eram viciosos *contra naturam*. Suas povoações consistiam em uns poucos de grandes ranchos ou casarões, em que viviam aquartelados, todos juntos, sem que houvesse repartimentos interiores: não usavam de nenhum metal. Empreendiam a guerra por vingança ou por satisfazer outros instinctos, ou os appetites do chefe e senhor despotico, que era o que a si se proclamava tal, por mais valentão, em quanto outro, com alguma sequella, não lhe disputava o lugar, perpetuando a guerra civil. Os prisioneiros eram sacrificados em meio de dansas e bachanaes” (Francisco Adolpho de Varnhagen, “Discurso Preliminar. Os Índios perante a Nacionalidade Brasileira” in: *História Geral do Brasil*, v. II, pp. xvi-xvii).

força³⁴¹ e da sua submissão a um sistema individual de clientela, instituição que ele recupera da História de Roma, um modo próprio para auxiliar indivíduos menores, apontada como uma não tão injustificada, mas quiçá pouco humanitária, tutela³⁴². Num caso ou no outro, a verdade é que a utilização da coação não é enquadrada num quadro internacional relevante para a teoria da guerra. Antes, tendo em conta o período e a invocação de soberania do Estado brasileiro sobre todos esses territórios, era questão meramente interna em que as operações contra os índios teriam uma natureza policial e de ações destinadas à manutenção da ordem pública.

Síntese final

A experiência ultramarina ibérica propiciou notáveis desenvolvimentos no concernente ao desenvolvimento da guerra justa humanitária. Num movimento que naturalmente tem um forte elo com a tradição medieval, continuou-se, neste sentido, a apresentação de guerras como meios legítimos para garantir a propagação do evangelho nos casos de impedimento, pelas circunstâncias particulares de um desconhecido ‘novo mundo’. Desenvolveu-se para dar respostas a novos desafios, particularmente o derivado da definição das respostas mais adequadas reservada à antropofagia e aos sacrifícios rituais que algumas das nações indígenas realizavam e tinham como parte da sua cultura, contribuindo para a ideia de que seria legítima a guerra lançada já não para punir e salvar, uma fórmula cujas origens remontam ao período medieval, mas particularmente para a proteção dos inocentes.

³⁴¹ “Não hesitamos em asseverar que sem o emprego da força não era, nem é possível reduzir os selvagens; assim como não poderia haver sociedade sem castigos para os delinquentes” (Ibid., p. xix), o que levou uma interpretação recente a destacar que a guerra era instrumento legítimo de civilização dos bárbaros (Laura Nogueira, *Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros no pensamento de Francisco Adolfo Varnhagen*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, DH-UFGM, 2000, p. 138), arrematando que para o historiador a conquista era por si só justa, pois realizava um desígnio divino para civilizar os selvagens, cujo estado degradado ele apresenta como pressuposto de justificação das suas teses. (Ibid., p. 148).

³⁴² Varnhagen conclui que “(...) até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem á condição em que se acham os nossos Africanos, viviriam nellas mais tranquillos e mais livres do que vivem, sempre horrorisados na sua medonha liberdade dos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus visinhos. Sim: ajudamos, em quanto é tempo, a esses infelizes, que se estão exterminando e devorando mutuamente, e que todos são nossos parentes por Adão: procuremos-lhes o bem, apesar delles, que não sabem o que fazem. Esqueçamos que são índios, e lembremo-nos que são homens como nós;—que alias não deixaríamos, em caso de necessidade, de pegarmos em armas contra quaesquer Europeos ou quaesquer mocambos, só porque nos acudissem escrúpulos de parentesco. E depois de os sujeitar e avassallar, não os soltemos outra vez parairem para os matos com maior rancor, nem os aldeemos junto dos mesmos matos segregados da civilisação. Pelo contrario: ponhamol-os com ella no mais immediato contacto, distribuindo-os, v. gr. como clientes, pelas casas dos cidadãos honestos das grandes povoações” (Francisco Adolpho de Varnhagen, “Discurso Preliminar. Os Índios perante a Nacionalidade Brasileira”, pp. xxi-xxi).

Se a participação de espanhóis, particularmente o dominicano Francisco de Vitória, nesse processo já era conhecido e ressaltado, os desenvolvimentos paralelos nas zonas de expansão lusitana, em regra, não são conhecidos. Não deixa de ser verdade que, na maior parte das vezes, não há verdadeira inovação e que predominam exemplos práticos de invocação muito mais do que teorias existentes, mas isso não desmerece a importância das diversas instâncias em que a guerra foi feita com base em critérios de legitimação associados à punição de pecados, à salvação da alma, à defesa do direito de pregação e da proteção dos inocentes.

O grande problema é que esses desenvolvimentos foram integrados e perderam-se muitas vezes em projetos coloniais, dos quais não deixaram de fazer parte, numa espécie de justificação superestrutural de uma realidade crua de dominação e destruição. No caso concreto do espaço ultramarino com alguns efeitos negativos, nomeadamente o desaparecimento cultural e até físico de um número considerável de nações. A razão de fundo prendeu-se com o carácter unilateral das invocações unilaterais, baseadas num Direito das Gentes estabelecido pelas forças invasoras, ainda que apresentadas em tons nitidamente universais, que gerou discussões de grande interesse por académicos na Europa, especialmente na Península Ibérica, e por líderes religiosos, políticos e económicos das colónias, que, escudados nesses desenvolvimentos, mas com a vantagem do conhecimento do local, deram igualmente um notável contributo para o debate.

Ideias similares vão desenvolver-se na Europa a partir do século XV, encontrando, muitas vezes, nos escolásticos espanhóis a fonte de inspiração³⁴³ e nas guerras religiosas que grassam na Europa no período as condições que permitem inicialmente a defesa da guerra justa para proteger os oprimidos, ou seja, maioritariamente daqueles que professavam a verdadeira fé, mas em alguns casos também de defesa de pessoas oprimidas independentemente da sua religião.

³⁴³ Veja-se esta ligação em David Kennedy, “Primitive Legal Scholarship”, *HILJ*, v. 27, n. 1, 1989, pp. 1-98.

PARTE QUARTA

DA GUERRA JUSTA EM FAVOR DOS OPRIMIDOS, DO PERÍODO MODERNO ÀS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS PRÓ-CRISTÃS (SÉCULOS XVI A XX)

O desenvolvimento ultramarino das guerras justas foi marcado pela ideia da salvação das almas dos infiéis através da sua conversão, da punição por violações ao Direito Natural e da proteção dos seus corpos de sacrifícios rituais e da antropofagia¹. Ao mesmo tempo, a religião ocupou um lugar igualmente central nos desenvolvimentos que ocorreram no continente europeu a partir do Século XVI, porém, desta feita, a um nível mais dialógico e simétrico entre antagonistas que se apresentavam como representantes da verdadeira fé e advogados de intervenções para proteger os seus correligionários oprimidos noutras nações². Esta base, ainda unilateral e particularista, levou à defesa da possibilidade de usar a força para proteger um indivíduo oprimido por motivos de religião³, propiciando o surgimento de noções mais abstratas de intervenção humanitária unilateral somente no fim do Século XIX e ainda assim sem se libertar do paradoxo imperial, antes dele dependendo. Antes disso, porém, no Renascimento, como bom período de transição, ainda se manteve discussão sobre as guerras contra os infiéis, particularmente em função da ameaça otomana, num quadro de formulações distintas sobre a ordem internacional, de acordo com as quais tendências antibelicistas confrontaram-se com a tradição medieval da guerra justa e com concepções que transformavam a guerra em instrumento legítimo da política externa das unidades estatais.

¹ Apesar da diferença entre os dois teatros de desenvolvimento do Direito Internacional e da regulação jurídica da guerra, não deixa de haver alguma ligação entre eles (cf. igualmente Andrea Weindl, “Colonial Design in European International Law of the Seventeenth Century” in: Olaf Asbach & Peter Schröder (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, Burlington, Ashgate, 2010, pp. 231-246).

² Esta relação vem sendo estabelecida por estudos importantes como o de G. P. van Nifterik, “Religious and Humanitarian Intervention in Sixteenth - and Early Seventeenth-Century Legal Thought” in: Randall Lesaffer & G. Macours (eds.), *Sovereignty and the Law of Nations (16th-18th centuries). Proceedings of the Colloquium organised at the Palace of the Academy, Brussels, 26 April 2002*, Brussels, KVAB, 2006, pp. 35-60, e Antje von Ungern-Sternberg, “Religion and Religious Intervention” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 294-316.

³ Ver também D. J. B. Trim, “‘If a prince use tyrannie towards his people’: interventions on behalf of foreign populations in early modern Europe” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 29-66.

Este processo conheceu o seu epílogo, por um lado, com as guerras religiosas europeias do Século XVI e XVII, quando a assunção de posições irreconciliáveis igualmente ancoradas em critérios de justiça para fazer a guerra e intervir em nome da religião criaram uma situação ingovernável de conflitos permanentes em que ambos os contentores que se arvoravam em advogados da ‘verdadeira fé’. Neste contexto, as intervenções em favor dos oprimidos tiveram uma notória utilização por Estados confessionais e por um conjunto de ativistas e pensadores que se debruçaram sobre os temas internacionais e constitucionais do período, dentre os quais os próprios pais fundadores da ciência moderna do Direito Internacional⁴, Grócio e Pufendorf, e os principais filósofos políticos da era moderna – nomeadamente os conhecidos Hobbes e Locke –, sem que, naturalmente, aparecessem soluções convergentes.

Se os arranjos que permitiram simbolicamente a transição para a Modernidade, a Paz de Vestefália e a Revolução Gloriosa, introduziram alterações de fundo, não ultrapassaram completamente as discussões sobre a legitimidade de se usar a força contra um tirano, uma questão se manteve na ordem do dia, designadamente por força de eventos catalizadores como a Revolução Americana e a Revolução Gloriosa. Num período em que se desenhava uma transição para o positivismo, o desconforto e a pluralidade dos internacionalistas Setecentistas era evidente, na medida em que ainda tentavam conciliar o voluntarismo próprio dessa teoria ao objetivismo do Direito Natural nas suas avaliações da licitude das intervenções.

Por mais que o positivismo se tenha sedimentado, o século XIX não conseguiu ultrapassar essas ambiguidades, pelo menos do ponto de vista retórico, mas projetou novos conceitos do agora denominado Direito Internacional, os quais relevam para esta tese o de intervenção humanitária ou de humanidade. Foi, não obstante, o resultado de uma prática disforme em que tais argumentos foram sendo invocados em situações diferentes, algumas relacionadas com o atual âmbito das intervenções humanitárias e outras nem por isso. E a sua utilização, mais do que nunca, tinha na sua base posições sobranceiras, em que o humanitário não se consegue desligar da ideia de império benevolente e civilizador e do espírito próprio de qualquer empreitada colonial, como aconteceu particularmente em relação ao Império Otomano e ao Continente Africano. Na sequência desses vetores o desfecho final, para mal da doutrina, foi a sua utilização

⁴ Uma introdução geral sobre o pensamento do período pode ser encontrada em Alain Wijffels, “Early-Modern Scholarship on International Law”; Patrick Capps, “Natural Law and the Law of Nations” in: Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 23-60; 61-92.

no período que antecedeu a II Guerra Mundial não pelos Estados Democráticos, mas pelas potências expansionistas lideradas por Mussolini e por Hitler e pelo Japão.

CAPÍTULO DÉCIMO-TERCEIRO

AS GUERRAS EM FAVOR DOS ‘NOSSOS’ OPRIMIDOS NO PERÍODO DAS GUERRAS RELIGIOSAS

13.1. Intervenções Humanitárias durante o período de transição para o Direito Internacional moderno¹

13.1.1. A guerra contra os “Turcos”

A situação que enquadra o desenvolvimento da doutrina das intervenções do tipo humanitário foi a guerra contra os turcos, principalmente entre os séculos XIV e XVI² (mas que, a rigor, alcança o século XVIII³), relacionadas com os projetos expansionistas do Império Otomano, e que deram origem a diversos conflitos no Centro da Europa⁴. Culminaram com a sua vitória sobre coligações balcânicas liderada pelo Príncipe Lazar na Batalha do Kosovo (1389)⁵, nos Cárpatos e na Transilvânia (1468), na Moldávia (1504), na Hungria (1526) e na Grécia, etc⁶. A questão evidentemente não tinha nada a ver com a proteção dos direitos humanos, até porque muitos dos governantes das nações conquistadas pelos turcos eram infinitamente mais brutais para as suas próprias populações do que os seus odiados inimigos orientais⁷. Estariam, outrossim, mais associadas à defesa do território europeu e dos seus governantes. De resto, numa

¹ Para um enquadramento geral deste período, vide Martin Kintzinger, “From the Late Middle Ages to the Peace of Westphalia” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 607-627.

² No geral, cf. Robert Schoebel, “Coexistence, Conversion, and the Crusade against the Turks”, *SitR*, v. 12, 1965, pp. 164-187.

³ Designadamente num episódio cruzadístico com o envolvimento de Portugal, a Batalha Naval do Cabo Matapão de 1717 (cf. João Vieira Nunes, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII (uma análise estratégica)*, S. Pedro do Estoril, Atena, 2000, pp. 141-169).

⁴ Na realidade, durante o período medieval, as relações entre potências cristãs e os turcos não eram tão belicosas quanto a epígrafe poderia dar a entender. Pelo contrário, muitas vezes as relações eram de cooperação em assuntos de interesse comum e até de sincera amizade para escândalo de muitos religiosos europeus. Está certo que isso se aplicava mais ao pragmatismo que dirigia a política externa das Cidades-Estado italianas (Veneza e Génova designadamente) e não tanto a Reinos mais alinhados religiosamente como a Espanha (ver Robert Schoebel, “Coexistence, Conversion, and the Crusade against the Turks”, *passim*).

⁵ Cf. Alguns comentários em Anthony Pagden, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, New Haven, YUP, 1995, p. 257.

⁶ No geral sobre este processo e a reação cristã, *Ibid.*, que, aliás, lembra-nos dos efeitos tardios que esses casos terão nas intervenções na Grécia no Século XIX e no Kosovo no Século XX (p. 257), e o dramaturgo Albanês, Ismail Kadaré, *Três Cantos Fúnebres para o Kosovo*, Vera Lúcia dos Reis (trad.), Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.

⁷ Basta olhar-se para o exemplo mais notório de governante da Europa Oriental que sucumbiram aos avanços do Sultão para se ter uma ideia do que se está a destacar. Falamos de Vlad Dracul, Príncipe da Valáquia, que passou a história como a figura que inspirou a célebre obra de Bram Stoker sobre os vampiros pelo hábito de empalar os seus inimigos publicamente. Cf. sobre o personagem, Kurt Treptow, *Vlad III Dracula: The Life and Times of the Historical Dracula*, Iasi, CRS, 2000.

dimensão meramente académica, manteve-se acesa a possibilidade retórica de se lançar guerras de conversão ou de recuperação de lugares sagrados, mas sem qualquer concretização no período⁸.

13.1.2. Perspetivas teóricas sobre a guerra no Renascimento: republicanismo, realismo político e guerra justa

A – A Visão do Realismo Político: Maquiavel e a Intelectualidade Florentina falam sobre a guerra

Na dimensão intelectual, há que se notar certas diferenças com o período medieval, designadamente por força de influências clássicas não convertidas à arquitetura dogmática religiosa prevalecente no período anterior. Esta ligação não se fará sentir da mesma forma em todas as paragens. É verdade que o epicentro do movimento renascentista, a Itália, as circunstâncias políticas altamente complexas das pequenas unidades políticas transalpinas, com conflitos permanentes tidos por endémicos⁹, ameaça de invasões estrangeiras e ênfase em maquinações diplomáticas¹⁰, levou a reflexões tendencialmente republicanas e/ou realistas sobre a guerra¹¹. Especialmente intelectuais e homens de Estado ligados à cidade toscana de Florença¹², o epicentro da ebulição política que afligiu o sistema italiano do período e que teve que se confrontar com ameaças internas, dos Médici, e externas, da França, dos reis espanhóis, do Papado e do Sacro-Império, tiveram que confrontar estas questões, fazendo diagnósticos e encontrando soluções¹³.

Perante este contexto, pensadores como Francesco Guicciardini (1483-1540) entenderam que a guerra era apenas um meio de defesa do Estado, e, como tal legítimo,

⁸ Acompanhar debate em Robert Schoebel, “Coexistence, Conversion, and the Crusade against the Turks”, *passim*.

⁹ Cf. J. R. Hale, Verbete “Guerra” in: *Dicionário do renascimento italiano*, A. Cabral (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1988, pp. 178-179, enfatizando que com exceção de alguns momentos de acalmia a guerra grassou na Itália em todo o período.

¹⁰ Conforme ilustra o grande historiador do renascimento italiano, Jakob Burckhardt, *O Renascimento italiano*, Lisboa, Presença, s.d., p. 79.

¹¹ A receção e as reações portuguesas a este debate são tratados por Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, 2. ed., Lisboa, Verbo, 2012.

¹² Veja-se, por todos, Franco Cardini, *Breve Storia di Firenze*, Pisa, Paccini, 2007, e Armando Lodolini, *Fine della Repubblica Fiorentina*, Bologna, Cappelli, 1948.

¹³ No geral, J.G.A. Pocock, *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Edition with a New Afterword by the Author, Princeton, PUP, 2003 [1.ed: 1975].

e somente sujeito a critérios prudenciais¹⁴, designadamente porque era perigoso para as liberdades republicanas internas das quais também era defensor. Era este, em concreto o problema que os intelectuais da cidade do Arno pretendiam resolver naquele período histórico concreto: como ter um governo com líderes fortes que pudessem fazer face às ameaças externas, mas sem permitir que ela fosse usada contra os cidadãos e a própria República.

Maquiavel (1469-1527¹⁵), diferente nos fundamentos, foi o principal representante desta orientação, defendendo que, na esfera internacional¹⁶, não havia qualquer regra moral ou jurídica que pudesse conter a ação de Estados apostados em garantir a sua própria sobrevivência num ambiente extremamente hostil¹⁷. Os limites resultariam de cautelas autoimpostas e não de normas externas. Para autores como o florentino, da mesma forma como a necessidade justifica por si só qualquer guerra, motivos morais não devem promovê-la, sob pena de o Estado estar a contribuir para o seu próprio prejuízo¹⁸. O príncipe com *virtù*¹⁹ saberia conter-se quando tais situações se lhe

¹⁴ Vide Francesco Guicciardini, *Ricordi Politici e Civili*, Milano, Longanesi, 1951, *passim*, e, para um enquadramento geral, Newton Bignotto, *Republicanism and Realism. Um perfil de Francesco Guicciardini*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2006.

¹⁵ Sobre Maquiavel, a sua biografia e teoria política, Leo Strauss, “Niccolo Machiavelli” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChP, 1987, pp. 296-317; Quentin Skinner, *Machiavelli. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 1981; Maurizio Viroli, *Niccolò's Smile. A Biography of Machiavelli*, New York, H&W, 2000, Sebastian de Grazia, *Maquiavel no Inferno*, Denise Bottman (trad.), São Paulo, CdL, 1993, e Newton Bignotto, *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1991, bem como ainda Luiz Hebeche, *A Guerra de Maquiavel*, Ijuí, UNIJUÍ, 1988; para um enquadramento contextual, J. R. Hale, *Maquiavel e a Itália da Renascença*, W. Dutra (trad.), Rio de Janeiro, Zahar, 1963. Cf. complementarmente a análise de Quentin Skinner, *Machiavelli. A Very Short Introduction*, *passim* (em especial, pp. 3-22), que sustenta que as teses vertidas para os *Discursos* e para o *Príncipe* seriam ideias, resultado do período no qual Maquiavel exerceu atividades diplomáticas em nome da república (ver também G. R. Berridge, “Machiavelli: Human Nature, Good Faith, and Diplomacy”, *RIS*, v. 27, n. 4, 2001, p. 539 e ss).

¹⁶ Sobre esta dimensão do pensamento do florentino, Charles Benoist, “L’Influence de Machiavel”, *RCADI*, t. 9, n. 4, 1925, pp. 127-306.

¹⁷ No seu dizer, a partir da expressão de Cláudio Pôncio, *Justus est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est* “A guerra é justa para aqueles que ela se impõe pela necessidade e as armas são pias para aqueles que não têm outra esperança que não nelas” (Niccolò Machiavelli, “Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio” in: *Opere Complete*, 8. ed., Milano, Ugo Mursia, 1983, I. III, cap. XII, p. 340) ou, mais ainda, quando declara que, “aonde se delibera sobre a salvação da pátria, não deve permanecer nenhuma consideração de justiça ou injustiça, nem de piedade nem de crueldade, nem de laudabilidade ou ignomínia” (Ibid., I. III, cap. XLI). Conforme observou Charles Benoist, “L’Influence de Machiavel”, p. 279, a justiça da guerra em Maquiavel resulta da necessidade.

¹⁸ Menciona-o Maquiavel numa das passagens mais intensas do *Príncipe*, de acordo com a qual “(...) há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons” (Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, Maria Júlia Goldwasser (trad.), São Paulo, MF, 1998, cap. VII).

¹⁹ Afinal, se o príncipe com *virtù* é aquele que apresenta em simultâneo as características do leão e da raposa, em certas situações ele deve precisamente evitar o uso da força para não se causar a si próprio qualquer dano, agindo com astúcia, prudência e ponderação. No dizer de Maquiavel, “(...) soube

colocassem. Por conseguinte, não há qualquer correlação entre Maquiavel e as intervenções humanitárias, a não ser nas reduzidas possibilidades em que interesses de Estados e motivos humanitários fossem eventualmente convergentes, algo até justificável, em certas situações, até para o italiano. Poderia ser estratégico para o príncipe parecer magnânimo e bom e nada melhor para construir tal imagem do que fazer a guerra para libertar um povo oprimido, nos casos em que os riscos e as despesas fossem mínimos e se pudesse tirar algum dividendo.

As contribuições de outro grande pensador da *renaissance* florentina foi diferente, mas não deixam de ter relação com a nossa discussão. Donato Giannotti (1492-1573)²⁰, um autor cujo legado para o Direito Internacional se tem tentado recuperar²¹, mas que ainda não atingiu o nível de notoriedade do seu conterrâneo mais famoso. No quadro das suas contribuições para a reengenharia constitucional de Florença²², recomendou uma interessante distribuição dos *foreign affairs powers*, nomeadamente o *jus belli* por vários órgãos do Estado.

B – O Humanismo do Norte: a Guerra Humanitária na *Utopia* de Thomas Morus e as Reservas de Erasmo de Roterdão

Os humanistas do Norte já não foram tão recetivos à *raison d' état* e a uma licenciosidade total relativamente à guerra como os seus colegas itálicos²³, ainda que também não a tenham rejeitado de forma absoluta²⁴. Uma das principais figuras desse movimento nessa parte da Europa foi Thomas Morus (1478-1535), intelectual e político inglês, autor de uma interessante obra intitulada *Utopia*. A sociedade imaginária que ali

representar bem o papel de raposa e de leão, cuja natureza, um príncipe deve saber imitar” (Ibid., cap. XIX).

²⁰ Donato Giannotti, *Della Reppublica Florentina*, Venezia, GGH, MDCCXII, lib. III (a obra não foi publicada em vida por receio do autor, no exílio em Roma, de ser prejudicado pelo volátil ambiente político florentino).

²¹ Vejam-se os trabalhos recentes de Ernst-Ulrich Petersmann, “The Transformation of the World Trading System through the 1994 Agreement Establishing the World Trade Organization”, *EJIL*, v. 6, n. 1995, p. 163; e “De-Fragmentation of International Economic Law Through Constitutional Interpretation and Adjudication with Due Respect for Reasonable Disagreement”, *LUCILR*, v. 16, n. 1, 2008, p. 246, um internacionalista que tem tentado resgatar o papel deste pensador.

²² Sobre esta dimensão da sua obra e apresentações gerais, Francesca Russo, “L’idea di *Res publica* e pensiero anti-tirannico in Donato Giannotti”, *AUDSSOB*, v. I, 2009, pp. 179-192; e María Luisa Soriano González, “La República de Donato Giannotti: rara avis de la teoría política renascentista”, *RIEP*, v. 5, 2010, pp. 273-286.

²³ Segundo Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, R. Janine Ribeiro & L. Motta (trad.), São Paulo, CdL, 1996, pp. 263-264, famoso historiador político inglês, os humanistas do Norte absorveram a crença estoica na fraternidade humana, rejeitando a defesa medieval da guerra justa por ser mero subterfúgio para promover a violência.

²⁴ Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, Oxford, OUP, 2001, p. 16 e ss.

preconiza é avessa à guerra²⁵. Todavia, como a realidade internacional era naturalmente caracterizada pelo conflito entre as nações, seria fundamental que os utopianos estivessem preparados para fazer a guerra em duas situações: primeiro, em situações de legítima defesa própria ou de terceiros (Estados aliados)²⁶; segundo, por motivos humanitários, para libertar as vítimas de uma ditadura²⁷.

Conceção distinta foi a defendida por Erasmo de Roterdão (1466-1536)²⁸, fundador do movimento irenista, de índole pacifista²⁹, fundado sobre uma concepção geral de incompatibilidade entre os ensinamentos do Nazareno e a guerra³⁰, mas que aceitava estando presentes certas condições, o recurso à força, mas jamais entre cristãos³¹. A única exceção prendia-se aos seus inimigos tradicionais³², os turcos³³, se

²⁵ Como escreveu, “os utopianos são praticamente o único povo na Terra que não vêm nada glorioso na guerra” (Thomas More, *Utopia*, Harmondsworth, UK, Penguin, 1965, p. 109).

²⁶ No seu entender para “para repelir os invasores de um território amigo” (Ibid).

²⁷ Algo que farão em um espírito de humanidade, “somente por que sentem pena deles” (Ibid.).

²⁸ Neste particular, seguir, por todos, Lester Born, “Some Notes on the Political Theories of Erasmus”, *JMH*, v. 2, n. 2, 1930, pp. 226-236.

²⁹ Existem diversos estudos que analisam a teoria da guerra em Erasmo de Roterdão (por todos, cf. Ibid., pp. 233-236, James Hutton, “Erasmus and France: The Propaganda for Peace”, *SitR*, v. 8, n. 1, 1960, pp. 103-127; J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, Cambridge, UK, CUP, 1977, pp. 130-144 (especialmente importante pelo contraponto com os escolásticos, em especial Vitória); José Fernandez, “Erasmus and Just War”, *JHI*, v. 34, n. 2, 1973, pp. 209-226; A. Guimarães Pinto, “Introdução” in: Erasmo de Roterdão, *A Guerra e a Queixa da Paz*, A. Guimarães Pinto (trad.), Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 7-19; Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Erasmus of Rotterdam (1466-1536): The Spurious “Right to War” in: id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 233-234; Fred Dallmayr, “A War Against the Turks? Erasmus on War and Peace”, *AJSS*, n. 34, n. 1, 2006, pp. 67-85.

³⁰ Sentencia Erasmo de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis* in: *A Guerra e a Queixa da Paz*, pp. 25-78: “Examina toda a doutrina de Cristo: em nenhuma parte encontrarás coisa alguma que não respire paz, que não tenha gosto a caridade. E porque sabia que a paz não pode subsistir a menos que primeiro se desprezem aquelas coisas pelas quais este mundo se digladia, mandou ele que aprendêssemos a ser mansos. Disse que eram (...) bem-aventurados aqueles que se dispuseram a ser despojados dos seus bens, cientes de que aqui não estamos mais do que num exílio e que, para os justos, a verdadeira pátria e o verdadeiro bem encontram-se guardados no Céu; bem-aventurados os que, fazendo bem a todos, escutaram sem revidar palavras injuriosas e padeceram a opressão dos maus. Proibiu que se fizesse frente aos perversos. Em suma, do mesmo modo que toda a sua doutrina ordena a tolerância e o amor, assim a sua vida inteira não ensina outra coisa senão a mansidão. Dessarte reinou, dessarte combateu, assim venceu, assim triunfou. E não inculcam outra coisa os apóstolos, que ainda beberam sem mescla o espírito de Cristo e estavam felizmente embriagados por esse mosto” (pp. 48-49), arrematando no Erasmo de Roterdão, *Moriae Encomium*, para. lix, que a guerra “é uma impiedade, que nada tem em comum com Cristo” ou no Erasmo de Roterdão, *Querela Pacis* in: *A Guerra e a Queixa da Paz*, pp. 79-133, que “quem quer anunciar Cristo, anuncia a paz. Quem quer que pregue a guerra, prega algo que é a antítese de Cristo” (p. 95).

³¹ Conforme sustenta a dada altura, “Donde nos veio a ideia de um cristão desembainhar o ferro sanguino contra outro cristão? Se um irmão mata um irmão, chama-se a isso parricídio. Mas um cristão está mais unido a outro cristão do que qualquer irmão ao seu irmão, a menos que os vínculos da natureza sejam mais firmes do que os de Cristo. Como é absurdo que quase sem cessar lutem entre si aqueles que abriga uma única casa – a Igreja – e que, membros de um mesmo corpo, se jactam de uma cabeça comum, a saber, Cristo; que têm um Pai comum nos Céus, que são vivificados por um espírito comum, que foram iniciados no mesmo mistério, redimidos pelo mesmo sangue, feitos renascer pela mesma água, fortificados pelos mesmos sacramentos, que militam às ordens do mesmo general, que se alimentam do

estes, porventura, atacassem os cristãos. Fora este caso, ainda assim submetido a condições, Erasmo manifesta, em várias oportunidades, a sua oposição se não à doutrina da guerra justa³⁴, pelo menos aos perigos da sua manipulação³⁵. E também à necessidade da sua utilização parcimoniosa³⁶, somente em situações verdadeiramente ponderosas, depois de se ter tentado resolver o litígio pacificamente³⁷, e sempre tendo por meta a paz e a atenção a que o derramamento de sangue fosse o mínimo possível³⁸. As suas reservas a uma associação entre humanidade e guerra seriam naturais, manifestando-as ao duvidar que houvesse casos em que a guerra fosse realmente favorável aos inocentes³⁹, ao sustentar que as guerras virtuosas⁴⁰ atraíam guerras

mesmo pão, que são quinhoeiros do mesmo cálice; que têm por inimigo em comum o Diabo e, finalmente, que foram todos chamados à mesma herança” (Erasmo de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis*, pp. 47-48).

³² Veja-se a seguinte passagem: “Não o disse porque condeno a guerra contra os turcos, se eles de moto próprio nos atacarem (Ibid., p. 71).

³³ No geral, v. Fred Dallmayr, “A War Against the Turks? Erasmus on War and Peace”, pp. 67-85.

³⁴ “Mas, a quem é que não parece justa a sua causa?” ironiza Erasmo de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis*, p. 59, acrescentando ainda que “se um qualquer pretexto há-de parecer causa idónea para declarar guerra, então a ninguém faltam pretextos entre tão grandes mudanças e alterações como as que se dão nos negócios humanos” (p. 63), reiterando pensamento conforme em outra passagem quando aponta que “Apenas direi que há esta diferença: nos julgamentos o condenado é castigado em conformidade com as leis, ao passo que na guerra cada uma das partes trata a outra como réu” (p. 62).

³⁵ O nativo de Roterdão dá-lo claramente quando sentença que “ocultamos a nossa doença com pretextos respeitáveis. Apeteço a riqueza dos turcos e escuso-me com a defesa da religião: submeto-me ao meu rancor, e alego dos direitos da Igreja. Escravizo-me à ambição, vou empós a ira, uma disposição de ânimo indomável e violenta arrebatou-me – e desculpo-me alegando um tratado que foi desrespeitado, uma amizade que foi violada, a omissão de não sei quê no que concerne às cláusulas matrimoniais, ou de qualquer coisa por esse teor” (Erasmo de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis*, p. 73).

³⁶ Não nos parece que seja curial o tratamento de Erasmo como um pacifista absoluto e como um negador da guerra justa. Ver neste sentido o estudo sobre a guerra no renascimento de J. A. Fernández-Santamaría, *Juan Ginés de Sepúlveda: la guerra en el pensamiento político del Renacimiento*, Madrid, CEPC, 2007, p. 58, que entendia, corretamente, que havia situações que justificavam a guerra em Erasmo, explicando num escrito inicial – J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, p. 143 – que essa abertura se revelou fundamentalmente em escritos tardios; igualmente cf. José Fernandez, “Erasmus and Just War”, p. 215, e diversos outros autores, designadamente Lester Born, “Some Notes on the Political Theories of Erasmus”, pp. 233-234.

³⁷ Cf, e.g., Ibid., p. 233.

³⁸ Como diz o pensador batavo, “Se, depois de não teres deixado de tentar nenhum recurso e após o zelo da paz te ter levado a envidar todos esforços, mesmo assim, por culpa da perversidade de muitos, de nenhuma forma se pode evitar a guerra, então restar-te-á tudo fazer logo de seguida para que uma coisa ruim se resolva por acção de gente ruim e se conclua com o mínimo derramamento possível de sangue humano” (Erasmo de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis*, p. 75).

³⁹ Ver, neste sentido, J. A. Fernández-Santamaría, *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, pp. 142-143, dizendo que, para Erasmo, seria sempre uma contradição, pois os inocentes sempre seriam os mais atingidos por qualquer guerra.

⁴⁰ Comentando o caso, à luz da sua leitura sobre a evolução do fenómeno da guerra, diz Erasmo, *Dulce Bellum Inexpertis*, p. 38, “(...) também tinha alguns visos de justiça ter eliminado o inimigo. Igualmente começou a ser objecto de louvor alguém que tivesse exterminado homens violentos e perniciosos – da espécie que dizem ter sido Caco e Busíris –, livrando desse modo o mundo de flagelos. Com efeitos, vemos que Hércules também sobressai por estes títulos de louvor”.

capciosas⁴¹ – portanto os efeitos gerais da guerra justa no geral seriam sempre negativos –, ao questionar a moralidade das guerras punitivas pelos seus efeitos sobre os próprios beneficiários⁴² e, finalmente, ao rejeitar terminantemente a possibilidade de guerras para converter os infiéis pela força⁴³, propugnando, ao invés, pela utilização de meios de persuasão, do recurso à tolerância e à paciência⁴⁴.

C – A Rejeição do Direito de Rebelião e a Intervenção Humanitária Papal por Baltasar Ayala: Suspiros Medievais na Aurora da Modernidade

Baltasar Ayala (1548-1588), autor representativo de uma época de simbiose de elementos clássicos, medievais e de antecipação do moderno⁴⁵, tratou, como o nome da sua obra indica, do Direito Militar e do Direito de Guerra, embora, diga-se mais na perspectiva do *jus in bello* do que do *jus ad bellum*⁴⁶, de questões relevantes para a nossa discussão. A sua relevância decorre de ter aplicado as suas teorias a um dos eventos

⁴¹ Como diz o autor, “depois, como o poder também tivesse caído nas mãos de homens abomináveis, fez-se igualmente guerra por mero capricho fosse contra quem quer que fosse, e começam a estar especialmente sujeitos ao perigo da guerra, não os maus servidores, mas os bem afortunados, e o objectivo da luta passa a ser, não já o louvor, mas o lucro sórdido, ou até algo de mais abominável” (Erasmus de Roterdão, *Dulce Bellum Inexpertis*, p. 39).

⁴² “No primeiro caso, o mal só recai sobre aquele que cometeu o crime e o exemplo chega a todos; no segundo caso, a maior parte dos males abate-se sobre aqueles que não merecem – como sejam velhos, donas, meninos, raparigas (...). Ao pretendermos punir alguns poucos, ou se calhar, um só, destruimos cruelmente tantos milhares de homens inocentes de qualquer culpa” (Ibid., p. 62).

⁴³ Conforme salienta em passagem do seu *Dulce Bellum Inexpertis*, “Acho que nem sequer se deve aprovar a guerra que frequentemente movemos contra os turcos. Realmente, não se avém com a religião cristã fazer depender a sua conservação de semelhantes recursos, nem é natural que começos destes produzam bons cristãos. Aquilo que se adquiriu pelas armas, perde-se depois pelas armas. Pretendes conduzir os turcos até Cristo? Então, não façamos ostentação de riqueza, nem de violência militar, nem de força. Que eles vejam em nós não apenas o nome, mas aqueles que são os genuínos sinais do homem cristão: uma vida virtuosa, o zelo por fazer bem até aos inimigos, uma capacidade invencível para suportar todas as injustiças, o desprezo do dinheiro, a indiferença pela reputação, uma existência humilde; que se dêem conta que aquela doutrina celestial está em consonância com uma vida que se ajusta a ela. É com estas armas que mais facilmente se subjugam os turcos” (pp. 66-67), ou, ainda, 70-71 (“quem é que jamais viu que se tornassem em verdadeiros cristãos homens que foram coagidos pelo ferro, pelo morticínio, pelos incêndios, pela pilhagem? (...) mais prestes serão convertidos à fé pelos nossos bons officios se forem poupados, do que se forem destruídos. Prefiro um turco sincero a um cristão dissimulado. (...). Que os turcos sintam que são convidados para a salvação, não guerreados por amor à presa”.

⁴⁴ Diz o pensador que “Cuspimos em cima dos turcos e, ao fazê-lo, cuidamo-nos excelentes cristãos: quem sabe se, aos olhos de Deus, somos mais abomináveis do que os próprios turcos! Ora, se os antigos pregadores do Evangelho tivessem tido em relação a nós as mesmas disposições que nós sentimos em relação aos turcos, onde estaríamos agora, nós que somos cristãos graças à paciência deles?” (Ibid., p. 68).

⁴⁵ As referências de Baltasar são exemplificativas à medida em que se limita a compilar referências romanas e bíblicas e ocasionalmente gregas, num tipo de fundamentação tipicamente medieval (*De Jure et Officiis Bellicis et Disciplina Militaris Libri Tres*, John Pawley Bate (trad.), Washington, Carnegie, 1912, *passim*).

⁴⁶ No entanto, não se pode exagerar a separação entre essas duas dimensões da regulação jurídica internacional da guerra como na atualidade, uma vez que a aplicação de determinados institutos do *jus in bello* dependiam essencialmente da aferição da justiça da guerra. Eram os casos, por exemplo, da ocupação de território, morte e da redução à servidão dos súditos da nação inimiga ou por extensão, no caso de Ayala, e quando aplicável, aos rebeldes.

mais importantes para a evolução da ideia da guerra justa em favor dos oprimidos, a Guerra de Independência das Províncias Espanholas do norte da Europa, acontecimento em que, paradoxalmente, Ayala estava ligado aos opressores putativos⁴⁷. Com base neste contexto específico, não será de estranhar a ênfase dada ao direito do soberano legítimo reprimir uma rebelião injusta dos seus súditos⁴⁸ e a negação absoluta do direito de resistência⁴⁹ mesmo nas situações mais extremas⁵⁰. Tais reservas, porém, levaram-no a advogar a possibilidade de intervenção externa coletiva em casos de forte opressão, competência detida, na perspectiva de Ayala – aqui afastado da realidade da cambiante arena internacional do período –, em exclusividade pelo Sumo Pontífice⁵¹; em relação à *vexata questio* medieval relativamente aos não-crentes, rejeitava que a mera infidelidade fosse base suficiente para o espoletar da guerra⁵².

⁴⁷ Ayala encontrava-se a serviço das forças habsburgas lideradas pelo Duque de Parma, a quem dedica o seu tratado, contra quem os batavos combatiam. Assim, por motivos de lealdade profissional e, aparentemente, por pura convicção, o autor está com as forças espanholas e contra aqueles que trouxeram a “subversão a todas as coisas divinas e humanas aos Países Baixos” (*De Jure et Officiis Bellicis et Disciplina Militaris Libri Tres*, Dedicatória).

⁴⁸ Nas suas esclarecedoras palavras, “Segue que uma guerra empreendida por um príncipe contra rebeldes é extremamente justa e todas as medidas permitidas na guerra são permitidas contra eles, como matá-los como inimigos, escravizá-los como prisioneiros e, mais ainda, confiscar a sua propriedade como botim; pois consequências resultam das suas causas” (Ibid., liv. I, cap. II, para. 15) ou mais diretamente na passagem em que sustenta: “(...) um príncipe possui uma grande causa para a guerra quando está a dirigir as suas armas contra rebeldes e súbditos que abjuraram a sua soberania; pois é ofensa hedionda, tanto contra Deus quanto contra o príncipe, para súbditos resistirem à sua autoridade, provindo o poder exclusivamente de Deus” (Ibid., l. I, cap. II, para. 12-13). As outras causas que justificavam a guerra unilateral eram “(...) a defesa do nosso próprio império, as nossas pessoas, os nossos amigos, os nossos aliados, e a nossa propriedade” (Ibid., l. I, cap. II, para. 11), e quando fossem empreendidas para “(...) recuperar do inimigo algo que forçosamente e injustamente detém, da mesma forma como os autores do dano ou ilícito feitos a privados sem qualquer interesse público são submetidos a punição (Ibid.) e quando tivesse por objeto “(...) vingar-se de algum mal que foi injustamente infligido” (Ibid.).

⁴⁹ Não é, pois, sem propósito que diz no seu tratado que não há nada de mais odioso do que tomar armas contra a nossa própria pátria (Ibid., l. I, cap. II, para. 21).

⁵⁰ “Por conseguinte, a Reis e Príncipes devemos reverenciar com zelo extremo se são bons, já que enviados por Deus (nas palavras de São Pedro) para a punição dos criminosos e para júbilo daqueles que fazem o bem; se são maus temos que os aguentar com paciência, pois os pecados de príncipes e reis devem ser deixados para o julgamento de Deus, que tem todo o prazer de visitar nações pelos pecados iníquos dos seus príncipes” (Ibid., l. I, cap. II, para. 23). Esta proibição não era aplicável aos usurpadores, pois em relação a estes faz a seguinte reflexão: “É claro que, apesar de um tirano que através da força e ilicitamente usurpar o trono poder ser morto por qualquer um se não existe alternativa de se livrar da sua tirania, e apesar de que de acordo com a Lei Valéria, a cabeça e bens de quem planeou usurpar o trono são perdidos, aquele que é príncipe por direito de sucessão e eleição não pode ser morto por um indivíduo privado por mais injusto e cruel que seja a sua conduta, nem pode o ser povo depô-lo do seu trono ou abandoná-lo” (Ibid., l. I, cap. II, para. 24).

⁵¹ Eis a solução defendida por Ayala: “Para os reis que abusam do seu poder o Papa possui várias formas de os restringir e compeli-los a agir com justiça, pois ele é o regente de Deus na terra e recebeu dele ambas as espadas, a espiritual e a temporal, para a paz e preservação da Comunidade Cristã” (Ibid., l. I, cap. II, para. 27).

⁵² Diz Ayala, “a guerra não pode ser declarada aos infiéis meramente porque são infiéis, nem sob autoridade do Imperador ou do Papa” (Ibid., l. I, cap. II, para. 28).

D – A intervenção contra os violadores do Direito das Gentes e para a proteção do povo tiranizado: Gentili e Bodin em transição para a modernidade

O mais ilustre jurista humanista daqueles tempos, foi o protestante italiano Alberico Gentili (1552-1608)⁵³, professor de *Civil Law* em Oxford, para onde tinha ido também refugiado⁵⁴. Autor tipicamente de transição, marcado por manifestas tensões internas manifestas e por influências teóricas multifacetadas⁵⁵, defendeu certas bases de justificação controversas para a guerra⁵⁶, como a prevenção⁵⁷ e civilizatórios⁵⁸, ao

⁵³ Sobre a vida e obra de Alberico Gentili no geral, em vários aspetos são insuperáveis os clássicos de Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, Amsterdam, HJP, 1937; Giuseppe Speranza, *Alberico Gentili. Studi*, Roma, APic, 1878; 1910, 2 v., e Diego Panizza, “Alberico Gentili: vicenda umana e intellettuale di un giurista italiano nell’Inghilterra elisabettiana” in: AAVV, *Alberico Gentili. Giurista e intellettuale globale. Atti del Convegno-Prima Giornata Gentiliana, 25 Settembre 1983*, Milano, Giuffrè, 1988, pp. 31-58; Giorgio del Vecchio, “Alberico Gentili”, *REP*, n. 153-154, 1967, pp. 11-18, Merio Scattola, “Alberico Gentili (1552-1608)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1092-1097, mas conviria igualmente atentar a Tony Honoré, “Alberico Gentili e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Prolusione” in: AAVV, *Alberico Gentile e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Atti del Convegno-terza Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1988*, Milano, Giuffrè, 1991, pp. 23-66, esp. 31-42, para a experiência de vinte e um anos como docente em Oxford, e Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato” in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell’età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 57-213, sendo, para uma exposição geral sobre a sua teoria política, igualmente útil; em português, ver o recente Diego Panizza, “Introdução” in: Alberico Gentili, *O Direito da Guerra [De Iure Belli Libri Tres]*, Ciro Mioranza (trad.), Ijuí, Rio Grande do Sul, Unijuí, 2005, pp. 15-45.

⁵⁴ Aparentemente, a Inglaterra era também um lugar atrativo para os que haviam sido obrigados ao exílio por motivos religiosos e com alguma abertura para especialistas em Direito Romano como Alberigo (v. sobre estes pontos específicos, Diego Panizza, “Alberico Gentili: vicenda umana e intellettuale di un giurista italiano nell’Inghilterra elisabettiana”, pp. 33-44).

⁵⁵ Há, pois, como disse desde há muito uma conhecida intérprete do autor, que se notar a tensão entre realismo e idealismo nas reflexões sobre a ordem internacional feitas por Gentili (cf. Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, p. 137 (falando a respeito da utilização do realismo para temperar o seu idealismo em matéria de intervenções)), bem como entre o seu humanismo e a sua modernidade (ver Carlo Galli, “Alberico Gentili e Thomas Hobbes. Crisis dell’umanesimo e piena modernità” in: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, p. 112 (discutindo face a Grócio e a Hobbes), entre o seu pragmatismo e o seu normativismo (a tese é de Benedict Kingsbury, “Confronting Difference; The Puzzling Durability of Gentili’s Combination of Pragmatic Pluralism and Normative Judgment”, *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 713-723), o seu eurocentrismo e tolerância multicultural (ver Benedict Kingsbury, “Alberico Gentili e il Mondo Extraeuropeo: gli Infedeli, gli Indiani d’América e la sfida della differenza” in: AAVV, *Alberico Gentili e il Mondo Extraeuropeo. Atti del Convegno, Settima Giornata Gentiliana, 20 Settembre 1997*, Milano, Giuffrè, 2001, pp. 46-47 (destacando a percepção da superioridade do europeu sobre o não-europeu intercalada com manifestações de incertezas e de dúvidas a este respeito), o secularismo, de um lado, e o seu cristianismo militante, do outro (siga-se, neste particular, *Ibid.*, pp. 10-47); e Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, *passim*), e, finalmente, entre o seu republicanismo e monarquismo (alguma discussão é feita em Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, pp. 114 e ss, mostrando, *inter alia*, a influência de Maquiavel sobre o pensamento político de Alberico).

⁵⁶ Vide sobre diversos aspetos da teoria da guerra em Gentili, Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, pp. 113-152; Tony Honoré, “Alberico Gentili e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Prolusione”, pp. 53-66 (considerando a influência de Gentili na jurisdicização da guerra e na sua desmoralização); Diego Panizza, “Diritto internazionale e ordine internazionale: la lezione gentiliana. Comunicazione” in: AAVV, *Alberico*

mesmo tempo que se mostrava extremamente restritivo em relação a outras mais ou menos consensuais⁵⁹.

Os factos que vão dirigir as reflexões de Gentili sobre a guerra justa humanitária não podiam ser mais ricos, a possibilidade da intervenção inglesa para proteger os holandeses oprimidos pelos espanhóis, a possibilidade destes fazerem a guerra aos índios por violações graves ao Direito das Gentes e para proteger os inocentes, bem

Gentile e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Atti del Convegno-terza Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1988, pp. 67-75 (concordando com a ideia de Tony Honoré); Paola Anna Pilittu, “Il contrabbando di guerra nel *de iure belli* di Alberico Gentili” in: Brunneto Carpino (org.), *Raccolta di Scritti in Memoria de Angelo Lerner*, Collana/Napoli, PUSP/ESI, 1989, pp. 707-735; Giorgio Bardiali, “Le guerre di religione nel pensiero di Alberico Gentili” in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell’età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, pp. 25-40; Kinch Hoekstra, “A source of war. Gentili, Thucydides, and the justification of pre-emption”; Diego Panizza, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm” in: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 113-144; pp. 147- 172. Mais recentemente, ver os artigos em Benedict Kingsbury & Benjamin Straumann (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations. Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010.

⁵⁷ Em especial, Diego Panizza, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm”, pp. 153-160; Gregory Reichberg, “Preventive War in Just War Theory”, *JHIL*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 5- 34, 5-19 (dizendo que foi um dos primeiros autores ocidentais a defender a guerra preventiva (p. 15). Isto terá levado determinadas interpretações a associá-lo com concepções ultrarealistas da guerra, influenciadas pelo humanismo renascentista (Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 31-34, e mais recentemente, Diego Panizza, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm”, pp. 147-172 (atribuindo esta visão à influência do humanismo), embora de forma muito matizada, num sentido compatível com as ideias das quais parte esta tese), e com autores como Tucídides (num sentido mais geral, Kinch Hoekstra, “A source of war. Gentili, Thucydides, and the justification of pre-emption”, *passim*) e Maquiavel (veja-se a notável tese de Diego Panizza, “Il pensiero politico di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, *passim*, a este propósito).

⁵⁸ Ver Alberico Gentili, *De Armis Romanis/The War of the Romans: a Critical Edition and Translation*, Benedict Kingsbury & Benjain Straumann (eds.); David Luper (trans.), Oxford, OUP, 2011, l. II, e, Anthony Pagden, “‘Making Barbarians into Gentle Peoples’: Alberico Gentili on the Legitimacy of Empire” *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 75-96, para comentários complementares.

⁵⁹ Para o jurista, “se a religião é de tal natureza a não tolerar que ninguém lhe seja agregado por meios violentos e de novo género e que não cabe mais aquele tipo de pregação que pretende inculcar a fé por meio de castigos, segue-se que a violência bélica no facto da religião está mesmo fora do lugar” (Vide Alberico Gentili, *O Direito da Guerra [De Iure Belli Libri Tres]*, l. I, cap. IX, para. 1). Veja-se, neste sentido, também Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, p. 121, e, mais recentemente, Peter Haggemacher, “Pensiero umanitário e intervento in Gentili” in: AAVV, *Azione umanitaria ed intervento umanitario. Il parere del Comitato Internazionale della Croce Rossa. Atti del Convegno, Sesta Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1994*, Milano, Giuffrè, 1998, p. 30, e Giorgio Bardiali, “Le guerre di religione nel pensiero di Alberico Gentili”, pp. 25-40, como os autores que atribuem a esta ideia uma evidente influência de Vitória e da tradição escolástica (v. Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, p. 109; v. igualmente o excelente artigo de Noel Malcolm, “Alberico Gentili and the Ottomans” In: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 63-89 (rejeitando a leitura de Richard Tuck)) e aos pudores próprios de quem ainda não se tinha dissociado da sua base religiosa (cf. especialmente, Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, pp. 245-265, pois o trabalho de Gentili não pode ser entendido se não se levar em conta o seu protestantismo de matriz calvinista (p. 256)).

como a licitude de se empreenderem operações militares contra os sarracenos⁶⁰. Relativamente à primeira questão, Gentili toma partido da intervenção inglesa defendida por um dos seus grandes aliados⁶¹, Lorde Leicester⁶², argumentando, embora com certas ambiguidades relativamente à questão de fundo, que, precisamente por motivos humanitários⁶³, tal ação seria justa⁶⁴.

As intervenções dos espanhóis na América também são avalizadas por Gentili por terem a intenção de punir os crimes graves contra a natureza, como a sodomia e a antropofagia⁶⁵ e para protegerem os inocentes⁶⁶, porém são criticadas por concomitantemente utilizarem razões de imperialista ou por se ampararem na mera diferença religiosa⁶⁷. A mesma lógica é aplicada aos turcos⁶⁸, contra os quais, para Gentili, só se podiam invocar motivos defensivos para justificar as guerras⁶⁹, ainda que

⁶⁰ Tem razão Amor Bavaj, *Alberico Gentili. Fondatore della scienza del Diritto Internazionale (saggio critico sulle origini della scienza del moderno diritto internazionale)*, Macerata, Affede, 1935, *passim*, ao dizer que em larga medida as opiniões de Gentili sobre esse aspeto resultam da própria prática internacional do período. No concernente a estas questões, ver Diego Panizza, “Il pensiero politico di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, p. 74.

⁶¹ Ver também Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, p. 234, Diego Panizza, “Il pensiero politico di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, p. 155, e id., “Alberico Gentili: vicenda umana e intellettuale di um giurista italiano nell’ Inghilterra elisabettiana”, p. 45.

⁶² Ibid., pp. 39-40, que destaca precisamente que Gentili conheceu Leicester através de Giambattista Castiglione. Munido de uma carta de recomendação do governante apresenta-se em Oxford onde lhe são atribuídas aulas de Direito Civil e é graças à intervenção daquele que se apossa da cadeira real de Direito Civil, após um breve interregno na Alemanha.

⁶³ Em Ibid., p. 45, encontra-se explicitamente essa associação derivando-a da solidariedade universal e da responsabilidade comum do princípio de socorrer os povos injustamente oprimidos”).

⁶⁴ “Chegamos a uma questão sobre a qual hoje se discute muito: se os ingleses vieram de modo justo em auxílio dos belgas contra os espanhóis, dado ainda que a causa dos belgas não fosse justa, e que os belgas fossem ainda súbditos da majestade católica. As duas coisas, porém, não são verdadeiras. Foi dito que não se podia deixar escapar a ocasião para mover a guerra, a fim de que por esse caminho, que parecia o único que se pudesse tentar, os espanhóis se dobrassem ante uma paz razoável. Dá-se por descontado, como ensinam os nossos, que justa é a guerra que se move com essa intenção” (Alberico Gentili, *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. XVI, para. 5).

⁶⁵ Por estarem os indígenas a desrespeitar as leis comuns da humanidade, praticando crimes contra a natureza, concordava “plenamente com a opinião daqueles que classificam como justa a causa dos espanhóis na guerra que sustentam contra os índios porque são sodomitas, animalescos, açougueiros de carne humana, da qual se alimentavam. Semelhantes inumanidades ultrajam a natureza do género humano, como todas as abominações que são conhecidas de todos se, por acaso, não são ignoradas pelos animais e pelos homens brutos, contra os quais, da forma como se faria contra animais ferozes, deve ser empreendida a guerra” (Ibid., l. I, cap. XXV, para. 2). No mesmo sentido, Theodor Meron, “Common Rights of Mankind in Gentili, Grotius and Suárez”, *AJIL*, v. 85, n. 1, 1991, pp. 113-116.

⁶⁶ Diz que “(...) nem o pretexto da religião pode ser admitido onde o direito dos homens é ao mesmo tempo ofendido. Nossos intérpretes, porém, ensinam que é lícita a guerra contra os ídólatras, se o culto dos ídolos acompanhado pela morte dos inocentes. Por essa razão foi justa a guerra contra os cananeus, que também costumavam fazer uso de semelhantes sacrifícios” (Alberico Gentili, *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. XXV, para. 3).

⁶⁷ “Aquilo que não aprovo, embora outros o façam, é que os espanhóis movam guerra contra os índios por outras causas que não aquelas mencionadas há pouco” (Ibid., para 4).

⁶⁸ Em especial, v. Noel Malcolm, “Alberico Gentili and the Ottomans”, pp. 63-89.

⁶⁹ Tal como escreveu, “naturalmente não há guerra com ninguém, nem mesmo com os turcos, para dizer tudo. Se com eles estamos em guerra é porque eles se comportam como nossos inimigos, tramam insídias,

tal conceito, por outro lado, abrangesse igualmente a guerra preventiva⁷⁰. Pode-se, no geral, apresentar Gentili como um autor simpático à ideia das intervenções humanitárias⁷¹, respondendo positivamente à pergunta sobre se “devem ser defendidos os súbditos de outrem contra o seu soberano”⁷², reflexo da dimensão idealista do seu pensamento⁷³. Teoricamente, aliás, essa possibilidade servia para ultrapassar as fortes reservas que o italiano, sem embargo da sua celebrada defesa das liberdades religiosas⁷⁴, tinha em relação ao direito de resistência contra a autoridade tirânica⁷⁵. Um aspeto que o vai afastar por completo da maioria dos teóricos calvinistas, dando, neste quesito, mais peso à ordem do que à liberdade⁷⁶, e antecipando Grócio⁷⁷ e Hobbes⁷⁸.

ameaçam e, com toda a perfídia, sempre que podem, saqueiam as nossas coisas (...). Quando não nos molestarem e observarem a paz e nada tentarem em prejuízo nosso, não devemos mover a guerra contra eles” (Seguir Alberico Gentili, *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. XII, para. 4). Recomenda-se sobre este ponto, Noel Malcolm, “Alberico Gentili and the Ottomans”, pp. 75-76, sustentando que não aplicou aos turcos o argumento do impedimento à pregação, o das violações graves ao Direito Natural ou o da intervenção humanitária.

⁷⁰ Porque “não pensam senão em ampliar os seus domínios”, advoga, se necessário, medidas de antecipação (“vamos esperar que nos caiam em cima?”) (Cf. Alberico Gentili, *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. XVI, para. 3). Também aqui consultar Noel Malcolm, “Alberico Gentili and the Ottomans”, p. 76 e ss (defendendo que a sua principal justificação para a guerra contra os turcos prenderam-se com a legítima defesa preventiva).

⁷¹ Em sentido convergente ver a interpretação de Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, pp. 129-131; Peter Haggenmacher, “Pensiero umanitario e intervento in Gentili”, pp. 19-45; Amor Bavaj, *Alberico Gentili. Fondatore della scienza del Diritto Internazionale (saggio critico sulle origini della scienza del moderno diritto internazionale)*, p. 62; Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, pp. 154-158; id., “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm”, pp. 167-170.

⁷² Alberico Gentili, *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. XVI.

⁷³ Autores como Diego Panizza, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm”, p. 172, apesar de defenderem a inclusão geral de Alberico na tradição humanista, não deixam de associar a sua guerra justa humanitária à dimensão idealista do pensador.

⁷⁴ Como diz numa passagem do *De Iure Belli Libri Tre*, l. I, cap. x, para. 4: “hoje, sob os turcos, não vivem pública e pacificamente hebreus e cristãos? Turcos, hebreus, gregos, sinagogas de hebreus e igrejas de gregos, não vivem e prosperam sob os olhares do pontífice em Roma e em Ancona? Em São Pedro de Roma orientais e etíopes mantidos pelo pontífice observam seus cultos segundos seus costumes”. Cf., e.g., Paola Anna Pilittu, “Método científico e libertà di religione in Alberico Gentili” in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell’età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, pp. 41-55, e Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, p. 73.

⁷⁵ Ver discussão em Diego Panizza, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm”, pp. 173-207, sufragando tese já defendida por Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, pp. 234-245.

⁷⁶ Cf. a este respeito Diego Panizza, “Alberico Gentili: vicenda umana e intellettuale di um giurista italiano nell’Inghilterra elisabettiana”, pp. 54-56.

⁷⁷ Seguir para um paralelo similar, Gesina van der Molen, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, p. 137. Seguir igualmente Peter Haggenmacher, “Grotius and Gentili: A Reassessment of Thomas E. Holland Inaugural Lecture” in: Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 133-176.

⁷⁸ Thomas Hobbes estudou em Oxford no momento em que Gentili era docente da casa. A sugestão é feita por Diego Panizza, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato”, p. 213, para quem não é estranho colocar a possibilidade de Hobbes ter assistido às preleções de Gentili, e um

Mesmo autores que defenderam com maior entusiasmo a ideia de soberania absoluta do príncipe como Jean Bodin (1530-1596⁷⁹), não afastaram a concepção de que determinadas situações de opressão seriam intoleráveis e permitiriam que outros monarcas recorressem às armas para lhes pôr termo. Escrevendo também no contexto explosivo de guerras religiosas francesas⁸⁰, nos *Seis Livros sobre a República* (1576)⁸¹, o monarcómano francês, não obstante ter defendido que a “soberania é a potência absoluta e perpétua de uma República”⁸², não deixou de entender que, em casos de crueldade e opressão, os príncipes deveriam intervir contra o tirano⁸³. Baseando-se, por um lado, na sua ideia de limitação do poder real⁸⁴, e, por outro, no dever de auxílio a um povo tiranizado sem a oportunidade legal de se rebelar contra o seu soberano legítimo⁸⁵.

paralelo das ideias dos dois pensadores é feita por Carlo Galli, “Alberico Gentili e Thomas Hobbes. Crisi dell’umanesimo e piena modernità”, pp. 91-112, no entanto, concluindo pela diferença entre um pensador de transição – Gentili – e Vitória e Hobbes, o único verdadeiramente moderno.

⁷⁹ Bodin não dedicou qualquer obra específica ao Direito Internacional ou ao Direito de Guerra, mas era um teórico do Estado e, nesta medida, não se furtou a dar notáveis contribuições ao Direito Internacional, entre as quais se destaca o conceito central de soberania ou o papel importante do princípio da *pacta sunt servanda* como fator de limitação da liberdade internacional dos Estados (em geral sobre a importância do autor para o Direito Internacional, cf. Henri Legohérel, “Jean Bodin et l’Europe de son Temps”, *JHIL*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 38-47; Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, Leiden, MN, 2004, *passim* e, em especial, André Gardot, “Jean Bodin: sa place parmi les fondateurs du droit international”, *RCADI*, v. 50, n. 4, 1934-IV, pp. 545-747).

⁸⁰ Saliente-se que, nos moldes lembrados por autores como Henri Legohérel, “Jean Bodin et l’Europe de son Temps”, p. 38, o jurista, pouco antes da elaboração da sua obra principal, esteve presente no célebre massacre de São Bartolomeu e que fez parte da *entourage* de Henrique III, Rei de França, e no qual o autor aparentava nutrir simpatias pela tolerância religiosa dos calvinistas franceses advogada pelos católicos moderados (Ibid., p. 39). Conforme sustenta André Gardot, “Jean Bodin: sa place parmi les fondateurs du droit international”, p. 556, a sua obra inspirava-se na política local e na sua vida pessoal.

⁸¹ Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, Paris, Fayard, 1986, 6 v.

⁸² Ibid., I, I, cap. VIII, p. 179. Seguir, para comentários adicionais, Merio Scattola, “Diritto medioevale e scienza politica moderna nella dottrina della sovranità di Jean Bodin”, *IC*, n. 27, 1999, pp. 165-209.

⁸³ Dizia ser “muito lindo e magnífico para um príncipe usar a força para vingar todo um povo injustamente oprimido pela crueldade de um tirano (...) Em tais casos não existem dúvidas que um príncipe virtuoso pode agir contra um tirano seja pela força das armas, por intervenção diplomática ou um processo jurídico” (Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, I, II, cap. 5 (pp. 72-73).

⁸⁴ Estava sujeito à obediência ao Direito Divino, ao Direito Natural, em suma aos ditames da Justiça (Nas suas palavras, se “a justiça é o fim da lei, e lei é obra do príncipe, o príncipe é imagem de Deus, a lei obra do príncipe, pelo mesmo motivo, a Lei do Príncipe deve ser feita de acordo com o modelo da Lei de Deus” (Ibid., I, I, cap. XVII, p. 228), bem como aos Tratados e ao Direito Internacional, muito embora, este caso possa traduzir-se apenas numa limitação relativa, uma vez que esta poderia ser afastada nas situações em que a obediência levasse a resultados iníquos ou injustos. É isto que o jurista sustenta quando diz que “o soberano não está mais subordinado ao Direito Internacional do que aos seus próprios éditos: se o Direito das Gentes é iníquo, o Príncipe pode derogá-lo através dos seus éditos e proibir os seus súditos de deles fazer uso, como se fez do direito de escravatura neste reino, ainda que fosse comum a todos os povos” (Ibid), e, finalmente, aos compromissos do próprio soberano (Ibid.). Ver igualmente André Gardot, “Jean Bodin: sa place parmi les fondateurs du droit international”, pp. 624-625 e Telma Berardo, “Soberania, um novo conceito?”, *RBDCI*, a. 10, n. 40, 2002, p. 27, que chama a atenção para o tratamento superficial que se tem dado à tese da soberania de Bodinus e a desconsideração das limitações que a lei natural e a lei divina impunham ao poder.

⁸⁵ De acordo com Bodin, “quanto aos súbditos, é preciso saber se o Príncipe é absolutamente soberano (...). [Se for], não pertence a nenhum dos súbditos em particular, nem a todos no geral atentar à honra,

13.2. As guerras religiosas na Europa e a ‘intervenção em favor dos oprimidos’ no período moderno⁸⁶

13.2.1. A Prática do Período

O Renascimento marca um período de passagem para a Modernidade, e, como tal, antecipa, provavelmente sem consolidar, o conjunto de tendências que se concretizam na ideia da intervenção a favor dos oprimidos promovida, por um lado, pelas guerras religiosas do período, e, por outro, pela inauguração de bases pós-medievais e clássicas da teoria política. Depois da Reforma protestante, as guerras religiosas⁸⁷, dentre outras causas, vão dar origem a um conjunto de intervenções para a proteção de companheiros de fé, vítimas de perseguição em Estados estrangeiros⁸⁸, principalmente promovidas por governantes reformados⁸⁹ em defesa do “interesse

nem à vida do monarca, seja de facto, seja através da justiça (...) (Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, v. II, cap. V, pp. 73-75). Assim, conclui o jurista, “jamais pode o súbdito atentar contra a vida do Príncipe soberano, por mais cruel e tirano que seja” (Ibid., p. 80), não cobrindo esta ideia, por motivos evidentes, o caso do usurpador. Para comentários adicionais, Merio Scattola, “Diritto medioevale scienza politica moderna nella dottrina della sovranità di Jean Bodin”, pp. 200-209.

⁸⁶ Em geral sobre o cenário internacional neste período, recomenda-se a leitura de António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2002.

⁸⁷ A respeito desta tese, e por todos, Gaston Zeller, “Les Temps Modernes: de Christophe Colombe à Cromwell” in: Pierre Renouvin (org.) *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1953. t. II, p. 122 (destacando o impacto da reforma sobre as tradicionais rivalidades europeias, passando os motivos religiosos a imperar), Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, Petersborough, Ontario, BroadP, 2006, pp. 97-98 (dizendo que a religião era o fator mais importante, de onde resultava a própria brutalidade e inflexibilidade da guerra desse período, e Aline Goosens, “Wars of Religion: The Examples of France, Spain and the Low Countries in the sixteenth century” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 160-173.

⁸⁸ Aspeto notado desde há muito por estudiosos desta matéria (Cf. Roger Boegner, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, *RCADI*, t. 6, 1925, pp. 380-382); Pieter H. Kooijmans, “Protestantism and the Development of International Law”, *RCADI*, t. 152, v. 4, 1976, p. 107, que chama este tipo de intervenção explicitamente de intervenção humanitária, e, em particular, a recente contribuição de D. J. B. Trim, “‘If a prince use tyrannie towards his people’: interventions on behalf of foreign populations in early modern Europe”, pp. 29-66).

⁸⁹ Num período histórico marcado pela reforma e pelo protestantismo e pela sua luta por afirmação interna e internacional, não é de estranhar que essa corrente cristã tenha dado uma série de contribuições ao Direito e às Relações Internacionais daquela era (Cf. a este respeito, Pieter H. Kooijmans, “Protestantism and the Development of International Law”, pp. 96-109, chamando a atenção para os seguintes aspetos, aos quais, muitas vezes, de forma, no mínimo forçada, atribui um carácter inovatório: direito de resistência, configuração do Direito Internacional como Direito inter-estatal, secularização do Direito em geral, e do Internacional em particular, e um conceito novo de comunidade mundial), mas soberanos católicos também invocaram argumentos similares no caso da Irlanda que foi utilizada entre o arsenal argumentativo da tentativa de invasão da invencível armada de Filipe II e o envio de uma expedição ao Condado de Kinsale em 1601 (D. J. B. Trim, “‘If a prince use tyrannie towards his people’: interventions on behalf of foreign populations in early modern Europe”, pp. 52-53).

protestante”⁹⁰. Sem significar a inexistência de episódios de tolerância⁹¹, em geral, as minorias religiosas, por um lado, eram oprimidas ou mesmo massacradas e, por outro lado, sempre procuravam ascender ao poder para impor a sua religião⁹², fazendo originar uma instabilidade política interna permanente em praticamente todas as regiões da Europa, bem como uma propensão intervencionista em defesa dos “nossos”⁹³.

A – A intervenção inglesa na revolta das províncias espanholas do Norte da Europa (1566/68-1648) e nas Guerras Religiosas Francesas (1562-1598)

A guerra de independência das províncias espanholas do Norte da Europa iniciada em 1566/68⁹⁴, foi promovida e acirrada por minorias religiosas calvinistas⁹⁵ e pela nobreza e burguesia mercantis das ricas cidades neerlandesas⁹⁶ lideradas por Guilherme, o Silencioso, e pela repressão duríssima do dissenso em matéria de fé promovida por Filipe II, defensor acérrimo do catolicismo⁹⁷. Os intentos independentistas foram, regra geral, apoiados muito discretamente por potências estrangeiras⁹⁸, assumindo o auxílio, pelo menos de forma direta, uma dimensão mais financeira do que militar⁹⁹. Fora disso,

⁹⁰ Para a expressão, Andrew Thompson, “The Protestant interest and the history of humanitarian intervention, c. 1685- c. 1756” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 67-88.

⁹¹ A este respeito, Benjamin Kaplan, *Divided by Faith. Religious Conflict and the Practice of Toleration in Early Modern Europe*, Cambridge, Mass, HUP, 2007, *passim*.

⁹² O exemplo do conflito religioso em França entre católicos e huguenotes é clássico (para aprofundamentos, ver Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, pp. 99-112), mas outros podem ser identificados um pouco por toda a parte, nomeadamente entre calvinistas e arministas nos Países Baixos ou entre anglicanos, puritanos e católicos em Inglaterra.

⁹³ Não deixa de ser verdade que, de um lado, a Paz de Augsburg (1555), ao estabelecer o princípio do *cuius regio, eius religio*, deixava a fixação da religião de cada principado aos seus próprios governantes, não obstante garantir, de alguma forma, que devesse existir um certo grau de tolerância, muito embora sem qualquer pretensão de igualdade, em relação aos credos minoritários. Mesmo assim, um pouco por toda a parte, excessos e perseguições ostensivas ocorriam sistematicamente. Foi assim nos Estados de maioria católica, como a Espanha (incluindo as suas possessões nos Países Baixos, antes da independência), a França e os principados católicos da Alemanha, bem como nos de maioria protestante na Alemanha e Inglaterra (ver *Ibid.*, *passim*).

⁹⁴ Veja-se, no geral, o monumental Jonathan Israel, *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*, Oxford, OUP, 1995, caps. 7-10.

⁹⁵ Facto patente nos escritos que sustentaram ideologicamente a Revolta dos “batavos”, fortemente influenciados pelos teóricos calvinistas franceses, conforme se depreende do interessante texto de R.N. Carew Hunt, “Some Pamphlets of the Revolt of the Netherlands Against Spain”, *EHR*, v. 44, n. 175, 1929, pp. 388-399.

⁹⁶ Conforme salienta Herbert Rowen, “The Dutch Revolt: What Kind of Revolution?”, *RQ*, v. 43, n. 3, 1990, p. 572, o pior para a nobreza era a recusa do rei governar através deles, conforme vinha sendo feito até então.

⁹⁷ De acordo com *Ibid.*, p. 574.

⁹⁸ Geoffrey Parker, “Spain, Her Enemies and the Revolt of the Netherlands 1559-1648”, *P&P*, n. 49, 1970, p. 89, destaca que se tratava de um apoio “discreto” e “clandestino”.

⁹⁹ Em todo o caso, no início das operações, a maior parte dos recursos vinha do tesouro particular dos oranges na Alemanha ou de obrigações que eles próprios contraíam para financiar o exército, da utilização de butim resultante de atividades corsárias autorizadas por Guilherme, o Silencioso, do

houve, de facto, poucas intervenções efetivas em benefício dos revoltosos¹⁰⁰, sendo excepcionais as ações patrocinadas relutantemente por Elizabete II de Inglaterra¹⁰¹, que enviou, com alguma eficácia, um exército para lutar ao lado dos holandeses em 1585¹⁰², mas cujos propósitos eram tão humanitários quanto estratégicos¹⁰³.

No quadro das guerras francesas inter-religiosas¹⁰⁴, a rebelião de um dos bastiões do protestantismo gaulês e das liberdades locais, La Rochelle¹⁰⁵, no oeste de França, ocorre num período mais tardio, depois do primeiro quartel do século XVII, num momento em que a situação religiosa gaulesa já estava relativamente estável com a reconversão de Henrique de Navarra ao catolicismo e da sua sucessão por Luís XIII, seu filho. O sítio que este promoveu à cidade leva os revoltosos a pedir auxílio à Inglaterra, a única potência protestante com capacidade de os ajudar por via marítima. No entanto, esse apoio nunca chegou. Foi somente quando se descobriu que o rei de Inglaterra tinha inicialmente, no quadro das suas alianças anti-habsburgas, apoiado a França para

confisco de propriedade pertencente à Igreja Católica e apoiantes emigrados do reino da Espanha, e, por fim, de um imposto aplicado depois da declaração da independência e por um pequeno apoio da França (v. no essencial o estudo de W. Fritschy, “A ‘Financial Revolution Reconsidered: Public Finance in Holland During the Dutch Revolt, 1568-1648”, *EcoHR*, v. 56, n. 1, 2003, pp. 57-89).

¹⁰⁰ Passou à história a ideia da “ineptitude das intervenções externas” na guerra de independência dos Países Baixos (Geoffrey Parker, “Spain, Her Enemies and the Revolt of the Netherlands 1559-1648”, p. 73).

¹⁰¹ Em W.J. Tighe, “The Counsel of Thomas Radcliffe, Earl of Sussex, to Queen Elizabeth I Concerning the Revolt of the Netherlands, September 1578”, *SCJ*, v. 18, n. 3, 1987, p. 324, e Christopher Haigh, “Politics in an Age of Peace and War” in: John Morrill (ed.), *The Oxford Illustrated History of Tudor & Stuart Britain*, Oxford, OUP, 1996, pp. 330-360, encontra-se a comprovação da grande relutância da governante em empenhar a Inglaterra nesse conflito, resistindo à pressão de alguns dos seus conselheiros mais sensíveis para a causa protestante: o Duque de Leicester e Sir Francis Walsingham. Na verdade, o epíteto de protetora dos protestantes não assenta bem na Rainha inglesa como demonstra N.M. Sutherland, “The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics”, *EHR*, v. 107, n. 424, 1992, p. 596 (dizendo que a Rainha Elisabete, contra a sua vontade, mas conforme desejo de alguns colaboradores próximos, fora erigida como líder do protestantismo internacional. Por fim, enquadrando estas medidas na política externa realista da monarca, J. B. Clark, *The Reign of Elizabeth, 1558-1603*, 2. ed., Oxford, Clarendon, 1959, cap. IX).

¹⁰² Neste sentido, Geoffrey Parker, “Spain, Her Enemies and the Revolt of the Netherlands 1559-1648”, pp. 88-89.

¹⁰³ Jonathan Israel, *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*, pp. 220-230.

¹⁰⁴ Em específico sobre as guerras francesas de religião, cf. Richard Dunn, *The Age of Religious Wars, 1559-1715*, 2. ed., London, Norton, 1979, pp. 153-164 (“The Rise of French Absolutism, 1598-1661), Laurent Borquin, “Les défis des guerres de religion 1559-1610” in: Joël Cornette (dir.), *Histoire de France Politique: La Monarchie. Entre Renaissance et Révolution, 1515-1792*, Paris, EdS, 2000, v. II, pp. 74-160; Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, pp. 99-112 (“The Construction of Royal Absolutism in France, 1598-1661”).

¹⁰⁵ *Inter alia*, cf. Pascal Rambeaud, “The Origins of Rural Calvinism in Aunis: The Sphere of Influence of La Rochelle”, *SCJ*, v. 30, n. 2, 1999, pp. 367-395. O apego dos cidadãos à liberdade é destacada por estudos influentes, designadamente da lavra de Judith Pugh-Meyer, “La Rochelle and the Failure of the French Reformation”, *SCJ*, v. 30, n. 2, 1999, p. 174. Daí serem as rebeliões frequentes neste período, designadamente em 1614 (cf. Kevin Robbins, “The Social Mechanism of Urban Revolution: A Case Study of Leadership in the 1614 Revolt at La Rochelle”, *FHS*, v. 19, n. 2, 1995, pp. 559-590), de carácter eminentemente interno.

esmagar a sublevação¹⁰⁶ que o soberano, por um lado, cessou essa colaboração e, por outro, ponderou um auxílio ao burgo huguenote¹⁰⁷. Não se materializou, permitindo, deste modo, a queda da cidade¹⁰⁸ e aquilo que uma conhecida estudiosa do período chamou de “falhanço da reforma francesa”¹⁰⁹.

B – A intervenção protestante na Guerra dos Trinta anos (1618-1648)¹¹⁰

A Guerra dos Trinta Anos foi uma das mais destrutivas da história¹¹¹, uma compulsão destrutiva sem precedentes¹¹² e com prejuízos humanos e materiais notórios e, intensificados pelos desenvolvimentos tecnológico-militares do período¹¹³. É verdade que nem todos os atores tinham objetivos religiosos, o que é demonstrado pelo pragmatismo francês de entrar na guerra ao lado dos protestantes para estrategicamente minar o poder dos governantes habsburgos¹¹⁴, ou de certos principados protestantes que, por motivos de sobrevivência, preferiam não intervir para protegerem os seus companheiros de fé a correrem riscos militares¹¹⁵. Mas, mau-grado essas exceções, a dimensão religiosa desta guerra é incontornável¹¹⁶, levando à deflagração de conflitos¹¹⁷ a uma escala verdadeiramente europeia¹¹⁸, mas travada essencialmente na Alemanha.

¹⁰⁶ Thomas Cogswell, “Foreign Policy and Parliament: the Case of *La Rochelle*, 1625-1626”, *EHR*, v. 99, n. 391, 1984, p. 250, lembrando a política inicial de Jaime I.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 260.

¹⁰⁸ Em geral, vide Richard Dunn, *The Age of Religious Wars, 1559-1715*, p. 159, e Mark Konner, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, p. 177, que, nas suas obras mais gerais sobre o período, atestam a importância do acontecimento.

¹⁰⁹ Judith Pugh-Meyer, “La Rochelle and the Failure of the French Reformation”, pp. 169-183.

¹¹⁰ No geral, C.V. Wedgwood, *The Thirty Years War*, New York, NYRB, 2005 [orig.: 1932], e, para as fontes primárias, Tryntje Helfferich (ed.), *The Thirty Years War. A Documentary History*, Indianapolis, Hackett, 2009.

¹¹¹ Neste sentido, ver Anja V. Hartmann, “Identities and mentalities in the Thirty Years’ War” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, p. 174, apelidando o conflito de catástrofe.

¹¹² Houve, em grande medida, um retrocesso em relação à Idade Média (George Stadtmüller, *História del Derecho Internacional Público*, A. Truyol y Serra (trad.), Madrid, Aguillar, 1971, p. 166).

¹¹³ Cf: John Keegan, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995, p. 352.

¹¹⁴ Notando este mesmo aspeto, vide também Mark Konner, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, p. 160 (destacando a aliança estratégica entre a França e o rei da Suécia) e, em especial, Anja V. Hartmann, “Identities and mentalities in the Thirty Years’ War”, p. 182 (sustentando o desfecho baseado em alguns níveis de tolerância interconfessional); a mesma ideia resultando de Christoph Kampmann, “Peace Impossible? The Holy Roman Empire and the European State System in the Seventeenth Century” in: Olaf Asbach & Peter Schröder (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, pp. 197-230.

¹¹⁵ Myron Gutmann, “The Origins of the Thirty Years War”, *JIH*, v. 18, n. 4, 1988, p. 764, Roger Boegner, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, pp. 305-306, dizem que a sublevação não foi tida por legítima por todos, mesmo entre os príncipes protestantes.

¹¹⁶ Veja-se o contexto global em N.M. Sutherland, “The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics”, pp. 587-625.

¹¹⁷ A guerra começou oficialmente quando, por motivos religiosos e políticos, eclodiu um levantamento violento na Boémia contra a autoridade do imperador Habsburgo (Em geral, para discussões sintéticas, com os eventos essenciais, ver J.V. Polisensky, “The Thirty Years War”, *P&P*, n. 6, 1954, pp. 31-43;

Neste contexto, alguns intervenientes protestantes utilizaram de forma explícita argumentos de defesa das liberdades germânicas contra a opressão política e religiosa para justificarem a sua participação no conflito. Foi o caso de Cristiano da Dinamarca que deste modo se dirigiu aos governantes católicos do Império¹¹⁹, o de György Rácókzi, Príncipe da Transilvânia¹²⁰, e, particularmente, o de Gustavo Adolfo da Suécia no seu longo *Manifesto* de 1630. Neste documento, o monarca nórdico menciona, sem descuidar os argumentos puramente defensivos¹²¹ e sem embargo dos seus interesses estratégicos¹²², a defesa dos oprimidos e dos inocentes (muito embora neste caso suecos)¹²³. Por isso, muitos consideram-no um dos mais perfeitos percursores da doutrina das intervenções humanitárias¹²⁴. É de registar que, surpreendentemente, atendendo aos destinatários da comunicação serem protestantes e católicos, Gustavo procedeu a uma formulação transreligiosa do direito de intervenção, não se enfatizando a ideia da salvação dos “nossos oprimidos”, mas das pessoas perseguidas no geral. Todavia, declarações internas destacam a necessidade de defesa da religião protestantes¹²⁵. Apesar das preocupações de Gustavo Adolfo em incluir regras de disciplina militar para evitar precisamente que a causa da liberdade invocada fosse

Myron Gutmann, “The Origins of the Thirty Years War”, pp. 749-740; N. M. Sutherland, “The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics”, pp. 587-625).

¹¹⁸ Todas as grandes potências europeias participaram do conflito: o Sacro Império Romano Germânico, o Reino da Espanha e o Papado, de um lado, e a Dinamarca, Suécia, França, Inglaterra e depois as Províncias Unidas recém independentes em apoio à chamada União Evangélica formada pelos principados protestantes (Consultar Myron Gutmann, “The Origins of the Thirty Years War”, pp. 752 e ss).

¹¹⁹ ‘Letter of King Christian of Denmark [February 21, 1626]’ in: Tryntje Helfferich (ed.), *The Thirty Years War. A Documentary History*, doc. 11, pp. 77-82, alegando que estava a intervir para salvar a “liberdade alemã, que em todos os lugares está a sofrer” (p. 81).

¹²⁰ ‘Declaration of György Rácókzi, Prince of Transylvania [February 7, 1644]’ in: Ibid., doc. 227, pp. 227-232.

¹²¹ Cf. discussão em Ernst Erkman, “Three Decades of Research on Gustavus Adolphus”, *JMH*, v. 38, n. 3, 1966, p. 251.

¹²² Seguir C.V. Wedgwood, *The Thirty Years War*, pp. 259-324.

¹²³ Vide ‘Gustavus Adolphus, Manifesto on Invading Germany [July 1630]’ in: Tryntje Helfferich (ed.), *The Thirty Years War. A Documentary History*, doc. 15, pp. 99-103, acentuando que “não podia esperar para auxiliar os oprimidos, que com tanta urgência solicitaram a sua ajuda (...); nem para agir para o benefício dos seus vizinhos e amigos, e também para a segurança particular, pública e comum (...)” (p. 102).

¹²⁴ Considerando este caso como um precedente de intervenção humanitária, Roger Boegner, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, p. 281 (destacando a solidariedade religiosa como elemento motivador da intervenção); cf. igualmente Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, p. 154, e, em especial, o estudo recente de Pärtel Piirimäe, “Just War in Theory and Practice: The Legitimation of Swedish Intervention in the Thirty Years War”, *HJ*, v. 45, n. 3, 2002, pp. 499-523.

¹²⁵ Cf. ‘Letter of Gustavus Adolphus to Axel Oxenstierna [October 8, 1630]’ in: Tryntje Helfferich (ed.), *The Thirty Years War. A Documentary History*, pp. 103-107, chamando a atenção para os “perigos da religião evangélica ser expurgada de toda a Alemanha e os erróneos ensinamentos papais implantados outra vez no seu lugar” (p. 104).

desmentida pelos atos concretos das forças invasoras contra a população civil¹²⁶, o exército sueco, pelo menos em áreas católicas, *máxime* na Baviera, foram acusados de vários massacres¹²⁷. Esse facto mostra que as pautas dos interventores contra a opressão de minorias oprimidas eram, no fundo, legitimadas em razão da opressão das “nossas” minorias oprimidas, no período das guerras religiosas.

13.2.2. Os desenvolvimentos teóricos protestantes¹²⁸: Da Defesa Enfática de Junius Brutus e Grócio às reticências de Pufendorf

A – Junius Brutus – ativismo calvinista aplicado às intervenções humanitárias

Uma das obras mais importantes publicadas no contexto das guerras religiosas da Europa teve como autor o calvinista¹²⁹ francês Philippe Duplessys Mornay (1549-1523)¹³⁰. Era um político, militar e intelectual influente que colaborou diretamente com Henrique de Navarra (mais tarde Henrique IV) e com o Partido Huguenote durante o conflito religioso gaulês do século XVI, daí o epíteto de “papa dos huguenotes”¹³¹. Sob o pseudónimo de Junius Brutus¹³² na sequência do célebre Massacre de São Bartolomeu

¹²⁶ Seguir ‘The Second Part of the Swedish Discipline: Containing those Orders, and Articles of Warre, which have beene commanded by the King of Sweden, to be under their severall Penalties observed in his Majesties Camp. Garrisons, or elsewhere [1632]’ in: Ibid., doc. 19, pp. 125-135.

¹²⁷ Vide a este respeito, Anja V. Hartmann, “Identities and mentalities in the Thirty Years’ War”, p. 176.

¹²⁸ Cf. também Roger Boegner, “L’influence de la reforme sur le développement du droit international”, p. 301, e, para a literatura do período que discute a guerra justa, Tyler Rauert, “Early Modern Perspectives on Western Just War Thought” in: Howard Hensel (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 87-112.

¹²⁹ Esta confissão, conjuntamente com práticas extremamente ousadas, desenvolveu um arcabouço teórico respeitável, no sentido de amparar as suas pretensões políticas, tanto contra católicos quanto contra outras congregações protestantes, nomeadamente os luteranos, paradoxalmente utilizando os escritos mais radicais dos teóricos católicos. Por todos, cf. Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, pp. 589-590, com esta tese, David VanDrunen, “The Use of Natural Law in Early Calvinist Resistance Theory”, *JL&R*, v. 21, n. 1, 2006, pp. 143-167, e, por último, Harro Höpfl, *Jesuit Political Thought. The Society of Jesus and the State, c. 1540-1630*, Cambridge, UK, CUP, 2004.

¹³⁰ Para aspetos biográficos, ver Didier Poton, *Duplessys-Mornay. Le pape des huguenotes*, s.l., Perrin, 2006, e, antes, o clássico, mas apologético, Joachim Ambert, *Duplessys Mornay (1549-1623)*, Paris, Comon, 1847 (Fac Simile: Elibron, 2006), e o resumido Paul Moussiegt, *Hotman et Du Plessis Mornay. Théories Politiques des Réformes au XVI Siècle*, s.l., EdCah, 1899 (Reimpressão: Genève, Slatkine, 1970), pp. 14-18.

¹³¹ Didier Poton, *Duplessys-Mornay. Le pape des huguenotes*, *passim*.

¹³² Publicado num período conturbado para os huguenotes franceses, foi este o pseudónimo escolhido pelo autor. Por isto é que, durante muito tempo, a sua autoria foi atribuída a Hubert Languet, sendo, no entanto, predominante a ideia da obra ter sido escrita por Philippe Duplessys Mornay, conselheiro de Henrique IV, e um dos principais líderes protestantes gauleses (Veja-se Roger Boegner, “L’influence de la reforme sur le développement du droit international”, pp. 279-280), ideia já defendida por intérpretes desde o século XIX (e.g., Paul Moussiegt, *Hotman et Du Plessis Mornay. Théories Politiques des Réformes au XVI Siècle*, pp. 21-23); Didier Poton, *Duplessys-Mornay. Le pape des huguenotes*, p. 46,

publica uma obra intitulada *Vindicae contra Tyrannos*, em que faz uma defesa ferrenha da desobediência civil contra a opressão e contra a tirania religiosa¹³³ e discute a questão das intervenções em favor dos oprimidos¹³⁴, aceitando a ideia da intervenção, como fizeram outros teóricos protestantes¹³⁵.

O autor, fortemente influenciado pelo contexto no qual vivia e com a intenção de criticar a inação dos governantes protestantes em relação à perseguição religiosa em França, concebeu a intervenção em favor dos oprimidos (em matéria de religião) como uma verdadeira obrigação cristã¹³⁶, inferindo uma responsabilidade por omissão daqueles que a não fizessem¹³⁷. Deste modo, havendo situações de abusos os governantes deveriam usar a força de forma limitada para auxiliar a população oprimida¹³⁸ sem poderem, no entanto, aproveitar-se da situação para promoverem propósitos expansionistas ou hegemónicos¹³⁹. Sendo certo que a intervenção legítima

considera, no entanto, que, num sentido amplo, se pode considerar que terá sido uma obra escrita pelos dois – Mornay e Languet – quando mais não seja por ser fruto das suas conversas e estratégia política”.

¹³³ A maioria dos estudiosos da política do período destacou a importância dessa obra para a formulação da teoria moderna da legitimidade do governo (por exemplo, Arthur Herman, “Protestant Churches in a Catholic Kingdom: Political Assemblies in the Thought of Philippe Duplessis-Mornay”, *SCJ*, v. 21, n. 4, 1990, pp. 543-557, ou, antes disso, Paul Moussiegt, *Hotman et Du Plessis Mornay. Théories Politiques des Réformes au XVI Siècle*, pp. 24-50) e da desobediência civil (cf. Por exemplo, Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, p. 465 e ss, e David VanDrunnen, “The Use of Natural Law in Early Calvinist Resistance Theory”, pp. 143-167; outros, no entanto, parecem insistir na originalidade do calvinismo na introdução da ideia do direito de resistência em relação à autoridade injusta e, particularmente ímpia, (neste sentido, parece estar o curso de Pieter H. Kooijmans, “Protestantism and the Development of International Law”, p. 97, destacando o seu papel no desenvolvimento da figura do direito de resistência).

¹³⁴ É de se destacar a discussão que há quase um século, Roger Boegner, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, pp. 279-281, destacando esta linha como a mais importante da obra do autor.

¹³⁵ Por exemplo, a defesa da guerra justa contra o tirano vai aparecer igualmente em Johannes Althusius, *Política* in: Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 379-384, do seguinte modo: “a sétima causa justa para a guerra ocorre quando (...) a tirania é praticada contra os súbditos” (p. 380). O autor era, além de tudo, uma autoridade secular e eclesíastica calvinista na cidade alemã de Emden (v. Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Johannes Althusius (1557-1638): Defending the Commonwealth” in: *Ibid.*, pp. 377-378).

¹³⁶ Interpretação partilhada por outros estudiosos do autor, como Roger Boegner, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, p. 281.

¹³⁷ Para ele, os Príncipes cristãos que não ajudam uma população vítima das crueldades de um tirano, “são muito mais culpados de assassinato do que qualquer outro, porque eles podem proteger do perigo um número infinito de pessoas, que precisando urgentemente de socorro, sofrem a morte e tormentos sob as mãos cruéis de seus perseguidores” (Junius Brutus [Phillipe du Plessis Mornay], *Vindicae contra Tyrannos*, London, BaS, 1924, questão 4).

¹³⁸ A guerra deve, pois, ser realizada sempre que “um príncipe ultrajantemente ultrapasse os limites da piedade e da justiça” (*Ibid.*).

¹³⁹ “O príncipe vizinho pode justa e religiosamente sair do seu país, não para invadir e usurpar o de outro, mas para o conter dentro dos limites da justiça e da equidade” (*Ibid.*).

para Brutus era somente aquela que protegesse a verdadeira fé, a protestante¹⁴⁰, que é doutrina, dentro do seu contexto, de defesa das intervenções humanitárias.

B – Grócio: a intervenção em favor dos oprimidos como exceção ao princípio da não-intervenção

Grócio (1583-1645)¹⁴¹ esteve também envolvido em boa parte dos desenvolvimentos históricos assinalados¹⁴², os quais o marcaram incontornavelmente¹⁴³. Isso permitiu-lhe não só dar grandes contribuições à teoria da guerra justa¹⁴⁴, como exercer certa influência prática sobre os principais atores políticos do período¹⁴⁵, o

¹⁴⁰ Demonstra-o Roger Boegner, “L’influence de la reforme sur le développement du droit international”, pp. 280-281 (destacando o papel do contexto das perseguições religiosas como base da sua teoria política da intervenção e tentando demonstrar que não era apenas, na sua opinião, uma fraternidade religiosa, mas uma abertura para a fraternidade humana).

¹⁴¹ Uma das biografias mais completas do pensador holandês encontra-se na obra de Henk Nellen, *Hugo de Groot. Een leven in strijd om de vrede, 1583-1645*, Amsterdam, IB, 2007; aspetos biográficos de Hugo Grócio são igualmente tratados por Paulo Emílio Borges de Macedo, *Hugo Grócio: o Jurista da Guerra e da Paz*, Rio de Janeiro, LJ, 2006, pp. 1-32, as suas relações com o mundo lusófono, concretamente com o império colonial português, podem ver-se em António Manuel Hespanha, “Introdução” in: Hugo Grotius, *De Jure Belli ac Pacis [O Direito da Paz e da Guerra]*, Ciro Mioranza (trad.), Ijuí, EDUNIJUÍ, 2004, v. I, pp. 22-24, Richard Cox, “Hugo Grotius” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, pp. 386-395; os textos compilados por Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations, passim*, e em Knud Haakonssenn (ed.), *Grotius, Pufendorf and Modern Natural Law*, Dartmouth, Ashgate, 1999, pp. 3-104, podem proporcionar uma visão geral sobre o pensamento filosófico do holandês. É igualmente recomendável a síntese de Peter Haggenmacher, “Hugo Grotius (1583-1645)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1098-1101.

¹⁴² Siga-se, neste particular, C.G. Roelofson, “Grotius and the International Politics of the Seventeenth Century” in: Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, pp. 95-131.

¹⁴³ Ibid., pp. 129-130, aponta a associação de Grócio com a política intervencionista seguida pelo seu empregador sueco Axel Oxenstierna na Alemanha.

¹⁴⁴ Em geral, sobre o tópico em Grócio, G.I.A.D. Draper, “Grotius Place in the Development of Legal Ideas about War” in: Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, pp. 177-207; Steven Forde, “Hugo Grotius on Ethics and War”, *APSR*, v. 82, n. 3, 1998, pp. 639-648; Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 78-110; Arno Dal Ri Júnior, “Hugo Grotius entre o Jusnaturalismo e Guerra Justa: pelo Conteúdo Ético do Direito Internacional” in: Wagner Menezes (org.), *Direito Internacional e Direito Brasileiro: Estudos em Homenagem a José Francisco Rezek*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2004, pp. 76-95; Ileana M. Porras, “Constructing International Law in East Indian Seas: Property, Sovereignty, Commerce and War in Hugo Grotius *De Iure Praedae* – The Law of Prize and Booty or ‘On How to Distinguish Merchants from Pirates’”, *BrookJIL*, v. 31, 2006, pp. 741-804; e Hans Bloom (ed.), *Property, Piracy and Punishment. Hugo Grotius on War and Booty in the Iure Praedae – Concepts and Contexts*, Leiden, Brill, 2009.

¹⁴⁵ É conhecida a influência que o *De Juri Belli ac Pacis* exerceu sobre o governante sueco Gustavo Adolfo – de quem se diz que andava com um exemplar no seu cavalo durante a campanha germânica –, ao ponto dele a ter utilizado extensivamente para legitimar a intervenção nórdica na Guerra dos Trinta Anos, conforme demonstra persuasivamente Pärtel Piirimäe, “Just War in Theory and Practice: The Legitimation of Swedish Intervention in the Thirty Years War”, p. 514 (salientando que as fontes utilizadas no famoso *Manifesto* de Gustavo Adolfo foram retiradas de uma das passagens da principal obra do jurista de Delft) e como antes já tinha afluído Hedley Bull, “The Importance of Grotius in the Study of International Relations” in: id.; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, pp. 65-93, esp. 75.

batavo partiu de uma posição pouco fundamentalista em matéria religiosa¹⁴⁶, e advogou um minimalismo moral nas relações internacionais¹⁴⁷. Relativamente à guerra¹⁴⁸, estava igualmente afastado do realismo político¹⁴⁹ e do idealismo¹⁵⁰. É a partir de uma posição intermédia que o jurista batavo vai formular na sua *opus magnum*, o *De Iure Belli ac Pacis* (1625)¹⁵¹, o que pode ser considerado uma doutrina da intervenção humanitária¹⁵².

Efetivamente, apesar da contenção da guerra ser um dos principais objetivos teóricos e práticos da sua obra¹⁵³, de rejeitar o direito de resistência e de advogar

¹⁴⁶ Apesar de ser um convicto calvinista, era conhecido pela sua tolerância em relação à diversidade de credos. Neste sentido, posiciona-se igualmente Paulo Mêrea, “Suárez – Grócio – Hobbes” in: *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, Lisboa, INCM, 2004, p. 318 (sublinhando a sua moderação e tolerância da qual resultava o seu ecletismo e até ecuménica).

¹⁴⁷ Steven Forde, “Hugo Grotius on Ethics and War”, p. 639 e ss.

¹⁴⁸ Ibid., p. 639.

¹⁴⁹ Notadamente Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 78-110 (apresentando a influência humanista na sua formação e ideias).

¹⁵⁰ Conforme disse recentemente Henk Nellen, “Hugo Grotius’s Political and Scholarly Activities in the Light of his Correspondence” in: Hans Bloom (ed.), *Property, Piracy and Punishment. Hugo Grotius on War and Booty in the Iure Praedae – Concepts and Contexts*, pp. 16-30, Grócio não era pacifista (p. 27).

¹⁵¹ Lembra Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, p. 95, que esta obra também se relaciona com o momento que Grócio estava a passar, nomeadamente tentando regressar aos Países Baixos do seu exílio.

¹⁵² Não é demais insistir, tal como Ramón Hernández, “Proyección Internacionalista del Ius Belli de Vitoria e Soto” in: António Heredia Soriano (ed.), *Mundo Hispánico-Nuevo Mundo: Visión Filosófica. Actas del VIII Seminario de Historia de la Filosofía Española e Iberoamericana*, Salamanca, US, 1992, p. 31 e ss; Benedict Kingsbury & Adam Roberts, “Introduction: Grotian Thought in International Relations” in: Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, 1-64, esp. 43-44; Willelm van der Vlught, “L’Oeuvre de Grotius et son Influence dans le Développement du Droit International”, *RCADI*, t. 7, v. 2, 1925, p. 410 e ss) na influência de Vitória em Grócio nesta matéria. Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, p. 108, por sua vez, a nosso ver equivocadamente, vê nessas possibilidades de ‘intervenção’ uma prova da influência de autores humanistas, como Gentili, em Grócio. Parece que as possibilidades mínimas de intervenção admitidas por Grócio em favor de outrem se apresentam muito mais próximas dos escolásticos espanhóis do que dos humanistas do Renascimento, sem embargo de não deixar de ser exagerada a tese geral do autor relativamente ao medievalismo de Grócio, que, realmente, omite a existência de uma outra tradição filosófica, política, moral e jurídica anterior à modernidade – o humanismo – e a sua relevância sobre o pensamento do batavo. Neste sentido, globalmente, e sem prejuízo da influência maior ou menor nos diversos domínios jurídicos internacionais recobertos pela teoria de Grócio, parece que interpretações mais ecléticas que reconhecem a influência tanto da escolástica espanhola, como de autores humanistas – principalmente Alberico Gentili – são as mais precisas (v., e.g., Hartmut Schiedermaier, “The Influence of Grotius’ Thought on the *Ius Naturale* School”, *RCADI*, t. 82, v. 4, 1983, p. 412, n. 11, que sustenta que Gentili teve a mesma influência sobre o pensamento de Grócio do que aquela que Vitória teve, e Anton-Hermann Chroust, “A Summary of the Main Achievements of the Spanish Jurist-Theologians in the History of Jurisprudence”, *AJJ*, v. 26, n. 1, 1981, pp. 112-124, e Antonio Truyol y Serra, “Grotius dans les rapports avec les classiques espagnols du droit des gens” *RCADI*, t. 82, v. 4, 1983, pp. 431-451, em sentido similar).

¹⁵³ Conforme Benedict Kingsbury, “Grotius, Law, and Moral Scepticism: Theory and Practice in the Thought of Hedley Bull” in: Ian Clark. & Iver Neumann (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, Macmillan, 1996. p. 42; na literatura lusófona, em sentido convergente, o clássico, Paulo Merêa, “Suárez – Grócio – Hobbes”, p. 318.

genericamente uma doutrina de não-intervenção em assuntos de domínio interno¹⁵⁴, Grócio aceitou a ideia de que um Estado podia fazer a guerra em favor de outro desde que este tivessem causa justa¹⁵⁵ e servisse, em última instância, o objetivo da paz, em favor dos seus próprios súditos¹⁵⁶ e, para aquilo que nos interessa, de forma limitada, em benefício de estrangeiros, em situações que configurassem crueldade extrema dos governantes¹⁵⁷. Concebe-a restritivamente como um dever imperfeito de solidariedade universal¹⁵⁸, na senda dos outros auxílios prestados a outrem, e, na prática, como um corretivo da sua negação de um direito de resistência¹⁵⁹. Estava igualmente ciente de que essa possibilidade podia ser usada como pretexto para propósitos escusos¹⁶⁰, sem que isso, no entanto, servisse para negar a sua justiça¹⁶¹.

Por conseguinte, está-se perante uma das afirmações mais consistentes da doutrina das intervenções humanitárias no período moderno, designadamente porque Grócio promove, de forma decisiva, a laicização da teoria, afastando-a de qualquer noção de guerra santa (mas não de guerras para punir violações ao Direito Natural¹⁶²), que rejeitava, e dos seus sucedâneos calvinistas da intervenção em favor do que entendia ser

¹⁵⁴ A norma geral determina que “desde o momento em que as sociedades políticas foram estabelecidas, é certo que uma espécie de direito particular foi destinado aos chefes de cada uma dessas sociedades” Hugo Grotius, *De Jure Belli ac Pacis [O Direito da Paz e da Guerra]*, v. II § VII.

¹⁵⁵ Neste sentido, a tese esposada no Brasil, pelo historiador do Direito Internacional, Arno Dal Ri Júnior, “Hugo Grotius entre o Jusnaturalismo e Guerra Justa: pelo Conteúdo Ético do Direito Internacional”, p. 90, falha o alvo, ao tentar limitar as causas justas da guerra a aspetos defensivos, negando que Grócio defendesse a justiça da guerra humanitária, e sustentando o seu carácter pacifista. Não é a melhor leitura e tão-pouco a melhor aplicação da doutrina da guerra de Grócio à atualidade política internacional, na senda, aliás, de autores como Theodor Meron, “Common Rights of Mankind in Gentili, Grotius and Suárez”, pp. 110-112; Benedict Kingsbury & Adam Roberts, “Introduction: Grotian Tradition in International Relations”, pp. 41-42; R. J. Vincent, “Grotius, Human Rights, and Intervention” in: Hedley Bull; Benedict Kingsbury & Adam Roberts (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, pp. 241-256, esp. 247.

¹⁵⁶ Hugo Grotius, *De Jure Belli ac Pacis [O Direito da Paz e da Guerra]*, § I, II e III.

¹⁵⁷ Ibid., § VIII: (“(...) Quando a opressão é manifesta, se algum Busíris, Falaris, Diomédio da Trácia exerce sobre seus súbditos crueldades que não podem ser aprovadas por nenhum homem justo (...)).”

¹⁵⁸ Seria resultante da “união dos homens entre si” e seria bastante “para serem induzidos a prestar socorro” (Ibid., § VII); para uma síntese, Richard Cox, “Hugo Grotius”, p. 394 (defende este poder dos governantes punirem os que violam as leis da natureza).

¹⁵⁹ Chega a apontar que “(...) mesmo no caso de uma extrema necessidade, que os súbditos não pudessem tomar legitimamente em armas (ponto que vimos ser revogado na dúvida por aqueles mesmos que assumiram como objectivo defender o poder real) não se seguiria, contudo, que outros não pudessem tomá-las por eles” (Hugo Grotius, *De Jure Belli ac Pacis*, I. II, cap. XXV, § VIII).

¹⁶⁰ Admite que “pelas histórias antigas e novas que a ambição do bem de outrem procura esses pretextos (...)” (Ibid.).

¹⁶¹ Destaca a este respeito que “(...) se os maus abusam de uma coisa, o direito não cessa por isso de existir. Os piratas navegam também, os salteadores fazem uso da espada” (Ibid.).

¹⁶² Especialmente, enfocando este ponto, veja-se Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, p. 89, dizendo que, como bom humanista, apoiou a demanda de que podemos punir homens sobre os quais não possuíamos direitos políticos, e Paulo Emílio Borges de Macedo, *Hugo Grócio: o Jurista da Guerra e da Paz*, p. 103, que alinha pelo mesmo diapasão.

as “nossas” minorias oprimidas (ao mesmo tempo em que se tratava com licenciosidade os que não seguiam a ‘verdadeira fé’).

C – Samuel Pufendorf e as intervenções, particularmente por motivos humanitários – reticências gerais, endosso particular

Posteriormente, entre os publicistas que se seguiram a Grócio, a influência do jurista holandês é patente¹⁶³, ainda que efêmera. Um dos principais, Samuel Pufendorf (1632-1694¹⁶⁴), em 1673, endossou a ideia de uma intervenção em favor dos oprimidos, ainda que com grandes restrições¹⁶⁵, resultantes, provavelmente, do seu percurso nessa conturbada era e do papel que ocupou nos pequenos potentados germânicos que mais sofreram com a guerra dos Trinta Anos¹⁶⁶. Mais afeto à causa protestante do que Grócio¹⁶⁷ e a um ideal geral de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados¹⁶⁸, a

¹⁶³ Recomenda-se, por todos, e no essencial, Willelm van der Vlugt, “L’Oeuvre de Grotius et son Influence dans le Développement du Droit International”, pp. 458-472, e Hartmut Schiedermaier, “The Influence of Grotius’ Thought on the *Ius Naturale* School”, pp. 399-416, e, no caso específico do mundo de fala alemã em geral e de Pufendorf em particular, de grande importância no contexto deste ponto, é Frank Grunert, “The Reception of Grotius’s *De Jure Belli ac Pacis* in the Early German Enlightenment” in: T. J. Hochstrasser & P. Schröder (ed.), *Early Modern Natural Law Theories. Contexts and Strategies in the Early Enlightenment*, Dordrecht, KL, 2003, pp. 89-97.

¹⁶⁴ Aspectos da biografia do autor prussiano podem ser encontrados de forma resumida em Eric Wolf, *Grotius, Pufendorf, Thomasius. Drei Kapitel zur Gestaltgeschichte der Rechtswissenschaft*, Tübingen, Mohr, 1927, pp. 63-75; Simone Goyard-Fabre, *Pufendorf et le Droit Natural*, Paris, PUF, 1994, pp. 7-18, e um pouco mais expandidos na obra de Leonard Krieger, *The Politics of Discretion. Pufendorf and the Acceptance of Natural Law*, Chicago, UChP, 1965, pp. 11-33; o clássico de Paul Mayer, *Samuel Pufendorf. Ein Beitrag zur Geschichte seines Lebens*, Grima, Schiertz, 1894, pp. 1-31, inclui um relato sobre os anos da sua formação. Especificamente sobre o Direito Internacional em Pufendorf, v. Leonard Krieger, *The Politics of Discretion. Pufendorf and the Acceptance of Natural Law*, pp. 164-169; Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 140-165; Simone Goyard-Fabre, *Pufendorf et le Droit Natural*, pp. 207-238 (Cap. VII: “Le droit des gens et le droit naturel”), e Knud Haakonsen, “Samuel Pufendorf (1632-1694)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1102-1105.

¹⁶⁵ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, Oxford, OUP, 2001, p. 15, num dos principais trabalhos recentes sobre as intervenções humanitárias reconhece-o. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não existe qualquer radicalismo antibelicista no autor alemão, apenas reticências particulares em relação às intervenções por motivos humanitários e religiosos, bem como àquelas claramente despropositadas. Aliás, no tocante à teoria da guerra não se pode exagerar o afastamento de Pufendorf em relação aos seus antecessores, pois, como disse recentemente um estudioso – Göran Lantz, “Krig som bestraffning” [resumo em alemão] in: AAVV, *Samuel von Pufendorf, 1662-1692. Ett rätthistoriskt symposium i Lund – 15-16 januari 1982*, Stockholm, NB, 1986, pp. 137-141 – a sua filosofia não era menos intervencionista do que a de outros teóricos do Direito Natural, tese esta partilhada por muitos outros intérpretes do luterano tedesco (no mesmo sentido, Hans Welzel, *Die Naturrechts Samuel Pufendorfs. Ein Beitrag zur Ideengeschichte des 17. und 18. Jahrhunderts*, Berlin, DG, 1958, p. 82).

¹⁶⁶ Leonard Krieger, *The Politics of Discretion. Pufendorf and the Acceptance of Natural Law*, p. 13, e Simone Goyard-Fabre, *Pufendorf et le Droit Natural*, p. 8, destacam igualmente o impacto desses acontecimentos na vida e obra do pensador saxónico.

¹⁶⁷ Vide, por todos, Alfred Dufour, “La pensée politique de Pufendorf et la permanence de l’idée luthérienne de l’Etat” in: Marta Ferronato (org.), *Dal ‘De Jure Naturae et Gentium’ di Samuel Pufendorf alla Codificazione prussiana del 1794. Atti del Convegno Internazionale-Padova, 25-26 de ottobre 2001*, Padova, CEDAM, 2005, pp. 7-39 (que a vê nos seus escritos teológicos, bem como na sua concepção

opinião de Pufendorf sobre este tipo de operação militar não era substancialmente muito diferente, sendo apresentada igualmente como um dever imperfeito para as situações que não resultassem em prejuízos para os intervenientes e quando pudesse ser empreendida de modo conveniente¹⁶⁹. Para ultrapassar qualquer dúvida que se possa ter relativamente à posição do publicista germânico, a defesa das ações de Guilherme de Orange na Inglaterra¹⁷⁰ e a sua reação à revogação do Édito de Nantes – que o levaram a conceder maior liberdade à possibilidade de intervenção por motivos humanitários¹⁷¹ e até ao direito de resistência¹⁷² – reforça esta ideia de que ele admitia as intervenções em favor dos oprimidos, ainda que, por outro lado, tenha mantido sempre grandes reservas e cuidados na utilização dessa possibilidade pelos perigos que achava lhe serem inerentes¹⁷³.

política fortemente soberanista, negadora do direito de resistência, o que pode também incluir, como é sabido, elementos tendencialmente refratários às intervenções); Simone Zurbuchen, “Samuel Pufendorf and the Foundation of Modern Natural Law: An Account of the State of Research and Editions”, *CEH*, v. 31, n. 4, 1998, pp. 413-428, 421.

¹⁶⁸ A respeito da questão da guerra em Pufendorf, v. Simone Goyard-Fabre, *Pufendorf et le Droit Natural*, pp. 220-233 (que não faz, no entanto, qualquer referência às eventuais causas humanitárias legitimadoras de uma guerra).

¹⁶⁹ Nas palavras de Pufendorf, “quando não existe outra razão, a descendência comum pode sozinha ser motivo suficiente para irmos em defesa dos que estão sendo injustamente oprimidos, e imploram a nossa ajuda, desde que possamos fazê-lo convenientemente” (Samuel Pufendorf, *De Officio Hominis et Civis* (On Duty of Man and Citizen) [1675], New York, Oceana, 1964, l. II, § 16). Esta passagem tem sido largamente ignorada por aqueles que se aventuraram no tratamento do problema da guerra no saxónico. Leonard Krieger, *The Politics of Discretion. Pufendorf and the Acceptance of Natural Law*, p. 166, no entanto, não inclui as guerras por motivos humanitários.

¹⁷⁰ Michael Seidler, “‘Turkish Judgment’ and the English Revolution: Pufendorf on the Right of Resistance” in: Fiammeta Palladini & Gerald Hartung (hrgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1664-1964)*, Berlin, AkV, 1996, pp. 63-104, enfatizando, no entanto, principalmente a invocação de legítima defesa preventiva contra o poderio francês e os perigos para a Europa protestante do seu hegemonismo, o que não deixa de estar interligado com o sentido dado às guerras humanitárias de conflitos para a proteção da ‘nossa’ religião.

¹⁷¹ A tese é de Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 162-165.

¹⁷² Cf. discussão em Simone Zurbuchen, “Samuel Pufendorf and the Foundation of Modern Natural Law: An Account of the State of Research and Editions”, p. 422.

¹⁷³ Referindo-se a possibilidade de intervenção para proteger os outros: “Ainda assim, deve existir alguma restrição nisso, de maneira que ninguém, mesmo aquele que viva em liberdade natural, tenha automaticamente um direito de coagir e castigar outro que causou danos a outrem, com o único pretexto de que o bem público exige que as injúrias não sejam infligidas aos inocentes com impunidade, e que aquilo que atinge a uns pode atingir a todos. Pois, como aquele que é atacado dessa maneira não é privado do seu direito de repelir com força igual a força do outro, ao qual ele seguramente não injuriou, a humanidade seria acometida de duas guerras ao invés de uma. Efetivamente, é tão contrário à igualdade natural colocar-se a si próprio como árbitro das coisas humanas, como se fosse; sem mencionar o facto de que isso seria uma porta para muitos abusos, uma vez que não existiria praticamente ninguém contra quem não se poderia fazer a guerra com tal pretexto. Por isso, uma injúria feita a um terceiro somente nos dá causa suficiente para a guerra quando ele nos solicita auxílio, de tal sorte que fazêmo-lo em nome da vítima e não no nosso próprio nome (...)” (p. 260) (Samuel Pufendorf, “*De Iure Naturae et Gentium Libri Octo* (On the Law of Nature and Nations) [1672]” in: *The Political Writings of Samuel Pufendorf*, Craig Carr (ed.), Michael Seidler (trad.), Oxford, OUP, 1994, pp. 93-268).

As reticências de Pufendorf em relação a esse tipo de ações (bem como a negação do direito de resistência em relação ao tirano), levaram autores como Jean de Barbeyrac (1674-1744)¹⁷⁴, seu tradutor¹⁷⁵ e admirador¹⁷⁶, que ficou famoso muito mais pelo seu trabalho de transposição para o francês das principais obras do Direito Natural Moderno¹⁷⁷, principalmente do *De Iure Belli ac Pacis* de Grócio¹⁷⁸, de quem era também admirador¹⁷⁹, do que pelas suas contribuições originais¹⁸⁰, a censurá-lo¹⁸¹ e a

¹⁷⁴ A respeito desta relação e dessas críticas, ver Giulia Maria Labriola, *Barbeyrac interprete di Pufendorf e Grozio: dalla costruzione della sovranità all' teoria della resistenza*, Napoli, Scientifica, 2003, *passim*. Mais globalmente sobre o pensamento do exilado gaulês, recomenda-se Tim Hochstrasser, "Conscience and Reason. The Natural Law Theory of Jean Barbeyrac", *HJ*, v. 36, n. 2, 1993, pp. 289-308 [Reproduzido em Knud Haakonsen (ed.), *Grotius, Pufendorf and Modern Natural Law*, Dartmouth, Ashgate, 1999, pp. 381-400], Thomas Mautner, "Carmichael and Barbeyrac: the lost correspondence" in: Fiammeta Palladini & Gerald Hartung (hrsgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1964-1994)*, pp. 190-208, e, especialmente, a sua biografia em Philippe Meylan, *Jean Barbeyrac (1674-1744) et les débuts de l'enseignement du Droit dans l'ancienne Académie de Lausanne. Contribution a l'histoire du Droit Naturel*, Lausanne, FRoug/ LdU, 1937.

¹⁷⁵ Vide os já citados Samuel Pufendorf, *Les devoirs de l'homme et du citoyen, tels qu'ils son prescrit par la loi naturelle*, 3. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1715, Samuel Pufendorf, *Le droit de la nature et des gens, ou système general des principes les plus importants de la morale, de la jurisprudence, et de la politique*, 5. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1734, 2 v, e uma apresentação desta faceta de Barbeyrac em Meri Päävärinne, "Enlightened Translations: Knowledge Mediation and Jean Barbeyrac" in: Dries de Com (ed.), *Translation and the (Trans)formation of Identities. Selected Papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2008, 2009*, disponível em <http://www.kuleuven.be/cetra/papers/papers.html>, acesso a 1 de junho de 2012.

¹⁷⁶ Por exemplo, manifestada na vigorosa defesa que fez das teses de Pufendorf contra ácida e demolidora crítica de Leibniz, o seu grande rival (v. Petter Korkman, "Voluntarism and Moral Obligation: Barbeyrac Defence of Pufendorf Revisited" in: T. J. Hochstrasser & P. Schröder (ed.), *Early Modern Natural Law Theories. Contexts and Strategies in the Early Enlightenment*, pp. 195-225, e J.B. Schneewind, "Barbeyrac and Leibniz on Pufendorf" in: Fiammeta Palladini & Gerald Hartung (hrsgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1964-1994)*, pp. 181-189).

¹⁷⁷ Veja-se Giulia Maria Labriola, *Barbeyrac interprete di Pufendorf e Grozio: dalla costruzione della sovranità all' teoria della resistenza*, p. 17.

¹⁷⁸ Hugo de Groot, *Le droit de la guerre, et de la paix*, Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1724, 2 v.

¹⁷⁹ Cf. Giulia Maria Labriola, *Barbeyrac interprete di Pufendorf e Grozio: dalla costruzione della sovranità all' teoria della resistenza*, p. 25.

¹⁸⁰ Ainda que, a rigor, não sejam elas próprias desprezíveis como demonstraram recentemente Tim Hochstrasser, "Conscience and Reason. The Natural Law Theory of Jean Barbeyrac", pp. 289-308; Giulia Maria Labriola, *Barbeyrac interprete di Pufendorf e Grozio: dalla costruzione della sovranità all' teoria della resistenza*, *passim*, Petter Korkman, "Voluntarism and Moral Obligation: Barbeyrac Defence of Pufendorf Revisited", pp. 195-225, e Gabriella Silvestrini, "Rousseau, Pufendorf e la tradizione giusnaturalista settecentesca" in: Marta Ferronato (org.), *Dal "De Jure Naturae et Gentium" di Samuel Pufendorf alla Codificazione prussiana del 1794. Atti del Convegno Internazionale-Padova, 25-26 de ottobre 2001*, Padova, CEDAM, 2005, pp. 115-185, especialmente pp. 125-149 ("3. Barbeyrac fra Grozio e Pufendorf: diritto, tolleranza e diritto di resistenza") (lembrando a reação negativa que os seus comentários políticos suscitaram em J.J. Rousseau).

¹⁸¹ Simbolicamente as críticas de Barbeyrac não se manifestam na obra em que Pufendorf foi mais explícito na defesa desse tipo de ação (v. o *Les devoirs de l'homme et du citoyen, tels qu'ils son prescrit par la loi naturelle*, 3. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), pp. 393-404, especialmente a passagem sobre as intervenções (pp. 402-403), em que Barbeyrac não introduz qualquer comentário), mas na tradução do *De Iure Naturae et Gentium* (*Le droit de la nature et des gens, ou système general des principes les plus importants de la morale, de la jurisprudence, et de la politique*, 5. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), pp. 550-580, especialmente 556. Porém, deve dizer-se que Barbeyrac não é menos ambíguo do que

tentar ajustar as suas formulações a teses mais palatáveis a uma minoria perseguida¹⁸². Para o ativista huguenote, as limitações às intervenções em proteção dos oprimidos colocadas por Pufendorf significavam deixar os protestantes à mercê dos soberanos católicos, um aspeto central na sua vida e pensamento¹⁸³.

Outro publicista famoso ligado à Suíça¹⁸⁴ e a Barbeyrac¹⁸⁵, Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748¹⁸⁶), em certa medida também um expatriado¹⁸⁷, seguiu as orientações de Grócio ao aceitar a ideia da ‘intervenção em favor de outros’, adicionando, não obstante, argumentos mais fortes em relação à intervenção nas suas principais obras – publicadas, regra geral, postumamente, a partir de 1747, em versão largamente inacabada¹⁸⁸. Em certa medida um comentador do *De Iure Belli* de Grócio, pelo menos na parte do direito de guerra¹⁸⁹, mas igualmente apostado, como o seu

Pufendorf, pois, se, por um lado, defende, aparentemente influenciado por Locke, que conhecia muito bem, que em determinados casos existe um direito geral de punir crimes graves contra o Direito Natural, por outro, utiliza o exemplo dos homicídios em massa e da antropofagia dos índios, censurando Pufendorf por ter negado essa possibilidade e concordando com o exemplo nesse sentido dado por Bacon (p. 556, n. 6). Ademais, deve levar-se em consideração que na passagem citada por Pufendorf sobre a necessidade de alguma contenção nesses casos, pois poderia gerar-se ao invés de uma, duas guerras, Barbeyrac não faz comentários substanciais, limitando-se a concordar com o alemão (p. 556, n. 3). Isso poderia dever-se à necessidade dos huguenotes franceses mostrarem lealdade para com a França, mostrando que, não obstante a religião distinta, eram tão patriotas quanto os católicos e não iam advogar intervenções estrangeiras.

¹⁸² Siga-se David Saunders, “The natural jurisprudence of Jean Barbeyrac: translation as an art of political adjustment”, *ECS*, 36, n. 4, 2003, pp. 473–490.

¹⁸³ Barbeyrac estava fora da sua França natal desde os 11 anos, tendo passado por diversos lugares – Lausana, Frankfurt, Berlin, Lausana, Groningen –, foi professor de Direito nessas últimas cidades, sendo uma referência da comunidade de refugiados huguenotes, mas morreu sem jamais poder, por motivos religiosos, regressar à pátria (cf. Philippe Meylan, *Jean Barbeyrac (1674-1744) et les débuts de l’enseignement du Droit dans l’ancienne Académie de Lausanne. Contribution a l’histoire du Droit Naturel*, pp. 29-158).

¹⁸⁴ No entender de Bernard Gagnebin, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, Genève, EdIF, 1944, p. 9, destacando-o como um dos três grandes juristas helvéticos do século XVIII, juntamente com Barbeyrac e Vattel.

¹⁸⁵ Cf. as teses de Ibid., p. 38 (falando sobre a inspiração de Burlamaqui em Barbeyrac).

¹⁸⁶ Em geral sobre Burlamaqui, cf. Ibid., *passim*; Walther Habscheid, “Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) und seine Principes du Droit naturel” in: Franz Mayer (hrsg), *Staat und Gesellschaft. Festgabe für Günther Küchenhoff zum 60. Geburtstag am 21. August 1967*, Göttingen, OS, 1967, pp. 5-24, e Alain Renaut & Pierre Henri Tavoillot, “O pensamento político das Luzes” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política III: Luzes e Romantismo*, António Viegas (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 41-85, 64-70.

¹⁸⁷ Burlamaqui nasceu em Genebra, porém, como o próprio apelido já indicado, tinha ascendência italiana. Os Burlamaqui eram originários da Toscana, mais precisamente de Luca, onde tinham influência política, mas fugiram para o estrangeiro depois da Reforma Protestante e da Contra-Reforma católica (v. Bernard Gagnebin, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, p. 29). Não obstante, a família Burlamaqui integrou-se bem em Genebra, e Jean-Jacques foi professor de Direito Natural, Conselheiro de Estado e patrono das artes (Ibid., *passim*); mais resumidamente Walther Habscheid, “Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) und seine Principes du Droit naturel”, pp. 7-9.

¹⁸⁸ Para comentários, sobre os problemas associados à publicação da obra, cf. Bernard Gagnebin, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, pp. 85-92.

¹⁸⁹ Assim, Ibid., p. 162.

antecessor Barbeyrac, em sintetizar o holandês e o alemão¹⁹⁰, Burlamaqui aceita, dentro da sua concepção do Direito das Gentes¹⁹¹, a ideia da não-intervenção como regra¹⁹². Aponta, todavia, para o facto de que ela tem limites claros, precisamente a crueldade excessiva do soberano com a grande maioria dos seus súditos. O direito de punir e a lealdade derivada do pacto social cessam neste momento para os súditos que podem, assim, resistir eles próprios¹⁹³ e requerer ajuda externa, favorecendo, neste caso, as intervenções em favor dos oprimidos¹⁹⁴.

¹⁹⁰ Veja-se o trabalho recente de Gabriella Silvestrini, “Rousseau, Pufendorf e la tradizione giusnaturalista settecentesca”, pp. 150-167 (“4. Grozio, Barbeyrac e Burlamaqui: la teoria de la partage della sovranità”).

¹⁹¹ Esta dimensão da obra de Burlamaqui é comentada, *e.g.*, por Bernard Gagnebin, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, pp. 160-164.

¹⁹² Jean Jacques Burlamaqui, *Principles of Natural and Political Law*, 5. ed., Cambridge, CUP, UK, 1807, l. II, § XLVIII.

¹⁹³ Cf. igualmente Bernard Gagnebin, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, pp. 152-153.

¹⁹⁴ Assim, sempre que a humanidade se deparasse com uma situação de opressão desmesurada, “aqueles que estiverem em condições de dar-lhes [assistência], sem considerável dano próprio, não somente podem, mas devem fazer tudo o que podem para salvar os oprimidos, somente a partir de considerações de piedade e humanidade” (Jean Jacques Burlamaqui, *Principles of Natural and Political Law*, l. II, § XLIX).

CAPÍTULO DÉCIMO-QUARTO
DE VESTEFÁLIA AO DIREITO DE GUERRA DO *JUS PUBLICUM*
EUROPAEUM: NÃO-INTERVENÇÃO E EXCEÇÃO DAS INTERVENÇÕES
HUMANITÁRIAS?

14.1. As mutações jurídico-internacionais restritivas

Por um período de um século e meio¹, o mítico sistema estabelecido em Vestefália (1648)² foi o símbolo³ escolhido para servir de marco à ascensão do poderoso Estado-nação como sujeito por excelência do Direito Internacional⁴ e à emergência de uma nova ordem global⁵, assente em princípios, regras e prática internacional inovadores, designadamente a consagração da soberania dos Estados em matéria religiosa e política⁶, promovendo-se a laicização do Direito Internacional⁷ e impondo-se restrições

¹ Ver o enquadramento de Heinz Duckhardt, “From the Peace of Westphalia to the Congress of Vienna” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 628-653, e em Randall Lesaffer, “The Classical Law of Nations (1500-1800)” in: Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 408-440.

² Cf. sobre a mitificação de Vestefália, Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, Leiden, MN, 2004, *passim*.

³ Nunca é demais destacar que, mais do que um momento de rutura, a Paz de Vestfália, é um símbolo, pois, como é sabido, muitos dos seus traços não são mais do que o desfecho de desenvolvimentos pretéritos (Leo Gross, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, *AJIL*, v. 42, n. 1, 1948, p. 33, defendeu que, atendendo à diminuição de poder do Imperador, a paz foi apenas o confirmar de uma realidade). Assim, efetivamente, determinados princípios do moderno sistema europeu de Estados já haviam surgido em outros instrumentos jurídico-internacionais ligados à solução das guerras religiosas na Europa, como, por exemplo, na Paz de Augsburgo de 1555 e na Paz de Vervins de 1598 (cf. Randall Lesaffer, “La paix des Vervins (1598): souveraineté, territorialité, et développement du droit public européen” in: J.-M. Cauchies & S. Dauchy (eds.), *Personnalité, territorialité et droit: actes des journées internationales de la Société d'Histoire du Droit tenues à Bruxelles du 28 au 31 mai 1998*, Bruxelles, FUSL, 1999, pp. 131-152). Além disso, a mudança paradigmática ter-se-á estendido no tempo como têm reconhecido alguns historiadores do período (v. e.g., id., “Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle”, *JHIL*, v. 7, n. 1, 2005, p. 26 e ss; id., “The Westphalian Peace Treaties and the Development of Great European Peace Settlements prior to 1648”, *Grotiana*, v. 18, 1997, pp. 71-95; id., “The International Dimension of the Westphalian Peace Treaties: a Juridical Approach” in: F. Villaverde (ed.), *350 años de la Paz de Westfalia: Del antagonismo a la integración en Europa*, Madrid, BN/FCA, 1999, pp. 301-303).

⁴ Sobre o impacto da Paz de Vestfália no Direito Internacional, vide em específico Leo Gross, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, pp. 20-41 (predominantemente ligado ao levantamento do acontecimento no desenvolvimento do Direito Internacional); Randall Lesaffer, “The Westphalian Peace Treaties and the Development of Great European Peace Settlements prior to 1648”, pp. 71-95 (com análise de diversas cláusulas dos tratados); id., “The International Dimension of the Westphalian Peace Treaties: a Juridical Approach”, pp. 291-310. Na verdade, este é um tópico clássico em qualquer estudo de história geral do Direito Internacional Público, sendo tratado, nestes casos, de forma mais sintética (v. Antonio Truyol y Serra, *Histoire du Droit International Public*, Paris, Economica, 1995, pp. 65-68).

⁵ A respeito desta caracterização tradicional da Paz de Vestfália, vide Randall Lesaffer, “The International Dimension of the Westphalian Peace Treaties: a Juridical Approach”, pp. 291-293. Na síntese feliz de Leo Gross, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, p. 29, aquela é apercebida como sistema ancorado no Direito Internacional e no balanceamento do poder entre os Estados, adotando-se uma perspectiva horizontal ao invés de vertical.

⁶ Veja-se igualmente Leo Gross, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, p. 26.

ainda maiores em relação a qualquer doutrina intervencionista do período das guerras religiosas. Fundava-se, assim, o *Jus Publicum Europaeum*⁸, celebrado por diversos internacionalistas e teóricos do direito e da política⁹, sustentando politicamente no equilíbrio do poder dos Estados¹⁰.

Neste sistema, a guerra conhece um tratamento ambíguo, pois, se, por um lado, se transforma em meio legítimo geral para a defesa dos interesses nacionais¹¹, por outro, não poderia motivar intervenções no domínio reservado dos Estados. Mesmo assim, continuou a conviver com guerras justificadas, no sentido de serem necessárias para o equilíbrio do sistema¹², e com a utilização retórica da doutrina da guerra justa contra Estados militarmente mais fracos¹³, mas, no geral, era um sistema estruturalmente contrário a ideias a prudência de guerras humanitárias¹⁴.

⁷ Ibid.

⁸ Neste sentido, Antonio Truyol y Serra, *Histoire du Droit International Public*, p. 66. Sem, no entanto, desconsiderar o seu valor, como tem sugerido um conjunto crescente de historiadores do Direito e das relações internacionais têm questionado o valor fundacional da Paz de Vestfália, colocando-a, no seguimento da tradição da *Respublica Christiana*, como uma federação de Estados iguais e não soberanos, e deslocando a origem do *jus publicum europaeum* e os seus corolários do balanceamento do poder e da soberania estatal para o século XVIII. Este estaria, precisamente, na estabilização interna de diversos Estados, estabelecendo as condições para a emergência do moderno sistema de Estados criado posteriormente (cf., por todos, Randall Lesaffer, “Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle”, p. 26 e ss; e Randall Lesaffer, “The Westphalian Peace Treaties and the Development of Great European Peace Settlements prior to 1648”, pp. 71-95, que incluem extensa bibliografia sobre o assunto).

⁹ O mais famoso de todos é Carl Schmitt, *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, 4. auf., Berlin, D&H, 1997 [1. ed.: 1950], p. 111 e ss, mas recentes contribuições, como a de James Whitman, *The Verdict of Battle. The Law of Victory and the Making of Modern War*, Cambridge, Mass, HUP, 2012, têm também recuperado esta perspetiva de análise.

¹⁰ Na verdade, a questão do balanceamento do poder, deverá ser visto a partir de uma dupla-perspetiva: a mais natural é a existência de um balanceamento do poder *de facto*, a outra é a utilização do Direito Internacional para promover o balanceamento do poder enquanto situação ideal para a ordem jurídica internacional. Veja-se igualmente Alfred Vagts & Detlev Vagts, “The Balance of Power in International Law: History of an Idea”, *AJIL*, v. 73, n. 4, 1979, p. 555; 557. Para discussões sobre a promoção do balanceamento do poder pelas cláusulas dos tratados de Münster e Osnabruck, ver Ibid., pp. 560-561; contra esta tese, sustentando, outrossim, a ausência de qualquer referência consistente na prática internacional europeia, vide Heinz Duckhardt, “The Missing Balance”, *JHIL*, v. 2, n. 1, 2000, pp. 67-72.

¹¹ Randall Lesaffer, “Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle”, *passim*, que afirma com propriedade num “conceito não discriminatório de guerra” no século XVIII por oposição à conceção da teoria da guerra justa.

¹² Consulte-se Randall Lesaffer, “Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle”, p. 39, nota 45.

¹³ Como Alfred Vagts & Detlev Vagts, “The Balance of Power in International Law: History of an Idea”, p. 561, lembrem, a partilha da Polónia no século XVIII, foi justificada como uma forma de manter o balanceamento do poder na Europa, sendo correta igualmente a conclusão de Randall Lesaffer, “Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle”, p. 25, de acordo com o qual ela facilitava a legitimação dos atos internacionais de modo mais efetivo do que o quadro vigente debaixo da *Respublica Christiana*, incluindo através da modificação da situação territorial dos Estados e da influência exercida sobre os seus processos sucessório (p. 40). Esta tese foi recuperada de fora enfática pelo recente trabalho de Emmanuel Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012, pp. 71-92.

¹⁴ Vide James Whitman, *The Verdict of Battle. The Law of Victory and the Making of Modern War*, pp. 245-262.

14.2. Os casos: a Invasão da Inglaterra por Guilherme de Orange (1688) e eventos menores

Curiosamente, se Vestefália é tida como a base de uma ordem internacional de não-intervenção, o facto é que argumentações do tipo humanitário para fazer a guerra não deixaram de ser usadas na Europa em questões religiosas ou políticas. Oliver Cromwell, *lord protector* da república inglesa e líder da Revolução Puritana (1642-1651)¹⁵, cujas tendências ditatoriais eram evidentes, ameaçou usar a força contra o Piemonte em 1655 na sequência de perseguição de uma confissão religiosa, os Valdenses, naquele Estado¹⁶.

Foi o que também ocorreu no contexto da chamada Revolução Gloriosa que levou à deposição do Rei Jaime II por Guilherme de Orange, governante neerlandês, pondo fim à guerra civil inglesa¹⁷. A intervenção do vizinho europeu foi, na realidade, solicitada por parte da aristocracia inglesa¹⁸ receosa de uma eventual reconversão da monarquia ao catolicismo e à abolição dos impedimentos funcionais aos seguidores dessa confissão¹⁹. As suas características permitem levantar a questão de se saber se não se tratava de mais um precedente de intervenção humanitária²⁰, até porque a *Declaração* de intervenção de Guilherme enfatizava precisamente o objetivo de libertar a Inglaterra

¹⁵ Cf. Maurice Ashley, *Oliver Cromwell and the Puritan Revolution*, London, EUP, 1958.

¹⁶ Cf. D. J. B. Trim, “‘If a prince use tyrannie towards his people’: interventions on behalf of foreign populations in early modern Europe”, in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 53-64.

¹⁷ Para os momentos marcantes, J. R. Jones, *The Revolution of 1688 in England*, London, WaN, 1972; Mark Kishlansky, *A Monarchy Transformed. Britain 1603-1714*, London, ALan/Penguin, 1996; D. Alan Orr, *Treason and the State. Law, Politics and Ideology in the English Civil War*, Cambridge, CUP, 2002; Steve Pincus, *1688. The First Modern Revolution*, New Haven, YUP, 2009; o contexto intelectual é tratado pelo clássico de Christopher Hill, *Intellectual Origins of the English Revolution Revisited*, Oxford, Clarendon, 1997, e J. P. Kenyon, *The Stuart Constitution. Documents and Commentary*, Cambridge, UK, CUP, 1986, e Steven Pincus (ed.), *England's Glorious Revolution 1688-1689. A Brief History with Documents*, Boston/New York, Bedford/StMP, 2006, garantem acesso às fontes históricas mais importantes.

¹⁸ Seguir ‘Invitation of the Seven to the Prince of Orange [June 30, 1688]’ in: Steven Pincus (ed.), *England's Glorious Revolution 1688-1689. A Brief History with Documents*, doc. 1, pp. 37-38, invocando abusos à liberdade e à propriedade, bem como de direitos religiosos, ver também Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, Petersborough, Ontario, BroadP, 2006, pp. 269-274, especialmente 271, para alguns comentários. James McElligot & David Smith, *Royalists and Royalism During the English Civil War*, Cambridge, UK, CUP, 2007, que mostram que, como é natural, o rei tinha os seus apoiantes na nobreza inglesa.

¹⁹ Ver igualmente Mark Konnert, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, p. 272, destacando a diferente habilidade estratégica de Jaime e de Carlos II, que sabia recuar quando necessário em matéria religiosa, ao contrário do filho.

²⁰ Levantando esta hipótese, Roger Boegner, “L’influence de la reforme sur le développement du droit international”, *RCADI*, v. 6, 1925, p. 281, diz que prova de que era uma intervenção necessária foi o facto de, apesar dos riscos para as Províncias Unidas, ninguém se ter levantado contra ela no país.

do tirano papista e garantir a manutenção dos privilégios protestantes²¹. A resposta a esta indagação pode ser afirmativa no sentido de que muitos elementos que a caracterizam estão também presentes nesta experiência²², cujo desfecho permitiu a criação de um dos instrumentos jurídicos mais importantes do período moderno de proteção dos direitos fundamentais, a *English Bill of Rights* de 1689²³. Porém, sê-lo-ia num sentido tipicamente centrado no contexto de intervenção em favor dos ‘nossos’ oprimidos²⁴, sendo certo, que, em determinado sentido, o móbil era precisamente afetar ainda mais a liberdade religiosa dos católicos ou até impedir a concessão da igualdade na Inglaterra aos chamados “papistas”²⁵ e os resultados excessivamente castradores dos poderes reais alcançados, que foram recebidos a contragosto pela potência interventora²⁶.

Guilherme utilizou como justificação para a sua operação militar a ideia de que estava a defender a liberdade contra o absolutismo e o protestantismo contra o papismo do Rei. Na prática, dúvidas subsistem sobre a presença de elementos mínimos permissivos de uma intervenção humanitária²⁷. Para além disso, as suas reais intenções humanitárias eram muito pouco claras, já que, depois de ascender ao poder, a filosofia de limitação da monarquia, deixou de ser tão entusiasticamente defendida pelo *stadhouder* holandês²⁸.

²¹ William III, ‘Declaration [October 1688]’ in: Steven Pincus (ed.), *England’s Glorious Revolution 1688-1689. A Brief History with Documents*, doc. 2, pp. 39-43.

²² No cômputo geral, e não obstante a não linearidade do processo, os seus efeitos na proteção de minorias e na criação de um Estado limitado com liberdades individuais, é necessariamente positivo (v. Julian Hoppit, *A Land of Liberty? England 1689-1727*, Oxford, Clarendon, 2000).

²³ Veja-se ‘The Bill of Rights, an Act Declaring the Rights and Liberties of the Subject, and Settling the Succession of the Crown [1689]’ in: *Documents of the Constitution of England and the United States: From Magna Charta to the Federal Constitution of 1789*, Francis Bowen (ed.), Cambridge, JB, 1854, pp. 44-51, e, para comentários, Lois Schwoerer, “The Bill of Rights: Epitome of the Revolution 1688-89” in: J.G.A. Pocock (ed.), *Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776*, Princeton, PUP, 1980, pp. 224-243.

²⁴ Cf. Tony Claidon, “William III Declaration of Reasons and the Glorious Revolution”, *HJ*, v. 39, n. 1, 1996, p. 107 (defendendo que os defensores da intervenção e os porta-vozes de Guilherme defendiam a sua ação como resultado divino de restauração da verdadeira fé contra os papistas anticristo. Aliás, o próprio nome pelo qual se conhece o evento, não deixa de demonstrar fortes conotações religiosas como lembra James Pretzler, “Who Dubbed it Glorious Revolution?”, *Albion*, v. 19, n. 4, 1987, pp. 579-585.

²⁵ Cf., por todos, W. A. Speck, “The Orangist Conspiracy against James II”, *HJ*, v. 30, n. 2, 1987, pp. 453-462, e ‘The Bill of Rights, an Act Declaring the Rights and Liberties of the Subject, and Settling the Succession of the Crown [1689]’, *passim*.

²⁶ Guilherme III resistiu até onde pôde à extensão da limitação dos seus poderes presente na *Carta de Direitos de 1689*, como apresenta Lois Schwoerer, “The Bill of Rights: Epitome of the Revolution 1688-89”, pp. 234-236.

²⁷ Não existiam violações aos direitos humanos que a justificassem. Aliás, mesmo autores críticos concedem que Jaime II não era propenso a perseguições, nem sequer as religiosamente motivadas (v. Robin Gwynn, “James II in the Light of Treatment of his Treatment of Huguenot Refugees in England, 1685-1688”, *EHR*, v. 92, n. 365, 1977, p. 832).

²⁸ Com esta tese, Tony Claidon, “William III Declaration of Reasons and the Glorious Revolution”, p. 105.

Finalmente, na Alemanha, o próprio Sacro-Império autorizou por diversas vezes a deposição de príncipes e governantes que usaram o seu poder contra as populações e contra a tolerância religiosa, transformando-se em tiranos²⁹. Foram, designadamente, os casos de Ferdinand Karl von Hohenems-Vaduz por perseguição excessiva a bruxas (1683), William Hyacinth (1708) por opressão à minoria protestante e do Duque Karl Leopold Mecklenburg (1719), num total de quinze casos³⁰.

14.3. Os reduzidos efeitos de fórmulas de controlo constitucional: o sistema inglês e a Lei Fundamental Sueca de 1720

O desfecho da Revolução Gloriosa, do ponto de vista da evolução do Constitucionalismo, foi a emergência de Estados com poder limitado, em que este já não se encontrava concentrado nas mãos de monarcas absolutos, um aspeto que poderia indiciar mudanças no quadro de controlo jurídico-constitucional do uso internacional da força, designadamente por motivos humanitários, na Constituição material internacional da Grã-Bretanha³¹.

No entanto, muito pouco mudou neste sentido, uma vez que não só não se desenvolveram limitações materiais de carácter interno construídas de forma independente do Direito Internacional – já que, na realidade, na dimensão costumeira, que interessava contextualmente nesta matéria³², na célebre expressão representativa da caracterização feita por Sir William Blackstone (1723-1780³³), *international law is law of the land*³⁴ –, resultando na mera incorporação da regulação jurídica-internacional. E

²⁹ Brendan Simms, “A false principle in the Law of Nations?: Burke, state sovereignty, [German] liberty, and intervention in the Age of Westphalia” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 89-110.

³⁰ Vide Ibid., pp. 92-96.

³¹ No geral, cf. John Yoo, “The Eighteenth-Century Anglo-American Constitution and Foreign Affairs” in: *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005, pp. 30-54, destacando os poderes do executivo de iniciar e conduzir a guerra e do legislativo inglês de controlá-lo através dos seus poderes em matéria financeira, legislativa e de censura política (p. 32).

³² O sistema dualista que caracteriza a incorporação de tratados, nesse período histórico é menos relevante (a propósito desta tradição, Stephen Neff, “United Kingdom” in: Dinah Shelton (ed.), *International Law and Domestic Legal Systems. Incorporation, Transformation, and Persuasion*, Oxford, OUP, 2011, pp. 620-630, e, historicamente, mais uma vez, John Yoo, “The Eighteenth-Century Anglo-American Constitution and Foreign Affairs”, p. 45).

³³ Sobre o afamado jurista, ver Herbert Storing, “William Blackstone” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 622-634.

³⁴ Na realidade a expressão é representativa das ideias formuladas por Sir William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England in Four Books* [1765-1769], Philadelphia, J.B. Lippincott Co., 1893, l. iv, cap. v, p. 67, a respeito do assunto (“since in England no royal power can introduce a new law, or suspend the execution of the old, therefore the law of nations (wherever any question arises which is properly the object of its jurisdiction) is here adopted in its full extent by the common law, and is held to be a part of the law of the land. And those acts of parliament which have from time to time been made to enforce this universal law, or to facilitate the execution of its decisions, are not to be considered as

porque o controlo processual e orgânico que se poderia fazer no quadro de um sistema constitucional baseado na divisão de poderes e até na supremacia do Parlamento não se materializou³⁵. As prerrogativas reais³⁶, mais tarde assumidas materialmente pelo executivo governamental, asseguravam a estas entidades poderes para decidirem sobre o uso de forças armadas no exterior³⁷, cabendo ao Parlamento somente um poder de censura ao Governo em caso de má utilização daquelas³⁸ e de recusa de aprovação de leis necessárias ao cumprimento de obrigações convencionais assumidas pelo Executivo³⁹ relacionadas com um conflito armado internacional (alianças ou armistícios, por exemplo)⁴⁰.

De sua parte, na Europa continental, será a Suécia, um país com alguma importância no desenvolvimento do constitucionalismo⁴¹, a promover a primeira tentativa de ajustar a tradição monárquica a uma filosofia de limitação dos poderes em

introductory of any new rule, but merely as declaratory of the old fundamental constitutions of the kingdom, without which it must cease to be a part of the civilized world”).

³⁵ Ver igualmente David Armitage, “Parliament and International Law in the Eighteenth-Century Britain” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 135-153.

³⁶ Para um enquadramento geral dessas prerrogativas, Thomas Poole, “United Kingdom: the Royal Prerogative”, *ICON*, v. 8, n. 1, 2010, pp. 146-155, bem ainda como a obra de Vernon Bogdanor, *The Monarchy and the Constitution*, Oxford, UK, OUP, 1995.

³⁷ Seguir, mais uma vez, Blackstone, para quem “Upon the same principle, the king has also the sole prerogative of making war and peace. For it is held by all the writers on the law of nature and nations, that the right of making war, which by nature subsisted in every individual, is given up by all private persons that enter into society, and is vested in the sovereign power” (Sir William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England in Four Books* [1765-1769], pp. 257-258), bem ainda como o mais recente Nigel White, “The British Constitution and Military Action” in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, Oxford, UK, OUP, 2008, pp. 7-30, e, com outro foco, em “The United Kingdom: Increasing Commitment Requires Greater Parliamentary Involvement” in: Charlotte Ku & Harold Jacobson (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 300-322.

³⁸ Como diz Nigel White, “The British Constitution and Military Action”, p. 22, no entanto, não foi um controlo muito robusto e efetivo.

³⁹ Já dizia Sir William Blackstone que “It is also the king’s prerogative to make treaties, leagues, and alliances with foreign states and princes. For it is by the law of nations essential to the goodness of a league, that it be made by the sovereign power; and then it is binding upon the whole community: and in England the sovereign power, *quoad hoc*, is vested in the person of the king. Whatever contracts therefore he engages in, no other power in the kingdom can legally delay, resist, or annul. And yet, lest this plenitude of authority should be abused to the detriment of the public, the constitution (as was hinted before) hath here interposed a check, by the means of parliamentary impeachment, for the punishment of such ministers as from criminal motives advise or conclude any treaty, which shall afterwards be judged to derogate from the honour and interest of the nation” (Sir William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England in Four Books* [1765-1769], p. 257).

⁴⁰ Ver John Yoo, “The Eighteenth-Century Anglo-American Constitution and Foreign Affairs”, p. 45, sublinhando o papel do sistema dualista adotado na Grã-Bretanha sobre o controlo do uso dos poderes bélicos do Estado, já que permite a participação parlamentar em acordos de paz.

⁴¹ Veja-se a respeito Jean-Paul Lepetit, “La constitution suédoise de 1720: Première constitution écrite de la liberté en Europe continentale”, *JusP*, n. 9, 2013, p. 1, acentuando a longa tradição constitucional sueca.

matéria de política externa e de defesa⁴². Isto vai acontecer com uma lei fundamental aprovada no primeiro quartel do século XVII (em 1720)⁴³, que tentará instituir algum controlo e equilíbrio dos poderes do rei e do Parlamento em matéria de política externa e de defesa, traduzindo-se no poder do monarca travar a guerra contra os inimigos para a defesa dos súditos (o que, em todo o caso, já vinculava a condições o uso de poderes bélicos)⁴⁴, e, em caso de conflito continuado, mas que exigia, noutras situações, que a guerra fosse aprovada pelos Estados Gerais, o mesmo ocorrendo com as tréguas e alianças⁴⁵. Em qualquer caso, o lançamento de impostos para financiar a guerra sem o seu consentimento do parlamento sueco era vedado por essa Lei Fundamental de 1720⁴⁶, mas continha limites na capacidade de reunião do Parlamento: não estando este reunido, o seu papel seria assumido pelo Senado⁴⁷, órgão sujeito a maior controlo real.

14.4. Contribuições teóricas: posições realistas e liberais sobre o uso da força para proteger direitos humanos

14.4.1. Realismo Político Internacional e negação da guerra justa humanitária nos séculos XVII e XVIII por motivos internos: Hobbes, Espinosa e Hume

A tradição realista é, por definição, avessa a motivações idealistas para a guerra. Não porque seriam ilícitas ou imorais, mas particularmente por revelarem reduzida

⁴² Ver o enquadramento de Michael Roberts, *The Age of Liberties. Sweden, 1719-1772*, Cambridge, CUP, 1986, e discussão mais pormenorizada em Jean-Paul Lepetit, “La constitution suédoise de 1720: Première constitution écrite de la liberté en Europe continentale”, *passim*.

⁴³ ‘La Forme du Gouvernement de Suède, établie par S. M. & les États du Royaume le 2. May 1720 à Stockholm’, reproduzida em tradução francesa em *JusP*, n. 9, 2013.

⁴⁴ Estabelece o instrumento que “Il appartient à S. M. de maintenir son Royaume en paix, de le secourir, principalement contre toute force étrangère & toute violence & attaque ennemie” (Ibid., art. 5º).

⁴⁵ S. M. ne doit pas non plus; sans une délibération & un consentement antécédent des États du Royaume commencer la guerre & attaquer à main armée ses voisins qui sont en paix. Mais si quelques séditeux dans le pays, ou quelque ennemi du dehors vient armé & de force ouverte troubler la tranquillité du Royaume & en attaquer les frontières ; un dessein si mauvais doit être sur le champ prévenu, avec l’avis du Sénat, & sans attendre l’assemblée & la délibération des États, le Royaume doit être défendu, pacifié & délivré; & les impôts nécessaires et inévitables en pareil cas établis & continués jusqu’à ce que les États du Royaume puissent s’assembler (Ibid., art. 6º).

⁴⁶ A expressão é esta: “mais il ne doit pas pour cela, contre la loi, contre son serment Royal & ses assurances exiger de ses sujets des impôts, subsides pour la guerre, taxes, péages, levées de soldats & autres charges, sans la participation & le libre consentement des États au delà de ce que l’article suivant lui accorde; il ne doit pas non plus les étendre, ni les prolonger plus qu’il n’est permis de le faire conformément au contenu clair & positif de la concession qui lui en a été faite” (Ibid., art. 5º).

⁴⁷ “S. M. dans des cas de cette importance délibère avec le Sénat, prend avec lui les mesures les plus utiles, & les plus convenables pour le bien du Royaume & les fait exécuter sans retardement. Cependant il nous en sera donné connaissance dans la suite à la plus prochaine Diète : Mais lorsque la Diète se trouve actuellement assemblée on n’entreprend ni ne conclut rien en pareille matière à l’insu & sans le consentement des États” (Ibid., art. 7º).

prudência e grande afastamento dos verdadeiros interesses dos Estados. Hobbes (1588-1679)⁴⁸ tem a particularidade de ter sido o principal realista do século XVII e ator importante da guerra civil inglesa, quadro que lhe permitiu, ademais, desenvolver várias categorias do seu pensamento⁴⁹. Pese embora a sua teoria da soberania interna sobressair claramente, as reflexões de Hobbes sobre as relações internacionais⁵⁰ e sobre o Direito Internacional⁵¹, ainda que não lhe tivesse grande interesse⁵², não podem ser descartadas.

⁴⁸ Em geral sobre Hobbes, especialmente a sua teoria política, mas incluindo alguns aspetos biográficos, recomenda-se Laurence Berns, “Thomas Hobbes” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey, *History of Political Philosophy*, pp. 396-419; Crawford B. MacPherson, “Introduction” in: Thomas Hobbes, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, C.B. MacPherson (ed.), London, Penguin, 1985, pp. 9-63; Richard Tuck, *Hobbes*, Adail Sobral & Stela Gonçalves (trad.), São Paulo, Loyola, 2001; Gabriel Negretto, “Hobbes’ Leviathan: The Irresistible Power of a Mortal God”, *AeD*, v. 4, 2001, pp. 179-191; José Sálvio Leopoldi, “Aspectos Antropológicos da Filosofia de Hobbes”, *Alceu*, v. 1, n. 2, 2001, pp. 108-128; John Rawls, “Lectures on Hobbes” in: *Lectures on the History of Political Philosophy*, Samuel Freeman (ed.), Cambridge, Mass, HUP, 2007, pp. 23-99.

⁴⁹ A relevância natural do trágico evento é aceite e salientada por grande parte dos estudiosos da guerra e do estado de natureza em Hobbes – e.g., Jakob Schneider, “Nature and State. War and Peace according to Thomas Hobbes. Remarks on Modern Subjectivity”, *Integração*, a. 10, n. 38, 2004, pp. 265-279 – e comprovada por declaração do próprio autor, seja no *Leviatão*, seja em outras intervenções, designadamente numa passagem da sua *opus magnum*, quando lembra da possibilidade permanente de qualquer Estado descambar para uma situação d guerra civil (Thomas Hobbes *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, Parte I, cap. XII, § 63).

⁵⁰ Richard Tuck, *Hobbes, passim*, pp. 85-98, para uma interpretação contextualizada da questão, e Iara Costa Leite, “Argumentos para uma Dissociação da Filosofia Política de Hobbes da Tradição Realista”, *CI*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 7-50, negando essa associação, embora aceitando a sua utilização pelos seus confrades da teoria das relações internacionais.

⁵¹ Sobre o Direito Internacional em Hobbes, cf. Simone Goyard-Fabre, “Les silences de Hobbes et de Rousseau devant le droit international”, *APD*, t. 32, 1987, pp. 59-69, esp. 61-64; Robinson Grover, “Hobbes and the Concept of International Law” in: Timo Airaksinen & Martin Berman (eds.), *Hobbes: War among Nations*, Aldershot, Gower, 1989, pp. 79-90; Mark Janis, “Sovereignty and International Law: Hobbes and Grotius” in: Ronald St. John MacDonald (ed.), *Essays in Honour of Wang Teyu*, Dordrecht, MN, 1994, pp. 391-400; Kinji Akashi, “Hobbes’s Relevance to the Modern Law of Nations”, *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 199-206; Charles Covell, *Hobbes, Realism and the Tradition of International Law*, Hampshire, Palgrave-MM, 2004; David Armitage, “Hobbes and the Foundations of Modern International Thought” in: *Foundations of Modern International Thought*, pp. 59-74.

⁵² Na prática, isso traduz-se numa espécie de devolução daquilo que Hobbes usou emprestado da esfera internacional para desenvolver a sua caracterização do estado natural da humanidade, fosse pela utilização ostensiva de uma lógica inspirada no célebre relato de Tucídides da Guerra do Peloponeso (Veja-se, *inter alia*, Jakob Schneider, “Nature and State. War and Peace according to Thomas Hobbes. Remarks on Modern Subjectivity”, pp. 265-266), fosse igualmente pelos próprios exemplos que utiliza amiúde no texto para comprovar a existência de tal situação. É de se notar que o autor, na sua tentativa antecipada de responder a eventuais críticas relativamente à historicidade do seu estado de natureza, além do exemplo dos “povos selvagens da América do Norte, exceptuando no que concerne ao governo das pequenas famílias, cuja concórdia depende da luxúria natural, não possuem qualquer governo” e da própria guerra civil, pois, ainda que hipoteticamente, “poderia permitir perceber que modo de vida existiria se não houvesse um poder comum a temer; [se] o modo de vida que os homens antigamente sob um governo pacífico degenerasse numa guerra civil” – embora admitisse que isso nunca foi generalizado em qualquer dessas esferas –, dá o exemplo das relações internacionais, pois, “sempre, Reis e pessoas com autoridade soberana, em razão da sua independência e inveja permanente, numa situação e postura de gladiadores, tiveram as suas armas apontadas e os seus olhos fixados uns nos outros” (Thomas Hobbes *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, Parte I, cap. XII, § 63).

Não sendo a guerra internacional preocupação direta de Hobbes⁵³, mas sim o conflito interno⁵⁴, o facto é que o filósofo descartou um dos principais pressupostos de justificação das intervenções: a reação à crueldade dos tiranos. Tinha-as por ilógicas – para ele, a conduta de um governante é, em última instância, por aplicação do contrato social, uma ação do próprio súdito, que lhe concedeu poderes gerais⁵⁵ para estabelecer o lícito e o ilícito e o *meum* e o *tuum*⁵⁶. Isto com o fim de que o governante lhe proteja da morte violenta⁵⁷ e garanta a segurança e o bem públicos⁵⁸. Neste sentido, distanciava-se das intervenções humanitárias, na medida em que o próprio súdito autoriza o *leviathan* a adotar as medidas que entendesse necessárias.

Benedito Espinosa (1632-1677)⁵⁹ vai ser ainda mais restritivo na adoção de uma posição realista⁶⁰ e limitada no que concerne às intervenções por motivos humanitários,

⁵³ Em especial sobre a guerra em Hobbes, recomenda-se, por todos, F. C. Spits, “Hobbes’ View on War and Peace” in: Robert Akkerman; Peter van Krieken & Charles Pannenburg (eds.), *Declarations on Principles. A Quest for Universal Peace*, Leyden, Sijthoff, 1977, pp. 101-119; Jakob Schneider, “Nature and State. War and Peace according to Thomas Hobbes. Remarks on Modern Subjectivity”, pp. 265-279; e Pärtel Piirimäe, “The Explanation of Conflict in Hobbes *Leviathan*”, *Trames*, v. 10, n. 1, 2006, pp. 3-21.

⁵⁴ Cf. C. Spits, “Hobbes’ View on War and Peace”, p. 102, e a interpretação clássica de Crawford B. MacPherson, “Introduction”, p. 9, autores que já tinham chamado a atenção para a sua preocupação com a guerra civil e não com a internacional.

⁵⁵ Thomas Hobbes, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, cap. XVIII, § 4, é claro neste ponto quando sentencia: “Como todo o súdito é, através desta instituição, autor de todas as acções e julgamento do soberano instituído, disso decorre que qualquer coisa que ele faça não pode ser injurioso para os seus súditos, nem poderá por nenhum deles ser acusado de injustiça”.

⁵⁶ Ou, como diz na versão inglesa, o “*Mine and Thine*” (Ibid., cap. XVIII, § 63).

⁵⁷ O politólogo fala-nos, em diversos momentos, do “medo da morte violenta” (e.g., Ibid., Parte I, cap. XVIII, § 62).

⁵⁸ Para reforçar a ideia, cita-se outra passagem de Hobbes, na qual o autor sustenta que “A única forma de erigir tal Poder comum, que seja capaz de defendê-los da invasão de estrangeiros e das injúrias uns dos outros, e, deste modo, garantir a sua segurança de tal modo que, pela sua indústria e pelos frutos da Terra, poderão alimentar-se e viver satisfatoriamente, é conferir todo o seu poder a um Homem ou a uma Assembleia de homens, que poderão reduzir todas as suas vontades, pluralidade de vozes, a uma só vontade. Isso significa dizer indicar um homem ou assembleia de homens para suportar a sua Pessoa, e todos apropriarem-se e reconhecer a si a autoria do que a sua pessoa faça, ou ocasione, naquilo que diz respeito à sua Paz Comum e Segurança. E, pois, submeter a sua vontade à vontade dele e o seu julgamento ao julgamento dele” (Ibid., cap. XVIII). Em particular, cf. Cláudio Leivas, “Situação de conflito e condição de obrigação em Hobbes”, *Dissertatio*, n. 9, 2000, pp. 19-35, salientando que toda a punição deveria ter como propósito o bem público (p. 34).

⁵⁹ Uma exposição geral da vida de Espinosa pode ser encontrada em Steven Nadler, *Spinoza. A Life*, Cambridge, UK, CUP, 1999, e uma versão mais concisa em Wiep van Bunge, *Philosopher of Peace. Spinoza, Resident of the Hague*, Den Haag, MoTH, 2008, *passim*; o contexto é apresentado por Henry Méchoulan, *Dinheiro e Liberdade. Amsterdam no tempo de Spinoza*, Lucy Magalhães (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1992.

⁶⁰ Resultado da influência direta de Hobbes sobre o seu pensamento (No geral, cf. Noel Malcolm, “Hobbes and Spinoza” in: J. H. Burns (ed.) & Mark Goldie (assi.), *The Cambridge History of Political Thought, 1450-1700*, Cambridge, UK, CUP, 1991, pp. 530-557), embora haja quem defenda que a sua posição é até mais radical do que a de Hobbes neste particular (v. Edwin Curley, “The State of Nature and Its Law in Hobbes and Spinoza”, *PhiT*, v. 19, n. 1, 1991, p. 98).

e isto apesar de ter sido acérrimo defensor das liberdades⁶¹ face à pressão ortodoxa dos calvinistas sobre os republicanos seculares⁶² e de ter sido perseguido por motivos de fé nas Províncias Unidas pelos seus próprios companheiros hebraicos portugueses⁶³. Para Espinosa, o cenário internacional era imprevisível⁶⁴ e anómico⁶⁵, de tal sorte que as unidades do sistema, particularmente as repúblicas para as quais escrevia, deveriam estar sempre prontas para essas eventualidades e adversidades. Porém, o cidadão dessas repúblicas, sobre quem recaía, em última instância, o fardo da guerra⁶⁶, somente deveria

⁶¹ Diz-nos Bento Espinosa, *Tractatus Politicus*, Manuel Castro (trad.), Lisboa, EE, 1977, cap. VII, § 40, p. 67, que “no que respeita à religião, os templos não devem ser construídos à custa das cidades, nem deve haver lei sobre as crenças, a não ser que sejam sediciosas e destruam os fundamentos da cidade. Aqueles a quem é dada a liberdade de praticar publicamente um culto religioso, edificarão templos, se o quiserem, a expensas suas. Quanto ao rei, terá na sua corte um templo seu para nele praticar a religião de sua escolha”), estendendo-a claramente à liberdade de ensino: “As universidades, fundadas à custa do Estado, são instituídas, menos para cultivar o espírito, do que para o constranger. Numa república livre, pelo contrário, a melhor maneira de desenvolver as ciências e as artes é dar a cada uma licença para ensinar à sua custa e com o perigo da sua reputação” (Ibid., cap. VIII, § 49, p. 128).

⁶² Os irmãos de Witt, Cornelius e Johann, morreram na sequência de um linchamento depois da invasão da República por forças estrangeiras, aproveitada pela oposição interna, de radicais religiosos e do partido orangista, contra o seu Governo, factos esses que exerceram grande impacto na vida de Espinosa, nessa altura já *persona non grata* em vários círculos pelas ideias esposadas nos seus livros (v. Wiep van Bunge, *Philosopher of Peace. Spinoza, Resident of the Hague*, pp. 14-15), auxiliando ao desenvolvimento das suas posições republicana na esfera interna, e colocando-o, no fundo, entre Hobbes e Rousseau (v. Georg Geisman, “Spinoza – Beyond Hobbes and Rousseau”, *JHI*, v. 52, n. 1, 1991, pp. 35-53, que discute esta questão).

⁶³ Sobre isto, cf., e.g., a influente biografia de Steven Nadler, *Spinoza. A Life*, pp. 116-154; Allan Nadler, “Romancing Spinoza”, *CM*, December 2006, pp. 25-30, bem como também Noel Malcolm, “Hobbes and Spinoza”, p. 551, comentando a questão do banimento de Spinoza da comunidade por heresia.

⁶⁴ Com o recurso a argumentos tipicamente hobbesianos, Espinosa considera que “Este tratado manter-se-á tanto tempo quanto a causa que determinou o seu estabelecimento, isto é, enquanto o temor de um mal, ou a esperança de um proveito subsistirem; se esta causa deixa de agir sobre qualquer das duas Cidades, esta guardar o direito que lhe pertence e o laço que ligava as duas Cidades uma à outra rompe-se por si mesmo. Cada Cidade tem, portanto, todo o direito de romper o tratado quando quiser, e não se pode dizer que age por astúcia ou perfídia porque quebra os seus compromissos, quando já não tem qualquer razão para temer: a condição é, com efeito, igual para cada um dos contratantes; a primeira que se libertar do temor tornar-se-á independente e, por consequência, fará o que melhor lhe convier. Aliás, ninguém contrata com vista ao futuro, senão considerando as circunstâncias presentes, e se tais circunstâncias se alteram, a própria situação se altera inteiramente. Por este motivo, cada uma das Cidades ligadas por um tratado conserva o direito de preservar os seus interesses; cada uma, consequentemente, esforçar-se tanto quanto pode por se libertar do medo e retomar a independência, e também por impedir que a outra se torne mais poderosa” (Bento Espinosa, *Tractatus Politicus*, cap. III, § 14, pp. 38-39). Ver comentários sobre a sua teoria do Direito Internacional em H. Lauterpacht, “Spinoza and International Law”, *BYIL*, v. 8, 1927, pp. 89-107.

⁶⁵ Como salienta o autor, “dois Estados estão um em relação ao outro em estado natural, com a diferença que a Cidade pode defender-se a si mesma da opressão de uma outra Cidade, coisa de que o homem em estado natural é incapaz, fatigado como está quotidianamente pelo sono, frequentemente por uma doença do corpo ou da alma, e, enfim, pela velhice, exposto, além disso, a outros males de que a Cidade se pode defender.” (*Tractatus Politicus*, cap. III, § 11, p. 37).

⁶⁶ Autores como Jonathan Israel, *Spinoza, the Enlightenment and the Making of World Peace*, The Hague, MoT, 2007, pp. 18-19, lembram que há em Spinoza a consideração da tese popularizada por Kant da ‘Paz Democrática’, muito embora, como lembra Oliviero Angeli, “Il timore della guerra giusta. Le vie della pace nella filosofia politica di Baruch Spinoza”, *Ethica*, v. 4, n. 2, 2005, pp. 97-109, a associação entre Kant e Spinoza manifesta-se na ideia de que a paz viria da ordem interna dos Estados e não do Direito Internacional (p. 108).

a ela recorrer para se autopreservar⁶⁷ e para proteger as liberdades públicas⁶⁸, não parecendo que estivesse incluído no rol dessas possibilidades guerras para proteger o povo de outra nação por mais oprimido que estivesse.

David Hume (1711-1776), também com alguns traços realistas na sua filosofia internacional, posicionou-se no sentido de insistir na concepção de que a paz global somente podia ser garantida enquanto se mantivesse o equilíbrio de poder entre as nações e se evitasse que o engrandecimento de uma resultasse num natural desejo de império, como tinha acontecido com a Roma antiga⁶⁹. Foi a sua forma de sustentar que a adoção de posição hegemónica leva inevitavelmente um Estado a tratar os outros como seus inferiores morais e civilizacionais e autorizar-se a usar a guerra para lhe submeter aos seus próprios padrões.

14.4.2. O Pensamento Liberal e Para-Liberal: Locke e Montesquieu Falam sobre Guerra, Direitos Naturais e Uso Internacional da Força por Motivos Humanitários

John Locke (1632-1704), outros dos grandes filósofos que escreveram no contexto da guerra civil inglesa e que dela saiu como ideólogo oficial, também não focou diretamente questões internacionais na sua teorização desses eventos⁷⁰, mas delas também não pôde afastar-se⁷¹. O contexto no qual escrevia exigia que também se pronunciasse sobre esta dimensão, as bases teóricas que o guiavam utilizavam a guerra

⁶⁷ Diz Espinoza que “Não se pode contestar que a maioria deste conselho nunca terá o desejo de fazer a guerra mas, pelo contrário, terá um grande zelo pela paz e preferi-la-á sempre. Com efeito, além de se temer sempre que a guerra provoque a perda de bens e da liberdade, ela exige novas despesas e os membros do conselho sabem que os filhos e próximos, ocupados com os próprios negócios, serão obrigados a aplicar-se ao ofício das armas e partir para o combate, o que não lhes trará senão cicatrizes gratuitas” (Bento Espinosa, *Tractatus Politicus*, cap. VII, § 7, p. 73).

⁶⁸ Conforme coloca o próprio filósofo, “No Estado civil, o conjunto dos cidadãos deve, portanto, ser considerado como um só homem no estado natural, e enquanto os cidadãos defendem esse estado civil pelas armas é a si próprios que defendem e de si próprios que cuidam. (...). Na guerra não pode haver agulhão para a vitória mais honroso e maior, do que a visão da liberdade (...)” (Ibid., cap. VII, § 22, pp. 82-83).

⁶⁹ Veja-se, em especial, David Hume, “On the Balance of Power” in: *Essays. Moral, Political, and Literary*, Eugene Miller (ed.), Indianapolis, LF, 1987, pp. 332-341.

⁷⁰ A respeito do seu pensamento sobre as relações internacionais, David Armitage, “John Locke’s International Thought” in: *Foundations of Modern International Thought*, pp. 75-89.

⁷¹ A respeito da teoria política de John Locke, veja-se, de entre vários outros, James Tully, “An Introduction to Locke’s Political Philosophy” in: *An Approach to Political Philosophy. Locke in Context*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 9-68, podendo ser encontrados pormenores biográficos no importante Peter Laslett, “Introduction” in: John Locke, *Two Treatises of Government*, Peter Laslett (ed.), Cambridge, CUP, 1988, pp. 3-126, e no mais recente Roger Woolhouse, *Locke. A Biography*, Cambridge, UK, CUP, 2007.

como categoria central⁷², a sua biografia está marcada por atividade internacional assinalável⁷³, e Locke teve que lidar com o fato evidente de que a Inglaterra tinha sido objeto de uma intervenção externa alegadamente por motivos religiosos e antitirânicos⁷⁴.

Na realidade, a principal contribuição de Locke está relacionada com as próprias bases de legitimação dos direitos individuais fundados num Direito Natural universalmente vinculativo⁷⁵, cuja execução no estado pré-social cabia a todos⁷⁶, mesmo em nome ou favor de outrem⁷⁷, fundando-se no que se pode considerar um dever imperfeito de preservar os direitos dos outros desde que a preservação própria não esteja em risco⁷⁸. Como o estado de natureza internacional não é ultrapassado com a criação

⁷² Richard Cox, *Locke on War and Peace*, Oxford, Clarendon, 1960, é autor de uma das poucas obras sistemáticas que se dedica a esta dimensão do pensamento do teórico político liberal inglês. A ele podem-se acrescentar os mais sucintos, Alexander Moseley, “John Locke’s Morality of War”, *JME*, v. 4, n. 2, 2005, pp. 119-128, e Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby (eds.), “John Locke (1632-1704): The Rights of Man and the Limits of Just Warfare” in: id., *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 462-464.

⁷³ Locke tinha interesses empresariais na colonização da América do Norte e no tráfico negreiro, e participou em algumas missões diplomáticas no início da sua carreira, disso derivando diversos elementos para a sua teoria política, como atestam as obras de James Tully, “Rediscovering America: the *Two Treatises* and Aboriginal Rights” in: *An Approach to Political Philosophy. Locke in Context*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 137-176; Barbara Arneil, *John Locke and America. The Defence of English Colonialism*, Oxford, Clarendon, 1996, id., “The Wild Indian’s Venison: Locke’s Theory of Property and English Colonialism in America”, *PS*, v. 44, 1996, pp. 60-74; Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 167-181, e David Armitage, “John Locke, Carolina, and the *Two Treatises on Government*”, *PT*, v. 32, n. 5, 2004, pp. 602-627, e, por último, Roger Woolhouse, *Locke. A Biography*, *passim*. De outra parte, alguns intérpretes do autor, entendem que as suas curtas considerações sobre as relações internacionais são determinantes para a sua teoria política. São os casos de Barbara Arneil, *John Locke and America. The Defence of English Colonialism*, *passim*; Richard Cox, *Locke on War and Peace*, *passim*, e James Tully, “An Introduction to Locke’s Political Philosophy”, pp. 12-13 (demonstrando a preocupação de Locke com política europeia no geral).

⁷⁴ Para o contexto geral da obra do liberal, vide, por todos, John Dunn, *The Political Thought of John Locke. An Historical Account of the Argument of the ‘Two Treatises of Government’*, Cambridge, CUP, 1969, *passim*, e James Tully, *An Approach to Political Philosophy. Locke in Context*, *passim*.

⁷⁵ “Vida, liberdade e bens, que denomino genericamente de propriedade” (John Locke, *The Second Treatise of Government: An Essay Concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government*, in: id., *Two Treatises of Government*, Peter Laslett (ed.), Cambridge, UK, CUP, 1988, cap. IX, § 123, p. 350), que, no dizer de John Locke, “(...) obriga a todos” (Ibid, § 7, p. 271). Veja-se uma discussão adaptada ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, em Franciszek Przetacznik, “Individual Human Rights in John Locke’s *Two Treatises on Government*”, *NILR*, v. 25, n. 2, 1978, pp. 195-216.

⁷⁶ O autor, de certa forma, autoriza esse entendimento quando diz que no estado de natureza todos têm o direito a executar as leis naturais, atacando aqueles que as violam, ou, nas suas próprias palavras, “a execução do Direito Natural, está, naquele estado, nas mãos de todos os Homens, onde todos têm o direito de punir os transgressores do Direito de tal forma que poderá impedir a sua violação” (John Locke, *The Second Treatise of Government: An Essay Concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government*, cap. II, § 7, p. 271).

⁷⁷ Conforme o autor assevera, “qualquer pessoa que o achar justo, poderá juntar-se àquele que sofreu um dano” (Ibid., § 10, p. 273).

⁷⁸ As referências textuais que corroboram esta tese podem ser encontradas na sua *opus magnum*, onde consta que “quando a preservação de alguém não está em jogo, ele deve, nos limites do possível,

do Estado Civil e tendo em conta que Locke utiliza a ficção da similitude entre o indivíduo na esfera interna e o Estado na internacional, sempre haveria, em tese, a possibilidade de o Estado usar a força na esfera externa para punir violações ao Direito Natural⁷⁹. No entanto, é algo que Locke não chega a admitir explicitamente nas suas formulações teóricas⁸⁰, mas que pode assumir força inferencial em casos de regresso ao estado de natureza (e potencialmente de guerra) nas situações em que o povo se rebela contra a autoridade⁸¹ que lhe afeta os direitos naturais⁸². Isso, em tese, permitiria que, na sequência de um convite do povo, uma potência estrangeira pudesse intervir para os proteger⁸³, desde que, concomitantemente, esta também obtivesse o consentimento dos seus próprios súditos⁸⁴.

O tratamento que Locke dá ao problema da conquista, por definição um ato de um soberano estrangeiro, é convergente com esta ideia, já que, sendo certo que ela não era por si só um título de legitimação do poder⁸⁵, poderia constituir uma base de facto que seria convalidada posteriormente por um ato jurídico resultante da manifestação livre do

preservar o resto da humanidade (Ibid., § 7, p. 271). Contra esta interpretação, Alexander Moseley, “John Locke’s Morality of War”, p. 123.

⁷⁹ Para o autor, é um dever do Estado, “empregar a força da comunidade internamente somente para executar as leis ou no estrangeiro para prevenir ou reprimir injúrias estrangeiras” (John Locke, *The Second Treatise of Government: An Essay Concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government*, cap. IX, § 131, p. 353), o que, no nosso entender, recobre igualmente o caso de intervenções de natureza humanitária, pelo menos no sentido de serem empreendidas contra violações graves aos direitos naturais dos indivíduos.

⁸⁰ O que diz é que a respeito das relações internacionais, “toda a Comunidade, no que diz respeito a todos os outros Estados e pessoas externas, é uma pessoa no estado de natureza” (Ibid., cap. XII, § 145, p. 365), prevendo na estrutura do Estado o poder federativo para tratar dessas relações que, como diz, poderiam ser de paz ou de guerra (Ibid., §§ 147-148, pp. 365-366).

⁸¹ O teórico político entendia que todo “o príncipe absoluto no concernente àqueles que estão sob seu domínio “está num estado de natureza” (Ibid, cap. VI, § 90, p. 326).

⁸² Dí-lo de forma irrepreensível o próprio autor, de acordo com o qual “quem quer que use a força sem legitimidade, como todos fazem em sociedade, que o faz à margem do Direito, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra o qual ele a usa, e nesse estado todos os antigos laços são cancelados, todos os direitos deixam de existir, e todos têm o direito de se defender e resistir ao agressor” (Ibid., cap. XIX, § 232, p. 419).

⁸³ Alexander Moseley, “John Locke’s Morality of War”, p. 123, também diz que Locke não rejeita a guerra em favor de um povo oprimido.

⁸⁴ Decorrente da defesa intensa que Locke faz do direito de propriedade sobre as coisas, ao ponto de sacralizá-la, os fins limitados que atribui ao Estado e, por fim, as restrições colocadas à existência de forças armadas permanentes por serem veículos potenciais de opressão. Genericamente a frase, “o poder supremo – o legislativo – não pode tomar qualquer parte da propriedade a um homem sem o seu consentimento”, resume a questão, fazendo pensar que, somente com o consentimento específico dos súbditos, designadamente para o lançamento de impostos ou para conscrição de soldados, tais empreitadas seriam justificáveis (v. John Locke, *The Second Treatise of Government: An Essay Concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government*, *passim*, esp. cap. XI, § 138, p. 360).

⁸⁵ Conforme o autor coloca a dada altura, “a conquista está tão longe de fundar qualquer Estado, como a demolição de uma casa está de construir outra no seu lugar” (Ibid., cap. XVI, § 175, pp. 384-385).

consentimento do povo⁸⁶. É precisamente esta a tese que Locke utiliza para legitimar a posição do Parlamento em resistir às tentativas absolutistas dos reis Stuart e para apresentar a posição *whig* relativamente à Revolução Gloriosa⁸⁷. Na sua opinião, Guilherme de Orange, a pedido do povo, opôs-se e depôs um governante, Jaime II, originariamente legítimo, mas que, pelos seus atos contra os direitos naturais dos seus súditos, perde o direito de governar. Era, de facto, um conquistador que tomou o poder pela força, mas foi livremente aceite pelo povo inglês, *ex post-factum*. É o que pode ser considerado como um exemplo de guerra justa em favor dos oprimidos⁸⁸, pelo menos em favor dos ‘nossos’⁸⁹.

Montesquieu (1689-1755)⁹⁰, é outro ícone do pensamento liberal clássico e celebrado proponente de uma conceção de separação de poderes⁹¹ ou de uma filosofia da adjudicação⁹² relevantes no quadro do Direito público contemporâneo. Dá a sua contribuição ao assunto no âmbito das reflexões que desenvolve sobre as relações

⁸⁶ Esta interpretação decorre claramente do seguinte trecho: “[a conquista] poderá abrir caminho para um novo quadro constitucional, destruindo a anterior; porém, sem o consentimento do povo, nunca poderá erigir um novo” (Ibid., p. 385).

⁸⁷ A relação entre o *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* e a Revolução Gloriosa já foi diminuída por importantes especialistas do pensamento do autor, porém, para os efeitos desta tese, não são críticas relevantes, pois o mais importante não é o facto dos *Tratados* terem sido escritos antes ou depois de 1688, mas, fundamentalmente, a sua apropriação no quadro desse evento e a antevisão que Locke teve das formas concretas de sua legitimação. Aliás, como refere com competência uma importante obra sobre a sua vida e pensamento, se é provável que a ideia inicial de Locke terá sido a fundamentação de uma revolução contra Carlos II, com base nisto não se pode negar que ele pretendia uma justificação ideológica para a revolução que depôs Jaime II (Roger Woolhouse, *Locke. A Biography*, p. 275). Ademais, estudos recentes – e.g., James Farr & Clayton Roberts, “John Locke and the Glorious Revolution”, *HJ*, v. 28, n. 2, 1985, pp. 385-394, e Lois Schwoerer, “Locke, Lockean Ideas, and the Glorious Revolution”, *JHI*, v. 51, n. 4, 1990, pp. 531-548 – têm demonstrado uma influência recíproca dos dois acontecimentos.

⁸⁸ Um comentário enviado por Locke a Edward Clarke (“Blodeian MS Locke e. 18”, Reproduzido na *HJ*, v. 28, n. 2, 1985, pp. 395-398, e como ‘On Allegiance and the Revolution (1690)’ in: Mark Goldie (ed.), *Locke: Political Essays*, Cambridge, UK, CUP, 1997, pp. 306-313), demonstra que tinha a Revolução Gloriosa nesses termos, particularmente porque numa das suas passagens aponta claramente que “o Príncipe de Orange com as forças armadas, quando ninguém o poderia fazer, aventurou-se para recuperar as nossas oprimidas e decadentes liberdades, leis e religião” (para. 4). Diga-se, no entanto, que um dos principais estudos a focar o problema das relações internacionais em John Locke da autoria de Richard Cox, *Locke on War and Peace, passim*, não chegou a inferir tal conclusão.

⁸⁹ Era conhecida a aversão de Locke à possibilidade de concessão de qualquer tolerância a católicos e ateus (v. Lois Schwoerer, “Locke, Lockean Ideas, and the Glorious Revolution”, pp. 545-546).

⁹⁰ No geral, sobre o pensamento do politólogo gaulês, cf. David Lowenthal, “Montesquieu” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, pp. 513-534, e Tzvetan Todorov, “Montesquieu” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política: Nascimento da Modernidade*, Filipe Duarte (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, v. II, pp. 319-340.

⁹¹ Ver, por todos, a análise de história e teoria constitucional de Nuno Piçarra, *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, pp. 89-123 (“Parte I, cap. V: Montesquieu”).

⁹² Para uma visão recente, ver K. M. Schönfeld, “Rex, *Lex et* Judex: Montesquieu and la *bouche de la loi* revisited”, *ECLR*, v. 4, n. 2, 2008, pp. 274-301.

internacionais que faz predominantemente no *l'Esprit des Lois*⁹³ e nas quais inclui discussões importantes sobre a guerra⁹⁴. Apresenta a tese numa superfície pacifista e anti-intervencionista, ao ponto de se referir também à doutrina da Paz Democrática⁹⁵, mas que no pormenor é permissiva em relação à guerra, aceitando, por exemplo, a legítima defesa preventiva⁹⁶. É, neste quadro, que vai defender igualmente guerras civilizatórias pela liberdade e contra a tirania em situações de atrocidades massivas⁹⁷, exaltando o papel dos conquistadores nessas situações⁹⁸ desde que contribuíssem realmente para a libertação dos oprimidos da servidão⁹⁹, e até a possibilidade de

⁹³ No geral, v. [Barão de] Montesquieu, *De l'Esprit des Lois ou du Rapport que les Lois Doivent avoir avec la Constitution de chaque Gouvernement, les Moeurs, le Climat, le Religion, le Commerce, etc. a quoi l'Auteur ajoute des Recherches Nouvelles sur les Lois Romaines Touchant les Successions, sur les Lois Françaises et sur les Lois Féodales* [abrev. *De l'Esprit des Lois*] in: *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1951, v. II, pp. 225-995.

⁹⁴ Com diz o autor, “a força ofensiva é regulada pelo Direito das Gentes, que é a lei política das nações consideradas nas relações que têm umas com as outras” (Ibid., l. X, cap. I).

⁹⁵ Por todos, ver Robert Howse, “Montesquieu on Commerce, Conquest, War, and Peace”, *BrookJIL*, v. 31, n. 3, 2006, pp. 694-708.

⁹⁶ Diz o francês que “Entre os cidadãos, o direito de defesa natural não abranje a necessidade de ataque. Ao invés de atacar, não têm mais a fazer do que recorrer aos tribunais. Assim, não podem exercer o direito dessa defesa a não ser nos casos momentâneos, onde estariam perdidos se esperassem pelo socorro da Lei. Mas, entre as sociedades, o direito de defesa natural engloba, por vezes, a necessidade de atacar quando um povo vê que uma paz longa deixa outro em situação de o destruir e que o ataque é, naquele momento, o único meio de impedir aquela destruição” ([Barão de] Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, l. X, cap. II).

⁹⁷ Nas palavras do autor, “o mais belo tratado de paz sobre o qual a história falou é, creio, aquele que Galeno celebrou com os cartagineses. Queria que eles abolissem o costume de imolar as suas crianças. Coisa admirável! Depois de ter derrotado trezentos mil cartagineses, exigindo que uma condição que não era útil a não ser a eles ou antes o que ele estipulava para o género humano” (Ibid., l. X, cap. V).

⁹⁸ O trecho é representativo, pois o publicista gaulês chama a atenção para que “ao invés de se retirar do direito de conquista consequências tão fatais, os políticos deveriam falar mais das vantagens que, algumas vezes, esse direito pode trazer ao povo vencido. (...). Os Estados que se conquistam não estão ordinariamente com as suas instituições na sua força plena; a corrupção ali se introduziu; as leis ali deixaram de ser executadas; o governo ficou opressor. Quem pode ter dúvidas que um Estado semelhante ganharia algumas vantagens da própria conquista, se ela não for destrutiva! Um governo que chega ao ponto de não se poder reformar, o que perderia em ser refundado? Um conquistador que entre na casa de um povo, onde, através de mil estratégias e mil artifícios, o rico, insensivelmente, pratica uma infinidade de meios para usurpar; onde, os desventurados que se lamentam, vendo aquilo que se crê serem abusos transformar-se em leis, está na opressão, e crê enganar-se ao lhe sentir; um conquistador, digo eu, pode confundir todos, e a tirania surda é a primeira coisa a sofrer a violência” (Ibid., l. X, cap. IV).

⁹⁹ Neste quadro, a interpretação que Montesquieu faz da conquista espanhola das Américas é interessante: por um lado, reforça a ideia de que seria, em princípio, uma intervenção legítima para os vencidos, particularmente em razão da servidão e submissão a sacrifícios humanos dos seus súbditos, mas, por outro, critica fortemente a forma como os espanhóis o fizeram, isto é, com mais extermínio e privação mais forte da liberdade dos “mexicanos”. Salienta Montesquieu que “Que bem os espanhóis poderiam ter feito aos mexicanos? Poderia ter-lhes dado uma religião doce; levaram-nos uma superstição furiosa; poderiam ter libertado os escravos; e fizeram de escravos homens livres; Poderiam ter-lhes esclarecido sobre o abuso dos sacrifícios humanos; ao invés de o fazer, eles exterminaram-lhes. Jamais terminaria se fosse contar todos os bens que eles não fizeram e todos os males que fizeram” (Ibid.)

intervenções democráticas, não para subjugar colonialmente essas repúblicas, mas para libertá-las de um poder tirânico¹⁰⁰.

14.5. Não-Intervenção, Intervencionismo Republicano e Pseudo-Humanitário das Repúblicas Revolucionárias Americana, Francesa e do Império Napoleônico – Constitucionalismo, Democracia, Direitos Humanos e Liberdade através do Terror

14.5.1. Os reflexos revolucionários sobre a Constituição Internacional nos Estados Unidos da América

Apesar do contexto e da ideologia que levou à bem sucedida guerra de independência das províncias britânicas da América do Norte¹⁰¹, internacionalizada através da *Declaração de Independência*¹⁰², considerações sobretudo estratégicas¹⁰³ levaram a grande contenção¹⁰⁴ da República recém-independente em empreendimentos bélicos externos¹⁰⁵. Com a exceção dos travados com as nações nativas americanas¹⁰⁶, pequenos conflitos com a França, Grã-Bretanha e os Estados Corsários do norte de África¹⁰⁷ e com o México¹⁰⁸, quase nada há para registrar. Neste sentido, não resultaram contribuições dignas de registro provenientes dessa fonte no concernente à prática internacional ocorrida nos séculos XVIII e XIX.

¹⁰⁰ Para o pensador, “é contra a natureza das coisas que uma república democrática conquiste cidades que não saberiam entrar na esfera da democracia. É preciso que o povo conquistado possa gozar os privilégios da soberania como os romanos estabeleceram no início. Devemos demarcar a conquista em nome dos cidadãos que fixamos para a democracia. Se uma democracia conquistar um povo como súbdito, exporá a sua própria liberdade (...)” (Ibid., I. X, cap. VI).

¹⁰¹ Stephen Conway, “War of American Independence, 1775-1783” in: James Bradford (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 22-38.

¹⁰² Veja-se, por todos, o interessante David Armitage, “The Declaration of Independence and International Law”, *W&MR*, v. 59, n. 1, 2002, pp. 39-64, e o texto em *American Historical Documents, 1000-1904*, New York, C&S, 1938, pp. 150-155.

¹⁰³ Acresce igualmente a existência de alguns setores mais refratários à guerra na sociedade norte-americana como nos dá conta Mark Janis, “North America: American Exceptionalism in International Law” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 525-552.

¹⁰⁴ Alexis de Tocqueville, *De la Democratie en Amerique*, s.l., Gallimard, 1961 [1848], pp. 200-201, não deixou de registrar este pormenor no seu famoso relato do meio do século XIX.

¹⁰⁵ Não deixa de ser curioso que o poder de fazer a guerra seja citado nesse documento constitutivo, em que se menciona que a nação recém-independente teria “(...) full power to levy War, Conclude Peace, Contract Alliances (...)” (Ibid.).

¹⁰⁶ Por todos, cf. John Grenier, *The First Way of War. American War Making in the Frontier, 1607-1814*, Cambridge, CUP, 2005, e Roger Nichols, “Indian Wars in the East, 1783-1859”; Robert Wooster, “Indian Wars of the Trans-Mississippi West, 1862-1890” in: James Bradford (ed.), *A Companion to American Military History*, pp. 59-72.

¹⁰⁷ Vide Gene Allen Smith, “Foreign Wars of the Early Republic” in: Ibid., pp. 39-58

¹⁰⁸ Thomas Cruver, “The Texas War for Independence and the War With Mexico” in: Ibid., pp. 73-98.

Por conseguinte, no Direito Constitucional interno, área em que foram verdadeiramente inovadores¹⁰⁹, deixando importante legado, é que poderá haver pontos a verificar para que se possa encontrar desenvolvimentos nessa matéria. Todavia, como nas outras experiências internas até essa data, os desenvolvimentos em relação à regulação interna do uso internacional da força¹¹⁰ foram gerais (envolvendo qualquer modalidade) e de teor orgânico no quadro da distribuição de poderes entre os órgãos políticos do Estado americano, o Congresso¹¹¹ e o Presidente da República¹¹², aparentemente numa lógica, mais tarde invertida, de que ao segundo caberia a iniciativa e a execução e ao primeiro a autorização. De resto, materialmente, o direito norte-americano limitava-se a espelhar o Direito Internacional, com as permissões e proibições que, a dado momento histórico, contemplasse, até porque essas normas seriam ao mesmo tempo *law of the land*, como, de resto, reconhecido pela Constituição¹¹³ e pela Suprema Corte¹¹⁴.

¹⁰⁹ Cf. R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 150-174.

¹¹⁰ Para comentários gerais de carácter histórico e jurídico-positivo, Louis Henkin, *Foreign Affairs and the US Constitution*, 2. ed., Oxford, Clarendon Press, 1996; Louis Fischer, *Presidential War Powers*, 2. ed., Lawrence, Kansas, UKS, 2004; e John Yoo, *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, *passim*; Mark Janis, *The American Tradition of International Law. Great Expectations 1789-1914*, Oxford, Clarendon, 2004, *passim*, dá, ademais, ênfase à aplicação do Direito Internacional pelos tribunais americanos (cap. 3), tema recuperado pelo autor no mais recente *America and the Law of Nations, 1776-1939*, New York, OUP, 2010.

¹¹¹ “The Congress shall have Power (...) (...) To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal; (...) To raise and support Armies, but no Appropriation of Money to that Use shall be for a longer Term than two Years; To provide and maintain a Navy (*The Constitution of the United States of America*, Washington, GPO, 2007, art. 1, sec. 8). Cf., por exemplo, William Young, “A Check on Fainted-Heart Presidents: Letters of Marque and Reprisal”, *WLLR*, v. 66, n. 2, 2009, pp. 895-940, e, especialmente, Francis Wormuth & Edwin Firmage, *To Chain the Dog of War. The War Power of Congress in History and Law*, 2. ed., Urbana, UIP, 1989, e, em particular, o influente comentário novecentista de Joseph Story, *Commentaries on the Constitution of the United States with a Preliminary Review of the Constitutional History of Colonies and States, before the Adoption of the Constitution*, Abridged Edition by the Author, Boston/Cambridge, HGC/ BSC, 1833, l. III, cap. xx-xxii, bem como as contribuições de John Norton Pomeroy, *An Introduction to the Constitutional Law of the United States*, New York, H&H, 1868, cap. iv, para. 441-482; Thomas Cooley, *The General Principles of Constitutional law in the United States*, 2. ed., Alexis Angell (ed.), Boston, L&B, 1891, caps. III, IV/sec. 12-13.

¹¹² “The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, when called into the actual Service of the United States; (...); He shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, (...) (Ibid., art. 2, sec. 2); cf. Joseph Story, *Commentaries on the Constitution of the United States with a Preliminary Review of the Constitutional History of Colonies and States, before the Adoption of the Constitution*, l. III, cap. xxvii; John Norton Pomeroy, *An Introduction to the Constitutional Law of the United States*, cap. v/para. 628-641; 669-681; 703-714; Thomas Cooley, *The General Principles of Constitutional law in the United States*, cap. v.

¹¹³ A redação do dispositivo é esta, salientando-se a expressão relevante: “This Constitution, and the laws of the United States which shall be made in pursuance thereof; and all treaties made, or which shall be made, under the authority of the United States, shall be the supreme law of the land; and the judges in every state shall be bound thereby, anything in the Constitution or laws of any State to the contrary notwithstanding” (art. 6º) (*The Constitution of the United States of America*, *passim*). Este e muitos dos textos constitucionais aqui mencionados podem ser encontrados em Jorge Miranda (org.), *Textos*

A sua base intelectual mais imediata – os *Federalist Papers*¹¹⁵ – não deixou de apresentar estas mesmas características. Apesar da relevância dada à teoria da guerra justa, particularmente por John Jay, a perspectiva era de evitar que ela fosse invocada contra os Estados Unidos¹¹⁶ e de utilizar a guerra como elemento motivacional para justificar a adoção da constituição federal e o abandono da Confederação¹¹⁷. Ademais, as discussões processuais tentavam, no fundo, conciliar eficácia da defesa militar da recém criada república, colocando os poderes de comando e de feitura da guerra nas mãos do Presidente, mas submetendo-o a controlo parlamentar, designadamente para evitar que o governo, através das forças armadas, colocasse em risco as liberdades¹¹⁸. Como em outras questões constitucionais, a ambição do executivo seria limitada pela ambição do legislativo¹¹⁹.

14.5.2. Espalhando a Revolução e a Liberdade pela Europa – A Prática Intervencionista da República Revolucionária Francesa e os limites constitucionais aplicáveis

A Revolução Francesa de 1789¹²⁰ introduz um elemento naturalmente intervencionista na política europeia¹²¹ que contrastava com o espírito de Vestefália, particularmente a ideia da nacionalização do Estado¹²². É verdade que os primeiros anos

Históricos de Direito Constitucional, 2. ed., Lisboa, INCM, 1990, *passim*. Especificamente, Harold Hongju Koh, “International Law as Part of Our Law”, *AJIL*, v. 98, n. 1, 2004, pp. 43-57.

¹¹⁴ Ver, por exemplo, o que em período relativamente próximo dizia o Tribunal sobre o Direito Internacional no *Caso Paquete Habana*: “*International law is part of our law, and must be ascertained and administered by the courts of justice of appropriate jurisdiction as often as questions of right depending upon it are duly presented for their determination. For this purpose, where there is no treaty and no controlling executive or legislative act or judicial decision, resort must be had to the customs and usages of civilized nations, and, as evidence of these, to the works of jurists and commentators, not for the speculations of their authors concerning what the law ought to be, but for trustworthy evidence of what the law really is*” (“*The Paquete Habana*”, 175 U.S. 677 (1900) disponível na página da rede <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/175/677/case.html>, acesso a 9 de agosto de 2013).

¹¹⁵ Cf. *The Federalist Papers*, Charles Kesler (ed.), New York, Signet, 2003.

¹¹⁶ *Ibid.*, n. 3 (John Jay).

¹¹⁷ *Ibid.*, n. 20-26 (Hamilton)

¹¹⁸ *Ibid.*, *passim*.

¹¹⁹ *Ibid.*, n. 51 (Madison).

¹²⁰ No geral, veja-se Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções, Europa 1789-1848*, 10. ed., Maria Teresa Teixeira e Marcos Penchel (trad.), Rio de Janeiro, PeT, 1997, pp. 71-126; Viriato Soromenho Marques, *Direitos Humanos e Revolução. Temas do Pensamento Político Setecentista*, Lisboa, Colibri, 1991, e o clássico de Jules Michelet, *Histoire de la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1952 [orig: 1847].

¹²¹ Ver também os textos em Beatrix Jacobs; Raymond Kubben & Randall Lesaffer (eds.), *In the Embrace of France. The Law of Nations and Constitutional Law in the French Satellite States of the Revolutionary Period and Napoleonic Ages (1789-1815). Acts of the International Conference Held at Tilburg University on the 27 & 28 April 2006*, Baden-Baden, Nomos, 2008.

¹²² Destacando, com acuidade, este aspeto, Jacques Ellul, *Histoire des Institutions: Lè XIXe. Siècle*, Paris, PUF, 1962, pp. 11-13, e Boris Mirkine-Guetzévitch, “L’influence de la Révolution Française sur le développement du Droit International dans l’Europe Orientale”, *RCADI*, t. 22, v. 2, 1928, p. 311-312, muito

foram de pacifismo e anti-intervencionismo estratégico. Porém, depois de estabilizada, a ideologia dos direitos humanos e da democracia, sedimentada numa autoproclamada superioridade moral¹²³, permitiu não só¹²⁴ a sua transformação numa bandeira para a mobilização nacional contra o intervencionismo da “Europa tirânica”¹²⁵ que vinha em socorro da monarquia absoluta Francesa deposta pelo povo francês¹²⁶; também na base de legitimação do lançamento de guerras ideológicas, para promovê-los e libertar os verdadeiros titulares da soberania nacional dos seus algozes monárquicos¹²⁷, se necessário conquistando esses Estados pelas armas¹²⁸. Através disso inaugurar-se-ia uma nova ordem internacional composta por povos livres e democráticos¹²⁹.

Significativo foi o facto de a república revolucionária ter conseguido, surpreendentemente, equilibrar o conflito que travava contra as potências

embora, deva ser igualmente salientado, com Marc Belissa & Patrice Leclercq, “The Revolutionary Period, 1789-1802” in: Anja V. Hartmann & Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, p. 203, que era um Estado-Nação claramente universalista, no sentido de que pretendia não só implantar um modo especial de organização do poder em França, mas exportá-lo por todo o mundo.

¹²³ Que se traduzia, nomeadamente, noutras matérias reguladas pelo Direito Internacional, como o Direito dos Tratados, que, de acordo com a doutrina revolucionária, recusaria validade a um tratado concluído por representantes não eleitos pelo povo ou a nulidade dos tratados concluídos por tiranos (v. René-Jean Dupuy, “La Révolution Française et le Droit International Actuel”, *RCADI*, v. 214, 1989, pp. 23-24).

¹²⁴ Esta ambigüidade da ideologia e do Estado revolucionário, é muito bem analisada por Ibid., p. 19, que a ampara numa tensão entre universalismo e nacionalismo, inerente ao projeto revolucionário.

¹²⁵ Lembre-se, no entanto, que o regime político e consequentemente as motivações da coligação que interveio na França Revolucionária eram muito diferentes. De um lado, estavam as potências típicas do *Ancien Régime*, em socorro dos seus confrades franceses – Prússia, Áustria, Espanha, em especial – e, do outro, a Grã-Bretanha, naquele período já uma monarquia liberal, que enquadrava a guerra numa perspetiva mais ampla da sua rivalidade tradicional com a França e o desejo de pôr termo às tentações hegemónicas da mesma (Cf. Marc Belissa & Patrice Leclercq, “The Revolutionary Period, 1789-1802”, pp. 206-207, 210).

¹²⁶ A este respeito, cf. Ibid., pp. 203-213, e, especialmente, Gregory Ferment-Barnes (ed.), *Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2006.

¹²⁷ Não é, portanto, sem sentido que o período revolucionário francês, ao preconizar uma ordem internacional desigual, amparada na desigualdade moral das nações e na ausência de igualdade na legitimidade entre elas foi vista como um elemento perturbador do equilíbrio europeu e, portanto, suscetível de ser combatido pela sua ordem jurídico-política (v. Alfred Vagts & Detlev Vagts, “The Balance of Power in International Law: History of an Idea”, p. 564).

¹²⁸ Veja-se igualmente as considerações de Marc Belissa & Patrice Leclercq, “The Revolutionary Period, 1789-1802”, p. 203 (dizendo que eram guerras nacionais e foram guerras de conquista, pelo menos em alguns períodos) e principalmente de René-Jean Dupuy, “La Révolution Française et le Droit International Actuel”, pp. 26-27, para quem a ideologia e as práticas do Estado revolucionário pressupunham a intervenção libertadora nos assuntos internos de outros Estados e a advocacia da solidariedade para com as populações oprimidas; bem como ainda Paul Bastid, “La Revolution de 1848 et le Droit International”, *RCADI*, t. 72, v. I, 1948, pp. 240-242, destacando que os jacobinos não desconsideravam intervenções para ajudar povos oprimidos a rebelarem-se contra os seus soberanos, conforme, inclusive, foi explicitado pela Declaração da Convenção de 19 de novembro de 1792. Segundo o mesmo autor, o que se condenava não era toda a intervenção, mas a intervenção em favor do príncipe e contra o povo (Ibid., p. 244).

¹²⁹ Diz-nos Marc Belissa & Patrice Leclercq, “The Revolutionary Period, 1789-1802”, p. 210, destacando o carácter cosmopolita da revolução e a defesa da utilização da guerra como instrumento de libertação dos povos oprimidos e de deposição dos déspotas. Um período, ainda assim transitório, que permitiria o advento da paz quando todos os povos fossem livres.

monarcómanas europeias. Procurou, de imediato, pôr em prática os seus intentos revolucionários¹³⁰, invadindo a Bélgica e a Espanha, em campanha que Portugal participou ao lado da potência ibérica¹³¹, em nome da democracia e dos direitos humanos¹³². Napoleão Bonaparte seguiu esta tradição, nas suas guerras hegemónicas, apresentando-se como libertador da Europa¹³³. Num caso ou no outro, tanto as pretensões humanitárias da República Revolucionária, como a libertária de Napoleão, eram muito pouco convincentes, quanto mais não seja porque a primeira era tão, ou mais, despótica e antitética ao conceito de direitos individuais quanto qualquer monarquia absoluta¹³⁴, ficando célebre pelo regime de terror que impôs a opositores internos¹³⁵ e internacionais¹³⁶, e as pretensões de caracterização do Imperador Napoleão como libertador era tão anedótica e contraditória¹³⁷ que somente convenceram aqueles que, como Hegel, tinham um conceito muito particular de liberdade¹³⁸. Por estes motivos e por outros, as intervenções francesas – e só as da República – na melhor das

¹³⁰ Veja-se igualmente Gregory Fermont-Barnes (ed.), *Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*, pp. 1-29.

¹³¹ Cf. João Vieira Nunes, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII (uma análise estratégica)*, S. Pedro do Estoril, Atena, 2000, pp. 171-214, e para as diligências diplomáticas Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, pp. 150-157.

¹³² Conforme salientou Marc Belissa, “Hégémonie ou Républicanisme cosmopolitique? Le nouvel ordre européen sous le Directoire et le Consulat” in: Beatrix Jacobs; Raymond Kubben & Randall Lesaffer (eds.), *In the Embrace of France. The Law of Nations and Constitutional Law in the French Satellite States of the Revolutionary Period and Napoleonic Ages (1789-1815). Acts of the International Conference Held at Tilburg University on the 27 & 28 April 2006*, pp. 119-125, a retórica da libertação dos povos manteve-se constante na política externa francesa do período.

¹³³ Em especial, Luciano Canfora, “Bonaparte, the Liberator”, *EA*, v. 22, n. 62, 2008, pp. 119-127.

¹³⁴ Vide igualmente Samuel Moyn, *Human Rights and the Uses of History*, London, Verso, 2014, pp. 1-18.

¹³⁵ Sobre o Terror, cf., por todos, Timothy Tackett, “Conspiracy Obsession in a Time of Revolution: French Elites and the Origins of Terror, 1789-1792”, *AHR*, v. 105, n. 3, 2000, pp. 691-703.

¹³⁶ Aliás, o caso belga é, neste sentido, ilustrativo, como demonstram Marc Belissa & Patrice Leclercq, “The Revolutionary Period, 1789-1802”, p. 207. As forças francesas, depois de terem sido bem acolhidas, foram repelidas pela própria população belga quando deram início à pilhagem em massa de igrejas e locais religiosos, o mesmo acontecendo noutras paragens em que, ao abrigo de uma suposta superioridade civilizacional, massacravam qualquer pessoa ou entidade que resistisse ao ‘progresso’ (v. Philip Dwyer, “‘It Still Makes Me Shudder’ Memories of Massacres and Atrocities during the Revolutionary and Napoleonic Wars”, *WiH*, v. 16, n. 4, 2009, pp. 381-405).

¹³⁷ Como, de resto, vários interpretes coevos como Benjamin Constant, *De l’esprit de conquête et de l’usurpation dans leur rapport avec la civilisation européenne*, René-Jean Dupuy (introduction et notes), s.l., INEd, 1992 [1814], *passim*, e contemporâneos como Lynn Hunt, *Inventing Human Rights. A History*, New York, Norton, 2007, pp. 160-167 (muito simpática em relação ao papel da Revolução, mas lembrando do papel do Corso na reinstituição da escravatura nas colónias e na tentativa de esmagamento da rebelião de Santo Domingo, que deu origem ao Haiti), denunciaram. Ver, adicionalmente, Anthony Pagden, “‘Savage Impulse – Civilized Calculation’. Conquest, Commerce, and the Enlightenment Critique of Empire” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 224-242 (discutindo essas críticas) e Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 179 (chamando a atenção para a ineficácia do Direito Internacional na Era de Napoleão, em razão das violações reiteradas das suas normas pelo Estado francês).

¹³⁸ Cf. *infra* 14.5.3.C.

hipóteses, podem ser consideradas como intervenções pró-democráticas, nunca como humanitárias.

Parte considerável destes desenvolvimentos resultaram de actos internos – de valor ordinário ou fundamental – que começaram a ser aprovados logo a seguir à Revolução, num momento em que o país estava sob ameaça, com o Decreto sobre a Guerra de 1790¹³⁹, e que foram retomados pelas Constituições que foram sendo adotadas depois da Revolução até ao início do século XIX¹⁴⁰. O quadro jurídico de valor fundamental não poderia deixar de começar com a própria *Déclaration Française des Droits de l'Homme et du Citoyen* de 1789¹⁴¹, que se pode considerar, no quadro do período, como um dos grandes vetores do desenvolvimento do constitucionalismo moderno¹⁴². Na sequência, a Constituição de 1791¹⁴³, que integra a *Déclaration*, bem como todas as leis fundamentais gaulesas que se seguiram¹⁴⁴ (a da primeira República de 1793, a que institui o Diretório de 1795 e a que consagra o Consulado de 1799) tentam projetar para as relações externas um quadro valorativo e, de forma cambiante, vão esquematizando arquiteturas de divisão dos *foreign affairs powers* em matéria de guerra e paz.

A que instituiu a monarquia limitada, de vida curta, desenvolve de forma muito mais clara as duas dimensões, pois, primeiro, adota uma fórmula anti-intervencionista¹⁴⁵, de certo influenciada também pela posição e perceção da república na geopolítica europeia do período, e atribuía ao soberano, que constitucionalmente

¹³⁹ ‘Decret du 28 Juillet 1790’ in: *Choix des Rapports, Opinions et Discours Prononcés à la Tribune Nationale depuis 1789 jusqu’à ce jour*, Paris, EyC, 1818, t. II, pp. 160-172, que inclui os debates.

¹⁴⁰ Para enquadramentos gerais, cf. Paolo Colombo, *Governo e Costituzione. La trasformazione del regime politico nelle teorie dell’età rivolluzionaria francese*, Milano, Giuffrè, 1993; e Roberto Martucci, *L’ossessione costituente. Forma di governo e costituzione nella Rivoluzione francese (1789-1799)*, Bologna, IMul, 2001.

¹⁴¹ Cf. *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, Ferdinand Mélin-Soucramanien (org.), Paris, Dalloz, 2009, pp. 1-4.

¹⁴² Ver Horst Dippel, *História do Constitucionalismo Moderno. Novas Perspectivas*, António Manuel Hespanha & Cristina Nogueira da Silva (trad.), Lisboa, FCG, 2007, *passim*, e, Micheline Ishay, *The History of Human Rights. From Ancient Times to the Globalization Era*, 2 .ed., Berkeley, UCalP, 2008, pp. 63-116.

¹⁴³ Sobre esta Constituição, veja-se François Furet & Ran Halévi, *La monarchie republicaine. La Constitution de 1791*, Paris, Fayard, 1996.

¹⁴⁴ Para esta evolução, veja-se, por todos, Yves Guchet, *Histoire Constitutionnelle de la France, 1789-1974*, 3. ed., Paris, Economica, 1993; Michel de Guillenchmidt, *Histoire constitutionnelle de la France depuis 1779*, Paris, Economica, 2000, pp. 3-40; Marcel Morabito, *Histoire constitutionnelle de la France (1789-1958)*, 10. ed., Paris, Montchrestien, 2008; os textos constitucionais podem ser encontrados em *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, *passim*.

¹⁴⁵ “La Nation française renonce à entreprendre aucune guerre dans la vue de faire des conquêtes, et n’emploiera jamais ses forces contre la liberté d’aucun peuple” (‘Constitution de 1791’[3-4 Septembre 1791] in: *Ibid.*, pp. 1-49, Titre VI (Des rapports de la Nations Française avec les Nations Étrangères)).

mantinha o seu ascendente em matéria de condução de política externa¹⁴⁶, todavia num quadro de controlo prévio (sujeitando-se a autorizações parlamentares em certas situações) e sucessivo (mormente nos casos em que resultassem em tratados em matérias julgadas importantes, sujeitos a ratificação¹⁴⁷), o poder de declará-las e conduzi-las¹⁴⁸, no entanto, somente após aprovação do *corps législatif* a seu pedido¹⁴⁹, solução que não deixou de causar alguma polémica face à limitação de um poder real tido por natural¹⁵⁰.

A importante Constituição de 1793, que eliminou a monarquia e instaurou a República¹⁵¹, refez a divisão de poderes de forma clara e estanque, cabendo à Assembleia Legislativa a aprovação da declaração de guerra, que assume forma de lei reservada ao *corps législatif*¹⁵², e ao Conselho Executivo, evidentemente, executá-la¹⁵³, sob pena de responsabilidade¹⁵⁴. Para mais, essa lei fundamental continha, por um lado, uma cláusula a impedi-la de celebrar a paz com qualquer inimigo que estivesse a ocupar o seu território¹⁵⁵, e, por outro, apesar de conter uma cláusula de não-intervenção nos

¹⁴⁶ De acordo com a Constituição de 1791 com predomínio do rei, poder executivo, a quem cabia nomear os Embaixadores (“Le roi nomme les ambassadeurs, et les autres agents des négociations politiques”) (Ibid., t. III, cap. IV, art. 2º) e conduzir a política externa (“Le roi seul peut entretenir des relations politiques au dehors, conduire les négociations, (...)”) (Ibid., t. III, cap. IV, sec. III, art. 1º). Adicionalmente, Guillaume Glénard, *L’Exécutif et la Constitution de 1791*, Paris, PUF, 2010, Parte II, cap. II.

¹⁴⁷ (“Il appartient au roi d’arrêter et de signer avec toutes les puissances étrangères, tous les traités de paix, d’alliance et de commerce, et autres conventions qu’il jugera nécessaire au bien de l’Etat, sauf la ratification du Corps législatif”) (‘Constitution de 1791’, t. III, cap. IV, sec. III, art. 3º), porém, sujeitos a ratificação parlamentar (“Il appartient au Corps législatif de ratifier les traités de paix, d’alliance et de commerce; et aucun traité n’aura d’effet que par cette ratification”) (Ibid., t. III, cap. III, sec. I, art. 3º).

¹⁴⁸ Tanto a declaração, quanto a condução da guerra, cabiam ao Monarca: “Le roi seul peut (...), faire des préparatifs de guerre proportionnés à ceux des Etats voisins, distribuer les forces de terre et de mer ainsi qu’il le jugera convenable, et en régler la direction en cas de guerre”) (Ibid., t. III, cap. IV, sec. III, art. 1º, *in fine*, e os comentários de Guillaume Glénard, *L’Exécutif et la Constitution de 1791*, pp. 201-229).

¹⁴⁹ “La guerre ne peut être décidée que par un décret du Corps législatif, rendu sur la proposition formelle et nécessaire du roi, et sanctionné par lui” (‘Constitution de 1791’, t. III, cap. III, sec. I, art. 2º).

¹⁵⁰ Vide François Furet & Ran Halévi, *La monarchie républicaine. La Constitution de 1791*, pp. 213-218.

¹⁵¹ Simbolicamente era a Constituição do Ano I, conforme denominação oficial (‘La Constitution de l’an I [24 Juin 1793]’ in: *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, pp. 51-74, remetendo-se as indicações abaixo para esta compilação).

¹⁵² De acordo com o artigo 34, “Sont compris, sous le nom général de loi, les actes du Corps législatif, concernant : (...) La déclaration de guerre; (...)”

¹⁵³ “Le Conseil est chargé de la direction et de la surveillance de l’administration générale ; il ne peut agir qu’en exécution des lois et des décrets du Corps législatif”, dispunha o artigo 65.

¹⁵⁴ “Article 72 - Le Conseil est responsable de l’inexécution des lois et des décrets, et des abus qu’il ne dénonce pas”.

¹⁵⁵ “Article 121 - Il ne fait point la paix avec un ennemi qui occupe son territoire”.

assuntos internos dos Estados¹⁵⁶, também dizia que a república era amiga dos povos livres¹⁵⁷.

A de 1795¹⁵⁸ mantém o esquema estável, muito embora com as suas particularidades, designadamente influenciadas pela proliferação de órgãos do Estado introduzida por essa mesma Constituição. A força armada é tida por exclusivamente defensiva¹⁵⁹, com a aprovação da guerra a caber ao poder legislativo¹⁶⁰, sob proposta do Diretório Executivo, assumindo forma de decreto¹⁶¹, com a exceção dos casos de agressão efetiva ou iminente do território nacional¹⁶².

A de 1799¹⁶³, já do período de ascensão de Napoleão como o primeiro cônsul¹⁶⁴, com especificidades formais, mantinha o sistema de propositura pelo Governo Consular e de ‘decretação’ pelo poder legislativo (Tribunato e Corpo Legislativo)¹⁶⁵, com base em processo legislativo comum e forma de lei¹⁶⁶, estando sujeita, como as outras, a promulgação consular¹⁶⁷. A Constituição de 1804¹⁶⁸, aprovada depois de Napoleão se

¹⁵⁶ Ver o Article 119, de acordo com o qual “Il ne s’immisce point dans le gouvernement des autres nations ; il ne souffre pas que les autres nations s’immiscent dans le sien”.

¹⁵⁷ A redação é esta: “Le Peuple français est l’ami et l’allié naturel des peuples libres” (art. 118).

¹⁵⁸ Ver ‘Constitution du 5 Fructidor An III [22 Août 1795] in: *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, pp. 75-131, que também integra as referências *infra*, e Michel Troper, *Terminer la révolution. La constitution de 1795*, Paris, Fayard, 2006.

¹⁵⁹ Conforme o “Article 274. - La force armée est instituée pour défendre l’Etat contre les ennemis du dehors, et pour assurer au-dedans le maintien de l’ordre et l’exécution des lois”.

¹⁶⁰ Leia-se o “Article 327. - Les deux Conseils législatifs concourent, dans les formes ordinaires, au décret par lequel la guerre est décidée, e o “Article 334. - L’un et l’autre Conseils législatifs ne délibèrent sur la guerre ni sur la paix, qu’en comité général”.

¹⁶¹ Dispunha-se que “La guerre ne peut être décidée que par un décret du Corps législatif, sur la proposition formelle et nécessaire du Directoire exécutif” (art. 326).

¹⁶² Nos termos do “Article 328. - En cas d’hostilités imminentes ou commencées, de menaces ou de préparatifs de guerre contre la République française, le Directoire exécutif est tenu d’employer, pour la défense de l’Etat, les moyens mis à sa disposition, à la charge d’en prévenir sans délai le Corps législatif. - Il peut même indiquer, en ce cas, les augmentations de force et les nouvelles dispositions législatives que les circonstances pourraient exiger”.

¹⁶³ Vide ‘Constitution du 22 Frimaire Na VIII [13 de Decembre 1799]’ in: *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, pp. 133-148.

¹⁶⁴ Estabelecia o “Article 39. - Le gouvernement est confié à trois consuls nommés pour dix ans, et indéfiniment rééligibles. - Chacun d’eux est élu individuellement, avec la qualité distincte ou de premier, ou de second, ou de troisième consul. - La Constitution nomme Premier consul le citoyen *Bonaparte*, (...)”.

¹⁶⁵ “Les déclarations de guerre et les traités de paix, d’alliance et de commerce, sont proposés, discutés, décrétés et promulgués comme des lois. - Seulement, les discussions et délibérations sur ces objets, tant dans le Tribunat que dans le Corps législatif, se font en comité secret quand le gouvernement le demande” é o que previa o art. 50.

¹⁶⁶ “Article 25. - Il ne sera promulgué de lois nouvelles que lorsque le projet en aura été proposé par le gouvernement, communiqué au Tribunat et décrété par le Corps législatif (...)”.

¹⁶⁷ Nestes termos, o “Article 37. - Tout décret du Corps législatif, le dixième jour après son émission, est promulgué par le Premier consul, à moins que, dans ce délai, il n’y ait eu recours au Sénat pour cause d’inconstitutionnalité. Ce recours n’a point lieu contre les lois promulguées”.

¹⁶⁸ Ver ‘Senatus-Consulte du 28 Floréal An XII [18 Mai 1804]’ in: *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, pp. 163-193.

ter tornado Cônsul Perpétuo¹⁶⁹ e Imperador¹⁷⁰, era ainda mais parca em explicitar o sistema adotado. Porém, ficava claro que a decisão sairía material e formalmente da decisão que caberia à Alteza Imperial¹⁷¹, depois de ouvidos certos órgãos de consulta.

14.5.3. Perspetivas teóricas sobre revolução, intervenção e Direito Internacional

Os teóricos do século XVIII – tenham ou não se pronunciado sobre temas internacionais no período pré-revolucionário, durante a revolução ou depois dela, e cada qual ao seu modo – manifestaram dúvidas sobre a capacidade do Direito Internacional de fornecer o arcaboço necessário para regular com alguma eficácia questões substantivas das relações entre os povos¹⁷².

A – Democracia Radical e Guerra: Negação Rousseauiana?

Entre os autores do período, Rousseau (1712-1778), famoso teórico político genebrino¹⁷³, terá sido, para alguns, quem mais entusiasticamente defendeu a não-intervenção, inserindo-a na sua conceção de ordem internacional¹⁷⁴, na qual vai

¹⁶⁹ Com o ‘Senatus-Consulte du 16 Thermidor An X [4 Août 1802]’ in: Ibid., pp. 149-162.

¹⁷⁰ Cf. ‘Senatus-Consulte du 28 Floréal An XII [18 Mai 1804]’ art. 1º (‘Le Gouvernement de la République est confié à un Empereur, qui prend le titre d’Empereur des Français. - La justice se rend, au nom de l’Empereur, par les officiers qu’il institue’, e 2º (‘Napoléon Bonaparte, Premier consul actuel de la République, est Empereur des Français’).

¹⁷¹ Por interpretação negativa, é o que decorre da inibição de poderes que tolhia o regente, nomeadamente o requisito de só poder declarar a guerra sem uma deliberação no Conselho de Regência, conforme o artigo 24 (‘Le régent (...) qu’après avoir pris l’avis du conseil de régence, composé des titulaires des grandes dignités de l’Empire (...) peut déclarer la guerre, (...)’).

¹⁷² Esta descrença é também retratada por Martti Koskeniemi, ‘International Law and *Raison d’État*: Rethinking the Prehistory of International Law’ in: Benedict Kingsbury & Benjamin Stratmann (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations. Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2012, pp. 297-339.

¹⁷³ Sobre a teoria política de Rousseau, veja-se, por todos, Milton Meira do Nascimento, ‘Rousseau: da servidão à liberdade’ in: Francisco Weffort (org.), *Os Clássicos da Política*, São Paulo, Ática, 2000, v. I, pp. 187-200; Alain Renaut, ‘As luzes críticas: Rousseau, Kant e Fichte’ in: id., (dir.), *História da Filosofia Política: Luzes e Romantismo*, António Viegas (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, v. III, pp. 135-197, esp. 137-146.

¹⁷⁴ Entre outros, cf. Georges Lassudrie-Duchêne, *Jean-Jacques Rousseau et le Droit des Gens*, Paris, HJ, 1906; Simone Goyard-Fabre, ‘Les silences de Hobbes et de Rousseau devant le droit international’, pp. 59-69, esp. 66-69; David Fidler, ‘Desperately Clinging to Grotian and Kantian Sheep: Rousseau’s Attempted to Escape from the State of War’ in: Ian Clark & Iver Neumann (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, p. 120 e ss; Yuichi Aiko, ‘Rousseau and Saint Pierre’s peace project: a critique of ‘history of international relations theory’’ in: Beate Jahn (ed.), *Classical Theory of International Relations*, Cambridge, CUP, 2006, pp. 93-120; José Oscar de Almeida Marques, ‘Contrato e Confederação: Notas sobre as relações internacionais no pensamento de Rousseau’ in: Genildo Silva (org.), *Rousseau e o iluminismo*, Salvador, Arcádia, 2009, pp. 33-43; Paulo César Nodari, ‘Rousseau e a Paz’, *VRF*, v. 56, n. 3, 2011, pp. 167-184, e Georg Cavallar, ‘Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)’ in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1114-1117.

desempenhar um papel decisivo. Se idealmente as repúblicas rousseunianas deveriam viver isoladas¹⁷⁵, a realidade da esfera internacional¹⁷⁶, impedindo que isso ocorra, introduz um elemento bélico nas relações entre os Estados e na política interna e externa das comunidades políticas, já que, por um lado, estas tinham toda a legitimidade de se defenderem de outras repúblicas, e, por outro, de se levantarem contra qualquer opressão e lutarem pela sua liberdade¹⁷⁷. A ideia da intervenção será, à primeira vista, incompatível com os pressupostos e conclusões da teoria política de Rousseau, já que esta, para além de rejeitar a conceção de direitos individuais oponíveis à república, nega frontalmente que esta, independentemente das medidas concretas que tomasse contra os seus súditos, poderia ficar numa posição de tiranizá-los, pois, como a vontade geral é de todos¹⁷⁸, ninguém se pode oprimir a si próprio¹⁷⁹. Rousseau, no entanto, não chega a pronunciar-se sobre a possibilidade de, no quadro de um levantamento do povo para lutar pela sua liberdade contra um poder opressor não-republicano as outras comunidades políticas poderiam ou deveriam vir em seu auxílio.

Se a *raison d'état* levava a essa indecisão rousseuniana, ela tinha indubitavelmente no seu bojo uma clara descrença de que a ordem internacional existente teria algum papel a desempenhar na defesa das suas repúblicas. Edmund Burke, a partir de uma base realista idêntica¹⁸⁰, mas associada a elementos ideológicos mais conservadores e monárquicos, considerando que se tinha entrado numa fase de rutura do sistema internacional pela violação dos seus princípios básicos, advogava uma intervenção das potências europeias na França¹⁸¹ para conter a desordem

¹⁷⁵ David Fidler, “Desperately Clinging to Grotian and Kantian Sheep: Rousseau’s Attempted to Escape from the State of War”, p. 120 e ss, e, em certa medida, o anterior, Simone Goyard-Fabre, “Les silences de Hobbes et de Rousseau devant le droit international”, pp. 64-69.

¹⁷⁶ Neste particular, vide Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, pp. 197-207, chamando a atenção simbolicamente ao “hobbesianismo de Rousseau”.

¹⁷⁷ Neste âmbito Rousseau diz que “um escravo feito numa guerra ou um povo conquistado não deve nada ao seu mestre, a não ser obedecer-lhe na medida em que é forçado a tal. Ao tomar-lhe o equivalente à sua vida o vencedor não lhe faz nenhuma graça: ao invés de o matar sem qualquer benefício, mata-o com utilidade [para si, privando-o da sua liberdade]. Longe, portanto, de adquirir sobre ele outra autoridade além da força, o estado de guerra subsiste entre eles como antes (...)” (Jean-Jacques Rousseau, *Le Contrat Social* in: *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1964, v. III, l. I, cap. IV).

¹⁷⁸ Conforme o próprio, num raciocínio paradigmático, baseado numa pergunta-resposta: “perguntamos como um homem pode ser livre e forçado a conformar-se com vontades que não são as suas? Como os opositores são livres e submetidos a leis às quais eles não consentiram? Respondo que a questão está mal colocada. O Cidadão consente com todas as leis, mesmo aqueles que foram aprovadas apesar dele, e mesmo em relação aqueles que punem por violar qualquer uma delas” (Ibid., l. IV, cap. II).

¹⁷⁹ No seu dizer, a lei não pode ser injusta, pois “ninguém pode ser injusto consigo” (Ibid., l. II, cap. VI)

¹⁸⁰ Ver David Armitage, “Edmund Burke and Reason of State” in: *Foundations of Modern International Thought*, pp. 154-171.

¹⁸¹ Vide Edmund Burke, “Thoughts on French Affairs [December 1791]” in: *Further Reflections on the Revolution in France*, Indianapolis, LF, 1992, pp. 228-255.

revolucionária¹⁸². A fundamentação do autor remetia literalmente à ideia da guerra justa contra a *Republic of Assassins*, como a chamou, que promovia a vida sem dignidade e levava à morte sem esperança, e para preservar a independência nacional, a propriedade, a liberdade, a vida e a honra da destruição universal¹⁸³.

B –Ambiguidades cosmopolitas sobre a guerra justa humanitária: Kant e Thomas Paine¹⁸⁴

Os cosmopolitas, por mais diferentes que fossem entre si¹⁸⁵, também se afastaram do Direito Internacional, pelo menos nos moldes como era concebido no período, considerando que era uma representação ilusória de uma ordem que não conseguia elevar-se às expectativas que criava de garantir a paz¹⁸⁶. Ao invés do sistema descentralizado são autores que advogavam uma hiperinstitucionalização das relações internacionais e uma reestruturação interna como pressuposto da garantia da ordem global. Embora o influente Jeremy Bentham¹⁸⁷, na mesma reflexão de fins do século XVIII em que cunhou o termo *International Law*¹⁸⁸, não se tivesse afastado tanto do quadro jurídico-internacional mais natural¹⁸⁹, os outros intelectuais que propuseram planos de segurança mundiais ou continentais foram muito mais longe. Ainda durante a vigência do *Ancien Régime*, o célebre projeto da paz perpétua do Abade de Saint Pierre (1658-1743) sublinhava precisamente este aspeto¹⁹⁰, quando tentou demonstrar que tanto os tratados, como o equilíbrio das potências, tinham se revelado ineficazes no seu

¹⁸² Cf. id., “Reflections on the French Revolution” in: *Selected Works of Edmund Burke*, Indianapolis, LF, 1999, v. II.

¹⁸³ Id., “Letter I: on the Overtures of Peace” in: Ibid., v. III, pp. 59-152, 122

¹⁸⁴ Não se pode deixar de notar que tais ambiguidades antecedem Kant e Paine e remontam concretamente à origem do pensamento cosmopolita de base iluminista no início do século XVIII (cf. a propósito Marc Belissa, “Droit des gens et théorie constitutionnelle dans la pensée des Lumières”, *RHDFE*, a. 76, n. 2, 1998, pp. 215-233).

¹⁸⁵ Para um exemplo desta diversidade, Pauline Kleingeld, “Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth-Century Germany”, *JHI*, v. 60, n. 3, 1995, pp. 505-524.

¹⁸⁶ Para um enquadramento geral sobre estes projetos ao longo da história, vide Dominique Gaurier, “Cosmopolis and Utopia” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 250-271.

¹⁸⁷ Cf., e.g., David Armitage, “Globalising Jeremy Bentham” in: *Foundations of Modern International Thought*, pp. 172-187, e Julian Cazala, “Jeremy Bentham et le Droit International”, *RGDIP*, v. 109, n. 2, 2005, pp. 363-388.

¹⁸⁸ Vide Jeremy Bentham, *Principles of International Law* in: *The Works of Jeremy Bentham*, John Bowring (ed.), Edinburgh/London, WT/SMCo, 1848, pp. 535-560.

¹⁸⁹ No “A Plan for an Universal and Perpetual Peace”: in: Ibid., pp. 540-560, a proposta consistia em garantir a paz essencialmente através da criação de um tribunal internacional (sem poderes coercitivos, nas suas palavras), eliminar o protecionismo económico, emancipação das colónias e redução de contingentes militares por via de tratados, medidas que, evidentemente, eram radicais para a época, mas que fazem parte do Direito Internacional da atualidade.

¹⁹⁰ Abbé de Saint-Pierre, *Projet pour Rendre la Paix Perpétuelle en Europe [1708]*, Paris, Fayard, 1986.

propósito de evitar a guerra¹⁹¹, o mesmo acontecendo com o folclórico representante do ‘género humano’ na *Convention* revolucionária, o nobre prussiano, Anarchosis de Cloots (1755-1794), que propôs a criação de uma República Universal do Homem com a sua capital em Paris e a consequente abolição das nacionalidades¹⁹², não desdenhando, muito pelo contrário, que a força das armas facilitasse a sua concretização¹⁹³.

Immanuel Kant (1724-1804) também é tido por muitos como defensor de uma postura fortemente anti-intervencionista nas obras que dedica às relações internacionais¹⁹⁴ e, em particular, à guerra¹⁹⁵. Se não se tem dúvida das ambiguidades kantianas nesta matéria, já não será tão límpida a postura contrária às intervenções que, por vezes, se lhe atribui. Na verdade, o pensamento político de Kant¹⁹⁶ é marcado por

¹⁹¹ Ibid., *premier discours*.

¹⁹² Anarchosis Cloots, *La Republique universelle ou adresse aux tyrannicides*, Paris, CMN, An quatre de la rédemption 1795, e *Base constitutionnelles de la République du Genre Humain*, Paris, INed, II An de la Republique une et indivisible, 1793.

¹⁹³ Neste último trabalho, conclama, ao jeito jacobino, mas em versão universalista, ao extermínio dos “inimigos da razão humana” (Ibid., *passim*).

¹⁹⁴ Cf. Antonio Hermosa Andujar, “La concepcion kantiana de las relaciones internacionales”, *REP*, n. 64, 1989, pp. 163-189; Jean-Michel Besnier, “Le droit international chez Kant e Hegel”, *APD*, t. 32, 1987, pp. 85-99; Howard Williams & Ken Booth, “Kant: Theorist beyond Limits” in: Ian Clark & Iver Neumann (eds.), *Classical Theories of International Relations*, pp. 71-98; Valério Rohden (coord.), *Kant e a instituição da paz*, Porto Alegre, EDUFRGS/GI, 1997 (em especial, Georg Cavallar, “A sistemática da parte jusfilosófica do projecto kantiano “À paz perpétua””, p. 78 e ss); James Bohman & Mathias Lutz-Bachmann (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal*, Cambridge, Mass, MITP, 1997 (em especial, Jürgen Habermas, “Kant's Idea of Perpetual Peace, With the Benefit of Two Hundred Years Hindsight”, p. 113 e ss); Susan Shell, “Cannibals All: The Grave Wit of Kant's Perpetual Peace” in: Hent de Vries & Samuel Weber (eds.), *Violence, Identity and Self-determination*, Stanford, SUP, 1997, pp. 150-161; José Pina Delgado, “Kant: do direito dos povos aos direitos dos homens”, *CF*, v. 1, 1999, pp. 66-84; Harry Gould, “Toward a Kantian International Law”; Mortimer Sellers, “The Kantian Theory of Public International Law”, *ILT*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 31-42; 43-51; Pierre Laberge, “Kant on Justice and the Law of Nations”; Fernando Tesón, “Kantian International Liberalism” in: David Mapel & Terry Nardin (eds.), *International Society: Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1999, pp. 82-102, 103-113; Jörg Fisch, “When Will Kant's Perpetual Peace be Definitive?”, *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 125-147; Soraya Nour, “Os cosmopolitas. Kant e os ‘temas kantianos’ em relações internacionais”, *CI*, v. 25, n. 1, 2003, pp. 7-46; Arno dal Ri Jr., “Tradições do Pensamento às Relações Internacionais: Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Immanuel Kant” in: Odete Maria de Oliveira & Arno dal Ri Jr (orgs.), *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2003, pp. 115-155; José Nicolau Heck, “Contratualismo e sumo bem político. Um estudo preliminar sobre a *pax kantiana*”, *VRF*, v. 49, n. 1, 2004, pp. 71-92; José Pina Delgado, “Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais em Al-Farabi e Kant” in: Odete Maria de Oliveira (org.), *Configuração dos humanismos e relações internacionais: ensaios*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2006, pp. 211-271; Howard Williams, “Back from the USSR: Kant, Kaliningrad, and World Peace”, *IR*, v. 20, n. 1, 2006, pp. 27-48; Manuel Filipe Canaveira, “A Paz Perpétua”, *NE*, v.10, 2007, pp. 274-323; Pauline Kleingeld, “Immanuel Kant (1724-1804)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1122-1126; Anthony Pagden, “From the ‘Right of Nations’ to the ‘Cosmopolitan Right’: Immanuel Kant's Law of Continuity and the Limits of Empire” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, pp. 201-223.

¹⁹⁵ Além das análises sobre o seu pensamento político, que normalmente tratam deste ponto, ver, em especial, Leslie Mulholland, “Kant on War and International Justice”, *KS*, v. 78, n. 1, 1987, pp. 25-41.

¹⁹⁶ Por todos, Hannah Arendt, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, André Macedo (trad.), Rio de Janeiro, R-D, 1993; Ronald Beiner & William James Booth (eds.), *Kant and Political Philosophy: The Contemporary Legacy*, New Haven, YUP, 1993; Howard Williams (ed.), *Essays on Kant's Political*

várias tensões, muitas das quais claramente insolúveis¹⁹⁷. O sábio de Königsberg propõe uma nova abordagem para o tratamento da guerra e da paz, que não só se dirigia aos proponentes de visões realistas das relações internacionais¹⁹⁸, como também aos próprios juristas que achavam que seria possível controlar a guerra e os seus efeitos¹⁹⁹. Para tanto, concebeu a montagem de um arranjo institucional global tendente a afastar a guerra do cenário internacional, baseado em Repúblicas Liberais²⁰⁰ que se realizavam pelo comércio²⁰¹ e teriam mecanismos internos que limitariam o recurso à força²⁰². Por

Philosophy, Chicago, UChiP, 1992; Ricardo Ribeiro Terra, *A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, São Paulo, Iluminuras, 1995; Elisabeth Ellis, *Kant's Politics: Provisional Theory for an Uncertain World*, New Haven, YUP, 2005.

¹⁹⁷ Como, aliás, sintetiza um dos maiores especialistas lusófonos na filosofia política de Kant, Ricardo Ribeiro Terra, *A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, p. 9.

¹⁹⁸ Veja-se Roger Sullivan, "Introduction" in: Immanuel Kant, *The Metaphysics of Morals*, Cambridge, UK, CUP, 1996, p. vii-xvi; Aylton Barbieri Durão, "La crítica de Kant a la Razón de Estado", *Crítica*, v. 4, n. 13, 1998, pp. 4-45; Howard Williams, *Kant's Critique of Hobbes: Sovereignty and Cosmopolitanism*, Aberystwith, UWP, 2003, bem como ainda James Bohman & Mathias Lutz-Bachmann "Introduction" in: James Bohman & Mathias Lutz-Bachmann (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal*, p. 5, autores que firmam, claramente, uma interpretação diferente esposada por Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, pp. 207-225, numa análise à teoria das relações internacionais em Kant, ao defender que este, longe de representar uma rutura com Hobbes, defendia-o dos seus críticos (p. 225). Pierre Laberge, "Kant on Justice and the Law of Nations", p. 83, e Arno dal Ri Jr., "Tradições do Pensamento às Relações Internacionais: Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Immanuel Kant", p. 144, defendem versões moderadas desta tese. Sem embargo da influência que, indubitavelmente, Hobbes exerceu sobre a teoria política de Kant como decorre de uma das suas obras não-políticas, em que, referindo-se ao estado de natureza, o prussiano menciona diretamente a correção (quase integral) da caracterização do estado de natureza por Hobbes de modo inequívoco ao sustentar que "a proposição de Hobbes: *status hominum naturalis este bellum omnium in omnes* não tem qualquer outro defeito a não ser de que deveria dizer: *est status belli*, etc., mas embora não se admita que entre os homens que não se encontram sob leis externas e públicas dominem sempre efectivas hostilidades, contudo o seu estado (*status iuridicus*), i.e., a relação em e pela qual eles são susceptíveis de direitos (da sua aquisição ou conservação) é um estado em que cada um quer ele próprio ser juiz sobre o que é o seu direito frente a outros, mas não tem por parte dos outros nenhuma segurança quanto a direito frente a outros, a não ser cada um a sua própria força; é um estado de guerra em que todos devem constantemente estar armados contra todos (...)" (Immanuel Kant, *A Religião nos Limites da Razão [Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft]*, Artur Morão (trad.), Lisboa, E70, 1992, p. 103).

¹⁹⁹ Ficou famosa a crítica que dirigiu a Grócio, Pufendorf e Vattel, classificando-os de 'meros consoladores do sofrimento' (*lauter leidiger Tröster*) (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden [Sobre a Paz Perpétua]* in: *Werke*, Berlin, Walter de Gruyter, 1968, Ak, VIII, p. 355).

²⁰⁰ Não é, pois, sem sentido que o primeiro artigo definitivo para a paz perpétua assim reza: "A Constituição em cada Estado deve ser republicana" (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. II). Apesar de, mais uma vez, Kant permitir diversas interpretações razoáveis, ainda assim, parece-nos que estaríamos, com todas as restrições e vicissitudes possíveis, numa república liberal. A forma como o filho de Königsberg concebe os direitos básicos – à liberdade e igualdade – como naturais, bem como assim o facto de os manter como tais depois da criação da República – enquanto homem/indivíduo – justificam essa opção. Agora, não deixa de ser verdade que, mesmo optando-se por essa associação, não deixaria de ser uma república liberal longe das formulações mais clássicas, designadamente do ponto de vista da existência de direitos políticos, cidadania e direitos sociais (v. o nosso José Pina Delgado, "Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais em Al-Farabi e Kant", pp. 224-226, e para um interpretação republicana, por todos, Rodrigo Arango, "Republicanism Kantiano", *IyV*, v. LXII, sup. I, 2013, pp. 49-72).

²⁰¹ Como diz, "o espírito comercial não pode coexistir com a guerra", até porque, "como o poder do dinheiro é, na realidade, o mais fiel dos poderes (médi) subordinados ao poder do Estado, os Estados

isso, assentariam e promoveriam a formação de um Direito Internacional e em seguida num Direito Cosmopolita institucionalizado²⁰³ que ultrapassaria o estágio de natureza não jurídico entre as nações²⁰⁴ e garantiria a paz perpétua entre elas²⁰⁵.

A questão a saber é se a força armada ainda mantém um papel dentro do sistema kantiano de manutenção da paz perpétua e se qualquer ideia de intervenção ainda se manteria aceitável. A dinâmica do modelo de Kant impele-nos a uma resposta necessariamente positiva. A criação da ‘Federação de Povos’ seria marcada por um processo de expansão gradual auxiliado pela história e pela providência²⁰⁶, que desempenham um papel central no projeto kantiano²⁰⁷. Nesse ínterim, os Estados

vêm-se obrigados a fomentar a paz” (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sup. I (A garantia da Paz Perpétua)).

²⁰² Conforme o autor, “A Constituição Republicana, além de possuir pureza na sua origem, de ter nascido na fonte pura do conceito de direito, tem como objectivo o resultado desejado, isto é, a paz perpétua. Se é preciso o consentimento dos cidadãos (como não pode ser diferente nessa constituição) para decidir se deve haver guerra ou não, nada mais natural que se pense muito o começar de um jogo tão maligno, uma vez que eles teriam que decidir para si próprios todos os sofrimentos da guerra (como combater, custear as despesas da guerra com o seu próprio património, reconstruir penosamente a devastação que ela deixa atrás de si e, por último, para cúmulo dos males, fazer face às dívidas que se transferem para a própria paz e que nunca desaparecem (...))” (Ibid.).

²⁰³ Parece-nos que não é razoável afastar o carácter institucional ou, no mínimo, semi-institucional, do cosmopolitismo kantiano, como fez, por exemplo, Hannah Arendt, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, p. 58 (que a considera implausível atendendo a que o cidadão do mundo de Kant seria um mero espectador do Mundo e que considerava que um governo mundial seria a pior das tiranias), reduzindo o cosmopolitismo kantiano a um mero cosmopolitismo moral; no mesmo sentido adotado por este autor, Soraya Nour, “Os cosmopolitas. Kant e os ‘temas kantianos’ em relações internacionais”, p. 18, sustentando que, sendo verdade que Kant não chega a defender um Estado Universal, não deixa de exigir que o seu direito cosmopolita tenha alguma dimensão institucional.

²⁰⁴ De acordo com Immanuel Kant, *Idéia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*, Artur Morão (trad.), s.l., LP, s.n., 7ª Preposição: “(...) sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito, não do seu próprio poder ou da própria decisão jurídica, mas apenas dessa grande federação de nações (*Foedus Amphictyonum*), de uma potência unificada e da decisão segundo leis da vontade unida; ver também J. Declareuil, “Kant, le Droit Public et la Société des Nations”, *RGDIP*, v. 25, 1918, pp. 113-143.

²⁰⁵ Diz Immanuel Kant, “Metafísica dos Costumes Parte I. Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito” [*Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*], Artur Morão (trad.), Lisboa, E70, 2004, para. 44: “Mas, por bons e amantes do direito que eles queiram pensar, está já implícito na ideia racional de semelhante estado (não-jurídico) que, antes da instituição de um estado legal público, os homens, os povos e os Estados isolados nunca podem estar seguros uns dos outros em face da violência e fazer cada um o que tem por justo e bom, a partir do seu próprio direito, sem para tal dependerem da opinião um do outro”.

²⁰⁶ De acordo com o autor, “se a fortuna dispõe que um povo forte e ilustrado possa formar uma república (que pela sua natureza tende para a paz perpétua), esta pode constituir-se no centro da associação federativa para que outros Estados se unam a ela, assegurando deste modo o estado de liberdade dos Estados conforme a ideia do direito das gentes e estendendo-se, pouco a pouco, mediante outras uniões (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. II, art. 2º).

²⁰⁷ Cf. Karl-Otto Apel, “Kant’s ‘Toward Perpetual Peace’ as Historical Prognosis from the Point of View of Moral Duty” in: James Bohman & Mathias Lutz-Bachmann (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant’s Cosmopolitan Ideal*, pp. 79-110, e Ricardo Ribeiro Terra, *A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, p. 10.

republicanos federados²⁰⁸ conviveriam com outros sistemas de organização política e até com povos não-estaduais, logo, em relação a estes, ainda subsistiria um estado de natureza, na hipótese de serem todos pacíficos²⁰⁹, o que era o caso. Por isso seria necessário, segundo Kant, manter contingentes militares para propósitos defensivos (incluindo de prevenção)²¹⁰, mesmo depois da constituição da Federação. Claro está que Kant rejeita igualmente a tentação de defender a utilização de meios militares para acelerar o processo de republicanização²¹¹, mas disso não deriva necessariamente que fosse contrário a todo o tipo de intervenção como defenderam vários autores²¹². Estes, amparam-se na expressão kantiana de acordo com a qual “nenhum Estado deve imiscuir-se pela força na constituição e governo de outro”²¹³, na rejeição de Kant do direito de resistência e de rebelião²¹⁴ ou ainda da avaliação negativa que foi fazendo do

²⁰⁸ Pelo menos inicialmente a Federação de Kant seria uma Federação Europeia de Povos (v. José Pina Delgado, “Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais em Al-Farabi e Kant”, pp. 252-261).

²⁰⁹ O que Kant, diga-se em abono da verdade, não chega a efetivamente pressupor. Ao invés, mesmo depois da constituição da sua associação de povos livres, continua a falar de “associação mútua (confederação) entre diversos Estados, para conjuntamente se defender contra todo o possível ataque externo ou interno” (Immanuel Kant, *Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*, para. 59).

²¹⁰ Na *Doutrina do Direito*, o autor chega a expor uma teoria radical da prevenção, em moldes similares aos utilizados por Hobbes, “No estado natural dos Estados, o direito à guerra (às hostilidades) é a forma lícita pela qual um Estado, pela sua própria força, reclama o seu direito perante outro, quando julga que este o lesou; porque tal, naquela situação, se não pode fazer mediante um processo (como único meio de resolver as querelas no estado jurídico). – Além da lesão activa (da primeira agressão, que é distinta da primeira hostilidade), existe a ameaça. Esta pode consistir ou no início dos preparativos, em que assenta o direito de prevenção (*ius praeventionis*), ou simplesmente no temível aumento de poder (*potentia tremenda*) de outro Estado (por aquisição de territórios). Este aumento de poder constitui uma lesão ao mais débil, pelo simples facto da sua situação, antes de qualquer acção do mais poderoso, e no Estado de natureza este ataque é certamente legítimo” (Ibid., para. 56).

²¹¹ Neste caso, a questão é colocada na *Paz Perpétua*, ainda que num apêndice: “Naquilo que diz respeito às relações exteriores dos Estados, não se pode exigir a um Estado que abandone a sua constituição, mesmo que seja despótica (que é a mais forte do ponto de vista dos inimigos externos) enquanto correr perigo de ser conquistado por outros Estados; com tal finalidade dever permitir-se o adiamento da realização (das reformas) até melhor ocasião” (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, ap. I).

²¹² Cf., e.g., Gregory Reichberg; Henrik Syse & Endre Begby, “Immanuel Kant (1724-1804): Cosmopolitan Rights, Human Progress, and Perpetual Peace” in: id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 521-524.

²¹³ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. I, art. 5º.

²¹⁴ É na *Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*, Observação Geral, A, que Kant resume esta posição: “Contra a suprema autoridade legisladora do Estado não há, portanto, resistência legítima do povo; pois, só pela submissão à sua vontade universalmente legisladora é possível um estado jurídico; logo não existe nenhum direito de sedição (*sedition*), menos ainda de rebelião (*rebellio*), e muito menos de atentar contra a sua pessoa, inclusive contra a sua vida (*monarchomachismus sub specie tyrannidii*), enquanto pessoa individual (monarca), sob pretexto de abuso de poder (*tyrannis*). O menor intento neste sentido é um crime de alta traição (*proditio eminens*), e o traidor deste tipo só poderá ser castigado com a morte, como alguém que tenta matar a sua pátria (*parricida*). – A razão porque o povo deve, apesar de tudo, suportar um abuso do poder supremo, inclusive um abuso tido por intolerável, é esta: a sua resistência à própria legislação suprema deve conceber-se como contrária à lei, e até como destruidora da constituição legal na sua totalidade. De facto, a fim de estar capacitado para isso teria de haver uma lei pública que autorizasse a resistência do povo; isto é, a legislação suprema conteria em si mesma a determinação de não ser a suprema e de converter o

evento da época, a Revolução Francesa²¹⁵, que lhe levou a advogar a reforma como alternativa à revolução²¹⁶.

Contudo, Kant também foi autor da célebre frase de acordo com a qual a infração de “um direito em qualquer lugar do mundo deve ser sentida em todos (*Die Rechtsverletzung an einem Blass der Erde an allen gefühl wird*)”²¹⁷. Evidentemente, sentir não significa agir²¹⁸, mas o pensador teutónico tinha o Direito Cosmopolita como algo palpável e concreto e não uma fantasia sem qualquer materialidade, portanto é possível sustentar que poderia haver consequências para essas violações²¹⁹. Se assim for, seria perfeitamente lógico que a Federação pudesse intervir em outros Estados em situações de violações grosseiras ao Direito²²⁰. Esta é uma interpretação teleológica de Kant é verdade, mas perfeitamente aceitável face à obscuridade dos textos de Kant²²¹ e

povo como súbdito, num só e mesmo juízo, em soberano daquele a que está submetido – o que é contraditório”.

²¹⁵ Norberto Bobbio, “Kant e a Revolução Francesa” in: *A era dos direitos*, Carlos Nelson Coutinho (trad.), Rio de Janeiro, Campus, 1992, p.134, destaca o papel deste evento na obra de Kant, acrescento que, para o bem e para o mal.

²¹⁶ Immanuel Kant, *Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*, Observação Geral, A, diz claramente que, “portanto, uma mudança na constituição política (defeituosa) que bem pode, às vezes, ser necessária, só pode ser introduzida pelo próprio soberano através da reforma, mas não pelo povo, por conseguinte, não por revolução; e se ocorrer só poderá afectar o poder legislativo”.

²¹⁷ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. II, art. 3º, e, para alguns comentários, José Pina Delgado, “Kant: do direito dos povos aos direitos do homem”, pp. 78-81.

²¹⁸ Diga-se, no entanto, que, neste quadro a única associação explícita que Kant faz entre direito de resistência e intervenção militar estrangeira é para, paradoxalmente, defender um direito de intervenção contrarrevolucionária, ao estilo do que a sua Prússia e outras potências europeias fizeram contra a república francesa. Efetivamente, de modo surpreendente, Kant afirma que “O monarca destronado (que sobrevive à Revolução) não pode ser questionado pela sua actuação anterior, e menos ainda ser castigado, e, na condição de cidadão, preferir a sua tranquilidade e a do Estado ao risco de dele se afastar para, como pretendente, persistir na aventura de o recuperar, quer mediante uma contra-revolução clandestina, quer com o apoio de outras potências. Mas, se optar pela última, visto que a revolta que o privou da sua posse era injusta, continua a ter intacto o seu direito a ela. Ora bem, incumbe ao direito das gentes a questão de decidir se outras potências têm o direito de se unir numa liga de Estados a favor deste chefe infeliz, unicamente com o fim de não deixar impune o delito cometido pelo povo e impedir que ele persista com escândalo para todos os Estados; por conseguinte, se estão legitimados e chamados a pôr no seu lugar, pela violência a antiga constituição em qualquer Estado, cuja constituição foi estabelecida mediante a revolução” (*Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*, Observação Geral, A, nota 8).

²¹⁹ O direito cosmopolita não é “uma representação fantástica nem extravagante. Completa, outrossim, “o código não-escrito do direito público e do direito das gentes num direito público da humanidade, sendo um complemento da paz perpétua ao constituir-se numa condição para a aproximação a ela” (Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. II, art. 3º).

²²⁰ Kant não parece impedir a intervenção nos casos de desestruturação da república ou, no mínimo, do Estado com o seu artigo Preliminar 5, como já defenderam diversos intérpretes, como Richard Lilich, “Kant and the Current Debate on Humanitarian Intervention”, *TL&CP*, v. 6, 1997, pp. 402-403, Howard Williams, “Back from the USSR: Kant, Kaliningrad, and World Peace”, p. 38, e José Pina Delgado, “Os direitos da paz e da guerra e os dois momentos do estado de natureza na teoria kantiana das relações internacionais”, Palestra apresentada no *III Congresso Kant. Perspectivas Kantianas para o Século XXI*, Sociedade Kant/Brasil, Itatiaia, Rio de Janeiro, 5 nov. 2001, Mimeo (arquivado com o autor), pp. 17-18.

²²¹ Apesar de um especialista da lavra de Ricardo Ribeiro Terra, *A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, p. 6, perguntar “Porque não tentamos pensar as tensões do pensamento

se se analisar que o contexto em que Kant escreve não é apto a tolerar a exposição radical de opiniões políticas, especialmente porque a Prússia dos Fredericos não correspondia nem de perto nem de longe a uma República e o expansionismo da Revolução Francesa ainda estava presente, levando a necessárias cautelas em qualquer defesa desse tipo de intervenção²²².

Se Kant se mostrou hesitante nesta matéria, Fichte (1762-1814), antes da sua fase mais nacionalista, ao defender também a constituição de uma Federação de Povos²²³ como pressuposto da paz perpétua mundial, advogou claramente que, ela, sendo de expansão gradual²²⁴, uma vez que a associação era voluntária²²⁵, manteria externamente um direito de fazer a guerra sempre que um Estado não-membro violasse as normas internacionais fixadas pelo contrato que deu origem ao Direito das Gentes²²⁶. O unilateralismo assumido da solução apresentada pelo filósofo alemão mantinha ainda tons judiciais, uma vez que o uso da força deveria ser precedido por uma decisão do Tribunal da própria Federação²²⁷, na sequência de um processo²²⁸.

Thomas Paine (1737-1804)²²⁹, ligado às revoluções do século XVIII, e autor influente no seu tempo²³⁰, vai também apresentar as mesmas contradições no tratamento

kantiano como essenciais à sua expressão, sem a necessidade de fazer com que a balança penda para um dos lados, sem ter de denunciar de maneira apressada as ‘contradições e incoerências’ dos textos?”, não deixamos de sentir a sensação descrita.

²²² Devemos lembrar com Roger Sullivan, *An Introduction to Kant's Ethics*, p. 6, que, com Frederico II, houve um incremento da censura, o que terá influenciado Kant diretamente, levando-o a ser mais cauteloso com o que ele escrevia e especialmente o modo como o fazia.

²²³ Johann Gottlieb Fichte, *Fundamentos del Derecho Natural según los Principios de la Doctrina de la Ciencia [1796]*, José Villacañas Berlanga; Manuel Ramos Varela & Faustino Oncina Coves (trad.), Madrid, CEC, 1994, Parte II, Compêncio del Derecho de Gentes y del Derecho Cosmopolita, para. 16.

²²⁴ Ibid., para. 20.

²²⁵ Ibid., para. 16.

²²⁶ Ibid., para. 6.

²²⁷ Ibid., para. 18.

²²⁸ Ibid., para. 17.

²²⁹ Um dos ícones da Revolução Americana, Paine era mais um ativista do que um teórico. Nascido na Inglaterra, lutou contra a sua própria pátria para a independência das colônias da América do Norte e tomou parte da Revolução Francesa, embora se tenha incompatibilizado com as lideranças jacobinas por não concordar com os excessos revolucionários, designadamente com a decisão que levou à decapitação de Luís XVI (seguir a pequena, mas importante, apresentação de David Matravers, “Introduction” in: Thomas Paine, *Rights of Man*, Hertfordshire, UK, Wordsworth, 1996, pp. viii-xii, e, para a última questão, Christopher Hobson, “Revolution, Representation and the Foundations of Modern Democracy”, *EJPT*, v. 7, n. 4, 2008, pp. 449-471).

²³⁰ Além da sua notável militância, Paine produziu duas importantes obras no contexto da guerra de independência das colônias inglesas da América do Norte e da Revolução Francesa, fazendo uma defesa forte dos direitos humanos, da democracia e inclusivamente da Revolução. Cf. Thomas Paine, *Senso Comum [Common Sense]* in: *Os Pensadores: Jefferson; Federalistas, Paine; Tocqueville*, Francisco Weffort (ed.), A. Della Nina (trad.), São Paulo, AbC, 1979, pp. 41-83, e Thomas Paine, *Rights of Man, passim*; obras, particularmente a segunda, das mais lidas e vendidas na Europa do seu tempo (cf., por exemplo, Christopher Hobson, “Revolution, Representation and the Foundations of Modern Democracy”, p. 456, e, na literatura lusófona, Modesto Florenzano, *Thomas Paine Revisitado*, São Paulo, IEA-USP, s.d., pp. 1-2).

da guerra. O seu ativismo antimonárquico²³¹ foi transportado para a esfera internacional, já que entendia ser a guerra intrínseca aos regimes monárquicos porque nestes enquanto o rei recolhia os bónus, os ónus em sangue e património eram partilhados pelos súditos²³², e a paz era apanágio das repúblicas, inerentemente mais pacíficas²³³. Estas tinham o conflito por desnecessário, porque realizam-se através do comércio e tinham-no como um obstáculo natural aos negócios²³⁴, e, por conseguinte, submetiam-no ao controlo dos cidadãos²³⁵, recusando-se a aceitá-la no quadro das ligas de nações que criariam entre elas²³⁶.

Mais uma vez, o problema que vai afligir cosmopolitas como Paine é o de saber se os Estados democráticos poderiam acelerar o processo de pacificação internacional através da força. Por um lado, o pensador tinha a noção de que qualquer guerra internacional, pelo dispêndio de recursos, levam à militarização e burocratização do

²³¹ Ver Thomas Paine, *Rights of Man*, *passim*, que reitera esta ideia diversas vezes, dentre outras, quando sustenta que “a origem dos governos actuais da América e da França serão para sempre lembrados” (Ibid., p. 126) ou que a Constituição inglesa “é considerada como tendo mais defeitos do que os que aponte neste trabalho e noutro” (Ibid., p. 221), designadamente o facto de que “apesar de todos as pessoas em Inglaterra pagarem impostos, nem um por cento são eleitores e os membros de uma casa do parlamento não representam ninguém além dos próprios” (Ibid., p. 215). Mais uma vez, o seu anti-monarquismo salta à vista quanto faz esta relação, pois, no seu entendimento, “Há duas formas de governo: primeiro, o governo por eleição e representação; segundo, governo por sucessão hereditária. O primeiro é geralmente chamado de República, o segundo de Monarquia ou Aristocracia. As duas formas erigem-se sobre as duas bases distintas e opostas da Razão e da Ignorância. (...) O que vemos agora no mundo da Revolução em França são a renovação da ordem natural das coisas, um sistema de princípios tão universais quanto a verdade e a existência do homem, conjugadora de felicidade política e moral e prosperidade nacional”, baseando-se na ideia de que “I. Os homens nascem e sempre continuam livres e iguais no que concerne aos seus direitos (...); II. O fim de todas as associações políticas é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem e esses direitos são a liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão; III. A nação é essencialmente a fonte da soberania, nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos tem autoridade que não deriva expressamente dela” (Ibid. pp. 103-104).

²³² Dí-lo diretamente o próprio, quando formula o seguinte desejo: “Soberania monárquica, a inimiga da humanidade, e a fonte da miséria é abolida e a soberania é devolvida ao seu lugar natural e originário, a nação. Se isso acontecer por toda a Europa, as causas da guerra deixariam de existir” (Ibid., p. 104).

²³³ Fá-lo literalmente quando diz: “Se a paz universal, a civilização e o comércio algumas vez farão parte da sorte feliz do homem, não pode ser alcançada senão por uma Revolução no sistema de governo” e com a instalação de Repúblicas (Ibid., p. 119).

²³⁴ Ver uma defesa forte da liberdade de comércio internacional e das vantagens mútuas que traz às nações, em moldes aparentemente influenciados pela teoria de David Ricardo (Ibid., pp. 169-170), especialmente a parte em que chama a atenção para o facto de que “o comércio não precisa de outra protecção a não ser o interesse recíproco que todas as nações têm em apoiá-lo (...) e a única interrupção que conhece deriva do estado actual incivilizado dos governos” (Ibid., p. 170).

²³⁵ Como discorre Paine, “A Constituição Francesa prescreve que o direito de paz e de guerra é da nação. Onde mais poderia estar senão naqueles que pagarão as despesas?” (Ibid., p. 41), ou, noutra passagem, “porque não são as repúblicas mergulhadas na guerra além do facto dos seus poderes públicos não terem interesses públicos diferentes dos da nação? Até a Holanda, apesar de ser uma República mal construída e com actividades comerciais que se estendem por todo o Mundo, existiu por quase um século sem fazer a guerra (Ibid., p. 105).

²³⁶ Paine defende aquilo que denomina “alianças”, que, no entanto, não resultariam num Estado Mundial e tão pouco na extinção das comunidades políticas já existentes. É duvidoso que sequer constituiriam uma Federação ou uma Confederação. Antes assumiria o tipo de uma organização internacional de cooperação (Ibid., pp. 216-217).

Estado em detrimento dos direitos²³⁷. Neste sentido, qualquer intervenção, humanitária ou não, era, de modo paradoxal, perigosa para as liberdades. Por outro lado, Paine considera que as nações revolucionárias – França e Estados Unidos – bem como as suas associadas prospectivas – Reino Unido e Holanda – teriam um papel de propagação do republicanismo e do comércio livre pelo mundo²³⁸, sustentando, neste particular, a legitimidade da ingerência na política interna das outras nações no sentido de fomentar a revolução²³⁹. Por conseguinte, não é despropositado dizer-se que o ativista inglês defende a intervenção²⁴⁰, embora fiquem dúvidas se estaria a pensar, para além da persuasão política ideal²⁴¹, na utilização da força, considerando a eficácia limitada da quantidade de Estados não-democráticos e do seu poder²⁴². No fundo, as ideias de Paine são quase inconclusivas, ficando o autor preso entre a consciência dos malefícios da guerra e alguma tentação para delas fazer uso em benefício do processo de democratização internacional.

²³⁷ Numa certa passagem daquela que pode ser considerada a sua principal obra, diz: “Todas as guerras terminam com impostos adicionais e consequentemente com um aumento de receitas; e em qualquer situação de guerra, na forma como são começadas e concluídas, o poder e os lucros dos poderes públicos são aumentados. A guerra, por conseguinte, da sua produtividade, uma vez que facilmente fornece a aparência de necessidade para impostos e nomeação de posições e cargos, transforma-se no principal elemento do sistema tradicional de governo” (Ibid., p. 105).

²³⁸ Concretamente diz que os “poderes confederados, conjuntamente com os Estados Unidos da América, poderiam propor, com eficácia, à Espanha, a independência da América do Sul, e a abertura desses países de grandes dimensões e riqueza ao comércio geral do mundo, similarmente à América do Norte” (Ibid., p. 217), e completa, mais à frente, que “ao passo que as reformas, ou as revoluções, chamem-nas o que quiserem, se estende entre as nações, elas formarão conexões e convenções, e quando algumas delas estiverem confederadas, o progresso será rápido até que o despotismo e o governo corrupto, pelo menos de dois quartos do mundo, seja totalmente expelido” (Ibid., p. 220).

²³⁹ Nas palavras do autor, “com quanto mais glória e vantagem para si uma nação age quando exerce a sua influência para resgatar o mundo da submissão e para criar para si amigos que quando os emprega para aumentar a desolação, a ruína e a miséria” (Ibid., p. 217).

²⁴⁰ É esta a tese de Thomas Walker, “The Forgotten Prophet: Tom Paine’s Cosmopolitanism and International Relations”, *ISQ*, v. 44, n. 1, 2000, pp. 65-66.

²⁴¹ Não obstante, um dos trechos do *Direitos do Homem*, dá a ideia de que a razão encarregar-se-ia de estender a república e a liberdade por todos os lugares: “A Razão, como o tempo, abrirá o seu próprio caminho, e a desigualdade sucumbirá no seu combate com o interesse” (Thomas Paine, *Rights of Man*, p. 119).

²⁴² Um trecho do próprio Paine dá ensejo a considerar-se esta hipótese, pois, como diz, “Razão e discussão, persuasão e convicção, são as armas dessa disputa, e somente quando se as tenta suprimir que se recorre à violência” (Ibid., p. 218), muito embora não estivesse diretamente a falar das intervenções.

C – O Ocaso da Modernidade: Estado, Liberdade e Guerras Civilizatórias em Hegel

Hegel (1779-1831)²⁴³, no quadro da sua teoria política²⁴⁴, seguiu um caminho contrário ao da maior parte dos autores liberais já estudados, centrando a sua conceção da política sobre o Estado e não sobre o indivíduo, já que aquele seria a realização máxima da ideia da Ética. Daí ter-lhe sido imputada a responsabilidade pelo processo de ‘fetichização’²⁴⁵ ou ‘deificação’²⁴⁶ do Estado e de advogar uma visão anti-naturalista e anti-individualista da política²⁴⁷. Não deixa de ser verdade em parte²⁴⁸, mas seguramente isso deve ser avaliado tendo presente que o tipo de Estado que o pensador prussiano está a defender é um Estado, ao seu modo, liberal²⁴⁹, ainda que comunitarista e conservador²⁵⁰ e em que o espaço da liberdade está centrado na sociedade civil, no âmbito do particular.

²⁴³ Para uma visão geral sobre o pensamento de Hegel, veja-se o incontornável Charles Taylor, *Hegel*, Cambridge, UK, CUP, 1975, *passim*, e os textos reunidos em Frederick Beiser (ed.), *The Cambridge Companion to Hegel*, Cambridge, UK, CUP, 1993.

²⁴⁴ Sobre a teoria política de Hegel em específico, siga-se George Sabine, “Hegel’s Political Philosophy”, *PR*, v. 41, n. 3, 1932, pp. 261-282; Dante Germino, “Hegel as a Political Theorist”, *JP*, v. 31, n. 4, 1969, pp. 885-912; Pierre Hasner, “Georg W.F. Hegel” in: Leo Strauss & Joseph Cropsey, *History of Political Philosophy*, pp. 732-760, Lukas Sosoe, “Superar as antinomias das luzes. Hegel” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política: Luzes e Romantismo*, v. III, pp. 263-308, bem como os ensaios reunidos em Z. A. Pelczinsky (ed.), *The State and Civil Society: Studies in Hegel Political Philosophy*, Cambridge, CUP, 1984, e Robert Pippin & Otfried Höffe (eds.), *Hegel on Ethics and Politics*, Cambridge, CUP, 2004.

²⁴⁵ Fernando Téson, *Humanitarian Intervention. An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, NY, TPub, 1997, pp. 56-80.

²⁴⁶ George Sabine, “Hegel’s Political Philosophy”, p. 281 (atribuído-a, no entanto, à vontade de assegurar a unificação da Alemanha), e Dante Germino, “Hegel as a Political Theorist”, pp. 900-901.

²⁴⁷ Ver a discussão desses elementos da filosofia política de Hegel em George Sabine, “Hegel’s Political Philosophy”, pp. 277-282 (defendendo a sua profunda imersão na tradição germânica paralela e oposta neste sentido tanto à gaulesa como à anglo-saxónica).

²⁴⁸ Como diz Hegel numa das passagens da sua *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986, § 324 (citada com base na edição brasileira adaptada: G.W.F. Hegel, *Princípios da Filosofia do Direito*, Orlando Vitorino (trad.), São Paulo, MF, 2000), no seu estilo, quase inacessível, “321. a soberania para o interior é a idealidade no sentido de que os momentos do Espírito e da sua realidade, que é o Estado, se desenvolvem em sua necessidade e só como membros dela se mantêm. Mas o espírito, como relação negativa infinita consigo mesmo na liberdade, também é essencialmente ser para si que em si reúne a diferenciação existente e é por conseguinte exclusivo. Nesta determinação tem o Estado a individualidade que existe essencialmente como indivíduo e, como indivíduo real imediato, no soberano; 322. Como ser para si exclusivo, a individualidade aparece na relação com outros Estados, relação em que cada um é autónomo perante os outros. E porque é nesta autonomia que o ser para si do Espírito real tem a sua existência é ela a primeira liberdade e mais alta honra de um povo”.

²⁴⁹ Por exemplo, Kenneth Westphal, “The Basic Context and Structure of Hegel’s Philosophy of Right” in: Frederick Beiser (ed.), *The Cambridge Companion to Hegel*, p. 235 e ss, bem como, de certa forma, Dante Germino, “Hegel as a Political Theorist”, pp. 900-901.

²⁵⁰ Por exemplo, F. Cristi, “Hegel’s Conservative Liberalism”, *CJPS*, v. 22, n. 4, 1999, pp. 717-738.

Este Estado é confrontado, no pensamento de Hegel, com uma ordem internacional anárquica²⁵¹, em que o único meio para dirimir as controvérsias é a guerra²⁵², fenómeno que é visto pelo autor sob um prisma positivo, ou seja, como facto que contribui para a unidade interna do Estado²⁵³, estando submetida somente ao julgamento supremo da História²⁵⁴ e não a restrições jurídicas internacionais²⁵⁵. Sem pretender a glorificação pura e dura da guerra como certas passagens poderiam sugerir²⁵⁶, mas concebendo-a como pressuposto da paz²⁵⁷, ela é o instrumento da História para a evolução da humanidade²⁵⁸.

²⁵¹ Nas suas palavras, “a relação entre eles tem por princípio a sua soberania, daí resulta que se encontram uns perante os outros num estado de natureza e os seus direitos não consistem numa vontade universal constituída num poder que lhes é superior mas obtém a realidade das suas recíprocas relações na sua vontade particular” (Georg Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 333). As relações internacionais e a guerra desempenham um papel central na teoria do prussiano, como muito bem conclui Pierre Hasner, “Georg W.F. Hegel”, pp. 752-753 (particularmente por permitir a ultrassagem do individualismo interno e sustentar a supremacia do público sobre o privado, da totalidade sobre a parte); a sua conceção sobre o Direito Internacional é discutida por J. C. Baak, “Hegel et le Droit des Gens”, *RDI*, v. 2, 1928, pp. 277-284, Jean-Michel Besnier, “Le droit international chez Kant e Hegel”, pp. 85-99, e em Armin von Bogdany & Sergio Dellavalle, “Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1127-1131.

²⁵² Georg Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 334 (“Quando as vontades particulares não alcançam um comum entendimento, os conflitos entre os Estados só podem ser resolvidos pela guerra”). A respeito da polémica visão hegeliana da guerra, veja-se, por todos, Constance Smith, “Hegel on War”, *JHI*, v. 26, n. 2, 1965, pp. 282-285 (defendendo, como tese central do artigo, que se enganam aqueles que atribuem a Hegel um papel de glorificação da guerra), e, mais recentemente, Colin Tyler, “Hegel, War, and the Tragedy of Imperialism”, *JHI*, v. 30, n. 4, 2004, pp. 403-431, e Maria de Lurdes Borges, “War and Perpetual Peace: Hegel, Kant, and Contemporary Wars”, *Ethic@*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 81-90.

²⁵³ Ver o trecho seguinte: “A idealidade que aparece na guerra como orientada para o exterior num fenómeno contingente e a idealidade pela qual os poderes interiores do Estado são momentos orgânicos de um todo constituem, pois, uma única mesma idealidade, o que na aparência histórica se vê quando as guerras evitam felizes perturbações internas e consolidam o poder interior do Estado” (Georg Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 324), e as reflexões de Charles Taylor, *Hegel*, p. 448, e Lukas Sosoe, “Superar as antinomias das luzes. Hegel”, p. 289.

²⁵⁴ Seguir igualmente a discussão feita por Donald Maletz, “Hegel on Right as Actualized Will”, *PT*, v. 17, n. 1, 1989, pp. 33-50, e, em particular, o trecho de Georg Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 341, sustentando que “constitui a história um tribunal porque, na sua universalidade em si e para si, o particular, os penates, a sociedade civil e o espírito dos povos em sua irisada realidade, apenas são como algo da natureza da ideia separada; neste elemento, o movimento do espírito consiste em tornar isso evidente”.

²⁵⁵ Como sustenta numa passagem da sua obra principal, a guerra seria uma “situação de violência e contingência” e uma “situação não jurídica”, ainda que, é verdade, especial, pois, no seu entender, “subsiste ligação que é a de os Estados mutuamente se reconhecerem como tais. Nesta ligação valem eles um para o outro como existentes em si e para si, de tal modo que a guerra se determina como algo transitório. Implica ela, portanto, o seguinte carácter concordante com o direito: até na guerra a paz é preservada; os parlamentares são, por exemplo, respeitados e, em geral, nada é feito contra a instituições internas de cada Estado, contra a vida familiar do tempo de paz nem contra as pessoas privadas” (Ibid., § 338).

²⁵⁶ Fundamentalmente, Ibid., § 324, de acordo com o qual, “Uma significação superior (...) tem pois a guerra: a de que ela que assegura a saúde moral dos povos em sua indiferença perante a fixação das especificações finitas e, tal como os ventos protegem o mar contra a estagnação em que os mergulharia uma indefinida tranquilidade, assim uma paz eterna faria estagnar os povos”, lembrando, o que, por vezes, é negligenciado por alguns defensores do Hegel belicista, que “mais adiante veremos que esta

Por isso, mais do que mero meio para defesa dos seus interesses nacionais, Hegel entende que, apesar da existência de uma orientação de não-intervenção²⁵⁹, a História utilizaria a guerra como instrumento, promovendo confrontos dialéticos entre Estados com estágios de desenvolvimento institucional diferenciados, possibilitando que países possuidores de instituições mais desenvolvidas no que toca à defesa da liberdade, pudessem invadir Estados institucionalmente ‘inferiores’²⁶⁰. Os primeiros seriam inevitáveis vencedores²⁶¹, contribuindo para a evolução civilizacional e a realização plena do devir humano²⁶². Não foi, pois, sem sentido o facto de que Hegel tenha pessoalmente saudado a invasão de Napoleão, o representante da Revolução Francesa e da liberdade, ao seu próprio país, saindo para comemorar a passagem das forças armadas gaulesas nas ruas de Jena²⁶³.

D – Posições Quase-Positivistas ou Racionalistas sobre as Intervenções por motivos humanitários: As contribuições dos internacionalistas Bynkershoek, Zouche, Rachel, Textor, Wolff e Vattel

Estes fenómenos e o estado do direito à intervenção em favor dos oprimidos vai ser objeto de tratamento dos internacionalistas do período, sem que se possa notar

ideia, simplesmente filosófica (...) constitui uma fixação da Providência e que as *guerras carecem de outra justificação*” (itálicos nossos).

²⁵⁷ As palavras do autor são suficientemente exemplificativas. Diz que “(...) até na guerra, a possibilidade da paz é preservada; (...)” (Ibid., § 338).

²⁵⁸ Nas palavras do próprio (Ibid., § 342), “Não se pense, porém, que a história universal é o simples juízo da força, quer dizer, da necessidade abstrata e irracional de um destino cego; antes, sendo em si e para si razão, e como o seu ser para si é no espírito um saber, a história é, de acordo com o conceito da sua liberdade, o desenvolvimento necessário dos momentos da razão, da consciência de si e da liberdade do espírito, a interpretação e a realização do espírito universal”.

²⁵⁹ Apesar de o autor, em concreto, se ter lembrado e sufragado a máxima de acordo com a qual “nenhum Estado se deve imiscuir na política interna de qualquer outro” (Ibid., § 331).

²⁶⁰ Essa interpretação foi sugerida também por Maria de Lurdes Borges, “War and Perpetual Peace: Hegel, Kant, and Contemporary Wars”, pp. 87-88, quando aplicou as teses sobre as relações internacionais de Hegel às intervenções humanitárias. No mesmo diapasão, Pierre Hasner, “Georg W.F. Hegel”, p. 756, de acordo com o qual, destacando a diferença feita por Hegel entre povos que já atingiram o estado final de civilização e os outros, sendo que, para ele, seriam não só legítimas como indispensáveis as guerras de conquista das nações atrasadas.

²⁶¹ Neste sentido, Maria de Lurdes Borges, “War and Perpetual Peace: Hegel, Kant, and Contemporary Wars”, p. 81.

²⁶² De acordo com o próprio Georg Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 351, “esta condição é a mesma segundo a qual as nações civilizadas consideram como bárbaras aquelas que ainda não alcançaram o mesmo momento substancial do Estado (os povos que se dedicam à caça consideram assim os povos nómades, como a ambos consideram os povos agricultores, etc.); em sua consciência as reconhecem com um direito desigual e olham a sua independência como algo formal. Nota – Nas guerras e rivalidades provenientes de tais situações, há combates que travam pelo reconhecimento de um certo valor civilizacional e isso lhes confere significado para a história universal”.

²⁶³ Especificamente, Allan Olivier, “Hegel et la Révolution Française” in: Anne Baylot & Ayse Yüva (dir.), *France-Allemagne: les figures de l’intellectuel entre révolution et réaction (1780-1848)*, Villeneuve d’Ascq, PUS, 2014, pp. 179-193.

qualquer unanimidade de pensamento. O holandês Cornelius van Bynkershoek (1673-1743²⁶⁴), cuja perspectiva se considera tendencialmente positivista²⁶⁵, não concedeu nenhum *status* especial às intervenções, até porque não colocava nenhuma restrição material e sequer formal à guerra²⁶⁶. Porém, mesmo dentro dos publicistas que já mostravam tais inclinações, o pensamento sobre esta matéria não era idêntico. Richard Zouche (1590-1661)²⁶⁷, de nacionalidade inglesa, pode ser enquadrado a par do batavo no grupo dos quase-positivistas²⁶⁸. Todavia, aceitou a licitude das intervenções para

²⁶⁴ Em geral sobre o pensamento deste clássico do Direito Internacional, cf. Luis Garcia Arias, *Cornelius van Bynkershoek. Su vida y sus obras*, Santiago, E.U.C. 1948, *passim* (altamente nacionalista, destaca as virtudes da resistência hispano-católica a independência das províncias do Norte, mas sem impactos intensos na interpretação da obra de Bynkershoek, que se limita a resenhar), e Kinji Akashi, *Cornelius van Bynkershoek: His Role in the History of International Law*, The Hague, KL, 1998, *passim*. Um resumo deste especialista pode ser encontrado em id., “Cornelius van Bynkershoek (1673-1743)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1110-1113.

²⁶⁵ Partindo, com efeito, de uma perspectiva quase positivista, as discussões do jurista batavo acabam por se afastar de modo acentuado, ainda que não absoluto, do paradigma dos seus antecessores jusnaturalistas. O positivismo de Bynkershoek está longe de ser absoluto, não se podendo olvidar que, para ele, a mãe do Direito das Nações era a Razão, entendida aqui quase numa acepção de lógica das coisas. Deste modo, certo que se nota a utilização disseminada de relatos de prática como meio de comprovação de existência de uma norma, o facto é que ainda assim encontrava-se subordinada a esse fundamento (Cornelius van Bynkershoek, *Quaestiones Juris Publici Libri Duo [1735]*, Oxford, Clarendon, 1930, l. II, cap. II). Kinji Akashi, *Cornelius van Bynkershoek: His Role in the History of International Law*, *passim* (o autor adota a tese de que o juiz batavo, a ser um positivista, era-o num sentido muito particular, muito longe da noção contemporânea do termo; outrossim, seria muito mais um eclético que utilizava todos os recursos jurídicos ao seu dispor para o exercício das suas atividades jurisdicionais profissionais e para defender os interesses da República das Províncias Unidas).

²⁶⁶ Vide Cornelius van Bynkershoek, *Quaestiones Juris Publici Libri Duo [1735]*, l. II, cap. I.

²⁶⁷ O autor, um dos mais proeminentes juristas e académicos do seu tempo, que chegou a reter a cadeira *regius* de Direito Romano da Universidade de Oxford, além de ter sido parlamentar, político e magistrado judicial no Tribunal Marítimo (uma pequena nota biográfica pode ser encontrada em T.E.H., “Richard Zouche” in: *Dictionary of National Biography LXIII*, s.l., Elibron, 2006 (rep. da edição da SEC, 1900), pp. 417-420). Na sua obra mais importante, intitulada *Uma Exposição do Direito e Procedimentos Feciais ou do Direito entre as Nações e Questões Referentes ao Mesmo*, na qual de forma convergente com o próprio e enfoque romanizante, trata não só de questões de Direito Internacional no sentido estrito, mas igualmente de Direito Público Externo (Cf. Richard Zouche, *An Exposition of Fecial Law and Procedure, or of Law between Nations, and Questions Concerning the Same. Wherein are seth Matters Regarding Peace and War between Different Princes and Peoples, derived from the Most Eminent Historians [Iures et Iudicci Fetiales, sive, Iure inter Gentes, et Quaestionum de Eodem Explicato]*, James Brierly (trad.), Washington, CInst, 1911).

²⁶⁸ Veja-se a definição do jurista inglês, para quem “o Direito entre as Nações é o Direito que é reconhecido pela comunidade de diferentes príncipes ou povos que possuem poderes soberanos, ou seja, o Direito que foi aceite pela maioria das nações por costume em harmonia com a razão e de acordo com o qual nações individuais acordam uma com a outra e que são observados pelas nações em paz e por aqueles em guerra. Aquilo que a razão natural estabeleceu entre todos os homens é respeitada por todos da mesma forma e é chamado de Direito das Nações como sendo um Direito que todas as nações reconhecem” (Ibid., Parte I, sec. I), portanto amalgamando elementos voluntaristas e não voluntaristas no seu conceito de Direito Internacional. Na sua discussão da guerra no entanto o pendor jusnaturalista é evidente (Conforme salienta o autor, “a guerra começa injustamente quando não existe causa para a guerra; como quando os homens se apressam para a guerra, como Tácito disse, tendo ganância pelo perigo do seu valor intrínseco; ou quando a causa é injusta, como nos casos em que é empreendida pelo desejo de mudança do estatuto de um território (...); ou quando a causa é frívola (...). A guerra também começa injustamente quando a proclamação ou a declaração de guerra é omitida” (Ibid., sec. X)) e a utilização da teoria clássica da guerra justa óbvia (por exemplo, Ibid. Sec. VI, q. 1 e ss).

punição de violações graves ao Direito Natural²⁶⁹, bem como em certas situações por diferença religiosa²⁷⁰, desde que fossem satânicos ou defensores de determinados tipos de heresia²⁷¹, utilizassem tais doutrinas contra os inocentes²⁷² ou perseguissem cristãos²⁷³. Justificou-se, apontando para a prática internacional do período consubstanciadas nas intervenções de Elizabete II na guerra de independência das províncias espanholas do Norte²⁷⁴, para a doutrina de autores que, a rigor, eram tendencialmente jusnaturalistas como Grócio e Gentili, seu antecessor em Oxford²⁷⁵, e para exemplos históricos²⁷⁶.

²⁶⁹ Segundo Zouche, “deve reconhecer-se que os reis têm o direito de exigir satisfação não só de danos que foram causados a si ou aos seus súbditos, mas também às injúrias feitas a qualquer pessoa que violem flagrantemente o Direito da Natureza ou das Nações; porque o poder de punir não decorre somente do Direito Civil, mas também do Direito Natural” (Ibid., Parte II, Sec. VII, q. 1 (“Se aqueles que pecam contra a natureza devem ser considerados inimigos?”)), acrescentando que em “tais guerras, o objecto das quais é impor uma pena, podem ser facilmente condenadas por injustas a menos que os crimes sejam muito atrozes e evidentes” (Ibid.).

²⁷⁰ Apresentada desta forma: “Se aqueles que são estranhos no concernente à religião devem ser vistos como inimigos?” (Ibid., Parte II, Sec. VII, q. 2), com a resposta geral de que “Concorda-se que um ataque não pode ser empreendido justamente contra aqueles que não adotaram a religião cristã, porque os homens não podem ser levados a essa religião por argumentos naturais” (Ibid.).

²⁷¹ “Está consagrado que as seguintes pessoas podem ser restritas em nome da sociedade humana: (i) aqueles que adoram demónios e homens maus; (ii) aqueles que negam existir uma divindade ou que ela se interesse por assuntos humanos (...)” (Ibid.), portanto, como se pode ver, na lógica do autor, não sendo somente ofensas contra os cristãos, mas contra a própria humanidade.

²⁷² O exemplo histórico dado por Zouche remete-nos a Dário, rei dos Persas, que “fez a guerra aos cartagineses, que adoravam Deuses com o sangue de homens inocentes” (Ibid.).

²⁷³ No entender do jurista, aqueles que “perseguem os que professam o cristianismo” também poderiam ser restringidos em nome da sociedade humana” (Ibid.).

²⁷⁴ “Elizabete inicialmente recusou o domínio e o protectorado [que lhe foram oferecidos pelos revoltosos]; mas, mais tarde, quando devotou o seu cuidado ansioso pensou no assunto e ela própria considerando a atroz crueldade dos espanhóis para com o povo dos Países Baixos e o seu ódio à sua religião; temendo também que o poder dos espanhóis poderia alastrar-se mais perigosamente que nunca em territórios quase contíguos ao seu reino e convenientemente situados para uma efectiva invasão à Inglaterra, resolveu que a religião impelia-a para o socorro da população perseguida dos Países Baixos e a prudência para pensar na protecção do povo sob sua responsabilidade, frustrando as maquinações destrutivas dos seus inimigos. Deste modo, ela, abertamente, assumiu a protecção dos Países Baixos. Os espanhóis não tinham muito que reclamar porque no ano de 1569, quando os Butlers, irmãos do Conde de Ormond, juntamente com outros, fomentaram a sedição na Irlanda, o Pontífice romano e os espanhóis celebraram um tratado para trazer a sua religião e depor Elizabete do trono da Irlanda. Simultaneamente, quando Norfolk estava a planear uma revolução na Inglaterra, o mesmo rei, encorajado por Pio V, que estava ardente de zelo para restaurar a religião romana na Inglaterra e ao mesmo tempo remover Elizabete do trono, tentou despachar o Capelão Vitelli com uma força armada dos Países Baixos para a Inglaterra e para esse efeito enviou o emissário o florentino Ridolfo, um emissário papal, com uma soma em dinheiro para os Países Baixos, como Girolamo Catena, na sua “Vida de Pio V”, testemunha” (Ibid. q. 5). Curioso é que, apesar de discutir o caso directamente (Ibid., sec. VIII, q. 26) (“Se o Rei da Suécia invadiu a Alemanha justamente?”), o autor não tenha reforçado as suas teses com a atribuição de bases humanitárias ou religiosas à intervenção de Gustavo Adolfo na Alemanha, como o próprio governante fez, conforme já tivémos a oportunidade de salientar.

²⁷⁵ As referências, genéricas no entanto, que Zouche faz sobre as questões da justiça da guerra são precisamente dos trabalhos de Grócio e Gentili (Ibid., sec. VII, q. 1-2)

²⁷⁶ “Hércules, de acordo com a narrativa de Deodoro, obrigou os Gauleses, que consumiam carne humana, a abster-se de tal costume, e Alexandre submeteu os Sogdiani, que não tinham respeito pelos seus pais” (Ibid., q. 1).

A postura anti-intervencionista dos internacionalistas clássicos vai, na realidade, revelar-se mais forte na Alemanha, quicá pela experiência histórica concreta, pela posição geoestratégica dos principados germânicos, pela influência de Pufendorf ou ainda pela desconsideração da importância da própria guerra justa como consequência da adoção de bases mais positivistas para o Direito Internacional. Foi este, por exemplo, o caso do jurista e diplomata Samuel Rachel (1628-1691²⁷⁷), que considerava, a partir da sua concepção voluntarista²⁷⁸, que a guerra seria lícita se tivesse por objetivo a tutela de direitos de um Estado violados pelos seus congêneres e se fosse declarada de forma correta²⁷⁹. A justiça ou injustiça da guerra não era um problema do Direito das Nações, mas do Direito Natural²⁸⁰, que também regulava a guerra²⁸¹, somente interessando nos casos em que as regras jurídicas fossem ostensivamente contrárias ao prescrito pelas normas morais do Direito Natural²⁸².

Johann Wolfgang Textor (1638-1701)²⁸³, também germânico, foi um pensador de transição. Inclui, na sua obra jurídica, elementos positivistas matizados por algum

²⁷⁷ Vide sobre o autor, incluindo pequena biografia, Ludwig von Bar, "Introduction" in: Samuel Rachel, *Dissertation in the Law of Nature and of Nations [De Jure Naturae et Gentium Dissertationes]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916, pp. 7a-16a.

²⁷⁸ Diz o jurista que deve ficar "claro que o Direito das Nações, no sentido próprio é uma espécie de Direito Arbitrário, e uma espécie muito importante, e é deveras equivocado confundir o Direito das Nações com o Direito da Natureza" (Samuel Rachel, *Dissertation in the Law of Nature and of Nations [De Jure Naturae et Gentium Dissertationes]*, cap. II, para. IV), arrematando que "o Direito das Nações funda-se no acordo das nações. O Direito das Nações é, pois, um ordenamento jurídico desenvolvido pelo consentimento ou acordo, expresso tácita ou expressamente, de muitas nações livre, com base no qual, para a utilidade comum, são mutuamente vinculados uns aos outros" (Ibid, cap. II, para. XVI). Cf. igualmente Ludwig von Bar, "Introduction", *passim*, esp. p. 11a.

²⁷⁹ Diz o publicista germânico: "assim, para que a guerra seja lícita do ponto de vista do Direito das Nações no que diz respeito à forma do seu começo, é preciso que seja empreendida sob os auspícios daquele que possui autoridade (...)" (Samuel Rachel, *Dissertation in the Law of Nature and of Nations [De Jure Naturae et Gentium Dissertationes]*, cap. II, para. XLIV) e declarada de forma pública (Ibid., para. XLV).

²⁸⁰ No que concerne ao Direito da Natureza, o primeiro pressuposto é a justiça da causa, nomeadamente, que algum dano tenha sido feito ilicitamente a algum dos nossos interesses. Depois, que o dano tenha sido suficientemente sério (Ibid., para. XL), que com ela se visasse a paz (para. XLII) e que seja conduzida de forma lícita (para. XLIII).

²⁸¹ Para Rachel, dizia respeito ao "Natural e ao Arbitrário, de tal modo que cada uma delas exerce autoridade sobre a guerra (Ibid., para. XXXIX), portanto, havendo uma dupla-regulação da guerra.

²⁸² De acordo com Samuel Rachel, "a minha resposta é que nem persuado, nem dissuado ninguém a imprudentemente abandonar uma regra de Direito positivo, mesmo que a sua razão seja obscura ou incerta e mesmo que produza uma pequena inconveniência: mas se houver um antagonismo manifesto entre ela e uma lei da natureza, faria com que a autoridade da última prevalecesse; e declararia que a autoridade da primeira seria nula e que os juízes deveriam nesses casos ajustar as suas decisões ao Direito Natural e não ao Direito Positivo (...)" (Ibid., para. LXVI).

²⁸³ No geral, cf. Ludwig von Bar, "Introduction" in: Johann Wolfgang Textor, *Synopsis of the Law of Nations [Synopsis Juris Gentium]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916, pp. 7a-26a, que inclui pequena biografia e apresentação geral da sua obra mais importante para o Direito Internacional. O seu trabalho sinóptico é, aos olhos contemporâneos algo heterodoxo, pois trata de muitas coisas externas ao Direito Internacional, designadamente Direito de Família, Direito Penal, Direitos Reais,

jusnaturalismo²⁸⁴. Segue uma orientação genericamente restritiva de qualquer situação de intervenção e da guerra²⁸⁵, rejeitando, explicitamente, a possibilidade de se fazer a guerra somente por motivos religiosos²⁸⁶, e limitando-a, concretamente, a situações de defesa dos direitos do próprio Estado²⁸⁷.

Wolff e Vattel, que, em conjunto, vão sistematizar os fundamentos e aplicação do pensamento internacional do século XVIII, tiveram enfoques diferentes em relação à existência de uma eventual exceção humanitária ao princípio geral da não-intervenção que ambos advogaram. Christian Wolff (1679-1754)²⁸⁸, autor que, ao contrário dos

Constitucional, enfim, um pouco de tudo. No ramo do Direito que mais nos toca a apresentação dos tópicos cobre diversas questões, designadamente de tratados, comércio e diplomacia.

²⁸⁴ Isto é evidente se se considerar as origens que o autor atribuíu aos dois ramos do Direito, dizendo que “é evidente que o Direito das Nações tem muito em comum com o Direito da Natureza (...). (...) Ambos têm a mesma origem, a Razão Natural, que é implantada em nós e que não é mais do que a Inteligência Prática dirigida aos princípios morais (...)” (Johann Wolfgang Textor, *Sinopsis of the Law of Nations [Synopsis Juris Gentium]*, cap. I, para. 11-12), e às fontes que reconhecia ao Direito das Nações: “a) a Razão, que, enquanto causa eficiente próxima, dita que isto ou aquilo deve ser observado como Direito entre a raça humana; b) os usos das nações, ou o que foi na prática aceite como Direito pelas nações” (Ibid., para. 2).

²⁸⁵ A visão restritiva propalada pelo pensador pode ser atestada pela seguinte passagem: “Não se deve recorrer à guerra com fundamento em nenhuma base promíscua ou em razão de um pequeno dano. Isto tendo em conta os grandes males que daí surgem e que são tais que se deve presumir ser a intenção das nações que a consideração das pequenas lesões deve ser postergada para um período em que uma oportunidade mais conveniente para reparação ou demanda se apresente, ao invés de invocar o meio de último recurso das armas. Assim, aquela que não foi lesado ou somente o foi moderadamente não tem justa causa para fazer a guerra” (Ibid., cap. XV, para. 1).

²⁸⁶ À pergunta sobre “se podemos justamente fazer à guerra aos povos maometanos, bárbaros ou pagãos em razão dos defeitos da sua religião”, Textor responde negativamente, sustentando que “a idolatria e pecados semelhantes contra o Direito Divino pode tender à destruição somente daqueles que os cometem, mas não a prejudicar os fiéis. Onde, então, não há comando divino específico, presume-se que Deus reservou para si próprio a punição dos culpados; consequentemente, os fiéis que não são lesados não podem com aquelas bases fazer a guerra aos infiéis” (Ibid., para. 30-31), exemplificando com o caso dos espanhóis nas Américas (“(...) de resto esta questão foi perscrutada em razão das guerras dos espanhóis contra os índios do Ocidente, e essas, não obstante o que Castro tenha dito, não podem ser tidas por justas meramente em razão da religião e superstição dos índios” (Ibid., para. 32)) e com “as intervenções para libertação da Terra Santa” (Ibid., para 42-44).

²⁸⁷ Nas palavras deste autor, “para haver causa justa para a guerra é preciso, regra geral, [a presença] de dois requisitos [pressupostos]: 1) um dano sério sofrido – queixas sérias – pela parte que faz a guerra; 2) recusa de reparação pela outra parte” (Ibid., para 1).

²⁸⁸ Sobre Wolff, veja-se Otfried Nippold, “Introduction” in: Christian Wolff, *The Law of Nations Treated According to a Scientific Method [Jus Gentium Methodo Scientifica Pertactratum]*, Joseph Drake (trad.), Oxford/London, Clarendon/HM, 1934, pp. xi-iii; Bénédicte Winiger, *Das rationale Pflichtenrecht Christian Wolffs. Bedeutung und Funktion des transzendentalen, logischen und moralischen Wahrheit im systematischen und theischen Naturrecht Wolffs*, Berlin, D&H, 1992, Hanns-Martin Bachmann, *Die naturrechtliche Staatslehre Christian Wolffs*, Berlin, D&H, 1992, 1997, pp. 32-51 (que inclui interessante resumo biográfico do autor e destaca a sua grande contribuição para a história do pensamento ocidental no período anterior a Kant através do seu génio sistematizador), Alain Renaut & Pierre Henri Tavoillot, “O pensamento político das Luzes” in: Alain Renaut (dir.), *História da Filosofia Política: Luzes e Romantismo*, pp. 41-85 (destacando a sua influência sobre os seus contemporâneos em meados do Século XVIII (esp. 58-59), e o resumo de Knud Haakonssen, “Christian Wolff (1679-1754)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1106-1109.

demais, não era jurista²⁸⁹, nem internacionalista²⁹⁰, mas um filósofo²⁹¹ com tendências cosmopolitas²⁹², tinha a guerra como mero meio para a tutela de direitos legítimos do Estado violados²⁹³. Por conseguinte, considerava que não se podia fazer a guerra para punir violações ao Direito Natural ou por atos contra Deus²⁹⁴, até porque admitir tal base seria permitir que todos os Estados tivessem direito a fazer a guerra²⁹⁵, para impor uma religião²⁹⁶. Rejeitava, ademais, a possibilidade de se invocarem abusos internos para justificar uma guerra do tipo humanitário²⁹⁷. Neste tipo de situação os Estados somente poderiam recorrer a meios de persuasão não-militares e jamais a meios de coação²⁹⁸.

Emerich de Vattel (1714-1767), provavelmente o principal internacionalista do século XVIII²⁹⁹, foi influenciado por Wolff³⁰⁰, no entanto dele se distanciava em

²⁸⁹ A respeito das suas atividades acadêmicas e profissionais, v. Otfried Nippold, “Introduction”, *passim*.

²⁹⁰ Apesar disso, deu notáveis contribuições ao Direito Internacional. Neste particular, veja-se também Ibid., p. xxx e ss, chamando a atenção para o papel inestimável de Wolff para o desenvolvimento desse ramo do Direito.

²⁹¹ O seu enfoque é claramente filosófico-moral (por todos, ver Ibid., p. xxxvi, lembrando, com pertinência, que logrou estabelecer com precisão a demarcação entre o Direito Internacional e o Direito Natural e distinguir Direito e Ética. Sem embargo disso, é igualmente válido neste quadro atestar a consciência de que existia pelo menos uma diferença funcional entre o Direito Natural e o Direito das Nações; no sentido de que as nações voluntariamente estabeleciam regras para regular a sua conduta, sem embargo de que as próprias normas – secundárias por assim dizer – de criação e alterações de normas positivas eram estabelecidas não autopoieticamente, mas pelo próprio Direito Natural. Por conseguinte, por incrível que pareça, tendo em conta todo o seu sistema filosófico, Wolff também pode ser considerado como um autor de transição

²⁹² No domínio das relações internacionais defendeu a idéia de uma *Civitas Maxima* composta por todos os povos (Cf. Nicholas Onuf, “*Civitas Maxima*: Wolff, Vattel and the Fate of Republicanism”, *AJIL* v. 88, n. 2, 1994, pp. 284-296).

²⁹³ No geral, a base do seu pensamento sobre a guerra resume-se na assertiva de acordo com a qual “uma causa justa para a guerra entre as nações surge somente quando um mal foi feito ou está prestes a ser feito” (Christian Wolff, *The Law of Nations Treated According to a Scientific Method [Jus Gentium Methodo Scientifica Pertactratum]*, cap. VI, § 617). Por isso, “toda a guerra deve ou visar a reparação do mal se este puder ser reparado ou a satisfazer a parte agravada pelo mal cometido se não pode ser reparado ou a prevenir o cometimento do mal” (Ibid., § 619).

²⁹⁴ “Como a guerra punitiva não é lícita excepto para aquele que foi injuriado por outro, uma guerra punitiva não é permitida contra uma nação pela razão de ser má ou por violarem ostensivamente o direito natural ou ofenderem a Deus” (Ibid., § 637).

²⁹⁵ Diz que “se tal direito fosse admitido, nenhum outro resultado além da licença recíproca para a guerra lhe seguiria” (Ibid., § 637).

²⁹⁶ Ibid., § 637-638, em especial quando diz que “a punição de uma nação hostil à verdadeira religião pode ser pretendida pelo simples propósito de que a nação que inflige a punição dever introduzir a sua religião no Estado. Mas, (...) é ilícito a uma nação compelir outra pela força a introduzir a sua religião. (...)” (Ibid., § 638).

²⁹⁷ Ibid., l. II, § 258, sustentando que “se um governante de um Estado colocar fardos demasiadamente pesados para os seus súbditos ou ameaçá-los com muita severidade, os governantes dos outros Estados, não poderão resisti-lo pela força”, e Richard Tuck, *The Rights of War and Peace. Political Thought and International Order from Grotius to Kant*, pp. 189-190, para comentários.

²⁹⁸ Como, de resto, concluem autores como Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 17.

²⁹⁹ Sobre o Direito Internacional em Vattel, ver, por todos, Peter Remec, *The Position of Individual in International Law according to Grotius and Vattel*, The Hague, MN, 1960; José Luís Fernandes Flores, “El derecho internacional en E. de Vattel”, *Symbolae Garcia Arias (Estudios de derecho internacional)*,

algumas questões teóricas, nomeadamente pela negação das formulações mais cosmopolitas de Wolff e pela utilização de um viés predominantemente positivista³⁰¹. Um afastamento relativo observa-se em relação à intervenção, já que, se, por um lado, Vattel destaca a existência de uma regra geral de não-intervenção³⁰², por outro, concebeu algumas exceções a esse princípio geral, entre as quais incluía a possibilidade de se fazer a guerra em casos de grave tirania³⁰³ e se se verificasse um levantamento popular contra o déspota³⁰⁴.

Zaragoza, FDUZ, 1973-1974, pp. 137-147; Francis Ruddy, *International Law in the Enlightenment. The Background of Emerich de Vattel's Le Droit des Gens*, Dobbs Ferry, NY, Oceana, 1975; Andrew Hurrell, "Vattel: Pluralism and its Limits" in: Ian Clark. & Iver Neumann (eds.), *Classical Theories of International Relations*, pp. 233-245; Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, pp. 127-183 (com pequena nota biográfica, salientando a sua atividade jurídica e diplomática); e Emmanuele Jouannet, *Emer de Vattel et l'émergence doctrinale du droit international classique*, Paris, Pedone, 1998.

³⁰⁰ Em certa medida pode ser considerado como um continuador do pensamento de Wolff, já que ele próprio admitia que tentou, com o seu *Droit des Gens*, clarificar e aprofundar as teses do filósofo alemão (*inter alia*, Nicholas Onuf, "Civitas Maxima: Wolff, Vattel and the Fate of Republicanism", pp. 296-301; Andrew Hurrell, "Vattel: Pluralism and its Limits", p. 235; e Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, pp. 157-159).

³⁰¹ Veja-se o essencial desta discussão em Francis Ruddy, *International Law in the Enlightenment. The Background of Emerich de Vattel's Le Droit des Gens*, pp. 67-76; e Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, pp. 160-165. Nicholas Onuf, "Civitas Maxima: Wolff, Vattel and the Fate of Republicanism", p. 282, lembra que, enquanto Wolff propôs uma *civitas maxima* como fundamento do Direito das Nações, Vattel rejeitou-a terminantemente.

³⁰² Discutida, *e.g.*, por Stéphane Beaulac, "Emer the Vattel and the Externalization of Sovereignty", *JHIL*, v. 5, n. 2, 2003, pp. 237-292, e *id.*, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, pp. 150-156 (considerando-a um corolário do desenvolvimento da dimensão externa da soberania promovido por Vattel), e Francis Ruddy, *International Law in the Enlightenment. The Background of Emerich de Vattel's Le Droit des Gens*, pp. 182-185.

³⁰³ Literalmente defende que, "em relação aos monstros, que sob o título de soberanos, levam o flagelo e o horror à raça humana, são bestas selvagens, que qualquer homem corajoso pode justamente exterminar da face da terra. [Por isso], toda a antiguidade louvou Hércules por ter salvado o mundo de um Ante, um Busiris ou um Diomédes" (Emerich de Vattel, *Les Droit des Gens ou Principes de la Loi Naturelle Appliqués a la Conduite et aux Affaires des Nations et des Souverains*, Nouvelle Edition, Paris, Guillaumin, 1863 [1758]. I. II, § 56). A interessante monografia sobre o conceito de soberania em Vattel, da lavra de Stéphane Beaulac, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, *passim*, não discute esta passagem do autor, limitadora do princípio da não-intervenção. O mesmo pode ser dito de Francis Ruddy, *International Law in the Enlightenment. The Background of Emerich de Vattel's Le Droit des Gens*, pp. 182-185. Das interpretações mais conhecidas do pensamento do autor somente Peter Remec, *The Position of Individual in International Law according to Grotius and Vattel*, p. 233 e ss, discute a questão, concluindo que não era uma intervenção para proteger os direitos dos indivíduos face ao Estado, mas sim do povo revoltado contra a autoridade pública.

³⁰⁴ Emerich de Vattel, *Les Droit des Gens ou Principes de la Loi Naturelle Appliqués a la Conduite et aux Affaires des Nations et des Souverains*, I. II, § 56.

CAPÍTULO DÉCIMO-QUINTO

AS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO DIREITO INTERNACIONAL DO SÉCULO XIX (até 1914)¹

A ascensão gradual de uma perspectiva positivista do Direito das Nações é evidente no século XIX² (daí o desenvolvimento das técnicas de redação e elaboração de tratados nesse período³), por isso mesmo ocorreu, como noutros ramos, uma especialização crescente dos que sobre ele se pronunciavam, com uma retração acentuada dos filósofos do setor. À Revolução Francesa seguiram-se as guerras napoleónicas e à sua emergência uma nova doutrina de intervenções contraliberais propugnada com o objetivo de evitar a deposição de regimes absolutistas por grupos subversivos nos Congressos de Trupau e Laybach pelas potências do Concerto Europeu que derrotaram o imperador francês⁴. Foi, todavia, rapidamente abandonada em função de oposição da

¹ Alguns historiadores das relações internacionais sustentam, com argumentos convincentes, que a história do Direito Internacional no século XIX deve ser dividida em dois momentos: entre 1815 a 1865 e desse momento em diante (Nicholas Onuf, “Henry Wheaton and ‘The Golden Age of International Law’”, *ILT*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 3-4). Para os fins deste trabalho não será necessário dar muita ênfase a essa divisão; no entanto, aceita-se que o século XIX, para a história do Direito Internacional, teve como marco inicial o Congresso de Viena de 1815 (ver Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, New York, MM, 1950, pp. 179-182, e Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, Rennes, PUR, 2005, pp. 387-399) e decorre até 1914), cujo texto final pode ser encontrado como ‘Acto do Congresso de Viena, 15 de Junho de 1815’ in: José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Porto, UCP, 1999, pp. 75-79; como indica o historiador Eric J. Hobsbawm, *The Age of Empires, 1875-1914*, London, Abacus, 1994, *passim*, para quem a I Guerra Mundial foi uma extensão do séc. XIX, que ele próprio denominou de “era dos impérios”.

² Em geral sobre o Direito Internacional do Século XIX, veja-se Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, pp. 178-237 (“The Nineteenth Century”); Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, Michael Byers (trad.), Berlin, DG, 2000 [orig. 1984], pp. 429-572 (“The International Legal Order of the British Age”); Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995, pp. 97-129 (“X. Le droit international du Congrès de Vienne à la Première Guerre Mondiale”); David Kennedy, “International Law and the Nineteenth Century: History of an Illusion”, *QLR*, v. 17, n. 1, 1997, pp. 99-136, Amnon Lev, “The Transformation of International Law in the 19th Century”; Alexander Orakhelashvili, “The 19th-Century Life of International Law” in: id. (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 111-142, 441-445; Milos Vec, “From the Congress of Viena to the Paris Peace Treaties of 1919” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 654-678; complementarmente, na perspetiva da História das Relações Internacionais, Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Apontamento de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 1998

³ Para desenvolvimentos, cf. Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, pp. 191-210, e vários artigos em Randall Lesaffer (ed.), *Peace Treaties and International Law in European History. From the Late Middle Ages to World War One*, Cambridge, UK, CUP, 2004.

⁴ Para o contexto, ver, no geral, Jean Jacques Chevalier, “Saint-Alliance et Société des Nations”, *RDI*, v. 1, 1927, pp. 9-40, e, sobre a intervenção nesse período, cf. John Bew, “‘From an umpire to a competitor’: Castlereagh, Canning and the issue of international intervention in the wake of the Napoleonic Wars” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 117-138, bem como ainda Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 181 (dizendo que o príncipe Metternich e as potências pretendiam suprimir os movimentos revolucionários através de uma política de intervenção); Maurice Bourquin, “La Saint-Alliance, un Essay d’Organisation

Grã-Bretanha, o país hegemónico⁵, que se opunha a uma reideologização da política europeia⁶ e pela emergência da doutrina Monroe nas Américas (1823)⁷, a qual pôs termo às pretensões de proteger as colónias espanholas de movimentos independentistas⁸. As tentativas de ressuscitar essas pretensões não se conseguiram impor⁹ e nem se tentou ajustar as relações neste espaço através de fórmulas destinadas a manterem o equilíbrio¹⁰.

A questão da regulação da guerra no século XIX gera alguma controvérsia. Mas, parece exagerada a ideia de que não houve qualquer restrição ao *jus ad bellum* neste período¹¹. Os desenvolvimentos principais estiveram relacionados com a criação de

Internationale”, *RCADI*, t. 83, 1953, pp. 425-441, para comentários; ver partes relevantes do texto (“Os Estados que experimentaram mudança de regime como resultado de uma revolução e que ameaçam outros Estados, cessam de imediato de ser membros da Aliança Europeia, permanecendo excluídos até que a sua situação dê garantias de ordem jurídica e estabilidade. Se em razão de tais alterações, perigo imediato ameaçar outros Estados, as Potências obrigam-se, por meios pacíficos ou se necessário pelas armas, a trazer o Estado infractor ao seio da Grande Aliança”), em http://en.wikipedia.org/wiki/Troppau_Protocol, consulta a 4 de março de 2009. As intervenções da Áustria no reino de Nápoles (1821) e da França em Espanha (1823) contra revoluções liberais podem ser enquadradas nos esforços legitimistas da Santa Aliança (para desenvolvimentos, cf. Maurice Bourquin, “La Saint-Alliance, un Essay d’Organization Internationale”, pp. 430-431; 439-441, e Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 182).

⁵ Neste sentido, a monumental tese de Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, pp. 429-444, classificando o período de predomínio britânico no sistema estatal, através do seu domínio indireto sobre a política internacional do período, fundamentando-a a partir da constatação de que todos os acontecimentos marcantes do século XIX estavam, de alguma forma, ligados à defesa e promoção dos interesses de Londres.

⁶ A única exceção admitida por dirigentes britânicos, como Canning ou Castlereagh, eram os casos de ameaça ao próprio Estado (Maurice Bourquin, “La Saint-Alliance, un Essay d’Organization Internationale”, pp. 425-441) ou para garantir o próprio princípio da não-intervenção (John Bew, “‘From an umpire to a competitor’: Castlereagh, Canning and the issue of international intervention in the wake of the Napoleonic Wars”, *passim*).

⁷ Em geral sobre a Doutrina Monroe e o seu impacto no Direito Internacional, vide Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, pp. 182-184. Enganam-se, no entanto, aqueles que pensam que a Doutrina Monroe representou o fim do intervencionismo na ordem internacional. Como desenvolvimentos subsequentes vieram a demonstrar, ao mesmo tempo que pretendia criar obstáculos às intervenções europeias no continente, criava um espaço reservado à intervenção pró-democrática, pró-securitária e, em certa medida, pró-humanitária dos Estados Unidos. Ver, no geral, *Ibid.*, p. 184, salientando o gérmen de tutela presente na célebre proclamação e, em especial, Carl Schmitt, *Völkerrechtliche Grossraumordnung, mit Interventionsverbot für raumfremde Mächte. Ein Beitrag zum Reichsbegriff im Völkerrecht*, Berlin, D&H, 1991 [orig. 1941], que a apresentou neste preciso e inequívoco sentido, emprestando-a, ademais, para o desenvolvimento das suas próprias teorias sobre as relações internacionais). Encontra-se versão portuguesa do texto em ‘A Doutrina Monroe: Sétima Mensagem Anual ao Congresso de James Monroe, 2 de Dezembro de 1823’ in: José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 90-93.

⁸ Maurice Bourquin, “La Saint-Alliance, un Essay d’Organization Internationale”, p. 442-450, destacando o espanto que a reação da jovem república causou na Europa ao comportar-se desta forma e o facto de surpreendentemente ter dissuadido qualquer intervenção, e Dexter Perkins, “Europe, Spanish America, and the Monroe Doctrine”, *AHR*, v. 27, n. 2, 1922, pp. 207-218.

⁹ Paul Bastid, “La Revolution de 1848 et le Droit International”, *RCADI*, t. 72, v. 1, 1948, pp. 258-259.

¹⁰ Por todos, Charles Dupuis, *Le principe d’équilibre et le concert européen. De la paix de Westphalie à l’acte de Algeciras*, Paris, Perrin, 1909.

¹¹ Estudos têm demonstrado que, pelo menos de parte da comunidade internacional, esperava-se um comportamento de acordo com as regras de todos os intervenientes, mesmo em conflitos destrutivos como

meios de solução de controvérsias, com a emergência da arbitragem¹², e do Direito dos Conflitos Armados¹³, com a criação da Cruz Vermelha e a aprovação de várias convenções¹⁴.

Não parece haver equivalência entre dizer-se que se permitia o uso da força para resolver litígios internacionais e que não se permitia nunca a intervenção nos assuntos internos dos Estados¹⁵. E é precisamente por esses motivos que os Estados tentavam, mesmo no século XIX, justificar juridicamente os seus empreendimentos bélicos¹⁶, e cuidavam de discutir uma eventual exceção humanitária ao princípio geral que proibia a intervenção nos assuntos internos dos mesmos. Foi o que, de forma incremental, foram fazendo potências como os Estados Unidos e, especialmente, a Grã-Bretanha, que foi tentando aplicar os seus conceitos liberais¹⁷, o seu senso de justiça¹⁸, o ‘humanitarismo’ social latente¹⁹ e o seu conceito legitimista de Direito Internacional²⁰, a uma defesa forte das intervenções para proteger os povos oprimidos ou outras iniciativas cujo intento era

a I Guerra Mundial (cf. Isabel Hull, *A Scrap of Paper. Breaking and Making International Law during the Great War*, Ithaca, CornellUP, 2014).

¹² Não só porque um conjunto importante de tratados passou a incluir cláusulas compromissórias, como pela notável experiência de arbitragens no século XIX, cujo valor jurisprudencial e doutrinário não pode ser desmerecido, além de ter, feitas as contas, desempenhado importante papel na solução concreta de inúmeros litígios oitocentistas, que, antes, regra geral, eram resolvidos por via militar (v. Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 213), para quem o progresso da arbitragem abriu o caminho para a redução dos conflitos armados (p. 218).

¹³ Por todos, ver O. Nippold, “Le Développement Historique du Droit Internationale depuis le Congrès de Vienne”, *RCADI*, t. 2, v. I, 1924, p. 70; 79 e ss.

¹⁴ Um relato sobre esses desenvolvimentos, bem como alguns comentários às Convenções, podem ser encontrados em Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, pp. 413-430.

¹⁵ Em geral sobre o direito de intervenção no século XIX, recomenda-se Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, pp. 487-496.

¹⁶ O exemplo do *Carolina* (vide Robert Jennings, “The Caroline and McLeod Cases”, *AJIL*, v. 32, n. 1, 1938, *passim*), até hoje um *leading case* em matéria de legítima defesa por antecipação no Direito Internacional (cf. José Pina Delgado, “Legítima Defesa e Antecipação no Direito Internacional – Desenvolvimentos Recentes”, *RDP*, a. 1, n. 2, 2009, pp. 133-171)), mostra claramente que a ideia de que o Direito Internacional oitocentista reconhecia uma liberdade total ao Estado para fazer a guerra na esfera internacional é um grande mito, sem tradução prática e tão pouco histórica.

¹⁷ Vide esta associação entre constitucionalismo liberal e intervenção humanitária no século XIX em Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, p. 490, e em Emmanuelle Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012, *passim*.

¹⁸ Naquilo que um conhecido teórico contemporâneo denominou de “tradição vitoriana no Direito Internacional” (Martti Koskeniemi, “Lauterpacht: the Vitorian Tradition in International Law”, *EJIL*, v. 8, n. 2, 1997, p. 215 e ss) (também reproduzido no seu *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, pp. 353-412), e artigos em Duncan Bell (ed.), *Victorian Visions of Global Order: Empire and International Relations in Nineteenth Century Political Thought*, Cambridge, UK; CUP, 2007.

¹⁹ Cf. Michael Barnett, *Empire of Humanity. A History of Humanitarianism*, Ithaca, CornellUP, 2011, pp. 49-75.

²⁰ Martti Koskeniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, p. 215 e ss.

aliviar o sofrimento humano²¹. Tentaram, muitas vezes, concretizar essas concepções na máxima intensidade e de forma sincera²².

15.1. A Prática Internacional²³

15.1.1 - A Prática Britânica de Combate ao Tráfico de Escravos/Portugal, Brasil e Espanha (Século XIX)²⁴

Com sentimentos sobre a licitude e a moralidade a mudarem paulatinamente no mundo anglófono desde finais do século anterior, através da emergência de movimentos abolicionistas²⁵, a Grã-Bretanha começou, a partir do início do século XIX, a promover uma campanha para a abolição do tráfico negreiro no Atlântico e Médio Oriente²⁶.

²¹ Salienta Nicholas Onuf, “The Link that Failed: Humanitarianism and Intervention, 1815-1865”, Working Paper, *Symposium on the Norms and Ethics of Humanitarian Intervention*, Center for Global Peace and Conflict Studies, University of California, Irvine, CA, 5 May 2002, pp. 5-6, que sensibilidades humanitárias liberais acabaram, apesar do discurso anti-intervencionista, por apoiar as intervenções.

²² Como diz Wilhelm Grewe, *The Epochs of International Law*, p. 490, não se pode, cinicamente, associar esse humanismo a um mero artifício para mascarar interesses estratégicos. Na sua opinião seria um desses casos em que ideias e interesses estavam claramente entrelaçados.

²³ No século XIX um número considerável de casos suscitou a invocação de argumentos humanitários (Em geral, vide Ellery Stowell, *Intervention in International Law*, Washington, DC, JByr., 1921, pp. 51-277, e Mark Swatek-Evenstein, *Geschichte der Humanitären Intervention*, Baden-Baden, Nomos, 2008; François Rigaux, “Aspects historiques de l’intervention ‘humanitaire’: une leçon qui demeure” in: Vesna Crnic-Grotic & Miodir Matulovic (eds.), *International Law and the Use of Force at the Turn of Centuries: Essays in Honour of V.D. Degan*, UR, 2005, pp. 209-219), com a esmagadora maioria a envolver, no pólo passivo, o Império Otomano (veja-se Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, Princeton, PUP, 2012). Os casos da intervenção da França e Grã-Bretanha nas Duas Sicílias motivada pelo mau tratamento dos prisioneiros (1856), citado pela doutrina (Louis le Fur, “Intervention pour Cause d’Humanité” in: *Vitoria et Suarez. Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, Paris, Pedone, 1939, p. 237), teve uma natureza meramente diplomática, o mesmo tendo ocorrido com as iniciativas pró-judaicas tomadas nesse Século (cf. Abigail Green, “Intervening in the Jewish Question, 1840-1878” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 139-158). Os motivos da intervenção da Bulgária, Grécia e Sérvia na Macedónia (1913), pareciam ser mais estratégicos do que humanitários (v. Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, Philadelphia, UPP, 1996, pp. 56-57).

²⁴ Por todos, Holger Lutz Kern, “Strategies of Legal Change: Great Britain, International Law, and the Abolition of the Transatlantic Slave Trade”, *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 233-258; Maeve Ryan, “The price of legitimacy in humanitarian intervention: Britain, the right of search, and the abolition of the West African Slave Trade, 1807-1867” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 231-255, Marcel van der Linden, “Unanticipated Consequences of ‘Humanitarian Intervention’: The British Campaign to Abolish the Slave Trade, 1807-1900”, *TaS*, v. 39, n. 2, 2010, pp. 281-298, e, por último, Paul Michael Kielstra, *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48. Diplomacy, Morality and Economics*, Basingstoke, MM, 2000; Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, QJ, 2012, pp. 675-709.

²⁵ Vide, por todos, David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Oxford, OUP, 1966, parte III, e id., “Explanations of British Abolitionism” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 231-249.

²⁶ Especificamente sobre este caso, William Mulligan, “British anti-slave trade and anti-slavery policy in East Africa, Arabia, and Turkey in the late nineteenth century” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 257-280.

Segundo alguns, os motivos foram mais económicos e comerciais do que verdadeiramente humanitários²⁷. Depois de abolir a sua própria participação neste comércio com uma lei interna de abolição de 1807²⁸, a Grã-Bretanha tentou logo a seguir proibí-lo internacionalmente.

Tentou inicialmente usar o Congresso de Viena de 1815, para esse fim, sem grande sucesso, já que, num anexo, as partes, no fundo, se limitaram a um compromisso de diplomaticamente, “dar atenção à questão”²⁹; O Reino Unido conseguiu, finalmente, materializar os seus intentos na Conferência Anti-Escravocrata de Bruxelas de 1890³⁰, quando a escravatura foi finalmente proibida de modo abrangente³¹, até dentro do continente africano (embora, neste caso, sendo usado, paradoxalmente, para justificar o imperialismo e a dominação do interior do continente)³². Nesse ínterim, utilizou o seu poderio naval para controlar o tráfico marítimo de escravos e destruir embarcações e feitorias de apoio em terra, como ocorreu com Portugal, com o Brasil ou com a

²⁷ Cf. David Brion Davis, “Explanations of British Abolitionism”, *passim*.

²⁸ Vide ‘An Act for the Abolition of the Slave Trade [25 March 1807] 47 Geo 3 Sess 1 c 36’ in: *The Statutes of the United Kingdom and Northern Ireland*, London, Butterworth, 1807, pp. 140-148, e ‘An Act for the Abolition of Slavery throughout the British Colonies; for promoting the Industry of the manumitted Slaves; and for compensating the Persons hitherto entitled to the Services of such Slaves [28 August 1833]’ in: *A Collection of the Public General Statutes Passed in the Third and Fourth Year of the Reign of his Majesty King William the Fourth*, London, E&S, 1833, pp. 729-753.

²⁹ Sem acordo, o máximo que conseguiram foi aprovar a *Déclaration des Puissances sur l’Abolition du Traite des Nègres* (“En conséquence, et dûment autorisés à cet acte par l’adhésion unanime de leurs Cours respectives au principe énoncé dans ledit article séparé du Traité de Paris, ils déclarent, à la face de l’Europe, que, regardant l’abolition universelle de la traite des nègres comme une mesure particulièrement digne de leur attention, conforme à l’esprit du siècle et aux principes généreux de leurs augustes Souverains, ils sont animés du désir sincère de concourir à l’exécution la plus prompte et la plus efficace de cette mesure par tous les moyens à leur disposition, et d’agir, dans l’emploi de ces moyens, avec tout le zèle et toute la persévérance qu’ils doivent à une aussi grande et belle cause. Trop instruits toutefois des sentiments de leurs Souverains, pour ne pas prévoir que, quelque honorable que soit leur but, ils ne le poursuivront pas sans de justes ménagements pour les intérêts, les habitudes et les préventions mêmes de leurs sujets, lesdits Plénipotentiaires reconnaissent en même temps que cette déclaration générale ne saurait préjuger le terme que chaque Puissance en particulier pourrait envisager comme le plus convenable pour l’abolition définitive du commerce des nègres; par conséquent, la détermination de l’époque où ce commerce doit universellement cesser sera un objet de négociation entre les Puissances: bien entendu que l’on ne négligera aucun moyen propre à en assurer et à un accélérer la marche; et que l’engagement réciproque contracté par la présente déclaration entre les Souverains qui y ont pris part ne sera considéré comme repli qu’au moment où un succès complet aura couronné leurs efforts réunis” (v. *Actes du Congrès de Vienne du 9 Juin 1815, avec ses Annexes*, Vienne, IIR, 1815, Anexo 15, pp. 302-305), que, como se pode notar, estava longe de ser clara e taxativa.

³⁰ Vide ‘General Act between the United States of America and Other Powers for the Repression of the African Slave Trade and the Restriction of the Importation into, and Sale in, a Certain Defined Zone of the African Continent, of Firearms, Ammunition and Spirituous Liquors [July 2, 1890]’, reproduzido integralmente em *AJIL*, v. 3, n. 1, Supplement: Official Documents, 1909, pp. 29-61.

³¹ Para maiores detalhes, cf. Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, p. 180; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, p. 397.

³² Ver infra 15.1.1 E.

Espanha³³. Recorrendo, para o efeito, a argumentações humanitárias e apoiando-se ou em tratados celebrados com os próprios Estados dos quais as embarcações tinham bandeira³⁴ ou num direito unilateral a suprimir o tráfico transatlântico por motivos justificados³⁵.

A ironia da história não deixa de ser reveladora de que a defesa ou rejeição de argumentos desse tipo dependem muitas vezes da posição que se ocupa na relação, o pólo ativo ou o passivo. Longe dos tempos áureos, as potências ibéricas em decadência eram objeto de intervenções, ainda que relativamente moderadas, da Grã-Bretanha³⁶. O Brasil, largamente dependente do trabalho de escravos africanos, e vários outros Estados recém-independentes da América latina, também foram alvo destas iniciativas britânicas tidas por imperialistas, apesar de evidentemente se associarem às tendências de setores representativos da sociedade brasileira cada vez mais partidários da abolição à medida em que o século ia se maturando, indo desde as propostas de José Bonifácio³⁷ até ao conhecido manifesto de Joaquim Nabuco³⁸.

³³ Veja-se também a discussão promovida por Jenny Martinez, *The Slave Trade and the Origins of International Human Rights Law*, Oxford, OUP, 2012; Lawrence Hill, “The Abolition of the African Slave Trade do Brazil”, *HAHR*, v. 11, 1931, pp.169-197, e, para o caso português, João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal dos Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, ICS, 1999, *passim*, cap. IV.

³⁴ Confira-se as primeiras convenções a proibir o tráfico de escravos, embora apenas a sul do Equador e com algumas limitações (‘Treaty between Great Britain and Portugal [Signed at Vienna, the 22nd January, 1815]’ in: *Treaties, Conventions and Engagements for the Suppression of Slave Trade*, London, Harrison, 1844, pp.124-127, e ‘Additional Convention to the Treaty of the 22nd January, 1815, between His Britannic Majesty and His Most Faithful Majesty, for the purpose of preventing their Subjects from engaging in any illicit Traffic in Slaves [Signed at London, the 28th July, 1817]’ in: *Ibid*, pp. 128-134), mais tarde reforçado em relação ao Brasil e Portugal (respetivamente, ‘Convention between His Majesty and the Emperor of Brazil, for the abolition of the African Slave Trade [Signed at Rio de Janeiro, November 23, 1826]’ in: *Ibid.*, pp. 122-124 (que reconfirmava, depois da independência, os termos dos tratados do 1815 e 1817 sobre as mesmas matérias com Portugal, na altura aplicáveis ao Brasil, mas inserindo proibição total a implementar no prazo de três anos, conforme artigo 1º), e ‘Treaty between Her Majesty and the Queen of Portugal, for the suppression of the Traffic in Slaves [Signed at Lisbon, July 3, 1842]’ (art. I -proibindo o tráfico em todo o território dos signatários sem exceção, também reproduzida em versão inglesa e portuguesa, juntamente com vários atos adicionais, anexos e outros acordos em *Ibid*. 311-385, esp. 311-322).

³⁵ Vide Maeve Ryan, “The price of legitimacy in humanitarian intervention: Britain, the right of search, and the abolition of the West African Slave Trade, 1807-1867”, pp. 231-255.

³⁶ Como salienta o mais completo estudo histórico-jurídico internacional do período redigido em Portugal, Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, p. 675, a ingerência unilateral de Inglaterra sobre os navios portugueses escandalizou a Europa, suscitando igualmente grande protestos e um sentimento de humilhação no Brasil (Amado Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Brasília, EDUNB, 1981, cap. IV).

³⁷ Cf. a sua proposta de abolição gradual da escravatura em ‘Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura’ e o ‘Regulamento sobre a Escravatura’ em José Bonifácio de Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil*, Miriam Dolnikoff (org.), São Paulo, CdL, 1998, pp. 45-82, 83-88.

³⁸ Seguir, por exemplo, Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Brasília, EDUNB, 1986 [1924], e, em especial o manifesto do jurista e político pernambucano, Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Petrópolis, Vozes, 2012 [1883], que denuncia a ilegitimidade, ilegalidade e

Se, de alguma forma, as iniciativas britânicas tiveram um impacto positivo na redução do tráfico de escravos, não houve de imediato efeitos sobre a proibição da escravatura nas Américas e em África. Esta ainda perduraria por muitas décadas na maior parte dos países, nomeadamente nos espaços portugueses africanos. Nalguns casos, como o do Brasil, a ‘triste instituição’, na medida em que era capaz de se reproduzir, já não graças a títulos de redução originários, mas à ‘lei do ventre’, até ao fim do século XIX, foi sendo minada com a libertação gradual dos filhos de escravos³⁹ e dos sexagenários⁴⁰ até chegar-se à libertação total em 1888⁴¹. Nas possessões africanas de Portugal a escravatura perdurou formalmente até 1869⁴², mas, na prática, por muito mais tempo, mormente através de formas materialmente equivalentes de ‘trabalho indígena’⁴³.

15.1.2. França, Grã-Bretanha e Rússia/ Grécia (1827)⁴⁴

Partes consideráveis da Grécia já faziam parte do Império Otomano quando começou a organizar-se de forma espontânea um movimento de emancipação⁴⁵ – que,

improdutividade do sistema escravocrata para os interesses do Brasil. Um interessante enquadramento dos debates e das suas contraditórios aparece em Eduardo Spiller Pena, *Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871*, Campinas, EDUNICAMP, 2001.

³⁹ ‘Lei nº 2040, de 28 de Setembro de 1871’ in: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871*, Rio de Janeiro, TN, 1871, t. XXXI, Parte I, pp.147-151.

⁴⁰ ‘Lei 3270 – de 28 de Setembro de 1885, regula a extinção gradual do elemento servil’ in: *Ibid.*, 1885, pp 14-19.

⁴¹ ‘Lei 3353 – de 13 de Maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brazil’ in: *Ibid.*, 1888, t. XXV, Parte 1, pp. 1-2.

⁴² “Fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do presente decreto. Todos os indivíduos dos dois sexos, sem excepção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos, passarão à de libertos e gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos o deveres concedidos e impostos aos libertos pelo decreto de 19 de Dezembro de 1854” (DG, n. 43, de 27 de Fevereiro, pp. 57-58).

⁴³ Para desenvolvimentos sobre esta dinâmica, Ana Margarida Seixas, *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviçal*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FDUL, 2012, e, na perspectiva jurídico-pública, Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*, Coimbra, Almedina, 2009, cap. 8.5. Ver ainda os textos da obra *Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, Porto, CamdL, 2007.

⁴⁴ Em especial, cf. Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, New York, AK, 2008, pp. 45-151 (Cap. “Greeks”), Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, pp. 63-90, e, de modo mais sucinto, Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, pp. 52-63; Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista*, Madrid, UAM/Catarata, 2005, pp. 53-54, Mark Swatek-Evenstein, *Geschichte der Humanitären Intervention*, pp. 88-113; John Bew, “‘From an umpire to a competitor’: Castlereagh, Canning and the issue of international intervention in the wake of the Napoleonic Wars”, pp. 128-138.

⁴⁵ Na realidade, segundo alguns autores, o exército de libertação era composto por um número significativo de marginais, oportunistas e outros indivíduos pouco recomendáveis (e.g., John Keegan, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995, pp. 26-28, e, de certo modo, Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 45-151, *passim*). O movimento mais sério não se concentrava na Grécia, mas sim fora dela, e era composto por refugiados gregos no

aliás, estendia-se por toda a Europa Oriental⁴⁶ – com o objetivo de a libertar da ‘exploração’ otomana⁴⁷. As de atrocidades contra a população civil foram cometidas por todos os beligerantes⁴⁸, suspeitas havendo de que o início das hostilidades coube aos gregos⁴⁹ e, só mais tarde, respondidas com uma repressão dura por parte das forças imperiais. Foram, porém, somente os abusos dirigidos a cristãos que sensibilizaram a opinião pública e as autoridades ocidentais, levando à intervenção da França, Grã-Bretanha e Rússia no conflito.

Um dos motivos concorrentes, ainda que negligenciado por importantes estudos centrados na questão da autodeterminação⁵⁰ ou no destaque de motivações estratégicas⁵¹, foi o humanitário⁵². O próprio Tratado de Londres (1827), que pôs termo ao conflito, fez-lhe menção⁵³ e, pelo menos em parte, tanto a Grã-Bretanha⁵⁴, quanto a Rússia, tinham motivações humanitárias e de comunhão religiosa respetivamente⁵⁵ para

exílio e por filelenos de várias nacionalidades (cf. Nicholas Onuf, “The Link that Failed: Humanitarianism and Intervention, 1815-1865”, pp. 21-25), dentre os quais personalidades famosas como o filósofo utilitarista Jeremy Bentham e o poeta Lord Byron (veja-se Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 79-80; 100-116).

⁴⁶ Uma descrição extremamente útil pode ser encontrada em Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l’antiquité à l’aube du période contemporaine*, pp. 404-410.

⁴⁷ Pierre Renouvin, “Le XIXe. Siècle. L’Europe des Nationalités et l’Éveil de Nouveaux Mondes (de 1815 à 1871)” in: Pierre Renouvin (org.), *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1954, t. 5, v. 1, p. 100.

⁴⁸ Salientando este aspeto, ver, por todos, Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, pp. 65-66.

⁴⁹ Nicholas Onuf, “The Link that Failed: Humanitarianism and Intervention, 1815-1865”, p. 22.

⁵⁰ Pierre Renouvin, “Le XIXe. Siècle. L’Europe des Nationalités et l’Éveil de Nouveaux Mondes (de 1815 à 1871)”, p. 101.

⁵¹ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, Oxford, OUP, 2001, p. 32 (chamando-o de precedente questionável na melhor das hipóteses), e Louis le Fur, “Intervention pour Cause d’Humanité” in: Vitoria et Suarez. *Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, p. 236.

⁵² Neste sentido, cf. Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 45-151; com maiores reservas, Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, pp. 87-90.

⁵³ No Preâmbulo deste instrumento jurídico convencional, diz-se que houve necessidade de “pôr termo ao conflito sangüinário” que “abandona a província da Grécia e as ilhas do arquipélago a toda a desordem e anarquia” (“The Treaty of London for Greek Independence”, July 6, 1827, disponível em <http://www.fordham.edu/halsall/mod/1827gktreaty.html>, acesso a 20 de outubro de 2009) e destacam-se as motivações humanitárias dos interventores, dizendo estarem “animados pelo desejo de pôr termo à efusão de sangue e prevenindo os males de todo o tipo que a continuação desse estado de coisas pode produzir” (Ibid., Preâmbulo).

⁵⁴ Na verdade, o empreendimento era muito questionável do ponto de vista estratégico e portanto só pode ser justificado por motivos humanitários (com esta tese, Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, parte II).

⁵⁵ Nicholas Onuf, “The Link that Failed: Humanitarianism and Intervention, 1815-1865”, p. 24, e, em especial, Gary Bass, *Freedom’s Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, *passim*; pp. 62-63, 128-131.

intervirem na guerra ao lado dos insurgentes helênicos⁵⁶. O caso grego é justamente considerado como um dos melhores precedentes de intervenção humanitária do século XIX⁵⁷.

15.1.3. França/Líbano-Síria (1860-1861)⁵⁸

No ano de 1860, em pouco mais de dois meses mais de dez mil cristãos maronitas e alguns religiosos franceses foram massacrados por druzos e muçulmanos no Líbano e na Síria⁵⁹. O governo Otomano terá feito de tudo para punir os culpados⁶⁰, mas foi impotente, levando a França a invocar um dever de proteger os católicos de todo o Mundo⁶¹, pressionando-o para que pudesse intervir no conflito. Em fase de franco declínio, o Império Otomano não teve alternativa que não fosse aceitar a intervenção daquela, ato que, ademais, recebeu o consentimento das outras potências com interesses na zona⁶². Aquela viria a realizar-se em 1860, mas quando as forças militares chegaram encontraram a situação estabilizada e controlada pelas forças turcas⁶³. Os militares gauleses ali permaneceram até 1861, fundamentalmente em atividades de auxílio humanitário e reconstrução de condições de vida, nomeadamente as habitações⁶⁴.

⁵⁶ Não podem, claro está, ser descartados outros imperativos de ordem menos nobre, como interesses comerciais e estratégicos (Thomas Franck & Nigel Rodley, "After Bangladesh: The Law of Humanitarian Intervention by Military Force", *AJIL*, v. 67, n. 2, 1973, p. 280).

⁵⁷ Antoine Rougier, "La Theorie de Intervention d'Humanité", *RGDIP*, t. 17, n. 2, 1910, p. 473; Ellery Stowell, *Intervention in International Law*, pp. 126-127; John Westlake, *International Law*, Cambridge, UK, CUP, 1904; Henry Wheaton, *Elements of International Law*, Philadelphia, CL&B, 1836, § 69.

⁵⁸ Sobre o tópico, recomenda-se Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, parte III e, mais sucintos, Itsvan Pogany, "Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-Examined", *ICLQ*, v. 25, n. 1, 1986, pp. 182-190; Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista*, pp. 54-55; Mark Swatek-Evenstein, *Geschichte der Humanitären Intervention*, pp. 124-134, e Davide Rodogno, "The 'principles of humanity' and the European powers' intervention in the Ottoman Lebanon and Syria in 1860-1861" in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 159-183; e id., *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, pp. 91-117.

⁵⁹ Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, p. 53; Pierre Renouvin, "Le XIXe. Siècle. L'Europe des Nationalités et l'Éveil de Nouveaux Mondes (de 1815 à 1871)", pp. 333-334.

⁶⁰ Itsvan Pogany, "Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-Examined", p. 185.

⁶¹ Pierre Renouvin, "Le XIXe. Siècle. L'Europe des Nationalités et l'Éveil de Nouveaux Mondes (de 1815 à 1871)", p. 333.

⁶² A Grã-Bretanha, após algumas reticências, aceitou a operação. A Rússia, mais recetiva, queria cristalizar uma regra que também facilitasse as suas intervenções para proteger os ortodoxos (*Ibid.*, p. 334).

⁶³ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, pp. 32-33; Itsvan Pogany, "Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-Examined", pp. 184-186; Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, p. 106, destacando que o exército turco já tinha obtido resultados muito satisfatórios e restaurado a ordem.

⁶⁴ Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, p. 54; Itsvan Pogany, "Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-

Muitos analistas criticam a força deste precedente oitocentista por entenderem que não terá sido totalmente desinteressado⁶⁵ ou por ter contado com o consentimento formal do Império Otomano⁶⁶. Não serão argumentos decisivos, primeiro, tendo em vista que os franceses não tiraram, pelo menos de imediato, qualquer vantagem estratégica da sua curta presença nesse espaço; segundo, porque um consentimento obtido sob ameaça de uso da força muito dificilmente pode ser considerado voluntário. Sendo certo que se tratou de um precedente muito particular por não ter implicado no uso da força, as suas motivações e efeitos humanitários não podem ser contestados⁶⁷.

15.1.4. A Guerra Civil Americana (1861-1865)

A guerra de secessão nos Estados Unidos da América⁶⁸ chegou a ser apresentada sob a capa do humanitarismo abolicionista⁶⁹ e como um conflito que levou à libertação de pessoas do regime escravocrata do sul da União⁷⁰. No entanto, não é seguro que o tenha sido; mesmo se o fosse, não é líquido que seja correto considerá-la como uma situação internacional, tendo em vista que foi um conflito interno entre forças federais e a confederação rebelde⁷¹. O grande obreiro político da vitória da União, o Presidente Abraham Lincoln, que assumiu historicamente os louros da vitória, nem sempre apresentou o conflito como uma guerra de libertação de escravos e manifestou-se

Examined”, p. 185; Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, pp. 109-114.

⁶⁵ Thomas Franck & Nigel Rodley, “After Bangladesh: The Law of Humanitarian Intervention by Military Force”, p. 282; Itsvan Pogany, “Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-Examined”, pp. 186-190.

⁶⁶ Ibid., pp. 187-190.

⁶⁷ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 3, um autor insuspeito, já que refratário às intervenções humanitárias, o mesmo ocorrendo com Davide Rodogno, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, p. 114 (sustentando que foi um caso genuinamente humanitário).

⁶⁸ A leitura dos artigos em Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, e Brian Holden Reid, “The Civil War, 1861-1865” in: James Bradford (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 99-122; é importante, bem assim como o artigo de David Brion Davis, “The Civil War and Slavery Abolition” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, pp. 297-322. Uma análise jurídica foi feita recentemente por Stephen Neff, *Justice in Blue and Gray. A Legal History of the Civil War*, Cambridge, UK, HUP, 2015, e, antes, em Quincy Wright, “International Law and the American Civil War”, *ASIL Proceedings*, v. 61, 1967, pp. 50-58.

⁶⁹ Conferir James Stewart, “Humanitarian Reform and Antislavery” in: Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, pp. 94-111, David Brion Davis, “Abolitionism in America” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, pp. 250-267.

⁷⁰ Vide Junius Rodríguez, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007 (contém importante anexo, com as principais fontes primárias sobre esta questão).

⁷¹ Por todos, Jason Silverman, ‘Civil War’ in: Ibid., v. I, 224-227.

sempre muito reticente em relação aos caminhos a seguir⁷², o mesmo acontecendo com a população do norte⁷³. Aliás, as suas intervenções antes da eclosão do conflito mostraram que pretendia acomodar-se minimamente à instituição central do sistema económico e social do Sul dos Estados Unidos⁷⁴, que o escravagista sulino denominava de *southern ethos*⁷⁵, rejeitando a possibilidade de aplicação aos chamados territórios⁷⁶, e muito menos aceitando a ideia de que podia ser uma instituição nacional⁷⁷, conforme certas leituras do infame acórdão *Dred Scott*⁷⁸ podiam dar a entender. Mesmo nos casos em que foi mais incisivo no sentido de pôr termo à vetusta instituição, não o pretendia fazer pela força, mas, tal como disse numa proposta feita ao Congresso, de modo gradual e compensatório para os proprietários dos escravos⁷⁹.

Note-se que a *Declaração de Emancipação*⁸⁰ foi mais tardia. Algum tempo depois do próprio Presidente ter contrariado os generais que declararam a libertação dos escravos⁸¹. Essa assumiu, como não podia deixar de ser⁸², que a causa da Guerra Civil

⁷² Cf. Brian Dirck, 'Abraham Lincoln (1809-1865) in: Ibid., v. I, pp. 368-370, e Allen Guelzo, *Lincoln. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2009.

⁷³ No geral, Michael Klarman, *Unfinished Business. Racial Equality in American History*, Oxford, OUP, 2007.

⁷⁴ Alguns aspetos são discutidos em Larry Hudson, "Slavery and the Old South" in: Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, pp. 60-74

⁷⁵ Vide 'Calhoun's Exposition of the Southern Ethos [1849]' in: Junius Rodriguez (ed.), *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, v. II, pp. 630-632.

⁷⁶ O contestado presidente no seu discurso de tomada de posse, embora insistindo em salvaguardas para que pessoas livres não fossem mantidas injustamente em servidão, tentou acalmar os ânimos dos sulistas, tomando uma posição de respeito pela Constituição e pelas leis em relação à manutenção do sistema escravocrata no Sul e a sua aplicação aos territórios (cf. 'Lincoln First Inaugural Address [1861]' in: *American Historical Documents, 1000-1904*, New York, C&S, 1938, pp. 313-322).

⁷⁷ Veja-se o 'Abraham Lincoln's House Divided Speech [1858]' in: Ibid, v. II, pp. 667-670.

⁷⁸ Esta fora a questão central do caso *Dred Scott v Sanford* (texto da decisão em Junius Rodriguez (ed.), *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, v. II, pp. 661-662); para desenvolvimentos, Douglas Reed, 'Dred Scott v. Sandford (1857)' in: Ibid., v. I, pp. 265-267, e, para uma visão menos negativa, Mark Graber, *Dred Scott and the Problem of Constitutional Evil*, Cambridge, UK, CUP, 2006.

⁷⁹ 'Lincoln's Plan for Compensatory Emancipation [1862]' in: Ibid, v. II, p. 688. No geral sobre esta questão, Joseph Reidy, "Emancipation" in: Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, pp. 277-295.

⁸⁰ 'Emancipation Proclamation [1863]' in: *American Historical Documents, 1000-1904*, pp. 323-325. Ver igualmente Jason Silverman, 'Civil War', *passim*, e Tunde Adekele, 'Emancipation Proclamation' in: Junius Rodriguez (ed.), *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, v. I, pp. 274-276, considerando que, de alguma forma, foi a partir deste momento que, ambigualmente, e a contragosto, se introduziram elementos mais claramente humanitários ao conflito.

⁸¹ Foi o caso da 'Frémont's Declaration of Emancipation [1861]' in: Ibid., v. II, pp. 687-688, e, explicitamente 'Lincoln's Responce to David Hunter's Emancipation Proclamation [1862]' in: Ibid., v. II, pp. 690-691, quando disse que não tinha conhecimento dessas proclamações, desautorizando aqueles que a tinham feito.

⁸² Por exemplo, Michael Morrison, "The Road to Secession" in: Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, pp. 152-166.

fora a escravidão⁸³. No entanto, não para a União, mas para a Confederação, que pôs em causa o pacto federativo para manter aquela instituição e eventualmente projetá-la sobre os territórios orientais, ao passo que a única coisa que a Federação fez foi tentar evitar que se propagasse para os territórios⁸⁴. Neste sentido, o fator que motivou o espoletar da guerra civil foi a preservação do próprio Estado⁸⁵ tido no discurso por inquebrantável e não sujeito a secessão de qualquer espécie⁸⁶. O máximo que Lincoln diz, quando decreta a libertação dos escravos daqueles que se rebelaram contra o Estado, era que esta seria uma consequência justa⁸⁷, mas não uma causa no sentido mais estrito da palavra.

O resultado jurídico-constitucional mais palpável foi a consagração da abolição da escravidão com a adoção da décima terceira emenda⁸⁸ e, na sequência, das cláusulas da igual proteção⁸⁹ e da garantia dos direitos políticos⁹⁰. Porém, não obstante o efeito que estas tiveram no sentido de tirar uma minoria da opressão extrema, as suas consequências positivas não podem ser exageradas, dada a situação de dependência em que os afro-descendentes ficaram, da adoção, já no período da Reconstrução, das chamadas *Jim Crow Laws*⁹¹, dos linchamentos sistemáticos no sul⁹², aspetos que juridicamente só foram resolvidos depois da II Guerra Mundial⁹³, com a rejeição da

⁸³ Na sua ‘Lincoln’s Second Inaugural Address [1865]’ in: *American Historical Documents, 1000-1904*, pp. 424-425, aparece precisamente a constatação de que o interesse supremo que os Estados do Sul tinham nos escravos é que foi a causa da guerra.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 425.

⁸⁵ Vide Kevin Gannon, “Saving the Union” in: Lacy Ford (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, pp. 203-222.

⁸⁶ ‘Lincoln First Inaugural Address [1861]’, p. 316 (dizendo que “The Union is perpetual” (p. 16) e que “The Union is Unbroken” (*Ibid.*)).

⁸⁷ Vide ‘Emancipation Proclamation [1863]’, p. 324.

⁸⁸ O texto normativo é este: “Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction” (*The Constitution of the United States of America*, Washington, GPO, 2007, Amend. 13, sec. 1). Cf. Michael Vorenberg, *Final Freedom. The Civil War, the Abolition of Slavery, and the Thirteenth Amendment*, Cambridge, CUP, 2004, para enquadramento e comentários.

⁸⁹ De acordo com a *The Constitution of the United States of America*, Amend. 14, sec. 1, “No state shall make or enforce any law which shall abridge the privileges or immunities of citizens of the United States; nor shall any state deprive any person of life, liberty, or property, without due process of law; nor deny to any person within its jurisdiction the equal protection of the laws”.

⁹⁰ “The right of citizens of the United States to vote shall not be denied or abridged by the United States or by any state on account of race, color, or previous condition of servitude” (*Ibid.*, Amend. 15, sec. 1).

⁹¹ Ver as obras de Michael Klarman, *From Jim Crow to Civil Rights. The Supreme Court and the Struggle for Racial Equality*, Oxford, OUP, 2004, e *Unfinished Business. Racial Equality in American History*, *passim*.

⁹² Cf. a estrondosa crítica coeva de Ida Wells-Barnett, *On Lynchings*, s.l., Dover, 2014 [orig: 1892].

⁹³ Veja-se, por todos, Bruce Ackerman, *The Civil Rights Revolution*, Cambridge, HUP, 2014, e a decisão ‘Brown v. Board of Education (1954-1955)’ in: James Daley (ed.), *Landmark Decisions of the U.S. Supreme Court*, Mineola, Dover, 2006, pp. 196-212.

doutrina do *separate but equal* que aceitava a segregação⁹⁴; materialmente as relações raciais mantêm-se como um problema até à atualidade, com a *Supreme Court* a participar nos maus e bons momentos deste processo⁹⁵.

15.1.5. A Prática Russa de Proteção de Populações Cristãs no Império Otomano (Segunda Metade do Século XIX)

As autoridades russas, considerando-se herdeiras do Império Bizantino⁹⁶ e guardiãs da religião ortodoxa e dos povos eslavos⁹⁷, defendiam a ideia de que podiam intervir em qualquer nação, especialmente se fosse muçulmana⁹⁸, para protegerem minorias cristãs submetidas⁹⁹, e por motivos civilizacionais¹⁰⁰. Desenvolveram a propósito conceitos de legitimidade da guerra nessas situações¹⁰¹. É assim que, utilizando uma base convencional discutível prevista pelo Tratado de Kuchuk-Kainardji de 1774¹⁰², a Rússia usou a força contra o Império Otomano na sequência de massacres cometidos contra cristãos eslavos. O caso mais importante ocorreu em 1877 na Bulgária¹⁰³. Na sequência de massacres cometidos pelo Império Otomano que causaram dezenas de mortos entre adultos, mulheres e crianças, que horrorizaram a Europa, e depois de fracassadas tentativas de intervenção das potências europeias, o Czar

⁹⁴ Cf. 'Plessy v. Ferguson (1896)' in: Ibid., pp. 175-195.

⁹⁵ Seguir Bernard Schwartz, *A History of the Supreme Court*, Oxford, OUP, 1993; Michael Klarman, *From Jim Crow to Civil Rights. The Supreme Court and the Struggle for Racial Equality*, passim, e também Peter Irons, *A People's History of the Supreme Court. Men and Women Whose Cases and Decisions Have Shaped our Constitution*, Revised, New York, Penguin, 2006.

⁹⁶ Sendo considerados como herdeiros da tradição bizantina por muitos (v. Cyril Mango, "Introduction" in: Id. (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 5-6).

⁹⁷ Sem embargo dos debates tradicionais entre tendências ocidentais e eslavófilas, o sentimento de comunhão com os cristãos oprimidos desempenhou um papel importante na Rússia (e.g., Eric Myles, "'Humanity', 'Civilization' and the 'International Community' in Late Imperial Russian Mirror: Three Ideas Topical for These Days", *JHIL*, v. 4, n. 2, 2002, pp. 310-334; 314).

⁹⁸ Especificamente, Lauri Mälksoo, "International Law between Universality and Regional Fragmentation. The Historical Case of Russia" in: Alexander Orakhelashvili, (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, pp. 456-477.

⁹⁹ Michel de Taube, "Études sur le Développement Historique du Droit International dans L'Europe Orientale", *RCADI*, t. 11, n. 1, 1926, pp. 492-494.

¹⁰⁰ Especificamente, Lauri Mälksoo, "Russia-Europe" in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 764-786.

¹⁰¹ Veja-se igualmente Michel de Taube, "Les courants pacifistes dans l'Histoire de la Russie", *JDI*, n. 11, 1929, pp. 133-160.

¹⁰² Ver o 'Traité définitif de paix avec la Russie [Kutschuk Kainardji, 10/21 Juillet 1774] in: *Recueil des Acts Internationaux de l'Empire Ottomane*, Gabriel Nouradounghian (org.), Paris, Cotillon, 1897, t. I, pp. 319-334, que, apesar de conter diversas estipulações para proteger os cristãos, não concedia, pelo menos explicitamente, um direito de intervenção armada à Rússia em caso de violação.

¹⁰³ Em geral, Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 256-304, e Itziar Ruiz-Giménez Arrieta, *La historia de la intervención humanitária. El imperialismo altruista*, pp. 55-56; Matthias Schulz, "The guarantees of humanity: the Concert of Europe and the origins of the Russo-Otoman War of 1877" in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 184-204.

Alexandre II declarou guerra a Constantinopla em nome da proteção dos irmãos ortodoxos¹⁰⁴. Apesar de ter derrotado os turcos, a empreitada militar foi extremamente custosa em matéria de vidas humanas, fazendo com que o projeto acalentado por alguns de reconquistar a antiga capital de Bizâncio não tenha sido levado adiante, apesar de ter resultado em mudanças significativas na situação dos cristãos da Bulgária¹⁰⁵.

15.1.6. O Imperialismo Europeu e as Campanhas Civilizatórias e de Pacificação (Meados do Século XIX-1914)

Por outro lado, se esta orientação genericamente anti-intervencionista era adotada entre as nações europeias¹⁰⁶, o espaço exterior mantinha-se livre para a apropriação às expensas das nações ‘bárbaras’ ou ‘incivilizadas’ que não faziam parte da comunidade internacional¹⁰⁷. Em função disso, elas não tiveram qualquer amparo jurídico ou político em relação aos esforços imperialistas europeus do século XIX¹⁰⁸. Deste modo,

¹⁰⁴ Para os antecedentes, cf. Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 256-296, e, com a consideração de que por isso seria uma mera intervenção pró-eslava, Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, pp. 54-55.

¹⁰⁵ Essencialmente, ver Gary Bass, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, pp. 297-304.

¹⁰⁶ Bem como os princípios políticos gerais que sustentavam o sistema internacional do século XIX: soberania, equilíbrio, legitimidade, nacionalidade e igualdade de Estados Ver, a respeito, O. Nippold, “Le Développement Historique du Droit Internationale depuis le Congrès de Vienne”, pp. 22-42.

¹⁰⁷ Somente para se ter uma imagem, o antecessor da Turquia, o Império Otomano, foi o primeiro país não-europeu a ser reconhecido, o que aconteceu somente no ano de 1856, num processo que se revelou tortuoso, somente sendo concluído efectivamente no início do século XX (por exemplo, v. Majid Khadduri, *War and Peace in the Law of Islam*, Baltimore, JHP, 1955, pp. 268-296, e, mais recentemente, Umut Özsü, “Ottoman Empire” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 429-448). Seguiu-se o Japão, na transição do século XIX para o século XX (veja-se o monumental R.P. Anand, “Family of ‘Civilized’ Nations’ and Japan: A History of Humiliation, Assimilation, Defiance, and Confrontation”, *JHIL*, v. 5, n. 1, 2003, pp. 1-75, sobretudo 14-37), que curiosamente adaptou-se muito bem ao ainda *Jus Publicum Europaeum* (cf. Ibid., pp. 14-46, Misagaru Yanagihara, “Japan”; Kinji Akashi, “Japan-Europe” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 475-499, 724-743, no geral, e Douglas Howland, “Japan’s Civilized War: International Law as Diplomacy in the Sino-Japanese War (1894-1895)”, *JHIL*, v. 9, n. 2, 2007, pp. 179-201, relativamente ao seu direito de guerra), para o mal e para o bem. A primeira nação africana a ser admitida na “família das nações”, e ainda assim condicionalmente, foi a Etiópia, em 1923 (v. Jean Allain, “Slavery and the League of Nations: Ethiopia as a Civilised Nations”, *JHIL*, v. 8, n. 2, 2006, pp. 213-244). Recorde-se que a expansão extraeuropeia do Direito Internacional deveu-se sobretudo à independência e reconhecimento das antigas possessões inglesas, espanholas, portuguesas e francesas das Américas (e.g., Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, pp. 105-107).

¹⁰⁸ Por todos, ver Dakas C. J. Dakas, “The Role of International Law in the Colonization of Africa: A Review in Light of Recent Calls to Re-Colonization”, *AfYIL*, v. 7, 1999, pp. 85-118 (interessante estudo tendo por base, na parte aqui relevante, a reação académica à colonização africana, designadamente do reputado internacionalista britânico John Westlake); Antony Anghie, “Finding the Peripheries: Sovereignty and Colonialism in Nineteenth-Century International Law”, *HILJ*, v. 40, n. 1, 2000, p. 1-80; Martti Koskeniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, pp. 98-178 (Cap. “Sovereignty: a Gift of Civilization: international lawyers and imperialism 1970-1914”, mais ligado à história do pensamento jusinternacionalista do século XIX); James Thuo Gathi, “Imperialism, Colonialism, and International Law”, *BLR*, v. 54, n. 4, 2007, pp. 1013-1066, e Luigi Nuzzo,

difícilmente se pode aceitar a ideia de que o positivismo era anti-intervencionista de uma forma verdadeiramente consistente, já que, no mínimo, deixava de fora do seu âmbito os povos não-europeus¹⁰⁹, considerando-se os seus territórios como *terra nullius*¹¹⁰. No quadro de um sistema marcado pela intolerância em relação a qualquer forma de organização política não-europeia¹¹¹, estes povos estavam sujeitos a conquista¹¹², apropriação¹¹³ e colonização¹¹⁴, como veio a constar das Atas Gerais da Conferência de Berlim¹¹⁵, na qual os únicos interesses tidos em conta foram as pretensões contrastantes de outras potências¹¹⁶, e a sua população objeto de intervenções civilizatórias das potências europeias¹¹⁷.

Origine di una Scienza. Diritto internazionale e colonialismo nel XIX secolo, Frankfurt, VK, 2012. Também de interesse são as entradas e documentos em Carl Cavanagh Hodge (ed.), *Encyclopedia of the Age of Imperialism, 1800-1914*, Westport, GP, 2008.

¹⁰⁹ Antony Anghie, "Finding the Peripheries: Sovereignty and Colonialism in Nineteenth-Century International Law", *passim* (focando precisamente a relação entre positivismo e colonização); James Thuo Gathii, "Imperialism, Colonialism, and International Law", p.1040 (tratando especialmente da colonização da África Oriental pela Grã-Bretanha e demandas judiciais de povos africanos, designadamente dos Massai, em relação a cláusulas de tratados concluídos com a potência colonial).

¹¹⁰ Alguma discussão é feita em David Boucher, "The Law of Nations and the Doctrine of *Terra Nullius*" in: Olaf Asbach & Peter Schröder (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, Burlington, Ashgate, 2010, pp. 63-72.

¹¹¹ Cf. Emmanuelle Jouannet, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, p. 165.

¹¹² Ver *infra*.

¹¹³ Sharon Korman, *The Right of Conquest: The Acquisition of Territory by Force in International Law and Practice*, Oxford, OUP, 1996, pp. 41-66.

¹¹⁴ Sobre este problema, ver, em especial, o tratamento de Dakas C.J. Dakas, "The Role of International Law in the Colonization of Africa: A Review in Light of Recent Calls to Re-Colonization", pp. 97-100.

¹¹⁵ Disponível em 'General Act of the Conference of Berlin Concerning the Congo [26 February 1885]' reproduzida em *AJIL*, v. 3, n. 1, Supplement: Official Documents, 1909, pp. 7-25, que dá-nos conta da participação das principais potências – Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Áustria-Hungria, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia, Noruega e Turquia – para regular a questão da África, designadamente os meios de colonização, a liberdade de navegação em determinados rios, a missão civilizatória e o papel de organizações não-governamentais, a abolição da escravatura, etc.. Para discussões, ver Dakas C. J. Dakas, "The Role of International Law in the Colonization of Africa: A Review in Light of Recent Calls to Re-Colonization", pp. 100-105; Dominique Gaurier, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l'antiquité à l'aube du période contemporaine*, pp. 410-413.

¹¹⁶ 'General Act of the Conference of Berlin Concerning the Congo [26 February 1885]', art. 34: "The Power which henceforth shall take possession of a territory up on the coast of the African continent situated outside of its present possessions, or which, not having had such possessions hitherto, shall come to acquire them, and likewise, the Power which shall assume a protectorate there, shall accompany the respective act with a notification addressed to the other signatory Powers of the present Act, in order to put them in a condition to make available, if there be occasion for it, their reclamations".

¹¹⁷ Neste sentido, veja-se o excelente Dakas C. J. Dakas, "The Role of International Law in the Colonization of Africa: A Review in Light of Recent Calls to Re-Colonization", p. 112 (salientando a articulação de uma filosofia do colonialismo amparado na ideia de missão civilizatória) e, evidentemente, o próprio texto da Ata Geral da Conferência de Berlim, que estabelecia o seguinte: "All Powers exercising rights of sovereignty or an influence in the Said territories engage themselves to watch over the conservation of the indigenous populations and the amelioration of their moral and material conditions of existence and to strive for the suppression of slavery and especially of the negro slave trade; they shall protect and favor without distinction of nationality or of worship, all the institutions and enterprises religious, scientific or charitable, created and organized for these objects or tending to instruct the natives

As incongruências das intervenções humanitárias e os perigos que encerra não podiam ter melhor representação do que com o imperialismo europeu de finais do século XIX, no qual Portugal também esteve envolvido. É bem verdade que a ocupação territorial no continente africano não se deveu exclusivamente à utilização de meios bélicos. Pelo contrário, soluções mais pacíficas foram encontradas, designadamente a utilização de tratados com governantes locais¹¹⁸. É facto, porém, que a questão não está assim tão afastada da realidade retratada por esta tese¹¹⁹. Primeiro, porque meios militares foram utilizados principalmente pelos franceses – fosse na Argélia¹²⁰, fosse na África Ocidental¹²¹ –, e como recurso de última instância pela Grã-Bretanha¹²². Segundo, porque o contexto geral da segunda metade do século fazia associar a partilha de África e o imperialismo à *mission civilisatrice* da Europa¹²³, e só assim se aceitava a sua justificação em certos círculos¹²⁴; terceiro, casos houve em que a política interna demandava precisamente a apresentação de argumentos de humanidade¹²⁵, como foi o

and to make them understand and appreciate the advantages of civilization” (“General Act of the Conference of Berlin Concerning the Congo [26 February 1885]”, art. 6).

¹¹⁸ De que nos dá conta, em estudo primoroso, Charles Henry Alexandrowicz, *The European-Africa Confrontation. A Study in Treaty-Making*, Leiden, Sijthoff, 1973, e que era prática comum nos projetos expansionistas do século XIX em vários espaços de colonização, como atestam, por exemplo, Colin Calloway, *Pen & Ink Witchcraft. Treaties and Treaty Making in American Indian History*, Oxford, OUP, 2013 (ressaltando a crença de que eram logros para despossuir os nativos das suas propriedades sem ter a necessidade de recorrer à guerra).

¹¹⁹ Como demonstram vários estudos, designadamente o de H. L. Wesseling, “Colonial Wars: An Introduction” e “Colonial Wars and Armed Peace, 1871-1914” in: *Imperialism and Colonialism. Essays on the History of European Expansion*, Westport, GP, 1997, pp. 3-11, 12-26, o de John Lonsdale, “The European Scramble and Conquest in African History” in: Roland Oliver & G.N. Sanderson (eds.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1985, pp. 680-766, e, finalmente, Bruce Vandervort, *Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914*, Bloomington, IndUP, 1998.

¹²⁰ Ver *Ibid.*, pp. 56-70.

¹²¹ No geral, cf. H.L. Wesseling, *Divide and Rule. The Partition of Africa, 1880-1914*, Westport, Praeger, 1996, *passim*; também Anton Andereggen, *France's Relationship with Subsaharan Africa*, Westport, Praeger, 1994, pp. 1-4.

¹²² Vide P.J. Cain & A. G. Hopkins, *British Imperialism. Innovation and Expansion 1688-1914*, London, Longman, 1993, p. 361, dizendo que, apesar da política oficial ser de restrição, quando fosse necessário esta podia ser contornada.

¹²³ Assim, um autor do fim do século estipulava, humanamente, os deveres civilizatórios dos europeus em África, para trazer os nativos para a civilização e a economia internacional (J. Scott Keltie, *The Partition of Africa*, London, Stanford, 1893, p. 475), não deixando, mesmo tendo em conta a rivalidade, de considerar que a Argélia tinha prosperado consideravelmente sob domínio francês (*Ibid.*, p. 96). Ver igualmente o estudo de Alice Conklin, *A Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*, Stanford, SUP, 1997, e Bruce Vandervort, *Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914*, *passim*.

¹²⁴ Bernard Semmel, *The Liberal Ideal and the Demons of Empire. Theories of Imperialism from Adam Smith to Lenin*, Baltimore, JHP, 1993, e Jennifer Pitts, *A Turn to Empire. The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France*, Princeton, PUP, 2005, para quem isso justificou o endosso de empreendimentos coloniais por diversos pensadores liberais como John Stuart Mill ou Tocqueville.

¹²⁵ Por todos, Charles Pelham Groves, “Missionary and Humanitarian Aspects of Imperialism from 1870 to 1914” in: H. Gann & Peter Duignan (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 1969, pp. 462-496, mostrando precisamente a insistência dos missionários no combate a práticas culturais como o canibalismo e os sacrifícios rituais (p. 480).

caso da intervenção francesa em Daomé e as guerras travadas contra os Ashanti pelos ingleses¹²⁶, os quais eram acusados de serem sanguinários que faziam sacrifícios humanos em favor das suas divindades¹²⁷, ou a conquista da Argélia pela França como uma ação em nome da humanidade e contra a pirataria e o fanatismo islâmicos¹²⁸. De resto, quarto, as campanhas de conquista ou pacificação¹²⁹, não deixavam de apresentar o enquadramento retórico de um combate contra os inimigos ou rebeldes que se recusavam a aceitar o domínio benevolente e civilizador dos europeus, acompanhado da respetiva exaltação patriótica¹³⁰.

Muito boa gente, que se notabilizou positivamente em outras questões, não deixaram de dar a sua certificação a tais empreendimentos, sendo exemplos disso, o francês Tocqueville em relação à conquista da Argélia, considerando-a a partir do seus efeitos de civilização dos bárbaros árabes e da sociedade muçulmana decadente¹³¹, o germânico Karl Marx, que entendeu que, apesar de toda a destruição causada pela colonização inglesa da Índia, esta seria a única forma para abanar uma cultura decadente e despótica¹³², e o inglês John Stuart Mill, com a sua ode às vantagens e à utilidade da colonização¹³³.

¹²⁶ Cf., no geral, sobre a utilização desses argumentos, John Hargreaves, “West African States and the European Conquest” in: Ibid., pp. 199-209, e Harold Raugh Jr., ‘Ashanti Expedition (1895–1896)’, ‘Ashanti War (1900)’; ‘Second Ashanti War (1873–1874)’ ‘First Ashanti War (1823–1826)’ in: *The Victorians at War, 1815-1914. An Encyclopedia of British Military History*, Santa Barbara, Cal, ABC-CLIO, 2004, pp. 30-37; e Edward Abaka, ‘Asante Wars’ in: Thomas Benjamim (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, Farmington, MM, 2007, pp. 100-102.

¹²⁷ Veja-se H.L. Wesseling, *Divide and Rule. The Partition of Africa, 1880-1914*, pp. 201-204 (apontando para a notoriedade do povo de Daomé, que só tinha paralelo com os Ashanti, em relação aos sacrifícios humanos, à tortura e ao canibalismo propagados pela imprensa francesa, particularmente nos casos em que era necessário justificar uma acção contra essa nação ou o seu rei (p. 203)) que era acusado, juntamente com o do Benin, de continuar teimosamente a recorrer a sacrifícios humanos (vide A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans 1485-1897*, London, Longmans, 1969, pp.249-250). Complementarmente sobre os Ashanti, David Kimble, *A Political History of Ghana. The Rise of Gold Coast Nationalism 1850-1928*, Oxford, Clarendon, 1963, pp. 270-274.

¹²⁸ Ver J. Scott Keltie, *The Partition of Africa*, p. 96, sustentando a tese de que a conquista fora feita em nome da humanidade para acabar com o covil de corsários e com um antro de fanáticos muçulmanos.

¹²⁹ Uma excelente apresentação pode ser encontrada em Malyn Newitt, *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, London, Hurst, 1981, cap. 3, e uma apresentação mais introdutória em Paulo Jorge Fernandes, ‘Campanhas de Pacificação’ in: *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, AR, 2013, v. I, pp. 522-527.

¹³⁰ Seguir Leonor Pires Martins, *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*, Lisboa, E70, 2012, *passim*.

¹³¹ Vide Alexis de Tocqueville, ‘Raport fait a la Chambre des Députés, au nom de la Commission chargée d’examiner le projet de loi relatif aux crédits extraordinaires demandés pour l’Algérie (24 Mai 1847)’; ‘Rapport du 2 juin 1847, de la même commission de la Chambre des députés, sur le projet d’établissement en Afrique des camps agricoles’ in: id., *Études Économiques, Politiques et Littéraires*, Paris, MLev, 1866, pp. 423-484, 485-513.

¹³² Cf. Karl Marx, “The British Rule in India” in: Karl Marx & Frederick Engels, *Collected Works*, London, L&W, 1979, pp. 125-131.

¹³³ John Stuart Mill, *Principles of Political Economy with Some of their Applications to Social Philosophy*, Sir W. J. Ashley (ed.), London, LG, 1936 [1848], pp. 966-977.

Como é sobejamente conhecido este foi um elemento que, com a pressão externa dos rivais continentais¹³⁴ e da concomitante necessidade de mudar o paradigma de colonização¹³⁵, também esteve presente nos conflitos que os portugueses travaram no Ultramar entre os séculos XIX e XX¹³⁶ no quadro do seu projeto imperial para a região¹³⁷; em Moçambique contra os Vátuas¹³⁸, e o seu rei Gungunhana¹³⁹, e outros resistentes¹⁴⁰, por Mouzinho de Albuquerque¹⁴¹; na Guiné¹⁴², em Angola¹⁴³, com

¹³⁴ Ver, por todos, Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, 2.ed., s.l., Verbo, 1992, e Valentim Alexandre, “Nação e Império”; Nuno Severiano Teixeira, “Colónias e Colonização na Cena Internacional (1885-1930)” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaiduri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, s.l., TeD, 2000, v. IV, pp. 90-142, 494-520; perspectivas estrangeiras podem ser encontradas em Phillip Warhurst, *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa 1890-1900*, London, Longmans, 1962; R. J. Hammond, *Portugal in Africa 1815-1910*, Stanford, SUP, 1966; Malyn Newitt, *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, *passim*, e, por fim, Eric Axelrod, *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*, Johannesburg, WitUP, 1967.

¹³⁵ Por exemplo, Valentim Alexandre, “Situações Coloniais I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1980)” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaiduri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, pp. 143-181.

¹³⁶ Para uma apresentação geral, A. da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, Lisboa, AGU, MCMLXIX, e David Abshire & Michael Samuels (ed.), *Portuguese Africa: A Handbook*, New York, Praeger, 1969, parte I, e focando especificamente os conflitos, Valentim Alexandre, “Situações Coloniais II – O Ponto de Viragem: as Campanhas de Ocupação (1890-1930)” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaiduri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, pp. 182-208, e René Pélissier, *Les Campagnes Coloniales du Portugal 1844-1941*, Paris, Pygmalion, 2004.

¹³⁷ Por todos, os textos em Valentim Fernandes & Jill Dias(orgs.), *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, EE, 1998; Miguel Bandeira Jerónimo, *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*, Lisboa, E70, 2012.

¹³⁸ Não deixa de ser curioso que, já em 1833, um conflito entre portugueses e líderes zulus e vátuas tenha sido justificado por estes, com registo, por estes como sendo decorrente de atos injustos do governador que estava a ocupar o território deles (cf. o documento de Anónimo, ‘A guerra dos Reis Vátuas ... do Cabo Natal, do Maxacane, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques [1833?], Maputo, AHM, 1995, p. 65, reproduzindo as palavras dos chefes de guerra: ‘este Governador vai morrer pelas suas traições tirânicas. Usurpou as terras do rei Dingane e do Maxacane. Fez-lhes a guerra sem motivos e mandou a sua gente para a ilha, em desgraça. Mandou arvorar bandeiras nas terras daqueles reis, à força das armas e sem consentimento’).

¹³⁹ Cf., por exemplo, Malyn Newitt, *A History of Mozambique*, London, Hurst, 1995, cap. 13, e para o contexto, Maria da Conceição Vilhena, *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Colibri, 1996, que também assina uma interessante biografia (*Gungunhana. Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Colibri, 1999).

¹⁴⁰ Cf. Allen Isaacman, *The Tradition of Resistance in Mozambique. Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley 1850-1921*, Berkeley, UCalP, 1976; René Pélissier, *Naissance du Mozambique. Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)*, Orgeval, Pélissier, 1984, e Carlos Lessa, “Moçambique: Ocupação Efectiva e Peculiar” in: Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (org.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, CdLei, 2004, v. III, pp. 287-306.

¹⁴¹ Veja-se Paulo Jorge Fernandes, *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império*, Lisboa, EdL, 2010.

¹⁴² Seguir Carlos Lessa, “Guiné. Das Feitorias Isoladas ao ‘Enclave’ Unificado” in: Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (org.), *Nova História Militar de Portugal*, pp. 257-270, e, em especial, o estudo crítico de Peter Karive Mendy, *Colonialismo Português em África: a Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP, 1994, *passim*, que abarca todas as campanhas militares de 1879 a 1936.

¹⁴³ A obra de referência ainda é Rene Pélissier, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1815-1941)*, Orgeval, Pélissier, 1977; Carlos Lessa, “Angola. Do Feudalismo Luso-Africano à

avanços e recuos¹⁴⁴, e em Timor¹⁴⁵ contra as nações mais indómitas, muitas vezes acompanhados pelas elites mestiças ou assimiladas locais¹⁴⁶, em relação ao direito de colonização por eles possuído, mas lentamente concretizado¹⁴⁷ e, mais raramente, em situações concretas de repressão de atos tidos por bárbaros como o canibalismo¹⁴⁸ ou de libertação das populações do terror tenebroso dos régulos locais¹⁴⁹.

Isto sem embargo da argumentação¹⁵⁰ predominantemente estratégica que mereceram de vários intervenientes¹⁵¹ e analistas do período¹⁵², mas que, na realidade, não afastava completamente, mas sim integrava, argumentos civilizatórios, como decorre da célebre assertiva de Eduardo Costa de acordo com a qual “As raças mais fortes teem o evidente *direito* de aproveitar as terras que a barbarie deixa improductivas, com o *dever* correlativo de *melhorar* pela civilização as raças que as habitam”¹⁵³. Esta é assertiva que não se encontrava isolada no pensamento colonial português, representando, ao invés, uma tendência de racialização que conheceu os seus expoentes

Ocupação” in: Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (org.), *Nova História Militar de Portugal*, pp. 271-286, inclui um bom resumo.

¹⁴⁴ Ver o relato em primeira mão do major Artur de Moraes, *Memórias de Angola. As minhas memórias sobre a pacificação do Sul de Angola* [início do Século XX], Lisboa, Caleidoscópio, 2007, p. 107 e ss, dando conta do desastre de Pembe de 1904.

¹⁴⁵ Carlos Lessa, “Timor. Do Domínio Liuriai à Pacificação Portuguesa” in: Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (org.), *Nova História Militar de Portugal*, pp. 323-333.

¹⁴⁶ Peter Karive Mendy, *Colonialismo Português em África: a Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, pp. 306-307, chamando a atenção para o papel dos ‘cabo-verdianos’ na implementação da *pax lusitana* na Guiné-Bissau.

¹⁴⁷ Rene Pélissier, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1815-1941)*, p. 524, considera que era a principal causa das guerras coloniais em Angola.

¹⁴⁸ Como indica Ibid., p. 348, a vitória nas campanhas contra os Ovimbundus foi apresentada como uma luta contra os canibais.

¹⁴⁹ Argumento também usado nas campanhas de Gungunhana (Paulo Jorge Fernandes, *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império*, cap. I).

¹⁵⁰ A dimensão de racionalização e debate intelectual da ocupação de África no período é muito bem explorada por R. J. Hammond, *Portugal in Africa 1815-1910, passim*, a partir das contribuições de Oliveira Martins, Ferreira de Almeida, Eduardo Costa, António Ennes, Freire de Andrade, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro e João de Almeida, e por Valentim Alexandre, “Nação e Império”, pp. 132-142.

¹⁵¹ Seguir Mouzinho de Albuquerque, *A prisão de Gungunhana [1896]*, Coimbra, ANovus, 2010.

¹⁵² Veja-se António Ennes, *A Guerra de África em 1895 [1898]*, Lisboa, Prefácio, 2002, *passim*, e os documentos reproduzidos por Felipe de Almeida de Eça, *História das Guerras do Zambeze*, Lisboa, AGU, MCMLIII, e em João Freire (org.), *Moçambique há um Século visto pelos Colonizadores: Campanhas Militares, Ocupação de Território, Conhecimento dos Povos (1895-1910)*, Lisboa, ECMar, 2009.

¹⁵³ Eduardo Ferreira da Costa, *Ocupação Militar e Domínio Efectivo das Nossas Colonias. Conferencia Realizada na Sociedade de Geographia em a noite de 27 de novembro de 1901*, Lisboa, TU, 1903, p. 10, a que agrega o argumento da justiça da guerra patriótica, pois diz que “se abomino as guerras injustas, se me pronuncio contra os que as provocam sem razão, não posso deixar de declarar, sem receio de ser desmentido, que todos nós, soldados portugueses, marcharemos alegremente e daremos sem hesitação a nossa vida, sempre que se tratar de defender a honra, o brio, ou os interesses da nossa querida patria” (p. 17), posta em causa várias vezes pelos próprios nativos: “Não temos só de *atingir* a *periphéria* dos nossos interlands, temos ainda a *dominar* as tribus ou povos *rebeldes* aos nossos anteriores esforços. Não ha, para muitas d’estas zonas, as razões de urgencia da primeira especie de occupação militar, mas ha razões de interesse, ha razões de brio nacional, que não podem nem devem ser postergadas” (p. 12).

máximos em Oliveira Martins¹⁵⁴, com a sua noção, nem sempre consistente, é verdade, de que as tribos selvagens de raças inferiores¹⁵⁵ ou quase animais¹⁵⁶ deveriam ser ‘amansadas’ ou exterminadas de modo a deixarem livres os solos para atividades produtivas da Metrópole¹⁵⁷, já que, como diz, toda a história provaria, que “só pela força se educam os povos bárbaros”¹⁵⁸. Nisto tudo, António Ennes foi ainda o mais moderado¹⁵⁹.

Tais campanhas, como é evidente, tinham muito pouco de humanitárias e civilizatórias. Apesar de não mais resultarem em escravatura, levavam à servidão forçada das populações locais em benefício dos interesses metropolitanos ou dos colonos, ao sistemático tratamento desigual dos sujeitos coloniais¹⁶⁰, submetidos a regimes jurídicos de exceção¹⁶¹, e, nalguns casos, à repressão generalizada dos autóctones sempre que ousavam se opor a políticas coloniais opressivas, como aconteceu no quadro das guerras travadas pelo emergente império alemão na ocupação da ‘sua’ África¹⁶² – prática esta que conheceu o seu epílogo com o genocídio dos Herero do Sudoeste Africano Alemão (atual Namíbia) em 1905, no que foi, afinal, um trágico

¹⁵⁴ Veja-se sobre o personagem, Alexandre Valentim, “Questão Nacional e Questão Colonial em Oliveira Martins”, AS, v. 135, 1996, pp. 183-201.

¹⁵⁵ “A Serra-Leoa e a Libéria, missões dos sympathicos successores dos jesuítas, dão a prova da limitada capacidade das raças negras. A extinção das raças americanas, nos Estados Unidos e no Brazil, é, por modo diverso, outra prova de inadaptção” (Joaquim Oliveira Martins, *O Brazil e as Colónias Portuguezas*, 5. ed., Lisboa, TdP, 1920, p. 51).

¹⁵⁶ “Ha decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um typo anthropologicamente inferior, não raro próximo do anthropoide, e bem pouco digno do nome de homem. A transição de um para o outro manifesta-se, como se sabe, em diversos caracteres; o augmento de capacidade da cavidade cerebral, a diminuição inversamente relativa do craneo e da face, a abertura do angulo facial que d’ahi deriva, e a situação do orifício occipital. Em todos estes signaes os negros se encontram collocados entre o homem e o anthropoide. (...) E se não ha relações entre a anatomia do craneo e a capacidade intellectual e moral, porque ha de parar a philanthropia no negro? porque não ha de ensinar-se a Bíblia ao gorilla ou ao orango, que nem por não terem falla, deixam de ter ouvidos, e hão de entender, quasi tanto como entende o preto, a metaphisica da encarnação do Verbo e o dogma da Trindade?” (Ibid., pp. 284-285).

¹⁵⁷ “Conquistar pelas armas e impor o dominio próprio a nações cultas, embora o sejam de um modo diverso do europeu [falava das do Oriente] differe essencialmente do facto de amansar tribus selvagens, de as exterminar, de povoar territórios nús, de desbravar florestas virgens, e abrir o solo ás culturas productivas” (Ibid., p. vi).

¹⁵⁸ Ibid., p. 283.

¹⁵⁹ Vide António Ennes, *Moçambique. Relatório apresentado ao Governo*, 4. ed., Lisboa, AGU, 1971 [1893], e *A Guerra de África em 1895 [1898]*, *passim*, com um tom mais pragmático e advogando, conforme a conjuntura, a utilização de meios diplomáticos e bélicos.

¹⁶⁰ No geral, para o caso português, Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*, *passim*.

¹⁶¹ Cf. o interessante estudo de Nasser Hussain, *The Jurisprudence of Emergency. Colonialism and the Rule of Law*, Ann Harbour, UMichP, 2003.

¹⁶² Por todos, cf. Robert Cornevin, “The Germans in Africa before 1918” in: L. H. Gann & Peter Duignan (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, pp. 383-419, e Horst Drechsler; Helmuth Stoecker & Peter Sebald, “The Conquest of Colonies: the Establishment and Extension of German Colonial Rule” in: Helmuth Stoecker (ed.), *German Imperialism in Africa. From the Beginnings until the Second World War*, London, Hurst, 1986, pp. 39-113.

anterior do Holocausto judeu¹⁶³. E isto sem falar nas atrocidades inomináveis praticadas pelo Rei Leopoldo da Bélgica contra os seus *liberé* no Congo¹⁶⁴. Amiúde, o humanismo era apresentado como um empecilho em conflitos em que havia que se punir exemplarmente a audácia dos ferozes nativos em não aceitarem a sua própria civilização¹⁶⁵.

15.1.7. Estados Unidos/Espanha (1898)

Os Estados Unidos intervieram em Cuba¹⁶⁶, possessão espanhola, em 1898, depois da repressão de um levantamento independentista conduzido por autoridades coloniais, que resultou no massacre de um número considerável de civis, bem como na morte de vários outros na sequência de epidemias e da fome que eclodiu como consequência dos assentamentos forçados promovidos¹⁶⁷. Apesar de relutante, o Presidente McKinley, reagindo à pressão da opinião pública norte-americana e do

¹⁶³ Veja-se, com esta tese, Isabel Hull, “Military Culture and the Production of ‘Final Solutions’ in the Colonies: The Example of Wilhelminian Germany” in: Robert Gellately & Ben Kiernan (eds.), *The Specter of Genocide. Mass Murder in Historical Perspective*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 162, e também o excelente estudo de Shelley Baranowski, *Nazi Empire. German Colonialism and Imperialism from Bismarck to Hitler*, Cambridge, UK, CUP, 2011.

¹⁶⁴ Seguir o famoso Adam Hochschild, *King Leopold’s Ghosts. A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa*, Boston, Mariner, 1998.

¹⁶⁵ Como decorre, por exemplo, da racionalização feita por Mouzinho de Albuquerque, *A prisão de Gungunhana [1896]*, pp. 38-39, da sua operação militar contra o Régulo: “(...) outros chamar-me-ão de cruel e sanguinário por ter fuzilado os dois prisioneiros. Parece-me porém de justiça atender ao seguinte: temerária ou não, semelhante empresa era indispensável e urgente, sob pena de ficarem as forças expedicionárias, e portanto o Exército e a Nação, de todo desprestigiadas perante os indígenas de Gaza e a gente do Transvaal, Orange, Natal e Cabo. Sei que esta operação militar foi levada a cabo sem pôr em prática muitos dos preceitos que os regulamentos militares determinam, mas nem a pouca força de que dispunha podia dar um serviço de segurança regular, nem a empresa era destas que demandam prudência; era um verdadeiro jogo: ou lá ficávamos todos, ou conseguíamos agarrar o régulo, o que era preciso era andar depressa e não haver hesitações. Sacrifiquei a isso todas as considerações de prudência. Com respeito ao fuzilamento dos prisioneiros, limito-me a dizer que é muito nobre, muito justo, muito alevantado, sustentar os princípios da mais acrisolada filantropia e humanitarismo num parlamento, numa assembleia qualquer, numa redacção de jornal, entre concidadãos nossos que pensam e sentem como nós e ainda por cima mantidos em respeito por numerosas forças do Exército, da Armada e da Polícia militar e civil; é porém muito diferente o caso em que se achavam 50 brancos no meio de 3.000 pretos ainda ontem nossos inimigos”.

¹⁶⁶ No geral, Marquis de Olivart, “Le Diferend entre l’Espagne et les États-Unies au sujet de la question cubaine”, *RGDIP*, v. 5, 1898, pp. 358-422; Louis le Fur, “Cronique des faits internationaux: Espagne et États-Unies”, *RGDIP*, v. 5, 1898, pp. 625-678, e, mais recentemente, Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, pp. 55-56, Mark Swatek-Evenstein, *Geschichte der Humanitären Intervention*, pp. 168-179, e Mike Sewell, “Humanitarian intervention, democracy and imperialism: the American war with Spain, 1898, and after” in: Brendan Simms & D. J. B. Trim (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, pp. 303-322. Não era a primeira vez que os Estados Unidos e a Espanha tinham um litígio ligado a Cuba, designadamente porque houve auxílio ou tolerância a movimentos independentistas com sede na Flórida.

¹⁶⁷ Michael Walzer, *Just and Unjust Wars. A Moral Argument with Historical Illustrations*, 3. ed, New York, BB, 2000, p. 102, e Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 34.

Congresso¹⁶⁸ e a alguns litígios de maior ou menor gravidade envolvendo a Espanha e Washington¹⁶⁹, interveio, derrotando as forças espanholas e promovendo a independência da Ilha¹⁷⁰, não sem garantir um período de domínio e concessões permanentes¹⁷¹, bem como a anexação de Porto Rico, Filipinas e Guam¹⁷².

Os Estados Unidos invocaram, dentre outras bases de menor importância¹⁷³, argumentos humanitários para justificar a sua intervenção¹⁷⁴. Em grande medida, essa correspondia aos factos presentes neste caso, até porque a atitude dos Estados Unidos foi de alguma contenção na reivindicação de qualquer título sobre Cuba, sem embargo de, como é natural, outras motivações concorrerem¹⁷⁵. Não eram, porém, suficientes

¹⁶⁸ Thomas Bayley, *A Diplomatic History of the American People*, 10. ed., Englewood Cliffs, P-H, 1970, pp. 451-464, e David Trask, "The American Presidency, National Security, and Intervention from McKinley to Wilson", *RIHM*, n. 69, 1990, pp. 290-316, esp. 294.

¹⁶⁹ Foram descobertas cartas do Embaixador espanhol nos Estados Unidos, Senhor Dupuy de Lôme, ofensivas ao Presidente e ocorreu uma explosão do navio de guerra *Maine* no Porto de Havana, atribuído pelas autoridades norte-americanas à Espanha (Veja-se comentários sobre estes casos em Louis le Fur, "Cronique des faits internationaux: Espagne et États-Unies", pp. 638-646).

¹⁷⁰ Que, aliás, já havia sido reconhecida ainda antes da intervenção como se pode atestar da leitura da 'Joint Resolution for the Recognition of the Independence of the People of Cuba [20 de Abril de 1898]' in: *American Historical Documents, 1000-1904*, pp. 440-441, mencionando curiosamente as "condições abomináveis (...) que chocam o senso moral do povo americano" e são "uma desgraça para a civilização cristã" (p. 440), e que os Estados Unidos renunciavam a "qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição, ou controlo sobre as ditas ilhas exceto para a dita pacificação e reforça a sua determinação, quanto isso se conseguir, de deixar o governo e controlo da Ilha ao seu Povo". Este e os documentos citados nas duas notas seguintes estão disponíveis em versão portuguesa em José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 142-151.

¹⁷¹ Na sequência da emenda Platt orientava-se os Estados Unidos a garantir das autoridades cubanas um direito de intervenção para a preservação da independência cubana, da manutenção de um governo adequado para a protecção da vida, propriedade e liberdade individual e para implementar as obrigações com respeito a Cuba impostas pelo Tratado de Paris aos Estados Unidos, agora a serem assumidas e executadas pelo Governo de Cuba" ('Transcript of the Platt Amendment [1903]', disponível em <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=55&page=transcript>, acesso 18 de junho de 2012).

¹⁷² Veja-se o 'Treaty of Peace between the United States of America and the Kingdom of Spain [10 de dezembro de 1898]' in: *American Historical Documents, 1000-1904*, pp. 442-449, art. II e III.

¹⁷³ Designadamente o ataque ao *Maine*, prejuízos comerciais causados aos Estados Unidos, protecção de nacionais, rejeitados por autores como Louis le Fur, "Cronique des faits internationaux: Espagne et États-Unies", pp. 659-663.

¹⁷⁴ De acordo com a mensagem presidencial de 11 de abril eram "causas humanitárias" que exigiam que se pusesse fim "às barbaridades, à efusão de sangue, à fome e à horrível miséria existente em Cuba" (Citado por Ibid., p. 665).

¹⁷⁵ O facto de os Estados Unidos terem permanecido três anos nas ilhas, parecendo ter como principal preocupação os interesses dos seus investidores, fez com que muitos autores questionassem o carácter realmente humanitário dessa operação (veja-se Michael Walzer, *Just and Unjust Wars. A Moral Argument with Historical Illustrations*, pp. 104-105; Thomas Franck & Nigel Rodley, "After Bangladesh: The Law of Humanitarian Intervention by Military Force", p. 284; e Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, p. 56). Outros entenderam que a verdadeira motivação dos Estados Unidos tinha sido os seus interesses económicos na ilha (Antoine Rougier, "La Theorie de Intervention d'Humanité", p. 503, e Louis le Fur, "Cronique des faits internationaux: Espagne et États-Unies", pp. 665-666 (sem embargo de aceitar a licitude das intervenções humanitárias – desde ela fosse coletiva, no sentido de envolver um conjunto de países – considerou que a sua invocação pelos Estados Unidos não foi mais do que um mero pretexto para justificar o que, na

para descaracterizar o caráter humanitário da operação militar¹⁷⁶ e a sua força como precedente¹⁷⁷.

15.2. O Constitucionalismo oitocentista e o controlo do uso internacional da força

O constitucionalismo novecentista¹⁷⁸ provavelmente não foi, como regra, e ressalvadas algumas exceções mais próximas do período revolucionário, tão progressista, pelo menos aos olhos contemporâneos, do que o que foi criado nos dois séculos anteriores¹⁷⁹, até porque todo o espírito reformista, independentista ou revolucionário que o enquadravam sofreu claros retrocessos ou simplesmente não se conseguiu propagar de forma efetiva. O que aconteceu no século XIX foi, no fundo, a tentativa de criar mecanismos de convivência entre a monarquia e alguma representação ‘popular’, através dos parlamentos na Europa (e Brasil), de mecanismos de controlo do poder pessoal que caracterizaram as experiências republicanas e de partilha do poder que marcaram os Estados Federais. No que diz respeito à guerra, salvo raras exceções, quando se estava perante um estado unitário monárquico, continuou a confiar-se a decisão da guerra e da paz ao Monarca; já perante uma república e/ou um Estado federal (ainda que monárquico), salvaguardava-se a intervenção dos parlamentos na autorização para uso externo das forças armadas, porém sem grande efetividade na maioria dos casos. No fundo, estes três modelos caracterizam o tratamento oitocentista do uso da força, com o sistema de governo e a organização político-territorial do Estado a determinarem os desenvolvimentos processuais. Foram especialmente importantes as constituições francesas que se seguiram ao período republicano e napoleónico e as que se desenharam na sua área de influência cultural e política, marcando a Europa do

verdade, não passava de uma conquista, além do que o número de óbitos havia sido largamente exagerados. Daí que, na sua opinião, se deveria desconsiderar a invocação desse caso)).

¹⁷⁶ E.g., Thomas Bayley, *A Diplomatic History of the American People*, p. 462, diz que foi a fundamentação mais forte.

¹⁷⁷ Segundo Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 34, nada simpatizante com essas intervenções, este terá sido o precedente mais importante do período antes da Carta das Nações Unidas; Ellery Stowell, *Intervention in International Law*, pp. 120-122; John Westlake, *International Law*, p. 320.

¹⁷⁸ No geral, ver Guiseppe Volpe, *Il costituzionalismo del Novecento*, Roma, Laterza, 2000; o período é abordado igualmente por Horst Dippel, *História do Constitucionalismo Moderno. Novas Perspectivas*, António Manuel Hespanha & Cristina Nogueira da Silva (trad.), Lisboa, FCG, 2007, e pelo trabalho seminal de R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, Cambridge, UK, CUP, 1995, cap. 8. A síntese também comparada de Mario Caravale, *Storia del diritto nell'Europa moderna e contemporanea*, Roma, Laterza, 2012, cap. v, vi A, é igualmente ilustrativa do panorama geral.

¹⁷⁹ Cf. Hans Vorländer, *Die Verfassung. Idee und Geschichte*, München, Beck, 1999, pp. 7-62, para a importância das experiências da Grã-Bretanha, Estados Unidos e França.

período¹⁸⁰, com tais valores gerais na sua base e o espírito codificador por detrás¹⁸¹. Isto porque abandonaram as noções populares radicais do período revolucionário e começaram precisamente a tentar, com avanços e recuos, um sistema de equilíbrio entre o monarca e o povo que, afinal, acabou por sucumbir na parte final do século.

15.2.1. A matriz francesa: entre liberdade real e controlos republicanos

No espaço francófono¹⁸², a Carta da Restauração de 1814, naturalmente esqueceu-se dos limites constitucionais quanto à guerra de conquista e concedeu o monopólio decisório em matéria de guerra ao monarca¹⁸³, um padrão que, grosso modo, vai ser seguido por todas as leis fundamentais monárquicas gaulesas dessa fase (1830¹⁸⁴; 1852¹⁸⁵/1870¹⁸⁶). Só os dois textos republicanos (o efémero de 1848 e o decisivo de 1875) é que reintroduziram, por um lado, as proibições setecentistas da guerra de conquista ou contra a liberdade de um povo¹⁸⁷, e, por outro, a participação parlamentar na declaração de guerra, uma linha que, no fundo, reproduz os principais modelos do período¹⁸⁸.

¹⁸⁰ Para aspectos desta influência, ver também os textos inseridos em Beatrix Jacobs; Raymond Kubben & Randall Lesaffer (eds.), *In the Embrace of France. The Law of Nations and Constitutional Law in the French Satellite States of the Revolutionary Period and Napoleonic Ages (1789-1815). Acts of the International Conference Held at Tilburg University on the 27 & 28 April 2006*, Baden-Baden, Nomos, 2008.

¹⁸¹ Cf. *Code Napoléon*, Paris, II, 1808, e, para a influência em Portugal, Mário Reis Marques, *Codificação e Paradigmas da Modernidade*, Coimbra, s.n., 2004; António Pedro Barbas Homem, *O Movimento de Codificação do Direito em Portugal no Século XIX. Aspectos Gerais*, Lisboa, AAFDL, 2007.

¹⁸² Ver igualmente R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 200-217.

¹⁸³ A fórmula era esta: “Article 14. - Le roi est le chef suprême de l’Etat, il commande les forces de terre et de mer, déclare la guerre, fait les traités de paix (...)” (‘Charte Constitutionnelle du 4 Juin 1814’ in: *Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République*, Ferdinand Mélin-Soucramanien (org.), Paris, Dalloz, 2009, pp. 195-206).

¹⁸⁴ A construção é igual, simplesmente consta de artigo diferente (“Article 13. - Le roi est le chef suprême de l’Etat; il commande les forces de terre et de mer, déclare la guerre, fait les traités de paix, (...)” (‘Charte Constitutionnelle du 14 Août 1830’ in: *Ibid.*, pp. 219-224).

¹⁸⁵ Nesta, apesar da utilização de forma jurídica similar, Luís Napoleão, que outorga a Constituição era um simples Presidente da República, daí a pequena diferença para o seu homónimo (“Article 6 - Le Président de la République est le chef de l’Etat; il commande les forces de terre et de mer, déclare la guerre, (...)” (‘Constitution du 14 Janvier 1852’ in: *Ibid.*, pp. 251-290; a limitação somente atingia, no sentido típico da tradição constitucional francesa, o regente, já que a declaração deveria ser precedida de deliberação do Conselho de Regência (‘Senatus-Consulte du 17 Juillet 1856 sur la régence de l’Empire’ in: *Ibid.*, art. 21).

¹⁸⁶ Continua a aproveitar-se a mesma redação: “Article 14. - L’empereur est le chef de l’Etat. Il commande les forces de terre et de mer, déclare la guerre, fait les traités de paix, (...)” (‘Senatus-consulte du 21 Mai 1870 fixant la Constitution de l’Empire’ in: *Ibid.*, pp. 283-290).

¹⁸⁷ Neste caso a de 1848: “[La France] n’entreprend aucune guerre dans des vues de conquête, et n’emploie jamais ses forces contre la liberté d’aucun peuple” (Pream., para. v) (‘Constitution du 4 Novembre 1848’ in: *Ibid.*, pp. 229-249).

¹⁸⁸ *Ibid.*, “article 54 - Il veille à la défense de l’Etat, mais il ne peut entreprendre aucune guerre sans le consentement de l’Assemblée nationale”, e ‘Lois Constitutionnelles de 1875’ in: *Ibid.*, pp. 291-300,

De resto, a influência francesa sobre o resto dos países europeus foi uma realidade desde o período revolucionário e continuou a sê-lo na fase da restauração, muito embora, neste caso concreto, sem grande influência sobre a distribuição do poder de declaração de guerra, tendo em vista a deriva autoritária que marca parte do período. A sul é de se destacar, no respeitante à questão que nos ocupa, a Espanhola de 1812, e a norte, a Belga de 1831, além das portuguesas e brasileiras e de outros países que pertenciam à comunidade internacional¹⁸⁹. A Constituição de Cádiz, mais antiga, e que tanta influência exerceu em Portugal e na América¹⁹⁰, a par de outros textos e tradições constitucionais como a francesa e a inglesa¹⁹¹, introduziu no constitucionalismo hispânico notórios e importantes desenvolvimentos em matéria de proteção de direitos e de defesa da própria Constituição¹⁹² e sistemas de governo que se entrecruzam com a temática deste escrito.

Porém, não se pode dizer que tenha inovado substantivamente em matéria de limitações materiais, divisão de poderes ou controlo do uso internacional da força. As disposições relevantes da primeira Constituição moderna espanhola não incidem de forma substantiva sobre as condições materiais que permitem utilizar a força no exterior, apesar do dispositivo referente às forças armadas dar a entender que ela se limitaria a situações defensivas¹⁹³. Acresce, não obstante, que o texto constitucional menciona alianças ofensivas, do que decorre que estas poderiam ser feitas pelo Reino e

especificamente a ‘Loi du 16 Juillet sur les rapports des pouvoirs publics’) “article 9. - Le Président de la République ne peut déclarer la guerre sans l’assentiment préalable des deux chambres”.

¹⁸⁹ Ver cap. 15.1.4.

¹⁹⁰ Veja-se, por todos, os trabalhos reunidos em Márcia Berbel & Cecília de Salles Oliveira (orgs.), *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*, São Paulo, Alameda, 2012, e Bartolomé Clavero, “Constitución de Cádiz y ciudadanía de México” in: Carlos Garriga (coord.), *Historia y Constitucionalismo hispano*, México, CIDE/IM/ECM/ELD/HICOES/ ECMex, 2010, pp. 141-172; Carlos Garriga, *Cádiz, 1812. La Constitución Jurisdiccional*, Madrid, CECons, 2007, e, em especial para o caso português, Isabel Banond de Almeida, *A ideia da liberdade em Portugal. Do contratualismo absolutista às sequelas do Trénio Vintista*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 1089 e ss, em especial a síntese, chamando a atenção para a influência dessa constituição, que reputou de negativa, tendo em vista a sua inadequação ao contexto, o seu radicalismo e à falta de ligação com os sentimentos da população portuguesa (pp. 1106-7).

¹⁹¹ Cf. Paulo Ferreira da Cunha, “Mythe et Constitutionnalisme au Portugal (1778-1826). Originalité ou influence française?”, C-RHTI, 2. Série, v. 13, 2000-2001, pp. 261-368. Um estudo cruzado do mesmo autor também pode ser útil para a compreensão dessas influências (cf. Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006, *passim*, pp. 196-203).

¹⁹² A propósito, Marta Lorente Sariñena, *Las infracciones a la Constitución de 1812. Un Mecanismo de Defensa de la Constitución*, Madrid, CECons, 1987.

¹⁹³ Assim redigida: “Habrá una fuerza militar nacional permanente, de tierra y de mar, para la defensa exterior del Estado y la conservacion del orden interior” (‘Constitución Promulgada em Cádiz a 19 Marzo de 1812’ in: *Las Constituciones Españolas en el Siglo XIX*, Madrid, LV, 1869, pp. 16-49, art. 356).

os efeitos eventuais da sua utilização fora do território serem inevitáveis¹⁹⁴. No que diz respeito ao poder de decisão acerca da feitura da guerra também não diferiu muito das restantes experiências do século XIX. Cabia exclusivamente ao Rei a decisão¹⁹⁵, solução que não só não foi alterada, antes consolidada, com as Constituições que se seguiram¹⁹⁶, particularmente porque o controlo parlamentar típico através da definição dos contingentes militares e do orçamento militar, desapareceram das constituições outorgadas.

A Lei Magna da Bélgica de 1831¹⁹⁷, referência frequente em estudos sobre Direito Constitucional Internacional como um desenvolvimento paradigmático¹⁹⁸, não incluía, na verdade, grandes constrangimentos ao uso internacional da força. Este poder decisório era do rei, que devia, tão-somente, caso os interesses de segurança do Estado o permitissem, informar e manter informada a Câmara¹⁹⁹. Neste particular estava muito próxima das que, atribuindo poderes de decisão e de declaração ao Rei, continham um dever de informação ao parlamento.

¹⁹⁴ Atribuía-se às Cortes, o poder de “Aprobar ántes de su ratificacion los tratados de alianza ofensiva, (...)” (Ibid., art. 131 (7)).

¹⁹⁵ “Declarar la guerra, y hacer y ratificar la paz, dando despues cuenta documentada á las Córtes” (Ibid., art. 171 (3)).

¹⁹⁶ Na realidade, a mesma fórmula de declaração de guerra aparece nas leis fundamentais de 1837, de 1845, de 1869 e de 1876, evidentemente com sistematização diferente (vide estes textos em Ibid., p. 45 e ss); para comentários e enquadramento, por todos, Francisco Fernández Segado, *Las Constituciones Históricas Españolas (Un análisis histórico-jurídico)*, 4. ed., Madrid, Civitas, 1982, *passim*, nos pontos em que vai discutindo os poderes e prerrogativas do Rei, e também Horacio Labastida, *Constituciones Españolas México*, FCE, 1994, *passim*.

¹⁹⁷ O artigo central que fazia referência aos *foreign affairs powers* era o 68, de acordo com o qual, “[1]. Le roi commande les forces de terre et mer, déclare la guerre, fait des traités de paix, d’alliance et de commerce. Il en donne connaissance aux chambres aussitôt que l’intérêt et la sûreté de l’État le permettent, en y joignant les communications convenables (...) (A partir da versão originária, ‘Constitution [Belge] du 7 Février 1831’, disponível na página da rede <http://mjp.univ-perp.fr/constit/be1831.htm#3b>, acesso a 9 de agosto de 2013); para comentários específicos, Paul de Vischer, “La Constitution Belge et le Droit International”, *RBDI*, n. 1, 1986, pp. 5-58, e, para o enquadramento geral, R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 230-241.

¹⁹⁸ Cf. Celso de Albuquerque Mello, *Direito Constitucional Internacional – Uma Introdução*, 2. ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2000, pp. 107-108, mas, na verdade, a contribuição mais notável ocorre em matéria de controlo parlamentar de celebração de tratados resultante do disposto nos outros parágrafos do mesmo artigo 68, de acordo com os quais “Les traités de commerce et ceux qui pourraient grever l’État ou lier individuellement les Belges n’ont d’effet qu’après avoir reçu l’assentiment des chambres. [3] Nulle cession, nul échange, nulle adjonction de territoire, ne peut avoir lieu qu’en vertu d’une loi”, (‘Constitution [Belge] du 7 Février 1831’), como, aliás, tivemos a oportunidade de discutir em José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional Através dos Tempos e a sua Influência sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: José Pina Delgado; Odair Barros Varela & Suzano Costa (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, p. 87.

¹⁹⁹ E, se houve alguma dúvida sobre o alcance desta norma, esta esteve mais relacionada a saber-se se o Rei tinha um poder de comando efetivo das forças armadas ou se meramente simbólico, mas nunca se concretamente seria ele a tomar a decisão final sobre a sua utilização no exterior (cf. O. Orban, *Le Droit Constitutionnel de la Belgique*, Liège/Paris, Dessain/ GeB, 1908, v. II, pp. 265-268).

15.2.2. A matriz imperial: entre controlos federados e liberdade imperial

É verdade que a França, por diversas vezes, resvalou para concepções imperiais, mas provavelmente o carácter nacional da sua comunidade política corresponderia à sua verdadeira natureza. Na Europa desse período as concepções mais consistentemente imperiais de organização interna foram adotadas na Alemanha e na Áustria. As soluções foram muito diferentes, tendo em vista que, ao passo que a última atribuía ao Imperador²⁰⁰, o poder de decisão em matéria de declaração de guerra, a da Alemanha, consistente com o seu caráter federalizante, contemplou soluções diferentes em relação às adotadas pelas demais monarquias europeias e asiáticas. No *Kaisereich*²⁰¹ cabia ao Imperador declarar a guerra²⁰². No entanto, fora dos casos de legítima defesa, somente depois de devidamente autorizado pelo Conselho Federal, o órgão de representação dos Estados federados²⁰³.

15.2.3. A matriz confederal e federal republicana: As repúblicas latino-americanas e a Confederação Helvética

Na América Latina, por sua vez, a predominância de regimes republicanos foi evidente²⁰⁴. A sua origem, na maior parte dos casos, resulta de processos militares de emancipação em relação a Madrid que decorrem em todo o primeiro quartel do século XIX²⁰⁵. Justas, como a maior parte das lutas de libertação nacional, não resultaram sempre em regimes estáveis e realmente comprometidos com o bem-estar de toda a

²⁰⁰ É o que se pode depreender da própria legislação constitucional vigente, nomeadamente a ‘*Loi fondamentale de l’État du 21 décembre 1867 sur l’exercice du pouvoir gouvernemental et exécutif*’, “Article 5: L’Empereur est le chef suprême de la force armée, déclare la guerre et conclut la paix” era a fórmula (disponível em <http://mjp.univ-perp.fr/constit/at1867-4.htm>, acesso a 1 de junho de 2015).

²⁰¹ Para o enquadramento geral, R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 217-229, e, especificamente, Anthony Carty, “The Evolution of International Legal Scholarship in Germany during the *Kaiserreich* and the *Weimarer Republik* (1871-1933)”, *GYIL*, v. 50, 2007, pp. 29-55.

²⁰² “Das Präsidium des Bundes steht dem Könige von Preußen zu, welcher den Namen Deutscher Kaiser führt. Der Kaiser hat das Reich völkerrechtlich zu vertreten, im Namen des Reichs Krieg zu erklären und Frieden zu schließen, Bündnisse und andere Verträge mit fremden Staaten einzugehen, Gesandte zu beglaubigen und zu empfangen” (v. *Verfassung des Deutschen Reiches: Mit dem Einführungs-Gesetz vom 16. April 1871*, H. Biester, L. von Rönne (org.), Berlin, Gutentag, 1871, art.11(2)).

²⁰³ “Zur Erklärung des Krieges im Namen des Reichs ist die Zustimmung des Bundesrathes erforderlich, es sei denn, daß ein Angriff auf das Bundesgebiet oder dessen Küsten erfolgt” (Ibid., art. 11 (3)).

²⁰⁴ Para um enquadramento geral, Roberto Gargarella, *Latin American Constitutionalism 1810-2010. The Engine Room of the Constitution*, Oxford, OUP, 2013, e, para o enquadramento de política externa, Jorge Esquirol, “Latin America” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 553-577.

²⁰⁵ Cf. Matthew Brown, ‘Spanish American Independence’ in: Thomas Benjamin (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, pp. 1048-1051, e David Armitage, “Declarations of Independence, 1776-2012” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 215-232, que dá muita atenção às declarações políticas.

população²⁰⁶. Muitas vezes dominados por caudilhos ou pelas elites *crioullas* nacionais²⁰⁷, não eram menos repressivos internamente e externamente belicosas do que as monarquias europeias do período, envolvendo vários conflitos, essencialmente fronteiriços, entre os seus principais Estados do ponto de vista militar e constitucional.

As experiências desses países nesta matéria são muito próximas, marcadas que são pela influência dos Estados Unidos e nalguns casos da França, do seu sistema de governo presidencialista e da sua organização federal²⁰⁸. As limitações substantivas aparecem, de forma pontual. Além de algumas cláusulas anticoloniais que, de resto, limitariam o poder do Estado de lançar guerras²⁰⁹, algumas inseriram normas interessantes, por exemplo, permitindo a punição pelo lançamento de guerra injusta (a Constituição do Equador de 1830²¹⁰), obrigando o Estado à tentativa de solução pacífica antes de poder fazer a guerra (as do Chile de 1823²¹¹ e de 1828²¹²), ou limitando a conceção constitucional das forças armadas à defesa (a Colombiana de 1823²¹³ e as seguintes).

Em relação às competências é que houve maior uniformidade, com a adoção generalizada do mesmo modelo de autorização e declaração de guerra. O Presidente, na qualidade de comandante supremo das forças armadas é o órgão competente para

²⁰⁶ Roberto Gargarella, *Latin American Constitutionalism 1810-2010. The Engine Room of the Constitution*, *passim*, e Anthony Pagden, “Cambiar su Ser. Reform to Revolution in the Political Imaginary of the Ibero-American World” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 174-200.

²⁰⁷ Roberto Gargarella, *Latin American Constitutionalism 1810-2010. The Engine Room of the Constitution*, p. 1.

²⁰⁸ *Ibid.*, pp. 1-4.

²⁰⁹ Assim a considerada primeira constituição mexicana: “Ninguna nación tiene derecho para impedir a otra el uso libre de su soberanía. El título de conquista no puede legitimar los actos de la fuerza: el pueblo que lo intente debe ser obligado por las armas a respetar el derecho convencional de las naciones” (art. 9º) (‘Constitución de Apatzingán [1914]’ in: *Las Constituciones de México 1814-1991*, México, CdDip, 1991, pp. 46-65).

²¹⁰ Assim, a ‘Constitución de Ecuador de 1830’ in: Nelson Chávez Herrera (comp.), *Primeras Constituciones de Latinoamérica y Caribe*, Caracas, FBA/ BCV, 2010, pp. 364-378, prevendo que “La responsabilidad del Jefe del Estado se contrae en los delitos siguientes (...) provocar una guerra injusta” (art. 36 (2), continuando a fórmula na ‘Constitución de la República de Ecuador [10 Marzo 1861]’ in: Justo Arosomena (org.), *Constituciones políticas de la América Meridional*, Havre, ILA, 1870, t. II, art. 68.

²¹¹ Vide (‘Constitución Política del Estado de Chile de 1823’, “Artículo 231. La Nación chilena jamás se declara en estado de guerra sin convidar previa y públicamente a sus enemigos a la conciliación, por medio de plenipotenciarios o por el arbitraje de alguna potencia. Desde el momento que reconozca alguna intención hostil, o acto agresivo, hace esta invitación; y entretanto el Director toma las medidas de defensa con consulta del Senado, procediendo después a la declaración de agresión o guerra en la forma constitucional cuando ésta se verifique” (v. infra).

²¹² Assim redigida na parte relevante: “(...) después de emplear los medios de evitarla sin menoscabo del honor e independencia nacional” (art. 83 (9)).

²¹³ ‘Constitución Política de la República de Colombia 29 Abril 1830’ in: *Constituciones Iberoamericanas. Colombia, México, Néstor Osuna Patiño* (org.), IJ, UNAM, 2006, art. 104 (o objetivo de defender ‘a independêcia e a liberdade da República), disposição que se mantém na de 1832 (ver infra, art. 170).

declarar a guerra, porém somente depois de autorizado pelo parlamento ou, o contrário, o próprio Parlamento declara a guerra sob proposta do Chefe de Estado. É o que se nota das constituições oitocentistas da Argentina²¹⁴, Chile²¹⁵, Equador²¹⁶, México²¹⁷ e Uruguai²¹⁸.

²¹⁴ ‘Constitucion de las Provincias Unidas en Sud America de 1819 [22 de abril]’ in: *Constituciones Iberoamericanas. Argentina*, Néstor Pedro Sagües (org.), México, IIJ, UNAM, 2005 (CD-ROM), art. 32 (compete ao congresso declarar a guerra) e 69 (publica a guerra, forma e dirige o exército); ‘Constitución de Argentina del 24 de Diciembre de 1826’ in: *Ibid.*, art. 40 (o congresso declara a guerra ouvido o executivo), 86 (dirige como comandante supremo), 88 (prepara-se e executa), com mudança de sistema na ‘Constitución de la Confederación Argentina [1 de Mayo de 1853]’ in: *Ibid.*, art. 64 (21) (compete ao Congresso autorizar o poder executivo a declarar a guerra), 83 (18) (o Presidente declara a guerra), que continha ainda regras contra exércitos provinciais e guerras entre as unidades territoriais do país (arts. 105-106).

²¹⁵ A tradição Chilena foi desde o seu ‘Proyecto de Constitución Provisoria para el Estado de Chile de 1818’ in: *Constituciones Iberoamericanas. Chile*, Humberto Nogueira Alcalá (org.), México, IIJ, UNAM, 2005, CD-ROM, submeter a declaração de guerra a autorização preliminar do poder legislativo, neste caso o Senado, e de usar as forças armadas fora do território nacional (*Ibid.*, art. 4), cabendo ao poder executivo, então denominado de ‘Director General’ executá-lo (*Ibid.*, tit. IV). Na Constituição de 1822, o poder de declaração de guerra é atribuído ao Congresso sob proposta do poder executivo (‘Constitución Política del Estado de Chile de 1822’, art. 47 (3)), o mesmo ocorrendo com o poder de empregá-las fora do Estado (art. 47 (11)). Com alterações, a de 1823, dava poderes de declaração ao Director Ejecutivo (‘Constitución Política del Estado de Chile de 1823’, art. 18 (6)), precedendo consentimento da Câmara Nacional e aprovação do Senado (*Ibid.*, art. 43; 69 (2)); a ‘Constitución Política de la República de Chile’ de 1828 (in: *Ibid.*), poderia parecer alterar ligeiramente a lógica, no sentido de, ao invés de poderes de autorização, o poder legislativo, o Congresso, passava a ter poderes de ratificação, quando, pelo artigo 46 (6) estipulava que a esse órgão cabia “Aprobar o reprobar la declaración de guerra que el Poder Ejecutivo haga, (...)”, mas a consequência para o poder simétrico do Presidente continuava a expressar o mesmo sentido tradicional de autorização ao prever que cabe ao Poder executivo, já chamado de Presidente da República “9º. Declarar la guerra, previa la resolución del Congreso (...)” (*Ibid.*, art. 83), modelo que é mantido, mas clarificado, pela sua última constituição oitocentista, a de 1833, em que, mais uma vez, cabia ao Congresso “aprobar o reprobar la declaración de guerra” (‘Constitución Política de la República de Chile’ de 1833 in: *Ibid.* art. 36 (2)) e ao Presidente “declarar la guerra com previa aprobación del Congreso, (...)” (*Ibid.*, art. 82 (18)). Veja-se a contextualização e o tratamento dinâmicos em Diego Valadés, “Las constituciones chilenas: de la independencia al siglo XXI” in: *Ibid.*, pp.1-127, 1-22

²¹⁶ ‘Constitución de Ecuador de 1830’, “art. 26. Las atribuciones del Congreso son: (...) 6. Decretar la guerra en vista de los informes del Gobierno, (...)”, continuando inalterada mais tarde na ‘Constitución de la República de Ecuador [10 Marzo 1861]’, em que se submete ao Congresso o poder de decretar (art. 39 (10) e ao Presidente da República de declarar (art. 60 (10)).

²¹⁷ Na generalidade, a ‘Constitucion de los Estados Unidos Mexicanos [4 de Octubre 1824]’ in: *Las Constituciones de México 1814-1991*, pp. 76-94, art. 50, prevê que “Las facultades exclusivas del Congreso general son las siguiente: (...) XVI. Decretar la guerra en vista de los datos que le presente el Presidente de los Estados-unidos (...); XXII. Permitir o no la salida de tropas nacionales fuera de los límites de la República, e o artigo 110, que “Las atribuciones del Presidente son las que siguen (...) XII. Declarar la guerra en nombre de los Estados-unidos mexicanos, previo decreto del Congreso general; (...)”, com as originais e centralizadoras ‘Leyes Constitucionales de Diciembre 29 1836’ in: *Ibid.*, pp. 96-125, a não alterar substancialmente as coisas, continuando a estipular que “Art. 17. Son atribuciones del presidente de la república: XVIII. Declarar la guerra en nombre de la nación, previo el consentimiento del congreso, (...) e que: “Art. 44. Corresponde al congreso general exclusivamente: IX. Decretar la guerra, (...)”, e as ‘Bases de la Organización Política de la República Mexicana de 1843’ in: *Ibid.*, pp. 128-150, que estipulava, com ligeiras alterações de redação o mesmo, ou seja, que “Son facultades del Congreso: (...) XI. Decretar la guerra por iniciativa del Presidente” (art. 66)” e que “Corresponde al Presidente de la República: (...) XXI. Declarar la guerra en nombre de la Nacion, (...)” (art. 87).

²¹⁸ ‘Constitución de 1830’ in: *Constituciones Iberoamericanas. Uruguay*, Héctor Gross Espiell & Eduardo Esteva Gallichio (orgs.), México, IIJ, UNAM, 2005 (CD-ROM), art. 17(7) e 81, o único texto constitucional do país platino nesse período histórico.

Normalmente, as derivações mais pronunciadas em relação ao modelo aparecem nas denominadas ‘primeiras constituições’²¹⁹. A da Confederação da Venezuela de 1811 tinha uma fórmula diferente, embora substantivamente não se afastasse tanto da tradição, já que se estabelecia explicitamente a distinção entre guerras defensivas imprevistas, em que a decisão cabia ao Presidente, mas a continuidade ao Congresso, e outros tipos de guerra, mormente fora do território em que a autorização seria competência exclusiva deste órgão²²⁰. Já as constituições da segunda metade do século manifestavam claramente a linha tradicional, com o Congresso a aprovar²²¹ e o Presidente a declarar²²², porém, começa a sedimentar-se também uma prática que se observa nos Estados federalizados do Norte²²³ de proibição de intervenção armada de forças da União federal ou de outros Estados nos seus congêneres por questões domésticas²²⁴.

Uma questão que não deixa de estar ligada à experiência próxima da Colômbia em que a autonomia das províncias ou Estados levou, nalguns casos, a desenvolvimentos próprios²²⁵. Se o padrão apontado foi seguido pelas constituições de 1821²²⁶, 1830²²⁷, 1843²²⁸ e 1853²²⁹, e se as outras, do ponto de vista externo, se mantiveram estáveis, foram, no entanto, introduzindo alguns aspetos excepcionais relacionados com as unidades administrativas ou políticas que compunham o Estado. A de 1832 já tinha uma norma desta natureza²³⁰, mas não teve sequência. Já os projetos

²¹⁹ Ver os textos normativos em Nelson Chávez Herrera (comp.), *Primeras Constituciones de Latinoamérica y Caribe*, *passim*.

²²⁰ ‘Constitución Federal para los Estados de Venezuela [21 de Diciembre de 1811]’ in: *Ibid.*, pp. 220-260: “Aunque por una consecuencia de estos principios puede hacer una guerra defensiva para repeler cualquier ataque imprevisto, no podrá continuarla sin el consentimiento del Congreso, que convocará inmediatamente, si no se hallare reunido, y nunca podrá, sin este consentimiento, hacer guerra fuera del territorio de la Confederación” (art. 101).

²²¹ ‘Constitución de Estados Unidos de Venezuela [28 de Marzo de 1856]’ in: Justo Arosomena (org.), *Constituciones políticas de la América Meridional*, t. II, pp. 298-328, art. (43 (15)).

²²² *Ibid.*, art. 72 (14)

²²³ Ver *infra* o caso da Colômbia.

²²⁴ ‘Constitución de Estados Unidos de Venezuela [28 de Marzo de 1856]’, art. 101.

²²⁵ Complementarmente, Diego Valadés, “Introducción Histórica” in: *Constituciones Iberoamericanas. Colombia*, pp. 1-29, 1-20.

²²⁶ ‘Constitución Política de la República de Colombia de 1821’, in: *Ibid.*, art. 55 (16) (compete ao poder legislativo decretar a guerra) e 119 (compete ao presidente declará-la).

²²⁷ ‘Constitución Política de la República de Colombia [29 Abril 1830]’ in: *Ibid.*, arts. 36 (11) e 85 (6).

²²⁸ A de 1843 fala de autorização (art. 67 (9)), abrangendo qualquer tipo de guerra, e comete ao Presidente o poder de a declarar (‘Constitución Política de la República de la Nueva Granada [20 de Abril 1843]’ in: *Ibid.*, art. 102 (3))

²²⁹ A mais enxuta ‘Constitución Política de la República de la Nueva Granada [20 de Mayo de 1853]’ in: *Ibid.*, (art. 34 (5)), seguiu pelo mesmo caminho.

²³⁰ ‘Constitución Política del Estado de la Nueva Granada [29 Febrero de 1832]’ in: *Ibid.*, arts. 74(13) e 106 (5), com a divisão tradicional de poderes entre o Congresso e o Presidente, no entanto admitindo-se

confederativos e federativos de meados do século introduziram alguns aspetos novos, pois a Constituição de 1858, conferia poderes à Confederação, para além de garantir a defesa externa²³¹ de acordo com o esquema tradicional²³², também restabelecer a paz entre os membros²³³. Por sua vez a Lei Fundamental que estabeleceu os Estados Unidos em 1863 inseriu um federalismo musculado, que, apesar de proibir taxativamente a guerra entre as unidades, e a submissão de contendas aos órgãos federais²³⁴, não só fazia preceder autorização parlamentar para o Presidente declarar e fazer a guerra externa²³⁵, como para empreender a chamada intervenção federal nos Estados, ao que, ainda se acrescentava um dever de solução pacífico no último caso²³⁶. Neste caso, não é no quadro de intervenção externa, mas na guerra civil interna, que a Constituição da Colômbia coloca a questão do respeito por práticas humanitárias, indubitavelmente influenciada pelo Direito Internacional do período para o qual explicitamente remete²³⁷. Abandonada a experiência federativa, com a reconstituição do Estado Unitário pela Constituição de 1886²³⁸, o sistema tradicional manteve-se, desta feita centralizando no Senado a autorização de intervenção²³⁹, e a sua declaração ao Presidente, no entanto, permitindo-se que este a faça caso se mostrar urgente repelir agressão estrangeira²⁴⁰.

Também nota-se alguma variação na primeira Constituição do Peru²⁴¹, quando permitiu que o Senado Conservador pudesse fazer a declaração ao invés do Presidente²⁴², num quadro em que a força armada podia ser claramente usada acaso

explicitamente (art. 174) o uso da Guarda Nacional submetida ao comando dos governadores sem autorização do Congresso em caso de ‘invasión exterior repentina’.

²³¹ ‘Constitución Política de la Federación Granadina [22 de Mayo de 1858]’ in: Ibid., art. 15 (3).

²³² No esquema tradicional de autorização do Congresso e declaração pelo Presidente (Ibid., ‘arts. 29 (8); 43 (5)).

²³³ Ibid., art. 15 (10).

²³⁴ ‘Constitución Política de los Estados Unidos de Colombia [8 de Mayo 1863]’ in: Ibid., art. 8 (8).

²³⁵ Ibid., arts. 49; 66 (5).

²³⁶ Ibid., art. 19.

²³⁷ Ver Ibid., “Artículo 91.- El Derecho de gentes hace parte de la Legislación nacional. Sus disposiciones regirán especialmente en los casos de guerra civil. En consecuencia, puede ponerse término a ésta por medio de Tratados entre los beligerantes, quienes deberán respetar las prácticas humanitarias de las naciones cristianas y civilizadas”.

²³⁸ ‘Constitución Política de la República de Colombia [4 de Agosto de 1886]’ in: Ibid., art. 1º.

²³⁹ Ibid., art. 98 (9).

²⁴⁰ Ibid., art. 120 (11).

²⁴¹ Cf. ‘Ley de 12 Noviembre de 1821’ in: Ibid., pp. 313-339, de acordo com qual “Son facultades exclusivas del Congreso (...) 6. Decretar la guerra con presencia de las instrucciones del Poder Ejecutivo, y requerir a éste para que negocie la paz”; e de “Declarar la guerra a consecuencia de la resolución del Congreso” (art. 80 (4)). No entanto, a meio do Século já se tinha abandonado a intervenção declaratória desse órgão, cabendo ao Congresso apenas decidir (“resolver”) sobre a declaração (Vide ‘Constitución de la República Peruana [13 de Noviembre 1860]’ in: Justo Arosomena (org.), *Constituciones políticas de la América Meridional*, pp. 5-34, art. 59 (15).

²⁴² Assim, essa lei fundamental, de acordo com a qual cabia ao Senado Conservador, “3. Convocar a Congreso extraordinario, si fuere necesario; declarar la guerra o hacer tratados de paz, o, en otras

estivesse em jogo a segurança do país²⁴³. O mesmo se passa com a primeira do Paraguai, com o seu modelo consular, em última instância remanescente das instituições romanas antigas, em que os titulares nomeados – os cônsules Francia e Yegros – que tinham poderes gerais para tratar de “qualquer negócio do Governo”²⁴⁴, se encarregavam de tomar a decisão e de conduzir a guerra, e com a primogénita da Bolívia²⁴⁵.

O caso do México foi, nalguns casos, além disso²⁴⁶. A Lei Básica de 1814, de facto, graças ao contexto revolucionário e certas características de descentralização, ao invés dos órgãos que viriam, mais tarde, a marcar a experiência constitucional mexicana, tinham feições próprias, nomeadamente passando pela existência de um Governo Supremo, a quem cabia “publicar a guerra” depois desta ser decretada pelo Congresso Nacional²⁴⁷. A Constituição de 1857, a última do século XIX, também desviava-se ligeiramente do padrão, não no tocante ao processo de aprovação, que se

circunstancias de igual gravedad, o cuando para ello lo excitare el Poder Ejecutivo; (...) (Ibid., art. 90 (3)). No entanto, a meio do Século já se tinha abandonado a intervenção declaratória desse órgão, cabendo ao Congresso apenas decidir (“resolver”) sobre a declaração (Vide ‘Constitución de la República Peruana [13 de Noviembre 1860]’ in: Justo Arosomena (org.), *Constituciones políticas de la América Meridional*, pp. 5-34, art. 59 (15)).

²⁴³ ‘Ley de 12 Noviembre de 1821’, art. 166: “El destino del ejército de línea es defender la seguridad exterior de la república, y se empleará donde ésta pueda ser amenazada”.

²⁴⁴ Assim, a ‘Constitución de 1813’ in: Nelson Chávez Herrera (comp.), *Primeras Constituciones de Latinoamérica y Caribe*, pp. 409-412, “Art. 12. Se deja al arbitrio y prudencia de los dos cónsules el arreglar de común acuerdo y conformidad todo lo concerniente al mejor despacho y expediente de todos los negocios de Gobierno en todos sus ramos (...)”. Os textos constitucionais subsequentes já se adequaram ao padrão relatado, nomeadamente nos casos da Lei Fundamental de 1844, que permitia ao Presidente dar a ‘publicidade’ da guerra (‘Ley de Administración Política de 1844 [16 Marzo]’ in: Miguel Ángel Pancrazio (comp.), *Las Constituciones de Paraguay*, Asunción, Intercontinental, 2010, tit. vii, art. 9), depois de decretada pelo Congresso (Ibid., tit. III, art. 3), solução também consagrada na ‘Constitución de 1870 [24 de Noviembre]’ in: Ibid., nos artigos 102 (16) (prevendo a declaração de guerra pelo Presidente) e 72 (18) (autorizar a fazer a guerra) e 72 (21) (autoriza a usar a força fora do território nacional).

²⁴⁵ Embora, excessivamente complexa, a ‘Constitución de [Bolívia] de 1825’ in: Nelson Chávez Herrera (comp.), *Primeras Constituciones de Latinoamérica y Caribe*, pp. 340-364, estipula que a Câmara dos Tribunales tinha iniciativa para fazer a guerra e a paz sob proposta do governo, no sentido de dar início ao proceso legislativo que ainda passava pelas outras duas câmaras e pelo Chefe de Estado (art. 43(9)), e que cabia ao Presidente “9. Disponer de la fuerza permanente de mar y tierra, para la defensa exterior de la república; (...)” (art. 83 (9)) e “17. Declarar la guerra en nombre de la república, previo el decreto del cuerpo legislativo”; (...)”.

²⁴⁶ Para comentário gerais sobre esta experiência, Emílio Rabasa, *Historia de las Constituciones Mexicanas*, México, UNAM, 2000.

²⁴⁷ A chamada ‘Constitución de Apatzingán [1814]’ in: *Las Constituciones de México 1814-1991*, pp. 46-65, estipulava que cabia ao Congresso Nacional, “Decretar la guerra, y dictar las instrucciones bajo de las cuales haya de proponerse o admitirse la paz” (art. 108) e ao ‘Supremo Gobierno’, privativamente, “Publicar la guerra y ajustar la paz” (art. 159) e “Organizar los ejércitos y milicias nacionales. Formar planes de operación: mandar ejecutarlos: distribuir y mover la fuerza armada, a excepción de la que se halle bajo el mando del Supremo Congreso, con arreglo al Artículo 47” (art. 160).

manteve estável²⁴⁸, mas, sobretudo por permitir aos Estados fazerem a “guerra contra os bárbaros” nos Estados fronteiriços²⁴⁹ ligado ao desenvolvimento de direito e práticas de *hot pursuit* com os Estados Unidos na segunda metade do século XIX²⁵⁰, e, em casos de urgência, devendo, no entanto, dar conhecimento ao Presidente da República²⁵¹, para que tomasse as providências devidas, mormente pedir autorização ao Congresso.

A Confederação Helvética²⁵² também verteu para leis fundamentais a sua peculiar organização política que, na parte referente à guerra e forças armadas, foi congeminada na perspectiva de se garantir o equilíbrio dos poderes federais e dos cantonais e os poderes do legislativo e do executivo, consolidando o constitucionalismo suíço em 1848 e em 1874, a solução da reserva do poder de decidir sobre a guerra, atribuição das câmaras da Assembleia Federal²⁵³.

15.2.4. As soluções constitucionais portuguesas e brasileiras

As Constituições portuguesas do período²⁵⁴, com as suas vicissitudes, intermitências e problemas de implantação²⁵⁵, num século importante para o

²⁴⁸ Assim a ‘Constitución de 1857 con sus Adiciones y Reformas hasta al Año de 1901’ in: *Las Constituciones de México 1814-1991*, pp. 161-222, prevendo que “El congreso tiene facultad: (...) XIV. Para declarar la guerra en vista de los datos que le presente el Ejecutivo” (art. 72) e que “Las facultades y obligaciones del presidente, son las siguientes: (...) VIII. Declarar la guerra en nombre de los Estados- Unidos Mexicanos, previa ley del congreso de la Union” (art. 85)

²⁴⁹ “Los Estados no pueden en ningún caso: I. Celebrar alianza, tratado ó coalicion con otro Estado, ni con potencias extranjeras. Exceptúase la coalición, que pueden celebrar los Estados fronterizos, para la guerra ofensiva ó defensiva contra los bárbaros” (Ibid., art. 111).

²⁵⁰ E.g., Nicholas Poulantzas, *The Right of Hot Pursuit in International Law*, 2. ed., The Hague, MN, 2002, pp. 13-15.

²⁵¹ De acordo com o artigo 112 “Tampoco pueden, sin consentimiento del congreso de la Union: (...) III. Hacer la guerra por sí á alguna potencia extranjera. Exceptúanse los casos de invasion ó de peligro tan inminente que no admita demora. En estos casos darán cuenta inmediatamente al presidente de la República”.

²⁵² O contexto e a evolução geral são apresentados por R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 241-243.

²⁵³ “Les affaires de la compétence des deux conseils sont notamment les suivantes: “(...) 6. Les mesures pour la sûreté extérieure, ainsi que pour le maintien de l’indépendance et de la neutralité de la Suisse; les déclarations de guerre et la conclusion de la paix; (...)” (*Texte Officiel de la Constitution Fédérale Suisse et des XXV Constitutions Cantonales en Vigueur*, 2. ed., Fribourg, Marchand, 1857, art. 74(6), e ‘Constitution Fédérale du 29 Mai 1874’ in: *Les Constitutions Modernes. Recueil des Constitutions en vigueur dans les divers États d’Europe, d’Amérique et du monde civilisé*, 3. ed., F. Dareste & P. Dareste (org.), Paris, Challamel, 1910, t. I, pp. 536-569, art. 85 (6)).

²⁵⁴ No geral, ver o clássico estudo introdutório de Marcello Caetano, *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1968, pp. 11-117, e J. Joaquim Gomes Canotilho, “As Constituições” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 125-139; para a discussão das do século XIX, Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, pp. 163-175, bem como a síntese de Ana Maria Belchior, “Do constitucionalismo monárquico ao constitucionalismo republicano português” in: id., (org.), *As Constituições Republicanas Portuguesas. Direitos Fundamentais e Representação Política [1911-2011]*, Lisboa, MS, 2013, pp. 1-14.

desenvolvimento do Direito lusitano²⁵⁶ no geral e do constitucionalismo português em particular²⁵⁷, também trataram desta questão, particularmente ao nível da divisão de poderes entre o Rei (e, mais tarde, o Presidente da República), o governo e as Cortes/Assembleia. As Constituições monárquicas do século XIX, incidiram sobretudo neste ponto, tentando criar um equilíbrio entre os órgãos nesta matéria, mas concebendo um sistema de defesa externa com claro predomínio do Monarca, o qual, de acordo com a Constituição de 1822, tinha poderes para fazer a guerra e a paz, limitando-se a existir um dever de dar ‘conta’ dos motivos que tivesse para tal²⁵⁸. As duas outras constituições, menos liberais, por maioria de razão, não submeteram o uso da força a autorização preliminar, havendo somente da parte do monarca, na melhor das hipóteses, um dever de informação ao parlamento. De acordo com a Constituição de 1826, cabia ao rei informar somente aquilo que, à luz da interpretação, fosse “compatível com os interesses e segurança do Estado”²⁵⁹, além do que o seu papel constitucional deveria ser reforçado por uma competência geral de “prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição”²⁶⁰. Apesar da fórmula

²⁵⁵ Ver o enquadramento político e as dinâmicas políticas em Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As Invasões Liberais e a Afirmação das Ideias Liberais”; Isabel Nobre Vargues, “O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: a Revolução de 1820”; id. & Luís Reis Torgal, “Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”; António Martins da Silva, “A Vitória Definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo”; Maria Manuela Tavares Ribeiro, “A Restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e Anti-Cabralismo” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, v. V, pp. 21-100.

²⁵⁶ No geral, Mário Júlio Almeida Costa, *História do Direito Português*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 1996, pp. 387-480, uma das melhores exposições do Direito oitocentista português.

²⁵⁷ Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, passim, e, em especial, António Manuel Hespanha, *Direito, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004.

²⁵⁸ Assim, o artigo 123, XIII, de acordo com o qual, “Especialmente competem ao Rei as atribuições seguintes: declarar a guerra, e fazer a paz; dando às Cortes conta dos motivos que para isso tiver” (‘Constituição de 23 de Setembro de 1822’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 5. ed., Lisboa, Petrony, 2004, pp. 29-76). Neste particular, ver a evolução lusitana em António Araújo, “Competências constitucionais relativas à Defesa Nacional: as suas implicações no sistema de governo” in: Jorge Miranda & Carlos Blanco de Moraes (coords.), *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2000, p. 149 e ss. Havia, porém, algum controlo sobre os tratados militares e de defesa, pois de acordo com a ‘Constituição de 23 de Setembro de 1822’, pp. 29-76, art. 103, cabe às “(...) Cortes, sem dependência da sanção Real, (...) aprovar os trabalhos da aliança ofensiva ou defensiva, de subsídios, e de comércio, antes de serem ratificados” (para. VI).

²⁵⁹ Assim, a ‘Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 78-102, que no seu artigo 75, estipulava que são principais atribuições do Rei “(...) Declarar a Guerra, e fazer a Paz, participando à Assembleia as comunicações, que foram compatíveis com os interesses e segurança do Estado” (para. 9).

²⁶⁰ *Ibid.*, art. 75, para. 15.

de 1822, mais estrita, ter sido recuperada pela Constituição de 1838²⁶¹, no quadro compromissório que lhe deu origem²⁶², e se tenha inibido o poder de comando direto das forças armadas pelo rei²⁶³, ainda que numa situação em que se lhe concedia um poder de “empregar a Força Armada como entender mais conveniente ao bem do Estado”²⁶⁴, a sua aplicação foi efémera. Deu-se o retorno à de 1826, a que permaneceu mais tempo em vigor²⁶⁵ e que se aplicou até à mudança da forma de governo, uma vez que o controlo parcial das Cortes sobre a celebração de tratados foi reintroduzida em 1852²⁶⁶, o mesmo não aconteceu com a guerra.

Desenvolvimentos substantivos somente ocorreram com o advento da República²⁶⁷ e com a Constituição de 1911²⁶⁸, também marcada por uma existência

²⁶¹ Em redação ligeiramente modificada, diz-se que “Compete também ao Rei (...) Declarar a guerra e fazer a paz, dando conta às Cortes dos motivos que para isso teve” (art. 82, XIII) (‘Constituição de 4 de Abril de 1838’ in: Ibid., pp. 119-144).

²⁶² Cf. Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, p. 328.

²⁶³ De acordo com a ‘Constituição de 4 de Abril de 1838’, art. 83, IV, o “Rei não pode comandar a Força Armada, ou nomear para Comandante em Chefe o Príncipe Real, ou os Infantes”. A obra de João de Sande Mexia Salema, *Princípios de Direito Político Aplicados à Constituição Política da Monarquia Portuguesa ou a Theoria Moderada dos Governos Monarchicos Constitucionaes Representativos*, Coimbra, IT, 1841, apesar do título, não chega a tratar destas questões.

²⁶⁴ ‘Constituição de 4 de Abril de 1838’, art. 82, VII.

²⁶⁵ A este respeito, Jorge Miranda, “As Constituições Portuguesas” in: id., (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 7-19, e, para o preceito em causa, José Tavares, *O Poder Governamental no Direito Constitucional Português*, Coimbra, IAcad, 1909, pp. 167-168.

²⁶⁶ No caso concreto, o artigo 10º do ‘Acto Adicional de 5 de Julho de 1852’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 103-109, veio a dar nova redação ao parágrafo oitavo do artigo 75: “Todo o tratado, concordata e convenção, que o Governo celebrar com qualquer potência estrangeira será, antes de ratificado, aprovado pelas Cortes em sessão secreta”. Comenta-o o conhecido constitucionalista oitocentista português, José Joaquim Lopes Praça, *Direito Constitucional Português* [1879], Coimbra, Coimbra Editora, 1997, para. 106. Note-se que o artigo 75 § 8, limitava os tratados que exigiam prévia aprovação das Cortes, ao estipular que “o Rei é o Chefe do Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: “Fazer Tratados de Aliança ofensiva e defensiva, de Subsídio, e Comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento das Cortes Gerais, quando o interesse e segurança do Estado o permitirem. Se os Tratados concluídos em tempo de paz envolverem cessão, ou troca de Território do Reino, ou de Possessões, a que o Reino tenha direito, não serão ratificados, sem terem sido aprovados pelas Cortes Gerais” (‘Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 78-102).

²⁶⁷ Ver Rui Ramos, “A Segunda Fundação (1890-1926)” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, s.l., EE, 2001, v. VI, Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República!: 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009, e, especificamente sobre a transição, Amadeu Carvalho Homem, “O Avanço do Constitucionalismo e a Crise da Monarquia Constitucional” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, v. V, pp. 109-121.

²⁶⁸ Para o período, por exemplo, Marnoco e Sousa, *Constituição Política da República Portuguesa. Comentário* [1913], J. J. Gomes Canotilho (org.), Lisboa, INCM, 2011, *passim*; Mário de Almeida Costa & Rui Figueiredo Marcos, *A Primeira República no Direito Português*, Coimbra, Almedina, 2010, para uma introdução aos desenvolvimentos jurídicos do período, Jorge Miranda, Entrada ‘Constituição de 1911’ in: *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, AR, 2013-2014, pp. 890-897, e Soares Martínez, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais* [1910-1926], Lisboa, Verbo, 2001, para os aspetos ligados à política externa; Alguns apontamentos muito genéricos são feitos por Cristina Queiroz, “A República e o Direito Internacional”, *RFDUP*, v. VIII, 2011, pp. 9-30, e textos

turbulenta²⁶⁹, nomeadamente no domínio político-jurídico²⁷⁰, e por conflitos políticos e eclesiásticos²⁷¹. Fortemente marcada pelos acontecimentos internacionais do período²⁷² e inspirada nos desenvolvimentos do Direito de Guerra promovidos pelas Convenções de Haia, para o qual Portugal muito contribuiu²⁷³, a Constituição adotou o princípio da ‘arbitragem’, concebendo-o como o melhor meio de dirimir “as questões internacionais”²⁷⁴, e reiterando que a guerra só podia ser feita depois de se ter tentado recorrer àquele e esta tivesse falhado.

Dentro do quadro híbrido com que o seu sistema de governo foi desenhado²⁷⁵, submeteu-se decisões sobre o emprego de forças militares a uma autorização do Congresso da República, com exceção dos casos de urgência, nomeadamente os que envolvessem agressão iminente ou efetiva por forças estrangeiras²⁷⁶. De resto, em relação às chamadas províncias ultramarinas, respondia-se à pressão das grandes potências, explicitando-se que “a Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre outro qualquer território”²⁷⁷, o que, por maioria de razão, se aplicava ao

de interesse encontrados em Luciano Amaral (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, E70, 2011.

²⁶⁹ Por todos, Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, pp. 359-361, lembrando que, em diversos momentos da sua vigência formal, até 1933, era inexistente do ponto de vista material.

²⁷⁰ Veja-se um enquadramento em António de Araújo & Mário Bigotte Chorrão, “Política e Direito nos Albores da Primeira República” in: Luciano Amaral (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, pp. 117-140.

²⁷¹ Cf. Luís Salgado de Matos, *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e Conflitos entre a Primeira República e o Catolicismo*, Alfragide, DQ, 2010, que conclui que a “questão religiosa foi central na vida e morte da Primeira República” (p. 699), e Bruno Cardoso Reis & Sérgio Ribeiro Pinto, “República e Religião ou a procura de uma separação” in: Luciano Amaral (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, pp. 141-183.

²⁷² Neste particular, Luís Salgado de Matos, “A Primeira República Portuguesa entre a Instituição Estado e a Ordem Povo”, *HC*, n. 13, 2012, pp. 611-634, que mostra a sensibilidade que a República tinha relativamente a questões internacionais.

²⁷³ Veja-se com esta tese, Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, pp. 547-637.

²⁷⁴ De acordo com o artigo 73, “A República Portuguesa, sem prejuízo do pactuado nos seus tratados de aliança, preconiza o princípio da arbitragem como o melhor meio de dirimir as questões internacionais” (‘Constituição de 21 de Agosto de 1911’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 145-165).

²⁷⁵ Cf. os textos de Jaime Valle, “O Chefe de Estado nos Trabalhos Constituintes: uma Intituição Mal-Amada”; Paula Veiga, “O Dilema do Poder Executivo na Constituinte de 1911: Algumas Notas”; Ivo Miguel Barroso, “A Natureza do Sistema de Governo na Constituição de 1911” in: Jorge Miranda; Alexandre Pinheiro & Pedro Lomba (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, Lisboa, AR, 2011, pp. 305-323; 325-335; 337-393, e o coevo Alberto Xavier, *Atribuições do Presidente da República*, Lisboa, TAT, 1914.

²⁷⁶ Ao Congresso da República cabia tanto “Autorizar o Poder Executivo a fazer a guerra, se não couber o recurso a arbitragem ou esta se malograr, salvo caso de agressão iminente ou efectiva por forças estrangeiras, e a fazer a paz” (‘Constituição de 21 de Agosto de 1911’, art. 26, para. 14).

²⁷⁷ *Ibid.*, art. 1, parágrafo único.

território existente da República. A participação de Portugal na I Grande Guerra²⁷⁸, tanto no teatro europeu, como na sua extensão colonial africana, deu-se ao abrigo deste regime, o que não a tornou menos polémica do ponto de vista político e económico²⁷⁹.

Por sua vez, no constitucionalismo brasileiro oitocentista²⁸⁰, recém separado do português²⁸¹, porém, muito mais projetado sobre o outro lado do Atlântico do que o contrário, exercendo, assim notória, influência sobre o português²⁸², relativamente ao tratamento reservado à guerra²⁸³, consagrou na sua Constituição Monárquica de 1824²⁸⁴ uma fórmula que, em razão da influência material partilhada apareceria também na Constituição portuguesa de 1826²⁸⁵. Caberia ao Imperador, além do que podia decorrer

²⁷⁸ Veja-se documentação importante em José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 214-220.

²⁷⁹ Especificamente, Pedro Aires Oliveira, “A República e a Guerra, 1914-1918” in: Luciano Amaral (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, pp. 185-225.

²⁸⁰ Material importante pode ser encontrado em José Reinaldo de Lima Lopes; Rafael Rabelo Queiroz & Thiago dos Santos Acca (orgs.), *Curso de História do Direito*, São Paulo, Método, 2006, *passim*, e na coleção *Constituições Brasileiras*, 3. ed., Brasília, SF, 2013, e apresentações gerais em Aureliano Leal, *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, IN, 1915; Waldemar Martins Ferreira, *História do Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, ML, 1954; Manoel Franco Sobrinho, *História Breve do Constitucionalismo no Brasil*, 2. ed., Curitiba, IUFPR, 1970; Paulo Bonavides & Paes de Andrade, *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, PeT, 1991. O manual de Afonso Arinos de Melo Franco, *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1958, dedica todo o seu segundo volume à história constitucional do Brasil (“Formação Constitucional do Brasil”) (encontra-se um resumo em id., “Constituições Brasileiras” in: *Direito Constitucional. Teoria da Constituição. As Constituições do Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 1981, pp.118-134), e Fernando Whitaker da Cunha, “Diretrizes Políticas das Constituições Brasileiras” in: *Direito Político. A Estrutura Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1978, pp. 1-69, sendo de consulta obrigatória. Por fim, o enquadramento que a leitura de Antonio Carlos Wolkmer, *História do Direito no Brasil*, 7. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014, proporciona, é de grande proveito.

²⁸¹ Cf. alguns aspetos desta tensa articulação que levou à separação e independência, em Leila Megan Algranti, *D. João VI: os bastidores da independência*, São Paulo, Ática, 1987; Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro, SL, 1994; Valentim Alexandre, “O Processo de Independência do Brasil” in: Francisco Bethencourt & Kirti Chaiduri (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, pp. 10-45, e Antonio Penalves da Costa, *A recolonização do Brasil pelas Cortes. História de uma Invenção Historiográfica*, São Paulo, EDUNESP, 2009, bem como os documentos reproduzidos em Maria Beatriz Nizza da Silva, *Formas de Representação Política na Época da Independência*, Brasília, SF, 1987.

²⁸² Veja-se, por exemplo, Paulo Ferreira da Cunha, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, pp. 280-283, e a sua representação em *O Constitucionalismo de Pedro I no Brasil e em Portugal*, s.l., MJ/AN, 1972.

²⁸³ A obra de Rosah Russomano de Mendonça Lima, *O poder legislativo da República*, Rio de Janeiro, FB, 1960, pp. 336-355, trata de alguns desses aspetos, bem como o estudo clássico de Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, 2. ed., São Paulo, EPop, 2010, *passim*.

²⁸⁴ Acompanhar com o principal comentário constitucional coevo de autoria de José António Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*, Rio de Janeiro, JdV., 1857, e com o contexto proporcionado por, dentre outros, AAVV, *A Constituinte de 1823. Obra Comemorativa do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar*, Brasília, SF, 1973, e por Afonso Arinos de Melo Franco, “Ideias Políticas do Constitucionalismo Imperial” in: *O pensamento constitucional Brasileiro*, Brasília, CD, 1978, pp. 23-47. O enquadramento e o contexto geral é apresentado pela monumental obra de Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2009.

²⁸⁵ Ambas tiveram em D. Pedro (v. Lília Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, 2.ed., São Paulo, CdL, 1998, e Isabel Lustosa, *D. Pedro I: um herói sem nenhum carácter*, São Paulo, CdL, 2006) a sua grande fonte de inspiração

do seu poder moderador²⁸⁶, na sua qualidade de poder executivo²⁸⁷, “Declarar a guerra, e fazer a paz, participando á Assembléa as communicações, que forem compatíveis com os interesses, e segurança do Estado”²⁸⁸ e “Prover a tudo, que fôr concernente á segurança interna, e externa do Estado, na fórmula da Constituição”²⁸⁹, uma redação que, naturalmente, criava um quadro que fazia pender a balança dos poderes para o lado do monarca, reduzindo drasticamente os poderes do parlamento brasileiro oitocentista²⁹⁰ em matéria de guerra, e contribuindo para favorecer a figura real nas relações habitualmente tensas com as elites locais²⁹¹.

Sem alterações de modelo no período da regência²⁹², como aconteceu em Portugal, mas antecipando a experiência lusitana em cerca de uma vintena de anos que viria a influenciar²⁹³, será a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil²⁹⁴, adotada logo a seguir à deposição de D. Pedro II²⁹⁵ e da implantação da República no

²⁸⁶ Este foi um dos traços mais marcantes do constitucionalismo monárquico brasileiro como atestam quase unanimemente as obras de Paulo Bonavides & Paes de Andrade, *História Constitucional do Brasil*, pp. 96-97; José Reinaldo de Lima Lopes, *O Direito na História. Linhas Introdutórias*, 3. ed., São Paulo, Atlas, 2011, pp. 293-299, e Rui Figueiredo Marcos; Carlos Fernando Mathias & Ibsen Noronha, *História do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 2014, pp. 274-279. Veja-se igualmente, Octaviano Nogueira, “A Constituição de 1824” in: *Constituições Brasileiras*, 3. ed., Brasília, SF, 2013, v. I, pp. 9-54, lembrando que o “Poder Moderador moldou o regime político que tivemos nos 65 anos de duração da Carta de 24. É a sua concepção, em última análise, que impulsiona a monarquia constitucional no caminho de seu papel ativo, em contraste com o papel passivo das monarquias parlamentares (p. 32), e os estudos coevos de Braz Florentino Henriques de Souza, *Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do título V, capítulo I, da Constituição Política do Brasil*, Brasília, SF, 1978 [orig:1864], e Zacarias de Góes Vasconcelos, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, Brasília, SF, 1978 [orig: 1862]; a leitura de Afonso Celso, “Poder Pessoal do Imperador” in: id., *Oito Anos no Parlamento*, Brasília, EDUNB, 1981 [orig: 1928], pp. 131-146, é igualmente indispensável.

²⁸⁷ Veja-se igualmente o trabalho clássico de Paulino José Soares de Sousa [Visconde do Uruguai], *Ensaio sobre o poder administrativo*, José Maurício de Carvalho (org.), São Paulo, E34, 2002 [1862].

²⁸⁸ ‘Constituição de 1824’ in: *Constituições Brasileiras*, v. I, art. 102. IX, e, para comentários apropriados, José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*, pp. 248-249, que justifica teoricamente a opção, no seu entender acertada, do sistema constitucional monárquico.

²⁸⁹ ‘Constituição de 1824’, art. 102, XV.

²⁹⁰ Cf., para caracterizações variadas, Affonso E. de Taunay, *O Senado do Império*, Brasília, SF, 1978 [1942], José Honório Rodrigues, *O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica 1826-1840*, Brasília, SF, 1972; Beatriz Cerqueira Leite, *O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889)*, Brasília, SF, 1978, bem como as importantes memórias de Afonso Celso, *Oito Anos no Parlamento*, [orig: 1928], *passim*.

²⁹¹ A propósito da dinâmica política no período do Império, José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem. A elite política imperial/Teatro das sombras. A política imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2003.

²⁹² Sobre este período Augustin Wernet, *O período regencial, 1831-1840*, São Paulo, Global, 1982.

²⁹³ Neste sentido, Margarida Lacombe, “Rui Barbosa e a Constituição Republicana de 1911” in: Jorge Miranda; Alexandre Pinheiro & Pedro Lomba (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, pp. 425-479.

²⁹⁴ Paulo Bonavides & Paes de Andrade, *História Constitucional do Brasil*, cap. VII e VIII, apresentam o seu contexto e traços fundamentais, tal como Aliomar Baleeiro, “A Constituição de 1891” in: *Constituições Brasileiras*, v. II, pp. 11-54; Josaphat Marinho, “Análise da Constituição de 1911” in: *O pensamento constitucional Brasileiro*, pp. 55-66.

²⁹⁵ Sobre o governante, José Murilo de Carvalho, *D. Pedro II. Ser ou não ser*, São Paulo, CdL, 2007.

Brasil²⁹⁶. Balanceou a lógica de divisão de poderes em matéria de política externa e militar ao atribuir ao Congresso o poder de autorizar e ao Presidente da República o de declarar a guerra²⁹⁷, embora este mantivesse não só o poder, mas a obrigação de a declarar imediatamente em caso de agressão externa²⁹⁸. Todavia, a Constituição republicana foi muito além disso, ao inserir cláusulas substanciais destinadas a manter a paz, não só a da arbitragem²⁹⁹, em tudo semelhante à que viria a ser adotada pela Constituição Portuguesa, mas igualmente inserindo no texto a proibição da guerra de conquista³⁰⁰, o que, para muitos intérpretes, não era mais do que a constitucionalização

²⁹⁶ Por todos, Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, 2.ed., Brasília, EDUNB, 1985, e o mais recente Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, 9. ed., São Paulo, EDUNESP, 2010.

²⁹⁷ Previa a ‘Constituição dos Estados Unidos do Brasil [24 de Fevereiro de 1891]’ in: *Constituições Brasileiras*, v. II, art. 34.11, que cabia ao Congresso, “Autorizar e Governo a declarar guerra, si não tiver logar ou malograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz”, e o artigo 48.7, que cabia ao Governo “Declarar a guerra, e fazer a paz nos termos do art. 34, n. 11” (Ibid); cf. comentários em João Barbalho, *Constituição Federal Brasileira. Commentarios*, s.l., TCLT, 1902, que sustentava que numa República tal poder poderia somente estar alocado aos “representantes da nação, aos procuradores do povo” (p. 109); Carlos Maximiliano, *Commentarios á Constituição Brasileira*, Rio de Janeiro, 1918, pp. 355-359, que destaca a necessidade de participação e de concertação entre “os dous poderes constitucionaes” em razão da “responsabilidade de impor ao paiz enormes sacrificios de sangue e de dinheiro e consequencias gravissimas que repercutem em futuro remoto, com prejuizo serio até mesmo para os proprios vencedores” (p. 357). A obra de Rosah Russomano de Mendonça Lima, *O poder legislativo da República*, pp. 336-355, contém uma boa introdução à temática.

²⁹⁸ A redação era esta, competindo ao Presidente “Declarar immediatamente a guerra, nos casos de invasão ou aggressão estrangeira” (‘Constituição dos Estados Unidos do Brasil [24 de fevereiro de 1891]’, art. 48.8). As dinâmicas do período são representadas por Edgard Carone, *A primeira República*, São Paulo, DIFEL, 1969; id., *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*, São Paulo, DIFEL, 1983; Jorge Ferreira & Lucilia de Almeida Neves Delgado, *O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro, CB, 2010 e em Rosa Maria Godoy Silveira, *Republicanism and federalism 1889-1902. Um estudo da implantação da República Brasileira*, Brasília, SF, 1978; e um comentário clássico pode ser encontrado em Agenor de Roure, *A Constituinte Republicana*, Brasília, SF, 1979 [1918], v. I, pp. 509-516.

²⁹⁹ Decorrendo da parte final do artigo já citado: (“(...) si não tiver logar ou malograr-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz” (art. 34.11), cláusula esta que gerou algum debate no momento da discussão sobre declaração de guerra do Brasil à Alemanha, levando Ruy Barbosa, *Commentarios á Constituição Federal Brasileira*, Homero Pires (org.), São Paulo, Saraiva, 1933, v. II, a dizer que a arbitragem somente era “obrigatória na medida em que pudesse ocorrer, o que não aconteceria quando a outra parte já declarou ou já faz a guerra ao Estado” (pp. 249-255). Rui Barbosa, como é sabido, é um elemento de ligação natural entre estes dois pontos, tendo em consideração o seu papel na elaboração da Constituição e na Conferência de Haia (vide, por todos, Gilda Mayer Russomano, “Aspectos de Rui na II Conferência de Paz” in: *Estudos de Direito Internacional*, s.l., JK, 1965, pp. 121-133, e também *Rui Barbosa e a Constituição de 1891*, Rio de Janeiro, FCRB, 1985, Antonio Batista Pereira, *Rui Barbosa, o organizador da República*, Rio de Janeiro, FCRB 1989, e, por fim, Vicente Barreto (org.), *O liberalismo e a Constituição de 1888. Textos seleccionados de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, NF, 1991).

³⁰⁰ De acordo com a ‘Constituição dos Estados Unidos do Brasil [24 de fevereiro de 1891]’, art. 88, “Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em alliança com outra nação”. Diz-nos o coevo João Barbalho, *Constituição Federal Brasileira. Commentarios*, p. 360, que “a prohibição constitucional é absoluta. A Constituição tira todo o pretexto a essa guerra de ambição e rapina”, que classifica de “violenta apropriação e verdadeiro roubo à mão armada de alheio território, com clamoroso sacrificio à soberania dos povos”.

do pacifismo internacionalista adotado tradicionalmente pela diplomacia brasileira³⁰¹ e uma demonstração do estado avançado da Constituição Federal do Brasil³⁰².

A experiência brasileira de conflitos militares no século XIX³⁰³ se se desconsiderarem alguns aspetos militares da independência³⁰⁴, relacionou-se com o processo que levou à independência do Uruguai³⁰⁵ e às vicissitudes da vida política interna deste país, com as suas problemáticas extensões que levaram à chamada guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai³⁰⁶, e um ou outro conflito fronteiriço no Oeste³⁰⁷. Neste particular, o Brasil mostrou-se intervencionista em tudo o que se relacionava com o conflito do Prata³⁰⁸, designadamente desenvolvendo justificações humanitárias para as legitimar³⁰⁹ ou o argumentário de proteção dos súditos imperiais residentes no

³⁰¹ Cf. Renato Mendonça, *História da Política Exterior do Brasil: do Período Colonial ao Reconhecimento do Império (1500-1825)*, Brasília, FUNAG, 2013 [1945], p. 70.

³⁰² Neste sentido, Carlos Maximiliano, *Commentarios á Constituição Brasileira*, p. 358, sustentando que “nesse ponto, a Constituição Brasileira é a mais adeantada e humanitaria da Terra”, e esclarecendo, mais adiante que, por força disso, “o paiz não póde fazel-a nem auxiliar outro que pretenda leval-a a efeito” (p. 788), sustentando as suas origens históricas, já que, no seu entender, “o estatuto supremo consagrou a tradição nacional: empenhou-se o Brasil em várias guerras, e nunca arrancou ao vencido um pedaço de território. As suas próprias fronteiras foram fixadas por meio de tratados pacificos e julgamentos arbitraes” (p. 789).

³⁰³ Cf. Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, parte II.

³⁰⁴ Vide Fernando Diégues, *A Revolução Brasileira. O Projecto Político e a Estratégia da Independência*, Rio de Janeiro, Objectiva, 2004.

³⁰⁵ Para uma contextualização, Fernando Cacciatore Garcia, *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*, Porto Alegre, Sulina, 2010, e, para o conflitos, Luiz Alberto Moniz Pereira, *A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*, 4. ed., Rio de Janeiro, CB, 2012.

³⁰⁶ Sobre este conflito, com as mais diversas perspetivas e abordagens, Júlio José Chiavenatto, *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, São Paulo, Brasiliense, 1979; Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1970*, Rio de Janeiro, BE, 1980; Miguel Ángel de Marco, *La guerra del Paraguay*, Buenos Aires, Planeta, 2003; Luc Capdevila, *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870. Ensayo de historial del tiempo presente*, Asunción/Buenos Aires, CEAUC/Sb, 2010; Francisco Doratioto, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, 2.ed., São Paulo, CdL, 2002; id., “Guerra do Paraguai” in: Demétrio Magnoli (org.), *História das Guerras*, 3. ed., São Paulo, Contexto, 2006, pp. 253-285; Henrique Manoel da Silva, *Fronteireiros. As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*, Maringá, Eduem, 2010, pp. 31-43; Vítor Izeckson, “A Guerra do Paraguai” in: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial*, v. II, pp. 384-424; Grizzie Gómez Sanjurjo & Eduardo Nakayama Rojas, “Introducción a las causas de las disputas territoriales entre el império de Brasil y la República del Paraguai”, *RHM*, a. 4, n. 10, 2013, pp. 85-146. A estes deve-se acrescentar reflexões coevas de participantes do conflito como Juan Batista Alberdi, *La guerra del Paraguay*, Asunción, Intercontinental, 2001 [séc. XIX], e Juan Crisóstomo Centurión, *Memorias o Reminiscencias Históricas sobre a Guerra del Paraguay*, Asunción, EL, 2010 [1894].

³⁰⁷ Cf. João Craveiro da Costa, *A Conquista do Deserto Ocidental: Subsídios para a História do Território do Acre*, 2. ed., São Paulo/Brasília, EN/INL, 1973 [1924].

³⁰⁸ Ver esta discussão no importante trabalho de Amado Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, *passim*, e id. & Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Ática, 1992, cap. 5.

³⁰⁹ Muitos daqueles que apoiaram a intervenção brasileira nos conflitos do Prata, fizeram-no precisamente por estes motivo. Chama a atenção Amado Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, pp. 60-61, destacando que aquela se deveu à doutrina de segurança do Império baseada na

Uruguai³¹⁰. No grande conflito, o do Paraguai, estiveram presentes motivos predominantemente territoriais, estratégicos e de segurança³¹¹, mas acessoriamente também civilizatórios, tendo em vista a percepção brasileira da sua superioridade sobre a República dos Guaranis³¹². Por conseguinte, as celebradas fórmulas antibelicistas são resultado de opções *fin de siècle*, correspondendo, grosso modo, ao período do fim do Império, e início da república, mais do que a característica originária da política externa do país³¹³.

15.3. A doutrina jurídica internacionalista e a licitude das intervenções humanitárias

Mau-grado o crescente avanço manifestado pelo positivismo como perspectiva filosófico-jurídica e da influência cada vez mais densa no direito interno dos seus principais teóricos³¹⁴, como John Austin³¹⁵ e Jeremy Bentham³¹⁶, a doutrina jusinternacionalista oitocentista³¹⁷ divergiu sobre a licitude das intervenções

ideia de um equilíbrio de poder com ascendente no Brasil e em razão da doutrina da guerra humanitária de redenção política dos povos vizinhos e de proteção dos brasileiros residentes no exterior.

³¹⁰ Veja-se Mário Maestri, “A intervenção do Império do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: a missão Saraiva”, *RHM*, a. 4, n. 13, 2014, pp. 1-21.

³¹¹ Travadas pelo Brasil por motivos essencialmente territoriais e estratégicas (Francisco Doratioto, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai, passim*), como demonstra o exemplo da guerra cisplatina que levou à independência do Uruguai e a intervenções em conflitos internos neste país, e o da do Paraguai, que não deixam de estar interligados, bem como conflitos ocasionais com potências europeias, como a França e a Grã-Bretanha pelo Norte do país (v. o clássico J. Pandiá Calogeras, *A Política Exterior do Império*, Brasília, FUNAG, 1998, v. II e III). Ver, igualmente, a respeito da dimensão econômica, Jorge Caldeira, *Mauá, o empresário do Império*, São Paulo, CdL, 1995.

³¹² Neste sentido, Vítor Izeckson, “A Guerra do Paraguai”, p. 397, dizendo que os brasileiros entendiam dever defender a honra nacional ultrajada, expulsando os invasores para depois expulsar o ditador paraguaio e elevar as conquistas da civilização para a república guarani, e Francisco Doratioto, “Guerra do Paraguai”, p. 274; (id., *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, p. 380)

³¹³ Amado Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, pp. 114-132, considera que a opção por uma postura mais pacifista e ancorada no Direito Internacional emergia vitoriosa no fim do Império afastando as políticas intervencionistas e imperialistas de antes.

³¹⁴ A respeito deste processo que começou no período anterior, Alexander Orakhelashvili, “The origins of consensual positivism – Pufendorf, Wolff, Vattel” in: id. (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, pp. 93-110.

³¹⁵ John Austin, *The Province of Jurisprudence Determined and the Uses of the Study of Jurisprudence*, Indianapolis/Cambridge, Hackett, 1998 [orig. 1832].

³¹⁶ Jeremy Bentham, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, Oxford, OUP, 1907 [orig. 1780].

³¹⁷ O melhor e mais atualizado estudo sobre a doutrina jusinternacionalista do século XIX são os já citados Martti Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960, passim*, Arthur Nussbaum, *A Concise History of the Law of Nations*, pp. 222-237, e Antonio Truyló y Serra, *Histoire du droit international public*, pp. 115-129; uma apresentação da doutrina inglesa em específico pode ser encontrada em Michael Lobban, “English Approaches to International Law in the Nineteenth Century” in: Matthew Craven; Malgosia Fitzmaurice & Maria Vogiatzi (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 65-90, e um resumo das principais posições no recente Stephen Neff, *Justice Among Nations. A History of International Law*, Cambridge, Mass, HUP, 2014, pp. 221-339.

humanitárias³¹⁸, resultado do pluralismo metodológico³¹⁹ que caracteriza a ciência jurídica internacional do período³²⁰.

Ainda assim, muitos autores influentes aceitaram, na altura, a licitude das intervenções humanitárias³²¹. Entre os filósofos políticos, surpreendentemente, o utilitarista John Stuart Mill, utilizou os casos contemporâneos para defender a emergência e consagração internacional da intervenção altruística³²², fundando-se na ideia de que a evolução do costume internacional tinha conhecido tais desenvolvimentos no século XIX e com base numa rigorosa aplicação das grandes linhas do processo de criação de normas consuetudinárias. No entanto, a intervenção altruística tinha os seus elementos definidores para Mill, nomeadamente ou pressupunha que a opressão tinha como fonte, direta ou indireta, uma entidade estrangeira ou ocorreria num caso em que o próprio povo se levantasse em armas contra o tirano. Porém, se este se mantivesse impávido e sereno face à opressão, então não havia legitimidade em intervir porque ninguém valorizaria uma liberdade que lhe foi concedida por outros³²³.

³¹⁸ Não se pode esperar unanimidades doutrinárias como parece ser a exigência de Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 42, para se considerar que existia uma norma costumeira favorável às intervenções humanitárias no séc. XIX. Ademais, parece incorrer em algum exagero Martti Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, pp. 94-95, quando diz que os analistas consideravam justo intervir quando os interesses da humanidade estivessem a ser violados por um governo bárbaro e despótico.

³¹⁹ Não obstante, eminentes especialistas no assunto, como Ibid., *passim*, terem tentado encontrar determinados pontos de confluência entre os internacionalistas dos Séculos XIX e primeira metade do Século XIX (até 1960), chamado sugestivamente de “gentis civilizadores das nações”.

³²⁰ Jianming Chen, “The Relativity and Historical Perspective of the Golden Age of International Law” *ILT*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 26-33, classificando os autores em: a) negadores; b) naturalistas grocianos; c) positivistas; d) ecléticos, e Alexander Orakhelashvili, “The 19th-Century Life of International Law”, p. 441.

³²¹ Ver igualmente Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, pp. 36-38

³²² “Accordingly, new principles and practices are, and have been, continually introduced into the conduct of nations towards one another. To omit other instances, one entirely new principle was for the first time established in Europe, amidst general approbation, within the last thirty years. It is, that whenever two countries, or two parts of the same country, are engaged in war, and the war either continues long undecided, or threatens to be decided in a way involving consequences repugnant to humanity or to the general interest, other countries have a right to step in; to settle among themselves what they consider reasonable terms of accommodation, and if these are not accepted, to interfere by force, and compel the recusant party to submit to the mandate. This new doctrine has been acted on by a combination of the great powers of Europe, in three celebrated instances: the interference between Greece and Turkey at Navarino; between Holland and Belgium at Antwerp; and between Turkey and Egypt at St. Jean d’Acre. It is too late in the day, after these precedents, to tell us that nations may not forcibly interfere with one another for the sole purpose of stopping mischief and benefiting humanity” (p. 346) (John Stuart Mill, *Vindication of the French Revolution of February 1848 [1849]* in: *The Collected Works of John Stuart Mill XX: Essays on French History and Historian*, John Robson (ed.), Toronto/London; UTP/Routledge & KP, 1985, v. XX, pp. 317-363).

³²³ “With respect to the question, whether one country is justified in helping the people of another in a struggle against their government for free institutions, the answer will be different, according as the yoke which the people are attempting to throw off is that of a purely native government, or of foreigners; considering as one of foreigners, every government which maintains itself by foreign support. When the

No mundo jurídico em particular, destacou-se o caso de Henry Wheaton, o mais importante internacionalista da primeira metade do século XIX³²⁴, amparando-se em argumentos ainda pouco polidos e com forte teor histórico³²⁵. Também nessa linha o jurista Belga Arntz³²⁶, que defendeu entusiasticamente as intervenções humanitárias desde que fossem coletivas, ou seja, empreendidas não por um Estado isolado, mas por um número representativo deles³²⁷, e admitindo que fosse dirigida contra qualquer Estado³²⁸. Ecoando, deste modo, o que o seu comentador Rolin-Jacquemins já tinha dito³²⁹ e reiterando-o claramente³³⁰, ainda que com ligeiras diferenças, nomeadamente no respeitante à intervenção individual, mas sempre dizendo que não se importava que o

contest is only with native rulers, and with such native strength as those rulers can enlist in their defence, the answer I should give to the question of the legitimacy of intervention is, as a general rule, No. The reason is, that there can seldom be anything approaching to assurance that intervention, even if successful, would be for the good of the people themselves. The only test possessing any real value, of a people's having become fit for popular institutions, is that they, or a sufficient portion of them to prevail in the contest, are willing to brave labour and danger for their liberation" (p. 122) (originalmente publicado na *Fraser's Magazine* em 1859). Veja-se John Stuart Mill "A Few Words on Non-Intervention" in: *Ibid.*, 1984, v. XXI, pp. 109-124.

³²⁴ Por exemplo, Nicholas Onuf, "Henry Wheaton and 'The Golden Age of International Law'", p. 2 e ss.

³²⁵ Em análise sobre o assunto no seu influente manual *Elements of International Law with a Sketch of the History of the Science*, com argumentos ainda pouco polidos, Wheaton considerou que a intervenção conjunta da Grã-Bretanha, Rússia e França na Grécia, além de refletir a continuidade no Direito Internacional de atos nobres como o da proteção dos cristãos da tirania dos sarracenos ou dos protestantes nas guerras religiosas na Europa, era totalmente justificada pelo Direito Internacional da sua época, uma vez que, para ele, "whatever a nation may lawfully defend for itself, it may defend for another people, if called upon to interpose" (p. 94).

³²⁶ O autor belga defendeu-a entusiasticamente numa carta dirigida a Rolin-Jacquemins (reproduzida na íntegra em "Note sur la Theorie du Droit d'Intervention: a propos d'une lettre de M. le Professeur Arntz", *RDILC*, v. 8, 1875, pp. 673-682, e publicada por este), que o princípio da não-intervenção já estava ultrapassado no século XIX e face à gravidade dos atos que se passavam no Império Otomano, os países 'civilizados' tinham uma obrigação de intervenção e num sentido tão amplo de humanidade que ultrapassaria em muito o que atualmente seria tolerável. Seja como for, numa toada objetivista, concluiu que "[L]orsqu'un gouvernement, tout en agissant dans la limite de ses droits de souveraineté, viole les droits de l'humanité, soit par des mesures contraires à l'intérêt des autres États, soit par des excès d'injustice et de cruauté qui blessent profondément nos mœurs et notre civilisation, le droit d'intervention est légitime. Car, quelque respectables que soient les droits de souveraineté et d'indépendance des États, il y a quelque chose de plus respectable encore, c'est le droit de l'humanité, ou de la société humaine, qui ne doit pas être outragé. De même que dans l'État la liberté de l'individu est restreinte et doit être restreinte par le droit et par les mœurs de la société, de même la liberté individuelle des États doit être limitée par les droits de la société humaine" (*Ibid.*, p. 675).

³²⁷ Diz que "Mais, en-pareil, cas, un État isolé ne peut pas s'arroger le droit d'intervention; ce droit ne peut être exercé qu'au nom de l'humanité représentée par tous les autres États, ou tout au moins par le plus grand nombre des États civilisés, qui doivent se réunir en un congrès ou en un tribunal pour prendre une décision collective. De celle manière on peut concilier le droit d'intervention avec la garantie de l'indépendance des États" (*Ibid.*).

³²⁸ Diz que "j'admets le droit d'intervention d'une manière absolue à l'égard de tous les États" (*Ibid.*).

³²⁹ Em obra sobre o chamado "problema oriental" na qual exorta as grandes potências a exercerem o seu papel para intervir no Império Otomano e proteger os cristãos oprimidos, designadamente porque, na sua opinião, como não era um Estado viável não tinha prerrogativas como a da não-intervenção (*Le Droit International et la Question Orientale*, Gand, Bureau de la RDI, 1876, *passim*).

³³⁰ Gustave Rolin-Jacquemins, "Note sur la Theorie du Droit d'Intervention: a propos d'une lettre de M. le Professeur Arntz", pp. 675-682 (em amplo debate com o Carnazza-Amari e com os clássicos Grócio e Vattel).

seu próprio país fosse alvo de uma intervenção dessas, caso as condições habilitantes estivessem presentes³³¹.

Lingelbach considerou que intervenção humanitária era lícita a partir de uma análise da prática internacional, não obstante ter constatado que uma intervenção humanitária pura seria difícil de acontecer na prática³³². Também é ponderada a posição de Theodore Woolsey para quem ela só seria lícita se ocorresse em circunstâncias extremas³³³, a mesma linha seguida por William Manning relativamente nos casos de guerras civis que causassem sofrimento excessivo à população civil³³⁴ e, com muito reduzido entusiasmo, as apresentadas por Sheldon Amos³³⁵ e por Halleck³³⁶. No mesmo sentido seguiram as conclusões de outros eminentes publicistas, de forma mais ou menos extensa, como Johan Kaspar Bluntschli³³⁷, James Lorimer³³⁸, A. Mérinhac³³⁹, o brasileiro José Mendes³⁴⁰ ou, em certo sentido, Frederico Martens³⁴¹. A contribuição mais sistemática, porém, parece ter sido a de Antoine Rougier, para quem, quando certos direitos básicos fossem violados de forma ampla e sistemática, os Estados

³³¹ Ibid., p. 682 (“Citoyen dévoué d’un pays libre, fier de ma patrie, confiant dans son avenir, je n’ai aucune crainte que l’on puisse un jour invoquer contre elle une règle dont la seule portée est de rappeler à tous les États, petits ou grands, que malgré leur indépendance, ils ne sont pas seuls au monde, qu’ils font partie de l’humanité et que, comme tels, ils ont des obligations corrélatives à leurs droits”).

³³² “Intervention on humanitarian grounds is recognized, though it appears that national self-interest has usually been too powerful to allow intervention for humanitarian reasons solely. The precedents show that the stronger motives based on political and economic interests are usually necessary to induce states to intervene. Indeed intervention under this head is always based on a number of different but closely allied grounds, and as such is considered legitimate ((p. 25) (W.E. Lingelbach, “The Doctrine and Practice of Intervention in Europe”, *AAAPSS*, v. 16, n. 1, 1900, pp. 1-32).

³³³ Theodore Woolsey, *Introduction to the Study of International Law Designed as an Aid in Teaching, and in Historical Studies*, 3. ed., New York, SAC, 1872, para. 50, p. 78, baseando-se na ideia de que “Whatever be the interference, it can be justified only as an extreme measure, and on one of the following grounds. (1) That it is demanded by self-preservation; (2) That some extraordinary state of things is brought about by the crime of a government against its subjects” (para. 42).

³³⁴ Vide William Manning, *Commentaries on the Law of Nations*, New Edition, London/Oxford, Sweet/MM, 1875, p. 97.

³³⁵ Sheldon Amos, *Lectures in International Law*, London, S&S, 1874, pp. 39-41.

³³⁶ H. W. Halleck, *International Law, or Rules Regulating the Intercourse of States in Peace and War*, New York/San Francisco/London, Van Nostrand/Bancroft/Sampson, 1861, p. 340.

³³⁷ Johan Kaspar Bluntschli, *Le Droit International Codifié*, M. C. Lardy (trad.), Paris, Guillaumin, 1870, para. 278, p. 255, permitindo a intervenção para a proteção dos direitos humanos em nome da humanidade quando há conflito dentro de um Estado.

³³⁸ James Lorimer, *The Institutions of the Law of Nations*, Edinburgh, WBS, 1884, pp. 50-53.

³³⁹ A. Mérinhac, *Traité de Droit International Public*, Paris, LGDJ, 1905, pp. 298-303.

³⁴⁰ Para quem, em casos de violação grave aos direitos humanos, “seria temerário negar o direito de intervenção, que as circunstâncias poderão legitimar.” (José Mendes, *Direito Internacional Público. Preleções*, São Paulo, Dupret, 1913, p. 180).

³⁴¹ Frédéric de Martens, *Traité de Droit International*, Paris, LM, 1883, t. I, p. 398 (restringindo a sua aplicação passiva aos ‘Estados bárbaros’, que não gozavam de igualdade em relação aos Estados soberanos).

membros da comunidade internacional poderiam intervir, de preferência coletivamente, para obrigar o Estado prevaricador a ater-se às normas da Humanidade³⁴².

Entre os que negaram que houvesse qualquer amparo jurídico ou até moral para interferir nos assuntos internos de um Estado³⁴³, estiveram internacionalistas do gabarito de Carnazza-Amari³⁴⁴, no seu interessante artigo sobre o tema, fortemente ancorado no princípio da não-intervenção e do carateristicamente italiano³⁴⁵, princípio das nacionalidades³⁴⁶. Em certa medida, dentre tantos outros, foi influenciado pelas conclusões do seu compatriota Mamiani, que considerava tal curso de ação sempre ilegítimo com a exceção dos casos de contra-intervenção³⁴⁷.

Porém, a advocacia de uma leitura absoluta ou quase absoluta do princípio não se limitou aos pensadores dessa nacionalidade, pois, por exemplo, P. Pradier-Fodéré, invocou o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e o princípio da igualdade³⁴⁸, que seriam violados por tal tipo de operação militar. O brasileiro Clóvis Bevilaqua também seguiu esta perspectiva³⁴⁹, assim como outros vários que adotaram uma orientação absolutista do princípio da não-intervenção, designadamente Nassau Senior³⁵⁰, Henri Bonfills³⁵¹, Richard Wildman³⁵², Montague Bernard³⁵³, James

³⁴² Antoine Rougier, “La Theorie de Intervention d’Humanité”, pp. 468-526.

³⁴³ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, pp. 36-38.

³⁴⁴ Para Carnazza, recorrendo a Mamiani, “les faits et les méfaits, dit Mamiani, que commet un peuple, dans les limites de son territoire, ne portent pas atteinte aux droits d’autrui, et ne fournissent pas matière à une intervention légitime” (cap. xxi, p. 552), ao que arremata em tom direto que “L’intervention ne pourrait pas même se justifier dans le cas où le gouvernement local foulerait aux pieds les lois les plus évidentes de la justice” (cap. xxi, p. 551) (G. Carnazza Amari, “Nouvel Exposé du Principe de Non-Intervention”, *RDILC*, t. 5, 1873, pp. 352-383, 551-565).

³⁴⁵ Veja-se Luigi Nuzzo, *Origine di una Scienza. Diritto internazionale e colonialismo nel XIX secolo*, pp. 112-124

³⁴⁶ “J’ai la confiance d’avoir prouvé que le principe de la nationalité, fondement du droit des gens, condamne l’intervention, et n’admet aucune exception; que, les nationalités une fois constituées, les interventions seront supprimées, et les peuples se fondront dans une étreinte fédérale cosmopolite, où les membres de la famille humaine, enlacés dans le lien solide de l’affection, résoudront pacifiquement leurs différends” (cap. xxv, p 565).

³⁴⁷ “Noi stiminamo di potere asserire que dopo avere com diligenza distinti, divisati e dinumerati i motivi d’intervenzione armata, quando se ne possono figurare ed esaminare secondo ragione e secondo le umana probabilità, a noi non è apparito giusto, normale e veramente legittimo, salvo quello di opporsi all’indebito altrui intervento o disfare gli effecti immediati e certi che esso induce”, é o que conclui no seu Terezio Mamiani, *D’un Nuovo Diritto Europeo*, Napoli, Mirelli, 1860, cap. xii, p. 143.

³⁴⁸ De acordo com o autor, os atos de desumanidade, por mais condenáveis que sejam, desde que não levem a nenhuma ameaça aos direitos de outros Estados, não dão aos últimos nenhum direito de intervenção, pois nenhum Estado pode erigir-se em juiz da conduta dos outros (P. Pradier Fodéré, *Traité du Droit International Public Européen et Américain*, Paris, ADP, 1885, t. I, p. 663).

³⁴⁹ Para quem, “a opressão sofrida pelos nacionais não ofende as relações externas do Estado em si” (Clóvis Bevilaqua, *Direito Público Internacional*, Rio de Janeiro, FALves, 1910, t. I, § 22, p. 139).

³⁵⁰ Nassau William Senior, “Book Review: *Histoire du progrès des gens en Europe depuis la paix de Westphalie jusqu’au congres de Vienne, avec un précis historique du droit des gens européens avant la paix de Westphalie/A History of the Law of Nations in Europe and America*”, *Edinburgh Review*, v. 77, n. 156, 1843, pp. 303-373, também de forma cristalina usando as seguintes palavras: “It does not appear that

Reddie³⁵⁴ ou, ainda, Thomas Walker³⁵⁵. Certos estudiosos como Robert Phillimore ampararam-se em aspetos mais prudenciais para negarem as intervenções humanitárias, já que a possibilidade de abusos seria muito superior aos benefícios resultantes da proteção real das populações oprimidas³⁵⁶, portanto havendo um interesse concreto em manter a regra sem exceções, alinhando no mesmo diapasão autores como F.E. Smith [Birkhead]³⁵⁷. J. Tissot, publicista gaulês da última metade do século XIX, resumiria de forma clara esta posição, sustentando que se devia proclamar o princípio da não-intervenção de forma absoluta, sem exceção, tendo em vista que deixá-la sujeita a interpretação, seria permitir o seu abuso e sua instrumentalização principalmente pelas grandes potências³⁵⁸.

interference for the mere purpose of preventing the oppression of Subjects by their Prince, is no held to be lawfull” (p 365).

³⁵¹ Henri Bonfills, *Manuel de Droit International Public (Droit des Gens)*, Paris, ARou, 1923, cap. V, sec. II, pp. 153-167, esp. 166-167, com uma linha estrita de obediência ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos e do princípio da igualdade, que não comportava exceções.

³⁵² Richard Wildman, *Institutes of International Law*, London, WB, 1849, pp. 62-63.

³⁵³ Montague Bernard, *On the Principle of Non-Intervention*, Oxford, Parker, 1860, p. 16 e ss.

³⁵⁴ James Reddie, *Inquiries in International Law. Public and Private*, 2. ed., Edinburgh, Blackwood, 1851, cap. VI, pp. 388-404 (embora nem sempre muito coerente, rejeitando a existência de um ‘direito de intervenção’ e chamando o capítulo alusivo de ‘intervenção nacional’, o que, evidentemente, prenunciava a sua posição de negação dessa possibilidade).

³⁵⁵ Thomas Walker, *The Science of International Law*, London, C. J. Clay, 1893 (“However much practice may fall short of, or advance beyond, theory, and however much action may differ from the ideal, the rule regularly progresses towards more general recognition, that non-intervention in the internal affairs of a state is a law which admits of no exception to foreign powers, so long as the operations of that state are confined in their effects to the limits of the national territory” (p. 151)).

³⁵⁶ Nas suas palavras, “It may, perhaps, be justly contended that the principle might be pushed further; and that in the event of a persecution of large bodies of men, on account of their religious belief, an armed Intervention on their behalf might be as warrantable by International Law, as an armed Intervention to prevent the effusion of blood and protracted internal hostilities. It is, however, manifestly unsafe to contemplate these extreme cases of exception from the sound general rule of non-interference in the domestic legislation of Foreign States” (Robert Phillimore, *Commentaries Upon International Law*, Philadelphia, Johnson, 1854, v. I, p. 340).

³⁵⁷ F. A. Smith, *International Law*, 2.ed., London, Aldine, 1903, pp. 57-58: “It is sometimes suggested that on humanitarian grounds one nation is justified in intervening to prevent practices shocking to humanity within the territory of another. The occasional benefits of such intervention would be outweighed by its liability to abuse”.

³⁵⁸ “1° Remarquons tout d’abord que ces motifs, si louables qu’ils puissent être moralement, peuvent n’être souvent que des prétextes pour satisfaire des préjugés, des passions, des intérêts qui n’ont rien d’aussi respectable. Reconnaissons ensuite qu’un peuple n’a pas le droit de se faire juge de la moralité ou de la religion d’un autre; que d’ailleurs ce qui est moralité pour l’un peut ne l’être pas pour l’autre. Et puisque c’est surtout au nom de l’humanité qu’on interviendrait, n’est-il pas plus avantageux pour elle, pour les droits des peuples, de proclamer d’une manière absolue le principe de non-intervention, le respect scrupuleux de l’autonomie des nations, que d’y apporter des exceptions d’une interprétation si douteuse, d’un abus si facile, et dont l’humanité a plus souffert assurément qu’elle n’a retiré d’avantages. N’oublions pas qu’intervenir c’est se poser en supérieur, c’est se faire juge, c’est imposer sa manière devoir à l’un au moins des partis en présence, tandis que la neutralité la plus stricte est le rôle nécessaire des puissances étrangères en présence de la guerre civile, comme en présence de la guerre étrangère. Si un pays est tellement divisé que les forces soient à peu près égales de part et d’autre, de quel droit subordonner l’un des partis à l’autre, et avec quel succès durable prétendrait-on le faire? Si au contraire les forces sont très inégales, pourquoi ne laisserait-on pas aux événements et aux intérêts raisonnés le soin

Entre as posições mais firmes, houve muitos outros que seguiram uma perspectiva menos taxativa em relação à matéria³⁵⁹, variando as suas posições entre a legalidade jurídica e a legitimidade moral e/ou oportunidade ou riscos políticos, chamando a atenção para o limbo em que se colocava a doutrina, regra geral, pontuando a sua justificação moral. Hermann Rodecker vom Rotteck, em obra à qual acedemos por via indireta, terá apresentado a tese da ilicitude, mas excusabilidade das intervenções humanitárias³⁶⁰, posição também adotada pelos influentes William Edward Hall³⁶¹ e T.J. Lawrence³⁶².

de pacifier les esprits? Plus grande sera la différence des forces, moins les excès du plus fort seront à craindre” (J. Tissot, *Principes du Droit Public*, Paris, Marescq, 1872, v. II (“Introduction Philosophique a l’Etude du Droit International. Application à la question romaine et à la question franco-allemande”), pp. 13-14).

³⁵⁹ Ver também Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, pp. 36-38.

³⁶⁰ A recensão à sua obra *Das Recht der Einmischung in die innren Angelegenheiten eines fremden Staates vom vernunftrechtlichen, historischen und politischen Standpunkte erortert* de 1845 é apresentada por Ellery Stowell, *Intervention in International Law*, p. 525, na sua abrangente revisão de literatura sobre a matéria (“In discussing the doctrine of necessity (p. 20-25), he says that necessity does not make legal, but excuses violations. Humanitarian intervention should be considered as a violation of law, but sometimes excused, or even applauded, as we excuse a crime” (p. 36)).

³⁶¹ Para este autor, “Interventions, whether armed or diplomatic, undertaken either for the the reason or upon the pretext of cruelty, or oppression, or the horrors of a civil war, or whatever the reason put forward, supported in reality by the justification which such facts offer to the popular mind, would have had to justify themselves, when not authorised by the whole body of civilised states accustomed to act together for common purposes, as measures which, being confessedly illegal in themselves could only be excused in rare and extreme cases in consideration of the unquestionably extraordinary character of the facts causing them, and of the evident purity of the motives and conduct of the intervening state” (William Edward Hall, *Treatise on International Law*, 3. ed., Oxford, Clarendon, 1890, § 92, p. 288), derivando, assim a desculpabilidade da moralidade da conduta.

³⁶² Por motivos históricos, apresentamos toda a reflexão do autor sem comentários, até porque teremos a oportunidade de voltar à questão na parte em que discutirmos os aspetos mais estruturantes da problemática: “In the opinion of some writers such interventions are legal. But we cannot venture to bring them within the ordinary rules of International Law, which does not impose on states the obligation of preventing barbarity on the part of their neighbors. At the same time, it will not condemn interventions for such a cause, if they are undertaken with a single eye to the object in view, and without ulterior considerations of self-interest and ambition. Should the cruelty be so long continued and so revolting that the best instincts of human nature are outraged by it, and should an opportunity arise for bringing it to an end and removing its cause without adding fuel to the flame of the conflict, there is nothing in the law of nations which will brand as a wrongdoer the state that steps forward and undertakes the necessary intervention. Each case must be judged on its own merits. There is a great difference between declaring a national act to be legal, and therefore part of the order under which states have consented to live, and allowing it to be morally blameless as an exception to ordinary rules. A state may, in a great emergency, set aside everyday restraints; and neither in its case nor in a corresponding case of individual conduct will blame be incurred. But, nevertheless, the ordinary rule is good for ordinary cases, which, after all, make up at least ninety-nine hundredths of life. To say that it is no rule because it may laudably be ignored once or twice in a generation, is to overturn order in an attempt to exalt virtue. An intervention to put a stop to barbarous and abominable cruelty is ‘a high act of policy above and beyond the domain of law.’ It is destitute of technical legality, but it may be morally right and even praiseworthy to a high degree. When in 1860 the Great Powers of Europe intervened to put a stop to the persecution and massacre of Christians in the district of Mount Lebanon, their proceedings were worthy of commendation, though they could not be brought within the strict letter of the law” (T. J. Lawrence, *The Principles of International Law*, 4. ed., Boston, Heath, 1910, pp. 128-129) .

Sir William Harcourt, pela pena do seu alter ego *Historicus*, chamou a atenção para os perigos da intervenção³⁶³, mas num cenário de consideração de aspetos estritamente políticos, reduzidamente coberto pelo Direito na sua opinião³⁶⁴, o mesmo ocorrendo com as teses de John Norton Pomeroy que, seguindo considerações desta natureza, constatou que era uma questão fora do Direito Internacional e que este não tinha nem podia ter a veleidade de regular, devendo deixá-la para a ‘alta política’³⁶⁵. Nesta direção também seguiu John Westlake³⁶⁶, amparando-se na ideia de que certas situações seriam demasiadamente graves para serem aceitáveis, argumento igualmente recuperado por Lassa Oppenheim, o conhecido internacionalista do início do século XX³⁶⁷, ao nível dos sentimentos positivos da opinião pública em relação à sua prática, não obstante a sua ilicitude evidente³⁶⁸.

O sentido da doutrina de Carlos Calvo, com as devidas adaptações, não foi muito diferente, analisando-se a questão a partir da “alta política” e da juridificação ou não da

³⁶³ William Vernon Harcourt, *Letters by Historicus on Some Questions of International Law*, London, MM, 1863, pp. 40-51.

³⁶⁴ “Intervention is more a question of politics than law. It is above the domain of law and when wisely and equitably handled by those who have power to give effect to it, may be the highest policy of justice and humanity”, sentenciou (*Ibid.*, p. 14).

³⁶⁵ “While the fact is, as stated, that instance of intervention are been constantly occurring, I am of opinion that the whole subject does not so belong to international law as to politics. If an intervention be ever legitimate, according to the rules of international law, the state which was made the subject of it ought to acquiesce without resistance, because none of its rights would have been injured. But, no people would ever submit to such interference. If they have the ability to resist and the intervening government would ever expect it. The nation that interferes always must count the cost of its act, and be prepared to maintain its position by force. In short, I cannot think that the subject of intervention has been, or perhaps can be, regulated by the positive international law; it must be relegated to the domain of those high politics, those principles of expediency, which control the conduct, both domestic and foreign of nations” (John Norton Pomeroy, *Lectures on International Law in Time of Peace*, Theodore Woolsey (ed.), Boston, Houghton, Mifflin and Co, 1886, p. 244).

³⁶⁶ John Westlake, *International Law*, p. 307 (“Where these include considerable numbers allied by religion, language or race to the populations suffering from misrule, to restrain the former from giving support to the latter in violation of the legal rights of the misruled state may be a task beyond the power of their government, or requiring it to resort to modes of constraint irksome to its subjects, and not necessary for their good order if they were not excited by the spectacle of miseries which they must feel acutely. It is idle to argue in such a case that the duty of the neighbouring peoples is to look on quietly. Laws are made for men and not for creatures of the imagination, and they must not create or tolerate for them situations which are beyond the endurance, we will not say of average human nature, since laws may fairly expect to raise the standard by their operation, but of the best human nature that at the time and place they can hope to meet with. It would be outside our scope to pass judgment on present or recent cases, but it is by these principles that we must try such interventions as have taken place in Turkey, or as that of the United States in Cuba”).

³⁶⁷ A respeito, veja-se Benedict Kingsbury, “Legal Positivism as Normative Politics: International Society, Balance of Power, and Lassa Oppenheim’s Positive International Law”, *EJIL*, v. 13, n. 2, 2002, pp. 401-436.

³⁶⁸ Lassa Oppenheim, *International Law: A Treatise*, London, LG, 1905, v. I, pp. 186-187 (“But whether there is really a rule of the Law of Nations which admits such interventions may well be doubted. Yet, on the other hand, it cannot be denied that public opinion and the attitude of the Powers are in favour of such interventions, and it may perhaps be said that in time the Law of Nations will recognise the rule that interventions in the interests of humanity are admissible provided they are exercised in the form of a collective intervention of the Powers”).

intervenção³⁶⁹, critérios que vai aplicando às intervenções na Europa e nas Américas. Como entendia que estas eram ilegítimas, chamou a atenção para um dos elementos mais relevantes nesta matéria: a necessidade de consideração da reciprocidade na emergência de um eventual direito de intervenção³⁷⁰. Pasquale Fiore, não obstante seguir a tendência fortemente anti-intervencionista que caracterizou a doutrina italiana do século XIX, encontrou espaço para apresentar soluções que considerava matizadas para o problema, ou seja, de conciliar um princípio forte contrário a tais ações, com a possibilidade excepcional de operações militares ‘colectivas’ nos casos de violações ao Direito Internacional³⁷¹.

Por sua vez, a doutrina portuguesa desse período que se interessou pelo Direito Internacional³⁷² – um domínio que não atraía grande interesse público³⁷³ – reduzida em número, mas saliente em competência³⁷⁴, foi deixando em pauta a questão à medida que a discussão se tornava igualmente relevante na Europa, principalmente a partir da segunda metade do século. O publicista português com maior notoriedade na Europa foi Silvestre Pinheiro Ferreira que, além das suas sempre oportunas considerações sobre o poder constitucional de fazer a guerra, também discutiu questões relacionadas com o assunto em debate. Porém, fê-lo de forma limitada, adotando genericamente uma

³⁶⁹ Vide Carlos Calvo, *Derecho Internacional Teórico y Práctico de Europa y América*, Paris, D’Amyot, 1868, § 76-91, pp.136- 187.

³⁷⁰ “Considerando imparcial y profundamente estas intervenciones en los Estados americanos, y teniendo en cuenta sus resultados y los motivos que las han servido de base, no puede ménos de llegarse á conocer que la única razon en que se fundan es la distinta significacion política de los pueblos americanos y los Estados europeos, y los recuerdos por parte de estos últimos de la época en que el gran continente americano era una colonia de Europa. Sin embargo, la situacion actual de América no permite que se alimenten ya estos recuerdos de una época definitivamente pasada. América, como Europa, está hoy poblada por naciones independientes y libres, cuya existencia debe ser respetada. En cuanto á la distinta significacion política de los Estados americanos y los Estados europeos, es fácil reconocer que no puede dar fundamento justificado á ninguna intervencion armada. Si las intervenciones se pudieran justificar de este modo, los Estados americanos tendrian tambien derecho á intervenir en los asuntos interiores de los europeos, y entónces no seria posible relacion alguna pacífica y amistosa entre los pueblos de uno y otro continente” (Ibid., p. 186).

³⁷¹ Pasquale Fiore, *P. Nouveau Droit International Public*, 2. ed., C. Antoine (trad.), Paris, ADP, 1885, t. I, p. 495-533.

³⁷² Ver a apresentação e reflexão de Pedro Caridade de Freitas, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, pp. 140-162.

³⁷³ De que é indício a cobertura mínima que era dada ao tópico pelos periódicos do período, como nos informa Luís Bigotte Chorão, *O Periodismo Jurídico Português do Século XX. Páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista*, Lisboa, INCM, 2002, p. 222.

³⁷⁴ A maior parte integra o seletorol de grandes juristas lusitanos dos oitocentos no entender de uma obra famosa sobre esta fase (v. José Pinto Loureiro (dir.), *Jurisconsultos Portugueses do Século XIX*, Lisboa, CGOA, 1947-1960).

perspetiva de limitação da intervenção³⁷⁵, mormente em guerras civis, mas não chegou a apresentar posição sobre as humanitárias³⁷⁶.

O manual publicado em 1843 por Ferrer Neto Paiva tinha uma abordagem clássica da guerra mesclada ainda com elementos jusnaturalistas, mas não incidiu sobre a questão³⁷⁷, ao contrário da contribuição mais volumosa de António Gama Lobo, que discute, a partir de uma perspetiva genericamente anti-intervencionista dos seus *Princípios*³⁷⁸, as operações militares a favor dos gregos, que conseguiu justificar não por motivos humanitários, mas pelos efeitos deletérios ao comércio e aos interesses de terceiros que a situação estava a causar³⁷⁹. Mais clara ainda foi a posição expendida por João Ferrão de Castello Branco, assumidamente influenciado por Bluntschli³⁸⁰, que teve a grande virtude de pôr o dedo na ferida ao constatar que “todos os publicistas concordam na gravidade do facto e nas consequências que dele podem resultar, mas (...) chegam a conclusões mais opostas e mais contraditórias. Sustentam uns como princípio absoluto a não-intervenção; outros estabelecem tantas distinções e tantas excepções que acabam por justificar a regra contrária”³⁸¹. Não obstante, mais uma vez apoiando-se no pensado suíço deu o seu aval às intervenções humanitárias que tivessem por objeto impor o respeito pelos direitos individuais³⁸². Na mesma linha, a posição de José Augusto Moreira de Almeida, considerando a ausência de unanimidade doutrinária, porém entendendo que “no caso especialíssimo de uma perseguição religiosa em que indivíduos, de várias nacionalidades são trucidados, em satisfação de um fanatismo brutal, as teorias, aliás verdadeiras, de não-intervenção, têm que ceder o lugar às imperiosas e abençoadas exigências do coração que pedem que, pela força, se imponha o respeito às crenças ou pelo menos às vidas daqueles a quem vitima a ignara violência

³⁷⁵ O seu texto sobre o *Le Principe de la Non-Intervention en Général, et particulièrement dans la situation actuelle de la Péninsule Ibérique*, Paris, IBM, 1835.

³⁷⁶ Não chega também a mencioná-la especificamente nas suas anotações ao manual de Martens (G.F. de Martens, *Précis du Droit des Gens Modernes d'Europe, accompagnés des notes de Pinheiro-Ferreira*, Paris, Guillaumin, 1858, t. I, para. 74.)

³⁷⁷ Cf. Vicente Ferrer Neto Paiva, *Elementos de Direito das Gentes*, Coimbra, IdU, 1843.

³⁷⁸ António da Rosa Gama Lobo, *Princípios de Direito Internacional*, Lisboa, IN, 1865, v. I, p. 185.

³⁷⁹ *Ibid.*, pp. 190-191.

³⁸⁰ A quem chama de “uma das maiores auctoridades d’este seculo em direito internacional” (*Questões de Direito Internacional*, Lisboa, TVSN, 1885, p. 127.

³⁸¹ *Ibid.* (a grafia foi atualizada).

³⁸² Nas suas palavras em *Ibid.*, p. 133, “Blüntschli também considera como justa a intervenção, quando tem por objecto fazer respeitar direitos individuais geralmente reconhecidos como necessarios, assim como os princípios geraes de direito internacional quando estes sejam violados nas luctas entre cidadãos do mesmo paiz. Não se póde deixar por exemplo de considerar como justificada a Russia na Turquia em favor dos Búlgaros (1877-1878), depois das matanças e das atrocidades de que estes tinham sido victimas, assim como o teria sido a da Europa nos negocios da Polonia em 1831 e 1863, se em logar de se limitar a anodinos e platonicos, ella tivesse opposto por meios energicos o estrangulamento d’aquelle povo heroico (...)”.

de uma idolatria”³⁸³. Álvaro Vilela, que provavelmente terá apresentado a mais extensa discussão sobre a matéria em Portugal³⁸⁴, também concluiu pela licitude das intervenções quando indagou se seria conforme ao Direito Internacional fazê-la mesmo quando não se produzisse qualquer efeito externo, ao que responde que, nestes casos, “a intervenção só será legítima quando se pratiquem atrocidades e graves atentados contra os direitos internacionais do homem ou quando for solicitada pelos dois partidos em luta”³⁸⁵.

A única obra explicitamente dedicada ao estudo jurídico da guerra de autoria de Albertino Preto Pacheco³⁸⁶, desilude quem esperaria algum tratamento mais completo destas matérias, limitando-se a considerações gerais com reduzido alcance analítico-jurídico; em certa medida o mesmo ocorre com as considerações de Carlos Testa sobre os conflitos internacionais em que mostra uma posição ambígua sobre as intervenções, tentando navegar entre as legítimas (por exemplo para pôr termo ao tráfico de escravos) e as de potência, que rejeita³⁸⁷.

³⁸³ Aqui também se utilizou grafia contemporânea para reproduzir o trecho dos *Elementos de Direito Internacional Publico*, Lisboa, IN, 1892, p. 77.

³⁸⁴ *Lições de Direito Internacional*, Coimbra, IdU, 1904, pp. 482-504.

³⁸⁵ A grafia foi atualizada (Ibid., p. 499).

³⁸⁶ *A guerra e o Direito Internacional Moderno*, Porto, JSM, 1898, não obstante a importância que era para um Estado como Portugal haver mecanismo para conter a guerra e o arbítrio das grandes potências.

³⁸⁷ *Conflictos Internacionais e Diferentes Phases de Ultimatums*, Lisboa, TU, 1890.

CAPÍTULO DÉCIMO-SEXTO

A POLUIÇÃO DA DOCTRINA DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NO PERÍODO ENTRE GUERRAS (1919-1945)¹

16.1. Os desenvolvimentos jurídicos internacionais e o controlo da guerra

Tentativas de limitar o *jus ad bellum* vinham do início do século, estando ligadas aos desenvolvimentos do Direito Internacional Humanitário que foi ocorrendo em Haia, nos Países Baixos (particularmente em 1907), em concreto, para responder a desafios colocados no século XIX e início do século XX ligados à utilização do uso da força para resolver litígios financeiros, mormente envolvendo proteção bélica de interesses nacionais. Foi, com base na influência do jurista e estadista Drago, aprovada a Convenção respeitante à Limitação da Utilização da Força para a Cobrança de Dívidas², num prisma misto substantivo e processual, que se juntou à Convenção relativa ao Início de Hostilidades, mais formal³.

A I Guerra Mundial viria a mostrar as ambiguidades do sistema herdado do século XIX, associando, um direito de se fazer a guerra, à necessidade de se apresentarem causas de legitimação e, por vezes, da sua racionalização jurídica⁴, como aconteceu também com o importante laudo arbitral do caso *Naulilaa* em que Portugal esteve envolvido e que tratou de estabelecer as condições jurídicas para o exercício do

¹ Segue-se aqui a orientação do historiador Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes. The Short Twentieth Century: 1914-1918*, London, Abacus, 1994, para quem o século XX começa verdadeiramente com o fim da I Guerra Mundial, assertiva que faz ainda mais sentido no quadro da evolução do Direito Internacional (v. Antonio Truyol y Serra, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995, p. 97). Para um enquadramento geral do período, Peter Krüger, “From the Peace Treaties to the End of the Second World War” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 679-698, e Carlo Focarelli, “International Law in the 20th Century” in: Alexander Orakhelashvili, (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 478-525, especialmente 478-492.

² Vide ‘Convention concernant la limitation de l’emploi de la force pour recouvrement de dettes contractuelles’ [La Haye, 18 Octobre 1907] reproduzido em *AJIL*, v. 2, n. 1-2, Supplement: Official Documents, 1908, pp. 81-85, de acordo com a qual “Les puissances contractantes convenues de ne avoir recours à la force armée le recouvrement de dettes contractuelles réclamée au Gouvernement d’un autre pays comme dues à ses nationaux. Toutefois, cette stipulation ne pourra être appliquée quand l’Etat débiteur refuse ou laisse sans réponse une offre d’arbitrage, ou, en cas de acceptation, rend impossible l’établissement du compromis, ou, après l’arbitrage, manque de se conformer à la sentence rendue”.

³ Cf. ‘Convention Relative à L’Ouverture des Hostilités [La Haye, 18 Octobre 1907]’ reproduzido em *AJIL*, v. 2, n. 1-2, Supplement: Official Documents, 1908, pp. 85-90: “Les Puissances contractantes reconnaissent que les hostilités entre elles ne doivent pas commencer sans un avertissement préalable et non équivoque, qui aura, soit la forme d’une déclaration de guerre motivée, soit celle d’un ultimatum avec déclaration de guerre conditionnelle” (art. 1º).

⁴ Veja-se Isabel Hull, *A Scrap of Paper. Breaking and Making International Law during the Great War*, Ithaca, CornellUP, 2014.

direito de retaliação⁵. Foi nestas bases precisamente que o Tratado de Versalhes assinado entre as potências aliadas e a Alemanha⁶, adotou uma série de medidas de contenção deste país europeu em termos de questões territoriais⁷, e de limitação de armamento⁸, levando à humilhante ocupação da Renânia⁹, às odiosas reparações de guerra¹⁰ e ao levantamento da possibilidade de julgamento do Kaiser por violações à santidade dos tratados e à moralidade internacional¹¹.

O Pacto da Liga das Nações, de 1919, foi outro dos instrumentos jurídicos centrais que marcaram o fim desse conflito e a tentativa de reconstrução de uma nova ordem internacional, mais pacífica e cooperativa, que pudesse evitar a eclosão de um novo conflito com aquelas proporções, promovendo a solução pacífica¹², o desarmamento¹³, bem como restringindo a possibilidade de recurso à guerra¹⁴. Não a

⁵ Cf. a definição clássica que resultou do *Caso Naulilla* ('Responsabilité de l'Allemagne a Raison des Dommages Causés dans les Colonies Portugaises du Sud de l'Afrique (Sentence sur le Principe de la Responsabilité) (Portugal c. Allemagne) [Lausanne, 31 Juillet 1928]' in: *RIAA*, New York, UN, 2008, pp. 1011-1033, de acordo com a qual "La représaille est un acte de propre justice (Selbsthilfebehandlung) de l'État lésé, acte répondant — après sommation restée infructueuse — à un acte contraire au droit des gens de l'État offensé. Elle a pour effet de suspendre momentanément, dans les rapports des deux États, l'observation de telle ou telle règle du droit des gens. Elle est limitée par les expériences de l'humanité et les règles de la bonne foi, applicables dans les rapports d'État à État. Elle serait illégale si un acte préalable, contraire au droit des gens, n'en avait fourni le motif. Elle tend à imposer, à l'État offensé, la réparation de l'offense ou le retour à la légalité, en évitation de nouvelles offenses" (p. 1026).

⁶ Vide 'Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles) [June 28, 1919]' in: Charles Bevans (ed.), *Treaties and other International Agreements of the United States of America, 1776-1949*, Washington, GPO, 1968-1976, pp. 59-240, e um comentário em Christian Tomuschat, "The 1871 Peace Treaty between France and Germany and the 1919 Peace Treaty of Westphalia" in: Randall Lesaffer (ed.), *Peace Treaties and International Law in European History. From the Late Middle Ages to World War One*, Cambridge, UK, CUP, 2004, pp. 382-396.

⁷ 'Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles) [June 28, 1919]', Part. II.

⁸ Ibid., Part V. Cf. igualmente Rafael Erich, "La questions des zones démilitarisées", *RCADI*, v. 26, 1928, 587-668, 626-628.

⁹ Vide 'Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles) [June 28, 1919]', Part XIV.

¹⁰ Ibid., Part VIII.

¹¹ De acordo com um dos seus dispositivos, "The Allied and Associated Powers publicly arrainging William II of Hohenzollern, formerly German Emperor, for a supreme offence against international morality and the sanctity of treaties. A special tribunal will be constituted to try the accused, thereby assuring him the guarantees essential to the rights of defence. (...) "(Ibid., art. 227).

¹² Em específico sobre estas tentativas, J. Effremof, "La Conciliation Internationale", *RCADI*, v. 18, 1927, pp. 1-148; André Mandelstam, "La conciliation internationale d'après le Pacte et la Jurisprudence du Conseil de la Société des Nations", *RCADI*, v. 14, 1926, pp. 334-648; Dietrich Schindler, "Les Progrès de la arbitrage obligatoire depuis la création de la Société des Nations", *RCADI*, v. 25, 1928, pp. 233-364; Eugene Borel, "L'Acte Générale de Genève", *RCADI*, v. 27, 1929, pp 497-595.

¹³ Vide L. de la Brouckère, "Les Travaux de la Société des Nations en Matière de Désarmement", *RCADI*, v. 25, 1928, pp. 365-449.

¹⁴ Como estabelecido por um desses documentos, "As altas partes contratantes, considerando que, para desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir paz e segurança, é necessário aceitar certos compromissos tendentes a evitar a guerra (...)" (p. 139) ('Pacto da Sociedade das Nações [28 de Junho de 1919]' in: Jorge Bacelar Gouveia (comp.), *Direito Internacional Público. Textos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pp. 139-147); para uma apresentação geral na literatura portuguesa, Lobo d'Ávila Lima, *Da Sociedade das Nações*, Lisboa, JRod, 1927, pp. 100-116, e, para visões

deixou, todavia, totalmente fora do Direito¹⁵, com a exceção dos casos que envolvessem guerras de conquista, por meio das quais um Estado subtraía a outro território, retirando-lhe independência política¹⁶. Ao invés, pode dizer-se que, no geral, a guerra foi transformada numa espécie de *ultima ratio* à qual os Estados poderiam recorrer para resolverem os seus diferendos, fixando-se cláusulas de contenção processual¹⁷ e temporal¹⁸ para dificultar a sua utilização.

Ficava igualmente estabelecido um sistema multilateral fraco de intervenção para a manutenção da segurança coletiva, delineado para os casos em que as partes viessem a desrespeitar o Pacto, recorrendo de forma ilícita à guerra¹⁹. O sistema nunca chegou a ser eficaz²⁰, levando a tentativas de o complementar com os mecanismos criados, mais tarde²¹, em Locarno (em 1925²²), marcados por garantias mútuas entre diversos Estados centrais da Europa (Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha e Itália), no sentido dos três primeiros se absterem de se atacarem mutuamente²³, de respeitarem as fronteiras definidas em Versalhes²⁴ e de resolverem pacificamente os seus diferendos²⁵, mormente através do recurso ao entretanto estabelecido Tribunal Permanente de Justiça Internacional²⁶. Pouco tempo depois, o célebre Tratado de Paris²⁷, caracterizado pela

dinâmicas, do próprio período, W. Schucking, “Le Développement du Pacte de la Société des Nations”, *RCADI*, v. 20, 1927, pp. 349-458.

¹⁵ Erich Kaufmann, “Règles Générales du Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 54, v. 4, 1936, p. 589 e ss, e Hans Wehberg, “Le Problème de la Mise de la Guerre Hors-la-Loi”, *RCADI*, v. 24, 1928, pp. 147-306.

¹⁶ De acordo com o artigo 10, “Os membros da Sociedade comprometem-se a respeitar e manter contra toda e qualquer a agressão externa a integridade territorial e a independência política actual de todos os seus membros da Liga. Em caso de agressão, ameaça ou perigo de agressão, o Conselho tomará as providências para assegurar a execução desta obrigação” (‘Pacto da Sociedade das Nações [28 de junho de 1919]’ art. 10).

¹⁷ “Acordam todos os membros da Sociedade que, ao surgir entre eles algum diferendo susceptível de os levar a uma ruptura, se submeterão, quer a um processo de arbitragem ou a uma decisão judicial, quer ao exame do Conselho” (Ibid., art. 12 (1)).

¹⁸ “[Os membros da Sociedade] mais acordam que, em caso algum, devem recorrer à guerra antes de expirado o prazo de três meses depois da decisão arbitral ou judicial ou do relatório do Conselho” (Ibid., art. 12.1, *in fine*).

¹⁹ “Se um Membro da Sociedade recorrer à guerra em contrário dos compromissos assumidos pelos artigos 12º, 13º ou 15º, ficará *ipso facto* considerado como tendo cometido acto de guerra contra todos os outros Membros da Sociedade (...)” (Ibid., art. 16 (1)). Para comentários, Hans Wehberg, “La police internationale”, *RCADI*, v. 48, 1934, 1-132, especialmente 99 e ss.

²⁰ Nem as medidas coercivas, nem mesmo as não-coercivas funcionaram a contento (v. William Rappard, “Vues Rétrospectives sur la Société des Nations”, *RCADI*, t. 71, n. 1, 1947, pp. 215-218).

²¹ Sobre estes mecanismos, Hans Wehberg, “Le Problème de la Mise de la Guerre Hors-la-Loi”, *passim*.

²² ‘Treaty of Mutual Guarantee between Germany, Belgium, France, Great Britain and Italy, done at Locarno, October 16, 1925’, *LNTS*, n. 1292, 1926, pp. 291-301.

²³ Ibid., art. 2.

²⁴ Ibid., art. 1.

²⁵ Ibid., art. 3.

²⁶ Cf. ‘Statute for the Permanent Court of International Justice Provided for by Article 14 of the Covenant of the League of Nations’, *LNTS*, n. 170, 1921, pp. 391-412. Ver, em especial, Ole Spierman, *International Legal Argument in the Permanent Court of International Justice. The Rise of International Judiciary*, Cambridge, UK, CUP, 2004, e os coevos Gabriele Salvioli, “La Jurisprudence de la Cour

condenação do recurso à guerra para a resolução de litígios e a “ela renunciar como instrumento de política nacional”²⁸, comprometia os países, mais uma vez, a resolverem os seus litígios de forma pacífica²⁹.

O enquadramento de formas unilaterais de uso da força nesse sistema não é muito claro, particularmente porque não referem ao item ocupação de território, nem podem ser facilmente recobertos pelo conceito de instrumento de política nacional. Ademais, não era fácil nem razoável, no contexto do período, defender que o termo ‘guerra’ aplicar-se-ia pacificamente a todo e qualquer uso da força, nomeadamente por motivos humanitários. Neste sentido, o Protocolo de Locarno seria um pouco mais evidente neste sentido, ao usar também a expressão ‘invasão’³⁰, o mesmo acontecendo com a Convenção sobre a Definição do Agressor, que, sem hesitações, estipulava em anexo que “nenhum acto de agressão, no sentido do artigo II, (...) poderá, entre outras, ser justificado por uma das circunstâncias seguintes: (...) a sua estrutura política, económica ou social; os alegados defeitos da sua administração, distúrbios devidos a greves, revoluções, contra-revoluções ou guerra civil”³¹.

São de referir ainda os esforços feitos nas Américas no sentido de desenvolver um sistema regional ainda mais forte de limitação do uso da força, assente principalmente no Pacto Saavedra-Lamas sobre Prevenção da Guerra, Não-Agressão e Conciliação de 10 de Outubro de 1933³², o qual, genericamente, condenava a guerra de

Permanent de Justice Internationale”, *RCADI*, v. 12, 1926, 1-114, Charles de Vischer, “Les Avis Consultatives de la Cour Permanent de Justice Internationale”, *RCADI*, v. 26, 1929, pp. 1-76.

²⁷ ‘General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy, signed at Paris, August 27, 1928’, *LNTS*, n. 2137, 1929, pp. 57-63.

²⁸ O Pacto Briand-Kellog teve objetivos mais ambiciosos, propondo-se a banir a guerra do cenário internacional. Neste sentido, postou-se firmemente contra o uso da guerra como um mecanismo a utilizar para resolver litígios, o mesmo acontecendo em relação ao seu uso como instrumento de política nacional, literalmente prevendo que “The High Contracting Parties solemnly declare in the names of their respective peoples that they condemn recourse to war for the solution of international controversies, and renounce it, as an instrument of national policy in their relations with one another [As altas partes contratantes solenemente declaram, em nome de seus respectivos povos, que condenam o recurso à guerra para solucionar controvérsias internacionais e a ela renunciam como instrumento de política nacional, nas suas relações mútuas]” (Ibid., art. 1º); para enquadramento e comentários, James Shotwell, *War as an Instrument of National Policy and its Renunciation in the Pact of Paris*, London, Constable, 1929.

²⁹ ‘General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy, signed at Paris, August 27, 1928’, art. II.

³⁰ ‘Treaty of Mutual Guarantee between Germany, Belgium, France, Great Britain and Italy, done at Locarno, October 16, 1925’, art. 2.

³¹ Veja-se a ‘Convenção sobre a Definição do Agressor, Londres, 3-4 de Julho de 1933’ in: José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Porto, UCP, 1999, pp. 370-372.

³² Cf. ‘Pacto Saavedra-Lamas: Convenção Interamericana sobre a Prevenção da Guerra, Não-Agressão e Conciliação, Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1933’ in: Ibid., pp. 364-370.

agressão e a solução bélica de conflitos³³ e declarava a invalidade da ocupação ou aquisição de territórios pela força³⁴, devendo-se, outrossim, submetê-los a solução pacífica, particularmente a conciliação³⁵. Fazia parte deste pacote também a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados de 6 de Dezembro de 1933³⁶ que, no quadro da garantia de direitos de autonomia³⁷ e de igualdade dos Estados³⁸, explicitava claramente que “o território dos Estados é inviolável e não pode ser objeto de ocupações militares, nem de outras medidas de força impostas por outro Estado, direta ou indiretamente, por motivo algum, nem sequer de maneira temporária”³⁹.

16.2. A emergência do internacionalismo e do belicismo constitucionais

Do ponto de vista constitucional, o período é marcado por continuidades e ruturas multivetoriais: pela continuidade dos regimes constitucionais mais estáveis, nomeadamente o do dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e, em certo sentido, da França e de outros Estados menos importantes do ponto de vista das relações internacionais; pela descontinuidade que se manifesta ou na adoção de sistemas constitucionais tendencialmente pacifistas ou na assunção, a maioria das vezes, por via material e não formal, de um belicismo fundacional, que se agrega ontologicamente ao Estado ou que pressupõe a utilização instrumental do conflito.

16.2.1. Continuidade constitucional

De resto, países como Grã-Bretanha e Estados Unidos, continuaram, cada qual ao seu modo a desenvolver os seus sistemas constitucionais nesta matéria, adaptando-os às cambiantes conjunturas, porém sem incorrer em alterações revolucionárias da filosofia adotada, submetendo-as a tipos diferentes de controlo no quadro da separação de poderes entre os órgãos de Estado⁴⁰. A Constituição Britânica não se mantinha igual

³³ Ibid., art. 1º.

³⁴ Ibid., art. 2º.

³⁵ Ibid., art. 3º e ss.

³⁶ Ver ‘Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados’ Reproduzida em Welber Barral (org.), *Direito Internacional. Normas e práticas*, Florianópolis, FUNJAB, 2006, pp. 57-60.

³⁷ Por exemplo, explicita-se neste tratado que o Estado tem o direito de “(...) organizar-se como achar conveniente, legislar sobre os seus interesses, administrar os seus serviços e determinar a jurisdição e competência dos seus tribunais” (Ibid., art. 3º).

³⁸ Explicitava que “os Estados são juridicamente iguais direitos e possuem capacidade igual para exercê-los. Os direitos de cada um não dependem do poder de que disponha para assegurar seu exercício, mas do simples fato da sua existência como pessoa de Direito Internacional” (Ibid., art. 4º).

³⁹ Ibid., art. 11.

⁴⁰ Cf. igualmente R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, Cambridge, UK, CUP, 1995, pp. 244-246.

desde a Revolução Gloriosa⁴¹, particularmente porque a prerrogativa de decidir a guerra havia, desde o século XVIII, mudado materialmente do Rei para o Gabinete liderado pelo Primeiro Ministro⁴², disso decorrendo implicações substanciais, nomeadamente ao nível do controlo que o Parlamento podia fazer da guerra, seja preventivamente, seja sucessivamente, no quadro do sistema de governo desse país⁴³.

Do mesmo modo, nos Estados Unidos, formalmente a Constituição não foi revista nessa parte. Porém, ao longo dos tempos, a alteração da posição do país no xadrez político internacional, transformando-o de uma nação frágil e recém-independente à busca de legitimidade no seio da comunidade dos povos numa potência emergente e hegemónica, pelo menos no Pacífico e nas Américas. Esses desenvolvimentos não deixaram de produzir os seus efeitos materiais sobre a sua Lei Magna, nomeadamente sobre a matéria em discussão, produzindo em concreto, um deslocamento paulatino dos poderes bélicos do Congresso para o Presidente da República⁴⁴, que não obstante se terem materializado somente depois da II Guerra Mundial, já apresentavam algumas manifestações no período histórico em análise⁴⁵.

16.2.2. Internacionalismo constitucional

O internacionalismo constitucional aparece em algumas constituições do entre guerras, particularmente nas que foram aprovadas na primeira metade da década de trinta. Se é discutível considerar-se que a célebre Constituição de Weimar de 1919⁴⁶ já havia adotado tal filosofia, tendo em vista as suas ambiguidades nesta matéria⁴⁷, o facto

⁴¹ Ver estes desenvolvimentos em Rosara Joseph, *The War Prerogative. History, Reform, and Constitutional Designs*, Oxford, OUP, 2013.

⁴² Sobre este aspeto em particular, Nigel White, “The British Constitution and Military Action” in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, Oxford, OUP, 2008, pp. 7-30, 8-12.

⁴³ *Ibid.*, *passim*.

⁴⁴ Veja-se, especificamente, a tese de Stephen Griffin, *Long Wars and the Constitution*, Cambridge, Mass, HUP, 2013, pp. 11-98, atribuindo a mutação constitucional ao Presidente Truman e à ameaça soviética.

⁴⁵ Sobre este período anterior à II Guerra Mundial, Francis Wormuth & Edwin Firmage, *To Chain the Dog of War. The War Power of Congress in History and Law*, 2. ed., Urbana, UIP, 1989, *passim*.

⁴⁶ Ver texto original em ‘Die Verfassungen des Deutsches Reichs [von 11 August 1919]’, *Reichs Gesetzblatt*, n. 152, Jahrgang 1919, pp. 1383-1418; comentários ao texto normativo e algumas avaliações de autores consagrados como Walter Jellinek, Ottmar Bühler e Costantino Mortati estão disponíveis em *La Constitución de Weimar (texto de la constitución alemana de 11 de Agosto de 1919)*, Madrid, Tecnos, 2010.

⁴⁷ Menciona a paz como uma valor constitucional no Preâmbulo (“(...) von dem Willen beseelt, sein Reich in Freiheit und Gerechtigkeit zu erneuern und zu festigen, dem inneren und dem äußeren Frieden zu dienen und den gesellschaftlichen Fortschritt zu fördern (...)”) (‘Die Verfassungen des Deutsches Reichs [von 11 August 1919]’, Präambel)), mas não contempla limites constitucional muito claros ao uso internacional da força.

é que, no mínimo, incorporou uma filosofia mais republicana de a guerra dever ser aprovada pelo Parlamento antes da sua declaração pelo Presidente⁴⁸. Foi outro o caso da Constituição Espanhola de 1931⁴⁹, parcialmente inspirada no texto jusfundamental germânico⁵⁰, que continha duas disposições materiais de limitação da guerra verdadeiramente arrojadas para o período⁵¹: uma a renunciá-la, nos termos do Tratado de Paris de 1928, como instrumento de política nacional⁵², e a outra a obrigar o Estado a agir sempre a coberto do Pacto da Liga das Nações⁵³, incorporando materialmente a regulação da guerra que continha. Mais para oriente, nas Filipinas, a mesma fórmula aparece no artigo 2º da Constituição de 1935⁵⁴. Assim, apesar dos resultados incertos de tais preceitos no controlo da guerra e de retrospectivamente os seus propósitos terem sido desmentidos pela realidade⁵⁵, a sua importância para os esforços de controlo do uso da força na esfera internacional, é incontornável⁵⁶.

⁴⁸ “Kriegserklärung und Friedensschluß erfolgen durch Reichsgesetz” (Ibid., pp. 1383-1418, art. 45, para. 2).

⁴⁹ *Constitución de la República Española de 9 de Diciembre de 1931*, s.l., s.d. Para comentários gerais, Francisco Fernández Segado, *Las Constituciones Históricas Españolas (Un análisis histórico-jurídico)*, 4. ed., Madrid, Civitas, 1982, pp. 439-689.

⁵⁰ Cf. Javier Corcuera Atienza, “El constitucionalismo de entreguerras y la Constitución Española de 1931”, *HCont*, v. 6, 1991, pp. 15-45.

⁵¹ Veja-se Antonio Cassese, “Modern Constitutions and International Law”, *RCADI*, v. 192, 1985, p. 360, destacando o facto de subordinar a política externa ao princípio do Estado de Direito, e Javier García Fernández, “Guerra y Derecho Constitucional. La formalización del inicio de la guerra mediante la declaración en Derecho internacional y en Derecho interno” in: Raúl Morodo & Pedro Vega (dirs.), *Estudios de Teoría del Estado y Derecho Constitucional en Honor a Pablo Lucas Verdú*, México, DF/Madrid, IJ-UNAM/FDUComp, 2001, t. II, pp. 1037-1086, mencionando a sua adaptação aos mais recentes desenvolvimentos do Direito Internacional daquele período.

⁵² A “España renuncia a la guerra como instrumento de política nacional” (*Constitución de la República Española de 9 de Diciembre de 1931*, art. 6º); para alguns comentários, Luís Jiménez de Asúa, *Proceso Histórico de la Constitución de la República Española*, Madrid, Reu, 1932, pp. 115-116.

⁵³ “El Presidente de la República no podrá firmar declaración alguna de guerra sino en las condiciones prescritas en el Pacto de la Sociedad de las Naciones, y sólo una vez agotados aquellos medios defensivos que no tengan carácter bélico y los procedimientos judiciales o de conciliación y arbitraje establecidos en los Convenios internacionales de que España fuere parte, registrados en la Sociedad de las Naciones” (*Constitución de la República Española de 9 de Diciembre de 1931*, art. 77 (1)). Aqui também é de se trazer à colação o comentário de Jiménez de Asúa, *Proceso Histórico de la Constitución de la República Española*, pp. 365-367.

⁵⁴ “The Philippines renounces war as an instrument of national policy, and adopts the generally accepted principles of international law as a part of the law of the Nation” (“The Constitution of 1935”, *Official Gazette*, May 14 1935, art. II, sec. 3), documento disponível em <http://www.gov.ph/the-philippine-constitutions/the-1935-constitution/>, acesso a 19 de Julho de 2013.

⁵⁵ Paul de Vischer, “Les tendances internationales des Constitutions Modernes”, *RCADI*, v. 102, 1962, pp. 511-578, tinha estas consagrações pacifistas, pró-humanistas ou internacionalistas por inúteis, a menos que houvesse concomitantemente a adoção de mecanismos internos de garantia (p. 533).

⁵⁶ José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional Através dos Tempos e a sua Influência sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: José Pina Delgado; Odair Barros Varela & Suzano Costa (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 98-99.

16.2.3. Belicismo constitucional nacionalista-racista

O belicismo constitucional caracteriza as experiências dos Estados do Eixo Europeu (Alemanha e Itália, sobretudo, e os seus satélites Roménia e Hungria)⁵⁷ e o Império do Sol-Nascente, o Japão, todos Estados que, nesse período, se foram afastando e, finalmente, rejeitaram o liberalismo constitucional⁵⁸. Formalmente, em Itália, o Estatuto monárquico albertino ainda se mantinha em vigor⁵⁹; porém, como é natural, vários dos seus principais elementos, mormente a forma e o sistema de governo, bem como os seus princípios estruturantes, eram completamente distintos da Constituição material⁶⁰, com muitos deles a serem explicitamente alterados por leis fundamentais aprovadas depois do golpe de Mussolini⁶¹. Num misto de facticidade e legalidade⁶², para usar um termo popularizado por Habermas⁶³, aquelas resultaram, na expressão do ministro da justiça do regime, o jurista Alfredo Rocco, na “transformação do Estado”⁶⁴.

A Constituição Italiana em vigor, na sua versão novecentista⁶⁵, coerentemente e seguindo uma fórmula quase universal, reconhecia ao rei o estatuto de comandante supremo, atribuindo-lhe “o comando de todas as forças de terra e de mar” e o poder de declarar a guerra⁶⁶. Na Itália Fascista, o *Duce*, apesar da existência de algumas normas

⁵⁷ Para um enquadramento, Michael Mann, *Fascists*, Cambridge, CUP, 2004, e Roger Griffin, *The Nature of Fascism*, London, Routledge, 1991, e Stanley Paine, *A History of Fascism, 1914-1945*, Madison, WUP, 1995, e para uma discussão comparativa dos seus modelos constitucionais, Pedro Velez, “Do Direito Constitucional na Europa das Revoluções Comunitárias: uma Primeira Aproximação a Três Grandes Modelos Constitucionais do Entre-Guerras”, *NE*, v. 10, 2007, pp. 447-484.

⁵⁸ Com esta tese, R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 247 e ss.

⁵⁹ E era considerado como tal pela doutrina constitucional fascista como decorre da leitura de Pietro Chimienti, *Manuale di Diritto Costituzionale Fascista*, 2. ed., Torino, UTET, 1934, pp. 101-109.

⁶⁰ Conceito devidamente estudado e utilizado pela doutrina mais próxima do regime, notoriamente a do publicista Costantino Mortati, *La Costituzione in Senso Materiale*, Milano, Giuffrè, 1940.

⁶¹ Estas leis são apresentadas e discutidas em Pietro Chimienti, *Manuale di Diritto Costituzionale Fascista*, *passim*, em Costantino Mortati, *L'ordinamento del Governo nel Nuovo Diritto Pubblico Italiano*, Roma, Anonima, 1931 e em Nino Orsi, *Fascismo e legislazione fascista*, Milano, Alpes, MCMXXVIII.

⁶² Ver a importante tese de Bernardo Sordi, “Corporativismo e dottrina dello Stato in Italia. Incidenze costituzionale e amministrative” in: Aldo Mazzacane; Alessandro Somma & Michael Stolleis (a cura di), *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*, Frankfurt am Main, VK, 2005, pp. 129-146.

⁶³ Vide Jürgen Habermas, *Faktizität und Geltung – Breitag zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1992.

⁶⁴ Alfredo Rocco, *La Trasformazione dello Stato. Dallo Stato Liberale allo Stato Fascista*, Roma, Anonima, 1927, não obstante a manutenção da mesma constituição, no entanto reformada como o coloca explicitamente (pp. 127-208).

⁶⁵ Abarcando este período, Roberto Martucci, *Storia costituzionale italiana. Dallo Statuto Albertino alla Repubblica (1848-2001)*, Roma, Carocci, 2011.

⁶⁶ De acordo com o seu artigo 5º, “Al Re solo appartiene il potere esecutivo, Egli è capo supremo dello Stato; comanda tutte le forze di terra e di mare; dichiara la guerra (...)”; para um comentário F. Racioppi & I. Brunelli, *Commento allo Statuto del Regno*, Torino, UTT, 1909, v. I, pp. 237-284.

associadas à administração militar⁶⁷, não tinha limitações concretas em envolver o país em conflitos militares⁶⁸ para materializar a doutrina fascista de recuperação do prestígio perdido da Itália⁶⁹, um aspeto que acabou por ser clarificado e desenvolvido na sequência de esforços doutrinários de publicistas transalpinos do período⁷⁰ como Mortati⁷¹ ou Panunzio⁷². A versão belicista que se depreende da ordem jurídica italiana é, neste sentido, moderada e meramente instrumental, não constitutiva, denotando diferenças notórias em relação aos seus parceiros teutónicos do Norte, aspeto, aliás, que não se limita a esta situação concreta⁷³.

A Alemanha era, para todos os efeitos, uma ditadura⁷⁴ dominada por um tirano⁷⁵, não obstante formalmente a Constituição de Weimar manter vigência⁷⁶ e de, em última instância, as condutas que levaram à mutação do sistema de governo, da estrutura do Estado e dos seus princípios fundamentais⁷⁷ poderem, de alguma forma, reconduzir ao

⁶⁷ Cf., por exemplo, Sabino Cassese, *Governare gli italiani. Storia del Stato*, Bologna, Il Mulino, 2014, pp. 213-216.

⁶⁸ O brilhante Costantino Mortati, *L'ordinamento del Governo nel Nuovo Diritto Pubblico Italiano*, pp. 125-129, conseguiu justificá-lo à luz do Estatuto Albertino e das leis fundamentais que o alteraram, argumentando que, em última instância, como o rei – livremente, sublinha –, é que nomeava o Chefe de Governo, então não havia uma contradição entre este assumir integralmente as decisões fundamentais sobre a segurança externa do Estado e as prerrogativas reais nessa matéria (p. 128).

⁶⁹ Ver a propósito uma obra do período de autoria de Carlos Costamagna, *Dottrina del Fascismo*, Torino, UTET, 1938, pp. 200-219, lembrando o benevolente e universalista império romano que se pretendia reconstruir, de base não racista ao contrário do alemão, e predominantemente pacifista, em que a guerra é meramente instrumental, um aspeto que é aceite, no geral, mesmo por avaliações mais críticas como a de Luigi Preti, *Impero Fascista Africani ed Ebrei*, Milano, Mursia, 1968.

⁷⁰ Uma panorâmica geral aparece em Paolo Grossi, *Scienza giuridica italiana. Un profilo storico 1860-1950*, Milano, Guiffre, 2000, *passim*.

⁷¹ Que, não obstante não ser um jurista do regime, desempenhou importante papel nesse sentido, como atesta Bernardo Sordi, “Corporativismo e dottrina dello Stato in Italia. Incidenze costituzionale e amministrative”, pp. 139-141.

⁷² Sobre o jurista Irene Stolzi, “Comunità, proprietà e progetto corporativo: un’ipotesi di confronto tra Enrico Finzi e Sergio Panunzio” in: Aldo Mazzacane; Alessandro Somma & Michael Stolleis (a cura di), *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*, pp. 319-344.

⁷³ Ver também a tese de Alessandro Somma, *I giuristi e l'Asse Culturale Roma-Berlino. Economia Politica nel Diritto Fascista e Nazionasocialista*, Frankfurt, VK, 2005, cap. IV, que compara os dois sistemas jurídicos.

⁷⁴ Por todos, Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship. Problems and Perspectives of Interpretation*, 3. ed., London, Arnold, 1993, e, numa perspetiva jurídico-política, Franz Neumann, *Behemoth. The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*, Oxford, OUP, 1944, e Hamilton Fish Armstrong, “Hitler’s Reich. The First Phase”, *FA*, v. 11, n. 4, 1933, pp. 589-608.

⁷⁵ Veja-se Alan Bullock, *Hitler. A Study in Tyranny*, London, Penguin, 1962.

⁷⁶ O processo é tratado, por exemplo, por Hans Mommsen, *The Rise and Fall of the Weimar Republic*, Chapel Hill, UNCP, 1996 [1989]; David Abraham, *The Collapse of the Weimar Republic. Political Economy and Crisis*, 2. ed., New York, H&M, 1986 e, em especial, Arthur Jacobson & Bernhard Schlink (eds.), *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*, Berkeley, UCalP, 2000, e John McCormick, “The Crisis of Constitutional Social-Democracy in the Weimar Republic”, *EJPT*, v. 1, n. 1, 2002, pp. 121-128.

⁷⁷ Os mais importantes beneficiaram-se de tradução feita por José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 402-408, que os tem disponíveis.

ato fundador de 1919⁷⁸. Todavia, as intervenções de 1933 tiveram um efeito desfigurador, estando-se materialmente perante outra Constituição⁷⁹ que não tinha, no seu conteúdo, quase nada a ver com a sua versão originária, tendo em vista as medidas legislativas subsequentes de afetação permanente de direitos fundamentais⁸⁰, de atribuição de competências legislativas genéricas e de aprovação de tratados ao Governo⁸¹, de proibição de partidos políticos⁸² e de instituição de um regime de partido único⁸³, e ainda de fusão dos cargos de Presidente da República e de chanceler⁸⁴. E isto

⁷⁸ Veja-se a propósito o excelente Hannsjoachim Koch, *In the Name of the Volk. Political Justice in Hitler's Germany*, London, Tauris, 1989.

⁷⁹ Para o contexto, Michael Stolleis, *Öffentliches Recht in Deutschland. Eine Einführung in seine Geschichte (16. – 21. Jahrhundert)*, München, Beck, 2014, cap. xii, e adotando a mesma tese, R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, p. 278.

⁸⁰ A pretexto de combater os comunistas depois do incêndio no Reichstag, através de um decreto do Presidente da República, o Marechal Hindenburg, suspendeu, *sine die*, vários dos direitos fundamentais previstos na Constituição de Weimar, ao mesmo tempo que concedia poderes gerais de intervenção federal ao Governo, e que agravava as penas para quem infringisse essas normas, tudo a coberto dos seus poderes previstos pelo artigo 48 da Constituição e da interpretação dada pelo Supremo Tribunal no caso *Preussen contra Reich* decidido em 1931. De acordo com o artigo 1º., “Die Artikel 114, 115, 117, 118, 123, 124 und 153 der Verfassung des Deutschen Reichs werden bis auf weiteres außer Kraft gesetzt. Es sind daher Beschränkungen der persönlichen Freiheit, des Rechts der freien Meinungsäußerung, einschließlich der Pressefreiheit, des Vereins- und Versammlungsrechts, Eingriffe in das Brief-, Post-, Telegraphen- und Fernsprechgeheimnis, Anordnungen von Haussuchungen und von Beschlagnahmen sowie Beschränkungen des Eigentums auch außerhalb der sonst hierfür bestimmten gesetzlichen Grenzen zulässig”, e de acordo com o 2º, “Werden in einem Lande die zur Wiederherstellung der öffentlichen Sicherheit und Ordnung nötigen Maßnahmen nicht getroffen, so kann die Reichsregierung insoweit die Befugnisse der obersten Landesbehörde vorübergehend wahrnehmen”, e com o artigo 3º, “Die Behörden der Länder und Gemeinden (Gemeindeverbände) haben den auf Grund des § 2 erlassenen Anordnungen der Reichsregierung im Rahmen ihrer Zuständigkeit Folge zu leisten” (cf. ‘Verordnung des Reichspräsidenten zum Schutz von Volk und Staat [28 Februar 1933]’, disponível em <http://www.verfassungen.de/de/de33-45/index.htm>, acesso a 4 de dezembro de 2014).

⁸¹ Em especial ver os seguintes preceitos da chamada *Ermächtigungsgesetz*: “Artikel 1. Reichsgesetze können außer in dem in der Reichsverfassung vorgesehenen Verfahren auch durch die Reichsregierung beschlossen werden. Dies gilt auch für die in den Artikeln 85 Abs. 2 und 87 der Reichsverfassung bezeichneten Gesetze. Artikel 2. Die von der Reichsregierung beschlossenen Reichsgesetze können von der Reichsverfassung abweichen, soweit sie nicht die Einrichtung des Reichstags und des Reichsrats als solche zum Gegenstand haben. Die Rechte des Reichspräsidenten bleiben unberührt. (...), Artikel 4. Verträge des Reiches mit fremden Staaten, die sich auf Gegenstände der Reichsgesetzgebung beziehen, bedürfen nicht der Zustimmung der an der Gesetzgebung beteiligten Körperschaften. Die Reichsregierung erläßt die zur Durchführung dieser Verträge erforderlichen Vorschriften (‘Gesetz zur Behebung der Not von Volk und Reich [14 März 1933]’, disponível em <http://www.verfassungen.de/de/de33-45/index.htm>, acesso a 4 de dezembro de 2014).

⁸² Assim, a ‘Gesetz gegen die Neubildung von Parteien [14 Juli 1933]’, disponível em <http://www.documentarchiv.de/ns.html>, acesso a 4 de dezembro de 2014, art. 1º: Deutschland besteht als einzige politische Partei die Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei”.

⁸³ A ‘Gesetz zur Sicherung der Einheit von Partei und Staat [1 Dezember 1933]’, art. 1º, disponível em <http://www.documentarchiv.de/ns.html>, acesso a 4 de Dezembro de 2014, veio a estabelecer que “A Nach dem Sieg der nationalsozialistischen Revolution ist die Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei die Trägerin des deutschen Staatsgedankens und mit dem Staat unlöslich verbunden”.

⁸⁴ Conforme o disposto na ‘Gesetz über das Staatsoberhaupt des Deutschen Reichs [1 August 1934]’, disponível <http://www.documentarchiv.de/ns.html>, acesso a 4 de Dezembro de 2014: “Das Amt des Reichspräsidenten wird mit dem des Reichskanzlers vereinigt. Infolgedessen gehen die bisherigen Befugnisse des Reichspräsidenten auf den Führer und Reichskanzler Adolf Hitler über”.

sem falar nas famigeradas leis de Nuremberga de segregação racial de 1935⁸⁵, nos programas de eutanásia⁸⁶, trabalho forçado e de extermínio de pessoas em razão da sua etnia e religião, executadas, com inusitado entusiasmo, por todos os poderes do Estado, inclusive pelos tribunais⁸⁷. Neste sentido, a decisão de usar as forças armadas do país no estrangeiro, para além de não conhecer qualquer limitação jurídica interna de valor fundamental – outrossim o contrário é que era a doutrina oficial do regime –, caberia, em razão da concentração de poderes nas mãos do *Führer* e do poder geral legislativo perdido pelo *Reichstag* em favor do executivo, exclusivamente ao órgão supremo personificado por Adolf Hitler.

O Japão, como a Itália, tinha uma constituição que fora aprovada desde o século XIX no quadro dos seus projetos de modernização e ocidentalização⁸⁸. Assim sendo, não há aqui também uma situação de alteração do seu texto pela prática, mas meros ajustes necessários para acomodar políticas cada vez mais nacionalistas e militaristas que se encaixavam no quadro de distribuição de poderes em matéria de política externa. Estes, em última instância, pertenciam ao Imperador⁸⁹, ainda que a sua externalização jurídica devesse ser feita através de um membro do Gabinete⁹⁰.

⁸⁵ A ‘Lei para a Protecção do Sangue Alemão e da Honra Alema’, e a da ‘Cidadania do Reich’ [15 de setembro de 1935]; in: José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 405-407, continham, respetivamente, fórmulas excludentes que operavam tanto no domínio privado (“art. 1º: São proibidos os casamentos entre judeus e nacionais de sangue alemão ou similar”) como no público (“art. 2º: Um cidadão alemão é o súbdito que apenas tem sangue alemão ou similar (...”).

⁸⁶ ‘Lei para a Protecção da Saúde Hereditária: A Tentativa de Melhorar a Raça dos Arianos Alemães [14 de julho de 1933]’ in: Ibid., pp. 404-405: art. 1º: “Quem sofrer de Doença Hereditária poderá ser esterilizado se, de acordo com a ciência médica, for provável que os seus descendentes irão sofrer de deficiências hereditárias mentais ou físicas graves (...”).

⁸⁷ Cf. o trabalho de denúncia de Ingo Müller, *Hitler’s Justice. The Courts of the Third Reich*, Deborah Schneider (trad.), Cambridge, Mass, HUP, 1991.

⁸⁸ De que nos dá o conta o trabalho de P. Anand, “Family of ‘Civilized’ Nations’ and Japan: A History of Humiliation, Assimilation, Defiance, and Controntation”, *JHIL*, v. 5, n. 1, 2003, pp. 16-19, período que o autor chama de “assimilação”, e Kinji Akashi, “Japan-Europe” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 731-737, caracteriza como de ‘aceitação’, ‘aplicação’ e ‘entusiasmo’.

⁸⁹ “The Emperor declares war, makes peace, and concludes treaties” era a fórmula utilizada pela Constituição, a qual, com comentários, se encontra reproduzida em Hirobumi Ito, *Commentaries on the Constitution of the Empire*, 2. ed., Miyoji Ito (trad.), Tokyo, CU, 1906, pp. 167-310. O mesmo autor no comentário que precede enfatiza ser um direito do soberano para o qual não era necessário o consentimento da Dieta (pp. 29-30).

⁹⁰ Conforme o art. 55 (2), “All Laws, Imperial Ordinances, and Imperial Rescripts of whatever kind, that relate to the affairs of the state, require the countersignature of a Minister of State”. Ver igualmente Hirobumi Ito, *Commentaries on the Constitution of the Empire*, pp. 93-107.

Nesta matéria, tanto Portugal como Espanha⁹¹, constituíram casos especiais, uma vez que, apesar da proximidade ideológica e de terem adotado sistemas de base corporativista, não tinham condições para perseguir os objetivos dos outros Estados. O franquismo, a par da experiência fascista italiana, apesar de não ter produzido uma constituição, numa Espanha tradicionalmente simpática a uma cultura de legalidade⁹², tentou aproximar o mais possível os desenvolvimentos institucionais do Direito, produzindo, ainda antes da guerra, algumas alterações por via de leis fundamentais cuja materialização completa somente foi ocorrer anos depois, já depois da II Guerra Mundial⁹³. A Constituição Portuguesa de 1933 continuou a tratar da matéria⁹⁴. De forte inspiração autoritária terá sido, como tem sido salientado pelos seus estudiosos, produto, senão do punho, pelo menos da mente, de António de Oliveira Salazar⁹⁵. Era, pois, um Estado corporativo com um sistema de governo em que o Presidente do Conselho predominava⁹⁶. Todavia, estava longe de acompanhar o belicismo dos outros

⁹¹ Ver uma apresentação de vários aspetos gerais e específicos nos textos reunidos em Federico Fernández-Crehet López & António Manuel Hespanha (hrsg.), *Franquismus und Salazarismus: legitimation durch Diktatur*, Frankfurt am Main, VK, 2008, *passim*.

⁹² Cf. Antonio Serrano González, “Juristische Formen im Spanien Francos” in: Gerd Bender; Rainer Maria Kiesow & Dieter Simon (hrsg.), *Das Europa der Diktatur. Steuerung-Wirtschaft-Recht*, Baden-Baden, Nomos, 2002, pp. 81-117.

⁹³ Por todos, seguir Joaquín Varela Suanzes-Carpegna & Ignacio Fernández Sarasola, “Leyes Fundamentales y democracia orgánica. Aproximaciones al Ordenamiento Jurídico-Político Franquista” in: Federico Fernández-Crehet López & António Manuel Hespanha (hg), *Franquismus und Salazarismus: legitimation durch Diktatur*, pp. 197-233, considerando precisamente que o desenvolvimento constitucional do franquismo resultou da aprovação de diversas leis fundamentais, não levando à adoção de uma Constituição no sentido moderno da palavra.

⁹⁴ ‘Constituição de 11 de Abril de 1933’ in: Jorge Miranda (org.), *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*, pp. 185-216. Seguir, por todos, Marcello Caetano, *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1968, pp. 121-136, e, com maior aprofundamento, id., *A Constituição de 1933. Estudo de Direito Político*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956, pp. 50-52, 97-98, Fernando Rosas, Entrada ‘Constituição Política de 1933’ in: Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v. I, pp. 198-205, e, por fim, a discussão contemporânea de Pedro Velez, “Do discurso constitucional do Estado Novo” in: Federico Fernández-Crehet López & António Manuel Hespanha (hg), *Franquismus und Salazarismus: legitimation durch Diktatur*, pp. 635-667.

⁹⁵ Ver com esta tese António Araújo, “Nos Alvores da Constituição Política de 1933: Notas à Margem de um Manuscrito de Salazar” in: *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 109-202 (com documentação anexa), que salienta o papel ‘técnico’ do Professor de Coimbra Domingos Fezas Vital (sobre este académico, ver a apresentação de Manuel Braga da Cruz, Entrada ‘Domingos Fezas Vital’ in: Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, v. II, p. 1018), e de Quirino Avelino de Jesus (vide Fernando Rosas, Entrada ‘Quirino Avelino de Jesus’ in: Ibid., v. I, pp. 497-498), posição também adotada por Fernando Rosas, Entrada ‘Constituição Política de 1933’, p. 198, acrescenta o que considera o papel marginal do “jovem Marcelo Caetano”.

⁹⁶ Por todos, Francisco Pereira dos Santos, *Un État Corporatif. La Constitution Sociale et Politique Portugaise*, 2. ed., Paris/Porto, Sirey/EEN, 1940, e Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, s.l., EE, 1998, pp. 244-245, que a denomina de “ditadura de chefe de Governo”.

Estados com matriz autoritária da Europa⁹⁷. Distante mesmo, chega a esposar valores quase idealistas nas relações internacionais⁹⁸, que não deixavam de estar ligados aos grandes pilares da política externa portuguesa: preservação das colónias; impedimento das tentações expansionistas espanholas sobre o seu território europeu; manutenção das suas relações com a Grã-Bretanha⁹⁹. Todos foram testados ao limite com a ascensão do fascismo. Ademais, manteve a cláusula arbitral da Constituição da I República¹⁰⁰ e, pelo menos formalmente, deixou o poder de declarar a guerra nas mãos do Presidente da República. Subordinava-a, não obstante, a precedente tentativa de resolução pacífica do conflito¹⁰¹.

A única diferença palpável nesta matéria entre os Estados de influência fascista foi a França de Vichy, país em que, não obstante os poderes legislativos gerais concedidos pela Assembleia ao Marechal Phillippe Pétain para rever a Constituição¹⁰², o poder de declaração de guerra prevista pelas leis constitucionais que definiram os poderes do Chefe de Estado¹⁰³ e mesmo o projeto de Constituição de 1944, mantiveram a solução daquela ser precedida pela autorização das duas câmaras do Parlamento francês¹⁰⁴.

⁹⁷ Para alguns, como Ibid., pp. 250-251, seria um Estado tendencialmente totalitário (pp. 250-251), alicerçado sobre uma polícia política que era “espinha dorsal do sistema” (p. 247).

⁹⁸ A fórmula era a seguinte: “A Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito, e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados, na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade” (‘Constituição de 11 de abril de 1933’, art. 4º).

⁹⁹ Em especial sobre a política externa portuguesa nesse período, Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)”, pp. 262-266, e António José Telo, Entrada ‘Política Externa’ in: Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, v. II, pp. 769-776, e o mais recente Bernardo Futscher Pereira, *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Alfragide, DQ, 2012.

¹⁰⁰ “Portugal preconiza a arbitragem, como meio de dirimir os litígios internacionais” ((‘Constituição de 11 de abril de 1933’, art. 4º, para. único).

¹⁰¹ De acordo com o seu texto “Compete ao Presidente da República (...) Representar a Nação e dirigir a política externa do Estado; (...)” (Ibid., art. 81 (7)). O artigo 91 estava redigido da seguinte forma: “Compete à Assembleia Nacional: “6. Autorizar o Chefe de Estado a fazer a guerra, se não couber o recurso à arbitragem, ou esta se malograr, salvo caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, e a fazer a paz; (...)”.

¹⁰² ‘Loi constitutionnelle du 10 juillet 1940’, Artigo Único: “L’Assemblée nationale donne tout pouvoir au gouvernement de la République, sous l’autorité et la signature du maréchal Pétain, à l’effet de promulguer par un ou plusieurs actes une nouvelle constitution de l’État français”, disponível em <http://mjp.univ-perp.fr/france/co1940lc.htm>, acesso a 15 de junho de 2015).

¹⁰³ Apesar da concepção forte dos poderes presidenciais contante no artigo 1º (“Le chef de l’État français a la plénitude du pouvoir gouvernemental, il nomme et révoque les ministres et secrétaires d’État, qui ne sont responsables que devant lui”), “§ 9. Il ne peut déclarer la guerre sans l’assentiment préalable des Assemblées législatives”) (‘Acte constitutionnel n° 2 du 11 Juillet 1940, fixant les pouvoirs du chef de l’État français’, disponível em <http://mjp.univ-perp.fr/france/co1940.htm>, acesso a 15 de junho de 2015).

¹⁰⁴ Assim formulada, “Le président de la République (...) 7º (...) ne peut déclarer la guerre sans l’adhésion préalable et formelle des deux chambres” (‘Projet de constitution du 30 janvier 1944’, disponível em <http://mjp.univ-perp.fr/france/co1944p.htm>, acesso a 15 de junho de 2015).

16.2.4. Belicismo constitucional cosmopolita

Na sequência de processo de rejeição do liberalismo¹⁰⁵, logo após a Revolução de Outubro¹⁰⁶, a primeira constituição soviética¹⁰⁷, de 1918, perante críticas da comunidade internacional que acusavam aquele Estado de contradição¹⁰⁸, também expressou uma perspectiva intervencionista dentro de um quadro cosmopolita de propagação do comunismo pelos Estados vizinhos e pelo mundo, indicando a “libertação da humanidade do capitalismo e do imperialismo”¹⁰⁹ e a promoção da autodeterminação dos povos¹¹⁰, como valores em matéria de política externa, em termo não muito distantes do que o fundador do Estado soviético, Vladimir Lenine¹¹¹. No entanto, em 1924¹¹², a nova lei fundamental, sem abandonar o objetivo de unir “os trabalhadores de todos os países numa República Socialista Soviética Global”¹¹³, já renunciava que imperativos de ordem estratégica e ajustes ideológicos, com a adoção do princípio da coexistência pacífica¹¹⁴, resultariam na contínua suavização dessa linha, embora não no seu abandono¹¹⁵, e a confecção de uma lógica mais defensiva do que

¹⁰⁵ Ver também R. C. van Caenegem, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, pp. 249-270.

¹⁰⁶ Para um contexto geral, cf. Peter Kenez, *A History of the Soviet Union from the Beginning to the End*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2006.

¹⁰⁷ Apresentações sintéticas das constituições soviéticas podem ser encontradas em Giuseppe de Vergottini, *Diritto Costituzionale Comparato*, 6. ed., Padova, CEDAM, 2004, v. II, pp. 87-92, e John Hazard, “The Soviet Constitution: An Introduction”, *LGR*, v. 27, 1943, pp. 27-42.

¹⁰⁸ Em especial, ver Lauri Mälkssoo, “Russia-Europe” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 781-785, chamando a atenção para a duplicidade de critérios dos soviéticos que, por um lado, apelavam à autodeterminação dos povos e, por outro, impunham governos mesmo contra a vontade das pessoas.

¹⁰⁹ “Expressing its fixed resolve to liberate mankind from the grip of capital and imperialism, which flooded the earth with blood in its present most criminal of all wars, (...)” (‘1918 Constitution of the Russian Soviet Federated Republics, Adopted by the 50th Congress of Soviets [July 10 1918]’, disponível na página da rede <http://www.marxists.org/history/ussr/government/constitution/1918/index.html>, acesso a 7 de Agosto de 2013, art. 1 (4)).

¹¹⁰ “(...) the Third Congress of Soviets fully agrees with the Soviet Government in its policy of abrogating secret treaties, of organizing on a wide scale the fraternization of the workers and peasants of the belligerent armies, and of making all efforts to conclude a general democratic peace without annexations or indemnities, upon the basis of the free determination of peoples” (Ibid.).

¹¹¹ Veja-se ‘The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination. Theses’ [1916] in: *Lenin. Collected Works*, Moscow, PrP, 1964, v. 22, pp. 143-156.

¹¹² ‘The Constitution of the USSR [31 January 1924]’, disponível em <http://mailstar.net/ussr1924.html>, acesso a 7 de Agosto de 2013.

¹¹³ Ibid., Preamble.

¹¹⁴ Para uma apresentação geral, John Hazard, “The Soviet Constitution: An Introduction”, pp. 34-37. No prómio desta Constituição, fazia-se referências a aspetos da ação externa do Estado, nomeadamente quando se diz, logo na abertura, que “Here, in the camp of socialism: reciprocal confidence and peace, national liberty and equality, the pacific co-existence and fraternal collaboration of peoples”. Para uma discussão, Grigory Tunkin, “Co-Existence and International Law”, *RCADI*, v. 95, 1959, pp. 1-81.

¹¹⁵ Apesar de a doutrina insistir na existência de um hiato estalinista no que diz respeito à sua teoria do Direito Internacional (por exemplo, Victor Karpov, “The Soviet Concept of Peaceful Coexistence and Its Implications for International Law” in: Hans Baade (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, Dobbs Ferry, Oceana, 1965, p. 14, dizia que foi proclamado com o princípio básico da política externa da

ofensiva de defesa em relação ao capitalismo¹¹⁶. O texto fundamental de 1936¹¹⁷, a chamada ‘Constituição de Estaline’, já nem discutiu a matéria, ainda, que, paradoxalmente, o geórgio tenha sido o dirigente soviético que mais fez para tentar, ainda antes da II Guerra Mundial, concretizar o projeto de expansão do comunismo.

16.2.5. Regime geral e silêncio sobre as intervenções humanitárias

Os textos constitucionais do período não se pronunciaram sobre as intervenções humanitárias unilaterais e nem isso seria possível, atendendo ao estado do Direito Constitucional Internacional sobre esta matéria. O tratamento era genérico, ainda que com uma evolução notória ao nível da criação de cláusulas substantivas de controlo ou de promoção do uso unilateral da força que se juntavam às de teor mais processual. Muitas não deixavam de se aplicar aos usos humanitários ou pseudo-humanitários da guerra que ocorreram nesta fase.

16.3. A prática internacional

16.3.1. Intervenções soviéticas nos anos 20 a 40

No período entre guerras, a Rússia comunista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram os primeiros Estados a apelarem à retórica da libertação dos povos como justificação para as suas operações militares de invasão. Visavam combater as forças burguesas que detinham o poder nos países vizinhos, criando obstáculos à revolução e à democracia popular. Sustentando-se num entendimento próprio da guerra, de acordo com o qual eram justas aquelas que fossem feitas em legítima defesa, de libertação nacional contra agressores imperialistas e também para apoiar revoluções proletárias contra a burguesia¹¹⁸, ainda sob a liderança de Lenine¹¹⁹,

União Soviética) na verdade, como sustenta Warren Lerner, “The Historical Origins of the Soviet Doctrine of Peaceful Coexistence” in: *Ibid.*, pp. 21-26, sempre teve uma relação tensa com o princípio oposto da “Revolução Mundial”, e, como defende Leon Lipson, “Peaceful Coexistence” in: *Ibid.*, pp. 27-37, a sua utilização instrumental foi evidente durante a História da União Soviética.

¹¹⁶ ‘The Constitution of the USSR [31 January 1924]’, Preamble.

¹¹⁷ Aceder ao texto em tradução inglesa em ‘Constitution (Fundamental Law) of the Union of Socialist Soviet Republics [December 5 1936, as amended]’ in: Amos Jenkins Peaslee (ed.), *Constitutions of Nations*, The Hague, MN, 1956, v. III, pp. 485-501. A respeito da chamada ‘Constituição de Estaline’, cf. ‘The New Soviet Constitution’, *ILaR*, v. 6, n. 10, 1937, pp. 1-5, e John Hazard, “The Soviet Constitution: An Introduction”, pp. 37-42.

¹¹⁸ Ver Christopher Jones, “Just Wars and Limited Wars: Restraints on the Use of Soviet Armed Forces”, *WPol*, v. 28, n. 1, 1975, pp. 44-68.

o país invadiu, sem sucesso, a Polónia em 1920¹²⁰ esperando que o Exército Vermelho fosse recebido como libertador das massas oprimidas do país vizinho¹²¹, e anexou a Geórgia em 1921¹²². Antes da invasão germânica de 1941, denominada *Operação Barbarossa*¹²³, as guerras de Estaline¹²⁴ contra a Polónia, a Finlândia¹²⁵, os Estados Bálticos¹²⁶, etc. – precisamente nas suas áreas de influência¹²⁷, resultantes da partilha secreta com a Alemanha nazi¹²⁸ –, apesar de as causas primariamente estratégicas e hegemónicas que as motivaram, não deixaram de ser apresentadas, com alguma base de sustentação, como guerras justas de libertação do povo do domínio da desigualdade capitalista¹²⁹, ou pelo menos, para dinamizar a concretização da causa do socialismo¹³⁰. Evidentemente, o conceito de direitos humanos não fazia parte do léxico marxista e muito menos estalinista. As intervenções eram apresentadas como forma de se protegerem entidades coletivas como o ‘povo’ ou o ‘proletariado’. Se não fossem assim, seria estranho a sua invocação por Moscovo, que também não deixou de promover um regime de terror e de perseguir as minorias que se opunham às suas

¹¹⁹ A via militar era entendida como um instrumento legítimo para concretizar a causa justa da libertação dos povos e do proletariado (v. Jacob Kipp, “Lenin and Clausewitz: The Militarization of Marxism, 1914-1921”, *MiA*, v. 44, n. 4, 1985, pp. 184-191).

¹²⁰ No geral, Christopher Jones, “Just Wars and Limited Wars: Restraints on the Use of Soviet Armed Forces”, pp. 61-68.

¹²¹ *Ibid.*, p. 63.

¹²² Cf. ‘Russia Annexes Georgia. Georgian Patriarch’s Letter to the 1922 Genoa Conference’, *CJOC*, v. 3, n. 3, 2008, pp. 67-73.

¹²³ Vide Jürgen Förster & Evan Mawdsley, “Hitler and Stalin in Perspective: Secret Speeches on the Eve of *Barbarossa*”, *WiH*, v. 11, n. 1, 2004, pp. 61-103.

¹²⁴ No geral, Geoffrey Roberts, *Stalin’s Wars: From World War to Cold War, 1939-1953*, New Haven, YUP, 2006, e Alfred Rieber, “Stalin as Foreign Policy Maker: Avoiding War, 1927-1953” in: Sara Davies & James Harris (eds.), *Stalin. A New History*, Cambridge, UK, CUP, 2005, pp. 140-158.

¹²⁵ Sobre a chamada Guerra de Inverno, ver D. W. Spring, “The Soviet Decision for War against Finland 30 November 1939”, *SS*, v. 38, n. 2, 1986, pp. 207-226; Carl Van Dyke, *The Soviet Invasion of Finland, 1939-1940*, Abingdon, FC, 1997; Julia Abelev, “Perceptual Realism and the Winter War of 1939”, *Intersections*, v. 10, n. 3, 2009, pp. 1-19, e Kalervo Hovi, “Finland’s Rapprochement to National Socialism as Reaction to the Winter War”, *RJBNS*, v. 5, n. 1, 2013, pp. 57-87.

¹²⁶ Por todos, Gintaras Sapoka & Kristina Miliuskaite, “Lithuania’s Soviet Occupation and the Position of Lithuanian Lawyers: Legal Aspect of the Evaluation”, *IJAC*, v. 2, n. 6, 2013, pp. 11-19, e Tõnu Tannberg & Enn Tarvel, “Documents of the Soviet Military Occupation of Estonia in 1940”, *Trames*, v. 10, n. 1, 2006, 81-95.

¹²⁷ Especificamente, seguir Geoffrey Roberts, “Ideology, Calculation, and Improvisation: Spheres of Influence and Soviet Foreign Policy 1939-1945”, *RIS*, v. 25, n. 4, 1999, pp. 655-673.

¹²⁸ Cf. ‘Pacto germano-soviético (Pacto Ribbentrop-Molotov) [agosto de 1939]’ in: José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 430-433, que continha disposição neste sentido no ‘Protocolo Adicional Secreto’ in: *Ibid.*, pp. 432-433, para. 1-2, algo que se concretizou materialmente pouco tempo depois e que foi devidamente contratualizado por via do ‘Tratado Germânico-Soviético de Amizade e Fronteiras, Moscovo, 28 de Setembro de 1939’ in: *Ibid.*, pp. 448-451.

¹²⁹ Julia Abelev, “Perceptual Realism and the Winter War of 1939”, pp. 15-16.

¹³⁰ Jürgen Förster & Evan Mawdsley, “Hitler and Stalin in Perspective: Secret Speeches on the Eve of *Barbarossa*”, p. 84, transcrevem o discurso de Estaline que contém esta argumentação.

políticas, nomeadamente ucranianos, chechenos, etc., e que foi responsável indireto pela morte de milhões de pessoas de fome e frio¹³¹.

16.3.2. Japão/Manchúria, Itália/Abissínia e Alemanha Nazista/ Sudetas (1938); Polónia (1939)¹³²

Excetuando a intervenção do Japão na China, que, no geral, integrava-se claramente no seu projeto de expansão imperial¹³³, utilizando-se, por isso, justificações civilizatórias gerais, as potências do Eixo foram, paradoxal e incomodamente, as que mais se apropriaram de elementos “humanitários” para defenderem os seus empreendimentos bélicos no período anterior à aprovação da Carta das Nações Unidas.

No âmbito do seu acalentado projeto de anexação da Etiópia, país membro da Liga das Nações, a Itália fascista¹³⁴ invocou, conjuntamente com outras bases jurídicas, questões civilizatórias e humanitárias¹³⁵ para legitimar o ataque a essa nação¹³⁶. Os fundamentos eram questionáveis, não só porque a associação entre os autoproclamados propósitos civilizatórios era, nesse período, algo longínquo das intervenções humanitárias, mas

¹³¹ Vide os documentos em Philip Bobbier (ed.), *The Stalin Era*, London, Routledge, 2000.

¹³² No geral, cf. Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, Philadelphia, UPP, 1996, pp. 60-61.

¹³³ P. Anand, “Family of ‘Civilized’ Nations’ and Japan: A History of Humiliation, Assimilation, Defiance, and Contortation”, *passim*, integrando-a dentro da política imperialista japonesa, em especial a sua tentativa de criação de um espaço vital e de influência na Ásia, num quadro de relações tensas com o Ocidente e uma sensação nipónica de que as regras do jogo, que haviam permitido os países europeus criar e manter o seu império, estavam a ser alteradas somente na parte que não lhes afetava, criando, como sustentou, Kinji Akashi, “Japan-Europe”, pp. 739-741, um sentimento de frustração com o sistema pelo Império do Sol Nascente.

¹³⁴ Sobre este caso, recomenda-se Karl Strupp, “Problèmes soulevés à l’occasion de l’annexion, par le Italie, de l’Empire Éthiopien”, *RGDIP*, v. 44, 1937, pp. 43-50 (essencialmente tratando dos aspetos jurídicos ligados à anexação da Etiópia pela Itália); Quincy Wright, “The Test of Aggression in the Ítalo-Ethiopian War”, *AJIL*, v. 30, n. 1, 1936, pp. 45-56; Jean Allain, “Slavery and the League of Nations: Ethiopia as a Civilised Nations”, *JHIL*, v. 8, n. 2, 2006, pp. 213-244; e John Gooch, “Re-conquest and Suppression: Fascist Italy’s Pacification of Lybia and Ethiopia, 1922-39”, *JSS*, v. 28, n. 6, 2005, pp. 1005-1032.

¹³⁵ Veja-se, por exemplo, o discurso de 18 de março de 1934 do *Duce*, enfatizando o papel da Itália como elemento de ligação entre Ocidente e Oriente e entre a Europa e a África, bem como uma espécie de missão civilizatória nesta última, e que não podia ser legitimamente bloqueada pelas potências do “Velho Continente” (v. Benito Mussolini, “L’Italie Fasciste et la politique extérieure”, Reproduzido em francês na *RDI*, v. 13, 1934, pp. 563-568, especialmente 567-568), que, depois pôde concretizar no período da conquista da Etiópia (cf. ‘Mussolini: Il Discorso per l’Entrata delle Truppe Italiane in Addis Abeba [5 maggio de 1936]’; ‘Mussolini: Il Discorso della Proclamazione dell’Impero [9 maggio 1936]’ in: Luigi Preti, *Impero Fascista Africani ed Ebrei*, pp. 182-183, 184-185, docs. v e vi).

¹³⁶ Ligadas, por exemplo, à escravatura, instituição ainda existente no país africano. Tais fundamentos foram rejeitados liminarmente pelas autoridades etíopes. No dia 20 de Maio de 1935, S. Majestade, o Imperador Selassié, enviou uma carta à Liga das Nações, na qual acusava a Itália de “inaugurar recentemente uma campanha de propaganda para tentar justificar a sua ocupação de território italiano como sendo uma missão civilizatória e a sua rapacidade e tratamento do nosso povo como sendo o tratamento merecido por uma nação bárbara” (“Croniques: Le Conflit Ítalo-Ethiopien au Conseil de la Société des Nations”, Reproduzido em francês na *RDI*, v. 14, 1935, pp. 452-456).

também porque a maior parte da comunidade internacional e dos analistas viu-a como uma agressão colonial flagrante de um Estado autoritário¹³⁷ contra uma entidade soberana que procurava resolver os seus litígios de modo pacífico¹³⁸.

Mais embaraçosa ainda foi a utilização de certas dimensões da doutrina pela Alemanha nazi, o protótipo do Estado de racialização extrema¹³⁹, para legitimar a anexação das Sudetas e da Polónia¹⁴⁰ – enquadrado no projeto hitleriano de recuperação do prestígio perdido em Versalhes¹⁴¹ através da ‘persuasão’ ou da guerra direta¹⁴² – quando o *Reich* utilizou o argumento da perseguição das minorias alemãs das Sudetas, Boémia e Morávia e Polónia para declarar guerra à República Checa e à Polónia¹⁴³. Substantivamente, essas operações militares não tinham nada a ver com intervenções humanitárias. Mesmo que se aceite a genuinidade da preocupação de Berlim com as suas minorias¹⁴⁴, a doutrina daquela época já fazia perfeitamente a distinção entre intervenção em defesa de nacionais e intervenção humanitária¹⁴⁵. Além disso, nenhuma teoria da intervenção humanitária do período admitiria que, depois da operação militar, o território de um determinado Estado fosse incorporado ao dos interventores; quando

¹³⁷ Veja-se, por todos, Sabino Cassese, *Lo Stato fascista*, Bologna, IMul, 2010.

¹³⁸ Neste sentido, Quincy Wright, “The Test of Aggression in the Ítalo-Ethiopian War”, p. 53 (dizendo que foi um dos casos mais flagrantes de agressão tratado pela Liga).

¹³⁹ Vide David Theo Goldberg, *The Racial State*, Malden, Blackwell, 2002.

¹⁴⁰ Facto prontamente ressaltado por opositores das intervenções humanitárias para marcar os perigos da sua apropriação por Estados que pretendem mascarar desígnios puramente imperialistas (Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, Oxford, OUP, 2001, pp. 27-28; Thomas Franck & Nigel Rodley, “After Bangladesh: The Law of Humanitarian Intervention by Military Force”, *AJIL*, v. 67, n. 2, 1973, p. 284; Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, pp. 61-62).

¹⁴¹ Pierre Renouvin, “Les Crises du XXe. Siècle: de 1929 à 1945” in: Pierre Renouvin (org.), *Histoire des Relations Internationales*, 2. ed., Paris, Hachette, 1961. t. 8, p. 168.

¹⁴² Por todos, Marlis Steinert, *Hitlers Krieg und die Deutschen. Stimmung und Haltung der deutschen Bevölkerung in Zweiten Weltkrieg*, Düsseldorf, Econ, 1970.

¹⁴³ No ‘Discurso do Führer perante o Reichstag em 1 de Setembro de 1939’ in: *100 Documentos para a História dos Antecedentes da Guerra*, Lisboa, Alma, s.d., pp. 179-186, doc. 91, dizia-se, antes de lançar a *Blitzkrieg* contra a Polónia que “as minorias alemãs que lá habitam foram maltratadas da maneira mais cruel. Mais de um milhão de homens de sangue alemão tiveram que deixar a sua terra natal já nos anos de 1919/20” (p. 179).

¹⁴⁴ Acresce que, em especial, nas suas declarações oficiais em relação às Sudetas e a todos territórios habitados por germânicos em geral, os funcionários diplomáticos nazis faziam questão de enfatizar o carácter coletivo das minorias e não o seu aspecto individual. Assim, o alemão a ser protegido e incorporado à pátria-mãe, não tinha um valor intrínseco como pessoa, mas somente como membro do *Volk* germânico (Detlev Vagts, “International Law in the Third Reich”, *AJIL*, v. 84, n. 3, 1990, p. 693). A outra base de argumentação assumia tons patrióticos, de acordo com as quais, a Alemanha, enquanto grande potência, não podia tolerar tal humilhação (v. ‘O Führer ao Primeiro Ministro Chamberlain em 23 de Agosto de 1939’ in: *100 Documentos para a História dos Antecedentes da Guerra*, doc. 79, pp. 138-141: “As crueldades que desde então lá se realizam são terríveis para os atingidos e insuportáveis para o *Reich*, como grande potência” (p. 139)).

¹⁴⁵ Por exemplo, Edwin Borchard, *Diplomatic Protection of Citizens Abroad*, 2. ed., New York, BL., 1928, § 194; Louis le Fur, “Intervention pour Cause d’Humanité”, in: *Vitoria et Suarez. Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, Paris, Pedone, 1939, pp. 228-231.

muito viabilizaria a independência desse espaço. Muito menos, já na altura, se aceitaria que as minorias indesejáveis fossem sujeitas à deportação ou ao extermínio raciais¹⁴⁶, como, aliás, Hitler já vinha fazendo no próprio território germânico e já tinha teorizado em 1925¹⁴⁷. No fundo, as minorias fronteiriças de germânicos eram somente instrumentos cómodos do projeto germânico de expansão para leste a fim de materializar as suas concepções hegemónicas do *Grossraum* ou do *Lebensraum* de uma nação superior às demais¹⁴⁸, como decorre, aliás, dos escritos dos seus principais teóricos¹⁴⁹.

16.3.3. Aliados/Alemanha Nazi (1942-1945)

Apresenta-se também a invasão aliada da Alemanha como um exemplo de intervenção humanitária na sequência de uma campanha sem precedentes de genocídio promovida pela política racista e antisemita do *Reich* e pelas sequentes guerras de ocupação¹⁵⁰. No entanto, e apesar de os pressupostos gerais que têm sido desenvolvidos para alicerçar o direito à intervenção humanitária estarem presentes, o facto é que, a maior parte dos Estados que intervieram na II Guerra Mundial contra a Alemanha não o fizeram para salvaguardar a vida das minorias perseguidas, mas, por motivos de

¹⁴⁶ Cf., por todos, Robert Gellately, “The Third Reich, the Holocaust, and Visions of Serial Genocide” in: Robert Gellately & Ben Kiernan (eds.), *The Specter of Genocide. Mass Murder in Historical Perspective*, pp. 241-263, e, para o quadro jurídico aplicável a esta questão, Janne Nijman, “Minorities and Majorities” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 95-119.

¹⁴⁷ Diz num dado momento da sua obra programática, que “todo o cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta do que a de um de seus pais, o inferior, mas não atingirá entretanto à altura do superior em raça. Mais tarde será, por conseguinte, derrotado na luta com os superiores. Semelhante união está porém em franco desacordo com a vontade da Natureza, que, de um modo geral, visa o aperfeiçoamento da vida na procriação. Essa hipótese não se apoia na ligação de elementos superiores com inferiores mas na vitória incondicional dos primeiros. O papel do mais forte é dominar. Não se deve misturar com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria. Somente um débil de nascença poderá ver nisso uma crueldade, o que se explica pela sua compleição fraca e limitada. Certo é que, se tal lei não prevalecesse, seria escusado cogitar de todo e qualquer aperfeiçoamento no desenvolvimento dos seres vivos em geral” (Adolf Hitler, *Mein Kampf*, 2.ed., trad., s.l., s.n., 1925, cap. XI (Povo e Raça)).

¹⁴⁸ Detlev Vagts, “International Law in the Third Reich”, p. 695; e Bardo Fassbender, “Stories of War and Peace on Writing the History of International Law in the ‘Third Reich’ and After”, *EJIL*, v. 13, n. 2, 2002, pp. 479-512.

¹⁴⁹ Desde Reinhard Höhn e a sua concepção de povos governantes e povos servos, a Werner Best, Adolf Walz e Carl Schmitt (v. Ingo Hueck, “‘Sphere of Influence and ‘Volkisch’ Legal Thought’. Reinhard Höhn’s Notion of Europe” in: Christian Joerges & Navraj Singh Galeigh (eds.), *Darker Legacies of Law in Europe: The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and Its Legal Traditions*, Oxford, Hart, 2003, pp. 71-85).

¹⁵⁰ Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention. An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, p. 178, classificando-o como o precedente mais importante do período anterior à Carta das Nações Unidas.

legítima defesa própria ou de terceiros¹⁵¹. A prática material e os discursos dos líderes da Grã-Bretanha, França, União Soviética e Estados Unidos demonstram-no claramente¹⁵². A questão humanitária, neste sentido, ocupa uma posição de legitimação simbólica *ex post factum* quando se teve a noção específica da dimensão das atrocidades cometidas durante o período de governação nazi, ou, quando invocada, estando relacionada a atrocidades cometidas não tanto contra os nacionais germânicos de origem hebraica, mas em relação à população submetida a ocupação nazi¹⁵³.

16.4. A doutrina internacionalista e as intervenções humanitárias

No período entre guerras, a doutrina apresentou-se mais dividida do que nunca¹⁵⁴, consubstanciando-se numa “batalha de ideias”¹⁵⁵. Primeiro, autores como Walter Phillimore¹⁵⁶, Arrigo Cavaglieri¹⁵⁷ e Karl Strupp¹⁵⁸, rejeitaram as intervenções humanitárias sem exceções, com o argumento de que esta possibilidade havia sido obliterada pelo advento do Pacto da Liga das Nações e pelas demais regras convencionais e costumeiras aplicáveis¹⁵⁹, por apenas servirem como pretextos para os Estados mais poderosos intervirem nos mais fracos¹⁶⁰ ou serem mera charlatanice para legitimar moralmente atos de puro interesse político, como sustentou o controverso publicista germânico Carl Schmitt¹⁶¹. Admitiam, é verdade, intervenções se os

¹⁵¹ Não se pode deixar de concordar com Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law*, p. 27, quando diz que eram justificações, quando muito, subsidiárias. Ver também Sean Murphy, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, p. 65.

¹⁵² Podem ser analisados na compilação de José Alberto de Azeredo Lopes (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, pp. 437-464.

¹⁵³ A título exemplificativo, a ‘declaração sobre atrocidades’ saída da ‘Conferência de Moscovo, Declaração conjunta das Quatro Nações, Outubro de 1943’ in: *Ibid.*, pp. 492-493, sublinhava que “o Reino Unido, os Estados Unidos e a União Soviética receberam de muitos quadrantes provas de que estão a ser perpetradas a sangue frio atrocidades e execuções em massa por forças hitlerianas em muitos dos países que invadiram e de que estão agora, de forma firme, a ser expulsos. As brutalidades do domínio nazi não são coisa nova e todos os povos e territórios sob as suas garras sofreram a pior forma de governo de terror (...)”.

¹⁵⁴ Para este aspecto recomenda-se igualmente a síntese de Stephen Neff, *Justice Among Nations. A History of International Law*, pp. 364-390.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 364.

¹⁵⁶ Lord Phillimore, “Droit et Devoirs Fondamentaux des États”, *RCADI*, t. 26, v. 2, 1929, pp. 40-48, 47

¹⁵⁷ Arrigo Cavaglieri, “Règles Générales de Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 26, v. 2, 1929, pp. 570-574, rejeitando qualquer tipo de ingerência.

¹⁵⁸ Karl Strupp, “Les Règles Générales de Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 47, v. 1, 1934, pp. 518-522.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 518.

¹⁶⁰ *Ibid.*, pp. 518-520.

¹⁶¹ Esta ideia é bem ilustrada pela frase, “quem diz humanidade, quer enganar” (*wer Menschheit sagt, will betrügen*) (Carl Schmitt, *Der Begriff des Politischen. Text von 1932 mit einem Vorwort und drei corollarien*, Berlin, D&H, 1963, p. 55). A sua contribuição para o Direito Internacional é apresentada por Bardo Fassbender, “Carl Schmitt (1888-1985)” in: *id.*, & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1173-1178, e a que diz respeito mais amplamente à política

interesses dos Estados estivessem a ser diretamente afetados por alguma situação ameaçadora, como guerras civis ou criminalidade incontrolada¹⁶² ou, ainda no caso das intervenções diplomáticas, portanto sem uso da força militar¹⁶³, sem aceitar as humanitárias, principalmente se fossem militares.

Autores como Brierly e Kauffmann manifestaram posições intermediárias, vincando um princípio geral de não-intervenção, mas admitindo algumas exceções unilaterais¹⁶⁴ ou se fossem promovidas pela Liga das Nações¹⁶⁵, sem fazer, no entanto, referência explícita às intervenções humanitárias. Hans Kelsen, um ícone da ciência do Direito e do Direito Internacional¹⁶⁶, pontuou que não havia assuntos do domínio reservado dos Estados¹⁶⁷, e, num dos escritos mais específicos sobre esta matéria, o norte-americano Pitman Potter, rejeitou a possibilidade de haver um direito costumeiro à intervenção humanitária, defendendo *de lege ferenda* a sua inclusão num tratado ou em recomendações promovidas pela Liga¹⁶⁸.

Alfred Verdross aceitou a doutrina, porém salientou que os seus contornos jurídicos ainda não eram bem conhecidos e não referiu diretamente se a garantia dos tratados de minorias legitimaria o uso da força¹⁶⁹. Mesmo os precusores da defesa dos direitos dos indivíduos contra o seu Estado seguiam, como é natural, uma via mais judiciária de proteção do que propriamente uma defesa do uso da força militar. Foi o caso de Spiropoulos¹⁷⁰. Outros aceitaram-na, como princípio, embora chamando a atenção para os perigos da sua prática¹⁷¹ e recusando-se a atribuir-lhe o mesmo estatuto das intervenções para a proteção dos interesses de nacionais¹⁷². A posição de Jacques Dumas, recorria a um argumento utilitarista, uma vez que esses problemas internos

internacional nos escritos coligidos por Luiza Odysseos & Fabio Petito (eds.), *The International Thought of Carl Schmitt. Terror, Liberal War and the Crisis of Global Order*, Abingdon, Routledge, 2007.

¹⁶² Lord Phillimore, “Droit et Devoirs Fondamentaux des États”, pp. 40-43.

¹⁶³ Arrigo Cavaglieri, “Règles Générales de Droit de la Paix”, p. 473.

¹⁶⁴ J.L. Brierly, “Règles Générales du Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 58, v. 4, 1929, pp. 109-131.

¹⁶⁵ Erich Kaufmann, “Règles Générales du Droit de la Paix”, pp. 577-855.

¹⁶⁶ Por todos, Jörg Kammerhofer, “Hans Kelsen’s Place in International Legal Theory” in: Alexander Orakhelashvili (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, pp. 143-167, e Bardo Fassbender, “Hans Kelsen (1881-1973)” in: id., & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1167-1172.

¹⁶⁷ Hans Kelsen, “Theorie Générale du Droit International Public. Problème Choisis”, *RCADI*, v. 42, 1932, pp. 128-131.

¹⁶⁸ Pitman Potter, “L’Intervention en Droit International Moderne”, *RCADI*, t. 32, 1930, pp. 652-653.

¹⁶⁹ Alfred von Verdross, “Règles Générales du Droit International de la Paix”, *RCADI*, t. 30, 1929, pp. 271-517, 452-454.

¹⁷⁰ Jean Spiropoulos, “L’Individu et le Droit International”, *RCADI*, t. 30, v. 5, 1929, pp. 191-270, 258-266.

¹⁷¹ Charles Dupuis, “Règles du Droit International de la Paix”, *RCADI*, v. 32, 1930, 1-290, 108-110, e George Grafton Wilson, *International Law*, 8. ed., New York, Silver, 1922, p. 91-93

¹⁷² Charles Dupuis, “Règles du Droit International de la Paix”, pp. 151-152.

teriam, inevitavelmente, efeitos transnacionais, o que legitimaria a intervenção¹⁷³, ao passo que Herscht Lauterpacht, reconhecendo o seu papel jurídico e político no século XIX, e a não permanência de uma prática consistente, manteve-a como um mecanismo necessário à proteção dos direitos individuais¹⁷⁴ no quadro da sua teoria internacional centrada na proteção da pessoa humana¹⁷⁵.

Mais enfáticos, muito embora com intensidades diferentes, foram Stelio Séfériades¹⁷⁶ – legitimando-a a partir da sua compatibilidade moral – e Gabrielle Salvioli, que adotou a mesma posição¹⁷⁷. O norte-americano Ellery Stowell, apresentou uma das mais entusiásticas defesas da figura no período entre-guerras, considerando que tanto os princípios jurídicos, como a prática internacional, autorizavam intervenções unilaterais em casos de perseguição – dando o exemplo da que atingia os judeus – e de violação de direitos de minorias ou perante meios ‘bárbaros’ de guerra, para proteção de nacionais e de direitos individuais, que entendia serem uma base diferente da opressão relacionada a minorias. Do ponto de vista da legitimidade subjetiva ativa, Stowell, apesar de aceitar que uma intervenção coletiva – no sentido de integrar vários países – seria a mais desejável, considerando que esta era difícil de organizar, entendia que podia ser empreendida por Estados mais próximos da situação, mesmo que tivessem algum interesse na questão¹⁷⁸. Posição idêntica foi adotada, por exemplo, por Paul Fauchile¹⁷⁹, Jesse Reeves¹⁸⁰, André Mandelstam¹⁸¹, Amédée Bonde¹⁸², Axel Möller¹⁸³, Louis le Fur¹⁸⁴, Georges Scelle¹⁸⁵, e Hans Wehberg, que as discutem no âmbito do tópico das intervenções humanitárias em guerras civis¹⁸⁶.

¹⁷³ Jacques Dumas, “La Sauvegarde Internationale des Droits de l’Homme”, *RCADI*, t. 59, v. 1, 1937, pp. 1-97, 88

¹⁷⁴ Herscht Lauterpacht, “Règles Générales du Droit International de la Paix”, *RCADI*, t. 62, v. 4, 1937, pp. 237-240.

¹⁷⁵ Veja-se, e.g., Iain Scobbie, “Hersch Lauterpacht (1897-1960)” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, pp. 1179-1183, e, em especial, Elihu Lauterpacht, *The Life of Hersch Lauterpacht*, Cambridge, UK, CUP, 2010.

¹⁷⁶ Stelio Séfériades, “Principes Généraux du Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 34, v. 4, 1930, pp. 393-395.

¹⁷⁷ Gabrielle Savioli, “Les Règles Générales de la Paix”, *RCADI*, v. 46, 1933, pp. 1-164, 59, invocando a legitimidade de tal intervenção.

¹⁷⁸ Ellery Stowell, “La Theorie et la Pratique de l’Intervention”, *RCADI*, v. 40, 1932, pp. 87-151, 139-148.

¹⁷⁹ Paul Fauchile, *Traité de Droit International Public*, 8. ed. [1. ed., séc. XIX], Paris, ARou, 1923, pp. 570-572.

¹⁸⁰ Jesse Reeves, “La Communauté Internationale”, *RCADI*, t. 3, v. 2, 1924, 1-94, p. 65.

¹⁸¹ André Mandelstam, “La Protection Internationale des Droits de l’Homme”, *RCADI*, t. 38, v. 4, 1931, pp. 125-232, 196 e ss.

¹⁸² Amédée Bonde, *Traité Elementaire de Droit International*, Paris, Dalloz, 1926, pp. 244-245.

¹⁸³ Axel Möller, *International Law in Peace and War*, London, S&S, 1931, p. 144.

¹⁸⁴ Louis le Fur, “Intervention pour Cause d’Humanité”, pp. 231-248, que, não obstante, limita-a a situações muito específicas, nomeadamente aquelas em que estivessem presentes determinadas condições, nomeadamente: 1) violação a direito básicos; 2) oportunidade da intervenção, que subdividiu em: a)

A doutrina portuguesa, por seu turno, conforme indica um estudo que recobriu o período, não prestou muita atenção ao Direito Internacional e os poucos estudos que foram produzidos não se esmeraram em fazer apresentações sistemáticas ou por demonstrarem algum interesses pela questão do uso da força¹⁸⁷. Os poucos que o fizeram, trataram a regulação jurídica da guerra a partir da perspectiva oitocentista com as alterações de Haia do início do século XX¹⁸⁸.

Síntese final

O longo período da História europeia e, por extensão, mundial examinado nesta parte da tese foi naturalmente multifacetado, tendo inserido elementos novos, que permitem testar ainda mais a utilização de argumentos humanitários ou civilizacionais para justificar a guerra. Antes da ascensão do sistema estadual moderno simbolizado pela Paz de Vestefália, o unilateralismo na invocação das intervenções humanitárias foi uma evidência construída, a partir de certa altura, com base numa lógica religiosa marcada, além da aplicação mais antiga aos turcos maometanos, pela divergência entre católicos e protestantes, de acordo com a qual o argumento humanitário era dirigido à proteção dos companheiros de fé, ainda que, muitas vezes, justificando a opressão de heréticos e outros dissidentes.

É provável que tenha sido o reconhecimento da capacidade mútua de intervenção e a colocação de qualquer Estado no polo passivo de uma operação militar que contribuiu para a solidificação de um princípio mais forte de não-intervenção por motivos internos. Porém, tal regime sempre foi oscilantemente mantido, dependendo em larga medida do equilíbrio real de poder entre os Estados e da inexistência de propósitos civilizacionais na sua política externa. Não foi, assim, sem sentido, que, quando essas premissas se apresentaram alteradas, como no caso da República

fortes probabilidades de ser bem sucedida; b) não colocação em risco daqueles que almejava proteger. A estas acrescenta vários outros pontos, que chama de circunstâncias fáticas: frequência e gravidade dos atos cometidos e impossibilidade de se obter a cessação e reparação de outra forma (Ibid., p. 245).

¹⁸⁵ Georges Scelle, “Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 46, v. 4, 1933, pp. 331-697.

¹⁸⁶ Hans Wehberg, “La Guerre Civile et le Droit International”, *RCADI*, t. 63, v. 1, 1938, pp. 1-127, 115 e ss.

¹⁸⁷ Veja-se Fernando Loureiro Bastos, “Contributo para o Estudo da Doutrina de Direito Internacional Público Publicada em Portugal entre a criação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1913) e a Segunda Edição do *Curso de Direito Internacional Público* do Professor Doutor André Gonçalves Pereira (1970)” in: *Homenagem ao Professor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 679-746.

¹⁸⁸ A reter as obras de Adriano Anthero, *O Direito Internacional*, Porto, IPort, 1923, e de Armando Marques Guedes, *Direito Internacional Público*, Lisboa, ISCEF, 1936.

Revolucionária Francesa e no do Império Napoleónico, foi difícil resistir à tentação de imposição ou de defesa de valores por via bélica.

No entanto, o relativo contexto de equilíbrio – civilizacional, religioso, moral, económico – deixou de existir no século XIX, primeiro, nas relações com os decadentes impérios otomanos, espanhol e português, e, segundo, com os povos africanos e asiático. Neste âmbito, mais uma vez, argumentos civilizacionais foram usados para justificar, respetivamente, intervenções contra os algozes e contra as próprias vítimas, submetidas para o seu próprio bem.

O ponto máximo da contraditória evolução da doutrina foi atingido quando, no período entre guerras, de forma paradoxal, ela foi apropriada por regimes totalitários, racistas e nacionalistas para justificarem os seus próprios empreendimentos imperiais e expansionistas. Esta é uma questão incómoda, mas, em última instância, acaba por ser a exposição extrema das tensões internas quase constitutivas das intervenções humanitárias, que foi apresentada, em doses e tonalidades diferentes ao longo da História, e que, em última instância, se projetam na polémica contemporânea sobre a licitude das intervenções humanitárias. Tanto é assim que, qualquer abordagem sobre esta matéria, requer um olhar a partir da própria teoria do Direito Público, e, em particular, da do Direito Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
SOB O SÍGNO DA INCERTEZA – OS LIMITES DO DIREITO
INTERNACIONAL NA REGULAÇÃO DAS INTERVENÇÕES
HUMANITÁRIAS UNILATERAIS

Sem qualquer propósito determinista, um olhar sobre a história das intervenções humanitárias unilaterais acaba por reforçar a ideia que decorre da análise dos debates contemporâneos sobre a polémica questão, ou seja, de uma profunda, contínua e quase irreconciliável divergência entre Estados, tribunais, publicistas, políticos e moralistas sobre a licitude, desejabilidade e moralidade das intervenções humanitárias unilaterais. Dessa assertiva resultam consequências analíticas, mas epistemologicamente, além de estar sujeita à falsificação, não significa que seja uma realidade perene ou incontornável. A História é simplesmente a História e deve ser tida como tal. No entanto, realça experiências que, não sendo iguais, podem ter semelhanças com fenómenos contemporâneos e, neste sentido, deve ser considerada.

Neste estudo, o que se procurou demonstrar foi que a utilização de argumentos humanitários para justificar empreendimentos bélicos de atores internacionais foi sempre uma realidade desde os primórdios. E a ocupação de posição moral ascendente também. Até ao ponto em que aqueles que pretendem fundamentar as suas guerras definem e aplicam sem concertação externa as regras morais ou jurídicas invocadas. As guerras civilizatórias sempre foram construídas a partir de normatização unilateral de um Estado hegemónico, seguida de imposição militar ao entorno ‘bárbaro’. O imperialismo, desde a Antiguidade, andou, lado a lado, com a assunção de categorias universais e morais por parte de Estados hegemónicos. Por conseguinte, por um lado, o medo do hegemonismo, o sentimento de preocupação com a ocupação estrangeira e a sensação conhecida de humilhação inerente a qualquer processo que se assemelhe a uma colonização, e, por outro, o senso de superioridade, a imputação de barbarismos, a demonização e desumanização que, paradoxalmente, pode, num quadro de coletivização da culpa, atingir toda a população, sob a capa do ‘humanismo’, justificou, historicamente massacres disseminados de civis, que hoje seriam considerados genocídios.

Categorias linguísticas materialmente abrangíveis pelo tema foram igualmente usadas, especificando-se a natureza humanitária do resgate das pessoas das trevas, da exportação de governos iluminados, da salvação das almas, da proteção dos inocentes

ou dos oprimidos, da punição de crimes contra o Direito Natural, etc. No entanto, a contradição quase insanável manteve-se, tanto do lado ativo, quanto do passivo. Aquele para quem as atrocidades justificam a intervenção, sustenta os seus argumentos, em última instância, na autovalidação moral, que é subjetiva, e pelo seu poder militar¹. É, deste ponto de vista, uma postura de imposição cultural² de um sistema que só vingou a partir de normas internas ou unilaterais, num contexto em que ou não havia reciprocidade material assente em capacidades tecnológicas simétricas³ ou que havia um cenário de privilégio e superioridade civilizacional ou axiológica, de acordo com os quais o que é permitido a um Estado, é proibido ao adversário ou, no mínimo, em que este não tem capacidade de efetivação de medidas similares em razão da sua incapacidade material.

Naturalmente, o Direito Internacional foi formatado e cresceu com estas contradições no seu seio, de tal sorte que esse lado mais obscuro, mais imperialista, não deixa de o caracterizar até hoje⁴. Um traço de permanência do Direito Internacional, o qual vai sendo confrontando com o seu dinamismo que vai produzindo a sua alteração⁵. O mundo evoluiu consideravelmente depois da II Guerra Mundial⁶, mas a questão não se tornou menos complexa, tendo em vista o contexto de ‘poderes dirigentes’ contestados, por um lado, e de comunidades políticas com soberanias de facto

¹ Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, 7. ed., New York, MG-H, 2005, correspondendo ao segundo princípio do realismo político (p. 5), e, mais recentemente, John Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, Updated Edition, New York, Norton, 2014.

² Cf. Carlos Gaspar, “Limites da Intervenção” in: Patrícia Jerónimo (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedida, 2013, pp. 27-42, sustentando que a banalização das intervenções humanitárias prevaleceu durante o período em que a preponderância das democracias ocidentais foi incontestada, projetando este aspeto sobre a sua legitimidade (p. 39).

³ Carl Schmitt, *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, 4. auf., Berlin, D&H, 1997 [1. ed.: 1950], pp. 113-114, já notara que as instituições que os europeus puderam invocar contra os não-europeus tinham em larga medida amparo numa diferença tecnológica que impossibilitava qualquer materialização concreta de uma ação em sentido inverso, ainda que fossem submetidas a um quadro de reciprocidade; para a aplicação, num quadro distinto, mas de grande utilidade analítica, Mark Osiel, *The End of Reciprocity. Terror, Torture, and the Law of War*, Cambridge, UK, CUP, 2009.

⁴ Não deixa de ser sintomático que as duas categorias tenham sido serenamente articulados na polémica proposta feita alguns anos atrás por Robert Cooper, “The New Liberal Imperialism”, *TOB*, 7 April 2002.

⁵ Sobre estes conceitos, Philippe Cahier, “Changements et continuité du droit international: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 195, 1985, pp. 9-374, e Prosper Weil, “Le droit international en quete de son identité: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 237, 1992, pp. 9-370.

⁶ Cf. a apreciação intercalar de Eduardo Jiménez de Aréchaga, “International law in the past third of a century”, *RCADI*, v. 159, 1978, pp. 1-344.

diferenciadas⁷, do outro, levando ao desenvolvimento não absorvido pelo Direito Internacional de intervenções militares hegemónicas⁸.

Encontrar normas aceitáveis que consigam ultrapassar impasses morais e culturais fraturantes através de um mecanismo consensual ou quase-consensual de produção de normas, é o busílis da questão e, como preocupação geral não tem diminuído, muito pelo contrário⁹. Está-se, assim, perante um problema (e um desafio) de legitimidade para o Direito Internacional¹⁰ que se ajusta a um outro, mais puramente realista, de objetivos estratégicos dos membros da comunidade internacional¹¹, mas que aqui foi tratado de forma independente, por parecermos o mais importante para efeitos desta tese. Todavia, por não ser o único elemento relevante para se deslindar, a questão é ainda mais complexa. Glosando uma outra expressão, é da mesma ação objetivamente considerada, que decorre tanto a dominação como a libertação e este poderá ser o fado da eterna tensão interna que, para o bem e para o mal, marca estruturalmente as intervenções humanitárias¹². O facto é que, apesar de todas as acusações de eurocentrismo, os direitos humanos transformaram-se gradualmente num fator central das relações internacionais, sendo absorvido, senão pela maior parte dos Estados, pelo menos por parcela considerável das suas populações, criando um critério de avaliação de práticas e condutas que permitem contornar ou ajustar o apelo a quadros mais

⁷ Richard Steinberg, “Who is Sovereign?”, *SJIL*, v. 40, n. 2, 2004, pp. 329-364, e Jack Donnelly, “Sovereign Inequalities and Hierarchy in Anarchy: American Power and International Society”, *EJIR*, v. 12, n. 2, 2006, pp. 139-170.

⁸ Cf. Achilles Skordas, “Hegemonic Military Intervention as Legitimate Use of Force”, *MinnJIL*, v. 16, n. 2, 2007, pp. 407-455, e, para o enquadramento geral sobre o impacto de entidades hegemónicas no atual Direito Internacional, José Alvarez, “Hegemonic International Law Revisited”, *AJIL*, v. 97, n. 4, 2003, pp. 873-888; Rein Müllerson, “Anarchophilia, Hegemony, and International Law”, *AMDI*, v. 4, 2004, pp. 205-248, e Amy Bartholomew, “Defending Legality in an Age of Imperial Law” in: Richard Falk; Mark Juergensmeyer & Vesselin Popovski (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 92-126.

⁹ Yasuaki Onuma, “International Law and Power in the Multipolar and Multicivilizational World of the Twenty-First Century” in: *Ibid.*, pp. 149-197.

¹⁰ Sobre este aspeto, Allen Buchanan, “The Legitimacy of International Law” in: Samantha Besson & John Tassioulas (ed.), *The Philosophy of International Law*, Oxford, OUP, 2010, pp. 79-96, 86, e, de forma mais expandida, id., *Justice, Legitimacy, and Self-Determination. Moral Foundations for International Law*, Oxford, OUP, 2004, bem como o estudo sistemático de Ian Clarke, *Legitimacy in International Society*, Oxford, OUP, 2005. O debate doutrinário é revisto por Felipe Kern, *Direito e Legitimidade na Sociedade Internacional*, Boavista, Editora da Universidade Federal de Roraima EUFR, 2012.

¹¹ Não se pode negar que todo este argumentário pode ser apropriado ou misturado inconscientemente com o vocabolário da virtude e colocados ao serviço do poder como lembra Ramesh Thakur, “Law, Legitimacy and the United Nations” in: Richard Falk; Mark Juergensmeyer & Vesselin Popovski (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 45-71.

¹² Conferir igualmente Vasuki Nesiah, “From Berlin to Bonn to Baghdad: A Space for Infinite Justice”, *HHRJ*, v. 17, n. 1, 2004, pp. 75-98.

comunitaristas-nacionalistas¹³, como os valores asiáticos¹⁴ ou africanos¹⁵, a partir da assunção de princípios universais de tratamento mínimo das pessoas pelos seus governantes. Não há dúvidas de que tal alteração de embasamento moral projeta-se sobre o Direito Internacional e tenta conformá-lo¹⁶, facilitando ou até promovendo a criação de regimes jurídicos ou políticos de proteção ao indivíduo na esfera internacional – aquilo que alguns têm chamado, com apelo a linguagem cosmopolita, de Direito da Humanidade¹⁷ – que, em última instância, pode levar à justificação da utilização da força, a partir, nomeadamente, de demandas por justiça ou equidade nas relações internacionais¹⁸ ligadas à própria autoridade moral do Direito Internacional¹⁹, num quadro em que a soberania, apesar da sua contínua importância²⁰, deixa de ser considerada um escudo adequado para o Estado²¹.

Por fim, a guerra, apesar de ser um fenómeno internacional e interno²², como disse um renomado militar, é o inferno²³, tendo a ver, como dizia o Frei António de Santo Domingos, com “desgraças e sofrimento”²⁴, e não deve ser empreendida de ânimo

¹³ É útil a leitura dos artigos em Mortimer Sellers (eds.), *Parochialism, Cosmopolitanism, and the Foundations of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012, e o ensaio de Kwame Anthony Appiah, *Cosmopolitanism. Ethics in a World of Strangers*, London, Penguin, 2006.

¹⁴ Vide, de um dos principais proponentes da ideia do autoritarismo resultante dos chamados valores asiáticos, ‘Culture as Destiny: a Conversation with Lee Kwan Yew’, Fareed Zakaria (ent.), *FA*, v. 73, n. 2, 1994, pp. 109-126, e as considerações críticas de Amartya Sen, *Human Rights and Asian Values*, New York, CEIP, 1993.

¹⁵ Cf. discussões em Kwame Gyekye, *African Cultural Values. An Introduction*, Philadelphia, Sanfoka, 1996, e Kwasi Wiredu, *Cultural Universals and Particulars. An African Perspective*, Bloomington, IndUP, 1996.

¹⁶ A este respeito, cf. Theodor Meron, “International Law in the Age of Human Rights. General Course of Public International Law”, *RCADI*, v. 301, 2003, pp. 9-489, e, numa outra perspetiva, António Cançado Trindade, “International Law for Mankind: Towards a New *Jus Gentium*”, *RCADI*, v. 306, 2005, pp. 9-439.

¹⁷ Ver Ruti Teitel, *Humanity’s Law*, Oxford, OUP, 2011.

¹⁸ Seguir, e.g., Thomas Franck, *Fairness in International Law and Institutions*, Oxford, OUP, 1995.

¹⁹ Veja-se Joseph Raz, *The Authority of Law*, 2. ed., Oxford, UK, OUP, 2009.

²⁰ Cf. Juan-Antonio Carrillo-Salcedo, “Droit international et souveraineté des états: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 257, 1996, pp. 35-221, e, especialmente, a defesa forte feita por Friedrich Kratochwil, “Leaving Sovereignty Behind? An Inquiry into the Politics of Post-modernity” in: Richard Falk; Mark Juergensmeyer & Vesselin Popovski (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, pp. 127-148.

²¹ Por exemplo, Christoph Schreuer, “The Waning of the Sovereign State: Towards a New Paradigm for International Law”, *EJIL*, v. 4, n. 4, 1993, pp. 447-471.

²² Vide, e.g., Kalevi Holsti, *The State, War, and the State of War*, Cambridge, CUP, 1996

²³ Atribuída ao grande estratega militar estadunidense do período da Guerra Civil (v. Hugh Rawson & Margaret Miner, *The Oxford Dictionary of American Quotation*, 2. ed., New York, OUP, 2006, p. 703).

²⁴ O trecho é este: “a guerra tem a ver com as desgraças e sofrimentos mortais de muitos dos nossos próximos, aos quais o Senhor manda que amemos como a nós mesmos; logo, é o mais horrível de todos os remédios e, por consequência, não deve fazer-se guerra enquanto houver a esperança de que a república recuperará o que é seu através de algum meio mais suave” (p. 237) (*De Bello [c. 1580]*, Ricardo Ventura (trans. e estabelecimento); António Guimarães Pinto (rev. e trad.) in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 210-341).

leve²⁵, muito menos quando o objetivo de usá-la como instrumento de defesa da humanidade, parece, pelo menos à primeira vista, uma contradição em si. Outrossim, deve ser contida nos limites daquilo que for possível e efetivo. É, pois, um objetivo louvável tentar regulá-la dentro do espaço que seja considerado praticável por Estados que têm que defender o seu território ou os seus valores. Evidentemente, neste caso, é um desafio tentar trazer a ordem ao caos por excelência²⁶. Controlar o estado de natureza sem um poder público efetivo é uma empreitada hercúlea²⁷. E o fato de o sistema global tentar fazê-lo, já é suficientemente louvável e introduz o elemento de utopia positiva que é constitutivo do Direito Internacional²⁸.

A articulação entre todos esses vetores no atual sistema internacional é mais problemática do que parece, pois confronta-se com cânones jurídicos clássicos. A estrutura voluntarista do Direito Internacional continua a ser uma realidade e há um problema – que não é novo – e que ataca a sua estrutura, expondo as suas limitações e incongruências. Num sistema formalmente igualitário, no qual todos, em tese, participam do processo de criação do Direito, naturalmente as situações em que se permite qualquer tipo de ingerência nos assuntos de um Estado, mormente intervenção militar, por definição – com a exceção dos casos de rutura sistémica como o das guerras mundiais²⁹, materializável somente nos Estados com pequena ou média capacidade militar ou que não tenham aliados poderosos – são, na melhor das hipóteses, mínimas³⁰. A falta de reciprocidade material, por um lado, e as limitadas possibilidade de haver consensos alargados sobre tais questões, por outro, ambos pressupostos nucleares da aceitação de normas e de procedimentos³¹, deixam o sistema com uma baixa propensão regulatória. É compreensível que estes Estados, particularmente se suspeitarem que as suas condutas são consideradas condenáveis pelos seus homólogos ou que podem ser

²⁵ Cf. David Mednicoff, “Humane Wars? International Law, Just War Theory and Contemporary Armed Humanitarian Intervention”, *LCH*, v. 2, n. 3, 2006, pp. 373-398.

²⁶ Tomou-se aqui de empréstimo a expressão de James Morrow, *Order within Anarchy. The Laws of War as an International Institution*, Cambridge, UK, CUP, 2014.

²⁷ Thomas Hobbes, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, C.B. MacPherson (ed.), London, Penguin, 1985, Parte I, cap. 13 e ss.

²⁸ A este respeito, o incontornável Martti Koskeniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 2001.

²⁹ Cf., e.g., Michael Walzer, “World War II: Why Was This War Different?”, *P&PA*, v. 1, n. 1, 1971, pp. 3-21.

³⁰ Não é desprovido de sentido que Johan Huizinga, *Homo Ludens. A Study of the Play-Element in Culture*, London, Routledge, KP, 1949 [orig.: 1944], cap. v (“Play and War”), tenha salientado que a emergência de verdadeiros quadros regulatórios internacionais relativos à guerra seja somente possível em situações de reconhecimento simétrico entre potenciais contentores.

³¹ Respetivamente, Andrew Guzman, *How International Law Works. A Rational Choice Theory*, Oxford, OUP, 2008, e Ian Clarke, *Legitimacy in International Society*, p. 207 e ss.

objeto de algum tipo de intolerância cultural ou racial, impeçam a formação ou alteração de qualquer regime jurídico nessa matéria³², até porque, como alertou um estudo recente, a intervenção humanitária de alguns, é a agressão ilícita de outros³³.

Kant havia detetado a ineficiência deste sistema quando dirigiu a conhecida acusação ao modelo adotado pelos pais fundadores do Direito Internacional, Grócio, Pufendorf e Vattel³⁴, no sentido de que era incapaz de garantir uma paz duradoura. As críticas, em última instância, questionam a viabilidade de um sistema jurídico horizontal e quase consensual de aprovação e aplicação de normas, mormente de caráter sancionatório, pelos e contra os seus próprios criadores e executores, à margem de qualquer interesse concreto. As reservas kantianas ainda são válidas, como também ainda é atual a solução que apresenta, ou seja, de, no plano internacional, fazer depender a paz internacional da emergência de algum grau de institucionalização das relações internacionais³⁵.

Habermas, na senda da sua interpretação de Kant, entende que esta seria, no fundo, a única solução justa³⁶. Não se dirá que não é, muito pelo contrário. Mas o que está em causa não é a consistência moral desta ideia, que não se discute, mas os hiatos que mantém com a facticidade. O modelo de segurança coletiva das Nações Unidas, poderia ter este condão, porquanto moldado a partir da ideia de criação de uma força pública internacional legítima, com capacidade para intervir em qualquer situação. O problema é que, sem embargo de tudo o que conseguiu alcançar nos últimos anos, não consegue garantir respostas efetivas em todas as situações, nem sequer às mais graves. Nem mesmo depois de se ter ensaiado desenvolver uma alternativa a partir do conceito de responsabilidade de proteger³⁷, foi possível ter um sistema que tornasse completamente obsoleta e ilegítima qualquer tentativa de tutela unilateral de valores,

³² R. George Wright, "A Contemporary Theory of Humanitarian Intervention", *FJIL*, v. 4, n. 3, 1989, pp. 435-468, 439-440.

³³ Vide Alexandra Steele, "One Nation's Humanitarian Intervention is Another's Illegal Aggression: How to Govern International Responsibility in the Face of Civilian Suffering", *LLAICLR*, v. 35, n. 1, 2012, pp. 99-129.

³⁴ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden* in: *Werke*, Berlin, DG, 1968, Ak, VIII, sec. II, 2º Artigo Definitivo, e, o comentário de Martti Koskeniemi, "Miserable Comforters: International Relations as New Natural Law", *EJIR*, v. 15, n. 3, 2009, pp. 395-422.

³⁵ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, 2º Artigo Definitivo.

³⁶ Veja-se, em especial, Jürgen Habermas, "Kant's Idea of Perpetual Peace, with the Benefit of Two Hundred Years Hindsight" in: James Bohman & Matthias Lutz-Bachmann (ed.), *Perpetual Peace. Essays on Kant's Cosmopolitan Idea*, Cambridge, MITP, 1997, pp. 113-153.

³⁷ Cf. 4.1.3.

tendo em vista as ambiguidades e vazio resultante do processo de reforma dessa organização universal³⁸.

Perante tais limites jurídicos, a questão nuclear torna-se política e moral³⁹. Destarte, o essencial é resolver a transição⁴⁰, ou seja, o período até à eventual institucionalização forte das relações internacionais, alicerçada em princípios comunicativos e legitimada democraticamente pelos próprios cidadãos do mundo⁴¹, que Habermas propõe e que certos internacionalistas parecem dar por realizada. É que a existência de alguns elementos de constitucionalização das relações internacionais, não significa que ela se tenha materializado neste período histórico concreto. Estes sinais têm sido entusiasticamente apresentados por importantes publicistas, especialmente germânicos⁴². Porém, se se ultrapassa o meramente descritivo, não mais do que meros, ainda que, numa certa perspetiva, crescentes, sinais, os quais, aliás, ainda não apagaram completamente as suas tradicionais características privatísticas⁴³. Assim, o que o seu conterrâneo filósofo constrói é uma solução normativa viável para o futuro o qual, acabou por matizar face à realidade⁴⁴, e que depende de um pressuposto que, pelo

³⁸ Com este entendimento, Cesáreo Gutiérrez Espada, “El ‘uso de la fuerza’ en los Informes del Grupo de Alto Nivel (2004), del Secretario General (2005) y, a la postre, en el documento final de la cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno (Naciones Unidas, Nueva York, septiembre de 2005)”, *ADI*, v. XXI, 2005, pp. 13-49, e Romualdo Bermejo García & Eugenia López Jacoiste, “El uso de la fuerza a la luz de los conflictos recientes: análisis de los Informes del Grupo de Alto Nivel (2-XII-2004) y del Secretario General (21-III-2005)” in: Consuelo Ramón Chornet (ed.), *Uso de la fuerza y protección de los derechos humanos en el nuevo orden internacional*, Valencia, PUV/TIB, 2006, pp. 37-90. Ver também, para análises várias, os artigos em Peter Danchin & Horst Fischer (eds.), *United Nations Reform and the New Collective Security*, Cambridge, CUP, 2010.

³⁹ Vide Linda Bishai, “Intervention in Law and Politics”, *CaC*, v. 36, n. 4, 2001, pp. 415-424.

⁴⁰ Cf., por exemplo, Jürgen Habermas, “Dispute on the Past and Future of International Law: Transition from a National to a Postnational Constellation” in: *Proceedings of the Twenty-First World Congress of Philosophy*, v. 13, 2007, pp. 31-39, e “Interventions” in: *Time of Transitions*, Cambridge, Polity, 2006, p. 17.

⁴¹ Ver Jürgen Habermas, “A Plea for Constitutionalization of International Law” in: *XXIII World Congress of Philosophy. Philosophy as Inquiry and a Way of Life*, Athens, 4-10 August 2013, disponível na homepage oficial do evento <http://www.wcp2013.gr/files/items/6/649/habermas.pdf>, acesso a 15 de julho de 2015.

⁴² Vide Hermann Mosler, “The international society as a legal community”, *RCADI*, v. 140, 1974, pp. 1-320; Christian Tomuschat, “Obligations arising for states without or against their will”, *RCADI*, v. 241, 1993, pp. 195-374, e Jochen A. Frowein, “Reactions by not directly affected states to breaches of public international law”, *RCADI*, v. 248, 1994, pp. 345-437. Bruno Simma, “From bilateralism to community interest in international law”, *RCADI*, v. 250, 1994, pp. 217-384, apresenta uma descrição do potencial e os limites dessa publicização do Direito Internacional. O estudo de Eyal Benvenisti, “The Conception of International Law as a Legal System”, *GYIL*, v. 50, 2008, pp. 393-405, enquadra esta discussão e discute a sua atual influência na política externa da própria Alemanha.

⁴³ Cf. a tese clássica de Herscht Lauterpacht, *Private Law Analogies in International Law with Special Reference to International Arbitration*, LLD Thesis, London, LSE, 1926, e Bryan Duzin, “Opening the Machinery of Private Order: Public International Law as a Form of Private Ordering”, *SLULJ*, v. 58, n. 2, 2014, pp. 423-466.

⁴⁴ Em intervenções mais recentes, apesar de manter as suas convicções a um nível mais normativo, Habermas tem revelado um menor entusiasmo em relação à sua materialização (e.g., “Discourse Theory

menos até ao presente, ainda não se materializou⁴⁵. Kant uma vez disse que mesmo um povo de demónios precisaria do Estado e do Direito⁴⁶. É provável que tivesse razão. A questão a resolver é se é possível haver um Direito abrangente, claro e eficaz entre o povo de demónios e comunidades políticas de autopercebidos anjos. E é neste quadro que, apesar das inúmeras críticas que se poderão dirigir à sua teoria das relações internacionais⁴⁷, as soluções alternativas apresentadas por outro famoso kantiano, John Rawls, parecem ajustar-se melhor ao tal período de transição que o seu rival teórico, Habermas⁴⁸, destaca, ainda que o seu objetivo seja o de criar uma teoria geral.

O estadunidense concebe o seu modelo de justiça nas relações internacionais a partir do que denomina ‘teoria ideal’ e ‘teoria não ideal’⁴⁹, posição que, em certa medida, também já tinha amparado a reflexão do realista moderado George Kennan anos antes⁵⁰. A primeira conteria os cânones, as categorias, os conceitos e, sobretudo, os princípios de justiça para guiar a conduta entre os povos liberais⁵¹ e, por extensão, entre estes e os que classifica de ‘povos decentes hierárquicos’, a segunda, é configurada para as relações com o que o autor intitula ‘Estados fora-da-lei’⁵², os quais estão num regime diferente, pretensamente mais realista e naturalista, que evidentemente permite a guerra justa, ainda que em situações muito limitadas – essencialmente de legítima defesa⁵³ e muito ocasionalmente de imposição de certos valores⁵⁴. O que de mais importante resulta da perspetiva adotada pelo professor de Harvard, é que, nestes casos concretos, a limitação do uso da força nas relações internacionais decorreria de uma autocontenção

and International Law: An Interview with J. Habermas”, Armin van Bogdany (ent.), Frankfurt, *MPICPLIL*, 2013, disponível na página da rede da Sociedade Europeia de Direito Internacional: <http://www.esil-sedi.eu/sites/default/files/2013InterviewHabermas.pdf>, acesso a 12 de Julho de 2015).

⁴⁵ Shabtai Rosenne, “The perplexities of modern international law: general course on public international law”, *RCADI*, v. 291, 2001, pp. 9-471, 24.

⁴⁶ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, 1º Suplemento (Da Garantia da Paz Perpétua).

⁴⁷ Por todos, Charles Beitz, “Rawls Law of Peoples”, *Ethics*, v. 110, n. 4, 2000, pp. 669-696, 697-721; Thomas Pogge, “Rawls on International Justice”, *PQ*, v. 51, n. 203, 2001, pp. 246-253; e os artigos reunidos em Rex Martin & David Reidy (eds.), *Rawls’s Law of Peoples. A Realistic Utopia?*, Malden, Blackwell, 2006.

⁴⁸ Ver a sua disputa teórica em Jürgen Habermas & John Rawls, *Debate sobre el Liberalismo Político*, Fernando Vallespín (org.), Barcelona, Paidós, 1998.

⁴⁹ Vide John Rawls, *The Law of Peoples with the Idea of Public Reason Revisited*, Cambridge, Mass, HUP, 1999, *passim*.

⁵⁰ Cf. George Kennan, “The Two Planes of International Reality” in: *Realities of American Foreign Policy*, New York, Norton, 1954, pp. 3-30.

⁵¹ John Rawls, *The Law of Peoples with the Idea of Public Reason Revisited*, Part I, II.

⁵² *Ibid.*, Part III, para. 13.

⁵³ *Ibid.*, 13. 2.

⁵⁴ Não se pode esquecer que, para Rawls, a forma como um Estado Liberal pode promover os seus valores, não seria uma questão do Direito dos Povos, mas da sua política externa, permitindo-se, em casos extremos, o uso da força (*Ibid.*, 13.3).

interna inerente ao espírito menos belicista das sociedades liberais e não propriamente de princípios jurídicos ou morais externos.

É um aspeto que o sábio teutónico também já tinha discutido através de outra condição da ‘sua’ *ewigen frieden*, ou seja, de que a paz internacional, em última instância, depende do modelo de organização interno dos Estados, em concreto de serem repúblicas⁵⁵, o que, na significação atual, teria o sentido de um Estado Constitucional de Direito. Neste sentido, em diversasavas, houve uma expansão gradual desse regime político, particularmente depois da II Guerra Mundial e do fim da Guerra Fria⁵⁶. No entanto, a sua concretização universal está longe de ser evidente e garantida⁵⁷. Mais de metade da população do globo não vive formalmente em Estados de Direito Democráticos nem em comunidades políticas em que o poder tenha algum tipo de legitimação popular ou limitação material concreta⁵⁸, e tão-pouco há obrigações internacionais gerais de adoção desse regime⁵⁹. Disso não decorrem necessariamente violações massivas aos direitos humanos, mas é prejudicada a emergência dos consensos internacionais necessários para efetivar um sistema público de uso da força que afaste o seu recurso natural e, sobretudo, a consolidação de um regime jurídico claro nos casos em que tal se justifica por motivos relacionados com os valores essenciais e, por vezes, vitais de um determinado Estado. O impacto sobre o nível de intensidade regulatória aceitável para a generalidade dos Estados é evidente e tendencialmente reduzido⁶⁰. Neste sentido, valores diferenciados, num quadro de heterogeneidade da justiça pública, mesmo fora do já famoso “conflito de civilizações”⁶¹ – que só releva para esta tese limitadamente, ou seja, na medida em que haja uma sobreposição entre o cultural e o institucional –, poderão criar um contexto de promoção de conflitos armados entre os Estados que adotam modelos distintos,

⁵⁵ Immanuel Kant, *Zum Ewigen Frieden*, sec. II, 1º Artigo Definitivo.

⁵⁶ Ver a tese de Samuel Huntington, “Democracy’s Third Wave”, *JD*, v. 2, n. 2, 1991, pp. 12-34.

⁵⁷ Aliás, como o próprio Huntington (*Ibid.*, *passim*) já alertava ao associar as vagas de democratização às de reversão de conquistas democráticas.

⁵⁸ Vide Larry Diamond, “Facing up to the Democratic Recession”, *JD*, v. 26, n. 1, 2015, pp.141-155, e Alexander Cooley, “Authoritarianism Goes Global. Countering Democratic Norms”, *JD*, v. 26, n. 3, 2015, pp. 49-63.

⁵⁹ Cf. textos em Gregory Fox & Brad Roth (eds.), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000.

⁶⁰ Como dizia, Reinhold Niebuhr, *The Children of Light and the Children of Darkness. A Vindication of Democracy and a Critique of its Traditional Defense*, Chicago, UChiP, 1944, pp. 168-169, em jeito de prognóstico, “for a long time to come the international community will have few elements of inner cohesion, or benefit from the unity of a common culture or tradition. It will possess only two minimal forces of cohesion: a common overtone of universality in its moral ideals, and the fear of anarchy”.

⁶¹ Seguir o polémico, Samuel Huntington, “The Clash of Civilizations?”, *FA*, v. 72, 1993, pp. 22-49.

particularmente quando são estes que promovem os seus valores de modo militante⁶², intolerante⁶³, impositivo⁶⁴ e belicoso⁶⁵ na esfera internacional, e, caso forem liberais, os direitos humanos podem ser um bom motivo para usar a força⁶⁶.

Claro está que não há nenhuma exigência de se abordar uma questão destas de modo fatalista, desconsiderando-se, *a priori*, as capacidades do Direito Internacional em com elas lidar. O Direito Internacional tenta responder a estes desafios, ponderando diferentes alternativas para o objetivo que deve perseguir de encontrar padrões regulatórios ajustados a um ‘Mundo Dividido’⁶⁷. Introduziu, de facto, uma norma proibitiva geral, o artigo 2 (4), mas não parece que este consiga resolver o problema jurídico, pelo menos nos termos mais taxativos que alguns pretendem. Neste quadro, há quem tenha uma perspetiva protetiva do Direito Internacional, denunciando qualquer ‘assalto’ que seja contra ele dirigido⁶⁸ ou as tentativas da sua ‘demolição’⁶⁹. Claros radicalismos à parte⁷⁰, sem nutrir qualquer amor pela anarquia internacional⁷¹, não teria dúvidas em associar-me a tal empreitada e de rejeitar ataques ideológicos ao sistema

⁶² Veja-se Tom Farer, *Confronting Global Terrorism and American Neo-Conservatism. The Framework of a Liberal Grand Strategy*, Oxford, OUP, 2008, e G. John Ikenberry & Anne Marie Slaughter (dirs.), *Forging a World of Liberty under Law. U.S. National Security in the 21st Century*, Princeton, WWSPIA, 2006.

⁶³ Toma-se a expressão emprestada de Gregory Fox & Georg Nolte, “Intolerant Democracies” in: Gregory Fox & Brad Roth (eds.), *Democratic Governance and International Law*, pp. 389-435.

⁶⁴ Vide George Sorensen, “Liberalism of Restraint and Liberalism of Imposition: Liberal Values and World Order in the New Millennium”, *IR*, v. 20, n. 3, 2006, pp. 251-272.

⁶⁵ Cf. Lawrence Freedman, “The Age of Liberal Wars”, *RIS*, v. 31, n. 1, 2005, pp. 93-107.

⁶⁶ Naturalmente, como se tem discutido, a própria teoria liberal, possui entendimentos distintos sobre as relações internacionais (vide Gerry Simpson, “Imagined Consent: Democratic Liberalism in International Legal Theory”, *AYIL*, v. 15, 1994, pp. 103-128, e id., “Two Liberalisms”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 537-571, as minhas ideias a respeito podem ser encontradas em José Pina Delgado, “Interdependência e Neo-Realismo: Perspectivas para um Enfoque Liberal Realista nas Relações Internacionais” in: Odete Maria de Oliveira & Arno dal Ri (orgs.), *Relações Internacionais. Interdependência e Sociedade Global*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2003, pp. 289-323), que autorizam no fundo tanto inferências mais belicistas, como mais restritivas (e.g., George Sorensen, “Liberalism of Restraint and Liberalism of Imposition: Liberal Values and World Order in the New Millennium”, *passim*).

⁶⁷ Apesar de escrito tendo como pano de fundo as diferenças inerentes ao período da Guerra Fria e da Descolonização, a teorização de Antonio Cassese, *International Law in a Divided World*, Oxford, Clarendon, 1986, mantém grande atualidade.

⁶⁸ Confirmam-se os recentes Jens David Ohlin, *The Assault on International Law*, Oxford, OUP, 2015, e Philippe Sands, *Lawless World. Making and Breaking Global Rules*, London, Penguin, 2005.

⁶⁹ Cf. Mary Ellen O’Connell, *The Power and Purpose of International Law. Insights from the Theory and Practice of Enforcement*, Oxford, OUP, 2008.

⁷⁰ Por exemplo, não nos parece muito positiva a tentativa feita por Ibid., *passim*, de associar qualquer negação da eficácia máxima do Direito Internacional e até do seu valor a visões intelectuais obscuras ligadas a regimes execráveis como o nazi, incorrendo, paradoxalmente, no mesmo ‘schmittianismo’ (a desumanização do inimigo), que se pretende confrontar.

⁷¹ O termo é usado por Rein Müllerson, “Anarchophilia, Hegemony, and International Law”, *passim*.

jurídico internacional⁷² ou à vetusta crítica de que não é verdadeiro Direito⁷³, ou ainda de que, na melhor das hipóteses, é um embrião do Direito, constituído somente por regras primárias⁷⁴. Porém, há um dever do qual o analista não pode furtar-se, o de apresentá-lo tal como é num dado momento histórico. Com as suas virtudes, mas também com as suas deficiências e limitações, dentro de um quadro de equilíbrio⁷⁵, que ultrapasse as visões apologéticas da política internacional crua e dura e a utopia exacerbada dos internacionalistas mais ativistas⁷⁶, levando-se, naturalmente, em consideração a relevância de elementos políticos no Direito Internacional⁷⁷.

É uma linha que está muito longe de considerar que o Direito Internacional não é Direito, que não tem qualquer eficácia⁷⁸ ou um papel⁷⁹ a desempenhar na ordenação das relações internacionais. Pelo contrário, como diversos intérpretes têm sublinhado,

⁷² Os trabalhos de autores como Eric Posner, *The Perils of Global Legalism*, Chicago, UChiP, 2009, não deixam, mau-grado a sua importância analítica, de conter alguns excessos neste sentido, os quais são tão problemáticos como teoria descritiva, quanto o que imputam às visões mais idealistas.

⁷³ Referimo-nos à tese clássica do positivismo oitocentista, na forma como foi exposta por John Austin, *The Province of Jurisprudence Determined and the Uses of the Study of Jurisprudence*, Indianapolis, Hackett, 1998 [orig.: 1832], para quem “the law of nations consists of opinions or sentiments current among nations. It therefore is not law properly so called” (p. 142), e que considerava que “the law obtaining between nations is not positive law: for every positive law is set by a given sovereign to a person or persons in a state of subjection to its author” (p. 201). Para uma defesa recente desta tese, John Bolton, “Is there really ‘Law’ in International Affairs?”, *TL&CP*, v. 10, n. 1, 2010, pp. 1-48.

⁷⁴ A tese é de H.L.A. Hart, *The Concept of Law*, 2. ed., Oxford, Clarendon Press, 1994, cap. x.

⁷⁵ Ver também a recente exposição geral de James Crawford, *Chance, Order, Change: The Course of International Law*, Hague, HAIL, 2014, p. 55.

⁷⁶ Cf. Martti Koskeniemi, *From Apology to Utopia. The Structure of International Legal Argument*, Reissue with New Epilogue, Cambridge, CUP, 2005.

⁷⁷ Veja-se Antonio Cassese, *International Law in a Divided World*, pp. 26-28, asseverando que o Direito Internacional é um sistema jurídico realista, amparado, na sua opinião, no princípio da efetividade e que acomoda as relações de poder.

⁷⁸ Aliás, é sintomático que a maior figura do realismo político (ver Christoph Frei, *Morgenthau. An Intellectual Biography*, Baton Rouge, LSUP, 2001) na sua *opus magnum*, sustentasse que o Direito Internacional foi, desde a sua origem, obedecido na maior parte das circunstâncias (Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 285), o mesmo acontecendo uma das mais argutas análises dessa concepção da lavra de autoria de George Kennan, “The Non Soviet World” in: *Realities of American Foreign Policy*, pp. 31-62, para quem “No one who has spent many years of his life in practical contact with the working of international affairs can fail to appreciate the immense and vital value of international law in assuring the smooth functioning of that part of international life that is not concerned with such a things as vital interest and military security. In my own case this was brought home in a most vivid manner, for during the second world war my own personal safety and that of a hundred and twenty-nine other official internees in Germany came to depend very largely, over several months, on such protection as international law could afford. In general, I think, you will find that foreign offices and professional diplomatists are very much attached to international law as an institution, and cling to it as one of the few solid substances in their world of shifting, unstable values” (pp. 38-39).

Edward Hallet Carr, *The Twenty Year Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, 2. ed., New York, Perennial, 2001 [1945].

⁷⁹ Ver o recente Friedrich Kratochwil, *The Status of Law in World Society. Meditations on the Role and Rule of Law*, Cambridge, UK, CUP, 2014.

considero que ele possui uma força civilizatória⁸⁰, o que indica que contempla uma dimensão claramente moral, mas no sentido aspiracional⁸¹, que não o priva, por si só, de juridicidade e sequer de eficácia⁸². O Direito Internacional existe⁸³, como disse um abalizado especialista é uma realidade⁸⁴, mas, para mim, é diferente do Direito interno, e há muito deixou de ser primitivo⁸⁵. Neste contexto distinto, a maior parte dos regimes e das normas internacionais são cumpridos voluntariamente pelos Estados por razões diversas⁸⁶. Assim, é eficaz para regular a maior parte das relações que se processam no plano internacional⁸⁷, por outras palavras, ‘funciona’⁸⁸, e tem contribuído, para usar a designação de um importante autor sobre a sua função, para, de alguma forma, ajudar a assegurar a sobrevivência da humanidade⁸⁹, ou, como teorizou uma influente internacionalista, “prevenir, conter e resolver os litígios”⁹⁰. Além disso, tem conhecido um percurso acentuado de institucionalização⁹¹ e até de judicialização⁹², de tal sorte a colmatar algumas das suas principais deficiências.

Apesar disso, neste caso concreto, importando o termo usado por Carl Schmitt noutro contexto, a exceção tem um papel explicativo central e é determinante para

⁸⁰ Conferir com esta tese Martti Koskeniemi, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, *passim*.

⁸¹ Lembra-nos Boutros Boutros-Ghali, “Le droit international à la recherche de ses valeurs : paix, développement, démocratisation”, *RCADI*, v. 286, 2000, pp. 9-38, que há uma diferença entre os nobres valores e as metas do Direito Internacional e a sua realização.

⁸² O que, desde logo, lhe permite promover pequenas vitórias que, de antemão, podiam ser consideradas difíceis ou até impossíveis, como lembra Antonio Cassese, *International Law in a Divided World*, pp. 124-125, em relação à aceitação das normas de tratamento de prisioneiros de guerra pelos japoneses, algo que contrariava a sua cultura castrense milenar e os valores a ela inerentes. Embora o exemplo pode ser discutido à luz da situação do Japão depois da II Guerra Mundial, ela não deixa de ter relevância ao nível desta discussão.

⁸³ A este respeito, ver também Diogo Freitas do Amaral, “Será o Direito Internacional verdadeiro Direito?”, *PI*, n. 27, 2005, pp. 9-19, e, antes, a resposta de Anthony d’Amato, “Is International Law Really ‘Law’?”, *NULR*, v. 79, 1985, pp. 1293-1314, aos críticos do Direito Internacional.

⁸⁴ Ian Brownlie, “International law at the fiftieth anniversary of the United Nations: general course on public international law”, *RCADI*, v. 255, 1985, pp. 9-228.

⁸⁵ Ver esta discussão em Yoram Dinstein, “International Law as a Primitive Legal System”, *NYJILP*, v. 19, n. 1, 1986, pp. 1-32.

⁸⁶ Cf. Harold Koh, “Why Nations Do Obey International Law?”, *YLJ*, v. 106, n. 8, 1997, pp. 2599-2659.

⁸⁷ Ver Abram Chayes & Antonia Handler Chayes, *The New Sovereignty. Compliance with International Regulatory Agreements*, Cambridge, Mass, HUP, 1995.

⁸⁸ Andrew Guzman, *How International Law Works. A Rational Choice Theory*, *passim*.

⁸⁹ Christian Tomuschat, “International law: ensuring the survival of mankind on the eve of a new century: general course on public international law”, *RCADI*, v. 281, 1999, pp. 9-438.

⁹⁰ Rosalyn Higgins, “International Law and the Avoidance, Containment and Resolution of Disputes: General course on Public International Law”, *RCADI*, v. 230, 1991, pp. 9-341.

⁹¹ Cf., por exemplo, Kal Raustiala, “Institutional Proliferation and the International Legal Order” in: Jeffrey Dunnof & Mark Pollack (eds.), *Interdisciplinary Perspectives on International Law and International Relations. The State of the Art*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 203-320.

⁹² Vide Karen Alter, *The New Terrain of International Law. Courts, Politics, Rights*, Princeton, PUP, 2014; Cesare Romano; Karen Alter & Yuval Shany (eds.), *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, OUP, 2014, e, antes, Mary Volcansek (ed.), *Law Above the Nations. Supranational Courts and the Legalization of Politics*, Gainesville, UPFL, 1997.

conformar uma determinada situação⁹³. Em certos domínios, de forma pura e simples, é difícil desenvolver regimes jurídicos no atual cenário global⁹⁴, de tal modo que podem existir setores desregulados ou subregulados, como acontece, por exemplo, com questões ligadas às migrações internacionais⁹⁵. O mesmo ocorre com o uso da força, pois em áreas que se destacam pela sua dimensão estratégica ou pela sua especial carga moral, esta eficácia é, naturalmente, mais reduzida, particularmente num sistema jurídico descentralizado⁹⁶. Perante tais situações-limite, um regime jurídico internacional, a existir, pode ser descumprido⁹⁷. Deve-se, por isto, considerar as suas limitações⁹⁸. Não é que essas normas não existam, mas, no máximo, cobrem de forma imperfeita e débil certas formas de recurso à força militar em situações específicas. E é natural que assim seja em relação às intervenções humanitárias unilaterais porque, da mesma forma como a imprecisão promove a imprecisão⁹⁹, a ineficácia leva à ineficácia¹⁰⁰. A ideia de uma nova ordem internacional, com elementos mais cosmopolitas e centrados no cidadão global¹⁰¹, baseada numa soberania desagregada¹⁰², justa a todos os níveis, nomeadaente na esfera social¹⁰³, pacífica, que seja efetiva na proteção dos seus sujeitos coletivos e individuais, ainda não se concretizou de forma acentuada e consistente, e resulta tanto num fator de contenção do uso da força, como do seu incremento. O critério diferenciador será o nível de proteção garantido. Caso este

⁹³ Cf. Carl Schmitt, *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveranität*, Berlin, D&H, 2004 [orig. 1921].

⁹⁴ Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 287, e, para uma perspectiva contemporânea ancorada na História, James Whitman, *The Verdict of Battle. The Law of Victory and the Making of Modern War*, Cambridge, Mass, HUP, 2012.

⁹⁵ Que assume uma dimensão sobretudo bilateral, conforme desenvolvemos em José Pina Delgado, “The Current International Legal Framework of Economic Migration Management: Challenges for Emerging Countries” in: Guy Goodwin-Gill & Philippe Weckell (eds.), *Protection des migrants et des réfugiées aux XXI^e siècle, aspects de droit international/ International Migrants and Refugee Protection in the 21st Century*, Hague, Brill/HAILCSR, 2015, pp.127-165.

⁹⁶ Ver o notável jurista soviético, Grigory Tunkin, “Politics, law and force in the interstate system”, *RCADI*, v. 219, 1989, p. 235, lembrando que o tipo que um ordenamento jurídico reserva à violência depende da sua natureza, e os clássicos da teoria das relações internacionais, Kenneth Waltz, *Man, the State and War. A Theoretical Analysis*, New York, ColUP, 1954, e Edward Hallet Carr, *The Twenty Year Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, p. 187, chamando a atenção para o fato de nestas situações poder-se invocar causas morais para justificar a violação do Direito.

⁹⁷ Ver o trabalho clássico de Louis Henkin, *How Nations Behave. Law and Foreign Policy*, 2. ed., New York, ColUP, 1979.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 322, e, a partir de outro prisma, Joshua Kleinfeld, “Skeptical Internationalism: a Study of Whether International Law is Law”, *FLR*, v. 78, n. 5, 2010, pp. 2451-2530.

⁹⁹ Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 289.

¹⁰⁰ A propósito, ver o texto clássico de Hans-Joachim Morgenthau, “Positivism, Functionalism, and International Law”, *AJIL*, v. 34, n. 2, 1940, *passim*.

¹⁰¹ Por exemplo, Jürgen Habermas, “Kant’s Idea of Perpetual Peace, with the Benefit of Two Hundred Years Hindsight”, pp. 128-129.

¹⁰² Vide Anne-Marie Slaughter, *A New World Order*, Princeton, PUP, 2004.

¹⁰³ Por exemplo, ver os textos em Thomas Pogge (ed.), *Global Justice*, Malden, Blackwell, 2001.

seja deficiente, em situações especialmente justificadas, certos Estados sentir-se-ão mais estimulados a garantir a aplicação extraterritorial e bélica dos seus valores¹⁰⁴, como vigilantes em casos nos quais o sistema jurídico e as instituições de proteção de direitos não funcionam¹⁰⁵, especialmente o ‘xerife’ apontado pela comunidade internacional¹⁰⁶, o Conselho de Segurança.

Perante tal cenário, que, por motivos diversos, não deixa de afligir também os ordenamentos jurídicos internos mais funcionais¹⁰⁷, a indeterminação acentuada de normas de valor fundamental que têm também por objeto questões internas fraturantes como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o princípio da igualdade¹⁰⁸. dentre várias outras, no direito interno, é resolvida por órgãos judiciais com a missão de atribuir um significado último e de pacificar a sua interpretação, pelo menos ao nível jurídico: um tribunal constitucional ou um tribunal supremo com jurisdição constitucional¹⁰⁹. Apesar da ascendente judicialização do sistema internacional, esta ainda não é suficiente para evitar o efeito de contágio da indeterminação de normas sobre a eficácia de regimes, mantendo-se, em larga medida, o paradoxo jurídico, assinalado por vários intérpretes¹¹⁰. É que não há qualquer instituição dotada de poderes para, de forma definitiva, resolver tais conflitos¹¹¹, fixando interpretação autêntica, no sentido kelseniano¹¹², dentre os vários argumentos, racionais e razoáveis, relativamente a uma *hard question*¹¹³. Sem jurisdição compulsória e obrigatoriedade de seguimento de

¹⁰⁴ Cf. igualmente o importante estudo de Ronald Janse, “The Legitimacy of Humanitarian Interventions”, *LJIL*, v. 19, n. 3, 2005, pp. 669-692, Richard Falk, “Introduction: Legality and Legitimacy: Necessities and Problematics of Exceptionality” in: Richard Falk; Mark Juergensmeyer & Vesselin Popovski (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, p. 26, e o trabalho recente de Ruti Teitel, “Kosovo to Kadi: Legality and Legitimacy in the Contemporary International Order”, *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp. 105-113.

¹⁰⁵ Para um caso, Roger McGrath, *Gunfighters, Highway Men and Vigilantes. Violence on the Frontier*, Berkeley, UCALPress, 1984.

¹⁰⁶ Veja-se igualmente W. Michael Reisman, “Unilateral Action and the Transformations of the World Constitutive Process: The Special Problem of Humanitarian Intervention”, *EJIL*, v. 11, n. 1, 2000, pp. 3-18.

¹⁰⁷ Ian Brownlie, “International law at the fiftieth anniversary of the United Nations: general course on public international law”, pp. 32-35, sugerindo que, antes de se fazer considerações sobre a eficácia do direito internacional, conviria que se analisasse também a dos direitos internos, para se verificar se são tão diferentes assim.

¹⁰⁸ Por todos, Lorenzo Zucca, *Constitutional Dilemmas. Conflicts of Fundamental Legal Rights in Europe and the USA*, Oxford, OUP, 2007

¹⁰⁹ Para uma interessante discussão, Jorge Reis Novais, *Em Defesa do Tribunal Constitucional. Resposta aos Críticos*, Coimbra, Almedina, 2014.

¹¹⁰ Cf., e.g., Wilhelm Wengler, “Public international law: paradoxes of a legal order”, *RCADI*, v. 158, 1977, pp. 9-86.

¹¹¹ Hans Joachim Morgenthau, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, p. 292.

¹¹² Veja-se Hans Kelsen, *Teoria Pura do Direito [Reine Rechtslehre]*, João Baptista Machado (trad.), São Paulo, MF, 1998, cap. VIII.

¹¹³ Inspirado na célebre expressão de Ronald Dworkin, “Hard Cases”, *HLR*, v. 88, n. 6, 1975, pp. 1057-1109.

interpretações normativas, não há “juiz Hércules” que valha ao Direito Internacional¹¹⁴. Neste sentido, a presunção de uma *international rule of law* para controlar a política¹¹⁵ e que se projeta sobre todos os setores das relações internacionais de forma igual é quimérica.

E o facto é que, historicamente, como demonstraram vários internacionalistas do século XIX¹¹⁶, há um desconforto notório em permitir ou proibir as intervenções humanitárias. Por vezes, estas foram consideradas fora do Direito ou justificadas moralmente e, outras vezes, consideradas ilícitas, mas aceitáveis pela Comunidade Internacional, desde que estivessem presentes certas condições. E é este o sentir de muitos internacionalistas contemporâneos, ainda que acossados por perspectivas que, para garantirem a eficácia e a imagem de juridicidade e unicidade do Direito Internacional, movimentam-se exclusivamente no espaço bivetorial do lícito ou do ilícito¹¹⁷. No fundo, a ideia da ilicitude, mas legitimidade¹¹⁸, da legitimação *ex-post factum*¹¹⁹, da excecional licitude¹²⁰, da pequena fronteira de separação entre as intervenções humanitárias e a legalidade¹²¹, da sub-legalidade¹²², da necessidade moral¹²³, do fator de mitigação¹²⁴, da exceção à proibição geral do uso da força¹²⁵, são precisamente manifestações desta dificuldade de enquadramento nos atuais paradigmas

¹¹⁴ Cf. em especial a discussão promovida no seu *Law's Empire*, Cambridge, Mass, HUP, 1986, e a sua aplicação ao Direito Internacional em Basak Çali, “Interpretivism and International Law”, *EJIL*, v. 20, n. 3, 2009, pp. 805-822, 820-821.

¹¹⁵ Seguir Ian Hurd, “The International Rule of Law: Law and the Limits of Politics”, *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp. 39-51.

¹¹⁶ Ver cap. 15.3.

¹¹⁷ Ver, em sentido, convergente, mas com uma solução distinta, Nikolaos Tsagourias, *Jurisprudence of International Law: the Humanitarian Dimension*, Manchester, MUP, 2000.

¹¹⁸ DIIA, *Humanitarian Intervention. Legal and Political Aspects*, Copenhagen, DIIA, 1999, cap. v; IICK, *Kosovo Report. Conflict – International Response – Lessons Learned*, Oxford, OUP, 2000, cap. 6; ICISS, *The Responsibility to Protect. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa, IDRC, 2001; ACIA, *Advisory Report on Humanitarian Intervention*, The Hague, ACIA, 2000; ver um discussão crítica em Ige Dekker, “Illegality and Legitimacy of Humanitarian Intervention: Synopsis of and Comments on a Dutch Report”, *JCSL*, v. 6, n. 1, 2001, pp. 115-126.

¹¹⁹ Louis Henkin, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 824-828.

¹²⁰ Elise Leclerc-Gagné & Michael Byers, “A question of intent: the crime of aggression and unilateral humanitarian intervention”, *CWRJL*, v. 41, n. 2-3, 2009, pp. 379-390.

¹²¹ Bruno Simma, “NATO, the UN, and the Use of Force: Legal Aspects”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 1-22.

¹²² Cf. Michael Burton, “Legalizing the Sublegal: A Proposal for Codifying a Doctrine of Unilateral Humanitarian Intervention”, *GeorgLJ*, v. 85, n. 2, 1996, pp. 417-454.

¹²³ Ver Jens Elo Rytter, “Humanitarian Intervention without the Security Council: From San Francisco to Kosovo – and Beyond”, *NJIL*, v. 70, n. 1-2, 2001, pp. 121-160.

¹²⁴ Thomas Franck, *Recourse to Force. State Action Against Threats and Armed Attacks*, Cambridge, UK, CUP, 2002, p. 139.

¹²⁵ Juan Francisco Escudero Espinosa, *Cuestiones en torno a la intervención humanitaria y el derecho internacional actual*, León, Universidad de León, 2002, pp. 337-339.

totalizantes do Direito Internacional, em que tudo tem que estar regulado, e de forma clara e sem ambiguidades¹²⁶.

Num sistema politicamente descentralizado, sem monopólio de uso da força por uma força pública e obrigação de proteção, em contexto de divergências éticas e culturais, que nem sempre podem ser ultrapassados pelo Direito Internacional¹²⁷, mesmo através das mais elaboradas fórmulas de harmonização¹²⁸, e diferentes interesses estratégicos¹²⁹, é evidente que a faticidade projeta-se sobre a licitude e a eficácia sobre a validade¹³⁰, daí a dificuldade generalizada em determinar o estatuto das intervenções humanitárias na atualidade¹³¹. Não sendo problemas exclusivos, já que muitos deles são partilhados por vários sistemas jurídicos internos, mesmo os mais funcionais, e pelo Direito Público em particular, o Direito Internacional é, para o bem e para o mal, especial. A compreensão do seu funcionamento requer que se ultrapassem dogmas jurídicos que nem sempre se ajustam muito bem à explicação de alguns dos seus domínios¹³². É fundamental admitir-se que a abordagem nesses casos é favorecida pela agregação de elementos morais e políticos que, não sendo parte necessária do Direito, são, neste contexto, imprescindíveis para uma boa perceção desta problemática¹³³, e,

¹²⁶ No seu voto separado no *Parecer sobre a Compatibilidade com o Direito Internacional da Declaração Unilateral de Independência do Kosovo*, pronunciando-se sobre outra questão, igualmente carregada do ponto de vista moral e político, o Juiz Bruno Simma chamou a atenção para o facto de o Direito Internacional não poder ser capturado por uma lógica binária de proibido-permitido nos termos do *Caso Lotus*. Haverá tonalidades de compatibilidade e de permissibilidade que extrapolam um quadro excludente, e que seria passíveis de ajustamento, e silêncios do Direito Internacional em relação a certos aspetos das relações internacionais, como, no caso concreto, tolerando certas condutas ('Separate Opinion of Judge Simma' in: *ICJ Reports*, The Hague, ICJ, 2010, pp. 478-481, para. 9).

¹²⁷ Mais otimista, embora tratando de questões gerais, é Christian Reus-Smit, "International Law and the Mediation of Culture", *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp. 65-82.

¹²⁸ Por exemplo, através de esquemas tentados por teóricos e académicos como Alex Bellamy, "Pragmatic Solidarism and the Dilemmas of Humanitarian Intervention", *Millenium*, v. 31, n. 3, 2002, pp. 473-497.

¹²⁹ Ver Eric Posner, *The Perils of Global Legalism*, *passim*.

¹³⁰ Cf. o notável estudo de Antonio Cassese, *International Law in a Divided World*, pp. 26-28.

¹³¹ Confrontar com Nicholas Wheeler, "Humanitarian Intervention after Kosovo: Emergent Norm, Moral Duty or the Coming of Anarchy?", *IA*, v. 77, n. 1, 2001, pp. 113-128, e com Jerzy Zajadlo, "Humanitarian Intervention: Threat to International Order, Moral Imperative, or Customary Norm in *Statu Nacendi*?", *PYIL*, v. 27, 2004-2005, pp. 33-48.

¹³² Cf. igualmente a crítica de Nikolaos Tsagourias, *Jurisprudence of International Law: the Humanitarian Dimension*, *passim*.

¹³³ Neste sentido, o recurso a perspectivas metodologicamente híbridas, como a que agrega o Direito Internacional à Teoria das Relações Internacionais, poderá ser importante (vide os textos em Jeffrey Dunnof & Mark Pollack (eds.), *Interdisciplinary Perspectives on International Law and International Relations. The State of the Art*, *passim*, e, especificamente, Anne-Marie Slaughter, "International law and international relations", *RCADI*, v. 285, 2000, pp. 9-249), o mesmo acontecendo com aquelas que o avaliam no seu contexto político (vide os artigos em Michael Byers (eds.), *The Role of Law in International Politics. Essays in International Relations and International Law*, Oxford, OUP, 2000, bem como o incontornável Martti Koskenniemi, "The Politics of International Law – 20 Years Later", *EJIL*, v. 20, n. 1, 2009, pp. 7-19). Conferir igualmente as considerações de Alexander Orakhelashvili, "International Law, International Politics and Ideology" in: id. (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 328-375, e, antes as exposições

consequentemente, esquecer crenças positivistas radicais de completude do sistema jurídico e da sua determinação total, que, de resto, seriam incompatíveis com a necessidade de ajustar interesses e valores tão opostos defendidos pelos membros da comunidade internacional¹³⁴. Neste momento, a unidade sistêmica a que pode almejar o Direito Internacional¹³⁵ será sempre relativa, mesmo em relação à aplicação de certas regras secundárias. Não é, pois, de se estranhar que, atendendo ao contexto concreto, certas zonas de regulação jurídica internacional sejam mantidas conscientemente uma situação de liminaridade e indeterminação, que permite deixar certas questões em ‘terras de ninguém’, em trincheiras de incerteza entre o jurídico, o moral e o político¹³⁶. É o que permite que o sistema consiga absorver, com grande flexibilidade¹³⁷, desafios morais e políticos incontornáveis, sem colocar em cheque a sua própria sobrevivência num ambiente pouco afeito à sua preservação¹³⁸. E, nesta altura, num mundo imperfeito¹³⁹, não sendo a melhor solução, é a mais condizente com a realidade internacional, que, por exemplo, dificilmente, pelas razões de fundo apontadas, aceitaria a codificação de tal instituto nos termos propostos, de tempos a tempos, por internacionalistas que se debruçam sobre o tema¹⁴⁰, e que tarda em apresentar uma posição clara de rejeição ou de aceitação inequívoca de tentativas de sua reforma através de práticas contrárias às normas vigentes¹⁴¹.

sistemáticas de Karl Zemanek, “The legal foundations of the international system: general course on public international law”, *RCADI*, v. 266, 1997, pp. 9-335, Louis Henkin, “International law: politics, values and functions: general course on public international law”, *RCADI*, v. 216, 1989, pp. 9-416; Grigory Tunkin, “Politics, law and force in the interstate system”, pp. 227-395.

¹³⁴ Por todos, veja-se o importante trabalho de Martti Koskeniemi, *From Apology to Utopia. The Structure of International Legal Argument*, pp. 590-594.

¹³⁵ Ver sobre esta questão, Pierre-Marie Dupuy, “L’unité de l’ordre juridique international: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 297, 2002, pp. 9-489.

¹³⁶ Situação que é admitida, ainda que num prisma distinto, mesmo por defensores da ideia de que o sistema internacional na atualidade considera as intervenções humanitárias ilícitas, como Simon Chesterman, “Legality versus Legitimacy: Humanitarian Intervention, the Security Council and the Rule of Law”, *SD*, v. 33, n. 3, 2002, pp. 293-307.

¹³⁷ Aliás, Grigory Tunkin, “International law in the international system”, *RCADI*, v. 147, 1975, pp. 1-218, já indicava, no período mais intenso da Guerra Fria, que o Direito Internacional que fosse erigido neste contexto, sempre teria que ter as suas limitações e ser marcado por grande ductibilidade, para usar a feliz expressão que se tem utilizado na tradução castelhana do livro de Gustavo Zagrebelsky, *Il diritto mite. Leggi – diritti – Giustizia*, Torino, Einaudi, 1992, como *El derecho dúctil: ley, derechos, justicia*, 10 ed., Madrid, Trotta, 2011.

¹³⁸ Ver igualmente Peter Malanczuk, *Humanitarian Intervention and the Legitimacy of the Use of Force*, Amsterdam, HS, 1993.

¹³⁹ Cf. David Vesel, “The Lonely Pragmatist: Humanitarian Intervention in an Imperfect World”, *BYUJPL*, v. 18, n. 1, 2003-2004, pp. 1-58.

¹⁴⁰ Michael Burton, “Legalizing the Sublegal: A Proposal for Codifying a Doctrine of Unilateral Humanitarian Intervention”, *passim*, e, especialmente, Ryan Goodman, “Humanitarian Intervention and Pretexts for War”, *AJIL*, v. 100, n. 1, 2006, pp. 107-141.

¹⁴¹ Veja-se Allen Buchanan, “From Nuremberg to Kosovo: the Morality of Illegal International Legal Reform”, *Ethics*, v. 111, n. 4, 2001, pp. 673-705.

Assim sendo, contornar o mundo vivido, contrariando o alerta de eminentes especialistas, a necessidade de avaliar os factos e o contexto de aplicação efetiva do Direito Internacional¹⁴², reiterando a ideia de que operações militares justificadas por motivos humanitários, se feitas com suficiente frequência e se recebidas sem grande oposição, no mínimo com uma grande tolerância, não têm um impacto concreto sobre o Direito Internacional, é uma fraude à realidade¹⁴³, exigindo-se, outrossim, uma abordagem mais cautelosa dessa área jurídica que considere as suas vicissitudes, nomeadamente um senso dos limites do próprio sistema¹⁴⁴. As situações que envolvem as intervenções humanitárias unilaterais pontuais em casos objetivamente justificados, que são, pelo seu estatuto jurídico, incertas, têm sido objeto de escrutínio forte por parte da comunidade internacional no sentido de verificação dos pressupostos que permitem que sejam toleradas em determinadas ocasiões, e são precisamente demonstrações desta solução pragmática, a qual está, na prática, muito longe das certezas de, por um lado, autores como Brownlie¹⁴⁵, Akehurst¹⁴⁶ ou Chesterman¹⁴⁷, de que são, por aplicação dos ‘cânones’, alegadamente positivistas¹⁴⁸, do Direito Internacional, claramente ilícitas, ou, do outro, Reisman¹⁴⁹, Tesón¹⁵⁰ e vários outros¹⁵¹, os quais, aplicando outros ‘dogmas’ do mesmo Direito Internacional, as têm por lícitas. De resto, como afirmado, um número

¹⁴² Oscar Schachter, “International law in theory and practice: general course in public international law”, *RCADI*, v. 178, 1982, pp. 1-395.

¹⁴³ Cf., por exemplo, Eric Posner, *The Perils of Global Legalism*, *passim*.

¹⁴⁴ Seguir Jack Goldsmith & Eric Posner, *The Limits of International Law*, Oxford, OUP, 2005, e, em particular as sábias, ainda que exageradas face à realidade atual, de George Kennan, “The Non Soviet World”, p. 39, para quem “it is important to the efficacy of international law itself that we should not overstrain its capabilities by attempting to apply it to those changes in international life that are clearly beyond its scope of relevance. I am thinking here of those elementary upheavals that involve security of great political systems or reflect the emotional aspirations and fears of entire nations. The mark of a genuine concern for the observation of the legal principle in the affairs of nations is a recognition of the realistic limits beyond which the principle cannot be pressed” (p. 39).

¹⁴⁵ Ian Brownlie, *International Law and the Use of Force by States*, Oxford, Clarendon, 1963, pp. 338-342.

¹⁴⁶ Vide Michael Akehurst, “Humanitarian Intervention” in: Hedley Bull (ed.), *Intervention in World Politics*, Oxford, OUP, 1984, pp. 95-118.

¹⁴⁷ Simon Chesterman, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, Oxford, OUP, 2001.

¹⁴⁸ As dificuldades de se ajustar o núcleo teórico do positivismo como o Direito Internacional é evidente, como, de resto, já havia destacado Hans-Joachim Morgenthau, “Positivism, Functionalism, and International Law”, pp. 260-284.

¹⁴⁹ W. Michael Reisman & Myres McDougal, “Humanitarian Intervention to Protect the Ibos” in: Richard Lilich (ed.), *Humanitarian Intervention and the United Nations*, Charlottesville, VUP, 1973, pp. 167-195; W. Michael Reisman, “Hollow Victory: Humanitarian Intervention and Protection of Minorities”, *ASIL Proceedings*, v. 91, 1997, pp. 431-435.

¹⁵⁰ Fernando Tesón, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Irvington-on-Hudson, TPub, 1997, p. 131 e ss.

¹⁵¹ Conferir, por exemplo, a aplicação da teoria do direito de Dworkin, a esta questão em Martha Brenfors & Malene Maxe Petersen, “The Legality of Unilateral Humanitarian Intervention – A Defence”, *NJIL*, v. 69, n. 4, 2000, pp. 449-499.

cada vez maior de estudiosos têm tentado caracterizar esta situação por meio de recursos menos taxativos, portanto além do lícito e do ilícito¹⁵², apelando a categorias como à da área cinzenta ou do cinzento escuro que representaria a conformidade legal desse tipo de intervenção¹⁵³.

Que um instituto fique num ‘limbo’ jurídico, em última instância, não causa problemas incontornáveis de coerência para o Direito Internacional, ainda que possa afetar a sua autopercepção – quase mágica – de completude derivada, em última instância, da aplicação de concepções positivistas desenhadas para responder, na melhor das hipóteses, ao funcionamento do Direito interno. Isto só acontece porque, pelo menos por agora, ainda não se conseguiu ultrapassar os limites da ordem internacional¹⁵⁴ que tanto impedem a proibição total das intervenções humanitárias unilaterais, como a sua aceitação explícita. Mesmo que se projete um novo paradigma que o torne eventualmente desnecessário, não é uma demonstração da fragilidade do Direito Internacional aceitá-lo, porque a tarefa deste ramo jurídico é tudo menos fácil¹⁵⁵. E, como anteriormente se referiu, há razões pragmáticas para isto quando tanto a proibição total, como a permissão geral, ou não são possíveis de acordo com o sistema de produção de normas vigente na ordem internacional ou não são consideradas desejáveis pelos Estados. A História apresenta-nos as razões porque é difícil num quadro horizontal, igualitário e descentralizado, que caracteriza o Direito Internacional contemporâneo, estabelecer um regime jurídico claro sobre o uso da força por motivos que vários Estados têm por justificáveis. Isto, na medida em que a defesa de bases fortes para legitimar as intervenções humanitárias se materializaram em situações em que um ator internacional se coloca numa posição moralmente ascendente ou quando assegura que a sua superioridade tecnológica impermeabiliza-o de ser colocado no pólo passivo de operações militares assim legitimadas.

¹⁵² Com uma alerta semelhante, embora em sentido outro, Shirley Scott & Olivia Ambler, “Does Legality Really Matter: Accounting for the Decline of Legitimacy in US Foreign Policy Following the 2003 Invasion of Iraq”, *EJIR*, v. 13, n. 1, 2007, pp. 67-87.

¹⁵³ Ver Christian Tams, “Humanitarian Uses of Force”, *Adam Smith Research Foundation Working Papers*, n. 3, 2011, pp. 1-13.

¹⁵⁴ E aqui está a questão central. Lembrando Edward Hallet Carr, *The Twenty Year Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, p. 178, “international law is function of the political community of nations. (...). (...) the power element is more predominant and more obvious in international than in municipal law, whose subjects are a large body of anonymous individuals. The same consideration makes international law more frankly political than other branches of law”

¹⁵⁵ Tomou-se aqui de empréstimo a expressão de James Morrow, *Order within Anarchy. The Laws of War as an International Institution*, *passim*.

Se a expressão incerteza marca este nosso inquérito evolutivo sobre as intervenções humanitárias unilaterais, os resultados alcançados são caracterizados por serem apenas contributos adicionais para a compreensão da matéria que nos ocupou, somando-se a vários outros modos de olhá-la. Neste sentido, por um lado, há que se manter em perspectiva as limitações naturais em tentar entender-se um tema tão complexo e volátil como o da História do tratamento jurídico das intervenções humanitárias unilaterais¹⁵⁶ – sujeito portanto a tantas revisões¹⁵⁷ quanto as necessárias para se acompanhar prospetivamente o Direito nesta mesma matéria – e, por outro, a dinâmica de qualquer sistema social, mormente o internacional, que, sendo influenciado pela História, pode ultrapassar, mesmo através de movimentos graduais, impercetíveis, os constrangimentos estruturais que apresenta num dado período.

Por conseguinte, é verdade que se deve reduzir as expetativas sobre a capacidade do sistema internacional regular de forma efetiva as intervenções humanitárias e as avaliações sobre o seu estatuto jurídico na atualidade por se manterem presentes os obstáculos estruturais que a História foi formatando e que impedem que a própria identificação dessas normas seja clara de modo a permitir algum tipo de reação negativa por parte da comunidade internacional, com a primeira a determinar a derradeira. Não deixa de ser correto considerar-se que não é um regresso ao paradigma passado em que todo o uso da força é permitido, mas também ainda não se consolidou a ideia de que todos os Estados estão dispostos a seguir uma interpretação de acordo com a qual todo o uso da força unilateral é sempre proibido com a exceção da legítima defesa. Não é que os membros da comunidade internacional atribuam validação jurídica a estas situações, mas garantem que são, no mínimo, toleradas pelo sistema.

Naturalmente, isso coloca problemas de monta para qualquer Estado, particularmente para aqueles que possam pretender seguir determinados valores em certas circunstâncias especiais¹⁵⁸. A dúvida é: partindo da incerteza da fase de transição,

¹⁵⁶ Ver Michael Salter, “Unsettling Accounts: Methodological Issues within the Reconstruction of the Role of a US Intelligence Agency within the Nuremberg Trials” in: Andrew Lewis & Michael Lobban (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004, pp. 375-403, salientando a permanência do diálogo com a história e o questionamento, qualificação e falsificação parcial de interpretações históricas anteriores (p. 382).

¹⁵⁷ Cf. Sir John Baker, “Reflections on ‘Doing’ Legal History” in: Anthony Musson & Chantal Stebbings (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, Cambridge, UK, CUP, 2012, pp. 1-16, para quem a História está sempre em aberto porque qualquer nova peça altera o quadro e impele-nos a abandonar as interpretações anteriores. Seria uma revisão contínua (p. 17).

¹⁵⁸ É o que o próprio Jürgen Habermas, “Bestialität und Humanität. Eine Krieg an der Grenze Zwischen Recht und Moral [Bestialidade e Humanidade. Uma Guerra na Fronteira entre Direito e Moral]”, *Die Zeit*, Hamburg, 29 April 1999, disponível em http://www.zeit.de/1999/18/199918.krieg_.xml, último acesso a

deve um Estado baseado no império do Direito, agir para os promover, arriscando debilitar a crença no sistema e criar obstáculos ao seu desenvolvimento, ou seguir os seus intentos, acreditando que a pressão levará à aceleração da consolidação? A não ser que acreditemos em algum fim escondido da História¹⁵⁹ não há resposta certa ou pelo menos conhecida a esta questão e nem pretendemos abordá-la¹⁶⁰. Por ora, em que, ao contrário do que fora prognosticado, no mínimo poder-se-á entender que a Comunidade Internacional ainda não atingiu a sua forma liberal final¹⁶¹, inviabilizando a solidificação de um Direito Internacional Liberal¹⁶², nem sequer os Estados têm grande pressa em respondê-la, o que poderiam fazer facilmente através dos seus ordenamentos jurídicos internos. O Direito Constitucional poderia ser utilizado para demonstrar essa posição, estabelecendo restrições materiais objetivas ao uso da força por motivos humanitários e outros pelos Estados. Todavia, aqueles que se podem colocar nessas situações optam por não se comprometer adicionalmente em relação ao Direito Internacional da Segurança por via da adoção de uma técnica de receção material dessa ordem normativa no seu sistema jurídico. A relutância é compreensível em razão da instabilidade normativa internacional e a volatilidade das relações que se processam neste espaço em que os Estados podem ser postos numa situação pura e simples de luta pela sobrevivência¹⁶³ ou de comprometimento dos seus valores. Como as constituições não são pactos suicidas¹⁶⁴, por maioria de razão, não o serão na sua dimensão

14 de março de 2015. (há tradução para o português de Luiz Repa, *CFA*, n. 5, 1999, pp. 77-87), denomina de dilema da política de direitos humanos.

¹⁵⁹ Ver, por exemplo, os artigos em Avietzer Tucker (ed.), *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*, Malden, Blackwell, 2007.

¹⁶⁰ E por isto, embora admitindo que os objetivos do autor sejam outros, que a resposta de Jürgen Habermas, de acordo com a qual, “do dilema de ter de agir como se houvesse já a condição cosmopolita plenamente institucionalizada, sendo o propósito acelerá-la, não decorre, contudo a máxima de deixar as vítimas ao critério de seus algozes. A alienação terrorista do fim próprio ao poder público transforma a guerra civil clássica em um genocídio. Se as coisas não se passarem de outra maneira, os vizinhos democráticos têm que se apressar no socorro legitimado pelo direito internacional. Mas, nesse caso, justamente a falta de acabamento da condição cosmopolita demanda uma sensibilidade especial. As instituições e procedimentos já existentes são os únicos controles disponíveis para os julgamentos falíveis de um partido que quer agir pelo todo” (p. 87), não permite resolver este problema específico, como expandimos num outro texto (José Pina Delgado, “Direitos Humanos e Guerra na Filosofia do Direito Internacional de Habermas” in: Cecília Lois (org.), *Justiça e Política: entre universalismo e o comunitarismo – As contribuições de Rawls, Dworkin, Raz, Walzer e Habermas para a moderna teoria da justiça*, São Paulo, Landy, 2015, pp. 231-262).

¹⁶¹ Já se sabe que o famoso prognóstico de Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, New York, FP, 1992, não se concretizou.

¹⁶² Vide, por todos, Anne Marie Slaughter, “International Law in a World of Liberal States”, *EJIL*, v. 6, n. 4, 2005, pp. 503-538.

¹⁶³ Cf., por exemplo, John Yoo, “War Powers for a New World” in: *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005, pp. 143-181.

¹⁶⁴ Richard Posner, *Not a Suicide Pact. The Constitution in a Time of National Emergency*, Oxford, OUP, 2006.

internacional por mais que, no caso concreto do Estado de Direito, o governo das normas se espraie igualmente para as suas relações externas¹⁶⁵. Nesta matéria, como diria o saudoso teólogo realista, Reinhold Niebuhr, os filhos das luzes devem socorrer-se da esperteza dos filhos das trevas¹⁶⁶. Assim sendo, acautelados aspetos de defesa do Estado que, implicitamente, ressalvam, as outras modalidades de uso da força são reflexo do Direito Internacional; se forem tidos por ilícitas nesta ordem, também o serão para o Direito interno, se forem assumidas como lícitas pelo Direito Internacional, serão permissíveis à luz do Direito doméstico. Neste particular é o monismo puro a funcionar¹⁶⁷. O problema é que, sendo assim, ambiguidades do Direito Internacional sobre uma modalidade específica de uso da força, como no caso das intervenções humanitárias unilaterais, projeta-se sobre o Direito interno, não permitindo encontrar melhor solução a este nível

Perante tal impossibilidade, o objetivo deste trabalho foi somente o de confrontar os paradoxos das intervenções humanitárias unilaterais e apresentar uma visão alternativa às conclusões taxativas a que muitos, mesmo atendendo à tensão entre legalidade estrita e legitimidade¹⁶⁸, entre validade e eficácia, entre unidade e fragmentação, entre clareza e indeterminação normativa que marcam o Direito Internacional, estudos têm logrado chegar relativamente à sua clara permissibilidade ou proibição. Não se pretendeu apresentar uma posição definitiva, impossível desde logo nesta matéria¹⁶⁹, pelos motivos já arrolados, mas trazer à discussão mais uma possibilidade de interpretação e análise da controversa questão, ao mesmo tempo que se deixa em aberto a necessidade de maiores reflexões destinadas a responder às ainda candentes indagações kantianas ajustadas ao século XXI, ou seja, de se saber como

¹⁶⁵ Vide Louis Henkin, *Constitutionalism, Democracy and Foreign Affairs*, New York, ColUP, 1990.

¹⁶⁶ Vide Reinhold Niebuhr, *The Children of Light and the Children of Darkness. A Vindication of Democracy and a Critique of its Traditional Defense*, pp. 40-41 (“The preservation of a democratic civilization requires the wisdom of the serpent and the harmlessness of the dove. The children of light must be armed with the wisdom of the children of darkness but remain free from their malice. They must know the power of self-interest in human society without giving it moral justification. They must have this wisdom in order that they may beguile, defect, harness and restrain self-interest, individual and collective, for the sake of the community”).

¹⁶⁷ Para uma interessante apresentação deste debate, George Bandeira Galindo, *Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira*, Belo Horizonte, Del Rey, 2002, pp. 9-72, e, para os aspetos históricos, José Pina Delgado, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional Através dos Tempos e a sua Influência sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: id.; Odair Barros Varela & Suzano Costa (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 89-155, *passim*.

¹⁶⁸ Ver, e.g., os estudos integrantes da obra de Richard Falk; Mark Juergensmeyer & Vesselin Popovski (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, *passim*, e, para uma aplicação, Ian Clarke, *Legitimacy in International Society*, pp. 207-226.

¹⁶⁹ Cf., por exemplo, Sara Dillon, “Yes, No, Maybe: Why no Clear ‘Right’ of the Ultra-Vulnerable to Protection via Humanitarian Intervention?”, *MSILR*, v. 20, n. 2, 2012, pp. 179-217.

assegurar uma ordem internacional pacífica sem que o mundo seja composto somente por Estados de Direito Democráticos ou que existam instituições internacionais suficientemente imparciais e efetivas para garantir que os motivos para o unilateralismo deixem de ser legítimos. Talvez somente uma combinação de reforma das Nações Unidas, desenvolvimentos regionais como se tem ensaiado em África e o estabelecimento de sistemas constitucionais mais aptos a estabelecerem um quadro jurídico que consiga controlar eventuais abusos – que tem ocorrido – de invocação de elementos legítimos, a proteção de direitos, para mascarar propósitos imperiais. Hart, uma vez, tentou representar a teoria americana do Direito a partir da confrontação entre o ‘pesadelo’ (*nightmare*) e o sonho do nobre (*noble dream*), ou seja, entre uma visão anárquica do Direito, nomeadamente esposada pelos realistas, e uma visão idílica, defendida pelos jusnaturalistas¹⁷⁰. Naturalmente, o objetivo do jusfilósofo não era aplicar estas categorias ao Direito Internacional, mas não deixa de ser verdade que, em larga medida, as teses que, paradoxalmente, têm por certa tanto a licitude, como a ilicitude das intervenções humanitárias unilaterais, decorrem de uma mitificação do mundo, colorindo-a de rosa a partir do sonho do nobre de que o Direito Internacional pode dar respostas claras e eficazes a qualquer questão, mesmo as mais difíceis, tal como aquelas que entendem que ele é completamente irrelevante nesta matéria, vestem-na com roupagem cinzenta própria de um cenário de pesadelo, pecam pelo seu radicalismo analítico. Não será ousado considerar que a realidade está a movimentar-se entre um pólo e o outro, como, de resto, grandes expoentes do pensamento internacional sempre alertaram¹⁷¹.

¹⁷⁰ Cf. H.L.A. Hart, “American Jurisprudence Through English Eyes: The Nightmare and the Noble Dream”, *GLR*, v. 11, n. 5, 1977, pp. 969-989.

¹⁷¹ Como disse o grande Edward Hallet Carr, *The Twenty Year Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, p. 97, “The utopian who dreams that it is possible to eliminate self-assertion from politics and to base a political system on morality alone is just as wide of the mark as the realist who believes altruism is an illusion and that all political action is based on self-seeking”, aplicando depois esta conceção geral, ao considerar que “in practice, we know that peaceful change can only be achieved through a compromise between the utopian conception of a common feeling of right and the realist conception of a mechanical adjustment to a changed equilibrium of forces. That is why a successful foreign policy must oscillate between the apparently opposite poles of force and appeasement” (p.222).

REFERÊNCIAS

- 100 Documentos para a História dos Antecedentes da Guerra, Lisboa, Alma, s.d..
- AAVV, *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961.
- AAVV, *A Constituinte de 1823. Obra Comemorativa do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar*, Brasília, SF, 1973.
- AAVV, *A História Social. Problemas, fontes e métodos*, Maria Antonieta Magalhães Godinho (trad.), Lisboa, Cosmos, 1973.
- AAVV, *Histoire et Méthode*, Bruxelles, EUB, 1981.
- AAVV, 'Symposium on the Method in International Law', *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 291-423.
- AAVV, *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1274. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, AR, 2006.
- AAVV *A Constituição de 1976. Comentada e Ilustrada* Guimarães, Ideal, 2007.
- AAVV, *Figuras do Judiciário. Séculos XIX-XX*, Coimbra, Almedina, 2014.
- ABAKA, Edward, 'Asante Wars' in: BENJAMIM, Thomas (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, Farmington, MM, 2007, pp. 100-102.
- ABASS, Ademola, "The New Collective Security Mechanism of ECOWAS: Innovations and Problems", *JCSL*, v. 5, n. 2, 2000, pp. 211-229.
- _____, *Regional Organisations and the Development of Collective Security. Beyond Chapter VIII of the UN Charter*, Oxford, Hart, 2004.
- ABBEY, M.T. Akouele, *Customary Law and Slavery in West Africa*, s.l., Trafford, 2011.
- ABBOTT, Kenneth, "International Relations Theory, International Law and the Regime Governing Atrocities in Internal Conflicts", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 361-379.
- ABELEV, Julia, "Perceptual Realism and the Winter War of 1939", *Intersections*, v. 10, n. 3, 2009, pp. 1-19.
- ABIEW, Francis Kofi, *Evolution of the Doctrine of Humanitarian Intervention*, Dordrecht, KL, 1999.
- ABI-SAAB, Georges, "The Uses of Article 19", *EJIL*, v. 10, n. 2, 1999, pp. 339-351.
- ABOU-EL-HAJ, Rifa'at 'Ali, *Formation of the Modern State. The Ottoman Empire, Sixteenth to Eighteenth Centuries*, 2. ed., Syracuse, SyrUP, 2005.
- ABRAHAM, David, *The Collapse of the Weimar Republic. Political Economy and Crisis*, 2. ed., New York, H&M, 1986.
- ABRAMOVSKY, Abraham & GREENE, Preston, "Unilateral Intervention on Behalf of Hijacked American Nationals Held Abroad", *ULR*, v. 231, n. 2, 1979, pp. 233-250.
- ABREU, Capistrano de, "A obra de Anchieta no Brasil" in: ANCHIETA, José de, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 23-27.
- ABSHIRE, David & SAMUELS, Michael (ed.), *Portuguese Africa: A Handbook*, New York, Praeger, 1969.
- ABULAFIA, David, "What is Mediterranean History?" in: *The Mediterranean in History*, London, TaH, 2003, pp. 11-32.
- ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e & CASELLA, Paulo Borba (act.), *Manual de Direito Internacional Público*, 15. ed., São Paulo, Saraiva, 2002.
- ____; ____ & ____ (act.), *Manual de Direito Internacional Público*, 17. ed., São Paulo, Saraiva, 2009, p. 322.
- ____; ____ & ____ (act.), *Manual de Direito Internacional Público*, 19. ed., São Paulo, Saraiva, 2011.
- ACEVEDO, Edberto, "Dos pareceres de Fray Reginaldo de Lizárraga O. P. sobre guerra la y la esclavitud de los indios", *TemA*, n. 15, 2002, pp. 1-18.
- ACIA, *Advisory Report on Humanitarian Intervention*, The Hague, ACIA, 2000.
- ACKERMAN, Bruce, *The Civil Rights Revolution*, Cambridge, HUP, 2014.
- A Collection of the Public General Statutes Passed in the Third and Fourth Year of the Reign of his Majesty King William the Fourth*, London, E&S, 1833, pp. 729-753.
- ACOSTA, José; LORENZO, Felix & PADRÓN, Carmelo, "Conquista y Colonización" in: *Historia Popular de Canarias*, 3. ed., s.l., CCPC, 1996.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1596-1622*, São Paulo, Duprat, 1915, v. II.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1623-1628*, São Paulo, Duprat, 1915, v. III.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1629-1639*, São Paulo, Duprat, 1915, v. IV.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1640-1652*, São Paulo, TP, 1915, v.V.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1679-1700*, São Paulo, TP, 1915, v. VII.
- Actas da Câmara da Villa de S. Paulo, 1701-1719*, São Paulo, TP, 1915, v.VIII.
- Actes du Congrès de Vienne du 9 Juin 1815, avec ses Annexes*, Vienne, IIR, 1815.
- ADEBAJO, Adekeye, "The Security Council and Three Wars in West Africa" in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 466-493.
- ____ & LANDSBERG, Chris, "The Heirs of N'Krumah: Africa's New Interventionism", *POP*, n. 1, 1995, pp. 72-86.
- ____ & RASHID, Ismail (eds.), *West Africa Security Challenges: Building Peace in a Troubled Region*, Boulder, LR, 2004.
- ADEKELE, Ademola, "The Politics and Diplomacy of Peacekeeping in West Africa: The Ecows Operation in Liberia", *JMAS*, v. 33, n. 4, 1995, pp. 569-593.
- ADEKELE, Tunde, 'Emancipation Proclamation' in: RODRIGUEZ, Junius, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007, v. I, pp. 274-276.
- ADELMAN, Howard, "Humanitarian Intervention: The Case of the Kurds", *IJRL*, v. 4, 1992, pp. 4-38;

- AFSARUDDIN, Asma, "Views of *Jihad* Throughout History", *RC*, v. 1, n.1, 2007, pp. 165-169 (Reproduzido em Mashood Baderin (ed.), *International Law and Islamic Law*, Aldershot, Ashgate, 2008, pp. 97-101).
- AGNOLÍN, Adone, Jesuítas e selvagens. O Encontro catequético no Século XVI", *RH*, n. 144, 2001, pp. 19-71.
- AGUILLAR, Maria del Carmen del Arco & MEDEROS, Juan Francisco Navarro, "Los Aborígenes" in: *Historia Popular de Canarias*, 3. ed., s.l., CCPC, 1996.
- AHMED, Afzal, *Indo-Portuguese Trade in Seventeenth Century (1600-1663)*, New Delhi, GPH, 1991.
- AIKO, Yuichi, "Rousseau and Saint Pierre's peace project: a critique of 'history of international relations theory'" in: JAHN, Beate (ed.), *Classical Theory of International Relations*, Cambridge, CUP, 2006, pp. 93-120.
- A Ingerência e o Direito Internacional*, Lisboa, IDN, 1996.
- AKASHI, Kinji, *Cornelius van Bynkershoek: His Role in the History of International Law*, The Hague, KL, 1998.
- _____, "Hobbes's Relevance to the Modern Law of Nations", *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 199-206;
- _____, "Cornelius van Bynkershoek (1673-1743)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1110-1113.
- _____, "Japan-Europe" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 731-737.
- AKEHURST, Michael, "Enforcement Action by Regional Agencies, with Special References to the Organization of American States", *BYIL*, v. 42, 1967, pp. 175-228).
- _____, "Humanitarian Intervention" in: Hedley Bull (ed.), *Intervention in World Politics*, Oxford, Clarendon, 1984, pp. 95-118.
- _____, "Letter to the Editor in Chief [to Professor d'Amato]", *AJIL*, v. 80, n. 1, 1986, pp. 147-148.
- ALARCÓN, Pedro, & FACHIN, Zulmar, "Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas" in: CLÈVE, Clèmerson (org.), *Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, RT, 2014, pp. 943-953.
- ALBERDI, Juan Batista, *La guerra del Paraguay*, Asunción, Intercontinental, 2001 [séc. XIX].
- ALBUQUERQUE, Afonso de, *Cartas para El-Rei D. Manuel I*, António Baião (seleção, prefácio e notas), 3. ed., Lisboa, SdC, 2010.
- ALBUQUERQUE, Catarina de, *La guerre après la guerre. Le Droit International à les limites à l'utilisation de mines antipersonnell*, Lisboa, PGR, 1997.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon de, "O Intervencionismo na política externa brasileira", *NS*, Número Especial: o Brasil na Região, 2009, pp. 66-78.
- ALBUQUERQUE, José Luiz Singi, "Artigo 53" in: BRANT, Leonardo Nemer (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, Belo Horizonte, CEDIN, 2008, pp. 813-830.
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 5. ed., Mem Martins, E-A, 2001.
- ALBUQUERQUE, Martim de, *Jean Bodin en la Península Ibérica (ensayo de historia de las ideas políticas y del derecho publico)*, Dissertação de Doutoramento, Madrid, FDUComp, 1976.
- _____, *O Regimento Quatrocentista da Casa da Suplicação*, Paris, FCG, 1982.
- _____, "Bártolo e Bartolismo na História do Direito Português" in: *Estudos de Cultura Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, v. I, pp. 35-123.
- _____, "História das instituições: relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino", *RFDL*, n. 25, 1984, pp. 101-192.
- _____, *O Poder Político no Renascimento Português*, 2. ed., Lisboa, Verbo, 2012.
- _____, *Na Lógica do Tempo. Ensaio de História das Ideias Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.
- ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *A prisão de Gungunhana [1896]*, Coimbra, ANovus, 2010.
- ALBUQUERQUE, Ruy de, *A Lei dos Conluíus de 1570. Algumas Notas*, Lisboa, CTF, 1963.
- _____, *O Direito de Regresso em Matéria de Represálias (Estudo de História do Direito, Sécs. XV-XVI)*, Coimbra, s.n., 1975.
- _____, "História do Direito Português Relatório", *RFDL*, a. XXVI, 1985, pp. 105-256.
- _____ & _____, *História do Direito Português. Elementos Auxiliares*, Lisboa, PF, 1992.
- ALBUQUERQUE, Ruy de & ALBUQUERQUE, Martim de, *História do Direito Português, 1140-1415*, 10. ed., Lisboa, PF, 1999, v. I.
- ALCÂNTARA, Joana Sá, *A Responsabilidade de Proteger e a Possibilidade de Uso da Força sem a Autorização do Conselho de Segurança*, Tese de Mestrado em Ciências Jurídicas Internacionais, Lisboa, FDUNL, 2011.
- Alcorão*, 3. ed., Suleyman Vale Mamede (trad.), Lisboa, E-A, 2002.
- ALDRICH, George, "Yugoslavia's Television Studies as Military Objectives", *ILFDI*, v. 1, n. 3, 1999, pp. 149-150.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "A economia política dos Descobrimentos" in: NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 193-207.
- _____, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, CdL, 2000.
- _____, "A rede económica no Mundo Atlântico Português" in: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007, pp. 115-144.
- ALEXANDER, Gregory, "Comparing the Two Legal Realisms – American and Scandinavian", *AJCL*, v. 50, n. 1, 2002, pp. 131-174.
- ALEXANDRE, Valentim, "Questão Nacional e Questão Colonial em Oliveira Martins", *AS*, v. 135, 1996, pp. 183-201.
- _____, "Nação e Império" in: BETHENCOURT, Francisco & CHAIDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, s.l., TeD, 2000, v. IV, pp. 90-142.
- _____, "Situações Coloniais I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1980)" in: BETHENCOURT, Francisco & CHAIDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, s.l., TeD, 2000, v. IV, pp. 182-208.
- _____, "O Processo de Independência do Brasil" in: BETHENCOURT, Francisco & CHAIDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, s.l., TeD, 2000, pp. 10-45.

- ALEXANDRINO, José de Melo, *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2006, v. I.
- _____, *Lições de Direito Constitucional*, Lisboa, AAFDL, 2015.
- ALEXANDROV, Stanimir, *Self-defence Against the Use of Force in International Law*, The Hague, KL, 1996.
- ALEXANDROWICZ, C. H., "Paulus Wladimir and the Development of the Doctrine of Coexistence of Christian and Non-Christian Countries", *BYIL*, v. 39, 1963, pp. 441-448.
- _____, "Kautilyan Principles and the Law of Nations", *BYIL*, v. 41, 1968, pp. 306-307.
- _____, *The European-Africa Confrontation. A Study in Treaty-Making*, Leiden, Sijthoff, 1973.
- ALEXIEV, Alex, *Soviet Nationalities in German Wartime Strategy, 1941-1945*, Santa Monica, Rand, 1982.
- ALEXU, Robert, *Theorie der Grundrechte*, Frankfurt, Suhrkamp, 1986.
- AL-FARABI, Abu-Nasr, *La ciudad ideal*, 2. ed., Marcos Alonso Alonso (trad.), Madrid, Tecnos, 1995.
- ALFORD JR, Neill Jr., "The Legality of American Military Involvement in Vietnam: A Broader Perspective", *YJL*, v. 75, n. 7, 1966, pp. 1109-1121.
- ALGANTRI, Leila Megan, *D. João VI: os bastidores da independência*, São Paulo, Ática, 1987.
- ALI, Shaheen Sardar & REHMAN, Javai, "The Concept of Jihad in Islamic International Law", *JCSL*, v. 10, n. 3, 2005, pp. 321-343.
- ALJAGHOUB, Mahasen M., "The International Court of Justice's Advisory Opinion on Kosovo's Declaration of Independence: Could it be the Court's second non-liquet?", *EJSS*, v. 15, n. 1, 2010, pp. 86-92.
- ALKOPHER, Tal Dingott, "The Role of Rights in the Social Construction of Wars: From the Crusades to Humanitarian Intervention", *Millenium*, v. 36, n. 1, 2007, pp. 1-27.
- ALLAIN, Jean, "The True Challenge to the United Nations System on the Use of Force: The Failures of Kosovo and Iraq and the Emergence of the African Union", *MPYBIL*, v. 8, 2004, pp. 237-289.
- _____, "Slavery and the League of Nations: Ethiopia as a Civilised Nation", *JHIL*, v. 8, n. 2, 2006, pp. 213-244.
- ALLAWI, Ali, *The Occupation of Iraq. Winning the War, Losing the Peace*, New Haven, YUP, 2007.
- ALLEN, Mark, "Transformations in Maori Warfare" in: ARKUSH, Elizabeth N. & ALLEN, Mark (eds.), *The Archaeology of Warfare: Prehistories of Raiding and Conquest*, Gainesville, UFloP, 2006, pp. 184-213.
- ALLISON, Roy, "The Russian Case for Military Intervention in Georgia: International Law, Norms, and Political Calculation", *ES*, v. 18, n. 2, 2009, pp. 173-200.
- _____, "Russia's Deniable Intervention in Ukraine: How and Why Russia Broke the Rules", *IA*, v. 90, n. 6, 2014, pp. 1255-1297.
- ALLOTT, Philip, "International Law and the Idea of History", *JHIL*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 1-21.
- ALMEIDA, Francisco Ferreira de, "O princípio da não-ingerência e o Direito Internacional Humanitário", *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 373-401.
- _____, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.
- _____, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- ALMEIDA, Isabel Banond de, *História do Constitucionalismo no Âmbito dos Direitos Fundamentais. Relatório de uma disciplina apresentada no concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, UFDL, 2010.
- _____, *A ideia da liberdade em Portugal. Do contratualismo absolutista às sequelas do Trénio Vintista*, Coimbra, Almedina, 2012.
- _____, *História das Ideias Políticas*, Cascais, Principia, 2014.
- ALMEIDA, José Augusto Moreira de, *Elementos de Direito Internacional Público*, Lisboa, IN, 1892.
- ALMEIDA, Justino, "A Guerra e o Encontro de Civilizações n.º 'Os Lusíadas'" in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1999, pp. 69-93.
- ALMEIDA, Luís Crucho de, "Segurança Internacional" in: *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política)*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1987, v. V, pp. 639-642.
- ALMEIDA, Maria Regina de, "Reflexões sobre Política Indigenista e Cultura Política Indígena no Rio de Janeiro Oitocentista", *RUSP*, n. 79, 2008, pp. 94-105.
- ALMEIDA, Mário Firmino de, "Defesa Nacional" in: *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política)*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1996 (reimp.), v. II, p. 43.
- ALMEIDA, Marta Tavares de & PIÇARRA, Nuno (orgs.), *50 Anos [de] Tratado de Roma [1957-2007]*, Lisboa, FDUNL/Âncora, 2008.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de, *O Directório dos Índios. Um projecto de 'civilização' no Brasil do século XVIII*, Brasília, EDUNB, 1997.
- ALMOND JR, Harry, "The Military Activities Case: New Perspectives on the International Court of Justice and Global Public Order", *IL*, v. 21, 1987, pp. 195-209.
- ALONSO, Victor, "War, Peace, and International Law in Ancient Greece" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 206-225.
- AL-QAHTANI, Mutlaq, "The Shanghai Cooperation Organization and the Law of International Organizations", *CJIL*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 129-147.
- AL-SULAMI, 'Translation of Extracts from the *Kitab al-Jihad* of 'Ali ibn Tahir Al-Sulami (d. 1106)', Neil Christie (trad.), disponível na página da rede <http://www.arts.cornell.edu/prh3/447/texts/sulami.html>, acesso a 26 de Abril de 2015.
- ALTER, Karen, *The New Terrain of International Law. Courts, Politics, Rights*, Princeton, PUP, 2014.
- ALTHUSIUS, Johannes, *Politica* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 379-384.
- ALTMAN, Amnon, "The Role of the 'Historical Prologue' in the Hittite Vassal Treaties: An Early Experiment in Securing Treaty Compliance", *JHIL*, v. 6, n. 1, 2004, pp. 43-64.
- _____, "Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: The Early Dynastic Period of Southern Mesopotamia", *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 153-172.

- _____, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (2) The Old Akkadian and Ur III Periods In Mesopotamia”, *JHIL*, v. 7, n. 2, 2005, pp. 115-136.
- _____, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: the Ancient Near East in the Old Babylonian Period (2003-1595 BCE)”, *JHIL*, v. 10, n. 1, 2008, pp. 1-33.
- _____, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE)”, *JHIL*, v. 11, n. 1, 2009, pp. 125-186.
- _____, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (4) The Near East in the Late Bronze Age (1600-1200 BCE) (concluded)”, *JHIL*, v. 11, n. 2, 2009, pp. 333-356.
- _____, “Tracing the Earliest Recorded Concepts of International Law: (5) the Near East 1200-330 BCE”, *JHIL*, v. 12, n. 1, 2010, pp. 101-153.
- ALVARADO, David, “Independent Azawad: Tuaregs, Jihadists and an Uncertain Future of Mali”, *Cibod*, n. 54, 2012, pp. 1-7.
- ÁLVARES, Pe. Francisco, *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias* [1540], Neves Água (Introdução e notas), Lisboa, E-A, 1989.
- ALVAREZ, Alejandro, “Latin America and International Law”, *AJIL*, v. 3, n. 2, 1909, pp. 269-353.
- ALVAREZ, José, “Hegemonic International Law Revisited”, *AJIL*, v. 97, n. 4, 2003, pp. 873-888.
- _____, *International Organisations as Law-makers*, Oxford, OUP, 2005.
- Álvaro Pais, João Morais Barbosa (introdução e selecção de textos), Lisboa/São Paulo, Verbo, 1992.
- ALVES, Arthur César Ferreira, *O Estado do Maranhão – Catequese do Gentio – Rebeliões – Pacificação*, Separata do II Volume dos ‘Anais do IV Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, DIN, 1959.
- ALVES, José Carlos Moreira, *Direito Romano*, 14. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2007.
- ALVES, Sílvia, *Punir e Humanizar. O Direito Penal Setecentista*, Lisboa, FCG, 2014.
- AL-ZUHILI, Sheikh Wahbeh, “Islam and International Law”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, pp. 269-283.
- AKOKPARI, John; NDINGA-MUVUMBA, Angela & MURITHI, Tim (eds.), *The African Union and its Institutions*, Auckland, South Africa, Fanele/CCR, 2008.
- A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, AR, 1984.
- AMANTINO, Marcia, “A guerra justa e a escravidão indígena nas Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX”, *VH*, v. 22, n. 35, 2006, pp. 189-206.
- AMARAL JR., Alberto do Amaral, *O Direito de Assistência Humanitária*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003.
- _____, “Artigo 103” in: BRANT, Leonardo Nemer (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, Belo Horizonte, CEDIN, 2008, pp. 1221-1228.
- _____, *Introdução ao Direito Internacional Público*, São Paulo, Atlas, 2008.
- AMARAL, Diogo Freitas do (org.), *A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Textos, discursos e trabalhos preparatórios)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983.
- _____, “La Constitución y las Fuerzas Armadas”, *REP*, n. 60-61, 1988, pp. 607-620.
- _____, “A Constituição e as Forças Armadas” in: COELHO, Mário Baptista (coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 647-661.
- _____, “A Organização e a Política de Defesa Nacional” in: FERREIRA, José Medeiros (org.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Colibri/FMS/ IHC-FCSH/UNL, 1999, pp. 197-206.
- _____, “A nova ordem internacional”, *BOA*, n. 3, 1999, p. 29 (publicado também na revista *Visão*, n. 315, 1999).
- _____, *História do Pensamento Político Ocidental*, Coimbra, Almedina, 2001.
- _____, “Será o Direito Internacional verdadeiro Direito?”, *PI*, n. 27, 2005, pp. 9-19.
- _____, “As Sete Constituições Informais da Monarquia Portuguesa Antes do Liberalismo” in: AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martin de Albuquerque*, Lisboa, FDUL, 2010, v. I, pp. 431-448.
- AMARAL, Diogo Freitas do & PIÇARRA, Nuno, “Art. 21^o” in: PORTO, Manuel Lopes & ANASTÁCIO, Gonçalo (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 105-110.
- AMARAL, Ilídio do, *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos Ngola (ou Angola) e a presença portuguesa, de finais do Século XV a meados do Século XVI*, Lisboa, IICT, 1996.
- _____, *O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no Último Quartel do Século XVI e Primeiro do Século XVII*, Lisboa, IICT, 2000.
- AMARAL, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, E70, 2011.
- AMARAL, Maria Lúcia, *A Forma da República. Uma Introdução ao Estudo do Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.
- AMARAL, Renata Vargas, “A questão da soberania frente à necessidade de protecção dos direitos humanos”, *RDCEUSC*, n. 1, 2006, pp. 109-139.
- AMBERT, Joachim, *Duplessys Mornay (1549-1623)*, Paris, Comon, 1847 (Fac Simile: Elibron, 2006).
- American Historical Documents, 1000-1904*, New York, C&S, 1938.
- AMBIRES, Juarez Donizete, “Jacob Roland: um jesuíta flamengo na América Portuguesa”, *RBH*, v. 25, n. 50, 2005, pp. 205-209.
- _____, “Paulistas, índios administrados e jesuítas na América Portuguesa de fins do Século XVII” in: SCÓTOLO, Irene (org.), *A leitura como ofício*, São Paulo, Pdi, 2008, pp. 69-89.
- _____, “António Vieira e Antonil: práticas e representações na América Portuguesa”, *PH*, n. 27, 2008, pp. 95-114.
- AMOROSO, Marta Rosa, “Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira” in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, CdL/SMC/FAPEESP, 1992, pp. 297-310.
- AMOS, Sheldon, *Lectures in International Law*, London, S&S, 1874-
- AMR, Mohamed Sameh M., *The Role of the International Court of Justice as the Principal Judicial Organ of the United Nations*, The Hague, KL, 2003

- AMSTRONG, Hamilton Fish, "Hitler's Reich. The First Phase", *FA*, v. 11, n. 4, 1933, pp. 589-608.
- ANAND, R.P., "Family of 'Civilized' Nations' and Japan: A History of Humiliation, Assimilation, Defiance, and Confrontation", *JHIL*, v. 5, n. 1, 2003, pp. 1-75.
- ANCHIETA, Joseph de, *De Gestis Mendi de Saa*, Pe. Armando Cardoso (trad.), Rio de Janeiro, AN, 1958.
- _____, *Fragmentos históricos: Padre Manuel da Nóbrega* in: id., *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988.
- ANDEREGGEN, Anton, *France's Relationship with Sub-Saharan Africa*, Westport, Praeger, 1994.
- ANDERSON, Kenneth, "Legality of Intervention in Syria in Response to Chemical Weapons Attack", *ASIL Insights*, v. 17, n. 21, 2013, pp. 1-7.
- ANDO, Clifford, "Empire and the Laws of War: A Roman Archaeology" in: KINGSBURY, Benedict & STRAUMANN, Bernard (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010, pp. 30-52.
- ANDO, Nisuke, *Surrender, Occupation, and Private Property in International Law. An Evaluation of US Practice in Japan*, Oxford, Clarendon, 1991.
- ANDRADE, Agenor Pereira de, *Manual de Direito Internacional Público*, São Paulo, SLit, 1975.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 'Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil [1823]' in: *Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (org.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992, pp. 347-360.
- _____, *Projetos para o Brasil*, Miriam Dolhnikoff (org.), São Paulo, CdL, 1998.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, "O *De Gestis* de Anchieta enquanto documento cultural" in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. I, pp. 262-283.
- ANDRÉS, Teodoro, "Ideologia de 'democrates secundus'" in: SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Democrates alter o de la justas causas de las guerras contra los índios*, 2. ed., bilíngue, Madrid, CSIC/IFV, 1984, pp. xxxiii-xliv.
- ANDUJAR, Antonio Hermosar, "La concepcion kantiana de las relaciones internacionales", *REP*, n. 64, 1989, pp. 163-189.
- ÁNGEL, Martha Herrera, "Los pies de la República Cristiana: la posición del indígena americano en Solórzano Pereira" in: BONNET, Diana & CASTAÑEDA, Felipe (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006, pp. 78-108.
- ANGELI, Oliviero, "Il timore della guerra giusta. Le vie della pace nella filosofia politica di Baruch Spinoza", *Ethic@*, v. 4, n. 2, 2005, pp. 97-109.
- ANEME, Girmachew Alemu, *A Study of the African Union's Right of Intervention against Genocide, Crimes against Humanity and War Crimes*, Nijmegen, Wolf, 2011.
- ANG, Jennifer Mei Sze, "Fighting the Humanitarian War. Justifications and Limits" in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 171-181.
- ANGHIE, Antony, "Francisco de Vitoria and the Colonial Origins of International Law", *SLS*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 321-336 (reproduzido igualmente em Eve Darian-Smith & Peter Fitzpatrick (eds.), *Laws of the Postcolonial*, Ann Arbor, UMichU, 1999, pp. 99-107).
- _____, "Finding the Peripheries: Sovereignty and Colonialism in Nineteenth-Century International Law", *HILJ*, v. 40, n. 1, 2000, p. 1-80.
- _____, *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005.
- Angola no Século XVI*, Lisboa, Alfa, 1989.
- Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 27 ("II. Documentos relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil"; "Extractos de cartas de jesuítas 1558-1568"), 1905, pp. 243-262.
- Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 66 (Livro Grosso do Maranhão – Iª Parte), 1948.
- Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 67 (Livro Grosso do Maranhão, 2ª Parte), 1948.
- Anônimo, "Documento no qual nos são dadas as causas pelas quais se podia mover guerra justa aos infieis", gaveta XI, maço 8, doc. 3, 12 fol. in: *Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, CEU, 1960, pp. 676-685.
- Anônimo, 'Informação succinta sobre a redução do Império Abexino p^a S. A. ver e seus ministros [s.d., Século XVI ou XVII]', BPA, manuscrito, 50-v-37, doc. 31, 2ª dificuldade, f. 66-77.
- ANNAN, Kofi, "Two concepts of sovereignty", *TEC*, 18 September 1999.
- Anônimo, 'Primeira Rellação do Último Assaltos a Palmares', Maria Lêda de Oliveira (org.), A-A, v. 33, 2005, pp. 251-324.
- Anônimo, 'Papel feito a S. A. contra Estevão Ribeiro Baião sobre as insolências que com outros de S. Paulo fazia ao gentio para os cativar, e vender [s.d.]' in: BPA, manuscrito, 50-v-37, doc. 80, pp. 234-235.
- ÃÑOVEROS, Jesús García, "Los títulos de la posesión de las Índias de la Corona Española" in: SOLÓRZANO PEREIRA, Juan, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 1-15)*, Madrid, CSIC, 1999, pp. 19-29.
- ANTHERO, Adriano, *O Direito Internacional*, Porto, IPort, 1923.
- [ANTONIL], João Antônio Andreoni, 'Trechos de cartas do jesuíta Pe. João Antônio Andreoni, escriptas nas Cartas Annuas de 1714-16-21', *RTIC*, t. 36, 1922, pp. 77-81.
- _____, *Cultura e Opulência do Brasil [1711]*, 3 ed., Belo Horizonte, Itatiaia, EDUSP, 1982.
- ANTONOPOULOS, Constantine, "Whatever Happened to Crimes Against Peace?", *JCSL*, v. 6, n. 1, 2001, pp. 33-62.
- ANTUNES, Nuno Marques, *Direito de Ingerência Humanitária – o Papel da ONU*, Relatório do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa, FDUL, 1996.
- APEL, Karl-Otto, "Kant's 'Toward Perpetual Peace' as Historical Prognosis from the Point of View of Moral Duty" in: BOHMAN, James & LUTZ-BACHMANN, Mathias (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal*, Cambridge, Mass, MITP, 1997, pp. 79-110.
- APPIAH, Kwame Anthony, *Cosmopolitanism. Ethics in a World of Strangers*, London, Penguin, 2006.
- ARAGÃO, Paulo Pulido, *A Liberdade Religiosa e o Estado*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ARANGO, Rodrigo, "Republicanism Kantiano", *IyV*, v. LXII, sup. I, 2013, pp. 49-72.

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “As Invasões Liberais e a Afirmação das Ideias Liberais” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 21-40;
- ARAÚJO, António de, “Competências constitucionais relativas à Defesa Nacional: as suas implicações no sistema de governo” in: MIRANDA, Jorge & MORAIS, Carlos Blanco de (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos, IDN, 2000, pp. 135-240.
- _____, *A Revisão Constitucional de 1997. Um Ensaio de História Político-Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999;
- _____, “Nos Alvores da Constituição Política de 1933: Notas à Margem de um Manuscrito de Salazar” in: *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 109-202.
- _____, & CHORÃO, Mário Bigotte, “Política e Direito nos Albores da Primeira República” in: AMARAL, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, E70, 2011, pp. 117-140.
- ARAÚJO, Horácio Peixoto de, “António de Gouvea, Cronista da Missão da China” in: MENESES, Avelino de Freitas & COSTA, João Paulo Oliveira e (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/UA, 2007, pp. 867-886.
- _____, *Os jesuítas no império da China. O Primeiro Século (1582-1680)*, Macau, IPO, 2000.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David, *Curso de Direito Constitucional*, 13. ed., São Paulo, Saraiva, 2009.
- ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim, *Curso de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, Borsoi, 1970;
- _____, *Estudos de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, Alba, 1972 (?).
- _____, & ARAÚJO, Maria Yvette Sampaio (act.), *Curso de Direito Internacional Público*, 4. ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- ARAÚJO, Raúl & RANGEL, Elisa, *Constituição da República de Angola Anotada*, Luanda, DA, 2014, t. I.
- ARAÚJO, Soraya, “A Nova Guerra, a Guerra Brasileira e a Guerra dos Sertões: Uma Nova Perspectiva sobre a Guerra dos Bárbaros”, *Mneme*, v. 9, n. 24, 2008.
- ARÉCHAGA, Eduardo Jiménez de, “International law in the past third of a century”, *RCADI*, v. 159, 1978, pp. 1-344.
- AREMATSU, Louise & SCHMITT, Michael, “Attacking the ‘Islamic State’ and the Khorasan Group: Surveying the International Law Landscape”, *CJTLBulletin*, v. 53, n. 1, 2014, pp. 1-29.
- ARENAS-GARCÍA, Nahuel, “21st Century Regionalism in South America: UNASUR and the Search for Development Alternatives”, *ESharp*, v. 18: Challenges of Development, 2012, pp. 64-85.
- AREND, Anthony Clark & BECK, Robert J. *International Law and the Use of Force: Beyond the United Nations Charter Paradigm*, London, Routledge, 1993.
- _____, “International Law and the Preemptive Use of Military Force”, *WQ*, v. 26, n. 2, 2003, pp. 89-103
- ARENDT, Hannah, *On Violence*, Orlando, HB, 1969.
- _____, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, André Macedo (trad.), Rio de Janeiro, R-D, 1993.
- ARIAS, Luis Garcia, *Cornelio van Bynkershoek. Su vida y sus obras*, Santiago, E.U.C. 1948.
- ARISTÓTELES, A *Política*, R. Ferreira (trad.), São Paulo, MF, 1998.
- ARMAS, Antonio Rumeu de, “El lineaje de Anchieta en la Isla de Tenerife”, *AEA*, n. 53, 2007, pp. 429-444.
- ARMITAGE, David, “From Colonial History to Postcolonial History”, *W&MR*, 3. Série, v. 64, n. 2, 1997, pp. 251-254.
- _____, “The Declaration of Independence and International Law”, *W&MR*, v. 59, n. 1, 2002, pp. 39-64.
- _____, “Three Concepts of Atlantic History” in: id., & BRADDICK, Michael (eds.), *The British Atlantic World, 1500-1800*, New York, Palgrave-MM, 2002, pp. 1-27.
- _____, “John Locke, Carolina, and the Two Treatises on Government”, *PT*, v. 32, n. 5, 2004, pp. 602-627.
- _____, *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013.
- _____, “John Locke’s International Thought” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 75-89.
- _____, “Hobbes and the Foundations of Modern International Thought” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 59-74.
- _____, “Parliament and International Law in the Eighteenth-Century Britain” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 135-153.
- _____, “Edmund Burke and Reason of State” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 154-171.
- _____, “Globalising Jeremy Bentham” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 172-187.
- _____, “Declarations of Independence, 1776-2012” in: *Foundations of Modern International Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 215-232.
- ARNAOUTOGLOU, Ilias (org.), *Leis da Grécia Antiga*, Ordep Serra & Rosiléa Carnelós (trads.), São Paulo, Odisseus, 2003.
- ARNAUD, André-Jean, “Une méthode d’analyse structurale en histoire du droit” in: SCHOLZ, Johannes-Michael (hrsg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, Frankfurt am Main, VK, 1977, pp. 263-346.
- ARNAUT, Joana Liberal, *A Inteligência das Leis. Os ‘Elementos da Hermeneutica do Direito Português’ de José Manuel Pinto de Sousa (1714-1818) professor e diplomata*, Lisboa, UCP, 2011.
- ARNEIL, Barbara, *John Locke and America. The Defence of English Colonialism*, Oxford, Clarendon, 1996.
- _____, “The Wild Indian’s Venison: Locke’s Theory of Property and English Colonialism in America”, *PS*, v. 44, 1996, pp. 60-74.
- AROSOMENA, Justo (org.), *Constituciones políticas de la América Meridional*, Havre, ILA, 1870.
- ARRIETA, Itziar Ruiz-Giménez, *La historia de la intervención humanitaria. El imperialismo altruista*, Madrid, UAM/Catarata, 2005.
- ARROYO, Leonardo, “O realismo do Padre Manuel da Nóbrega” in: *Nóbrega*, São Paulo, IHGSP, 1970, pp. 35-44.
- ARRUDA, José Robson & TENGARRINHA, José Manuel, *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, Baurú, EDUSC, 1999.

- ASAMOA, Obed, *The Legal Significance of the Declarations of the General Assembly of the United Nations*, The Hague, MN, 1966.
- ASENCIO, Raúl Hernández, “Indios Infieles y de guerra, muy crueles e que comén carne humana”: Canibalismo y políticas de identidad en la frontera esmeraldeña a comienzos del Siglo XVI” in: VITÓRIA, Francisco de, *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas/ Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizan víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007, pp. 289-332.
- ASHLEY, Maurice, *Oliver Cromwell and the Puritan Revolution*, London, EUP, 1958.
- Ásia de João de Barros. *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente-Primeira Década*, 4. ed., António Baião (revisão e prefácio), Lisboa, INCM, 1988 [1552-1615].
- ASÚA, Luís Jiménez de, *Proceso Histórico de la Constitución de la República Española*, Madrid, Reu, 1932.
- ATIENZA, Javier Corcuera, “El constitucionalismo de entreguerras y la Constitución Española de 1931”, *HCont*, v. 6, 1991, pp. 15-45.
- AUDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, SUP, 1996.
- AUDÉOUD, Olivier, “L’Intervention Américo-Caraïbe à La Grenade”, *AFDI*, v. 24, 1983, pp. 217-228.
- AUDINET, Eugène, “Les traces du droit international des l’Iliade et dans l’Odyssée”, *RGDIP*, t. 21, 1914, pp. 29-63.
- AUER, Andreas; MALINVERNI, Giorgio & HOTTELIER, Michel, *Droit constitutionnel suisse*, Berne, Stämpfli, 2006.
- AUGELLI, Enrico & Craig Murphy, “Lessons of Somalia for Future Humanitarian Assistance Operations”, *GG*, v. 1, n. 3, 1995, pp. 339-365.
- AUST, Anthony, *Modern Treaty Law and Practice*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- AUSTIN, John, *The Province of Jurisprudence Determined and the Uses of the Study of Jurisprudence*, Indianapolis, Hackett, 1998 [orig.: 1832].
- AWOUMOU, Côme, “ECCAS or CEMAC: Which Regional Community for Central Africa?” in: AYANGAFAC, Chrysantus (ed.), *Political Economy of Regionalisation in Central Africa*, Pretoria, ISS, 2008, pp. 109-149.
- AXELROD, Eric, *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*, Johannesburg, WitUP, 1967.
- AXELSON, Eric, *Portuguese in South-East Africa 1488-1600*, Johannesburg, CSt, 1973.
- AYALA, Baltasar, *De Jure et Officiis Bellicis et Disciplina Militaris Libri Tres*, John Pawley Bate (trad.), Washington, Carnegie, 1912.
- AYOUB, Mohammed, “Humanitarian Intervention and State Sovereignty”, *IJHR*, v. 6, n. 1, 2002, pp. 81-102.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *História de António Vieira*, 3. ed., Lisboa, Clássica, 1992, 2 v.
- AZEVEDO, Luiz Carlos de, *Introdução Histórica ao Direito*, São Paulo, RT, 2005.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário de, *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1966.
- BAAK, J. C., “Hegel et le Droit des Gens”, *RDI*, v. 2, 1928, pp. 277-284.
- BACCI, Massimo Livi, “The Depopulation of Hispanic America After the Conquest”, *PDR*, v. 32, n. 2, 2006, pp. 199-232.
- _____, *Conquista. A Destruição do Índio Americano*, Sandra Escobar (trad.), Lisboa, E70, 2007 pp. 234-237.
- BACHMANN, Hanns-Martin, *Die naturrechtliche Staatslehre Christian Wolffs*, Berlin, D&H, 1992, 1997, pp. 32-51.
- BACIK, Ivana, “Irish Neutrality and International Law” in: ATTACK, Ian & MCCRUM, Sean (eds.), *Neutrality-Irish Experience-European Experience. Papers Presented at a Conference Organised by the Irish School of Ecumenics*, Dublin, s.n., 2009, pp. 10-12.
- BADERIN, Mashood, “Muhammad Al-Shaybani (749/50-805)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1081-1085.
- BADR, Gamal, “A Survey of Islamic International Law” in: JANIS, Mark & EVANS, Carolyn (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, pp. 95-101.
- BAGNALL, Nigel, *The Punic Wars. Rome, Chartage, and the Struggle for the Mediterranean*, New York, StMP, 1990.
- BAGNOLI, Carla, “Humanitarian Intervention as a Perfect Duty: a Kantian Argument” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 117-140.
- BAILEY, Emily; GUTHRIE, Richard; HOWLETT, Darryl & SIMPSON, John (eds.), *Programme for Promoting Nuclear Non-Proliferation Briefing Book*, 8.ed., Southampton, USout, 2002.
- BAKER, John, “Reflections on ‘Doing’ Legal History” in: MUSSON, Anthony & STEBBINGS, Chantal (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, Cambridge, UK, CUP, 2012, pp. 1-16.
- BALEEIRO, Aliomar, “A Constituição de 1891” in: *Constituições Brasileiras*, 3 ed., Brasília, SF, 2013, v. II, pp. 11-54.
- BALLONG-WEN-MEWUDA, J. Bato’ora, *São Jorge da Mina 1482-1637. La vie d’un comptoir portugais en Afrique occidentale*, Lisbonne/Paris, FCG/CNCDP, 1993, 2 t..
- BANDYOPADHYAY, Pramathanath, *International Law and Custom in Ancient India*, New Delhi, RVB, 1982 (ori. 1920).
- BANNELIER, Karine & CHRISTAKIS, Theodore, “Under the UN Security Council’s Watchful Eyes: Military Intervention by Invitation in the Malian Conflict”, *LJIL*, v. 26, n. 4, 2013, pp. 855-874.
- BANNON, Alicia, “The Responsibility to Protect: the U.N. World Summit and the Question of Unilateralism”, *YLJ*, v. 115, n. 5, 2006, pp. 1157-1165.
- BAPTISTA, Eduardo Correia, *Ius Cogens em Direito Internacional*, Lisboa, Lex, 1997;
- _____, *Direito Internacional Público I: Conceitos e Fontes*, Lisboa, Lex, 1998.
- _____, “A Nova Tipologia dos Conflitos Internacionais: o Uso da Força contra Grupos Armados e os Conflitos no Afeganistão e no Iraque”, *RFDUL*, v. XLIV, n. 1-2, 2003, pp. 533-580.
- _____, *O Poder Público Bélico em Direito Internacional: o Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial*, Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 2004, v. II.

- BARANOVSKY, Vladimir, "Humanitarian Intervention: Russian Perspectives", *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 12-38.
- BARANOWSKI, Shelley, *Nazi Empire. German Colonialism and Imperialism from Bismarck to Hitler*, Cambridge, UK, CUP, 2011.
- BARBAGALLO, Corrado, *Uma misura eccezionale dei romani. Il senatus-consultum ultimum*, Napoli, Jovene, 1980.
- BARBALHO, João, *Constituição Federal Brasileira. Commentarios*, s.l., TCLT, 1902.
- BARBÉ, Esther & KIENZLE, Benjamin, "Security Provider or Security Consumer? The European Union and Conflict Management", *EFAR*, v. 12, n. 4, 2007, pp. 517-536.
- BARBERIS, Julio A., "Les règles spécifiques du droit international en Amérique latine", *RCADI*, v. 235, 1992, pp. 81-230.
- BARBOSA, João Morais, "A teoria política de Álvaro Pais no 'Speculum Regum'. Esboço duma fundamentação filosófico-jurídica", *Separata do BMJ*, nº 211-212-213, 1972, pp. 271-282.
- _____, *Fundamentos metafísicos da filosofia de Álvaro Pais*, Tese de Doutoramento em Filosofia, UNL, 1975.
- _____, "Introdução" in: *Álvaro Pais*, João Morais Barbosa (introdução e selecção de textos), Lisboa/São Paulo, Verbo, 1992, pp. 7-13.
- BARBOSA, Katiusha, "A ideia da cruzada nas crónicas de Zurara" in: NOGUEIRA, Carlos (org.), *O Portugal Medieval. Monarquia e Sociedade*, São Paulo, Alameda, 2010, pp. 189-196.
- BARBOSA, Luís & ALVES, Sílvia (orgs.), *Direito Internacional Público. Geral e Africano*, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 895-909.
- BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã. Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo, 2008.
- BARBOSA, Ruy, *Commentarios á Constituição Federal Brasileira*, Homero Pires (org.), São Paulo, Saraiva, 1933, v. II.
- BARDIALLI, Giorgio, "Le guerre di religione nel pensiero di Alberico Gentili" in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell' età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 25-40.
- BARLETTA, Vincent, "Uma Lança em África. Los cuerpos imperiales de Gomes Eanes de Zurara", *RP*, n. 21, 2009, pp. 71-84.
- BARNETT, Michael, *Empire of Humanity. A History of Humanitarianism*, Ithaca, CornellUP, 2011.
- _____, "Bureaucratizing the Duty to Aid: The United Nations and Rwandan Genocide" in: LANG, Anthony (ed.), *Just Intervention*, Washington, GUP, 2003, pp. 174-191.
- BARRAL, Welber (org.), *Direito Internacional. Normas e práticas*, Florianópolis, FUNJAB, 2006.
- BARRIGA, Stefan & GROOVER, Leena, "A Historic Breakthrough on the Crime of Aggression", *AJIL*, v. 105, n. 3, 2011, pp. 517-533.
- BARRETO, Vicente (org.), *O liberalismo e a Constituição de 1988. Textos seleccionados de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, NF, 1991.
- BARROSO, Ivo Miguel, "A Natureza do Sistema de Governo na Constituição de 1911" in: MIRANDA, Jorge; PINHEIRO, Alexandre & LOMBA, Pedro (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, Lisboa, AR, 2011, pp. 337-393.
- BARROSO, Luís Roberto, *Direito Constitucional Brasileiro: o Problema da Federação*, Rio de Janeiro, Forense, 1992.
- _____, *Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2010.
- BARRUFINI, José Carlos, *Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2006.
- BARRY, Boubacar, *La Sénégambie du XV^e au XIX^e Siecle. Traite négrière, Islam, conquête coloniale*, Paris, L'Har, 1988.
- BARRY, Brian, "International Society from a Cosmopolitan Perspective" in: MAPEL, David & NARDIN, Terry (eds.), *International Society. Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1998, pp. 144-163.
- BARTHOLOMEW, Amy, "Defending Legality in an Age of Imperial Law" in: FALK, Richard; JUERGENSMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 92-126.
- BARTOLO DE SAXOFERRATO, *Secunda super Digesto novo* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 205-209.
- BARTON, Carlin, "The Price of Peace in Ancient Rome" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 245-255.
- BASS, Gary, "Jus Post Bellum", *JPP*, v. 32, n. 4, 2004, pp. 384-412.
- _____, *Freedom's Battle. The Origins of Humanitarian Intervention*, New York, AK, 2008.
- BASTID, Paul, "La Revolution de 1848 et le Droit International", *RCADI*, t. 72, v. I, 1948, pp. 171-282.
- BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra, *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, Saraiva, 1997, v. V.
- BASTOS, Fernando Loureiro, "Contributo para o Estudo da Doutrina de Direito Internacional Público Publicada em Portugal entre a criação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1913) e a Segunda Edição do Curso de Direito Internacional Público do Professor Doutor André Gonçalves Pereira (1970)" in: *Homenagem ao Professor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 679-746.
- BATRA, T.S., *The Security Council and Veto*, New Delhi, Metropolitan, 1979.
- BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook).
- BAYLY, C. A., BECKERT, Sven, CONNELLY, Matthew, HOFMEYR, Isabel, KOZOL, Wendy & SEED, Patricia, "AHR Conversation: On Transnational History", *AHR*, v. 111, n. 5, 2006, pp. 1441-1464.
- BAYLIN, Bernard, *Atlantic History. Concept and Contours*, Cambridge, Mass, HUP, 1995.
- BATES, Ed, *The Evolution of the European Convention on Human Rights. From its Inception to the Creation of a Permanent Court of Human Rights*, Oxford, OUP, 2010.
- BAVAJ, Amor, *Alberico Gentili. Fondatore della scienza del Diritto Internazionale (saggio critico sulle origini della scienza del moderno diritto internazionale)*, Macerata, Affede, 1935.

- BAXTER, R.R., "Treaties and Customs", *RCADI*, v. 129, 1971, pp. 25-105.
- BAYLEY, Thomas, *A Diplomatic History of the American People*, 10. ed., Englewood Cliffs, P-H, 1970.
- BAZYLER, Michael, "Reexamining the Doctrine of Humanitarian Intervention in the Light of the Atrocities in Kampuchea and Ethiopia", *SJIL*, v. 23, 1987, pp. 547-619.
- BEAL, Richard, "Making, Preserving, and Breaking the Peace with the Hittite State" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 81-97.
- BEARDSLEE, W.Q., "The United States Haiti Intervention: the Danger of 'Redefined' National Security Interests", *DJIL&P*, v. 25, n. 1, 1996, pp. 189-197.
- BEAULAC, Stéphane, "Emer the Vattel and the Externalization of Sovereignty", *JHIL*, v. 5, n. 2, 2003, pp. 237-292.
- _____, *The Power of Language in the Making of International Law. The Word Sovereignty in Bodin and Vattel and the Myth of Westphalia*, Leiden, MN, 2004.
- BEBIANO, Rui, *A pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000.
- BECHTEL, Delphine (ed.), *The Holocaust in Ukraine: New Sources and Perspectives. Conference Presentations*, Washington, CAHS, 2013.
- BECK, Robert, "International Law and the Decision to Invade Grenada: A Ten Year Retrospective", *VJIL*, v. 33, n. 4, 1983, pp. 765-817.
- BECKMAN, Gary (ed.), *Hittite Diplomatic Texts*, 2. ed., Atlanta, SBS, 2000.
- BEDERMAN, David, *International Law in Antiquity*, Cambridge, UK, CUP, 2001.
- _____, "Foreign Office International Legal History" in: CRAVEN, Matthew; FITZMAURICE, Malgosia & VOGIATZI, Maria (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 43-63.
- _____, *Custom as a Source of Law*, Cambridge, UK, CUP, 2010.
- BEESTERMÖLLER, Gerhard, "Retten den Armen und befreit den Dürftigen aus der Hand des Sünders' (Ps 82, 4). Thomas von Aquin und die humanitäre Intervention" in: WERKNER, Ines-Jacqueline & LIEDHEGENER, Antonius (Hrsg.), *Gerechter Krieg - gerechter Frieden: Religionen und friedensethische Legitimationen in aktuellen militärischen Konflikten*, Wiesbaden, VS, 2009, pp. 47-67.
- BEIGBEDER, Yves, "La neutralité suisse en question: isolement ou solidarité internationale", *RBDI*, v. 1, 1991, pp. 27-45.
- BEINER, Ronald & BOOTH, William James (eds.), *Kant and Political Philosophy: The Contemporary Legacy*, New Haven, YUP, 1993.
- BEISER, Frederick (ed.), *The Cambridge Companion to Hegel*, Cambridge, UK, CUP, 1993.
- BEITZ, Charles, *Political Theory and International Relations*, Princeton, PUP, 1979.
- _____, "Rawls Law of Peoples", *Ethics*, v. 110, n. 4, 2000, pp. 669-696.
- BELCH, Stanislaus, *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, London/The Hague, Mouton, 1965, v. I.
- BELCHIOR, Ana Maria, "Do constitucionalismo monárquico ao constitucionalismo republicano português" in: id. (org.), *As Constituições Republicanas Portuguesas. Direitos Fundamentais e Representação Política [1911-2011]*, Lisboa, MS, 2013, pp. 1-14.
- BELEZA, Teresa, *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Lisboa, AAFDL, 1990.
- BELISSA, Marc, "Hégémonie ou Republicanisme cosmopolitique? Le nouvel ordre européen sous le Directoire et le Consulat" in: JACOBS, Beatrix; KUBBEN, Raymond & LESAFFER, Randall (eds.), *In the Embrace of France. The Law of Nations and Constitutional Law in the French Satellite States of the Revolutionary Period and Napoleonic Ages (1789-1815). Acts of the International Conference Held at Tilburg University on the 27 & 28 April 2006*, Baden-Baden, Nomos, 2008, pp. 119-125.
- _____, "Droit des gens et théorie constitutionnelle dans la pensée des Lumières", *RHDFE*, a. 76, n. 2, 1998, pp. 215-233.
- BELISSA, Marc & LECLERQ, Patrice, "The Revolutionary Period, 1789-1802" in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 203-213.
- BELL, Duncan (ed.), *Victorian Visions of Global Order: Empire and International Relations in Nineteenth Century Political Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- BELL, Lanny, "Conflict and Reconciliation in the Ancient Middle East: The Clash of Egyptian and Hittite Chariots in Syria, and the World's First Peace Treaty between 'Superpowers'" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 98-120.
- BELLAMY, Alex, "Pragmatic Solidarism and the Dilemmas of Humanitarian Intervention", *Millenium*, v. 31, n. 3, 2002, pp. 473-497.
- _____, "International Law and the War in Iraq", *MelJIL*, v. 4, n. 2, 2003, pp. 497-520.
- _____, "The Responsibility to Protect – Five Years On", *E&IA*, v. 24, n. 2, 2010, pp. 143-169.
- _____, "The Responsibility to Protect and the Problem of Regime Change" in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 166-186.
- _____ & WILLIAMS, Paul, "The New Politic of Protection? Côte d'Ivoire, Lybia and the Responsibility to Protect", *IA*, v. 87, n. 4, 2011, pp. 825-850.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, 2. ed., São Paulo, Alameda, 2007.
- BENCI, Jorge (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos [1700]*, São Paulo, Grijalbo, 1977.
- BENOIST, Charles, "L'Influence de Machiavel", *RCADI*, t. 9, n. 4, 1925, pp. 127-306.
- BENTHAM, Jeremy, *Principles of International Law in: The Works of Jeremy Bentham*, John Bowring (ed.), Edinburgh/London, WT/SMCo, 1848, v. II, pp. 535-560.
- _____, "A Plan for an Universal and Perpetual Peace": in: BENTHAM, Jeremy, *The Works of Jeremy Bentham*, John Bowring (ed.), Edinburgh/London, WT/SMCo, 1848, v. II pp. 540-560.
- BENTLEY, Michael, *Modern Historiography. An Introduction*, London, Routledge, 1999.

- BENTLEY, Jerry, "The Tasks of World History" in: id., (ed.), *Oxford Handbook of World History*, Oxford, OUP, 2011, pp. 1-16.
- BENVENISTI, Eyal, "The Conception of International Law as a Legal System", *GYIL*, v. 50, 2008, pp. 393-405.
- BENVENUTI, Paolo, "The ICTY Prosecutor and the Review of the NATO Bombing Campaign against the Federal Republic of Yugoslavia", *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, p. 503-529.
- BERARDO, Telma, "Soberania, um novo conceito?", *RBDCl*, a. 10, n. 40, 2002, pp. 21-45.
- BERBEL, Márcia & OLIVEIRA, Cecília de Salles (orgs.), *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*, São Paulo, Alameda, 2012.
- BERDUD, Carlos Espaliú, "Reflexiones en torno a la presencia del *jus cogens* en el Derecho Internacional Contemporáneo" in: RAOGÓN, Rafael Casado & DOMÍNGUEZ, Ignacio Gallego (coord.), *Personalidad y capacidades jurídicas. 74 contribuciones con motivos del XXV Aniversario de la Facultad de Derecho de Córdoba I*, Córdoba, UC, 2005, pp. 419-437.
- BERGAMASCHI, Isaline, "French Military Intervention in Mali: Inevitable, Consensual yet Insufficient", *Stability*, 2, n. 3, 2013, pp. v. 2, n. 2, 2013, pp. 1-11.
- BERGER, Cristian, "OSCE and International Law", *IJLI*, v. 24, n. 1, 1996, pp. 36-47.
- BERKOFKY, Axel, *A Pacifist Constitution for an Armed Empire. Past and Present of Japanese Security and Defence Policies*, Pavia, FAng, 2012.
- BERLIA, G., "Contribution à l'interprétation des traités", *RCADI*, v. 114, n. 1, 1965, pp. 283-333.
- BERLIN, Andrea & OVERMAN, J. Andrew, *The First Jewish Revolt: Archaeology, History, and Ideology*, London, Routledge, 2002.
- BERLIN, Isaiah, "Historical Inevitability" in: GARDINER, Patrick (ed.), *The Philosophy of History*, Oxford, OUP, 1974, pp. 161-186.
- BERMAN, Franklin, "The International Criminal Court and the Use of Force by States", *SJICL*, v. 4, n. 2, 2000, pp. 479-497.
- BERMAN, Harold, *Law and Revolution. The Formation of the Western Legal Tradition*, Cambridge, Mass, HUP, 1983.
- BERNARD, Montague, *On the Principle of Non-Intervention*, Oxford, Parker, 1860.
- BERNARDINI, Aldo, "L'art. 11 della Costituzione Revisitato", *RivDI*, v. 3, 1997, pp. 609-683, e
- BERNHARDT, Rudolf "Custom and Treaty in the Law of the Sea", *RCADI*, v. 285, n. 5, 1987, pp. 249-330.
- _____, "Article 103" in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 1292-1302.
- BERNS, Laurence, "Thomas Hobbes" in: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChP, 1987, pp. 396-419.
- BERRIDGE, G. R., "Machiavelli: Human Nature, Good Faith, and Diplomacy", *RIS*, v. 27, n. 4, 2001, pp. 539-556.
- BERTHOLD, Lennart, "O Tribunal de Justiça da União Europeia e a Ordem Jurídica Internacional após o Caso Kadi", *RPDUE*, n. 1, 2011, pp. 49-62.
- BESHAH, Girma & AREGUAY, Merid Wolde, *The Question of the Union of the Churches in Luso-Ethiopian Relations (1500-1632)*, Lisboa, JIU/CEHU, 1964.
- BESNIER, Jean-Michel, "Le droit international chez Kant e Hegel", *APD*, t. 32, 1987, pp. 85-99.
- BESSA, Carlos, "Algumas Perspectivas Actuais da História Militar" in: in: *Para uma Visão Global da História Militar. Actas do I Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1990.
- BESSON, Samantha & TASSIOULAS, John (ed.), *The Philosophy of International Law*, Oxford, OUP, 2010.
- BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, s.l., TeD, 1998.
- _____, & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007.
- BETHENCOURT, Jean de, *Le Canarien: Livre de la Conquête et Conversion des Canaries (1402-1422)* [finais século XV], Rouen, CChM, MDCCCLXXIV.
- BEUCHOT, Mauricio, "La polémica de la guerra de conquista en relación con México" in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 89-95.
- BEVANS, Charles (ed.), *Treaties and other International Agreements of the United States of America, 1776-1949*, Washington, GPO, 1968-1976.
- BEVILAQUA, Clóvis, *Direito Público Internacional*, Rio de Janeiro, FALves, 1910, t. I, § 22, p. 139.
- BEW, John, "'From an umpire to a competitor': Castlereagh, Canning and the issue of international intervention in the wake of the Napoleonic Wars" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 117-138.
- BHARDWAY, Maya, "Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War", *WUIR*, v. 1, n. 1, 2012, pp. 76-96.
- BICALHO, Maria Fernanda, "A França Antártica, o corso, a conquista e a 'peçonha luterana'", *História*, São Paulo, v. 27, n. 1, 2008, pp. 29-50.
- BIENVENU, Gilles, "Universalismo o relativismo de valores: el debate de Valladolid" in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 122-142.
- BIERRENBACH, Ana Maria, *O conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário*, Brasília, FUNAG, 2011.
- BIGGAR, Neil, "In Defence of War: What is it All About", *Soundings*, v. 97, n. 2, 2014, pp. 169-174.
- BIGNOTTO, Newton, *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1991.
- _____, *Republicanism e Realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2006.
- BILDER, Richard, "An Overview of International Dispute Settlement", *EJIDR*, v. 1, n. 1, 1986, pp. 1-32.
- _____, "Judicial Procedures Relating to the Use of Force", *VJIL*, v. 31, n. 2, 1991, pp. 249-279.
- BIRMINGHAM, David *The Portuguese Conquest of Angola*, London, OUP, 1965.

- _____, *Trade and Conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford, Clarendon, 1966.
- _____, “Central Africa from Cameroun to the Zambezi” in: OLIVER, Roland (ed.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1977, v. III (“From c. 1050 to c. 1600”), pp. 519-566.
- _____, “Southern Africa” in: OLIVER, Roland (ed.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1977, v. III (“From c. 1050 to c. 1600”), pp. 567-620.
- BISHAI, Linda, “Intervention in Law and Politics”, *CaC*, v. 36, n. 4, 2001, pp. 415-424.
- BISPO, Luís, *Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 1981.
- Bispos portugueses e jesuítas no Japão. Cartas de D. Luiz Cerqueira*, Vítor Ribeiro (org.), Lisboa, ACL, 1936.
- BLACKSTONE, William, *Commentaries on the Laws of England in Four Books* [1765-1769], Philadelphia, JBLC, 1893.
- BLAIVE, Frédéric & GAURIER, Dominique, “Les mythes indo-européens source du droit international public dans l’Antiquité”, *JHIL*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 109-156.
- _____ & STERCKX, Claude, *Le Mythe Indo-Européen du Guerrier Impie*, Paris, L’Har, 2014.
- BLAKE, Michael, “The Costs of War. Justice, Liability and the Pottery Barn Rule” in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 133-147.
- BELLA, Ismael Sánchez, “Las Bulas de 1493 en el Derecho Indiano”, *AMHD*, v. 5, 1993, pp. 371-388.
- BLANCO, José Manuel Díez, “La Empresa Esclavista de D. Pedro de la Barrera (1611): Una Aportación a lo Estudio de la Trata Legal de Índios en Chile”, *EHH*, v. 10, 2011, pp. 55-70.
- BLACK, Jeremy & MACRAILD, Donald, *Studying History*, 2. ed., Basingstoke, MM, 2000.
- BLACKWELL, Christopher, “The Assembly” in: *Dēmos: Classical Athenian Democracy*, a publication of *Stoa: a consortium for electronic publication in the humanities* [www.stoa.org].
- BLANK, Laurie Rosenberg, “The Laws of War in Shakespeare: International vs. Internal Armed Conflict”, *NYJILP*, v. 30, n. 1-2, 1997, pp. 267-274.
- BLENKINSOPP, Joseph, *Wisdom and Law in the Old Testament. The Ordering of Life in Israel and Early Judaism*, Revised Edition, Oxford, OUP, 2003, pp. 84-119.
- BLOCH, Marc, *Apologie pour l’Histoire ou Métier d’Historien*, 5. ed., Paris, AC, 1964.
- BLOKKER, Niels, “Is the Authorisation Authorised? Powers and Practice of the UN Security Council to Authorise the Use of Force by ‘Coalitions of the Able and Willing’”, *EJIL*, v. 11, n. 3, 2000, pp. 541-561.
- _____, “The Security Council and the Use of Force: On recent Practice” in: BLOKKER, Niels & SCHRIJVER, Nico (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, pp. 1-29.
- BLOOM, Hans (ed.), *Property, Piracy and Punishment. Hugo Grotius on War and Booty in the Iure Praedae – Concepts and Contexts*, Leiden, Brill, 2009.
- BLUNTSCHLI, Johan Kaspar, *Le Droit International Codifié*, M. C. Lardy (trad.), Paris, Guillaumin, 1870.
- BOAK, A., “Greek Inter-State Association and the League of Nations”, *AJIL*, v. 15, n. 3, 1921, pp. 375-383.
- BOATWRIGHT, Mary T.; GARGOLA, Daniel J. & TALBERT, Richard J. A., *The Romans: From Village to Empire*, Oxford, UK, OUP, 2004.
- BOBBIO, Norberto, “Kant e a Revolução Francesa” in: *A era dos direitos*, Carlos Nelson Coutinho (trad.), Rio de Janeiro, Campus, 1992, pp. 131-141.
- BOBBYER, Philip (ed.), *The Stalin Era*, London, Routledge, 2000.
- BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang, ‘La Constitución: entre la Historia y el Derecho. Entrevista a Ernst-Wolfgang Böckenförde’ Joaquín Varela Suanes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista eletrónica), n. 5, 2004, pp. 331-336, texto disponível em <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/5/showToc>, acesso a 20 de agosto de 2014.
- BODIN, Jean, *Les Six Livres de la République*, Paris, Fayard, 1986, 6 v.
- BOEGNER, Roger, “L’influence de la réforme sur le développement du droit international”, *RCADI*, t. 6, 1925, pp. 241-324.
- BOEVING, James Nicholas, “Aggression, International Law, and the ICC: An Argument for the Withdrawal of Aggression from the Rome Statute”, *CJTL*, v. 43, n. 2, 2005, pp. 558-611.
- BOGEN, David, “The Law of Humanitarian Intervention: The United State Policy in Cuba (1898) and in the Dominican Republic (1965)”, *HILJ*, v. 7, n. 2, 1965-1966, pp. 296-315.
- BOGDANOR, Vernon, *The Monarchy and the Constitution*, Oxford, UK, OUP, 1995.
- BÖHLKE, Marcelo, “A regulamentação internacional do uso da força armada” in: GUERRA, Sidney (coord.), *Tratado de Direito Internacional*, Rio de Janeiro, FB, 2008, pp. 99-147.
- _____, *A proibição do uso da força no Direito Internacional Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Renovar, 2011.
- BOHMAN, James & LUTZ-BACHMANN, Mathias (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant’s Cosmopolitan Ideal*, Cambridge, Mass, MITP, 1997.
- _____, & _____, “Introduction” in: id. & ibid., (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant’s Cosmopolitan Ideal*, Cambridge, Mass, MITP, 1997, pp. 1-22.
- BOHR, Sebastien, “Sanctions by the United Nations Security Council and the European Community”, *EJIL*, v. 4, n. 2, 1993, pp. 256-268.
- BOLSTER, Neil & CRYER, Robert (eds.), *Documents on the Tokyo International Military Tribunal: Charter, Indictments and Judgments*, Oxford, OUP, 2008.
- BOLTON, John, “Is there really ‘Law’ in International Affairs?”, *TL&CP*, v. 10, n. 1, 2010, pp. 1-48.
- BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes de, *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, PeT, 1991.
- BONDE, Amédée, *Traité Elementaire de Droit International*, Paris, Dalloz, 1926.
- BONFILLS, Henri, *Manuel de Droit International Public (Droit des Gens)*, Paris, ARou, 1923.
- BONINI, Francesco, *Storia Costituzionale della Repubblica*, Roma, Carocci, 2007.

- BONNET, Diana & CASTAÑEDA, Felipe (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006.
- BONNET Y REVERÓN, B., “La conquista de Gran Canaria”, *RHC*, n. 100, 1952, pp. 308-333.
- BORCHARD, Edwin, *Diplomatic Protection of Citizens Abroad*, 2. ed., New York, BL., 1928.
- BORÉ, Guy & MARTIN, Hervé, *Les écoles historiques*, Paris, EdS, 1983.
- BOREL, Eugene, “L’Acte Générale de Genève”, *RCADI*, v. 27, 1929, pp. 497-595.
- BORGES, Maria de Lurdes, “War and Perpetual Peace: Hegel, Kant, and Contemporary Wars”, *Ethic@*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 81-90.
- BORN, Hans & HÄNGGI, Heiner (eds.), *The ‘Double Democratic Deficit’. Parliamentary Accountability and the Use of Force Under International Auspices*, Aldershot, Ashgate, 2004.
- BORN, Lester, “Some Notes on the Political Theories of Erasmus”, *JMH*, v. 2, n. 2, 1930, pp. 226-236.
- BORQUIN, Laurent, “Les défis des guerres de religion 1559-1610” in: CORNETTE, Joël (dir.), *Histoire de France Politique: La Monarchie. Entre Renaissance et Révolution, 1515-1792*, Paris, EdS, 2000, v. II, pp. 74-160.
- BOSCHI, Caio, “O Advento do Domínio Filipino no Brasil” in: VENTURA, Maria da Graça (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp.163-170.
- _____, “As missões na África e no Oriente” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. II, pp. 403-418.
- _____, “Ordens religiosas, clero secular e missão em África e na Ásia” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. III, pp. 319-351.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, São Paulo, CdL, 1992.
- _____, “Antônio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”, *EA*, v. 23, n. 65, 2009, pp. 247-270.
- BOSON, Gérson, *Direito Internacional Público. O Estado em Direito das Gentes*, Belo Horizonte, Del Rey, 1994.
- _____, *Direito Internacional Público. O Estado em Direito das Gentes*, 3. ed., Belo Horizonte, DRey, 2000.
- BOTELHO, João Carlos Amoroso, “La creación y la evolución de UNASUR”, *RD*, v. 2, n. 2, 2008, pp. 299-324.
- BOTHE, Michael, “The Protection of the Civilian Population and NATO Bombing on Yugoslavia: Comments on a Report to the Prosecutor of the ICTY”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 531-535.
- _____, “Has Article 2 (4) Survived the Iraq War?” in: BOTHE, Michael; O’CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 417-431.
- _____ & MARAUHN, Thilo, “The United Nations in Kosovo and East Timor – Problems of a Trustsheep Administration”, *IP*, v. 6, n. 4, 2000, pp. 152-156.
- _____ & FISCHER-LESCANO, Andreas, “The Dimensions of Domestic and Statutory Limits on the Use of Military Force” in: BOTHE, Michael; O’CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 195-208.
- BOTTÉRO, Jean, “No princípio, os sumérios” in: *No princípio eram os Deuses*, Pedro Elói Duarte (trad.), Lisboa, E70, 2006, pp. 13-21.
- BOUCHER, David, *Texts in Context. Revisionist Methods for Studying the History of Ideas*, Dordrecht, MN, 1985.
- _____, “The Law of Nations and the Doctrine of *Terra Nullius*” in: ASBACH, Olaf & SCHRÖDER, Peter (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, Burlington, Ashgate, 2010, pp. 63-72.
- BOUND, Travis & HENDRICKSON, Ryan, “Georgian Membership in NATO: Policy Implications of the Bucharest Summit”, *JSMS*, v. 22, n. 1, 2009, pp. 20-30.
- BOURDON, Léon, *La Compagnie de Jésus et le Japon 1547-1570*, Paris, FCG/CNCDP, 1993.
- BOURQUIN, Maurice, “La Saint-Alliance, un Essay d’Organization Internationale”, *RCADI*, t. 83, 1953, pp. 425-441.
- BOUTROS BOUTROS-GHALI, *An Agenda for Peace. Preventive Diplomacy, Peacekeeping and Peacemaking. Report of the Secretary-General Pursuant to the Statement Adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992*, A/47/277, de 17 de junho de 1992, disponível na página da rede oficial da Organização das Nações Unidas: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277, acesso a 9 de junho de 2014).
- _____, “Le droit international à la recherche de ses valeurs : paix, développement, démocratisation”, *RCADI*, v. 286, 2000, pp. 9-38.
- BOWETT, Derek, *Self-defence in International Law*, Manchester, MUP, 1958.
- _____, “The Use of Force for the Protection of National Abroad” in: CASSESE, Antonio (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, Dordrecht, MN, 1986, pp. 39-55.
- BOXER, Charles R., *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Berkeley, UCalP, 1951.
- _____, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, London, AthP, 1952.
- _____, *The Portuguese Seaborn Empire 1415-1825*, London, CP, 1988.
- BOYER, Yves; SUR, Serge & FLEURENCE, Olivier, “France: Security Council Legitimacy and Executive Primacy” in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 280-299.
- BOYLE, Alan & CHINKIN, Christine, *The Making of International Law*, Oxford, OUP, 2007.
- BOYLE, Francis, “International Law in a Time of Crisis: From the Entebbe Crisis to the Hostages Convention”, *NULR*, v. 75, n. 5, 1980, pp. 769-856.
- BOYLE, Joseph, “Traditional Just War Theory and Humanitarian Intervention” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 31-57.
- BRAGA, Paulo Drummond de, “A Expansão no Norte de África” in: SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa (A Expansão Quatrocentista)*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, EE, 1998, v. II, pp. 235-337.

- BRANCO, João Ferrão de Castelo, *Questões de Direito Internacional*, Lisboa, TVSN, 1885.
- BRANCO, Susana Videira, *Uma Leitura Jurídica da Questão Social – Contributo para a História das Ideias Políticas no Portugal Contemporâneo*, Tese de Doutoramento, FDUL, 2011.
- BRAUDEL, Fernand, “Minha formação de historiador” in: *Reflexões sobre a História*, São Paulo, MF, 2002, pp. 3-31.
- _____, *História e Ciências Sociais*, 6. ed., Lisboa, Presença, 1990.
- BREGMAN, Ahron, *Israel's Wars, 1947-1993*, London, Routledge, 2000.
- BRENFORS, Martha & PETERSEN, Malene Maxe, “The Legality of Unilateral Humanitarian Intervention – A Defence”, *NJIL*, v. 69, n. 4, 2000, pp. 449-499.
- BRETONE, Mario, *História do Direito Romano*, Isabel Santos & Hossein Shooja (trans.), Lisboa, EE, 1998.
- BRETT, Annabel, “Francisco de Vitoria (1483-1546) and Francisco Suárez (1548-1617)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1086-1091.
- BRETT, Rachel, “Human Rights and OSCE”, *HRQ*, v. 18, n. 3, 1996, pp. 668-693.
- BRIERLY, J.L., “Règles Générales du Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 58, v. 4, 1929, pp. 5-237.
- BRING, Ove, “International Humanitarian Law after Kosovo: is *lex lata* Sufficient?”, *NJIL*, v. 71, n. 1, 2002, pp. 39-54.
- BRITO, Miguel Nogueira de, “A primeira fundação do Direito Internacional Moderno” in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 49-65.
- BRITO, Mónica Vieira, “*Mare Liberum vs. Mare Clausum*: Grotius, Freitas and Selden's Debate on Dominion over the Seas”, *JHI*, v. 64, n. 3, 2003, pp. 361-377.
- BRITO, Wladimir, *Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.
- _____, “A guerra e a segurança internacional”, *SJ*, t. LIX, n. 323, 2010, pp. 411-465.
- _____, “Soberania como Responsabilidade” in: JERÓNIMO, Patrícia (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 43-52.
- _____, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014.
- BROCHADO, Costa, “O problema da guerra justa em Portugal”, *RRCP*, a. 1, n. 1, 1946, pp. 41-59.
- BROCKMAN, Joanne, “Liberia: the Case for Changing U.N. Process for Humanitarian Intervention”, *WILJ*, v. 22, n. 3, 2004, pp. 711-740.
- BROWN, Chester, “Armed Activities in the Territory of the Congo (New Application: 2002) (*Democratic Republic of the Congo v. Rwanda*)”, Provisional Measures, Order of 1 July 2002”, *ICLQ*, v. 52, n. 3, 2003, pp. 782-787.
- BROWN, Matthew, “Spanish American Independence” in: BENJAMIN, Thomas (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, Farmington, MM, 2007, pp. 1048-1051.
- BROWN, Peter, *Augustine of Hippo: a Biography*, Berkeley, UCalP, 2000.
- BROWNLIE, Ian, *International Law and the Use of Force by States*, Oxford, Clarendon, 1963.
- _____, “International law at the fiftieth anniversary of the United Nations: general course on public international law”, *RCADI*, v. 255, 1985, pp. 9-228.
- _____, “The Principle of Non-Use of Force in Contemporary International Law” in: BUTLER, W. E., *The Non-Use of Force in International Law*, Dordrecht, KL, 1989, pp. 17-27.
- _____, “The Peaceful Settlement of International Disputes in Practice”, *PILR*, v. 7, n. 2, 1995, pp. 257-280.
- _____, “‘International Law and the Use of Force by States’ Revisited”, *CJIL*, v. 1, n. 1, 2002, pp. 1-19.
- _____, “The Work of an International Lawyer”, *CJIL*, v. 45, n. 1, 2006, pp. 15-19.
- _____, “The Wang Tieya Lecture on Public International Law The Peaceful Settlement of International Disputes”, *CJIL*, v. 8, n. 2, 2009, pp. 267-283.
- BROWNLIE, Ian & APPERLEY, C.J., “Kosovo Crisis Inquiry: Memorandum on the International Law Aspects”, *CLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 878-905.
- BRUNDAGE, James, “Holy War and the Medieval Lawyers” in: *The Crusades, Holy War and Canon Law*, London, Variorum, 1991, pp. 99-140.
- _____, “The Thirteenth-Century Livonian Crusade: Henricus de Lettis and the First Lagatine Mission of Bishop William of Modena” in: *The Crusades, Holy War and Canon Law*, London, Variorum, 1991, p. 1-9.
- BRUNNÉE, Jutta & TOOPE, Stephen J., “Slouching Towards New ‘Just’ Wars: The Hegemon after September 11th”, *IR*, v. 18, n. 4, 2004, pp. 405-423.
- _____, “Norms, Institutions, and Reform: The Responsibility to Protect”, *JIL&IR*, v. 2, n. 1, 2006, pp. 121-137.
- BRYÈRE, Yves de la, “Les Étapes de la Tradition Théologique concernant le Droit de Juste Guerre. Notes d'Histoires des Doctrines”, *RGDIP*, 3. série, t. 44, 1937, pp. 129-161.
- BRZEZINSKI, Zbigniew & SULLIVAN, Paige (eds.), *Russia and the Commonwealth of Independent States: Documents, Data, and Analysis*, Washington, CSIS, 1997.
- BUBA, Tatiana, “Russo-Ukrainian Relations: Sevastopol and the Black Sea Fleet”, *IAR*, v. 19, n. 1, 2010, pp. 1-17.
- BUCHANAN, Allen, “The Internal Legitimacy of Humanitarian Intervention”, *JPP*, v. 7, n. 1, 1999.
- _____, “Rawls's Law of Peoples: Rules for a Vanished Westphalian World”, *Ethics*, v. 110, n. 4, 2000, pp. 697-721.
- _____, “From Nuremberg to Kosovo: the Morality of Illegal International Legal Reform”, *Ethics*, v. 111, n. 4, 2001, pp. 673-705.
- _____, *Justice, Legitimacy, and Self-Determination. Moral Foundations for International Law*, Oxford, OUP, 2004.
- _____, “The Legitimacy of International Law” in: BESSON, Samantha & TASSIOULAS, John (ed.), *The Philosophy of International Law*, Oxford, OUP, 2010, pp. 79-96.
- BUCKLAND, William Warwick, *The Roman Law of Slavery. The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian*, Cambridge, UK, CUP, 2010 [orig.: 1908].
- BUENO, José António Pimenta, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, Rio de Janeiro, JdV., 1857.

- BUERGENTHAL, Thomas; SHELTON, Dinah & STEWART, David, *International Human Rights in a Nutshell*, 4. ed., St. Paul, Minn., West, 2009.
- Bullarum Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum*, s.l., FeHD, MDCCCLX, t. v.
- BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989.
- _____, “The Importance of Grotius in the Study of International Relations” in: id.; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 65-93.
- BULLOCK, Alan, *Hitler. A Study in Tyranny*, London, Penguin, 1962.
- BUNSON, Matthew, ‘Hispania’ in: *Encyclopedia of the Roman Empire*, Revised Edition, New York, FoF, 2002, pp. 262-263.
- BURBANK, Jane & COOPER, Frederick, *Empires in World History. Power and the Politics of Difference*, Princeton, PUP, 2010.
- BURCHARDT, Jakob, *O Renascimento italiano*, Lisboa, Presença, s.d..
- BURCHILL, Richard, “The ICJ Decision in the Case Concerning East Timor: The Use of Force Validated?”, *JCSL*, v. 2, n. 1, 1997, pp. 1-22.
- BURDESE, A., *Manuale di Diritto Pubblico Romano*, 3. ed., Torino, UTET, 1987.
- BURGES, Sean W., “Building a global southern coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez”, *TWQ*, v. 28, n. 7, 2007, pp. 1343-1358.
- BURKE, Ciaran, “Replacing the Responsibility to Protect: the Equitable Theory of Humanitarian Intervention”, *ALF*, v. 1, n. 2, 1999, pp. 61-87.
- BURKE, Edmund, “Thoughts on French Affairs [December 1791]” in: *Further Reflections on the Revolution in France*, Indianapolis, LF, 1992, pp. 228-255.
- _____, “Reflections on the French Revolution” in: *Selected Works of Edmund Burke*, Indianapolis, LF, 1999, v. II.
- _____, “Letter I: on the Overtures of Peace” in: *Selected Works of Edmund Burke*, Indianapolis, LF, 1999, v. III, pp. 59-152.
- BURKE, Peter, *Varieties of Cultural History*, Cambridge, PP, 1997.
- _____, *What is Cultural History?*, 2. ed., Cambridge, PP, 2008.
- BURKE-WHITE, William W., “Crimea and the International Legal Order”, *Survival*, v. 56, n. 4, 2014, pp. 65-80.
- BURLAMAQUI, Jean Jacques, *Principles of Natural and Political Law*, 5. ed., Cambridge, CUP, UK, 1807.
- BURTON, Michael, “Legalizing the Sublegal: A Proposal for Codifying a Doctrine of Unilateral Humanitarian Intervention”, *GeorgLJ*, v. 85, n. 2, 1996, pp. 417-454.
- BUTKEVYCH, Olga, “History of Ancient International Law: Challenges and Prospects”, *JHIL*, v. 5, n. 2, 2003, pp. 189-195.
- BUTLER, William, “Soviet Attitudes Towards Intervention” in: MOORE, John Norton (ed.), *Law and Civil War in the Modern World*, Baltimore, JHP, 1974, pp. 380-398.
- _____, “Periodization and International Law” in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 379-393.
- BUZAN, Barry & LITTLE, Richard, *International Systems in World History. Remaking the Study of International Relations*, Oxford, OUP, 2000.
- BYERS, Michael, *Custom, Power and the Power of Rules: International Relations and Customary International Law*, Cambridge, UK, CUP, 1999.
- _____, (eds.), *The Role of Law in International Politics. Essays in International Relations and International Law*, Oxford, OUP, 2000.
- _____, “Terrorism, The Use of Force and International Law After 11 September”, *ICLQ*, v. 51, n. 2, 2002, pp. 401-414.
- _____, *War Law. International Law and Armed Conflict*, London, Atlantic, 2005.
- BYERS, Michael & CHESTERMAN, Simon, “‘You, the People’: Pro-Democratic Intervention in International Law” in: FOX, Gregory & ROTH, Brad (ed.), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 259-291.
- _____, & _____, “Changing the Rules About Rules? Unilateral Humanitarian Intervention and the Future of International Law” in: HOLZGREFFE, Jeff & KEOHANE, Robert (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 177-203.
- BYRNES, Andrew & CHARLESWORTH, Hillary, “The Illegality of the War Against Iraq”, *Dialogue*, v. 22, n. 1, 2003, pp. 4-9.
- CABRAÑES, José, “Human Rights and Non-Intervention in the American System”, *Mich.LR*, v. 65, n. 6, 1967, pp. 1147-1182.
- CADORNERGA, António de Oliveira de, *História Geral das Guerras Angolanas [HGGA]/[1680]*, José Matias Delgado (anotação e correcção), Lisboa, AGU, 1972.
- CAETANO, Marcello, *A Constituição de 1933. Estudo de Direito Político*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956.
- _____, “Introdução” in: FREITAS, Frei Serafim de, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, Miguel Pinto Meneses (trad.), Lisboa, IAC, 1959, pp. 7-85.
- _____, *Lições de História do Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.
- _____, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua História*, Lisboa, AGU, 1967.
- _____, *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1968.
- _____, *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1978, v. II (Direito Constitucional Brasileiro).
- _____, *História do Direito Português (Sécs. XII-XVI)*, 4. ed., Lisboa/São Paulo, Verbo, 2000.
- CAHIER, Philippe, “Changements et continuité du droit international: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 195, 1985, pp. 9-374.
- CAIN, P.J. & HOPKINS, A. G., *British Imperialism. Innovation and Expansion 1688-1914*, London, Longman, 1993.
- CALAFATE, Pedro, “Frei Álvaro Pais” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 1999, v. I, pp. 221-251.

- _____, “Diogo Lopes Rebelo” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 1999, v. I, pp. 451-458.
- _____, “A antropologia portuguesa da época dos descobrimentos – os direitos dos povos descobertos” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 35-49.
- _____, “A mundividência de António Vieira” in: id. (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 703-731.
- _____, “A Escolástica Peninsular no Pensamento Antropológico de António Vieira” in: FRANCO, José Eduardo (coord.), *Entre a selva e a corte. Novos olhares sobre Vieira*, Lisboa, EdC, 2009, pp. 127-137.
- _____, “A guerra justa e a igualdade natural dos povos: os debates ético-jurídicos sobre os direitos da pessoa humana” in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 17-47.
- CALDEIRA, Jorge, *Mauá, o empresário do Império*, São Paulo, CdL, 1995.
- ÇALI, Basak, “Interpretivism and International Law”, *EJIL*, v. 20, n. 3, 2009, pp. 805-822.
- CALLIER-BOISVERT, Collette, “Captives et esclaves au XV^e Siècle: une diatribe contre le traite restée sans écho”, *L’Homme*, n. 145, 1998, pp. 109-126.
- CALLOWAY, Colin, *Pen & Ink Witchcraft. Treaties and Treaty Making in American Indian History*, Oxford, OUP, 2013.
- CALLOT, Emile, *Ambigüités et antinomies del’Histoire et de sa philosophie*, Paris, MRiv, 1962.
- CALOGERAS, J. Pandiã, *A Política Exterior do Império*, Brasília, FUNAG, 1998, v. II e III).
- CALVO, Carlos, *Derecho Internacional Teórico y Práctico de Europa y América*, Paris, D’Amyot, 1868.
- CAMARGO, João Borba de, *História do Paraná (1500-1889)*, Maringá, PR, Bertoni, 2004.
- CAMARINHAS, Nuno, *Júfzes e Administração da Justiça no Antigo Regime. Portugal e o Império Colonial, Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, FCG, 2010.
- CAMINHA, Pero Vaz de, *Carta de Pero Vaz de Caminha [1500]*, São Paulo, MC, 2002, f. 2 (fac símile e transcrição).
- _____, *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil*, Lisboa, Expo, 1997.
- CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas anotados por Campos Monteiro*, 5. ed., Porto, DB, s.d..
- CAMPANINI, Massimo, “Ibn Khaldun: la *Muqaddinna*, la storia, la civiltà, il potere” in: id. (ed.), *Studies on Ibn Khaldun*, Monza, Polimetria, 2005, pp. 9-48.
- CAMPBELL, Bill & MORAITIS, Chris, “Memorandum of Advice to the Commonwealth Government on the Use of Force Against Iraq”, *MelJIL*, v. 4, n. 1, 2003, pp. 178-182.
- CAMPOS, João Mota & CAMPOS, João Luís Mota, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, Lisboa, FCG, 2000, pp. 230-231.
- _____ & _____, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 2. ed., Lisboa, FCG, 2001.
- _____ & _____, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 3. ed., Lisboa, FCG, 2002, pp. 237-239.
- _____ & _____, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 4. ed., Lisboa, FCG, 2004, pp. 247-249.
- _____ & _____, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 5. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 240-241).
- _____ & _____, *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 6. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
- _____ & _____, (com PEREIRA, António Pinto), *Manual de Direito Europeu. O Sistema Institucional, a Ordem Jurídica e o Ordenamento Económico da União Europeia*, 7. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014).
- _____, et al., *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
- CANAVEIRA, Manuel Filipe, “A Paz Perpétua”, *NE*, v.10, 2007, pp. 274-323.
- CANÊDO, Carlos, *Genocídio como Crime Internacional*, Belo Horizonte, DRey, 1999.
- _____, “Conselho de Segurança da ONU: breves considerações acerca de seu direito de intervenção”, *RFDUFMG*, n. 40, 2001, pp. 35-66.
- CANFORA, Luciano, “Bonaparte, the Liberator”, *EA*, v. 22, n. 62, 2008, pp. 119-127.
- CANIZZARO, Enzo & PALCHETI, Paulo (eds.), *Customary International Law on the Use of Force*, Leiden, MN, 2005.
- CANNADINE, David (ed.), *What is History Now?*, London, Palgrave-MM, 2004.
- CANOTILHO, J.J. Gomes, “Nova Ordem Mundial e Ingerência Humanitária (Claros-escuros de um novo paradigma internacional)”, *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 1-26.
- _____, “Offenheit vor dem Völkerrecht und Völkerrechtsfreundlichkeit des portugiesischen Rechts”, *AdV*, v. 34, n. 1, 1996, pp. 47-71.
- _____, “As Constituições” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 125-139.
- _____, “Intervenções Humanitárias e o Problema do Risco. Contributos para uma aproximação ao problema das intervenções humanitárias”, *NeD*, 2^a Série, n. 97, 2001, pp. 17-26.
- _____, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7. ed., Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *Brançosos e Interconstitucionalidade. Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____; MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo & STRECK, Lênio, *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo/Brasília, Saraiva/Almedina/IBDP, 2013.
- _____ & MOREIRA, Vital, *Os poderes do Presidente da República (especialmente em matéria de defesa e política externa)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.
- _____ & _____, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007-2010.

- CAPDEVILA, Luc, *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870. Ensayo de historia del tiempo presente*, Asunción/Buenos Aires, CEAUC/Sb, 2010.
- CAPDEVILA, Nestor, “La teoría de la guerra justa y los bárbaros: Las Casas frente al Requerimiento, Vitoria y Sepúlveda” in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 96-109.
- CAPELA, José, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, Porto, Afrontamento, 2002.
- CAPPS, Patrick, “Natural Law and the Law of Nations” in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 61-92.
- CARAMELO, Francisco, “A guerra nos textos proféticos da Assíria” in: SANTOS, António Ramos & VARANDAS, José (org.), *A Guerra na Antiguidade*, Lisboa/Casal da Cambra, CHFDUL/Caleidoscópio, 2006, pp. 25-32.
- CARAVALE, Mario, *Storia del diritto nell'Europa moderna e contemporanea*, Roma, Laterza, 2012.
- CARDAHI, Choukr, “La Conception et la Pratique du Droit International Privé dans l'Islam”, *RCADI*, t. 60, n. 2, 1937, pp. 511-647.
- CARDIM, Fernão de, *Tratado da Terra e Gentes do Brasil*, Baptista Caetano; Capistrano de Abreu & Rodolpho Garcia (introdução e notas), Rio de Janeiro, LJI, 1925.
- CARDIM, Pedro “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os Bragança”, *Hispania*, v. LXIV, n. 1, n. 206, 2004, pp. 117-156.
- CARDIM, Pedro, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- CARDINI, Franco, *Breve Storia di Firenze*, Pisa, Paccini, 2007.
- CARDOSO, Adelino, “Francisco Suárez” in: CALAFATE, Pedro (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 559-586.
- CARDOSO, Alirio, “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1624)”, *RBH*, v. 31, n. 61, 2011, pp. 317-338.
- CAREY, Peter & WALSH, Pat, “The Security Council and East Timor” in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 346-367.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez, *Los métodos de la Historia. Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*, Barcelona, ECrit, 1981.
- CARDOSO, Pe. António (SJ), “Introdução Histórico-Literária” in: ANCHIETA, Joseph de, *De Gestis Mendi de Saa*, Pe. Armando Cardoso (trad.), Rio de Janeiro, AN, 1958, pp. 1-43.
- CARLYLE, Thomas, *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* [1840] in: *Collected Works*, London, CaH, 1864, v. XII.
- CARMONA, Mafalda Ramos; SILVA, Maria de Fátima; VIEIRA, Maria Inês & FIGUEIREDO, Susana Vital, “Direito de Intervenção Humanitária”, *RJAADF*, n. 20, 1996, pp. 259-297.
- CARNEIRO, David, *O Paraná na História Militar do Brasil*, Curitiba, TdE, 1995.
- CARONE, Edgard, *A primeira República*, São Paulo, DIFEL, 1969.
- _____, *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*, São Paulo, DIFEL, 1983.
- CARNAZZA AMARI, G., “Nouvel Exposé du Principe de Non-Intervention”, *RDILC*, t. 5, 1873, pp. 352-383.
- CARR, Edward Hallet, *The Twenty Year Crisis, 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*, 2. ed., New York, Perennial, 2001 [1945].
- _____, *What is History?*, Harmondsworth, Penguin, 1961.
- CARREIRA, António, *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, UNL, 1978.
- _____, *O Tráfico Português de Escravos na Costa Oriental Africana nos Começos do Século XIX (Estudo de Casa)*, Lisboa, JIU, 1979.
- _____, *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2. ed., Lisboa, Presença, 1982.
- Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil 1549-1551*, edição fac-similada, José Manuel Garcia (apresentação), Lisboa, IBNL-PT, 1993.
- CARREIRA, José Nunes, “Introdução” in: id., *Historiografia Hírita*, Lisboa, CHFDUL/Colibri, 1999, pp. 25-30.
- CARRILHO, Maria, “Os Conflitos nos Balcãs e a redefinição das missões internacionais” in: FERREIRA, José Medeiros (org.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Colibri/FMS/ IHC-FCSH/UNL, 1999, pp. 165-185.
- CARRILLO-SALCEDO, Juan-Antonio, “Droit international et souveraineté des états: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 257, 1996, pp. 35-221.
- ‘Carta del Fray Toribio de Tomolín al Emperador Carlos V [2 de Enero de 1555]’ in: TORÍBIO DE BENAVENTE O MOTOLÍNIA, *História de los Índios de la Nueva España*, Barcelona, JG, 1914 [meados do século XVI], pp. 257-277.
- ‘Carta Régia ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos [13 de Maio de 1808]’ in: *Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (orga.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992, pp. 57-60.
- ‘Carta Régia sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava [5 de novembro de 1808]’ in: *Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (orga.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992, pp. 62-64.
- _____, *Collecção das Leis do Brazil de 1808*, Rio de Janeiro, IN, 1891, pp. 156-159, ‘Cartas de Álvaro Pais a D. Afonso IV [s.d.]’ in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1966, pp. 146-148.
- Cartas Ánuas da China*, Horácio Araújo (edição, introdução e notas), Macau/Lisboa, IPO/BN, 1998.
- Cartas do Padre António Vieira*, J. Lúcio de Azevedo (coordenação e anotação), Lisboa, IN, 1970, t. I.
- CARTWRIGHT, Michael, “Biblical Argument in International Ethics” in: MAPEL, David R. & NARDIN, Terry (eds.), *Traditions of International Ethics*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 270-296.
- CARTY, Anthony, “The Iraq Invasion as a Recent United Kingdom Contribution to International Law”, *EJIL*, v. 16, n. 1, 2005, pp. 143-151.

- _____, “Distance and Contemporaneity in Exploring the Practice of States: The British Archives in Relation to the 1957 Oman and Muscat Incident” in: CRAVEN, Matthew; FITZMAURICE, Malgosia & VOGIATZI, Maria (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 231-241.
- _____, “The Evolution of International Legal Scholarship in Germany during the *Kaiserreich* and the *Weimarer Republik* (1871-1933)”, *GYIL*, v. 50, 2007, pp. 29-90.
- _____, “Doctrine versus State Practice” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 972-985.
- CARULLA, Santiago Ripol, “El Consejo de Seguridad y la defensa de los derechos humanos. Reflexiones a partir del conflicto de Kosovo” *REDI*, v. 51, n. 1, 1999, pp. 59-87.
- CARVALHO, Bartolomeu Lopes de, ‘Manifesto a Sua Magestade sobre os índios cativos pelos moradores de São Paulo [s.d.; Século XVII?]’ in: *BPA* manuscrito, 50-v-37, fol. 386-390.
- CARVALHO, Filipe Nunes de, “Dos descobrimentos à União Ibérica” in: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, Harold Johnson & Maria Beatriz Nizza da Silva (coords.), Lisboa, EE, 1992, v. VI, pp. 21-204.
- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem. A elite política imperial/Teatro das sombras. A política imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2003.
- _____, *D. Pedro II. Ser ou não ser*, São Paulo, CdL, 2007.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves, *Direito Constitucional. Teoria do Estado e da Constituição/Direito Constitucional Positivo*, Belo Horizonte, DRey, 2008.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino, “O princípio da não-intervenção e a ingerência humanitária: considerações iniciais sobre a proteção internacional dos direitos humanos por intermédio de forças armadas” in: Danielle Annoni (org.), *Os novos conceitos do novo direito internacional. Cidadania, democracia e direitos humanos*, Rio de Janeiro, AJ, 2002, pp. 361-270.
- CARVALHO, Manuel Proença de, *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais*, Lisboa, QJ, 2010.
- CARVALHO, Mário Santiago de, *Estudos sobre Álvaro Pais e outros franciscanos (séculos XIII-XV)*, Lisboa, INCM, 2001.
- CASELLA, Paulo Borba, *Direito Internacional no Tempo Antigo*, São Paulo, Atlas, 2012.
- CASIMIRO, Ana Palmira, “Quatro visões do escravismo colonial: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni”, *P-HeS*, v. 1, n. 1, 2001, pp. 146-154.
- CASSESE, Antonio, “Modern Constitutions and International Law”, *RCADI*, v. 192, 1985, pp. 331-476.
- _____, *International Law in a Divided World*, Oxford, Clarendon, 1986.
- _____, *Self-Determination of peoples. A legal reappraisal*, Cambridge, UK, CUP, 1995.
- _____, “Ex Iniuria Ius Oritur. Are we Moving Towards International Legitimation of Forcible Humanitarian Countermeasures in the World Community?”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 23-30.
- _____, “A Follow-Up: Forcible Humanitarian Countermeasures and *Opinio Necessitatis*”, *EJIL*, v. 10, n. 4, 1999, pp. 791-799.
- _____, *Five Masters of International Law. Conversations with R-J Dupuy, E Jiménez de Aréchaga, R Jennings, L Henkin and O Schachter*, Oxford, Hart, 2011.
- CASSESE, Sabino, *Lo Stato fascista*, Bologna, IMul, 2010.
- _____, *Governare gli italiani. Storia del Stato*, Bologna, Il Mul, 2014.
- CASTALDO, André, *Introduction historique au droit*, 3. ed., Paris, Dalloz, 2006.
- CASTAÑEDA, Felipe, “La cruz y la espada: filosofía de la guerra en Francisco de Vitoria”, *HCri*, n. 22, 2001, pp. 27-45.
- _____, *El índio: entre bárbaro y cristiano. Ensayos sobre filosofía de la Conquista en las Casas, Sepúlveda y Acosta*, Bogotá, Uniandes/Alfaomega, 2002.
- _____, “El derecho de retención del Nuevo Mundo en Solorzano Y Pereira como superación del *ius ad bellum* de la conquista” in: BONNET, Diana & CASTAÑEDA, Felipe (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006, pp. 109-126.
- _____, “Antropofagia y guerra justa en el *De Temperantia* de Francisco de Vitoria” in: VITORIA, Francisco de, *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas/ Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizan víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007, pp. 159-213.
- CASTAÑO, César, “Les Problèmes Coloniaux et les Classiques Espagnols de Droit des Gens”, *RCADI*, t. 86, n. 2, 1954, pp. 561-699.
- CASTILLA, Santiago Martinez, “Juan Ginés de Sepúlveda y la Guerra Justa en la Conquista de América”, *PyC*, v. 9, n. 1, 2006, pp. 111-136.
- CASTRO, Jorge, “Kosovo e o novo sistema de segurança coletiva”, *PE*, v. 8, n. 3, 1999/2000, pp. 98-113.
- CASTRO, Maria Helena Lopes de, “*Leal Conselheiro* – o texto, o manuscrito, as edições” in: DON DUARTE, *Leal Conselheiro* [1435 a 1438?], Maria Helena Lopes de Castro (edição crítica, introdução e notas), Lisboa, INCM, 1998, p. xv-xxvi.
- CASTRO, Paulo Canelas de, “Portugal’s World Outlook in the Constitution of 1976”, *BFDC*, v. 71, 1995, pp. 485-543.
- _____, “Da não-intervenção à intervenção? O movimento do pêndulo jurídico perante as necessidades da comunidade internacional”, *BFDUC*, v. 71, 1995, pp. 287-345.
- _____, “A Intervenção Armada e o Caso do Kosovo – Novos Elementos para a Construção de uma Nova Ordem Internacional?”, *NeD*, n. 97, 2001, pp. 75-134.
- CAUPERS, João, *Direito Internacional Público II: organizações internacionais; comunidades europeias*, Lisboa, AAFDL, 1986.
- CAVAGLIERI, Arrigo, “Règles Générales de Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 26, v. 2, 1929, pp. 325-583.
- CAVAGNA, Adriano, *Storia del Diritto Moderno in Europa. Le Fonti e il pensiero giuridico I*, Milano, Giuffrè, 1982.
- CAVALLAR, Georg, “A sistemática da parte jusfilosófica do projecto kantiano “À paz perpétua”” in: ROHDEN, Valério (coord.), *Kant e a instituição da paz*, Porto Alegre, EDUFRGS/GI, 1997, pp. 78-98.

- _____, “Vitória, Grotius, Pufendorf, Wolff and Vattel. Accomplices of European Colonialism and Exploitation or True Cosmopolitans?”, *JHIL*, v. 10, n. 2, 2008, pp. 186-192.
- _____, “Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1114-1117.
- CAWTHRA, Gavin; DU PISANI, Andre & OMARI, Abillah (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, Johannesburg, WitUP, 2007.
- CAZALA, Julian, “Jeremy Bentham et le Droit International”, *RGDIP*, v. 109, n. 2, 2005, pp. 363-388.
- CÁZARES, Alberto Carrillo, “Tratados novohispanos sobre la guerra justa en el siglo XVI” in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 28-54.
- _____, (org.), *El debate sobre la Guerra Chichimeca, 1531-1585*, Zamora, ECM/ECSL, 2000, 2 v..
- _____, “Tratados novohispanos sobre la guerra justa en el siglo XVI” in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas*, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 47-91
- CEBRI Artigos, a. 7, v. 4, Edição Especial: A Questão Jurídica da Suspensão do Paraguai do Mercosul, 2012.
- CELSE, Afonso, “Poder Pessoal do Imperador” in: Afonso Celso, *Oito Anos no Parlamento*, Brasília, EDUNB, 1981 [orig: 1928], pp. 131-146.
- CENEVIVA, Walter, *Direito Constitucional Brasileiro*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 1991, pp. 188-190.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo, *Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*, Asunción, EL, 2010 [1894].
- CERQUEIRA, Dionísio, *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1970*, Rio de Janeiro, BE, 1980.
- CERVINI, Raúl & TAVARES, Juarez Tavares, *Princípios da Cooperação Judicial Penal no Protocolo do Mercosul*, São Paulo, RT, 2000.
- CERVO, Amado Luiz, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Brasília, EDUNB, 1981.
- CÉSAR, Temístocles, “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”, *Topoi*, v. 8, n. 15, 2007, pp. 159-207.
- CHABOD, Federico, *Lezione di metodo storico*, Roma, Laterza, 1973.
- CHADWICK, Henryck, *Augustine. An Introduction*, Oxford, OUP, 1986.
- CHALIAND, Gérard, *Mirrors of a Disaster. The Spanish Military Conquest of America*, New Brunswick, Transaction, 1990.
- CHALOUB, Sidney, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Cdl, 1990.
- CHAMBOULEYRON, Rafael, *Portuguese Colonization of the Amazon Region, 1640-1706*, PhD Thesis, UC-FH, 2005.
- _____, BONIFÁCIO, Monique Silva & MELLO, Vanice Siqueira de, “Pelos Sertões ‘estão todas as utilidades’. Trocas e Conflitos no Sertão Amazônico (Século XVII)”, *RH*, n. 162, 2010, pp. 13-49.
- CHANDLER, David, “The Road to Military Humanitarianism: How the Human Rights NGOs Shaped A New Humanitarian Agenda”, *HRQ*, v. 23, n. 3, 2001, pp. 678-200.
- CHANDRAHASAN, Nirmala, “Use of Force to Ensure Humanitarian Relief – A South Asian Precedent Examined”, *ICLQ*, v. 42, n. 3, 1993, pp. 664-672.
- CHARANIS, Peter, “Aims of the Medieval Crusades and How they were Viewed in Byzantium”, *CH*, v. 21, n. 2, 1952, pp. 124-134.
- CHARLESWORTH, Hilary, “Feminist Methods in International Law”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 379-394.
- CHÂTELET, François, *La Naissance de l’ Histoire. La Formation de la Pensée Historienne en Grèce*, Paris, LEDM, 1962.
- CHATHAM, Robert, “Defence of Nationals Abroad: The Legitimacy of Russia’s Invasion of Georgia”, *FJIL*, v. 23, n. 1, 2011, pp. 75-102.
- CHATILLON, Frédéric, “The EU as a Security Regime”, *EFAR*, v. 10, n. 4, 2005, pp. 517-533.
- CHATTERJEE, Hiralal, *International Law and Inter-State Relations in Ancient India*, Calcutta, Mukhopadhyay, 1958.
- CHATERJEE, S. K., “Some Legal Problems of Support Role in International Law: Tanzania and Uganda”, *ICLQ*, v. 30, n. 4, 1981, pp. 755-768.
- CHAUDHURI, Kirti, “A Apropriação do Espaço: o Estabelecimento no Oriente” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 163-181.
- _____, “O impacto da expansão portuguesa no Oriente” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 487-511,
- _____, “A concorrência holandesa e inglesa” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. II, pp. 82-106.
- CHAYES, Abram & CHAYES, Antonia Handler, *The New Sovereignty. Compliance with International Regulatory Agreements*, Cambridge, Mass, HUP, 1995.
- CHAZAN, Robert, *The Jew in Western Christendom, 1000-1500*, Cambridge, UK, CUP, 2006.
- CHEN, Frederick Tse-shyang, “The Confucian View of World Order” in: JANIS, Mark & EVANS, Carolyn (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, pp. 27-49.
- CHEN, Jianming, “The Non-Intervention Principle and Humanitarian Intervention under International Law”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 1-29.
- _____, “The Relativity and Historical Perspective of the Golden Age of International Law” *ILT*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 26-33.
- CHENNOUFI, Ridha, “Natureza e política em Farabi” in: RENAUT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política I – A Liberdade dos Antigos*, Elsa Pereira (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 299-339;.
- _____, “Ibn Khaldûn (1332-1406): um pensamento político moderno” in: RENAUT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política I – A Liberdade dos Antigos*, Elsa Pereira (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 329-337.
- CHEREM, Mônica Sousa, *Direito Internacional Humanitário*, Curitiba, Juruá, 2002.

- CHESTERMAN, Simon, "Rethinking Panama: International Law and the US Invasion of Panama" in: GOODWIN-GILL, Guy & TALMON, Stefan (eds.), *The Reality of International Law. Essays in Honour of Ian Brownlie*, Oxford, Clarendon, 1999, pp. 57-94.
- _____, *Just War or Just Peace? International Law and Humanitarian Intervention*, Oxford, OUP, 2001.
- _____, "Legality versus Legitimacy: Humanitarian Intervention, the Security Council and the Rule of Law", *SD*, v. 33, n. 3, 2002, pp. 293-307.
- _____, *You the People: The United Nations, Transitional Administration, and State-Building*, Oxford, OUP, 2004.
- _____, "Humanitarian Intervention and Afghanistan" in: WELSH, Jennifer (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford, OUP, 2004, pp. 163-175.
- _____, "Just War or Just Peace After 11 September: Axes of Evil and Wars Against Terror in Iraq and Beyond", *NYJIL&Ps*, v. 37, n. 2, 2005, pp. 281-301.
- _____, (ed.), *Secretary or General? The UN Secretary General in World Politics*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- _____, "Does ASEAN Exist? The Association of Southeast Asian National as an International Legal Person", *SYIL*, v. 12, 2008, pp. 199-211.
- CHEVALIER, Jean Jacques, "Saint-Alliance et Société des Nations", *RDI*, v. 1, 1927, pp. 9-40.
- CHIAVENATTO, Júlio José, *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- CHIMENTI, Pietro, *Manuale di Diritto Costituzionale Fascista*, 2. ed., Torino, UTET, 1934.
- CHIMNI, B.S., "Prolegomena to a Class Approach to International Law", *EJIL*, v. 21, n. 1, 2010, pp. 57-82.
- CHINEN, Mark, "Article 9 of the Constitution of Japan and the Use of Procedural and Substantive Heuristics for Consensus", *MJIL*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 56-114.
- CHINKIN, Christine, "Kosovo: a Good or a Bad War?", *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 841-847.
- _____, "The Legality of NATO's Action in the Former Republic of Yugoslavia (FRY) Under International Law", *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 910-925.
- Choix des Rapports, Opinions et Discours Prononcés à la Tribune Nationale depuis 1789 jusqu'à ce jour*, Paris, EyC, 1818, t. II.
- CHIRENJE, Mutero, "Portuguese Priests and Soldiers in Zambeze, 1560-1572: The Interplay between Evangelism and Trade", *IJAHS*, v. 6, n. 1, 1973, pp. 36-48.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *O Periodismo Jurídico Português do Século XX. Páginas da História da Cultura Nacional Oitocentista*, Lisboa, INCM, 2002.
- CHRISTAKIS, Théodore & BANNELIER, Karine, "Volenti non fit injuria? Les effets du consentement à l'intervention militaire", *AFDI*, v. 50, 2004, pp. 103-137.
- CHRISTIANSEN, Eric, *The Northern Crusades*, 2. ed., London, Penguin, 1997.
- CHRISTIE, Emily, "Accordance with International Law of the Unilateral Declaration of Independence in respect of Kosovo, ICJ Advisory Opinion of 22 July 2010, General List No. 141", *AILJ*, v. 17, 2010, pp. 205-212.
- CHROUST, Anton-Hermann, "The Fundamental Ideas in St. Augustine Philosophy of Law", *AJJ*, v. 18, n. 1, 1973, pp. 57-79.
- _____, "A Summary of the Main Achievements of the Spanish Jurist-Theologians in the History of Jurisprudence", *AJJ*, v. 26, n. 1, 1981, pp. 112-124.
- CHRYSOSTOMIDES, Julian, "Byzantine concepts of war and peace" in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 91-101.
- CÍCERO, "Pro T. Annio Milo" in: *Selected Orations*, Translated into English with the Original Latin, from the Best Editions, in the Opposing Side, London, CGG, R&E, 1792.
- _____, *Dos deveres*, Angélica Chiapeta (trad.), São Paulo, MF, 1999.
- _____, *As catilinárias*, Amilcare Carletti (trad.), 2. ed., São Paulo, LEUD, 2000.
- CIDADE, Hernâni, *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*, Lisboa, ENP, 1954.
- _____, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina. As ideias – os factos – as formas de arte*, 2. ed., Coimbra, AA, 1963.
- _____, *Padre António Vieira*, Lisboa, EPre, 1985.
- CIRKOVIC, Elena, "An Analysis of the ICJ Advisory Opinion on Kosovo's Unilateral Declaration of Independence", *GLJ*, v. 11, n. 8, 2010, pp. 895-912.
- CLAIDON, Tony, "William III Declaration of Reasons and the Glorious Revolution", *HJ*, v. 39, n. 1, 1996, pp. 87-108.
- CLARK, J. B., *The Reign of Elizabeth, 1558-1603*, 2. ed., Oxford, Clarendon, 1959.
- CLARK, Roger, "The 'Decolonization' of East Timor and the United Nations Norms on Self-Determination and Aggression", *YJWPR*, v. 7, n. 1, 1980, pp. 2-44.
- _____, "Does the Genocide Convention Goes Far Enough? Some Thoughts on the Nature of Criminal Genocide in the Context of Indonesia's Invasion of East Timor", *ONULR*, v. 8, n. 2, 1981, pp. 321-328.
- _____, "East Timor, Indonesia, and the International Community", *TI&CLJ*, v. 14, n. 1, 2000, pp. 75-87.
- _____, "Nuremberg and the Crime Against Peace", *WUGSLR*, v. 6, n. 3, 2007, pp. 527-550.
- _____, "Negotiating Provisions Defining the Crime of Aggression, its Elements and the Conditions for ICC Exercise of Jurisdiction Over It", *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1103-1115.
- CLARK, Stuart, "The *Annales* Historians" in: SKINNER, Quentin (ed.), *The Return of Grand Theory to Social Sciences*, Cambridge, UK, CUP, 1985, pp. 177-198.
- CLARK, Walter & HERBST, Jeffrey, "Somalia and the Future of Humanitarian Intervention", *FA*, v. 75, 1996, pp. 70-85.
- CLARKE, Ian, *Legitimacy in International Society*, Oxford, OUP, 2005.
- CLAUS, Peter & MARRIOT, John, *An Introduction to the Theory, Method and Practice*, Harlow, Pearson, 2002.
- CLAVERO, Bartolomé, "Constitución de Cádiz y ciudadanía de México" in: GARRIGA, Carlos (coord.), *Historia y Constitucionalismo hispano*, México, CIDE/IM/ECM/ELD/HICOES/ ECMex, 2010, pp. 141-172.
- CLÉMENT, Jean-Pierre, "De las ofensas contra los indios. La injusticia de la guerra y otras violencias, según el Padre Las Casas" in: BATTAILON, Gilles; BIENVENU, Gilles & GÓMEZ, Ambrosio Velasco (dirs.), *Las teorías de la guerra*

justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas, Mexico, CEMC, 1998 (ebook), pp. 76-87.

CLÈVE, Clémerson Merlin & BARROSO, Luís Roberto (orgs.), *Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011.

CLOOTS, Anarchasis, *La République universelle ou adresse aux tyrannicides*, Paris, Chez les Marchandes de la Nouveautés, An quatre de la rédemption 1795.

_____, *Base constitutionnelles de la République du Genre Humain*, Paris, INed, II An de la République une et indivisible, 1793.

COADY, Tony & O'KEEFE, Michael (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, Victoria, MelUP, 2005.

COATES, Anthony, "Humanitarian Intervention: A Conflict of Traditions" in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 58-83.

COBBAN, Alfred, *National Self-Determination*, London, OUP, 1945.

COCKAYNE, James & MALONE, David, "The Security Council and the 1991 and 2003 Wars in Iraq" in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 384-405.

Code Napoléon, Paris, II, 1808.

'Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil' in: *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1916*, Rio de Janeiro, IN, 1917.

Código de Hammurabi [c. 1780 a.C.], Julia Vidili (trad.), São Paulo, Madras, 2005.

COELHO, Teresa Leal, "O Direito Internacional e a Ingerência Humanitária. O Poder/Dever da Intervenção Armada", *NeD*, 2ª Série, n. 105, 2003, pp. 103-119.

COGSWELL, Thomas, "Foreign Policy and Parliament: the Case of *La Rochelle*, 1625-1626", *EHR*, v. 99, n. 391, 1984, pp. 241-267.

COHAN, John Alan, "The Bush Doctrine and the Emerging Norm of Anticipatory Self-defense in Customary International Law", *PILR*, v. 15, n. 2, 2003, pp. 283-357.

COHEN, Michael, *The Origins and Evolution of the Arab-Zionist Conflict*, Berkeley, UCalP, 1987.

COHEN, Sami, "Le Président chef des armées", *PRFECP*, n. 58, 1991, pp. 33-40.

COING, Helmut, *Epochen der Rechtsgeschichte in Deutschland*, München, Beck, 1976.

COLARD, Daniel & GUILLAUDIS, Jean-François (orgs.), *Le droit de la sécurité internationale*, Paris, Masson, 1986.

COLARD-FABREGOULE, Catherine, "La Charte de Sécurité Européenne de l'OSCE. Les nouveaux aspects de la sécurité sur le continent", *AFRI*, v. 4, 2003, pp. 148-160.

COLEMAN, Jules, *The Practice of Principle. In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory*, Oxford, OUP, 2001.

COLINGWOOD, R. G., *The Idea of History*, London, OUP, 1946.

Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871, Rio de Janeiro, TN, 1871,

Collecção da Legislação Portuguesa desde a Compilação das Ordenações, António Delgado da Silva (org.), Lisboa, TM, 1830.

COLLIER, John & LOWE, Vaughan, *The Settlement of Disputes in International Law. Institutions and Procedures*, Oxford, OUP, 1999.

COLOMBO, Paolo, *Governo e Costituzione. La trasformazione del regime politico nelle teorie dell'età rivoluzionaria francese*, Milano, Giuffrè, 1993

COMBACAU, Jean, "The Exception of Self-Defence in U.N. Practice" in: CASSESE, Antonio (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, Dordrecht, MN, 1986, pp. 9-38.

'Condições da Guerra Justa: Resolução da Mesa da Consciência sobre as condições em que se podia fazer guerra justa a infiéis e mais concretamente ao imperador do Monopotapa [23 de janeiro de 1569]' in: *MMA*, 2ª Série, v. II, doc. 168, pp. 551-557.

CONDORELLI, Luigi, "La Cour Internationale de Justice: 50 ans et (pour l'heure) pas un ride", *EJIL*, v. 6, n. 3, 1995, pp. 388-400.

Confissões da Bahia. Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, Ronaldo Vainfas (org.), São Paulo, CdL, 1997.

CONKLIN, Alice, *A Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*, Stanford, SUP, 1997.

CONNSTABLE, Marianne, "On the Legal (Study) Methods of Our Time: Vico Redux", *CKLR*, v. 83, n. 3, 2008, pp. 1003-1331.

CONRAD, Robert, *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*, Elvira Serapicos (trad.), São Paulo, Brasiliense, 1985.

'Conselho do Conde de Arraiolos sobre assuntos que lhe foram apresentados pelo infante D. Duarte e acerca dos quais havia já dado parecer em Santarém, nomeadamente se é bem o infante D. Henrique aceitar a mediação entre o rei de Castela e o Mestre de Alcântara, sobre a atitude a assumir para com os infantes aragoneses D. Henrique e D. Pedro, sobre a projectada liga com os reis de Aragão e de Navarra contra os sarracenos de Granada ou de Marrocos, em que anda empenhado o infante D. Henrique, e sobre o lançamento do pedido sobre o mesmo [22 de abril de 1432]' in: *MH*, Coimbra, CECVCMIDH -1962, v. IV (1431-1434), doc. 21, pp. 99-108.

'Conselho do conde de Barcelos ao infante D. Duarte, dado a pedido deste, sobre armada que o Infante D. Henrique buscava lhe encaminhasse el-rei D. João I e da qual o conde discorda, pelos motivos que aduz' [19 de maio de 1432]' in: *MH*, v. IV, Coimbra, CECVCMIDH -1962, v. IV (1431-1434), doc. 24, pp. 123-126.

CONSENTINO, Francisco Carlos, *Governadores gerais do Estado do Brasil: ofícios, regimentos, governação, trajetórias*, São Paulo/Belo Horizonte, Annablume/FAPEMIG, 2009.

CONSTANT, Benjamin, *De l'esprit de conquête et de l'usurpation dans leur rapport avec la civilisation européenne*, René-Jean Dupuy (introduction et notes), s.l, INed, 1992 [1814].

Constituciones Iberoamericanas. Argentina, Néstor Pedro Sagües (org.), México, IJ, UNAM, 2005 (CD-ROM).

Constituciones Iberoamericanas. Chile, Humberto Nogueira Alcalá (org.), México, IJ, UNAM, 2005, CD-ROM.

Constituciones Iberoamericanas. Colombia, México, Néstor Osuna Patiño (org.), IJ, UNAM, 2006 (CD-ROM).

- Constituciones Iberoamericanas. Costa Rica*, Rubén Hernández Valle (org.), México, UNAM, 2005 (CD-ROM).
- Constituciones Iberoamericanas. Uruguay*, Héctor Gross Espiell & Eduardo Esteva Gallichio (orgs.), México, III, UNAM, 2005 (CD-ROM).
- Constituições Brasileiras*, 3. ed., Brasília, SF, 2013.
- CONWAY, Stephen, “War of American Independence, 1775-1783” in: BRADFORD, James (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 22-38.
- COOK, Martin, “The Moral Framework of War” in: *The Moral Warrior. Ethics and Service in the U.S. Military*, Albany, NYUP, 2004, pp. 21-38.
- _____, “Why Serve the State? Moral Foundations of Military Officership” in: *The Moral Warrior. Ethics and Service in the U.S. Military*, pp. 39-53.
- _____, “Immaculate War: Constraints on Humanitarian Intervention” in: LANG, Anthony (ed.), *Just Intervention*, Washington, GUP, 2003, pp. 145-154.
- COOK, Michael, *Commanding Right and Forbidding Wrong in Islamic Thought*, Cambridge, UK, CUP, 2001.
- COOK, Noble, *Born to Die. Disease and New World Conquest, 1492-1650*, Cambridge, UK, CUP, 1998.
- COOLEY, Alexander, “Authoritarianism Goes Global. Countering Democratic Norms”, *JD*, v. 26, n. 3, 2015, pp. 49-63.
- COOLEY, Thomas, *The General Principles of Constitutional Law in the United States*, 2. ed., Alexis Angell (ed.), Boston, L&B, 1891.
- COOPER, Frederick, *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*, Berkeley, UCalP, 2005.
- COOPER, Robert, “The New Liberal Imperialism”, *Tob*, 7 April 2002.
- CORDEIRO, António Menezes, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Coimbra, Almedina, 1984, v. I.
- CORNEVIN, Robert, “The Germans in Africa before 1918” in: GANN, H. & DUIGNAN, Peter (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 1969, pp. 383-419.
- CORRALES, Javier, “Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela’s Soft Power”, *WQ*, v. 32, n. 4, 2010, pp. 97-114.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva, *História de Angola [1782]*, Lisboa, CCEPM, 1937.
- CORREA, Juan Guillermo Muñoz, “La Esclavitud Indígena, el Caso de Colchaca”, *RHSM*, v. 7, n. 2, 2003, pp. 113-147.
- CORREIA, Armando Dias, “Intervenção Armada” in: RIBEIRO, Manuel Almeida; COUTINHO, Francisco Pereira & CABRITA, Isabel (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 256-257.
- _____, “Forças Armadas” in: RIBEIRO, Manuel Almeida; COUTINHO, Francisco Pereira & CABRITA, Isabel (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 216-217.
- CORREIA, Fernando Alves, *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra, Almedina, 2001.
- CORREIA, José Manuel Sérulo, *Relatório sobre Programa, Conteúdo e Métodos da Disciplina de Direito Internacional Público (Processo do Tribunal Internacional de Justiça) do Curso de Formação Avançada do Programa de Doutoramento na área de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito*, Lisboa, FDUL, 2005.
- CORTEN, Oliver, *Méthodologie du droit international public*, Bruxelles, EUB, 2009.
- _____ & DUBUISSON, François, “L’hypothèse d’une règle émergente findant une intervention militaire sur une ‘authorisation implicite du Conseil de sécurité’”, *RGDIP*, v. 104, n. 4, 2000, pp. 873-910.
- CORTESÃO, Jaime, *Introdução à História das Bandeiras*, Lisboa, Portugal, 1964.
- _____, “A tomada e ocupação de Ceuta” in: *A expansão dos portugueses no período henriquino*, Lisboa, Portugal, 1965, pp. 137-167.
- COSME, João Carvalho, Entrada ‘Tomé de Sousa’ in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. II, pp. 1005-1006.
- COSTA, António, “A Constituição e a Política Externa” in: COELHO, Mário Baptista (coord.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1989, pp. 675-682.
- COSTA, António de Sousa e, “Dados biográficos de Frei Álvaro Pais até à sua nomeação para Bispo de Silves, em Portugal” in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1966, pp. 3-40.
- _____, “Autenticidade e fontes das Cartas de Álvaro Pais a D. Afonso IV” in: *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1966, pp. 92-145.
- COSTA, Antonio Penalves da, *A recolonização do Brasil pelas Cortes. História de uma Invenção Historiográfica*, São Paulo, EDUNESP, 2009.
- COSTA, Eduardo Ferreira da, *Ocupação Militar e Domínio Efectivo das Nossas Colónias. Conferência Realizada na Sociedade de Geographia em a noite de 27 de novembro de 1901*, Lisboa, TU, 1903.
- COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, 4. ed., São Paulo, EDUNESP, 1998.
- _____, *Da Monarquia à República*, 9. ed., São Paulo, EDUNESP, 2010.
- COSTA, Emilio, *Historia del Derecho Romano Publico y Privado*, Ravientos y Noguer (trad.), Madrid, Reus, 1930.
- COSTA, João Craveiro da, *A Conquista do Deserto Ocidental: Subsídios para a História do Território do Acre*, 2. ed., São Paulo/Brasília, EN/INL, 1973 [1924].
- COSTA, João Paulo Oliveira e & RODRIGUES, Vítor Gaspar, *Conquista de Goa, 1510-1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, TdH, 2008, v. I.
- COSTA, João Paulo, Entrada “Os portugueses na China” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. I, p. 244-249.
- _____, Entrada “Japão” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. I, pp. 537-541.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.
- _____, “História do Direito” in: *Temas de História do Direito*, Coimbra, s.n., 1968, pp. 7-15.
- _____, *História do Direito Português*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 1996.
- _____ & MARCOS, Rui Figueiredo, *A Primeira República no Direito Português*, Coimbra, Almedina, 2010.

- COSTA, Pietro, "Lawyers and the Vital Relationship between Past and Present", *GLJ*, v. 7, n. 2, 2003, pp. 87-92.
- _____, "In Search for the Legal Text: Which Text for Which Historian?" in: MICHALSEN, Dag (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 158-182.
- COSTA, Ricardo da, "A mentalidade da cruzada em Portugal (Séculos XII-XIV)", *Anos 90*, n. 16, 2001-2002, pp. 143-178.
- COSTAMAGNA, Carlos, *Dottrina del Fascismo*, Torino, UTET, 1938.
- COSTELLO, Frank Bartholomew, *The Political Philosophy of Luis de Molina (1535-1600)*, Roma/Spokane, IH/GonzUP, 1974.
- Counter-Terrorism and Human Rights: The Impact of the Shanghai Cooperation Organization*, New York, HriC, 2011.
- COUTINHO, Francisco Pereira, 'Política Comum de Segurança e Defesa' in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 330-333.
- _____, "Uso da Força" in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014, pp. 535-537.
- COUTINHO, Francisco Pereira & GOUVEIA, Jorge Bacelar (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, QJ, 2013.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo, *Analyse sur la Justice du Commerce du Rachat des Esclaves de la Côte de Afrique*, Holborn, Baylis, 1798.
- _____, *Analyse sobre a Justiça do Commercio de Resgates de Escravos na Costa da Guiné*, Lisboa, JRN, 1808.
- COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, 10. ed., Lisboa, Gótica, 2006.
- _____ & LOUREIRO, Rui Manuel, *Ormuz, 1507 e 1622. Conquista e Perda*, Lisboa, TdH, 2007.
- COUTO, Diogo do, *Soldado Prático* [Século XVI-início do Século XVII], Mem Martins, E-A, s.d..
- COUTO, Jorge, "As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França Equinocial" in: VENTURA, Maria da Graça (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 171-194.
- COVELL, Charles, *Hobbes, Realism and the Tradition of International Law*, Hampshire, Palgrave-MM, 2004.
- COWARD, Harold, "The Hindu Tradition" in: BRACKNEY, William (ed.), *Human Rights and the World's Major Religions*, Westport, Conn, Praeger, 2005, v. 4, pp. 108-130.
- COX, Marcus, "The Right to Return Home: International Intervention and Ethnic Cleansing in Bosnia and Herzegovina", *ICLQ*, v. 47, n. 3, 1998, pp. 599-631.
- COX, Richard, *Locke on War and Peace*, Oxford, Clarendon, 1960.
- _____, "Hugo Grotius" in: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 386-395.
- COX, Robert, "Rumo a uma conceitualização pós-hegemónica de ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun" in: ROSENAU, James & CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.), *Governança sem Governo. Ordem e Transformação na Política Mundial*, S. Bath (trad.), Brasília, EDUNB, 2000, pp. 201-218.
- CÔXITO, Amândio, "O direito da guerra em Luís de Molina – *Jus ad Bellum*", *RFC*, n. 18, 2000, pp. 261-287.
- _____, "Luís de Molina e a escravatura", *RFC*, n. 15, 1999, pp. 117-136.
- CRADDOCK, Jerry, "La guerra justa en Nuevo Mexico en 1598-1599", *RCHD*, n. 7, 2002, pp. 331-360.
- CRAVEN, Matthew, "Colonialism and Domination" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 862-889.
- CRAWFORD, James, "Military Activities Against Nicaragua Case (Nicaragua v. United States)" in: BERNHARDT, Rudolf & MACALLISTER-SMITH, Peter (eds.), *Encyclopedia of Public International Law*, Amsterdam, Elsevier, 1997, v. III pp. 371-377.
- _____, "Revising the Draft Articles on State Responsibility", *EJIL*, v. 10, n. 2, 1999, pp. 435-460.
- _____, (ed.), *The International Law Commission's Articles on State Responsibility. Introduction, Text, Commentaries*, Cambridge, UK, CUP, 2002.
- _____, *State Responsibility. The General Part*, Cambridge, UK, CUP, 2013.
- _____, *Chance, Order, Change: The Course of International Law*, Hague, HAIL, 2014.
- CRAWFORD, Susan, "UN Intervention in Somalia", *TL&CP*, v. 3, 1993, pp. 273-291.
- "Croniques: Le Conflit Ítalo-Ethiopien au Conseil de la Societé des Nations", *RDI*, v. 14, 1935, pp. 452-456.
- CREMSHAW, Kimberlé; GOTANDA, Neil; PELLER, Gary & THOMAS, Kendall (eds.), *Critical Race Theory. The Key Writings that Formed the Movement*, New York, NewP, 1995.
- CRISTI, F., "Hegel's Conservative Liberalism", *CJPS*, v. 22, n. 4, 1999, pp. 717-738.
- Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, INCM, 1986.
- CRONOGUE, Graham, "Responsibility to Protect: Syria – The Law, Politics and Future of Humanitarian Intervention Post-Lybia", *IHLS*, v. 3, n. 1, 2012, pp. 124-159.
- CROWDEY, H.E.J., "Pope Urban's II Preaching of the Second Crusade" in: Thomas Madden (ed.), *The Crusades: Essential Readings*, Oxford, Blackwell, 2002, pp. 16-29.
- CRUTER, Thomas, "The Texas War for Independence and the War With Mexico" in: BRADFORD, James (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp.73-98.
- CRUZ, Frei Gaspar da, *Tratados das coisas da China* [1569-1570], Rui Manuel Loureiro (introdução, modernização e notas), Lisboa, Cotovia, 1997.
- CRUZ, Guilherme Braga da, *O direito subsidiário na história do direito português*, Coimbra, FLUC, 1975.
- CRUZ, Manuel Braga da, Entrada 'Domingos Fezas Vital' in ROSAS, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v. II, p. 1018.
- CRUZ, Sebastião, *Direito Romano (Ius Romanum)*, 4. ed., Coimbra, Dislivro, 1984.
- 'Culture as Destiny: a Conversation with Lee Kwan Yew', Fareed Zakaria (ent.), *FA*, v. 73, n. 2, 1994, pp. 109-126.

- CUNHA, Fernando Whitaker da, “Directrizes Políticas das Constituições Brasileiras” in: *Direito Político. A Estrutura Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1978.
- CUNHA, J. da Silva, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1953.
- _____, *Direito Internacional Público*, s.l., Ática, s.d..
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, CLB, 1981-84.
- _____, *Direito Internacional Público. Introdução e fontes*, 4. ed., Coimbra, Almedina, 1987.
- _____, *Direito Internacional Público. Relações Internacionais (Aspectos Fundamentais do seu Regime Jurídico)*, Lisboa, ISCSP, 1990.
- _____, *Direito Internacional Público. Introdução e fontes*, 5. ed., Coimbra, Almedina, 1993.
- _____, & PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 2000.
- _____, & _____. *Manual de Direito Internacional Público*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2004.
- CUNHA, Mafalda Ferrin, *Padre António Vieira*, Lisboa, E70, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da, “Política Indigenista no Século XIX” in: *Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (orga.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992, pp. 133-154.
- CUNHA, Paulo Ferreira da, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1995.
- _____, “Mythe et Constitutionnalisme au Portugal (1778-1826). Originalité ou influence française?”, C-RHTI, 2. Série, v. 13, 2000-2001, pp. 261-368.
- _____, *Novo Direito Constitucional Europeu*, Coimbra, Almedina, 2005.
- _____, *Raízes da República. Introdução Histórica ao Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, *Direito Constitucional Geral*, Lisboa, QJ, 2006.
- _____, *Direito Constitucional Anotado*, Lisboa, QJ, 2008.
- _____, & SILVA, Joana Aguiar e & SOARES, António Lemos, *História do Direito. Do Direito Romano à Constituição Europeia*, Coimbra, Almedina, 2005.
- CUNHA, Paulo Pitta e, *Direito Europeu. Instituições e Políticas da União*, Coimbra, Almedina, 2006.
- CURLEY, Edwin, “The State of Nature and Its Law in Hobbes and Spinoza”, *PhiT*, v. 19, n. 1, 1991, pp. 97-117.
- CURSI, Maria Floriana, “International Relationships in the Ancient World”, *Fundamina*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 186-195.
- CURTO, Diogo Ramada, “A Literatura e o Império: Entre o Espírito Cavaleiroso, as Trocas da Corte e o Humanismo Cívico” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 434-354.
- _____, *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, E70, 2011.
- CURTO, Pedro Mota, *História dos Portugueses na Etiópia (1490-1640)*, Porto, CamdL, 2008.
- CUTTS, Noelle Shanahans, “Enemies Through the Gates: Russia Violation of International Law in Georgia/Abkhazia Conflict”, *CWRJIL*, v. 40, n. 1-2, 2008, pp. 281-310.
- CZAPLINSKI, Wladyslaw, “Jus Cogens and the Law of Treaties” in: TOMUSCHAT, Christian & THOUVENIN, Jean-Marc (eds.), *The Fundamental Rules of the International Legal Order*, Leiden, MN, 2006, pp. 83-97.
- _____, “Pawel Wlodcowic (Paulus Wladimiri) and the Polish International Legal Doctrine of the 15th Century”, *BaltYIL*, v. 7, 2007, pp. 65-82.
- DAHLITZ, Julie (ed.), *Secession and International Law*, The Hague, TMAP, 2003.
- DAKAS, Dakas C. J., “The Role of International Law in the Colonization of Africa: A Review in Light of Recent Calls to Re-Colonization”, *AfYIL*, v. 7, 1999, pp. 85-118.
- DALEY, James (ed.), *Landmark Decisions of the U.S. Supreme Court*, Mineola, Dover, 2006.
- DALLAIRE, Roméo, *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*, New York, Avalon, 2004.
- DALLARI, Dalmo de Abreu, *A Constituição na Vida dos Povos. Da Idade Média ao Século - XXI*, São Paulo, Saraiva, 2010.
- DALLARI, Pedro, *Constituição e Relações Exteriores*, São Paulo, Saraiva, 1994.
- DALLMAYR, Fred, “A War Against the Turks? Erasmus on War and Peace”, *AJSS*, n. 34, n. 1, 2006, pp. 67-85.
- DAL RI JR., Arno, *História do Direito Internacional; comércio internacional e moeda; cidadania e nacionalidade*, Florianópolis, FUNJAB, 2004.
- _____, “Tradições do Pensamento às Relações Internacionais: Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Immanuel Kant” in: OLIVEIRA, Odete Maria de & DAL RI JR., Arno (orgs.), *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2003, pp. 115-155.
- _____, “Hugo Grotius entre o Jusnaturalismo e Guerra Justa: pelo Conteúdo Ético do Direito Internacional” in: MENEZES, Wagner (org.), *Direito Internacional e Direito Brasileiro: Estudos em Homenagem a José Francisco Rezek*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2004, pp. 76-95.
- DALVI, Luciano, *Curso de Direito Constitucional*, Florianópolis, Conceito, 2008.
- D’AMATO, Anthony, *The Concept of Custom in International Law*, Ithaca, NY, CornellUP, 1971.
- _____, “Is International Law Really ‘Law’?”, *NULR*, v. 79, 1985, pp. 1293-1314.
- _____, “It’s a Bird, Its a Plane, Its Jus Cogens”, *ConnJIL*, v. 6, n. 1, 1990, pp. 1-6.
- _____, “The Invasion of Panama was a Lawful Response to Tyranny”, *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990 (US Forces in Panama: Defenders, Aggressors or Human Rights Activists?), pp. 516-524.
- DAMROSCH, Lori F. (ed.), *The International Court of Justice at a Crossroads*, Dobbs Ferry, TPub, 1987.
- _____, “Politics Across Borders: Non-Intervention and Non-Forcible Influence over Domestic Affairs”, *AJIL*, v. 83, n. 2, 1989, pp. 1-50.
- _____, “The Clinton Administration and War Power”, *L&CP*, v. 63, n. 1-2, 2000, pp. 125-141.
- _____, “The Interface of National Constitutions Systems with International Law and Institutions on Using Military Forces: Changing Trends in Executive and Legislative” in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 39-60.
- D’ANIERI, Paul, *Understanding Ukrainian Politics. Power, Politics and Institutional Design*, Armonk, NY, Sharpe, 2007.

- DANILENKO, Gennady, *Law-making in the International Community*, Dordrecht, MN, 1993.
- DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto & CARVALHO, Maria Rosário de, “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro. Um esboço histórico” in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, CdL/SMC/FAPESP, 1992, pp. 431-456.
- DANTAS, Miguel Calmon, “Forças Armadas” in: DIMOULIS, Dimitri (coord.), *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2012, pp. 180-181.
- DANTAS, Paulo Roberto, *Direito Constitucional*, 4. ed., São Paulo, Atlas, 2008.
- _____, *Direito Constitucional*, 9. ed., São Paulo, Atlas, 2014.
- DARNTON, Robert, *The Great Cat Massacre: And Other Episodes of French Cultural History*, New York, BB, 1984.
- DAUDET, Yves, “L’ONU et l’OEA en Haïti et le Droit International”, *AFDI*, v. 38, 1992, p. 89-111.
- DAVIS, David Brion, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Oxford, OUP, 1966.
- _____, “The Atlantic Slave Trade: Brazil and the Caribbean” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 103-123.
- _____, “Explanations of British Abolitionism” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 231-249.
- _____, “Abolitionism in America” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 250-267.
- _____, “The Civil War and Slavery Abolition” in: *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*, Oxford, OUP, 2006, pp. 297-322.
- DAWSON, Grant, “Defining Substantive Crimes Within the Subject Matter Jurisdiction of the International Criminal Court: What is the Crime of Aggression?”, *NYLSJ&CL*, v. 19, n. 3, 2000, pp. 414-452.
- DEBBASCH, Odile, *L’Occupation Militaire. Pouvoirs reconnus aux forces armées hors de leur territoire national*, Paris, LGDJ, 1962.
- DEBROHUN, Jeri Blair, “The Gates of War (and Peace): Roman Literary Perspectives” in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 256-277.
- DECLAREUIL, J., “Kant, le Droit Public et la Société des Nations”, *RGDIP*, v. 25, 1918, pp. 113-143.
- DE COULANGES, Fustel de, *A cidade antiga [La Cité Antique]*, F. de Aguiar (trad.), 4. ed., São Paulo, MF, 1998.
- D. DUARTE, *Leal Conselheiro* [1435 a 1438?], Maria Helena Lopes de Castro (edição crítica, introdução e notas), Lisboa, INCM, 1998.
- DEEN-RACZMANY, Zsuzsanna, “A Redistribution of Authority Between the UN and the Regional Organisation in the Field of Peace and Security?”, *LJIL*, v. 13, n. 2, 2000, pp. 297-331.
- DEGAN, Vladimir-Djuron, “Unilateral Act as a Source of Particular International Law”, *FYIL*, v. 5, 1994, pp. 149-266.
- DEGER-JALKOTZY, Sigrid & LEMOS, Irene S. (eds.), *Ancient Greece. From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer*, Edinburgh, EdinUP, 2006.
- DE GRAZIA, Sebastian de, *Maquiavel no Inferno*, Denise Bottman (trad.), São Paulo, CdL, 1993.
- DE GUILLENSCHMITT, Michel de, *Histoire constitutionnelle de la France depuis 1779*, Paris, Economica, 2000, pp. 3-40.
- DEKKER, Ige, “Illegality and Legitimacy of Humanitarian Intervention: Synopsis of and Comments on a Dutch Report”, *JCSL*, v. 6, n. 1, 2001, pp. 115-126.
- ‘Del sermón que predico fray Antón Montesino en nombre de la comunidad de dominicos [1511]’ in: *Textos del sermón de Antón Montesinos según Bartolomé de las Casas y comentarios de Gustavo Gutierrez*, 2011, disponível em http://www.dominicos.org/kit_upload/file/especial-montesino/Montesino-gustavo-gutierrez.pdf, acesso a 2 de setembro de 2012).
- DE LA BROUCKÈRE, L., “Les Travaux de la Société des Nations en Matière de Désarmement”, *RCADI*, v. 25, 1928, pp. 365-449.
- DELGADO, José Pina, “Kant: do direito dos povos aos direitos do homem”, *CF*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 78-81.
- _____, “Os direitos da paz e da guerra e os dois momentos do estado de natureza na teoria kantiana das relações internacionais”, Palestra apresentada no III Congresso Kant. *Perspectivas Kantianas para o Século XXI*, Sociedade Kant/Brasil, Itatiaia, Rio de Janeiro, 5 nov. 2001, Mimeo (arquivado com o autor).
- _____, “A Carta das Nações Unidas e a legalidade das intervenções humanitárias unilaterais”, *DeC*, n. 16, 2002/3, pp. 59-89.
- _____. *Regulamentação do uso da força no Direito Internacional e legalidade das intervenções humanitárias unilaterais*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Centro de Ciências Jurídicas, UFSC, 2003.
- _____, “Interdependência e Neo-Realismo: Perspectivas para um Enfoque Liberal Realista nas Relações Internacionais” in: OLIVEIRA, Odete Maria de & DAL RI JR, Arno (ed.), *Relações Internacionais. Interdependência e Sociedade Global*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2003, pp. 289-323.
- _____, “Base política e jurídica da Operação Liberdade Iraquiana e a necessidade de auto-preservação do Estado Liberal”, *NeD*, n. 108, 2004, pp. 207-235.
- _____, “Direitos Humanos e Guerra na Filosofia do Direito Internacional de Habermas” in: LOIS, Cecília (org.), *Justiça e Política: entre universalismo e o comunitarismo – As contribuições de Rawls, Dworkin, Raz, Walzer e Habermas para a moderna teoria da justiça*, São Paulo, Landy, 2005, pp. 231-262.
- _____, “Cosmopolitismo e os dilemas do humanismo: as relações internacionais em Al-Farabi e Kant” in: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.), *Configuração dos humanismos e relações internacionais: ensaios*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 2006, pp. 211-271.
- _____, “A vinculação de Cabo Verde ao Mecanismo de Segurança da CEDEAO”, *DeC*, a. 9, n. 27, 2007/08, pp. 138-149.
- _____, “A vinculação de Cabo Verde ao Mecanismo de Segurança da CEDEAO”, *S&D*, n. 7, 2008, pp. 46-51.
- _____. “Legítima Defesa e Antecipação no Direito Internacional: Desenvolvimentos Recentes”, *RDP*, a. 1, n. 2, 2009, pp. 133-171.
- _____, “Relações Internacionais e Direito Internacional no Processo de Revisão Constitucional 2008-2009”, *DeC*, a. 9, n. 28 (Especial: Revisão Constitucional), 2009, pp. 119-159.
- _____, “Os Escrúpulos de um Ilustre Santiaguense nos ‘Tractos’ da Guiné dos Séculos XVI-XVII: o Capitão André Álvares d’Almada e a Questão da Incerteza sobre a Presença dos Títulos Jurídicos da Escravidão” in: SILVA, Mário;

PINA, Leão de & MONTEIRO JR., Paulo Monteiro (orgs.), *Estudos Comemorativos do Quinto Aniversário do ISCJS*, Praia, ISCJS, 2012, v. II, pp. 79-125.

_____, “O Tratamento Constitucional da Política Externa e do Direito Internacional Através dos Tempos e a sua Influência sobre o Constitucionalismo Cabo-Verdiano” in: id; VARELA, Odair Barros & COSTA, Suzano (orgs.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 89-155.

_____, “Guerra Justa” in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp. 242-244.

_____, “Legítima Defesa” in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp. 287-289.

_____, “Guerra Justa” in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.) *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 217-220.

_____, Entrada ‘Segurança Coletiva’ in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (orgs.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Alfragide, DQ, 2014, pp. 479-481.

_____, “Direito Africano da Segurança” in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 116-119.

_____, Entrada ‘Segurança Coletiva’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 396-399.

_____, “The Current International Legal Framework of Economic Migration Management: Challenges for Emerging Countries” in: GOODWIN-GILL, Guy & WECKELL, Philippe (eds.), *International Migrations*, Hague, HAILCSR, 2015. No Prelo.

_____, & TIUJO, Liriam K., “O princípio da responsabilidade penal individual nos estatutos do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e do Tribunal Penal Internacional”, *DeC*, a. 4, n. 12-13, 2001, pp. 177-195.

_____, & DELGADO, Liriam Tiujo (orgs.), *Textos de Direitos Fundamentais e Direito Internacional de Protecção da Pessoa Humana*, Praia, Edições ISCJS, 2014.

_____, “The Current International Legal Framework of Economic Migration Management: Challenges for Emerging Countries” in: GOODWIN-GILL, Guy & WECKELL, Philippe (eds.), *Protection des migrants et des réfugiées aux XXI^e siècle, aspects de droit international/ International Migrants and Refugee Protection in the 21st Century*, Hague, Brill/HAILCSR, 2015, pp. 127-165.

DELGADO, Juan Álvarez, “Primera conquista y colonización de la Gomera. Algunos problemas históricos”, *AEA*, n. 6, 1960, pp. 445-492.

DELGADO, Ralph, *História de Angola*, 2. ed., s.l., BA, s.d., 3 v.

DELISLE, Jacques, “China’s Approach to International Law: A Historical Perspective”, *ASILProceedings*, v. 94, 2000, pp. 267-275.

DEL’OLMO, Florisbal de Souza, *Curso de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, Forense, 2002.

DEL VECCHIO, Giorgio del, “Alberico Gentili”, *REP*, n. 153-154, 1967, pp. 11-18.

DE MARCO, Miguel Ángel, *La guerra del Paraguay*, Buenos Aires, Planeta, 2003.

DÉMIÉVILLE, Paul, “Buddhism and War” in: JERRYSON, Michael & JUERGENSEMEYER, Mark (eds.), *Budhist Warfare*, Oxford, OUP, 2010, pp. 17-57.

DEMÓSTENES, *As Três Filípicas/Oração sobre as Questões da Queroreso*, Isis da Fonseca (trad.), São Paulo, MF, 2001.

DENICOLA, Christophe, “A Shield for the ‘Knights of Humanity’: The ICC should adopt a Humanitarian Necessity Defense to the Crime of Aggression”, *UPJIL*, v. 30, n. 2, 2008, pp. 642-689.

DENNIS, George, “Defender’s of the Christian People: Holy War at Byzantium” In: LAIOU, Angeliki & MOTTAEDED, Roy Parviz (eds.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, D.C., DORLC, 2001, pp. 31-39.

DE ROMILLY, Jacqueline, *La Loi dans la Pensée Grecque. Des Origines à Aristotle*, 2. ed., Paris, LBL, 2002.

DE ROUX, Rodolfo, “Santas y justas lides: la guerra y el dios cristiano en suelo americano”, *LOLA*, n. 194, 2003, pp. 7-32.

DE SENA, Pasquale & VITUCCI, Maria Chiara, “The European Courts and the Security Council: Between Dedoublement Fonctionnel and Balancing of Values”, *EJIL*, v. 20, n. 1, 2009, pp. 193-228.

DESSEMENT, F. & ANSAY, T. (eds.) *Introduction to Swiss Law*, The Hague, KL, 2004.

‘Determinação dos letrados – a saber – com que condições se podia fazer guerra aos reis da conquista de Portugal. Fala em especial do Monomotapa [23 de janeiro de 1569]’ in: *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840/Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa 1497-1840*, ed. bilingue português-inglês, Lisboa, NAR/CEHU, 1975, v. III (1561-1588), doc. 15, pp. 162-171.

DETTTER, Ingrid, *The Law of War*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2000.

Deutschen Verfassungen, 20. auf., München, Goldmann, 1985.

DE VAUX, Roland, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, Grand Rapids, MI/Livonia, MI, WBE, Dove, 1961.

DE VERGOTTINI, Giuseppe, *Guerra e costituzione. Nuovi conflitti e sfide alla democrazia*, Bologna, IMul, 2004

_____, *Diritto Costituzionale Comparato*, 6. ed., Padova, CEDAM, 2004, v. II.

DE VISCHER, Charles, “Les Avis Consultatives de la Cour Permanent de Justice Internationale”, *RCADI*, v. 26, 1929, pp. 1-76.

DE VISCHER, Paul, “Les tendances internationales des Constitutions Modernes”, *RCADI*, v. 102, 1962, pp. 511-578.

_____, “La Constitution Belge et le Droit International”, *RBDI*, n. 1, 1986, pp. 5-58.

DE WET, Erika, “The Relationship between the Security Council and Regional Organisation during Enforcement Action under Chapter VII of the United Nations Charter”, *NJIL*, v. 71, n. 1, 2002, pp. 1-37.

DEZEN JR., Gabriel, *Curso Completo de Direito Constitucional*, 7. ed., Brasília, Vestcon, 2004, v. I.

DIIA, *Humanitarian Intervention. Legal and Political Aspects*, Copenhagen, DIIA, 1999.

DIAMOND, Larry, “Facing up to the Democratic Recession”, *JD*, v. 26, n. 1, 2015, pp.141-155.

- DIAS, Augusto Silva, *Delicta in Se e Delicta Mere Prohibita. Uma análise das Descontinuidades do Ilícito Penal Moderno à Luz da Reconstrução de uma Distinção Clássica*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.
- DIAS, Geraldo Coelho, “A evangelização: Portugal e a política externa da Igreja no Século XV”, *RFL*, v. 14, 1997, pp. 139-166.
- DÍAZ DÍAZ, Rafael, “Obra de imperio: colonialidad, hecho de imperio y eurocentrismo en la *Política Indiana*” in: BONNET, Diana & CASTAÑEDA, Felipe (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006, pp. 49-77.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel, “Introducción general” in: SANTO ISIDORO DE SEVILHA, *Etimologías*, José Oroz Reta & Manuel Casquero, Madrid (trad.), BAC, 2004, pp. 7-257.
- DI COSMO, Nicola di, *Ancient China and its Enemies. The Rise of Nomadic Power in East Asian History*, Cambridge, UK, CUP, 2002.
- DIÉGUES, Fernando, *A Revolução Brasileira. O Projecto Político e a Estratégia da Independência*, Rio de Janeiro, Objectiva, 2004.
- DIETERICH, Sandra, HUMMEL, Hartwig & MARSCHALL, Stefan, *Strengthening Parliamentary “War Powers” in Europe: Lessons from 25 National Parliaments*, Geneva, GCDCAF, 2008.
- DÍEZ-ALEGRIA, José, *El desarrollo de la doctrina de la ley natural en Luis de Molina y en los Maestros de la Universidad de Evora de 1565 a 1591. Estudio histórico y Textos inéditos*, Barcelona, CSIC, 1951.
- DIGGELMANN, Oliver, “The Periodization of the History of International Law” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 997-1011.
- DIHN, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick & PELLET, Alain, *Droit International Public*, 7. ed., Paris, LGDJ, 2002.
- DILLON, Sara, “Yes, No, Maybe: Why no Clear ‘Right’ of the Ultra-Vulnerable to Protection via Humanitarian Intervention?”, *MSILR*, v. 20, n. 2, 2012, pp. 179-217.
- DINIS, António Dias (O.F.M.), *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, AGC, 1949.
- DINSTEIN, Yoram, “International Law as a Primitive Legal System”, *NYJILP*, v. 19, n. 1, 1986, pp. 1-32.
- _____, *War, Aggression and Self-Defence*, 3. ed. Cambridge, UK, CUP, 2000.
- _____, “Sovereignty, the Security Council and the Use of Force” in: BOTHE, Michael; O’CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 111-122.
- _____, “The Interaction between International Customary Law and Treaties”, *RCADI*, v. 322, 2006, pp. 243-427.
- DIÓGENES LAERTIO, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, trad. bras. de M. Kury, Brasília, EDUNB, 1988.
- DIPPEL, Horst, “Modern Constitutional, an Introduction to a History in Need to be Written”, *LHR*, v. 73, n. 1-2, 2005, pp. 153-169.
- _____, “Constitucionalismo Moderno. Una Introducción a una História que Necesita ser Escrita”, *História Constitucional* (revista eletrónica), n. 6, 2005, pp. 181-199.
- _____, *História do Constitucionalismo Moderno. Novas Perspectivas*, António Manuel Hespanha & Cristina Nogueira da Silva (trad.), Lisboa, FCG, 2007.
- DIPRIZIO, Roberto, *U. S. Interventions from Northern Iraq to Kosovo*, Baltimore, JHUP, 2002.
- DIRCK, Brian, ‘Abraham Lincoln (1809-1865) in: RODRIGUEZ, Junius, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007, v. I, pp. 368-370.
- ‘Directório, que se deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrario’, Lisboa, OMR, MCCCLVIII, para. 10).
- ‘Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios da Capitania de Minas Geraes, enquanto Sua Alteza Real não mandar o contrario’, *RAPM*, ano II, fasc. 4, 1897, pp. 700-715.
- “Discourse Theory and International Law: An Interview with J. Habermas”, Armin van Bogdany (ent.), Frankfurt, *MPICPLIL*, 2013, disponível na página da rede da Sociedade Europeia de Direito Internacional: <http://www.esil-sedi.eu/sites/default/files/2013InterviewHabermas.pdf>, acesso a 12 de Julho de 2015.
- ‘Discurso académico ao programa: determinar com todos os seus sintomas e doenças agudas, e crónicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África: examinando as causas da mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança de clima, e a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda, e fiel [1812]’ in: CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2. ed., Lisboa, Presença, 1982, Anexos, doc. 11.
- DISNEY, A.R., *Twilight of the Pepper Empire. Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Mass, HUP, 1978.
- _____, “A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interações” in: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007, pp. 295-326.
- DLUGLOSH, Michaela, “Profession y Microhistória: El Fiscal del Tribunal Supremo y la Causa General en el Nuevo Estado Franquista”, *IC*, v. XXIV, 1997, pp. 319-326.
- DOBOS, Ned, “Endagering Soldiers and the Problem of Private Military Contractors” in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 265-272.
- _____ & COADY, C.A. J., “All or Nothing. Are There any ‘Merely Permissible’ Armed Humanitarian Interventions?” in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 78-94.
- _____, “Justifying Humanitarian Intervention to the People that Pay for It”, *Praxis*, v. 1, n. 1, 2008, pp. 34-51.
- Documentos para a História do Açúcar*, Rio de Janeiro, IDADC, 1954 v. I (legislação (1534-1596))..
- ‘Documento y Venganza de 1599’ in: RUEDA, Carl Henrik Langebaek (org.), *Índios y españoles en la antigua provincia de Santa Marta, Colombia: documentos de los siglos XVI y XVII*, Bogotá, CESO/ Uniandes, 2007, pp. 59-157.
- Documents of the Constitution of England and the United States: From Magna Charta to the Federal Constitution of 1789*, Francis Bowen (ed.), Cambridge, JB, 1854,

- DOHLNIKOFF, Miriam, “A regionalização do jogo político. Elites e poder legislativo no Brasil do século XIX”, *NE-CEBRAP*, n. 70, 2004, pp. 33-49.
- _____, *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*, São Paulo, Globo, 2005.
- DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000.
- _____, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento” in: *HGCV*, 2. ed., Lisboa/Praia, IICT/ DGPCCV, 2001-2002, v. I.
- DOMINGUES, Francisco Contente, “Fernando Oliveira” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. II, pp. 815-816.
- _____, “Ciência e Tecnologia na Navegação Portuguesa. A ideia de Experiência no Século XVI” in: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007, pp. 469-488.
- DOMINGUES, José, *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, Sintra, Zefiro, 2008.
- DONNELLY, Jack, “Sovereign Inequalities and Hierarchy in Anarchy: American Power and International Society”, *EJIR*, v. 12, n. 2006, pp. 139-170.
- DONNER, Fred, “Fight for God – But do So with Kindness: Reflection on War, Peace, and Communal Identity in Early Islam” in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 297-311.
- DONOHUE, Thomas, “Vitoria’s Universalism and the World Rule of Law”, *CL*, v. 6, 1960, pp. 200-220.
- DORATIOTO, Francisco, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, 2.ed., São Paulo, CdL, 2002.
- _____, “Guerra do Paraguai” in: MAGNOLI, Demétrio (org.), *História das Guerras*, 3. ed., São Paulo, Contexto, 2006, pp. 253-285.
- D’ORS, Álvaro, *Derecho Privado Romano*, Pamplona, EUN, 1983.
- DOSSA, Shiraz, “Liberal Imperialism? Natives, Muslims and Others”, *PT*, v. 30, n. 5, 2002, pp. 738-745.
- DOSWALD-BECK, Louise, “Legal Validity of Military Intervention by Invitation of the Government”, *BYIL*, v. 56, 1985, pp. 189-252.
- DOUHAN, Alena, *Regional Mechanisms of Collective Security. The New Face of Chapter VIII of the UN Security Charter?*, Paris, l’Ham, 2013.
- DOYLE, John, “Francisco Suárez: On Preaching the Gospel to People like the American Indians”, *FILJ*, v. 15, n. 4, 1992, pp. 879-951.
- DOYLE, Michael, “Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part 2”, *P&PA*, v. 12, n. 4, 1983, pp. 323-353.
- DRAPER, G.I.A.D., “Grotius Place in the Development of Legal Ideas about War” in: BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 177-207.
- _____, “The Contribution of the Emperor Asoka Maurya to the Development of the humanitarian ideal in warfare”, *IRRC*, n. 305, 1995, pp. 192-206.
- DRECHSLER, Horst; STOECKER, Helmuth & SEBALD, Peter, “The Conquest of Colonies: the Establishment and Extension of German Colonial Rule” in: STOECKER, Helmuth (ed.), *German Imperialism in Africa. From the Beginnings until the Second World War*, London, Hurst, 1986, pp. 39-113.
- DRESCHER, Seymour & FINKELMAN, Paul, “Slavery” in: Bardo Fassbender & Anne Peters (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 890-916.
- DRUZIN, Bryan, “Opening the Machinery of Private Order: Public International Law as a Form of Private Ordering”, *SLULJ*, v. 58, n. 2, 2014, pp. 423-466.
- DUARTE, Cecília, “D. Duarte” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. I, pp. 359-361.
- DUARTE, Isabel Margarida, “O Relato na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara” in: *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto: Porto 22-24 de Novembro de 2001*, Porto, CLUP, 2002, pp. 208-215.
- DUARTE, Maria Luísa, *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias*, Lisboa, Lex, 2001.
- _____, *Direito Administrativo da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.
- _____, “O Tratado de Lisboa e a Política Externa e de Segurança Comum” in: PIÇARRA, Nuno (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 101-126.
- _____, *União Europeia. Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Coimbra, Almedina, 2011.
- _____, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global no Século XXI*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, v. I.
- _____, “O Tribunal de Justiça da União Europeia e o Controlo Indirecto das Decisões do Conselho de Segurança”, *Themis*, a. XIII, n. 24-25, 2013, pp. 49-76.
- DUARTE, Nuno Miguel Lisboa, *Conflitos Armados Internos, em Especial a Intervenção Humanitária*, Tese de Mestrado em Direito e Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 2013.
- DUARTE, Tiago, *A Lei por Detrás do Orçamento. A Questão Constitucional da Lei do Orçamento*, Coimbra, Almedina, 2007.
- DUBY, Georges, *Uma batalha da Idade Média. Bouvines, 27 de Junho de 1214*, José Manuel Lopes (trad.), Lisboa, Terramar, 2005.
- DUCKHARDT, Heinz, “The Missing Balance”, *JHIL*, v. 2, n. 1, 2000, pp. 67-72.
- _____, “From the Peace of Westphalia to the Congress of Vienna” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 628-653.
- DUDZAK, Mary, “Law, War, and the History of Time”, *CLR*, v. 98, n. 5, 2010, pp. 1669-1709.
- _____, *War Time. An Idea, its History, Its Consequences*, New York, OUP, 2012.
- DUFOR, Alfred, “La pensée politique de Pufendorf et la permanence de l’idée luthérienne de l’Etat” in: FERRONATO, Marta (org.), *Dal ‘De Jure Naturae et Gentium’ di Samuel Pufendorf alla Codificazione prussiana del 1794. Atti del Convegno Internazionale-Padova, 25-26 de ottobre 2001*, Padova, CEDAM, 2005, pp. 7-39.
- DUGARD, C.J.R., “The Organization of African Unity and Colonialism: An Inquiry into the Plea of Self-Defence as a

- Justification for the Use of Force in the Eradication of Colonialism”, *ICLQ*, v. 16, n. 1, 1967, pp. 158-190.
- DUMAS, Jacques, “La Sauvegarde Internationale des Droits de l’Homme”, *RCADI*, t. 59, v. 1, 1937, pp. 1-97.
- DUNN, John, *The Political Thought of John Locke. An Historical Account of the Argument of the ‘Two Treatises of Government’*, Cambridge, CUP, 1969.
- DUNN, Richard, *The Age of Religious Wars, 1559-1715*, 2. ed., London, Norton, 1979.
- DUNNOF, Jeffrey & POLLACK, Mark (eds.), *Interdisciplinary Perspectives on International Law and International Relations. The State of the Art*, Cambridge, UK, CUP, 2013.
- DUNNOF, Jeffrey & TRACHTMAN, Joel, “The Law and Economics of Human Rights Violations in Internal Conflicts”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 394-409.
- DU PLESSIS, Paul, “Legal History and Method(s)”, *Fundamina*, v. 16, n. 1, 2010, pp. 46-55.
- DUPUIS, Charles, *Le principe d’équilibre et le concert européen. De la paix de Westphalie à l’acte de Algeciras*, Paris, Perrin, 1909.
- _____, “Règles du Droit International de la Paix”, *RCADI*, v. 32, 1930, pp. 1-290.
- DUPUY, Pierre-Marie, “L’unité de l’ordre juridique international: cours général de droit international public”, *RCADI*, v. 297, 2002, pp. 9-489.
- _____, “General Stocktaking of the Connections between the Multilateral Dimension of the Obligations and Codification of the Law of Responsibility”, *EJIL*, v. 13, n. 5, 2002, pp. 1053-1081.
- DUPUY, René-Jean, “La Révolution Française et le Droit International Actuel”, *RCADI*, v. 214, 1989, pp. 9-29.
- DURÃO, Aylton Barbieri, “La crítica de Kant a la Razón de Estado”, *Crítica*, v. 4, n. 13, 1998, pp. 4-45.
- DUURSMA, Jorri, “Justifying NATO’s Use of Force in Kosovo?”, *LJIL*, v. 12, n. 2, 1999, pp. 287-295.
- DWORKIN, Ronald, “The Model of Rules”, *UCLR*, v. 35, n. 1, 1967, pp. 14-46.
- _____, “Hard Cases”, *HLR*, v. 88, n. 6, 1975, pp. 1057-1109.
- _____, *Taking Rights Seriously*, Cambridge, Mass, HUP, 1978.
- _____, “Is There Really no Right Answer in Hard Cases?” in: *A Matter of Principle*, Oxford, OUP, 1985, pp. 119-145.
- *Law’s Empire*, Cambridge, Mass, HUP, 1986.
- DWYER, Philip, “‘It Still Makes Me Shudder’ Memories of Massacres and Atrocities during the Revolutionary and Napoleonic Wars”, *WiH*, v. 16, n. 4, 2009, pp. 381-405.
- EATON, Jonah, “An Emerging-Norm Determining the Meaning and Legal Status of the Responsibility to Protect”, *MJIL*, v. 32, n. 4, 2011, pp. 765-804.
- EBOBRAH Solomon & TANO, Armand (eds.), *African Sub-Regional Human Rights Documents*, Pretoria, PULP, 2010.
- EÇA, Felipe de Almeida de, *História das Guerras do Zambeze*, Lisboa, AGU, MCMLIII.
- ECCART, Thomas, *Secrets of the Seven Smallest States of Europe. Andorra, Liechtenstein, Luxembourg, Malta, Monaco, San Marino and Vatican City*, New York, Hippocrene, 2005.
- ECKERT, Amy, “The Non-Intervention Principle and International Humanitarian Interventions”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 45-53.
- EDREI, Arye, “Law, Interpretation, and Ideology: the Renewal of the Jewish Laws of War in the State of Israel”, *CarLR*, v. 28, n. 1, 2006, pp. 187-227.
- EFFREMOF, J., “La Conciliation Internationale”, *RCADI*, v. 18, 1927, pp. 1-148.
- EHRlich, Ludwig, “L’interpretation des traités”, *RCADI*, v. 24, n. 4, 1928, pp. 1-145.
- EICHENSEHR, Kristen, “Defending Nationals Abroad: Assessing the Legality of Rescue Operations”, *VJIL*, v. 48, n. 2, pp. 451-484.
- EISENBERG, José, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2000.
- EL ATTAR, Moshen & MILLER, Rosalie, “Towards an Emancipatory International Law: The Bolivarian Reconstruction”, *TWQ*, v. 31, n. 3, 2010, pp. 347-363.
- ELIAN, George, *The International Court of Justice*, Leiden, Sijthoff, 1971.
- ELIAS, T.O., “Scope and Meaning of Article 2 (4) of the United Nations Charter” in: CHENG, Bin & BROWN, Edward Duncan (eds.), *Contemporary Problems of International Law: Essays in Honour of Georg Schwarzenberg on his Eightieth Birthday*, London, S&S, 1988, pp. 70-85.
- ELLIS, Elisabeth, *Kant’s Politics: Provisional Theory for an Uncertain World*, New Haven, YUP, 2005.
- ELLUL, Jacques, *Histoire des Institutions: Lè XIXe. Siècle*, Paris, PUF, 1962.
- _____, *Histoire des institutions: le Moyen Age*, Paris, PUF, s.d..
- ENNES, António, *Moçambique. Relatório apresentado ao Governo*, 4. ed., Lisboa, AGU, 1971 [1893].
- _____, *A Guerra de África em 1895 [1898]*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- ‘El parecer que dio Frey Juan Focher, O.F.M., Al Virrey D. Martín Henríquez sobre la Guerra contra los Chichimecas (México, 14 de Septiembre de 1569)’, *REHS*, v. 21, n. 84, 2000, Alberto Carrillo Cazares (org.), pp. 227-250.
- ELTON, G. R., *The Practice of History*, Sidney, SidUP, 1967.
- ERDKAMP, Paul (ed.), *A Companion to the Roman Army*, Malden, Blackwell, 2007.
- ERDMANN, Carl, *A ideia da cruzada em Portugal*, Pinto de Carvalho (versão portuguesa), Coimbra, IAUC, 1940.
- ERICH, Rafael, “La questions des zones démilitariseés”, *RCADI*, v. 26, 1928, pp. 587-668.
- ERICKSON, Richard, *International Law and the Revolutionary State. A Case Study of the Soviet Union and Customary International Law*, Dobbs Ferry/Leiden; Oceana/Sijthoff, 1972.
- ERKMAN, Ernst, “Three Decades of Research on Gustavus Adolphus”, *JMH*, v. 38, n. 3, 1966, pp. 243-255.
- ESCARAMEIA, Paula, *Formation of Concepts in International Law. Subsumption under Self-Determination in the Case of East Timor*, Lisboa, FO, 1993.
- _____, *O Direito Internacional Público nos Princípios do Século XXI*, Coimbra, Almedina, 2003.

- ESPADA, Cesáreo Gutiérrez, “El ‘uso de la fuerza’ en los Informes del Grupo de Alto Nivel (2004), del Secretario General (2005) y, a la postre, en el documento final de la cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno (Naciones Unidas, Nueva York, septiembre de 2005)”, *ADI*, v. XXI, 2005, pp. 13-49.
- _____, “Existe el Derecho Internacional Latino Americano?” in: CHOPO, Yolanda Chamarro (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, Zaragoza, IFEL, 2010, pp. 87-105.
- ESPINAR, Ramón Fernandez, *Las Fuentes del Derecho Histórico Español. Esquemas y Resúmenes*, Madrid, Ceura, 1985.
- ESPÍNDOLA, Haruf, “Território e geopolítica das Minas Gerais no Século XIX”, *CEL*, v. 11, n. 16, 2009, pp. 71-88.
- ESPÍNDOLA, Walter Hasnisch, “Esclavitud y Libertad de los Índios de Chile, 1608-1696”, *História*, n. 16, 1981, pp. 5-65.
- ESPINOSA, Bento, *Tractatus Politicus*, Manuel Castro (trad.), Lisboa, EE, 1977.
- ESPINOSA, Juan Francisco Escudero, *Cuestiones en torno a la intervención humanitária y el derecho internacional actual*, León, Universidad de León, 2002.
- ESQUIROL, Jorge, “Latin America” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 553-577.
- Estudos Vários sobre José Bonifácio de Andrada e Silva*, Santos, s.n., 1968.
- ETZIONI, Amitai, “The Lessons of Lybia”, *MR*, v. 92, n. 1, 2012, pp. 45-54.
- EVANS, G. R., *Law and Theology in the Middle Ages*, London, Routledge, 2002.
- EVANS, Mark, “Balancing Justice, Sovereignty in Jus Post Bellum: The case of ‘Just Occupation’”, *Millennium*, v. 36, n. 3, 2008, pp. 533-544.
- ‘Evolutions of the *Jus ad Bellum*: the Crime of Aggression’, *ASIL Proceedings*, v. 103, 2009, pp. 435-453 (com a participação de Davis Brown, Larry Brown, Noah Weisbrod, Jutta Bertram-Nothnagel, Yoram Dinstein, Elizabeth Wilmhurst).
- EVERITT, Anthony, *Cícero. Uma Vida*, Maria José Figueiredo (trad.), Lisboa, Quetzal, 2004.
- EVERTS, Philipp (ed.), *Public Opinion and International Use of Force*, London, Routledge, 2001.
- EVOE, Patrick, “Operation Palliser: The British Military Intervention into Sierra Leone, a Case Study of a Successful Use of Western Military Interdiction in a Sub-Saharan African Civil War”, M.A., San Marcos, TexSU, 2008.
- FACHIN, Zulmar, *Curso de Direito Constitucional*, 5. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2012.
- FAIRBURN, Miles, *Social History. Problems, Strategies and Methods*, Basingstoke, MM, 1999.
- FAKHRY, Mahjíd, “The Devolution of the Perfect State: Plato, Ibn Rushd, and Ibn Khaldun” in: ATTIEH, George & OWEISS, Ibrahim (eds.), *Arab Civilization. Challenges and Responses. Studies in Honour of Constanine C. Zurak*, Albany, SUNY, 1988, pp. 88-97.
- _____, *Al Farabi, Founder of Islamic Neoplatonism: His Life, Times, and influence*, Oxford, Oneworld, 2002.
- FALK, Richard, “International Law and the United States Role in the Viet Nam War”, *YLJ*, v. 75, n. 7, 1966, pp. 1122-1160.
- _____, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Response to Professor Moore”, *YLJ*, v. 76, n. 6, 1967, pp. 1095-1158.
- _____, “The Haiti Intervention: a Dangerous World Precedent for the United Nations”, *HJIL*, v. 36, n. 2, 1995, pp. 341-358.
- _____, “Introduction: Legality and Legitimacy: Necessities and Problematics of Exceptionality” in: FALK, Richard; JUERGENSMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012.
- _____; HIGGINS, Rosalyn; REISMAN, W. Michael & WESTON, Burns, “Myres Smith McDougal (1906-1998)”, *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 729-733.
- _____; JUERGENSMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012.
- FARAGE, Nadia, *As Muralhas do Sertão. Os povos indígenas do Rio Branco e a Colonização*, Dissertação de Mestrado, Campinas, DCS-IFCH-UNICAMP, 1986.
- FARER, Tom, “Intervention and Human Rights: The Latin America Context”, *CWILJ*, v. 12, 1982, pp. 503-507.
- _____, “Panama: Beyond the Charter Paradigm”, *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990 (US Forces in Panama: Defenders, Aggressors or Human Rights Activists?), pp. 503-515.
- _____, “Humanitarian Intervention before and after 11/9: legality and legitimacy” in: HOLZGREFE, Jeff & KEOHANE, Robert (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 53-89.
- FARER, Tom, *Confronting Global Terrorism and American Neo-Conservatism. The Framework of a Liberal Grand Strategy*, Oxford, OUP, 2008.
- FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008.
- FARIA, Francisco Leite de, “Os Primeiros Missionários do Maranhão. Achegas para a História dos Capuchinhos Franceses que aí estiveram de 1612 a 1615” in: *O Centro Histórico Ultramarino e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, CHU, 1961, pp. 83-216.
- FARINHA, António Dias, “Norte de África” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 118-136.
- FARR, James & ROBERTS, Clayton, “John Locke and the Glorious Revolution”, *HJ*, v. 28, n. 2, 1985, pp. 385-394.
- FASSBENDER, Bardo, *UN Security Council Reform and the Right to Veto. A Constitutional Perspective*, The Hague, KL, 1998.
- _____, “Stories of War and Peace on Writing the History of International Law in the ‘Third Reich’ and After”, *EJIL*, v. 13, n. 2, 2002, pp. 479-512.
- _____, “The Better Peoples of the United Nations? Europe’s Practice and the United Nations”, *EJIL*, v. 15, n. 5, 2004, pp. 857-884.
- _____, “Hans Kelsen (1881-1973)” in: id. & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1167-1172.

- _____, “Carl Schmitt (1888-1985)” in: id., & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1173-1178.
- _____, & BLECKMANN, Albert Bleckmann, “Article 2 (1)” in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 68-91.
- _____, & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012.
- _____, & _____, “Introduction: Towards a Global History of International Law” in: id. & ibid., (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1-24.
- FAUCHILE, Paul, *Traité de Droit International Public*, 8. ed. [1. ed., séc. XIX], Paris, ARou, 1923.
- FEIJÓ, Carlos, *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural de Angola*, Coimbra, Almedina, 2012.
- FELDHERR, Andrew & HARDY, Grant (eds.), *The Oxford History of Historical Writing*, Oxford, OUP, 2011, v. I.
- FELDMAN, Noah, “War and Reason in Maimonides and Averroes” in: SORABJI, Richard & RODIN, David (eds.), *The Ethics of War: Shared Problems in Different Traditions*, Aldershot, Ashgate, 2006, pp. 92-107.
- FENRICK, William, “Targeting and Proportionality during NATO Bombing Campaign against Yugoslavia”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 489-502.
- FENWICK, Charles, “The Dominican Republic: Intervention or Collective Self-Defence”, *AJIL*, v. 60, n. 1, 1966, pp. 64-67.
- FERENCZ, Benjamin, “Defining Aggression: Where it Stands and Where it’s Going”, *AJIL*, v. 66, n. 3, 1972, pp. 491-508.
- FERGUSON, R. Brian, *Yanomamis Warfare. A Political History*, Santa Fé, SARP, 1995.
- _____, “A Savage Encounter. Western Contact and Ianomami Warfare” in: id., & WHITEHEAD, Nial L. (eds.), *War in the Tribal Zone. Expanding States and Indigenous Warfare*, Santa Fé/Oxford, SARP /JC, 1999, pp. 199-227.
- _____, “The Birth of War”, *NH*, s.n., 2003, pp. 28-35.
- _____, “Tribal Warfare and Ethnic Conflict”, *CSQ*, v. 29, n. 1, 2005, pp. 18-19.
- FERMONT-BARNES, Gregory (ed.), *Encyclopedia of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2006.
- FERNANDES, António José, “Organizações de Cooperação nos Domínios da Segurança e da defesa da Europa” in: CAMPOS, João Mota et al., *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 697-772.
- _____, *Conflitos e Paz Mundial. A Importância da ONU*, Lisboa, QJ, 2011.
- FERNANDES, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao Serviço do Império*, Lisboa, EdL, 2010.
- _____, ‘Campanhas de Pacificação’ in: *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, AR, 2013, v. I, pp. 522-527.
- FERNANDES, Valentim & DIAS, Jill (orgs.), *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, EE, 1998, v. X.
- FERNÁNDEZ, Isacio Pérez, “Estudio Preliminar” in: LAS CASAS, *Brevissima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, Salamanca, ESE, 1989, pp. 9-190.
- FERNÁNDEZ, Javier García, “Guerra y Derecho Constitucional. La formalización del inicio de la guerra mediante la declaración en Derecho internacional y en Derecho interno” in: MORODO, Raúl & VEGA, Pedro (dirs.), *Estudios de Teoría del Estado y Derecho Constitucional en Honor a Pablo Lucas Verdú*, México, DF/Madrid, IJ-UNAM/FDUCComp, 2001, t. II, pp. 1037-1086.
- FERNANDEZ, José, “Erasmus and Just War”, *JHI*, v. 34, n. 2, 1973, pp. 209-226.
- FERNÁNDEZ, Luis Suárez, “La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concilio de Basileia”, *AEA*, n. 9, 1963, pp. 1-12.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe, *Before Columbus. Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492*, Philadelphia, UPP, 1987.
- FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, J. A., *The State, War and Peace. Spanish Political Thought in the Renaissance, 1519-1559*, Cambridge, UK, CUP, 1977.
- _____, *Juan Ginés de Sepúlveda: la guerra em el pensamiento político del Renacimiento*, Madrid, CEP, 2007.
- FERRARI, Regina Nery, *Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011, pp. 387-403.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro, CB, 2010.
- FERREIRA, Maria João Militão, *A Política Externa Europeia. Uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Lisboa, ISCSP, 2005.
- FERREIRA, Pinto, *Comentários à Constituição Brasileira*, São Paulo, Saraiva, 1992.
- FERREIRA, Tito Lívio, *Padre Manoel da Nóbrega – Fundador de São Paulo*, São Paulo, Saraiva, 1957.
- _____, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga*, São Paulo, CEC, 1970.
- _____, “Primeiro jurista lusobrasileiro” in: *Nóbrega*, São Paulo, IHGSP, 1970, pp. 243-294.
- FERREIRA, Waldemar Martins, *História do Direito Constitucional Brasileiro*, São Paulo, ML, 1954.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Comentários à Constituição Brasileira*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 1977.
- _____, *Comentários à Constituição Brasileira*, 4. ed., São Paulo, Saraiva, 1983.
- _____, *Curso de Direito Constitucional*, 21. ed., São Paulo, Saraiva, 1994.
- _____, *Curso de Direito Constitucional*, 35. ed., São Paulo, Saraiva, 2009.
- FERREIRA-PEREIRA, Laura, *Os Estados Militarmente Não-Alinhados na Nova Arquitetura de Segurança Europeia*, FCG/FCT, 2007.
- FERRO, Mónica, *Construção de Estados. Administrações Internacionais das Nações Unidas*, Lisboa, ISCSP, 2006.
- FERRONHA, António, “Monomotapa” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. II, pp. 759-762.

- FICHTE, Johann Gottlieb, *Fundamentos del Derecho Natural según los Principios de la Doctrina de la Ciencia* [1796], José Villacañas Berlanga; Manuel Ramos Varela & Faustino Oncina Coves (trad.), Madrid, CEC, 1994.
- FIDLER, David, “Desperately Clinging to Grotian and Kantian Sheep: Rousseau’s Attempted to Escape from the State of War” in: CLARK, Ian. & NEUMANN, Iver (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, pp. 120-141.
- FIGÀ-TALAMANCA, Niccolò, “NATO role in the Peace Agreement for Bosnia and Herzegovina”, *EJIL*, v. 7, n. 2, 1996, pp. 164-175.
- FIGUEIRA, Pedro Alcântara & MENDES, Claudinei, “Estudo preliminar: o escravismo colonial” in: BENCI, Jorge (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 7-38.
- FIGUEIREDO, José Anastácio (comp.), *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais raros para a história e estudo crítico da legislação Portuguesa*, Lisboa, ARS, 1790, t. II (1550-1603).
- FINER, Samuel, *História do Governo I: Monarquias e Impérios Antigos*, José Espadeiro Martins (trad.), Lisboa, Europa-América, 2003.
- _____, *História do Governo II: Épocas intermédias*, Maria Manuel Tinoco (trad.), Lisboa, E-A, 2003.
- _____, *The History of Government from the Earliest Times: Ancient Monarchies and Empires; The Intermediate Ages; Empires, Monarchies and the Modern State*, Oxford, OUP, 1999.
- FINNEGAN, Rory, “Irish Neutrality?”, *Signal*, 2002, pp. 26-31.
- FINNIS, John, “Catholic Natural Law Tradition” in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 15-39.
- _____, *Natural Law and Natural Rights*, Oxford, Clarendon, 1980.
- _____, *Aquinas. Moral, Political, and Legal Theory*, Oxford, OUP, 1998.
- FIORAVANTI, Maurizio, *Costituzione e popolo sovrano. La Costituzione italiana nella storia del costituzionalismo moderno*, Bologna, IMul, 1998.
- _____, “Stato e Costituzione” in: id., (org.), *Lo stato moderno in Europa. Istituzione e diritto*, Roma, Laterza, 2002, pp. 3-36.
- _____, *Costituzionalismo. Percorsi della storia e tendenze attuali*, Roma-Bari, Laterza, 2009.
- _____, ‘Costituzionalismo e storia del pensiero giuridico. Intervista al professor Maurizio Fioravanti’, Joaquin Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista eletrónica), n. 14, 2013, pp. 583-610, texto disponível na página do periódico, a qual pode ser encontrado no sítio da rede desta revista eletrónica de História Constitucional <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/18/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014).
- FIGORE, Pasquale, P. *Nouveau Droit International Public*, 2. ed., C. Antoine (trad.), Paris, ADP, 1885, t. I.
- FISCH, Jörg, “When Will Kant’s Perpetual Peace be Definitive?”, *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 125-147.
- FISCHER, David, “Humanitarian Intervention” in: Charles Reed & David Ryaal (eds.), *The Price of Peace. Just War in the Twenty-First Century*, Cambridge, UK, CUP, 2007, pp. 101-117.
- FISCHER, Louis, *Presidential War Powers*, 2. ed., Lawrence, UKP, 2004.
- FISK, Catherine & GORDON, Robert, “Law as ... Theory and Method in Legal Theory”, *UCILR*, v. 1, n. 3, 2011, pp. 519-541.
- FITZ, Ricardo Arthur, “Trabalho missionário e desorganização das sociedades indígenas: uma leitura das cartas de Anchieta” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. III, pp. 1133-1160.
- FITZMAURICE, Andrew, “Discovery, Conquest, and Occupation of Territory” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 840-861.
- FITZMAURICE, Gerald, *The Law and Procedure of the International Court of Justice*, Cambridge, Grotius, 1986, v. I e II.
- FITZMAURICE, Malgosia, “Dynamic (Evolutive) Interpretation of Treaties, Part I”, *HYIL*, v. 21, 2008, pp. 101-153.
- FLÁVIO JOSEFO, A *Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos*, Miguel Mata (trad.), Lisboa, Sílabo, 2007.
- FLETCHER, George & OHLIN, Jens David, *Defending Humanity. When Force Is Justified and Why*, Oxford, OUP, 2008.
- FLORENTINO, Manolo, *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, CdL, 1997.
- FLORENZANO, Modesto, *Thomas Paine Revisitado*, São Paulo, IEA-USP, s.d..
- FLORES, José Luís Fernandes, “El derecho internacional en E. de Vattel”, *Symbolae Garcia Arias (Estudios de derecho internacional)*, Zaragoza, FDUZ, 1973-1974, pp. 137-147.
- FOCARELLI, Carlo, “The Responsibility to Protect Doctrine and Humanitarian Intervention: Too Many Ambiguities for a Working Doctrine”, *JCSL*, v. 13, n. 2, 2008, pp. 191-213.
- _____, “International Law in the 20th Century” in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 478-525.
- _____, *Introduzione Storica al Diritto Internazionale*, Milano, Giuffrè, 2012.
- FONSECA, António Belard da, *Dom Sebastião. Antes e depois de Alcaçer-Quibir*, Lisboa, s.n., 1978.
- FONTES, José, *A Arte da Paz. A ONU e Portugal no Combate ao Terrorismo: Estudo de Direito e Política Internacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.
- Fontes para a História de Angola do Século XVII*, Beatriz Heintze & Maria Adélia Mendes de Carvalho (colaboradora na transcrição de documentos), Stuttgart, FSV, 1985.
- FONTÉYNE, Jean-Pierre, “The Customary International Law Doctrine of Humanitarian Intervention: Its Current Validity under U.N. Charter”, *CWILJ*, v. 4, 1974, pp. 203-270.
- FONTOURA, Luís, “Teoria Islâmica das Relações Internacionais”, *RDCI*, a. 14, n. 54, 2006, pp. 337-342.
- FORBES, Ian & HOFFMAN, Mark (eds.), *Political Theory, International Relations, and the Ethics of Intervention*, Basingstoke, StMP, 1993, pp. 145-156.
- FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005.

- FORDE, Michael & LEONARD, David, *Constitutional Law of Ireland*, 3. ed., Dublin, Bloomsbury, 2013.
- FORDE, Steven, “Hugo Grotius on Ethics and War”, *APSR*, v. 82, n. 3, 1998, pp. 639-648.
- FÖRSTER, Jürgen & MAWDSLEY, Evan, “Hitler and Stalin in Perspective: Secret Speeches on the Eve of Barbarossa”, *WiH*, v. 11, n. 1, 2004, pp. 61-103.
- FORSYTHE, Gary, *A Critical History of Early Rome. From Prehistory to the First Punic War*, Berkeley, UCalPress, 2005.
- FORTIN, Ernest, “St. Augustine” In: STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChiP, 1987, pp.176-205.
- _____, “St. Thomas Aquinas” in: STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 248-275.
- FOSTER, Benjamin, “Water under the Straw: Peace in Mesopotamia” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 64-80.
- FOURNIER, Anna, “Mapping Identities: Russian Resistance to Linguistic Ukrainisation in Central and Eastern Ukraine”, *EAS*, v. 54, n. 3, 2002, pp. 415-433.
- FOUTO, Ana Caldeira, *Do conceito de legítima defesa preventiva no quadro da teorização da guerra justa*, Dissertação de Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas, Lisboa, FDUL, 2007.
- _____, & NUNES, Filipe Arende, *Textos de Apoio de História do Pensamento Político*, 2. ed., Lisboa, AAFDL, 2013.
- FOX, Gregory, *Humanitarian Occupation*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- _____, & NOLTE, Georg, “Intolerant Democracies” in: FOX, Gregory & ROTH, Brad (eds.), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000, pp. 389-435.
- _____, & ROTH, Brad (eds.), *Democratic Governance and International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2000.
- FRANCIS, David, *Uniting Africa. Building Regional Peace and Security Systems*, Aldershot, Ashgate, 2006.
- FRANCK, Thomas, “Who Killed Article 2(4)? Changing Norms Governing the Use of Force by States”, *AJIL*, v. 64, n. 5, 1970, pp. 809-837.
- _____, “Some Observations on the ICJ’s Substantive and Procedural Innovations”, *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 81, n. 1, 1987, pp. 116-121.
- _____, *Fairness in International Law and Institutions*, Oxford, OUP, 1995.
- _____, “Lessons From Kosovo”, *AJIL*, v. 93, n. 4. 1999, pp. 841-847,
- _____, *Recourse to Force. State Action Against Threats and Armed Attacks*, Cambridge, UK, CUP, 2002.
- _____, “Legality and Legitimacy in Humanitarian Intervention” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 143-157.
- FRANCK, Thomas & RODLEY, Nigel, “After Bangladesh: The Law of Humanitarian Intervention by Military Force”, *AJIL*, v. 67, n. 2, 1973, pp. 275- 305.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1958
- _____, “Ideias Políticas do Constitucionalismo Imperial” in: *O pensamento constitucional Brasileiro*, Brasília, CD, 1978, pp. 23-47.
- _____, “Constituições Brasileiras” in: *Direito Constitucional. Teoria da Constituição. As Constituições do Brasil*, Rio de Janeiro, Forense, 1981, pp.118-134.
- FRANCO, José Eduardo (coord.), *Entre a selva e a corte. Novos olhares sobre Vieira*, Lisboa, EdC, 2009.
- FRANCO, Padre Antonio, “Vida do Padre Manuel da Nóbrega” in: NÓBREGA, Manoel da, *Cartas do Brasil, 1517-1570*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 21-69.
- FREEDMAN, Lawrence, “The Age of Liberal Wars”, *RIS*, v. 31, n. 1, 2005, pp. 93-107.
- _____, & BOREN, David, “Safe Havens for Kurds in Post-War-Iraq” in: RODLEY, Nigel (ed.), *To Loose the Band of Wickdness. International Intervention in Defence of Human Rights*, London, Brassey’s, 1992, pp. 43-92.
- FREI, Christoph, *Morgenthau. An Intellectual Biography*, Baton Rouge, LSUP, 2001.
- FREIRE, João (org.), *Moçambique há um Século visto pelos Colonizadores: Campanhas Militares, Ocupação de Território, Conhecimento dos Povos (1895-1910)*, Lisboa, ECMar, 2009.
- FREITAS, Décio, *Palmares. A guerra dos escravos*, 3. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- _____, (org.), *República dos Palmares. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*, Maceió, EDUFAL/ Ideário, 2004.
- FREITAS, Frei Serafim de, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, Miguel Pinto Meneses (trad.), Lisboa, IAC, 1959.
- FREITAS, Ludmila Gomide, *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no Século XVII (1628-1696)*, Dissertação de Mestrado, DH-IFCH-UNICAMP, 2006.
- FREITAS, Marcos César de (org.), *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 5. ed., São Paulo, Contexto, 2003.
- FREITAS, Pedro Caridade de, *Portugal e a Comunidade Internacional na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, QJ, 2012.
- FRIEDLANDER, Robert, “The Mayaguez in Retrospect: Humanitarian Intervention or Showing the Flag?”, *SLULJ*, v. 22, 1978, pp. 601-613.
- FRIEDMAN, Lawrence, “The Age of Liberal Wars”, *RIS*, v. 31, n. 1, 2005, pp. 91-107.
- FRIEDMANN, Wolfgang, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Comment”, *AJIL*, v. 61, n. 3, 1967, pp. 776-785.
- FRISON-ROCHE, François, “Article 35” in: LUCHAIRE, François; CONAC, Gérard & PRÉTOT, Xavier (dir.), *La Constitution de la République Française. Analyses et Commentaires*, 3. ed., Paris, Economica, 2009, pp. 927-938.
- FRITSCHY, W., “A ‘Financial Revolution Reconsidered: Public Finance in Holland During the Dutch Revolt, 1568-1648”, *EcoHR*, v. 56, n. 1, 2003, pp. 57-89.
- FRIZZERA, Guilherme, “A suspensão do Paraguai no MERCOSUL: problema interno, solução externa”, *CG*, v. 2, n. 3, 2013, pp. 156-164.
- FROWEIN, Jochen A., “Reactions by not directly affected states to breaches of public international law”, *RCADI*, v. 248, 1994, pp. 345-437.

- FUKUYAMA, Francis, *The End of History and the Last Man*, New York, FP, 1992.
- FULGOSIUS, Rafael de, *In primam Pandectarum partem Commentaria* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 238-239.
- FULLER, Lon, *The Morality of Law*, New Haven, YUP, 1977.
- FURET, François Furet & HALÉVI, Ran, *La monarchie republicaine. La Constitution de 1791*, Paris, Fayard, 1996.
- GABRIEL, João, *Confidencial. A Década de Sampaio em Belém*, s.l., PB, 2007.
- GADELHA, Regina Fonseca, “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil”, *EA*, v. 16, n. 45, 2002, pp. 63-80.
- GADOFFRE, Gilbert (org.), *Certezas e Incertezas da História*, Rogério Peres Claro (trad.), Lisboa, EdLiv, 1988.
- GAGARIN, Michael & COHEN, David (eds.), *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, Cambridge, UK, CUP, 2005.
- GAHNEBIN, Bernard, *Burlamaqui et le Droit Naturel*, Genève, EdIF, 1944.
- GAILLARD, Claude, *Le Portugal sous Philippe III d’Espagne. L’action de Diego de Silva y Mendoza*, Grenoble, ULLG, 1982.
- GAJA, Giorgio, “Should All References to International Crimes Disappear from the ILC Draft Articles on State Responsibility”, *EJIL*, v. 10, n. 2, 1999, pp. 365-370.
- GALINDO, Frey J. de Abreu, *Historia de la conquista de las siete islas de Canaria*, Alejandro Cioranescu (ed.; int.; notas), Santa Cruz de Tenerife, Goya, 1977 [1632].
- GALINDO, George Bandeira, *Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Constituição Brasileira*, Belo Horizonte, Del Rey, 2002.
- _____, “Martti Koskenniemi and the Historiographical Turn in International Law”, *EJIL*, v. 16, n. 3, 2005, pp. 539-559.
- _____, “Art. 4º, IV – não intervenção” in: CANOTILHO, J. J. Gomes, MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo & STRECK, Lênio, *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo/Brasília, Saraiva/Almedina/ IBDP, 2013, pp. 160-164.
- _____, “Art. 4º, VI – defesa da paz” in: CANOTILHO, J. J. Gomes, MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo & STRECK, Lênio, *Comentários à Constituição do Brasil*, São Paulo/Brasília, Saraiva/Almedina/ IBDP, 2013, pp. 167-170.
- GALLI, Carlo, “Alberico Gentili e Thomas Hobbes. Crisi dell’umanesimo e piena modernità” in: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, pp. 91-112.
- GALLO, A. García, *Metodología de la historia del Derecho Indiano*, Santiago de Chile, EJC, 1971.
- GAMA, José, “D. Duarte” in: CALAFATE, Pedro (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 1999, v. I, pp. 379-411.
- GAMA, Ricardo Rodrigues, *Introdução ao Direito Internacional*, Campinas, Bookseller, 2002.
- _____, *Introdução ao Direito Internacional*, 2.ed., São Paulo, BH Editora, 2006.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães, *Tratado da Terra Brasileiras/História da Província Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil [c. 1570]*, Brasília, SF, 2008.
- GANDIA, Enrique de, *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*, Buenos Aires, LFac, 1936.
- GANNON, Kevin, “Saving the Union” in: FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 203-222.
- GANSHOF, Frederick, “Le Moyen Âge” in: RENOUVIN, Pierre (org.), *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1953, v. I, pp. 141-142.
- GARCÍA, Ana María Barreto, “Las fuentes literárias” in: SOLÓRZANO PEREIRA, Juan, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 16-25)*, Madrid, CSIC, 2000, pp. 15-28.
- GARCÍA, Fernando Cacciatore, *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*, Porto Alegre, Sulina, 2010.
- GARCIA, Francisco Proença, ‘Conselho Superior de Defesa Nacional’; ‘Defesa da Pátria’; ‘Defesa Nacional’ in: COUTINHO, Francisco Pereira & GOUVEIA, Jorge Bacelar (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, QI, 2013, pp. 81-82; 104;104-106.
- _____, ‘Comandante Supremo das Forças Armadas’; ‘Conselho Superior de Defesa Nacional’; ‘Declaração da Guerra’; ‘Defesa Nacional’; ‘Defesa da Pátria’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 67-68; 73-75; 97-99; 99-101; 101-102.
- GARCIA, José Manuel, “O fim da presença portuguesa no Japão no século XVII” in: *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993) (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993)*, Lisboa, CEPCEP-UCP/CHAM, 1994, pp. 535-551.
- _____, “A literatura portuguesa da expansão: contribuição para o seu estudo e inventário” in: id., *Ao Encontro dos Descobrimentos. Temas de História da Expansão*, Lisboa, EPre, 1994, pp. 195-216.
- GARCÍA, Romualdo Bermejo & JACOISTE, Eugenia López, “El uso de la fuerza a la luz de los conflictos recientes: análisis de los Informes del Grupo de Alto Nivel (2-XII-2004) y del Secretario General (21-III-2005)” in: CHORNET, Consuelo Ramón (ed.), *Uso de la fuerza y protección de los derechos humanos en el nuevo orden internacional*, Valencia, PUV/TIB, 2006, pp. 37-90.
- GARCÍA-MORA, Manuel R., “The Law of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance”, *FLR*, v. 20, n. 1, 1951, pp. 1-22,
- GARCIA-PELAYO, Manuel, “Juan Ginès de Sepúlveda y los Problemas Jurídicos de la Conquista de América” in: SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios [Democrates alter de justis belli causis apud indios]*, México, FCE, 1996, pp. 1-42.
- GARDAM, Judith, *Necessity, Proportionality and the Use of Force by States*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- GARDNER, Richard, *Treaty Interpretation*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- GARDOT, André, “Jean Bodin: sa place parmi les fondateurs du droit international”, *RCADI*, v. 50, n. 4, 1934-IV, pp. 545-747.

- GARGARELLA, Roberto, *Latin American Constitutionalism 1810-2010. The Engine Room of the Constitution*, Oxford, UK, OUP, 2013.
- GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire & ANDRADE, Luís (orgs.), *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012.
- GARRIGA, Carlos, *Cádiz, 1812. La Constitución Jurisdiccional*, Madrid, CECons, 2007.
- GASPAR, Carlos, “Limites da Intervenção” in: JERÓNIMO, Patrícia (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 27-42.
- GASSER, Hans Peter, *Le droit international humanitaire. Introduction*, Genève, CICR, 1993.
- GATHII, James Thuo, “Armed Activities in the Territory of Congo (Democratic Republic of Congo v. Uganda)”, *AJIL*, v. 101, n. 1, 2007, pp. 142-149.
- _____, “Imperialism, Colonialism, and International Law”, *BLR*, v. 54, n. 4, 2007, pp. 1013-1066.
- GAURIER, Dominique, *Histoire du Droit International: auteurs, doctrine et développements de l'antiquité à l'aube du période contemporaine*, Rennes, PUR, 2005.
- _____, “Cosmopolis and Utopia” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 250-271.
- _____, *Histoire du Droit International. De l'Antiquité à la Création de l'ONU*, Rennes, PUR, 2014.
- GASIOKWU, Martin Uzo, “ECOWAS Intervention in Liberia and Sierra Leone”, *PYIL*, n. 24, 1999/2000, pp. 157-168.
- GAZZINI, Tarcizio, “NATO Coercive Military Activities in the Yugoslav Crisis (1992-1999)”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 391-435.
- _____, “NATO Role in the Collective Security System”, *JCSL*, v. 8, n. 2, 2003, pp. 231-263.
- GEISMAN, Georg, “Spinoza – Beyond Hobbes and Rousseau”, *JHI*, v. 52, n. 1, 1991, pp. 35-53.
- GELLATELY, Robert, “The Third Reich, the Holocaust, and Visions of Serial Genocide” in: id., & KIERNAN, Ben (eds.), *The Specter of Genocide. Mass Murder in Historical Perspective*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 241-263.
- GELBER, Yoav, “The Israeli – Arab War of 1948: History versus Narratives” in: BAR-ON, Mordechai (ed.), *Never-Ending Conflict. Israeli Military History*, Mechanicsburg, SB, 2004, pp. 43-68.
- GENNARI, Emílio, *Em busca da liberdade. Traços das lutas escravas no Brasil*, São Paulo, EPop, 2008.
- GENTILI, Alberico, *O Direito da Guerra [De Iure Belli Libti Tres]*, Ciro Mioranza (trad.), Juí, Rio Grande do Sul, Unijuí, 2005.
- _____, *De Armis Romanis/The War of the Romans: a Critical Edition and Translation*, Benedict Kingsbury & Benjain Straumann (eds.); David Lupher (trans.), Oxford, OUP, 2011.
- GERARD, Alain, “L'Operation Stanleyville-Paulis devant le Parlement Belge et les Nations Unies”, *RBDI*, n. 1, 1967, pp. 242-269.
- GERMINO, Dante, “Hegel as a Political Theorist”, *JP*, v. 31, n. 4, 1969, pp. 885-912.
- GESTRI, Marco, “Ecowas Operations in Liberia and Sierra Leone: Amnesty for Past Unlawful Acts or Progress Toward Future Rules” in: BOTHE, Michael; O'CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 211-250.
- GHEBALI, Victor-Yves, L'Acte Final de la Conférence sur la Sécurité et la Coopération en Europe et les Nations Unies”, *AFDI*, v. 21, 1975, pp. 73-127.
- _____, “The Contribution of the Istanbul Document 1999 to European Security and Co-operation”, *OSCEY*, v. 7, 2000, pp. 289-305.
- _____, “Article 107” in: COT, Jean-Pierre; PELLET, Alain & FORTEAU, Mathias (dir.), *La Charte des Nations Unies. Commentaire article par article*, 3. ed., Paris, Economica, 2005, V. II, pp. 2181-2189.
- GHISLENI, Alexandre Peña, *Direitos humanos e segurança internacional: o tratamento dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Brasília, FUNAG, 2011.
- GIANNOTTI, Donato, *Della Repubblica Fiorentina*, Venezia, GGH, MDCCXII.
- GIBBS, David, “The United Nations, International Peacekeeping and the Question of Impartiality: Revisiting the Congo Operation of 1960”, *JMAS*, v. 38, n. 3, 2000, pp. 365-367.
- GILBERT, Martin, *Israel: A History*, New York, Doubleday, 2008.
- GILISSEN, John, *Uma introdução histórica ao direito*, 4. ed., Lisboa, FCG, 2003.
- GINSBURG, Tom, “Chaining the Dog War: Comparative Data”, *ChiJIL*, v. 15, n. 1, 2014, pp. 493-517.
- GINZBURG, Carlo, *Il Formaggio e i vermi. Il cosmo di un mignao del '500*, Torino, Einaudi, 2009.
- GIRALDIN, Odair, “Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo oportunidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kaiapó no Século XVIII”, *HR*, a. 6, n. 1, 2000, pp. 55-74.
- GIUCCI, Guillermo, *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500-1532*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993;
- História do Reino do Congo*, António Brásio (prefácio e notas), Lisboa, CEHU, 1969.
- GLANVILLE, Luke, “The Responsibility to Protect Beyond Borders”, *HRLR*, v. 12, n. 1, 2012, pp. 1-32.
- _____, “Armed Humanitarian and the Problem of Abuse after Libya” in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 148-165.
- _____, *Sovereignty & the Responsibility to Protect. A New History*, Chicago, UChiP, 2014.
- GLASS, George, *The History of the Discovery and Conquest of the Canary Islands Translated from a Spanish Manuscript lately found in the Island of Palma. With an Enquiry into the Origin of the Ancient Inhabitants to which is Added a Description of the Canary Islands, Including the Modern History of the Inhabitants, and an Account of their Manners, Customs, Trade, etc.*, London, R. and J. Dodley et al., MDCCCLXIV.
- GLAZER, Stephen, “The Brezhnev Doctrine”, *IL*, v. 5, 1971, pp. 169-179.
- GLÉLÉ-AHANHANZO, Maurice, *Introduction à l'organisation de l'unité africaine et aux organisations régionales africaines*, Paris, LGDJ, 1986.

- GLÉNARD, Guillaume, *L'Executif et la Constitution de 1791*, Paris, PUF, 2010.
- GLENNON, Michael, *Limits of Law, Prerogatives of Power. Interventionism after Kosovo*, New York, Palgrave, 2001.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, DQ, 2008 [1.ed: 1962].
- _____, “Que significa descobrir?” in: NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 55-82.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio Goes, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um Ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, São Paulo, MF, 1999.
- GOH, Gillian, “The ‘ASEAN way’: Non-Intervention and ASEAN’s Role in Conflict Management”, *SJEEA*, v. 3, n. 1, 2003, pp. 113-118.
- GOICOVICH, Francis, “Entre la conquista y la consolidación fronteriza: disposiciones del poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante da etapa de transición (1598-1683)”, *Historia*, n. 40, 2007, pp. 311-322.
- GOLDBERG, David Theo, *The Racial State*, Malden, Blackwell, 2002.
- GOLDSMITH, Jack & POSNER, Eric, *The Limits of International Law*, Oxford, OUP, 2005.
- GOLDSWORTHY, Adrian, *The Fall of Carthage. The Punic Wars 265-146 BC*, London, Phoenix, 2000.
- GOLDSWORTHY, Jeffrey, *Parliamentary Sovereignty, Contemporary Debates*, Cambridge, UK, CUP, 2010.
- GOMES, José Caramelo, *Lições de Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2011.
- GONÇALVES, Nuno da Silva, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996.
- _____, “Os jesuítas e a defesa da liberdade indígena na Segunda Metade do Século XVI” in: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.), *De Cabral a Pedro I. Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, UPIDH, 2001, pp. 69-78.
- GONZÁLEZ, Antonio Serrano, “Juristische Formen im Spanien Francos” in: BENDER, Gerd; KIESOW, Rainer Maria & SIMON, Dieter (hrsg.), *Das Europa der Diktatur. Steuerung-Wirtschaft-Recht*, Baden-Baden, Nomos, 2002, pp. 81-117.
- GONZÁLEZ, Juan A. Moliner, “Los mecanismos de cooperación para la paz y seguridad internacionales en Iberoamérica” in: CHOPO, Yolanda Chamarro (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, Zaragoza, IFEL, 2010, pp. 185-191.
- GOOCH, John, “Re-conquest and Suppression: Fascist Italy’s Pacification of Lybia and Ethiopia, 1922-39”, *JSS*, v. 28, n. 6, 2005, pp. 1005-1032.
- GOOD, Robert, “The Just War in Ancient Israel”, *JBL*, v. 104, n. 3, 1985, pp. 385-400.
- GOODHART, A.L., “The North Atlantic Treaty of 1949”, *RCADI*, v. 79, 1951, pp. 183-236.
- GOODMAN, Richard, “Invasion of Czechoslovakia: 1968”, *IL*, v. 4, n. 1, 1969-1970, pp. 42-79.
- GOODMAN, Ryan, “Humanitarian Intervention and Pretexts for War”, *AJIL*, v. 100, n. 1, 2006, pp. 107- 141.
- GOODRICH Leland Goodrich & Edvard Hambro, *Charter of the United Nations. Commentary and Documents*, 3. ed., New York, ColUP, 1969.
- GOOSENS, Aline, “Wars of Religion: The Examples of France, Spain and the Low Countries in the sixteenth century” in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 160-173.
- GORDON, Edward, “Article 2 (4) in Historical Context”, *YJIL*, v. 10, n. 2 1985, pp. 271-278.
- GORDON, Ruth, “United Nations Intervention in Internal Conflicts: Iraq, Somalia, and Beyond”, *MJIL*, v. 15, n. 2, 1993, pp. 550-557.
- _____, “Humanitarian Intervention by the United Nations: Iraq, Somalia, and Haiti”, *TJIL*, v. 31, 1996, pp. 51-53.
- GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, Coimbra, Almedina, 2001.
- _____, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2005.
- _____, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, 4. ed., Coimbra, Almedina, 2007.
- _____, *Direito Comunitário – Sumários Desenvolvidos*, 5. ed., Coimbra, Almedina, 2008.
- _____, *Direito da União. História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*, 6. ed., Coimbra, Almedina, 2010.
- _____, *Direito da União. História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*, 7. ed., Coimbra, Almedina, 2014.
- GOULD, Harry, “Toward a Kantian International Law”, *ILT*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 31-42.
- GOUREVITCH, Peter, *We Wish to Inform You That Tomorrow We Will be Killed With Our Families: Stories from Rwanda*, New York, Picador, 1998.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Os Direitos Fundamentais Atípicos*, Lisboa, Aequitas/Ned, 1995.
- _____, ‘Estado de Guerra’ in: *DJAP*, s.l., s.n., 2001, II Suplemento, pp. 301-315.
- _____, *O estado de exceção no Direito. Entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998.
- _____, *Ensinar Direito Constitucional Relatório sobre os Programas, os Conteúdos e os Métodos de Ensino do Direito Internacional Público apresentado no Concurso para preenchimento de vagas de Professor Associado do 1º Grupo – Direito Público – da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, s.n, 2003.
- _____, *Manual de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *Manual de Direito Internacional*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2004.
- _____, *Manual de Direito Internacional Público*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- _____, (comp.), *Direito Internacional Público. Textos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2005;
- _____, *Direito Internacional Penal. Uma Perspectiva Dogmática*, Coimbra, Almedina, 2006.

- _____, *Ensinar Direito Internacional Público. Relatório sobre os Programas, os Conteúdos e os Métodos de Ensino do Direito Internacional Público apresentado em provas públicas para a obtenção do título de Agregado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, (org.), *Direito Internacional Humanitário. Introdução – Textos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2008.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, 4. ed., Coimbra, Almedina, 2011.
- _____, (org.), *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 3. ed., Coimbra, Almedina, 2012.
- _____, *Direito Internacional da Segurança*, Coimbra, Almedina, 2013.
- _____, “O Uso da Força no Direito Internacional Público” in: SILVA, Mário; PINA, Leão de & MONTEIRO JR., Paulo Monteiro (orgs.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*, Praia, Editora ISCJS, 2012, pp. 155-191.
- _____, *Manual de Direito Internacional Público. Uma Nova Perspectiva de Língua Portuguesa*, 4. ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- _____, ‘Direito Internacional da Segurança’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 154-157.
- _____, ‘Proibição do Uso da Força no Direito Internacional Público’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 342-346.
- _____, “Direito Internacional Humanitário” in: id., & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 150-154.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015.
- GOWLLAND-DEBBAS, Vera, “The Functions of United Nations Security Council in the International Legal System” in: BYERS, Michael (ed.), *The Role of Law in International Politics. Essays in International Relations and International Law*, Oxford, UK, OUP, 2000, pp. 277-313.
- GOYARD-FABRE, Simone, “Les silences de Hobbes et de Rousseau devant le droit international”, *APD*, t. 32, 1987, pp. 59-69.
- _____, *Pufendorf et le Droit Naturel*, Paris, PUF, 1994, pp. 7-18.
- GRABER, Mark, *Dred Scott and the Problem of Constitutional Evil*, Cambridge, UK, CUP, 2006.
- GRACIANO, *Decretum*, Part II, Causa 23 in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 109-124.
- GRAES, Isabel, *O poder e a justiça em Portugal no Século XIX*, Lisboa, AAFDL, 2014;
- GRAFF, David, “The Chinese Concept of Righteous War” in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 195-216.
- GRANT, Thomas, “East Timor, the U.N. System, and Enforcing Non-Recognition in International Law”, *VJTL*, v. 33, n.2, 2000, pp. 273-310.
- GRAVES, Robert, *Os mitos gregos*, Fernanda Branco (trad.), 3. ed., Lisboa, DQ, 2004.
- GRAY, Christine, *International Law and the Use of Force*, Oxford, OUP, 2001.
- _____, “Legality of Use of Force (Yugoslavia v. Belgium) (Yugoslavia v. Canada) (Yugoslavia v. France) (Yugoslavia v. Germany) (Yugoslavia v. Italy) (Yugoslavia v. Netherlands) (Yugoslavia v. Portugal) (Yugoslavia v. Spain) (Yugoslavia v. United Kingdom) (Yugoslavia v. United States of America): Provisional Measures”, *ICLQ*, v. 49, n. 3, 2000, pp. 730-736.
- GRAY, Richard, “Portuguese Soldiers at the Zambezi”, *JAH*, v. 12, n. 4, 1971, pp. 531-533.
- GREEN, Abigail, “Intervening in the Jewish Question, 1840-1878” in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 139-158.
- GREEN, James, “The Annexation of Crimea: Russia, Passportization and the Protection of Nationals Revisited”, *JUFIL*, v. 1, n. 1, 2014, pp. 3-10.
- GREEN, Leslie, *The Contemporary Law of Armed Conflict*, 2. ed., Manchester, MUP, 2000.
- GREEN, William, “Periodizing World History”, *HaT*, v. 34, n. 2, 1995, pp. 99-111.
- GREENWOOD, Christopher, “New World or Old? The Invasion of Kuwait and the Rule of Law”, *Mod.LR*, v. 55, n. 2, 1992, pp. 153-178.
- _____, “International Law and the NATO Intervention in Kosovo”, *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 926-934.
- _____, “The Legality of the Use of Force: Iraq in 2003” in: in: BOTHE, Michael; O’CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 387-413.
- GRELE, Ronald (ed.), *Envelops of Sound. Six Practitioners Discuss the Method, Theory and Practice of Oral History and Oral Testimony*, Chicago, Precedent, 1975.
- GRENIER, John, *The First Way of War. American War Making in the Frontier, 1607-1814*, Cambridge, CUP, 2005.
- GREWE, Wilhelm, *The Epochs of International Law*, Michael Byers (trad.), Berlin, DG, 2000.
- GRIFFIN, Roger, *The Nature of Fascism*, London, Routledge, 1991.
- GRIFFIN, Stephen, *Long Wars and the Constitution*, Cambridge, Mass, HUP, 2013.
- GRIFFITHS, Richard, “International Law, the Crime of Aggression and the *Ius Ad Bellum*”, *ICLR*, v. 2, n. 4, 2002, pp. 338-355.
- GRIMAL, Francis, *Threats of Force. International Law and Strategy*, Abingdon, Routledge, 2013.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2009.
- GROVES, Charles Pelham, “Missionary and Humanitarian Aspects of Imperialism from 1870 to 1914” in: GANN, H. & DUIGNAN, Peter (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 1969, pp. 62-496.
- GROSS, Leo, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, *AJIL*, v. 42, n. 1, 1948, pp. 20-41.

- GROSS, Michael, “Is There a Duty to Die for Humanity? Humanitarian Intervention, Military Service and Political Obligation”, *PAQ*, v. 22, n. 3, 2008, pp. 213-229.
- GROSSI, Paolo, *Scienza giuridica italiana. Un profilo storico 1860-1950*, Milano, Guiffre, 2000.
- _____, *L'ordine giuridico medievale*, Roma-Bari, Laterza, 2006.
- GROTIUS, Hugo, *De Jure Belli ac Pacis [O Direito da Paz e da Guerra]*, Ciro Mioranza (trad.), Ijuí, EDUNIJUÍ, 2004.
- _____, *Le droit de la guerre, et de la paix*, Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1724, 2 v..
- GROVER, Robinson, “Hobbes and the Concept of International Law” in: AIRAKSINEN, Timo & BERMAN, Martin (eds.), *Hobbes: War among Nations*, Aldershot, Gower, 1989.
- GRUEN, Erich S., “Rome and the Greek World” in: FLOWER, Harriet I. (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, New York, CUP, 2004, pp. 242-267.
- GRUNERT, Frank, “The Reception of Grotius’s *De Jure Belli ac Pacis* in the Early German Enlightenment” in: HOCHSTRASSER, T. J. & SCHRÖDER, P. (ed.), *Early Modern Natural Law Theories. Contexts and Strategies in the Early Enlightenment*, Dordrecht, KL, 2003, pp. 89-97.
- GRUPIONI, Luís Donisete (org.), *Índios no Brasil*, São Paulo, SMC, 1992.
- GUANG, Pan, “The SCO’s Success in Security Architecture” in: HUISKEN, Ron (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, Canberra, ANU E Press, 2009, pp. 33-43.
- GUARDIOLA-RIVERA, Oscar, “Absolute Contingency and the Prescriptive Force of International Law, Chiapas-Valladolid, ca. 1550” in: JOHN, Fleurs; JOYCE, Richard & PAHUJA, Shundaya (eds.), *Events: The Force of International Law*, Abingdon, Routledge, 2011, pp. 29-42.
- GUARINO, A., *Storia del Diritto Romano*, 3. ed., Milano, Giuffrè, 1963.
- GUCHET, Yves, *Histoire Constitutionnelle de la France, 1789-1974*, 3. ed., Paris, Economica, 1993.
- GUEDES, Armando Marques, *Direito Internacional Público*, Lisboa, ISCEF, 1936.
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1977.
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1978.
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1980.
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1982.
- _____, “Introdução ao Direito de Guerra” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 559-585.
- GUELZO, Allen, *Lincoln. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2009.
- GUERRA, Amílcar & FABIÃO, Carlos, “Viriato: Genealogia de um Mito”, *Penélope*, n. 8, 1992, pp. 9-23.
- GUERRA, Sidney, *Curso de Direito Internacional Público*, 4.ed., Rio de Janeiro, LJ, 2009.
- GUERREIRO, Sara “Intervenção Quase Humanitária”, *RFDUL*, v. 41, n. 2, 2000, pp. 887-915.
- _____, “O Kosovo e a Responsabilidade Internacional – Intervenção Quase Humanitária – Parte II”, *RFDUL*, v. 42, n. 2, 2001, pp. 1159-1203.
- _____, *Intervenção Humanitária. Garantia dos Direitos do Homem no Plano Internacional*, Relatório da Disciplina de Direitos Fundamentais, Mestrado em Direito, Lisboa, FDUL, 2001.
- _____, *Intervenção Humanitária e Responsabilidade Internacional*, Relatório da Disciplina de Direito Internacional Público, Mestrado em Direito, Lisboa, FDUL, 2001.
- GUICCIARDINI, Francesco, *Ricordi Politici e Civili*, Milano, Longanesi, 1951.
- ‘Guiding Principles applicable to unilateral declarations of States capable of creating legal obligations, with commentaries thereto’, *YILC*, New York, UN, 2006.
- GUILLAUME, Gilbert, *La Cour internationale de justice à l’aube du XXI Siècle, Le regard d’un juge*, Paris, Pedone, 2003.
- _____, “La CIJ, Cour Supreme Mondiale?” in: CHEMAIN, Régis & PELLET, Alain (dir.), *La Charte des Nations Unies, constitution mondiale?*, Paris, Pedone, 2006, pp. 189-193.
- GUIMARÃES, Fernando Andressen, *The origins of the Angolan Civil War. Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, New York, StMP, 1998.
- GUMEDZE, Sabelo, *The Peace and Security Council of the African Union: Its Relationship with the United Nations, with the African Union and with Sub-Regional Mechanisms*, Abo, AAUP, 2011.
- GUTMANN, Myron, “The Origins of the Thirty Years War”, *JIH*, v. 18, n. 4, 1988, pp. 749-770.
- GUZMÁN, Andrew, “Saving International Customary Law”, *MJIL*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 115-176.
- _____, *How International Law Works. A Rational Choice Theory*, Oxford, OUP, 2008.
- GUZMÁN, Juan David Montoya, “Guerra, frontera, identidad en las provincias del Chóco, siglos XVI-XVII”, *HyS*, n. 15, 2008, pp. 165-189.
- _____, “Conquistar índios o evangelizar las almas? Políticas de sometimiento en las provincias de las tierras bajas del pacífico (1560-1680)”, *HCri*, n. 45, 2011, pp. 10-30.
- GWYNN, Robin, “James II in the Light of Treatment of his Huguenot Refugees in England, 1685-1688”, *EHR*, v. 92, n. 365, 1977, pp. 820-833.
- GYEKYE, Kwame, *African Cultural Values. An Introduction*, Philadelphia, Sanfoka, 1996.
- HAAKONSEN, Knud (ed.), *Grotius, Pufendorf and Modern Natural Law*, Dartmouth, Ashgate, 1999.
- _____, “Samuel Pufendorf (1632-1694)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1102-1105.
- _____, “Christian Wolff (1679-1754)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1106-1109.
- HABERMAS, Jürgen, *Faktizität und Geltung – Breitag zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1992.
- _____, “Kant’s Idea of Perpetual Peace, With the Benefit of Two Hundred Years Hindsight” in: BOHMAN, James & LUTZ-BACHMANN, Mathias (eds.), *Perpetual Peace: Essays on Kant’s Cosmopolitan Ideal*, Cambridge, Mass, MITP, 1997, pp. 113-153.
- _____, “Bestialität und Humanität. Eine Krieg an der Grenze Zwischen Recht und Moral [Bestialidade e Humanidade. Uma Guerra na Fronteira entre Direito e Moral]”, *Die Zeit*,

- Hamburg, 29 April 1999, disponível em http://www.zeit.de/1999/18/199918.krieg_.xml, último acesso a 14 de março de 2015.
- HABERMAS, Jürgen, “Bestialidade e Humanidade. Uma Guerra na Fronteira entre Direito e Moral”, Luiz Repa (trad.), *CFA*, n. 5, 1999, pp. 77-87.
- _____, “Constitutional Democracy: A Paradoxical Union of Two Contrasting Principles?”, *PT*, v. 29, n. 6, 2001, pp. 766-781.
- _____, “Interventions” in: *Time of Transitions*, Cambridge, Polity, 2006, p. 17.
- _____, “Dispute on the Past and Future of International Law: Transition from a National to a Postnational Constellation” in: *Proceedings of the Twenty-First World Congress of Philosophy*, v. 13, 2007, pp. 31-39.
- _____, “A Plea for Constitutionalization of International Law” in: *XXIII World Congress of Philosophy. Philosophy as Inquiry and a Way of Life*, Athens, 4-10 August 2013, disponível na homepage oficial do evento <http://www.wcp2013.gr/files/items/6/649/habermas.pdf>, acesso a 15 de julho de 2015.
- _____ & RAWLS, John, *Debate sobre el Liberalismo Político*, Fernando Vallespín (org.), Barcelona, Paidós, 1998.
- HABSCHEID, Walther, “Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) und seine Principes du Droit naturel” in: MAYER, Franz (hrg), *Staat und Gesellschaft. Festgabe für Günther Küchenhoff zum 60. Geburtstag am 21. August 1967*, Göttingen, OS, 1967, pp. 5-24.
- HADAS-LEBEL, Raphaël, “La V^e République et la Guerre”, *PRFECF*, n. 58, 1991, pp. 5-24;
- HAFKIN, Gregory, “The Russian-Georgian War of 2008: Developing the Law of Unauthorized Humanitarian Intervention After Kosovo”, *BUILJ*, v. 28, n. 1, 2010, pp. 219-239.
- HAGAN, John & RYMOND-RICHMOND, Wenona, *Darfur and the Crime of Genocide*, Cambridge, UK, CUP, 2009.
- HAGGENMACHER, Peter, “Grotius and Gentili: A Reassessment of Thomas E. Holland Inaugural Lecture” in: BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 133-176.
- _____, “Pensiero umanitario e intervento in Gentili” in: AAVV, *Azione umanitaria ed intervento umanitario. Il parere del Comitato Internazionale della Croce Rossa. Atti del Convegno, Sesta Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1994*, Milano, Giuffrè, 1998, pp. 20-45.
- _____, “Hugo Grotius (1583-1645)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1098-1101.
- HAIGH, Christopher, “Politics in an Age of Peace and War” in: MORRIL, John (ed.), *The Oxford Illustrated History of Tudor & Stuart Britain*, Oxford, OUP, 1996, pp. 330-360.
- HAILBRONNER, Kay & KLEIN, Eckart, “Article 10” in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 267-274.
- HAINES, Steven, “Humanitarian Intervention: Genocide, Crimes against Humanity and the Use of Force” in: KASSIERIS, George & BUCKLEY, John (eds.), *The Ashgate Research Companion to Modern Warfare*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 307-328.
- HALABI, Sam Foster, “Traditions of Belligerent Occupation: The Libyan Intervention in Historical and Theoretical Context”, *AUILR*, v. 27, n. 2, 2012, pp. 321-390.
- HALBERSTAM, Malvina, “The Copenhagen Document: Intervention in Support of Democracy”, *HILJ*, v. 34, n. 1, 1993, pp. 163-175.
- HALDON, John, *Byzantium at War AD 600-1453*, Oxford, Osprey, 2002.
- HALE, J. R., *Maquiavel e a Itália da Renascença*, W. Dutra (trad.), Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- _____, Verbete “Guerra” in: *Dicionário do renascimento italiano*, A. Cabral (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1988, pp. 178-179.
- HALEY, John, “Waging War: Japan’s Constitutional Constraints”, *CFor*, v. 24, n. 2, 2005, pp. 18-34.
- _____, “The Role of Courts in ‘Making’ Law in Japan: The Communitarian Conservatism of Japanese Judges”, *PRL&PJ*, v. 22, n. 3, 2013, pp. 491-403.
- HALL, William Edward, *Treatise on International Law*, 3. ed., Oxford, Clarendon, 1890.
- HALLAQ, Wael, *Authority, Continuity, and Change in Islamic Law*, Cambridge, UK, CUP, 2001.
- _____, *The Origins and Evolution of Islamic Law*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- HALLECK, H. W., *International Law, or Rules Regulating the Intercourse of States in Peace and War*, New York/San Francisco/London, Van Nostrand/Bancroft/Sampson, 1861.
- HALLET, Brien, *Declaring War. Congress, the President, and what the Constitution does not Say*, New York, CUP, 2012.
- HAMILTON, Bernard, “Lemkin, Raphael” in: SHELTON, Dinah (ed.), *Encyclopedia on Genocide and Crimes Against Humanity*, Detroit, MM, 2005, v. II, pp. 643-645.
- HAMMER, Dan, “Allowing Genocide? An Analysis of Armed Activities on the Territory of the Congo, Jurisdictional Reservations, and the Legitimacy of the International Court of Justice”, *Minn. JIL*, v. 16, 2007, pp. 495-523.
- HAMMERSTAD, Anne, “SADC and the African Union’s Evolving Security Architecture”, *SAYIA*, 2003/2004, pp. 237-242.
- HAMMOND, R. J., *Portugal in Africa 1815-1910*, Stanford, SUP, 1966.
- HAMMUM, Hurst, “International Law and Cambodian Genocide: the Sounds of Silence”, *HRQ*, v. 11, n. 1, 1989, pp. 82-138.
- HANKE, Lewis, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America*, Philadelphia, UPP, 1949.
- _____, *All Mankind is One. A Study of the Disputation Between Bartolomé de las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda on the Religious and Intellectual Capacity of the American Indians*, De Kalb, Illinois, NIUP, 1974.
- HANNIKAINEN, Lauri, *Peremptory Norms (Jus Cogens) in International Law. Historical Development, Criteria, Present Status*, Helsinki, LK/FLPC, 1988.
- HANSEN, João Adolfo, “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro” in: NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 347-373.
- HARCOURT, William Vernon, *Letters by Historicus on Some Questions of International Law*, London, MM, 1863.

- HARGREAVES, John, "West African States and the European Conquest" in: GANN, H. & DUIGNAN, Peter (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 1969, pp. 199-209.
- HARGROVE, John Lawrence, "Intervention by Invitation and the Politics of the New World Order" in: DAMROSCH, Lori Fischer & SCHEFFER, David (eds.), *Law and Force in the New International Order*, Washington, ASIL, 1991, pp. 113-126.
- HARMOND, Robert, *The Philosophy of Alfarabi*, s.l., Bibliobazaar, 2007 (orig. 1947).
- HARRIS, William V., *War and Imperialism in Republican Rome 327 – 70 B.C.*, Oxford, Clarendon, 1984.
- HART, H.L.A., "American Jurisprudence Through English Eyes: The Nightmare and the Noble Dream", *GLR*, v. 11, n. 5, 1977, pp. 969-989.
- _____, *The Concept of Law*, 2.ed., Oxford, UK, Clarendon, 1994.
- HARTMANN, Anja V., "Identities and mentalities in the Thirty Years' War" in: id. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 175-184.
- HARTMANN, Wilfried & PENNINGTON, Kenneth (eds.), *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, Washington, D.C., CUAP, 2008.
- HASEL, Michael, "Assyrian Military Practices and Deuteronomy's Law of Warfare" in: KELLE, Brad & AMES, Frank (eds.), *Writing and Reading War: Rhetoric, Gender, and Ethics in Biblical and Modern Contexts*, Atlanta, SBL, 2008, pp. 67-81.
- HASENCLEVER, Andreas, "Might for Rights: The French Intervention in Rwanda 1994" in: BOTHE, Michael; O'CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 251-275.
- HASHMI, Sohail, "Interpreting the Islamic Ethics of War and Peace" in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 146-166.
- _____, "Is There an Islamic Ethic of Humanitarian Intervention?" in: BADERIN, Mashood (ed.), *International Law and Islamic Law*, Aldershot, Ashgate, 2008, pp. 117-138.
- HASNER, Pierre, "Georg W.F. Hegel" in: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChP, 1987, pp. 732-760.
- HASSAN, Farooq, "Realpolitik in International Law: After Tanzanian - Ugandan Conflict 'Humanitarian Intervention' Reexamined", *WLR*, v. 17, 1981, pp. 859-912.
- HATHAWAY, Oona, "The Continuing Influence of the New Haven School", *YJIL*, v. 32, n. 4, 2007, pp. 553-558.
- HATZFELD, Jean, *Une saison de machettes*, Paris, Seuil, 2005.
- HAWKINS, Eliot "An Approach to Issues of International Law Raised by United States Action in Vietnam" in: FALK, Richard (ed.), *The Vietnam War and International Law*, Princeton, PUP, 1968, pp. 163-200.
- HAYASHI, Mika, "The Japanese Law Concerning the Special Measures on Humanitarian and Reconstruction Assistance in Iraq: Translator's Introduction", *PRL&PJ*, v. 13, n. 3, 2004, pp. 579-609.
- HAYES, Maurice, "Foreword" in: ATTACK, Ian & MCCRUM, Sean (eds.), *Neutrality-Irish Experience-European Experience. Papers Presented at a Conference Organised by the Irish School of Ecumenics*, Dublin, s.n., 2009, p. 4.
- HAZARD, John, "The Soviet Constitution: An Introduction", *LGR*, v. 27, 1943, pp. 27-42.
- HEALY, Sarah, "Peacemaking in the Midst of War: An Assessment of IGAD's Contribution to Regional Security in the Horn of Africa", *CSWP*, n. 2, 2009.
- HEBECHE, Luiz, *A Guerra de Maquiavel*, Ijuí, EDUNIJUÍ, 1988.
- HECK, José Nicolau, "Contratualismo e sumo bem político. Um estudo preliminar sobre a pax kantiana", *VRF*, v. 49, n. 1, 2004, pp. 71-92.
- HEGEL, G.W.F., *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986.
- _____, *Princípios da Filosofia do Direito*, Orlando Vitorino (trad.), São Paulo, MF, 2000.
- HEHIR, Aidan, "Independence, Intervention and Great Power Patronage: Kosovo, Georgia and the Contemporary Self-Defence Penumbra", *ALF*, v. 1, n. 2, 2009, pp. 89-100.
- HEINZE, Eric, *Waging Humanitarian War. The Ethics, Law, and Politics of Humanitarian Intervention*, Albany, SUNY, 2009.
- HEIRBAUT, Dirk, "Reading Past Legal Text. A Tale of Two Legal Histories. Some Personal Reflections on the Methodology of Legal Theory" in: MICHALSEN, Dag (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 196-214.
- HELD, David, "Democracy: From the City-States to a Cosmopolitan Order?" in: *Prospects for Democracy: North, South, East, West*, London, PP, 1993, pp. 13-52.
- HELPERICH, Tryntje (ed.), *The Thirty Years War. A Documentary History*, Indianapolis, Hackett, 2009.
- HELLEGERS, Dale, *We, The Japanese People: World War II and the Origins of the Japanese Constitution*, Stanford, SUP, 2002.
- HELLER-ROAZEN, David, *The Enemy of All. Piracy and the Law of Nations*, New York, ZB, 2009.
- HELLINGER, Daniel, "Tercermundismo y chavismo", *EA.CVS*, v. 15, n. 1-2, 2006, pp. 323-342.
- HEMMING, John, "Indians and the frontier" in: BETHEL, Leslie (ed.), *Colonial Brazil*, Cambridge, UK, CUP, 1987, pp. 145-189.
- _____, *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*, Carlos Eugênio da Moura (trad.), São Paulo, EDUSP, 2007.
- HENDERSON, Lawrence W., *Angola. Five Centuries of Conflict*, Ithaca, CornellUP, 1979.
- HENDRICKSON, Ryan, *The Clinton Wars. The Constitution, Congress, and War Powers*, Nashville, VandUP, 2002.
- HENKIN, Louis, *How Nations Behave. Law and Foreign Policy*, 2. ed., New York, ColUP, 1979.
- _____, "International law: politics, values and functions: general course on public international law", *RCADI*, v. 216, 1989, pp. 9-416.
- _____, *Constitutionalism, Democracy and Foreign Affairs*, New York, ColUP, 1990.
- _____, *Foreign Affairs and the US Constitution*, 2. ed., Oxford, Clarendon Press, 1996.
- _____, "Kosovo and the Law of 'Humanitarian Intervention'", *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 824-828.

- HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010.
- _____, (ed.), *The Legitimate Use of Military Force. The Just War Tradition and the Customary Law of Armed Conflict*, Farnham, Ashgate, 2008.
- _____, “Christian Belief and Western Just War Thought” in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 29-86.
- HERDEGEN, Matthias & RENSMMN, Thilo, “Is There a Specific German Approach to the Prohibition of the Use of Force?”, *GYIL*, v. 50, 2007, pp. 349-376.
- HERMAN, Arthur, “Protestant Churches in a Catholic Kingdom: Political Assemblies in the Thought of Philippe Duplessis-Mornay”, *SCJ*, v. 21, n. 4, 1990, pp. 543-557.
- HERMAN, Breno, *Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro*, Brasília, FUNAG, 2011.
- HERNÁNDEZ, Miguel Cruz, “Presentación” in: AL-FARABI, Abu-Nasr, *La ciudad ideal*, 2. ed., Marcos Alonso Alonso (trad.), Madrid, Tecnos, 1995, pp. xi-liii.
- HERNÁNDEZ, Ramón, “Proyección Internacionalista del Ius Belli de Vitoria e Soto” in: SORIANO, António Heredia (ed.), *Mundo Hispánico-Nuevo Mundo: Visión Filosófica. Actas del VIII Seminario de Historia de la Filosofía Española e Iberoamericana*, Salamanca, US, 1992, pp. 29-68.
- HERNEKAMP, Karl-Andreas, “Der Schutz des Internationalen Friedens im Grundgesetz – Vergleichende Betrachtungen” in: SEGADO, Francisco Fernández (ed.), *The Spanish Constitution in the European Constitutional Context*, Madrid, Dykinson, 2003, pp. 1483-1502.
- HERPEN, Marcel v., *Putin’s War. The Rise of Russia’s New Imperialism*, Lanham, R&L, 2014.
- HERRERA, Nelson Chávez (comp.), *Primeras Constituciones de Latinoamérica y Caribe*, Caracas, FBA/BCV, 2010, pp. 364-378.
- HERSHEY, Amos, “The History of International Relations During Antiquity and the Middle Ages”, *AJIL*, v. 5, n. 4, 1911, pp. 901-933.
- HESPANHA, António, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982.
- _____, “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)”, *AS*, v. XVIII, n. 72-73-74, 1982, pp. 795-812.
- _____, *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – Séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.
- _____, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *AS*, v. 35, n. 147, 2001, pp. 937-960.
- _____, “Legal History and Legal Education”, *ZMPIER*, n. 4, 2004, pp. 41-56.
- _____, “Introdução” in: GROTIUS, Hugo, *De Jure Belli ac Pacis [O Direito da Paz e da Guerra]*, Ciro Mioranza (trad.), Ijuí, EDUNIUÍ, 2004, v. I, pp. 15-28.
- _____, *Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio*, Florianópolis, FUNJAB, 2005.
- _____, *Direito, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina, 2004.
- _____, “The Everlasting Return of Orality” in: MICHALSEN, Dag (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 25-55.
- _____, “A Digitalização da Doutrina Jurídica Portuguesa (c.1800-c.1910)”, *HC* (revista electrónica), n. 8, 2007, pp. 357-359, disponível em <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/9/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014;
- _____, *Hércules Confundido. Sentidos Improváveis e Incertos do Constitucionalismo Português Oitocentista. O Caso Português*, Curitiba, Juruá, 2009.
- _____, “Die neuere Rechtsgeschichte in Portugal”, *ZNR*, v. 36, n. 1-2, 2014, pp. 113-127.
- _____, “The Legal Patchwork of Empires”, *ZMPIER*, n. 22, 2014, pp. 303-314.
- _____, Particularidades de Método de uma História Mundial do Direito” in: SORDI, Bernardo (org.), *Storia e Diritto. Esperienze e Confronto. Atti dell’Encontro Internazionale di Studi in Occasione del 40 Anni del Quaderni Fiorentini, Firenze, 18-19 Ottobre 2012*, Milano, Giuffrè, 2014, pp. 483-491.
- HEXTER, J.H., “The Historian and His Day” in: *Reappraisals in History*, London, LG, 1961, pp. 1-13.
- HIGGINS, Rosalyn, “International Law and the Avoidance, Containment and Resolution of Disputes: General course on Public International Law”, *RCADI*, v. 230, 1991, pp. 9-341.
- _____, *Problems & Process. International Law and How we Use It*, Oxford, OUP, 1995.
- HILAIRE, Jean, *Le droit, les affaires et l’Histoire*, Paris, Economica, 1995.
- HILL, Christopher, *Intellectual Origins of the English Revolution Revisited*, Oxford, Clarendon, 1997.
- HILL, Lawrence, “The Abolition of the African Slave Trade do Brazil”, *HAHR*, v. 11, 1931, pp.169-197.
- HILPOLD, Peter, “The International Court of Justice’s Advisory Opinion on Kosovo: Perspectives of a Delicate Question”, *ARIEL*, v. 14, 2009, pp. 259-310.
- _____, “EU Law and UN Law in Conflict: the Kadi Case”, *MPYBIL*, v. 13, 2009, pp. 141-182.
- _____ (ed.), *Kosovo and International Law. The ICJ Advisory Opinion of 22 July 2010*, Leiden, Brill, 2012.
- História de Moçambique*, Maputo, DH-UEM/Tempo, v. I.
- História Geral de Cabo Verde: corpo documental*, Lisboa/Praia, IICT/DGPCCV, 1988.
- HITLER, Adolf, *Mein Kampf*, 2.ed., trad., s.l., s.n., 1925.
- HOBBS, Thomas, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, C.B. MacPherson (ed.), London, Penguin, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric, *The Age of Extremes. The Short Twentieth Century: 1914-1918*, London, Abacus, 1994.
- _____, *The Age of Empires, 1875-1914*, London, Abacus, 1994.
- _____, *A Era das Revoluções, Europa 1789-1848*, 10. ed., Maria Teresa Teixeira e Marcos Penchel (trad.), Rio de Janeiro, PeT, 1997, pp. 71-126.
- HOBSON, Christopher, “Revolution, Representation and the Foundations of Modern Democracy”, *EJPT*, v. 7, n. 4, 2008, pp. 449-471.
- HOCHSCHILD, Adam, *King Leopold’s Ghosts. A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa*, Boston, Mariner, 1998.
- HOCHSTRASSER, Tim, “Conscience and Reason. The Natural Law Theory of Jean Barbeyrac”, *HJ*, v. 36, n. 2,

- 1993, pp. 289-308 [Reproduzido em Knud Haakonssen (ed.), *Grotius, Pufendorf and Modern Natural Law*, Dartmouth, Ashgate, 1999, pp. 381-400].
- HODGE, Carl Cavanagh (ed.), *Encyclopedia of the Age of Imperialism, 1800-1914*, Westport, GP, 2008.
- HOEFLICH, Michael & GRABNER, Jasonne, "The Establishment of Normative Legal Texts: The Beginnings of the *Ius Communis*" in: *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, Washington, D.C., CUAP, pp. 1-21.
- HOEKSTRA, Kinch, "A source of war. Gentili, Thucydides, and the justification of pre-emption" in: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 113-144.
- HOFFMAN, Stanley, "Sovereignty and the Ethics of Intervention" in: *The Ethics and Politics of Humanitarian Intervention*, Notre Dame, UNDP, 1996, pp. 12-37.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, "Obras econômicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)" in: *Livro dos Prefácios*, São Paulo, CdL, 1996, pp. 52-98.
- _____, *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, CdL, 2010.
- HOLLAND, Thomas Erskine, "Introduction" in: LEGNANO, Giovanni da, *Tractatus De Bello, De Represaliis et De Duello*, ed. bilingue, Thomas Erskine Holland (ed.), Oxford, OUP, 1917, pp. ix-xxxiii.
- HOLSTI, Kalevi, *The State, War, and the State of War*, Cambridge, CUP, 1996.
- HOLTON, James, "Marcus Tullius Cicero" in: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 155-175.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, "O Avanço do Constitucionalismo e a Crise da Monarquia Constitucional" in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V ("O Liberalismo", coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 109-121.
- HOMEM, António Pedro Barbas, *A Lei da Liberdade. Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico. Épocas Medieval e Moderna*, Cascais, Principia, 2001.
- _____, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *História do Pensamento Jurídico. Relatório de uma Disciplina Apresentado no Concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- _____, *Judex Perfectus. Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal, 1640-1820*, Coimbra, Almedina, 2003.
- _____, *O Espírito das Instituições. Um Estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, *História do Pensamento Político: Relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos de ensino de uma disciplina, apresentado para obtenção do título de agregado em direito 1º grupo, Ciências Histórico-Jurídicas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de uma disciplina apresentado no concurso para professor associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- _____, *História do Pensamento Jurídico. Guia de Estudo*, Lisboa, AAFDL, 2014.
- _____, & FREITAS, Pedro Caridade de (orgs.), *Textos de Apoio de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- _____, SANTOS, Jorge Silva & ALONSO, Clara Álvarez (comp.), *Constitutional Documents of Portugal and Spain 1808-1845 / Textos constitucionais de Portugal e Espanha 1808-1845 / Textos constitucionales de Portugal y España 1808-1845/Verfassungsdokumente Portugals und Spaniens 1808-1845*, Berlin, DG, 2010.
- HONGSHENG, Sheng, "The Evolution of the Law of War", *CJIP*, v. 1, n. 2, 2006, pp. 267-301.
- HONORÉ, Tony, "Alberico Gentili e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Prolusione" in: AAVV, *Alberico Gentili e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Atti del Convegno-terza Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1988*, Milano, Giuffrè, 1991, pp. 23-66.
- HOOVER, Mike, "The Laws of War and the Angolan Trial of Mercenaries: Death to the Dogs of War", *CWRILJ*, v. 9, 1977, pp. 323-327.
- HOPF, Ted, "Identity, legitimacy, and the use of military force: Russia's Great Power identities and military intervention in Abkhazia", *RIS*, v. 31, 2005, pp. 225-243.
- HÖPFL, Harro, *Jesuit Political Thought. The Society of Jesus and the State, c. 1540-1630*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- HOPPIT, Julian, *A Land of Liberty? England 1689-1727*, Oxford, Clarendon, 2000).
- HOSTIENSIS, *Summa aurea* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 161-168.
- HOUDSLEY, Norman, "Crusading Against Christians: Their Origins and Early Development, c. 1000-1216" in: MADDEN, Thomas (ed.), *The Crusades: Essential Readings*, Oxford, Blackwell, 2002, pp. 69-98.
- HOUSE OF LORDS CONSTITUTIONAL COMMITTEE, *Constitutional Arrangements on the Use of International Force. Report*, London, TSO, 2013.
- HOVI, Kalervo, "Finland's Rapprochement to National Socialist Germany as Reaction to the Winter War", *RJBNS*, v. 5, n. 1, 2013, pp. 57-87.
- HOWELL, Martha & PREVENIER, Walter, *From Reliable Sources. An Introduction to Historical Methods*, Ithaca, CornellUP, 2001.
- HOWLAND, Douglas, "Japan's Civilized War: International Law as Diplomacy in the Sino-Japanese War (1894-1895)", *JHL*, v. 9, n. 2, 2007, pp. 179-201.
- HOWSE, Robert, "Montesquieu on Commerce, Conquest, War, and Peace", *BrookJIL*, v. 31, n. 3, 2006, pp. 694-708.
- HOYLAND, Robert, "The Rise of Islam" in: MANGO, Cyril (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 121-128.
- HRABAR, Vladimir, "L'Époque de Bartole dans l'Histoire du Droit International", *RGDIP*, v. 7, 1900, pp. 732-749.
- HUCK, Hermes Marcelo, *Da guerra justa à guerra econômica: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional*, São Paulo, Saraiva, 1996.
- HUDSON, Larry, "Slavery and the Old South" in: FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 60-74.

- HUECK, Ingo, "The Discipline of the History of International Law – New Trends and Method on the History of International Law", *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 194-217.
- _____, "Sphere of Influence and 'Völkisch' Legal Thought". Reinhard Höhn's Notion of Europe" JOERGES, Christian & GALEIGH, Navraj Singh (eds.), *Darker Legacies of Law in Europe: The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and Its Legal Traditions*, Oxford, Hart, 2003 pp. 71-85.
- HUISKEN, Ron (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, Canberra, ANU E Press, 2009.
- HUIZINGA, Johan, *Homo Ludens. A Study of the Play-Element in Culture*, London, Routledge, KP, 1949 [orig.: 1944].
- HULL, Isabel, "Military Culture and the Production of 'Final Solutions' in the Colonies: The Example of Wilhelminian Germany" in: GELLATELY, Robert & KIERNAN, Ben (eds.), *The Specter of Genocide. Mass Murder in Historical Perspective*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 141-162.
- _____, *A Scrap of Paper. Breaking and Making International Law during the Great War*, Ithaca, CornellUP, 2014.
- HUMBERT, Michel, *Institutions politiques et sociales de l'Antiquité*, 6. ed., Paris, Dalloz, 1997.
- HUME, David, "On the Balance of Power" in: *Essays. Moral, Political, and Literary*, Eugene Miller (ed.), Indianapolis, LF, 1987, pp. 332-341.
- HUNT, Lynn, *Inventing Human Rights. A History*, New York, Norton, 2007.
- HUNT, R.N. Carew, "Some Pamphlets of the Revolt of the Netherlands Against Spain", *EHR*, v. 44, n. 175, 1929, pp. 388-399.
- HUNTINGTON, Samuel, "Democracy's Third Wave", *JD*, v. 2, n. 2, 1991, pp. 12-34.
- _____, "The Clash of Civilizations?", *FA*, v. 72, 1993, pp. 22-49.
- HUPPÉ, Luc, "L'établissement de la souveraineté européenne au Canada", *CdD*, v. 50, n. 1, 2008, pp. 153-206.
- HUTTON, James, "Erasmus and France: The Propaganda for Peace", *SitR*, v. 8, n. 1, 1960, pp. 103-127.
- HURD, Ian, "The International Rule of Law: Law and the Limits of Politics", *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp. 39-51.
- HURREL, Andrew, "Vattel: Pluralism and its Limits" in: CLARK, Ian. & NEUMANN, Iver (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, pp. 233-245;
- _____, "Security in South America", *IA*, v. 74, n. 3, 1998, pp. 529-546.
- HUSEK, Carlos Roberto, *Elementos de Direito Internacional Público*, São Paulo, Malheiros, 1995.
- _____, *Elementos de Direito Internacional Público*, 3.ed., São Paulo, Malheiros, 2000-
- HUSSAIN, Nasser, *The Jurisprudence of Emergency. Colonialism and the Rule of Law*, Ann Harbour, UMichP, 2003.
- IBBETSON, David, "What is Legal History a History of?" in: LEWIS, Andrews & LOBBAN, Michael (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004, pp. 33-40.
- IICK, *Kosovo Report. Conflict – International Response – Lessons Learned*, Oxford, OUP, 2000.
- ICISS, *The Responsibility to Protect. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa, IDRC, 2001.
- IHERING, Rudolf v., *El Espíritu del Derecho Romano*, Fernando Vela (abrev.), Madrid, MP, 1997 [Sec. XIX].
- IKENBERRY, G. John & Anne Marie Slaughter (dirs.), *Forging a World of Liberty under Law. U.S. National Security in the 21st Century*, Princeton, WWSPIA, 2006.
- 'Informe y relación que Fr. Francisco de la Mota, Viceprefecto de la misión de religiosos capuchinos de las costas de Guinea y sus compañeros hacen a Su Magestad que Dios guarde el Rey de Portugal del modo com que los negros de dichas costas y rios se compran y son reducidos al catiueiro' [14 de abril de 1686] in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, F, pp. 119-133.
- In Larger Freedom. Towards Development, Security and Human Rights for All. Report of the Secretary-General*, A/59/2005, disponível na página da rede oficial da Organização das Nações Unidas: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/2005, acesso a 9 de Junho de 2014.
- INOCÊNCIO IV, *Apparatus in quinque libros Decretalium: Quod super his* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 153-154.
- INTERNATIONAL COMMISSION OF JURISTS, "Aggression in Hungary: A Soviet Definition Condemns Russia", *ABAJ*, v. 43, 1957, pp. 928-929.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY, *Responsibility to Protect. Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa, IDRC, 2001.
- _____, *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background. Supplementary Volume to the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, Ottawa, IDRC, 2001.
- 'International Court of Justice Concludes that Kosovo's Unilateral Declaration of Independence Did Not Violate International Law', *HLR*, v. 124, n. 4, 2011, pp. 1098-1105.
- IRIBARNE, Manuel Fraga, "Discurso preliminar sobre la vida y obras de R.P. Luis de Molina de la Compañía de Jesús" in: MOLINA, Luis de, *Los seis libros de la justicia y del Derecho (De Iustitia et De Iure)*, Manuel Fraga Iribarne (trad.), Madrid, ILC, 1941, pp. 17-101.
- _____, *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, sl., s.e., 1994 [orig: 1947].
- IRIYE, Keishiro, "The Principles of International Law in the Light of Confucian Doctrine", *RCADI*, t. 120, 1967, pp.1-59.
- IRONS, Peter, *A People's History of the Supreme Court. Men and Women Whose Cases and Decisions Have Shaped our Constitution*, Revised, New York, Penguin, 2006.
- IRVINE, William, *A Guide to the Good Life. The Ancient Art of Stoic Joy*, Oxford, OUP, 2009.
- ISAACMAN, Allen, *The Tradition of Resistance in Mozambique. Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley 1850-1921*, Berkeley, UCalP, 1976.
- ISHAY, Micheline, *The History of Human Rights. From Ancient Times to the Globalization Era*, 2. ed., Berkeley, UCalP, 2008.
- ISRAEL, Jonathan, *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*, Oxford, OUP, 1995.

- _____. *Spinoza, the Enlightenment and the Making of World Peace*, The Hague, MoT, 2007.
- ITO, Hirobumi, *Commentaries on the Constitution of the Empire*, 2. ed., Miyoji Ito (trad.), Tokyo, CU, 1906.
- ITURRA, Jimena Obregón & ZEPEDA, José Manuel Zavala, “Abolición y Persistencia de la Esclavitud en Chile Colonial: Estrategias Esclavistas en la Frontera Araucano-Mapuche”, *MA*, v. 17, n. 1, 2009, pp. 7-31.
- IVRY, Alfred, “Al- Farabi” in: AUDI, Robert (ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, 2. ed. Cambridge, UK, CUP, 1999, pp. 20-21.
- IZECKSON, Vitor, “A Guerra do Paraguai” in: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2009, pp. 384-424.
- JACKSON, Henry, “The Soviet Invasion of Czechoslovakia and Its Impact on Nato: Does the Leopard Changes his Spots?”, *CorJIL*, v. 2, 1969, pp. 108-115.
- JACOBS, Beatrix; KUBBEN, Raymond & LESAFFER, Randall (eds.), *In the Embrace of France. The Law of Nations and Constitutional Law in the French Satellite States of the Revolutionary Period and Napoleonic Ages (1789-1815). Acts of the International Conference Held at Tilburg University on the 27 & 28 April 2006*, Baden-Baden, Nomos, 2008.
- JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard (eds.), *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*, Berkeley, UCalP, 2000.
- JACOBY, Tami Amanda & SASLEY Brent E., (eds.), *Redefining security in the Middle East*, Manchester, MUP, 2002.
- JANIS, Mark, “Sovereignty and International Law: Hobbes and Grotius” in: MACDONALD, Ronald St. John (ed.), *Essays in Honour of Wang Teyu*, Dordrecht, MN, 1994, pp. 391-400.
- _____. *The American Tradition of International Law. Great Expectations 1789-1914*, Oxford, Clarendon, 2004.
- _____. *America and the Law of Nations, 1776-1939*, New York, OUP, 2010.
- _____. “North America: American Exceptionalism in International Law” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 525-552.
- JANSE, Ronald, “The Legitimacy of Humanitarian Interventions”, *LJIL*, v. 19, n. 3, 2005, pp. 669-692.
- JAYATILLEKE, K. N., “The Principles of International Law in Buddhist Doctrine”, *RCADI*, t. 120, n. 1, 1967, pp. 441-567.
- JELTENSON, Bruce & WHYTECK, Christopher, “Who won Lybia? The Force-Diplomacy Debate and its Implications for Theory and Policy”, *ISec*, v. 30, n. 3, 2005/6, pp. 47-86.
- JENKINS, David, “Judicial Review under a British War Powers Act”, *VJTL*, v. 43, n. 3, 2010, pp. 611-648.
- JENNINGS, Robert, “The Caroline and McLeod Cases”, *AJIL*, v. 32, n. 1, 1938, pp. 82-99.
- _____. “The International Court of Justice After Fifty Years”, *AJIL*, v. 89, n. 3, 1995, pp. 493-505.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*, Lisboa, E70, 2012.
- Jesuítas e Bandeirantes no Guatira (1594-1640)*, Jaime Cortesão (introdução, notas e glossário), Rio de Janeiro, BN, 1951.
- Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, Jaime Cortesão (introdução, notas e glossário), Rio de Janeiro, BN, 1952.
- Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*, Jaime Cortesão (introdução e notas), Rio de Janeiro, BN, 1969.
- Jesuítas e Bandeirantes no Uruguay (1611-1758)*, Hélio Vianna (introdução, notas e sumário), Rio de Janeiro, BN, 1970.
- JESUS, José Luís, “Intervention in the Domestic Affairs on Humanitarian Grounds and International Law” in: GÖTZ, Volkmar; SELMER, Peter & WOLFRUM, Rudiger (Hrsg.), *Liber Amicorum Günther Jaenicke – Zum 85 Geburtstag*, Berlin, Springer, 1998, pp. 150-163.
- JIA, Bing Bing, “In Memory of Sir Ian Brownlie”, *CJIL*, v. 9, n. 1, 2010, pp. 267-269;
- JIVIDEN, David, “Rediscovering International Law Through Dialogue Rather than Diatribe: Reflections on an International Legal Conference in the Aftermath of Operation Iraqi Freedom”, *HJL&PP*, v. 27, n. 3, 2004, pp. 691-724.
- JOERGES, Christian & GALEIGH, Navraj Singh (eds.), *Darker Legacies of Law in Europe: The Shadow of National Socialism and Fascism over Europe and Its Legal Traditions*, Oxford, Hart, 2003.
- JOHN, Fleurs; JOYCE, Richard & PAHUJA, Shundya (eds.), *Events: The Force of International Law*, Abingdon, Routledge, 2011.
- JOHNSON, D., “The Effect of Resolutions of the General Assembly of the United Nations”, *BYIL*, v. 32, 1955-1956, pp. 97-122.
- JOHNSON, Douglas, *The Historical Foundations of World Order. The Tower and the Arena*, The Hague, MN, 2008.
- JOHNSON, Harold, *Self Determination Within the Community of Nations*, Leiden, Sijthoff, 1967.
- JOHNSON, H. B., “Portuguese Settlement, 1500-1580” in: BETHEL, Leslie (ed.), *Colonial Brazil*, Cambridge, UK, CUP, 1987, pp. 1-38-
- JOHNSTON, David, *Roman Law in Context*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- JONES, Bruce, “The Security Council and the Arab-Israeli Wars: ‘Responsibility without Power’” in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 298-323.
- JONES, Christopher, “Just Wars and Limited Wars: Restraints on the Use of Soviet Armed Forces”, *WPol*, v. 28, n. 1, 1975, pp. 44-68.
- JONES, J. R., *The Revolution of 1688 in England*, London, WaN, 1972.
- José Bonifácio, o Patriarca. Sua Vida e sua Obra*, Santos, s.n., 1968.
- JOSEPH, Rosara, *The War Prerogative. History, Reform, and Constitutional Designs*, Oxford, UK, OUP, 2013.
- JOSEPH, Sarah; SCHULTZ, Jenny & CASTAN, Melissa (comp.), *The International Covenant on Civil and Political Rights. Cases, Materials and Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2005.
- JOUANNET, Emmanuele, *Emer de Vattel et l’émergence doctrinale du droit international classique*, Paris, Pedone, 1998.
- _____. “Emer de Vattel (1714-1767)” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of*

- the *History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1118-1121.
- _____, *The Liberal-Welfarist Law of Nations. A History of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012.
- _____, & PETERS, Anne, "The *Journal of the History of International Law: A Forum for New Research*", *JHIL*, v. 16, n. 1, 2014, pp. 1-8.
- JOYNER, Christopher, "U.N. General Assembly Resolutions and International Law: Rethinking the Contemporary Dynamics of Norm-Creation", *CWILJ*, v. 11, 1981, pp. 445-478.
- _____, "Reflections on the Lawfulness of Invasion", (The United States Action in Grenada), *AJIL*, v. 78, n. 1, 1984, pp. 131-144.
- JUBILUT, Liliana Lyra, *Não Intervenção e Legitimidade Internacional*, São Paulo, Saraiva, 2010.
- JÚLIO CÉSAR, *A Guerra das Gálias*, Ângela Pires (trad.), Lisboa, Sílabo, 2004.
- JUNIUS BRUTUS [Phillipe du Plessis Mornay], *Vindiciae contra Tyrannos*, London, BaS, 1924.
- JUNQUEIRO, Maria Clara, "Afonso de Albuquerque à luz dos requisitos fundamentais da guerra justa" in: *Comunicação apresentada ao 2º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, IL-A, 1982, pp. 7-22.
- JUSTO, A. Santos, *Direito Privado Romano*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997-2002-2003, 3 v.
- _____, "A Declaração de Bolonha e a Reforma do Ensino do Direito", *BFDUC*, v. 79, 2003, pp. 615-626.
- _____, *Nótuas de História do Pensamento Jurídico (História do Direito)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.
- KABIA, John, *Humanitarian Intervention and Conflict Resolution in West Africa. From ECOMOG to ECOMIL*, Aldershot, Ashgate, 2009.
- KADARÉ, Ismail, *Três Cantos Fúnebres para o Kosovo*, Vera Lúcia dos Reis (trad.), Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.
- KÄLIN, Walter & KÜNZLI, Jörg, *The Law of International Human Rights Protection*, Oxford, OUP, 2009.
- KALSHOVEN, Frits & ZEGVELD, Liesbeth, *Constraints on the Waging of War. An Introduction to International Humanitarian Law*, 3. ed. Geneva, CICR, 2001.
- KAMARAZI, R.K. (ed.), *The Gulf Cooperation Council. Record and Analysis*, Charlottesville, VUP, 1988.
- KAMMERHOFER, Jörg, "Uncertainty in the Formal Sources of International Law: Customary International Law and some of Its Problems", *EJIL*, v. 15, n. 3, 2004, pp. 523-553.
- _____, "Hans Kelsen's Place in International Legal Theory" in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 143-167.
- KAMPFNER, John, *Blair's Wars*, London, S&S, 2003.
- KAMPMANN, Christoph, "Peace Impossible? The Holy Roman Empire and the European State System in the Seventeenth Century" in: ASBACH, Olaf & SCHRÖDER, Peter (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, Burlington, Ashgate, 2010, pp. 197-230.
- KANT, Immanuel, *Zum Ewigen Frieden*, in: *Werke*, Berlin, DG, 1968, Ak. VIII.
- _____, *A Religião nos Limites da Razão [Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft]*, Artur Morão (trad.), Lisboa, E70, 1992.
- _____, *Idéia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*, Artur Morão (trad.), s.l., LP, s.n..
- _____, "Metafísica dos Costumes Parte I. Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito" [*Die Metaphysik der Sitten. Erster Theil: Methaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*], Artur Morão (trad.), Lisboa, E70, 2004.
- KANTOROWICZ, Ernst, *The King Two Bodies. A Study in Mediaeval Political Theology*, Princeton, PUP, 1957.
- KAPLAN, Benjamin, *Divided by Faith. Religious Conflict and the Practice of Toleration in Early Modern Europe*, Cambridge, Mass, HUP, 2007.
- KARASH, Mary, "Catequese e cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1899" in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, CdL/SMC/FAPESP, 1992, pp. 397-412.
- _____, "Rethinking the Conquest of Goiás, 1775-1819", *TA*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 469-492.
- KARAWAN, Ibrahim, "The Muslim World: Uneasy Ambivalence" in: SCHNABEL, Albert & THAKUR, Ramesh (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, Tokyo, UNUP, 2000, pp. 215-222.
- KARPOV, Victor, "The Soviet Concept of Peaceful Coexistence and Its Implication for International Law" in: BAADE, Hans (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, Dobbs Ferry, Oceana, 1965, pp. 14-20.
- KARSH, Efraim, *The Arab-Israeli Conflict: The Palestine War 1948*, Oxford, Osprey, 2002.
- KARSTEN, Rafael, "Blood Revenge and War among the Jibaro Indians of Eastern Ecuador" in: BOHANNAN, Paul (ed.), *Law & Warfare. Studies in Anthropology of Conflict*, Austin, UTexP, 1967, pp. 303-325.
- KASAJA, Phillip Apuuli, "Intergovernmental Authority on Development's Conflict Early Warning and Response Mechanism", *ASR* v. 22, n. 2, 2013, pp. 11-25.
- KASER, Max, *Direito Privado Romano*, Samuel Rodrigues e Ferdinand Hämmerle (trad.), Lisboa, FCG, 1999.
- KAUFMANN, Erich, "Règles Générales du Droit de la Paix", *RCADI*, t. 54, v. 4, 1936, pp. 313-615.
- KAWASHIMA, Shin, "China" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 451-474.
- KAYSER, Hartmut-Emanuel, *Os direitos dos povos indígenas do Brasil. Desenvolvimentos históricos e estágio atual*, Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack (trad.), Porto Alegre, SAFE, 2010, pp. 95-171.
- KEAL, Paul, *European Conquest and the Rights of Indigenous Peoples*, Cambridge, UK, CUP, 2003.
- KEEGAN, John, *A History of Warfare*, New York, Vintage, 1994.
- _____, *Uma história da guerra*, Pedro Soares (trad.), São Paulo, CdL, 1995.
- KEEN, Maurice, *The Laws of War in the Late Middle Ages*, London/Toronto, Routledge & KP/TUP, 1965.
- KELLY, Christopher, *The Roman Empire. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2006.
- KELLY, Michael, "Article 9 Pacifism Clause and Japan's Place in the World", *WILJ*, v. 25, n. 3, 2007, pp. 491-506.

- KELMAN, Mark, *A Guide to Critical Legal Studies*, Harvard, HUP, 1987.
- KELSAY, John, "Sunni Islam and the Regulation of War" in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 115-144.
- KELSEN, Hans, "Theorie Générale du Droit International Public. Problème Choisis", *RCADI*, v. 42, 1932, pp. 1-203.
- _____, "Is the North Atlantic Treaty a Regional Organization?", *AJIL*, v. 45, n. 1, 1951, pp. 161-166.
- _____, *Teoria Pura do Direito [Reine Rechtslehre]*, João Baptista Machado (trad.), São Paulo, MF, 1998.
- KELTIE, J. Scott, *The Partition of Africa*, London, Stanford, 1893.
- KENEZ, Peter, *A History of the Soviet Union from the Beginning to the End*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2006.
- KENNAN, George, "The Two Planes of International Reality" in: *Realities of American Foreign Policy*, New York, Norton, 1954, pp. 3-30.
- _____, "The Non Soviet World" in: *Realities of American Foreign Policy*, New York, Norton, 1954, pp. 31-62.
- KENNEDY, Dane, "Imperial History and Post-Colonial Theory", *JICH*, v. 24, n. 3, 1996, pp. 345-363.
- KENNEDY, David, "Primitive Legal Scholarship", *HILJ*, v. 27, n. 1, 1989, pp. 1-98.
- _____, "International Law and the Nineteenth Century: History of an Illusion", *QLR*, v. 17, n. 1, 1997, pp. 99-136.
- _____, *Of War and Law*, Princeton, PUP, 2006.
- KENYON, J. P., *The Stuart Constitution. Documents and Commentary*, Cambridge, UK, CUP, 1986.
- KERN, Holger Lutz, "Strategies of Legal Change: Great Britain, International Law, and the Abolition of the Transatlantic Slave Trade", *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 233-258.
- KERR, Fergus, *Thomas Aquinas. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2009.
- KERSHAW, Ian, *The Nazi Dictatorship. Problems and Perspectives of Interpretation*, 3. ed., London, Arnold, 1993.
- KEYS, Mary, *Aquinas, Aristotle, and the Promise of the Common Good*, Cambridge, UK, CUP, 2006.
- KHADDURI, Majid, *War and Peace in the Law of Islam*, Baltimore, JHP, 1955.
- _____, "Translator's Introduction" in: SHAYBANY, *The Islamic Law of Nations [Shaybani Siyar]*, Majid Khadduri (trad.), Baltimore, JHUP, 1966.
- KHADIAGALA, Gilbert (ed.), *Security Dynamics in Africa's Great Lakes Region*, Boulder, LR, 2006.
- KHALDUN, Ibn, *The Muqaddimah. An Introduction to History*, Franz Rosenthal (ed.), Abridged Edition, Princeton, NJ, PUP, 2005.
- KHALIDI, Muhammad Ali (ed.), *Medieval Islamic Philosophical Writings*, Cambridge, UK, CUP, 2005.
- KHUN, Zai, "The ASEAN Power" in: HUISKEN, Ron (ed.), *The Architecture of Security in the Asia-Pacific*, Canberra, ANU E Press, 2009, pp. 21-31.
- KIELSTRA, Paul Michael, *The Politics of Slave Trade Suppression in Britain and France, 1814-48. Diplomacy, Morality and Economics*, Basingstoke, MM, 2000.
- KIM, Young Sok "Responsibility to Protect, Humanitarian Intervention, and North Korea", *JIBL*, v. 5, n. 1, 2006, pp. 74-94.
- KIMBLE, David, *A Political History of Ghana. The Rise of Gold Coast Nationalism 1850-1928*, Oxford, Clarendon, 1963.
- KIMIJIMA, Akihiko, "Global Constitucionalism and Japan's Constitutional Pacifism", *RARIS*, v. 23, n. 3, 2011, pp. 43-61.
- KINDIKI, Kithure, *Intervention to Protect Civilians in Darfur. Legal Dilemmas and Policy Imperatives*, Pretoria, ISS, 2007.
- KINGSBURY, Benedict, "Grotius, Law, and Moral Scepticism: Theory and Practice in the Thought of Hedley Bull" in: CLARK, Ian. & NEUMANN, Iver (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, pp. 42-70.
- _____, "Confronting Difference; The Puzzling Durability of Gentili's Combination of Pragmatic Pluralism and Normative Judgment", *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 713-723.
- _____, "Alberico Gentili e il Mondo Extraeuropeo: gli Infedeli, gli Indiani d'America e la sfida della differenza" in: AAVV, *Alberico Gentili e il Mondo Extraeuropeo. Atti del Convegno, Settima Giornata Gentiliana, 20 Settembre 1997*, Milano, Giuffrè, 2001, pp. 10-47.
- _____, "Legal Positivism as Normative Politics: International Society, Balance of Power, and Lassa Oppenheim's Positive International Law", *EJIL*, v. 13, n. 2, 2002, pp. 401-436.
- _____ & ROBERTS, Adam, "Introduction: Grotian Thought in International Relations" in: BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 1-64.
- _____ & STRAUMANN, Bernard (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010.
- _____, & _____, "Introduction: The Roman Foundations of the Law of the Law of Nations" in: id. (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010, pp. 1-18.
- KINTZINGER, Martin, "From the Late Middle Ages to the Peace of Westphalia" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 607-627.
- KIOKO, Ben, "The right of intervention under the African Union's Constitutive Act: From non-interference to non-intervention", *IRRC*, n. 85, n. 852, 2003, pp. 807-825.
- KIPP, Jacob, "Lenin and Clausewitz: The Militarization of Marxism, 1914-1921", *MilA*, v. 44, n. 4, 1985, pp. 184-191.
- KIRGIS JR. Frederic Kirgis Jr, "The Security Council First Fifty Year's", *AJIL*, v. 89, n. 3, 1995, pp. 503-539.
- KIRKBY, Diane & COLEBORNE, Catharine (eds.), *Law, History, Colonialism. The Reach of Empire*, Manchester, MUP, 2001.
- KISHLANSKY, Mark, *A Monarchy Transformed. Britain 1603-1714*, London, ALan/Penguin, 1996.
- KLABBERS, Jan, "Kadi Justice at the Security Council?", *IOLR*, v. 4, n. 1, 2007, pp. 1-12.
- _____, "Reluctant Grundnormen: Articles 31 (3) (C) and 42 of the Vienna Convention on the Law of Treaties and the Fragmentation of International Law" in: CRAVEN, Matthew; FITZMAURICE, Malgosia & VOGIATZI, Maria (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 143-161.

- KLABIN, Aracy Augusta Leme, *História Geral do Direito*, São Paulo, RT, 2004.
- KLARMAN, Michael, *From Jim Crow to Civil Rights. The Supreme Court and the Struggle for Racial Equality*, Oxford, OUP, 2004.
- _____, *Unfinished Business. Racial Equality in American History*, Oxford, OUP, 2007.
- KLEINGELD, Pauline, "Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth-Century Germany", *JHI*, v. 60, n. 3, 1995, pp. 505-524.
- _____, "Immanuel Kant (1724-1804)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1122-1126.
- KLENFELD, Joshua, "Skeptical Internationalism: a Study of Whether International Law is Law", *FLR*, v. 78, n. 5, 2010, pp. 2451-2530.
- KLINWORTH, Gary, *Vietnam's Intervention in Cambodia in International Law*, Canberra, AGPS, 1989.
- KLOTZ, Audie, *Norms in International Relations: The Struggle Against Apartheid*, Ithaca, Cornell UP, 1995.
- KNIESBACHER, Mitchell, "The Entebbe Operation: A Legal Analysis of Israel Rescue Operation", *JIL&E*, v. 12, 1978, pp. 57-82.
- KNOLL, Bernard, *The Legal Status of Territories Subject to Administration by International Organisations*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- KOCH, Hannsjoachin, *In the Name of the Volk. Political Justice in Hitler's Germany*, London, Tauris, 1989.
- KOH, Harold, "Why Nations Do Obey International Law?", *YLJ*, v. 106, n. 8, 1997, pp. 2599-2659.
- _____, "International Law as Part of Our Law", *AJIL*, v. 98, n. 1, 2004, pp. 43-57.
- _____, "Michael Reisman, Dean of the New Haven School of International Law", *YJIL*, v. 34, n. 4, 2009, pp. 501-504.
- _____, "Is There 'New' New Haven School of International Law?", *YJIL*, v. 32, n. 4, 2007, pp. 559-573.
- The Federalist Papers*, Charles Kesler (ed.), New York, Signet, 2003.
- KOHEN, Marcelo (ed.), *Secession. International Law Perspectives*, Cambridge, UK, CUP, 2006.
- KOKO, Sadiki, "Warning whom, for which response? Appraisal of the early warning and early response mechanism of the Economic Community of Central African States", *ASR*, v. 22, n. 2, 2013, pp. 54-67.
- KOKOTT, Juliane & SOBOTTA, Christoph, "The Kadi Case – Constitutional Core Values and International Law – Finding a Balance", *EJIL*, v. 23, n. 4, 2012, pp. 1015-1024.
- KOLB, Robert, *Ius in bello. Le droit international des conflits armés. Précis*, Bale-Geneve-Munich/Bruxelles, H&L/ Bruylant, 2003.
- _____, *Interprétation et création du Droit international Esquisse d'une herméneutique juridique moderne pour le droit international public moderne*, Bruxelles, Bruylant, 2006.
- _____, "The Protection of the Individual in Times of War and Peace" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 317-337.
- _____ & VITÉ, Sylvain, *Le droit de l'occupation militaire. Perspectives historiques et enjeux juridiques actuels*, Bruxelles, Bruylant, 2009.
- KOLSTO, Pal, "Territorialising Diasporas: the Case of Russians in the Former Soviet Republics", *Millennium*, v. 28, n. 23, 1999, pp. 607-631.
- KOMPARATO, Fábio Konder, *A Afirmação histórica dos direitos humanos*, São Paulo, Saraiva, 1999.
- KONAN, Raymond, "The Invasion of Czechoslovakia: Precedents in American Legal Diplomacy for Socialist States' Claim of Right", *CorJIL*, v. 2, 1969, pp. 43-166.
- KONNERT, Mark, *Early Modern Europe. The Age of Religious War, 1559-1715*, Petersborough, Ontario, BroadP, 2006.
- KONSTAN, David, "War and Reconciliation in Greek Literature" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 191-205.
- KONTOU, Nancy, *Termination and Revision of Treaties in the Light of Customary International Law*, Oxford, Clarendon, 1990.
- KOOIJMANS, Pieter H., "Protestantism and the Development of International Law", *RCADI*, t. 152, v. 4, 1976, pp. 79-118.
- _____, "The Legality of the Use of Force in the Recent Case Law of the International Court of Justice" in: YEE, Sienho & MORIN, Jacques-Yvan (eds.), *Multiculturalism and International Law*, The Hague, Brill, 2009, pp. 455-466.
- KOONTZ, Theodore, "Christian Nonviolence: An Interpretation" in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 169-196.
- KOOPMANS, Sven, *Diplomatic Dispute Settlement. The Use of Inter/State Conciliation*, The Hague, TMAP, 2008, pp. 19-37.
- KOPELMANAS, Lazare, "Custom as a Means of the Creation of International Law", *BYIL*, v. 18, 1937, pp. 127-151.
- KORFF, Barão, "Introduction a l'Histoire du Droit International Public", *RCADI*, t. 1, 1923, pp. 5-23.
- KORHONEN, Outi, "International Governance in Post-Conflict Situations", *LJIL*, v. 14, n. 3, 2001, pp. 495-529.
- KORKMAN, Petter, "Voluntarism and Moral Obligation: Barbeyrac Defence of Pufendorf Revisited" in: HOCHSTRASSER, T. J. & SCHRÖDER, P. (ed.), *Early Modern Natural Law Theories. Contexts and Strategies in the Early Enlightenment*, Dordrecht, KL, 2003, pp. 195-225.
- KORMAN, Sharon, *The Right of Conquest: the Acquisition of Territory by Force in International Law and Practice*, Oxford, OUP, 1996.
- KOSELECK, Reinhart, *Futuro Passado, Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Vilma Maas e Carlos Almeida (trad.), Rio de Janeiro, PUC-RIO, 2006.
- _____, "Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos", *EH*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.
- _____, *The Practice of Conceptual History. Timing History, Spacing Concepts*, Todd Presner (trad.), Stanford, SUP, 2002.
- KOSKENNIEMI, Martti, "Lauterpacht: the Vitorian Tradition in International Law", *EJIL*, v. 8, n. 2, 1997, p. 215-263.
- _____, "Letter to the Editors of the Symposium", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 351-361.

- _____, *The Gentle Civilizer of Nations. The Rise and Fall of International Law 1870-1960*, Cambridge, UK, CUP, 2001.
- _____, “‘The Lady Doth Protest to Much’. Kosovo, and the Turn to Ethics in International Law”, *Mod. LR*, v. 65, n. 2, 2002, pp. 159-175.
- _____, “Why History of International Law Today?”, *ZMPIER*, v. 4, 2004, pp. 61-66.
- _____, *From Apology to Utopia. The Structure of International Legal Argument*, Cambridge, UK, CUP, 2005.
- _____, “Miserable Comforters: International Relations as New Natural Law”, *EJIR*, v. 15, n. 3, 2009, pp. 395-422.
- _____, “The Politics of International Law – 20 Years Later”, *EJIL*, v. 20, n. 1, 2009, pp. 7-19.
- _____, “International Law and *Raison d’État*: Rethinking the Prehistory of International Law” in: KINGSBURY, Benedict & STRAUMANN, Bernard (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations: Alberico Gentili and the Justice of Empire*, Oxford, OUP, 2010, pp. 297-339.
- _____, “Colonization of the ‘Indies’. The Origin of International Law” in: CHOPO, Yolanda Chamarro (coord.), *La idea de América en el pensamiento ius internacionalista del Siglo XXI (Estudios a propósito de la conmemoración de los bicentenarios de las independencias de las repúblicas latinoamericanas)*, Zaragoza, IFEL, 2010, pp. 43-63.
- _____, “Empire and International Law: the Real Spanish Contribution”, *UTLR*, v. 61, n. 1, 2011, pp. 1-36.
- _____, “A History of International Law Histories” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 943-971.
- KOVACS, Péter, “Relativities in Unilateralism and Bilateralism of the International Law of Antiquity”, *JHIL*, v. 6, n. 2, 2004, pp. 174-180.
- KOZYR, Victoria, “Dual Citizenship Law of Ukraine in Historical and International Contexts”, *TL&CP*, v. 6, n. 3, 2007, pp. 1057-1088.
- KRAMER, Joel, *Maimonides. The Life and World of One of Civilization’s Greatest Minds*, New York, Doubleday, 2008.
- KRATOCHWIL, Friedrich, “Leaving Sovereignty Behind? An Inquiry into the Politics of Post-modernity” in: FALK, Richard; JUERGENSEMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 127-148.
- _____, *The Status of Law in World Society. Meditations on the Role and Rule of Law*, Cambridge, UK, CUP, 2014.
- KRESOCK, David, “Ethnic Cleansing in the Balkans: The Legal Foundations of Military Intervention”, *CorJIL*, v. 27, 1994, pp. 203-239.
- KRESS, Claus, “Time for Decision: Some Thoughts on the Immediate Future of the Crime of Aggression: A Reply to Andreas Paulus”, *EJIL*, v. 20, n. 4, 2009, pp. 1129-1146.
- _____, & VON HOLTZENDORFF, Leonie, “The Kampala Compromise on the Crime of Aggression”, *JICJ*, v. 8, n. 5, 2010, pp. 1179-1217.
- KRIEGER, Heike (ed.), *The Kosovo Conflict and International Law: An Analytical Documentation 1974-1999*, Cambridge, UK, CUP, 2001.
- _____, “Common European Defence: Competition or Compatibility with NATO?” in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (eds.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 174-197.
- KRIEGER, Leonard, *The Politics of Discretion. Pufendorf and the Acceptance of Natural Law*, Chicago, UChiP, 1965.
- KRIFT, Thomas, “Self-Defence and Self-Help: The Israeli Raid on Entebbe”, *BrookJIL*, v. 4, 1977, pp. 43-62.
- KRISCH, Nico, “Unilateral Enforcement of the Collective Will: Kosovo, Iraq, and the Security Council”, *MPYUNL*, v. 3, 1999, pp. 59-103.
- KRITSIOTIS, Dino, “Review Article: The Legal Travail of Kind-Hearted Gunmen”, *Mod.LR*, v. 62, n. 6, 1999, pp. 937-956.
- _____, “The Kosovo Crisis and NATO’s Application of Armed Forces Against the Federal Republic of Yugoslavia”, *ICLQ*, v. 49, n. 2, 2000, pp. 330-359.
- _____, “Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of the Congo v. Uganda*): Provisional Measures”, *ICLQ*, v. 50, n. 3, 2001, pp. 662-670.
- KROGER, John, “Philosophical Foundations of Roman Law: Aristotle, the Stoics, and Roman Theories of Natural Law” in: BROOKS, Richard (ed.), *Cicero and Modern Law*, Burlington, Ashgate, 2009, pp. 229-268.
- KRUGER, Pablo, *Historia, Fuentes y Literatura del Derecho Romano*, Madrid, LMod, s.d..
- KRÜGER, Peter, “From the Peace Treaties to the End of the Second World War” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 679-698.
- KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003.
- KUBICEK, Paul & PARKE, Dana, “European Union and Humanitarian Intervention. Bosnia, Darfur and Beyond”, *EUEAR*, 2011, pp. 60-70.
- KUETTNER, Stephan, “Graziano: l’uomo e l’opera” in: *Gratian and the Schools of Law, 1140-1234*, London, Variorum, 1983, pp. 17-29.
- KUFUOR, Kofi Oteng, “Starvation as a Means of Warfare in the Liberian Conflict”, *NILR*, v. 41, n. 3, 1994, pp. 313-331.
- KUHN, Maïke, “The System of EU Crisis Management – From Bringing Peace to Establishing Democracy”, *MPYUNL*, v. 13, 2009, pp. 247-266.
- KUMAR, Radha, “Sovereignty and Intervention: Opinions of South Asia”, *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 52-64.
- KUNADT, Nadja, “The Responsibility to Protect as a General Principle of International Law”, *AMDI*, v. 11, 2011, pp. 187-226.
- KUWALI, Dan, “The end of humanitarian intervention: Evaluation of the African Union’s right of intervention”, *AJCR*, v. 9, n. 1, 2009, pp. 41-61.
- KUZIO, Taras, “Ukrainian Nationalism”, *JAS*, v. 2, n. 4, 1994, pp. 79-95.
- _____, “Ukraine’s Orange Revolution: The Opposition’s Road to Success”, *JD*, v. 16, n. 2, 2005, pp. 117-130.
- _____, “From Kuchma to Yushchenko: Ukraine’s 2004 Presidential Elections and the Orange Revolution”, *PPC*, v. 52, n. 2, 2005, pp. 29-44.
- _____, “The Crimean Conundrum” in: REQUEJO, Ferran & NAGEL, Klaus-Jürgen (eds.), *Federalism beyond Federations. Assymetry and Processs of Resymetrisation in Europe*, Aldershot, Ashgate, 2011, pp. 177-202.
- _____, “Russianization of Ukrainian National Security Policy under Viktor Yanukovych”, *JSMS*, v. 25, n. 4, 2012, pp. 558-581.

- LABASTIDA, Horacio, *Constituciones Españolas*, México, FCE, 1994.
- LABERGE, Pierre, "Kant on Justice and the Law of Nations" in: MAPEL, David & NARDIN, Terry (eds.), *International Society: Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1999, pp. 82-102.
- LABISA, A. Santos, *Manual dos Organismos Internacionais*, Lisboa, BP, 1995.
- LABRIOLA, Giulia Maria, *Barbeyrac interprete di Pufendorf e Grozio: dalla costruzione della sovranità alla teoria della resistenza*, Napoli, Scientifica, 2003.
- LACCHÈ, Luigi, MARTUCCI, Roberto, SCUCCIMARA, Luca, "Per la storia costituzionale, dieci anni dopo", *GSC*, n. 19, 2010, pp. 5-14.
- LACHS, Manfred, *The Teacher in International Law*, The Hague, MN, 1982.
- La Constitución de Weimar (texto de la constitución alemana de 11 de Agosto de 1919)*, Madrid, Tecnos, 2010.
- LACOMBE, Margarida, "Rui Barbosa e a Constituição Republicana de 1911" in: MIRANDA, Jorge; PINHEIRO, Alexandre & LOMBA, Pedro (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, Lisboa, AR, 2011, pp. 425-479.
- LANCASTER, Robert, "Intervening Interests: Humanitarian and Pro-Democratic Intervention in the Asia-Pacific", *AILJ*, v. 16, n. 1, 2009, pp. 103-131.
- LAND, Kristi, "Legal Aspects of the Conflict in Georgia and Post-Conflict Developments", *EMRAY*, 2008-2009, pp. 49-56.
- LANDAU, Peter, "Gratian and the *Decretum Gratiani*" in: *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, Washington, D.C., CUAP, pp. 22-54.
- LANE, Kris, "Punishing the Sea Wolf: Corsairs and Cannibals in Early Modern Caribbean", *NWIG*, v. 77, n. 3-4, 2002, pp. 201-220.
- LANG, Anthony (ed.), *Just Intervention*, Washington, GUP, 2003.
- LANGENKAMP, Dobbie & ZEDALIS, Rex, "What Happens to the Iraqi Oil? Thoughts on Some Significant Unexamined International Legal Questions Regarding Occupation of Oil Fields", *EJIL*, v. 14, n. 3, 2003, pp. 417-435.
- LANGFUR, Hal, "Uncertain Refugee: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil", *HAHR*, v. 82, n. 2, 2002, pp. 215-256.
- _____, "The Return of the *Bandeira*: Economic Calamity, Historical Memory, and Armed Expeditions to the Sertão in Minas Gerais, Brazil, 1750-1808", *TA*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 429-461.
- LANNI, Adriaan, "The Laws of War in Ancient Greece", *HLSPRL*, n. 7-24, s.d..
- LANTZ, Göran, "Krig som bestraffning" [resumo em alemão] in: AAVV, *Samuel von Pufendorf, 1662-1982. Ett rätthistoriskt symposium i Lund – 15-16 januari 1982*, Stockholm, NB, 1986, pp. 137-141.
- LARA, Sílvia Hunold, *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, São Paulo, CdL, 2007.
- LARDONE, Francesco, "Roman Law in the Works of St. Augustine", *GeorgLJ*, v. 21, 1932-1933, pp. 435-456.
- LAS CASAS, Bartolomé, de *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, 3. ed., Madrid, Tecnos, 2008.
- _____, *Brevísima Relación de la Destrucción de África. Prelúdio de la destrucción de Índias*, Salamanca, ESE, 1989.
- _____, *Apología o Declaración de y Defensa Universal de los Derechos del Hombre y de los Pueblos*, ed. bilingüe latim-castelhano, Vidal Abril Castelló (ed.), Salamanca, JCL, 2000.
- Las Constituciones de México 1814-1991*, México, CdDip, 1991.
- Las Constituciones Españolas en el Siglo XIX*, Madrid, LV, 1869.
- Las Siete Partidas del Sábio Rey D. Alonso*, Ignácio Velasco Perez (org.), Valladolid, Maxtor, 2010.
- LASLETT, Peter, "Introduction" in: LOCKE, John, *Two Treatises of Government*, Peter Laslett (ed.), Cambridge, CUP, 1988, pp. 3-126.
- LASSUDRIE-DUCHÊNE, Georges, *Jean-Jacques Rousseau et le Droit des Gens*, Paris, HJ, 1906.
- LASWELL, Harold & MCDUGAL, Myres, "Jurisprudence in Policy Oriented Perspective", *UFLR*, v. 19, 1967, pp. 486-518.
- LAUREANO, Abel, *Regime Jurídico Fundamental da União Europeia Anotado (Tratado Institutivo da Comunidade Europeia Anotado e Tratado da União Europeia)*, Lisboa, QJ, 1997.
- LAUTERPACHT, Elihu, *The Life of Hersch Lauterpacht*, Cambridge, UK, CUP, 2010.
- LAUTERPACHT, Hersch, *Private Law Analogies in International Law with Special Reference to International Arbitration*, LLD Thesis, London, LSE, 1926.
- LAUTERPACHT, Hersch, "Spinoza and International Law", *BYIL*, v. 8, 1927, pp. 89-107.
- _____, "Règles Générales du Droit International de la Paix", *RCADI*, t. 62, v. 4, 1937, p. 237-240.
- _____, *The Development of International Law by the International Court*, London, Grotius, 1982.
- LAVERS, Troy, "The New Crime of Aggression: a Triumph for Powerfull States", *JCSL*, v. 18, n. 3, 2013, pp. 1-24.
- LAWRENCE, Bruce, "Introduction to the 2005 Edition" in: KHALDUN, Ibn, *The Muqaddimah. An Introduction to History*, Franz Rosenthal (ed.), Abridged Edition, Princeton, NJ, PUP, 2005, pp. vii-xxv.
- LAWRENCE, T. J., *The Principles of International Law*, 4.ed., Boston, Heath, 1910.
- LAZARINI, Álvaro, "A defesa do Estado e das instituições democráticas na Constituição de 1988" in: MARTINS, Ives Gandra & REZEK, Francisco (orgs.), *Constituição Federal – Avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro*, São Paulo, RT, 2008, pp. 523-540.
- LAZENBY, John, "Rome and Carthage" in: FLOWER, Harriet I. (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, New York, CUP, 2004, pp. 225-241.
- LEAL, António da Silva, "As Fontes do Direito e as Fontes da História" in: LEAL, Maria José da Silva & PEREIRA, Miriam Halpern (coords.), *Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 187-197.
- LEAL, Aureliano, *História Constitucional do Brasil*, Rio de Janeiro, IN, 1915.
- LEAMAN, Oliver, *An Introduction to Classical Islamic Philosophy*, Cambridge, UK, CUP, 2001.

- LEANDRO, Garcia, “Intervenções militares: necessidade política, de segurança e humanitária”, *DeJ*, v. XV, t. 1, 2001, pp. 257-265.
- LE BOUTHILIER, Yves, “Article 32 – Convention de 1969/1986” in: CORTEN, Olivier & KLEIN, Pierre (dir.), *Les Conventions de Vienne sur le Droit des Traités. Commentaire article par article*, Bruxelles, Bruylant, 2006, v. II, pp. 1339-1371.
- LECCE, Major D.J., “International Law Regarding Pro-Democratic Intervention: A Study of the Dominican Republic and Haiti”, *NLR*, v. 45, 1998, pp. 247-262.
- LECLERC-GAGNÉ, Elise & BYERS, Michael, “A question of intent: the crime of aggression and unilateral humanitarian intervention”, *CWRJL*, v. 41, n. 2-3, 2009, pp. 379-390.
- LEE, Thomas, “Thee Augustinian Just War Tradition and the Problem of Pretext in Humanitarian Intervention”, *FILJ*, v. 28, n. 3, 2005, pp. 501-507.
- LE FUR, Louis, “Cronique des faits internationaux: Espagne et États-Unies”, *RGDIP*, v. 5, 1898, pp. 625-678.
- _____, “Intervention pour Cause d’Humanité”, in: *Vitoria et Suarez. Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, Paris, Pedone, 1939, pp. 231-248.
- LEGAZ Y LECAMBRA, Luís, “La Fundamentación del Derecho de Gentes Suárez”, *REDI*, v. 1, n. 1, 1948, pp. 11-44.
- Legislação Indigenista no Século XIX*, Manuela Carneiro da Cunha (orga.), São Paulo, EDUSP/FPISP, 1992.
- LEGNANO, Giovanni da, *Tractatus De Bello, De Represaliis et De Duello*, ed. bilingue, Thomas Erskine Holland (ed.), Oxford, OUP, 1917.
- LEGOHÉREL, Henri, *Histoire du Droit International Public*, Paris, PUF, 1996.
- _____, “Jean Bodin et l’Europe de son Temps”, *JHIL*, v. 1, n. 1, 1999, pp. 38-47.
- LEICH, Marian Nash, “Contemporary Practice of the United States Relating to International Law”, *AJIL*, v. 84, n. 2, 1990, pp. 546-547.
- LEIFER, Michael, “Vietnam’s Intervention in Kampuchea: The Rights of State v. the Rights of People” in: FORBES, Ian & HOFFMAN, Mark (eds.), *Political Theory, International Relations, and the Ethics of Intervention*, Basingstoke, StMP, 1993, pp. 145-156.
- LEIGH, Monroe, “Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua (Nicaragua v. the United States) ICJ Rep. 14”, *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 81, n. 1, 1987, pp. 206-211.
- ‘Leis de Eshnunna’ in: BOUZON, Emanuel (trad., org. e anot.), *Uma Coleção de Direito Babilônico Pré-Hammurábiano: Leis do Reino de Eshnunna. Introdução, texto cuneiforme em transcrição, tradução do original cuneiforme e comentários*, Petrópolis, Vozes, 2001, pp. 115-116.
- LEITÃO, Alexandra, “A Defesa Nacional no âmbito da política externa portuguesa” in: MIRANDA, Jorge & MORAIS, Carlos Blanco de (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos, IDN, 2000, pp. 356-357.
- LEITÃO, António de Sousa, Entrada ‘Forças Armadas’ in: *DJAP*, s.l., s.n., 1991, v. IV, pp. 377-387.
- _____, ‘Defesa Nacional’ in: *DJAP*, s.l., s.n., 1998, 1º Suplemento, pp. 89-102.
- LEITE, Beatriz Cerqueira, *O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889)*, Brasília, SF, 1978.
- LEITE, George Salomão, “Guerra” in: DIMOULIS, Dimitri (coord.), *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2012, pp. 185-186.
- LEITE, Iara Costa, “Argumentos para uma Dissociação da Filosofia Política de Hobbes da Tradição Realista”, *Contexto Internacional*, v. 27, n. 1, 2005, pp. 7-50.
- LEITE, Serafim (S.J.), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro/Lisboa, INL/Portugália, 1945.
- _____, “Introdução Geral” in: *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Serafim Leite (introdução e notas históricas e críticas), Coimbra, Universidade, 1955, pp. 8-117.
- _____, *Breve Itinerário para uma Biografia do P. Manuel da Nóbrega*, Lisboa/Rio de Janeiro, Brotéria/LdP, 1955.
- _____, “Nóbrega o ‘doutíssimo’ ou a entrada da literatura jurídica no Brasil” in: *Novas páginas de História do Brasil*, Lisboa, APH, 1962, pp. 215-223.
- _____, “Prefácio à ‘Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos’ (Livro Brasileiro de 1700)” in: BENCI, Jorge (S.J.), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* [1700], São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 359-368.
- LEIVA, Cláudio, “Situação de conflito e condição de obrigação em Hobbes”, *Dissertatio*, n. 9, 2000, pp. 19-35.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*, Afonso E. Taunay (int. e notas), Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.
- LEMARCHAND, René, *Burundi. Ethnic Conflict and Genocide*, New York, WWP, 1994.
- LEMKIN, Raphael, *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation – Analysis of Government – Proposals for Redress*, Washington, D.C., CEIP, 1944.
- LE MON, Christopher, “Unilateral Intervention by Invitation in Civil Wars: The Effective Control Test Tested”, *NYJIL&P*, v. 35, n. 3, 2003, pp. 741-793.
- LEMOS, Alberto de, *História de Angola I (1482-1624)*, Lisboa, OG, 1932.
- LENIN, Vladimir, ‘The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination. Theses’ [1916] in: *Lenin. Collected Works*, Moscow, PrP, 1964, v. 22, pp. 143-156.
- LEONARD, A. J., *Investigación Científica y Derecho Internacional*, Madrid, CSIC, 1981.
- LEPARD, Brian, “Jurying Humanitarian Intervention and the Ethical Principle of Open-Minded Consultation” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 217-243.
- LEPETIT, Jean-Paul, “La constitution suédoise de 1720: Première constitution écrite de la liberté en Europe continentale”, *JusP*, n. 9, 2013.
- LEPOLDI, José Sálvio, “Aspectos Antropológicos da Filosofia de Hobbes”, *Alceu*, v. 1, n. 2, 2001, pp. 108-128.
- LERNER, Ralph, “Moses Maimonides” in: STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChP, 1987, pp. 228-247.
- LERNER, Warren, “The Historical Origin of the Soviet Doctrine of Peaceful Coexistence” in: BAADE, Hans (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, Dobbs Ferry, Oceana, 1965, pp. 21-26.

LÉRY, Jean de, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil - 1578*, 2. ed., Frank Lestringnat (org.), Paris, LGF, 2008.

LESAFFER, Randall, "The Westphalian Peace Treaties and the Development of Great European Peace Settlements prior to 1648", *Grotiana*, v. 18, 1997, pp. 71-95.

_____, "The International Dimension of the Westphalian Peace Treaties: a Juridical Approach" in: VILLAVÉRDE, F. (ed.), *350 años de la Paz de Westfalia: Del antagonismo a la integración en Europa*, Madrid, BN/ FCA, 1999, pp. 291-310.

_____, "La paix des Vervins (1598): souveraineté, territorialité, et développement du droit public européen" in: CAUCHIES, J.-M. & DAUCHY, S. (eds.), *Personnalité, territorialité et droit: actes des journées internationales de la Société d'Histoire du Droit tenues à Bruxelles du 28 au 31 mai 1998*, Bruxelles, FUSL, 1999, pp. 131-152.

_____, "The Medieval Canon Law of Contract and Early Modern Treaty Law", *JHIL*, v. 2, n. 2, 2000, pp. 178-198.

_____, "Charles V, *Monarchia Universalis*, and the Law of Nations (1515-1530)", *LHR*, v. 71, n.1-2, 2003, pp. 71-123.

_____, (ed.), *Peace Treaties and International Law in European History. From the Late Middle Ages to World War One*, Cambridge, UK, CUP, 2004.

_____, "Argument from Roman Law in Current International Law: Occupation and Acquisitive Prescription", *EJIL*, v. 16, n. 1, 2005, pp. 25-58.

_____, "Paix et guerre dans les traités du dix-huitième siècle", *JHIL*, v. 7, n. 1, 2005, pp. 25-41.

_____, "International Law and Its History: The Story of an Unrequited Love" in: CRAVEN, Matthew; FITZMAURICE, Malgosia & VOGIATZI, Maria (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 27-41.

_____, "Law and History. Law between Past and Present" in: VAN KLINK, Bart van & TAEKEMA, Sanne (eds.), *Law and Method. Interdisciplinary Research in Law*, Tübingen, MohrS, 2011, pp. 133-152.

_____, "The Classical Law of Nations (1500-1800)" in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 408-440.

Les constitutions de la France de la Révolution à la IV^e République, Ferdinand Mélin-Soucramanien (org.), Paris, Dalloz, 2009.

Les Constitutions Modernes. Recueil des Constitutions en vigueur dans les divers États d'Europe, d'Amérique et du monde civilisé, 3. ed., F. Dareste & P. Dareste (org.), Paris, Challamel, 1910, t. I.

Les Fondateurs du Droit International. F. de Vitoria – A. Gentilis – F. Suarez – Grotius – Zouch – Pufendorf – Bynkershoek – Wolf – Wattel – de Martens. Leurs Oeuvres – Leurs Doctrines, Paris, VG&EE, 1904.

LESSA, Carlos, "Guiné. Das Feitorias Isoladas ao 'Enclave' Unificado" in: BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, CdLei, 2004, pp. 257-270.

_____, "Angola. Do Feudalismo Luso-Africano à Ocupação" in: BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, CdLei, 2004, pp. 271-286.

_____, "Moçambique: Ocupação Efectiva e Peculiar" in: BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, CdLei, 2004, v. III, pp. 287-306.

_____, "Timor. Do Domínio Liuriai à Pacificação Portuguesa" in: BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, CdLei, 2004, pp. 323-333.

LESTRINGANT, Frank, "A outra conquista: os huguenotes no Brasil" in: NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 419-439.

LEV, Amnon, "The Transformation of International Law in the 19th Century" in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 111-142.

LEVINSON, Bernard, *Law Revision and Religious Renewal in Ancient Israel*, Cambridge, UK, CUP, 2008.

LEVITIN, Michael, "The Law of Force and the Force of Law: Grenada, The Falkland, and Humanitarian Intervention", *HILJ*, v. 27, n. 2, 1986, pp. 621-657.

LEVITT, Jeremy, "Humanitarian Intervention by Regional Actors in Internal Conflicts: The Cases of ECOWAS in Liberia and Sierra Leone", *TI&CLJ*, v. 12, n. 2 1998, pp. 333-375.

_____, "Conflict Prevention, Management and Resolution: Africa-Regional Strategies for the Prevention of Displacement and Protection of Displaced Persons: the Cases of the OAU, ECOWAS, SADC, and IDAG", *DJC&IL*, v. 11, n. 1, 2001, pp. 39-79.

_____, "The Evolving Regime of Intervention in África: From Basket Case to Market Place?", *ASIL Proceedings*, v. 96, 2002, pp. 136-143.

_____, "The Peace and Security Council of the African Union: The Known Unknowns", *TL&CP*, v. 13, n. 1, 2003, pp. 109-138.

LEWCOVICZ, Nicolás, "The Spanish School as a Forerunner to English School of International Relations", *EHH*, n. 6, 2007, pp. 85-96.

LEWIS, Andrews & LOBBAN, Michael (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004.

LIEVEN, Anatol, "Russia and the US in the Southern Caucasus: Lessons to be Learned" in: KUCHINS, Andrew & TRENIN, Dmitri (eds.), *Russia: The Next Ten Years. A Collection of Essays to Mark Ten Years of the Carnegie Moscow Center*, Moscow, CMCent, 2004, pp. 125-130.

LILICH, Richard, "Forcible Self-Help by States to Protect Human Rights", *ILR*, v. 53, 1967, pp. 325-351.

_____, "Forcible Protection of Nationals Abroad: The Liberian 'Incident' of 1990", *GYIL*, v. 25, 1993, pp. 205-223.

_____, "Kant and the Current Debate on Humanitarian Intervention", *TL&CP*, v. 6, 1997, pp. 402-403.

_____, HANNUM, Hurst; ANAYA, S. James & SHELTON, Dinah, *International Human Rights. Problems of Law, Policy and Practice*, 4. ed., New York, Aspen, 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza, *Um grande cerco da paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Bernardo Pires, *Blair, a Moral e o Poder*, Lisboa, GeP, 2008.

LIMA, Lobo d'Ávila, *Da Sociedade das Nações*, Lisboa, JRod, 1927.

LIMA, Oliveira, D. *João VI no Brasil, 1808-1821*, 2. ed., São Paulo, JO, 1945 [orig. 1907], 3 v.;

LIMA, Rosah Russomano de Mendonça, *O poder legislativo da República*, Rio de Janeiro, FB, 1960.

- LINGELBACH, W.E., "The Doctrine and Practice of Intervention in Europe", *AAAPSS*, v. 16, n. 1, 1900, pp. 1-32.
- LIPPMAN, Mathew, "Vietnam: A Twenty Year Perspective", *DJIL*, v. 11, n. 2, 1993, pp. 325-421.
- LIPSON, Leon, "Peaceful Coexistence" in: BAADE, Hans (ed.), *The Soviet Impact on International Law*, Dobbs Ferry, Oceana, 1965, pp. 21-26.
- LIRA, Bernardino Bravo, "El derecho comum en Ultramar. Autores y obras jurídicas de la época del Barroco en Hispanoamerica", *IC*, v. 15, 1998, pp. 1-42.
- LISBOA, João Francisco, *Vida do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro, Jackson, 1960.
- LISBOA, José da Silva, *Memoria dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, 2. ed., Rio de Janeiro, AN, 1940 [orig. 1818].
- LISTON, Jolie & TUGGLE, H. David, "Prehistoric Warfare in Palau" in: ARKUSH, Elizabeth N. & ALLEN, Mark (eds.), *The Archaeology of Warfare: Prehistories of Raiding and Conquest*, Gainesville, UFloP, 2006, pp. 148-183.
- LI-SUN, Zhu, "Traditional Asian Approaches – The Chinese View", *AYIL*, v. 9, 1985, pp. 143-150.
- LITRENTOS, Oliveira, "Os Lusíadas e o Direito Internacional" in: *Estudos de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, ER, 1976, pp. 53-70.
- _____, "Da Legítima Defesa Pan-Americana" in: *Estudos de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, ER, 1976, pp. 71-139.
- LIU, Lydia, "Henry Wheaton (1785-1848)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1132-1136.
- LLEWELLYN, Karl, "A Realistic Jurisprudence – The Next Step" in: PATTERSON, Dennis (ed.), *Philosophy of Law and Legal Theory: An Anthology*, London, Blackwell, 2003, pp. 22-46.
- LOBATO, Alexandre, *Colonização Senhorial do Zambeze e outros Estudos*, Lisboa, JIU, 1962.
- LOBATO, Manuel Leão Marques, "O poder naval ibérico na Ásia: da rivalidade à cooperação entre portugueses e espanhóis nas ilhas Molucas", *XI Simpósio de História Marítima 'O Poder do Estado no Mar e a História'*, Academia da Marinha, 25-26 de novembro de 2009 (em linha em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/atividade/areacultural>, acesso a 23 de agosto de 2012).
- LOBBAN, Michael, "Introduction: The Tools and the Tasks of the Legal Historian" in: LEWIS, Andrew & LOBBAN, Michael (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004, pp. 1-32.
- _____, "English Approaches to International Law in the Nineteenth Century" in: CRAVEN, Matthew; FITZMAURICE, Malgosia & VOGIATZI, Maria (eds.), *Time, History, and International Law*, Leiden, MN, 2007, pp. 65-90.
- LOBEL, Jules, "Benign Hegemony? Kosovo and Article 2(4) of the Charter", *ChicJIL*, v. 1, 2000, pp. 1-36.
- _____ & RATNER, Michael, "Bypassing the Security Council: Ambiguous Authorisations to Use Force, Cease-Fires and the Iraqi Inspections Regime", *AJIL*, v. 93, n. 1, 1999, pp. 124-154.
- LOBO, António da Rosa Gama, *Princípios de Direito Internacional*, Lisboa, IN, 1865.
- LOCKE, John, *The Second Treatise of Government: An Essay Concerning the True Original, Extent, and End of Civil Government*, in: id., *Two Treatises of Government*, Peter Laslett (ed.), Cambridge, UK, CUP, 1988.
- _____, "Blodeian MS Locke e. 18", *HJ*, v. 28, n. 2, 1985, pp. 395-398.
- _____, 'On Allegiance and the Revolution (1690)' in: GOLDIE, Mark (ed.), *Locke: Political Essays*, Cambridge, UK, CUP, 1997, pp. 306-313.
- LODOLINI, Armando, *Fine della Repubblica Fiorentina*, Bologna, Cappelli, 1948.
- LOMAS, Kathryn Lomas, "Italy during the Roman Republic, 338 – 31 B.C." in: FLOWER, Harriet I. (ed.), *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, New York, CUP, 2004, pp. 199-224.
- LONDONO, Fernando Torres, "Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no Século XVI", *RBH*, v. 22, n. 43, 2002, pp. 11-32.
- LONDSDALE, John, "The European Scramble and Conquest in African History" in: OLIVER, Roland & SANDERSON, G.N. (eds.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1985, pp. 680-766.
- LONG, A., *Hellenistic Philosophy. Stoics, Epicureans, Sceptics*, 2. ed., Berkeley, UCalP, 1986).
- LONGHURST, Kerry, *Germany and the Use of Force*, Manchester, MUP, 2004.
- LOPES, Edmundo Correia, *O P.º Manuel da Nóbrega e a formação do Brasil*, Lisboa, AGU, 1949.
- LOPES, José Alberto de Azeredo (org.), *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*, Porto, UCP, 1999.
- _____, "Nota mais ou menos pessimista sobre o direito de intervenção humanitária", *BOA*, n. 8, 2000, pp. 19-22.
- _____, *Entre Solidão e Intervencionismo. Direito de Autodeterminação dos Povos e Reações de Estados Terceiros*, Porto, PUC, 2003.
- _____, "Posfácio" in: *Entre solidão e intervencionismo: Direito à autodeterminação dos povos e reações de Estados terceiros*. Porto, PUC, 2003, pp. 1051-1070.
- LOPES, J.J. Almeida, *Tratados Europeus Explicados*, 2. ed., Lisboa, Vislis, 2002.
- LOPES, José Reinaldo de Lima, *O Direito na História. Linhas Introdutórias*, 3. ed., São Paulo, Atlas, 2011.
- _____; QUEIROZ, Rafael Rabelo & ACCA, Thiago dos Santos (orgs.), *Curso de História do Direito*, São Paulo, Método, 2006.
- LOPES, Marília dos Santos, "De como os selvagens se tornaram cada vez mais selvagens. Olhares sobre a África na Europa Moderna (1507-1795)" in: MENESES, Avelino de Freitas & COSTA, João Paulo Oliveira e (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/UA, 2007, pp. 949-961.
- LOPES, Nuno Bessa, *A Constituição e o Direito Internacional*, Porto, CODECO, 1979.
- LÓPEZ, Federico Fernández-Creuhet & HESPANHA, António Manuel (hrsg.), *Franquismus und Salazarismus: legitimization durch Diktatur*, Frankfurt am Main, VK, 2008..
- LORCA, Arnulf Becker, "International Law in Latin America or Latin American International Law? Rise, Fall, and Retrieval of a Tradition of Legal Thinking and Political Imagination", *HILJ*, v. 47, n. 1, 2006, pp. 283-305.

- _____, “Eurocentrism in the History of International Law” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1034-1057.
- LORIMER, James, *The Institutions of the Law of Nations*, Edinburgh, WBS, 1884, pp. 50-53.
- LOSADA, Angel, “Juan Ginés de Sepúlveda y su ‘democrates alter’” in: SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Democrates alter o de la justas causas de las guerras contra los indios*, 2. ed., bilingue, Madrid, CSIC/IFV, 1984, pp. ix-xxxii.
- LOUREIRO, José Pinto (dir.), *Jurisconsultos Portugueses do Século XIX*, Lisboa, CGOA, 1947-1960.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “O descobrimentos da civilização indiana nas cartas dos jesuítas (século XVI)” in: *Encontro sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, FO/LH, 2000, pp. 107-125.
- LOWE, Vaughan, “International Legal Issues Arising in the Kosovo Crisis”, *ICLQ*, v. 49, n. 4, 2000, pp. 935-943.
- LOWENTHAL, David, “Montesquieu” in: STRAUSS, Leo & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChP, 1987, pp. 513-534.
- LOWER, Wendy, “Anti-Jewish Violence in Western Ukraine, Summer 1941: Varied Histories and Explanations” in: BECHTEL, Delphine (ed.), *The Holocaust in Ukraine: New Sources and Perspectives. Conference Presentations*, Washington, CAHS, 2013, pp. 143-173.
- LU, Catherine, “Whose Principles? Whose Institutions? Legitimacy Challenges for ‘Humanitarian Intervention’” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 188-216.
- LUBAN, David, “Just War and Human Rights”, *P&PA*, v. 9, n. 2, 1980, pp. 160-181.
- LUCK, Edward, “The Responsibility to Protect: the First Decade”, *GRIP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 387-399.
- LUIS, José González, “Fuentes e influencias en la poesía de José Anchieta”, *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. II, pp. 971-997.
- LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I: um herói sem nenhum carácter*, São Paulo, CdL, 2006.
- LUZ, Guilherme Amaral, *Carne Humana. A retórica do canibalismo na América Portuguesa*, Tese de Doutoramento, Campinas, DH-IFCH-UNICAMP, 2003.
- _____, “Os passos da propagação da fé: o lugar da experiência em escritos jesuítas sobre a América quinhentista”, *Topoi*, n. 6, v. 4, 2003, pp. 106-127.
- LUZ, Nelson Ferreira da, *Introdução ao Direito Internacional Público*, São Paulo, Saraiva, 1963.
- LUZIO, Juan Durán, *Bartolomé de las Casas ante la Conquista de América. Las voces del historiador*, Heredia, Costa Rica, EUNA, 1992.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana, *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro, SL, 1994.
- LYI, John-Mark, “The Legal Framework for Subregional Humanitarian Intervention in Africa: A Comparative Analysis of ECOWAS and SADC”, *SADCLJ*, v. 2, n. 2, 2012, pp. 293-298.
- MACAULAY, Christine & KARBO, Tony, “Up to the Task? Assessing the ability of the Economic Community of Central African States (ECCAS) to protect human security in Central Africa” in: AYANGAFAC, Chrysantus (ed.), *Political Economy of Regionalisation in Central Africa*, Pretoria, ISS, 2008, pp. 151-164.
- MACCORMICK, Neil, *Institutions of Law. An Essay in Legal Theory*, Oxford, OUP, 2008.
- MACDOWELL, Douglas, *The Law in Classical Athens*, Ithaca, NY, Cornell UP, 1978.
- MACEDO, Helder Medeiros de, “Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte”, *RBH*, v. 28, n. 56, 2008, pp. 449-462.
- MACEDO, Paulo Emílio Borges de, *Hugo Grócio: o Jurista da Guerra e da Paz*, Rio de Janeiro, LJ, 2006.
- _____, “Análise da Legalidade da Intervenção do Iraque”, *REGN*, n. 13, 2007, pp. 6-31.
- _____, “Artigo 2 §§ 1 a 4)” in: BRANT, Leonardo Nemer (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, Belo Horizonte, CEDIN, 2008, pp. 55-95.
- _____, “O Mito de Francisco Vitória: Defensor dos Índios ou Patriota Espanhol?” in: ANNONI, Danielle (org.), *Direito Internacional dos Direitos Humanos. Homenagem à Convenção Americana de Direitos Humanos*, São Paulo, Conceito, 2012, pp. 99-120.
- MACFARLANE, S. Neil & SCHNABELL, Albrecht, “Russia’s Approaches to Peacekeeping”, *IJ*, v. 50, n. 2, 1995, pp. 294-324.
- MACHADO, António de Alcântara, “Posfácio: vida do Padre Anchieta” in: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 543-562.
- MACHADO, Jónatas, *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva. Dos Direitos da Verdade aos Direitos do Cidadão*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.
- _____, *Direito Internacional. Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
- _____, *Direito Internacional. Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- _____, *Direito Internacional. Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 3. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
- _____, *Direito Internacional. Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- _____, *Direito da União Europeia*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
- _____, *Direito da União Europeia*, 2. ed., *Direito da União Europeia*, 2014.
- MACHIAVELLI, Niccoló, “Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio” in: *Opere Complete*, 8. ed., Milano, UM, 1983.
- _____, *O Príncipe*, Maria Júlia Goldwasser (trad.), São Paulo, MF, 1998.
- MACKEY, Sandra, *Lebanon. A House Divided*, New York, Norton, 1989.
- MACPHERSON, Crawford B., “Introduction” in: HOBBS, Thomas, *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Commonwealth, Ecclesiasticall and Civil*, C.B. MacPherson (ed.), London, Penguin, 1985, pp. 9-63.
- MAESTRI, Mário, “A intervenção do Império do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: a missão Saraiva”, *RHM*, a. 4, n. 13, 2014, pp. 1-21.

- MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 4. ed., São Paulo, CEN, 1978.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Apropriação do Espaço: o reconhecimento do Brasil” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 192-216.
- _____, “Os metais preciosos” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. I, pp. 292-294.
- _____, “As incursões no espaço africano” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. II, pp. 65-81.
- _____, “As Cortes” in: MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, EE, 1997, v. III, pp. 71-74.
- _____, “O domínio territorial: os limites da expansão asiática” in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: a Formação do Império*, s.l., TeD, 1998, v. II, pp. 8-27.
- _____, *Vem aí a República!: 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009.
- MAGALHÃES, José, “Defesa Nacional” in: *Dicionário da Revisão Constitucional*, Mem Martins, E-A, 1989, p. 43.
- MAGALHÃES, Leandro, “A influência de Vitória na Acção Evangelizadora na América Portuguesa”, texto apresentado no *III Congresso Internacional de História*, Maringá, UEM, Paraná, Brasil, 9- 11 Setembro 1999, Mimeo.
- MAGALLONA, Merlin, “The Concept of *jus cogens* in the Vienna Convention on the Law of the Treaties” in: DAVIDSON, Scott (ed.), *The Law of Treaties*, Dartmouth, Ashgate, 2004, pp. 495-516.
- MAGDALINO, Paul, “The Medieval Empire (780-1204)” in: MANGO, Cyril (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 169-208.
- MAGNETTI, Donald, “The Function of the Oath in the Ancient Near Eastern International Treaty”, *AJIL*, v. 82, n. 4, 1978, pp. 815-829.
- MAGNÚSSON, Sigurður Gylfi & SZIJÁRTO, István M., *What is Microhistory? Theory and Practice*, London, Routledge, 2013.
- MAHDI, Mushin, *Al-Farabi and the Foundation of Islamic Political Philosophy*, Chicago, UChiP, 2001.
- _____, “Al-Farabi” in: STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3. ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 206-227.
- MAHMASSANI, Sobhi, “The Principles of International Law in the Light of Islamic Doctrine”, *RCADI*, v. 117, 1966, pp. 201-328.
- MAIA, Elísio Borges, *Armas Nucleares e Direito Internacional. O Parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de 8 de Julho de 1996*, Porto, PUC, 2003.
- MAIER, Harold, “The Right to Defend the Panama Canal”, *GJI&CL*, v. 13, 1983, pp. 217-224.
- MAIMON, Mosh Ben, *Mishneh Torah* in: *A Maimonides Reader*, Isadore Twersky (ed.), Springfield, New Jersey, Bernham, 1972.
- MAKI, John, “The Constitution of Japan: Pacifism, Popular Sovereignty, and Fundamental Human Rights”, *L&CP*, v. 53, n. 1, 1990, pp. 73-88.
- MALAMUD, Andrés, “Latin American Regionalism and EU Studies”, *JEI*, v. 32, n. 6, 2010, pp. 637-657.
- _____, “Theories of Regional Integration and the Origins of Mercosur” in: FRANCA FILHO, Marçilio Toscano, LIXINSKI, Lucas & GIUPPONI, Maria Belén Olmos (eds.), *The Law of MERCOSUR*. Oxford, Hart, 2010, pp. 9-27.
- _____, & CARDINI, Gian Luca, “Has Regionalism Peaked? The Latin American Quagmire and its Lessons”, *ISpec*, v. 47, n. 1, 2012, pp. 116-33.
- MALANCZUK, Peter, “The Kurdish Crisis and the Allied Intervention in the Aftermath of the Second Gulf War”, *EJIL*, v. 2, n. 2, 1992, pp. 114-132.
- _____, *Humanitarian Intervention and the Legitimacy of the Use of Force*, Amsterdam, HS, 1993.
- MALCOLM, Noel, “Hobbes and Spinoza” in: BURNS, J. H. (ed.) & GOLDIE, Mark (assi.), *The Cambridge History of Political Thought, 1450-1700*, Cambridge, UK, CUP, 1991, pp. 530-557.
- _____, “Alberico Gentili and the Ottomans” In: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 63-89.
- MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às Vésperas da independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Cdl, 2000.
- MALETZ, Donald, “Hegel on Right as Actualized Will”, *PT*, v. 17, n. 1, 1989, pp. 33-50.
- MÄLKSOO, Lauri, “International Law between Universality and Regional Fragmentation. The Historical Case of Russia” in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 456-477.
- _____, “Russia-Europe” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 781-785.
- MALUF, Sahid, *Direito Constitucional*, 13. ed., São Paulo, SLit, 1981.
- MALUWA, Tiyaajana, “The Transition from the Organization of African Unity to the African Union” in: YUSUF, Abd Al-Qawi & OUGUERGOUZ, Fatsah (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, Leiden, MN, 2012, pp. 25-52.
- MAMIANI, Terenzio, *D'un Nuovo Diritto Europeo*, Napoli, Mirelli, 1860.
- MANDELSTAM, André, “La conciliation internationale d’après le Pacte et la Jurisprudence du Conseil de la Société des Nations”, *RCADI*, v. 14, 1926, pp. 334-648.
- _____, “La Protection Internationale des Droits de l’Homme”, *RCADI*, t. 38, v. 4, 1931, pp. 125-232.
- MANEKIM, Charles, *Medieval Jewish Philosophical Writings*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- MANENT, Pierre, *Histoire Intellectuelle du Libéralisme. Dix Leçons*, Paris, Hachette, 1987.
- MANGO, Cyril, “Introduction” in: id. (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 1-18.
- _____, *Bizâncio. O Império da Nova Roma*, Vânia Rodrigues & Alexandre Morais (trad.), Lisboa, E70, 2008.
- MANI, V.S., “Humanitarian Intervention and International Law”, *IJIL*, v. 33, 1993, pp. 1-26.

- MANIN, Aleth, “L’intervention française au Shaba (19 Mai – 14 Juin 1978)”, *AFDI*, v. 24, 1978, pp. 99-188.
- MANN, Michael, *Fascists*, Cambridge, CUP, 2004.
- MANNING, William, *Commentaries on the Law of Nations*, New Edition, London/Oxford, Sweet/MM, 1875.
- Manuscrito ‘Valentim Fernandes’, António Baião (leitura e revisão das provas), Lisboa, APH, 1940.
- MARCHAND, Alexander, *Do escambo à escravidão. As relações económicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*, 2. ed., Carlos Lacerda (trad.), São Paulo/Brasília, EN/INL, 1980.
- MARCO AURÉLIO, *Meditações*, ed. bilíngüe, William Li (trad.), São Paulo, Iluminuras, 1995.
- MARCOS, Rui de Figueiredo, *As Companhias Pombalinas. Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1997.
- _____, *História da Administração Pública. Relatório sobre o Programa, o Conteúdo e os Métodos de Ensino*, Coimbra, Almedina, 2006.
- _____, *Rostos Legislativos de D. João VI no Brasil*, Coimbra, Almedina, 2008.
- _____, *A História do Direito e o seu Ensino na Escola de Coimbra*, Coimbra, Almedina, 2013.
- _____; MATHIAS, Carlos Fernando & NORONHA, Ibsen, *História do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 2014.
- MARCUM, John, “Unilateral Intervention in the Congo and Its Political Consequences”, *ASIL Proceedings*, v. 61, 1967, pp. 27-30.
- MARCUS, Harold, *A History of Ethiopia*, Berkeley, UCalP, 1994.
- MARCUS, Jacob Rader & SAPERSTEIN, Marc (eds.), *The Jew in the Medieval World: A Sourcebook: 315-1791*, Revised Edition, s.l, HUCP, 1999, pp. 128-133.
- MARINHO, Josaphat “Análise da Constituição de 1981” in: *O pensamento constitucional Brasileiro*, Brasília, CD, 1978, pp. 55-66.
- MARINI, André Vinicius, “Artigo 2 § 7” in: BRANT, Leonardo Nemer (org.), *Comentário à Carta das Nações Unidas*, Belo Horizonte, CEDIN, 2008, pp. 123-143.
- MARIZ, Vasco, “O Padre António Vieira, um diplomata desastrado”; José Arthur Rios, “Vieira Político”, *RIHGB*, a. 172, n. 472, 2011, pp. 473-497, 499-505.
- MARKESINIS, B. S., “The Comparatist (or a Plea for a Broader Legal Education)” in: *Foreign Law & Comparative Methodology. A Subject and a Thesis*, Oxford, Hart, 1997, pp.15-35.
- MARKS, C.G., “Indigenous Peoples and International Law: The Significance of Francisco de Vitoria and Bartolomé de las Casas”, *AYIL*, v. 13, 1992, pp. 1-51.
- MARMOR, Andrei (ed.), *Law and Interpretation. Essays in Legal Philosophy*, Oxford, OUP, 1998.
- MARNOCO E SOUSA, *Constituição Política da República Portuguesa. Comentário [1913]*, J. J. Gomes Canotilho (org.), Lisboa, INCM, 2011.
- MARPLES, David, *Stalinism in Ukraine in the 1940s*, Hampshire, MM, 1992.
- _____ & DUKE, David F., “Ukraine, Russia, and the question of Crimea”, *NP*, v. 23, n. 2, 1995, pp. 261-289.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “A Expansão no Atlântico” in: SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa (A Expansão Quatrocentista)*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 235-237.
- MARQUES, Heliodoro da Rocha, “Nóbrega – Missionário e Homem de Estado” in: São Paulo, IHGSP, 1970, pp. 379-380.
- MARQUES, João Pedro, *Os Sons do Silêncio: o Portugal dos Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, ICS, 1999.
- _____, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, ICS, 2004.
- _____, *Revoltas Escravas. Mistificações e Mal-Entendidos*, Lisboa, GeP, 2006.
- MARQUES, José Óscar de Almeida, “Contrato e Confederação: Notas sobre as relações internacionais no pensamento de Rousseau” in: SILVA, Genildo (org.), *Rousseau e o iluminismo*, Salvador, Arcádia, 2009, pp. 33-43.
- MARQUES, Mário Reis, *História do Direito Português Medieval e Moderno*, 2. ed., Coimbra, Almedina, 2002.
- _____, *Codificação e Paradigmas da Modernidade*, Coimbra, s.n., 2004.
- MARQUES, Viriato Soromenho, *Direitos Humanos e Revolução. Temas do Pensamento Político Setecentista*, Lisboa, Colibri, 1991.
- MARTENS, Frédéric de, *Traité de Droit International*, Paris, LM, 1883.
- MARTENS, G.F. de, *Précis du Droit des Gens Modernes d’Europe, accompagnés des notes de Pinheiro-Ferreira*, Paris, Guillaumin, 1858.
- MARTÍNEZ, Carlos de Ayala, “Reconquista, cruzadas y órdenes militares” in: SÁNCHEZ, Esteban Sarasa (coord.), *Las cinco villas aragonesas en la Europa de los Siglos XVII y XVIII: la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)*, Zaragoza, IFEL, 2007, pp. 23-37.
- MARTINEZ, Jenny, *The Slave Trade and the Origins of International Human Rights Law*, Oxford, OUP, 2012.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares, *Comentários à Constituição Portuguesa de 1976*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1978.
- _____, *História Diplomática de Portugal*, 2.ed., s.l., Verbo, 1992.
- _____, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais [1910-1926]*, Lisboa, Verbo, 2001.
- MARTIN, Craig, “Binding the Dogs of War: Japan and the Constitutionalizing of the *Jus ad Bellum*”, *UPJIL*, v. 30, n. 1, 2008, pp. 289-306.
- MARTINS, Ana Maria Guerra, *Introdução ao Estudo do Direito Comunitário. Sumários Desenvolvidos*, Lisboa, Lex, 1995.
- _____, *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2004.
- _____, *Manual de Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2012.
- _____, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2012.
- MARTINS, João Filipe, “A ONU e os conflitos internacionais: os casos de Kosovo e Timor Leste sob o olhar atento do Ruanda”, *DeC*, a. 4, n. 10/11, 2001, pp. 215-236.

- MARTINS, Joaquim Oliveira, *O Brasil e as Colônias Portuguezas*, 5. ed., Lisboa, TdP, 1920.
- MARTINS, Leonor Pires, *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*, Lisboa, E70, 2012.
- MARTINS, Margarida d'Oliveira & MARTINS, Afonso d'Oliveira, *Direito das Organizações Internacionais*, 2. ed., Lisboa, AAFDL, 1996.
- MARTUCCI, Roberto, *L'ossessione costituente. Forma di governo e costituzione nella Rivoluzione francese (1789-1799)*, Bologna, IMul, 2001.
- _____, *Storia costituzionale italiana. Dallo Statuto Albertino alla Repubblica (1848-2001)*, Roma, Carocci, 2011.
- MARVIN, Laurence, "War in the South: A First Look at Siege Warfare in the Albigensian Crusade, 1209-1218", *WiH*, v. 8, n. 4, 2001, pp. 373-395.
- MARX, Alexander, "Texts by and About Maimonides", *JQR*, New Series, v. 25, n. 4, 1935, pp. 371-428.
- MARX, Karl, "The British Rule in India" in: Karl Marx & Frederick Engels, *Collected Works*, London, L&W, 1979, pp. 125-131.
- _____, "Concepção materialista da história" e "A inevitável vitória do proletariado" in: GARDINER, Patrick (org.), *Teorias da História*, Vítor Matos e Sá (trad.), 5. ed., Lisboa, FCG, 2004, pp. 155-162, 163-169.
- MARXSEN, Christian, "The Crimea Crisis: the International Law Perspective", *ZAORV*, v. 74, n. 2, 2014, pp. 367-391.
- MASCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo, *Os Orizes conquistados ou noticia da conversam dos indomitos Orizes Procrazes, povos barbaros, & guerreyros do Certão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Católica, & á obediencia da Coroa Portuguesa. Com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitação, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos*, Lisboa, OAPG, 1716 (Original reproduzido em *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, n. 26-27, julho-setembro de 1948, pp. 2-21).
- MASSON, Nathalia, *Manual de Direito Constitucional*, Salvador, Juspodium, 2013, pp. 1134-1135.
- MATHESON, Michael, "United Nations Governance of Postconflict Societies", *AJIL*, v. 95, n. 1, 2001, pp. 76-85.
- MATHEWS, Victor, "Legal Aspects of Military Service in Ancient Mesopotamia", *Mil.LR*, n. 94, 1981, pp. 135-151.
- MATOS, Adherbal Meira, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2002.
- _____, *Direito Internacional Público*, 4. ed., São Paulo, QL, 2010.
- MATOS, José Dalmo Fairbanks Belfort de, *Manual de Direito Internacional Público*, São Paulo, EDUCSP, s.d..
- MATOS, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e Conflitos entre a Primeira República e o Catolicismo*, Alfragide, DQ, 2010.
- _____, "Forças Armadas" in: COUTINHO, Francisco Pereira & GOUVEIA, Jorge Bacelar (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, QJ, 2013, pp. 168-170.
- MATOS, Manuel Cadafaz de, "Diogo Lopes Rebelo, um pré-humanista na sua modernidade, visto à luz da edição tipográfica (quatrocentista) parisiense das suas obras" in: RIBEIRO, Diogo Lopes, *De Republica Gubernanda per Regem [Do Governo da Republica pelo Rei]/Tractatus de Productiobus Personarum [In Divinis] [Tratados das Produções das Pessoas (Divinas)]*, bilingue, com versão em português de Miguel Pinto Meneses, Lisboa, ETR, 2000, pp. vii-lxv.
- MATRAVERS, David, "Introduction" in: PAINE, Thomas, *Rights of Man*, Hertfordshire, UK, Wordsworth, 1996, pp. viii-xii.
- MATTOSO, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, EE, 1988.
- _____, "A publicação das fontes documentais e o progresso da ciência histórica em Portugal" in: id., *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, EE, 1988, pp. 101-114.
- MAURO, Frédéric, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e (1570-1670). Étude Économique*, Lisboa/Paris, FCG/CCP, 1983.
- MAUS, Didier, "La repartition de competences en matière de politique étrangère dans la élaboration de la Constitution de la V^e République" in: LAVROFF, Dmitri-Georges (dir.), *La Conduite de la Politique Étrangère de la France sous la V^e République*, Bordeaux, PUB, 1997, pp. 107-149.
- MAUTNER, Thomas, "Carmichael and Barbeyrac: the lost correspondence" in: PALLADINI, Fiammeta & HARTUNG, Gerald (hrsgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1964-1994)*, Berlin, AkV, 1996, pp. 190-208.
- MAXIMILIANO, Carlos, *Commentarios á Constituição Brasileira*, Rio de Janeiro, 1918, pp. 355-359.
- MAYER, Paul, *Samuel Pufendorf. Ein Beitrag zur Gechichte seines Lebens*, Grima, Schiertz, 1894, pp. 1-31.
- MAZZUOLI, Valério, *Curso de Direito Internacional Público*, 6. ed., São Paulo, RT, 2012.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, 9. ed., São Paulo, RT, 2015.
- MCCORMICK, John, "The Crisis of Constitutional Social-Democracy in the Weimar Republic", *EJPT*, v. 1, n. 1, 2002, pp. 121-128.
- MCCORQUODALE, Robert (ed.), *Self-Determination in International Law*, Aldershot, Ashgate, 2000.
- MCDUGAL, Myres, "Law as a Process of Decision: A Policy Oriented Approach to Legal Study", *NLF*, v. 1, n. 1, 1956, pp. 53-72.
- _____ & REISMAN, W. Michael, "Humanitarian Intervention to Protect the Ibos" in: Richard Lilich (ed.), *Humanitarian Intervention and the United Nations*, Charlottesville, VUP, 1973, pp. 168-178.
- MCDUGALL, Carrie, "When Law and Reality Clash—The Imperative Of Compromise in the Context of the Accumulated Evil of the Whole: Conditions for the Exercise of the International Criminal Court's Jurisdiction over the Crime of Aggression", *ICLR*, v. 7, n. 2, 2007, pp. 277-333.
- MCELLIGOT, James & David Smith, *Royalists and Royalism During the English Civil War*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- MCGOLDRICK, Dominic, *From 9-11 to the Iraq War 2003. International Law in an Age of Complexity*, Oxford, Hart, 2004.
- MCGRATH, Roger, *Gunfighters, Highway Men and Vigilantes. Violence on the Frontier*, Berkeley, UCALPress, 1984.
- MCMAHAN, Jeff, "Just Cause for War", *E&IA*, v. 19, n. 3, 2006, pp. 1-21.
- _____, *Killing in War*, Oxford, OUP, 2009.

- _____, “Can Soldiers be Expected to Know Whether Their War is Just?” in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 13-22.
- MCNAIR, Arnold, *Law of Treaties*, Oxford, Clarendon, 1961.
- MCNEMAR, Donald, “The Post-Independence War in the Congo”, *ASILProceedings*, v. 61, 1967, pp. 13-18.
- MCNULTY, Mel, “France’s Role in Rwanda and External Military Intervention: a double discrediting”, *IP*, v. 4, n. 3, 1997, pp. 24-44.
- MCPHERSON, Brian, “Humanitarian Intervention: a Response”, *ILT*, v. 7, n. 1, 2001, pp. 55-61.
- MCWHINNEY, Edward, *The World Court and the Contemporary International Law-Making Process*, Alphen aan den Rijn, S&N, 1979.
- _____, “The US/British Invasion of Iraq and the United Nations Prohibition of the Use of Force: the Paradox of Unintended Consequences”, *CJIL*, v. 2, n. 2, 2003, pp. 571-585.
- MEARSHEIMER, John, *The Tragedy of Great Power Politics*, Updated Edition, New York, Norton, 2014.
- MÉCHOULAN, Henry, *Dinheiro e Liberdade. Amsterdam no tempo de Spinoza*, Lucy Magalhães (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1992.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de, “Povos indígenas nas Guerras e Conquista do Sertão Nordeste no Período Colonial”, *CRPH*, v. 27, n. 1, 2008, pp. 331-361.
- MEDINA, Vicente, “The Innocent in the Just War Thinking of Vitoria and Suárez: A Challenge Even for Secular Just War Theorists and International Law”, *RJ*, v. 26, n. 1, 2013, pp. 47-64.
- MEDNICOFF, David, “Humane Wars? International Law, Just War Theory and Contemporary Armed Humanitarian Intervention”, *LCH*, v. 2, n. 3, 2006, pp. 373-398.
- MEEKER, Leonard Meeker, “Viet-Nam and the International Law of Self-Defence” in: FALK, Richard (ed.), *The Vietnam War and International Law*, Princeton, PUP, 1968, pp. 318-332.
- MEHMED, Fatih & REINERT, Stephen, “Fragmentation (1204-1453)” in: MANGO, Cyril (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 248-283.
- MEIRELES, Mário, *História do Maranhão*, 2. ed., São Luís, FCM, 1980.
- MEKA, Elie Mvie, *Architecture de la sécurité et gouvernance démocratique dans la CEEAC*, Yaoundé, PUA, 2007.
- MELIÀ, Bartomeu, “José de Anchieta, etnógrafo de la antropogafia” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. I, pp. 201-220.
- MELLO, Celso Albuquerque, *Guerra interna e Direito Internacional*, Rio de Janeiro, Renovar, 1985.
- _____, *Direito Internacional Americano. Estudo sobre a Contribuição de um Direito Regional para a Integração Econômica*, Rio de Janeiro, Renovar, 1995.
- _____, (comp.), *Direito Internacional Público. Tratados e convenções*, 5.ed., Rio de Janeiro, Renovar, 1997.
- _____, *Direitos Humanos e Conflitos Armados*, Rio de Janeiro, Renovar, 1997.
- _____, *Direito Constitucional Internacional – Uma Introdução*, 2. ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2000.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, 15 ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2004, v. I.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, E34, 2004.
- MELO, Gonçalo Sampaio e, *Guilherme Braga da Cruz. Perfil Biográfico*, Tese de Doutorado, FDUL, 2009.
- MELO, Helena Pereira de, *Implicações jurídicas do projecto de genoma humano. Constituirá a discriminação genética uma nova forma de apartheid*, Porto, FMUP, 1997, pp. 101-155.
- _____, “Direito Internacional Humanitário” in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 146-150.
- MENCHACA, Fernando Vázquez de, *Controversiarum illustrium Aliarumque usu Frequentium libri Tres*, ed. bilingue latim-castelhano, Fidel Rodrigues Alcalde (transcrição, notas e tradução), Valladolid, Cuesta 1931, 4. v.
- MENDELSON, Moses, “The Formation of Customary International Law”, *RCADI*, t. 272, 1998, pp. 155-410.
- MENDES, António Rosa, “A vida cultural” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, EE, 1997, v. III, pp. 333-371.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires & BRANCO, Paulo Gonet, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2008.
- MENDES, José, *Direito Internacional Público. Preleções*, São Paulo, Dupret, 1913.
- MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014.
- MENDES, Paulo de Sousa, *O Torto Intrinsecamente Culposos como Condição Necessária da Imputação da Pena*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- MENDONÇA, Renato, *História da Política Exterior do Brasil: do Período Colonial ao Reconhecimento do Império (1500-1825)*, Brasília, FUNAG, 2013 [1945].
- MENDY, Peter Karive, *Colonialismo Português em África: a Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP, 1994.
- MENESES, Felipe Ribeiro de, *Salazar. Uma biografia política*, 4. ed., Alfragide, DQ, 2009.
- MENTXACA, Rosa, “Algumas consideraciones sobre los crimina, em particular contra lo Estado, en las Etimologías de Isidoro (ET, 5, 26)”, *LHR*, v. 65, n. 4, 1997, pp. 397-421.
- MERCADO, Tomás de, *Suma de Tratos y Contratos [1571]*, Nicolás Sánchez-Albornoz (ed.), Madrid, IEF - MH, 1977, v. I.
- MERÊA, Paulo, *História e Direito (Escritos Diversos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1967.
- _____, *História do Direito Português*, s.l., s.n., 19??;
- _____, “Suárez – Grócio – Hobbes” in: *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, Lisboa, INCM, 2004, pp. 297-350.
- MENEGHIN, Vittorino (O.F.M.), “Scritti inediti di Fra Álvaro Pais” in: id. (org.), *Scritti inediti di Fra Álvaro Pais*, Lisboa, IAC, 1969, pp. ix-xxxix.

- MÉRINHAC, A., *Traité de Droit International Public*, Paris, LGDJ, 1905.
- MERLINGEN, Michael & OSTRAUSKÁITE, Rasa, “ESDP Police Missions: Meaning, Context and Operational Challenges”, *EFAR*, v. 19, n. 2, 2005, pp. 215-235.
- MERON, Theodor, “Common Rights of Mankind in Gentili, Grotius and Suárez”, *AJIL*, v. 85, n. 1, 1991, pp. 113-116.
- _____, *Henry's Wars and Shakespeare's Laws: Perspectives on the Law of War in the Later Middle Ages*, Oxford, Clarendon, 1993.
- _____, “The Authority to Make Treaties in the Late Middle Ages”, *AJIL*, v. 89, n. 1, 1995, pp. 1-20.
- _____, “International Law in the Age of Human Rights. General Course of Public International Law”, *RCADI*, v. 301, 2003, pp. 9-489.
- MERRIAM, John, “Kosovo and the Law of Humanitarian Intervention”, *CWRJIL*, v. 33, n. 1, 2001, pp. 111-154.
- MERRILLS, J.G., *International Dispute Settlement*, 4. ed., Cambridge, UK, CUP, 2005.
- MESFIN, Berouk, “The Horn of Africa Security Complex” in: SHARAMO, Roba & MESFIN, Berouk (eds.), *Regional Security in Post-Cold War Horn of Africa*, Pretoria, ISS, 2011, pp. 1-29.
- MESQUITA, Maria José Rangel (org.), *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos Básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006.
- _____, *Justiça Internacional. Lições*, Lisboa, AAFDL, 2010, v. I.
- _____, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011.
- MESSA, Ana Flávia, *Direito Constitucional*, São Paulo, Rideel, 2010.
- MEYER, Angela, *Peace and Security Cooperation in Central Africa. Developments, Challenges and Prospects*, Uppsalla, NAI, 2011.
- METCALF, Alida, “The Entradas of Bahia of the Sixteenth Century”, *The Americas*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 373-400.
- MEYLAN, Philippe, *Jean Barbeyrac (1674-1744) et les débuts de l'enseignement du Droit dans l'ancienne Académie de Lausanne. Contribution à l'histoire du Droit Naturel*, Lausanne, FRoug/ LdU, 1937.
- MICHALSEN, Dag, “WOZU - Rechtsgeschichte?”, *ZMPIER*, v. 4, 2004, pp. 67-73.
- _____, (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006.
- _____, (ed.), “Introduction: Reading Past Legal Texts” in: id. (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 9-22.
- MICHELET, Jules, *Histoire de la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1952 [orig: 1847].
- MIGNOLO, Walter, *The Darker Side of Western Modernity. Global Futures, Decolonial Options*, Durham, DUP, 2011.
- MILANOVIC, Marko, “State Responsibility for Genocide”, *EJIL*, v. 17, n. 3, 2006, pp. 553-604.
- MILL, John Stuart, *Vindication of the French Revolution of February 1848 [1849]* in: *The Collected Works of John Stuart Mill XX: Essays on French History and Historian*, John Robson (ed.), Toronto/London; UTP/Routledge & KP, 1985, v. XX, pp. 317-363.
- _____, “A Few Words on Non-Intervention” in: *The Collected Works of John Stuart Mill XXI: Essays on Equality, Law and Education*, John Robson (ed.), Toronto/London; UTP/Routledge & KP, 1985, v. XXI, pp. 109-124.
- _____, *Principles of Political Economy with Some of their Applications to Social Philosophy*, Sir W. J. Ashley (ed.), London, LG, 1936 [1848], pp. 966-977.
- MILLER, Jennifer, “International Intervention – The United States Invasion of Panama”, *HILJ*, v. 31, 1990, pp. 633-646.
- MILLER, Joseph, *Kings and Kinsmen. Early Modern States in Angola*, Oxford, Clarendon, 1978.
- MILLER, Richard, “Aquinas and the Presumption against Killing in War”, *JR*, v. 82, n. 2, 2002, pp. 173-204.
- MILLER, Seamus, “Collective Responsibility and Armed Humanitarian Intervention” in: COADY, Tony & O'KEEFE, Michael (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, Victoria, MelUP, 2005, pp. 51-71.
- MILLIOT, Louis, “La conception de l'État et de l'ordre légal dans l'Islam”, *RCADI*, v. 75, 1949, pp. 591-687.
- MILLS, Nicolaus & BRUNNER, Kira (eds.), *The New Killing Fields. Massacre and the Politics of Intervention*, New York, BB, 2002.
- MINDLIN, Dulce Viana, *José de Anchieta: no limiar da santidade*, Goiânia, Kelps, 1997.
- MINGO, Marta Milagros & TALAVÁN, Miguel Luque, “Juan de Solórzano Pereira y la cuestión de los justos títulos: fuentes del Libro I (caps. IX-XII) de la *Política Indiana*” in: ESCUDERO, Antonio Gutierrez & CUETOS, María Luísa Laviana (coords.), *Estudios sobre America: Siglos XVI-XXI*, Sevilla, AsEA, 2005, pp. 123-195.
- MINGST, Karen, “Domestic Political Factors and Decisions to Use Military Force” in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 61-80.
- MIRANDA, Douglas Soares, *A guerra em nome de Deus: uma análise crítica do De Gestis Mendi di Saa, de José de Anchieta*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP – FFLCH, 2007.
- MIRANDA, Jorge (org.), *Textos Históricos do Direito Constitucional*, Lisboa, INCM, 1980.
- _____, “As competências constitucionais em matéria de política externa”, *NeD*, a. 5, n. 14, 1980, pp. 35-42.
- _____, *Direito Internacional Público*, Lisboa, s.n., 1985 (dact.).
- _____, *Direito Internacional Público*, Rio de Mouro, PF, 1995.
- _____, “Nenhum mal justifica outro mal”, *BOA*, n. 3, 1999, p. 30.
- _____, “A propósito do Livro de Isabel Raimundo, *Imperativo Humanitário e não ingerência – Os novos desafios do Direito Internacional*”, *O Direito*, a. 133, n. 1, 2001, pp. 237-242.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, Cascais, Príncipe, 2002.
- _____, (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 5. ed., Lisboa, Petrony, 2004.
- _____, “As Constituições Portuguesas” in: id., (org.), *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 5. ed., Lisboa, Petrony, 2004, pp. 7-19.
- _____, “Sobre a aplicação da Declaração de Bolonha às Faculdades de Direito”, *RFDUL*, v. 45, n.º 1 e 2, 2004, pp. 537-550.

- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., Cascais, Princípiã, 2004.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, 3. ed., Cascais, Princípiã, 2006.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, Cascais, 4. ed., Princípiã, 2009.
- _____, “Direito Constitucional das Forças Armadas”, *RFDUL*, v. L, n. 1-2, 2009, pp. 67-80.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, 4. ed. Coimbra, Coimbra Editora, 2010, t. 5.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, 9. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011, t. I.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, Cascais, 5. ed., Princípiã, 2012.
- _____, Entrada ‘Constituição de 1911’ in: *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, AR, 2013-2014, pp. 890-897.
- _____, *Manual de Direito Constitucional*, 10. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014, t. 1, v. 1.
- _____ & MORAIS, Carlos Blanco de (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos, IDN, 2000.
- _____, & MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, 3 t.
- MIRKINE-GUETZÉVICH, Boris, “L’influence de la Révolution Française sur le développement du Droit International dans l’Europe Orientale”, *RCADI*, t. 22, v. 2, 1928, p. 311-312.
- MOLINA, Luis de, *Los seis libros de la justicia y del Derecho (De Iustitia et De Iure)*, Manuel Fraga Iribarne (trad.), Madrid, IJLC, 1941.
- _____, *De Iustitia et de Iure* in: *Luis de Molina y el Derecho de la Guerra*, sl., s.e., 1994 [orig. publicado pelo CSIC-IFV, 1947].
- MOLLEL, Andrew, “Judicial Settlement of Armed Conflict in International Law: Reflecting the 2005 International Court of Justice Decision in the Democratic Republic of Congo”, *NJIL*, v. 17, n. 4, 2007, pp. 417-432.
- MÖLLER, Axel, *International Law in Peace and War*, London, S&S, 1931.
- MOMMSEN, Hans, *The Rise and Fall of the Weimar Republic*, Chapel Hill, UNCP, 1996 [1989].
- MOMMSEN, Theodor, *Compendio de Derecho Público Romano*, P. Dorado (trad.), Pamplona, Analecta, 1999 [1893].
- MONCADA, António Cabral de, *Curso de Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 1996, v. I.
- MONCADA, Luís Cabral de, *A Reserva Hereditária no Direito Peninsular e Português*, Coimbra, F&A, 1916.
- MONCADA, Luís Cabral de, *Lei e Regulamento*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.
- MONTAIGNE, Michel de, “Des Cannibales” in: *Essais de Michel de Montaigne: texte original de 1580, avec les variantes des éditions de 1582 et 1587*, Bordeaux, RDHB, 1870-1873, v. I.
- MONTEIRO, António, “Nações Unidas – desafios e perspectivas da intervenção humanitária”, *DeJ*, v. XV, t. 1, 2001, pp. 241-256.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, NED, 1998.
- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra. Índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, São Paulo, CdL, 1994.
- MONTERO, Eloy, “Proemio” in: Manuel Fraga Iribarne (trad.), Madrid, IJLC, 1941, pp. 7-16.
- MONTANELLI, Indro, *História de Roma. Da Fundação à Queda do Império*, Margarida Periquito (trad.), Lisboa, E70, 1997.
- MONTESQUIEU, [Barão de], *De l’Esprit des Lois ou du Rapport que les Lois Doivent avoir avec la Constitution de chaque Gouvernement, les Moeurs, le Climat, le Religion, le Commerce, etc. a quoi l’Auteur ajoute des Recherches Nouvelles sur les Lois Romaines Touchant les Sucessions, sur les Lois Françaises et sur les Lois Féodales* [abrev. *De l’Esprit des Lois*] in: *Oeuvres Completes*, Paris, Gallimard, 1951, v. II, pp. 225-995.
- _____, *De l’Esprit des Lois*, Robert Derathé (ed.), Paris, Garnier, 1973.
- MONTSERRAT FILHO, J., *O que é o Direito Internacional?*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 57-68.
- Monumenta Brasiliae [MB]*, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956.
- Monumenta Henricina [MH]*, Coimbra, CECVCMIDH, 1962.
- Monumenta Missionaria Africana [MMA]*, 2ª Série, Padre António Brásio (col e anot.), Lisboa, AGU, MCMLVIII (1968).
- MOOG, Vianna, *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, 4. ed., Porto Alegre, Globo, 1957.
- MOORE, John Norton, “International Law and the United States Role in Viet Nam: A Reply”, *YLJ*, v. 76, n. 6, 1967, pp. 1051-1094.
- _____, “Lawfulness of Military Assistance to the Republic of Viet-nam”, *AJIL*, v. 61, n.1, 1967, pp. 1-34.
- _____, “Law and Politics in the Vietnamese War: a Response to Professor Friedman”, *AJIL*, v. 61, n. 4, 1967, pp. 1039-1053.
- _____, “Grenada and the International Double Standard”, (The United States Action in Grenada), *AJIL*, v. 78, n. 1, 1984, pp. 145-168.
- MORA, José Ferrater, “Suárez and Modern Philosophy”, *JHI*, v. 14, n. 4, 1953, pp. 528-547.
- MORABITO, Marcel, *Histoire constitutionnelle de la France (1789-1958)*, 10. ed., Paris, Montchrestien, 2008.
- MORAES, Artur de, *Memórias de Angola. As minhas memórias sobre a pacificação do Sul de Angola* [início do Século XX], Lisboa, Caleidoscópio, 2007.
- MORAIS, Carlos Blanco de, “Alinhamentos sobre o regime de organização e funcionamento da Defesa Nacional e Forças Armadas” in: MIRANDA, Jorge & MORAIS, Carlos Blanco de (coord.), *O Direito da Defesa e das Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos, IDN, 2000, pp. 27-134.
- _____, “Notas sobre a Legitimidade Jurídica da Guerra Anglo-Americana do Iraque” in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 587-641.
- _____, *Curso de Direito Constitucional. A Lei e os Actos Normativos no Ordenamento Jurídico Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, t. I.
- _____, *Curso de Direito Constitucional. As Funções do Estado e o Poder Legislativo no Ordenamento Português*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2012, t. I.

- MORAES, Alexandre de, *Constituição Brasileira Interpretada e Legislação Complementar*, São Paulo, Atlas, 2002.
- _____, *Direito Constitucional*, 28. ed., São Paulo, Atlas, 2012.
- _____, *Direito Constitucional*, 30. ed., São Paulo, Atlas, 2014.
- MORAES, Evaristo de, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Brasília, EDUNB, 1986 [1924].
- _____, *Da Monarquia para a República (1870-1889)*, 2.ed., Brasília, EDUNB, 1985.
- MORATO, Beatriz Sosa, *La noción de derecho en 'Los Seis Libros de la Justicia y del Derecho de Luis de Molina*, Pamplona, EUN, 1985.
- MORAVIA, Alfred, *Le gihad dans l' Islam médiéval*, Paris, EAM, 1993.
- MOREIRA, Adriano, *Direito Internacional Público*, Lisboa, UTL, 198.
- _____, "O Kosovo e a Legitimidade", *BOA*, n. 3, 1999, pp. 24-28.
- _____, "O direito de intervenção", *DeJ*, v. XV, t. 1, 2001, pp. 231-240.
- MOREIRA, Vânia Lousada, "1808: a guerra contra os botocudos e os fundamentos da política indigenista brasileira", *Conferência "Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica"*, ICS, 4-6 dezembro de 2008 (texto não publicado disponível em linha na página da Rede <http://www.euronapoleon.com/sessoes/indios-escravos-e-politica-racial>, acesso a 10 de Maio de 2010).
- _____, "De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)", *Topoi*, v. 11, n. 21, 2010, pp. 127-142.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- MOREY, William C., *Outlines of Roman History*, New York, ABC, 1901,
- MORFORD, Mark, *Roman Philosophers. From the Time of Cato the Censor to the Death of Marcus Aurelius*, London, Routledge, 2002.
- MORGENTHAU, Hans-Joachim, "Positivism, Functionalism, and International Law", *AJIL*, v. 34, n. 2, 1940, pp.260-284
- _____, *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, 7. ed., New York, MG-H, 2005.
- MORIN, Michel, "Des nations libres sans territoires? Les Autochtones et la colonisation de l'Amerique française du XVI^e au XVIII^e siècle", *JHIL*, v. 12, n. 1, 2010, pp. 1-70.
- MORKEVICIUS, Valerie, "Hindu Perspectives on War" in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 169-181.
- _____, "Shi'i Perspective on War" in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 145-167.
- MORRIS, Benny, *The Birth of the Palestinian Refugee Problem*, Revised Edition, Cambridge, Cambridge, CUP, 2004.
- _____, *1948. The First Arab-Israeli War*, New Haven, YUP, 2008.
- MORRISON, Fred, "Legal Issues in the Nicaragua Decision", *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 81, n. 1, 1987, pp. 160-166.
- MORRISON, Michael, "The Road to Secession" in FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 152-166.
- MORROW, James, *Order within Anarchy. The Laws of War as an International Institution*, Cambridge, UK, CUP, 2014.
- MORTATI, Costantino, *La Costituzione in Senso Materiale*, Milano, Giuffrè, 1940.
- _____, *L'ordinamento del Governo nel Nuovo Diritto Pubblico Italiano*, Roma, Anonima, 1931.
- MORTENSON, Julian Davis, "The Travaux of Travaux: Is the Vienna Convention Hostile to Drafting History?", *AJIL*, v. 107, n. 4, 2013, pp. 780-822.
- MOSELEY, Alexander, "John Locke's Morality of War", *JME*, v. 4, n. 2, 2005, pp. 119-128.
- MOSLER, Hermann, "The international society as a legal community", *RCADI*, v. 140, 1974, pp. 1-320.
- MOTA, Avelino Teixeira da, "O manifesto antiesclavagista dos últimos capuchinhos espanhóis de Bissau (1686)" in: *As viagens do Bispo d. Frei Vitorino Portuense e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, JIU, 1974, pp. 41-54.
- MOTA, Lúcio Tadeu, "A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi", *RHR*, v. 2, n. 1, 1997, pp. 187-207.
- _____ & Éder da Silva Nowak, *Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí-PR. História e Relações Interculturais*, Maringá, Eduem, 2008, cap. 2.
- MOTTA, Sylvio & DOUGLAS, William, *Direito Constitucional. Teoria, Jurisprudência e 1000 Questões*, 13. ed., Rio de Janeiro, Impetus, 2003.
- _____, *Direito Constitucional. Teoria, Jurisprudência e 1000 Questões*, 17. ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.
- MOTTAHEDED, Roy Parviz & AL-SAYYD, Ridwan, "The Idea of Jihad in Islam Before the Crusades" in: LAIOU, Angeliki & MOTTAHEDED, Roy Parviz (eds.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, D.C., DORLC, 2001, pp. 23-29.
- MOURA, Clóvis, *Rebeliões da Senzala*, São Paulo, LECH, 1981; id., *Quilombos. Resistência ao escravismo*, São Paulo, Ática, 1987.
- MOURA, Miguel Calado, "Uso da Força" in: RIBEIRO, Manuel Almeida; COUTINHO, Francisco Pereira & CABRITA, Isabel (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 473-475.
- MOUSSIEGT, Paul, *Hotman et Du Plessis Mornay. Théories Politiques des Réformes au XVI^e Siècle*, s.l., EdCah, 1899 (Reimpressão: Genève, Slatkine, 1970).
- MOYN, Samuel, *The Last Utopia. Human Rights in History*, Cambridge, Mass, HUP, 2010.
- _____, *Human Rights and the Uses of History*, London, Verso, 2014.
- MULHOLLAND, Leslie, "Kant on War and International Justice", *KS*, v. 78, n. 1, 1987, pp. 25-41.
- MUHR, Thomas, *Venezuela: Global counter-hegemony, geographies of regional development, and higher education for all*, PhD Dissertation, Bristol, UB, 2008.

- _____, "TINA go Home! ALBA and the Re-Theorizing Resistance to Global Capitalism", *CaHist*, v. 6, n. 2, 2010, pp. 27-54.
- MULDOON, James, "A Canonistic Contribution to the Formation of International Law", *The Jurist*, v. 28, 1968, pp. 265-279.
- _____, *The Americas in the Spanish World. The Justification for Conquest in the Seventeenth Century*, Philadelphia, UPP, 1994.
- _____, "The Development of Group Rights" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 31-66.
- _____, "The Avignon Papacy and the Frontiers of Christendom: The Evidence of Vatican Register 62" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 184-195.
- _____, "John Wyclif and the Rights of the Infidels: The *Requerimiento* Re-examined" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 301-316.
- _____, "Solórzano's *De indiarum iure*: Applying a Medieval Theory of World Order in the Seventeenth Century" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 29-45.
- _____, "A Canonist Contribution to the Formation of International Law" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 265-279.
- _____, "The Contribution of Medieval Canon Lawyers to the Formation of International Law" in: *Canon Law, the Expansion of Europe, and World Order*, Aldershot, Ashgate, 1998, pp. 483-497.
- _____, "Forerunners of humanitarian intervention? From Canon Law to Francisco de Vitoria" in: JUSTENHOVEN, Heinz-Gerhard & BARBIERI JR., William (eds.), *From Just War to Modern Peace Ethics*, Berlin, DG, 2012, pp. 99-120.
- MÜLLER, Ingo, *Hitler's Justice. The Courts of the Third Reich*, Deborah Schneider (trad.), Cambridge, Mass, HUP, 1991.
- MULLER, Joseph, "L'Oeuvre de Toutes les Confessions Chrétiennes (Églises) pour la Paix Internationale", *RCADI*, t. 31, n. 1, 1930, pp. 297-391.
- MÜLLERSON, Rein, "Book Review: Humanitarian Intervention", *AJIL*, v. 92, n. 4, 1998, pp. 583-586.
- _____, "The Principle of Non-Threat and Non-Use of Force in the Modern World" in: BUTLER, W. E., *The Non-Use of Force in International Law*, Dordrecht, KL, 1989, pp. 29-38.
- _____, "Intervention by Invitation" in: DAMROSCH, Lori Fischer & SCHEFFER, David (eds.), *Law and Force in the New International Order*, Washington, ASIL, 1991, pp. 127-134.
- _____, "Anarchophilia, Hegemony, and International Law", *AMDI*, v. 4, 2004, pp. 205-248.
- _____, "Ukraine: Victim of Geopolitics", *CJIL*, v. 13, n. 1, 2014, pp. 133-145.
- MULLIGAN, William, "British anti-slave trade and anti-slavery policy in East Africa, Arabia, and Turkey in the late nineteenth century" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 257-280.
- MUÑOZ-ARRACO, José Manuel Pérez-Prendes, *Interpretación Histórica del Derecho. Notas. Esquemas. Prácticas*, Madrid, Servicio de Publicaciones, FDUCOMP, 1996.
- MUNRO, Emily (ed.), *Challenges to Neutral & Non-Aligned Countries in Europe and Beyond*, Gèneve, GCSP, 2005.
- MÜNZER, Jerónimo, *Itinerarium [1494-1495]* in: *MMA*, 2ª Serie, v. I, pp. 214-253.
- MÚRIAS, Manuel, *História Breve da Colonização Portuguesa*, Lisboa, AGC, 1940.
- MURITHI, Timothy, *The African Union*, Aldershot, Ashgate, 2005.
- _____, "The African's Union Transition from Non-Intervention to Non-Indifference: An *Ad Hoc* Approach to the Responsibility to Protect?", *IPG*, h. 1, 2009, pp. 90-106.
- MURPHEY, Murray, *Our Knowledge of the Historical Past*, Indianapolis, B-M, 1973.
- MURPHY, Sean, *Humanitarian Intervention. The United Nations in an Evolving World Order*, Philadelphia, UPP, 1996.
- _____, "Criminalizing Humanitarian Intervention", *CWRJL*, v. 41, n. 2-3, 2009, pp. 341-377.
- _____, "Aggression, Legitimacy, and the International Criminal Court", *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1147-1156.
- MUSGRAVE, Thomas, *Self-Determination and National Minorities*, Oxford, Clarendon, 1997.
- MUSSOLINI, Benito, "L'Italie Fasciste et la politique extérieure", *RDI*, v. 13, 1934, pp. 563-568.
- MUSSON, Anthony & STEBBINGS, Chantal (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, Cambridge, UK, CUP, 2012.
- MUYANGWA, Monde & VOGT, Margaret, *An Assessment of the OAU Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution, 1993-2000*, New York, IPA, 2000.
- MYERS, Matthew, "Deterrence and Threat of Force Ban: Does the UN Charter Prohibit Some Military Exercises?", *MILR*, v. 162, 1999, pp. 132-170.
- MYLES, Eric, "'Humanity', 'Civilization' and the 'International Community' in Late Imperial Russian Mirror: Three Ideas Topical for These Days", *JHIL*, v. 4, n. 2, 2002, pp. 310-334.
- NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, Petrópolis, Vozes, 2012 [1883].
- NADLER, Allan, "Romancing Spinoza", *CM*, December 2006, pp. 25-30.
- NADLER, Steven, *Spinoza. A Life*, Cambridge, UK, CUP, 1999.
- NAERT, Frederik, "ESDP in Practice: Increasingly Varied and Ambitious EU Security and Defence Operations" in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 61-101.
- _____, "Legal Aspects of EU Military Operations", *JIP*, v. 15, n. 1-2, 2011, pp. 218-242.
- NAGEL, Ernest, "Determinism in History" in: GARDINER, Patrick (ed.), *The Philosophy of History*, Oxford, OUP, 1974, pp. 187-215.
- NAMBIAR, Satish, "India: an Uneasy Precedent" in: SCHNABEL, Albert & THAKUR, Ramesh (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, Tokyo, UNUP, 2000, pp. 260-269.

- NANDA, Ved, "The United States Action in the 1965 Dominican Crisis: Impact on World Order – Part I"; *DLJ*, v. 43, 1966, pp. 439-479.
- _____, "The United States Action in the 1965 Dominican Crisis: Impact on World Order – Part II"; *DLJ*, v. 44, 1967, pp. 225-274.
- _____, "Self-Determination in International Law. The Tragic Tale of Two Cities-Islamabad (West Pakistan) and Dacca (East Pakistan)", *AJIL*, v. 66, n. 2, 1972, pp. 495-503.
- _____, "A Critique of U.N. Inaction in the Bangladesh Crisis", *DLJ*, v. 49, n. 1, 1972, pp. 53-67.
- _____, "The Validity of United States Intervention in Panama Under International Law", *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990 (US Forces in Panama: Defenders, Aggressors or Human Rights Activists?), pp. 495-503.
- _____, "International Law in Ancient Hindu India", in: JANIS, Mark & EVANS, Carolyn (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 2004, pp. 51-62.
- _____, MUTHER JR., Thomas; & ECKERT, Amy, "Tragedies in Somalia, Yugoslavia, Haiti, Rwanda and Liberia – Revisiting the Validity of Humanitarian Intervention Under International II", *DJIL&P*, v. 26, n. 5, 1998, pp. 827-869.
- NARDIN, Terry, "The Moral Basis of Humanitarian Intervention (in Historical Perspective)", Center for Global Peace and Conflict Studies, University of California, Irvine, CA, 26 May 2002.
- NASCIMENTO, José Carlos Lopes, *A Convergência na Pessoa Humana de uma Nova Ordem Internacional (e o 'Sinal' da Intervenção Humanitária)*, Tese de Mestrado em Direito e Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 2012.
- NASCIMENTO, Milton Meira do, "Rousseau: da servidão à liberdade" in: WEFFORT, Francisco (org.), *Os Clássicos da Política*, São Paulo, Ática, 2000, v.I, pp. 187-200.
- NASCIMENTO, Paulo, Entrada "Bandeiras" in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. 1., Caminho, 1994., v. I, pp. 113-114.
- NASU, Hitoshi, "Article 9 of the Japanese Constitution Revisited in Light of International Law", *JLJ*, v. 9, n. 18, 2004, pp. 51-66.
- _____, "Revisiting the Principle of Non-Intervention: A Structural Principle of International Law or a Political Obstacle to Regional Security in Asia?", *Asian JIL*, v. 3, n.1, 2013, pp. 25-50.
- _____ & ROTHWELL, Donald, "Re-Evaluating the Role of International Law in Territorial and Maritime Disputes in East Asia", *Asian JIL*, v. 4, n. 1, 2014, pp. 55-79.
- NATO. *NATO Handbook 2001*, Brussels, NATO, 2001.
- _____, *Active Engagement, Modern Defence. Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization. Adopted by Heads of State and Government at the NATO Summit in Lisbon, 19-20 November 2010*, Brussels, NATO, s.d..
- Nazi Conspiracy and Aggression. Opinion and Judgement*, Washington, GPO, 1947.
- NAVIA, Rafael Nieto, "El derecho imperativo (*jus cogens*) el el Derecho Internacional a la luz de la Convención de Viena de 1969", *Universitas*, v. 99, 1977, pp. 3-23.
- NEDER, Gizlene, "Apresentação" in: id. (org.), *História & Direito. Jogos de Encontros e Transdisciplinaridade*, Rio de Janeiro, Revan, 2007, pp. 9-13.
- NEFF, Stephen, *War and the Law of Nations – A General History*, Cambridge, UK, CUP, 2005.
- _____, "United Kingdom" in: SHELTON, Dinah (ed.), *International Law and Domestic Legal Systems. Incorporation, Transformation, and Persuasion*, Oxford, OUP, 2011, pp. 620-630.
- _____, "A Short History of International Law" in: EVANS, Michael (ed.), *International Law*, Oxford, OUP, 2010, pp. 3-31.
- _____, *Justice Among Nations. A History of International Law*, Cambridge, Mass, HUP, 2014.
- _____, *Justice in Blue and Gray. A Legal History of the Civil War*, Cambridge, UK, HUP, 2015.
- NEGRETTO, Gabriel, "Hobbes' Leviathan: The Irresistible Power of a Mortal God", *AeD*, v. 4, 2001, pp. 179-191.
- NEL, Philip, "South Africa: The Demand for Legitimate Multilateralism" in: SCHNABEL, Albert & THAKUR, Ramesh (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, Tokyo, UNUP, 2000, 245-259.
- NELLEN, Henk, *Hugo de Groot. Een leven in strijd om de rede, 1583-1685*, Amsterdam, IB, 2007.
- _____, "Hugo Grotius's Political and Scholarly Activities in the Light of his Correspondence" in: BLOOM, Hans (ed.), *Property, Piracy and Punishment. Hugo Grotius on War and Booty in the Iure Praedae – Concepts and Contexts*, Leiden, Brill, 2009, pp. 16-30.
- NERY JR., Nelson Nery Jr. & NERY, Rosa Maria de Andrade, *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*, 2. ed., São Paulo, RT, 2009.
- _____ & _____. *Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional*, 5. ed., São Paulo, RT, 2014.
- NESIAH, Vasuki, "From Berlin to Bonn to Baghdad: A Space for Infinitive Justice", *HHRJ*, v. 17, n. 1, 2004, pp. 75-98.
- NETTON, Ian Richard, *Al Farabi and His School*, Surrey, Curzon, 1992.
- NEUBERGER, Benyamin, *National Self-Determination in Postcolonial Africa*, Boulder, LR, 1986.
- NEUMANN, Franz, *Behemoth. The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*, Oxford, OUP, 1944.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta, *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios. Colonialismo e repressão cultural*, Rio de Janeiro, Forense, 1978.
- NEWITT, Malyn, *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, London, Hurst, 1981.
- _____, *A History of Mozambique*, London, Hurst, 1995.
- _____, Malyn, *História de Moçambique*, Lucília Rodrigues e Maria Georgina Semedo (trad.), Mem Martins, E-A, 1997.
- NICHOLS, Roger, "Indian Wars in the East, 1783-1859" in: BRADFORD, James (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 59-72.
- NICKEL James, "Are Human Rights Mainly Implemented by Intervention?" in: MARTIN, Rex & REIDY, David (eds.), *Rawls's Law of Peoples. A Realistic Utopia?*, Malden, Mass, Blackwell, 2007, pp. 263-277.
- NIDITCH, Susan, "War and Reconciliation in the Traditions of Ancient Israel: Historical, Literary, and Ideological Considerations" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 141-160.

- NIEBUHR, Reinhold, *The Children of Light and the Children of Darkness. A Vindication of Democracy and a Critique of its Traditional Defense*, Chicago, UChiP, 1944.
- NIEMANN, Grant, "Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force Against Iraq", *MelJIL*, v. 4, n. 1, 2003, pp. 190-195.
- NIFTERIK, G. P. van, "Religious and Humanitarian Intervention in Sixteenth - and Early Seventeenth-Century Legal Thought" in: LESAFFER, R., & MACOURS, G. (eds.), *Sovereignty and the Law of Nations (16th-18th centuries). Proceedings of the Colloquium organised at the Palace of the Academy, Brussels, 26 April 2002*, Brussels, KVAB, 2006, pp. 35-60.
- NIJMAN, Janne, "Minorities and Majorities" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 95-119.
- NIKITINA, Yuliya, "Regional Security Cooperation in the Post-Soviet Space", *SI*, v. 17, n. 4, 2011, pp. 47-53.
- NILSSON, Rasmus, "Russian Policy Concerning the Black Sea Fleet and its Being Based in Ukraine, 2008-2010: Three Interpretations", *EAS*, v. 65, n. 6, 2013, pp. 1154-1170.
- NIPPEL, Wilfried, *Public Order in Ancient Rome*, Cambridge, CUP, 1995.
- NIPPOLD, O., "Le Développement Historique du Droit Internationale depuis le Congrès de Vienne", *RCADI*, t. 2, v. I, 1924, pp. 5-121.
- _____, "Introduction" in: WOLFF, Christian, *The Law of Nations Treated According to a Scientific Method [Jus Gentium Methodo Scientifica Pertractatum]*, Joseph Drake (trad.), Oxford/London, Clarendon/HM, 1934, pp. xi-iii.
- NÓBREGA, Manoel da, *Cartas do Brasil, 1517-1570*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988, pp. 21-69.
- _____, *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* [Baía, 1556-1557] in: EISENBERG, José, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2000, pp. 222-237.
- _____, *Plano Civilizador. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel Torres*, Lisboa [Baía, 8 de maio de 1558] in: EISENBERG, José, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, EDUFMG, 2000, pp. 238-246.
- NODARI, Paulo César, "Rousseau e a Paz", *VRF*, v. 56, n. 3, 2011, pp. 167-184.
- NOGEL, Randolph, "Human Rights and Ruanda's Expulsion of its Asian Minority", *DJIL&P*, v. 3, 1973, pp. 107-115.
- NOGUEIRA, José Duarte, *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos Primórdios ao Século da Universidade (Contribuição para o seu Estudo)*, Lisboa, s.n., 1994.
- _____, "Objecto e Método na História do Direito (Algumas Considerações)" in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 241-261.
- _____, *Lei e Poder Régio I. As Leis de Afonso II*, Lisboa, AAFDL, 2006.
- _____, *História do Direito Europeu. Relatório sobre o Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático da Disciplina*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008.
- NOGUEIRA, Laura, *Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros no pensamento de Francisco Adolfo Varnhagen*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, DH-UFMG, 2000.
- NOGUEIRA, Octaviano, "A Constituição de 1824" in: *Constituições Brasileiras*, 3. ed., Brasília, SF, 2013, v. I, pp. 9-54.
- NOLTE, George, *Eingreifen auf Einladung: Zur völkerrechtlichen Zulässigkeit des Einsatzes fremder Truppen im internen Konflikt auf Einladung der Regierung*, Berlin, Springer, 1999.
- _____, "Article 2 (7)" in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 147-171.
- _____, "Germany: Ensuring political legitimacy for the use of military forces by requiring constitutional accountability" in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 231-253.
- Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006.
- NORONHA, Ibsen Casas, *Aspectos do Direito no Brasil Quinhentista. Consonâncias do Espiritual e do Temporal*, Coimbra, Almedina, 2005.
- NORTON, Luís, *A dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)*, Lisboa, AGC, 1943.
- _____, *Os portugueses no Japão (1543-1640) (Notas e documentos)*, Lisboa, AGU, 1952.
- NOUR, Soraya, "Os cosmopolitas. Kant e os 'temas kantianos' em relações internacionais", *CI*, v. 25, n. 1, 2003, pp. 7-46.
- Nova e Curiosa Relação de hum abuzo emendado ou evidencias da razão, expostas a favor dos homens pretos em hum diálogo entre hum Letrado e hum Mineiro*, Lisboa, OFBS, MDCLXIV (disponível em <http://www.arlindo-correia.com/060509.html>, acesso a 4 de abril de 2011 e reproduzido no *BIBLB*, v. VIII, n. 4, 1967, pp. 627-634).
- NOVAIS, Jorge Reis, *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito. Do Estado de Direito Liberal ao Estado Social e Democrático de Direito*, Coimbra, s.n., 1987.
- _____, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.
- _____, *Semi-Presidencialismo: o Sistema Semi-Presidencial Português*, Coimbra, Almedina, 2010, v. II.
- NOVAIS, Jorge Reis, *Em Defesa do Tribunal Constitucional. Resposta aos Críticos*, Coimbra, Almedina, 2014.
- NOVAK, David, "Jewish Theology and International Society" in: MAPEL, David R. & NARDIN, Terry (eds.), *International Society. Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1998, pp. 192-200.
- NOVELINO, Marcelo, *Direito Constitucional*, São Paulo, Método, 2008.
- NOWAK, Manfred, *U.N. Covenant on Civil and Political Rights. CCPR Commentary*, 2. Ed., Kehl, Engel, 2005.
- NSEREKO, Daniel, "Genocidal Conflict and the ICTR", *NILR*, v. 47, n. 1, 2001, pp. 31-65.
- _____, "Aggression under the Rome Statute of the International Criminal Court", *NJIL*, v. 41, n. 4, 2002, pp. 497-521.
- NUNES, Filipe de Arede, *Estado Novo, Casamento e Código Civil. Contributo para o Estudo da História do Pensamento Político Português*, Lisboa, AAFDL, 2011.

- NUNES, João Vieira, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII (uma análise estratégica)*, S. Pedro do Estoril, Atena, 2000.
- NÚÑEZ, José Miguel Alonso, *El concepto de historia universal en el pensamiento contemporáneo. Indagaciones sobre la historiografía universal en el siglo XX*, Madrid, EdO, 1994.
- NUSSBAUM, Arthur, *A Concise History of the Law of Nations*, New York, MM, 1950.
- _____, "The Significance of Roman Law in the History of International Law", *UPLR*, v. 100, n. 5, 1952, pp. 678-687.
- NUZZO, Luigi, *Origine di una Scienza. Diritto internazionale e colonialismo nel XIX secolo*, Frankfurt, VK, 2012.
- OBERLEITNER, Gerd, "The Human Security and OSCE", *S&HR*, v. 19, n. 1, 2008, pp. 64-72.
- OBREGÓN, Liliana, "Noted for Dissent: The International Life of Alejandro Álvarez", *LJIL*, v. 19, n. 4, 2006, pp. 983-1016.
- _____, "The Civilized and the Uncivilized" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 917-939.
- O'BRIEN, Jasonne O'Brien, "In Defense of the Mystical Body: Giovanni de Legnano's Theory of Reprisals", *RLT*, v. 1, 2002, pp. 25-55.
- O'CALLAHAN, Joseph, *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*, Philadelphia, UPP, 2002.
- O'CONNELL, D. P., "The Rational Foundations of International Law: Suárez and the Concept of *Jus Gentium*", *SLR*, v. 2, n.2, 1957, pp. 253-270.
- O'CONNELL, Mary Ellen, "New International Legal Process", *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 334-351.
- _____, (ed.), "Introduction" in: id. (ed.), *International Dispute Settlement*, Dartmouth, Ashgate, 2003, pp. xi-xxx;
- _____, *The Power and Purpose of International Law. Insights from the Theory and Practice of Enforcement*, Oxford, OUP, 2008.
- _____, "Peace and War" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 272-293.
- _____ & NIYAZMATOV, Mirakmal, "What is Aggression? Comparing the Jus ad Bellum and the ICC Statute", *JICJ*, 10, n. 1, 2012, pp. 189-207.
- O Constitucionalismo de Pedro I no Brasil e em Portugal*, s.l., MJ/AN, 1972.
- OCTÁVIO [de Langgaard Menezes], Rodrigo, "Les Sauvages Américains devant le Droit International", *RCADI*, v. 31, 1930, pp. 177-292.
- ODÁLIA, Nilo, "Introdução" in: *Varnhagen: História*, id. (org.), São Paulo, Ática, 1979, pp. 7-31.
- ODELLO, Marco, "The Developing Legal Status for the Organization for Security and Co-operation in Europe", *ADI*, n. 22, 2006, pp. 351-393.
- _____, "The Organization for Security and Co-operation in Europe and European Security Law" in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 295-329.
- ODINGA, Alain Didier, "L'Afrique et la question du droit d'intervention aux fins de protection de la personne humaine" in: PONTI, Jean-Emmanuel (dir.), *L'ONU vu d'Afrique*, Paris, M&L/Afredit, 2005, pp. 271-293.
- ODYSSEOS, Luiza & PETITO, Fabio (eds.), *The International Thought of Carl Schmitt. Terror, Liberal War and the Crisis of Global Order*, Abingdon, Routledge, 2007.
- OFODILE, Anthony Chukwula, "The Legality of ECOWAS Intervention in Liberia", *CJTL*, v. 32, n. 2, 1994, pp. 290-381.
- OHLIN, Jens David, *The Assault on International Law*, Oxford, OUP, 2015.
- OKOWA, Phoebe, "Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of Congo v. Uganda*)", *ICLQ*, v. 55, n. 3, 2006, pp. 743-753.
- OLIVART, Marquis de, "Le Diferend entre l'Espagne et les États-Unies au sujet de la question cubaine", *RGDIP*, v. 5, 1898, pp. 358-422.
- OLSEN, Edward, "Japanese Perspective of Just War"; "Korean Perceptions of Just War" in: HELSEN, Howard, (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 217-243, 245-270.
- OLIVECRONA, Karl, *Lenguaje Jurídico y Realidad*, México, D.F. Fontamara, 1991.
- OLIVEIRA, Andreia Oliveira, *O Direito de Asilo na Constituição Portuguesa. Âmbito de Protecção de um Direito Fundamental*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- OLIVEIRA, António José, *Resolução de Conflitos. O Papel do Instrumento Militar no Actual Contexto Estratégico. O Exemplo do Kosovo*, Lisboa, EdC, 2011.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de, "Semelhanças e diferenças na escrita da África Centro-Occidental do Século XVII: os casos de Cadornega e Cavazzi", *CP-Cdhis*, v. 23, n. 2, 2010, pp. 417-435.
- OLIVEIRA, José Augusto de, *A Cruzada. Subsídios para a História da Conquista de Lisboa*, Lisboa, CML, 1949.
- OLIVEIRA, Fernando, *Arte da Guerra no Mar*, Lisboa, E70, 2008 [orig: 1555].
- OLIVEIRA, Pedro Aires, "A República e a Guerra, 1914-1918" in: AMARAL, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, E70, 2011, pp. 185-225.
- OLIVIER, Allan, "Hegel et la Révolution Française" in: BAYLOT, Anne & YÜVA, Ayse (dir.), *France-Allemagne: les figures de l'intellectuel entre révolution et réaction (1780-1848)*, Villeneuve d'Ascq, PUS, 2014, pp. 179-193.
- OLTEAN, Ioana, *Dacia. Landscape, Colonisation and Romanisation*, Abingdon, Routledge, 2007, pp. 53-58.
- OMARI, Abillah H. & MACARINGUE, Paulino, "Southern African Security in Historical Perspective" in: CAWTHRA, Gavin; DU PISANI, Andre & OMARI, Abillah (eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*, pp. 45-60.
- ONOEUEU, Kyoko, *MacArthur's Japanese Constitution: a Linguistic and Cultural Study of its Making*, Chicago, UChiP, 1991, pp. 6-37.
- ONUF, Nicholas, "Civitas Maxima: Wolff, Vattel and the Fate of Republicanism", *AJIL* v. 88, n. 2, 1994, pp. 284-296.
- _____, "Henry Wheaton and 'The Golden Age of International Law'", *ILT*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 2-9.
- _____, "The Link that Failed: Humanitarianism and Intervention, 1815-1865", Working Paper, *Symposium on the Norms and Ethics of Humanitarian Intervention*, Center for Global Peace and Conflict Studies, University of California, Irvine, CA, 5 May 2002.
- _____, "Humanitarian Intervention: the Early Years", *FJIL*, v. 16, n. 4, 2004, pp. 753-787.

- ONUMA, Yasuaki, "International Law and Power in the Multipolar and Multicivilizational World of the Twenty-First Century" in: FALK, Richard; JUERGENSMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 149-197.
- OPPENHEIM, Lassa, *International Law: A Treatise*, London, LG, 1905, v. I.
- _____, *Derecho Internacional Público: controversias, guerra, neutralidad*, A. Lopez (trad.), Barcelona, Bosch, 1966.
- ORAKHELISHVILI, Alexander, "Overlap and Convergence: The Interaction between *Jus ad Bellum* and *Jus in bello*", *JCSL*, v. 12, n. 2, 2007, pp. 158-196.
- _____, "Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (*Democratic Republic of Congo v. Rwanda*), Jurisdiction and Admissibility, Judgment of 3 February 2006", *ICLQ*, v. 55, n. 3, 2006, pp. 753-763.
- _____, *Peremptory Norms in International Law*, Oxford, UK, OUP, 2006.
- _____ (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011.
- _____, "The Relevance of Theory and History – the Essence of International Law" in: id., (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 3-22;
- _____, "The origins of consensual positivism – Pufendorf, Wolff, Vattel" in: id. (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 93-110.
- _____, "International Law, International Politics and Ideology" in: id.(ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 328-375
- _____, "The 19th-Century Life of International Law" in: id. (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 441-445.
- ORBAN, O., *Le Droit Constitutionnel de la Belgique*, Liège/Paris, Dessain/ GeB, 1908,
- Ordenações Afonsinas [1446]*, 2. ed., Lisboa, FCG, 1998.
- Ordenações Filipinas [1603]*, Lisboa, FCG, 1985.
- Ordenações Manuelinas [1512?]*, Lisboa, FCG, 1984.
- Ordenanzas dictadas por la reina doña Juana y el rey don Fernando, el Católico, su padre, com intervención en su elaboración de los miembros del Consejo Real, teólogos y expertos en temas de Indias, para el buen regimiento y tratamiento de los indios de la Isla Española [Leyes de Burgos]* in: José Manuel Ruiz Asencio (ed.), *Leyes de Burgos*, Madrid, MdIC /Testimonio, 1991, pp. 74-93.
- OREND, Brian, "Crisis in Kosovo. A Just Use of Force?", *Politics*, v. 19, n. 3, 1999, pp. 125-130.
- _____, "Justice After War", *E&IA*, v. 16, n. 1, 2002, pp. 43-56.
- _____, "Post-Intervention. Permissions and Prohibitions" in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 224-242;
- ORFORD, Anne, "Muscular Humanitarianism: Reading the Narratives of the New Interventionism", *EJIL*, v. 10, n. 4, 1999, pp. 679-711.
- _____, "Self-Determination after Intervention: the International Community and Post-Conflict Reconstruction" in: *Reading Humanitarian Intervention. Human Right and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 126-157.
- _____, "From Promise to Practice? The Legal Significance of the Responsibility to Protect Concept", *GRIP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 400-424.
- ORSI, Nino, *Fascismo e legislazione fascista*, Milano, Alpes, MCMXXVIII.
- Os Palmares. Subsídios para a sua História*, Ernesto Ennes (org.), Lisboa, CHEP, 1938.
- ORR, D. Alan, *Treason and the State. Law, Politics and Ideology in the English Civil War*, Cambridge, CUP, 2002.
- ORTEGA, Martin, "Vitoria and the Universalist Conception of International Relations" CLARK, Ian. & NEUMANN, Iver (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, pp. 99-119.
- ORTELLI, Sara, "Enemigos internos y súbditos desleales. La infidencias en Nueva Vizcaya en Tiempos de los Borbones", *AEAmé*, t. LXI, n. 2, 2004, pp. 467-489.
- O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993) (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993)*, Lisboa, CEPCEP-UCP/CHAM, 1994.
- OSIEL, Mark, *The End of Reciprocity. Terror, Torture, and the Law of War*, Cambridge, UK, CUP, 2009.
- OSINBANJO, Yemi, "Legality in a Collapsed State: the Somali Experience", *ICLQ*, v. 45, n. 4, 1996, pp. 910-923.
- OSMOCHESCU, Nicolae, "Articolul 11" in: *Constituita Republicii Moldova.Comentariu*, Chisinau, Arc, 2012, pp. 68-71.
- OSÓRIO, Jorge Alves, "Considerações em torno do *De Gestis* do Pe. José de Anchieta. Cruzamentos literários" in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000,t. II, pp. 681-703. *Österreichische Bundesverfassungsgesetze (Auswahl)*, Wien, HvBP, 2000.
- ÖSTHERDAL, Inger, "'By All Means Intervene!': The Security Council and the Use of Force under Chapter VII of the UN Charter in Iraq (to protect the Kurds), in Bosnia, Somalia, Rwanda and Haiti", *NJIL*, v. 66, n. 2-3, 1997, pp. 248-254.
- _____, "The Use of Force: Sweden, the Jus ad Bellum and the European Security and Defence Policy", *NJIL*, v. 79, n. 1, 2010, pp. 141-188.
- OSTROGORSKY, George, *History of the Byzantine State*, Joan Hussey (trad.), New Brunswick, RUP, 1969.
- OTERO, Paulo, *Instituições Políticas e Constitucionais*, Coimbra, Almedina, 2007, v. I;
- _____, *Direito Constitucional Português*, Coimbra, Almedina, 2010.
- ÖZSU, Umut, "Ottoman Empire" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 429-448.
- Padre António Vieira – Colóquio*, Braga, PFF-UCP, 2009.
- PACHECO, Albertino Preto, *A guerra e o Direito Internacional Moderno*, Porto, JSM, 1898.
- PAGANO, Sebastião, "Nóbrega, o desconhecido" in: *Nóbrega*, São Paulo, IHGSP, 1970, pp.
- PAGANI, Fabrizio, "A New Gear in CFSP Machinery: Integration of the Petersberg Tasks in the Treaty on European Union", *EJIL*, v. 9, n. 4, 1998, pp. 737-749.

- PAGDEN, Anthony, *The fall of natural man. The American Indian and the origins of comparative ethnology*, Cambridge, UK, CUP, 1982.
- _____, “Human Rights, Natural Rights, and European Imperial Legacy”, *PT*, v. 31, n. 2, 2003, pp.171-199.
- _____, *Lords of All the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500- c. 1800*, New Haven, YUP, 1995.
- _____, *Worlds at War. The 2,500-Year Struggle between East and West*, New Haven, YUP, 2008.
- _____, “Defending Empire. The School of Salamanca and the ‘Affair of the Indies’” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 45-74.
- _____, “‘Making Barbarians into Gentle Peoples’: Alberico Gentili on the Legitimacy of Empire” *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 75-96.
- _____, “The Peopling of the New World: Ethnos, Race, and Empire in the Early-Modern World” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 97-118.
- _____, “Conquest, Settlement, Purchase, Concession: Justifying the English Occupation of the Americas” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 120-152.
- _____, “Occupying the Ocean. Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the Rights of Discovery and Occupation” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 153-173.
- _____, “*Cambiar su Ser*. Reform to Revolution in the Political Imaginary of the Ibero-American World” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 174-200.
- _____, “From the ‘Right of Nations’ to the ‘Cosmopolitan Right’: Immanuel Kant’s Law of Continuity and the Limits of Empire” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 201-223.
- _____, “‘Savage Impulse – Civilized Calculation’. Conquest, Commerce, and the Enlightenment Critique of Empire” in: *The Burdens of Empire. 1539 to Present*, Cambridge, UK, CUP, 2015, pp. 224-242.
- PAGE, Stephen, “The Creation of a Sphere of Influence: Russia and Central Asia”, *IJ*, v. 49, n. 4, 1994, pp. 788-813.
- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho, “Paz” in: DIMOULIS, Dimitri (coord.), *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2012, pp. 279-281.
- PAINE, Thomas, *Rights of Man*, Hertfordshire, UK, Wordsworth, 1996.
- _____, *Senso Comum [Common Sense]* in: *Os Pensadores: Jefferson; Federalistas, Paine; Tocqueville*, Francisco Weffort (ed.), A. Della Nina (trad.), São Paulo, AbC, 1979, pp. 41-83.
- PAINE, Stanley, *A History of Fascism, 1914-1945*, Madison, WUP, 1995.
- PAIS, Frei Álvaro, *Espelho de Reis [Speculum Regum]*, ed. bilíngue, Miguel Pinto de Meneses (estabelecimento de texto e tradução), Lisboa, IAC, 1963 [1344].
- _____, *Estado e Pranto da Igreja [Status e Planctus Ecclesiae]*, ed. bilíngue, Miguel Pinto de Meneses (estabelecimento de texto e tradução), Lisboa, INIC, 1988-1998.
- PAIVA, Vicente Ferrer Neto, *Elementos de Direito das Gentes*, Coimbra, IdU, 1843.
- PÄIVÄRINNE, Meri, “Enlightened Translations: Knowledge Mediation and Jean Barbeyrac” in: DE COM, Dries (ed.), *Translation and the (Trans)formation of Identities. Selected Papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2008, 2009*, disponível em <http://www.kuleuven.be/cetra/papers/papers.html>, acesso a 1 de junho de 2012.
- PAIXÃO, Judite Cavaleiro; CARDOSO, Cristina Cardoso, LOURENÇO, Maria Alexandra & ANTUNES, Fernando, *O Tribunal de Contas (1911-1930). Do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1911-1919) ao Conselho Superior de Finanças (1919-1930)*, Lisboa, TContas, 2005.
- PALACIOS RUBIOS, Juan López, *De las Islas del Mar Oceano*, México, D.F., FCE, 1954.
- PANCRAZIO, Miguel Ángel (comp.), *Las Constituciones de Paraguay*, Asunción, Intercontinental, 2010.
- PANIZZA, Diego, “Alberico Gentili: vicenda umana e intellettuale di um giurista italiano nell’ Inghilterra elisabetiana” in: AAVV, *Alberico Gentili. Giurista e intellettuale globale. Atti del Convegno- Prima Giornata Gentiliana, 25 Settembre 1983*, Milano, Giuffrè, 1988, pp. 31-58.
- _____, “Diritto internazionale e ordine internazionale: la lezione gentiliana. Comunicazione” in: AAVV, *Alberico Gentile e la dottrina della guerra giusta nella prospettiva di oggi. Atti del Convegno-terza Giornata Gentiliana, 17 Settembre 1988*, Milano, Giuffrè, 1991, pp. 67-75.
- _____, “Il pensiero político di Alberico Gentili. Religione, virtù e ragion di stato” in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell’ età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 57-213.
- _____, “Introdução” in: GENTILI, Alberico, *O Direito da Guerra [De Iure Belli Libti Tres]*, Ciro Mioranza (trad.), Ijuí, Rio Grande do Sul, Unijuí, 2005, pp. 15-45.
- _____, “Gentili and the theological tradition of war: the critical points of a change of paradigm” in: AAVV, *Alberico Gentili. La salvaguardia dei beni culturali nel diritto internazionale. Atti del Convegno, Dodicesima Giornata Gentiliana, San Ginesio, 22-23 Settembre 2006*, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 147- 172.
- PANTON, Michael, “Politics, Practice, and Pacifism: Revising Article 9 of the Japanese Constitution”, *APL&PR*, v. 11, n. 2, 2010, pp. 163-218.
- PAPERMASTER, Daniel, “A Case of the Effect of International Law on Foreign Policy on Decisionmaking: The United States Intervention in the Dominican Intervention in 1965”, *TJIL*, v. 24, 1989, pp. 467-497.
- PAPPE, Ilan, *The Ethnic Cleansing of Palestine*, Oxford, Oneworld, 2006.
- PAQUETE, Gabriel, ‘Justification for Empire, European Concepts’ in: BENJAMIM, Thomas (ed.), *Encyclopedia of Western Colonialism since 1945*, Farmington, MM, 2007, pp. 673-681.
- PARADISI, Bruno, *Il problema storico del diritto internazionale*, Firenze, Sansoni, 1944.
- PARAÍSO, Maria Hilda, “Os botocudos e sua trajetória histórica” in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, CdL/SMC/FAPESP, 1992, pp. 413-430.
- ‘Parecer de Algunos Teólogos de México sobre la Justicia de la Guerra contra los Indios Chichimecas [1569] in: *REHS*, v. 18, n. 70, 1997, Alberto Carrillo Cazares (org.), pp. 211-214.

- ‘Parecer do jurista bolonhês Antonio Minucci da Prattovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis...[17 de outubro de 1436]’ in: *MH*, v. V, doc. 140, pp. 285-320, e ‘Parecer de Antônio de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia [Outubro 1436]’ in: *Ibid.*, doc. 141, pp. 320-343.
- PARKER, Geoffrey, “Spain, Her Enemies and the Revolt of the Netherlands 1559-1648”, *P&P*, n. 49, 1970, pp. 72-95.
- PARRON, Tâmis, “A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas”, *ABraz*, n. 8, 2008, pp. 92-107.
- PARTSCH, Karl Josef, “Israel and the Arab States” in: BERNHARDT, Rudolph & MACALISTER-SMITH, Peter (eds.), *Encyclopedia of Public International Law*, Amsterdam, Elsevier, 1992-2000, v. II, pp. 1460-1461.
- PASHA, A.K., “The Gulf Cooperation Council: a regional approach to peace, security and development”, *JIOR*, v. 8, n. 1, 2012, pp. 90-98.
- PASSMORE, John, “The Objectivity of History” in: Patrick Gardiner (ed.), *The Philosophy of History*, pp. 145-160.
- PASTOR RIDRUEJO, José A., *Curso de Derecho Internacional Público y Organizaciones Internacionales*, 6. ed. Madrid, Tecnos, 1996.
- PATEL, Bimal, “India” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 500-521.
- PATEL, Klaus Kiran, “Transnational History”, *EHO*, disponível em <http://ieg-ego.eu/en/threads/theories-and-methods/transnational-history>, acesso a 27 de setembro de 2014.
- PATERSON, M.J., *The UN General Assembly*, London, Routledge, 2006.
- PATIL, Anjali (ed.), *The UN Veto in World Affairs, 1946-1990. A Complete Record and Case Histories of the Security Council's Veto*, Sarasota, UNIFO, 1992.
- PATTISON, James, *Humanitarian Intervention & Responsibility to Protect. Who Should Intervene?*, Oxford, OUP, 2010.
- _____, “Bombing the Beneficiaries. The Distribution of the Costs of the Responsibility to Protect and Humanitarian Intervention” in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 113-129.
- PAUCOT, Jean, “Le pouvoir d’engager les hostilités en France”, *PRFECF*, n. 10, 1979, pp. 65-78.
- PAULO, Vicente & ALEXANDRINO, Marcelo, *Resumo de Direito Constitucional Descomplicado*, Niterói, Impetus, 3. ed., São Paulo, Método, 2008, pp. 421-422;
- PAULUS, Andreas, “The War Against Iraq and the Future of International Law: Hegemony or Pluralism?”, *MJIL*, v. 25, n. 3, 2004, pp. 691-733.
- _____, “Peace through justice? The Future of the Crime of Aggression in a Time of Crisis”, *WayLR*, v. 50, n. 1, 2004, pp. 1-35.
- _____, “Second Thoughts on the Crime of Aggression”, *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1117-1128.
- _____, & VASHAKMADZE, Mindia, “Parliamentary Control over the Use of Force Against Terrorism: In Defense of the Separation of Powers”, *NYIL*, v. 38, 2007, pp. 113-161.
- PAUST, Jordan, “The Seizure and Recovery of the *Mayaguez*”, *YJL*, v. 85, n. 6, 1975-1976, pp. 774-806.
- _____, “Entebbe and Self-Help: The Israeli Response to Terrorism”, *FFIA*, v. 2, n. 1, 1978, pp. 89-92.
- _____, “The U.S. as Occupying Power Over Portions of Iraq and Relevant Responsibilities Under the Laws of War”, *ASIL Insights*, n. 8, 2003.
- PAYANDEH, Mehrdad, “With Great Power Comes Great Responsibility? The Concept of the Responsibility To Protect Within the Process of International Lawmaking”, *YJIL*, v. 35, n. 2, 2008, pp. 469-516.
- _____, “United Nations, Military Interventions, and Regime Change in Lybia”, *VJIL*, v. 52, n. 2, 2012, pp. 355-403.
- PAZ, Fray Matías, *Del dominio de los Reyes de España sobre los indios*, México, D.F., FCE, 1954.
- PEACOCK, Dorinda Linda, “It Happened, and It can Happen Again: The International Response to the Rwanda Crisis”, *NCJIL&CR*, v. 22, n. 3, 1997, pp. 899-941.
- PEASLEE, Amos Jenkins (ed.), *Constitutions of Nations*, The Hague, MN, 1956, v. III, pp. 485-501.
- PEDERNEIRAS, Raúl, *Direito Internacional Compendiado*, 4. ed., Rio de Janeiro, s.n., 1934.
- _____, *Direito Internacional Compendiado*, 7. ed., Óscar Tenório (edição e revisão), Rio de Janeiro, FB, 1953.
- _____, *Direito Internacional Compendiado*, 13. ed., Óscar Tenório (edição e revisão), Rio de Janeiro, FB, 1965.
- PEDROSA, Ronaldo Leite Pedrosa, *Direito em História*, 5. ed., Rio de Janeiro, LJ, 2006.
- PELCZINSKY, Z. A. (ed.), *The State and Civil Society: Studies in Hegel Political Philosophy*, Cambridge, CUP, 1984.
- PELLET, Alain, “‘La guerre de Kosovo’ – le fait rattrapé par le droit”, *ILFDI*, v. 1, 1999, pp. 151-154.
- _____, “Can a State Commit a Crime? Definitely, Yes!”, *EJIL*, v. 10, n. 2, 1999, pp. 425-434.
- PELLET, Alain, “Brief Remarks on Unilateral Use of Force”, *EJIL*, v. 11, n. 2, 2000, pp. 385-392.
- PÉLISSIER, Rene, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1815-1941)*, Orgeval, Péliissier, 1977.
- _____, *Naissance du Mozambique. Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)*, Orgeval, Péliissier, 1984.
- _____, *Les Campagnes Coloniales du Portugal 1844-1941*, Paris, Pygmalion, 2004.
- PENA, Eduardo Spiller, *Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871*, Campinas, EDUNICAMP, 2001.
- PEÑAFORT, Raimundo de, *Summa de poenitentia, et matrimonio, cum glossis ionannis de Friburgo* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 134-147.
- PENNEC, Hervé, *Des Jésuits au Royaume du Prête Jean (Éthiopie)*, Paris, FCG, 2003.
- PENTIKÄINEN, Merji, “The Role of the Human Dimension of the OSCE in Conflict Prevention and Crisis Management” in: BOTHE, Michael; RONZITTI, Natalino & ROSAS, Allan (eds.), *The OSCE in the maintenance of peace and security: conflict prevention, crisis management and peaceful settlement of disputes*, The Hague, KL, 1997, pp. 83-122.

- PERDUE, Leo (ed.), *The Blackwell Companion to the Hebrew Bible*, Oxford, Blackwell, 2001.
- PEREIRA, André Gonçalves, *Curso de Direito Internacional Público*, Lisboa, AAFDL, 1963.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, Lisboa, Ática, 1964.
- _____, *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., Lisboa, Ática, 1970.
- _____, “O Direito Internacional na Constituição de 1976” in: *Estudos sobre a Constituição*, Lisboa, Petrony, 1977, pp. 37-47.
- _____, & QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, 3. ed. Coimbra, Almedina, 1993.
- PEREIRA, Antonio Batista, *Rui Barbosa, o organizador da República*, Rio de Janeiro, FCRB 1989,
- PEREIRA, Bernardo Futscher, *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Alfragide, DQ, 2012.
- PEREIRA, Bruno Yepes, *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2007.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis* [orig.: 1505?-1506?] in: *MMA*, 2ª Série, Padre António Brásio (col e anot.), Lisboa, AGU, 1968, doc. 35, v. I (“África Ocidental (1342-1499)”), pp. 254-257.
- PEREIRA, José Esteves, “O Sol e a Lua: desígnios políticos de Vieira”, *Brotéria*, n. 160, 2005, pp. 489-494.
- PEREIRA, Luis César Ramos, *Costume internacional. Gênese do direito internacional*, Rio de Janeiro, Renovar, 2002.
- PEREIRA, Luiz Alberto Moniz, *A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*, 4. ed., Rio de Janeiro, CB, 2012.
- PEREIRA, Maria de Assunção do Vale, *As medidas provisórias na jurisprudência recente do Tribunal Internacional de Justiça*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998.
- _____, “Da Ilícitude da Guerra contra o Iraque”, *RJUPIDH*, n. 10, 2003, pp. 167-170.
- _____, *A intervenção humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- _____, “Intervenção Humanitária” in: RIBEIRO, Manuel Almeida; COUTINHO, Francisco Pereira & CABRITA, Isabel (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 257-259.
- _____, “Intervenção Humanitária e Intervenção Democrática: Recurso à Força para Garantir Direitos Fundamentais?” in: JERÓNIMO, Patrícia (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 101-122.
- _____, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014.
- PEREIRA, Paulo Roberto, “O Éden violado: a imagem do Índio no Brasil Quinhentista” in: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto, FEAA, 2000, t. III, pp. 1107-1117.
- PÉRET, Benjamin, *O Quilombo dos Palmares. Crónica da ‘República dos Escravos’, Brasil 1640-1695*, Lisboa, Fenda, 1988 [orig.: 1956].
- PÉREZ, Joseph, *Filipe II e o seu Império*, Lisboa, Verbo, 1999.
- PÉREZ, Fernando, *In Materia de Bello [1588]*, Filipa Roldão & Ricardo Ventura; António Guimarães Pinto (trans. e trad.) in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 341-509.
- PERKINS, Dexter, “Europe, Spanish America, and the Monroe Doctrine”, *AHR*, v. 27, n. 2, 1922, pp. 207-218.
- PERREAU-SAUSINE, Amanda & MURPHY, James Bernard (eds.), *The Nature of Customary Law. Legal, Historical and Philosophical Perspectives*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz, *Legislação indigenista colonial. Inventário e índice*, Dissertação de Mestrado, Campinas, DCS-IFCH-UNICAMP, 1990.
- _____, “Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial”, *CCDES*, n. 30 (Especial: Conquista da América), 1993, pp. 57-64.
- _____, Entrada ‘Guerra Justa’ in: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Dicionário de História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1994, pp. 386-387.
- _____, “Verdadeiros contrários – guerra contra o gentio no Brasil colonial”, *Sexta-Feira*, n. 7, s.d., pp. A-24-A-34.
- _____, & STZTUMAN, Renato, “Notícia de uma certa Confederação Tamoio”, *Mana*, v. 16, n. 2, 2010, pp. 401-433.
- PETERSMANN, Ernst-Ulrich, “The Transformation of the World Trading System through the 1994 Agreement Establishing the World Trade Organization”, *EJIL*, v. 6, n. 1995, pp. 161-221.
- _____, “De-Fragmentation of International Economic Law Through Constitutional Interpretation and Adjudication with Due Respect for Reasonable Disagreement”, *LUCILR*, v. 16, n. 1, 2008, pp. 209-247.
- PETRO, Nicolai, “Legal Case for Russia Intervention in Georgia”, *FJIL*, v. 32, n. 5, 2009, pp. 1524-1549.
- PETROVIC, Drazen, “Threat of Force and Its Consequences: Recent Developments” in: CRNIC-GROTIC, Vesna & MATULOVIC, Miomir (eds.), *International Law and the Use of Force at the Turn of Centuries: Essays in Honour of V.D. Degan*, UR, 2005, pp. 123-149.
- _____, & CONDORELLI, Luigi, “L’ONU et la Crise Yougoslave” *AFDI*, v. 38, 1992, pp. 32-60.
- PETRUS CUNAEUS, *De Republica Hebraeorum* [1617], Peter Wyetzner (trad.), Jerusalem/New York, Jerusalem/New York, SP, 2006,
- PFISTER, Roger, *Apartheid South Africa and African States. From Pariah to Middle Power, 1961-1994*, New York, Tauris, 2005.
- PHILLIMORE, Robert, *Commentaries Upon International Law*, Philadelphia, Johnson, 1854, v. I.
- PHILLIMORE, Lord Walter, “Droit et Devoirs Fondamentaux des États”, *RCADI*, t. 26, v. 2, 1929, pp. 29-71.
- PHILLIPOV, Mikhail, “Diversory Role of the Georgia–Russia Conflict: International Constraints and Domestic Appeal”, *EAS*, v. 61, n. 10, 2009, pp. 1825–1847.
- PHILLIPS, Jim, “Why Legal History Matters”, *VUWLR*, v. 41, n. 3, 2010, pp. 293-316.
- PHILLIPS, Jonathan, *Holy Warriors. A Modern History of the Crusades*, London, Vintage, 2010.

- PHILLIPS JR., William, *Slavery in Medieval and Early Modern Iberia*, Philadelphia, UPP, 2014.
- PIÇARRA, Nuno, *A separação dos poderes como doutrina e como princípio constitucional. Um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.
- _____, *O Inquérito Parlamentar e os seus Modelos Constitucionais. O Caso Português*, Coimbra, Almedina, 2004.
- _____, “Cooperação internacional no combate ao terrorismo e tutela dos direitos fundamentais O debate na jurisprudência dos tribunais da União Europeia”, *RMD.DHF*, v. 10, n. 1, 2010, pp. 11-30.
- _____, “Direito da União Europeia: o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Relatório com o Programa, os Conteúdos e os Métodos de Ensino da Cadeira”, *Themis*, a.10, n. 19, 2010, pp. 233-366.
- _____, “Terrorismo e direitos fundamentais: as smart sanctions na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e no Tratado de Lisboa” in: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, v. III, pp. 711-741.
- PICONE, Paolo, “La ‘guerra del Kosovo’ e il Diritto Internazionale Generale”, *RivDI*, n. 2, 2000, pp. 309-360.
- PILITTU, Paola Anna, “Il contrabbando di guerra nel *de iure belli* di Alberico Gentili” in: Brunneto Carpino (org.), *Raccolta di Scritti in Memoria di Angelo Lerner*, Collana/Napoli, PUSP/ESI, 1989, pp. 707-735.
- _____, “Método científico e libertà di religione in Alberico Gentili” in: AAVV, *Alberico Gentili. Política e religione nell’età delle guerre di religione. Atti del Convegno, Seconda Giornata Gentiliana, 17 Maggio 1987*, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 41-55.
- PIMENTA, José de Melo, *Nóbrega, fundador de São Paulo. No 420º Aniversário da sua morte (1570-1990)*, São Paulo, Edição do Autor, 1990.
- PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.
- _____, “Cativar e descativar por serviço a Deus” in: VENTURA, Maria da Graça (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 273-284.
- _____, “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa” in: MENESES, Avelino de Freitas & COSTA, João Paulo Oliveira e (orgs.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/UA, 2007, pp. 209-317.
- PINHEIRO, Alexandre Sousa & FERNANDES, Mário João de Brito, *Comentário à IV Revisão Constitucional*, Lisboa, AAFDL, 1999, pp. 564-565.
- PINHEIRO, Joely Ungaretti, *Conflitos entre jesuítas e colonos na América Portuguesa, 1640-1700*, Tese de Doutoramento, Campinas, UNICAMP, 2007.
- PINKSTON, Daniel & SAKURAI, Kazutaka, “Japan Debates Preparing for Future Preemptive Strikes against North Korea”, *KJDA*, v. 18, n. 4, 2006, pp. 95-121.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005.
- PINSKY, Jaime, *A escravidão no Brasil*, 20 ed., São Paulo, Contexto, 2009.
- PINTADO, Jorge Onrubia, *La Isla de los Guanartemes. Territorio, sociedad y poder en la Gran Canaria indígena (siglos XIV-XV)*, Las Palmas, CGC, 2003.
- PINTASSILGO, Joaquim, “Gomes Eanes de Zurara” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. II, pp. 1096-1097.
- PINTO, A. Guimarães, “Introdução” in: ERASMO DE ROTERDÃO, *A Guerra e a Queixa da Paz*, A. Guimarães Pinto (trad.), Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 7-19.
- PINTO, Eduardo Vera-Cruz, *As Origens do Direito Português. A Tese Germanista de Teófilo Braga*, Lisboa, AAFDL, 1996.
- _____, *Apontamento de História das Relações Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 1998.
- _____, “*Judicium Galbae*: as Campanhas de Sérvio Sulpício Galba contra os Lusitanos em 151-150 A.C., e o Direito Romano” in: *Jornadas Romanísticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 137-197.
- _____, *História do Direito Comum da Humanidade. Ius Commune Humanitatis ou Lex Mundi?*, Lisboa, AAFDL, 2003, v. I, t. I.
- _____, *Terra de Santa Maria. Terra-Mãe do Primeiro Portugal. Estudo de Direito-Político Medieval Hispânico sobre a Independência de Portugal (1096-1179)*, Santa Maria da Feira, CVCSMF, 2005.
- _____, *História do Direito Comum. Ius Commune Humanitatis ou Lex Mundi?*, Lisboa, AAFDL, 2006, v. I, t. II.
- _____, *Ensinar História das Relações Internacionais numa Faculdade de Direito Após o 11 de Setembro. Relatório sobre Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino da Disciplina de História das Relações Internacionais apresentado ao Concurso para Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
- PINTO, Frederico Costa, *A Categoria de Punibilidade na Teoria do Crime*, Coimbra, Almedina, 2013.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado. Uma História do Poder*, Porto, Civilização, 2013.
- PINTO, Maria do Céu, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2007.
- PINTO, Rui Costa, *A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos Capitães*, Lisboa, Estar, s.d..
- PIIRIMÄE, Pärtel, “Just War in Theory and Practice: The Legitimation of Swedish Intervention in the Thirty Years War”, *HJ*, v. 45, n. 3, 2002, pp. 499-523.
- _____, “The Explanation of Conflict in Hobbes *Leviathan*”, *Trames*, v. 10, n. 1, 2006, pp. 3-21.
- PINCUS, Steve, *England’s Glorious Revolution 1688-1689. A Brief History with Documents*, Boston/New York, Bedford/StMP, 2006.
- _____, *1688. The First Modern Revolution*, New Haven, YUP, 2009.
- PINHEIRO-FERREIRA, Silvestre, *Le Principe de la Non-Intervention en Général, et particulièrement dans la situation actuelle de la Péninsule Ibérique*, Paris, IBM, 1835.
- PINZAN, Christine de, *Le livre des fais d’armes et de la cavalerie* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 213-226.
- PIPPIN, Robert & HÖFFE, Otfried (eds.), *Hegel on Ethics and Politics*, Cambridge, CUP, 2004.

- PITTS, Jennifer, *A Turn to Empire. The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France*, Princeton, PUP, 2005.
- PLANCHEREL-BONGARD, Carole, “Les Rapports de Subordination entre Rome et les Confédérations Latine et Italique”, *LHR*, v. 66, n. 3, 1998, pp. 279-287.
- PLATÃO, *As Leis, ou da legislação e epinomis*, Edson Bini (trad.), São Paulo, EDIPRO, 1999.
- _____, *A República*, Enrico Corvesieri (trad.), São Paulo, NC, 1999.
- PIRES, Francisco Lucas, *Introdução ao Direito Constitucional Europeu*, Coimbra, Almedina, 1997.
- POCOCK, J.G.A., *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Edition with a New Afterword by the Author, Princeton, PUP, 2003[1.ed: 1975].
- _____, *Political Thought and History. Essays in Theory and Method*, Cambridge, UK, CUP, 2009.
- PODOLSKY, Anatoli, “Collaboration in Ukraine during the Holocaust: Aspects of Historiography and Research” in: BECHTEL, Delphine (ed.), *The Holocaust in Ukraine: New Sources and Perspectives. Conference Presentations*, Washington, CAHS, 2013, pp. 187-197.
- POGANY, Itsvan, “Humanitarian Intervention in International Law: The French Intervention in Syria Re-Examined”, *ICLQ*, v. 25, n. 1, 1986, pp. 182-190.
- POGGE, Thomas (ed.), *Global Justice*, Malden, Blackwell, 2001.
- _____, “Rawls on International Justice”, *PQ*, v. 51, n. 203, 2001, pp. 246-253;
- _____, “Cosmopolitanism” in: GOODIN, Robert; PETTIT, Philip & POGGE, Thomas (eds.), *A Companion to Contemporary Political Philosophy*, 2. ed., Malden, Mass, Blackwell, 2007, pp. 312-331.
- _____, “Moralizing Humanitarian Intervention: Why Jurying Fails and How Law can Work” in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 158-187.
- POLISENSKY, J.V. “The Thirty Years War”, *P&P*, n. 6, 1954, pp. 31-43.
- POMERANCE, Michla, *Self-Determination in Law and Practice. The New Doctrine in the United Nations*, The Hague, MN, 1982.
- POMEROY, John Norton, *An Introduction to the Constitutional Law of the United States*, New York, H&H, 1868.
- _____, *Lectures on International Law in Time of Peace*, Theodore Woolsey (ed.), Boston, Houghton, Mifflin and Co, 1886.
- POMPA, Cristina, “O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena”, *NE-CEPRAP*, n. 62, 2002, pp. 83-95.
- PONTES, Joel, *Teatro de Anchieta*, Rio de Janeiro, MEC, SNT, 1978.
- POOLE, Thomas, “United Kingdom: the Royal Prerogative”, *ICON*, v. 8, n. 1, 2010, pp. 146-155.
- POPPER, Karl, *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*, Abingdon, Routledge & KP, 1963.
- ‘Por estas razões me demouy com a graça de deus pera fazer a guerra dos mouros per meus Jirmãos e o conde. Bruemente escriptas [1437]’ in: *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, João José Silva Dias (transcrição), Lisboa, EE, 1982, pp. 135-138.
- PORRAS, Ileana M., “Constructing International Law in East Indian Seas: Property, Sovereignty, Commerce and War in Hugo Grotius *De Iure Praedae* –The Law of Prize and Booty or ‘On How to Distinguish Merchants from Pirates’”, *BrookJIL*, v. 31, 2006, pp. 741-804.
- PORRO, Antônio, “História indígena do Alto e Médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII” in: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, CdL/SMC/FAPESP, 1992, pp. 175-196.
- PORTO, Manuel Lopes, *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, 3. ed. Coimbra, Almedina, 2001.
- POSNER, Eric, *The Perils of Global Legalism*, Chicago, UChiP, 2009,
- POSNER, Richard, “What has Pragmatism to Offer Law?” in: PATTERSON, Dennis (ed.), *Philosophy of Law and Legal Theory: An Anthology*, London, Blackwell, 2003, pp. 180-190.
- _____, *Not a Suicide Pact. The Constitution in a Time of National Emergency*, Oxford, OUP, 2006.
- POSSEBON, Fabrício, *O épico De Gestis Mendi di Saa (A Saga de Mem de Sá) de José Anchieta*, Tese de Doutorado, João Pessoa, UFP-PPGL, 2007.
- POTON, Didier, *Duplessys-Mornay. Le pape des huguenotes*, s.l., Perrin, 2006.
- POTTER, Pitman, “L’Intervention en Droit International Moderne”, *RCADI*, t. 32, 1930, pp. 607-690.
- POTTIER, Johan, “Everybody needs Good Neighbours: Understanding the Conflict (s) in Eastern Congo”, *CEA*, n. 2, 2002, pp. 141-166).
- POULANTZAS, Nicholas, *The Right of Hot Pursuit in International Law*, 2. ed., The Hague, MN, 2002.
- POWELL, Samantha, “Raising the Cost of Genocide” in: MILLS, Nicolaus & BRUNNER, Kira (eds.), *The New Killing Fields. Massacre and the Politics of Intervention*, pp. 245-264.
- _____, *‘A Problem from Hell’. America and the Age of Genocide*, New York, Perennial, 2003.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes, *Direito Constitucional Português* [1879], Coimbra, Coimbra Editora, 1997.
- PRADIER FODERÉ, P., *Traité du Droit International Public Européen et Américain*, Paris, ADP, 1885.
- PRADO JR., Caio Prado, *História Económica do Brasil*, 8. ed., São Paulo, Brasiliense, 1963.
- PRADO, Ney, “As forças armadas nas Constituições de 1969 e 1988” in: RAMOS, Dircêo Torrecilas; ROTH, Ronaldo João & COSTA, Ilton Garcia, *Direito Militar. Doutrina e Aplicações*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011, pp. 306-317.
- PRAGG, Jonathan, “Tyrannizing Sicily: The Despots who Cried ‘Chartage’ in: TURNER, A.; CHANG-GOSSARD, K. O. & VERVAET, F. (eds.), *Private and Public Lies: The Discourse of Despotism and Deceit in the Graeco-Roman World*, Leiden, Brill, 2001, pp. 51-71.
- Presidential Powers. An American Debate*, New York, CLS, 1996.
- PREST, Wilfrid, “Lay Legal History” in: MUSSON, Anthony & STEBBINGS, Chantal (eds.), *Making Legal History. Approaches and Methodologies*, Cambridge, UK, CUP, 2012, pp. 196-214.
- PRESTAGE, Edgar, *Viagens Portuguesas de Descobrimento*, Lisboa, Portugalá, 1940.

- PRETI, Luigi, *Impero Fascista Africani ed Ebrei*, Milano, Mursia, 1968.
- PRETZLER, James, “Who Dubbed it Glorious Revolution?”, *Albion*, v. 19, n. 4, 1987, pp. 579-585.
- PREVOST, Jean-François, “Observations sur la nature juridique de l’Acte final de la Conférence sur la sécurité et la coopération en Europe”, *AFDI*, v. 21, 1975, pp. 129-153.
- PRIEN, Hans-Jürgen, “O Papel dos Jesuítas Portugueses no Brasil entre 1549 e 1640” in: VENTURA, Maria da Graça (org.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 217-240.
- Principles of International Law Recognised in the Charter of the Nürnberg Tribunal and the Judgments of the Tribunal* [1950], New York, UN, 2005.
- ‘Proceso contra los indios Ácoma: opinión de los padres franciscanos sobre la guerra justa [7 de janeiro de 1599]’, *RCHD*, n. 7, 2002, pp. 349-352.
- PROEDROU, Filippou, “Ukraine’s foreign policy: accounting for Ukraine’s indeterminate stance between Russia and the West”, *SEBSS*, v. 10, n. 4, 2010, pp. 443-456.
- ‘Proposta a Sua Magestade; sobre a Escravaria das terras de Conquista de Portugal [Século XVI? Século XVII?]’ in: *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Transcrição de Maria do Rosário Pimentel, Porto, FLUP, 2004, pp. 849-654.
- PRUNIER, Gérard, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, New York, ColUP, 1996.
- _____, *Africa’s World War. Congo, The Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe*, Oxford, OUP, 2009.
- PRUITT-HAMM, Bruce, “Humanitarian Intervention in Southeast Asia in the Post-Cold War World: Dilemmas in the Definition and Design of International Law”, *PRL&PJ*, v. 3, n. 1, 1994, pp. 183-226.
- PRZETACZNIK, Franciszek, “Individual Human Rights in John Locke’s Two Treatises on Government”, *NILR*, v. 25, n. 2, 1978, pp. 195-216.
- PUCCINELLI JR., André, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2013.
- PUFENDORF, Samuel, “*De Iure Naturae et Gentium Libri Octo* (On the Law of Nature and Nations) [1672]” in: *The Political Writings of Samuel Pufendorf*, Craig Carr (ed.), Michael Seidler (trad.), Oxford, OUP, 1994, pp. 93-268.
- _____, *De Officio Hominis et Civis* (On Duty of Man and Citizen) [1675], New York, Oceana, 1964, I. II, § 16).
- _____, *Les devoirs de l’homme et du citoyen, tels qu’ils son prescrit par la loi naturelle*, 3. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1715.
- _____, *Le droit de la nature et des gens, ou système general des principes les plus importants de la morale, de la jurisprudence, et de la politique*, 5. ed., Jean Barbeyrac (trad. e anot.), Amsterdam, CPdC, 1734, 2 v.
- PUGH-MEYER, Judith, “La Rochelle and the Failure of the French Reformation”, *SCJ*, v. 30, n. 2, 1999, pp. 169-183.
- PUNTONI, Pedro, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*, São Paulo, Hucitec, 1999.
- _____, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec/EDUSP/FAPESP, 2002.
- PUREZA, José Manuel, *O Património Comum da Humanidade: Rumo a um Direito Internacional da Solidariedade?*, Coimbra, FEUC, 1995.
- _____, “Da Guerra Justa à Guerra Justificada”, *PI*, v. 1, n. 10, 1994, pp. 67-95.
- _____, “As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia” in: JERÓNIMO, Patrícia (org.), *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 79-99.
- PURNAWANTY, Jani, “Various Perspectives in Understanding the East Timor Crisis”, *TI&CLJ*, v. 14, n. 1, 2000, pp. 61-73.
- QUADROS, Fausto de, *Direito Internacional Público I: programa, conteúdos e métodos de ensino*, RFUDL, v. xxxii, 1991, pp. 351-462.
- _____, “Timor e o Direito Internacional”; MARTINS, Ana Maria Guerra, “Timor Leste e a Afirmação (Tardia) do Direito Internacional” in: MIRANDA, Jorge (org.), *Timor e o Direito. Intervenções nas mesas-redondas de 8, 9, 10, 11 e 12 de Novembro de 1999 realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, AAFDL, 2000, pp. 7-17, 19-35.
- _____, *Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2004.
- _____, *Droit de l’Union Européene. Droit Constitutionnel et Administratif de l’Union Européene*, Bruxelles, Bruylant, 2008.
- _____, *Droit de l’Union Européene. Droit Constitutionnel et Administratif de l’Union Européene*, 3.ed., Bruxelles, Bruylant, 2013.
- QUEIRÓ, Afonso, *Direito Internacional Público*, s.l. [Coimbra?], s.n., s.d. [1960?].
- QUEIROZ, Cristina, “O Direito de Intervenção Humanitária: Um ‘Novo’ Paradigma do Direito Internacional” in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 387-400.
- _____, *Direito Constitucional. Instituições do Estado de Democrático e Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- _____, *Direito Internacional e Relações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- _____, “A República e o Direito Internacional”, *RFDUP*, v. VIII, 2011, pp. 9-30.
- _____, “A Protecção Internacional dos Direitos do Homem”, *RFDUP*, v. X, 2013, pp. 77-109.
- _____, *Direito Internacional e Relações Internacionais. Organizações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.
- QUEVEDO, Júlio, *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*, Bauré, EDUSC, 2000.
- QUIDDE, Ludwig, “Histoire de la paix publique en Allemagne au Moyen Age”, *RCADI*, t. 28, n. 3, 1929, pp. 449-598.
- QUIGLEY, John, “United States Invasion to Grenada. Stranger than Fiction”, *UMIALR*, v. 18, n. 2, 1986, pp. 271-352.
- _____, “Russian Minorities in the Newly Independent States”, *ILSA-JI&CL*, v. 3, n. 2, 1997, pp. 461-462.
- QUINN-JUDGE, Sophie, “Fraternal aid, self-defence, or self-interest? Vietnam’s intervention in Cambodia, 1978-1979” in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.),

- Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 343-362.
- QUINTA-NOVA, Henrique, “A guerra justa ou justiça da guerra no pensamento português”, *NeD*, a. 21, n. 79, 1996, pp. 168-186.
- QUIROGA, D. Vasco de, *Informe en Derecho* in: *D. Vasco de Quiroga, Pensamiento Jurídico. Antología*, Rafael Aguayo Spencer (ed.), México, Porrúa, 1986.
- RABASA, Emílio, *Historia de las Constituciones Mexicanas*, México, UNAM, 2000.
- RACCIOPI, F. & BRUNELLI, I., *Commento allo Statuto del Regno*, Torino, UTT, 1909, v. I.
- RACHEL, Samuel, *Dissertation in the Law of Nature and of Nations [De Jure Naturae et Gentium Dissertationes]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916.
- RÁFOLS, Elías Serra, “Proceso de integración de las islas canarias en la Corona de Castilla”, *AEA*, n. 36, 1990, pp. 17-52.
- RAIMUNDO, Isabel, *Imperativo Humanitário e Não-Ingerência. Os Novos Desafios do Direito Internacional*, Lisboa, IDN/Cosmos, 1999.
- RAJAN, M. S., *United Nations and Domestic Jurisdiction*, Bombay, OL, 1958.
- RAMBEAUD, Pascal, “The Origins of Rural Calvinism in Aunis: The Sphere of Influence of La Rochelle”, *SCJ*, v. 30, n. 2, 1999, pp. 367-395.
- RAMOS, André de Carvalho, “Relações Internacionais” in: DIMOULIS, Dimitri (coord.), *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 2012, pp. 347-348.
- RAMOS, Rui Moura (coord.), *A Crise do Golfo e o Direito Internacional*, Porto, UCP, 1993.
- _____, “A Crise do Golfo e o Direito Internacional. Aspectos Gerais” in: *Da Comunidade Internacional e do seu Direito – Estudos de Direito Internacional Público e de Relações Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, pp. 179-193.
- RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, s.l., EE, 2001, v. VI.
- RANDELZHOFFER, Albrecht, “Article 2 (4)” in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 112-135.
- RANGLES, W. G. L., *L’ancien royaume du Congo. Des origines à la fin du XIX^e siècle*, Paris/La Haye, Mouton, 1968.
- _____, *L’empire du Monomotapa du XV^e au XIX^e siècle*, Paris/La Haye, Mouton, 1975.
- RAO, P.V., “The US Congress and the 1971 Crisis in East Pakistan”, *IS*, v. 43, n. 1, 2006, pp. 73-91.
- RAPOSO, Vera, *O Poder de Eva. O Princípio da Igualdade no Âmbito dos Direitos Políticos*, Coimbra, Almedina, 2004.
- RAPPARD, William, “Vues Rétrospectives sur la Société des Nations”, *RCADI*, t. 71, n. 1, 1947, pp. 117-225.
- RATNER, Steven, “The Cambodia Settlement Agreements”, *AJIL*, v. 87, n. 1, 1993, pp. 1-41.
- RAUERT, Tyler, “Early Modern Perspectives on Western Just War Thought” in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, UK, Ashgate, 2010, pp. 87-112.
- RAUGH JR., Harold., ‘Ashanti Expedition (1895–1896)’, ‘Ashanti War (1900)’; ‘Second Ashanti War (1873–1874)’ ‘First Ashanti War (1823–1826)’ in: *The Victorians at War, 1815-1914. An Encyclopedia of British Military History*, Santa Barbara, Cal, ABC-Clio, 2004, pp. 30-37.
- RAUSCHING, Dietrich; WIESBROCK, Katja & LAILACH, Martin (eds.), *Key Resolutions of the U.N. General Assembly, 1945-1996*, Cambridge, UK, CUP, 1997.
- RAUSTIALA, Kal, “Institutional Proliferation and the International Legal Order” in: DUNNOF, Jeffrey & POLLACK, Mark (eds.), *Interdisciplinary Perspectives on International Law and International Relations. The State of the Art*, Cambridge, UK, CUP, 2013, pp. 203-320.
- RAVITSKY, Aviezer, “Prohibited Wars in the Jewish Tradition” in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 115-127.
- _____, “Tora e politeia no pensamento judaico medieval” in: RENAUT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política I – A Liberdade dos Antigos*, Elsa Pereira (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 253-299.
- RAWLS, John, *The Law of Peoples*, Cambridge, Mass, HUP, 1999.
- _____, “Lectures on Hobbes” in: *Lectures on the History of Political Philosophy*, Samuel Freeman (ed.), Cambridge, Mass, HUP, 2007, pp. 23-99.
- RAWSON, Hugh & MINER, Margaret, *The Oxford Dictionary of American Quotation*, 2. ed., New York, OUP, 2006, p. 703.
- RAYMOND, Gregory, “The Greco-Roman Roots of the Western Just War Tradition” in: HENSEL, Howard (ed.), *The Prism of Just War. Asian and Western Perspectives on the Legitimate Uses of Military Force*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 7-27.
- RAZ, Joseph, *The Authority of Law Essays on Law and Morality*, 2. ed., Oxford, OUP, 2009.
- REALE, Giovanni, *Storia della Filosofia Antica*, 9. ed., Milano, VeP, 1992.
- RECHID, Ahmed, “L’Islam et le Droit des Gens”, *RCADI*, t. 60, n. II, 1937, pp. 371-506.
- Recueil des Acts Internationaux de l’Empire Ottomane*, Gabriel Nouradounghian (org.), Paris, Cotillon, 1897, t. I, pp. 319-334.
- Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias*, Madrid, IDRSC, 1943.
- REDDIE, James, *Inquiries in International Law. Public and Private*, 2. ed., Edinburgh, Blackwood, 1851.
- REDDI, Vimalen, “The ICC and the Crime of Aggression: A Need to Reconcile the Prerogatives of the SC, the ICC and the ICJ”, *ICLR*, v. 8, n. 4, 2008, pp. 655–686.
- REED, Douglas, ‘Dred Scott v. Sandford (1857)’ in: RODRIGUEZ, Junius, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007, v. I, pp. 265-267.
- REEVES, Jesse, “La Communauté Internationale”, *RCADI*, t. 3, v. 2, 1924, 1-94.
- ‘Regimento de Tomé de Souza de 1548’, disponível em <http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>, acesso a 7 de Maio de 2010.
- REGISTRY OF THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, “Armed Activities on the Territory of the Congo

- (Democratic Republic of the Congo v. Uganda)", *HYIL*, v. 21, 2008, pp. 160-162.
- REGAN, Geoffrey, *First Crusader: Byzantium's Holy War*, New York, Palgrave-MM, 2003.
- REGO, António da Silva, *A Presença de Portugal em Macau*, Lisboa, AGC, 1946.
- _____, *Portuguese Colonization in the Sixteenth Century. A Study of the Royal Ordinances (Regimentos)*, Johannesburg, WitUP, 1965, pp. 25-31.
- _____, *Lições de Metodologia e Críticas Históricas*, Lisboa, JIU, 1963.
- _____, *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*, Lisboa, AGU, MCMLXIX.
- REHRLS, Jochen & WEISSERT, Hans-Bernhard (eds.), *Handbook on CSDP. The Common Defence and Security Policy of the European Union*, Vienna, FMDS, 2010.
- REICHERG, Gregory, "Preventive War in Just War Theory", *JHIL*, v. 9, n. 1, 2007, pp. 5-34.
- _____; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre, "Johannes Althusius (1557-1638): Defending the Commonwealth" in: Id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 377-378.
- _____; ____ & _____, "Erasmus of Rotterdam (1466-1536): The Spurious 'Right to War'" in: id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 233-234.
- _____; ____; & _____, "'Medieval Peace Movements (975-1123): Religious Limitations on Warfare'" in: ____; ____; & ____ (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 93-94.
- _____; ____; & _____, "Gratian and the Decretists (Twelfth Century): War and Coercion in the *Decretum*" in: ____; ____; & ____ (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 104-108.
- _____; ____; & _____, "The Crusades (Eleventh to Thirteenth Centuries): Christian Holy War" in: ____; ____; & ____ (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 98-101.
- _____; ____; & _____, "Raymond of Peñafort (ca. 1180-1275) and William of Rennes (Thirteenth Century): The Conditions of Just War, Self-Defense, and their Legal Consequences under Penitential Jurisdiction" in: ____; ____; & ____ (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 131-134.
- _____; ____; & _____, "'Innocent IV (ca. 1180-1254): The Kinds of Violence and the Limits of Holy War'" in: ____; ____; & ____ (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 148-150.
- _____; ____ & _____, (eds.), "Francisco Suárez (1548-1617): Justice, Charity, and War" in: Ibid. (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass, Blackwell, 2006, pp. 339-400.
- _____; ____; & _____, "John Locke (1632-1704): The Rights of Man and the Limits of Just Warfare" in: id. (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 462-464.
- _____; ____; & _____, "Immanuel Kant (1724-1804): Cosmopolitan Rights, Human Progress, and Perpetual Peace" in: id., (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, pp. 521-524.
- REID, Brian Holden, "The Civil War, 1861-1865" in: James Bradford (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 99-122.
- REIDY, David (eds.), *Rawls's Law of Peoples. A Realistic Utopia?*, Malden, Mass, Blackwell, 2007.
- REIDY, David & SELLERS, Mortimer (eds.), *Universal Human Rights. Moral Order in a Divided World*, Lanham, R&L, 2005.
- REIDY, Joseph, "Emancipation" in: FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 277-295.
- REIS, Bruno Cardoso & PINTO, Sérgio Ribeiro, "República e Religião ou a procura de uma separação" in: AMARAL, Luciano (org.), *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, E70, 2011, pp. 141-183.
- REIS, João C., "Introdução" in: id. (org.), *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monopótama*, Lisboa, Heuris, 1984, pp. 9-19.
- _____, *A Escola dos Annales – A Inovação em História*, 2. ed., São Paulo, PeT, 2000.
- REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, CdL, 2008,
- REISMAN, W. Michael, "Hollow Victory: Humanitarian Intervention and Protection of Minorities", *ASIL Proceedings*, v. 91, 1997, pp. 431-435.
- _____, "The Manley Hudson Lecture: Why Regime Change is (Almost Always) a Bad Idea?", *AJIL*, v. 98, n. 3, 2004, pp. 516-525.
- _____, "Coercion and Self-Determination: Construing Charter Article 2(4)", *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, pp. 642-645.
- _____, "Old Wine in New Bottles: The Reagan and Brezhnev Doctrine in Contemporary Law and Practice", *YJIL*, v. 13, 1988, pp. 171-198.
- _____, "Sovereignty and Human Rights in Contemporary International Law", *AJIL*, v. 84, n. 4, 1990, pp. 866-876.
- _____, "Haiti and the Validity of International Action", *AJIL*, v. 89, n. 1, 1995, pp. 82-84.
- _____, "Kosovo's antinomies", *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 860-862.
- _____, "Unilateral Action and the Transformations of the World Constitutive Process: The Special Problem of Humanitarian Intervention", *EJIL*, v. 11, n. 1, 2000, pp. 3-18.
- _____; WIESSNER, Siegfried & WILLARD, Andrew, "The New Haven School: A Brief Introduction", *YJIL*, v. 32, n. 4, 2007, pp. 575-582.
- REMEC, Peter, *The Position of Individual in International Law according to Grotius and Vattel*, The Hague, MN, 1960.
- RENAUT, Alain, "As luzes críticas: Rousseau, Kant e Fichte" in: d., (dir.), *História da Filosofia Política: Luzes e Romantismo*, António Viegas (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, v. III, pp. 135-197.
- _____, & TAVOILLOT, Pierre Henri, "O pensamento político das Luzes" in: RENAUT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política III: Luzes e Romantismo*, António Viegas (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 41-85.
- RENAUT, Marie-Hélène, *Histoire du droit international public*, Paris, Ellipses, 2007.
- RENNA, Henrique Pinto, "Estudo Preliminar", in: SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, Aires

- Nascimento (ed. crítica e trad.), Lisboa, Colibri, 2002, pp. 33-47.
- RENNGER, Nicolas, “On the Just War Tradition in the Twenty-First Century”, *IA*, v. 78, n. 2, 2002, pp. 353-363.
- RENOUVIN, Pierre, “Le XIXe. Siècle. L’Europe des Nationalités et l’Éveil de Nouveaux Mondes (de 1815 à 1871)” in: id. (org.), *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1954, t. 5, v. 1.
- _____, “Les Crises du XXe. Siècle: de 1929 à 1945” in: id. (org.), *Histoire des Relations Internationales*, 2. ed., Paris, Hachette, 1961, t. 8.
- Repertoire of the Practice of the Security Council 1975-1980*, New York, UN, s.d., parte II.
- ‘Report of the Advisory Panel on Reconstruction of the Legal Basis for Security’, Tokyo, Kantei, June 24 2008.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de, *Gentios brasílicos. Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*, Tese de Doutorado, Campinas, DH-IFCH-UNICAMP, 2003.
- _____, “Minas dos Cataguases. Entradas e Bandeiras nos Sertões do Eldorado”, *VH*, n. 33, 2005, pp. 186-202.
- _____ & LANGFUR, Hal, “Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas d’ El Rei”, *RTemp*, v. 12, n. 23, 2007, pp. 5-22.
- RESS, George & BRÖMER, Jürgen, “Article 53” in: SIMMA, Bruno; MOSLER, Herman; RANDELZHOFFER, Albrecht; TOMUSCHAT, Christian & WOLFRUM, Rüdiger (eds.), *The Charter of the United Nations. A Commentary*, 2. ed., Oxford, OUP, 2002, pp. 854-879.
- REUS-SMIT, Christian, “International Law and the Mediation of Culture”, *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp. 65-82.
- REUTER, Paul, *Introducción al derecho de los tratados*, trad. cast., México, D.F., FD-UNAM/FCE, 1999.
- Review Conference of the Rome Statute of the International Criminal Law, Kampala, 31 May – 11 June 2010. Official Records*, The Hague, ICC, 2010.
- REY, Francis, “Relations Internationales de l’Égypte Ancienne du 15^{me} au 12^{me} siècle avant Jésus-Christ”, *RGDIP*, v. 48, 1941-45, pp. 35-52.
- REZEK, José Francisco, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 10. ed., São Paulo, Saraiva, 2005.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 11. ed., São Paulo, Saraiva, 2008.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 15. ed., São Paulo, Saraiva, 2014.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 9. ed., São Paulo, Saraiva, 2002.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 8. ed., São Paulo, Saraiva, 2000.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 7. ed., São Paulo, Saraiva, 1998.
- _____, *Direito Internacional Público: curso elementar*, 12. ed., São Paulo, Saraiva, 2010.
- RIBEIRO, António Silva, “O Padre Fernando Oliveira. Breve Apontamento biográfico” in: OLIVEIRA, Fernando, *Arte da Guerra no Mar*, Lisboa, E70, 2008 [orig: 1555], pp. ix-xiii.
- _____, “A obra. Estudo introdutório à Arte da Guerra no Mar” in: OLIVEIRA, Fernando, *Arte da Guerra no Mar*, Lisboa, E70, 2008 [orig: 1555], pp. xv-lv.
- RIBEIRO, Diogo Lopes, *De Republica Gubernanda per Regem [Do Governo da Republica pelo Rei]/Tractatus de Productiobus Personarum [In Divinis] [Tratados das Produções das Pessoas (Divinas)]*, bilingue, com versão em português de Miguel Pinto Meneses, Lisboa, ETR, 2000.
- RIBEIRO, Madalena, *Samurais Cristãos. Os jesuítas e a Nobreza Cristã do Sul do Japão no Século XVI*, Lisboa, CHAM, 2009.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida, *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, 1998.
- _____, “A Organização das Nações Unidas” in: CAMPOS, João Mota Campos et al., *Organizações Internacionais*, 4. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 211-328.
- _____ & FERRO, Mónica, *A Organização das Nações Unidas*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2004.
- _____; COUTINHO, Francisco Pereira & CABRITA, Isabel (coords.), *Enciclopédia de Direito Internacional*, Coimbra, Almedina, 2011.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e Anti-Cabralismo” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 91-100.
- RIBEIRO, Núbia Braga, “A guerra sanguinolenta no sertão colonial”, *FRHEC*, a. VI, v. 6, n. 4, 2009.
- _____, “Violência administrada e liberdade usurpada dos índios no sertão do ouro”, *Temporalidades*, v. 1, n. 2, 2009, pp. 10-35.
- RIBEIRO, Raphael, *História do Direito Portuguez*, Lisboa, ILuc, 1923.
- RIBEIRO, Vítor, “Objecto e fim desta memória” in: *Bispos portugueses e jesuítas no Japão. Cartas de D. Luiz Cerqueira*, Vítor Ribeiro (org.), Lisboa, ACL, 1936, pp. 7-31.
- RICH, John, “Warfare and external relations in the Middle Roman Republic” in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 62-71.
- RICHARDSON, John, *The Language of Empire. Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- RICOBOM, Giselle, *Guerra Humanitária. A Guerra em Nome dos Direitos Humanos*, Belo Horizonte, Fórum, 2010.
- RIEBER, Alfred, “Stalin as Foreign Policy Maker: Avoiding War, 1927-1953” in: DAVIES, Sara & HARRIS, James (eds.), *Stalin. A New History*, Cambridge, UK, CUP, 2005, pp. 140-158.
- RIGAUX, François, “Aspects historiques de l’intervention ‘humanitaire’: une leçon qui demeure” in: CRNIC-GROTIC, Vesna & MATULOVIC, Miomir (eds.), *International Law and the Use of Force at the Turn of Centuries: Essays in Honour of V.D. Degan*, UR, 2005, pp. 209-219.
- RILEY-SMITH, Jonathan, “The crusading movement” in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 127-140.
- RÖBEN, Volker, “The ICJ Advisory Opinion on the Unilateral Declaration of Independence in Respect of Kosovo: Rules or principles?”, *GJIL*, v. 2, n. 3, 2010, pp. 1063-1086.
- ROBERSON, Walter, “British Military Intervention into Sierra Leone: a Case Study”, M.M.A.S., Fort Leavenworth, FUSACGSC, 2007.

- ROBERT-CUENDET, Sabrina, "Aspects historiques et juridiques de la crise d'août 2008: Des conflits interethniques à la guerre ouverte avec la Russie", *AFDI*, v. 54, 2008, pp. 173-195.
- ROBERTS, Adam & GUELFF, Richard (ed.), *Documents on the Law of War*, 3. ed., Oxford, OUP, 2000.
- ROBERTS, Anthea Elizabeth, "Traditional and Modern Approaches do Customary International Law: a Reconciliation", *AJIL*, v. 95, n. 4, 2001, pp. 757-791.
- ROBERTS, Geoffrey, "Ideology, Calculation, and Improvisation: Spheres of Influence and Soviet Foreign Policy 1939-1945", *RIS*, v. 25, n. 4, 1999, pp. 655-673.
- _____, *Stalin's Wars: From World War to Cold War, 1939-1953*, New Haven, YUP, 2006.
- ROBERTS, Michael, *The Age of Liberties. Sweden, 1719-1772*, Cambridge, CUP, 1986.
- ROBBINS, Kevin, "The Social Mechanism of Urban Revolution: A Case Study of Leadership in the 1614 Revolt at La Rochelle", *FHS*, v. 19, n. 2, 1995, pp. 559-590.
- ROBINSON, Nehemiah, *The Genocide Convention. A Commentary*, New York, IJA, 1960.
- ROCCO, Alfredo, *La Transformazione dello Stato. Dallo Stato Liberale allo Stato Fascista*, Roma, Anonima, 1927.
- ROCH, Michael, "Military Intervention in Bosnia-Herzegovina: Why Will Politics Prevail Over the Rule of International Law?", *DJIL&P*, v. 24, n. 2-3, 1996, pp. 461-487.
- ROCHA, Manoel Ribeiro da, *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado. Discurso Theologico-Jurídico em que se propõem o modo de comerciar, de haver, e possuir validamente, quanto a hum, e outro foro, os Pretos cativos Africanos, e as principaes obrigações, que correm a quem deles se servir*, Lisboa, OPFLA, 1758.
- RODIN, David, *War and Self-Defense*, Oxford, Clarendon, 2002.
- RODLEY, Nigel, "Human Rights and Humanitarian Intervention: the Case Law of the World Court", *ICLQ*, v. 38, n. 2, 1989, pp. 321-333.
- _____, "Collective Intervention to Protect Human Rights and Civilian Populations: The Legal Framework" in: RODLEY, Nigel (ed.), *To Loose the Band of Wickdness. International Intervention in Defence of Human Rights*, London, Brassey's, 1992, pp. 14-42.
- RODOGNO, Davide, "The 'principles of humanity' and the European powers' intervention in the Ottoman Lebanon and Syria in 1860-1861" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 159-183.
- _____, *Against Massacre. Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire 1815-1914*, Princeton, PUP, 2012.
- RODRIGUES, Eugénia, "A Africanização da Guerra nos Rios de Sena no Século XVII" in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1999, pp. 702-726.
- RODRIGUES, Francisco (S.J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, AI, 1931-1950.
- RODRIGUES, José Honório, *O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica 1826-1840*, Brasília, SF, 1972.
- RODRIGUES, Luís Barbosa, *Interpretação de Tratados (Elementos para uma Dogmática)*, Lisboa, AAFDL, 1990.
- RODRIGUES, Simone *Segurança Internacional e Direitos Humanos. A prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*, Rio de Janeiro, Renovar, 2000.
- RODRIGUEZ, Junius, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007.
- ROELOFSON, C.G., "Grotius and the International Politics of the Seventeenth Century" in: BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 95-131.
- ROFÉ, Alexander, "The Laws of Warfare in the Book of Deuteronomy: Their Origins, Intent and Positivity", *JDOT*, v. 32, n. 1, 1985, pp. 23-44.
- ROGAN, Eugene, "Jordan and 1948: The Persistence of an Official History; GERGES, Fawaz, "Egypt and the 1948 War: Internal Conflict and Regional Conflict" in: ROGAN, Eugene & SCHLAIM, Avi (eds.), *The War for Palestine. Rewriting the History of 1948*, New York, Cambridge, CUP, 2007, pp. 104-124; pp. 150-176.
- ROGERS, A.P.V., "Zero-Casualty Warfare", *IRRC*, n. 837, 2000, pp. 165-181.
- _____, *Law of the Battlefield*, 2. ed., Manchester, MUP, 2004.
- ROHDEN, Valério (coord.), *Kant e a instituição da paz*, Porto Alegre, EDUFRGS/GI, 1997.
- ROHR, John, "Religious Toleration in St. Augustine", *JCS*, v. 9, n. 1, 1967, pp. 51-70.
- [ROLAND, JACOB], *Apologia pro Paulistis, in qua probatur D. Pauli et adjacentium Oppidorum incolae, etiamsi non desistant ab Indorum Brasiliam invasione, neque restituta lisdem Indis, mancipis suis, libertate esse nihilominus Sacramentalis confessionis et absolutionis capaces* [Defesa em favor dos paulistas, na qual se prova que os habitantes de São Paulo e vilas adjacentes, mesmo que não desistam das invasões aos índios do Brasil, nem restituam a sua liberdade àqueles índios, seus escravos, são capazes, contudo, de receber a confissão sacramental e a absolvição], Transcrição de Carlos Zeron e tradução de Rafael Ruiz, Reproduzida em *CRPH*, v. 27, n. 1, 2009, pp. 362-416 [1684].
- ROLIN-JACQUEMYNS, Gustave, "Note sur la Theorie du Droit d'Intervention: a propos d'une lettre de M. le Professeur Arntz", *RDILC*, v. 8, 1875, pp. 673-682.
- _____, *Le Droit International et la Question Orientale*, Gand, Bureau de la RDI, 1876.
- ROMANÍ, Carlos Fernández de Casadevante, *La Interpretación de las Normas Internacionales*, Pamplona, Aranzadi, 1996.
- ROMANIECKI, Leon, "Sources of the Brezhnev Doctrine of Limited Sovereignty and Intervention", *IsrLR*, v. 5, n. 4, 1970, pp. 527-541.
- ROMANO, Cesare; ALTER, Karen & SHANY, Yuval (eds.), *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, OUP, 2014.
- ROMÃO, Miguel Lopes, *'Pervertidos, Duvidosos e Melhorados': Prisão, Degredo e Pensamento Penitenciário em Portugal (1820-1936)*, Tese de Doutorado, Lisboa, FDUL, 2012.
- ROMO, Eduardo Alonso, "Andres de Oviedo, Patriarca de Etiópia", *PREI*, n. 3, 2006, pp. 215-231.
- RONEN, Dov, *The Quest for Self-Determination*, New Haven, YUP, 1979.

- RONZITTI, Natalino, *Rescuing Nationals Abroad Through Military Coercion and Intervention on Grounds of Humanity*, Dordrecht, MN, 1985.
- _____, "Use of Force, Jus Cogens and State Consent: CASSESE, Antonio (ed.), *The Current Legal Regulation of the Use of Force*, Dordrecht, MN, 1986, pp. 147-166.
- _____, "Lessons of International Law from NATO's Armed Intervention Against the Federal Republic of Yugoslavia", *ISpec*, v. 34, n. 3, 1999, pp. 45-54.
- _____, "The Current Status of Legal Principles Prohibiting the Use of Force and Legal Justifications of the Use of Force" in: BOTHE, Michael; O'CONNELL, Mary Ellen & RONZITTI, Natalino (eds.), *Redefining Sovereignty. The Use of Force After the Cold War*, Ardsley, TPub, 2005, pp. 91-110.
- ROQUE, Sebastião José, *Direito Internacional Público*, São Paulo, Hemus, 1997.
- ROSA, Maria de Lurdes, "Do Santo Conde ao Mourisco Mártir: Usos da Santidade no Contexto da Guerra Norte-Africana (415-1521)" in: *Longas guerras, longos sonhos africanos*, Porto, FPal, 2010, pp. 93-107.
- ROSAS, Fernando, Entrada 'Constituição Política de 1933' in: id., & BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v. I, pp. 198-205.
- _____, Entrada 'Quirino Avelino de Jesus' in: id., & BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v. I, pp. 497-498.
- _____, "O Estado Novo (1926-1974)" in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, s.l., EE, 1998, v. 7, pp. 244-245.
- ROSENNE, Shabtai, *The International Court of Justice. An Essay in Political and Legal Theory*, Leiden, Sithoff, 1957.
- _____, "The Influence of Judaism on the Development of International Law: an Assessment" in: JANIS, Mark & EVANS, Carolyn (eds.), *Religion and International Law*, Leiden, MN, 1999, pp. 76-78.
- _____, "The perplexities of modern international law: general course on public international law", *RCADI*, v. 291, 2001, pp. 9-471.
- _____, & GILL, Terry (rev.), *Rosenne's The World Court. What it is and how it works*, 6. ed., Leiden, MN, 2003.
- ROSENSTEIN, Nathan, "War and Peace, Fear and Reconciliation at Rome" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 226-244.
- ROSHAN, Benazeer, "More Things Change, the More They Stay the Same: The Plight of Afghan Women Two Years After the Overthrow of the Taliban", *BWLJ*, v. 19, 2004, pp. 270-286).
- ROSS, Robert, *A Concise History of South Africa*, 2. ed., Cambridge, UK, CUP, 2008.
- ROSTOW, Eugene, "Myres S. McDougal", *YLJ*, v. 84, n. 4, 1975, pp. 704-717.
- ROSTOW, Nicholas, "Law and the Use of Force by States: The Brezhnev Doctrine", *YJWPR*, v. 7, 1980, pp. 227-229.
- ROTH, Brad, "Governmental Illegitimacy Revisited: Pro-Democratic Armed Intervention Intervention in the Post-Bipolar World", *TL&CP*, v. 3, n. 2, 1993.
- _____, *Governmental Illegitimacy in International Law*, Oxford, OUP, 1999.
- ROUBY, Gilles, "L'Organisation de l'Atlantique Nord: organization, fonctionnement et perspectives", *AFRI*, v. 11, 2010, pp. 715-724.
- ROUGIER, Antoine, "La Theorie de Intervention d'Humanité", *RGDIP*, t. 17, n. 2, 1910, pp. 468-525.
- ROURE, Agenor de, *A Constituinte Republicana*, Brasília, SF, 1979 [1918].
- Rui Barbosa e a Constituição de 1891, Rio de Janeiro, FCRB, 1985.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Le Contrat Social* in: *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1964, v. III.
- ROUX, George, *La Mésopotamie*, Nouvelle Edition, s.l., EdS, 1995.
- ROWE, Peter, "Kosovo 1999: the Air Campaign – Have the Provisions of Additional Protocol I withstood the Test?", *IRRC*, n. 837, 2000, pp. 147-164.
- ROWEN, Herbert, "The Dutch Revolt: What Kind of Revolution?", *RQ*, v. 43, n. 3, 1990, pp. 570-590.
- ROY-CHAUDHURY, Rahul, "The Security Council and India-Pakistan Wars" in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 324-345.
- ROZAKIS, Christos, *The Concept of Jus Cogens in the Law of Treaties*, Amsterdam, North-Holland, 1976.
- RUBIN, Alfred, *The Law of Piracy*, Honolulu, UPPac, 2006.
- RUBY, Jane, "The Ambivalence of Saint Aquinas View of the Relationship of Divine Law to Human Law", *HTR*, v. 48, n. 2, 1955, pp. 101-128.
- RUCH, Alexander, "Äussere und innere Sicherheit" in: THÜRER, Daniel; AUBERT, Jean François & MÜLLER, Jörg Paul (hrsg.), *Verfassung der Schweiz/Droit constitutionnel suisse*, pp. 889-901.
- RUDDY, Francis, *International Law in the Enlightenment. The Background of Emerich de Vattel's Le Droit des Gens*, Dobbs Ferry, NY, Oceana, 1975.
- RUFFERT, Mathias, "The Administration of Kosovo and East Timor by the International Community", *ICLQ*, v. 50, n. 3, 2001, pp. 613-631.
- RUIZ-RUIZ, Florentino, "Democratic Intervention: A Legal Analysis of Its Lawfulness", *IJIL*, v. 41, n. 3, 2001, pp. 377-417.
- RUSHD, Ibn, *The Distinguished Jurist's Premier I [Bidayat al-Mujtahid wa Nihāyat al-Muqtasid]*, Imram Khan Nyazee (trad.), Reading, UK, Garnett, 1994.
- RUSSEL, P. E., "El descubrimiento de las Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos", *RHC*, t. 36, n. 171, 1978, pp. 9-32.
- RUSSELL, Frederick, *The Just War in the Middle Ages*, Cambridge, UK, CUP, 1977. RUSSELL-WOOD, A. J. R., *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*, Baltimore, JHUP, 1992.
- _____, "New Directions in Bandeirismo Studies in Colonial Brazil", *The Americas*, v. 61, n. 3, 2005, pp. 351-373.
- RUSSET, Bruce, *Controlling the Sword. The Democratic Governance of National Security*, Cambridge, Mass, HUP, 1990.
- _____, *Grasping the Democratic Peace. Principles for a Post-Cold War World*, Princeton, PUP, 1993.
- _____, "Democracy, War and Expansion through Historical Lenses", *EJIR*, v. 15, n. 1, 2009, pp. 9-36.

- RUSSO, Francesca, “L’idea di *Res publica* e pensiero anti-tirannico in Donato Giannotti”, *AUDSSOB*, v. I, 2009, pp. 179-192.
- RUSSOMANO, Gilda Mayer, “O Pacto do Rio de Janeiro e sua Coordenação com a Carta das Nações Unidas” in: *Estudos de Direito Internacional*, s.l., JK, 1965, pp. 59-71.
- _____, “Aspectos de Rui na II Conferência de Paz” in: *Estudos de Direito Internacional*, s.l., JK, 1965, pp. 121-133.
- RUSSOMANO, Rosah, *Curso de Direito Constitucional*, 3. ed., Rio de Janeiro, FB, 1978.
- RYABCHUK, Anastasiya, “Right Revolution? Hopes and Perils of the Euromaidan Protests in Ukraine”, *Debate*, v. 22, n. 1, 2014, pp. 127-134.
- RYAN, Maeve, “The price of legitimacy in humanitarian intervention: Britain, the right of search, and the abolition of the West African Slave Trade, 1807-1867” in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 231-255.
- RYDER, A. F. C., *Benin and the Europeans 1485-1897*, London, Longmans, 1969.
- RYTTER, Jens Elo, “Humanitarian Intervention without the Security Council: From San Francisco to Kosovo – and Beyond”, *NJIL*, v. 70, n. 1-2, 2001, pp. 121-160.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Estruturas Eclesiásticas e Acção Religiosa” in: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007, pp. 265-292.
- SABINE, George, “Hegel’s Political Philosophy”, *PR*, v. 41, n. 3, 1932, pp. 261-282.
- SACKS, David & BRODY, Lisa (rev.), *Encyclopedia of the Ancient Greek World*, Revised Edition, New York, FoF, 2005.
- SADURSKA, Romana, “Threats of Force”, *AJIL*, v. 82, n. 2, 1988, pp. 239-268.
- SAHLI, Fatiha & EL OUZZANNI, Abdelmalek, “Africa North of the Sahara and Arab States” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 385-406.
- SAINT-PIERRE, Abbé de, *Projet pour Rendre la Paix Perpétuelle en Europe [1708]*, Paris, Fayard, 1986.
- SAKWA, Richard, “‘New Cold War’ or Twenty Years’ Crisis? Russia and International Politics”, *IA*, v. 84, n. 2, 2008, pp. 241-267.
- SALDANHA, António Vasconcelos, *As Capitánias. O regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, CEHA, 1991.
- _____, *Iustum Imperium. Dos tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente - Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, 2. ed., Lisboa, ISCSP, 2005.
- SALEMA, João de Sande Mexia, *Princípios de Direito Político Aplicados à Constituição Política da Monarquia Portuguesa ou a Theoria Moderada dos Governos Monárquicos Constitucionais Representativos*, Coimbra, IT, 1841.
- SALES, José das Candeias, “Guerra” in: ARAÚJO, Luís Manuel de (dir.), *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa, Caminho, 2001, pp. 395-397.
- SALTER, Leonard, “Commando Coup at Entebbe: Humanitarian Intervention or Barbaric Aggression?”, *IL*, v. 11, n. 2, 1976, pp. 331-338.
- SALTER, Michael, “Unsettling Accounts: Methodological Issues Within the Reconstruction of the Role of a US Intelligence Agency within the Nuremberg Trials” in: LEWIS, Andrews & LOBBAN, Michael (eds.), *Law and History*, Oxford, OUP, 2004, pp. 375-403.
- SALÚSTIO, *A guerra de Jugurta [De bello Jugurthino]*, A. Mendes (trad.), Petrópolis, Vozes, 1990.
- SALVADOR, José Gonçalves, *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição (aspectos de sua actuação nas capitánias do Sul, 1530-1680)*, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1969.
- _____, *Os Cristãos-Novos. Povoamento e conquistas do solo brasileiro (1530-1680)*, São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1976.
- SALVIOLI, Gabriele, “La Jurisprudence de la Cour Permanent de Justice Internationale”, *RCADI*, v. 12, 1926, 1-114.
- _____, “Les Règles Générales de la Paix”, *RCADI*, v. 46, 1933, pp. 1-164.
- SAMPAIO, Patrícia Melo, “Política indigenista no Brasil Imperial” in: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, CB, 2009, pp. 175-206.
- SANCEAU, Elaine, *Os portugueses na Etiópia*, Porto, LC, 1961.
- SÁNCHEZ-GODOY, Rubén A., “Nomadism and Just War in Fray Guillermo de Santa María’s *Guerra de los Chichimecas (México 1575 – Zirosto 1580)*”, *PC*, v. 5, 2014, disponível em <http://quod.lib.umich.edu/p/pc/?page=home>, acesso a 3 de maio de 2015).
- SANDS, Phillippe, “Treaty, Custom, and the Cross-Fertilization of International Law”, *YHR&DLJ*, v. 1, n. 1, 1998, pp. 85-104.
- _____, (eds.), *From Nuremberg to The Hague. The Future of International Criminal Justice*, Cambridge, UK, CUP, 2003.
- _____, “Lawless World: International Law After September 11, 2001 and Iraq”, *MeJIL*, v. 6, n. 2, 2005, pp. 437-475.
- _____, *Lawless World. Making and Breaking Global Rules*, London, Penguin, 2005.
- SANGER, David, *Confront and Conceal. Obama’s Secret Wars and Surprising Use of American Power*, New York, Broadway, 2012.
- SANJURJO, Grizzie Gómez & ROJAS, Eduardo Nakayama, “Introducción a las causas de las disputas territoriales entre el império de Brasil y la República del Paraguai”, *RHM*, a. 4, n. 10, 2013, pp. 85-146.
- SANTA MARIA, Fray Guillermo de, *Guerra de los Chichimecos (México 1575-Zirosto 1580)*, Alberto Carrillo Cazáres (ed.), Zamora, ECM/UG/ECSL, 2003.
- SANTA MARIA, Padre Francisco *O ceo aberto na terra in: MMA*, 1ª Série, doc. 23, v. I, pp. (“África Ocidental (1471-1531)”, pp. 90-103.
- SANTO AGOSTINHO, “The sacking of the city of Rome” in: *Political Writings*, Oxford, OUP, 2001, pp. 205-215.
- _____, *Contra Faustum*, disponível em <http://www.gnosis.org/library/conf2.htm>, acesso a 14 de fevereiro de 2010, para. 76.
- _____, *A Cidade de Deus (contra os pagãos)*, 2. ed., Oscar Leme (trad.), Petrópolis, Vozes, 1990.

- _____, “Letter 189: Augustine to Boniface (417)”, in: *Political Writings*, Oxford, OUP, 2001, pp. 214-218.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a Ordem Pública. As Instituições Militares Portuguesas*, Lisboa, ISCSP, 1999.
- SANTOS, António Ramos dos, “Assírios no Egipto” in: ARAÚJO, Luís Manuel de (dir.), *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa, Caminho, 2001, p. 117
- SANTOS, Eduardo, *Regimes de Terras no Ex-Ultramar Português*, Lisboa, ISCSP, 2004.
- SANTOS, Eugénio dos, “Índios e missionários no Brasil Quinhentista: do conflito à cooperação”, *RFL*, n. 9, 1992, pp. 107-118.
- SANTOS, Fabrício Lyrio dos, “Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, Século XVIII”, *RH*, n. 156, 2007, pp. 107-128.
- SANTOS, Francisco Pereira dos, *Un État Corporatif. La Constitution Sociale et Politique Portugaise*, 2. ed., Paris/Porto, Sirey/EEN, 1940.
- SANTOS, Fr. João dos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Maria do Carmo Guerreiro Ferreira (Coordenação da fixação do texto), Lisboa, CNCDP, 1999.
- SANTOS, João Marinho dos, “A expansão pela espada e pela cruz” in: NOVAES, Adauto (org.), *A descoberta do Homem e do Mundo*, São Paulo, CdL, 1998, pp. 145-162.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, Entrada “Angola” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. I, pp. 68-73.
- SANTOS, Marília Nogueira dos, “O império da ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores gerais do Brasil”, *Tempo*, v. 14, n. 27, 2009, pp. 101-117.
- SANTOS, Ricardo Evaristo dos, *El Brasil Filipino. 60 años de presencia española en Brasil (1580-1640)*, Madrid, FMAPFRE, 1993.
- SANTOS, Sofia, “O Uso da Força no Direito Internacional e os Desafios do Paradigma Onusiano”, *RFDUFMG*, n. 16, 2012, pp. 533-568.
- _____, ‘Organização para a Segurança e Cooperação na Europa’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 293-295.
- _____, ‘Organização do Tratado do Atlântico Norte’ in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 295-298.
- _____, “Ingerência Humanitária” in: GOUVEIA, Jorge Bacelar & SANTOS, Sofia (coords.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 234-237.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO, *Secunda Secundae Summa Sacrossanta Theologiae*, Lugduni, Apud HII, MDLXVII.
- _____, “Questões sobre a lei na Suma da Teologia” in: *Escritos Políticos*, Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____, *De Regiminem Principum* in: REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 205-209, pp. 195-198.
- _____, *Scripta Super Libros Sententiarum* (Reproduzido em REICHBERG, Gregory; SYSE, Henrik & BEGBY, Endre (eds.), *The Ethics of War: Classic and Contemporary Readings*, Malden, Mass/Oxford, Blackwell, 2006, pp. 194-195..
- SÃO DOMINGOS, António de, *Annotaciones in Materiam Bello [1575]*, Joana Serafim (trans.); Ana Maria Tarrío & Ricardo Ventura (texto e ver.); Ana Maria Tarrío & Marina Costa Castanho (trad.) in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 106-209.
- SAPIRO, Miriam, “Iraq: The Shifting Sands of Preemptive Self-Defense”, *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 599-607.
- SAPOKA, Gintaras & MILIAUSKAITÈ, Kristina, “Lithuania’s Soviet Occupation and the Position of Lithuanian Lawyers: Legal Aspect of the Evaluation”, *IJAC*, v. 2, n. 6, 2013, pp. 11-19.
- SARAIVA, António José, “O Pe. António Vieira e a questão da escravatura dos negros no Século XVII” in: *História e utopia. Estudos sobre Vieira*, Lisboa, ICLP, 1992, pp. 53-72.
- SARAIVA, Maria Francisca, “Ingerência Humanitária” in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014, pp. 264-266.
- _____, “Responsabilidade de Proteger” in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (coords.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014, pp. 460-462.
- SARAIVA, Rute, “A Guerra do Clima em Clima de Guerra” in: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, v. V, pp. 491-535.
- SARAGOÇA, Lucinda, *Da ‘Feliz Lusitania’ aos Confinos do Amazónia (1615-62)*, Lisboa/Santarém, Edições Cosmos, CMS, 2000.
- SARDINHA, Carlos, *Alta-Traição e Lesa-Majestade. Germanismo e romanismo na história do direito visigótico primitivo*, Lisboa, UCP, 2011.
- SARKIN, Jeremy, “The Role of the United Nations, the African Union and Africa’s Sub-Regional Organisations in Dealing with Africa’s Human Rights Problems: Connecting Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect”, *JAL*, v. 53, n. 1, 2009, pp. 1-33.
- _____, & PIETSCHMANN, Marek, “Legitimate Humanitarian Intervention under International Law in the Context of Current Human Rights and Humanitarian Crisis in Burma (Myanmar)”, *HKLJ*, v. 33, n. 3, 2003, pp. 371-415.
- SARI, Aurel, “Status of Forces and Status of Mission Agreements under ESDP: The EUs Evolving Practice”, *EJIL*, v. 19, n. 1, 2008, pp. 67-100.
- SARIÑENA, Marta Lorente, *Las infracciones a la Constitución de 1812. Un Mecanismo de Defensa de la Constitución*, Madrid, CECons, 1987.
- SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme & MITIDIERO, Daniel, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2012.
- _____; ____; & _____. *Curso de Direito Constitucional*, 3. ed., São Paulo, RT, 2014.
- SARMENTO, Cristina Montalvão, “Pacifismo” in: MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira (orgs.), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, DQ, 2014, pp. 365-367.
- SAROOSHI, Danesh, *The United Nations and the Development of Collective Security. The Delegation by the UN Security Council of its Chapter VII Powers*, Oxford, OUP, 2000.

- _____, "The Security Council's Authorization of Regional Arrangements to Use Force: The Case of NATO" in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 226-247.
- SARRIS, Peter, "The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641)" in: MANGO, Cyril (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 19-59.
- SARRIS, Peter, "The implications of the Syria Vote: how Britain goes to war (or not)", *OD*, 11 of September 2013, disponível na página da rede <http://www.opendemocracy.net/ourkingdom/peter-harris/implications-of-syria-vote-how-britain-goes-to-war-or-not> acesso a 17 de setembro de 2013).
- SASSOLI, Marco; BOUVIER, Antoine *et al.*, *How does Law Protects in War? Cases, Documents and Teaching Materials on Contemporary Practice in International Humanitarian Law*, Genève, CICR, 1999.
- SASTRY, K. R. R., "Hinduism and International Law", *RCADI*, t. 117, n. 1, 1966, pp. 543-544.
- SATUKUNANATHAM, Radhika, "The US Invasion of Iraq: 'Neoconned' into an Illegal War? A Critical Evaluation of the Bush Doctrine", *SLJIL*, v. 16, 2004, pp. 65-82.
- SAUNDERS, David, "The natural jurisprudence of Jean Barbeyrac: translation as an art of political adjustment", *ECS*, 36, n. 4, 2003, pp. 473-490.
- SAYAPIN, Sergey, "The Definition of the Crime of Aggression for the Purpose of the International Criminal Court: Problems and Perspectives", *JCSL*, v. 13, n. 3, 2009, pp. 333-352.
- _____, "Raphael Lemkin: A Tribute", *EJIL*, v. 20, n. 4, 2010, pp. 1157-1162.
- "Sayings of Spartans" in: *On Sparta*, Richard Talbett (trad. e notas), London, Penguin, 2005, pp. 142-143).
- SCALIA, Antonin, "Originalism: the Lesser Evil" in: O'BRIEN, David (ed.), *Judges on Judging. Views from the Bench*, 4. ed., Thousand Oaks, Cal., CQ Press, 2013, pp. 228-236.
- SCATTOLA, Merio, "Diritto medioevale e scienza politica moderna nella dottrina della sovranità di Jean Bodin", *IC*, n. 27, 1999, pp. 165-209.
- _____, Alberico Gentili (1552-1608)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1092-1097.
- _____, "Convention on the Prevention and Punishment of Genocide" in: SHELTON, Dinah (ed.), *Encyclopedia on Genocide and Crimes against Humanity*, Detroit, MM, 2005, v. I, pp. 204-205.
- SCELLE, Georges, "Droit de la Paix", *RCADI*, t. 46, v. 4, 1933, pp. 331-697.
- SCHABAS, William, *Genocide in International Law. The Crime of Crimes*, Cambridge, UK, CUP, 2000.
- SCHACHTER, Oscar, "International law in theory and practice: general course in public international law", *RCADI*, v. 178, 1982, pp. 1-395.
- _____, "The Legality of Pro-Democratic Invasion", *AJIL*, v. 78, n. 3, 1984, pp. 645-650.
- _____, "Disputes Involving the Use of Force" in Lori Fisler Damrosch (ed.), *The International Court of Justice at a Crossroads*, Dobbs Ferry, TPub, 1987, pp. 223-241.
- _____, "Is There a Right to Overthrow an Illegitimate Regime?" in: *Le Droit International au service de la paix, de la justice et du développement. Mélanges Michel Virally*, Paris, Pedone, 1991, pp. 423-430.
- SCHAFF, Adam, *Histoire et vérité. Essai sur l'objectivité de la connaissance historique*, Paris, Anthropos, 1971.
- SCHALLENBERGER, Ernelo, *A Integração do Prata no Sistema Colonial. Colonialismo interno e missões jesuíticas do Guaíra*, Toledo, ET, 1997.
- SCHAUER, Frederick, "On the Migration of Constitutional Ideas", *ConnLR*, v. 37, n. 4, 2005, pp. 907-919.
- SCHELTZER, Kathryn Rider, "Soviet and American Attitudes Towards Intervention: The Dominican Republic, Hungary, Czechoslovakia", *VJIL*, v. 11, 1970-1971, pp. 111-116.
- SCHUEER, Christoph, "Regionalism v. Universalism", *EJIL*, v. 6, n. 3, 1995, pp. 477-499.
- _____, "Is There a Legal Basis for NATO Intervention on Kosovo?", *ILFDI*, v. 1, 1999, pp. 151-154.
- SCHIEDERMAIR, Hartmut, "The Influence of Grotius' Thought on the *Ius Naturale* School" in: *Commemoration of the Fourth Centenary of the Birth of Grotius: Lectures Given*, Leiden, Brill, 1983, pp. 339-416.
- SCHINDLER, Dietrich, "Les Progrès de la arbitrage obligatoire depuis la création de la Société des Nations", *RCADI*, v. 25, 1928, pp. 233-364.
- SCHINDLMAYER, Thomas, "Obstructing the Security Council: The Use of the Veto in the Twentieth Century", *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 218-234.
- SCHLOTTER, Peter, "The OSCE's contribution to 'democratic peace'. 30 years of the Helsinki Final Act", *OSCEY*, v. 11, 2006, pp. 61-68.
- SCHOEBEL, Robert, "Coexistence, Conversion, and the Crusade against the Turks", *SitR*, v. 12, 1965, pp. 164-187.
- SCHOENFELD, Arthur, "Soviet Imperialism in Hungary", *FA*, v. 26, v. 3, 1948, pp. 554-566.
- SCHOLZ, Johannes-Michael (hrsg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, Frankfurt am Main, VK, 1977.
- _____, "Historische Rechthistorie. Reflexionen anhand französischer Historik" in: id., (hrsg.), *Vorstudien zur Rechtshistorik*, Frankfurt am Main, VK, 1977, pp. 1-175.
- SCHMIDT, Elizabeth, *Foreign Intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror*, Cambridge, UK, CUP, 2013.
- SCHMITT, Carl, *Der Begriff des Politischen. Text von 1932 mit einem Vorwort und drei corollarien*, Berlin, D&H, 1963.
- _____, *Völkerrechtliche Grossraumordnung, mit Interventionsverbot für raumfremde Mächte. Ein Beitrag zum Reichsbegriff im Völkerrecht*, Berlin, D&H, 1991 [orig. 1941].
- _____, *Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum*, 4. auf., Berlin, D&H, 1997 [1. ed.: 1950].
- _____, *Teología Política I. Cuatro capítulos sobre la teoría de la soberanía* in: AGUILLAR, Orestes (org.), *Carl Schmitt, Teólogo de la Política*, México, D.F., FCE, 2001, pp. 19-62.
- _____, *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*, Berlin, D&H, 2004 [orig. 1921].
- SCHMITT, Michael, "The Legality of Operation Iraqi Freedom under International Law", *JME*, v. 3, n. 2, 2004, pp. 82-104.

- _____, "Wings over Lybia: The No-Fly Zone in Legal Perspective", *YJILOnline*, v. 36, 2011, pp. 45-58.
- SCHNEEWIND, J.B., "Barbeyrac and Leibniz on Pufendorf" in: PALLADINI, Fiammeta & HARTUNG, Gerald (hrgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1964-1994)*, Berlin, AkV, 1996, pp. 181-189.
- SCHNEIDER, Jakob, "Nature and State. War and Peace according to Thomas Hobbes. Remarks on Modern Subjectivity", *Integração*, a. 10, n. 38, 2004, pp. 265-279.
- SCHÖNFELD, K.M., "Rex, *Lex et* Judex: Montesquieu and *la bouche de la loi* revisited", *ECLR*, v. 4, n. 2, 2008, pp. 274-301.
- SCHREUER, Christoph, "The Waning of the Sovereign State: Towards a New Paradigm for International Law", *EJIL*, v. 4, n. 4, 1993, pp. 447-471.
- SCHRIJVER, Nico, "Challenges to the Prohibition to Use Force: Does the Straightjacket of Article 2(4) UN Charter Begin to Gall to Much?" in: Niels Blokker & Nico Schrijver (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, pp. 31-45.
- SCHRIVASTAVA, B.K. & AGARWAL, Mamhowan, "The Politics of Intervention and the Bosnian Conflict", *IS*, v. 40, n. 1, 2003, pp. 69-84.
- SCHROERER, Lois, "The Bill of Rights: Epitome of the Revolution 1688-89" in: POCOCK, J.G.A. (ed.), *Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776*, Princeton, PUP, 1980, pp. 224-243.
- _____, "Locke, Lockean Ideas, and the Glorious Revolution", *JHI*, v. 51, n. 4, 1990, pp. 531-548.
- SCHUKING, W., "Le Développement du Pacte de la Société des Nations", *RCADI*, v. 20, 1927, pp. 349-458.
- SCHULZ, Matthias, "The guarantees of humanity: the Concert of Europe and the origins of the Russo-Otoman War of 1877" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 184-204.
- SCHWABE, Arcádio, "O Cristianismo no Japão durante o reinado de Tokugawa Ieyasu (1600-1616)" in: *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993) (Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 1993)*, Lisboa, CEPCEP-UCP/CHAM, 1994, pp. 459-475.
- SCHWARCZ, Lília Moritz, *O Espectáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil – 1870-1930*, São Paulo, CdL, 1993.
- _____, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, 2.ed., São Paulo, CdL, 1998.
- SCHWARTZ, Bernard, *A History of the Supreme Court*, New York, OUP, 1993.
- SCHWARTZ, Daniel, "The Principle of the Defence of the Innocent and the Conquest of America: 'Save Those Dragged to Death'", *JHIL*, v. 9, n. 2, 2007, pp. 263-291.
- SCHWARTZ, Jonathan, "Dealing with a Rogue State: The Lybia Precedent", *AJIL*, v. 101, n. 3, 2007, pp. 553-580.
- SCHWARTZ, Stuart, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, CdL, 1988.
- _____, "Trabalho indígena e a grande lavoura no Novo Mundo: procura europeia e resposta índia no Nordeste do Brasil" in: *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, Nuno Mota (trad.), Algués, DIFEL, 2003, pp. 15-73.
- SCHWARZENBERGER, Georg, "International *Jus Cogens*?", *TLR*, v. 43, 1965, pp. 455-478.
- SCHWEBEL, Stephen, *Justice in International Law. Selected Writings of Judge Stephen Schwebel*, Cambridge, UK, CUP, 1994, pp. 3-168.
- _____, "Human Rights in the World Court" in: *Justice in International Law. Selected Writings of Judge Stephen Schwebel*, Cambridge, UK, CUP, 1994, pp. 146-168.
- SCHWEISFURTH, Theodor, "Operations to Rescue Nationals in Third States involving the Use of Force in Relation to the Protection of Human Rights", *GYIL*, v. 33, 1980, pp. 159-180.
- SCOBIE, Iain, "Hersch Lauterpacht (1897-1960)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1179-1183.
- SCOTT, Gary & CARR, Craig, "The ICJ and Compulsory Jurisdiction. The Case for Closing the Clause", *AJIL*, Appraisals of the ICJs Decision: Nicaragua v. United States (Merits), v. 87, n. 1, 1987, pp. 57-76.
- _____, & _____, "Multilateral Treaties and the Formation of Customary International Law", *DJIL&P*, v. 25, n. 1, 1996, pp. 71-94.
- SCOTT, Shirley & AMBLER, Olivia, "Does Legality Really Matter: Accounting for the Decline of Legitimacy in US Foreign Policy Following the 2003 Invasion of Iraq", *EJIR*, v. 13, n. 1, 2007, pp. 67-87.
- SCOTT, William Henry, "Crusade or Commerce? Spanish-Moro Relations in the Sixteenth Century" in: FLYNN, Dennis; GIRÁLDEZ, Arturo & SOBREDO, James (eds.), *European Entry into the Pacific. Spain and the Acapulco-Manila Galleons*, Aldershot, Ashgate, 2001, pp. 108-115.
- SEED, Patricia, *Ceremonies of Possession in European Conquest of the New World, 1492-1640*, Cambridge, UK, CUP, 1995, pp. 69-99.
- SÉFÉRIADES, Stelio, "Principes Généraux du Droit de la Paix", *RCADI*, t. 34, v. 4, 1930, pp. 393-395.
- SEGADO, Francisco Fernández, *Las Constituciones Históricas Españolas (Un análisis histórico-jurídico)*, 4.ed., Madrid, Civitas, 1982.
- SEIDLER, Michael, "'Turkish Judgment' and the English Revolution: Pufendorf on the Right of Resistance" in: PALLADINI, Fiammeta & HARTUNG, Gerald (hrgs.), *Pufendorf und die europäische Frühaufklärung: Werk Einfluss eines deutschen Bürgers der Gelehrtenrepublik 300 Jahren (1964-1994)*, Berlin, AkV, 1996, pp. 63-104.
- SEITENFUS, Ricardo, *Manual das Organizações Internacionais*, Porto Alegre, Lda, 1997.
- _____, & VENTURA, Deisy, *Introdução ao Direito Internacional Público*, 2. ed., Porto Alegre, Lda, 2001.
- _____, & _____, *Introdução ao Direito Internacional Público*, 4. ed., Porto Alegre, Lda, 2006.
- SEIXAS, Ana Margarida, *Pessoa e Trabalho no Direito Português (1750-1878): Escravo, Liberto e Serviço*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FDUL, 2012.
- _____, "Guerra justa e guerra santa: os pareceres da guerra de África (1433-1436)" in: *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 107-148.
- SELDON, Anthony, *Blair*, London, FP, 2004.
- SELLERS, Mortimer, "The Kantian Theory of Public International Law", *ILT*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 43-51.

- _____. (eds.), *Parochialism, Cosmopolitanism, and the Foundations of International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2012.
- SEMMELE, Bernard, *The Liberal Ideal and the Demons of Empire. Theories of Imperialism from Adam Smith to Lenin*, Baltimore, JHP, 1993.
- SEN, Amartya, *Human Rights and Asian Values*, New York, CEIP, 1993.
- SÉNECA, *Sobre o ócio [De Otis]*, ed. bilíngüe, J. Seabra Filho (trad.), São Paulo, NALex 1994.
- SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Apologia contra Las Casas*, Madrid, Nacional, s.d..
- SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Democrates alter o de la justas causas de las guerras contra los indios*, 2. ed., bilíngüe, Madrid, CSIC/IFV, 1984.
- _____. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios [Democrates alter de justis belli causis apud indios]*, México, FCE, 1996.
- SERRANO, Mónica, "Latin America: The Dilemmas of Intervention" in: SCHNABEL, Albert & THAKUR, Ramesh (eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action and international citizenship*, Tokyo, UNUP, 2000, pp. 223-243.
- _____. "The Responsibility to Protect and its Critics: Explaining the Consensus", *GRIP*, v. 3, n. 4, 2011, pp. 425-437.
- SERRANO, José María Serrano, "Ideas políticas de Fernando Vázquez de Menchaca", *REP*, n. 206-207, 1972, pp. 249-302.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Portugueses no estudo de Salamanca (1250-1550)*, Lisboa, s.e., 1962, v. I, pp. 189-191.
- _____. *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Colibri, 1994.
- SEWELL, Mike, "Humanitarian intervention, democracy and imperialism: the American war with Spain, 1898, and after" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 303-322.
- SHARAMO, Roba & MESFIN, Berouk (eds.), *Regional Security in Post-Cold War Horn of Africa*, Pretoria, ISS, 2011.
- SHARMA, Arvind, *Hinduism and Human Rights. A Conceptual Approach*, New Delhi, OUP, 2004.
- SHAW, Martin, "Global Voices: Civil Society and the Media in Global Crises" in: DUNNE, Tim & WHEELER, Nicolas (eds.), *Human Rights in Global Politics*, Cambridge, UK, CUP, 1999, pp. 214-232.
- SHAYBANY, *The Islamic Law of Nations [Shaybani Siyar]*, Majid Khadduri (trad.), Baltimore, JHUP, 1966.
- SHEARER, Ivan, "The Revival of Just War Theory?" in: SCHMITT, Michael & PEJIC, Jelena (eds.), *International Law and Armed Conflict: Exploring the Faultlines*, The Hague, Brill, 2007, pp. 1-20.
- SHEEHAN, Jeffrey, "The Entebbe Raid: The Principle of Self-Help in International Law as Justification for the Use of Force", *FFIA*, v. 1, 1977, pp. 135-153.
- SHEERMAN, Charles, "The Modernness of Roman Military Law", *ILLR*, v. 13, 1918-1919, pp. 373-383.
- SHELL, Susan, "Cannibals All: The Grave Wit of Kant's Perpetual Peace" in: DE VRIES, Hent & WEBER, Samuel (eds.), *Violence, Identity and Self-determination*, Stanford, SUP, 1997, pp. 150-161.
- SHEPARD, Jonathan, "Spreading the Word: Byzantine Missions" in: MANGO, Cyril (ed.), *The Oxford History of Byzantium*, New York, OUP, 2002, pp. 230-247.
- SHEPPARD, Steve, "The Laws of War in the Pre-Dawn Light: Institutions and Obligations in Thucydides' Peloponnesian War", *CJTL*, v. 43, n. 3, 2005, pp. 905-926.
- SHIBATA, Akiho, "Japan: Moderate Commitment within Legal Strictures" in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 207-230.
- SHOTWELL, James, *War as an Instrument of National Policy and its Renunciation in the Pact of Paris*, London, Constable, 1929.
- SHUE, Henry, "Limiting Sovereignty" in: WELSH, Jennifer (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford, OUP, 2004, pp. 10-28.
- SHULONG, Chu, "China, Asia and Issues of Sovereignty and Intervention", *POP*, v. 2, n. 1, 2001, pp. 39-51.
- SKIDMORE, Thomas, *Uma História do Brasil*, Raúl Fiker (trad.), Rio de Janeiro, PeT, 1998.
- SKINNER, Quentin, *The Foundations of Modern Political Thought*, Cambridge, UK, CUP, 1978.
- Machiavelli. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 1981;
- _____. "A Reply to my Critics" in: TULLY, James (ed.), *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*, Cambridge, UK, Polity Press, 1988, pp. 231-288;
- _____. *As fundações do pensamento político moderno*, R. Janine Ribeiro & L. Motta (trad.), São Paulo, CUL, 1996, pp. 263-264,
- _____. *Visions of Politics: Regarding Method*, Cambridge, UK, CUP, 2002.
- _____. "Meaning and Understanding in the History of Ideas" in: *Visions of Politics: Regarding Method*, Cambridge, UK, CUP, 2002, pp. 57-89.
- _____. "Sentido y comprensión de la História del pensamiento político", Leonardo Montes (entrevista), *EP*, n. 118, 2010, pp. 57-67
- SICILIANOS, Linos-Alexandre, "L'autorisation par le Conseil de sécurité de recourir à la force: une tentative d'évaluation", *RGDIP*, v. 106, n. 1, 2002, pp. 1-49.
- SIFRIS, Ronli, "Operation Iraqi Freedom: United States v. Iraq – The Legality of the War", *MelJIL*, v. 4, n. 2, 2003, pp. 521-560.
- SILVA, António Martins da, "A Vitória Definitiva do Liberalismo e a Instabilidade Constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo" in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V ("O Liberalismo", coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 77-89.
- SILVA, António Pereira da & QUEIRÓ, Afonso, "Guerra" in: *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado (Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política)*, Lisboa/São Paulo, Lisboa/São Paulo, Verbo, 1985, v. III, pp. 147-158.
- SILVA, Cristina Nogueira da, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar Português*, Coimbra, Almedina, 2009.
- SILVA, Isabel Morgado e, "Perspectivas globais das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa: uma questão adiada até Alcaçovas-Toledo (1479-1480)", *RFLH*, III Série, v. 7, 2006, pp. 93-106.

- SILVA, Francisco Ribeiro da, “Os índios do Brasil à luz das leis portuguesas (sécs. XVII-XVIII)” in: *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, FLUP, 2001, p. 421-438.
- SILVA, Henrique Manoel da, *Fronteiras. As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*, Maringá, Eduem, 2010, pp. 31-43.
- SILVA, José Afonso da, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 15. ed., São Paulo, Malheiros, 1998.
- _____, *Comentário Contextual à Constituição*, 5. ed., São Paulo, Malheiros, 2008.
- _____, *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 34. ed., São Paulo, Malheiros, 2011.
- _____, *O Constitucionalismo Brasileiro (Evolução Institucional)*, São Paulo, Malheiros, 2011.
- SILVA, José Justino Andrade e (comp.) *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1603-1612)*, Lisboa, IJAS, 1854.
- SILVA, José Luís Moreira, *Direito dos Conflitos Internacionais*, Lisboa, AAFDL, 2003.
- SILVA, Lúcio Craveiro da, “Luís de Molina” in: CALAFATE, Pedro (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, Caminho, 2001, v. II, pp. 547-558.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Formas de Representação Política na Época da Independência*, Brasília, SF, 1987.
- _____, (orgs.), *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, EDUNESP, 2009.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da, “Bártolo na História do Direito Português”, *RFDUL*, v. XII, 1960, pp. 5-49.
- _____, *Humanismo e Direito em Portugal no Século XVI*, Lisboa, s.n., 1964.
- _____, *História do Casamento em Portugal. Um Esboço*, Lisboa, UCP, 2013.
- SILVA, Paulo Nogueira da, *A Chefia do Estado*, São Paulo, RT, 1994.
- SILVA, Roberto Luiz, *Direito Internacional Público*, 2. ed., Belo Horizonte, DRey, 2002.
- SILVEIRA, Anita Kons, “A intervenção humanitária como forma de protecção dos direitos humanos”, *REDI*, v. 4, 2009, pp. 362-390.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *Republicanismo e federalismo 1889-1902. Um estudo da implantação da República Brasileira*, Brasília, SF, 1978.
- SILVERMAN, Jason, ‘Civil War’ in: RODRIGUEZ, Junius, *Slavery in the United States. A Social, Political, and Historical Encyclopedia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2007, v. I, pp. 224-227.
- SILVERSTEIN, Adam, *Islamic History. A Very Short Introduction*, Oxford, OUP, 2010.
- SILVESTRINI, Gabriella, “Rousseau, Pufendorf e la tradizione giusnaturalista settecentesca” in: FERRONATO, Marta (org.), *Dal “De Jure Naturae et Gentium” di Samuel Pufendorf alla Codificazione prussiana del 1794. Atti del Convegno Internazionale-Padova, 25-26 de ottobre 2001*, Padova, CEDAM, 2005, pp. 115-185.
- SÍMAN, Beatriz Maldonado, “La guerra justa de Francisco de Vitoria”, *AMDI*, v. VI, 2006, pp. 679-801.
- SIMMA, Bruno, “From bilateralism to community interest in international law”, *RCADI*, v. 250, 1994, pp. 217-384.
- _____, “NATO, the UN and the Use of Force: Legal Aspects”, *EJIL*, v. 10, n. 1, 1999, pp. 1-22.
- _____ & PAULUS, Andreas, “The Responsibility of Individuals for Human Rights Abuses: A Positivist View”, *AJIL*, v. 93, n. 2, 1999, pp. 302-316.
- SIMMS, Brendan, “‘A false principle in the Law of Nations’: Burke, state sovereignty, [German] liberty, and intervention in the Age of Westphalia” in SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 89-110.
- SIMÕES, Pedro, *De Bello [c. 1580]*, Ricardo Ventura (trans. e estabelecimento); António Guimarães Pinto (rev. e trad.) in: *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e de Évora (Século XVI)*, Pedro Calafate (ed.), Coimbra, Almedina, 2015, v. I, pp. 210-341.
- SIMPSON, Gerry, “Imagined Consent: Democratic Liberalism in International Legal Theory”, *AYIL*, v. 15, 1994, pp. 103-128.
- _____, “Two Liberalisms”, *EJIL*, v. 12, n. 3, 2001, pp. 537-571.
- _____, *Great Powers and Outlaw States. Unequal Sovereigns in the International Legal Order*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- _____, “The War in Iraq and International Law”, *MelJIL*, v. 6, n. 1, 2005, pp. 167-188.
- SINCLAIR, Ian, *The Vienna Convention on the Law of Treaties*, 2. ed., Manchester, MUP, 1984, pp. 114-158.
- SINGH, Bhuhindar, “The Development of Japanese Security Policy: A Long-Term Defensive Strategy”, *AP*, n. 19, 2015, pp. 49-64.
- SINGH, Nagendra, *The Role and Record of the International Court of Justice*, Dordrecht, MN, 1989.
- _____, *India and International Law*, Delhi, SC, 1969.
- SINHA, Manoj Kumar, “Hinduism and international humanitarian law”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, pp. 285-294.
- SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, Aires Nascimento (ed. crítica e trad.), Lisboa, Colibri, 2002.
- SISSON, Richard & ROSE, Leo, *War and Secession. Pakistan, India, and the Creation of Bangladesh*, Berkeley, UCALP, 1990.
- SKORDAS, Achilles, “Hegemonic Military Intervention as Legitimate Use of Force”, *MinnJIL*, v. 16, n. 2, 2007, pp. 407-455.
- SLAUGHTER, Anne-Marie, “International law and international relations”, *RCADI*, v. 285, 2000, pp. 9-249.
- _____, *A New World Order*, Princeton, PUP, 2004.
- _____, “International Law in a World of Liberal States”, *EJIL*, v. 6, n. 4, 2005, pp. 503-538.
- SLOAN, Blaine, *United Nations Assembly Resolutions in Our Changing World*, Ardsley-on-Hudson, TPub, 1991.
- _____, “The Binding Force of a ‘Recommendation’ of the General Assembly of the United Nations”, *BYIL*, v. 25, 1948, pp. 1-32.
- SMITH, Anthony, *Os conquistadores do Amazonas*, Maria Tereza Cavallari (trad.), São Paulo, CdLiv, 1990.
- SMITH, Constance, “Hegel on War”, *JHI*, v. 26, n. 2, 1965, pp. 282-285.
- SMITH, F. A., *International Law*, 2.ed., London, Aldine, 1903.

- SMITH, Gene Allen, “Foreign Wars of the Early Republic” in: BRADFORD, James (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 39-58.
- SMITH, Rhona, *Textbook on International Human Rights*, 3. ed., Oxford, OUP, 2007.
- SOARES, Albino de Azevedo, *Lições de Direito Internacional Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 1981.
- _____, *Lições de Direito Internacional Público*, 2. ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1985.
- _____, *Lições de Direito Internacional Público*, 4.ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1998.
- SOARES, António Goucha, “O Tratado de Lisboa e a Política Externa e de Segurança Comum” in: PIÇARRA, Nuno (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa. Aspectos Centrais*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 101-126.
- SOARES, Anthony, “The Violent Maintenance of the Portuguese Colonial Identity and the Search for a Postcolonial One: Literary Images of Portugal as a Colonial and Postcolonial Nation”, *E-JAPSA*, n. 4, 2006, pp. 79-97.
- SOARES, Fernando Luso, *Ensaio para a História da Formação do Direito Medieval Português (o Elemento Romano)*, Lisboa, Prefácio, 2009.
- SOARES, Guido, *Curso de Direito Internacional Público*, 2. ed., São Paulo, Atlas, 2004.
- SOARES, Miguel Luso, *Nota a propósito de Luís de Molina*, Lisboa, s.e., 1994.
- SOARES, Orlando, *Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05.10.1988*, Rio de Janeiro, Forense, 1990.
- SOBRINHO, Manoel Franco, *História Breve do Constitucionalismo no Brasil*, 2. ed., Curitiba, IUFPR, 1970.
- Société d'Histoire Moderne & Contemporaine*, através da sua *RHMC*, v. 59, n. 4 bis (Especial: Regards sur l'Histoire Intellectuelle), 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História Militar do Brasil*, 2. ed., São Paulo, EPop, 2010.
- SOFARER, Abraham, “Self-Determination and Intervention in Panama. Remarks”, *ASILProceedings* v. 84, 1990, pp. 182-186.
- SÓFOCLES, “Antígona” in: *A Trilogia Tebana*. M. Kury (trad.), Rio de Janeiro, JZ, 1989.
- SOLOMON, Norman, “Judaism and the ethics of war”, *IRRC*, v. 87, n. 858, 2005, pp. 295-309.
- SOLOMON, Richard, “Ancient India: Peace Within and War Without” in: Kurt Raaflaub (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 53-65.
- SOLÓRZANO PEREIRA, Juan, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 1-15)*, Madrid, CSIC, 1999.
- _____, *De Indiarum iure (Lib. II: De acquisitione Indiarum) (Cap. 16-25)*, Madrid, CSIC, 2000.
- SOMMA, Alessandro, *I giuristi e l'Asse Culturale Roma-Berlino. Economia Politica nel Diritto Fascista e Nazionasocialista*, Frankfurt, VK, 2005.
- SOMMER, Barbara, “Colony of the Sertão: Amazonian Expeditions and the Indian Slave Trade”, *TA*, v. 61, n. 2, 2005, pp. 401-428.
- SONNENFELD, Renatad, *Resolutions of the United Nations Security Council*, Dordrecht/Warszawa, MN/PSP, 1988.
- SORDI, Bernardo, “Corporativismo e dottrina dello Stato in Italia. Incidenze costituzionale e amministrative” in:
- MAZZACANE, Aldo; SOMMA, Alessandro & SORENSEN, George, “Liberalism of Restraint and Liberalism of Imposition: Liberal Values and World Order in the New Millennium”, *IR*, v. 20, n. 3, 2006, pp. 251-272.
- STOLLEIS, Michael (a cura di), *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*, Frankfurt am Main, VK, 2005, pp. 129-146.
- SOREL, Jean Marc, “La Somalie et les Nations Unies”, *AFDI*, v. 38, 1992. pp. 61-88.
- _____, & EVENO, Valérie Boré, “Article 31 – Convention de 1969/1986” in: CORTEN, Olivier & KLEIN, Pierre (dir.), *Les Conventions de Vienne sur le Droit des Traités. Commentaire article par article*, Bruxelles, Bruylant, 2006, v. II, pp. 1289-1334.
- SORET, Marcel, *Histoire du Congo capitale Brazzaville*, Paris, B-L, 1978.
- SORIANO GONZÁLEZ, María Luisa, “La República de Donato Giannotti: rara avis de la teoría política renascentista”, *RIEP*, v. 5, 2010, pp. 273-286.
- SOSOE, Lukas, “Superar as antinomias das luzes. Hegel” in: RENAUT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política III: Luzes e Romantismo*, António Viegas (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, pp. 263-308.
- SOTTOMAYOR, Pedro, “Feitoria e Fortaleza da Mina” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. II, pp. 738-741.
- _____, Entrada “Filipe II” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. I., Caminho, 1994, v. I, pp. 423-425.
- SOUTHALL, Roger, “SADC’s Intervention into Lesotho: An Illegal Defence of Democracy” in: FURLEY, Oliver & MAY, Roy (eds.), *African Interventionist States*, Aldershot, Ashgate, 2001, pp. 153-171.
- SOUSA, Erival de, *Elementos de Direito Constitucional*, 6. ed., São Paulo, PM, 2007.
- SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brazil [1587]*, Rio de Janeiro, TU, 1851.
- SOUSA, Luís & TAVARES, João, “Os Portugueses e a ‘Guerra Justa’ no Índico no Século XVI” in: *Actas do XXIV Congresso de História Militar*, pp. 727-754.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de & ALEXANDRINO, José de Melo, *Constituição da República Portuguesa Comentada*, Lisboa, Lex, 2000, pp. 407-411.
- SOUSA, Paulino José Soares de [Visconde do Uruguai], *Ensaio sobre o poder administrativo*, José Murilo de Carvalho (org.), São Paulo, E34, 2002 [1862].
- SOUZA, Braz Florentino Henriques de, *Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do título V, capítulo I, da Constituição Política do Brasil*, Brasília, SF, 1978 [orig:1864].
- SOUZA, Ielbo Lobo de, “O conflito armado entre a OTAN e a Iugoslávia (1999): algumas considerações sobre o uso da força nas relações internacionais”, *DeD*, v. 1, n. 1, 2000, pp. 123-147.
- _____, *Direito internacional costumeiro*, Porto Alegre, SAFE, 2001.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de, “Las Casas, Sandoval e a defesa da escravidão negra”, *Topoi*, v. 7, n. 12, 2006, pp. 25-30.
- SOUZA, Laura de Mello e, *O inferno Atlântico. Demonologia e colonização: séculos XVI-XVII*, São Paulo, CEdL, 1993.

- SPALINGER, Anthony, "Warfare in Ancient Egypt" in: SNELL, Daniel (ed.), *A Companion to the Ancient Near East*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 229-241.
- SPECK, W. A., "The Orangist Conspiracy against James II", *HJ*, v. 30, n. 2, 1987, pp. 453-462.
- SPERANZA, Giuseppe, *Alberico Gentili. Studi*, Roma, APic, 1878; 1910, 2 v., SPERLING, James; KAY, Sean & PAPACOSMA S. Victor (eds.), *Limiting Institutions? The Challenge of Eurasian Security Governance*, Manchester, MUP, 2003.
- SPIERMAN, Ole, *International Legal Argument on the Permanent Court of International Justice. The Rise of the International Judiciary*, Cambridge, UK, CUP, 2004.
- SPIROPOULOS, Jean, "L'Individu et le Droit International", *RCADI*, t. 30, v. 5, 1929, pp. 191-270.
- SPITS, F. C., "Hobbes' View on War and Peace" in: AKKERMAN, Robert; VAN KRIEKEN, Peter & PANNENBORG, Charles (eds.), *Declarations on Principles. A Quest for Universal Peace*, Leyden, Sijthoff, 1977, pp. 101-119.
- SPOSITO, Fernanda, "As guerras justas na crise do Antigo Regime português. Análise da política indigenista de D. João VI", *RH*, n. 161, 2009, pp. 85-112.
- _____, "Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831", *ABraz*, n. 1, 2011, pp. 52-65.
- _____, *Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1882-1845)*, São Paulo, Alameda, 2012.
- SPRING, D. W., "The Soviet Decision for War against Finland 30 November 1939", *SS*, v. 38, n. 2, 1986, pp. 207-226.
- STADTMÜLLER, Georg, *História del Derecho Internacional Público*, A. Truyol y Serra (trad.), Madrid, Aguillar, 1971.
- STAHN, Carsten, "Responsibility to Protect: Political Rhetoric or Emerging Legal Norm?", *AJIL*, v. 101, n. 1, 2007, pp. 99-120.
- _____, "'Jus ad bellum', 'Jus in Bello', ..., 'Jus Post Bellum'?" Rethinking the Law of Armed Conflict", *EJIL*, v. 17, n. 5, 2007, pp. 921-943.
- _____, "Between Law-breaking and Law-making: Syria, Humanitarian Intervention and 'What the Law Ought to be'", *JCSL*, v. 19, n. 1, 2014, pp. 25-48.
- _____ & STOPFORD, Michael, "Humanitarian Assistance in the Wake of the Persian Gulf War", *VJIL*, v. 33, 1992-1993, pp. 491-502.
- _____ & KLEFFNER, Jann (ed.), *Jus Post Bellum. Towards a Law of Transition from Conflict to Peace*, The Hague, TMCAP, 2008.
- 'Statement of the International Law Institute of the Faculty of Academia Ivane Javakishvili Tbilisi State University, 'And Again: Aggression, Intervention and Occupation of Georgia aimed at Razing the Sovereignty and Territorial Integrity of the Country' in: ALEXIDE, Levan, *International Law and Georgia. From Antiquity to Present*, Tbilisi, TSU, 2012, v. I, pp. 559-575.
- STEELE, Alexandra, "One Nation's Humanitarian Intervention is Another's Illegal Aggression: How to Govern International Responsibility in the Face of Civilian Suffering", *LLAICLR*, v. 35, n. 1, 2012, pp. 99-129.
- STEIGER, Heinhard, "From the International Law of Christianity to the International Law of the World Citizen – Reflections on the Formation of the Epochs of the History of International Law", *JHIL*, v. 3, n. 2, 2001, pp. 180-193.
- STEIN, Mark, "The Security Council, the International Criminal Court, and the Crime of Aggression: How Exclusive is the Security Council's Power to Determine Aggression?", *IICLR*, v. 16, n. 1, 2006, pp. 1-36.
- STEIN, Peter, *Roman Law in European History*, Cambridge, UK, CUP, 1999.
- STEINBERG, Richard, "Who is Sovereign?", *SJIL*, v. 40, n. 2, 2004, pp. 329-364.
- STEINER, Henry & ALSTON, Philip (eds.), *International Human Rights in Context. Law, Politics, Morals*, 2. ed., New York, OUP, 2000.
- STEINERT, Marlis, *Hitlers Krieg und die Deutschen. Stimmung und Haltung der deutschen Bevölkerung in Zweiten Weltkrieg*, Düsseldorf, Econ, 1970.
- STERNISHER, Bernard, *Consensus, Conflict, and American Historians*, Bloomington, IndUP, 1975.
- STELZER, Manfred, *The Constitution of the Republic of Austria. A Contextual Analysis*, Oxford, Hart, 2011.
- STEPPER, Ruth, "Roman-Chartaginian relations: from co-operation to annihilation" in: HARTMANN, Anja V. & HEUSER, Beatrice (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*, London, Routledge, 2001, pp. 72-83.
- STERN, Steve, "Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics", *JLAS*, n. 24, 1992, pp. 1-34.
- STERNIS, Indrikis, "Crime and Punishment among Teutonic Knights", *Speculum*, v. 57, n. 1, 1982, pp. 84-111.
- STEWART, Emma, "Capabilities and Coherence? The Evolution of European Union Conflict Prevention", *EFAR*, v. 13, n. 2, 2008, pp. 229-253.
- STEWART, James, "Humanitarian Reform and Antislavery" in: FORD, Lacy (ed.), *A Companion to the Civil War and Reconstruction*, Malden, Blackwell, 2005, pp. 94-111.
- STOLER, Ann Laura & COOPER, Frederick, "Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda" in: COOPER, Frederick & STOLER, Annr (eds.), *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley, UCalP, 1997, pp. 1-56.
- STOLLEIS, Michael, "Biases and Value Judgement in the Study of National Socialist Legal History" in: *The Law under the Swastika. Studies in Legal History in Nazi Germany*, Chicago, UChiP, 1998, pp. 25-39.
- _____, "'Hard but just': Military Justice in the Service of National Socialism" in: *The Law under the Swastika. Studies in Legal History in Nazi Germany*, Chicago, UChiP, 1998, pp. 145-154.
- _____, *Öffentliches Recht in Deutschland. Eine Einführung in seine Geschichte (16. – 21. Jahrhundert)*, München, Beck, 2014.
- STOLZI, Irene, "Comunità, proprietà e progetto corporativo: un'ipotesi di confronto tra Enrico Finzi e Sergio Panunzio" in: MAZZACANE, Aldo; SOMMA, Alessandro & STOLLEIS, Michael (a cura di), *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*, Frankfurt am Main, VK, 2005, pp. 319-344.
- STONE, Julius, "Hopes and Loopholes in the 1974 Definition of Aggression", *AJIL*, v. 71, n. 2, 1977, pp. 224-246.
- STORING, Herbert, "William Blackstone" in: STRAUSS, Leo & CROPSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 622-634.

- STORY, Joseph, *Commentaries on the Constitution of the United States with a Preliminary Review of the Constitutional History of Colonies and States, before the Adoption of the Constitution*, Abridged Edition by the Author, Boston/Cambridge, HGC/ BSC, 1833.
- STOTHARD, Peter, *Thirty Days. Tony Blair and the Test of History*, New York, HColl, 2003.
- STOWELL, Ellery, *Intervention in International Law*, Washington, DC, JByr., 1921.
- _____, “La Theorie et la Pratique de l’Intervention”, *RCADI*, v. 40, 1932, pp. 87-151.
- STRAUSS, Leo, “Niccolo Machiavelli” in: id. & CROUSEY, Joseph (eds.), *History of Political Philosophy*, 3 ed., Chicago, UChiP, 1987, pp. 296-317.
- STROMSETH, Jane, “Law and Force after Iraq: A Transitional Moment”, *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 628-642.
- _____, “Rethinking Humanitarian Intervention: The Case for Incremental Change” in: HOLZGREFE, Jeff & KEOHANE, Robert (eds.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 245-255.
- STRUPP, Karl, “Les Règles Générales de Droit de la Paix”, *RCADI*, t. 47, v. 1, 1934, pp. 518-522.
- _____, “Problèmes soulevés à l’occasion de l’annexion, par le Italie, de l’Empire Éthiopien”, *RGDIP*, v. 44, 1937, pp. 43-50.
- STUART, Hannah, “The Legal Case for British Military Action Against Islamic State in Iraq and Iraq”, *CRRTPP*, n. 2, 2014.
- STÜRCHLER, Nikolas, *Threats of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2009.
- SUANZES-CARPEGNA, Joaquin Varela, “Algunas reflexiones metodológicas sobre la Historia Constitucional”, *HC* (revista electrónica), n. 7, 2006, pp. 246-259, disponível em <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/8/showToc>, acesso a 19 de agosto de 2014.
- _____ & SARASOLA, Ignacio Fernández, “Leyes Fundamentales y democracia orgánica. Aproximaciones al Ordenamiento Jurídico-Político Franquista” in: LÓPEZ, Federico Fernández-Creuhet & HESPAÑA, António Manuel (hrsg.), *Franquismus und Salazarismus: legitimierung durch Diktatur*, Frankfurt am Main, VK, 2008, pp. 197-233.
- SUÁREZ, Francisco, *De Legibus, ac Deo Legislatore* Reproduzido in: *Selection of Three Works*, Oxford/London, Clarendon/HM, 1944.
- _____, “A Work on the Three Theological Virtues: Faith, Hope, and Charity [Triplice Virtute Theologica: Fide, Spe, Charitate]” in: *Selection of Three Works*, Oxford/London, Clarendon/HM, 1944, pp. 727-865.
- _____, *Teoría de la Guerra en Francisco Suárez*, Luciano Pereña Vicente (org.), Madrid, CSIC, MCMLIV.
- _____, *De Bello* in: Vitoria et Suárez. *Contributions des Théologiens au Droit International Moderne*, Paris, Pedone, 1939.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*, London, Longman, 1993.
- SUBTIL, José, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Dissertação de Doutorado, Lisboa, FCH-UNL, 1994.
- _____, “Le Tribunal du Desembargo do Paço (Portugal, 1750-1833)”, *IC*, v. XIX, 1992, pp. 169-188.
- SULLIVAN, Paige (eds.), *Russia and the Commonwealth of Independent States: Documents, Data, and Analysis*, Washington, CSIS, 1997.
- SULLIVAN, Roger, “Introduction” in: KANT, Immanuel, *The Metaphysics of Morals*, Cambridge, UK, CUP, 1996, p. vii-xvi.
- SUNDE, Jorn Oyrehagen, “Court Rulings as Legal Historical Texts. Silence, Lies and Rethoric in the Legal Discourse in Court” in: MICHALSEN, Dag (ed.), *Reading Past Legal Texts*, Oslo, Unipax, 2006, pp. 113-133.
- SUREDA, A. Rigo, *The Evolution of the Right of Self-Determination. A Study of United Nations Practice*, Leiden, Sijtoff, 1973.
- SUTHERLAND, N.M., “The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics”, *EHR*, v. 107, n. 424, 1992, pp. 587-625.
- SUY, Eric, “NATO’s Intervention in the Federal Republic of Yugoslavia”, *LJIL*, v. 13, n. 1, 2000, pp. 193-205.
- SVOBODA, Karel, “Business as Usual? Gazprom’s Pricing Policy towards Commonwealth of Independent States”, *PPC*, v. 58, n. 6, 2014, pp. 21-35.
- SWATEK-EVENSTEIN, Mark, *Geschichte der Humanitären Intervention*, Baden-Baden, Nomos, 2008.
- SWIFT, Louis, “Early Christian Views on Violence, War, and Peace” in: Kurt RAAFLAUB (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 279-296.
- SZNAIJDER, Ariel Pablo, “China’s Shanghai Cooperation Organization Strategy”, *JIPS*, v. 5, 2006, pp. 93-102.
- SZTUCKI, Jerzi, *Jus Cogens and the Vienna Convention on the Law of Treaties. A Critical Appraisal*, Wien, Springer, 1974.
- TABORDA, Maria Piedade, Entrada “Frei Serafim de Freitas” in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. 1., Caminho, 1994, v. I, pp. 436-437.
- TACKETT, Timothy, “Conspiracy Obsession in a Time of Revolution: French Elites and the Origins of Terror, 1789-1792”, *AHR*, v. 105, n. 3, 2000, pp. 691-703.
- TAFT IV, William H. & BUCHWALD, Todd F., “Preemption, Iraq, and International Law”, *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 557-563.
- TAKAHASHI, Kazuyuki, “Why Should We Study Constitutional Laws of Foreign Countries, and How?” in: JACKSON, Vicki & TUSHNET, Mark (eds.), *Defining the Field of Comparative Constitutional Law*, Westport, Praeger, 2002, pp. 35-59.
- TAKAHASHI, Yutaka Arai, *The Law of Occupation. Continuity and Change of International Humanitarian Law, and Its Interaction with International Human Rights Law*, Leiden, MN, 2009.
- TALMON, Stefan, “Changing Views on the Use of Force: the German Position”, *BaltYIL*, v. 5, 2005, pp. 41-76.
- TALL, David, “Between Intuition and Professionalism: Israeli Military Leadership during the 1948 Palestinian War”, *JMilH*, v. 68, 2004, pp. 885-909.
- TAMM, Ditlev, “Clássicos da Lei, Conquista da América e o *Derecho Indiano* Colonial” in: BUESCU, Helena; TRABUCO, Cláudia & RIBEIRO, Sónia (orgs.), *Direito e Literatura. Mundos em Diálogo*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 233-240.

- TAMRAT, Tadesse, "Ethiopia, the Red Sea and the Horn" in: OLIVER, Roland (ed.), *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, UK, CUP, 1977, v. III ("From c. 1050 to c. 1600"), pp. 98-122.
- TAMS, Christian, "Humanitarian Uses of Force", *Adam Smith Research Foundation Working Papers*, n. 3, 2011, pp. 1-13.
- TAN, Kok-Chor, "The Duty to Protect" in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 84-116.
- TANAKA, Yuki; MCCORMACK, Tim & SIMPSON, Gerry (eds.), *Beyond Victor's Justice? The Tokyo War Crimes Trial Revisited*, Leiden, Brill, 2011.
- TANCA, Antonio, *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, Dordrecht, MN, 1993.
- TANCREDI, Antonello, *La secessione en el diritto internazionale*, Padova, CEDAM, 2001.
- TANNBERG, Tõnu & TARVEL, Enn, "Documents of the Soviet Military Occupation of Estonia in 1940", *Trames*, v. 10, n. 1, 2006, 81-95.
- TARDELLI, Luca, "Obama's Interventions: Afghanistan, Iraq, and Lybia" in: *The United States After Unipolarity*, London, LSE, 2011, pp. 18-23.
- TAUBE, Michel de, "Études sur le Développement Historique du Droit International dans L'Europe Orientale", *RCADI*, t. 11, n. 1, 1926, pp. 341-535.
- _____, "Les courants pacifistes dans l'Histoire de la Russie", *JDI*, n. 11, 1929, pp. 133-160.
- _____, "L'apport de Byzance au Développement du Droit International Occidental", *RCADI*, t. 67, 1939, pp. 254-266.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, *História administrativa e económica do Brasil*, Rio de Janeiro, OSim, 1952.
- _____, *História das Bandeiras Paulistas*, 2. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1961 [1 ed: 1951].
- _____, *O Senado do Império*, Brasília, SF, 1978 [1942].
- TATULLI, John, "Resolving Africa's Longest Civil War: Updates on the Case Concerning Armed Activities in the Democratic Republic of Congo", *NYLSJHR*, v. 19, n. 3, 2003, pp. 903-912.
- TAVARES, Ana Lúcia de Lyra; CAMARGO, Margarida Maria Lacombe & MAIA, Antonio Cavalcanti (orgs.), *Direito Público Romano e Política*, Rio de Janeiro, Renovar, 2005.
- TAVARES, André Ramos, *Curso de Direito Constitucional*, 5. ed., São Paulo, Saraiva, 1997.
- _____, *Curso de Direito Constitucional*, 12. ed., São Paulo, Saraiva, 2014.
- TAVARES, António Carlos, *A Comunidade Internacional e os Desafios Humanitários em África*, Praia, Edição do Autor, 2004.
- TAVARES, José, *O Poder Governamental no Direito Constitucional Portuguez*, Coimbra, IAcad, 1909.
- TAVARES, Luís Henrique Dias, *Comércio proibido de escravos*, São Paulo, Ática, 1988.
- TAVARES, Luís Serradas & TELES, Patrícia Galvão, "'Alice no País das Maravilhas ou Breve História de um Processo no Tribunal Internacional de Justiça: Sérvia e Montenegro c. Portugal e outros Membros da NATO sobre a 'Legalidade do Uso da Força''", *NE*, n. 8, 2005, pp. 31-40.
- TAYLOR, Charles, *Hegel*, Cambridge, UK, CUP, 1975.
- TCHOAN-PAO, Siu, *Le Droit des Gens et la Chine Antique*, Paris, LAM, 1926.
- T.E.H., "Richard Zouche" in: *Dictionary of National Biography LXIII*, s.l., Elibron, 2006 (rep. da edição da SEC, 1900), pp. 417-420.
- TEHINDRAZANARIVELO, Djacoba Liva, "The African Union's Relationship with the United Nations in the Maintenance of Peace and Security" in: YUSUF, Abd Al-Qawi & OUGUERGOUZ, Fatsah (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, Leiden, MN, 2012, pp. 375-413.
- TEITEL, Ruti, *Humanity's Law*, Oxford, OUP, 2011.
- _____, "Kosovo to Kadi: Legality and Legitimacy in the Contemporary International Order", *E&IA*, v. 28, n. 1, 2014, pp.105-113.
- TEIVE, Diogo de, *Comentarius de Rebus in Indis apud Dium Gestis Anno Salutis Nostrae M.D. XLVI/Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Dio, no ano da nossa salvação de 1546*, ed. bilingue, Carlos Ascensio André (trad.), Lisboa, Cotovia/CNCDP, 1995.
- TEIXEIRA, António Braz, "A 'Guerra Justa' em Portugal", *Separata de Esmeraldo*, n. 7, 1955, pp. 5-14.
- TEIXEIRA, António Braz, *Direito Comunitário. Sumários*, Lisboa, AAFDL, 1989.
- TEIXEIRA, António Pinto, *Os Tratados da União Europeia (Revistos pelo Tratado de Amsterdão)*, Lisboa, RdL, 1999.
- TEIXEIRA, J.H. Meirelles, *Curso de Direito Constitucional*, Maria García (actual.), Rio de Janeiro, Forense, 1991.
- TEIXEIRA, José Rui de Almeida, *A guerra justa em Álvaro Pais*, Dissertação de Mestrado, Porto, FLUP, 2002.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano Teixeira, "A História Militar e a Historiografia Contemporânea" in: *Para uma Visão Global da História Militar. Actas do I Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar*, Lisboa, CPHM, 1990, pp. 189-205.
- _____, "Colónias e Colonização na Cena Internacional (1885-1930)" in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*, s.l., TeD, 2000, v. IV, pp. 494-520.
- _____, "Arts. 42º a 46º" in: PORTO, Manuel Lopes & ANASTÁCIO, Gonçalo (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 159-171.
- TEJADA, Francisco Elías de, "Diogo Lopes de Rebelo, Nuestro más Antiguo Tratadista de Derecho Público", *REP*, v. 25-26, 1946, pp. 163-179.
- TELES, Baltasar, *História da Etiópia [1660]*, Maria da Graça Pericão (transcrição), Lisboa, Alfa, 1989.
- TELLES, Inocêncio Galvão, *História do Direito Português*, s.l., s.n., 19??,
- TELLES, Patrícia Galvão, "A ordem jurídica internacional em transição? Multilateralismo vs. Unilateralismo e a intervenção militar no Iraque" In: AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles V – Direito Público e Vária*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 749-778.
- TELO, António José, Entrada 'Política Externa' in: ROSAS, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996, v. II, pp. 769-776.

- TÉNÉKIDÈS, George, "Droit International et Communautés Fédérales dans la Grèce des Cités (V-III Siècles avant J.C)", *RCADI*, v. 90, 1956, pp. 469-649.
- TÉNÉKIDÈS, C., "L'Amphictyone de Delphes et la Ligue de Corinthe dans leurs affinités avec la Société des Nations", *RGDIP*, v. 38, t. 5, 1931, pp. 5-20.
- TENGARRINHA, José (coord.), *A Historiografia Portuguesa, Hoje*, São Paulo, Hucitec, 1999.
- TERPAN, Fabien, "EU-NATO Relations: Consistency as a Strategic Consideration and a Legal Requirement" in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 270-294.
- TERRA, Ricardo Ribeiro, *A política tensa. Idéia e realidade na filosofia da história de Kant*, São Paulo, Iluminuras, 1995.
- TESÓN, Fernando, "Le Peuple C'est Moi! The World Court and Human Rights", *AJIL*, v. 81, n.1, 1987, pp. 173-183.
- _____, *A Philosophy of International Law*, Boulder, CO, WP, 1988.
- _____, *Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality*, 2. ed., Invergon-on-Hudson, TPub, 1997.
- _____, "Kantian International Liberalism" in: MAPEL, David & NARDIN, Terry (eds.), *International Society: Diverse Ethical Perspectives*, Princeton, PUP, 1999, pp. 103-113.
- _____, "The Liberal Case for Humanitarian Intervention" in: HOLZGREFFE, J. L. & KEOHANE, Robert (ed.), *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 93-129.
- _____, "Ending Tyranny in Iraq", *E&IA*, v. 19, n. 2, 2005, pp. 1-20.
- _____, "The Moral Basis of Armed Humanitarian Intervention Revisited" in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 61-77.
- TESTA, Carlo, *Conflictos Internacionais e Diferentes Phases de Ultimatums*, Lisboa, TU, 1890.
- TETZLAFF, Kerry, "Humanitarian Intervention Post Kosovo: Does a Right to Humanitarian Intervention in Customary International Law after Kosovo? If Not, Is There a Trend Towards Creation of a Right to Humanitarian Intervention in Customary International Law?", *NZPJJournal*, v. 4, 2006, disponível em <http://www.nzpostgraduatelawjournal.auckland.ac.nz/CurrenIssue.html>, acesso a 13 de agosto de 2008).
- Texte Officiel de la Constitution Fédérale Suisse et des XXV Constitutions Cantonales em Vigueur*, 2.ed., Fribourg, Marchand, 1857.
- TEXTOR, Johann Wolfgang, *Sinopsis of the Law of Nations [Synopsis Juris Gentium]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916, pp. 7a-26a.
- The Constitution of the United States of America*, Washington, GPO, 2007.
- The Core Human Rights Treaties*, New York/Geneva, UNHR, 2004.
- 'The New Soviet Constitution', *ILaR*, v. 6, n. 10, 1937, pp. 1-5.
- The Statutes of the United Kingdom and Northern Ireland*, London, Butterworth, 1807, pp. 140-148.
- TIMOVSKY, Michal, "Ewangelization des payens d'Afrique Occidentale dans la Cronique de Gomes Eanes de Zurara (XV Siècle) – Les raisons déclarés et la pratique des premières expéditions portugaises", *AfB*, n. 51, 2003, pp. 11-21.
- THAKUR, Ramesh, "Law, Legitimacy and the United Nations" in: FALK, Richard; JUERGENSMEYER, Mark & POPOVSKI, Vesselin (eds.), *Legality and Legitimacy in Global Affairs*, Oxford, OUP, 2012, pp. 45-71.
- THEVET, André, *Les singularitez de la France Antarctique*, Paul Gaffarel (ed.), Paris, Maisonneuve, 1878.
- THIRLWAY, Hugh, *International Customary Law and Codification. An Examination of the Continuing Role of Custom in the Present Period of Codification of International Law*, Leiden, Sijthoff, 1972.
- THOMAS, Ann van Wynen & THOMAS JR., A.J., *Non-Intervention. The Law and its Import in the Americas*, Dallas, SMUP, 1956.
- THOMAS, George, *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*, Jesús Hortal (trad.), São Paulo, Loyola, 1981 [orig: 1968].
- THOMAZ, Luís Filipe, Entrada "Abexins, Abássia, Abissínia e Etiópia" in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. 1., Caminho, 1994, v. I, pp. 7-8.
- _____, Entrada "Estado da Índia" in: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) & DOMINGUES, Francisco (coord.), *DHDP*, s. 1., Caminho, 1994, v. I, pp. 388-395.
- THOMPSON, Andrew, "The Protestant interest and the history of humanitarian intervention, c. 1685- c. 1756" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 67-88.
- THORNHILL, Chris, *A Sociology of Constitutions. Constitutions and State Legitimacy in Historical-Sociological Perspective*, Cambridge, UK, CUP, 2011.
- THORNTON, John, "The Art of War in Angola, 1575-1640", *CSSH*, v. 30, n. 2, 1988, pp. 360-378.
- _____, *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*, London, Routledge, 1999.
- _____, "Portugueses em África" in: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, E70, 2007, pp. 145-168.
- _____, "Firearms, Diplomacy, and Conquest in Angola: Cooperation and Alliance in West Central Africa, 1491-1671" in: LEE, Wayne (ed.), *Empires and Indigenes. Intercultural Alliance, Imperial Expansion and Warfare in the Early Modern World*, New York, NYUP, 2011, pp. 167-191.
- THÜRER, Daniel, "Der Kosovo-Konflikt im Lichte des Völkerrechts: von drei – echten und scheinbaren – Dilemmata", *AdV*, b. 38, 2000, pp. 1-22.
- _____, AUBERT, Jean François & MÜLLER, Jörg Paul (hrsg.), *Verfassung der Schweiz/Droit constitutionnel suisse*, Zürich, Schulthess, 2001.
- THURSTON, Alexander & LEOVICH, Andrew, *A Handbook on Mali's 2012-2013 Crisis*, s.l., NU, 2013.
- TIBI, Bassam, "War and Peace in Islam" in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 126-145.
- TIERNEY, Brian (ed.), *The Crisis of Church and State, 1050-1300*, Toronto/Buffalo, UTP/MAA, 1988.
- TIGHE, W.J., "The Counsel of Thomas Radcliffe, Earl of Sussex, to Queen Elizabeth I Concerning the Revolt of the

- Netherlands, September 1578", *SCJ*, v. 18, n. 3, 1987, p. 324.
- TISSOT, J., *Principes du Droit Public*, Paris, Marescq, 1872, v. II.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, 'Rapport fait a la Chambre des Députés, au nom de la Commission chargée d'examiner le projet de loi relatif aux crédits extraordinaires demandés pour l'Algérie (24 Mai 1847)'; 'Rapport du 2 juin 1847, de la même commission de la Cambre des députés, sur le projet d'établissement en Afrique des camps agricoles' in: id., *Études Économiques, Politiques et Littéraires*, Paris, MLev, 1866, pp. 423-484, 485-513.
- _____, *De la Democratie en Amerique*, s.l., Gallimard, 1961 [1848].
- TODOROV, Tzvetan, *La conquête de l'Amerique. La question de l'autre*, Paris, EdS, 1982.
- _____, "Montesquieu" in: RENAULT, Alain (dir.), *História da Filosofia Política: Nascimento da Modernidade*, Filipe Duarte (trad.), Lisboa, IPIag, 2001, v. II, pp. 319-340.
- TOMUSCHAT, Christian, *Modern Law of Self-Determination*, Dordrech, MN, 1993.
- TOMUSCHAT, Christian, "Obligations arising for states without or against their will", *RCADI*, v. 241, 1993, pp. 195-374.
- _____, "International law: ensuring the survival of mankind on the eve of a new century: general course on public international law", *RCADI*, v. 281, 1999, pp. 9-438.
- _____, "The 1871 Peace Treaty between France and Germany and the 1919 Peace Treaty of Westphalia" in: LESAFFER, Randall (ed.), *Peace Treaties and International Law in European History. From the Late Middle Ages to World War One*, Cambridge, UK, CUP, 2004, pp. 382-396.
- _____, "Article 36" in: ZIMMERMANN, Andreas; TOMUSCHAT, Christian & OELLERS-FRAHM, Karin (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, Oxford, OUP, 2006, pp. 589-657.
- _____, "The Legacy of Nuremberg", *JICJ*, v. 4, n. 4, 2006, pp. 830-844.
- _____ & THOUVENIN, Jean-Marc (eds.), *The Fundamental Rules of the International Legal Order*, Leiden, MN, 2006.
- TORRES, António Pinheiro, *Breve História das Instituições e a Formação do Direito Português*, s.l., AbA, 2011.
- Trabalho Forçado Africano. Articulações com o poder político*, Porto, CamdL, 2007.
- TRABUCO, Cláudia, *O Direito de Reprodução de Obras Literárias e Artísticas no Ambiente Digital*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
- TRACHTENBERG, Marc, *The Craft of International History. A Guide to Method*, Princeton, PUP, 2006.
- TRACHTMAN, Joel, *The Future of International Law. Global Government*, Cambridge, CUP, 2013.
- TRAHAN, Jennifer, "Defining Aggression: Why the Preparatory Commission for the International Criminal Court has Faced such a Conundrum?", *LLAICLR*, v. 24, n. 4, 2002, pp. 439-474.
- TRASK, David, "The American Presidency, National Security, and Intervention from McKinley to Wilson", *RIHM*, n. 69, 1990, pp. 290-316.
- TREACHER, Adrian, "From Civilian Power to Military Actor: The EU's Resistable Transformation", *EFAR*, v. 9, n. 1, 2004, pp. 49-66.
- Treaties, Conventions and Engagements for the Suppression of Slave Trade*, London, Harrison, 1844.
- TREECE, David, *Exiles, Allies, Rebels. Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State*, Westport, Conn, GP, 2000.
- TRELLES, Camilo Barcia, "Francisco de Vitoria et L'École Moderne du Droit International", *RCADI*, t. 17, n. 2, 1927, pp. 109-342.
- _____, "Fernando Vázquez de Menchaca 1512-1569. Comunidad internacional, imperio y libertad de los mares", *AUM*, a. 2, n. 2, 1932, pp. 3-14.
- _____, "Francisco Suárez (1548-1617): les theologiens espagnols du XVIe Siècle et l' école moderne de Droit international", *RCADI*, v. 43, n. 1, 1933, pp. 386-553.
- _____, "Fernando Vázquez de Menchaca (1512-1569): L'École espagnole du Droit Internationale du XVIe Siècle", *RCADI*, v. 67, n. 1, 1939, pp. 429-534.
- TRENIN, Dmitri, "New Priorities in Russian Foreign Policy: The CIS Project" in: KUCHINS, Andrew & TRENIN, Dmitri (eds.), *Russia: The Next Ten Years. A Collection of Essays to Mark Ten Years of the Carnegie Moscow Center*, Moscow, CMCent, 2004, pp. 99-105.
- TREPTOW, Kurt, *Vlad III Dracula: The Life and Times of the Historical Dracula*, Iasi, CRS, 2000.
- Trial of Major War Criminals before the International Military Tribunal*, Nuremberg, IMT, 1947.
- TRIM, D. J. B., "'If a prince use tyrannie towards his people': interventions on behalf of foreign populations in early modern Europe" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 29-66.
- _____, "Conclusion: Humanitarian Intervention in Historical Perspective" in: SIMMS, Brendan & TRIM, D. J. B. (eds.), *Humanitarian Intervention: A History*, Cambridge, UK, CUP, 2011, pp. 381-401.
- TRINDADE, António Augusto Cançado, *Princípios do direito internacional contemporâneo*, Brasília, EDUNB, 1981.
- _____, "International Law for Mankind: Towards a New *Jus Gentium*. General Course on Public International Law", *RCADI*, v. 316-317, 2005, pp.9-439/9-312.
- _____, *A Humanização do Direito Internacional*, Belo Horizonte, DRey, 2006.
- TRIPP, Charles, "Iraq and the 1948 War: Mirror of Iraq Disorder" in: ROGAN, Eugene & SCHLAIM, Avi (eds.), *The War for Palestine. Rewriting the History of 1948*, New York, Cambridge, CUP, 2007, pp.125-149.
- TRITTLE, Laurence, "'Laughing for Joy': War and Peace among the Greeks" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 172-190.
- TROPER, Michel, *Terminer la revolution. La constitution de 1795*, Paris, Fayard, 2006.
- _____, 'La Dimension Historique du Constitutionnalisme. Entretien avec Michel Troper', Joaquin Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista eletrônica), n. 7, 2006, texto disponível na página desta revista da especialidade a qual pode ser encontrada no endereço eletrônico <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/8/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014.

- TRUYOL Y SERRA, António, *Noções fundamentais de direito internacional público*, E. Ehrhardt Soares (trad.), Coimbra, AA, 1962.
- _____, “Grotius dans les rapports avec les classiques espagnols du droit des gens” *RCADI*, t. 82, v. 4, 1983, pp. 431-451.
- _____, *Histoire du droit international public*, Paris, Economica, 1995.
- TRYBUS, Martin, “The Vision of the European Defence Community and a Common Defence for the European Union” in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 13-42.
- _____, “On the Common Security and Defence Policy of the EU Constitutional Treaty” in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 43-58.
- TSAGOURIAS, Nikolaos, *Jurisprudence of International Law: the Humanitarian Dimension*, Manchester, MUP, 2000.
- _____, “EU Peacekeeping Operations: Legal and Theoretical Issues” in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 102-133.
- TSCHUMI, André Vinicius, *Princípio da Segurança Coletiva e a Manutenção da Paz Internacional*, Curitiba, Juruá, 2007.
- TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, Mário Kury (trad.), 4. ed., Brasília/São Paulo, FUNAG/INSP, 2001.
- TUCK, Richard, *The Rights of War and Peace. Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, OUP, 1999.
- _____, *Hobbes*, Adail Sobral & Stela Gonçalves (trad.), São Paulo, Loyola, 2001.
- TUCKER, Avietzer (ed.), *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*, Malden, Blackwell, 2007.
- TUCKER, Robert, “Reprisals and Self-Defence: The Customary Law”, *AJIL*, v. 66, n. 3, 1972, pp. 586-596.
- TULLY, James, “An Introduction to Locke’s Political Philosophy” in: *An Approach to Political Philosophy. Locke in Context*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 9-68.
- _____, “Rediscovering America: the *Two Treatises* and Aboriginal Rights” in: *An Approach to Political Philosophy. Locke in Context*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 137-176.
- TUNKIN, Grigory, “Co-Existence and International Law”, *RCADI*, v. 95, 1959, pp. 1-81.
- _____, “International law in the international system”, *RCADI*, v. 147, 1975, pp. 1-218.
- _____, “Politics, law and force in the interstate system”, *RCADI*, v. 219, 1989, p. 235.
- TURNER, Robert, “Operation Iraqi Freedom: Legal and Policy Considerations”, *HJL&PP*, v. 27, n. 3, 2004, pp. 765-796.
- _____, “The War Powers Resolution at 40 – Still an Unconstitutional, Unnecessary, Unwise Fraud that Contributed Directly to 9/11 Attacks”, *CWRJIL*, v. 45, n. 1-2, 2012, pp. 109-143.
- TURPIN, Colin & TOMKIN, Adam, *British Government and the Constitution: Text and Materials*, 5. ed., Cambridge, UK, CUP, 2007.
- TYAGI, Yogesh K., “The Concept of Humanitarian Intervention Revisited”, *MJIL*, v. 16, n. 3, 1995, pp. 883-910.
- TYERMAN, Christopher, *Pequena história das cruzadas*, Jorge Palhinhas (trad.), Lisboa, TdC, 2008.
- _____, *Guerra de Deus. Uma Nova História das Cruzadas*, Manuel Marques (trad.), Lisboa, Aletheia, 2009 [orig: 2006].
- TYLER, Colin, “Hegel, War, and the Tragedy of Imperialism”, *JHI*, v. 30, n. 4, 2004, pp. 403-431.
- ULFSTEIN, Geir & CHRISTIANSEN, Hege, “The Legality of the NATO Bombing in Libya”, *ICLQ*, v. 63, n. 1, 2013, pp. 159-171.
- ULLMAN, Harlan *et al*, *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, Fort McNair; Washington, DC, NDUP/ INSS, 1996.
- ULRICHSEN, Kristian Coates, “Repositioning Saudi Arabia and the Gulf Cooperation Council States in the Changing Global Order” in: HOFMEISTER, Wilhelm & VOGT, Susanna (eds.), *G20: Perceptions and Perspectives for Global Governance*, Singapore, KAS, 2011, pp. 117-127.
- UMOZURIKE, Umozurike Ojo, *Self-Determination in International Law*, Hamdem, Conn., AB, 1972.
- _____, “Tanzania’s Intervention in Uganda”, *AdV*, v. 20, 1982, pp. 301-313.
- UNITED NATIONS, *A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*, New York, UN, 2004.
- UNITED STATES, *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, TWH, 2002.
- _____, *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington, TWH, 2010.
- UNTERSEHER, Lutz, “Domesticating Military Interventions and the Creation of a UN Standing Force” in: COADY, Tony & O’KEEFE, Michael (eds.), *Righteous Violence: the Ethics and Politics of Military Intervention*, Victoria, MelUP, 2005, pp. 137-159.
- URATA, Kinji, “Pacifism in the Constitution of Japan, 1946 – The Meaning of the Right to Live in Peace”, *WBCL*, v. 1, 1981, pp. 3-11.
- URBINA, Júlio Jorge, *Derecho Internacional Humanitario. Conflictos Armados y Conducción de las Operaciones Militares*, Santiago de Compostela, Tórculo, 2000.
- _____, “La regionalización del mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales: el papel de la Unión Africana” in: BRITO, Wladimir; PUEYO LOSA, Jorge et al. (org.), *Conflitos Armados, Gestão Pós-Conflitual e Reconstrução/Conflictos Armados, Gestión Posconflicto y Reconstrucción*, Braga/Santiago de Compostela, SJ/Andavira, 2011, pp. 241-262.
- URVOY, Dominique, *Ibn Rushd (Averroes)*, London, Routledge, 2001.
- UVA, Rita, *O direito de ingerência*, Relatório do Curso de Aperfeiçoamento Conducente ao Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, Lisboa, FDUL, 1999.
- VAGTS, Alfred & VAGTS, Detlev, “The Balance of Power in International Law: History of an Idea”, *AJIL*, v. 73, n. 4, 1979, p. 555-580.
- VAGTS, Detlev, “International Law Under Time Pressure: Grading the Granada Take-Home Examination”, (The United States Action in Grenada), *AJIL*, v. 78, n. 1, 1984, pp. 169-172.
- _____, “International Law in the Third Reich”, *AJIL*, v. 84, n. 3, 1990, pp. 661-695.

- VAINFAS, Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____, “Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas” in: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, CdL, 2008, pp. 60-80.
- VALADÉS, Diego, “Las constituciones chilenas: de la independencia I siglo XXI” in: *Constituciones Iberoamericanas. Chile*, Humberto Nogueira Alcalá (org.), México, IJ, UNAM, 2005, CD-ROM, pp. 1-127.
- _____, “Introducción Histórica” in: *Constituciones Iberoamericanas. Colombia*, México, Néstor Osuna Patiño (org.), IJ, UNAM, 2006 (CD-ROM), pp. 1-29.
- VALÉRIO, Nuno, *História da União Europeia*, Lisboa, Presença, 2010.
- VALEK, Petr, “Is Unilateral Humanitarian Intervention Compatible with the UN Charter?”, *MJIL*, v. 26, n. 4, 2005, pp. 1223-1255.
- VALES, Hernan, “The Latin American View on the Doctrine of Humanitarian Intervention”, *JHA*, 11/02/2001, disponível em <http://sites.tufts.edu/jha/archives/1491>, acesso a 14 de março de 2015.
- VALI, Ferenc, “Soviet Sattelite Status and International Law. Based on the Hungary Experience”, *JAG Journal*, v. 15, 1961, pp. 169-172.
- VALLE, Jaime, “O Chefe de Estado nos Trabalhos Constituintes: uma Intuição Mal-Amada” in: MIRANDA, Jorge; PINHEIRO, Alexandre & LOMBA, Pedro (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, Lisboa, AR, 2011, pp. 305-323.
- VALLÉS, Estrella Figueras, “Las contradicciones de la conquista española en América: el requerimiento y la evangelización em Castilla del Oro” in: ANTOLIN, Fernando Navarro (org.), *Orbis Incognitus: avisos y legajos del Nuevo Mundo: homenaje al Prof. Luiz Navarro Garcia*, Huelva, UH, 2007, pp. 375-383.
- VALTICOS, Nicolas, “Les droits de l’homme, le droit international et l’intervention militaire en Yougoslavie. Où va-t-on ? Éclipse du Conseil de Sécurité ou réforme du droit de veto?”, *RGDIP*, t. 104, n. 1, 2000, pp. 5-36.
- VAN BUNGE, Wiep, *Philosopher of Peace. Spinoza, Resident of the Hague*, Den Haag, MoTH, 2008.
- VAN BYNKERSHOEK, Cornelius, *Quaestiones Juris Publici Libri Duo [1735]*, Oxford, Clarendon, 1930.
- VAN CAENEGEM, R. C., “The Rechtsstaat in Historical Perspective” in: *Legal History. A European Perspective*, London, HP, 1991, pp. 185-199.
- _____, *An Historical Introduction to Western Constitutional Law*, Cambridge, UK, CUP, 1995.
- VAN DAM, Nikolaos, *The Struggle for Power in Syria. Politics and Society under Asad and the Ba’th Party*, 4. ed., London, Tauris, 2011.
- VAN DER BERG, Ger, “The Constitution of Russia Annotated”, *RCEEL*, v. 28, n. 3, 2003.
- VAN DER KROEL, Justus, “Kampuchea’s Civil War”, *KJIA*, v. 15, n. 1, 1983/84, pp. 247-261.
- VAN DER LINDEN, Marcel, “Unanticipated Consequences of ‘Humanitarian Intervention’: The British Campaign to Abolish the Slave Trade, 1807–1900”, *TaS*, v. 39, n. 2, 2010, pp. 281-298.
- VAN DER MOLEN, Gesina, *Alberico Gentili and the Development of International Law. His Life, Work and Times*, Amsterdam, HJP, 1937.
- VANDERPOL, Alfred, *Le droit de Guerre d’après les Théologiens et les Canonistes du Moyen-âge*, Bruxelles/Paris, Goemere/Tralin, 1911.
- VAN DER SPUIY, Elrena, “Transforming Safety and Security in Southern Africa: Some Trends and More Challenges” in: CAWTHRA, Gavin (ed.), *African Security Governance. Emerging Issues*, Johannesburg, WitUP, 2009, pp. 37-56.
- VAN DER VLUGT, Willelm, “L’Oeuvre de Grotius et son Influence dans le Développement du Droit International”, *RCADI*, t. 7, v. 2, 1925, pp. 339-509.
- VANDERVORT, Bruce, *Wars of Imperial Conquest in Africa, 1830-1914*, Bloomington, IndUP, 1998.
- VAN DER WILT, Harmen; VERVLJET, Jeroen; SLUITER, Göran & TEN CATE, Johannes Houwink (eds.), *The Genocide Convention. The Legacy of Sixty Years*, Leiden, Brill, 2012.
- VANDRUNEN, David, “The Use of Natural Law in Early Calvinist Resistance Theory”, *JL&R*, v. 21, n. 1, 2006, pp. 143-167.
- VAN DYKE, Carl, *The Soviet Invasion of Finland, 1939-1940*, Abingdon, FC, 1997.
- VAN SCHALKWYK, Gina, “Challenges in the Creation of a Southern African Sub-regional Security Community”, *ISYPJSWA*, v.1, n. 1, 2005, pp. 33-43.
- VAN STADEN, Alfred, “The Political and Legal Force of the Prohibition of Force: Assessing State Behaviour”, *LJIL*, v. 21, n. 4, 2008, pp. 995-1003.
- VARELA, Alex; LOPES, Maria Margaret & FONSECA, Maria Rachel da, “Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva em sua fase portuguesa (1790-1819)”, *AMP*, v. 13, n. 1, 2005, pp. 207-294.
- VARELA, Odair Barros, “Intervenções externas humanitárias: legitimidade e limites. O caso dos Estados ‘frágeis’, ‘falhados’ ou ‘colapsados’”, *REI*, v. 2, n. 2, 2012, pp. 6-29.
- VARELLA, Marcelo, *Direito Internacional Público*, São Paulo, Saraiva, 2009.
- VARGAS, Denise, *Manual de Direito Constitucional*, São Paulo, RT, 2011.
- VARGUES, Isabel Nobre, “O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: a Revolução de 1820” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 41-55.
- _____ & TORGAL, Luís Reis, “Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, s.l., EE, 1998, v. V (“O Liberalismo”, coord.: Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque), pp. 57-76.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, “Discurso Preliminar. Os Índios perante a Nacionalidade Brasileira” in: *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, EHL, 1857, v. II, pp. xv-xxviii.
- _____, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timón 3*, Lima, ILib, 1867.
- VASINA, Jan, *Oral Tradition. A Study in Historical Methodology*, New Brunswick, Aldine, 2006.

- VASCONCELOS, Clever, *Curso de Direito Constitucional*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 2014.
- VASCONCELOS, Zacarias de Góes, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, Brasília, SF, 1978 [orig: 1862].
- VATTEL, Emerich de, *Les Droit des Gens ou Principes de la Loi Naturelle Appliqués a la Conduite et aux Affaires des Nations et des Souverains*, Nouvelle Edition, Paris, Guillaumin, 1863 [1758].
- VAZ, Manuel Afonso; CARVALHO, Raquel; BOTELHO, Catarina Santos, FOLHADELA, Inês & RIBEIRO, Ana Teresa, *Direito Constitucional. O Sistema Constitucional Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.
- VÁZQUEZ, Frey Guillermo, “El Fray Serafim de Freitas. Uno de los fundadores del Derecho Internacional” in: *Mercedarios ilustres*, Madrid, PMP, 1966, pp. 424-429.
- VEC, Milos, “National and Transnational Legal Evolutions – Teaching History of International Law” in: MODÉER, Kjell & NILSÉN, Per (eds.), *How to Teach European Comparative Legal History. Workshop at the Faculty of Law. Lund University 19-20 August 2009*, Lund, JiL, 2011, pp. 25-38.
- _____, “From the Congress of Viena to the Paris Peace Treaties of 1919” in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 654-678.
- VEGA, EL INCA, Garcilaso de la, *Comentarios Reales* [1609], 2. ed., México, Porrúa, 1990.
- VEIGA, Paula, “O Dilema do Poder Executivo na Constituinte de 1911: Algumas Notas” in: MIRANDA, Jorge; PINHEIRO, Alexandre & LOMBA, Pedro (coord.), *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, Lisboa, AR, 2011, pp. 325-335.
- VELEZ, Pedro, “Do Direito Constitucional na Europa das Revoluções Comunitárias: uma Primeira Aproximação a Três Grandes Modelos Constitucionais do Entre-Guerras”, *NE*, v. 10, 2007, pp. 447-484.
- _____, “Do discurso constitucional do Estado Novo” in: LÓPEZ, Federico Fernández-Creuheret & HESPANHA, António Manuel (hrsg.), *Franquismus und Salazarismus: legitimation durch Diktatur*, Frankfurt am Main, VK, 2008, pp. 635-667.
- VELLOSO, Flávio Marcondes, *Direito de ingerência*, Relatório do Mestrado de Relações Internacionais, Lisboa, FDUL, 1996 (publicado em *Ensaios Jurídicos. Temas Inéditos*, Lorena, SP, Stiliano, 1998, pp. 45-86).
- _____, *Tribunal Internacional de Justiça. Caminho para uma Nova Comunidade*, Lorena, Stilianos, 1999.
- VERDROSS, Alfred v., “*Jus Dispositivum* and *Jus Cogens* in International Law”, *AJIL*, v. 60, n. 1, 1966, pp. 55-63.
- _____, “Le principe de la non intervention dans les affaires relevant de la compétence nationale d’un État et le Article 2 (7) de la Charte des Nations unies” in: *Mélanges Offerts a Charles Rousseau: la communauté internationale*, Paris, Pedone, 1974, pp. 267-276.
- _____, “Règles Générales du Droit International de la Paix”, *RCADI*, t. 30, 1929, pp. 271-517.
- Verfassung des Deutschen Reiches: Mit dem Einführungs-Gesetz vom 16. April 1871*, H. Biester, L. von Rönne (org.), Berlin, Gutentag, 1871.
- VEROSTA, Stephan, “International Law in Europe and Western Asia between 100 and 650 A.D.”, *RCADI*, t. 113, n. 3, 1964, pp. 485-620.
- VERZIIL, J.H.W., *International Law in Historical Perspective*, Leiden, Sijthoff, 1968-1978.
- VESEL, David, “The Lonely Pragmatist: Humanitarian Intervention in an Imperfect World”, *BYUJPL*, v. 18, n. 1, 2003-2004, pp. 1-58.
- ‘Viagem e cousas de dō francisco viso rey de India escrito na nao sã raffael do porto/capitã fernã suarez’ in: *Manuscrito ‘Valentim Fernandes’*, António Baião (leitura e revisão das provas), Lisboa, APH, 1940.
- ‘Viagens de Cadamosto e Pedro Sintra [22 de Março de 1455]’ in: *MMA*, 2ª Série, v. I, pp. 287-373,
- VIANA, Vítor Rodrigues, *Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2002.
- VIANNA JR., Wilmar da Silva Vianna, “Espelho dos governadores do Brasil, a administração Mem de Sá”, texto apresentado no *XXIV Congresso Nacional de História*, ANPUH, 2007, Mimeo.
- _____, “O governo-geral no tempo dos Filipes (1580-1588)”, *RIHGB*, a. 71, n. 447, 2010, pp.11-46.
- VICENTE, Gil, *Exortação da Guerra...Da Fama ao Inferno* [1515], Noémio Ramos (org.), Faro, s.n., 2013 (ebook).
- VICENTE, Luciano Pereira, “Circunstancia historia y derecho de gentes en Luís de Molina”, *REDI*, v. 10, n. 1-2, 1957, pp. 137-149.
- VIEIRA, Ana Lúcia, *A Alteridade na Literatura de Viagens Quinhentista. Olhares e Escritas de Jean de Léry e de Fernão Cardim sobre o Índio Brasileiro*, Lisboa, Colibri, 2008.
- VIEIRA, António, ‘Papel sobre o cativ. ^{to} dos Índios, e missões’ [s.d], Manuscrito, BNA, doc. 136, fol. 405.
- _____, *Maria Rosa Mystica: Excellencias, Poderes e Maravilhas do seu Rosario: Compendidadas em Trinta Sermoens Asceticos, e Panegyricos fobre os Dous Evangelhos desta Follenidade, Novo, & Antigo*, Lisboa, ICrasb, 1688, t. II, pp. 149-184.
- _____, “Dúvidas dos Moradores de São Paulo àcerca da Administração dos Índios [12 de junho de 1694]” in: *Obras Várias do Padre António Vieira*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1856, pp. 239-251.
- _____, *Obras do Padre António Vieira. Sermões*, Lisboa, S&A, 1857.
- _____, *A Arte de Furtar, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguidas, gazia geral dos reinos de Portugal* [1652] in: *Obras Políticas e várias*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1855.
- _____, “Modo como se há de governar o gentio que há nas aldeias do Maranhão e Grão Pará [c.1653]” in: *Obras Várias do Padre António Vieira*, Lisboa, JMCS-TQAE, 1856, pp. 183-190.
- _____, *Escritos Instrumentais sobre os Índios*, J.C. Bom Meihy (comp.), São Paulo, EDUC/Loyola/Giordano, 1992.
- _____, *Escritos sobre os Índios*, Ricardo Ventura (coord.), Lisboa, TeD, 2015.
- VIEIRA, Hermes, *Bandeiras e escravidão no Brasil*, São Paulo, CEC, 1968; J. F. de Almeida Prado, *As bandeiras*, São Paulo, IBRASA, 1986.
- VIGNOLO, Paolo, “‘Nuestros antipodas y americanos’: Solórzano y la legitimidad del imperio” in: BONNET, Diana & CASTAÑEDA, Felipe (orgs.), *Juan de Solórzano y Pereira. Pensar la Colonia desde la Colonia*, Bogotá, Uniandes, 2006, pp. 1-48.
- VILALOBOS, José Humberto Castro, *La norma de jus cogens en el Derecho Internacional*, México, s.e., 1981.
- VILE, M.J.C., *Constitutionalism and the Separation of Powers*, 2. ed., Indianapolis, LF, 1998.

- _____. 'Politics and the Constitution in British and American History: Interview with Professor Maurice Vile', Joaquín Varela Suanzes-Carpegna (entrevistador), *HC* (revista electrónica), n. 10, 2009, pp. 559-581, disponível na página desta revista eletrônica de História Constitucional <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/12/showToc>, acesso a 18 de agosto de 2014).
- VILELA, Álvaro, *Lições de Direito Internacional*, Coimbra, IdU, 1904, pp. 482-504.
- VILHENA, Maria da Conceição, *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Colibri, 1996.
- _____. *Gungunhana. Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Colibri, 1999.
- VILLIGER, Mark, *Customary International Law and Treaties: A Manual on the Theory and Practice of the Interrelation of Sources*, 2. ed., The Hague, KL, 1997.
- _____. *Commentary on the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties*, Leiden, MN, 2009.
- VINCENT, R. J., "Grotius, Human Rights, and Intervention" in: BULL, Hedley; KINGSBURY, Benedict & ROBERTS, Adam (eds.), *Hugo Grotius and International Relations*, Oxford, Clarendon, 1989, pp. 241-256.
- VINER, Stever, "The moral foundations of the *jus ad bellum/jus in bello* distinction" in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 49-62.
- VINOGRADOFF, Paul, "Historical Types of International Law" in: *The Collected Papers of Paul Vinogradoff*, Oxford, Clarendon, 1928, v. II, pp. 248-318.
- VIOTTI, Pe. Hélio Abranches (S.J.), "Para uma biografia de Nóbrega", Separata do nº 28 da *RH*, São Paulo, 1956.
- _____. "Nóbrega e Anchieta" in: *Nóbrega*, São Paulo, IHGSP, 1970, pp. 529-541.
- VIRGÍLIO, Eneida, 2.ed., Lisboa, E-A, 1988.
- VIROLI, Maurizio, *Niccolò's Smile. A Biography of Machiavelli*, New York, H&W, 2000.
- VISMARA, Giulio, "Problemi storici e istituti giuridici della guerra altomedievale" in: *Scritti di Storia Giuridica: Comunità e Diritto Internazionale*, Milano, Giuffrè, 1989, pp. 485-489.
- VISWANATHA, S.V., *International Law in Ancient India*, London, LG, 1925.
- VITORIA, Francisco de, *Relectio de Indis* in: FERNÁNDEZ, Clemente (org.), *Los Filósofos Escolásticos de los Siglos XVI y XVII*, Madrid, EC, pp. 156-212.
- _____. *De Iure Belli* in: FERNÁNDEZ, Clemente (org.), *Los Filósofos Escolásticos de los Siglos XVI y XVII*, Madrid, EC, pp. 213-233.
- _____. *Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizán víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007.
- _____. *Relación sobre la Templanza o del uso de las Comidas/ Fragmento sobre si es lícito guerrear los pueblos que comen carnes humanas o que utilizán víctimas humanas en los sacrificios*, Felipe Castañeda (comp.), Bogotá, Uniandes, 2007.
- VLADIMIRI, Paulus, *Tractatus de potestate papae et imperatoris respectum infidelium* in: BELCH, Stanislaus, (ed.), *Paulus Vladimiri and His Doctrine Concerning International Law and Politics*, London/The Hague, Mouton, 1965, v. II, pp. 792-844.
- VLASAK, Karel (org.), *As dimensões internacionais dos Direitos do Homem*, Lisboa, Carlos Brito (trad.), EPLTC /UNESCO, 1983.
- VOICU, Ioan, *De l'interpretation authentique des traités internationaux*, Paris, Pedone, 1968.
- VOITURIEZ, Antonio Pérez, *Problemas jurídicos internacionales de la conquista de Canarias*, La Laguna, s.e., 1957.
- VOLCANSEK, Mary (ed.), *Law Above the Nations. Supranational Courts and the Legalization of Politics*, Gainesville, UPFlo, 1997.
- VOLTAIRE, François-Marie Arouet, *Histoire des croisades*, Jérôme Verain (notes et prefaces), s.l, MUN, 2006 [org. 1750].
- VON BAR, Ludwig, "Introduction" in: RACHEL, Samuel, *Dissertation in the Law of Nature and of Nations [De Jure Naturae et Gentium Dissertationes]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916, pp. 7a-16a.
- _____. "Introduction" in: TEXTOR, Johann Wolfgang, *Synopsis of the Law of Nations [Synopsis Juris Gentium]*, John Pawley Bath (trad.), Washington, CInst, 1916, pp. 7a-26a.
- VON BOGDANY, Armin & DELLAVALLE, Sergio, "Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 1127-1131.
- VON GLAHN, Gehrard, *The Occupation of Enemy Territory. A Commentary on the Law and Practice of Belligerent Occupation*, Minneapolis, UMP, 1957.
- VON HIPPEL, Karin, *Democracy by Force: US Military Intervention in the Post-Cold War World*, Cambridge, UK, CUP, 2000.
- VON KIELMANSEGG, Sebastien Graf, "The Meaning of Petersberg: Some Consideration on the Legal Scope of ESDP Operations", *CMLR*, v. 44, n. 3, 2007, pp. 629-648.
- VON UNGERN-STERNBERG, Antje, "Religion and Religious Intervention" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 294-316.
- VOON, Tania, "Pointing the Finger: Civilian Casualties of NATO Bombing in the Kosovo Conflict", *AUILR*, v. 6, n. 4, 2001, pp. 1104-1105.
- VORENBERG, Michael, *Final Freedom. The Civil War, the Abolition of Slavery, and the Thirteenth Amendment*, Cambridge, CUP, 2004.
- VÖRLANDER, Hans, *Die Verfassung. Idee und Geschichte*, München, Beck, 1999.
- VULLIAMY, Ed, "Bosnia: the crime of appeasement", *IA*, v. 74, n. 1, 1998, pp. 73-92.
- WAGNER, Cara Marie, "Reconsidering peace in the Horn of Africa. The impact of increased cooperation and the African Peace and Security Architecture", *ASR*, v. 22, n. 2, 2013, pp. 39-53.
- WAGNER, John, *Encyclopedia of the Hundred Years War*, Greenwood, Conn, GP, 2006.
- WAKEFIELD, Bryce (ed.), *A Time for Change? Japan's "Peace" Constitution at 65*, Washington, WWICS, 2012.
- _____. "Abe's Law: Domestic Dimension of Japan's Collective Self-Defense Debate" in: GOTO, Shihoko (ed.),

Japan's Vision for East Asia. Diplomacy Amid Geopolitical Challenges, Washington, WWICS, 2014, pp. 44-60.

WALDEN, Raphael, "The Subjective Element in the Formation of Customary International Law", *Isr.LR*, v. 12, 1977, pp. 344-364.

WALDOCK, C.H., "The Regulation of the Use of Force by Individual States in International Law", *RCADI*, t. 81, v. 2, 1952, pp. 455-514.

WALKER, Thomas, *The Science of International Law*, London, C. J. Clay, 1893.

WALKER, Thomas, "The Forgotten Prophet: Tom Paine's Cosmopolitanism and International Relations", *ISQ*, v. 44, n. 1, 2000, pp. 65-66.

WALLACE-BRUCE, Nii Lante, "Of Collapsed, Dysfunctional and Disoriented States: Challenges to International Law", *NILR*, v. 47, n. 1, 2000, pp. 53-73.

WALTZ, Kenneth, *Man, the State and War. A Theoretical Analysis*, New York, ColUP, 1954.

WALVIN, James, *A Short History of Slavery*, London, Penguin, 2007.

WALZER, Michael, "The Obligation to Die for the State" in: *Obligations. Essays in Disobedience War and Citizenship*, Cambridge, Mass, HUP, 1970, pp. 77-98.

_____, "World War II: Why Was This War Different?", *P&PA*, v. 1, n. 1, 1971, pp. 3-21.

_____, *Just and Unjust Wars. A Moral Argument with Historical Illustrations*, 3. ed., New York, BB, 1977.

_____, "The Moral Standing of States: A Response to Four Critics", *P&PA*, v. 9, n. 3, 1980, pp. 209-229.

_____, "The Idea of Holy War in Ancient Israel", *JRE*, v. 20, n. 2, 1992, pp. 215-228.

_____, "Moral Minimalism"; "Justice and Tribalism: Minimal Morality in International Politics" in: *Thick and Thin. Moral Argument at Home and Abroad*, Notre Dame, UNDP, 1994, pp. 1-19; 63-83.

_____, "War and Peace in the Jewish Tradition" in: NARDIN, Terry (ed.), *The Ethics of War and Peace. Religious and Secular Perspectives*, Princeton, PUP, 1996, pp. 95-114.

_____, "The Politics of Rescue"; "Kosovo" in: *Arguing about War*, New Haven, YUP, 2004, pp. 67-81; 99-103.

_____, "Regime Change and Just War", *Dissent*, v. 53, n. 2, 2005, pp. 103-108.

WARBRICK, Colin, "Brownlie's Principles of Public International Law: An Assessment", *EJIL*, v. 11, n. 1, 2000, pp. 621-636.

WARHURST, Phillip, *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa 1890-1900*, London, Longmans, 1962.

WASHBURN, Wilcomb, "The First European Contact with the American Indians", *RUC*, v. 34, 1988.

WATERMAN, Julie Ann, "The United States Involvement in the Haiti's Tragedy and the Resolve to Restore Democracy", *NYLSJ&CL*, v. 15, n. 1, 1994, pp. 187-215.

WATSON, Alan, *International Law in Archaic Rome. War and Religion*, Baltimore, JHUP, 1993.

WATT, Alan, "Which Approach? Late Twentieth Century Interpretation of Augustine's View on War", *JCS*, v. 49, n. 1, 2004, pp. 99-113.

WEBSTER, Graham, *The Roman Invasion of Britain*, New Edition, London, Routledge, 2003.

WECKEL, Philippe, "Cour internationale de Justice. Affaires Relatives à la liceité de l'emploi de la force (Yougoslavie c. Allemagne et autres), Ordonnances du 2 Juin 1999", *RGDIP*, t. 103, n. 3, 1999, pp. 697-708.

_____, "L'usage deraisonnable de la force", *RGDIP*, t. 107, n. 2, 2003, pp. 377-400.

WECKMANN, Luís, *El Pensamiento Medieval y los Orígenes del Derecho Internacional*, México, DF, FCE, 1950.

WEDGWOOD, C.V., *The Thirty Years War*, New York, NYRB, 2005 [orig.: 1932].

WEDGWOOD, Ruth, "The Enforcement of Security Council Resolution 687: The Threat of Force Against Iraq's Weapons of Mass Destruction", *AJIL*, v. 92, n. 2, 1998, pp. 724-728.

_____, "NATO's Campaign in Yugoslavia", *AJIL*, v. 93, n. 4, 1999, pp. 828-834.

_____, "The Fall of Saddam Hussein: Security Council Mandates and Preemptive Self-Defense", *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 576-585.

_____, "Countering Catastrophic Terrorism: An American View" in: Andrea Bianchi (ed.), *Enforcing International Law Norms Against Terrorism*, Oxford, Hart, 2004, pp. 103-117.

_____ & JACOBSON, Harold, "State Reconstruction After Civil Conflict", *AJIL*, v. 95, n. 1, 2001, pp. 1-6.

WEHBERG, Hans, "Le Problème de la Mise de la Guerre Hors-la-Loi", *RCADI*, v. 24, 1928, pp. 147-306.

_____, "La police internationale", *RCADI*, v. 48, 1934, 1-132.

_____, "La Guerre Civile et le Droit International", *RCADI*, t. 63, v. 1, 1938, pp. 1-127.

WEHLING, Arno, *Estado, História e Memória. Varnhagen e a Construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, NF, 1999.

_____ & WEHLING, Maria José, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, NF, 1994.

WEIL, Prosper, "Le judaïsme et développement du droit international", *RCADI*, t. 151, n. 3, 1976, p. 253-335.

_____, "Towards Relative Normativity in International Law?", *AJIL*, v. 77, n. 3, 1983, pp. 413-443.

_____, "Le droit international en quête de son identité: cours général de droit international public", *RCADI*, v. 237, 1992, pp. 9-370.

WEINBERGER, Naomi, *Syria Intervention in Lebanon: The 1975-1976 Civil War*, New York, OUP, 1986.

WEINDL, Andrea, "Colonial Design in European International Law of the Seventeenth Century" in: ASBACH, Olaf & SCHRÖDER, Peter (eds.), *War, the State and International Law in Seventeenth-century Europe*, Burlington, Ashgate, 2010, pp. 231-246.

WEIGAND, Rudolf, "The Development of the *Glosa Ordinaria* to Gratian's *Decretum*" in: *The History of Medieval Canon Law in the Classical Texts, 1140-1234: From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, Washington, D.C., CUAP, pp. 55-97.

WEISBERG, D. Kelly (ed.), *Feminist Legal Theory: Foundations*, Philadelphia, TUP, 1993.

WEISBERG, Howard, "The Congo Crisis 1964: A Case Study in Humanitarian Intervention", *VJIL*, v. 12, 1972, pp. 261-276.

- WEISBURD, A. Mark, "Humanitarian Intervention, 1945-1989", *AD*, v. 6, n. 2, 2001.
- _____, "The War in Iraq and the Dilemma of Controlling the International Use of Force", *TJIL*, v. 39, n. 4, 2004, pp. 521-560.
- _____, *Use of Force: The Practice of States since World War II*, University Park, Penn, PSUP, 1997.
- WELDESELASSIE, K Isaac, "IGAD as an International Organization, Its Institutional Development and Shortcomings", *JAL*, v. 55, n. 1, 2011, pp. 1-29.
- WELLER, Marc, *Iraq and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2010.
- WELLS-BARNETT, Ida, *On Lynchings*, s.l., Dover, 2014 [orig: 1892].
- WELSH, Jennifer, "Taking Consequences Seriously: Objections to Humanitarian Intervention" in: WELSH, Jennifer (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, pp. 52-68.
- _____, "The Security Council and Humanitarian Intervention" in: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer & ZAUM, Dominik (eds.), *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*, Oxford, OUP, 2008, pp. 535-562.
- _____, "Responsibility to Protect and the Language of Crimes. Collective Action and Individual Culpability" in: SCHEID, Don (ed.), *The Ethics of Armed Humanitarian Intervention*, Cambridge, UK, CUP, 2014, pp. 209-223.
- WELZEL, Hans, *Die Naturrechts Samuel Pufendorfs. Ein Beitrag zur Ideengeschichte des 17. und 18. Jahrhunderts*, Berlin, DG, 1958.
- WEMBOU, Michel-Cyr Djiena, *L'O.U.A. à l'aube du XXI Siècle: bilan, diagnostic et perspectives*, Paris, LGDJ, 1995.
- _____, "Le mecanisme de l'OUA pour la prevention, la gestion et le reglement de conflicts", *AfYIL*, v. 2, 1994, pp. 71-91.
- WENDPAP, Friedman & KOLOTELO, Rosane, *Direito Internacional*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.
- WENGLER, Wilhelm, "Public international law: paradoxes of a legal order", *RCADI*, v. 158, 1977, pp. 9-86.
- WERNER, Richard, "Just War Theory. Going to War and Collective Self-Deception" in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 35-46.
- WERNET, Augustin, *O período regencial, 1831-1840*, São Paulo, Global, 1982.
- WESSELING, H. L., *Divide and Rule. The Partition of Africa, 1880-1914*, Westport, Praeger, 1996.
- _____, "Colonial Wars: An Introduction" e "Colonial Wars and Armed Peace, 1871-1914" in: *Imperialism and Colonialism. Essays on the History of European Expansion*, Westport, GP, 1997, pp. 3-11, 12-26.
- WESTBROOK, Raymond, "Slave and Master in Ancient Eastern Law", *CKL*, v. 70, n. 4, 1995, p. 1631-1676.
- WESTLAKE, John, *International Law*, Cambridge, UK, CUP, 1904.
- WESTPHAL, Kenneth, "The Basic Context and Structure of Hegel's Philosophy of Right" in: BEISER, Frederick (ed.), *The Cambridge Companion to Hegel*, Cambridge, UK, CUP, 1993, pp. 234-269.
- WETZEL, Herbert Ewald, *Mem de Sá. Terceiro Governador Geral (1557-1572)*, Rio de Janeiro, CFC, 1972.
- WHEATON, Henry, *Elements of International Law*, Philadelphia, CL&B, 1836.
- WHEELER, Douglas & PÉLISSIER, René, *Angola*, London, PMall, 1971.
- WHEELER, Laura, "The Grenada Invasion: Expanding the Scope of Humanitarian Intervention", *BCI&CQ*, v. 8, n. 2, 1985, pp. 413-430.
- WHEELER, Nicholas, *Saving Strangers. Humanitarian Intervention and International Society*, Oxford, OUP, 2000.
- _____, "Humanitarian Intervention after Kosovo: Emergent Norm, Moral Duty or the Coming of Anarchy?", *IA*, v. 77, n. 1, 2001, pp. 113-128.
- _____, "Legitimizing Humanitarian Intervention: Principles and Procedures", *MelJIL*, v. 2, n. 2, 2001, pp. 554-560.
- _____, "The Humanitarian Responsibilities of Sovereignty. Explaining the Development of a New Norm of Military Intervention for Humanitarian Purposes in International Society" in: WELSH, Jennifer (ed.), *Humanitarian Intervention and International Relations*, Oxford, OUP, 2004, pp. 29-51.
- WHETAM, David, "Ethics and the Enduring Relevance of Just War Theory in the Twenty-First Century" in: KASSIERIS, George & BUCKLEY, John (eds.), *The Ashgate Research Companion to Modern Warfare*, Farnham, Ashgate, 2010, pp. 241-255.
- WHITE, Nigel, "Commentaries on the Protection of the Kurdish Safe-Heaven: Operation Desert Strike", *JCSL*, v. 1, n. 2, 1996, pp. 197-204.
- _____, "The United Kingdom: Increasing Commitment Requires Greater Parliamentary Involvement" in: KU, Charlotte & JACOBSON, Harold (eds.), *Democratic Accountability and the Use of Force in International Law*, Cambridge, UK, CUP, 2003, pp. 300-322.
- _____, "The EU as a Regional Security Actor within the International Legal Order" in: TRYBUS, Martin & WHITE, Nigel D. (ed.), *European Security Law*, Oxford, OUP, 2007, pp. 329-349.
- _____, "The British Constitution and Military Action", in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, Oxford, OUP, 2008, pp. 7-30.
- _____, WHITE, Nigel, "The Road to Basra" in: *Democracy Goes to War. British Military Deployments under International Law*, Oxford, OUP, 2008, pp. 238-268.
- _____, *Advanced Introduction to International Conflict and Security Law*, Cheltenham, EdE, 2014;
- WHITMAN, James, *The Verdict of Battle. The Law of Victory and the Making of Modern War*, Cambridge, Mass, HUP, 2012.
- WHITMAN, Jeffrey, "Is Just War Theory Obsolete?" in: ALLHOFF, Fritz; EVANS, Nicholas & HENSCHKE, Adam (eds.), *Routledge Handbook of Ethics and War. Just War Theory in the Twenty-First Century*, New York, Routledge, 2013, pp. 23-34.
- WICK, José, "Problemas Morais no Oriente Português do Século XVI" in: *O Centro Histórico Ultramarino e as Comemorações Henriquinas*, Lisboa, CHU, 1961, pp. 257-263.
- WIDMAIER, Wesley, "The Democratic Peace is what the States make of it. A Constructivist Analysis of the US-India near Miss in the 1971 South Asian Crisis", *EJIA*, v. 11, n. 3, 2005, pp. 431-455.

- WIEACKER, Franz, *História do Direito Privado Moderno*, António Manuel Espanha (trad.), Lisboa, FCG, s.d..
- WIESEHÖFER, Josef, "From Achaemenid Imperial Order to Sasanian Diplomacy: War, Peace, and Reconciliation in Pre-Islamic Iran" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 121-140.
- WIJFFELS, Alain, "Early-Modern Scholarship on International Law" in: ORAKHELASHVILI, Alexander (ed.), *Research Handbook on the Theory and History of International Law*, Cheltenham, EdE, 2011, pp. 23-60.
- WILDE, Ralph, *International Territorial Administration. How Trusteeship and the Civilizing Mission Never Went Away*, Oxford, OUP, 2008.
- WILDMAN, Richard, *Institutes of International Law*, London, WB, 1849.
- WILENSKY, Alfredo & JANUÁRIO, Rui, *Direito Internacional Contemporâneo*, Lisboa, Áreas, 2003.
- WILLIAMS, George & HOVELL, Derika, "Advice to the Hon. Simon Crean MP on the Use of Force Against Iraq", *MelJIL*, v. 4, n. 1, 2003, pp. 183-189.
- WILLIAMS, Howard, (ed.), *Essays on Kant's Political Philosophy*, Chicago, UChiP, 1992.
- _____, *Kant's Critique of Hobbes: Sovereignty and Cosmopolitanism*, Aberystwith, UWP, 2003.
- _____, "Back from the USSR: Kant, Kaliningrad, and World Peace", *IR*, v. 20, n. 1, 2006, pp. 27-48.
- _____ & BOOTH, Ken, "Kant: Theorist beyond Limits" in: CLARK, Ian & NEUMANN, Iver (eds.), *Classical Theories of International Relations*, London, MM, 1996, pp. 71-98.
- WILLIAMS, John, "'Not in my Name'? Legitimate Authority and Liberal Just War Theory" in: Anthony Lang Jr.; Cian O'Driscoll & John Williams (eds.), *Just War. Authority, Tradition, and Practice*, Washington, D.C., GUP, 2013, pp. 63-80.
- WILLIAMS, Melissa, "The Jury, the Law, and the Primacy of Politics" in: *Nomos XLVII: Humanitarian Intervention*, Terry Nardin & Melissa Williams (eds.), New York, NYUP, 2006, pp. 244-258.
- WILLIAMS, Paul & WALLER, Karina, "Coercive Appeasement: The Flawed International Response to the Serbian Rogue Regime", *NELR*, v. 36, n. 4, 2002, pp. 825-889.
- WILLIAMS, Paul D. & BELLAMY, Alex J., "The Responsibility to Protect and the Crisis in Darfur", *SD*, v. 36, n. 1, 2005, pp. 27-47.
- WILLIAMS JR, Robert, *The American Indian in Western Legal Thought: The Discourses of Conquest*, New York, OUP, 1990.
- WILLIAM SENIOR, Nassau, "Book Review: *Histoire du progrès des gens en Europe depuis la paix de Westphalie jusqu'au congrès de Vienne, avec un précis historique du droit des gens européens avant la paix de Westphalie*/A History of the Law of Nations in Europe and America.", *Edinburgh Review*, v. 77, n. 156, 1843, pp. 303-373.
- WILSON, Eric, *Savage Republic. de Indis of Hugo Grotius, Republicanism, and Dutch Hegemony within in the Early World Modern System (c.1600-1619)*, Leiden, MN, 2008.
- WILSON, George Grafton, *International Law*, 8. ed., New York, Silver, 1922.
- WINIGER, Bénédicte, *Das rationale Pflichtenrecht Christian Wolffs. Bedeutung und Funktion des transzendentalen, logischen und moralischen Wahrheit im systematischen und theischen Naturrecht Wolffs*, Berlin, D&H, 1992.
- WIREDU, Kwasi, *Cultural Universals and Particulars. An African Perspective*, Bloomington, IndUP, 1996.
- WISEBERG, Laurie, "Humanitarian Intervention: Lessons from the Nigeria Civil War", *RDH*, v. 7, n. 1, 1974, pp. 61-98.
- WOJTALEWICZ, Paul, "The *Junta das Missões/Junta de Missões*: A Comparative Study of Peripheries and Imperial Administration in Eighteenth Century Iberian Empires", *CLAR*, v. 8, n. 2, 1999, pp. 225-240.
- WOLFF, Christian, *The Law of Nations Treated According to a Scientific Method [Jus Gentium Methodo Scientifica Pertractatum]*, Joseph Drake (trad.), Oxford/London, Clarendon/HM, 1934.
- WOLF, Eric, *Grotius, Pufendorf, Thomasius. Drei Kapitel zur Gestaltgeschichte der Rechtswissenschaft*, Tübingen, Mohr, 1927, pp. 63-75.
- WOLFKE, Karol, *Custom in Present International Law*, 2. ed., Dordrecht, MN, 1993.
- WOLKMER, Antonio Carlos, *História do Direito no Brasil*, 7. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2014.
- WOODWARD, Bob, *Obama's War*, London, S&Sch, 2010.
- WOOLHOUSE, Roger, *Locke. A Biography*, Cambridge, UK, CUP, 2007.
- WOOLSEY, Theodore, *Introduction to the Study of International Law Designed as an Aid in Teaching, and in Historical Studies*, 3. ed., New York, SAC, 1872.
- WOORTMANN, Klaas, *O selvagem e o Novo Mundo: ameríndios, humanismo e escatologia*, Brasília, EDUNB, 2004.
- WOOSTER, Robert, "Indian Wars of the Trans-Mississippi West, 1862-1890" in: BRADFORD, James (ed.), *A Companion to American Military History*, Malden, Blackwell, 2010, pp. 123-138.
- WORMUTH, Francis & FIRMAGE, Edwin, *To Chain the Dog of War. The War Power of Congress in History and Law*, 2. ed., Urbana, UIP, 1989.
- WORTLEY, B.A., "The Veto and the Security Provisions of the Charter", *BYIL*, v. 23, 1946, pp. 95-111.
- WRIGHT, Quincy, "The Test of Aggression in the Ítalo-Ethiopian War", *AJIL*, v. 30, n. 1, 1936, pp. 45-56.
- _____, "The Corfu Channel Case", *AJIL*, v. 43, n. 3, 1949, pp. 491-494.
- _____, "Intervention, 1956", *AJIL*, v. 51, n. 2, 1957, pp. 257-276.
- _____, "Legal Aspects of the Viet-nam Situation", *AJIL*, v. 60, n. 4, 1966, pp. 750-769.
- _____, "International Law and the American Civil War", *ASIL Proceedings*, v. 61, 1967, pp. 50-58.
- WRIGHT, R. George, "A Contemporary Theory of Humanitarian Intervention", *FJIL*, v. 4, n. 3, 1989, pp. 435-468.
- WU, Linjun, "East Asia and the Principle of Non-Intervention: Policies and Practices", *MSCAS*, n. 5, 2000, pp. 1-39.
- WYLER, Eric, "From 'State Crime' to Responsibility for 'Serious Breaches of Obligations under Peremptory Norms of General International Law'", *EJIL*, v. 13, n. 5, 2002, pp. 1147-1160.

- XAVIER, Alberto, *Atribuições do Presidente da República*, Lisboa, TAT, 1914.
- YANAGIHARA, Misagaru, "Japan" in: FASSBENDER, Bardo & PETERS, Anne (eds.), *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford, OUP, 2012, pp. 475-499.
- YASSEN, Mustafa Kamil, "L'interprétation des traités dans la Convention de Vienne sur le Droit des Traités", *RCADI*, v. 151, n. 3, 1976, pp. 1-114.
- YEAGER, Suzanne, *Jerusalem in Medieval Narrative*, Cambridge, UK, CUP, 2008.
- YEAGER, Timothy, "Encomienda or Slavery? The Spanish Crown Choice of Labour Organization in Sixteenth Century Spanish America", *JEH*, v. 55, n. 4, 1995, pp. 842-859.
- YATES, Robin, "Making War and Making Peace in Early China" in: RAAFLAUB, Kurt (ed.), *War and Peace in the Ancient World*, Malden, Blackwell, 2007, pp. 36-52.
- YEPES, M., "La contribución de l'Amérique latine au développement du droit international public et privé", *RCADI*, v. 32, 1931, pp. 691-799.
- YOO, John, "International Law and the War in Iraq", *AJIL*, v. 97, n. 3, 2003, pp. 563-576.
- _____, *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005.
- _____, "The Eighteenth-Century Anglo-American Constitution and Foreign Affairs" in: *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005, pp. 30-54.
- _____, "War Powers for a New World" in: *The Powers of War and Peace. The Constitution and Foreign Affairs after 9/11*, Chicago, UChiP, 2005, pp. 143-181.
- YOUNG, Crawford, "Zaire: The Unending Crisis", *FA*, v. 57, n. 1, 1978, pp. 169-185.
- YOUNG, William, "A Check on Fainted-Heart Presidents: Letters of Marque and Reprisal", *WLLR*, v. 66, n. 2, 2009, pp. 895-940.
- YUSUF, Abdulqawi, "The Right of Forcible Intervention in Certain Conflicts" in: id & OUGUERGOUZ, Fatsah (eds.), *The African Union: Legal and Institutional Framework. A Manual on the Pan African Organization*, Leiden, MN, 2012, pp. 335-353.
- YWAMA, Yoko, "Abe Shinzuo's Security Policy", *JFPF*, n. 17, 2013.
- ZACKLIN, Ralph, "Beyond Kosovo: The United Nations and Humanitarian Intervention", *VJIL*, v. 41, n. 4, 2001, pp. 923-940.
- _____, *The United Nations Secretariat and the Use of Force in a Unipolar World. Power v. Principle*, Cambridge, UK, CUP, 2010.
- ZAGREBELSKY, Gustavo, *Il diritto mite. Leggi – diritti – Giustizia*, Torino, Einaudi, 1992.
- _____, *El derecho dúctil: ley, derechos, justicia*, 10 ed., Madrid, Trotta, 2011.
- ZAJADLO, Jerzy, "Humanitarian Intervention: Threat to International Order, Moral Imperative, or Customary Norm in Statu Nacendi?", *PYIL*, v. 27, 2004-2005, pp. 33-48.
- ZAPATERO, Pablo, "Legal Imagination in Vitoria: the Power of Ideas", *JHIL*, v. 11, n. 2, 2009, pp. 221-271.
- ZAPPALÀ, Salvatore, "Nuovi sviluppi in tema di uso della forza armata in relazione alle vicende del Kosovo", *RivDI*, v. 82, f. 4, 1999, pp. 975-1004.
- ZAVALA, Silvio, "Las doctrinas de Palacios Rubios y Matías de Paz ante la Conquista de América" in: PALACIOS RUBIOS, Juan López, *De las Islas del Mar Oceano*, México, D.F., FCE, 1954 /PAZ, Fray Matías, *Del dominio de los Reyes de España sobre los indios*, México, D.F., FCE, 1954, pp. i-xxxx.
- _____, *The Defence of Human Rights in Latin America (Sixteenth to Eighteenth Century)*, Paris, UNESCO, 1964.
- _____, "La Doctrina de la Justa Guerra" in: *Ensayos sobre la Colonización Española en América*, México, SEP, 1972, p.
- ZEISBERG, Mariah, *War Powers. The Politics of Constitutional Authority*, Princeton, PUP, 2013.
- ZELLER, Gaston, "Les Temps Modernes: de Christophe Colombe à Cromwell" in: RENOUVIN, Pierre (org.) *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Hachette, 1953, t. 2.
- ZEMANEK, Karl, "The legal foundations of the international system: general course on public international law", *RCADI*, v. 266, 1997, pp. 9-335.
- ZERON, Carlos Alberto Ribeiro, "Resenha: José Eisenberg, *As missões jesuítas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000", *RH*, v. 147, 2002, pp. 227-234.
- _____ & RUIZ, Rafael, "La fuerza de la costumbre en la Capitanía de São Paulo, de acuerdo con la 'Apología pro Paulistis' (1684)" in: CHINCHILLA, Perla & ROMANO, Antonella (orgs.), *Escrituras de la Modernidad. Los jesuitas entre cultura retórica y cultura científica*, Ciudad de México/Paris, UIA/LEHESS, 2008, pp. 279-280.
- ZIEBELL, Zinka Ziebell, *Terra de canibais*, Porto Alegre, EDUEFRGS, 2002.
- ZIEGLER, Karl-Heinz, "Conclusion and Publication of International Treaties in Antiquity", *Isr.LR*, v. 29, n. 1-2, 1995, pp. 233-249.
- _____, *Völkergeschichte: Ein Studienbuch*, 2. Auf., München, Beck, 2007.
- ZIMMERMANN, Andreas & STAHN, Christian, "Yugoslav Territory, United Nations Trusteeship or Sovereign State? Reflections on the Current and Future Legal Status of Kosovo", *NJIL*, v. 70, n. 4, 2001, pp. 423-460.
- _____, TOMUSCHAT, Christian & OELLERS-FRAHM, Karin (eds.), *The Statute of the International Court of Justice. A Commentary*, Oxford, OUP, 2006.
- ZOHAR, Noam J., "Collective War and Individualistic Ethics: Against the Conscription of 'Self-Defense'", *PT*, v. 21, n. 4, 1993, pp. 606-622.
- ZOLDAN, Evan, "Primary Sources and Ambiguity in Legal Theory" in: JARVIS, Robert (ed.), *Teaching Legal History. A Comparative Perspective*, London, WSH, 2014, pp. 108-111.
- ZORILLA, Marcelo Gabriel, "El acta del requerimiento y la guerra justa", *RdN*, a. 109, n. 885, 2006, pp. 257-255
- ZOUBIR, Yahia & DRIS-AÏT-HAMADOUCHE, Louisa, *Global Security Watch – The Maghreb: Algeria, Libya, Morocco, and Tunisia*, Santa Barbara, ABC-CLIO, 2013.
- ZOUCHE, Richard, *An Exposition of Feial Law and Procedure, or of Law between Nations, and Questions Concerning the Same. Wherein are seth Matters Regarding Peace and War between Different Princes and Peoples, derived from the Most Eminent Historians [Iures et Iudicii Fetiales, sive, Iure inter Gentes, et Quaestionum de Eodem Explicato]*, James Brierly (trad.), Washington, CInst, 1911).

ZUCCA, Lorenzo, *Constitutional Dilemmas. Conflicts of Fundamental Legal Rights in Europe and the USA*, Oxford, OUP, 2007.

ZUCCOTTI, Ferdinando, “*Bellum iustum* o del bon uso del diritto romano”, *RDR*, v. 4, 2004, pp. 1-63.

ZUMARRAGA, Bispo Juan de, ‘Parecer sobre Esclavos de Resgate y de Guerra [1536?]’ in: ICAZBALCETA, Joaquín García (org.), *Don Fray Juan de Zumárraga, primer Obispo y Arzobispo de México: estudio biográfico y bibliográfico*, México, ALAM, 1881 (com anexo documental), doc. 31, pp. 151-153.

ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Clássica, 1942.

_____, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa, AGC, 1949, v. II (texto).

ZURBUCHEN, Simone, “Samuel Pufendorf and the Foundation of Modern Natural Law: An Account of the State of Research and Editions”, *CEH*, v. 31, n. 4, 1998, pp. 413-428.

ZWANENBURG, Marten, “NATO, its Members, and the Security Council” in: BLOKKER, Niels & SCHRIJVER, Nico (eds.), *The Security Council and the Use of Force. Theory and Reality – A Need for Change?*, Leiden, MN, 2005, pp. 189-211.

ÍNDICE GERAL

PRIMEIRA PARTE - Aspetos introdutórios - a controvérsia sobre a existência de um direito à intervenção humanitária unilateral no século XXI e a necessidade de se refazer o seu percurso no Direito Internacional e Constitucional	01
Capítulo I	
Introdução geral	03
Capítulo Segundo II	
Dúvidas e incertezas sobre o estatuto das intervenções humanitárias unilaterais no Direito Internacional da Segurança Contemporâneo	13
2.1. A Carta das Nações Unidas e as duas leituras da licitude das intervenções humanitárias	13
2.1.1. As duas leituras sobre a proibição do uso e da ameaça do uso da força na Carta das Nações Unidas	15
2.1.2 As posições ambíguas dos órgãos das Nações Unidas ao longo dos tempos	19
2.2. O estabelecimento de uma prerrogativa de intervenção humanitária unilateral no Direito Regional Africano e a possibilidade de intervenção nos sistemas europeu e americano	30
2.2.1. As duas interpretações ao artigo 53 (1): intervenção de entidades regionais com ou sem autorização (preliminar) do Conselho de Segurança	30
2.2.2. A consolidação de prerrogativas de intervenções humanitárias regionais no Direito Africano	31
2.2.3. <i>Out of Africa</i> : Entre a não-intervenção na Ásia, as ambiguidades americanas e a possibilidade de intervenção fora de área das organizações de segurança da Europa	38
Capítulo III	
O incerto, mas debilitador, processo de emergência de um direito costumeiro através da prática dos Estados, e os critérios de 'tolerabilidade' das intervenções humanitárias unilaterais	51
3.1. Os casos de não-intervenção humanitária - A exclusão pela prática da apropriação do discurso humanitário para legitimar projetos hegemónicos e de situações correspondentes a outras figuras jurídicas	53

3.1.1. Intervenções humanitária coletivas	53
3.1.2. Intervenções hegemónicas transvestidas de humanitárias	57
3.1.3. Intervenções com elementos humanitários, porém predominantemente motivadas ou justificadas em bases diferentes	80
3.1.4. Intervenções para proteção de nacionais em perigo no estrangeiro	88
3.1.5. Situações de crise humanitária em que não se materializou qualquer intervenção ou de consentimento	91
3.2. Os casos do período da Guerra Fria: entre timidez, confusão, obscuridade, imputação de ilicitude ao inimigo ideológico e apropriação do discurso humanitário para proteger os aliados	92
3.3. Os casos do período pós-Guerra Fria: entre a ilicitude e a ‘aceitação’ das ‘verdadeiras’ intervenções humanitárias unilaterais	98
3.4. Os critérios de ‘tolerabilidade’	110

Capítulo IV

<i>Ut pureat servaret manus</i> : as intervenções humanitárias unilaterais em regimes especiais de Direito Internacional, doutrinas humanitárias, Direito Constitucional, Moralidade Internacional e Política Internacional	117
4.1. O impacto incerto dos projetos da Comissão de Direito Internacional, da definição do crime de agressão no Estatuto de Roma e da doutrina da responsabilidade de proteger.	117
4.1.1. A ausência de impacto das medidas tomadas depois da II Guerra Mundial contra o genocídio e outros crimes graves contra a humanidade e proteção dos Direitos Humanos e dos projetos da Comissão de Direito Internacional sobre responsabilidade internacional do Estado por facto ilícito e sobre os crimes contra a paz e segurança da humanidade.	117
4.1.2. O Impacto incerto da incriminação da agressão no Estatuto de Roma.	121
4.1.3. O impacto incerto da figura da responsabilidade de proteger	126
4.2. A inabilidade e desinteresse dos sistemas constitucionais internos para estabelecer limitações substantivas ao uso da força para fins humanitários	128
4.2.1. A ausência de limites constitucionais substantivos ao uso da força por motivos humanitários	128
4.2.2. Os controlos constitucionais orgânicos insuficientes: os casos dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e de Portugal.	140

4.3. A moralidade das intervenções humanitárias, em certas situações, é quase incontornável para os Estados que, enquanto comunidades politicamente organizadas, adotam os valores humanos na sua estrutura básica.	152
4.4. Necessidades políticas tanto poderão promover ou condicionar empreendimentos humanitários, mas há divergências notórias entre os membros da Comunidade Internacional	159

Capítulo V

Das dúvidas sobre a existência do direito ao debate doutrinário: escolas, teorias e perspectivas em confronto no mundo, em Portugal e no espaço lusófono	163
5.1. Tradições metodológicas do Direito, em especial do Direito Internacional e Constitucional	163
5.2. Concepções sobre as intervenções humanitárias unilaterais em confronto	165
5.3. O debate doutrinário sobre as intervenções humanitárias em Portugal e no espaço lusófono	169

Capítulo VI

Os objetivos, a hipótese de trabalho e a estrutura da tese: a História do Direito (Público) como recurso	205
6.1. A História do Direito como recurso e a evolução da Regulação Internacional e Constitucional da Guerra como elementos de ponderação	205
6.2. Aspetos metodológicos gerais da História do Direito Público	217
6.2.1. As dimensões materiais abertas: Direito e contexto social, político e económico	221
6.2.2. As fontes	224
6.2.3. A periodificação adotada e adaptada	227

SEGUNDA PARTE - A lenta e tortuosa evolução das bases (religiosas) da guerra dos primórdios ao período medieval, entre o interno e o internacional, e alguns casos de intervenção contra a tirania	235
---	-----

Capítulo VII

Trazendo a ordem ao caos e protegendo as pessoas da tirania: as bases de legitimação da guerra, dos primórdios às civilizações orientais	237
7.1. Limitações jurídicas à guerra nos estágios originários da humanidade	237
7.2. As Grandes Civilizações Orientais e as Limitações Jurídicas à Guerra	239
7.3. As intervenções contra o tirano na Civilização Chinesa	252
7.4. As intervenções para proteger populações indefesas na Civilização Hindu	256

Capítulo VIII

Intervenções para mudança de regime e para deposição ou extermínio do tirano e o desenvolvimento de um Direito Público Externo de Controlo da Guerra – as civilizações grega e romana no confronto entre imperialismo e Direito	263
8.1. Antiga Grécia: guerra humanitária e intervenção para a imposição ou proteção da democracia	263
8.2. Direito Natural, Guerra Justa e Cosmopolitismo em Roma: a arte de conciliar Imperialismo, Direito Internacional e Direito Público de Guerra	269

Capítulo IX

A universalização e santificação da guerra justa no período medieval e os seus reflexos humanitários	283
9.1. O desenvolvimento da guerra justa humanitária no espaço extra-ocidental	283
9.1.1. O Império Bizantino e as intervenções para proteger as populações cristãs	283
9.1.2. O Islão Medieval e a <i>Jihad</i> de conversão	286
9.1.3. O judaísmo Medieval e as intervenções humanitárias: Maimonides e o combate às violações às Leis de Noé.	294
9.2. A <i>Bellum Justum</i> no Ocidente Medieval	296
9.2.1. A regulação medieval da guerra entre cristãos e as bases da doutrina da guerra justa	297
A – Desenvolvidos normativos	298
B – As bases teóricas: origem e sistematização da doutrina cristã da guerra justa em S. Agostinho, Aquino e nos Canonistas Medievais	300
9.2.2. A regulação das guerras contra os infiéis e a licitude das cruzadas de recuperação da Terra Santa	306
A – O movimento cruzado e a proteção dos cristãos orientais	306

B – As bases teóricas da guerra justa e da guerra santa contra os infiéis: da base decretista à formulação da guerra justa em defesa dos cristãos oprimidos por Inocêncio IV	310
9.2.3. A Reconquista e a guerra aos Mouros Ibéricos e Norte-Africanos	312
A – A Prática da Reconquista	312
B – A Guerra Justa e a Guerra Santa na Península Ibérica: a teoria de Álvaro Pais	314
9.2.4. As cruzadas do Norte e a Guerra Justa Humanitária	318
A – Guerra e Cristianização na Europa de Leste	318
B – Desenvolvimentos teóricos: Paulus Vladimiri	319
Síntese	321
 TERCEIRA PARTE - O desenvolvimento da guerra justa humanitária de conversão do infiel, de salvação dos inocentes e de punição do gentio no contexto ultramarino ibérico	 323
 Capítulo X	
Conversão, salvação, punição e intervenções em favor dos inocentes na prática e doutrina castelhanas	325
10.1. A Conquista das Américas e as intervenções em favor dos inocentes na prática castelhana	325
10.2. As Intervenções em Favor dos Inocentes da teoria escolástica da guerra e na teoria política e jurídica das Descobertas	336
10.2.1. As bases: Vitória define as pautas da discussão da guerra justa contra os índios e a conquista com base em causa humanitária.	337
10.2.2. Certezas e dúvidas substanciais sobre a guerra justa e o tratamento a dar aos infiéis americanos – O debate entre Sepúlveda e Las Casas e a posição anti-intervencionista de Menchaca	341
10.2.3. Seguidor (es) de Vitória? Molina, a guerra justa para proteger os inocentes e as extensões portuguesas	348
10.2.4. Continuação da discussão: Do universalismo de Suárez à sistematização final de Solórzano Pereira	351

Capítulo XI

Conversão, salvação, punição e intervenções em favor dos inocentes na prática e doutrina lusitanas – o teatro afro-asiático	361
11.1. A justificação teórica das descobertas e da guerra no ultramar	361
11.2. As ‘restritas’ limitações de Direito interno colocadas à atividade externa do Rei	367
11.3. A continuidade das cruzadas contra os mouros africanos no norte de África	368
11.4. O teatro ocidental africano: Escravatura e Guerra Justa Humanitária na Região da Guiné e Cabo Verde, na Mina, no Reino do Congo e em Angola	373
11.4.1. A Região da Guiné e Cabo Verde e de S. Jorge da Mina...	373
11.4.2. A região do Congo e Angola.	378
11.4.3. O teatro oriental: promoção jesuítica e fracasso da guerra justa humanitária contra o Monomotapa, na Abissínia, China e Japão.	387
A – A região de Moçambique e a guerra justa para a proteção dos inocentes contra o Império Monomotapa	388
B – Os jesuítas e a guerra para a facilitação da evangelização dos Abissínios	391
C – O espaço asiático: promoção da evangelização e proteção dos cristãos na Índia, Japão e China	394

Capítulo XII

Conversão, salvação, punição e intervenções em favor dos inocentes na legislação e prática da América Portuguesa	401
12.1. Desenvolvimentos quinhentistas: a Aliança Nóbrega – Mem de Sá – Anchieta	405
12.1.1. Os labores ‘humanitários’ do governador Mem de Sá em <i>Terra Brasilis</i> : proibição do canibalismo e evangelização	405
12.1.2. As justificações teóricas de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta	408
12.2. Desenvolvimentos Filipinos, as campanhas paulistas de apresamentos e a emergência da teorização da guerra justa humanitária no Brasil	416
12.2.1. A legislação filipina sobre a escravatura indígena	416
12.2.2. Os apresamentos de índios pelos paulistas	418
12.2.3. A racionalização intelectual no <i>Apologia pro Paulitis</i> : a legitimidade da guerra de conversão, de punição de violações ao Direito Natural e de proteção dos inocentes nas campanhas de apresamento de indígenas	422
12.3. Desenvolvimento e aplicação da guerra justa humanitária no Estado do Grão Pará e Maranhão	424

12.3.1. O contexto e o desenvolvimento da legislação sobre o cativo indígena no Estado do Grão-Pará e Maranhão	424
12.3.2. A defesa dos índios do Padre António Vieira	430
12.4. O século XIX: regresso e ocaso da guerra justa ao Índio	432
12.4.1. A transição para o século XIX	432
12.4.2. Do ocaso da guerra justa na legitimação da escravatura africana no Brasil à sua rejeição por motivos humanitários	433
12.4.3. As Cartas Régias de D. João VI	446
12.4.4. O debate político-jurídico: José Bonifácio vs. Adolfo Varnhagen	451
Síntese final	453

QUARTA PARTE - Da guerra justa em favor dos oprimidos, do período moderno às intervenções humanitárias pró-cristãs (séculos XVI a XX)	455
--	-----

Capítulo XIII

As guerras em favor dos ‘nossos’ oprimidos do período das guerras religiosas	459
13.1. Intervenções Humanitárias durante o período de transição para o Direito Internacional moderno	459
13.1.1. A guerra contra os “Turcos”	459
13.1.2. Perspetivas teóricas sobre a guerra no Renascimento: republicanismo, realismo político e guerra justa	460
A – A Visão do Realismo Político: Maquiavel e a Intelectualidade Florentina falam sobre a guerra	460
B– O Humanismo do Norte: a Guerra Humanitária na <i>Utopia</i> de Thomas Morus e as Reservas de Erasmo de Roterdão	462
C – A Rejeição do Direito de Rebelião e a Intervenção Humanitária Papal por Baltasar Ayala: Suspiros Medievais na Aurora da Modernidade	465
D – A intervenção contra os violadores do Direito das Gentes e para a protecção do povo tiranizado: Gentili e Bodin em transição para a modernidade	467
13.2. As guerras religiosas na Europa e a ‘intervenção em favor dos oprimidos’ no período moderno	472
13.2.1. A Prática do Período	472
A – A intervenção inglesa na revolta das províncias espanholas do Norte da Europa (1566/68-1648) e nas Guerras Religiosas Francesas (1562-1598)	473

B – A intervenção protestante na Guerra dos Trinta anos (1618-1648)	475
13.2.2. Os desenvolvimentos teóricos protestantes: Da Defesa Enfática de Junius Brutus e Grócio às reticências de Pufendorf	477
A – Junius Brutus – ativismo calvinista aplicado às intervenções humanitárias	477
B – Grócio: a intervenção em favor dos oprimidos como exceção ao princípio da não-intervenção	479
C – Samuel Pufendorf e as intervenções, particularmente por motivos humanitários – reticências gerais, endosso particular	482

Capítulo XIV

De Vestefália ao direito de guerra do <i>Jus Publicum Europaeum</i> : não-intervenção e exceção das intervenções humanitárias?	487
14.1. As mutações jurídico-internacionais restritivas	487
14.2. Os casos: a Invasão da Inglaterra por Guilherme de Orange (1688) e eventos menores	489
14.3. Os reduzidos efeitos de fórmulas de controlo constitucional: o sistema inglês e a Lei Fundamental Sueca de 1720	491
14.4. Contribuições teóricas: posições realistas e liberais sobre o uso da força para proteger direitos humanos	493
14.4.1. Realismo Político Internacional e negação da guerra justa humanitária nos séculos XVII e XVIII por motivos internos: Hobbes, Espinosa e Hume	493
14.4.2. O Pensamento Liberal e Para-Liberal: Locke e Montesquieu Falam sobre Guerra, Direitos Naturais e Uso Internacional da Força por Motivos Humanitários	497
14.5. Não-Intervenção, Intervencionismo Republicano e Pseudo-Humanitário das Repúblicas Revolucionárias Americana, Francesa e do Império Napoleónico – Constitucionalismo, Democracia, Direitos Humanos e Liberdade através do Terror	502
14.5.1. Os reflexos revolucionários sobre a Constituição Internacional nos Estados Unidos da América	502
14.5.2. Espalhando a Revolução e a Liberdade pela Europa – A Prática Intervencionista da República Revolucionária Francesa e os limites constitucionais aplicáveis	504
14.5.3. Perspetivas teóricas sobre revolução, intervenção e Direito Internacional	510
A – Democracia radical e guerra: negação rousseuniana?	510

B – Ambiguidades cosmopolitas sobre a guerra justa humanitária: Kant e Thomas Paine	512
C – O ocaso da Modernidade: Estado, liberdade e guerras civilizatórias em Hegel	521
D – Posições Quase-Positivistas ou Racionalistas sobre as intervenções por motivos humanitários: as contribuições dos internacionalistas Bynkershoek, Zouche, Rachel, Textor, Wolff e Vattel	523

Capítulo XV

As intervenções humanitárias no Direito Internacional do século XIX (até 1914)	531
15.1.A prática internacional	534
15.1.1. A Prática Britânica de Combate ao Tráfico de Escravos/Portugal, Brasil e Espanha (Século XIX)	534
15.1.2. França, Grã-Bretanha e Rússia/ Grécia (1827)	537
15.1.3. França/Líbano-Síria (1860-1861)	539
15.1.4. A Guerra Civil Americana (1861-1865).	540
15.1.5. A Prática Russa de Proteção de Populações Cristãs no Império Otomano (Segunda Metade do Século XIX).	543
15.1.6. O Imperialismo Europeu e as Campanhas Civilizatórias e de Pacificação (Meados do Século XIX-1914).	544
15.1.7. Estados Unidos/Espanha (1898)	551
15.2. O Constitucionalismo oitocentista e o controlo do uso internacional da força	553
15.2.1. A matriz francesa: entre liberdade real e controlos republicanos	554
15.2.2. A matriz imperial: entre controlos federados e liberdade imperial.	557
15.2.3. A matriz confederal e federal republicana: As repúblicas latino-americanas e a Confederação Helvética.	557
15.2.4. As soluções constitucionais portuguesas e brasileiras	563
15.3. A doutrina jurídica internacionalista e a licitude das intervenções humanitárias	571

Capítulo XVI

A poluição da doutrina das intervenções humanitárias no Período Entre-Guerras (1919-1945)	583
16.1. Os desenvolvimentos jurídicos internacionais e o controlo da guerra	583
16.2. A emergência do internacionalismo e do belicismo constitucionais	587

16.2.1. Continuidade constitucional	587
16.2.2. Internacionalismo Constitucional	588
16.2.3. Belicismo Constitucional Nacionalista-Racista	590
16.2.4. Belicismo Constitucional Cosmopolita	596
16.2.5. Regime geral e silêncio sobre as intervenções humanitárias	597
16.3. A Prática Internacional	597
16.3.1. Intervenções soviéticas nos anos 20 a 40	597
16.3.2. Japão/Manchúria, Itália/Abissínia e Alemanha Nazista/ Sudetas (1938); Polónia (1939)	599
16.3.3 Aliados/Alemanha Nazi (1942-1945)	601
16.4. A Doutrina Internacionalista e as Intervenções Humanitárias.	602
Síntese final	605
 Considerações finais. Sob o signo da incerteza – os limites do Direito Internacional na regulação das intervenções humanitárias unilaterais	607
 Referências	631
 Índice geral	727